VELHOS E NOVOS MUNDOS
ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA MODERNA
OLD AND NEW WORLDS
STUDIES ON EARLY MODERN ARCHAEOLOGY

VOLUME 1

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

TÍTULO / TITLE
Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna
Old and New Worlds. Studies on Early Modern Archaeology
Volume 1

COORDENADORES / COORDINATORS
André Teixeira, José António Bettencourt

ORGANIZADORES / ORGANIZERS
André Teixeira, Élvio Sousa, Inês Pinto Coelho, Isabel Cristina Fernandes,
José António Bettencourt, Patrícia Carvalho, Paulo Dórdio Gomes, Severino Rodrigues

EDIÇÃO / EDITION
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Universidade dos Açores
Av. de Berna, 26C, 1069 - 061 Lisboa
www.cham.fcsh.unl.pt / cham@fcsh.unl.pt

TIRAGEM / COPIES
500

COLECÇÃO / COLLECTION
ArqueoArte, n.º 1

DEPÓSITO LEGAL
353251/12

ISBN
978-989-8492-18-0

GRAFISMO E PAGINAÇÃO / GRAPHIC DESIGN
Canto Redondo
www.cantoredondo.eu / geral@cantoredondo.eu

IMPRESSÃO / PRINT
Europress

DATA DE EDIÇÃO / FIRST PUBLISHED IN
Dezembro de 2012 / December 2012

ORGANIZAÇÃO

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

APOIOS

FCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fundação Luso-Americana
Cascais Câmara Municipal
Município Palmela
Alcochete Câmara Municipal

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.
Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico.

© CHAM e Autores

ÍNDICE

VOLUME 1

9 **INTRODUÇÃO**

11 **CONFERÊNCIAS**

13 From español to criollo: an archaeological perspective on spanish-american cultural transformation, 1493-1600
Kathleen Deagan

23 Bahia: aportes para uma Arqueologia das relações transatlânticas no período colonial
Carlos Etchevarne

37 Of sundry colours and moulds: imports of early modern pottery along the atlantic seaboard
Alejandra Gutierrez

51 Velhos e novos mundos em uma perspectiva arqueológica
Marcos Albuquerque

69 **CIDADES: URBANISMO, ARQUITECTURA E QUOTIDIANOS**

71 Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna
Rodrigo Banha da Silva, Pedro Miranda, Vasco Noronha Vieira, António Moreira Vicente, Gonçalo C. Lopes e Cristina Nozes

85 Os novos espaços da cidade moderna: uma aproximação à Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo
Cristina Gonzalez

95 O mobiliário do Palácio Marialva (Lisboa): discursos socioeconómicos
Andreia Torres

111 Um celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do século XVI à actualidade
Lídia Fernandes e Rita Fragoso de Almeida

123 Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística
António Marques, Eva Leitão e Paulo Botelho

135 Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal)
Carlos Boavida

141 Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria
Tiago Nunes e Iola Filipe

151 Vestígios modernos de uma intervenção de emergência na Rua Rafael Andrade (Lisboa)
Sara Brito e Regis Barbosa

157 Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval: a diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila
Helena Santos, Marco Liberato e Ricardo Próspero

163 Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII: um olhar através dos objectos do poço dos Paços do Concelho
Guilherme Cardoso e Isabel Luna

173 A modernidade em Leiria: imagens da vida pública e privada na antiga judiaria. O caso do Centro Cívico de Leiria
Iola Filipe e Marina Pinto

181 Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção
Maria da Conceição Lopes

189 Fragmentos de vida e morte da Idade Moderna no centro histórico de Elvas
Teresa Ramos Costa, Cristina Cruz, Gonçalo Lopes e Ana Braz

201 A intimidade palaciana no século XVII: objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora)
Gonçalo Lopes e Conceição Roque

209 Evidências de época moderna no castelo de Castelo Branco (Portugal)
Carlos Boavida

219 Crise e identidade urbana*: o Jardim Arcádico* de Braga de 1625
Gustavo Portocarrero

223 Ao som da bigorna: os ferreiros no quotidiano urbano de Arrifana/Penafiel no século XVIII
Teresa Soeiro

233 A paisagem de Arrifana de Sousa descrita pelo Arruamento de 1762
Maria Helena Parrão Bernardo

245 Uma taça de porcelana branca e uma asa de grés na "Arca de Mijavellas": História e estórias reveladas pela construção da Estação do Campo 24 de Agosto do Metro do Porto
Iva Teles Botelho

255 O aqueduto da Mãe d'Água: Vila Franca do Campo
N'zinga Oliveira e Joana Rodrigues

261 La ocupación moderna del Teatro Romano de Cádiz (España): nuevos datos a luz de las recientes intervenciones arqueológicas
J. M. Gutiérrez, M. Bustamante, V. Sánchez, D. Bernal e A. Arévalo

273 El acueducto de la Matriz de Gijón: investigación documental y arqueológica
Cristina Heredia Alonso

277 Processo de *contato* e primórdios da colonização na baixa bacia do Amazonas: séculos XVI-XVIII
Rui Gomes Coelho e Fernando Marques

285 Crise e rebelião colonial: uma perspectiva urbana (Minas Gerais / Brasil – século XVIII)
Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Anna Luiza Ladeia e Thaís Monteiro de Castro Costa

293 Arqueologia e arquitecturas daqui e d'além-mar
Maria de Magalhães Ramalho

303 **ESPAÇO RURAL: PAISAGENS E MEIOS DE PRODUÇÃO**

305 A paisagem como fonte histórica
David Ferreira, Paulo Dordio e Alexandra Cerveira Lima

315 Cabeço do Outeiro (Lousada, Portugal): um núcleo rural da Idade Moderna
Manuel Nunes, Joana Leite e Paulo Lemos

323 O ciclo do linho no concelho de Penafiel
Ana Dolores Leal Anileiro

333 As pontes de Pretarouca (Lamego): registo arqueográfico no âmbito de processos de avaliação de impactes ambientais
Carla Alves Fernandes e Cristóvão Pimentel Fonseca

339 Engenho de açúcar da alcaidaria de Silves
Rosa Varela Gomes

351 Imagens, memórias, ruínas nos tempos do lugar: a biografia de uma paisagem urbana
Silvio Luiz Cordeiro

357 Da aldeia guarani à cidade colonial: o processo de urbanização e as missões jesuíticas platinas nas frentes de colonização ibérica
Arno Alvarez Kern

365 O café, a escravidão e a degradação ambiental: Minas Gerais /Rio de Janeiro – Brasil – século XIX e XX
Carlos Magno Guimarães, Mariana Gonçalves Moreira, Gabriela Pereira Veloso, Elisângela de Morais Silva e Camila Fernandes Morais

373 **FORTIFICAÇÕES, ESPAÇOS DE GUERRA E ARMAMENTO**

375 Excavaciones arqueológicas en la muralla real de Ceuta: persistencias y rupturas (1415-1668)
Fernando Villada Paredes

385 La coracha de Tanger
Abdelatif El-Boudjay

393 Villalonso: un castillo medieval en la transición hacia la modernidad
Angel L. Palomino, Manuel Moratinos, José M. Gonzalo, José E. Santamaría e Inés M. Centeno

407 Pólvora y cal: evidencias arqueológicas de las fortificaciones costeras de época moderna en Luarca (Asturias-España)
Valentín Álvarez Martínez, Patricia Suárez Manjón e Jesús Ignacio Jiménez Chaparro

419 Museu de Macau e o território da Companhia de Jesus: resultados e integração dos vestígios arqueológicos
Clementino Amaro e Armando Sabrosa

431 Do papel da Arqueologia para o conhecimento da expansão portuguesa: notas a partir de algumas estruturas fortificadas no Oriente
João Lizardo

445 O papel do Forte do Guincho na estratégia de defesa da costa de Cascais
Soraya Rocha e Guilherme Sarmento

449 **EDIFÍCIOS RELIGIOSOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS**

451 Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde: resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas
Clementino Amaro

465 Divindade, governante ou guerreiro? O personagem Kukulcán nas crônicas do século XVI e o registro arqueológico de Chichén Itzá, México
Alexandre Guida Navarro

469 Andrés de Madariaga's mausoleum-church: former Jesuit College in Bergara (Gipuzkoa, Basque Country, Spain)
Jesús-Manuel Pérez Centeno e Xabier Alberdi Lonbide

475 Os Passos da Paixão de Cristo (Setúbal)
João Ferreira Santos, Daniela dos Santos Silva e José Luís Neto

483 O lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos), Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna
Sara Almeida, Ricardo Costeira da Silva, Vítor Dias e João Perpétuo

489 Cerca de Santo Agostinho, Coimbra: estudo preliminar das fases evolutivas e linhas para a sua recuperação
Sara Almeida, Susana Temudo, Joana Mendes, Sofia Ramos e António Cunha

497 Convento de São Francisco da Ponte: novas perspectivas arquitectónicas
Mónica Ginja e António Ginja

505 O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja
Isabel Cristina Ferreira Fernandes

517 Convento quinhentista do Bom Jesus de Peniche: primeira intervenção arqueológica
Claudia Cunha, Carlos Vilela, Sónia Simões, Tiago Tomé, João Moreira, Mónica Ginja e Gerardo Gonçalves

527 Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: História e vivências em torno da cultura material
Ana Rita Trindade

539 Mosteiro de São Francisco de Lisboa: fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos
Joana Torres

551 Os painéis de azulejo do adro da Igreja de São Simão (Azeitão)
Mariana Almeida e Edgar Fernandes

561 Para as mulheres pobres, mas honradas: os recolhimentos em Setúbal
José Luís Neto e Nathalie Antunes Ferreira

569 Contributo para o conhecimento da população na época moderna na Madeira: abordagem antropológica aos casos de Santa Cruz
Rafael Fabricio Nunes

579 O registo arqueológico de uma superstição: o signo-Salomão no Alentejo – séculos XV-XVIII
Andrea Martins, Gonçalo Lopes, Helena Santos, Manuela Pereira, Marco Liberato e Pedro Carpetudo

VOLUME 2

593 **PAISAGENS MARÍTIMAS, NAVIOS E VIDA A BORDO**

595 O navio como *Fait Social Total*: para uma epistemologia da arqueologia em contexto náutico
Jean Yves Blot

601 Projecto N-utopia: tratados, nomenclaturas náuticas e construções navais europeias
Tiago Miguel Fraga, Brígida Baptista, António Teixeira e Adolfo Silveira Martins

605 Paisagens culturais marítimas: uma primeira aproximação ao litoral de Cascais
Jorge Freire e António Fialho

613 Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano
César Augusto Neves, Andrea Martins, Gonçalo Lopes e Maria Luísa Blot

627 Ribeira das Naus hoje: a perene relação de Lisboa com o Tejo. Dos estaleiros navais do Renascimento ao antigo Arsenal da Marinha. Subsídios da arqueologia
Rui Nascimento

633 Angra, uma cidade portuária no Atlântico do século XVII: uma abordagem geomorfológica
Ana Catarina Garcia

645 Caractérisations et typologie du Cimetière des Ancres: vers une interprétation des conditions de mouillage et de la fréquentation de la Baie d'Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Île de Terceira, Açores
Christelle Chouzenoux

655 La Rucha: deconstruyendo el origen de la piratería de costa en el Cabo Peñas (Gozón-Asturias-España)
Nicolás Alonso Rodríguez, Valentín Álvarez Martínez e José Antonio Longo Marina

665 *Santo António de Tanná*: uma fragata do período moderno
Tiago Miguel Fraga

671 Cada botão sua casaca: indumentária recuperada nas escavações arqueológicas da fragata *Santo António de Taná*, naufragada em Mombaça em 1697
André Teixeira e Luís Serrão Gil

683 Projecto de carta arqueológica subaquática do concelho de Lagos
Tiago Miguel Fraga

689 Conservação das estruturas em madeira de um navio do século XV escavado na Ria de Aveiro: resultados preliminares
João Coelho, Pedro Gonçalves e Francisco Alves

697 **CERÂMICAS: PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO**

699 A olaria renascentista de Santo António da Charneca, Barreiro: a louça doméstica
Luís Barros, Luísa Batalha, Guilherme Cardoso e António Gonzalez

711 As formas de pão-de-açúcar da Mata da Machada, Barreiro
Filipa Galito da Silva

719 A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança
Alexandra Gaspar e Ana Gomes

733 De Aveiro para as margens do Atlântico: a carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cêramica na Época Moderna
Patrícia Carvalho e José Bettencourt

747 Portuguese coarseware in Newfoundland, Canada
Sarah Newstead

757 Muito mais do que lixo: a cerâmica do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C
Inês Pinto Coelho

771 A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das olarias
Paulo Jorge Morgado, Ricardo Costeira da Silva e Sónia Jesus Filipe

783 Portugal and Terra Nova: ceramic perspectives on the early-modern Atlantic
Peter E. Pope

789 Considerações acerca da cerâmica pedrada e respetivo comércio
Olinda Sardinha

797 A importação de cerâmica europeia para os arquipélagos da Madeira e dos Açores no século XVI
Élvio Sousa

813 Pottery in Cidade Velha (Cabo Verde)
Marie Loiuse Sorensen, Chris Evens e Tânia Casimiro

821 A cerâmica no quotidiano colonial português: o caso de Salvador da Bahia
Carlos Etchevarne e João Pedro Gomes

829 Modern Age Portuguese pottery find in the Bay of Cadiz, Spain
José-Antonio Ruiz Gil

837 La mayólica del convento de Santo Domingo (siglos XVI-XVII), Lima (Perú): la evidencia arqueométrica
Javier G. Iñañez, Juan Guillermo Martín, Antonio Coello

847 Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa)
Cristina Gonzalez

855 Produções sevilhanas – azul sobre branco e azul sobre azul: no contexto das relações económicas e comerciais entre o litoral algarvio e a Andaluzia (século XVI-XVII)
Paulo Botelho

865 As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais
J. A. Severino Rodrigues, Catarina Bolila, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Inês Alves Ribeiro e Sara Teixeira Simões

877 Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença
Ricardo Costeira da Silva

891 Aldeia da Torre dos Frades (Torre de Almofala) através da cerâmica em época moderna
Elisa Albuquerque

897 Um gosto decorativo: louça preta e vermelha polvilhada de branco (mica)
Isabel Maria Fernandes

909 Os potes "martabã": um conceito em discussão
Sara Teixeira Simões

919 Do Oriente para Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa
José Pedro Vintém Henriques

933 Porcelana chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII)
Carlos Etchevarne e João Pedro Gomes

937 Faiança portuguesa: centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e critérios de distinção
Luís Sebastian

951 Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa
Luísa Batalha, Andreia Campôa, Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Paulo Rebelo e Raquel Santos

963 Elementos para a caracterização da faiança portuguesa do século XVII: a tipologia de Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante (Porto)
Anabela P. de Sá

975 As produções de louça preta em Trás-os-Montes: caracterização etnográfica e química, seu interesse para o estudo das cerâmicas arqueológicas
Isabel Maria Fernandes e Fernando Castro

983 Fábrica de Cerâmica de Santo António de Vale da Piedade (Vila Nova de Gaia): estruturas construídas e espaços de laboração no século XVIII
Laura Cristina Peixoto de Sousa

995 **GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO**

997 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: da luz dos archotes aos momentos da contemporaneidade. Projeto e fruição
Artur Côrte-Real

1005 Preservação arqueológica nas missões jesuítico-guaranis
Tobias Vilhena de Moraes

1011 Monumentos restaurados e historias em ruínas: o programa Monumenta e a problemática da intervenção arqueológica na restauração arquitetônica no Brasil
Ton Ferreira

1019 Património cultural subaquático: uma questão de visibilidade
Margarida Génio

1023 **ABSTRACTS**

INTRODUÇÃO

O advento da Idade Moderna trouxe consigo profundas mutações na história da Europa. Ao desenvolvimento urbano e incremento das trocas comerciais associou-se a difusão de novas ideias e paradigmas culturais e grandes mudanças na geografia religiosa, num quadro de alterações políticas bastas vezes determinado por guerras, elas próprias favorecidas por uma revolução técnica na arte militar. Foi também o tempo da descoberta de novos mundos, da primeira globalização, com a circulação de produtos numa escala nunca antes experimentada, um processo no qual os reinos ibéricos tiveram um papel pioneiro. Nos espaços americanos, africanos e asiáticos ligados pelas longas viagens marítimas, um desafio ao imaginário e à técnica daqueles tempos, o contacto com as populações locais originou diversas fórmulas de dominação política, exploração económica e troca cultural, alterando por vezes radicalmente o padrão de vida preexistente.

Todas estas temáticas têm sido permanentemente objecto de estudo, por historiografias de diversos quadrantes e origens, privilegiando-se a pesquisa através de fontes documentais, cartográficas, iconográficas ou artísticas. Para estas épocas a arqueologia é uma disciplina recente em quase todo o mundo, pelo que o seu contributo em muitos destes domínios é ainda reduzido. Contudo, só o desenvolvimento da arqueologia moderna, pós-medieval ou colonial permitirá esclarecer muitas problemáticas, constituindo-se em certos domínios como a única fonte subsistente para o seu estudo. É também, muitas vezes, a investigação arqueológica a responsável pelo incremento dos valores patrimoniais existentes para este período, potenciadores do desenvolvimento baseado na economia cultural.

A constatação destas realidades levou à organização em Lisboa, entre os dias 6 e 9 de Abril de 2011, do "Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna", numa organização do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. O evento pretendeu reunir arqueólogos consagrados e jovens, com trabalhos provenientes de contextos académicos ou de salvamento, pertinentes para a discussão em torno de diversas temáticas, balizadas nos séculos XV a XVIII, tanto em contexto europeu, como em espaços colonizados. Além de se pretender dar um impulso ao desenvolvimento da arqueologia moderna, procurou-se lançar pontes de contacto entre comunidades arqueológicas espalhadas em diversas partes do mundo, nomeadamente aquelas que centram a sua investigação em torno dos reinos ibéricos e da sua expansão mundial.

Fazendo uso das conclusões aprovadas na sessão de encerramento, diríamos que o congresso alcançou uma vasta abrangência dos universos de trabalho arqueológico em Portugal, reunindo profissionais oriundos das várias universidades, centros de investigação, organismos públicos de gestão do património, autarquias, museus e empresas de arqueologia. Teve uma interessante participação estrangeira, sobretudo dos contextos ibéricos e americano, permitindo um contacto próximo entre as práticas das várias escolas. Constatou-se a renovação humana nesta área da arqueologia, pela vitalidade duma nova geração que se mostrou neste evento, mau grado as nem sempre fáceis condições laborais.

O congresso marcou um avanço inquestionável no que concerne à arqueologia da época moderna em Portugal, objecto de muitos trabalhos no âmbito da minimização de impactes de obras públicas e privadas, sobretudo em contexto urbano, mas que tardava em dar um contributo substancial para o conhecimento desta época histórica. O número e a qualidade das investigações apresentadas evidenciaram a maturidade desta área da arqueologia portuguesa, augurando-lhe um futuro promissor.

O evento logrou, igualmente, consolidar o debate internacional sobre esta temática, sobretudo no eixo ibero-americano e com particular destaque da delegação brasileira. Nesse sentido, uma das grandes novidades centrou-se no esforço de ligação entre os "velhos e os novos mundos". Foi unânime o reconhecimento de que a arqueologia poderá dar uma inestimável colaboração no entendimento da primeira globalização, forjada no esteio dos empreendimentos coloniais ibéricos iniciados em Quatrocentos.

Em termos de balanço das temáticas escolhidas para este congresso, fez-se as seguintes reflexões. Ficou bem patente que o apartado da cerâmica foi, neste congresso, o de maior impacto, quer pelo número de intervenções apresentadas sobre o assunto, quer por ter sido complemento de muitos outros temas. No âmbito da cerâmica moderna registaram-se avanços na localização e estudo de centros produtores; na definição dos circuitos das

produções; na avaliação dos conjuntos importados; na reconstituição de quotidianos e perfis de grupos consumidores. Reconheceu-se a necessidade de incrementar o recurso a análises mineralógicas e químicas para determinação de proveniências, bem como uma melhor definição ao nível da terminologia morfológico-funcional.

Ao nível da arqueologia urbana saliente-se a diversidade de perspectivas, ora analisando-se globalmente a evolução da forma das cidades durante estes séculos, ora reconstituindo-se pormenorizadamente fragmentos do seu tecido, ora ainda recordando-se parcelas das suas vivências.

Um grupo numeroso de estudos incidiu sobre edifícios e espaços de carácter religioso, salientando-se neste âmbito a pertinência do desenvolvimento de uma "arqueologia dos conventos", dadas as especificidades deste tipo de contextos. As fortificações e os sistemas defensivos foram objecto de um menor número de apresentações, ainda assim ilustrando aspectos decisivos das transformações da arte da guerra na modernidade e salientando as vantagens do cruzamento de informações entre a arqueologia e a arquitectura.

Uma parte das abordagens fez-se através de pesquisas subaquáticas, nomeadamente de embarcações naufragadas e dos seus espólios, mas também das paisagens marítimas, atentando-se à riqueza dos espólios submersos e à necessidade destes serem intervencionados no contexto científico. A este nível deixou-se, igualmente, um apelo ao alargamento do olhar do arqueólogo de terra sobre o mar e vice-versa, na mira do desejável interface, que proporciona a multiplicidade de abordagens.

Do mesmo modo, patenteou-se a necessidade de cruzamento das fontes escritas, cartográficas, iconográficas e arqueológicas deste período, para o efectivo alcance de uma investigação global. Outros sublinhados, feitos durante as sessões de trabalho desta reunião, são igualmente relevantes e merecedores da nossa reflexão: a valorização da etno-arqueologia e da antropologia nos estudos de época moderna; o interesse do tratamento de questões ligadas à gestão e valorização do património e da sua componente social, não prevista no elenco temático inicial do evento, mas que acabou por perpassar por muitos dos debates.

Destacamos, por fim, a importância do arqueólogo no ordenamento do território, com todas as implicações que este envolvimento pode ter na paisagem urbana, mas também no espaço rural. Em muitos casos constata-se uma discrepância entre a teoria do património e a prática de gestão e salvaguarda em obras que afectam áreas de paisagem com forte valor patrimonial. Os estudos ignoram muitas vezes a envolvente dos imóveis com valor patrimonial e não os relacionam entre si; o enfoque habitual desvaloriza o contexto e as relações com o território.

O presente volume reúne, pois, os textos redigidos pela grande maioria dos participantes no referido congresso após o seu termo. Não foram objecto de trabalho de edição, tão-somente de uma revisão conducente à harmonização gráfica e de critérios formais, pelo que a responsabilidade sobre o conteúdo de cada texto é inteiramente de cada um dos autores. Espera-se que o livro venha conhecer ampla difusão e que possa dar um contributo ainda maior para se atingirem os objectivos fixados inicialmente.

Resta agradecer às entidades que organizaram e apoiaram o evento: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Câmara Municipal de Cascais, a Câmara Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Alcochete e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Uma palavra de gratidão também para os membros da Comissão Científica do congresso, que nos ajudaram a construir o evento e que o marcaram com as suas conferências plenárias, de que se deixa neste livro parte do testemunho. O nosso reconhecimento, assim, aos professores Alejandra Gutierrez, Carlos Etchevarne, Cláudio Torres, Eric Rieth, Kathleen Deagan, Marcos Albuquerque e Rosa Varela Gomes.

OS ORGANIZADORES

CONFERÊNCIAS

FROM *ESPAÑOL* TO *CRIOLLO*

AN ARCHAEOLOGICAL PERSPECTIVE ON SPANISH-AMERICAN CULTURAL TRANSFORMATION, 1493-1600

KATHLEEN DEAGAN **University of Florida**

RESUMO A arqueologia histórica tem contribuído em muito para a compreensão do desenvolvimento do mundo global moderno. No caso dos contextos ibero-americanos, a informação arqueológica tem vindo a revelar como se desenvolveu uma identidade colonial hispânica a nível das comunidades, em resposta a circunstâncias locais. Ao mesmo tempo, pode demonstrar-se como as diversas experiências locais partilham, em geral, certas práticas à escala do Império. Utilizam-se os contrastes entre a diversidade à escala local e as perceções partilhadas à escala imperial para ponderar a transformação da identidade, de "espanhóis na América" a "crioulos hispano-americanos". A investigação arqueológica demonstrou que as raízes desta transformação se situam nos inícios da época colonial.

PALAVRAS-CHAVE **Ibero-América, crioulo, Espanha, identidade, colonização**

One of the most important and complex issues in the study of the early modern world is the physical confrontation of distinct societies through colonization, and the subsequent genesis of new, integrative social groups. In much of the world, it is also an issue that can only be fully addressed through historical archaeology, given the obvious disjunctions of power and literacy inherent in such colonial confrontations.

Social ethnogenesis and power relations during the colonial period have been heavily emphasized by American historical archaeologists, perhaps because we live and work in a part of the world that was transformed completely over the past 500 years by European colonization (for examples, see Cusick (ed), 1998; Deagan,1998; Galloway, 1995; Hill (ed), 1996; Thomas, 1989; 1990, 1991; Williams, 1992). As a North American, my own approach to these large questions has also been conditioned by the unavoidable contrast between America's various European colonial projects, particularly those of the English and Spanish empires.

There are a great many questions through which we might approach the investigation of colonial cultural transformations. I have chosen, in this essay, to focus on the development of a generalized "Spanish-American" cultural identity; that is, a more or less collective self-awareness of being distinct from, and not primarily identified with, the European metropolis. From an archaeological perspective, I suggest that well before 1600, engagements among Spanish, American Indian and African people in the Americas, as well as their interactions with the imperial center in Spain, had led to distinctly American, creolized sets of social practices. These practices, and their associated social attitudes, distinguished the people of Spanish America quite markedly not only from their homelands in Spain, but also from other European colonists in America. I furthermore suggest that the clearest archeological evidence for such social transformation is found in the context of households, where people lived their daily lives (This assertion is developed in greater detail in Deagan, 2003).

That said, I also appreciate that such notions as "Iberian", "Spanish", "English" or "American" mask the extraordinary variety of individual and local experience in the colonial world. In the Spanish-American colonial world, nevertheless, there did exist some general and shared points of reference (discussed below) that cut across local colonial experience, even though such points of reference were largely imposed by European powers.

My comments are based primarily on archaeological research at excavated Spanish colonial town sites in the circum-Caribbean region. The longest and deepest of our studies (1972-the present) has been in St. Augustine, Florida, which was settled in 1565 by Pedro Menéndez de Aviles, and remained a Spanish colony until 1821. Projects in the Caribbean have included La Isabela, today in the Dominican Republic, which was established in 1493 as the first intentional settlement of Christopher Columbus. I had the privilege of working there in collaboration with José M. Cruxent between 1988 and 1996 (Deagan and Cruxent, 2002a-b). Other Hispaniolian town sites include Puerto Real (1503--1578), a cattle ranching town on the north coast of what is today Haiti (Deagan, 1995; Ewen, 1991) and Concepcion de la Vega, which was a wealthy gold-mining center in the central part of the Dominican Republic.

The town was occupied from about 1500 to 1562, when it was destroyed by an earthquake (Kulstad, 2008; Ortega y Fondeur, 1978). Santo Domingo, which has been the Dominican capitol since 1502, has also been studied extensively by archaeologists (Council, 1976; Garcia Arévalo, 1978, 1990; Ortega, 1978; Ortega y Fondeur, 1979; Veloz-Maggiolo and Ortega, 1992) (fig. 1).

1. Map of the Caribbean region showing Caribbean Spanish colonial sites.

I have also drawn heavily from the work done by colleagues in the early Spanish-American colonial communities of Cuba (Domínguez, 1978, 1980, 1984, 2005), Mexico (Charlton et al, 1985, 2005; Rodríguez-Alegría, 2005; Rodríguez-Alegría et al, 2003); Panamá (Castillero, 2006; Baroni, 2001; Rovira, 2001), Venezuela (Cruxent, 1971; Vargas et al, 1998; Willis, 1978) Spanish Jamaica (López y Sebastián, 1985; Woodward, 1988, 2006); El Salvador (Card, 2007; Fowler and Gallardo, 2002); Colombia (Thierren et al, 2002), Ecuador (Jamieson, 2000, 2004) Argentina (Sentatore, 1995, 2007; Schaveltzón, 2000) and others.

There has been comparatively less archaeological attention focused on sixteenth and seventeenth century household domestic contexts in Spain, and very few comparative archaeological studies of Spain and Spanish America (some of the few examples include Carredano y Jiménez, 1993; Coll Conesa y Más Belén, 1997; McEwan, 1988). Therefore, any conclusions about differences between households in seventeenth century Iberia and America must remain tentative, until more exchange on these topics across the Atlantic can be realized.

AMERICAN SOCIAL AND HISTORICAL CONTEXT

From Chile to Florida, and New Mexico to Cuba, life in the Spanish colonies was overseen in almost every aspect by a mutually-understood, if essentially ideal, imperial-religious structure implemented by the Spanish crown. Catholicism, centralized political administration, life in towns, class-based social hierarchies, institutionalized race mixture, a government-controlled, mercantilist economy and the Spanish language were all found throughout the empire (for discussions of these elements from Americanist historical perspective see Burkholder and Johns, 1990; Elliott, 2006; Kagan, 2000; Lockhart and Schwartz, 1983; MacAlister, 1984). Although the ways in which these elements were manipulated and played out in local settings were subject to tremendous variation, they did offer a common frame of reference for social understanding, engagement and resistance among people in the early Spanish colonies.

One of the most remarkable aspects of the Spanish colonial project in the Americas was, in fact, the ability to impose and maintain a centralized organization across such an extraordinarily diverse and dispersed array of people, environments and polities. There was clearly a delicate balance of power between imperial and local interests, and an opportunity for flexible dialogue. It was undoubtedly in large part owing to the capacity of Spanish imperial structure to accommodate local agency and local challenges that the empire was able to persist.

Central to the imposition and maintenance of the Spanish American empire was government-sanctioned Catholicism, and a fundamental intolerance for any other mode of spiritual expression. The Catholic church – in tight alliance with the Spanish crown – pervaded nearly every aspect of social life, and privileged religion as the overriding factor (above race, rank or gender) in assigning social acceptability. This had a powerful influence on the nature of intercultural engagement among Spaniards, American natives, and Africans in the Spanish Americas, and stands in dramatic contrast to the English-American colonial experience.

During the early years of American encounter, Spain energetically engaged in formal inquiry into the nature and capacity of American natives, and struggled as no Europeans had been required before, to define the degrees of difference and similarity between themselves and the people of the Americas. It was ultimately concluded, and formalized in the 1512 Laws of Burgos, that the American Indians did indeed have souls, were indeed human, and as such would be considered free subjects of the Spanish crown see Brading, 1991, p. 79; Hanke, 1965; Hussey, 1932; MacAlister, 1984, p. 153-166; Pagden, 1982).

This position created a fundamental tension between crown and church interests in converting and protecting its subjects, and the Spanish colonists' desires to exploit indigenous labor. This was initially resolved by the uniquely American institution of *encomienda*, un-

der which those Indians associated with a particular allocation of land were obliged to exchange their labor for instruction in Christianity axcnd civilization, although it seems quite clear that the Spanish side of the exchange was largely ignored (Elliot, 2006, p. 39--41; MacAlister, 1984, p. 157-166).

In some parts of the Americas invaded by the Spaniards, these obligatory labor regimens figured centrally in the social disintegration and breakdown of traditional cultural patterns among American Indian groups during the first century of contact, particularly in those coastal areas that were among the first to encounter Europeans (the Caribbean, the Southeastern United States; and parts of Central America). In other regions however, such as Guatemala, parts of the Andes, the southwestern United States and the interior Florida missions, American Indian social practices were accommodated and left largely unaffected, as long as caciques pledged fealty to Catholicism and the crown and served a useful purpose (Thomas, 1989, 1990, 1991; Gasco, 2006; Palca, 1998; Weber, 1992).

In places where the indigenous population experienced severe loss of from disease, warfare and labor, Native American decline spelled doom for the hundreds of thousands of African people brought unwillingly to the Americas as slaves after 1518. This was also the beginning in America of the association of blackness and labor, despite the fact that many free black Spaniards had participated in the early expeditions of conquest, and a number of them rose to *hidalgo* status, gaining grants of land and Indian labor (see Landers, 2006).

Recognition and accommodation of elite Native Americans was a cornerstone of Spanish policy in the Americas, and served in its own way to mitigate the tensions among crown, church, colonists and natives over Indian labor. By securing the alliance of caciques (American Indian leaders), it was expected that conversion, labor requirements and tribute would then be imposed through them to their subjects. During the sixteenth century, this was often accomplished through marriages between Spanish men and elite or ruling native women. Such marriages represented familiar forms of alliance for both Spaniards and Native Americans, and are well-documented throughout Mexico, Central and South America, Florida and the Caribbean (Burkett, 1978; Morner, 1967; Socolow, 2000, p. 32-36). While canonical law considered different religions to be an obstacle to marriage, it did not consider race an issue as long as both parties were Catholic. Intermarriage and consensual relationships among Spaniards (mostly men) and non-Europeans (mostly women) accounted for between one quarter and one half of all marriages in some parts of the colonies during the sixteenth and seventeenth centuries (Arranz Marquéz, 1991; Morner, 1976; Socolow, 2000, p. 39-41). Marriages between Africans and Spaniards occurred, but were considerably less common than those between Native Americans and Spaniards. Spanish-African and Indian-African concubinage was, however, apparently practiced widely (MacAlister, 1984, p. 126-127; Morner, 1967, p. 30-31).

The acknowledgement and institutionalization of the resulting mixed racial and cultural categories- embodied in the Mexican *casta* paintings - has been a focus of intense scholarly study (Carrera, 2003; García Saíz, 1989; Katzew, 2004; Morner, 1976, p. 53-75) (fig. 2).

2. *"de Español y Negra sale mulata".* Anonymous, mid-eighteenth century casta painting, Mexico. Courtesy of the Museo de América, Madrid (*Serie de mestizajes*).

These racial categories not only represented an Iberian response to American colonial choices and realities, but they also formed a crucial dynamic in defining a peculiarly colonial sense of identity characterized by socio-racial ambiguity and fluidity in a way that was very distinct from that of Spain (see, for example Boyer, 1997; Chance, 1978, p. 155-159).

This pattern of racial fluidity also stands in stark contrast to the English-American colonies, where such racial mixture rarely occurred, and was generally discouraged. This distinctiveness is most powerfully expressed in the materiality of life in Spanish-American households, where daily practice can document behavior, and presumably identity.

ELICITING IDENTITY THROUGH ARCHAEOLOGY

A number of historians working in American colonial settings have tracked emergent colonial identity in the Spanish colonies through such material forms of expression as architecture, urban plans and portraiture (Carrera, 2003; Kagan, 2000; Katzew, 2004; Pagden, 1987). Richard Kamen, for example has shown us that in representations of

American towns, the work of artists and cartographers from Spain was governed by a sense of space and organization. The colonial occupants of those towns, in contrast, mapped the same towns with a different sense of place and community (Kagan, 2000).

I was particularly struck two decades ago, however, by historian Stuart Schwartz's studies of identity in colonial Brazil, in which he expressed anxiety over the fact that all the sources available to historians were produced by a tiny elite segment of colonial society, writing that "*there may an unwritten history of colonial identity that at present cannot be reconstructed. It is one no less valid than the one we have traced*" (Schwartz, 1987, p. 16). He was correct of course, and it has been archaeology in the homes and settlements of non-elite colonists that has helped realize his prediction, and construct a model of colonial identity formation that could not have been gained through documents alone.

COLONIAL AMERICAN ORIGINS

Spain's first American colonizing venture was guided by a template very different from the centralized, bureaucratically-complex Spanish American imperium that is more familiar to readers of American history. La Isabela was established in Hispaniola by Christopher Columbus in 1493, and it was not intended to conquer American land. It was rather a crown-sponsored, public--private trading enterprise modeled along the lines of the Portuguese West African *factorías*, intended to trade with American Indians and exploit local resources (Deagan and Cruxent, 2002a-b; Pérez de Tudela Bueso, 1955). The settlement was under the local administration and control of Columbus who, through a very detailed contract with Ferdinand and Isabela, would share in the profits with the Crown.

The 1 500 member Spanish expedition was exclusively male, and many of them were fresh from religious wars in Europe. The men were expected to build and maintain the town, grow crops and work in the trade operations for a salary, but the colonists quickly became disaffected by the hard labor of building a settlement, illnesses, food shortages, and the absence of quick profits. Although relations with the Taínos were initially amicable, they very quickly disintegrated into animosity and conflict.

Despite the general misery, hunger, sickness, hardship and conflict emphasized in the primary documentary sources for La Isabela, archaeology has revealed that settlers put considerable effort into recreating the material circumstances and organization of their mother country. Columbus built a substantial walled settlement that reproduced a medieval Spanish Morisco city in architecture, material culture and spatial organization (that is, an organic non-aligned pattern rather than the more familiar Ibero-American grid plan *traza*). Full complements of craftsmen, including metallurgists, carpenters, architects, lime burners, potters, and blacksmiths practiced their trades. They were equipped with modern armament (for the late fifteenth century). In fact, had no documents been available for this site, the archaeological record might have been interpreted as a well-supplied and reasonably comfortable fifteenth century Spanish settlement.

The private mercantile structure of La Isabela ultimately proved to be a failure. After gold was discovered near Santo Domingo, La Isabela was abandoned by 1498, and Hispaniola came completely under Royal Crown control in 1502. In 1503, immigrant settlers from Spain increased Hispaniola's European population from about 300 to about 3 000, and thirteen towns were established on the island, both to accommodate the newcomers and subdue the remaining Taínos (Deagan and Cruxent, 2002b; Moya Pons, 1997).

Excavations in the households of some of those towns have shown a very different material pattern from that of La Isabela (see Deagan, 2003; Deagan and Cruxent, 2002b, p. 284-296; Kulstad, 2008; Ewen, 1991). Rather than attempting to replicate Iberian household practices, the settlers in Puerto Real, Concepción de la Vega and, later, St. Augustine incorporated Native American elements into their daily household lives, particularly in food preparation and kitchen activities. Regardless of documented self- identification as "Spanish", and regardless of economic status, the kitchen assemblages in these households are comprised predominantly of Native American or newly created, syncretic European-American-African elements.

The production of European-style unglazed utilitarian pottery – such as that produced in such quantity at La Isabela – was greatly reduced, and in many areas stopped completely. Instead, locally-produced and locally available Native American pottery was adopted into Spanish colonial kitchens. At Puerto Real, the early Native American Taíno household pottery was replaced by what we believe is African-inspired pottery, corresponding to the decline in Taíno population and the importation of African slaves to Hispaniola (Smith, 1995).

Hand-built, low-fired, unglazed, locally-made earthenware pots dominate many of these domestic assemblages, replacing the *cazuelas* and *pucheros* found in Spanish kitchens. *Manos* and *metates* useful for grinding corn, and *burénes* for toasting corn tortillas and cassava bread seem quickly to have replaced the Spanish *morteros, anafres* and *sartenes* used for grinding wheat and frying in olive oil. Beverages in the Rio

de la Plata area were most often prepared with *matés;* and *chocolateros* were used in Mexico.

A similar pattern of culturally pluralistic material incorporation seems also to have emerged in archaeologically-documented sixteenth and seventeenth centuries Spanish colonial households in Cuba (Domínguez, 1978, 1980); Puerto Rico (Solís, 1999); Mexico (Rodríguez Alegría, 2005; Charlton et. al., 1995), Argentina (Senatore, 1995, 2005), Panama (Baroni, 2001), El Salvador (Card, 2007), Columbia (Thierren et al, 2002), Venezuela (Vargas et al, 1998) and presumably wherever pluralistic American-European-African-mixed-bloo households and communities prevailed. Cooking vessels excavated in such sites are predominantly either local indigenous ceramics wares, or locally-made "*cerámica criolla"* incorporating elements of Native American, European, and sometimes African ceramic traditions (this category of pottery is known generally in the Anglophone colonial regions as "colono ware") (fig. 3).

James Quine

3. Examples of "ceramic criolla"or "colono ware" combining European and American Indian elements. Top: Sixteenth century red and cream polychrome indo-hispano wares, Concepción de la Vega, Dominican Republic. Bottom: Late seventeenth century cross-simple stamped pitcher form, St. Augustine, Florida (Florida Museum of Natural History, University of Florida).

The specific physical attributes of such pottery vary by region, but whether made by Spanish *criollos*, Africans, Indians or mixed-race people, these local ceramic traditions share the characteristics of being:

(1) formally and technologically distinct from contemporary kitchenware ceramics in Iberia;

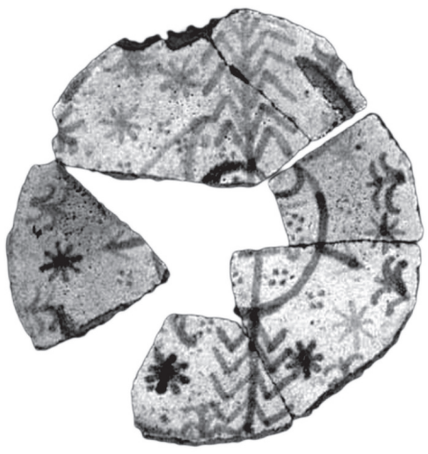
(2) locally-produced;

(3) influenced by both European and non-European material traditions; and

(4) dominant elements in most kitchen assemblages in "Spanish"-identified households.

Hybrid ceramic forms in Spanish American colonies are not exclusively restricted to non-European production technology. The "Guadalajara" or Tonolá pottery of Mexico for example, incorporates introduced (European) production methods of wheel throwing and kiln firing as well as local, American forms and decorative elements (Charlton and Katz, 1979; Deagan, 1987, p. 44-46; García Saíz, 2003). During the colonial period, this Aztec-influenced pottery was produced and exported in great numbers, largely because of a belief among Spanish women that its *búcaro* clay contained cosmetic and healthful properties. This might have been excellent market promotion on the part of exporters, or the adoption of Aztec beliefs by Spanish women, but this inquiry will require a great deal more archaeological and historical contextualization, on both sides of the Atlantic.

The lesser-known "cerámica Indo-Hispano" found in early 16th century contexts in Concepción de la Vega and in Santo Domingo incorporates both hand built and wheel-thrown forms with Spanish and Native forms and decoration (fig. 4). Elements of this singular ceramic assemblage include what may be South or



4. Blue and white majolica plate from Panamá Vieja, with corn plant motif. Sixteenth century. (Florida Museum of Natural History, University of Florida).

Central American indigenous decorative motifs and techniques, and it seems to represent the period in Caribbean labor history when the local Taíno people were at a very low population level and Spanish slave raiders plundered more widely throughout the circum-Caribbean region (see discussions in Kulstad, 2008; Sauer, 1966, p. 154-160).

Another example of emerging material differences between Spain and the Spanish American colonies can also be traced in domestic household items that followed essentially Iberian forms and functions. By the 1570's, local American industries and regional trade networks in tableware pottery, glassware, coin minting, jewelry, cloth, leather and iron goods were established (Deagan, 2002; Santiago Cruz, 1960). Glazed tableware pottery, for example — beloved of archaeologists — was after about 1570 typically (although not exclusively) from Mexico or Peru or Panama (Lister and Lister, 1987; Gavin, Pierce and Pleguezuelo, 2003; Rodríguez-Alegría, et. al., 2003; Rovira, 2001). Although designs on these early American majolicas often followed Spanish patterns, they quickly developed local American variations in motif, such as palmettes and corn plants (fig. 4). Coins were from colonial mints in Mexico, Bogotá, Lima or Potosí. Glassware was made in Mexico. Examples of these categories of material life found in Spanish colonial households are more often the products of colonial, rather than Iberian, production. Although these products for the most part continued the technological and stylistic traditions of Iberia, they nevertheless underscore the material difference between colonial and Iberian households.

In other words, the materiality of life in those sixteenth century towns demonstrates a clear divergence from what we know so far about household material patterns of Spain (McEwan 1988, 1992; Amores Carredano y Chisvert Jiménez, 1993; Coll Conesa and Más Belén, 1997), both in the regular incorporation of American Indian and African domestic technology, and in the early dependence of colonists on American-produced crafts and commodities rather than in those imported from Spain. These factors furthermore also archaeologically distinguish Spanish-American from English-American colonial households. In the latter, imported ceramics, glassware and domestic furnishings dominate the archaeological household assemblages until the late 18th century (Deetz, 1977, 1993; Honerkamp, 1990; Kelso, 1984; Shackel and Little, 1994; South, 1977; Zierden and Herman, 1999).

Another notable source of material differentiation between Iberian and Spanish-American colonial households of the sixteenth and seventeenth centuries was the incorporation and consumption of illicit goods from European nations other than Spain. In an effort to monopolize the products of the American silver and gold mine, Spain's strict mercantilist economic policies mandated that trade in the Spanish American colonies was to be carried out only by Spanish-licensed ships, and only from the ports of Seville or Cádiz (Haring, 1964, p. 115-122; Macleod, 1984). As both historians and archaeologists have demonstrated, however, this centrally-controlled trade system was insufficient for providing the everyday needs of the colonists, and by the mid-sixteenth century, colonists in many areas turned to contraband and smuggling to make ends meet (for archaeological considerations of this see Deagan, 2007; Halbirt, 2004; Lyon and Purdy, 1982; Schaveltzón, 2000; Skowronek, 1992).

The Spanish towns of Puerto Real and Bayahá in northern Hispaniola, for example, were forcibly abandoned and burned in the late sixteenth century by Spanish government officials, who found themselves unable to control the illicit trade with foreign corsairs in which the town citizens enthusiastically engaged (Hodges and Lyon, 1995). Even such drastic measures were insufficient to prevent contraband trade, and it became a regularized part of colonial economic strategy throughout the Spanish empire (Cohen, 2003; Haring, 1966; Macleod, 1984). The nature and degree of participation in contraband trade varied widely according to local geography, access to ports, wealth and social inclination, but it remained a resistant and more or less overt practice until the Bourbon reforms of the later eighteenth century.

Covert and overt resistance to Spanish-imposed regimens by the residents of the American colonies – and particularly the Spanish crown's accommodation of such resistance- offers another avenue for understanding the formation of Spanish-American identity. From the fifteenth century onward, the refusal of some local Spaniards, Native Americans and African slaves to accept imperial mandates altered not only the empire's polices but also the colonial social order. For example, one centrally important factor in the failure of Columbus's f*actoría*-type colonial template was the refusal of non-elite expedition members to accommodate the Crown's and Columbus's vision of the colonists as salaried employees. They, like the *hidalgos*, demanded land and rights to Indian labor, in effect, rejecting the "natural" social order of fifteenth century Spain based on *hidalguería.*

In 1497 one of Columbus's former vassals, Francisco de Roldán, living among the Taíno with a group of commoner-born Spanish compatriots, led a rebellion that forced Columbus to grant land and the labor of those who lived on it to the Spanish rebels, regardless of

their social class. This not only helped lead to Columbus's removal in disgrace, but it also introduced class disruption and a different kind of social order in Spanish America. It is one of the first instances of the many adjustments made to Spain's imperial colonial project and policy in response to local and, for the most part, non-elite agency (Moya Pons, 1986, p. 19-27; Stevens Arroyo, 1993; Pérez de Tudela Bueso, 1955).

The Spanish imperial government also faced challenges from African and mixed blood peoples in the Americas, frequently in alliance with American Indians. In Hispaniola, for example, Taíno Indians and escaped African slaves allied during the 1520's to attack Spanish towns in Hispaniola. When the Spanish authorities were unable to defeat the rebels, they agreed instead to peace treaties that guaranteed freedom and legitimization of the *cimarrones.* This was a continuing process in the Spanish American world, and similar accommodations were reached with black and Indian rebels in Mexico, Panamá, Ecuador, Venezuela Brazil and elsewhere during the sixteenth century (see Landers and Robinson, 2006). A distinct kind of pluralistic materiality emerged in these *cimarrón* communities, but they nevertheless incorporated Spanish, American Indian and African elements.

CONCLUSION

By the mid-sixteenth century, the structure and dynamic of social life in Spanish colonial America were no longer wholly shaped by an Iberian perspective, or controlled exclusively by a Spanish imperial authority. New kinds of labor exploitation systems, racialization categories, social class distinctions, marriage patterns, economic strategies and material traditions had emerged through the actions and perspectives of second and third-generation colonial residents. These included people whose cultural and racial origins lay variously in Europe, America, Africa or in a combination of these, and who represented a new kind social and political identity, distinct from either indigenous Europe or indigenous America. Social class was obviously also a critical element, along with racial and cultural origin, in the genesis of Spanish American colonial identity. It is likely that the emergence of this distinctly American identity was most pronounced among those people who did not share in the wealth of the colonies.

One of the clearest archaeological expressions of this new sensibility was in domestic life, in households, where a new, culturally pluralistic and culturally integrative material world prevailed by the middle of the sixteenth century. The social mechanisms by which integrative household practice developed were undoubtedly many. I have suggested that culturally and racially pluralistic commensality in households was a critical factor, occurring regularly by the incorporation of American Indian and African women into "Spanish" households (whether through marriage, servitude, or concubinage). Some have argued that Spanish social strategies for accommodating native elites contributed to such integration, and others point to the organization by Spaniards of Native labor and production, or to simple economic necessity as contributing factors (see, for example, DeFrance, 2003; Rodríguez-Alegría, 2005; Voss, 2009).

To the extent that material life expresses practice and choice, American Indians, Spanish creoles and African laborers all contributed visibly to the collective identity of Spanish colonial households, and a way that was uniquely New World. This was not the case in the Anglo American colonies of the same region. This has been shown many times over by archaeological work at English-American sites dating to the first century of colonial occupation, where a very strong adherence to English domestic practices, furnishings, food, architecture and landscape organization is very well-documented. Archaeologists working throughout the English colonies have shown that there was virtually no incorporation of Native American or African material elements into English colonial households or domestic life organization (Deetz, 1977, 1993; Honerkamp, 1990; Kelso, 1984, 2007; Shackel and Little, 1994; South, 1977; Zierden and Herman, 1999).

There are many cultural and ideological reasons for this; including attitudes about racial intermarriage, individual economic enterprise, political background and religious pluralism, and there insufficient space in which to address these here. However it is interesting to American historians and archaeologists that one of the United States' most cherished notions about our origin is that of a cultural "melting pot". This is not supported by archaeology in the households of Anglo colonial forbearers, who seem to have practiced a stern exclusion of non-European material life. Archaeology suggests instead that it was in the households of Spanish America that a new, distinctive *criollo* culture arose by incorporating and reconfiguring Native American, Spanish and African practices, into a new American lifestyle.

BIBLIOGRAFIA

ARRANZ MARQUÉZ, L. (1991) – *Repartimientos y encomiendas en la isla Española (El repartimiento de Albuquerque de 1514)* Fundación García Arévalo, Santo Domingo, Dominican Republic.

BARONI, L.M. (2001) – Cerámica criolla: muestra excavada en el pozo de las Casas de Terrín. *Revista Canto Rodado* 1. Patronato Panama Viejo, Panama.

BOYER, R. (1997) – Negotiating calidad: The everyday struggle for status in Mexico. *Historical Archaeology,* 31(1), p. 64-73.

BRADING, D. A. (1991) – *The first America: The Spanish monarchy, Creole patriots, and the liberal State, 1492-1867*. Cambridge University Press, Cambridge, England.

BURKETT, E. (1978) – Indian women and white society: The case of sixteenth century Peru. In *Latin American Women*, A. Lavrin, editor, p. 101-128. Greenwood Press, Westport, CT.

BURKHOLDER, M. L. e JOHNSON (1990) – *Colonial Latin America*. Oxford University Press, New York, NY.

CANNY, N. e A. PAGDEN (eds) (1987) – *Colonial identity in the Atlantic world* . Princeton University Press, Princeton, NJ.

CARD, J. (2007) – *The ceramics of colonial Ciudad Vieja, El Salvador: Culture contact and social change in Mesoamerica*, Ph.D. dissertation (Anthropology). Tulane University, New Orleans, LA.

CARREDANO, F. e N. C. JIMÉNEZ (1993) – *Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna Sevillana (s. XV-XVII)* I. La loza quebrada de relleno de bóvedas. *SPAL (Revista de prehistória y arqueología de la Universidad de Sevilla)* 2, p. 269-325. Seville, Spain.

CARRERA, M. (2003) – *Imagining identity in New Spain: race lineage and the colonial body in portraiture and casta paintings.* University of Texas Press, Austin.

CASTILLERO, A. (2006) – *Sociedad, economía y cultura material, historia urbana de Panamá la Vieja.* Alloni Editions, Argentina.

CHANCE, J. K. (1978) – *Race and class in colonial Oaxaca*. Stanford University Press, Palo Alto, CA.

CHARLTON, T.; P. F. GARCÍA e J. CERVANTES ROSADO (1995) – La cerámica del period colonial temprano en Tlalteco: el caso de la loza rosa bruñida. In *Presencias y encuentros: investigaciones arqueológicos salvamentos*. Dirección de Salvamento Arqueológico, Instituto Nacional de Antropología e História. Mexico City. p.135-155

CHARLTON, T.; C. O. CHARLTON e P. FOURNIER (2005) – The Basin of Mexico: AD 1450-1620: Archaeological dimensions. in S. KEPECS AND R. ALEXANDER, eds. *The Post-Classic to Spanish era transition in Mesoamerica. Archaeological perspectives*. University of New Mexico Press, Albuquerque. p. 49-64.

CHARLTON, T. e R. KATZ (1979) – Tonalá Bruñida ware, past and present. *Archaeology* 32(1) p. 45-53.

COHEN, J. (2003) – *Informal commercial networks, social control, and political power in the province of Venezuela, 1700-1757*. Doctoral dissertation, (History) University of Florida, Gainesville. University Microfilms International, Ann Arbor. MI.

COLL CONESA, J. e B. MÁS BELÉN (1997) – Cerámica moderna, in P. JIMÉNEZ CASTILLO; J. COLL CONESA; J. NAVARRO PALAZÓN; J.BARRACHINA, eds. *Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución*. *Plateria* 14, (eds) Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos 'Ibn Arabí. Murcia, Spain. p. 51-64.

COUNCIL, R. B. (1976) – Archeology of the Convento de San Francisco. Unpublished MA thesis, (Anthropology) University of Florida, Gainesville.

CRUXENT, J. M. (1971) – Algunas noticias sobre Nueva Cádiz, Venezuela. *Memórias de la VI Conferencia Geológica del Caribe*. p. 33-35.

CRUZ SANTIAGO, F. (1960) – *Las artes y los grémios en la Nueva España*. Editorial Jús, Mexico.

CUSICK, J. G. (editor) (1998) – *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 25. Southern Illinois University, Carbondale.

DEAGAN, K. (1998) – Transculturation and Spanish American ethnogenesis: the archaeological legacy of the quincentenary, in J.G. CUSICK (ed) *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 25. Southern Illinois University, Carbondale. p. 23-43.

(1985) – Spanish-Indian interaction in sixteenth-Century Florida and the Caribbean. in W\ W. FITZHUGH {ed) *Cultures in contact: The impact of European contacts on Native American cultural institutions, A.D. 1000-1800*, Smithsonian Institution Press, Washington, DC. p. 281-318.

(1987) – *Artifacts of the Spanish colonies of Florida and the Caribbean: Volume 1 Ceramics and glassware.* Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

(2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean: Vol. 2, Portable, personal possessions*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

(2003) – Transformation of empire: The Spanish colonial project in America. *Historical Archaeology* 37(4) p. 3-13.

(2007) – Eliciting contraband through archaeology: illicit trade in eighteenth-century St. Augustine. *Historical Archaeology* 41(4) p. 96-114.

DEAGAN, K. e J. M. CRUXENT (2002a) – *Columbus's outpost among the Taínos: Spain and America at La Isabela, 1493--1498.* Yale University Press, New Haven, CT.

(2002b) – *Archaeology at La Isabela: America's first European town*. Yale University Press, New Haven, CT.

DEETZ, J. (1977) – I*n small things forgotten: the archaeology of early American life*. Anchor Press/Doubleday. Garden City, NY.

(1993) – *Flowerdew Hundred: The archaeology of a Virginia plantation, 1619-1864*. University Press of Virginia, Charlottesville, VA.

DEFRANCE, S. (2003) – Diet and provisioning in the high Andes: A Spanish colonial settlement on the outskirts of Potosí, Bolivia. *International Journal of Historical Archaeology* 7(2) p. 99-126.

DOMÍGUEZ, L. (1978) – La transculturación en Cuba (s. XVI--XVII). *Cuba Arqueológica* I. p. 33-50. Editorial Oriente, Santiago de Cuba.

(1980) – Cerámica de transculturación del sitio coloniál Casa de la Obrapía. *Cuba Arqueológica* II. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, Havana.

(1984) – *Arqueologia colonial Cubana: dos estudios.* Editorial de ciencias sociales, Havana.

(2005) – Historical archaeology in Cuba. IN L. A. CURET; S. L. DRAWDY; G. DE LA ROSA CORZO (eds) *Dialogues in Cuban archaeology.* University of Alabama Press, Tuscaloosa. p. 62-71.

ELLIOTT, J. H. (2006) – *Empires of the atlantic world: Britain and Spain in America 1492-1830*. Yale University Press, New Haven, CT.

EWEN, C. (1991) – *From Spaniard to Creole: The archaeology of Hispanic-American cultural formation at Puerto Real, Haiti.* University of Alabama Press, Tuscaloosa.

FOWLER, W. e R. O. GALLARDO (2002) – *Investigaciones arqueológicas en Ciudad Vieja, El Salvador: La primigenia villa de San Salvador*. Consejo Nacional para la Cultura y el Arte, Ministerio de Educación, San Salvador.

GALLOWAY, P. (1995) – *Choctaw Genesis 1500-1700.* University of Nebraska Press, Lincoln and London.

GARCÍA ARÉVALO, M. (1978) – La arqueologia Indo-Hispano en Santo Domingo. *Unidades y variedades: Ensayos en homenaje a José M. Cruxent* Caracas: Centro de Estudios Avanzados. p. 77-127.

(1990) – Transculturation in contact period and contemporary Hispaniola. in D. THOMAS (ed) *Columbian Consequences Vol. 2:Archaeological and Historical Perspectives in the Spanish Borderlands East*. Smithsonian Institution Press. Washington, D.C. p. 269-280.

GARCÍA SAÍZ, M. C. (1989) – *Las castas Mexicanas: un género pictórico Americano (The Castes: A Genre of Mexican Painting)*. Olivetti, Mexico City, Mexico.

(2003) – Mexican ceramics in Spain. In R. GAVIN, D. PIERCE AND A. PLUEGUEZELO (eds.) *Cerámica y cultura. The story of Spanish and Mexican mayólica*. University of New Mexico Press, Albuquerque. p. 186-203.

GASCO, J. (2005) – Spanish colonialism and processes of social change in Mesoamerica. In G. STEIN (ed) *The archaeology of colonial encounters: Comparative perspectives.* School of American Research Press, Santa Fe, NM. p. 69-108.

GAVIN, R.; D. PIERCE e A. PLEGUEZUELO (eds) (2003) – *Ceramica y cultura. The story of Spanish and Mexican mayólica*. University of New Mexico Press, Albuquerque.

HALBIRT, C. (2004) – La ciudad de San Agustín: A European fighting presidio in eighteenth-century La Florida. *Historical Archaeology* 38(3) p. 33-46.

HANKE, L. (1965) – *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*. Little, Brown and Co., Boston, MA.

HARING, C. H. (1964) – *Trade and navigation between Spain and the Indies in the time of the Hapsburgs*. Peter Smith, Gloucester, MA.

HILL, J. (ed) (1996) – *History, power, and identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992.* University of Iowa Press, Iowa City. IA.

HODGES, W. e E. LYON (1995) – A general history of Puerto Real. In K. DEAGAN (ed) *Puerto Real: The archaeology of a sixteenth-century town in Hispaniola*, University Press of Florida, Gainesville, FL p. 83-112.

HONERKAMP, N. (1990) – *Frontier process in eighteenth century colonial Georgia: An archaeological approach*. Ph.D. dissertation (Anthropology), University of Florida, Gainesville FL.

HUSSEY, R. (1932) – Text of the Laws of Burgos concerning the treatment of the Indians. *Hispanic American Historical Review* 12 p. 301-326.

JAMIESON, R. (2004) – Bolts of cloth and sherds of pottery: Impressions of caste in the material culture of the seventeenth century audiencia of Quito. *The Americas* 60(3) p. 431-446.

(2000) – *Domestic architecture and power: The historical archaeology of colonial Ecuador*. Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, N.Y.

KAGAN, H. (2000) – *Urban images of the Hispanic world 1493-1793*. Yale University Press, New Haven, CT.

KATZEW, I. (2004) – *Casta painting: images of race in eighteenth-century Mexico.* Yale University Press, New Haven.

KELSO, W. (2007) – *Jamestown, the buried truth*. University of Virginia Press, Charlottesville, VA.

(1984) – *Kingsmill Plantations, 1619-1800: archaeology of country life in colonial Virginia*. Academic Press, Orlando, FL.

KULSTAD, P. (2008) – Concepción de la Vega 1495-1564: Lifeways in the Americas' first boom town. M. A. Thesis (Latin American Studies), University of Florida, Gainesville, FL.

LANDERS, J G. (2006) – Cimarrón and citizen: African ethnicity, corporate identity, and the evolution of free black towns in the Spanish circum-Caribbean, In J.G. LANDERS; B. ROBINSON (eds) *Slaves, subjects, and subversives: Blacks in colonial Latin America.* University of New Mexico Press, Albuquerque, p. 111-146.

LANDERS, J. e B. ROBERTSON (eds) (2006) – *Slaves, subjects, and subversives: Blacks in colonial Latin America.* University of New Mexico Press, Albuquerque.

LISTER, F. e R. LISTER (1987) – *Andalucian ceramics in Spain and New Spain*. University of New Mexico Press, Albuquerque, NM.

LOCKHART, J. e S. SCHWARTZ (1983) – *Early Latin America*. Cambridge Latin American Studies 46. Cambridge University. Cambridge, U.K.

MACALISTER, L. N. (1984) – *Spain and Portugal in the New World, 1492-1700*. University of Minnesota Press, Minneapolis, MN.

MACLEOD, M. (1984) – Spain and America: the Atlantic trade 1492-1720. In L. BETHELL (ed) *Cambridge History of Latin America,* Vol. 1, *Colonial Latin America.* Cambridge University Press, Cambridge, UK. p. 341-388.

MCEWAN, B. G. (1988) – *An archaeological perspective on sixteenth-century Spanish life in the Old World and the Americas*. Ph.D. dissertation, (Anthropology) University of Florida, Gainesville. University Microfilm International, Ann Arbor, MI.

(1992) – The roles of ceramics in Spain and Spanish America during the sixteenth century. *Historical Archaeology* 26(1) p. 92-108.

MORNER, M. (1967) – *Race mixture in the history of Latin America*. Little, Brown, Boston, MA.

MOYA PONS, F. (1987) – *Después de Colón: trabajo, sociedad y política en la economía del oro.* Alianza Editorial, Madrid.

ORTEGA, E. (1980) – *Introducción a la loza común o alfareria en el período colonial de Santo Domingo*. Fundación Ortega Álvarez, Santo Domingo, Dominican Republic.

(1982) – *Arqueología colonial en Santo Domingo*. Fundación Ortega-Álvarez, Santo Domingo, Dominican Republic.

ORTEGA, E. e C. FONDEUR (1978) – *Estudio de la cerámica del período Indo-Hispano de la antigua Concepción de la Vega*. Fundación Ortega Álvarez. Serie Científica 1. Santo Domingo, Dominican Republic.

(1979) – *Arqueología de la Casa del Cordón*. Fundación Ortega Álvarez. Serie Científica II, Santo Domingo, Dominican Republic.

PALCA, J. (1998) – Lacandón Maya culture: change and survival in the lowland frontier of the expanding Guatemalan and Mexican republics. In J. CUSICK *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University Press, Carbondale, IL. p. 457-475.

PAGDEN, A. (1987) – Identity formation in Spanish America. in N. CANNY; A. PAGDEN, (eds) – *Colonial identity in the Atlantic world, 1500-1800*. Princeton University Press, Princeton, NJ. p. 51-94.

PÉREZ DE TUDELA BUESO, J. (1955) – La quiebra de la factoría y el nuevo poblamiento de la Española. *Revista de Indias*, 60 (15), p. 197-252.

RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E. (2005) – Eating like an Indian. *Current Anthropology,* 46, p. 551-573.

RODRÍGUEZ-ALEGRÍA; E. H. NEFF e M.D. GLASCOCK (2003) – Indigenous ware or Spanish import? The case of *Indígena* ware and approaches to power in colonial Mexico. *Latin American Antiquity* 14(1) p. 67-81.

ROVIRA, B. (2001) – Presencia de mayólicas Panameñas en el mundo colonial: algunas consideraciones acerca de su distribución y cronología. *Latin American Antiquity* 12(3) p. 291-303.

SAUER, C. O. (1966) – *The early Spanish Main*. University of California Press, Berkeley, CA.

SCHÁVELZON, D. (2000) – *The historical archaeology of Buenos Aires: A city at the end of the world*. Kluwer Academic/ Plenum Publishers, New York, NY.

SCHOLKMANN, B.; R. SCHREG; A. KOTTMANN e I. MARTÍNEZ, A. ZEISCHKA (2006) – El óspital San Juan de Dios, Panamá Viejo. Nota preliminar acerca de las investigaciones arqueológicas. *Canto Rodado,* 1, p. 65-83. Panamá.

SCHWARTZ, S. (1987) – The formation of a colonial identity in Brazil. in CANNY, N.; A. PAGDEN (eds) *Colonial identity in the Atlantic world.* Princeton University Press, Princeton, NJ. p. 15-50.

SENATORE, M. X. (1995) – Tecnologías nativas y estratégias de ocupación Española en la región del Rio de la Plata. *Historical Archaeology in Latin America* 11. South Carolina Institute for Archaeology and Anthropology, Columbia, S.C.

(2007) – *Arqueología e historia en la colonia Española de Floridablanca*. Buenos Aires: Editorial Teseo.

SHACKEL, P. e B. LITTLE – (eds) (1994) *Historical archaeology of the Chesapeake*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

SMITH, G. (1995) – Indians and Africans at Puerto Real: the ceramic evidence. In DEAGAN, K. (ed) *Puerto Real: the archaeology of a sixteenth-century town in Hispaniola.* University Press of Florida, Gainesville. FL. p. 335-374.

SOCOLOW, S. (2000) – *The women of colonial Latin America*. Cambridge University Press, Cambridge, England.

SOLÍS, C. (1999) – Criollo pottery from San Juan de Puerto Rico. In HAVISER, J. (ed) *African sites archaeology in the Caribbean*, Markus Weiner Publishers, Princeton, N.J., p. 131-142.

SOUTH, S. (1977) – *Method and theory in historical archeology*. Academic Press, New York, NY.

STEPHENS-ARROYO, A. (1993) – The inter-Atlantic paradigm: The failure of Spanish medieval colonization in the Canary and Caribbean islands. *Comparative studies in society and history* 35(3), p. 515-543.

THIERREN, M.; E. UPRIMY; J. LOBO GUERRERO e M. F. SALAMANCA; F. GAITÁN e M. FANDIÑO (2002) – *Catálago de cerámica colonial y republicana de la Nueva Granada*. Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, Bogotá, Columbia.

THOMAS, D. H. (editor) (1989) – *Columbian consequences, Vol. 1, Archaeological and historical perspectives on the Spanish borderlands west*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

(1990) – *Columbian consequences, Vol. 2, Archaeological and historical perspectives on the Spanish borderlands east.* Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

(1991) – *Columbian consequences, Vol. 3, The Spanish borderlands in pan-American perspective*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.

VARGAS, I.; M. SANOJA; G. ALVARADO e M. MONTILLA (1998) – *Arqueología de Caracas. San Pablo teatro municipial,* Vol. 2. Biblioteca de la Académia Nacional de História # 178. Caracas, Venezuela. p. 73-79.

VELOZ-MAGGIOLO, M e E. ORTEGA (1992) – *La fundación de la villa de Santo Domingo*. Colección Quinto Centenario, Serie História de la Ciudád # 1. Santo Domingo, Dominican Republic.

VOSS, B. (2008) – Gender, race, and labor in the archaeology of the Spanish-colonial Americas. *Current Anthropology,* 49(5), p. 862-893.

WEBER, D. (1992) – *The Spanish frontier in North America.* Yale University Press, New Haven, CT.

WILLIAMS, B. F. (1992) – Of straightening combs, sodium hydroxide, and potassium hydroxide: An archaeological and cultural-anthropological analysis of ethnogenesis. *American Antiquity* 57(4) p. 608-612.

WILLIS, R. (1976) – The archeology of 16th century Nueva Cadiz. Unpublished MA thesis,(Anthropology) University of Florida, Gainesville, FL.

WOODWARD, R.P. (1988) – The Charles Cotter collection: A study of the ceramic and faunal remains. Unpublished MA thesis (Anthropology), Texas A and M University, College Station, TX.

(2006) – *Medieval legacies: The industrial archaeology of an early sixteenth century sugar mill at Sevilla La Nueva, Jamaica*. Unpublished Ph.D. Dissertation. Simon Fraser University, Vancouver. Canada.

ZIERDEN, M. e B. HERMAN (ed) (1999) – Charleston in the context of trans-Atlantic culture. *Historical Archaeology,* 33(3), p. 1-107.

BAHIA

APORTES PARA UMA ARQUEOLOGIA DAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS NO PERÍODO COLONIAL

CARLOS ETCHEVARNE **Dep. Antropologia, FFCH, Universidade Federal da Bahia**

RESUMO A cidade de Salvador da Bahia, no Nordeste brasileiro, constitui um bom exemplo daquilo que pode ser considerada a efetiva implementação do programa português de colonização no Atlântico sul. Fundada na metade do século XVI, com o objetivo principal de dar apoio à circulação marítima para a Índia e também como ponto de controle das atividades extrativistas, a cidade desenvolve-se na medida em que o território se torna um componente essencial da economia portuguesa, ingressada no capitalismo mercantilista de nível transcontinental. Assim nasce Salvador de Bahia e se transforma na primeira capital colonial da América portuguesa.

De fato, no transcurso do século XVII, a cidade consolida-se na sua posição estratégica e é motivo de um considerável investimento em equipamentos urbanos por parte da coroa, à que se juntam as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, e algumas iniciativas privadas. A esse período correspondem as construções monumentais que lhe darão prestígio entre as demais cidades e são definidas as diretrizes de expansão urbanística. Pode-se dizer que esse é o século em que ela adquire definitivamente fisionomia própria e, ao mesmo tempo, cristaliza a rede de relações com o resto do território colonial, assim como com outras partes do mundo europeu e oriental.

Os trabalhos arqueológicos efetuados no centro histórico de Salvador da Bahia, durante a remodelação da Praça da Sé, no local onde se erguia a primeira Sé Primacial do Brasil e no seu entorno, permitiram pôr em evidência alguns aspectos de caráter sócio-histórico que tem a ver com o cotidiano da vida de grupos de pessoas dessa cidade, durante o século XVII. O setor urbano trabalhado está indiscutivelmente associado ao núcleo de instalação do poder colonial, seja ele político como religioso. Além dos alicerces das estruturas arquitetônicas puderam ser descobertos restos de materiais arqueológicos que aludem diretamente a hábitos daquele período na cidade, evidenciando ainda a utilização particular de certos produtos assim como a circulação de mercadorias entre a colônia, a metrópole e outros países.

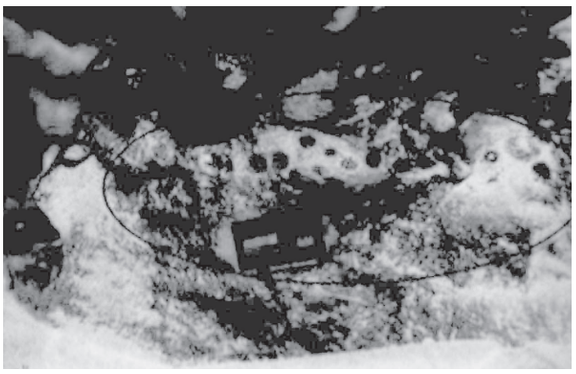
PALAVRAS-CHAVE **Portugal, Brasil, Salvador, Sé, arqueologia urbana, quotidiano, colonização**

SALVADOR DA BAHIA, CAPITAL COLONIAL

A cidade de Salvador da Bahia, no Nordeste brasileiro, constitui um bom exemplo daquilo que pode ser considerada a efetiva implementação do programa português de colonização no Atlântico sul. Fundada na metade do século XVI, com o objetivo principal de dar apoio à circulação marítima para a Índia e também como ponto de controle das atividades extrativistas, a cidade desenvolve-se na medida em que o território do litoral brasileiro se torna um componente essencial da economia portuguesa. De fato, incorpora-se no eixo do capitalismo mercantilista de nível transcontinental, quando começa, logo depois, a produção açucareira. Assim nasce a cidade de Salvador da Bahia, que se erige como a primeira capital colonial da América portuguesa.

Em 1549, Tomé de Souza, executando uma ordem do rei João III, instala um núcleo urbano que cumpriria entre outras funções apoiar às embarcações que deviam atravessar o Atlântico no grande percurso rumo ao oriente, chamado Carreira das Índias, em um sistema de triangulação que aproveitava as circulações de ventos. Ao mesmo tempo, a cidade atenderia às necessidades administrativas das primeiras vilas das donatarias (esforço inicial de povoamento) e poderia se controlar melhor as capitanias hereditárias que quase duas décadas antes começaram a funcionar ao longo do território litorâneo do Brasil (Wheling e Wheling, 2005). Na primeira cidade do Brasil, fundada por ordem régia, instala-se o primeiro Governo Geral da colônia, com o próprio Tomé de Souza exercendo a função de governador.

Ainda que já existisse um nucleamento criado pelo donatário Francisco Pereira Coutinho, que poderia ter sido aproveitado como base, Tomé Souza, acatando as diretrizes expressas da coroa em um regimento bem preciso, decide-se por uma melhor localização para a cidade que iria fundar. Por esta razão, escolhe um ponto alto, em uma área adentrada na baia de Todos os Santos, com uma posição mais confortável do ponto de vista estratégico para a defesa e para o favorecimento das atividades mercantis ligadas ao mar (Carneiro, 1980; Simas, 1998). A localização em acrópole, com amplo horizonte marinho, encostas abruptas, abundantes cursos de água próximos e uma superfície plana suficiente para acolher a população colonial considerável, constituirá um modelo para outras cidades



1. Igreja da Sé de Salvador. Acompanhamento de adorno corporal de colares com contas de vidro.

2. Igreja da Sé de Salvador. Colar de contas de vidro, encontrada como acompanhamento de sepultamento.

3. Igreja da Sé, contas de vidro, cilíndricas, usadas pela população de origem africana.

4. Igreja da Sé. Prato de faiança com motivo brasonado.

que virão a ser fundadas nesse século no Brasil.

No processo de fundação de núcleos urbanos e de ocupação territorial, outros agentes operaram na consolidação do projeto colonial. Paralelamente aos administradores oficiais, a Igreja Católica proporcionou os recursos humanos e os instrumentos adequados para assegurar a sujeição de colonos e indígenas à fé cristã, justificando com isto a fidelidade ao rei e a permanência ou incorporação ao mundo ocidental. Na colônia portuguesa não haveria nenhuma possibilidade de realização de instalações oficiais sem a presença da Igreja Católica, através de seus agentes, quer eclesiásticos de hierarquias administrativas diversas ou, então, por meio das suas ordens monásticas, conventuais, hospitalarias ou colegiadas. Dentre as ordens religiosas, sobressaem os padres da Companhia de Jesus que cumprem um papel relevante na educação dos moradores, na evangelização e na missionização dos indígenas, o que, deve ser ressaltado, permitia a incorporação de novos territórios ao poder régio.

A aliança entre Coroa e Igreja se manifestou, na Bahia e em outros lugares no Brasil colônia, de diferentes maneiras. Porém os sinais mais manifestos foram as construções de igrejas e capelas, assim como as fundações de conventos e mosteiros. Neste sentido, é exemplar o fato desses espaços religiosos serem dentre os primeiros a se erigirem, demonstrando, fortemente, o nexo entre governo e Igreja, assim como o enraizamento das práticas religiosas no cotidiano público ou privado da cidade. Por esta razão, as edificações religiosas acompanham desde o início a construção da cidade e é através delas que também é possível se identificar as transformações produzidas do ponto de vista comportamental da sociedade baiana. Assim, a Igreja da Sé e o Colégio dos Jesuítas são fundados nos primórdios da cidade e, em que pese as modificações arquitetônicas havidas ao longo do tempo, chegaram até o século XX com a mesma localização, no quadro urbanístico soteropolitano[1].

Na segunda metade do século XVI as instituições administrativas da coroa e as da Igreja Católica se afirmam e desenvolvem em proporção direta com a importância que a capital da colônia ia adquirindo. De fato, no transcurso do século XVII, a cidade consolida-se na sua posição estratégica e é motivo de um considerável investimento em equipamentos urbanos por parte da coroa, aos que se juntam as edificações das ordens

1. O nome deriva do termo grego soteros, que significa salvador. Soterópolis, e soteropolitano, começaram a ser usadas como designações para a cidade e seus habitantes, respectivamente, no final do século XVIII, a partir da publicação de uma obra, com caráter epistolar fictício, escrita por Luis dos Santos Vilhenas, professor de língua grega, na cidade. Desse momento até hoje são utilizados amplamente (Vilhena, 1969).

religiosas, especialmente as dos jesuítas, e de algumas iniciativas privadas. A esse período correspondem as primeiras construções monumentais que lhe darão prestígio entre as demais cidades da colônia e são definidas as diretrizes da expansão urbanística. Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que nesse século Salvador da Bahia adquire, definitivamente, fisionomia própria e, ao mesmo tempo, emerge como ponto estratégico, cristalizando a rede de relações comerciais com o resto do território colonial brasileiro, assim como com outras partes do mundo europeu, africano e oriental. É, consequentemente, neste contexto sócio-econômico que devemos buscar a explicação das situações arqueológicas encontradas no subsolo de um espaço urbano, hoje bastante transformado e pouco prestigiado, que constitui a chamada Praça da Sé de Salvador.

IGREJA DA SÉ E O PÁTIO DOS ESTUDOS GERAIS DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS. O MUNDO RELIGIOSO COLONIAL E O ESPAÇO DE PODER

A área onde se encontravam os edifícios da Igreja da Sé, sede do arcebispado, e do Colégio dos Jesuítas, quartel geral da ordem no Brasil, constituiu, desde o século XVI, um eixo urbano que se vinculava diretamente com a praça onde se encontrava o braço secular do poder, ou seja, o palácio do governador e a Casa de Câmara e Cadeia. Entre um extremo e outro, localizava-se a Santa Casa da Misericórdia, uma instituição de caridade de enorme peso político, pela extração social dos seus benfeitores, todos eles da classe abastada da cidade. A proximidade de todos esses edifícios e a união direta através de uma rua principal são altamente elucidativas no que se refere à posição política que cada instituição tinha dentro do organograma colonial.

O edifício da Sé primacial do Brasil, o maior da colônia durante mais de três séculos, o Palácio do Arcepispo e o enorme complexo arquitetônico do Colégio dos Jesuítas dominavam não somente sobre o conjunto urbano pela sua imponência, mas constituíam referências simbólicas fundamentais para a população da Salvador colonial, tendo em vista o rol das instituições que acolhiam. Eles complementavam, nesse setor da cidade, o conjunto espacial que sediava o governo local e a representação régia e de onde partiam as decisões políticas e administrativas da colônia.

Com este panorama, pode se pensar que, em princípio, essa faixa construtiva, imbuída de alto conteúdo simbólico, devia valorizar os terrenos circundantes, em uma relação diretamente proporcional à distância com esse eixo de poder. Isto quer dizer que os habitantes da cidade de Salvador com moradias nas vizinhanças desse setor deviam ter uma posição econômica abastada que

5. Igreja da Sé. Bacia de confeiteira ou fruteira, encontada no adro.

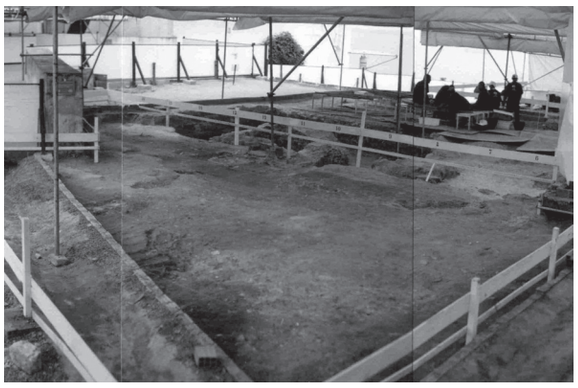
6. Igreja da Sé. Buzios para o jogo do Ifá, encontrados no adro.

7. Igreja da Sé. Conchas com furos para formação de colar, encontradas no adro da Igreja da Sé.

8. Igreja da Sé. contas esféricas, de vidro, encontradas no adro, como acompanhamento funerário.

9. Igreja da Sé. enterramentos do adro.

10. Igreja da Sé. escavação dos esqueletos na área do adro.



11. Igreja da Sé. Escavação no setor NO do interior do templo.

12. Igreja da Sé. Prato de faiança, com nome do proprietário.

lhes permitisse adquirir terrenos nessa área e, consequentemente, uma posição social de prestígio. Neste sentido, a localização de algumas construções do século XVII, ainda hoje identificáveis, como o solar da família de Gregório de Mattos e Guerra, por exemplo, situada no cruzeiro de São Francisco, contribuem para defender esta hipótese.

Com o exposto, pode se explicar parte dos achados encontrados durante as escavações empreendidas na área da Igreja da Sé e do Colégio dos Jesuítas. A rigor, o setor das escavações pode ser considerado como um verdadeiro microcosmo emblemático do que a situação colonial podia apresentar de particular. Nele podem ser detectados diversos aspectos sócio-históricos da cidade de Salvador da Bahia, durante o século XVII e dão provas do papel fundamental que ocupava nas relações internacionais em que estava inserido Portugal e suas colônias.

Em todo o período colonial, a área da Igreja da Sé de Salvador era um setor da cidade de grande relevância social. A área compreendia os edifícios do templo e do Palácio do Arcebispo, começado a construir no início do século XVIII. Nela tinha residência e exercia suas funções o arcebispo do território colonial e, naturalmente, foi nesse conjunto de edifícios que se colocou todo o peso emblemático da autoridade espiritual que a Igreja Católica exercia sobre todos os moradores. O arcebispo de Salvador, cargo máximo na hierarquia religiosa, presidia ali as missas especiais, monitorando o calendário litúrgico, celebrava os ritos de missas, preparava os lutos oficiais com réquiem canônicos, re-atualizando, com isto as alianças com os representantes do poder temporal (civis e militares).

A posição de contigüidade entre o edifício do templo e o do palácio arquiepiscopal (que além de residência do arcebispo era o centro da administração eclesiástica) apontava para a indissociabilidade de ambos. Uma conexão aérea, tipo ponte fechada, entre um e outro prédio permitia ir e vir sem ser visto da rua, reforçando a hierarquia e poder dessa composição construtiva. Na mesma condição física (mas não em igual poder simbólico) se mantém até o século XX.

Efetivamente, o ano de 1933 marca a ruptura dessa situação[2]. A supremacia e o esplendor desse conjunto construtivo, composto pela Sé e o Palácio do Arcebispo, se pulveriza com a demolição da igreja, que já vinha perdendo suas atribuições em favor de um templo próximo que, até 1759, fora dos padres da Companhia de Jesus. Assim se inicia um processo lento, mas crescente, de perda de prestígio, especialmente

2. A demolição da Sé, motivada por questões urbanísticas e econômicas, provocou inúmeros protestos de grande parte da população da cidade (Rocha, 1976). Paradoxalmente, a iminência da demolição provocou um re-avivamento do templo como referência histórica.

do edifício religioso. Neste sentido, cabe lembrar que a própria Igreja Católica, como instituição, entra em declínio, perdendo, paulatinamente, sua influência sobre os habitantes de uma Salvador aberta a novas religiões, a ideologias cientificistas e, portanto, mais materialistas, a conseqüente liberalização dos costumes, e, enfim, a uma irreversível secularização da sociedade soteropolitana.

Para completar esta dissociação, no momento da demolição do templo e como parte das negociações de indenização da Cúria por parte da empresa de transporte coletivo interessada no espaço da Sé, inclui-se a mudança de residência do arcebispo, que terá novo endereço, no distante bairro da Vitória. Desta forma, o palácio arcebispal fica habilitado somente para meros aspectos burocráticos de ordem religiosa. Isto quer dizer que o arcebispo, autoridade máxima eclesiástica, já não cumprirá mais funções litúrgicas nem estará habitando esse ponto da cidade de Salvador. Retiram-se, assim, definitivamente, todas as prerrogativas e atributos simbólicos do poder que em um momento o conjunto espacial deteve. O enorme vazio criado com a demolição do templo é assaz sintomático do desaparecimento da sua força poderosa, como espaço institucional, epicentro normativo e referencial que fora da sociedade colonial.

O complexo arquitetônico da Companhia de Jesus fechava, ao norte, o eixo de poder a que se fez referência anteriormente. Este conjunto compreendia além do Pátio dos Estudos Gerais, a Igreja do Salvador, o setor de seminário e de habitação dos padres, capela interior, oficinas, hortas, biblioteca, entre outros espaços, foi transformado do seu partido quinhentista, no transcurso do século XVII. Vale dizer que a transformação foi acompanhando o processo de consolidação, expansão da influência, apogeu e, finalmente, a brusca eliminação desta ordem religiosa. Fragmentos de alicerces encontrados durante as escavações arqueológicas demonstram, claramente, as modificações edilícias pelas que passou essa área[3].

O prédio do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, especificamente, entra em colapso e desaparece muito tempo antes que a igreja da Sé e a área em que ele estava instalado foi transformada e aproveitada com outras funções. Como o próprio nome o indica, esse setor do colégio jesuítico estava destinado ao ensino fundamental dos jovens moradores da cidade, isto é, ao desenvolvimento de uma das atividades em que mais se destacou essa ordem: a educação. Com a expulsão definitiva dos padres da Companhia de Jesus, entre 1759 e 1760, essa ala do complexo jesuítico cai em desuso, passa por um processo de franco deterioro e os restos do edifício acabam se incendiando. Nessa área se constroem, nos primeiros anos do oitocentos, dois quarteirões de moradias que permaneceram até as primeiras décadas do século XX[4].

13. Igreja da Sé. Pucarinhos, encontrados no adro.

14. Igreja da Sé. Taça de cerâmica vermelha de paredes finas.

15. Mapa da Bahia com localização da cidade de Salvador e seu Recôncavo (Bahia de todos os Santos).

3. Os alicerces da primitiva igreja jesuítica, por exemplo, foram localizados com posicionamento diverso ao atual templo que foi erigido em meados do século XVII.

4. Os dois quarteirões de moradias oitocentistas foram demolidos no mesmo período que a Igreja da Sé, criando-se assim, nesse setor da cidade, um grande espaço, que desde então é denominado Praça da Sé. Durante o programa de escavações foi possível reconhecer parte dessas unidades residenciais.

BREVES INFORMAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA PRAÇA DA SÉ

As intervenções arqueológicas objetivavam, inicialmente, a identificação de alicerces dos edifícios coloniais, utilizando-se como guia as informações documentais escritas e iconográficas dos séculos XVII, XVIII e XIX e também de plantas das primeiras décadas do século XX. Com esses dados históricos e as edificações remanescentes (Santa Casa da Misericórdia, Palácio do Arcebispo e antiga Igreja dos Jesuítas, hoje catedral metropolitana), assim como os arruamentos, pode-se programar a rede de prospecções arqueológicas, que permitiram a evidenciação das fundações da igreja (perímetro e divisões internas de nave e capelas), de algumas partes do Pátio dos Estudos Gerais e de outras construções que foram sucedendo-se no tempo.

16. Patio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuitas. Area de concentração de descarte doméstico.

17. Patio dos Estudos Gerais. Prato de faiança malagueira (perfil).

18. Patio dos Estudos Gerais. Prato de faiança, com motivos de aranhões e embarcação de inspiração chinesa.

Imediatamente iniciada as intervenções, tornou-se imperativo ampliar as escavações sistemáticas para incorporar o adro da igreja, no qual foram aparecendo restos de materiais de descarte da cidade de Salvador, no período colonial, além dos enterramentos de indivíduos dos grupos menos favorecidos.

Isto quer dizer que, em linhas gerais, identificaram-se dois tipos de vestígios. Por um lado, os remanescentes construtivos (fundações) dos edifícios da Igreja da Sé e do Pátio, e por outro, os restos esqueletais e o enorme universo de fragmentos de objetos, que fazem referência ao quotidiano da cidade de Salvador, especialmente entre o final do século XVI e as duas primeiras décadas do século XVIII (cerâmicas vermelhas, faianças portuguesas, porcelanas chinesas), materiais construtivos, elementos de uso pessoal (adornos corporais, cachimbos), restos de alimentação, etc. Deste fato se deduz que o adro da igreja constituiu um verdadeiro tesouro em termos de informações sócio-históricas, que demonstra, claramente, como a cidade se vinculava com outras áreas do mundo lusitano e o papel que cumpria nas relações econômicas que envolvia necessariamente Portugal.

Com relação aos conjuntos de materiais de descarte deve ser ressaltada a deposição diferenciada entre o adro da Sé e o Pátio dos Estudos Gerais. No primeiro caso, os restos de objetos domésticos ou ainda de materiais construtivos, eram jogados de forma aleatória por moradores da cidade, na parte anterior da Igreja, que limitava com a ribanceira[5]. Esta atitude pode ter sido ensejada pela necessidade de melhorar as estruturas de contenção da encosta, criando aterros de descarte, atuando como recheios, ou então, pela necessidade natural dos habitantes da cidade de se desembaraçar dos objetos quebrados no âmbito doméstico.

Para fortalecer esta hipótese pode ser apresentada documentação histórica. Nos livros de vereações da Câmara da cidade de Salvador, existem determinações que punem severamente com multas a quem despejar lixo no largo da Sé (ou seja, no adro). Como a medida

5. A entrada da Igreja da Sé estava orientada para o lado da Bahia de Todos os Santos e muito próximo da falésia que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa. Sua posição exigiu em diversos momentos intervenções que aligeirassem as estruturas arquitetônicas de modo a não sofrer desabamento, como a retirada das torres e os elementos decorativos da fachada.

da Câmara foi reeditada várias vezes ao longo do século XVII, conforme as atas de vereação, cabe pensar que a reincidência era grande, o que coincide com o volume de materiais arqueológicos encontrados. Esta forma de descarte permitiu que as precipitações abundantes durante o inverno dispersassem e misturassem os materiais das diferentes deposições. Desta forma é extremamente difícil encontrar fragmentos próximos que possam ser conectados para remontagem.

Já os materiais encontrados no Pátio dos Estudos Gerais apresentaram outra disposição. Como existia neste setor do Colégio uma grande área aberta, provavelmente usada como pomar, os padres da Companhia de Jesus a utilizaram para efetuar pelo menos parte do descarte de objetos quebrados e de restos alimentares. Utilizaram maneiras de depositar lixo, todas as três praticando buracos no solo. A primeira delas consistia na abertura de poços cilíndricos que era preenchidos e depois lacrados. A segunda era escavando depressões grandes ou aproveitando as existentes, colocando nelas os restos até nivelar com o restante do solo. A terceira maneira de descarte era efetuando pequenos buracos próximos aos alicerces que também eram preenchidos até a superfície do chão. Em quaisquer desses três casos os objetos quebrados e descartados ficaram no mesmo lugar, sem possibilidades de migrarem por processos pós-deposicionais. Por esta razão, hoje é possível remontar boa parte das peças e conhecer os tipos de objetos que eram utilizados pelos religiosos da Companhia de Jesus.

OS RESTOS CERÂMICOS E AS INFERÊNCIAS SÓCIO-HISTÓRICAS

Dentre os vestígios arqueológicos encontrados em toda a área de escavação os que mais sobressaem em termos de quantidade e variedade são os cerâmicos. Eles podem ser classificados, pela sua função, em materiais construtivos e utensílios para manipulação de alimentos ou medicamentos. Por sua vez, essas duas macro categorias englobam elementos diversos pela sua função, matéria-prima e morfologia.

Muitos materiais construtivos do período compreendido entre os séculos XVI e XVIII eram confeccionados na Bahia, com técnicas portuguesas, enquanto que alguns eram diretamente importados das olarias da metrópole. No primeiro caso entram os tijolos, as lajotas e as telhas. Documentos históricos apontam que desde os primeiros momentos da construção da cidade houve oleiros que puderam satisfazer as necessidades de tijolos e telhas para a construção de edifícios[6]. A datação por TL de uma telha encontrada durante as escavações remete a uma data próxima à fundação da cidade, o que é mais um indicador do início prematuro deste tipo de produção.

Com relação à produção local de material construtivo cabe ressaltar um tipo especial de tijolo, encontrado unicamente em construções jesuíticas. São grandes blocos paralelepípedos retangulares, com núcleos escuros por queima incompleta, utilizados para dar maior resistência às paredes, quando não eram desejados os blocos de pedras. Os espaços remanescentes do Colégio dos Jesuítas de Salvador, no subsolo da antiga Faculdade de Medicina, e no sítio da missão de Santa Inês, em Camamu, no litoral sul da Bahia, são dois exemplos do emprego destes materiais.

A cal das argamassas, por sua vez, era produzida com o carbonato de cálcio obtido pela queima das conchas

19. Pátio dos Estudos Gerais. Prato de fiança malagueira, com ônfalo (vista inferior).

20. Pátio dos Estudos Gerais. Tigela com figura feminina mitológica.

6. Deve ser considerado que apenas dois anos após a fundação da cidade as construções iniciais, de barro e palha, começam a ser substituídas pelas de pedra, tijolos e cal.

de moluscos, retiradas dos sítios arqueológicos pré-coloniais denominados sambaquis[7], encontrados nas proximidades da cidade. Neste sentido, vale lembrar o registro dos cronistas religiosos, dos finais do século XVI e início do XVII, como o jesuíta Fernão Cardim e o franciscano Frei Vicente de Salvador, que apontam o uso desses acúmulos conchíferos para a produção de cal na construção dos maiores edifícios da cidade, entre eles os da Igreja da Sé e do Colégio dos Jesuítas, aqui tratados (Cardin, 1980 e Salvador, 1982).

No que se refere a materiais construtivos importados de Portugal, estes se limitam aos azulejos, muito utilizados para revestimentos de interiores especialmente de igrejas e conventos, como acontece nas capelas laterais da antiga Igreja dos Jesuítas. Um grande número de fragmentos encontrados nas escavações pode ser incluído no período compreendido entre século XVII e início do XVIII. Os tipos denominados maçarocas, de cores azul e amarelo, sobre fundo branco, são os mais freqüentes, o que pode estar indicando uma maior popularidade desse motivo sobre outros.

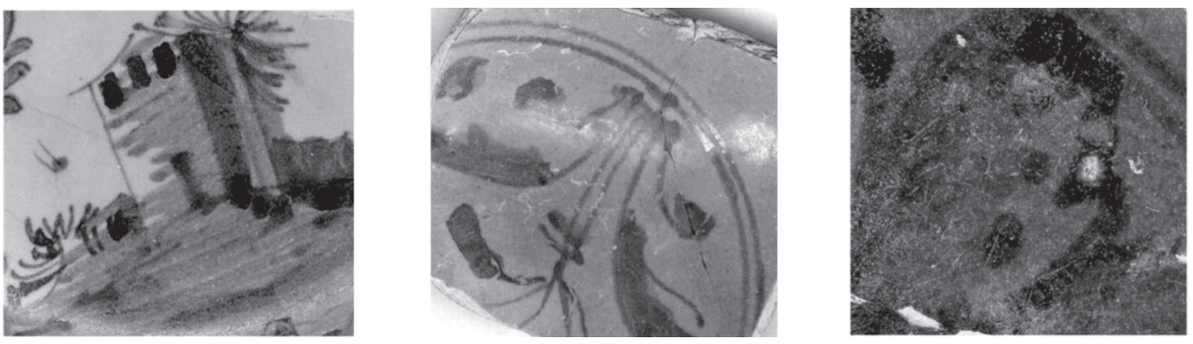
Não há até o presente indicador documental que permitam pensar que algum tipo de azulejo tenha sido confeccionado no Brasil, em período colonial. Não obstante o gosto por este material de revestimento de paredes se instala com bastante força na colônia, principalmente no âmbito religioso, mas alcança também as residências de famílias importantes. Efetivamente, existe hoje pelo menos um exemplo desta utilização no Solar do Berquó, no bairro da Barroquinha, cujos cômodos e corredores do andar nobre estão totalmente revestidos com azulejos com motivos florais em azul e branco, do final do século XVII. Desta forma, caberia pensar que as oficinas portuguesas produziam azulejos por encomenda das famílias mais abastadas de Salvador, que desta forma seguiam os gostos da metrópole e podiam afirmar mais claramente sua posição social.

A cerâmica de emprego alimentar ou para farmacopéia tem uma representatividade extraordinária em todas as suas variantes, importadas ou brasileiras: como contentores de líquidos, para transporte de produtos comestíveis (sólidos ou não), no uso de cozinha na preparação de alimentos, para o serviço de mesa, de uso medicinal e até, ainda que de forma pouco numerosa, os recipientes de cerâmica indígena dos grupos Tupi. É justamente na rubrica cerâmica que se pode observar, com maior claridade, as trocas produzidas no processo de colonização no território brasileiro. A praça da Sé é sem dúvida o espaço mais relevante enquanto concentração de materiais cerâmicos de diversas índoles e portanto um lócus amostral do que poderia estar sendo usado na cidade.

Em termos cronológicos, deve se começar pela cerâmica indígena identificada com os grupos Tupi. À chegada dos portugueses no território que constitui hoje o Brasil vários grupos do Tronco lingüístico Tupi senhoreavam na faixa litorânea, de norte a sul. Destacam-se dentre eles os Tupinambá e os Tupiniquim com quem os portugueses tiveram intenso contato. Nos primeiros momentos da conquista e colonização, especificamente na Bahia, as relações, em princípio foram pacíficas. Mas na década de 70 do século XVI houve uma campanha militar organizada pelo Governador da Bahia, Mem de Sá, para exterminar ou grupos Tupi dos territórios próximos da cidade, incluindo o Recôncavo da Bahia de Todos os Santos.

A documentação histórica prova que havia aldeias indígenas nas cercanias da cidade, a mais próxima situada onde hoje fica hoje o Bairro Santo Antônio Além do Carmo, há menos de meia légua de distância. Os padres inacianos a transformaram em missão e dessa forma pode-se ter a certeza que os contatos eram assíduos e as probabilidades de trocas de objetos são altas. Os fragmentos são associados inquestionavelmente aos grupos Tupi, posto que se trata de recipientes denominados assadores. Eles serviam para o processamento da mandioca brava, ou seja, aquele tubérculo que deve ser queimado, uma vez que tenha sido

7. Os sambaquis são estruturas colinares, encontradas nas regiões litorâneas ou, então, nas margens de alguns rios, caracterizadas pelo alto acúmulo de conchas de moluscos.



21. Igreja da Sé. Faiança Ligure, encontrada no adro.

ralado, exprimido e transformado em pasta. A queima é necessária para eliminar os elementos tóxicos ao organismo humano. Os grupos Tupi eram reconhecidamente mandioqueiros, ou seja que o consumo dessa raiz era essencial a sua dieta alimentar.

Os assadores são apropriados para essa função essencial na preparação da mandioca. Queimados em fogueiras a céu aberto, eles têm forma aproximadamente retangular, são baixos e largos, com base achatada e uma borda bastante reforçada. O interior do recipiente, aquele sobre o qual se queimava a pasta de mandioca e se preparava o beijo, era pintado com motivos complexos, que cobriam toda a superfície interna, com traços muito finos, em cor preta e detalhes em vermelhos, sobre um fundo creme esbranquiçado. A delicadeza do traço permite entender que houve um cuidado muito especial na preparação das pinturas, mesmo se sabendo que desapareceriam com o uso. Como os fragmentos encontrados possuem todas essas características, não restam dúvidas que a origem deles é Tupi.

Muito outros fragmentos cerâmicos, sem decoração, mas com claros traços de fabricação com tecnologia indígena, foram também encontrados, tanto na área da Sé como na do Pátio dos Estudos Gerais[8]. Com relação a eles a atribuição étnica não pode ser precisada, já que as características são muito genéricas e podem ter pertencido a grupos indígenas vários. Ademais recipientes com esse tipo de tecnologia foram fabricados durante muito tempo por pessoas não necessariamente indígenas[9].

A quantidade de vestígios, correspondentes a panelas e travessas fundas, prova que esses objetos eram usados correntemente, talvez em paralelo com os recipientes de tecnologia portuguesa. Neste sentido, a documentação encontrada nos livros de Posturas da Câmara da cidade de Salvador, para final do século XVII, demonstra que eles eram comercializados e considerados no tabelamento de preços. Por sinal, o documento com a especificação de "louça" tabela seu preço, separadamente da louça vermelha e da vidrada, e a denomina *"louça Cabocola",* isto é Cabocla, conforme a nomeação atual[10]. Com a utilização deste termo fica evidente que se tratava de uma cerâmica já reconhecida genericamente como de feição indígena, ainda que não fosse atribuída a um grupo étnico específico.

Com a chegada dos colonizadores são introduzidos não somente os artefatos, mas a própria tecnologia de produção. Pouco tempo após a fundação da cidade de Salvador da Bahia começam a funcionar as olarias locais, seguindo os procedimentos portugueses. Algumas áreas do Recôncavo da Bahia, com barros excelentes para a cerâmica, se especializaram na produção de louças, como a localidade de Jaguaripe, no sul da Bahia de Todos os Santos, ou a de Maragogipinho, esta última ainda hoje em atividade com modos de produção e de comercialização que aludem fortemente ao período colonial.

Em linhas gerais pode ser observado que as áreas escavadas apresentam uma excelente amostragem dos artefatos cerâmicos que eram utilizados nas residências e instituições da cidade, entre final do século XVII e início do XVIII. A funcionalidade das peças parece ter estado diretamente vinculada à natureza dos materiais. Assim, pode se estabelecer uma divisão marcante entre os objetos que serviam para a conservação e preparação de alimentos e os que correspondentes ao serviço de mesa.

Entre os primeiros devem ser destacados os recipientes para conservação de líquidos, especialmente a água, essencial para o consumo. O alto número de fragmentos de cântaros, potes, talhas e porões é um bom indicador sobre a necessidade constante de conservação de água no contexto doméstico, para o consumo. Os fragmentos de recipientes permitem reconhecer que, aproximadamente na sua maioria, eles poderiam medir entre 40 e 60 cm de altura, tinham alças laterais verticais e boca reforçada acompanhada de uma linha decorativa ondulada. Muitas delas apresentam na sua superfície externa engobo vermelho, nem sempre brunido. Outras, apenas o alisamento convencional. Devido à fragmentação não é possível perceber a regularidade das formas e na conseqüente capacidade de conter líquidos.

Sobre esta questão, uma informação documental ausente chama a atenção. Poderia se esperar que a capacidade de cada recipiente devia ser controlada pelo governo da Bahia, da mesma forma em que se fazia na metrópole, considerando que o conteúdo líquido dependia da exata confecção do vasilhame, conforme as medidas oficiais. Porém, nas disposições da Câmara de Salvador da Bahia destinadas a regulamentar os chamados "ofícios mecânicos" não foram encontradas quaisquer informações, acerca desse controle na produção cerâmica, como tampouco aparece a categoria do oleiro dentro desses profissionais.

Outro tipo de cerâmica de uso doméstico bem representado é a vidrado. Correspondem a fragmentos e, alguns recipientes quase inteiros, de panelas, frigideiras e caçarolas, além de bacias de diferentes tamanhos. Cabe ressaltar que em um setor do adro, próximo à Santa Casa da Misericórdia, havia uma concentração bem definida, daquilo que poderíamos considerar como a

8. Foram executados com técnica de roletes, com tratamento de superfície de alisado e queimados em fogueiras a céu aberto.
9. Ainda hoje existem na Bahia comunidades ceramistas que produzem recipientes com este tipo de tecnologia.
10. Posturas da Câmara de Salvador, documento 119.2, ano 1696. Arquivo da Fundação Gregório de Matos.

área de descarte mais antiga. Os materiais constitutivos permitem pensar que este bolsão, pode estar situado cronologicamente em finais do século XVI. Formando parte dos materiais desse conjunto, foram achados objetos em bom grau de integridade ou os fragmentos que permitiam remontagem. Isto quer dizer que não houve alterações significativas pós-deposicionais.

A este micro universo pertencem duas frigideiras vidradas, que têm como elemento distintivo as asas triangulares horizontais, aderidas à borda dos recipientes, como as encontradas nesse período em Portugal. O fato de terem sido achadas junto a outros fragmentos de recipientes de cerâmica vermelha de paredes finas e outros com decoração pedrada pode estar indicando um depósito com objetos de origem de uma única residência, que possuía materiais importados.

Na grande maioria dos fragmentos vidrados foi empregado o óxido de chumbo para provocar a película vítrea, visto que apresentam uma coloração amarelada transparente[11]. O vidrado foi aplicado unicamente na superfície interna, ou seja, com clara intenção de facilitar a limpeza das gorduras dos alimentos que eram preparados. Unicamente nos casos em que o vidrado provinha do óxido de cobre, de forte cor esverdeada, observou-se que a aplicação podia ser tanto na superfície interna como na externa, demonstrando não ter sido usada na preparação de alimentos no fogo, o que talvez possa indicar um interesse decorativo.

Para completar a lista de objetos vidrados devem ser consideradas as botijas ou peroleiras, que serviam ao transporte e conservação de azeite. As aqui encontradas, em fragmentos ou inteiras, pertencem ao tipo sevilhano, com vidrado exclusivamente na superfície interna. Nelas podiam ser transportados óleos, especialmente de oliva, fundamental na culinária de origem portuguesa. Mas cabe a possibilidade de terem sido usadas também como contentores de azeitonas, se consideramos o exemplo das botijas lacradas, descobertas em Recife, Pernambuco, durante as escavações da área do Paço da Alfândega (Nascimento et alii, 2003).

Os restos de utensílios cerâmicos de serviço de mesa apontam para uma procedência preponderantemente portuguesa, vinculados à produção de cerâmica vermelha de paredes finas e às fianças. Em menor proporção, outras peças com a mesma funcionalidade têm indiscutivelmente origem diversa, como as faianças lígures, as porcelanas chinesas e algumas poucas faianças espanholas.

No que se refere aos artefatos portugueses, as faianças são, sem sombra de dúvidas, os mais abundantes. Os fragmentos são prova da popularidade deste tipo de material na colônia. Está representada uma boa gama de tipos e motivos decorativos, a começar pela simples "malagueira". De fato, nos locais específicos em que é possível reconhecer que se trata de concentrações datáveis entre final de século XVI e início do XVII há pratos malagueiras, com o formato típico da primeira produção, isto é sem base em forma de anel e com presença de ônfalo. O outro prato com posicionamento cronológico de final do século XVI ou início do XVII foi encontrado em um poço cilíndrico, em área jesuítica, por cima do qual passava um dos alicerces do edifício do Pátio, construído no século XVII.

Além destes pratos, existem recipientes pequenos com formato de discos ligeiramente côncavos e com banho de estanho unicamente na parte superior. Não pode se tratar de pratos para pôr alimentos pelo seu reduzido tamanho, podendo ser levantada a hipótese de serem peças para preparação de medicamentos (como medidores de porções ou como base para trituração de substâncias), se se pensa na proximidade da Santa Casa de Misericórdia, que incluía uma botica para preparar os remédios e a possibilidade de descarte em espaço imediato.

As faianças portuguesas decoradas em azul são muito abundantes e abarcam a quase totalidade de motivos encontrados em Portugal. Não foi possível confirmar, até o momento, os centros de olarias de origem, por falta de documentação portuária para esse período. Exames macroscópicos apontam, em muitos casos, a proveniência da área de Lisboa, enquanto, em outros, a de Coimbra. Através da documentação que pesquisou no Cabido do Porto, referentes ao pagamento de taxas, o historiador Manuel Leão, elaborou uma listagem em que aparecem envios de "louça branca" para o Brasil, sem especificação da cidade, no ano de 1681 (Leão, M. s/d). Portanto, se deve considerar como possível área de origem também a Vila Nova de Gaia, com seu escoamento na cidade do Porto aonde eram taxados os produtos antes de serem embarcados.

Os fragmentos de faiança apontam para formas de objetos que compunham o serviço de mesa. Pratos e tigelas e escudelas em primeiro lugar, no importando os motivos e os períodos a que se refiram. Sem dúvida isso pode estar refletindo a preferência deste material para esse tipo de peças, seja na Bahia, como em Portugal. Mas, os grandes pratos de possível uso decorativo, muito usados em Portugal, não parecem ter estado muito presentes na colônia. Seguem-se as escudelas, tigelas e as sopeiras e, depois, os jarrinhos para vinho e água. Os canudos ou albarelos usados na farmacopéia para conservação de produtos medicinais formam outra classe de objetos bem representados, mas associados a

11. O óxido de chumbo é ainda hoje utilizado nas olarias de Maragogipinho para pratos largos e bacias, aplicando-se manualmente sob a forma de solução espessa.

contextos conventuais, com suas boticas, ou hospitalares, como a Santa Casa da Misericórdia.

Com relação aos motivos decorativos, estão presentes os de influência chinesa (imitando os elementos gráficos da porcelana chinesa), três contas, rendados, aranhões, desenho miúdo, entre outros. Os pratos com nome de pessoas e os que ostentam brasões de família também tem sua representatividade, predominando nestes últimos a figura do leão rampante, símbolo de várias famílias portuguesas. A profusão de motivos em que aparece a bicromia em azul e cor marron escura ou vinoso, demonstra que a circulação desse material teria aumentado, para a segunda metade do século XVII já que uso dessa cor começa a ser aplicada nos desenhos dos motivos partir dessa data. Por razões que ainda não puderam ser explicadas a presença de material do século XVIII se limita a poucos exemplares das primeiras décadas, fato que pode ser justificado pela própria história constitutiva do sítio, mas que por a diminuição na circulação das faianças.

Exemplares de cerâmica de origem lígure têm uma forte presença no universo das faianças. Não obstante serem proporcionalmente muito inferiores às portuguesas o número é um indicador de que houve interesse por elas. São escudelas de fundo azul cinzento com decoração foliácea ou paisagística italianizante, em cor azul escuro. São denominadas de "azurro berretino" e começam a ser produzidas em finais do século XVI, sendo seu uso vigente em todo o século seguinte[12]. Estas cerâmicas são importantes porque provam a circulação de mercadoria da área do Mediterrâneo até a colônia do Brasil, via Portugal. Nesse período a República de Gênova mantinha boas relações comerciais com o reino português. Neste sentido, cabe lembrar, à maneira de exemplo, os dados levantados pelo historiador Manuel Leão, no Porto, que provam a chegada de louça de Gênova na quantidade de "2 caixões", em 1688, e de "580 dúzias", em 1700, embarcadas depois com destino ao Brasil.

Pouca representatividade tem a faiança de Espanha, se se pensa que entre 1580 e 1640 existiu a união ibérica que, entre outras medidas, reduziu as barreiras alfandegárias entre Portugal e Espanha e facilitou a circulação de mercadorias. Os poucos fragmentos de faiança espanhola são policromados e parecem estar vinculados às oficinas de Talavera de La Reina, próximo a Madri, um dos grandes centros de produção de faiança, junto com Valência e Málaga, todos muito ativos nesse período.

Por sua vez, a porcelana chinesa, a única em aparecer no contexto pesquisado, era introduzida na colônia via os comerciantes portugueses. Os pratos são a absoluta maioria de fragmentos desta natureza. Em proporção aos outros materiais cerâmicos ela é francamente minoritária. Os custos e os risco no transporte e as taxas podem ter influenciado para que este produto tenha pouca circulação na colônia. A pose de um objeto de porcelana deve ter significado para o proprietário o dispêndio de uma forte suma de dinheiro e, por isto, teriam sido as classes abastadas que estariam em condições de adquiri-las. Em compensação o capital simbólico, porquanto sinal de riqueza e poder, de quem possuísse peças de porcelana estava fortemente assegurado.

Finalmente deve ser considerada a cerâmica vermelha de paredes finas. Ela também é numericamente escassa se comparada aos de outros tipos de cerâmica. Estão marcadamente concentradas, localizadas, junto com as cerâmicas pedradas, no bolsão de maior antiguidade, mencionado mais acima, na parte do adro próxima à Santa Casa da Misericórdia. Os objetos formavam parte de objetos pequenos e frágeis, como púcaros, taças e fruteiras, que formariam parte do serviço de mesa também de famílias de grande poder aquisitivo. Por suas formas e elementos decorativos a cerâmica de paredes finas pode ser incluída no contexto estético do barroco português, no auge no século XVII. Vale lembrar, nesse sentido, os exemplares desses materiais pintados nas naturezas mortas e nos quadros de caráter religioso de Josefa de Óbidos, expoente desse movimento artístico. Este é momento histórico em que Salvador da Bahia se transforma em uma cidade de construções monumentais e quando surgem as condições econômicas suficientes para seguir os modismos metropolitanos, entre eles o uso de utensílios na mesa.

OUTROS VESTÍGIOS

Inúmeros outros vestígios encontrados durantes as intervenções arqueológicas dizem ao quotidiano da Salvador colonial. Podem ser citados, por exemplos, elementos de costura, como dedais, agulhas, alfinetes e botões, correspondentes ao mundo doméstico feminino. Fragmentos de cachimbos europeus (em caolim branco), do tipo brasileiro (em argila marrom), dados de jogos pequenos em osso, fichas redondas para jogar em tabuleiros (aproveitando fragmentos de faiança portuguesa), faziam parte da sociabilidade masculina, que podia ter no adro da Sé um espaço apropriado para se desenvolver.

Dentre os enfeites corporais encontrados sobressaem algumas argolas, anéis, broches, pingentes em cobre e bronze, assim como colares de contas de vidro ou de

12. A identificação foi realizada pela ceramóloga Laura Zaccagnini, do Istituto per l'Arte e Il Restauro, de Florença, em 2002.

ossos. Esses objetos podem não ter sido descartados e sim perdidos ou, muito mais provavelmente, terem formado parte do acompanhamento funerário de alguma pessoa enterrada no adro na Sé, que, como veremos mais adiante, era intensamente utilizado para os sepultamentos dos indivíduos menos privilegiados.

As medalhas religiosas e as moedas formam um acervo importante. As moedas correspondem a vários períodos históricos, com nomes dos reis portugueses que reinaram desde o século XVI, em momentos da fundação da cidade de Salvador, até o século XVIII. O achado de uma pequena moeda portuguesa do século XIV pode ser explicado pelo hábito de serem guardadas moedas antigas, fora de circulação, como portadoras de fortuna.

As medalhas religiosas com representações de Jesus Cristo, da Virgem Maria, do Espírito Santo, da Sagrada Família e de santos (como São Benedito, Santo Antônio, São Caetano, São José, entre outros), mostram o fervor religioso e o costume católico de levar dependuradas imagens sacras que serviam de proteção e ao mesmo tempo eram favorecedoras da sorte. As medalhas com o santo de devoção foram amplamente utilizadas no mundo mediterrânico, especialmente depois do concilio tridentino, quando se inicia a contrareforma. A Companhia de Jesus foi uma das ordens que mais favoreceu a propagação do hábito de utilizar as medalhas no âmbito colonial.

SEPULTAMENTOS DA SÉ

Os restos humanos, encontrados unicamente no setor da Igreja da Sé, referem-se a deposições intencionais em âmbito católico, de modo a formar um conjunto muito particular de vestígios, em função de que eles designam comportamentos sociais vigentes na época. A começar pelo hábito de enterrar dentro das igrejas ou imediatamente fora delas, costume que perdurou na Bahia até 1836, em que foi criado o primeiro cemitério público. Neste sentido, o setor que antecede à igreja da Sé, uma espécie de adro construído através do tempo desde o século XVII, foi particularmente usado para enterrar as pessoas de baixou prestígio social e escasso ou nenhum poder aquisitivo. Antepondo-se a esta situação o interior da igreja servia de sepultura a moradores da cidade que tivessem boas condições sociais e econômicas. Eles eram enterrados na nave, nas capelas laterais, e nas proximidades do altar mor. Os mortos teriam reservado um lugar na Igreja para sua sepultura condizente com a posição social do indivíduo ou da sua família. Esta oposição entre espaço interno e externo e o uso funerário diferenciado não é exclusiva da Sé. Todas as igrejas de Salvador e de outras cidades da colônia, tem funcionado também como locais cemiteriais. As pesquisas arqueológicas em igrejas das cidades coloniais de Porto Seguro, Trancoso e Santa Cruz de Cabrália, no Sul da Bahia, assim o confirmam.

Na parte interna da igreja, a deposição dos corpos era efetuada seguindo a orientação e o posicionamento canônicos, isto é, os indivíduos eram enterrados decúbito dorsal, com os pés voltados para o altar mor, de modo que pudessem "ver" sempre as imagens sacras. Os padres e outros religiosos eram enterrados no sentido inverso aos fieis, na forma em que eles se apresentavam na missa. As crianças, consideradas "anjinhos", teriam a mesma posição que os religiosos, por sua condição de puros. A organização dos corpos escavados, no interior da igreja, ainda onde houvesse superposição de esqueletos, revelava esta forma de deposição consagrada, com exceção de alguns restos que pareciam ter sido exumados e os ossos colocados em conjuntos, provavelmente em momentos de ampliação da igreja, no século XVII. A confirmação desta interpretação provém de um desses esqueletos, cujos ossos das pernas foram cortados para construção dos alicerces de uma parede de capela, datados em 480 +- 60 anos AP, o que indica ser anterior às ampliações do templo, já nas primeiras décadas do seiscentos.

No outro extremo da dicotomia espacial, o adro estava reservado para as pessoas sem condições econômicas. O posicionamento dos restos ósseos mostra eloquentemente o tratamento que os corpos receberam na hora da deposição. Eles não obedeciam a uma organização reconhecível e muito menos à canônica. Estavam em posições variadas e orientados para qualquer direção. Havia sinais evidentes que muitos esqueletos foram separados e desarticulados na abertura de novas fossas para outros enterramentos, resultado do uso intenso da área para cemitério. Como exemplo de descaso de enterramento pode ser mencionado um esqueleto que se encontrava com o rosto e o ventre voltados para abaixo, provavelmente resultado do pouco cuidado que se teve na hora da retirada da rede em que era transportado o corpo. Enfim, os esqueletos do adro da Igreja da Sé mostram que quem estavam ali enterrados não eram indivíduos com recursos e, portanto, merecedores de atenção especial na deposição dos mortos. Obviamente, reproduzia-se nesse contexto funerário a mesma diferenciação social que quando o indivíduo era vivo.

Nos livros de óbitos da Igreja da Sé que puderam ser compulsados, os registros sobre os enterramentos no adro, quando esses eram especificamente declarados, demonstram que nele eram enterrados indivíduos vinculados à população escrava. Depois do nome era colocada sua condição étnica, como nagô, mina, moçambique,

etc. ou então sua posição social, escravo, filho de escravo, liberto, forro, entre outros. Nos mais de 400 nomes encontrados nos registros, somente houve um caso de um estrangeiro indigente e de dois índios, sem a sua definição étnica. Todos os outros registros aludem à indivíduos associados à população de escravos africanos ou afrodescendentes, quando o adro é apontado como local de sepultamento.

Nos enterramentos externos à igreja foi possível encontrar esqueletos acompanhados de contas de colares de vidro. Cabe ressaltar que, nas religiões de matriz africana no Brasil, os colares com determinado tipo de contas são elementos particulares, de uso individual, que servem de nexo entre os portadores e as entidades que regem as suas vidas terrenas, os orixás. Posto que toda pessoa possui um orixá protetor, o qual deve ser cultuado pelo iniciado, o colar não só manifesta esta ligação, como também ajuda a manter-la em estado ativo.

As contas de colares encontradas foram reconhecidas, por especialistas, como pertencentes aos orixás do panteão Iorubá, como Iemanjá, Ogum, Xangô, Oxalá, Iansã e Iamassê. O fato de estarem acompanhando os corpos dos indivíduos enterrados no adro da Sé, permite identificar, primeiramente, que esses esqueletos pertencem a indivíduos de diferentes grupos iorubá. Por outro lado, manifesta o paralelismo religioso existente entre os membros de grupos étnicos africanos, que deviam usar um espaço católico para enterrar seus mortos, ao mesmo tempo em que mantinham seus rituais funerários de encomendar o morto com o colar do "orixá de cabeça". Talvez uma forma de resistência inconsciente. Esta simples constatação ressalta as nuances existentes nas relações sociais, marcadas pela imposição ideológica e a adequação pragmática dos oprimidos.

Para finalizar, queremos destacar o rico potencial informativo do setor compreendido entre a antiga Igreja da Sé de Salvador e o Pátio dos Estudos Gerais. Por ter acompanhando as transformações produzidas no entorno físico e social, desde a fundação da cidade, essa área pode ser abordada, de fato, como um micro-cosmo, representativo dos mais diferentes aspectos históricos da Bahia colonial. Trata-se de um universo em que se concentram vestígios da presença européia, africana e indígena, assim como as ligações entre sociedades espacialmente distantes como as da China e do Mediterrâneo, apresentando uma organização que revela a complexidade social e a pluralidade cultural no tempo da colônia.

BIBLIOGRAFIA

CARDIN, F. (1980) – *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*. Itatiaia/EDUSP. São Paulo.

CARNEIRO, E. (1980) – *A Cidade de Salvador.* Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980.

CARVALHO, A. (2000) – O Real Colégio de Jesus da Bahia e as quatro igrejas do Salvador: um estudo de sua especialidade. *Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte.* Salvador. p. 191-215.

ETCHEVARNE, C.; SOUSA, A. e PALERMO, F. (2001) – *Sítio Antiga Igreja da Sé. Relatório Final da 2.ª etapa do Plano de Intervenção Arqueológica.* Salvador, MAE/UFBA (digitado).

LEÃO, M. (S/D) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia.* Fundação Padre Manuel Leão. Porto.

NASCIMENTO, A.; LUNA S. e SILVA, L. (2003) – Forte de Madre de Deus e São Pedro. *Revista Clio Série Arqueologia* n.º 16. UFPE. Recife.

PERES, F. (2000) – *Memórias da Sé.* Salvador, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

REIS, J. (1998) – *A morte é uma festa.* Companhia das Letras. São Paulo.

SALVADOR, FREI V. (1982) – *História do Brasil*. Itatiaia/EDUSP. São Paulo.

SANTOS, M. (1933) – *A Sé Primacial do Brasil - notícias históricas.* Editora e Gráfica da Bahia. Salvador, Cia.

SIMAS, A. (1998) – *Evolução física de Salvador.* Fundação Gregóro de Mattos. Salvador.

VILHENAS, L. (1969) – *A Bahia no Século XVIII.* Ed Itapoã. Salvador.

WHELING, A. e WHELING, M. (2005) – *Formação do Brasil Colonial.* Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

OF SUNDRY COLOURS AND MOULDS

IMPORTS OF EARLY MODERN POTTERY ALONG THE ATLANTIC SEABOARD

ALEJANDRA GUTIÉRREZ Durham University

RESUMO No início da Idade Moderna assiste-se a uma mudança nos padrões de comércio e contactos entre o noroeste da Europa e o Mediterrâneo. Examina-se o papel das cerâmicas de importação no estudo dessas transformações e na investigação da mudança ao nível do fornecimento, aquisição e uso, através de diversas fontes documentais e arqueológicas. A frequência das importações e os contextos onde ocorrem são utilizados para estudar o seu contexto social de consumo.

PALAVRAS-CHAVE Mediterranean imports, pottery, identity, consumption

Imported pottery may be used both as a dating tool and to demonstrate trading links and the movement of people between different areas. This paper interrogates finds of Mediterranean pottery from the British Isles to find out why pottery might have moved across the sea in the early modern period, how it did so, and why foreign pottery was selected by British households. The inclusion of themes such as social identity, consumption, dining and social context is intended to demonstrate that the role of early modern imports in exploring the past could and should be extended.

POTTERY MOVEMENT

Between the 13th and 15th centuries finely decorated pottery arrived in the north of Europe mainly in the hands of Italian (Florentine, Venetian and especially Genoese) and Spanish merchants. A minor, if regular, trade in decorated pottery existed as part of a larger later medieval exchange network between the north of Europe and the Mediterranean (Gutiérrez, 2000, p. 95-112). The main ports of call were Southampton and London in England, and Bruges in Flanders, from where much of the pottery was re-distributed by sea or over land (fig. 1). Among the pottery that arrived regularly were lustrewares from Spain, together with a range of coarsewares from Portugal and Spain which were mainly used as containers. From the late 15th century, this situation changed quite radically. The numbers of Italian boats arriving at the coast of southern England declined, English merchants started to venture into the Mediterranean, Portugal started to explore the west coast of Africa, and the Atlantic routes were opened up with new markets in the Americas (Glamann, 1977; Kriedte, 1983). This shift and re-alignment changed the nature of the archaeological record very significantly in terms of pottery imports arriving in the north of Europe.

While in the Low Countries Bruges was slowly supplanted by Antwerp, where Portugal was to place its staple for distribution of Asian spices and goods (Bolton and Guidi Bruscoli, 2008; Van der Wee, 1967), in England the main port for the arrival of Mediterranean trade was by now London, followed by significantly lesser destinations at Bristol, Southampton, Poole, Exeter and Plymouth, all of them along the south coast (Willan, 1959; 1967, p. 146-166; Tittler, 1985). All these cities have been extensively excavated in recent decades and have produced large assemblages of imports.

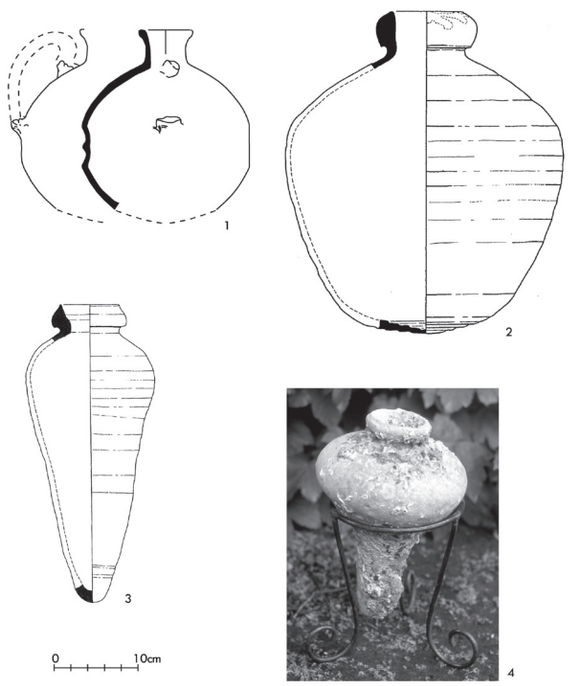
1. Main places mentioned in the text.

Overviews of the material recovered from London (Blackmore, 1994; Vince, 1985) show, unsurprisingly, that the capital accounts for the most extensive range of types and sources of imports in the country. Assemblages from Exeter and Southampton have also been published in detail and show a great range of material (Allan, 1995; Platt and Coleman-Smith, 1975; Brown, 1995), whereas those from Plymouth, Poole and Bristol still await a general overview (Broady, 1979; Allan and Barber, 1992; Gaskell Brown, 1979; Barton *et al,* 1992; Spoerry, 1994; Ponsford and Burchill, 1995).

It is clear that the routes travelled by this pottery were not always the same. Trips might be direct and therefore take the shortest possible route, for example between Bristol or Plymouth and the northern ports of Spain from La Coruña to Bilbao; or in the case of movements of goods between England and Andalusia, there might be stops all along the way, including Lisbon, Oporto and several other ports in the north of Spain. Voyages over even longer distances, for example between England and the Levant or Eastern Mediterranean, might call in at Cádiz and other Spanish and Italian ports. These trading networks are complicated further by the fact that a large share of Iberian trade was shipped out via the Low Countries, one of Spain's main markets, from where Bruges and its entrepôts could supply England with Mediterranean and Far Eastern goods, in times of peace as well as in war (Connell-Smith, 1954, p. 11; Childs, 1995, p. 20-21; Parry, 1967, p. 181). This port-to-port 'hopping' trade all along the coast from the south of Spain to Rotterdam was therefore every bit as varied and voluminous as that in the Baltic or within the Mediterranean Sea and it explains the diversity of pottery collected at ports all along the western Atlantic seaboard, from Portugal and north of Spain to the west of France, the British Isles and northern Europe (for example, Veeckman, 1999; de Witte, 1999; Hurst and Neal, 1982). Furthermore, not all these were wholly commercial; there were other reasons to travel, not least on pilgrimages to sites such as Rocamadour in northern France, Rome in Italy, Santiago de Compostela in Spain, all within easy striking distance of the coast.

This period also saw a change in the types of pottery transported from the Mediterranean. They came from a new range of production sources and arrived at a different set of destinations once in England. In contrast to medieval imports of decorated lustrewares, the most frequent finds from the 16th century onwards are coarsewares whose main function was to transport their contents. Results from Britain show that the majority of these containers came from the Seville area ('olive jars') where they were used as the basic means of transporting both liquids and solids, especially oil and wine, but also capers, olives, broad beans, chick-peas, wine and honey, and even 'carrot preserve' (Goggin, 1960; Marken, 1994, p. 46; Pleguezuelo, 1993, p. 48; Sánchez Cortegana, 1992, p. 10). They have been identified in several fabrics and forms, which suggests different centres of production, some in Seville city itself and others nearby on the coast. Although Seville had the monopoly of trade with the Spanish American colonies, other ports at the mouth of the River Guadalquivir, such as San Lúcar de Barrameda, and further south, such as Puerto de Santa María and Cádiz, formed part of its commercial and legal entity (Ball, 1977, p. 78). This stretch of land between the sea and the city provided ample opportunity for the smuggling of goods, some no doubt in pottery containers, so the 'capture area' for pottery exports was actually much wider than Seville city itself.

Pottery containers for regular trade were soon standardised in the Seville area (fig. 2). The early barrel-costrel olive jar of the 15th century was short-lived; it is infrequent in Britain and found mainly at coastal sites (fig. 3). This was replaced by globular and elongated jars which have been found on more than 150 sites right across Britain and Ireland (Gerrard *et al,* 1995, p. 284). Olive oil was used in the cloth industry, to soften the wool before it was dyed, and at least some of the distribution is focused on those areas with a strong



2. Some Spanish containers imported to England: Early style olive jar from Plymouth (1); Middle style olive jars (16th – 18th centuries) from Southsea, Portsmouth (2) and Southampton (3); Late style olive jar of the 18th century found at sea, now at Hampshire County Museum (4) (No. 1 after Allan, 1995, no. 96).

3. Distribution of olive jars from the Seville area.

cloth industry, for example around Exeter in the south--west of England.

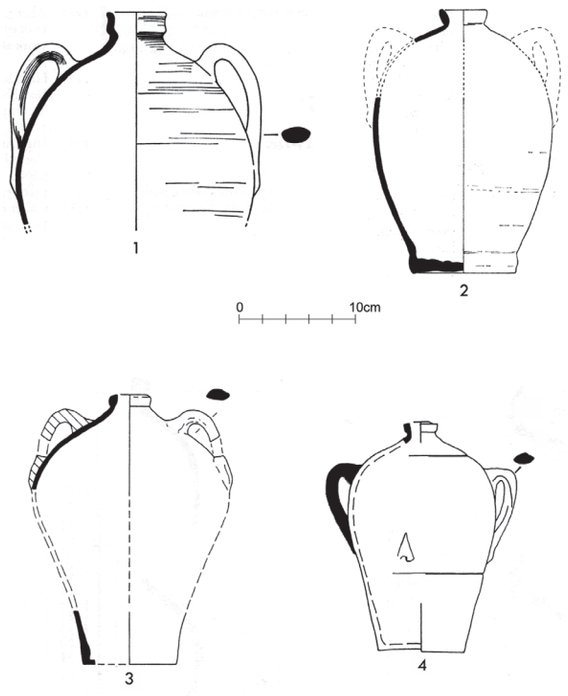
'Merida-type' coarsewares also arrived in Britain from the 13th century onwards; diversity in fabric and colour during this period may represent a variety of sources that may include workshops in both Portugal and Spain. The range of shapes found in Britain diversifies hugely in the post-medieval period, although the physical appearance of the pots tends now to be more uniform. Vessels are typically of orange colour, but they can also be grey or have a grey core. Most of the examples found in post-medieval Britain are of unglazed wares, with a similar texture and finish, usually undecorated or with the typical burnished patterns. Some examples and forms from the British Isles are very similar to vessels recovered from Aveiro (Alves *et al,* 1998; 2001), a port city half way between Oporto and Coimbra, and they may well have been produced there.[1] However, Aveiro was probably not the only source of micaceous red wares during this period. On the one hand, not all the 'Merida-type' pottery found in northern Europe has parallels with the material excavated there, for example glazed or slipped vessels. On the other hand, there is still much to learn about the production from Aveiro; there are, as yet, no physical remains of local manufacture, such as workshops, pottery kilns and wasters, and not enough well stratified and dated assemblages to understand the timespan and evolution of local products. Furthermore, documentary references to the production and export from other areas point to the existence of other major centres still awaiting discovery and study. Coimbra, for example, was well known in the 18th century for its export of pottery[2]; likewise large quantities of red pottery have been also identified from excavations in Pombal (and await study). This material is not unlike Merida-type wares but local assemblages have not yet been characterised. Although there have been some advances in our knowledge of the Portuguese coarsewares since Hurst first described this type of ware (Hurst, 1977, p. 96; Hurst *et al,* 1986, p. 69), some of the problems he described then are still current now and far more work is needed to characterise Portuguese centres of production, both those already identified and those awaiting study. This is still a major prerequisite if the origin of this type of pottery is to be finally resolved; for this reason the term 'Merida-type' coarsewares is still preferred in the north of Europe.

The typical 'Merida-type' import during the medieval period was the costrel with two handles, a form that also continued to arrive later (fig. 4). The distribution

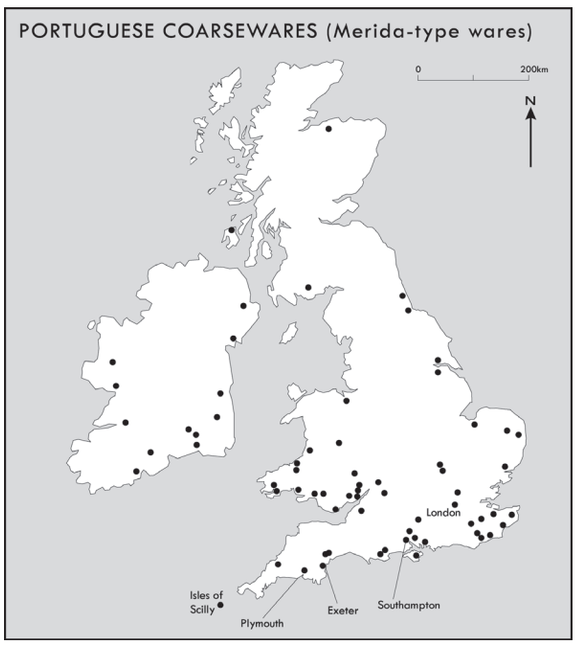
1. A visual examination of the material from Aveiro confirms the similarity. I would like to thank João Coelho (Curator, Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, IGESPAR, IP) for making the assemblage available, and Patrícia Carvalho for her comments on the material.

2. For example, the architect James Murphy visiting Portugal in 1789 writes of the export from Oporto of 110,000 dozen of 'various pieces of pottery' albeit without specifying their place of manufacture (Murphy, 1795, p. 14); of Coimbra he recalls the importance of pottery production and export; by then the city had six factories of 'red ware' and 'eleven for glazed' (Murphy, 1795, p. 26-27).

of this type of pottery has always posed many questions for researchers. Costrels are small pots, typically between 20 and 25 cm high, and part of the dilemma is whether they were exported full or empty, in other words, did they travel as containers for other goods or were they themselves the object of trade? Merida-type wares are found at more than 100 sites across the UK, mainly from the south of England and particularly at sites close to the coast (fig. 5). Given this coastal distribution, the suggestion has been that these vessels were traded to England, but not to the rest of north--west Europe where, being scarcer, they may have arrived only occasionally after being used aboard ships and later sold off by sailors and other travellers when the boat reached its port (Hurst *et al,* 1986, p. 69). This general practice of personal trade is well documented, for example, Portuguese officers and crew who sailed to the Indies were permitted to stow personal property, spices and other goods, wholly or partly duty-free, perhaps in recompense for low wages (Boxer, 1984, p. 53). Small-scale, personal sales and exchange seem likely to have existed at every opportunity during voyages.
Hurst also pointed out that costrels may not have been ideal as general containers given their porosity and small size; on the other hand, given that they are plain coarsewares we may also query the reason why they would be traded in their own right. One assemblage excavated near the castle in Southampton helps with



4. 'Merida-type' costrels from Southampton (1–2), Poole (3) and the *Mary Rose* (4), dated to c.1300–1350 (1), 14th–15th centuries (2), 16th–17th centuries (3) and 1545 (4) (1–2: after Platt and Coleman-Smith 1975, nos. 1280 and 1297; 3: Barton *et al* 1992, no. 981).



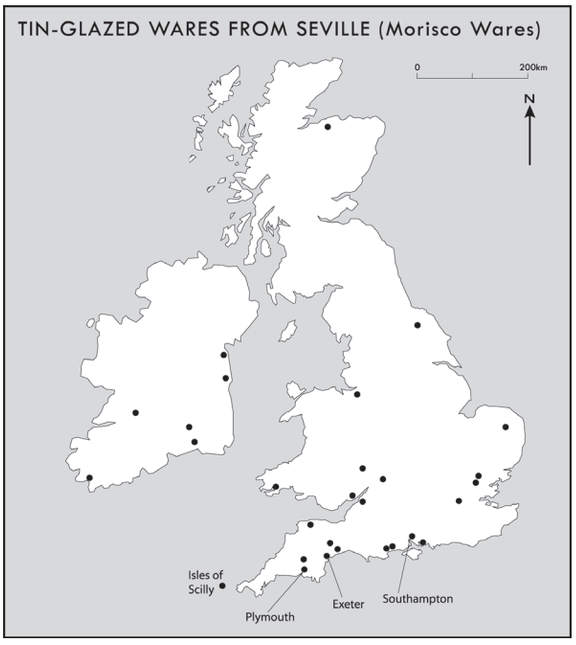
5. Distribution of 'Merida-type' wares.

some of these issues. Here a single layer produced more than 400 different vessels of Merida-type wares, that is almost 7000 sherds, some 85 kg of pottery, dated to the first half of the 17th century (Gutiérrez, 2007). The tenement itself is described at this date as a storehouse that was rented out to merchants. It therefore seems probable that this assemblage represents a cargo load of Portuguese pots, probably one which had recently been unloaded at the quayside and was now waiting to be sold on. In this case the assemblage must represent empty pots, among which were some 44 costrels. This assemblage is important firstly because it confirms that Portuguese coarsewares were being traded in their own right to southern England and that not all arrived through personal exchange; secondly it shows that the pots were arriving empty; and thirdly it proves that a wide range of forms was being imported, not only costrels. This last point is worth emphasizing because this type of pottery is fragile and tends to break into small sherds which are impossible to reconstruct and so there has been a tendency in the past to assume they all belonged to costrels.
At the same time, a couple of finds elsewhere in the country do show that costrels may have also been imported as containers and that they were reaching Britain filled with Mediterranean products. A costrel found aboard the *Mary Rose*, Henry VIII's warship sunk in 1545, was found to contain an oil extract of polypody root (*Polypodium Vulgare*) mixed with milk (Fig. 6). According to 16th century writings (Derham, 2005, p. 220), this was a remedy against a condition known as 'melancholy', used to draw out 'fleame and cholor',

6. The contents of the barber-surgeon's chest on the *Mary Rose* included a Merida-type costrel.

although polypody was also recommended during the medieval period against toothache and headaches (Anderson, 2004, p. 422; van Arsdall, 2002, p. 128). Polypody grew profusely both in Portugal and in England and we cannot establish the origin of the concoction from the *Mary Rose*. The costrel however was found sealed with a cork made of Iberian oak, perhaps indicating that it had arrived full; in fact, the importation of 'drugs' (so recorded in contemporary documents) from Portugal appears in the port books for London, sometimes being the only product noted, together with spices (Millard, 1956, vol. 3, table C). Since the cork could have also been plugged in later, the possibility also exists that the costrel was simply reused as a container by a resourceful surgeon. In another case, the analysis of the surviving residue in a costrel from a house of Franciscan friars at Carmarthen in Wales shows that it once contained cinnabar, a red mercuric sulfide pigment used in dyes, inks and paints that must have come originally from the Iberian Peninsula. The presence of crystals shows that the pigment was not produced locally and must have derived directly from the mines themselves; the main ones in Europe being in Almadén, Ciudad Real (James and James, 1987, p. 232). Both examples serve to confirm that 'Merida-type' costrels were simply versatile containers to be used depending upon the circumstances and that they could be exported either empty or full. In some cases, such as that illustrated by the assemblage from Southampton, costrels were clearly part of a consignment of pottery, perhaps being supplied directly by a pottery workshop and arriving as a by-product of regular trade, including that in ceramic sugar moulds which were needed by local English refineries during the production of sugar. These refineries were certainly equipped with moulds from London but also frequently from abroad, especially from Holland, a country also involved in the refining of sugar in the 17th century (Allan, 1984, p. 139).

As for finewares arriving during the early modern period, it may seem remarkable that tin-glazed tablewares or Morisco Wares from Seville are so rarely found Britain, especially given the enormous quantities of these vessels that were exported to Portugal and across the Atlantic (Otte, 1982, p. 226; 1986, p. 123). Morisco Wares have been recovered from just 20 sites in the British Isles (Gerrard *et al,* 1995) (fig. 7), a very limited distribution which has traditionally been interpreted as the result of direct contact with Spaniards rather than any organised trade (Hurst, 1995, p. 48). There is, however, some reason now to doubt that conclusion. The assemblage excavated from the shipwreck in Studland Bay, near Poole, included a group of blue-and-purple plates, and a range of lustrewares (Gutiérrez, 2003). These are all decorated with very similar motifs, as if they were a single batch of the



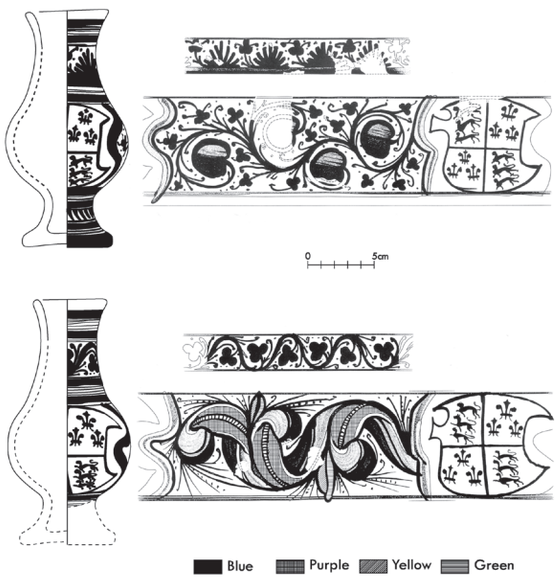
7. Distribution of Morisco Wares.

same production from a single workshop, with none of the odd pieces which could be used to fill gaps left by breakages if they had been used on board the boat. The chemical fabric analysis also confirms this uniformity (Hughes, 2003). It looks as if these decorated wares were transported as part of the cargo, perhaps as a box or basketful of pottery. This would confirm that this type of pottery was indeed traded in its own right to the north of Europe, albeit in small quantities. If, as Allan (1993, p. 44) has pointed out, imports found during excavation might represent as little as 1/1000th of the estimated total importation, then it is not surprising that small-scale trade should have left behind so few sherds.

What is already obvious, however, is that Seville had a monopoly on trade with the Americas that propelled the local manufacture of pottery for export, whereas in the north of Europe Seville and Spanish pottery had to compete with other products. Italian maiolica, for example, was becoming more popular and is found at about 50 sites in Britain, especially the Arno products from near Montelupo of the 16th to mid 17th centuries, but also Ligurian berettino and sgraffito wares (Hurst, 1991). Once more, neither Italian nor Spanish pottery could compete with the trade in Netherlands maiolica which is found at about 100 sites across the country (Hurst, 1999).

We may conclude that, in general, although Mediterranean decorated pottery arrived in the north of Europe more or less constantly between the 16th and 18th centuries, it did so only in small quantities, and partly through a modest trade. Spanish coarsewares, on the other hand, would have arrived mainly as containers. What was of greatest value in those cases was the product inside, hence the widespread distribution across the country.

Apart from organised trade, there is no doubt that during the early modern period pottery could also move about in ways that would have gone entirely unrecorded in historical documents because no commercial exchange is implied. There must have been some exchange through personal contacts, for example. Gifts might be given during a celebration – such as a wedding – or even to seal a commercial contract or to gain favour. In the 17th century, for example, English royal silver was sent to Russia as a diplomatic gift in the hope of securing trading exchanges (Dmitrieva and Abramova, 2006). These gifts could take many forms, but they were mostly expensive items which were designed to impress, for example expensive silk fabrics, or else they were especially unusual or exclusive objects. Some of the earliest Chinese porcelain to enter Europe, for example, was that given by the ambassadors of the Sultan of Cairo to the Doge of Venice at the end of the 15th century (Jardine, 1996, p. 56). This was clearly a means to impress, although the gift also had political ends. In a similar way, it has also been suggested that Italian maiolica was given as gifts within Italy as well as abroad in order to advertise its manufacture (Goldthwaite, 1989, p. 10-11). One possible example of this is a pair of small Italian vases found in London (fig. 8). These are decorated in blue with the royal arms of England and although we will probably never know who received the vases, they must surely



8. Italian vases from London decorated with the royal arms of England, early 16th century (after Gaimster, 1999, p. 142).

have been intended for use at the English court. One of them was found during excavations at the Tower of London, the royal palace and residence. They must have been a special commission, perhaps a diplomatic gift of the early 16th century, either brought by Italians or commissioned through them.

Finally, goods could be acquired illicitly, for example through piracy or the robbing of shipwrecks; both are well documented activities on the south coast of England (Ferreira, 1988, p. 613; Lloyd, 1982, p. 162). Mediterranean boats were equipped with products from their home countries, including crockery and kitchen wares to be used on board and, during the 16th century, there are numerous references to boats being assaulted and their goods removed; little consideration seems to have been given to the ship's nationality. The stolen goods could include anything from gold coins to a cargo of salted cod, and on several occasions 'the ship's apparel' and even a lantern are also mentioned as having been lost (Smith, 1948, p. 100).

The point to emphasise is that pottery could arrive in European ports in unexpected ways and that these more unusual routes may help to explain the range of less common types which are found, such as some of the Seville and Italian wares from Exeter and Southampton, for example, which include rare types of Morisco Wares and decorated maiolica. There is even a rare chaffing dish from Seville, a household article found in Exeter (Allan, 1995, no. 95), and so far the only one to be identified in northern Europe.

SELECTING POTTERY

It is clearly difficult to ascertain why certain pottery was chosen over other pieces given the wide range available to the consumer. One way of approaching the subject is to develop an understanding of the biography of the plot or tenement from which an assemblage comes. A good example is Acton Court, a moated site in South Gloucestershire, some 15 km north-east of Bristol. This was the seat of the Poyntz family from the middle of the 14th century until the late 17th century. The family was close to the royal court and served both Henry VII and Henry VIII. In the summer of 1535 Henry VIII, Anne Boleyn and their retinue stayed in Acton Court as part of their journey through the west of England (Rodwell and Bell, 2004). The house was prepared for the royal visit by demolishing and building a completely new range of buildings. This new range was decorated in the latest taste in both the planning of the space and the decoration, some of which has survived until the present day. What is remarkable about the pottery assemblage found during the excavation at Acton Court is the volume of imports. They represent between 20% and 43% of the pottery recovered from the site's main contexts (Vince and England, 2004). It is also a striking assemblage in terms of the range and sources of those imports: apart from pottery from the north of Europe, there were also large quantities of Merida-type wares, Valencian lustrewares, Seville tin-glazed *botes* or *albarelli*, Italian berettino plates, a Montelupo *tazza* and other Italian maiolica. Many fragments of imported glass vessels also came from the same layers.

The acquisition of this pottery has been directly linked to the visit of Henry VIII in 1535. But whether or not this was actually the case, what is clear is that the gentry, the highest ranks of society, were interested in owning this range of wares and using them in quantities. One reason for this interest could be that tin-glazed wares were still not produced in England at this time; they were all imported and thus all the more highly valued. When the household of Henry VIII came to produce an inventory of his goods in 1542 and 1550, 'several things of earth' were recorded, among them almost a hundred flatwares, including a basin, 25 dishes, 2 platters, 16 saucers, 19 spice plates and 6 trenchers (Starkey, 1998). It is impossible to say what type of pottery this could have been, although it was probably from the Low Countries or the Mediterranean, possibly Italian or perhaps Spanish. We do not know if these pots were given as gifts, but they were listed and kept with his expensive glass vessels and the obvious interpretation is that they were highly prized.

The type of imported pottery found in Acton Court seems to have been used by only a limited section of the English population, mostly a social group recently made rich by the redistribution of lands and property brought about by the Dissolution of the monasteries. Similar wares are found from the 16th century onwards in castles, palaces and manor houses, the seats of the gentry and nobles, such as Acton Court. Although the same pottery is also found in towns, here it is especially associated with the houses of rich merchants. We could argue that pottery may have been acquired by these groups in order to project certain qualities and social rules, ethics and culture, perhaps as a means of reinforcing group identity among the wealthy. Given that one of the key features of this period was the impact of the Renaissance learning and classicism on art and design, one wonders if this was not one of the attractions of this specific type of pottery. There is ample evidence to suggest that people in early modern England, and indeed earlier, were adept at understanding visual clues. For example, badges on clothing linked people and households and were used as ornaments on jewels, plate and textiles. The use of heraldry, royal

initials and other symbols also transmitted loyalties. Visual clues in material culture expressed affiliations and allegiances, both political and cultural. Some kinds of imported pottery should perhaps be considered in exactly the same way, as a means of demonstrating belonging to a social set, to a specific group, to a cultural setting. The implications are therefore that the pottery was deliberately chosen, that it had far more than a practical use and that it was selected in order to display a particular sense of culture, intellect and taste associated with the wealthiest and worldlier members of society.

By way of contrast, the distribution and use of Rhenish stonewares is entirely different from that of Spanish and Italian wares. This stoneware arrived in great numbers during the 16th century and had mainly a practical use. It was hard, durable, cheap and easy to get. The numbers imported into England were vast, reaching several hundred thousand vessels a year (Allan, 1983, p. 43; Gaimster, 1997, p. 80-82). They were the main drinking receptacle until glass became widespread and local production of stonewares began at the end of the 17th century, and as a result, stonewares are found all across the country at all sorts of sites, from rich palaces to the most humble dwellings.

CONSUMPTION

One of the key themes in post-medieval material culture studies has been the study of 'consumption' to examine the use, quantity and type of artefacts employed by different groups of people, in order to detect changing aspects of their domestic, economic and social lives. Themes that have attracted particular attention include, for example, the introduction of vessels for drinking hot beverages, especially tea, of individual sets of crockery and forks and knives, the use of clocks, and the use of pictures in the home (McKendrick *et al,* 1982; Shammas,1990; Bermingham and Brewer, 1995; Weatherill, 1996). For the most part these questions have been explored from the later 17th century and especially for the 18th century, when probate inventories provide details such as age and occupation, together with lists of personal possessions. Combining written records with archaeological and historical sources American researchers have led the field in exploring themes such as the fluctuating economic level of the household, its size, composition, and life cycle; all aspects which are hard to consider using the archaeological record alone. Even theft, confiscation, intentional removal or loss of pottery have been examined in detail (Baugher and Venables, 1987; Spencer-Wood and Heberling, 1987).

In Britain too the study of patterns of consumption and socio-cultural behaviour has generally been developed from a more historical point of view (Glennie, 1995; McKendrick *et al,* 1982; Shammas, 1990; Weatherill, 1993). Here it is the 16th century which is generally identified as the moment at which new consumer practises began, springing particularly from the royal court. Elizabeth I used goods to express her power and legitimacy, and forced the court to indulge in conspicuous consumption which in turn provoked strong social competition. This model of spending generated by the Queen and then imitated further down the social scale is one way to explain how new fashions were introduced, developed and then became widespread, a model that has been named the 'trickle-down' theory, by which groups at the bottom of a socially stratified society seek to establish new status for themselves by adopting the habits of those higher up the social rankings (Simmel, 1904). According to the model, those at the top then respond by adopting new fashions in order to preserve status differences, creating a continuous cycle of change and innovation which 'trickles' from group to group down the social order. This theory implies a one-way (innovation always spring from the top), single-line (it moves only in one direction) communication where age, sex and ethnicity are not accounted for, for example, and as a hypothesis it has had numerous critics, although has served archaeologists to place fashion into a social and chronological context.

There are also reasons why consumers might wish to avoid innovation and a cyclic renewal of personal goods (Hoskins, 1998; Ingold, 2007; Jones, 2007; Lillios, 1999). One of these values the signs of age or 'patina' which can accumulate on the surface of an object and that serve to demonstrate that goods (items such as silver and family portraits) have been in the family for a long time, affirming both the duration and the permanence of the family's social status. This visual and symbolic characteristic was in use until the 18th century, when a new code of purchasing emerged in which status was to be found in new things rather than old ones (McCracken, 1988, p. 32-35).

We can but wonder if any of these attributes were attached to imported Mediterranean pottery, even when it is true that some medieval examples of lustrewares do seem to have been curated over long periods of time, and may have been considered heirlooms worth looking after. A remarkable example of later date is the Spanish lustreware dish illustrated in figure 9.[3] This dish was recorded in 1901 by a monk by the name of Dom Bede Camm of the Benedictine abbey of Erdington

3. I am most grateful to Dr. Tim Hopkinson-Ball for bringing this reference to my attention.

while compiling a manuscript catalogue of the surviving relics of the English martyrs of the 16th and 17th centuries. In his catalogue, Camm records this dish, which was formerly in the possession of a recusant Catholic family from Shepton Mallet (Somerset), as having been given to the nuns of the Order of the Visitation who had formerly had a convent in the town. By 1900 the nuns had moved nearby to Harrow-on-the-Hill where Camm inspected and drew the earthenware dish. The dish was described in 1901 as the 'dish belonging to Abbot Whiting', the last abbot of Glastonbury (Somerset) who was hanged at the time of the dissolution of the wealthy abbey there. Camm's claims, however, cannot be correct; the abbot died in 1539 but the dish is a typical 17th century lustreware from the Valencian workshops. Whiting cannot have owned it. Nevertheless, somewhere the link was made and, as a result, the dish remained in safe hands through until the 20th century. The importance of the object – at least to Catholic minds – is likely to be that the abbot died as a 'martyr' at the hands of Henry VIII. And not only did the dish belong to a Catholic family, it was later passed onto a nunnery in the 18th century. The dish therefore gained the status of a 'relic', a false status as it turns out, but one which made it worth guarding safely and most probably hidden for four centuries.

9. A dish in the collections of the former Convent of the Visitation, Harrow on the Hill. The drawing is entitled 'Abbot Whiting's Dish' and the description facing the dish reads: 'A dish of porcelain or earthenware, which is said to have belonged to the Blessed Richard Whiting OSB, last Abbot of Glastonbury. It was given to the nuns when they were settled at Shepton Mallet near Glastonbury. It has been broken in little pieces but has been skilfully mended. It measures 14½ inches across and stands about 3 inches high. It is of strong deflt covered with a shining pattern, in imitation, I should say, of reddish gold. It is riveted together in eighteen places' (Camm's MS catalogue, page 62). Below is a similar example of 17th century Valencian lustreware, now in the Musee d'Art and d'Historie de Narbonne (Paloque No. 106).

IDENTITY

Of course, there are many factors, other than wealth and purchasing power, that may have affected the consumers' choice of objects and artefacts in the past. Material culture has long been studied as a marker which can define different groups in society, either by their social rank, gender, religion or ethnicity and it is not really possible to study pottery without thinking about questions of identity.

A well documented example is that of immigrant settlers. When large groups of Dutch and German immigrants settled in the east of England in towns like Colchester and Norwich in the 16th and 17th centuries, they were escaping religious prosecution (Margeson, 1993, p. 236; Atkin *et al,* 1985). Quite possibly they were attracted to the area by the promise of employment in the clothing industry. In Norwich, it is estimated that there were around 6000 Dutch immigrants, almost a third of the town's population. It would appear that these families brought with them and regularly ordered from the Low Countries a range of household goods for their own use, and these subsequently appear in higher concentrations here than they do elsewhere. The immigrants were particularly interested in objects which could not be purchased locally, such as specialist tools for craftsmen (Esser, 1995, p. 140, 143), together with pots, such as frying pans, or a special type of head-dress pin which was not in use in England at that time (Margeson, 1993). In this case the link between objects and expression of identity is a direct one. The demand for these goods would have been

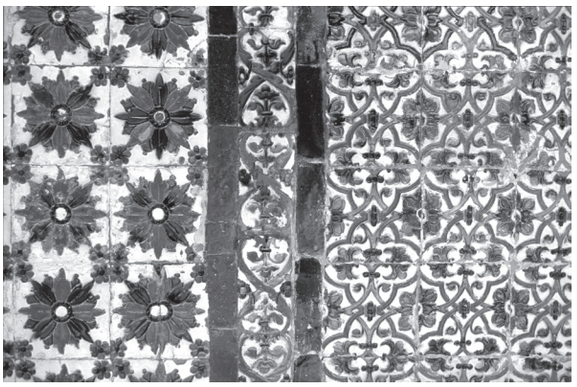
easily accommodated, perhaps even promoted, by the merchants, who were also Dutch; the exchange would have been a simple matter due to the close trading links that already existed between the east coast of England and the Low Countries.

In another example, this time the case of the Hanseatic culture in the Baltic, the use and spread of artefacts of certain types and origin has been linked to a much larger cultural group, one which is defined not by origin but by lifestyle practices, beliefs and language (Gaimster, 2005; but see also Mehler, 2009; Immonem, 2007). Here the success of these commodities and their presence in the archaeological record is suggestive of something more complicated that transcends 'ethnicity' and stresses cultural affiliations, class and religion. The idea here is that unfamiliar objects may be adopted by others to conform to a certain created cultural group.

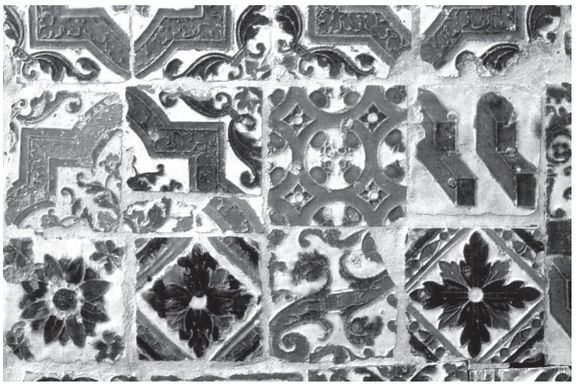
We might reason from these examples that pottery can, in certain circumstances, be used to demarcate identity, to set people apart in ways which have nothing to do with wealth. But when we examine the archaeological record, clearly this was not always the case. Foreign communities, for example, did not always choose to emphasise their identity through the objects they used. A detailed study of pottery assemblages found in the ports of Southampton and Exeter reveals that Italian and Spanish merchants used no more Italian or Spanish pottery than their neighbours (Allan, 1995; Brown, 1995). In another case, the study of French Huguenots in London found no traces of any distinctive pottery assemblages (Jeffries, 2001). Whether or not ceramic material culture is well suited to express religious identity, it is also true that these groups did not always seek to differentiate themselves but the opposite, especially if they were socially liminal, operating on the fringes of the local population; Spaniards and Italians suffered at different times attacks from local (mainly merchant) population throughout the medieval and later periods, confrontation that would culminate in the episode of the Armada at the end of the 16th century.

What we learn from this is that ethnic identities could be fluid, created, and that there is not necessarily any predictive relationship between material culture and ethnic identity. Moreover, material culture, such as pottery, can be used to inform social relations and interactions, and it may be deliberately chosen to achieve this.

To add further complication, we can also see from the archaeological record that it is not necessary for the consumer to have any accurate understanding of the origins of the object they have purchased in order to attach meaning to it or to adapt that meaning to 'local' circumstances (Gutiérrez, 1977). *Arista* tiles, for example, were made in Seville in the early 16th century and brought to England in very small quantities, where they are found on around 30 sites (Gerrard *et al,* 1995). They are decorated with geometrical patterns that require them to be ordered in a specific way when they are laid out in order to accomplish an overall effect (fig. 10). The tiles have to be placed so that the geometric motif is legible, making up large panels which are separated by plain tiles and then finished off by a line of framing tiles. In England, however, these tiles were not necessarily understood in quite the same way (fig. 11). Here squares or rows or even single tiles of different – uncompleted – patterns could be laid side-by-side, so that the overall ornamental pattern as originally intended was entirely lost. Rather than the decorative pattern being important, the only reason to have these tiles was simply because they were foreign and exclusive, or maybe it was the vivid colours and reflective shine that were admired. Perhaps this is the reason why single tiles, sometimes only a quarter of a four-piece geometric design, were thought worthy of use at all.



10. A panel of matching *arista* tiles *in situ* in the Casa de Pilatos, Seville, early 16th century.



11. A panel of *arista* tiles as placed in Cadogan Gardens, London (after Betts and Weinstein, 2010, fig 12). The building dates to the 19th century, but even if the tiles were reset then, the variety of motifs and sizes would make it unlikely that the tiles were arranged geometrically.

DINING AND THE CONTEXT FOR POTTERY

This brings us to another key concern for the student of pottery, which is to understand the social and physical context in which the pottery was used. Most of the decorated pottery imported to Britain at this time is bowls and dishes. These would have been used to serve food at the table. In England in the 16th and 17th centuries, tables were still very much arranged around plates made of silver, pewter or wood, which are sometimes recorded in inventories of houses. Food was eaten with a knife and directly with the fingers, except for pottage, which was eaten with a spoon. It was not until the 18th century that knives and forks for individual use became common in England (Weatherill, 1996, p. 153).

There is little written or pictorial evidence to show exactly how pottery and other utensils were used at the table. We often see pottery vessels in museum conditions but we have to imagine them in their contemporary setting, on a wooden table covered by a linen tablecloth, in the company of pewter and glass items (fig. 12). In the candlelight these tin-glazed wares would have been more luminous and visible than local pottery or wooden items.

There is no doubt that decorated pottery was used at the table and was not just for display, even plates that we may consider today as 'special' or 'exceptional' seem to have been used in the past. A tableware service commissioned in Italy for Isabella d'Este, Marchioness of Mantua, was decorated in the *istoriato* style, in a complicated decorative pattern with the family coat of arms at the centre of the dishes and bowls (fig. 13). Such delicate work might be thought to be merely for public display, perhaps intended for a display cabinet or dresser (Thornton and Wilson, 2009, p. 231), but under the microscope signs of wear are visible on the lip and internal edge of at least one of the bowls (which

13. Italian maiolica broad-rimmed bowl commissioned for Isabella d'Este, Marchioness of Mantua, bearing the family coat of arms, painted by Nicola da Urbino, c.1524 (27.1 cm diameter). A Renaissance work of art for use at the table © Trustees of the British Museum.

12. William Brooke, 10th Baron of Cobham, and family, painted in 1567. A rare glimpse of an English family at the table in the 16th century. The table is scantly furnished with a limited range of utensils, mainly dull white metal dishes, and exotic pets as companions © Reproduced by permission of the Marquess of Bath, Longleat House, Warminster, Wiltshire.

is now in the Museum of Fine Arts, Boston; Kingery, 1993, p. 223; the bowl is very similar to that illustrated here on figure 13, which formed part of the same service). Dining in post-medieval England was an important social activity, just as much as it was in the Mediterranean. Social aspirations could be demonstrated through the food consumed at the table, for example through imports of preserves, spices, currants and figs, access to quinces, lemons or oranges, plus novelties from American 'New Spain', such as tomatoes. Sugar too was used mainly in cooking and in the preparation of preserves and syrups, but most of its consumption was restricted to the aristocracy, at least until imports from the colonies became abundant in the later 17th and 18th centuries (Galloway, 1977; Pares, 1957). Another important feature of the dining experience was the way food was consumed – the etiquette of eating – the washing of the hands, the sharing of the drinking glass and so on – and the setting of the table.

Although in the Mediterranean changes started to occur during the 15th century and they culminated in the following century in the use of ceramic sets of plates and bowls for individual use, in England the pace of change was slower. Here the pottery industry experienced changes from the 16th century, particularly in the number of forms produced, but plates and dishes were almost the last to enter into the repertoire in the 17th century. Under these circumstances there is every possibility that colourful dishes and bowls from the Mediterranean would have become a symbol of sophistication. Not only would they have added a rare and novel contrast to the plain and dull silver or pewter tableware, but as items of exotic origin which were difficult to obtain, they would have confirmed the status of their owners and invited guests. Besides, they would have been ideal to display expensive foods in a special way, as part of the sphere of social enjoyment and entertainment at the table.

CONCLUSIONS

Pottery can be interrogated in many ways, but in order to work with it in the ways described above, to investigate themes such as consumption and identity, it is essential to begin with well excavated sites, well quantified pottery and common typologies so that the same terminology is used and understood by specialists. Then we need to move from the analysis of individual sites and expand our view by undertaking more in the way of synthesis which will allow us to define and understand regional patterns, both for production workshops and consumption sites.

Two further prerequisites are needed. Pottery reports must be published and researchers must be allowed to study the pottery assemblages that have been excavated. Finally, we cannot always be archaeologists. As this paper has tried to illustrate, some of the most stimulating research in this field involves archaeologists working with historians and endeavouring to understand the three-dimensional social and physical context in which the pots played out their lives. It is at that point that research become really exciting.

When the Essex rector William Harrison wrote about 16th-century England, he remarked on the character of the craftsman's table, which was 'plain without inward Italian or French craft and subtlety'. This was in contrast to the nobility and merchant houses, which were furnished with Venetian glass and 'pots of earth of sundry colours and moulds' (Withington, 1902, p. 89, 94). Harrison was remarking on the general increase in domestic comfort and luxury among the upper levels of society – the spending he associated with feasting, and ultimately with the material world. But as pottery researchers Harrison is giving us another tip here. He is surely telling us that pottery may be a practical everyday utensil, but it can also be used to read people, their needs, wants and their fancies.

ACKNOWLEDGMENTS

I would like to thank Dr Simon Johnson, History Office, Downside Abbey, for permission to use the image on figure 9; Sylvie Saint-Martin, Musées de Narbonne, for permission to use the photograph on figure 9; the Mary Rose Trust for allowing me to use the photograph on figure 6; and David Gaimster for drawings on figure 8.

BIBLIOGRAFIA

ALLAN, J. (1983) – Some post-medieval documentary evidence for the trade in ceramics, in P Davey and R Hodges (eds), *Ceramics and trade: the production and distribution of later medieval pottery in north-west Europe*, University of Sheffield, p. 37-45.

ALLAN, J. (1984) – Medieval and post-medieval finds from Exeter, 1971-1980, *Exeter Archaeological Reports* 3, Exeter.

ALLAN, J. (1995) – Iberian pottery imported into South-West England, c. 1250-1600, in C M Gerrard, A Gutiérrez and A Vince (eds), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*, British Archaeological Reports International Series 610, p. 299-314.

ALLAN, J. e BARBER, J. (1992) – A seventeenth-century potte-ry group from Kitto Institute, Plymouth, in D Gaimster and M Redknap (eds), *Everyday and Exotic Pottery from Europe c. 650-1900*, Oxford: Oxbow Books, p. 225-245.

ALVES, F.J.S.; RODRIGUES, P.J.P.; GARCIA, C. e ALELUIA, M. (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar, *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, p. 185-210.

ALVES, F.; RODRIGUES, P.; ALELUIA, M.; RODRIGO, R.; GARCIA, C.; RIETH, E. e RICCARDI, E. (2001) – Ria de Aveiro A: a shipwreck from Portugal dating to the mid 15th century: a preliminary report, *International Journal of Nautical Archaeology* 30.1, p. 12-36.

ANDERSON, T. (2004) – Dental treatment in medieval England, *British Dental Journal* 197, p. 419-425.

ATKIN, M.; CARTER, A. e EVANS, D.H. (1985) – Excavations in Norwich 1971-78, *East Anglian Archaeology* 26, Norwich.

BALL, J.N. (1977) – *Merchants and merchandise. The expansion of trade in Europe 1500-1630*, London.

BAUGHER, S. e VENABLES, R.W. (1987) – Ceramics as indicators of status and class in eighteenth-century New York, in S M Spencer-Wood (ed), *Consumer choice in Historical Archaeology*, New York and London, p. 31-51.

BARTON, K.J.; CARTWRIGHT, L.; JARVIS, K.S. e THOMSON, R.G. (1992) – Catalogue of the pottery, in I Horsey, *Excavations in Poole 1973-1983*, Dorset Natural History and Archaeological Society Monograph Series 10, Dorchester, p. 65-128.

BERMINGHAM, A. e BREWER, J. (eds) (1995) – *The consumption of culture, 1600–1800: image, object, text*, London.

BETTS, I.M. e WEINSTEIN, R. (2010) – *Tin-glazed tiles from London*, Museum of London Archaeology, London.

BLACKMORE, L. (1994) – Pottery, the port and the populace: the imported pottery of London 1300–1600, *Medieval Ceramics* 18, p. 29-44.

BOLTON, J.L. e GUIDI BRUSCOLI, F. (2008) – When did Antwerp replace Bruges as the commercial and financial centre of north-western Europe? The evidence of the Borromei ledger for 1438, *Economic History Review* 61-2, p. 360-379.

BOXER, C.R. (1984) – *From Lisbon to Goa, 1500–1750. Studies in Portuguese maritime enterprise*, Variorum Reprints, London.

BROADY, P. (1979) – The pottery, in G J Fairclough, *St Andrews Street 1976*, Plymouth Excavations 2, Plymouth.

BROWN, D. (1995) – Iberian pottery excavated in medieval Southampton, in C Gerrard, A Gutiérrez and A Vince (eds), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*, British Archaeological Reports International Series 610, p. 319-328.

CONNELL-SMITH, G. (1954) – *Forerunners of Drake: a study of English trade with Spain in the early Tudor period*, Green, London.

CHILDS, W.R. (1995) – Anglo-Spanish trade in the later Middle Ages: Twelfth to sixteenth centuries, in C M Gerrard, A Gutiérrez and A Vince (eds), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*, British Archaeological Reports International Series 610, p. 17-23.

DERHAM, B. (2005) – Analysing the barber-surgeon's medicines and ointments, in J Gardiner with M J Allen (eds), *Before the mast: life and death aboard the Mary Rose*, The Archaeology of the Mary Rose 4, Cromwell Press, Trowbridge, p. 219-224.

DMITRIEVA, O. e ABRAMOVA, N. (ed) (2006) – *Britannia and Muscovy. English silver at the Court of the Tsars*, Yale Center for British Art, New Haven.

ESSER, R. (1995) – News across the Channel: contact and communication between the Dutch and Wallon refugees in Norwich and their families in Flanders, 1565–1640, *Immigrants & Minorities* 14.2, p. 139-152.

EVANS, D.H. (1987) – Reflections on the study of imported ceramics, in B Vyner and S Wrathmell (eds), *Studies in medieval and later pottery in Wales presented to J M Lewis*, Cardiff, p. 199-224.

FERREIRA, M.E. (1988) – *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Colección de Documentos Históricos, Santiago de Compostela.

GAIMSTER, D. (1997) – *German Stoneware 1200–1900*, London.

GAIMSTER, D. (1999) – Imported maiolica bearing the royal arms of England: a reconsideration, in D Gaimster (ed), *Maiolica in the North*, British Museum Occasional Paper 122, p. 141-146.

GAIMSTER, D. (2005) – A parallel history: the archaeology of Hanseatic urban culture in the Baltic c. 1200–1600, *World Archaeology* 37.3, p. 408-423.

GALLOWAY, J.H. (1977) – The Mediterranean sugar industry, *Geographical Review* 67.2, p. 177-194.

GASKELL BROWN, C. (1979) – *Plymouth Excavations: Castle Street, the pottery*, Plymouth Museum Archaeological Series 1, Plymouth.

GERRARD, C.M.; GUTIÉRREZ, A.; HURST, J.G. e VINCE, A. (1995) – A guide to Spanish medieval pottery, in C M Gerrard, A Gutiérrez and A Vince (eds), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*, British Archaeological Reports International Series 610, p. 281-295.

GLAMANN, K. (1977) – The changing patterns of trade, in E E Rich and C H Wilson (eds) *The economic organization of early modern Europe*, *The Cambridge Economic History of Europe* vol. 5, Cambridge University Press, Cambridge, p. 185-189.

GOGGIN, J.M. (1960) – The Spanish Olive Jar: an introductory study, *Yale University Publications in Anthropology* 62, p. 1-37.

GUTIÉRREZ, A. (1997) – Cheapish and Spanish. Meaning and design on imported Spanish pottery, *Medieval Ceramics* 21, p. 73-81.

GUTIÉRREZ, A. (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessex Households (12th to 17th centuries)*, British Archaeological Reports 306, Oxford.

GUTIÉRREZ, A. (2003) – A shipwreck cargo of Sevillian pottery from the Studland Bay wreck, Dorset, UK, *The International Journal of Nautical Archaeology* 32.1, p. 24-41.

GUTIÉRREZ, A. (2007) – Portuguese coarsewares in early modern England: reflections on an exceptional pottery assemblage from Southampton, *Post-Medieval Archaeology* 41.1, p. 64-79.

GUTIÉRREZ, A. (forthcoming) – The pottery, in D Parham, K Jarvis and E Rundle (eds), *The Studland Bay Wreck*, Council for British Archaeology Monograph.

HOSKINS, J. (1998) – *Biographical Objects: how things tell the story of people's lives*. London, Routledge.

HUGHES, M. (2003) – Chemical analyses of Spanish ceramics from the Studland Bay Wreck by ICP-AES and Neutron Activation, in A Gutiérrez, A shipwreck cargo of Sevillian pottery from the Studland Bay wreck, Dorset, UK, *The International Journal of Nautical Archaeology* 32.1, p. 37-41.

HURST, J.G. (1991) – Italian pottery imported into Britain and Ireland, in T Wilson (ed), *Italian Renaissance pottery*, London, p. 212-231.

HURST, J.G. (1995) – Post-medieval pottery from Seville imported into North-West Europe, in D R Hook and D Gaimster (eds), *Trade and discovery: the scientific study of artefacts from Post-Medieval Europe and beyond*, British Museum Occasional Paper 109, London, p. 45-54.

HURST, J.G. (1999) – Sixteen-century South Netherlands Maiolica imported into Britain and Ireland, in D Gaimster (ed), *Maiolica in the North*, British Museum Occasional Paper 122, p. 91-105.

HURST, J.G. e NEAL, D.S. (1982) – Late medieval Iberian pottery imported into the Low Countries, *Rotterdam Papers* IV, p. 83-110.

HURST, J.G.; NEAL, D.S. e VAN BEUNINGEN, H.J.E. (1986) – Pottery produced and traded in north-west Europe 1350–1650, *Rotterdam Papers VI.*

IMMONEM, V. (2007) – *Defining a culture: the meaning of Hanseatic in medieval Turku*, *Antiquity* 81, p. 720-732.

INGOLD, T. (2007) – Materials against materiality, *Archaeological Dialogues* 14.1, p. 1-17.

JAMES, H. e JAMES, T. (1987) – Ceramic and documentary evidence for the Iberian trade with West Wales in the fifteenth and sixteenth centuries, in B Vyner and S Wrathmell (eds), *Studies in medieval and later pottery in Wales presented to J M Lewis*, Cardiff, p. 225-234.

JARDINE, L. (1996) – *Worldly goods. A new history of the Renaissance*, London.

JEFFRIES, N. (2001) – Historically visible but archaeologically invisible? The Huguenots in 17th century Spitalfields, *Medieval Ceramics* 25, p. 54-64.

JONES, A. (2007) – *Memory and Material Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.

KINGERY, W.D. (1993) – Technological systems and some implications with regard to continuity and change, in S Lubar and W D Kingery (eds), *History from things. Essays on material culture*, Smithsonian Institution Press, Washington and London, 215-230.

KRIEDTE, P. (1983) – *Peasants, landlords and merchant capitalists. Europe and the world economy, 1500–1800*, Berg Publishers Ltd, Leamington Spa.

LILLIOS, K. T. (1999) – Objects of memory: the ethnography and archaeology of heirlooms, *Journal of Archaeological Method and Theory* 6.3, p. 235-262.

LLOYD, T.H. (1982) – *Alien merchants in England in the High Middle Ages*, Brighton.

MARGESON, S. (1993) – *Norwich households: the medieval and post-medieval finds from Norwich survey excavations 1971-1978*, East Anglian Archaeology Report 58.

MCKENDRICK, N.; BREWER, J. e PLUMB, J.H. (1982) – *The birth of a consumer society. The commercialization of eighteenth-century England*, Indianapolis.

MEHLER, N. (2009) – The perception and interpretation of Hanseatic material culture in the North Atlantic: problems and suggestions, Archaeologies of the Early Modern North Atlantic, *Journal of the North Atlantic Special* Volume 1, p. 89-108.

MILLARD, A.M. (1956) – *The import trade of London 1600–1640*, PhD thesis, London University.

MURPHY, J. (1795) – *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-tejo, in the years 1789 and 1790*, printed by A. Strahan and T. Cadell Jun. and W. Davies, London.

OTTE, E. (1982) – El comercio exterior andaluz a fines de la Edad Media, *Actas del II Coloquio de Historia Medieval Andaluza. Hacienda y comercio* (Seville 1981), Seville, p. 193-240.

OTTE, E. (1996) – *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media*, Seville.

PARES, R. (1957) – The London sugar market, 1740–1769, *Economic History Review* 2nd ser IX, p. 254–270.

PARRY, J.H. (1967) – Transport and trade routes, in *The Cambridge Economic History of Europe* Vol. 4: *The economy of expanding Europe in the sixteenth and seventeenth centuries*, E E Rich and C H Wilson (eds), p. 155-222.

PLATT, C. (1973) – *Medieval Southampton. The port and trading community, AD 1000-1600*, Southampton.

PLATT, C. e COLEMAN-SMITH, R. (1975) – *Excavations in medieval Southampton 1953-1969*, Leicester University Press.

PLEGUEZUELO, A. (1993) – Seville coarsewares, 1300-1650: A preliminary typological survey, *Medieval Ceramics* 17, p. 39-50.

PONSFORD, M. e BURCHILL, R. (1995) – Iberian pottery from Bristol, c1200–1600, in M Gerrard, A Gutiérrez and A Vince (eds), *Spanish medieval ceramics in Spain and the British Isles*, British Archaeological Reports International Series 610, p. 315-318.

RODWELL, K. e BELL, R. (2004) – *Acton Court. The evolution of an early Tudor courtier's house*, English Heritage, London.

SÁNCHEZ CORTEGANA, J.M. (1992) – Triana y América: las cerámicas que exportábamos en el siglo XVI, *Buenavista de Indias* 6, p. 415-425.

SHAMMAS, C. (1990) – *The pre-industrial consumer in England and America*, Oxford.

SMITH, H.P. (1948) – *The history of the Borough and County of the town of Poole*, vol. 1, Poole.

SPENCER-WOOD, S.M. e HEBERLING, S.D. (1987) – Consumer choice in white ceramics. A comparison of eleven early nineteenth-century sites, in S M Spencer-Wood (ed), *Consumer choice in Historical Archaeology*, New York and London, p. 52-84.

SPOERRY, P. (1994) – The medieval and post-medieval pottery, in D R Watkins, *The Foundry. Excavations on Poole Waterfront 1986/7*, Dorset Natural History and Archaeological Society Monograph 14, p. 45-51.

STARKEY, D. (1998) – *The inventory of King Henry VIII: Society or Antiquaries MS 129 and British Library MS Harley 1419*, Harvey Miller Publishers, London.

TITTLER, R. (1985) – The vitality of an Elizabethan port: the economy of Poole, c1550-1600, *Southern History* 7, p. 95-118.

THORNTON, D. e WILSON, T. (2009) – *Italian Renaissance ceramics. A catalogue of the British Museum Collection*, London, 2 vols.

VAN ARSDALL, A. (2002) – *Medieval herbal remedies: the Old English herbarium and Anglo-Saxon medicine*, Routledge, New York.

VAN DER WEE, H. (1963) – *The growth of the Antwerp market and the European economy, 14th to 16th centuries*, 3 vols, Louvain.

VERHAEGHE, F. (1983) – The Second Gerald Dunning memorial lecture: Low Countries medieval pottery imported into Scotland: notes on a minor trade, *Medieval Ceramics* 7, p. 3-43.

VINCE, A. (1985) – The Saxon and medieval pottery of London: a review, *Medieval Archaeology* 29, p. 25-93.

VINCE, A. e ENGLAND, S. (2004) – Medieval and later pottery, in Rodwell, K and Bell, R, 2004 *Acton Court. The evolution of an early Tudor courtier's house*, English Heritage, London, p. 294-298.

WEATHERILL, L. (1996) – *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*, Routledge, London (2nd ed).

WILLAN, T.S. (1967) – *The English coasting trade*, Augustus M. Kelley Publications, New York.

WITHINGTON, L. (1902) – *W. Harrison 1534-1593. Elizabethan England*, London.

VELHOS E NOVOS MUNDOS EM UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

MARCOS ALBUQUERQUE Laboratório de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO A perspectiva Arqueológica do tema Velhos e Novos Mundos é abordada pelo autor sob o prisma do contato entre dois grandes sistemas: o Sistema Americano, envolvendo a articulação de distintos povos, distintas economias, intracontinental, e o Sistema Europeu, já por seu turno articulado com os povos, as culturas de outros continentes.
Trata, sob diferentes vieses, o choque promovido pela expansão do Sistema Colonial Europeu; choque de diferentes naturezas e intensidades que repercutiram em distintos aspectos das sociedades envolvidas, tanto as americanas, quanto as europeias. Chama a atenção para a perspectiva de que a expansão do Sistema Colonial Europeu inseriu o Sistema Americano no que viria a se tornar o Sistema Mundial, quando relações de interdependência passaram a existir nos dois sentidos. Aborda alguns dos subsistemas cujo impacto se deu de forma mais traumática, como o ideológico, as repercussões no sistema produtivo e de defesa. Nesta análise enfatiza que as repercussões do contato se fizeram sentir de ambos os lados. Se alguns aspectos da tecnologia europeia passaram a exercer forte atrativo ou mesmo a necessidade imediata aos grupos locais, de modo análogo, chama a atenção para o fato de que muitos aspectos, hoje encontrados na Europa, e até no resto do mundo, são tributos deste contato no longínquo século XVI. Destaca a importância que assumiu no Velho Mundo produtos e tecnologias oriundas das Américas, como é o caso da batata, do chocolate, da borracha, do abacate e de tantos outros produtos absorvidos pelo Sistema Europeu. De modo análogo trata do aporte de frutos tropicais, indianos, africanos, que tiveram forte repercussão no sistema alimentar americano.
Reforça a idéia, de há muito defendida pelo autor, de que a História é para uma sociedade o mesmo que a psiquiatria é para o individuo. O entender coletivamente o passado de uma sociedade permite um melhor entendimento de si próprio, e consequentemente conduz a um melhor entendimento entre os povos.
Por fim, chama a atenção para Arqueologia moderna, interdisciplinar por natureza, procura interpretar a sociedade através de seus elementos materiais da cultura, não se restringindo às fontes que suprem a documentação histórica: os vencedores, os dirigentes. Através dos elementos materiais acessa o senhor e o escravo, o vencedor e o vencido, o general e o soldado.
Finaliza, exemplificando através dos resultados alcançados em diferentes estudos de Arqueologia Histórica (Arqueologia Pós-Medieval, para os europeus), quando se atém em parte da experiência vivenciada por sua equipe no trato de algumas unidades funcionais implantadas no Novo Mundo, fruto de uma reengenharia dos sistemas, ora adequando-se ao novo meio, ora remodelando o meio para atender às novas necessidades.
Nesta abordagem arqueológica do processo não busca focalizar efetivamente o contato entre os sistemas ou a formação do novo sistema, no seu conjunto, mas realçar aspectos, reflexos deste processo nos vestígios materiais resgatados em unidades funcionais específicas, estudadas arqueologicamente.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia histórica, contato euro-americano

Velhos e Novos Mundos, tema instigante para as mais diferentes áreas do conhecimento. Tema que não apenas motivou, mas inspirou diferentes seguimentos do conhecimento, desde o popular ao erudito. Lendas populares, trabalhos antropológicos, discussões filosóficas, argumentações teológicas, interesses econômicos, inspirações poéticas a artísticas, foram urdidas por um fato que teve como marco referencial, o contato de dois grandes sistemas, o europeu e o americano.

Antes do contato, cada um dos sistemas, se articulava de forma complexa, porém independente. Com a expansão do capitalismo florescente, ou do mercantilismo consolidado, houve a expansão do Sistema Europeu. Sistema que se desenvolveu sob a forma, com características peculiares, do Sistema Colonial Europeu, tendo como um de seus maiores vetores o que viria a ser chamado de Novo Mundo.

Embora se saiba que diferentes integrantes do Sistema Colonial Europeu dirigiram suas atenções para o Novo Mundo, enfatizaremos, para efeito deste trabalho, o Mundo Ibérico, embora, em alguns momentos, deva-se focalizar o Sistema Europeu como um todo.

Por razões eminentemente etnocêntricas, predomina uma visão unilateral deste contato intercultural. No inconsciente coletivo, inclusive dos dois Mundos, persiste a ideia de colonizador e colonizado, de vencedor e vencido, de opressor e oprimido. Talvez fosse interessante

para o melhor entendimento dos dias atuais que fosse realizada uma revisão em diferentes áreas do saber como a história, a arqueologia, a economia, a sociologia, sem descurar da psicologia social.

O Sistema Americano se articulava de forma completamente independente tanto do Sistema Europeu como de outros Sistemas estabelecidos. Todos os subsistemas básicos interagiam entre si. Todos os integrantes deste sistema comiam, produzindo ou coletando seus alimentos; se abrigavam, quer em cavernas, em aldeias, ou em estruturas mais complexas como as encontradas na vertente pacifica; defendiam seus territórios, não com exércitos formais, mas com uma estrutura bélica necessária à sua segurança; possuíam uma religiosidade que atendia às suas relações com o transcendental; enfim, seus subsistemas básicos, embora diferentes do que viriam a conhecer, atendia às suas necessidades fundamentais.

Foi com a expansão do Sistema Colonial Europeu que ocorreu o choque entre estes dois grandes Sistemas. Choques de diferentes naturezas e intensidades. O confronto dos subsistemas de defesa, por exemplo, necessita de uma avaliação mais pragmática. Parece-nos ingênua a afirmação, ainda presente nos dias atuais, de que os habitantes do Novo Mundo ao escutarem o troar de um canhão ou de um mosquete, perderam completamente seu espírito combativo. Claro que deve ter causado um grande espanto inicial, porem, logo em seguida teriam percebido que tanto o alcance de um mosquete como, sobretudo a sua precisão, não impediriam um combate entre as duas forças. Isto reforçado pela precisão do arco, se comparado com o incipiente uso da arma de fogo. Outros elementos devem ser incluídos nesta avaliação, como a guerra bacteriológica e sobretudo a psicológica. Não podemos nos esquecer da desigualdade de efetivo entre as duas tropas. Quando em 1516 os portugueses instalaram uma Feitoria Régia em Pernambuco, o seu efetivo era composto por nove homens. Ora, mesmo que este efetivo dispusesse de armamento da atualidade, seria desprezível o seu poder de combate se confrontado com o efetivo indígena da época. Outros elementos devem ter influenciado este contato que, ao que tudo indica, foi pacifico.

O papel da Igreja Católica foi decisivo para a ocupação do território, pois abalou de forma severa o subsistema ideológico dos nativos do Novo Mundo, além de acirrar antigas disputas locais pré-existentes. Prática, aliás, ainda utilizada por serviços de inteligência de grandes potências da atualidade.

Do ponto de vista do subsistema ideológico explicativo, o contato entre os dois grandes sistemas foi muito conturbado. Neste período a hegemonia da Igreja Católica encontrava-se abalada com a Reforma Protestante. Reforma que não significava apenas perda de território para os católicos, implicava também em significativa perda de recursos. Muitos aspectos ideológicos contribuíram para este abalo sofrido pela Igreja Católica. A presença de Cristo na comunhão, por exemplo, constituiu-se em um grande divisor de ideias que não abalava o catolicismo antes de Lutero. O Concilio de Trento veio dirimir esta grande duvida quando afirma que na partícula consagrada, ou seja, na hóstia, está presente o corpo, sangue, alma e divindade de Cristo. Muitos dos integrantes do Sistema Europeu aderiram à ideia luterana de que havia apenas um simbolismo e não o mistério da eucaristia como defendiam os católicos pós-Trento. A contra reforma foi a grande resposta católica à crescente perda de território, tanto do ponto de vista geográfico como ideológico. E, é neste clima conturbado do ponto de vista do subsistema ideológico que o Sistema Europeu entra em contato com outra realidade ideológica, a encontrada no Sistema Americano. O etnocentrismo exacerbado não permite a admissão de outras "verdades", diferentes das suas. Cada Sistema admite como certo e normal o que pratica, mesmo sem uma reflexão mais profunda acerca do que está praticando. A comunhão protestante, por exemplo, é admitida como simbólica, ao contrario da católica que admite, pós-Trento, que no momento da consagração há a transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo. No momento da comunhão o católico está alimentando o espirito com o corpo de Cristo.

Com a frieza cientifica, e sem nenhuma conotação desrespeitosa para com crenças atuais, existe de fato, embora inconscientemente, um ato teofágico. Pois, houve o sacrifício incruento em um altar, e em seguida o "corpo" é servido aos fiéis. Entretanto este mesmo grupo, oriundo do Sistema Europeu, se escandalizou com cenas de canibalismo no qual ao se ingerir a carne de um guerreiro herói se estava absorvendo as suas propriedades. Não menos escândalo causou o fato dos cristãos do Velho Mundo assistirem a sacrifícios cruentos destinados a obtenção de favores de divindades cultuadas no Novo Mundo.

Ainda relacionado com o subsistema ideológico explicativo, outro choque cultural ocorrido entre os integrantes dos dois Sistemas que se encontraram, refere-se ao tratamento de seus mortos. Inaceitável para um católico ou protestante, algumas das práticas do cerimonial fúnebre indígena. Por que colocar o morto dentro de um involucro de cerâmica, com alguns de seus pertences, além de oferendas alimentares? Ou mesmo cremar os mortos e em seguida beber suas cinzas? Por que este procedimento não estava correto?

Apenas por não atenderem a diferenças cosmogônicas. Por que não pensar também no choque cultural causado aos habitantes do Novo Mundo quando os do Velho Mundo, sejam católicos ou protestantes tratavam seus mortos de forma completamente diferente? Complementando este quadro acrescente-se ainda o componente judaico, que se conflitava com católicos e protestantes já no Velho Mundo, bem como com as práticas exercidas pelos integrantes do Sistema Americano.

Se avaliarmos os conflitos relacionados ao subsistema ideológico normativo identificaremos novos conflitos com relação a casamentos, organização social, relações de parentesco, etc.. Mas, não foi apenas este subsistema que se conflitou. Os demais subsistemas também praticavam procederes diferenciados. Em alguns momentos se fundiram, enquanto que em outros se atritaram.

Outro aspecto que merece destaque em uma avaliação do contato entre estes dois mundos constitui-se nos conceitos de colonização, colonizado e colonizador. A ocupação do território americano deu-se basicamente por portugueses, espanhóis, franceses e ingleses, embora outros povos integrantes do Sistema Europeu tenham realizado inúmeras tentativas de fixação no Novo Mundo. Interesses diferentes também marcaram os objetivos de cada colonização. A avaliação deste processo foge aos objetivos deste trabalho, embora seja de grande interesse para o entendimento psicossocial deste processo, deste contato Interétnico e consequentemente intercultural. Manifestação de colonização "tardia" que diferiu de forma significativa de outras colonizações como a romana, por exemplo.

A expansão do Sistema Colonial Europeu inseriu o Sistema Americano no que viria a se tornar o Sistema Mundial. Relações de interdependência passaram a existir nos dois sentidos. O Sistema Americano, embora com suas complexidades diferenciadas, como é o caso dos ocupantes das vertentes atlântica e pacifica, coexistia sem que houvesse qualquer relação de necessidade ou dependência do Sistema Europeu. Após o contato, sobretudo alguns aspectos da tecnologia europeia passaram a exercer forte atrativo ou mesmo a necessidade imediata aos grupos locais. É o caso, por exemplo, dos machados de ferro, das lâminas (facas), que passaram a ser "indispensáveis" para os nativos das Américas. Os instrumentos até então utilizados para o corte das árvores, ou o corte da carne, em pedra, já não satisfaziam após conhecer os resultados obtidos com as lâminas de ferro.

Passaram a depender, pelo menos em parte, de outro deus, pois os seus foram total ou parcialmente aniquilados, como é o caso também do ocorrido com os africanos. Por outro lado, com base na visão etnocêntrica, os teólogos cristãos passaram a ter dúvidas quanto aos ameríndios terem ou não uma alma. Por fim admitiram que tinham alma, e passaram a "catequizá-los" com o objetivo de conduzi-los ao seu "céu", pois os conceitos americanos não convenciam aos colonizadores. Ademais, convertidos os nativos seriam mais uteis aos que chegavam as novas terras, como força de trabalho, ou no mínimo, oferecendo menor resistência aos europeus. Inúmeras crenças e superstições trazidas para as Américas, ainda persistem nos dias atuais, inclusive, muitas introduzidas pelos judeus professos, ou por cristãos novos que vieram em expressiva quantidade para as Américas. Não apenas crenças ou superstições foram introduzidas no processo "colonizador", muitos saberes e fazeres perderam suas origens na bruma do tempo. De modo análogo, muitos aspectos, hoje encontrados na Europa, e até no resto do mundo, são tributos deste contato no longínquo século XVI. Longínquo para uma sociedade que aprendeu a viver o presente sem buscar suas origens, seu passado, indispensável ao bom entendimento entre os povos.

Quantos portugueses ao sentarem em um restaurante e pedirem um delicioso bacalhau com batata aos murros imaginam que o cozinheiro somente está podendo esmurrar esta batata em decorrência deste longínquo contato? Que esta batata, oriunda das Américas, tomou conta não apenas de Portugal, mas de grande parte da Europa, inclusive da Inglaterra? E que devido a uma migração reversa chama-se no Brasil de "batata inglesa"? O que significou, tanto para a tecnologia, como para a economia mundial, a também americana borracha? E o delicioso chocolate? Podemos nos esquecer do abacate? E do abacaxi ou ananás? Por outro lado o subsistema alimentar do Novo Mundo foi enriquecido com a jaca, a manga, o fruta-pão, que também são consumidos sem que se relacione com uma verdadeira epopeia vivenciada pelos colonizadores na transposição dos mares com suas mudas.

E a cana de açúcar? Esta se transformou no verdadeiro ouro branco para a economia europeia. Obteve tal significância econômica para o Velho Mundo que, na América, sua doçura transformou-se em sangue, no momento da união dos reinos ibéricos. A disputa pela comercialização do açúcar, sobretudo em decorrência das relações entre a Holanda e Espanha, à época, acionou no Novo Mundo, particularmente no Nordeste do Brasil, o subsistema de defesa. A chamada "guerra brasílica", ou "guerra holandesa". Sempre reconhecido como necessário, mas sempre negligenciado, em diferentes ocasiões o subsistema de defesa, se mostrou falho. Particularmente quando do assédio holandês, o sistema implantado se mostrou incapaz de fazer face

ao ataque, expondo ao julgo holandês, a rica e florescente colônia em suas terras de além mar. A reação local não apenas derramou sangue, como estimulou novas táticas de guerra, aproveitando a experiência indígena e africana, além de acender uma "pira" para o futuro. Esta "chama", nos momentos finais desta guerra, estimulou a assinatura de um documento pelos lideres da resistência, onde foi consignado pela primeira vez no Brasil, o nome Pátria.

O que significa realmente na atualidade para o inconsciente coletivo destes dois grandes Sistemas o contato havido nos idos do XVI? Provavelmente nada ou quase nada. Do extrativismo à produção, o que significou para a economia do Sistema Europeu? O que também significou para o Sistema Americano a destruição de seus deuses, dos seus saberes milenarmente acumulados? Não se trata da busca de culpa ou culpados, e sim do entendimento de um processo histórico ocorrido em um determinado momento, que inclusive fomentou uma manifestação tardia da produção, alicerçada no escravismo colonial.

De há muito defendemos a ideia de que a Historia é para uma sociedade o mesmo que a psiquiatria é para o individuo. O entender coletivamente o passado de uma sociedade permite um melhor entendimento de si próprio, e consequentemente conduz a um melhor entendimento entre os povos. Não com nacionalismos exacerbados, condutores a romances sociais, em que se observa a ausência de vilões. Nacionalismos que têm dado desastrosos exemplos em uma historia relativamente recente.

A Arqueologia moderna, interdisciplinar por natureza, possui um *modus operandi*, próprio e único, que a difere de outras áreas do conhecimento. Não é um complemento da Historia, como alguns já defenderam. Muito menos uma forma de checar a Historia. Apenas procura interpretar uma sociedade através de seus elementos materiais da cultura. Ao estudar um engenho, por exemplo, acessa o senhor e o escravo. Ao estudar uma batalha, o vencedor e o vencido, o general e o soldado. A Arqueologia Histórica, como é conhecida nas Américas, ou a Arqueologia pós-medieval, como a Europa a denomina, muito tem a contribuir para o entendimento do relacionamento quando do contato ocorrido entre o Velho e o Novo Mundo. Até porque, a história escrita, conhecida, foi produzida pelos integrantes do Sistema Europeu. O Sistema Americano não produziu historia escrita, apenas participou como um dos atores. Sabe-se, pela historia convencional, apenas um lado da verdade. E, mesmo assim, de uma verdade que não chega às minudencias do quotidiano, o que se constitui em uma das essências da pesquisa arqueológica. Por outro lado, embora não seja objetivo da arqueologia checar a Historia, pode-se observar que quando ocorre uma determinada descoberta que se encontrava sob o silencio estratigráfico, e que vem a comprovar um determinado fato histórico, a população interage positivamente com esta "materialização" da Historia. A meditação é estimulada. Sente-se como acessando uma maquina do tempo.

Embora a prática da arqueologia histórica seja relativamente recente a nível mundial, já tem acumulado uma significativa contribuição ao entendimento de varias sociedades. Neste artigo nos ateremos, apenas a parte da experiência vivenciada por nossa equipe no trato de algumas unidades funcionais implantadas no Novo Mundo, fruto de uma reengenharia dos sistemas, ora adequando-se ao novo meio, ora remodelando o meio para atender às novas necessidades.

Nesta abordagem arqueológica do processo não se pretende focalizar efetivamente o contato entre os sistemas ou a formação do novo sistema, no seu conjunto, mas apenas focalizar aspectos, reflexos deste processo nos vestígios materiais resgatados em unidades funcionais específicas, estudadas arqueologicamente.

Buscando expor em ordem cronológica de modo a permitir o entendimento da construção do novo sistema, o processo de transformação interna de cada unidade e sua longevidade ou persistência temporal, por vezes exigirá retornar-se no tempo ao tratar de uma outra unidade.

FEITORIA DE CRISTOVÃO JAQUES (1516)

Nos primeiros anos em que passaram a frequentar o litoral das novas terras descobertas, já conscientes do potencial comercial das "drogas do sertão" e da necessidade de cooptação dos nativos locais para conseguí-las, os portugueses adotaram a estratégia de implantação de feitorias, em pontos do litoral compatíveis com a aportagem de suas embarcações transatlânticas. Para a feitoria convergiam os produtos da terra, onde eram estocados aguardando a chegada das embarcações que os transportariam para a Europa.

A documentação histórica mostra que já em 1516 os portugueses instalaram uma Feitoria Regia, nas margens do Canal de Santa Cruz, local que mais tarde faria parte da Capitania de Pernambuco. Naqueles primeiros tempos, as águas tranquilas do Canal propiciavam um bom porto, compatível com o calado das embarcações de então. Um porto que viria a ser referido como Porto de Pernambuco.

Pesquisas arqueológicas indicavam que aquele tipo de ambiente era muito frequentado por grupos nativos. Àquela época, praticamente todo o litoral da região era dominado por grupos que compartilhavam uma

tradição cultural frequentemente referida como "cultivadores de floresta tropical". Naquelas terras litorâneas os grupos assentes compartilhavam um mesmo tronco linguístico, ainda que com diferenças, maiores ou menores, na língua. Bons navegadores de águas interiores, tinham o sustento de suas grandes aldeias garantido pela agricultura que fornecia a base de carboidratos (Manioht spp.) e mesmo de proteínas de origem vegetal (Phaseolus sp. Zea mays), além da caça, da pesca, e da coleta. Conhecedores do litoral, dos rios, e das terras interiores, de seus perigos, de seus inimigos, fossem outros grupos, fossem animais, de grande porte ou os minúsculos, aqueles que traziam febre. Conheciam seus hábitos, a forma de evitá-los, as meizinhas que curavam as doenças. Enfim, eram parte integrante daquele meio, que então recebia novos integrantes. De início, visitantes, curiosos, que pouco a pouco começaram a se integrar, e a integrar, recondicionando o meio. Grande parte do conhecimento acerca dos grupos nativos advém dos informes dos primeiros visitantes europeus. O detalhamento de suas práticas, refletida por seu legado material, é produto de pesquisas arqueológicas. Do mesmo modo, parte das experiências vivenciadas pelos europeus dos séculos XVI e XVII em terras do Brasil, pôde ser reconstituída a partir de estudos arqueológicos.

A Feitoria Régia, instalada por Cristóvão Jaques é um dos mais antigos assentamentos portugueses no Brasil que pode ser localizado, identificado, pela pesquisa arqueológica. A prospecção arqueológica sistemática e a pesquisa subsequente permitiram:

1. Localizar e escavar o local da Feitoria;

2. Avaliar a excelente escolha do local do ponto de vista estratégico e logístico. Boas condições de porto, proximidade de três ecossistemas, o mangue, a restinga e a mata, garantindo suprimento alimentar proteico, vitamínico e de hidrato de carbono, além de água.

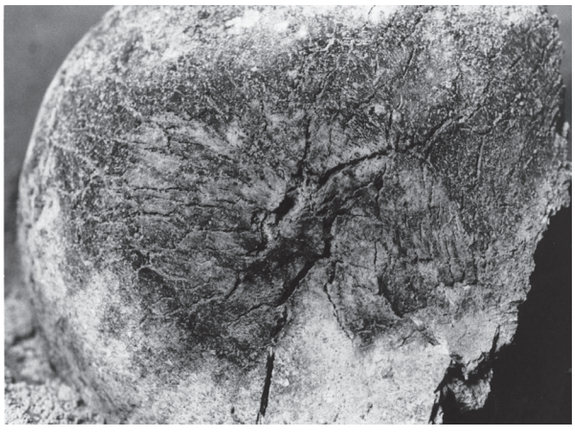
3. A escavação arqueológica encontrou vestígios do contato entre integrantes dos dois sistemas a dois metros de profundidade. Na base do sitio predominavam elementos materiais da cultura local: cerâmica indígena da Tradição Tupiguarani; associado ao material indígena, alguns poucos elementos de origem portuguesa, fragmentos de louça, compatível com aquela utilizada no século XVI.

A despeito da mais alta incidência de fragmentos de origem nativa, a análise do conjunto não parece refletir um assentamento nativo. A baixa diversidade do universo de formas e tamanho, mais sugere um ponto de trocas. Aparentemente houve ali um contato pacifico com trocas. E possível, inclusive, que a cerâmica indígena tenha servido de "embalagem" para produtos da mandioca trocados com os portugueses. Deste local os lusitanos embarcaram diversas especiarias, destacando-se o Pau Brasil.

Os franceses também se interessaram por este ponto estratégico, e em diferentes ocasiões buscaram ocupá-lo, com sucesso por algum tempo, mas logo foram expulsos. Considerando o período de sua instalação, as referencias posteriores à incorporação daquele porto ao siste-

1. Medalha encontrada na Igreja da Graça associada a um sepultamento de jesuíta. Observa-se a presença de um ostensório.

2. Medalha encontrada na Igreja da Graça associada a um sepultamento de jesuíta. Observa-se a presença de um cálice com a ostia.



3. Crânio de um jesuíta morto por um projétil de mosquete que se encontrava em seu interior. Observa-se a fratura provocada pelo projétil.

ma luso-brasileiro, o local desta Feitoria constitui-se no epicentro da colonização da Capitania de Pernambuco. Posteriormente, já em 1535, neste mesmo local desembarcou Duarte Coelho, o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, EM OLINDA (1585)

A Igreja da Graça, que teve início com a construção de uma ermida no ano de 1550, que logo foi cedida aos primeiros jesuítas que vieram a Pernambuco. O empenho jesuíta em reproduzir no Novo Mundo a fé católica, exposta através da solidez de suas obras logo cedo levou à construção de uma nova igreja "digna da Ordem e do povo".

A Igreja, jesuíta, datada de 1585, foi completamente escavada por nossa equipe, quando se buscou conhecer sua feição original para uma restauração cientificamente embasada. O resultado desta pesquisa arqueológica também trouxe a luz diversos aspectos do quotidiano dos colonizadores em contato com o Novo Mundo.

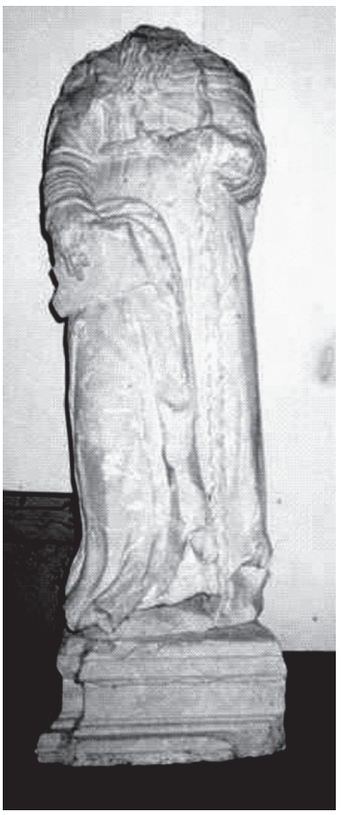
Contíguo a esta Igreja os jesuítas construíram um colégio de meninos que desempenhou um papel fundamental em dois grandes subsistemas; o ideológico, tanto normativo como explicativo, e o de reprodução social.

Vale salientar ainda que durante o período de união das Coroas Ibéricas, os holandeses que até então comerciavam livremente o açúcar produzido no Brasil, ficaram impedidos, face a guerra que mantinham contra a Espanha, de frequentar os portos brasileiros. Assim a recém-criada Companhia das Índias Ocidentais armou uma poderosa frota no intuito de conquistar a colônia portuguesa na América. Seu foco inicial foi dirigido à Capitania de Pernambuco, à época uma grande produtora de açúcar. Ao ocuparem a Vila de Olinda (1630), sede do governo da Capitania, os holandeses tomaram, não sem resistência dos jesuítas e dos "índios dos padres", a Igreja de Nossa Senhora da Graça, e seu Colégio. Ali instalaram seu primeiro quartel general, o que remete a avaliar-se o porte da obra.

Pouco tempo permaneceram em Olinda, sob a ameaça de um suposto ataque da esquadra espanhola, e considerando Olinda como indefensável, sobretudo de um cerco estabelecido a partir das colinas do interior que lhe ficavam a cavaleiro, os holandeses optaram por abandonar Olinda e ocupar o istmo do Recife, próximo ao porto, não sem antes atear fogo a cidade. Só muito mais tarde a área da vila voltou a ser ocupada.

Das inúmeras conclusões que esta pesquisa possibilitou podemos destacar:

1. A distribuição espacial no interior da igreja mostra um contínuo avanço (ampliação) da área destinada aos religiosos, em detrimento da área pública, refletindo possivelmente a ampliação do contingente vinculado à Ordem.
2. Muitas das medalhas que acompanharam os mortos enterrados no interior da igreja traziam estampada em uma de suas faces a Custodia representando o Santíssimo Sacramento. Este fato materializa o processo de "romanização" encetado pela Igreja Católica, muito próximo do período pós-Trento. A observação destes achados nos permite ainda inferir a agilidade jesuítica como obstinados guerreiros da Contra Reforma;
3. Entre os religiosos sepultados na igreja, na área reservada à Ordem, foi encontrada entre as mãos de um jesuíta uma pequena imagem de um capucho; possivelmente da Ordem de São Francisco. Àquela época Loyola ainda não havia sido canonizado e os jesuítas cultuavam outros ícones da Igreja.
4. Os restos mortais de um dos jesuítas sepultados na Igreja da Graça denota que havia sido atingido na cabeça por um projetil de mosquete. Poder-se-ia, com base na arqueologia pôs-processual, construir varias historias sobre o tema, entretanto optamos por apenas constatar o fato. O projetil ficou alojado no interior do crânio, não chegando a transpassa-lo como pode ser observado;
5. Outro aspecto que dificilmente estaria registrado na documentação coeva foi a evidência de um câncer ós-



4. Imagem decapitada encontrada "sepultada" na nave da Igreja da Graça.

seo identificado no fêmur esquerdo de um jesuíta ali sepultado;

6. Sob o piso do altar mor, e ainda sob o piso da mais antiga capela lateral, foram localizadas três grandes (maiores que 1,2 m) imagens esculpidas em pedra (calcário associado a uma formação geológica local), assentadas horizontalmente no solo, como se fora em uma sepultura. Em parte danificadas, as imagens apresentavam em comum o fato de todas elas estarem decapitadas. Foi ainda localizado um fragmento de cabeça (que não era parte integrante de nenhuma das outras três) de uma quarta imagem, também sepultada em local privilegiado, próximo ao altar mor. Tais imagens foram consideradas por especialistas em história da arte que as analisaram, como sendo das primeiras talhadas no Brasil. Por outro lado, considerando as divergências religiosas entre católicos e calvinistas em termos de imagens, e considerando ainda que um número considerável de calvinistas compunha as tropas invasoras, é licito se supor que as imagens sepultadas na Igreja de Nossa Senhora da Graça tenham sido derrubadas e decapitadas pelas tropas holandesas quando tomaram de assalto a igreja. A decapitação de imagens representa a supremacia do vencedor. Não foi diferente o procedimento dos romanos ao decapitarem as estatuas dos lusitanos.

Possivelmente jogadas ao lixo durante a ocupação holandesa, poderiam ter sido posteriormente resgatadas por católicos piedosos, quando Olinda, depois de incendiada pelos holandeses (1631), foi abandonada.

7. Durante as escavações foi encontrado um nível de carvão, provavelmente resultante deste incêndio.

8. Quando da retirada do retábulo mais recente (do século XIX), ficou a mostra o primitivo altar do século XVI, em pedra trabalhada, e que teria permanecido em uso até a invasão holandesa. O antigo altar exibia cinco nichos em pedra, compondo o altar mor, e nenhuma imagem. Certamente aquele altar não foi recuperado após a saída dos holandeses. Ao contrário, preservou a memória daqueles dias difíceis, de embate entre as igrejas. No nicho central foi encontrada uma confissão de culpa, em holandês arcaico, escrita com o carvão do incêndio, assinada por três holandeses, provavelmente católicos.

O FORTE ORANGE E A FORTALEZA DE SANTA CRUZ

Encontrando muitas dificuldades para se assenhorar do interior, das terras e das fábricas de açúcar, os holandeses de início permaneceram confinados a uma estreita faixa do litoral. Senhores do mar, buscaram expandir-se ao longo do litoral. A carência de víveres foi

5. Panorâmica de parte da escavação da Praça de Armas do Forte Orange.

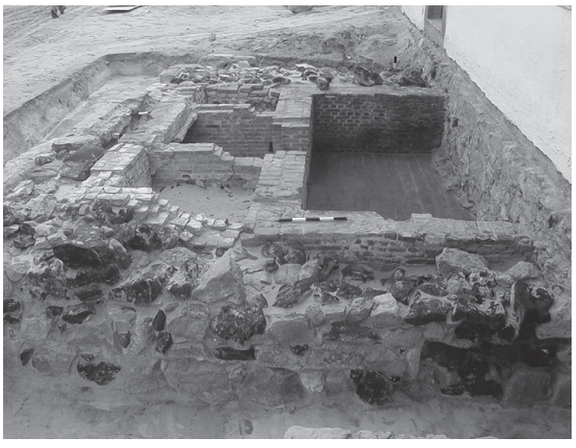
6. Escavação no terrapleno voltado para o Canal de Santa Cruz na busca da porta do forte holandês.

7. Porta do forte holandês construída em tijolos. Esta descoberta nega algumas informações de que os fortes de construção holandesa eram apenas em terra.

8. Poço do forte holandês construído pela introdução de barris sem suas extremidades. Em seu interior foram encontradas várias peças contemporâneas a sua ocupação.

9. Alabarda encontrada no interior da Praça de Armas. Esta era uma arma muito temida por suas múltiplas funções.

10. Projeteis de mosquete encadeados. Da esquerda para a direita projétil da forma em que era introduzido no mosquete, (peça rara), projétil disparado, e projétil fragmentado depois do disparo (muito frequente na maioria dos fortes desta época).



11. Ruínas da casa de pólvora construída no período holandês.

um dos fatores que incitava à expansão. Uma de suas investidas visou tomar a Vila da Conceição, situada na Ilha de Itamaracá, então uma outra Capitania, situada ao norte de Pernambuco. De início foram repelidos, retirando-se parte das tropas para o Recife, e parte subindo um pouco mais a Norte até uma ilhota, onde iniciaram a construção de um forte, ainda nas cercanias de Itamaracá. Com base nos relatos históricos, sobretudo nos Relatórios que demandavam recursos para recuperar as fortificações, ou que davam conta dos reparos realizados, os estudos históricos apontavam para a assertiva de que os fortes holandeses deste período teriam sido construídos apenas em terra.

Talvez esta afirmação tenha origem na experiência holandesa em suas terras, onde a pedra é inexistente ou pelo menos escassa. Provavelmente o contato com os portugueses e a abundancia desta matéria prima no Novo Mundo induziu os holandeses a adaptarem suas técnicas construtivas à nova realidade encontrada.

Uma segunda assertiva com base na documentação histórica apontava para que os fortes holandeses de então teriam sido ou totalmente destruídos ou encamisados pelas fortificações luso-brasileiras do século XVIII.

De fato, grande parte do sistema de defesa português instalado no Nordeste do Brasil, e em particular em Pernambuco, ocupa aqueles pontos assinalados na cartografia coeva como associados ao sistema de defesa holandês, no Brasil. Isto se aplica particularmente às defesas do litoral. Certamente os pontos de defesa do litoral foram escolhidos com base em acidentes geográficos, em peculiaridades da navegação comum à experiência europeia, ao poder de fogo de cada período, às características técnicas e as estratégias dominantes na época. Assim, grande parte dos pontos do litoral considerados pelos portugueses para inclusão no sistema de defesa, também teriam sido observados pelos holandeses: as barras de acesso aos rios que demandavam o interior, os bons portos, os acessos às unidades produtivas e às vilas, etc.. Assim é que, no local no qual a cartografia da primeira metade do século XVII assinala a presença do Forte Orange (holandês, em sua origem) é posteriormente ocupado pela Fortaleza de Santa Cruz. A semelhança no traçado (comum aos fortes quadrangulares do período) e as reformas encetadas imediatamente após a retirada dos holandeses, levou a crer que teria havido uma continuidade entre aquelas estruturas, ou seja, que a Fortaleza de Santa Cruz seria apenas uma reforma aplicada ao Forte Orange.

A escavação arqueológica realizada no Forte apontou para outra realidade, tanto no que se refere ao material de construção utilizado, quanto para as pretensas sim-

ples reformas do forte holandês pelos luso-brasileiros. Até mesmo a suposta continuidade da denominação, bem poderia decorrer de um processo do equívoco. No século XIX, com ao surgimento e uso de uma nova geração de armas de fogo, os antigos fortes perderam sua capacidade defensiva. Uns poucos foram reformados, adequados ás novas armas. A grande maioria foi desarmada e os velhos canhões inutilizados ou assentados nos portos, transformados em peças para atracação de navios.

De acordo com a documentação histórica, com a saída dos holandeses, em 1654, o Forte Orange passou para o controle dos luso-brasileiros que puderam utilizá-lo nos moldes encontrados, por um tempo, havendo mesmo alguns reparos. No final do XVII e início do XVIII se fez uma grande obra no local, cujos trabalhos se arrastaram por um longo tempo. Esta seria a fortificação portuguesa denominada Fortaleza de Santa Cruz.

A Fortaleza de Santa Cruz foi desarmada na mesma época que os demais fortes brasileiros, caindo em ruína, tomada pela vegetação, esquecida. No início do século XX suas ruínas foram "redescobertas" por aqueles que se preocuparam em recuperar o patrimônio cultural abandonado. É provável que esta redescoberta, foi de início associada ao Forte Orange, bem melhor representado na iconografia que a Fortaleza de Santa Cruz.

A escavação arqueológica integral deste forte permitiu recuperar-se não apenas as estruturas do forte português, mas ainda grande parte das estruturas holandesas. E mais, foi possível ainda resgatar-se parte do quotidiano de seus ocupantes, tanto holandeses, como portugueses e posteriormente de brasileiros.

1. Dentre os resultados obtidos a partir da pesquisa arqueológica, destacamos os pontos que consideramos de interesse para esta abordagem: As estruturas externas de defesa do Forte Orange (o forte holandês) foram erguidas em terra; à época buscou-se estabilizar a estrutura com o uso de elementos da vegetação local (galhos, folhas, etc.), tal como preconizado para as áreas sujeitas ventos intensos.

2. As estruturas internas (casa de pólvora, quartéis) certamente foram construídas em alvenaria, mas não apenas com o uso de tijolos (comum nas construções holandesas). Ali parte das estruturas foi construída em pedra, em particular as fundações dos quartéis, dispostos no interior da praça de armas, afastados das muralhas. A pedra utilizada é de origem local (calcário) abundante nas cercanias. O mesmo calcário certamente que serviu na preparação da cal, utilizada na argamassa.

3. Os quarteis tiveram o piso revestido com tijolos vermelhos, assentados diretamente sobre a areia, travados entre si. Um tijolo que pode ter tido feitura local, haja vista as referências às olarias então existentes.

4. A casa de pólvora, construída em tijolos era reforçada externamente por uma grossa parede de pedras. Pelo menos parte dos tijolos utilizados na casa de pólvora foi importada. Certamente trazidos como lastro nos navios que vinham se abastecer de açúcar, os tijolos ali utilizados eram particularmente úteis quando se precisava proteger o ambiente de umidade (como a pólvora exigia) – os conhecidos tijolos da Frísia e de Ijssel (os tijolinhos amarelos holandeses).

5. A entrada principal do Forte Orange estava voltada para o Canal de Santa Cruz, para o porto local, onde comumente permanecia estacionada parte da frota. Frequentemente a porta de uma fortificação é voltada para o lugar de onde menos se espera uma investida inimiga, no caso os inimigos estariam em terra, no interior.

6. A entrada do forte holandês foi localizada quando de escavação de uma das cortinas da Fortaleza de Santa Cruz. Sob o reparo, a cerca de 5 metros de profundidade. Uma porta relativamente estreita, emoldurada com cantaria de calcário, que dava acesso a um transito abobadado que seguia sob a estrutura em terra da muralha. Duas grossas paredes em tijolos que suportavam a abóboda, projetavam-se externamente, contendo lateralmente as areias da muralha. Além da porta as paredes se abriam em ângulo, assumindo o aspecto de uma portada monumental.

7. Provavelmente durante parte da segunda metade do século XVII o forte holandês foi utilizado pelas forças luso-brasileiras. Para reutilizá-lo tiveram o cuidado de alterar o acesso principal. A antiga portada foi abandonada, e porta voltada para o porto foi fechada com alvenaria de tijolos; o transito abobadado foi desmantelado.

8. O poço do forte holandês encontrava-se completamente soterrado e se posicionava aproximadamente no centro geométrico da sua praça de armas. Embora as aguas do Canal tenham influencia direta do mar, a análise diária da água do poço, depois de reaberto e restabelecido seu nível dinâmico, exibiu um resultado surpreendente quanto à potabilidade. Por incrível que possa parecer, atende às atuais exigências preconizadas pela OMS;

9. Com base nos pontos identificados pela pesquisa arqueológica (portada, fundações dos quartéis, casa de pólvora e poço), foi possível reconstituir-se graficamente o traçado do Forte Orange, e sua relação com a Fortaleza de Santa Cruz.

10. Apenas na face voltada para o Canal houve efetivamente a sobreposição das estruturas externas de defesa da Fortaleza de Santa Cruz e do Forte Orange. Certamente dois dos baluartes holandeses restaram

parcialmente sob a estrutura portuguesa. De resto a maior dimensão do forte português, redundou no arrasamento das demais estruturas holandesas.
11. As moedas não portuguesas encontradas nas escavações do Forte Orange demonstram que havia uma heterogeneidade de origens de sua tropa ou da origem de seus fundos. Foram encontradas moedas de diferentes nacionalidades. Portando, sobretudo no Brasil, quando se fala das "tropas holandesas" deve-se ter em mente que se tratava de uma tropa de mercenários, de distintas origens, pois há uma grande diferença entre se estar a serviço da Holanda e ser efetivamente holandês. Por outro lado, a diversidade de origem do material cerâmico encontrado associado ao Forte Orange, expõe a diversidade das relações comerciais dos holandeses nas diferentes regiões.
12. O material bélico encontrado nesta escavação foi bastante heterogêneo e variado. Deste projeteis de mosquete e pistola, a projeteis de canhão em forma ogival composto por seis gomos destinados a destruição de velas de embarcações. No âmbito das armas brancas foram encontrados desde alabarda a uma significativa variedade de punhais e copos de espada. Como o período de ocupação inicial deste forte antecedeu o desenvolvimento da espoleta, foi muito utilizado peças de sílex para inicializar a combustão. Provavelmente deve ter havido a contribuição de indígenas para a obtenção desta matéria prima;
13. Deve ser considerado que o contato inicial ocorrido nesta área entre os portugueses e os Tupiguarani apresenta indícios arqueológicos de ter sido pacifico. Entretanto, por ocasião da construção do Forte Orange esta área já se apresentava como uma área de conflito. Integrantes do Velho Mundo se digladiavam pela posse da área. Portugueses expulsaram os franceses. Holandeses tentaram tomar a Vila da Conceição e foram repelidos pelos portugueses. Em outra investida, já com o Forte Orange sendo construído, os holandeses tomaram a Vila da Conceição que passou a ser chamada de Vila Schoppe (Schoppestad). Não apenas os conflitos ocorreram entre os diferentes segmentos do Sistema Europeu, parte dos nativos integrantes do Sistema Americano combatiam os europeus, enquanto outra parte optou por estabelecer alianças com os contendores. Calvinistas holandeses chegaram a levar para a Holanda indígenas com o objetivo de incutir uma fé diferente da implantada pelos portugueses na colônia. Os holandeses permaneceram ocupando este Forte até a sua saída da Capitania em 1654. Não houve, portanto, uma tomada deste ponto fortificado e sim o abandono e a consequente assunção por parte dos portugueses que o modificaram do ponto de vista construtivo.

FORTE REAL DO BOM JESUS

Com a perda da Praça de Olinda e dos fortes que defendiam o porto da Villa de Olinda (e a povoação do Recife) a população recuou para o interior abandonando suas casas e parte de seus bens. Refugiaram-se nos engenhos e lavouras de cana, nos sítios além da periferia da Vila. Muitos se afastaram para mais além, para o sul da Capitania.

12. Parte do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus. Observa-se o trecho onde o mesmo se apresenta duplo. Depois localizado e escavado a Prefeitura está revestindo seu interior com uma gramínea para a sua preservação.

A estratégia montada por Matias de Albuquerque encarregado pela corte da defesa da praça, mas inteiramente falto de recursos, era de defender os engenhos de açúcar e evitar que os invasores auferissem lucros. Desprovido de tropas treinadas para as guerras do Velho Mundo, recorreu às praticas aprendidas no Novo Mundo, nos combates havidos contra os grupos do sistema americano. Haviam aprendido a duras penas as técnicas que hoje seriam chamadas de guerrilha. Conhecedores do terreno, a defesa se baseou nos comandos de assalto que fustigavam os invasores durante pequenas investidas, que causavam grande dano moral às tropas holandesas. Sem o ruído das armas de fogo, com o uso de flechas e punhais, atacavam grupos isolados e logo desapareciam em meio ao mato. O comando foi centralizado em dois pontos; um ao sul da Capitania, ainda não dominado pelos holandeses, e outro, a seis léguas de Olinda e a outras seis do porto, fechando o caminho de acesso à principal várzea povoada de engenhos de açúcar. Ali foi construído às pressas o Forte Real do Bom Jesus, que logo atraiu para seu entorno a população desalojada, formando-se ali o Arraial do Bom Jesus.
Por sua função de defesa do interior, o Forte Real do Bom Jesus é a fortificação situada mais a oeste da Capitania. Durou apenas cinco anos (1630 a 1635). Sucumbiu ao embate da artilharia holandesa que o assediou em sí-

tio por longos meses. Foi totalmente arrasado pelos holandeses para evitar sua eventual reocupação. Sua localização pouco a pouco se perdeu, retomado pela Natureza. De acordo com os relatos da época, sabia-se aproximadamente sua localização, entretanto não mais restavam vestígios aparentes, conhecidos. A ausência de vestígios daquele forte já havia sido anotada no minucioso diário de D. Pedro II quando em visita ao local. A pesquisa arqueológica, ainda não totalmente conclusa, revelou alguns aspectos de significativa importância para o entendimento tanto de sua construção como de seus ocupantes.

Como resultado da pesquisa arqueológica pode-se enumerar alguns importantes aspectos:

1. O Forte Real do Bom Jesus foi construído totalmente em terra, circundado por um fosso seco. Este fosso não apenas serviu de defesa, mas também forneceu matéria prima para o levantamento de sua muralha;
2. Em alguns trechos o fosso se apresenta duplo, criando maiores dificuldades para um eventual assalto do inimigo;
3. Quando do avanço holandês para oeste, a população do entorno alojou-se no interior daquele reduto levando consigo parte de seus pertences. Este aspecto pode ser observado a partir da presença de uma grande va-riedade e quantidade de louça doméstica em faiança que não é comum neste tipo de fortificação;
4. Apos a localização do fosso, por diferença estratigráfica, parte do mesmo foi desobstruído. Em seu interior, fruto do desmoronamento da muralha, ficaram soterradas espadas, projeteis tanto de canhão como de mosquete, além de outros elementos comuns de serem encontrados no interior deste tipo de estrutura de defesa;
5. Parte do projeteis de canhão foram encontrados alojados na escarpa do fosso, denotando se tratar de tiro inimigo. Alguns destes projéteis permitiram a recomposição de sua trajetória balística;
6. Parte dos projeteis de mosquete foram encontrados alojados na contra-escarpa do fosso fruto da defesa portuguesa de curta distância;
7. Foram encontrados na área da praça de armas moldes de projeteis de mosquete denotando que houve fundição local durante a ocupação desta fortificação;
8. Antes do cerco promovido pelos holandeses foi consumida uma significativa quantidade de ostras que podiam ser obtidas nas proximidades, face a sua localização nas proximidades do Rio Capibaribe que neste trecho ainda sofre influencia das marés.

RECIFE ANTIGO

Algumas considerações são indispensáveis para se entender o chamado Recife Antigo. No inconsciente coletivo persiste a ideia de que as suas construções datam do inicio da colonização, o que não corresponde à realidade. Ao se observar uma foto datada de 1913 tem-se a impressão que houve uma grande explosão de uma bomba sobre a cidade. Por influência francesa, sobretudo, grande parte das construções desta área data do inicio do século XX. O verdadeiro Recife Antigo encontra-se sob o atual e apenas poderá ser revelado através da pesquisa arqueológica.

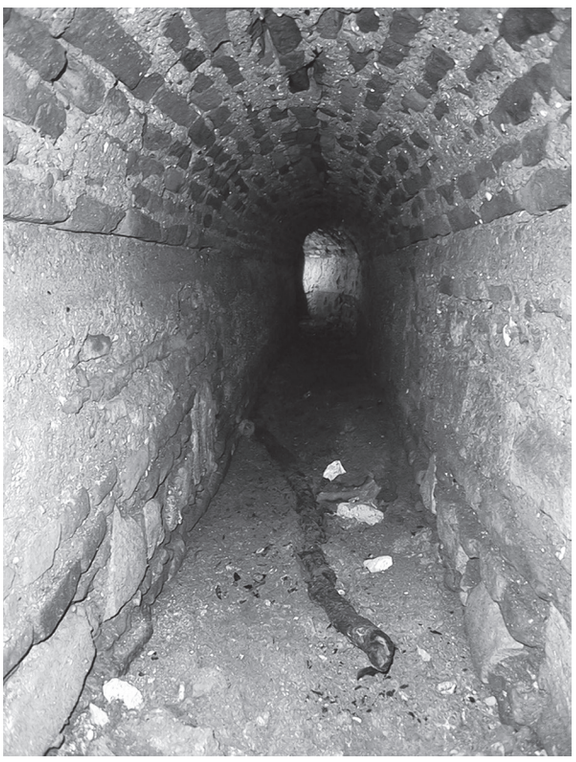
O bairro do Recife (Recife Antigo) geograficamente corresponde a uma estreita faixa de terra que se formou paralelamente aos extensos arrecifes (beach rocks) que protegem parte do litoral de Pernambuco. É constituído pelas areias que se movimentam a partir do encontro dos sedimentos trazidos pelos dois principais rios daquele trecho do litoral e das areias trazidas pelas correntes marinhas que entram na barra. Sua geografia configurou um porto natural, desde cedo reconhecido pelos navegantes vindos da Europa. Um porto que iria atender a Vila de Olinda, cuja barra era considerada muito perigosa, incapaz de abrigar os navios. No inicio da ocupação portuguesa ali se formou um pequeno povoado de pescadores (o Povo dos Arrecifes), e às suas margens encostavam as embarcações que careciam de reparo. Já no início do século XVII haviam sido construídos armazéns para abrigar o açúcar, vindo dos engenhos do interior, para ser embarcado para Europa. Também uma igreja, para atender a população que ali começava a se concentrar em torno do porto.

A presença holandesa alterou os rumos daquela ocupação, sobretudo após o incêndio de Olinda. Praticamente toda a tropa desembarcada ficou confinada àquela faixa de terra que se estendia até Olinda. Abrigos de madeira, pré-fabricados, foram trazidos e instalados para o abrigo da tropa. Só após a queda do Forte Real do Bom Jesus, quando os holandeses puderam se assenhorar das terras do interior, dos engenhos de açúcar, desenvolver a administração local, o Recife passou a ser ocupado de forma mais sistemática, ainda que se ajustando à desordenação inicial. Com o adensamento da população, com o interesse comercial de se instalar nas proximidades do porto, as terras do Recife, pouco a pouco foram sendo ampliadas com aterros.

Por ocasião de um trabalho de embutimento de uma tubulação para fibra ótica a nossa equipe teve a oportunidade de realizar uma pesquisa no trecho da obra; não de uma forma sistemática, epistemologicamente conduzida, mas restrita a um acompanhamento opor-

13. Trecho da muralha que cercava o Recife. Depois desta etapa das escavações foi encontrado o angulo saliente da mesma.

14. Parte da paliçada de madeira que reforçava a defesa do Recife.



15. Galeria de esgoto já do século XIX encontrada no Recife Antigo.

tunístico possibilitado pelo traçado da obra. Ressalve-se, entretanto, que no âmbito do "Recife Antigo", outras pesquisas realizadas, no Forte do Brum e na Sinagoga Kahal Zur Israel, puderam ser conduzidas aos moldes de uma pesquisa arqueológica acadêmica. Vale salientar, entretanto que, mesmo em se tratando de um acompanhamento de obra, muitos detalhes da antiga cidade puderam ser revelados, descobertas que muito contribuíram para o entendimento de uma das cidades mais antigas das Américas.

Destas descobertas e conclusões ali realizadas destacamos:

1. Foi possível identificar-se e reconstituir-se o traçado de antigas ruas, desaparecidas com a modernização promovida no início do século XX;

2. Ruas, que não mais existem, do início de ocupação holandesa como a Rua do Vinho registrada na iconografia coeva, foram identificadas e seu traçado reconstituído;

3. A grande quantidade de alicerces que foram encontrados e sua associação com o uso de diferentes matérias primas e técnicas construtivas nos permitiram as cronologias de ocupação e reconstituir a evolução urbana do Recife;

4. Do mesmo modo foi possível identificar os sucessivos aterros que ampliaram o espaço do Recife, permitindo inclusive diferenciar as obras associadas à iniciativa privada e aquelas promovidas pelo poder público;

5. Parte do sistema de defesa da cidade, de há muito inteiramente destruído, foi localizado. É o caso da muralha de proteção da cidade, construída em cantaria, que limitava as áreas de dentro e de fora de portas. Foi encontrada a muralha da face leste, e parte do baluarte que defendia uma das portas da cidade, a Porta da Terra, aquela que dava acesso ao istmo, por onde se transitava entre o Recife e Olinda;

6. A muralha de oeste, que margeava o rio, também em alvenaria de pedra, era de feitura mais modesta, e mais mutágena, considerando-se a grande ampliação das terras emersas, promovida pelos aterros naquela face da cidade;

7. De início o Recife foi protegido por uma paliçada de pau a pique, que pode ser vista na iconografia coeva, da qual não se tinha conhecimento ou registros materiais. Pelo menos parte desta paliçada foi conservada sob os aterros, permanecendo praticamente intacta. A pouca profundidade do lençol freático, a manteve praticamente submersa abaixo das atuais ruas e avenidas. O estudo desta paliçada permitiu o entendimento de conceitos de defesa da época, dos inimigos e seus recursos previstos em termos de armas, inclusive de suas preocupações defensivas, do uso de cavalos, e da logística utilizada;

8. Esta pesquisa permitiu uma visão espaço/temporal da evolução urbana do Recife, desde seus primeiros momentos até as modificações do século XX. Modificações que foram intensas, pois se for considerada a largura do istmo que interligava Olinda ao Recife, poderemos constatar que a atividade de aterros ainda continua nos dias atuais. Grande parte das atuais terras do Recife antigo foi tomada tanto ao mar como aos rios. Na entrada da Sinagoga a pesquisa arqueológica identificou vestígios do antigo talude do rio. Foi possível ainda constatar que o mar atingia um dos flancos do Forte do Brum e o rio corria ao pé de sua muralha, do outro lado. Observa-se, portanto que toda a extensão entre o Forte do Brum e o Porto, assim como o espaço existente entre aquele Forte e a Prefeitura do Recife é fruto de aterros que se sucederam ao longo dos séculos, e puderam ser identificados pela pesquisa arqueológica. Apenas a título de ilustração, podemos mencionar que foram localizados vestígios de um antigo píer no local em que depois foi construída a Sinagoga Kahal Zur Israel.

SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL

O período de ocupação holandesa da Capitania de Pernambuco passou por basicamente três períodos distintos: a ocupação inicial, conflituosa; um período de relativa tranquilidade que correspondeu ao governo de Maurício de Nassau; e o período terminal da ocupação holandesa, também marcado por muitos conflitos.

Foi durante o governo de Nassau que grandes modificações ocorreram em Pernambuco. Uma destas modificações se refletiu drasticamente sobre o subsistema ideológico, quando Nassau permitiu a liberdade de culto. Até então os judeus realizavam suas cerimonias às escondidas. Com esta abertura religiosa foi autorizado aos judeus construírem uma Sinagoga. Na busca por espaço foi autorizado o aterro de parte do istmo que ligava Olinda a Recife e dado inicio a construção de uma sinagoga que recebeu o nome de Kahal Zur Israel, (Rochedo de Israel).

Havia referências iconográficas, porém muito pouco precisas em decorrência das modificações ocorridas em Recife ao longo dos séculos. Quando demos inicio à pesquisa arqueológica a grande preocupação era saber-se o que poderia ser encontrado que permitisse identificar, confirmar que se tratava efetivamente da antiga sinagoga. A documentação histórica dava conta de que após a saída dos holandeses, e com a retomada do controle ideológico pela Igreja Católica, o prédio da antiga sinagoga foi entregue a uma ordem religiosa. Naquelas circunstâncias certamente qualquer elemento móvel ou imóvel que pudesse ser associado

16. Poço integrante do Mikvê encontrado no interior da Sinagoga Kahal Zur Israel. Constituiu-se em dos elementos comprobatórios da existência da Sinagoga.

17. Rabinos especializados em Mikvê avaliam a descoberta.

18. Comprovada a autenticidade do Mikvê é celebrada, após três séculos, uma cerimônia judaica no local.

às práticas religiosas do cerimonial judaico teriam sido destruídas.

Durante a pesquisa arqueológica foi localizado um poço no interior da sinagoga; e mais, nas suas proximidades, ocupando um espaço retangular que atingia quase dois metros de profundidade, uma grande concentração de escombros de demolição de uma estrutura em pedra, além de uma única pedra de um piso de pedra trabalhada que restara.

Deste contexto alguns pontos foram levantados:

a) No Nordeste do Brasil não se tem tradição de construir poços no interior de residências. Sempre os poços ou cacimbas são construções externas.

b) Os restos de demolição, na profundidade em que se apresentavam, não se mostravam compatíveis com as cotas de rés-do-chão registradas na cidade, nas diferentes ruas.

Por se tratar de um tema de grande responsabilidade, sobretudo afeto a problemas religiosos, foi convocado um grupo de rabinos especializados em Miqvê. Após suas avaliações baseadas em medidas preconizadas em tempos imemoriais, concluíram que não havia dúvida entre eles de que se tratava de um Miqvê, e portanto devendo estar associado Sinagoga Kahal Zur Israel.

Com base naqueles achados e nas considerações dos religiosos, ali foi celebrada uma cerimonia religiosa, na qual, com muita emoção, foi ressaltado que a cerimônia estava sendo realizada naquele local após três séculos de abandono e desconhecimento. A velha Sinagoga readquiriu sua identidade através da pesquisa arqueológica.

Dos resultados desta pesquisa podemos destacar:

1. A descoberta do poço construído em pedras não argamassadas;
2. A base do poço atinge o lençol freático do Recife, portanto apresentando água corrente;
3. Parte da muralha oeste, que cercava o Recife foi localizada no interior do imóvel, mas além dos limites do edifício da sinagoga;
4. O primitivo limite oeste do istmo, a antiga margem do Rio Beberibe, que depois de aterrada cedeu espaço para a construção da sinagoga. A antiga margem foi localizada junto à porta de entrada da Sinagoga;
5. As técnicas construtivas utilizadas na edificação da Sinagoga;
6. Os diferentes níveis de aterro que ocorreram no Recife ao longo dos séculos e que corresponderam a diferentes alterações de cotas;
7. Resgate de informações relativas à diáspora judaica, com grande repercussão a nível internacional;
8. Resgate de parte da história da Capitania de Pernambuco, do Brasil, dos judeus, da Holanda e de Portugal.

MAZAGÃO VELHO

Quando a população de Mazagão, a última colônia portuguesa no Marrocos foi, no século XVIII, resgatada ao cerco e posteriormente transferida para a selva amazônica grande parte de seu referencial cultural foi alterado.

Aquele talvez tenha sido um dos mais drásticos contatos entre o Velho e o Novo Mundo. Aquela população que vivia em um clima seco, a beira mar, viu-se em contato com uma realidade completamente diversa da que conhecia. Cobertura vegetal densa, animais que desconheciam, indígenas de diferentes tribos e costumes, e, sobretudo, doenças tropicais como a malária e a febre amarela.

De nobres guerreiros, remanescentes dos que haviam partido de Portugal em defesa da Terra Santa, transformaram-se em lavradores na selva úmida, cujos segredos desconheciam. Deles também se esperava fossem guerreiros na defesa da expansão dos limites de Portugal na América, na guarda contra eventuais tentativas (mormente francesas) de acessar o grande rio em demanda as minas do interior.

Poucos anos após a transferência, uma significativa parte da população da Nova Mazagão pereceu; outros talvez tenham conseguido fugir a despeito das ordens incisivas do governo para ali permanecerem. E aquela Vila, planejada e construída para receber 340 famílias praticamente desapareceu, engolida pela selva. Alguns remanescentes aglomeraram-se às margens do rio Mutuacá, e hoje já não preservavam a memória da vila que fora construída. O nome, entretanto, foi preservado e hoje, o vilarejo que ainda ocupa a área, restrita às margens do rio é conhecido como Mazagão Velho, em alusão a uma nova cidade que se formou à margem do mesmo rio, e que adotou o nome de Mazagão.

A população da hoje "Mazagão Velho" é constituída em grande parte por pessoas com evidentes traços negros, quiçá descendentes de negros que vieram com a população do Marrocos.

Uma intensa pesquisa arqueológica foi realizada na área e muitos elementos desta desastrosa experiência foram resgatados; dentre eles destacamos:

1. Uma intensa pesquisa prospectiva de superfície permitiu reunir elementos passíveis de comparação com a cartografia conhecida. De início a hidrografia, seguindo-se de tênues evidencias no solo, do que poderia refletir um antigo parcelamento do terreno em quadras.
2. A prospecção interventiva teve início em uma área que apresentava uma vegetação menos adensada, na qual se pode observar a presença algumas ruínas em pedra.
3. Uma escavação por decapagem em grande superfície permitiu a localização dos alicerces, em pedra, de

19. Alicerces da Igreja de Mazagão Velho que se encontrava recoberta por sedimentos e vegetação amazônica.

uma ampla edificação. No entorno daqueles alicerces milhares de pedras de diferentes tamanhos, espalhavam-se de permeio com um sedimento argiloso, distinto do terreno local.

4. Ainda com base na escavação por decapagem foi possível ainda identificar-se sobre o terreno o frontão, em tijolos, do edifício, que teria desabado de uma só vez. Este achado permitiu conhecer-se a altura do edifício, assim como, pela empena, a distribuição das águas do telhado. No interior do edifício, e em suas laterais foram localizados dezenas de sepultamentos. Todos estes elementos, dimensões, porte, presença de sepulturas, conduziam a atribuir-se que se tratava da igreja matriz da Vila.

5. Confrontando-se as evidencias com a planta conhecida da Vila, ali não havia edificação prevista. Entretanto, correspondia a uma quadra que formava a praça central projetada, na qual também fora projetada a Casa de Câmara e Cadeia. A igreja daquela Vila pombalina fora projetada longe das estruturas administrativas, longe da sede do poder. Ocuparia uma área bem menor, próxima ao rio, em posição semelhante à de uma "igreja dos índios", já existente no local.

6. A análise do material construtivo encontrado e das técnicas de construção identificadas denotou uma sequencia de etapas construtivas, possivelmente decorrente de escassez de matéria prima. O terreno local é constituído por um sedimento areno-argiloso, rico em ferro, muito homogêneo e desprovido de afloramentos rochosos, como em grande parte das terras baixas amazônicas. Por outro lado, grande parte do solo na área expõe um intenso processo de laterização. Em alguns trechos é possível reunir concreções ferruginosas, de forma irregular e de diferentes tamanhos. Concreções deste tipo que foram utilizadas como matéria prima para a edificação do que, sabemos hoje, foi a igreja da Vila. Certamente reunir todo aquele material demandou muito tempo e, sobretudo trabalho.

7. Um aspecto resgatado naquela obra foram os materiais e técnicas de construção empregadas: A obra se baseia em um misto de estrutura de madeira e de pedras, onde o uso de argamassa com cal esta restrito a algumas áreas. Inclui-se ainda o uso de tijolos no frontão, portadas, colunas, estruturas internas como o altar mor e altares laterais. A coberta é em telhas de barro cozido, tipo canal.

8. O alicerce ou fundação foi construído escavando-se o terreno até uma profundidade de 1,70 m. Na vala escavada foram fixados regularmente esteios de madeira com 30 cm de lado, assentados a cada 60 cm, cuja altura deveria atingir o pé direito da obra. Preenchendo o espaço remanescente foram assentadas pedras, rejuntadas com argamassa de cal. À altura do piso (interno) toda a estrutura da fundação foi nivelada com uma camada de tijolos. A partir deste nivelamento foram levantadas as paredes. As paredes foram erguidas envolvendo os esteios de madeira, como se foram vigas. Ali as pedras irregulares foram rejuntadas com uma argamassa de barro (possivelmente do leito do rio), em grande parte sem adição de cal. A distribuição dos tamanhos das pedras, que pode ser observado nas ruinas remanescentes não sugere que se utilizasse, por exemplo, as pedras maiores nos trechos mais baixos. Antes sugere que a diferença do tamanho das pedras utilizadas estaria relacionada à disponibilidade do material, ao longo do tempo. O uso de uma argamassa apenas de barro, em paredes com a altura projetada e sob as condições de umidade da Amazônia foi garantido pela aplicação de uma espessa camada de reboco, com uma forte dosagem de cal como proteção.

9. Foi localizado um grande número de sepultamentos no interior da igreja. Alguns deles teriam sido contemporâneos ao funcionamento da igreja, enquanto outros devem ter sido sepultados apos o desabamento da igreja, pois seus corpos se encontram sobre parte dos alicerces, consequentemente quando a parede não mais existia.

10. Alguns sepultamentos guardavam consigo condecorações; a análise do mobiliário funerário sugere a diferença de situações sociais entre a população ali representada;

11. Dentre o material resgatado estava incluído elementos do século XIX o que sugere sua utilização ainda naquele período. Sabemos que durante o século XIX a ocupação das margens do Mutuacá voltou a florescer, e que sua população envolveu-se em acirradas disputas políticas (inclusive combates internos). Entretanto, àquela época já havia sido instalado um cemitério público, próximo ao rio.

12. O resultado desta pesquisa fez brotar reflexões entre vários mundos. Foi realizada, por opção da população remanescente uma cerimonia católica de encomendação dos corpos que foi celebrada por um padre italiano. Compareceram a cerimonia o governador do Estado do Amapá, o Embaixador de Portugal e o representante do Reino do Marrocos. Nesta solenidade o Exército brasileiro deslocou para Mazagão um considerável efetivo que prestou as honras militares aos "primeiros defensores da Amazônia brasileira". Toda esta mobilização redundou em um grande processo de educação patrimonial, de consciência social e de reflexão.

20. Cachimbo tubular indígena bastante difundido no Brasil.

21. Tubos de cachimbo de origem europeia muito difundido sobretudo no período de ocupação holandesa.

O FUMO

Escavações arqueologicas demonstram que o fumo foi largamente utilizado no Novo Mundo antes da chegada dos europeus. Com cronologia muito anterior à presença européia nas Américas é comum a presença de cachimbos tubulares em sitios arqueológicos relacionados a grupos ceramistas.

Quando de seu contato com o Novo Mundo, europeus rapidamente absorveram o habito de fumar e sobretudo o transformaram em uma fonte de renda. Não apenas com a comercialização do tabaco, mas ainda com o fabrico de cachimbos de argila. Fábricas com uma alta capacidade produtiva foram rapidamente montadas no Velho Mundo. Os cachimbos de origem européia são encontrados aos milhares em sitios arqueologicos pós-contato. Cachimbos que foram produzidos com o objetivo de atender as diferentes camadas sociais. São

encontrados cachimbos simples e outros extremamente elaborados, certamente com o fito de atender a uma camada da sociedade mais exigente. As qualidades do tabaco eram decantadas, tanto como lazer, assim como por suas propriedades medicinais.

Recentemente alguns arqueologos têm associado aos negros os cachimbos de cotovelo produzidos em argila vermelha. Têm por base uma possível associação de traços decorativos presentes nestes cachimbos, à qual atribuem representar uma manifestação da "resistencia" cultural dos africanos. Lamentavelmente em toda nossa experiencia com arqueologia historica nunca tivemos a oportunidade de fazer tal associação. Não a negamos, apenas não encontramos elementos capazes de sustentar esta hipotese. Consideramos contudo, que o universo dos cachimbos de cotovelo, em argila vermelha é muito amplo, bem como é amplo o universo de materiais para a elaboração de cachimbos, e que sua feitura não envolve necessariamente uma tecnologia restrita.

Em nossas escavações é grande o número de cachimbos vermelhos que estão presentes tanto em sítios associados a assentamento de portugueses quanto de assentamento de holandeses. Em qualquer dos casos não excluiria a possibilidade de uma origem africana dos mesmos, pelo menos da tradição decorativa, haja vista que tanto os portugueses como os holandeses conviveram com africanos, que bem poderiam ser responsáveis pela sua produção. Por outro lado, até agora nada nos permite estabelecer uma ligação com a cultura africana. O que é um fato lamentavel, pois, na realidade não tivemos até o momento a oportunidade de escavar um sitio de tradição africana, como um quilombo, por exemplo.

Para os cachimbos fabricados em argila branca são conhecidos os de origem holandesa, inglesa e francesa; os fabricados em argila vermelha até o momento, sempre os associamos a sitios de ocupação portuguesa.

Embora já se tenha uma vasta bibliografia sobre o tabaco, e particularmente sobre os cachimbos, existem ainda muitas lacunas no entendimento deste habito, que do Novo Mundo expandiu-se de forma notavel por praticamente todos os continentes.

O SUBSISTEMA IDEOLOGICO – A MORTE

Dentre os processos culturais o subsistema ideologico inclui-se entre os que mais resistem às forças dinamicas que movem as sociedades. O tratar a morte, desde tempos imemoriais, inclui-se entre os fatores de maior resistencia cultural. O que uma cultura espera do pós-morte, é ditado pela sua cosmogonia, e constitui-se em uma das maiores forças estatáticas de uma sociedade.

Imaginemos o que deve ter significado para os habitantes do Novo Mundo ver "seus campos de caça" do pós-morte ser "destruido" e substituido por um céu que fugia a sua compreensão. Imaginemos ainda mais, o que deve ter significado para os amerindios as ardentes tragédias do inferno cristão. De modo inverso, imaginemos o que não deve ter significado para os europeus, sobretudo em um periodo de romanização da Igreja Catolica, assistir aos rituais funerários dos habitantes do Novo Mundo sepultando seus mortos em urnas de ceramica, circundada por oferendas para serem utilizados pelos seus mortos, ou mesmo bebendo as cinzas dos mortos.

Imaginemos ainda o que não deve ter significado para os judeus, ou cristãos novos, a prática do sepultamento secundário, esta realizada tanto pelos habitantes das Américas quanto pelos catolicos do Velho Mundo. E os africanos? Estes de diferentes etnias e de distintas crenças?

Deste amalgama resultante do contato entre as comogonias dos Mundos resultou um poderoso proces-

22. Urna funerária da Tradição Aratu circundada por pequenas vasilhas de oferendas. Data de três séculos antes do descobrimento do Brasil.

23. Urna funerária com opérculo do mesmo sítio e cronologia da Tradição Aratu.

24. Sepultamento de um oficial luso-brasileiro encontrado nas escavações do Forte Orange.

25. Conjunto de sepultamentos encontrado no interior da igreja localizada e escavada em Mazagão Velho.

so sincrético, ja bastante estudado, porem ainda não esgotado.

O Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, Velho e Novos Mundos, realizado pelo CHAM, em Lisboa, abriu novas perspectivas para o entendimento do processo de inserção destes "mundos" no Sistema Mundial. Acreditamos que deste congresso germine trabalhos e teses com uma nova perspectiva de abordagem. Uma abordagem menos etnocêntrica, de ambos os mundos, e mais pluralista, marcada por uma visão de multilateralidade. Acreditamos ainda que este encontro promoverá uma simbiose de saberes e procederes. Que pesquisadores de ambos os "Mundos" assumam responsabilidades diferenciadas e complementares. Que tanto as pesquisas arqueológicas realizadas no Novo Mundo considerem as entradas no sistema oriundas do Velho Mundo, como aquelas realizadas no Velho Mundo considerem as entradas que para ele retornaram. Diante desta perspectiva operacional não podem ser descuradas as relações internas de ambos estes Mundos que promoveram reações recíprocas. Caso esta responsabilidade seja efetivamente assumida pelos pesquisadores destes "dois mundos" o Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, Velhos e Novos Mundos, transcendeu aos objetivos que poderiam ser esperados de um simples encontro acadêmico, contribuindo para uma reavaliação de atuais linhas de pesquisa que contribuirão para um melhor entendimento entre os povos, pois uma sociedade que não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro.

CIDADES: URBANISMO, ARQUITECTURA E QUOTIDIANOS

LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO

ALFAMA EM ÉPOCA MODERNA

RODRIGO BANHA DA SILVA, PEDRO MIRANDA, VASCO NORONHA VIEIRA, ANTÓNIO MOREIRA VICENTE, GONÇALO C. LOPES E CRISTINA NOZES

RESUMO Apresentam-se os resultados da Intervenção Arqueológica Urbana do Largo do Chafariz de Dentro, realizada em 2007. Os trabalhos arqueológicos tiveram como principal objectivo a minimização do impacto patrimonial negativo de uma obra camarária no troço remanescente da "Cerca Fernandina".

Foi identificado o troço original da muralha trecentista, em bom estado de conservação, e reconhecida uma profunda reforma urbanística, com impacto no monumento, ocorrida em finais do século XVI. Esta remodelação, que facilmente se pode interpretar como uma campanha de "monumentalização", até ao momento não tinha sido documentada.

O conjunto artefactual, exuberante, regista a presença de vasos orientais importados, como as porcelanas chinesas, celadons e "martabans". De origem europeia foram colectadas majólicas e vidros italianos, produções germânicas de "stoneware", produções cerâmicas valencianas, sevilhanas, holandesas e francesas. Estes elementos evidenciam uma elevada capacidade aquisitiva, bem demonstrativa da importância que adquire a zona ribeirinha de Lisboa, capital Imperial.

PALAVRAS-CHAVE **Cerca Fernandina, cerâmica moderna, Alfama, Lisboa, séculos XVI e XVII**

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A intervenção arqueológica urbana do Largo do Chafariz de Dentro foi desenvolvida ao longo de 2007 e 2008, motivada pela renovação do sistema de tratamento de águas residuais de Lisboa.

Como muitas vezes acontece, esta acção correspondeu a uma escavação de carácter reactivo, norteada por preocupações não especificamente científicas mas patrimoniais e urbanísticas.

Dos seus resultados apresenta-se agora uma sinopse, devotando uma atenção especial ao universo objectual patenteado pelos contextos quinhentistas e de inícios do século XVII, apresentados de forma sumária dado os constrangimentos da presente publicação.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Largo do Chafariz de Dentro é uma das praças mais antigas de Lisboa e centralidade, de primeira importância, no bairro de Alfama. Como elemento fundamental na estruturação do mesmo temos, como o próprio nome indica, o Chafariz de Dentro, um dos mais antigos de Lisboa a par do Chafariz d´El-Rei, com referência textual de 1285 (Silva, 1987, p. 103), onde a estrutura hidráulica é designada dos "*Cavalos*".

Existem duas explicações para a origem deste nome, a primeira, do século XV, segundo Fernão Lopes (1986, p. 204) teria a ver com a forma de cabeças de cavalo das bicas, de bronze, que ornamentavam o chafariz. Aquando do cerco de Lisboa por Henrique II de Castela, em 1373, os castelhanos tentaram levá-las como saque sem sucesso, porque Damião de Góis (1988, p. 49) refere ainda existirem na centúria de Quinhentos.

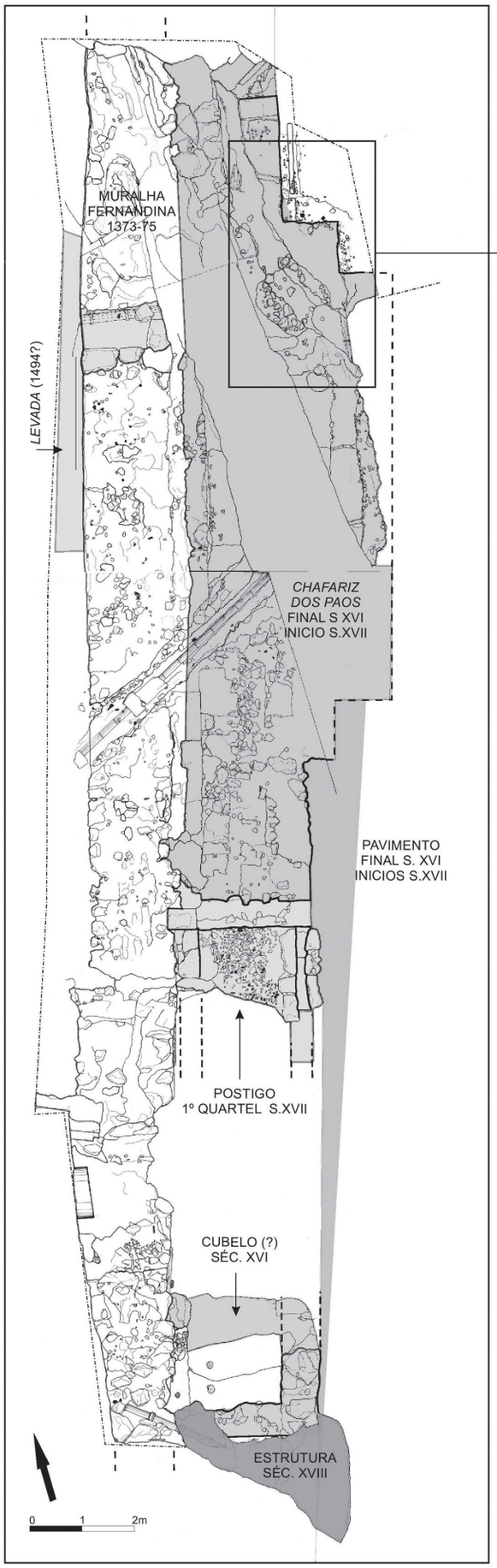
A segunda explicação, defendida por Francisco de Holanda (1984, p. 24) no século XVI, remete para a funcionalidade dos dois chafarizes, o de *El-Rei* destinava-se ao abastecimento da população, o dos *Cavalos* a saciar a sede dos animais. Na gravura de Leiden, da segunda metade desta centúria, o chafariz é representado com dois cavalos a beberem água. Seja qual for a razão para a origem do nome, esta designação desapareceu com o tempo.

Após o já referido cerco de 1373, o Rei D. Fernando promove, entre 1373/1375, a construção da chamada «Cerca Fernandina», para defender os arrabaldes da cidade há muito expandidos a ocidente e a oriente. O Chafariz dos Cavalos vai ficar integrado intramuros e começa a ser, igualmente, conhecido como *de Dentro*.

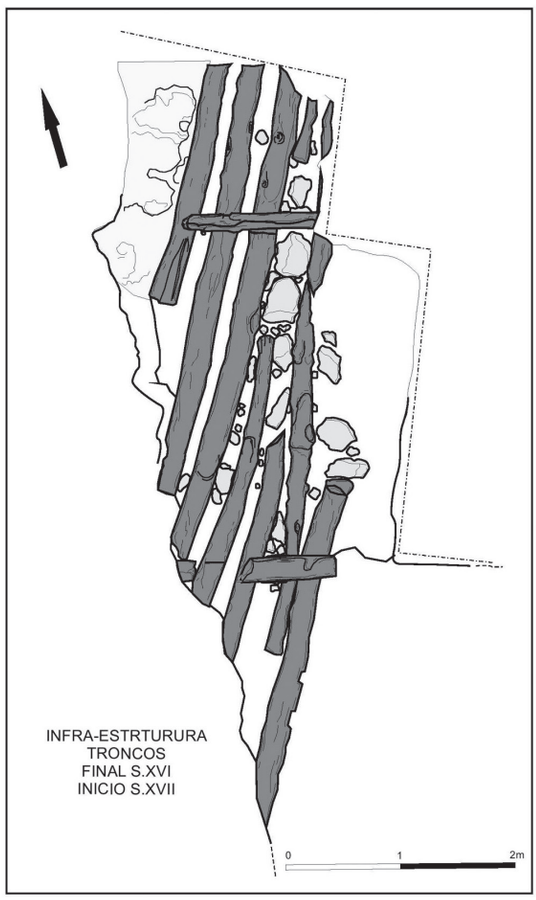
O troço de muralha construído no largo era ladeado por duas torres, ainda hoje podemos observar o local onde uma delas se encontrava, concretamente, no edifício da Rua do Terreiro do Trigo, n.º 2-4, que preserva a escadaria de acesso ao adarve da torre/muralha. Originalmente existia uma porta, nomeada *Porta do Chafariz dos Cavalos* ou de *Dentro*.

O chafariz sofreu obras de melhoramentos no reinado de D. João II (1494). Tendo em conta o caudal, o monarca solicitou a construção de um caneiro para a praia, extramuros, permitindo, assim, o abastecimento de água aos navios.

Estas obras tornam-se necessárias em plena época dos Descobrimentos e o bairro de Alfama vai fornecer a mão-de-obra à expansão marítima. A importância desta comunidade, ligada às actividades marítimas, vai reflectir-se na construção, em 1517, de uma ermida em honra de Nossa Senhora dos Remédios e de um



1. Plano das estruturas detectadas no Largo do Chafariz de Dentro.



2. Plano da infra-estrutura do embasamento do *Chafariz dos Paos.*

hospital anexo, para os pescadores chinchéus (pesca à rede) e para os pescadores linhéus (pesca à linha), nas imediações do Largo do Chafariz de Dentro.

No período Filipino a zona sofre grandes transformações, com o objectivo de maximizar o aproveitamento do manancial existente no Chafariz de Dentro. Assim, no lado oriental da muralha, extramuros, foi construído um aterro sobre a praia e edificado um novo chafariz, chamado dos *Paus* ou da *Aguada*. De acordo com os dados obtidos na presente intervenção arqueológica, que apontam para finais do século XVI, o propósito desta construção poderá estar relacionado com a necessidade de abastecimento da *Invencível Armada* que sairia de Lisboa em 1588. O novo chafariz vai desactivar o caneiro de D. João II e assegurar a *aguada* dos navios.

Poderá ser deste período a abertura de um novo postigo no pano de muralha, descrito pelas fontes como a "*porta que se abriu às lavadeiras*" (Silva, 1987, p. 102). A estrutura correspondente identificada no decorrer dos trabalhos arqueológicos deve ser a referida *Porta das Lavadeiras* já que o *tanque das lavadeiras* estava situado nas proximidades, concretamente, no Beco do Mexias, no local dos actuais tanques construídos em finais do século XX.

Em 1625, o município procede a uma vistoria às muralhas da cidade com o intuito de melhorar a sua defesa. Vai decidir, além de outras medidas, "*o postigo grande dos dous do chafariz dos Caualos se tapara, e o piqueno ficara aberto e lhe porão portas*" (Oliveira, 1887, Tomo III, p. 170). Não sabemos se o trabalho foi integralmente executado, na planta de 1650 ainda estão representados os dois vãos, mas as evidências arqueológicas, designadamente um "entalhe" de encaixe na soleira, confirmam a colocação de uma porta no *postigo pequeno*. O *Postigo das Lavadeiras* vai definir, no largo, a fronteira entre as freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão, que ainda hoje perdura apesar do desmonte da muralha no século XVIII.

Para além das obras de melhoramento realizadas no Chafariz de Dentro em 1622, em 1625 foi construído um novo chafariz na praia, à custa do real do povo, que ficou conhecido como *Chafariz da Praia*.

A construção dos dois novos chafarizes indicia, não só, o elevado caudal do Chafariz de Dentro como, também, o aumento da procura que tornou necessário maximizar o seu aproveitamento. Esta zona torna-se crucial no abastecimento de água da Lisboa seiscentista.

Eventualmente afectado pelo terramoto de 1755, em 1765 procede-se à demolição do troço de muralha frente ao largo e a pedra é reaproveitada na construção do novo edifício do *Terreiro do Trigo*. Um decreto de 1768 refere a necessidade de alargar a *Rua dos Remédios*, para melhorar o acesso à Baixa dos habitantes de São Vicente, intervenção que acaba por se realizar em 1773 para fazer passar o coche do Patriarca para São Vicente de Fora[1]. Esta obra incluiu o desmantelamento do remanescente da muralha, a oriente, e do *Chafariz da Aguada*. Já durante o século XIX, é construída a rede de drenagem – colector em cascão – e são reabilitados os dois chafarizes sobreviventes. A construção da Estação Elevatória da Praia, em 1868, no local do actual Museu do Fado, retira função ao *Chafariz da Praia* que acaba por ser demolido já no século XX. O Chafariz de Dentro mantém-se em funções até perto da década de 60 dessa centúria.

3. Imagem geral da intervenção do LCD (2007/8).

3. SINOPSE DOS RESULTADOS E FASEAMENTO

Fase I – Interface costeiro fluvial

A – Idade do Ferro (séculos VI – VIII a. C.)

Testemunhada pelos depósitos identificados na extremidade Norte da área intervencionada, no local dos alargamentos da sondagem 2 junto à face interior da cerca fernandina, de constituição arenosa, com intercalações areno-lodosas de coloração cinzenta e textura variável, contendo abundante espólio cerâmico que incluía cerâmica cinzenta fina polida, um bordo de ânfora Maña A4, pithoi e cerâmica maioritariamente feita a torno, de filiação mediterrânica/oriental;

B – Período Romano (séculos I a.C. – IV d.C.)

Atestado por dois depósitos idênticos e sobrepostos aos anteriores, de constituição mais grosseira (cascalheira), onde foi recolhido espólio cerâmico maioritariamente de produção local/regional, um bordo de ânfora tirrénica Dressel 1A, fragmentos de terra *sigillata* sudgálica e africana clara dos grupos A e C e um fundo de ânfora do tipo "africana grande".

Fase II – Interface costeiro fluvial com despejos detríticos artesanais (século XII)

Formado por uma potente U.E. (cerca de 0,60 m de espessura) justaposta ao primeiro depósito da fase anterior, integralmente composta por fragmentos de parede de forno e informes de argila, incluindo vestígios da modelação de um vaso de forma fechada e raros fragmentos de panelas, cântaros e pucarinhos, sobrecozidos e sem vestígios de pintura.

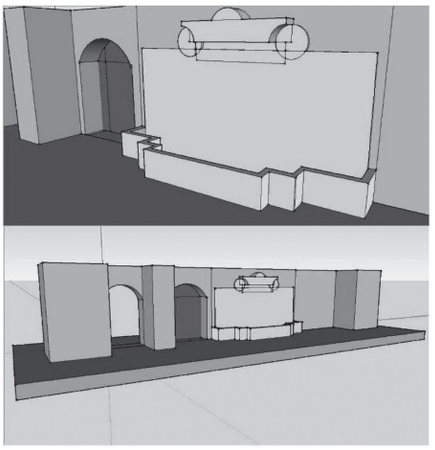
Fase III – Interface costeiro fluvial (séculos XIII – XIV)

Individualizado na extremidade Sul da área intervencionada, testemunhado por dois depósitos com diferentes altimetrias, o primeiro identificado a uma cota superior na zona da sondagem 5b, designadamente,

1. Informação manuscrita de Irisalva Moita (Museu da Cidade), baseada em manuscrito anónimo não identificado pela olisipógrafa.

4. Infra-estrutura de pinho do *Chafariz dos Paos*.

5. Pormenor do painel de azulejos *Grande Panorama de Lisboa* (Museu Nacional do Azulejo) mostrando o troço da muralha Fernandina do Largo do Chafariz de Dentro e o *Chafariz dos Paos*.



6. Proposta de reconstituição do troço de muralha e do Chafariz, com base nas evidências arqueológicas e no painel de *azulejos*.

um nível de cascalho incorporando madeiras trabalhadas e cerâmica comum de produção local/regional (essencialmente, panelas, cântaros e potes), o segundo localizado na zona do troço 4 e constituído por areias de coloração verde acinzentada; ambos "cortados" para receber o soco da muralha.

Fase IV – Instalação da Muralha Fernandina (1373-75)
Caracterizada pelo faseamento construtivo identificado, sobretudo, nas áreas das sondagens 3, 5, 5-b e do troço 4, designadamente a abertura da vala, a montagem da estrutura de cofragem em madeira (com parte do tabuado e dos postes cilíndricos preservados, estes últimos cravados numa U.E. de matriz arenosa, muito compacta e de coloração cinzenta clara), a construção do alicerce em alvenaria de pedra irregular, a montagem do andaime em madeira (testemunhado, igualmente, por postes cilíndricos cravados junto à face exterior da muralha) e a construção da super-estrutura com vestígios do lance de paramento em pedra aparelhada.

Fase V – Levada (1494)
Estrutura de caneiro que recolhia o excesso de caudal do Chafariz de Dentro; em articulação, foi adossada, à face interior da muralha, uma rampa construída em argamassa rica em cal, inclinada em cerca de 25%, para aproveitamento/encanamento das águas residuais.

Fase VI – Construção de cubelo? (século XVI)
Estrutura de configuração rectangular identificada na zona de implantação da sondagem 3, com uma largura mínima de 1,30 m e 1,70 m de profundidade confirmada, edificada em distintos momentos patentes na natureza das argamassas, correspondendo o mais ocidental ao mais recente apenas reconhecido no seu paramento interior.

Fase VII – Campanha de terraplanagem (2.ª metade / final do século XVI)
Intervenção urbanística caracterizada por um aterro gerado num período curto com recurso aos entulhos urbanos acumulados na zona exterior da muralha, constituído por uma sucessão de tendência horizontal de U.E.s de matriz maioritariamente arenosa, mal calibrada, em alternância com três intercalações de matriz rica em matéria orgânica, revelando uma grande exuberância artefactual; desta intervenção resultou a desactivação da estrutura de cubelo(?).

Fase VIII – Preparação da instalação do Chafariz dos Paus (fim do século XVI, início do século XVII)
Assentando sobre as unidades estratigráficas integradas na fase anterior, desenvolvendo-se a partir da face exterior do pano de muralha em direcção à linha de água, identificou-se um embasamento a evidenciar um perfil reentrante, constituído por argamassa esbranquiçada rica em cal e blocos informes de pedra calcária e calco-arenito, que preenchiam uma infra-estrutura em madeira de pinho verde, construída com recurso a toros dispostos paralelamente e travados na perpendicular com recurso a cavilhas de ferro. O alicerce evidenciava, nas extremidades laterais, zonas aplanadas com rebarbas de argamassa, interpretadas como os negativos de assentamento dos elementos pétreos que constituíam a super-estrutura. A construção desactivou a estrutura de caneiro integrado na fase V.

Fase IX – Chafariz dos Paus e pavimentação da envolvente (fim do século XVI, início do século XVII)
Da super-estrutura restava, apenas, vestígios do paramento testemunhado pelos negativos de assentamento dos blocos pétreos, designadamente, as zonas aplanadas com rebarbas de argamassa observadas nas

extremidades laterais da base acima descrita. Em articulação, identificou-se um nível de pavimento constituído por seixo miúdo, fragmentos cerâmicos e grande quantidade de elementos metálicos, designadamente, alfinetes de toucado e/ou de indumentária(?), envolvidos numa argamassa rica em cal e matéria ferrosa que lhe atribuía uma consistência muito compacta e impermeável.

Fase X – Abertura do "Postigo de Alfama" (1.º quartel do século XVII)

Na extremidade ocidental da estrutura hidráulica, exactamente no local onde os limites das freguesias de São Miguel e Santo Estêvão convergem, foi identificado um vão, originalmente, formado por uma estrutura de portal de que é testemunho uma das valas do respectivo umbral que se encontrava entulhada com os restos resultantes da demolição, incluindo elementos informes de calcário branco de média dimensão. A super-estrutura conservava o nível de pavimento em seixo miúdo batido com fragmentos cerâmicos, delimitado por duas áreas de soleira, em degrau, constituídas por blocos de calcário branco.

Fase XI – Campanhas de requalificação do espaço exterior do troço de muralha (final do século XVII, primeira metade do século XVIII)

Testemunhadas por dois níveis sucessivos de pavimentação em empedrado de seixo, sendo que o primeiro abrangeu a zona de circulação do postigo que foi revestida a seixo de menor dimensão. Também nesta fase, eventualmente em articulação com o primeiro nível de pavimento e de funcionalidade desconhecida, é edificado um maciço em alvenaria de pedra irregular, com recurso a argamassa de coloração alaranjada pobre em cal, que se desenvolvia a partir da face exterior do muro ocidental da estrutura de cubelo(?) já desactivada pelos trabalhos de terraplanagem.

Fase XII – Campanha de desmantelamento dos elementos estruturais (1765 e 1773)

Demolição parcial, praticamente até ao nível do alicerce, do troço de muralha e integral da super-estrutura do Chafariz dos Paus, com reaproveitamento da silharia testemunhado pelos negativos de assentamento preservados, essencialmente na base da estrutura hidráulica.

Fase XIII – Conformação do Largo e instalação de infra-estruturas (fim do século XVIII / início do século XIX até à actualidade)

Conformação do Largo do Chafariz de Dentro com recurso a terraplanagem, construção de infra-estrutura de drenagem (colector em cascão) que tem vindo a ser substituída desde finais dos anos noventa, pavimento em calçada de basalto posteriormente substituído pela actual em granito, e instalação de arvoredo, entretanto removido.

4. A EVIDÊNCIA OBJECTUAL

4.1 As produções do Extremo Oriente

As importações provenientes do Oriente estão bem representadas no espólio, com uma generosa quantidade de porcelanas da dinastia Ming ainda não contabilizadas na totalidade, *celadon* e diversos fragmentos de *martabã*[2]. Destaca-se no conjunto a presença de três fragmentos de celadon oriundos da China, pela primeira vez identificados em contextos arqueológicos portugueses, e uma rara marca em porcelana com a cruz de cristo.

4.1.1 Celadon da China

Três fragmentos distinguem-se por um vidrado verde e brilhante, algo transparente, a imitar o jade. A pasta, em grés, de cor cinzenta e bem depurada, é característica da região de Longquan (Sul da China), que se tornou o maior centro produtor deste tipo de cerâmica.

As primeiras produções remanescentes de celadon terão surgido no período das Seis Dinastias (220-580) (Goddio, et. al., 2002, p. 86), tendo-se aperfeiçoado a técnica e a variedade de formas ao longo da Dinastia Tang (617-907). Foi no período Sung (960-1279) que se deu o auge da produção de celadon com vidrados mais cuidados, apresentando uma variedade decorativa efectuada por meio de incisões detalhadas dando a ilusão de tri-dimensionalidade. Na sua essência, as formas eram pequenas, como taças e pratos.

A Dinastia Yuan (1279-1368) marca uma evolução para a produção de celadon, com a introdução de um novo método de cozedura que vai deixar marcas nas peças, funcionando como elemento cronológico. Trata-se de um anel sem vidrado no fundo e em alguns casos no bordo, que surge com uma cor avermelhada. Aparecem as grandes formas, como pratos e jarros, e a decoração começa a ser elaborada de modo mais acentuado com recurso a moldes que se articulam com as incisões.

O período Ming (1368-1644) caracteriza-se como a época em que a exportação de celadon para o Ocidente é maior, primeiramente pela Rota da Seda e, a partir de 1517, através dos contactos comerciais com os portugueses (Vainker, 1991, p. 143). A qualidade e quantidade da produção decrescem ao longo deste período, devido à maior popularidade da porcelana. As formas começam, de certo modo, a imitar as porcelanas,

2. Objecto de estudo por Sara Simões, vide artigo constante do presente livro.

principalmente as de maiores dimensões e, possivelmente, os potes de *martabã* (Goddio, et. al., 2002, p. 86). Surgem também mercados produtivos paralelos, fora da China, para colmatar o decréscimo da produção de origem chinesa, embora com qualidade de vidrado e de pastas nitidamente inferior (*idem*, p. 88).

O fragmento n.º 6 (fig. 7), corresponde a um jarro ou pote de grandes dimensões com a decoração de um dragão entre nuvens aplicado a molde. Apresenta um vidrado não muito cuidado e ausência de revestimento no pé anelar. Trata-se de uma peça do século XVI, em plena dinastia Ming, período em que a produção de celadon já não tinha o cuidado de épocas anteriores. Não foram encontrados paralelos exactos para esta forma em *celadon*, mas existe uma peça com uma morfologia semelhante e o mesmo tipo de decoração em *martabã* na Casa-Museu Guerra Junqueiro, no Porto (Impey, 1992, p. 14).

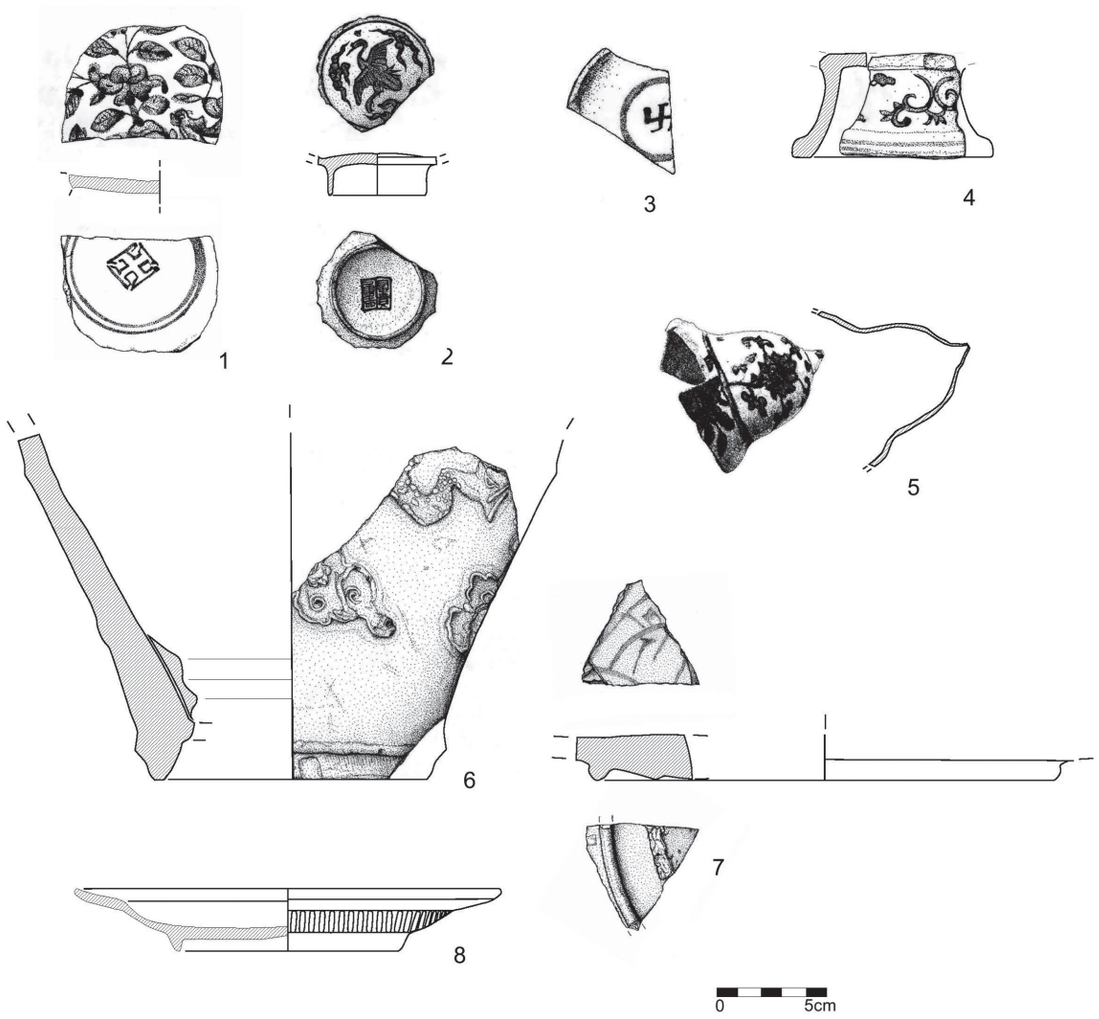
O fragmento n.º 7 (fig. 7), corresponde a um prato igualmente de grandes dimensões com uma decoração parcial de flor de Lótus incisa. O vidrado é fino e foi aplicado com algum cuidado, apresentando-se, também neste caso, ausente no fundo. Os paralelos apontam para a segunda metade do século XIV ou inícios do século XV, período Ming inicial, ainda com influências decorativas do período Yuan (Goddio, et. al., 2002, p. 198, fig. 251; Posselle, 1999, n.os 78 e 79).

O terceiro fragmento, de menores dimensões, apresenta um vidrado com «*craquelé*» e parece pertencer a uma pequena taça datável do século XVI.

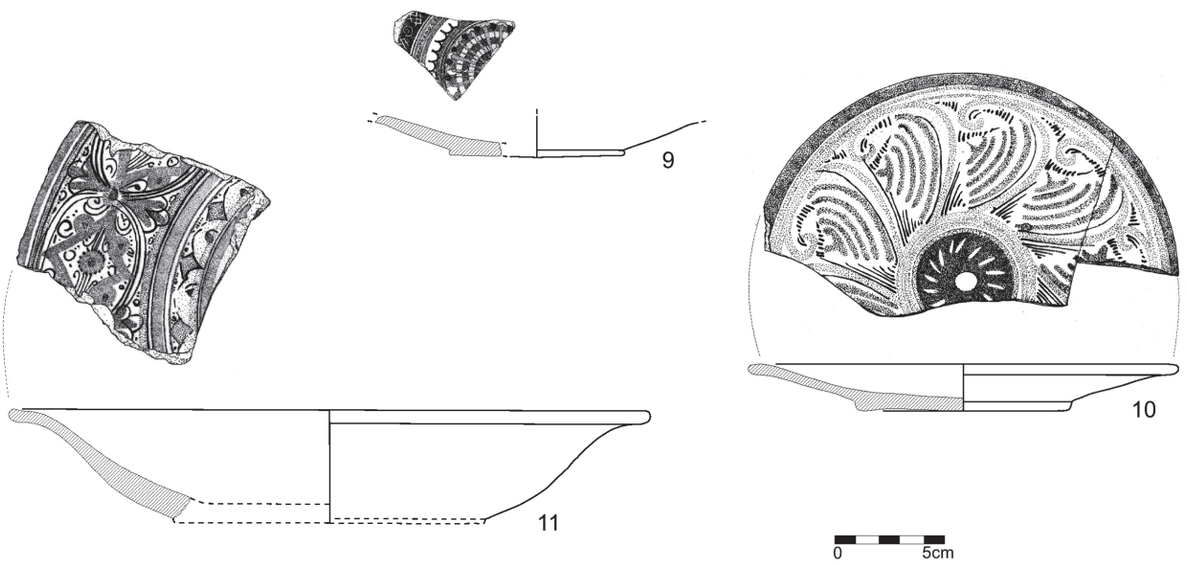
Pela análise macroscópica das pastas e do vidrado do pequeno conjunto, atribui-se como origem os fornos de Longquan (Goddio, et. al., 2002. p. 86.).

4.1.2 Porcelana da China

Do vasto conjunto de fragmentos recuperados já foram analisados, até à data, 71 exemplares. Em termos cronológicos, concluiu-se que 39 das peças pertencem à Dinastia Ming (século XVI, primeiro quartel do século XVII), 1 é integrável no período Zhegde (1506-1521), 27 no Jiajing (1522-1566), 3 no Wanli (1573-1619) e 1



7. Porcelana Ming (n.os 1 a 5); Celadon da China (n.os 6 e 7); Possível prato de porcelana *Fahua* (n.º 8).



8. Majolicas de Montelupo (n.os 9 a 11).

no Tianqi (1621-1627). Das 24 marcas identificadas, 20 apresentam-se totalmente preservadas.

Deste modo, a marca *Ch'ang Ming fu gui (ou kuei)* "longa vida, riqueza e honrarias" surge em 6 exemplares; *Fu kuei ch'ang ch'un* "votos de riqueza, honra e Primavera longa" surge em 3, tal como *Fu gui jia qi* "vaso fino para alguém rico e nobre"; 2 casos ostentam *Da Ming nian zao* "feito na grande Dinastia Ming" e outros 2 *Yü t'ang chia ch'i* "Um bom recipiente da oficina Jade". Finalmente, com apenas 1 registo, encontram-se as marcas *Yung ch'ing ch'ang ch'un* "votos de prosperidade eterna e Primavera longa", *Ta Ming T'ien Ch'i nien chih* "feito no período Tianqi da grande dinastia Ming" e *Jing zhi* "fabrico requintado". Outro fundo apresenta uma cruz suástica (fig. 7, n.º 3), o símbolo budista do coração de Buda (Matos, 1996, p. 279), pouco frequente em contextos europeus e que significa longevidade sem fim *"wan show"*.

De grande relevância é a presença de um fundo com uma Cruz de Cristo, que atesta a presença de peças feitas por encomenda para o mercado português (fig. 7, n.º 1).

Em termos formais predominam as taças de pequena dimensão e os pratos, embora surjam alguns fragmentos pertencentes a formas de maior dimensão, como uma tampa, uma porção de bojo de *mei ping* e um bico de *kendi* (fig. 7, n.º 5), esta última pouco atestada em contextos arqueológicos.

Com a chegada dos Portugueses à China, em 1517, a cerâmica importada para o Império era dominada pela porcelana azul e branca. As formas mais pequenas, com um custo mais acessível à grande maioria dos mercadores e dos marinheiros que participavam nas viagens ao Oriente, rapidamente se popularizaram no Ocidente. As formas de maiores dimensões, como os *mei ping* ou os *kendi*, tal como as peças feitas por encomenda representadas aqui pelo símbolo da Cruz de Cristo, só seriam acessíveis às elites.

4.2 Importações europeias

4.2.1 Majólica italiana

A presença de cerâmicas esmaltadas oriundas de Itália encontra-se bem atestada, com um conjunto de fragmentos presentemente em estudo e ainda não contabilizado. Uma primeira análise determinou a identificação de exemplares originários dos centros oleiros de Montelupo, Deruta, Faenza ou Veneza e da região da Ligúria.

O centro de Montelupo é o que se encontra melhor representado, com fragmentos de pratos e taças do final do século XV e primeira metade do século XVI, com uma simplicidade decorativa de elementos geométricos e florais aplicados com cores vivas que tornaram estas produções populares. Este tipo de decoração, mais simples, permitiu a produção em série sem perda de qualidade e, consequentemente, um custo mais baixo, possibilitando uma difusão mais ampla do que as peças elaboradas de Deruta ou Urbino (Carta, 2008, p. 133).

A imigração de artesãos para a Holanda, no século XVI, transportou esta técnica para a região, dificultando a identificação da proveniência sem análise das pastas.

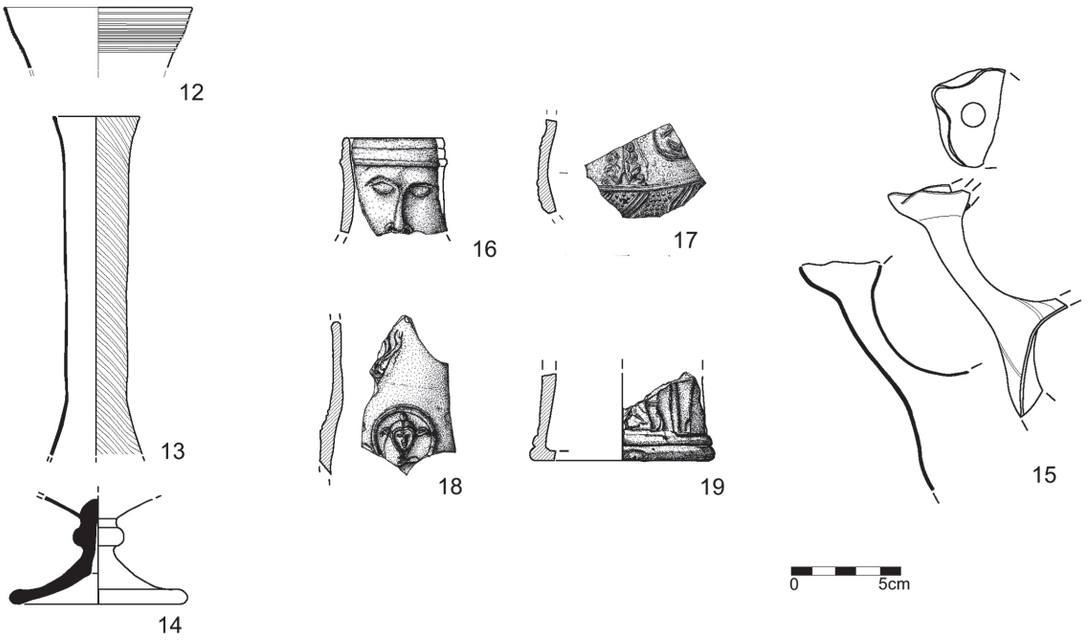
Do padrão do exemplar patente na fig. 8, n.º 10, existem paralelos em Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 191, fig. 40; p. 192, fig. 41), Granada (Carta, 2008, Lám. XLVIII, a, b) e Sevilha (Muños e Cambra, 1999, p. 165, fig. 15), em que o que muda é a ordem das cores aplicadas.

O prato da fig. 8, n.º 11, tem paralelo em Granada (Carta, 2008, Lám.XXXII, b, c e XXXVII, a).

De Deruta, já foram identificados dois fragmentos que se podem integrar nos modelos decorativos da primeira metade do século XVI.
Foi reconhecido um fragmento de bordo de um prato de grande diâmetro, com duas bandas com motivos vegetalistas e o reverso preenchido a dourado. É semelhante a um exemplar presente em Lyon (Fiocco, Gherardi e Sfeir-Fahkari, 2001, p.126), datado da primeira metade do século XVI, e em Florença (Benini, 1989, p. 42), datado de 1520. Um outro fragmento contém o motivo de *escamas*, também denominado de *occhio di penna di pavone* (Carta, 2008, p. 147), semelhante ao que surge nos exemplares acima referidos.
As oficinas de Faenza e Veneza apresentam semelhanças em alguns estilos, tornando difícil a identificação de alguns fragmentos. Isto deve-se à presença, em Veneza, de artífices provenientes de Faenza que, no século XVI, levaram o *Stile Bello* (Liverani, 1960, p. 40), composto por elementos monocromáticos azuis com pinceladas brancas sobre um fundo azul ou azul-acinzentado – o esmalte *berretino* – inspirado na porcelana chinesa (Carta, 2008, p. 95).
Foi detectado um fragmento que apresenta parte de um elemento vegetalista neste estilo decorativo mas a dimensão reduzida não permite propor com rigor uma origem, embora se encontrem paralelos faentinos contendo elementos semelhantes (Fiocco, Gherardi e Sfeir-Fahkari, 2001, p. 32 a 37; Watson, 1986, p. 48-49) com uma cronologia que varia entre 1524 a 1540.
As majólicas provenientes da Ligúria, que inclui os centros de Génova e Savona, apresentam linhas geométricas e vegetalistas em azul sobre esmalte azul pálido ou azul mais vivo, feitos com pincel fino e grande cuidado. A presença de uma grande comunidade genovesa em Sevilha, no século XVI, fez com que surgisse uma produção local de peças, esteticamente, semelhantes aos modelos ligures. Este aspecto torna, muitas vezes, difícil a atribuição de uma origem aos fragmentos recuperados arqueologicamente.
No Largo foi recuperado um grande conjunto de fragmentos com estas características decorativas, ainda sem quantidade definida. Apenas uma análise detalhada de todos os exemplares irá determinar qual das duas oficinas é mais representativa, o que será interessante para compreender os contactos de Lisboa com estes dois pontos, sendo lógico assumir que a presença sevilhana será mais significativa pela proximidade geográfica e relações comerciais.
O dinamismo comercial entre Lisboa e a Itália ao longo do século XVI encontra-se bem representado neste conjunto. O desejo do luxo e da ostentação de riqueza originou a aquisição de peças decorativas esmaltadas da Península Italiana. Podemos desde já reiterar a maior presença de peças com decoração mais simples, como é o caso das produções de Montelupo e da Ligúria, ainda que de grande qualidade mais acessíveis, face às formas com decorações mais elaboradas de Deruta e Faenza ou Veneza.

4.2.2 Stoneware Germânico

O *stoneware* foi pela primeira vez desenvolvido na zona do Reno no final do século XIII, com a técnica do vidrado de sal a ser introduzida mais tarde, sendo as formas lisas dos séculos XIV e XV largamente difundidas nos Países Baixos, nas províncias de Flandres, Holanda e Brabante, com centros de produção em Nijmegen, Dordrecht e Bruges (Gaimster, 1997). Julgado de origem flamenga e holandesa até ao século XIX, só a partir de 1878 é que se passou a admitir, também, a sua origem em Siegburg, a sudoeste de Colónia (Klinge, 1996). Rica e elaboradamente decorado com relevos aplicados em Colónia e Frechen, Siegburg, Raeren e no Westerwald, a partir dos séculos XVI e XVII cada cidade e distrito tinha o seu estilo próprio, que as individualizava nem que fosse pelo tipo de material e acabamentos utilizados, apesar de poderem ser apontados vários casos de influências recíprocas. Entre o século XVI e finais do século XVII, ao longo do rio Reno, foram produzidas canecas e jarros, designados como "*Belarminos*", caracterizados pela representação de faces em relevo e fabricados com a técnica do vidrado de sal.
A diversidade de contextos arqueológicos no qual o *stoneware* germânico é encontrado, de palácios reais, castelos e mosteiros às casas de mercadores e cabanas de camponeses, enfatiza a sua importância como uma fonte histórica através do espectro social (Gaimster, 1997).
Dos 86 fragmentos que compõem a amostragem, 60 são fragmentos de paredes, 13 de fundos, 9 de bordos e 4 de asas, correspondendo os fragmentos onde a decoração está ausente a 67% do total. Entre aqueles que preservam decorações aplicadas contam-se 3 com "faces de Belarmino", 3 com vestígios de barba, 4 com folhas, 5 com bolotas, 1 com uma folha e um pássaro, 3 com frisos com festões, 1 com medalhão com figura antropomórfica, 1 fundo com digitação e 7 com decoração aplicada indefinida.
O conjunto apresenta uma heterogeneidade em termos de pastas e de tratamento de superfície que denuncia, com probabilidade, distintos centros produtores: uns têm a superfície com aglutinação de vidrado de sal, outros apenas com engobe e os restantes com engobe com um grau de vitrificação baixo. Através da análise da coloração das pastas e dos vidrados e seu cruzamento com os motivos das decorações aplicadas, mais representativos de cada centro produtor, é possível definir: para o fragmento n.º 18 (fig. 9), que apresenta um "medalhão" de "bobo", uma origem, altamente provável, em Sieburg e



9. Vidros de produção italiana (n. os 12 a 15); Stoneware germânico (n. os 16 a 19).

cronologia de c. 1574-1577; para o fragmento n.º 17 (fig. 9), com um "festão" e vestígio de um "medalhão" com busto masculino, uma procedência de Colónia com uma cronologia que se estende por todo o século XVI; para o fundo n.º 19 (fig. 9), que apresenta a forma típica da caneca alta do tipo *Jacobakanne*, apropriada à ingestão de cerveja, uma proveniência segura de Sieburg e cronologia de c. 1560; finalmente, para o bordo n.º 16 (fig. 9), com a representação de parte da "*face de Belarmino*", uma produção de Colónia/Frenchen, de inícios do século XVI.

4.2.3 Vidro europeu

Senhora da produção de vidro após o declínio do Islão, dominando o mercado europeu renascentista até finais do século XVII – com o aparecimento do *flint glass* ou *lead glass* inglês – a tecnologia veneziana dos vidros muranos, herdada da estética oriental, bizantina e islâmica, distingue-se da congénere da Europa central e setentrional quer pela moldura ção dos perfis em curvas e contracurvas, dos bocais em forma de funil e dos bicos triangulares/trilobados, das asas profusamente trabalhadas à pinça ou pregueadas, quer pela variedade da cor do vidro e do recurso a modalidades decorativas requintadas (Ferreira, 2004).

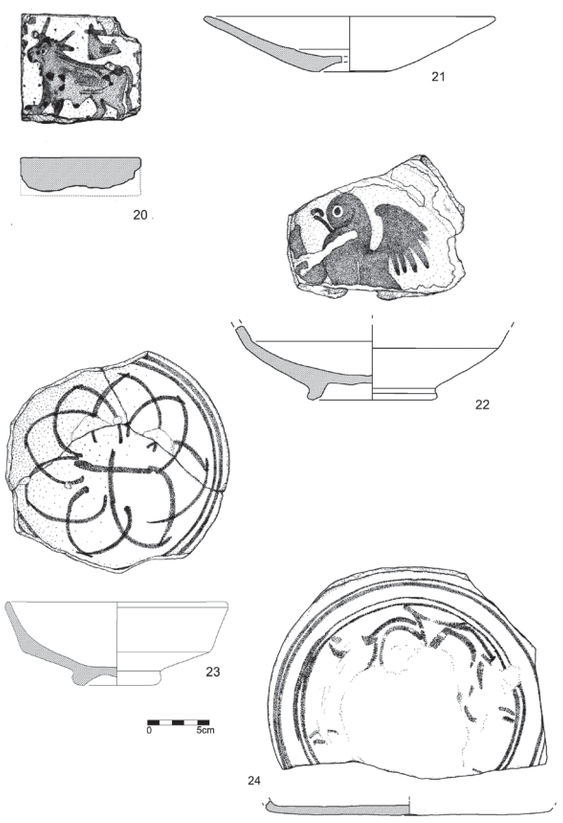
No espólio vítreo, muito fragmentado e pouco representado em comparação com as produções cerâmicas, predomina o vidro de origem italiana, sobretudo o incolor ou transparente tingido a verde com decoração canelada por sopragem em molde, em menor número o *cristallo* que ostenta a «decoração branca» – quer com recurso à técnica do *latticinio*, quer do vidro filigranado – , o vidro *millefiori* e a presença de vidro opaco vermelho lacre, ou *sang-de-boeuf red* com fio branco aplicado, neste caso um fabrico germânico, origem escassamente representada.

As formas mais representadas são os contentores destinados a servir líquidos à mesa, designadamente, as garrafas aqui ilustradas por três indivíduos, sendo o primeiro constituído por bocal e arranque de pança em vidro opaco branco, decorado com caneluras horizontais a demarcar o bocal do ombro (fig. 9, n.º 12), o segundo constituído por bocal, colo alto e estreito e arranque de pança periforme, fabricado em vidro transparente tingido a verde (fig. 9, n.º 13) e o terceiro constituído por um bocal com bico triangular/trilobado, com colo estreito e inclinado e arranque de pança de forma ovóide, em vidro incolor (Estampa 3, n.º 15). De uso individual, assinala-se a presença de uma base discóide de taça com pé curto e botão de ligação à copa, eventualmente pouco funda e de parede esvazada, em vidro transparente tingido de verde (fig. 9, n.º 14).

4.3 Produções Espanholas

4.3.1 Cerâmica de mesa

Bem representadas no conjunto, denotando intensos contactos comerciais com as principais oficinas de cerâmica meridionais peninsulares, evidenciam-se as produções andaluzas, sobretudo representadas pelas taças carenadas, com pé em anel, e pelos pratos com decoração a motivos fitóides em azul cobalto sobre superfície esmaltada a branco, fabricadas em Sevilha entre os séculos XV e XVI (fig. 10, n.os 23 e 24).



10. Azulejo de Valência (n.º 20); Prato esmaltado de produção espanhola (n.º 21); Taça de produção *Santo Domingo blue on white* (n.º 22); Escudela esmaltada de produção sevilhana (n.º 23); Alguidar (?) de produção sevilhana (n.º 24).

Destaca-se o prato esmaltado a branco com o fundo decorado por quatro grandes bolbos, em forma de trevo, contornados por traços finos com recurso à cor dourada de tom avermelhado, conseguida pela utilização excessiva de óxido de cobre e pouca quantidade de sulfureto de prata, que assinala a presença discreta das produções valencianas que recorrem à técnica decorativa do «lustro dourado» ou «reflexos metálicos», preenchendo extensivamente as peças com decoração floral, geométrica e/ou epigráfica, fabricadas pelas oficinas de Paterna e Manizes. Estas peças, produzidas a partir da segunda metade do século XV, antecedem o período de declínio da produção nos meados do século XVI, preteridas pelas majólicas italianas e holandesas e pelo *stoneware* germânico, alterações de gosto que resultam da expansão dos ideais renascentistas (Gomes e Gomes 1991, 1996a).

De referir, ainda, as produções sevilhanas de tipo «*Santo Domingo blue on white*», aqui ilustradas pelo fragmento de fundo e parede de uma taça carenada com pé anelar, apresentando a superfície interior decorada com o tema central da ave, "*o pardalot*" (fig. 10, n.º 22), típico das produções catalãs e valencianas da segunda metade século XVI e primeiro quartel do século XVII. Estas peças, que parecem derivar das escudelas tardias esmaltadas de cor branca, apresentam uma evolução formal que consiste no progressivo desaparecimento da carena e crescimento/individualização do pé anelar (Idem, 1996b).

4.3.2 Azulejo e lambrilhas

Os fragmentos dos azulejos recolhidos são, na sua maioria, os denominados «*hispano mouriscos*», de corda seca e de aresta, produzidos em Sevilha durante o século XV e XVI, não sendo de excluir a possibilidade que alguns terem sido produzidos nos arredores de Lisboa, caso dos fornos da Quinta de Santo António da Charneca, no Barreiro (Barros, Cardoso e Gonzalez 2003, p. 295).

Dos 25 fragmentos analisados documentam-se três tipos distintos: 3 de corda seca com decoração geométrica de estrelas e laçarias de inspiração mudéjar, datáveis da segunda metade do século XV/princípios do século XVI, com paralelos no Palácio Nacional de Sintra, Museu do Azulejo e Igreja de Santa Maria em Abrantes; 21 de aresta, com decoração geométrica e vegetalista, de influência medieval e em alguns casos já renascentista, datáveis da primeira metade do século XVI, com paralelos na Sé Velha de Coimbra, Palácio Nacional de Sintra e Convento da Conceição em Beja; 1 fragmento de aresta, com vidrado monocromático verde e decoração relevada geométrica de inspiração mudéjar, da primeira metade do século XVI, com paralelo no Palácio Nacional de Sintra e Convento de Santa Clara no Funchal.

Para além dos exemplares referidos, acrescentam-se duas lambrilhas de produção valenciana (Manizes) do século XV, cuja técnica consiste na aplicação de um engobe branco que é coberto por vidrado estanífero para reforçar a opacidade, com decoração realizada a azul-cobalto. Num deles (fig. 10, n.º 20), observa-se a representação de um boi e de um arado, em outro, incompleto, uma decoração vegetalista com moldura geométrica. Este tipo de peças era utilizado nos pavimentos, intercaladas com tijoleira. Em Portugal temos os exemplos, *in situ*, do Paço dos Duques de Beja, do Palácio Nacional de Sintra e do Museu do Azulejo.

De referir, ainda, a surpreendente inexistência de outro tipo de produção azulejar quinhentista nestes contextos, como enxaquetados ou majólica.

4.4 Produções Portuguesas

4.4.1 Cerâmica "moldada" e pedrada

O contributo da intervenção do Largo do Chafariz de Dentro para o conhecimento das produções "finas" em epígrafe, elaboradas em barro vermelho no território

português possivelmente desde finais do século XV, segundo Olinda Sardinha (1999, p. 191), limita-se à comprovação da sua circulação na capital durante o final do século XVI, dado os exemplares se apresentarem geralmente bastante fragmentários, impedindo-nos assim de enriquecer o conhecimento sobre o panorama das morfologias.

A excepção corresponde a um potinho que ilustra as técnicas decorativas em voga na cerâmica denominada "moldada" quinhentista lisboeta (fig. 11, n.º 28), depressões simples que ornam a copa do vaso. Ilustra-se um outro exemplar de colo alto e bordo saliente horizontal, em cuja face exterior do lábio foram aplicados botões plásticos depois impregnados de mica, técnica bem atestada noutras latitudes setentrionais, como o Prado (Guimarães). Registe-se neste grupo a ausência das formas bem conhecidas e vulgarizadas nos contextos seiscentistas, bastante mais "barrocas", o que necessariamente se reveste de significado cronológico para a composição dos contextos e para a datação dos vasos mais sofisticadamente ornados.

Carácter distinto assume um fragmento de cerâmica pedrada com decoração fitomórfica incisa no fundo interno de um vaso em barro vermelho local/regional, que vem corroborar as datações atribuídas por Lapa Carneiro (Carneiro, 1989) a este tipo de fabricos, por enquanto não atestado em contextos arqueológicos com segurança anteriores ao segundo quartel do século XVI. Esta informação deverá ser colocada em paralelo com uma tampa-miniatura em barro vermelho, ostentando decoração incisa fitomórfica islâmica oriunda do Alhambra (Granada), datada dos séculos XV-XVI (Flores Escoboza, 2007, 202, n.º 98), denunciadora de uma possível influência ou até origem mudéjar, e a atestação de dois exemplares pedrados e incisos elaborados nos fornos da Mata da Machada (Barreiro), publicados pela investigadora portuguesa que mais se tem dedicado à matéria, Olinda Sardinha, datáveis dos finais do século XV-meados do século XVI (Sardinha, 1999, p. 188-189).

4.4.2 "Cerâmica comum vidrada"

O conjunto de cerâmica vidrada, sobretudo utilizando o verde plumbífero, apresenta-se nos contextos em análise representado por uma panóplia de formas muito limitada, correspondendo na maioria dos casos a fabricos elaborados localmente, atribuição feita com base nas características macroscópicas observáveis nas pastas.

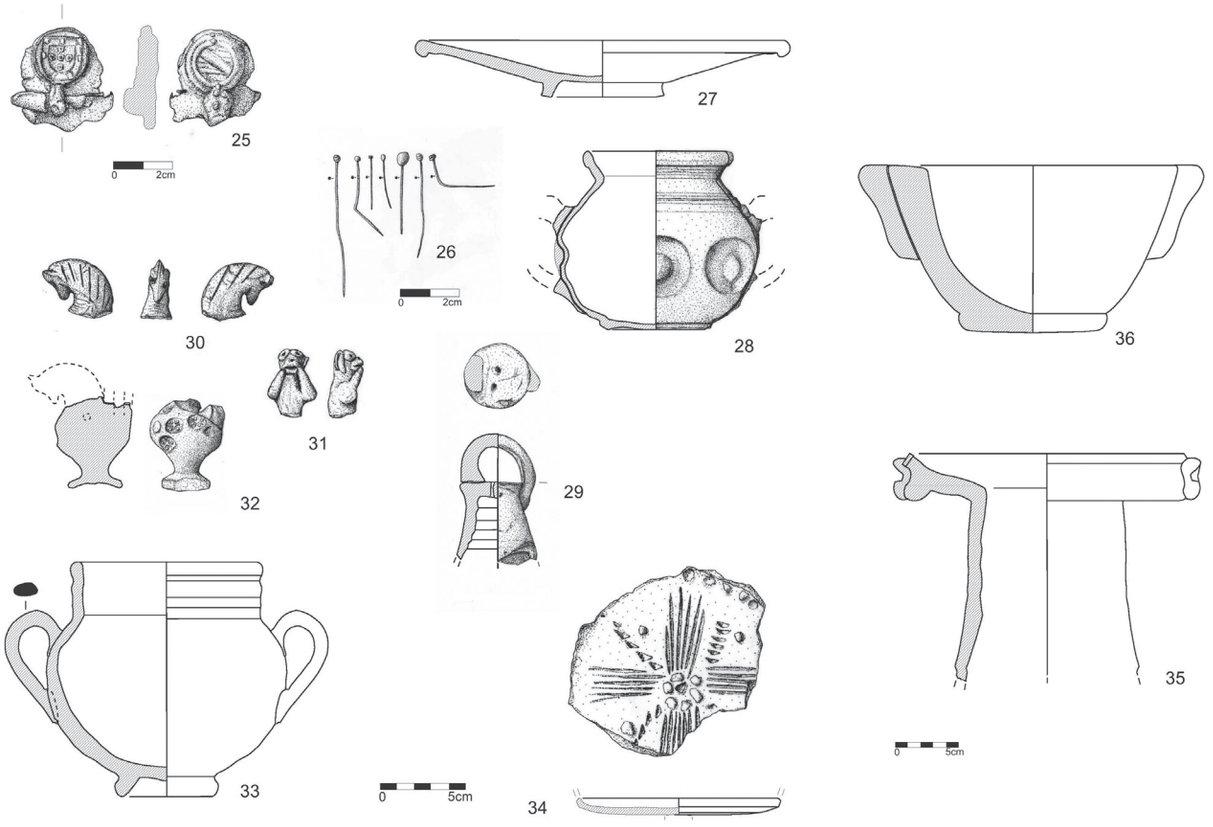
Destaca-se como morfologia predominante neste grupo o multifuncional alguidar dotado de revestimento exterior de coloração verde, de tonalidades maioritariamente escuras, lábio pendente e extrovertido, fino ressalto interior abaixo do bordo, frequentemente com traços de corda de fibra impressos na parte superior do lábio. Os fundos planos, com vestígios da aderência de areias, denunciam a secagem dos recipientes no espaço produtivo.

As pastas são calcárias e apresentam-se de tonalidades amareladas ou vermelhas, por vezes com cambiantes rosadas, depuradas, de textura foleácea tendencial, duras ou de dureza mediana, com inclusões quartzíticas, micas, cerâmica moída e nódulos de óxido de ferro vermelho escuro-acastanhado, ostentando pequenas fendas e alvéolos e, raramente, cavernas. Estas características aproximam-nas das observáveis noutras formas cerâmicas rejeitadas recolhidas em contexto de desperdício da actividade oleira como o documentado na intervenção arqueológica das Tercenas do Marquês (Santos, Lisboa), situável já no século XVII[3], como na azulejaria de fabrico lisboeta dos séculos XVII e XVIII, pelo que uma elaboração nas olarias da parte oriental de Lisboa (Mangucci, 1996) se afigura como bastante provável. Ainda assim, a ausência de análises arqueométricas aconselha prudência na atribuição de origem genérica aos alguidares com estas características, podendo uma parte deles resultar de importações da parte meridional espanhola, das áreas de Sevilha, Málaga, Valência e Almeria, por exemplo.

As tigelas de copa hemisférica e bordo ligeiramente espessado, como também os potinhos de colo desenvolvido com múltiplos ressaltos, corpo globular alongado e asas de fita paralelas ao bordo (fig. 11, n.º 33), ambas de pé de anel e revestidas a vidrado verde no exterior e tendencialmente melado no lado interno, espesso, ocorrem em quantidades mais reduzidas neste registo de finais do século XVI/primeiras duas décadas do XVII. Dadas as suas características técnicas, ambas as formas poderão ter sido utilizadas em conjunto ou para fins similares, sendo possivelmente relacionáveis com produtos alimentares que exigiam elevado isolamento do recipiente, talvez mel, marmelada, compotas, geleias e doces. Parece aliás poder entrever-se esta utilização na iconografia, nomeadamente nas "naturezas mortas" seiscentistas, onde este tipo de potes surge fechado por tecido (linho?) depois alvo de amarração, justificando desta forma a modelação do colo e a forma de aplicação das duas asas.

As pastas de coloração avermelhada, textura foleácea, duras, com e.n.p. sobretudo quartzosos e micáceos, apresentando-se a fractura irregular, apontam igualmente para uma origem local e regional de Lisboa, entendimento reforçado pela sua atestação fora da cidade em contextos da Época Moderna coevos de Almada (Sabrosa, 1992; Sabrosa e Santos, 1992) Sesimbra (Carvalho

3. Intervenção de 2009 da responsabilidade de um dos autores (R.B.S.), em curso de publicação com Maria Luna Watkins.



11. Selo em chumbo da Alfândega (n.º 25); Alfinetes (n.º 26); Prato-tampa em cerâmica comum (n.º 27); Pote em cerâmica comum fina (n.º 28); Badalo ou sino em cerâmica comum (n.º 29); Cabeças de animais em vidrado verde (n. os 30 e 31); Corpo de apito em vidrado verde (n.º 32); Pote de mel em vidrado verde (n.º 33); Cerâmica pedrada (n.os 34 e 35); Almofariz (n.º 36).

e Fernandes, 1992) e Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999). O achado de escassos recipientes cilíndricos de bordo saliente horizontal, fundo plano e asas de fita, vidrados, corresponde a raros exemplares de bacios/vasos de noite/bispotes. Trata-se, certamente, de uma formulação mais requintada de formas correntes, presentes em fabrico de barro vermelho, cuja origem deverá ser entendida como incerta. De facto, o revestimento estanífero esbranquiçado que recobre as paredes externas, e o vidrado plumbífero verde dos cordões plásticos sinusóidais, aplicados também no exterior, relacionam directamente estes objectos, como referimos escassamente representados nos contextos, com produções meridionais hispânicas, sendo uma técnica ornamental da cerâmica bastante aplicada em produções oleiras específicas mudéjares de Granada (Marinetto Sánchez, 1998).

4.4.3 Brinquedos e apitos

Um conjunto de elementos correspondentes a bonecos e apitos foi recolhido nos contextos que vimos abordando do Largo do Chafariz de Dentro. Um primeiro grupo de objectos fragmentários corresponde a representações coroplásticas de equídeos, estando também atestados um cão e um antropomorfo, elaborados em barro vermelho com revestimento plumbífero a verde (fig. 11, n.os 30 e 31).

A ocorrência encontra paralelo nos exemplares recolhidos no antigo Palácio dos Condes da Guarda e no Beco dos Inválidos, em Cascais, onde se documentaram também um equídeo, um antropomorfo, um cão e um "*corpo de animal*", que os autores classificaram como "*bonecos*" (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 196 e 212). No segundo dos locais o achado verificou-se em associação com numismas de baixo valor de D.João III e D.Sebastião, o que conduziu os investigadores a uma proposta de cronologia situada no 2.º e 3.º quartel do século XVI (Idem, p. 195). A política monetária da dinastia filipina, em que se cunhou quase exclusivamente ouro e prata, levou a que este tipo de moedas de baixo valor, então abundantes, conhecesse uma circulação muito ampla no tempo, perdurando até ao reinado de D.João IV. Assim, qualquer datação contextual arqueológica aferida a partir de elementos numismáticos

do período situado entre o último terço do século XVI e os meados do século XVII deverá admitir balizas cronológicas mais alargadas ou fundar-se noutros pressupostos. Nesse sentido, a intervenção de Alfama veio contribuir para uma melhor fixação da datação deste tipo de elementos.

Noutro sentido, um outro exemplar colectado no Largo do Chafariz de Dentro apresenta uma base em bolacha, um pé espesso encimado por um corpo vasado internamente, apresentado uma perfuração *prae cocturam* e terminando num arranque de colo tubular (fig. 11, n.º 32). Este corpo fragmentado detém paralelo exacto num outro da Ribeira (Santarém), recolhido de forma descontextualizada, quase completo e inédito[4], que culmina numa cabeça de equídeo em tudo similar às de Lisboa e Cascais. O corpo da peça ribatejana também ostenta sob o vidrado esverdeado a mesma decoração estampilhada, aplicada de forma repetidamente aleatória, como no caso lisboeta, e um orifício no corpo e o arranque de uma extremidade tubular, esclarecendo, portanto, que os objectos correspondem a apitos de água.

Os apitos de água, alguns dos quais de iconografia zoomórfica, surgem documentados arqueologicamente em contextos meridionais hispânicos desde a Época Almóada-Nasri, em Granada e Almeria, nalguns casos com morfologia, coroplastia e modelação aproximada (Flores Escoboza, 2007), e Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues haviam já mencionado ocarinas com a forma de cavalo marinho elaboradas em Alenquer nos meados do século XVI, aventando esta origem para a produção, embora sem citar a fonte da informação (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 196).

Um último objecto enquadrável neste âmbito foi identificado no local. Fragmentário, elaborado em barro vermelho regional, corresponde à parte superior da câmpanula de uma campainha de pequena dimensão, que ostenta duas perfurações no topo, elaboradas para a suspensão do badalo a partir de arame ou fibras, conservando o aro de suspensão (fig. 11, n.º 29). Em fabricos e morfologias variáveis estão assinalados em contextos urbanos datados dos séculos XVI e XVII de Almeria (Flores Escoboza, 2007, p. 208-9, n.os 116-120) e Málaga (Peral Bejarano, et al., 2007, p. 123).

Os objectos abrigados sob esta epígrafe correspondem, portanto, a uma manifestação musical de cariz popular, onde se atestam instrumentos aérografos e de percussão elaborados em barro, hábito amplamente difundido na parte meridional da Península Ibérica, desde a Época Islâmica, e que ali perdura até à actualidade (Espinar, 1996). O fenómeno abrange uma área vasta do território português, especialmente bem representado em Época Contemporânea nos centros de Estremoz, Caldas da Rainha e Barcelos, permanecendo a sua história por traçar, para a qual os referidos instrumentos lisboetas, cascalenses e escalabitano representam uma pequena achega.

4.4.4 Outros objectos

Como referimos antes, os fortes constrangimentos de espaço da presente publicação impedem-nos de tratar de forma desenvolvida a totalidade do rico espólio urbano recolhido no subsolo do Largo do Chafariz de Dentro, cuja vastidão requer um maior esforço de investigação do que o que nos foi possível desenvolver entre o fim da intervenção e a realização da presente reunião.

Ainda assim, não poderíamos encerrar o item presente sem fazer referência à presença maioritária das produções oleiras lisboetas mais comuns em contextos deste período, constituídas pelas cerâmicas de uso eminentemente quotidiano elaboradas em barro vermelho (fogareiros, assadores, panelas, tachos de pega lateral triangular, frigideiras com o mesmo tipo de preensão, potes, cântaros, bilhas, alguidares, pratos-tampa, testos, bacios/bispotes e talhas) e às tão difundidas escudelas e malgas recobertas de vidrado estanífero branco, de difusão associada à expansão ibérica dos séculos XV-XVI (Gomes e Gomes, 1991, 1996).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Completam o "universo objectual", recolhido no local, os artefactos metálicos. Um selo alfandegário em chumbo, com vestígios do tecido a que esteve aposto, poderá ser datado dos reinados de D.João III a D.Filipe I, dada a forma de representação do escudo real português, e atesta a actividade portuária e alfandegária da zona (fig. 11, n.º 25).

Cerca de 700 alfinetes de cabeça enrolada e comprimento variável, confeccionados sobretudo em liga de cobre, onde se assinala um número elevado que recebeu banho de ouro e prata, e em menor quantidade em metais nobres (fig. 11, n.º 26), constituem um dos achados mais singulares, sem paralelo na Arqueologia Moderna lisboeta. Sendo difícil para já justificar esta presença, conectada talvez com o seu fabrico próximo e/ou com usos quotidianos na indumentária e adorno pessoal da época, o que transparece desta expressividade quantitativa é o significado histórico, comprovativo da riqueza da cidade no período compreendido entre meados do século XVI e os primeiros anos do século XVII.

Reforça este entendimento o restante do conjunto objectual composto pelas produções cerâmicas e vítreas, onde as origens documentadas remetem para um comércio à escala global, deixando perceber arqueologicamente a riqueza da capital imperial.

4. Propriedade do Sr. Dr.Luís Pedro Rufino, de Santarém, a quem aqui se agradece a autorização para a divulgação do objecto.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, J. S. V. (1851) – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do termo.* Lisboa: Imprensa Silviana, p. 112-115.

BARROS, L.; CARDOSO, G. e GONZALEZ, A. (2003) – Primeira notícia do forno da Quinta de S. António da Charneca – Barreiro. *Actas das 3as jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval – métodos e resultados para os seus estudos.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 295-307.

BENINI, M. (1989) – *Cerâmica do Renascimento.* Lisboa: Editorial Presença.

BRANDÃO, J. (1990) – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522. Lisboa:* Livros Horizonte, p. 103-105.

CALADO, M. e FERREIRA, V. (1992) – *Lisboa – freguesia de Santo Estevão (Alfama).* Lisboa: Contexto Editora, p. 27-40.

CARDOSO, G. e SEVERINO, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 193-212.

CARNEIRO, E. L. (1989) – *Empedrado: técnica de decoração cerâmica*. Barcelos: Museu de Olaria.

CARTA, R. (2008) – *Difusión e Influencia de la Producción de la Cerámica Italiana entre la Baja Edad Media Y la Primera Edad Moderna, El caso de Granada,* Tesis Doctoral apresentada en la Facultad de Filosofia Y Letras, Universidad de Granada.

CARVALHO, A.R. e FERNANDES, I.C. (1992) – Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos séculos XV e XVI, provenientes do Castelo de Sesimbra. Sesimbra: *Sesimbra Cultural*, p. 15-21.

CASTELO-BRANCO, F. (1990) – *Lisboa Seiscentista.* Lisboa: Livros Horizonte, p. 97-104.

CASTILHO, J. (1948) – *A Ribeira de Lisboa*. Volume I, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 210-217.

CHAFFERS, W. (1965) – *Marks & Monograms on European and Oriental Pottery and Porcelain*. Londres: William Reeves.

CONESA, J. C. (2005) – As raízes valencianas dos revestimentos cerâmicos em Portugal. In *Cores para a arquitectura azulejaria valenciana século XIII ao século XX*. Lisboa: Museu Nacional Azulejo, IPM, p. 17-76. Catálogo.

DAVID, M. (1966) – *Cerâmicas e Porcelanas Chinesas.* Milão: Martins Fontes.

ESPINAR. M. (1996) – Instrumentos de barro: silbatos zoomorfos, antropomorfos y otros vestígios musicales. In *Musica oral del Sur*. Granada. p. 63-84.

FERREIRA, M. A. (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Volume 7, número 2, p. 541-583.

FIOCCO, C.; GHERARDI, G. e SFEIR-FAKHARI, G. (2001) – *Majoliques Italiennes du Musée des arts décoratifs de Lyon, Collection Gillet.* Dijon: Editions Faton.

FLORES ESCOBOZA, I. (dir.) (2007) – *Del rito al juego, Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad*. Almeria: Junta de Andalucía. Catálogo.

GODDIO, F.; CRICK, M.; LAM, P.; PIERSON, S. e SCOTT, R. (2002) – *Lost at Sea: The strange route of the Lena Shoal Junk.* Londres: Periplus.

GOIS, D. (1988) – *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 49.

GOMES, R. e M.V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV,XV e XVI do Poço –Cisterna de Silves. In *Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 457-490.

GOMES, R. e M. V. (1996a) – Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas dos Séculos XIV a XVI do Poço Cisterna de Silves, in *Xelb,* Silves, 3, p. 143-205.

GOMES, R. e M. V. (1996b) – Faianças do tipo «*Santo Domingo Blue on White*», do Funchal e de Silves in *Xelb*, Silves, 3, p. 269-284.

HOLANDA, F. de (1984) – *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 24.

IMPEY, O.R. (1992) – *Cerâmica do Extremo Oriente. Casa-Museu Guerra Junqueiro.* Porto: Edições Câmara Municipal do Porto. Catálogo.

LIVERANI, G. (1960) – *Five Centuries of Italian Majolic.* Milão: McGraw-Hill Book Company, Inc.

LOPES, F. (1986) – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes regnos*. Porto: Livraria Civilização, p. 201-204.

MANGUCCI, C. (1996) – Olarias e louça e azulejo da freguesia de Santos-O-Velho, dos meados do século XVI aos meados do século XVIII. *Almadan*. Almada. Série 2, 5, p. 155-168.

MARINETTO SÁNCHEZ, P. (1998) – Juguetes de época nazari. La vajilla en miniatura, In *Vida Cotidiana en la España Medieval, Actas del VI Curso de Cultura Medieval (1994).* Aguilar de Campo. p. 157-188.

MARLEY-FLETCHER, H. (1984) – *Techniques of the World's Great Masters of Pottery and Ceramics,* Oxford: Phaidon. Christie's.

MATOS, M.A.P. (1996) – *A Casa das Porcelanas: cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: IPM. Catálogo.

MEDLEY, M. (1999) – *The Chinese Potter.* Londres: Phaidon.

MUÑOS, P. e CAMBRA, R. (1999) – La Cerámica Moderna en el Convento del Cármen (Sevilla). *Arqueologia Medieval 6.* Porto: Edições Afrontamento.

OLIVEIRA, E. F. (1882) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo I-XVII, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PERAL BEJARANO, C.; LÓPEZ CHAMIZO, S. e GONZÁLEZ FLORES, J. (2007) – Aproximación al juguete en su contexto arqueológico en Málaga In FLORES ESCOBOZA, dir. – *Del rito al juego, Juguetes y silbatos de cerámica desde el Islam hasta la actualidad*. Almeria: Junta de Andalúcia, p. 111-130. Catálogo.

POSSELLE, L. (1999) – *Topkapi à Versailles – Trésors de la Cour Ottomane.* Paris.

SABROSA, A. (1992) – Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *Almadan*. Almada. Série 2,1, p. 38-44.

SABROSA, A. e SANTO, P. E. (1992) – Almada Medieval/ Moderna: um projecto de investigação. *Almadan*. Almada. Série 2,1, p. 5-12.

SARDINHA, O. (1999) – Notícia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600). *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 183-192.

SILVA, V. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Volume II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 101-110.

SIMÕES, J. M. S. (1990) – *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI* – Introdução geral: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TAIT, H. (1979) – *The Golden Age of Venetian Glass*, British Museum, Londres.

TRINDADE, R. A. A. (2007) – *Revestimentos Cerâmicos Portugueses: meados do século XIV à primeira metade do século XVI*. Lisboa: Edições Colibri.

VAINKER, S. J. (1991) – *Chinese Pottery and Porcelain: From Prehistory to the Present.* Londres: British Museum Press.

WATSON, W. (1986) – *Italian Renaissance Maiolica from the William C. Clark Collection,* Londres.

OS NOVOS ESPAÇOS DA CIDADE MODERNA

UMA APROXIMAÇÃO À RIBEIRA DE LISBOA ATRAVÉS DE UMA INTERVENÇÃO NO LARGO DO TERREIRO DO TRIGO

CRISTINA GONZALEZ

RESUMO Durante o ano 2010 decorreu uma intervenção arqueológica que acompanhou a construção de um troço da nova rede de saneamento, que tem como fim conduzir os esgotos provenientes do centro de Lisboa em direcção à ETAR de Alcântara, obra promovida pela SIMTEJO. Este troço, compreendendo toda a extensão desde o Largo do Chafariz de Dentro até à Estação Fluvial no final da Avenida Infante Dom Henrique foi realizado em diversas fases, sendo a que aqui apresentamos a que esteve a cargo da empresa CRIVARQUE e acompanhou os trabalhos de obra desde a Rua do Terreiro do Trigo até à Rua do Cais de Santarém e início da Travessa de São João da Praça, na faixa mais ribeirinha de Alfama.
O Largo do Terreiro do Trigo foi praticamente todo intervencionado em profundidade, embora não de uma só vez mas sim ao sabor da evolução da própria obra, tendo-se efectuado a escavação arqueológica de duas áreas de dimensão muito significativa para uma compreensão do que foi aquele espaço entre o século XVI e os meados do século XVIII. Foram colocadas a descoberto estruturas que corresponderiam a um ou vários edifícios que aqui existiram pelo menos entre a segunda metade do século XVII e os meados do século XVIII, destruídos provavelmente pelo Terramoto de 1755 como indicam os níveis de aterro que os cobrem. As realidades anteriores revelam a existência de um pavimento público comum a toda a área desde o Largo do Terreiro do Trigo até à Rua do Cais de Santarém que constituía espaço de circulação e de fixação de algumas actividades que compunham o quadro diário da Ribeira de Lisboa como zona de grande dinâmica económica e social.
A diacronia no sítio é bem visível, sendo os depósitos mais antigos detectados largos níveis de aterros do século XVI que nessa altura resultaram na conquista de uma maior margem ao rio tendo em vista o aproveitamento da frente ribeirinha.

PALAVRAS-CHAVE **Ribeira de Lisboa, arqueologia urbana, espaço público, edifício civil**

Durante o ano de 2010 realizou-se uma intervenção arqueológica no bairro de Alfama, em Lisboa, que acompanhou a construção de um troço da nova rede de saneamento. Esta obra, promovida pela SIMTEJO[1], insere-se num projecto de grandes dimensões que tem como fim redireccionar os esgotos provenientes do centro da cidade, sistematicamente descarregados no Tejo, para a recente ETAR de Alcântara. Assim, nos últimos anos temos assistido a constantes acções de revolvimento no subsolo de Lisboa, nos arruamentos e praças mais próximos do rio[2], por onde passará o sistema de colectores.
Apesar da afectação e destruição efectiva de património arqueológico que estas grandes obras habitualmente provocam no centro histórico das nossas cidades, não deixam simultaneamente de nos oferecer a oportunidade de olharmos para o interior das mesmas e de descobrirmos novos dados acerca da sua evolução. Os resultados que aqui apresentamos de forma ainda muito preliminar, devido ao término relativamente recente dos trabalhos em campo e ao estado de execução em curso do seu relatório, são precisamente fruto de uma destas situações. A intervenção arqueológica a que nos reportamos, conduzida pela CRIVARQUE, permitiu através do acompanhamento da obra a identificação de realidades arqueológicas preservadas que justificaram a escavação em área, que noutro contexto não seria exequível.

1. UMA INTERVENÇÃO NO CENTRO DA CIDADE

1.1 Localização

Os trabalhos tiveram lugar em três freguesias do núcleo mais antigo da cidade de Lisboa (fig. 1): São Miguel, Santo Estêvão e Sé, as duas primeiras compondo o histórico bairro de Alfama, que se estende pela encosta Sul do castelo de São Jorge até ao rio Tejo. A área de afectação da obra situava-se precisamente na base desta colina e no limite do perímetro destas três freguesias, numa zona plana, bastante próxima da margem do rio. O espaço aliás, compreendido entre o local e o próprio rio sabe-se ter sido aterrado para obras de alargamento do porto de Lisboa, nomeadamente

1. Esta empreitada correspondeu à segunda fase de construção do "Sistema de Intercepção do Largo do Chafariz de Dentro à Estação Elevatória da Estação Fluvial". A primeira fase deste projecto envolvera já intervenções arqueológicas no Largo do Chafariz de Dentro (Nozes, Miranda e Silva, 2007).
2. Denote-se uma série de trabalhos de obra inseridos em projectos da SIMTEJO ao longo da Av. Infante Dom Henrique, Praça do Comércio, Ribeira das Naus, Cais do Sodré, Av. 24 de Julho, entre outros.

1. Localização da intervenção na cidade de Lisboa (CMP – Folha 431).

com a construção da Doca do Terreiro do Trigo, apenas nos últimos 150 anos (Ramos, 1990, p. 10). Podemos considerá-lo na sua História, portanto, como um espaço perfeitamente ribeirinho.

O acompanhamento arqueológico envolveu quase toda a extensão da Rua do Cais de Santarém, atravessando o Largo do Terreiro do Trigo e parte da Rua do Terreiro do Trigo até à porta principal do edifício da Alfândega, onde se pode ler a inscrição identificando o antigo Celeiro Público pós-terramoto de 1755. Incluiu ainda um pequeno troço inicial da Travessa de São João da Praça. Os resultados que apresentamos centrar-se-ão contudo apenas no Largo do Terreiro do Trigo (fig. 2), que foi praticamente todo intervencionado em profundidade, tendo-se efectuado para além do acompanhamento da abertura de valas a escavação arqueológica de duas áreas de dimensão muito significativa.

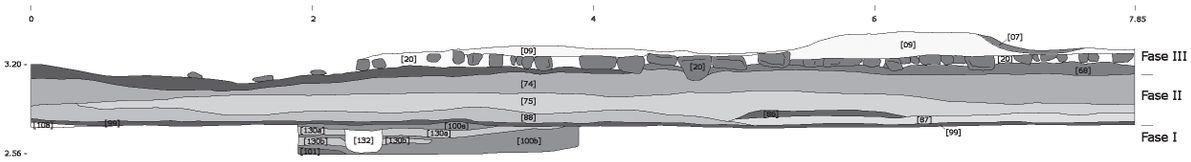
1.2 Antecedentes

Em 2008, já no âmbito deste projecto da SIMTEJO, foi realizado um plano de minimização de impactes sobre o património arquitectónico e arqueológico conhecido para a área em questão, na altura sob a responsabilidade da empresa ERA – Arqueologia (Manuela Dias Coelho, 2008). O plano previa a realização de sete sondagens com o objectivo de diagnosticar o seu potencial arqueológico, bem como o acompanhamento arqueológico de toda a restante área em fase de obra.

No mesmo ano, realizaram-se aquelas sondagens, igualmente a cargo da ERA – Arqueologia[3], que revelaram em várias zonas de futura afectação da obra a presença de vestígios de valor arqueológico assinalável. Na zona mais a Sul do Largo do Terreiro do Trigo, onde viria a ser construída uma estação elevatória implicando a afectação total do terreno até cerca de 7 m de profundidade, foi efectuada uma sondagem manual com aproximadamente 20 m². A escavação apenas foi praticável até 1,85 m de profundidade devido à presença constante do nível freático. Ainda assim, os resultados foram extremamente relevantes, tendo-se detectado a existência de muros em alvenaria sobrepondo-se a depósitos cronologicamente enquadráveis entre os séculos XVI e XVIII (Pinto e Ferreira, 2008). Desta forma, estava aberto o precedente para se considerar imprescindível a realização de uma escavação arqueológica na restante área de afectação da estação elevatória após o início dos trabalhos da obra, podendo ser removidos mecanicamente os níveis iniciais de aterros contemporâneos.

2. Localização da intervenção no Largo do Terreiro do Trigo (Fotografia aérea *GoogleEarth*).

3. Os trabalhos arqueológicos foram dirigidos por Marina Pinto e Ângela Ferreira.



3. Corte Norte da escavação arqueológica na EE-TT distinguindo-se as sucessivas fases de ocupação no Largo do Terreiro do Trigo.

1.3 Metodologia

A construção deste sistema de intercepção e recondução dos colectores de esgoto implicava a abertura de três áreas de considerável dimensão e sobretudo profundidade, para a construção de uma estação elevatória (EE-TT) e uma câmara de válvulas de maré (CVM-LTT) no Largo do Terreiro do Trigo e uma outra câmara (CVM-RTT) na Rua do Terreiro do Trigo. Além destas, contava-se também com a abertura de valas contínuas com cerca de 1 m de largura e profundidade variável entre 1,80 m a 5 m.

Procedeu-se ao acompanhamento arqueológico em toda as acções de escavação e à escavação arqueológica nas três áreas acima referidas, de maior afectação, a partir de níveis preservados. A escavação arqueológica na CVM-RTT forneceu um grande volume de espólio material, embora a área se encontrasse extremamente afectada por infra-estruturas recentes, apresentando poucas estruturas conservadas[4]. As escavações no Largo do Terreiro do Trigo na EE-TT e CVM-LTT, apesar de na segunda os níveis arqueológicos terem sofrido grandes alterações devido às infra-estruturas da água e saneamento, aliadas à abertura de valas sob acompanhamento, permitiram obter uma visão alargada sobre níveis de estruturas edificadas e pavimentos de cronologia moderna com continuidade entre as diferentes áreas. Esta compreensão geral sobre a forma como as realidades se articulavam no espaço foi, ainda assim, bastante dificultada pelos constrangimentos causados pelo decurso da própria obra, bem como pela presença constante do nível freático a pouca profundidade (entre 1,50 m e 1,80 m). As escavações no interior do Largo do Terreiro do Trigo decorreram em momentos muito diversos, estando-se portanto neste momento ainda a juntar todas as informações.

2. RESULTADOS

A cerca de 0,80 m de profundidade detectaram-se as primeiras estruturas em alvenaria, sob largos depósitos de derrube. Iniciou-se uma escavação arqueológica na localização da EE-TT, com cerca de 71 m², onde se incluía a área já intervencionada em 2008, e em seguida na CVM-LTT com cerca de 22 m². Detectou-se até ao momento uma sucessão de três fases de evolução e utilização do espaço (fig. 3).

2.1 Fase I – Século XVI

Os níveis de ocupação mais antigos detectados no Largo do Terreiro do Trigo caracterizavam-se pela sucessão de depósitos de forma bastante linear, intercalando-se entre sedimentos negros repletos de matéria orgânica e sedimentos arenosos esbranquiçados. Sobre eles abriam-se em vários momentos pequenas estruturas negativas de planta genericamente circular onde se deveriam sustentar pequenas estruturas em materiais perecíveis (fig. 4).

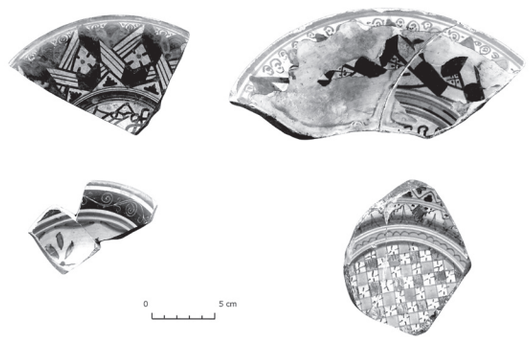
Depósitos deste género foram observados na base de todas as valas abertas em profundidade quer no Largo quer na Rua do Terreiro do Trigo, sugerindo movimentos de aterros a uma larga escala. Após a escavação arqueológica na EE-TT e numa fase posterior de acompanhamento no Largo do Terreiro do Trigo foi visível a persistência destes níveis de aterro repletos de material arqueológico do século XVI sobretudo entre os 2 m e os 5 m de profundidade, a partir dos quais se começavam a observar os substratos geológicos de areolas[5].

4. De referir os vestígios de um muro em alvenaria de consideráveis dimensões, assente em estacaria de madeira, aparentemente sob o actual edifício da Alfândega.

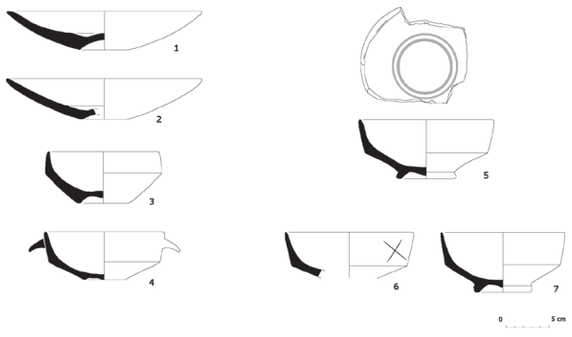
5. O nível freático constante a muito pouca profundidade, num Inverno particularmente chuvoso como o de 2010, inviabilizou a continuação da escavação arqueológica abaixo da cota absoluta de 2,56 m. Os níveis mais profundos apenas foram passíveis de ser observados em acompanhamento posterior, após a construção de uma estrutura em paredes de betão no perímetro da EE-TT que possibilitava a escavação mecânica no interior em mais 5 ou 6 m, sem condições de segurança contudo para os arqueólogos descerem ao terreno.

4. Pequenas estruturas negativas sobre os níveis de aterros do século XVI.

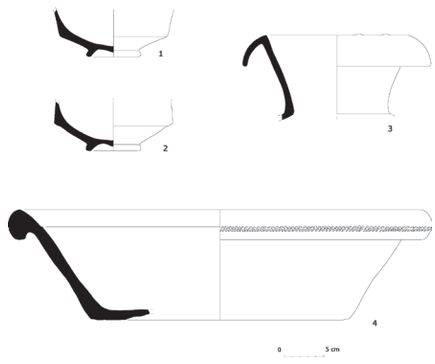
Denote-se a estrutura [1063] desta fase, na CVM-LTT, um caneiro de esgotos em blocos de pedra não afeiçoada e muito deteriorada ligada por argamassas à base de areias laranjas e esverdeadas semelhantes às que se observaram nos níveis geológicos, ainda activo por sinal e interceptado no decurso desta obra. O seu interior já havia sido intervencionado nos últimos anos, notando-se um lajeado em betão a servir de tampa e uma extensa vala que rasgou os níveis superiores a todo o comprimento da estrutura. No entanto, devido à largura total da estrutura superior a 4 m, preservaram-se ainda lateralmente alguns depósitos que a cobriram certamente logo após a sua construção. Estes assumiam as mesmas características dos aterros referidos acima.



5. Majólicas italianas provenientes de depósitos da fase I.



ESTAMPA I – Faianças do século XVI, fase I.



ESTAMPA II – Cerâmica vidrada do século XVI, fase I.

O espólio associado a esta fase é um conjunto significativo em volume e diversidade, enquadrando-se perfeitamente no século XVI.

Recolheram-se faianças em louça Malegueira, provavelmente importada de Sevilha, onde se destacam os pratos de fundo em ônfalo e as escudelas carenadas de pé anelar (Est. I, 1-2, 5-7). Trata-se de peças brancas sem decoração ou com simples bandas azuis. Não é de estranhar encontrar ainda neste período algumas importações de cerâmica valenciana, que teria atingido o seu apogeu nas duas centúrias anteriores, mas que por se considerarem peças de elevado prestígio continuam a existir no interior das casas abastadas como se verifica em contextos do século XIV ao XVI na Casa do Infante, no Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 127, fig. 3). Parece ser o caso de uma escudela com fundo côncavo e duas pequenas pegas laterais, apesar de apresentar uma forma mais carenada do que a tradicional hemisférica destas produções (Est. I, 4). As superfícies encontram-se muito degradadas, mas não escondem completamente o seu característico "brilho metálico".

Ainda nestas cerâmicas de importação é significativo o conjunto de majólicas italianas, peças de aparência mais delicada do que as faianças sevilhanas e as que se começam a produzir em Portugal de paredes espessas e esmalte mais grosseiro, que trazem para as mesas uma novidade estética ao nível da policromia, diferente do gosto mudéjar da cerâmica valenciana. Surgem geralmente em contextos urbanos por onde passem eixos comerciais marítimos, como Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 185, 187-188, 190-193), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 233, cat. 201-204) ou Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 134, fig. 7). As peças que chegam a Lisboa são maioritariamente produções de Montelupo, na Toscânia, sobretudo na forma de pratos e tigelas (fig. 5), com tipos decorativos que remetem para a primeira metade do século XVI (Carta, 2003, p. 39) e em menor percentagem da Ligúria, em esmalte *berettino,* atribuídas já à segunda metade do mesmo século (Carta, op. cit., p. 31)[6].

Refere-se a presença nos mesmos contextos de cerâmica com vidrados de chumbo, particularmente de tigelas carenadas de pé anelar vidradas a melado ou a verde com formas semelhantes às faianças sevilhanas já referidas mas de produção aparentemente portuguesa (Est. II, 1-2). Não só a cerâmica de mesa pode apresentar superfícies vidradas, mas também outras formas como é o caso de uma grande talha da qual apenas se

6. Em toda a intervenção e particularmente na Rua do Terreiro do Trigo, e que portanto não será aqui tratado, foram recolhidos fragmentos de majólicas italianas associados a este tipo de contextos do século XVI. Além de um importante conjunto de majólicas de Montelupo e da Ligúria, recolheram-se também alguns fragmentos de pratos e tigelas produzidos em Deruta, na região da Úmbria.

conservou o bocal ou de um alguidar com decoração impressa "a corda" sobre o bordo (Est. II, 3-4), com paralelos em exemplares de Silves do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, p. 162). A cerâmica de produção local de barros vermelhos dita comum encontra-se bem representada sob a forma de pequenos púcaros ou copos (fig. 6), alguns dos quais de paredes muito finas e superfícies engobadas, ou pequenos jarros com paralelo em peças de Évora atribuídas à primeira metade do século XVI (Teichner, 2003, p. 511, fig. 6, 1-2).

2.2 Fase II – Século XVII

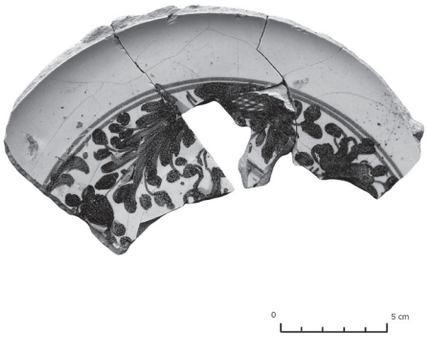
Sobre os profundos níveis de aterros do século XVI pôde-se observar uma fase de sucessão de pavimentos bastante compactos de argamassas de areia, cal e argila (fig. 7). Estendiam-se por uma vasta área no Largo do Terreiro do Trigo, cortados nalgumas zonas por estruturas posteriores[7], indiciando uma existência enquanto largo espaço público de circulação: um logradouro.

As várias camadas que se sobrepunham com as mesmas características, aliado a evidências de reparações localizadas, sugerem um período prolongado de utilização. No nível de pavimento argamassado mais antigo, [88], eram visíveis marcas de negativos de estacas de madeira, que no nível seguinte se encontravam já tapados, revelando o carácter esporádico deste tipo de construções.

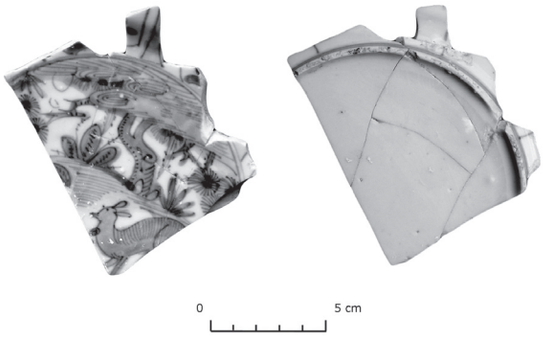
Parecem abranger uma cronologia dilatada no século XVII, baseando-nos numa primeira abordagem ao material recolhido. Destaque-se no nível [88] um prato de faiança portuguesa azul e branca decorada com motivos vegetalistas (fig. 8), com paralelos situados na primeira metade do século XVII nos Países Baixos (Bartels, 2003, p. 74-76), e parecendo simultaneamente achar inspiração na gramática decorativa das faianças sevilhanas da mesma altura (Somé Muñoz e Huarte Cambra, 1999, p. 161-162, fig. 4). Ainda no mesmo contexto, encontram-se alguns fragmentos de porcelana chinesa (fig. 9), entre os quais pertencentes ao designado grupo *Kraak-porcelain*, com exportação para os mercados europeus desde os finais do século XVI a meados do século XVII (Inês Pinto Coelho, 2008, p. 163). Refere-se nos níveis de pavimento mais recentes um vasto conjunto de pequenos fragmentos de faiança portuguesa atribuível maioritariamente à segunda metade do século XVII, com motivos em pêssegos, rendas, semi-círculos concêntricos e decoração de tipo *desenho-miúdo*.

6. Púcaros em barro vermelho do século XVI, fase I.

7. Pavimento do logradouro do século XVII.

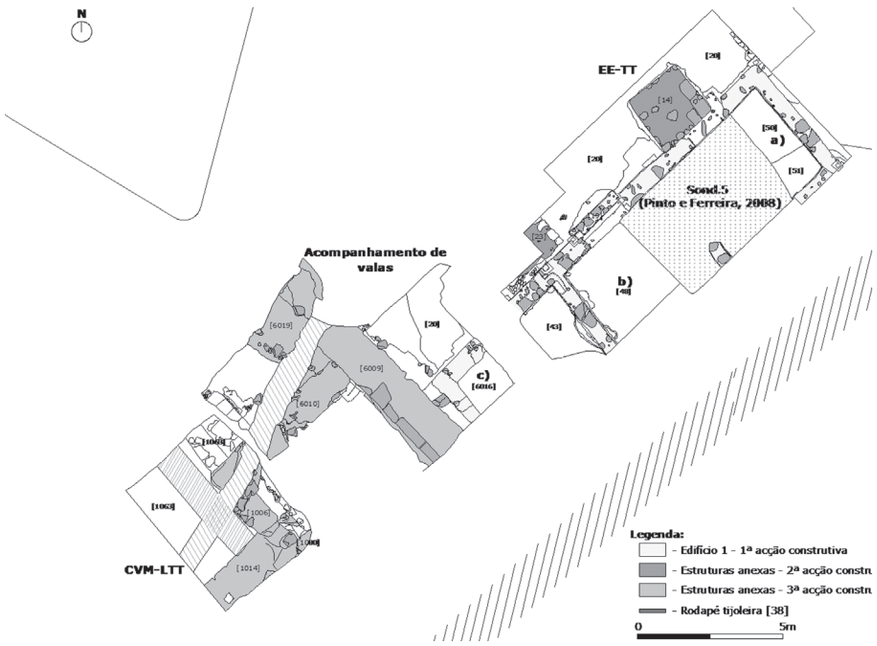


8. Prato de faiança portuguesa, fase II.



9. Prato de *Kraak-porcelain* com motivo decorativo de um gamo enquadrado por uma paisagem.

7. Na escavação efectuada na CVM-LTT e em parte do acompanhamento de valas não se detectaram por terem sido cortados pelos muros de grande dimensão da fase III A, terceiro momento construtivo, bem como por infra-estruturas urbanas contemporâneas (valas da EPAL particularmente). Este tipo de pavimento era contínuo em toda a área escavada na EE-TT e foi também observado em acompanhamento na Rua do Cais de Santarém.



10. Planta das estruturas detectadas em escavação e acompanhamento no Largo do Terreiro do Trigo. Fase III A.

2.3 Fase III A e B – Segunda metade do século XVII – 1755

Sobre os pavimentos que compunham o logradouro do século XVII, elevava-se um conjunto de muros de alvenaria de planta rectilínea que formava a base de um edifício cujo momento de construção e período de utilização se designou como fase III A (fig. 10).

Deste edifício era possível observar os seus limites a Norte, e o interior de três divisões — a), b) e c) — que se prolongavam para Sul, para fora da área de escavação, na direcção do edifício do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças[8]. No espaço exterior ao edifício estendia-se uma calçada, [20], em seixos de basalto bastante regular e bem conservada. (fig. 11).

Todas as paredes interiores se encontravam revestidas a estuque branco, sendo que o compartimento a) apresentava um rodapé em tijoleira (fig. 12), sugerindo um pavimento no mesmo material, e destacando-se das outras divisões. Os pisos do interior das divisões não se conservaram, mas apenas a base de um conglomerado de argamassa e argila que os sustentava.

Tanto o compartimento a) como o b) teriam uma entrada a Norte. No primeiro caso esta era visível através da própria configuração do rodapé, e no segundo pela existência de uma soleira em calcário. Ambas as entradas foram desactivadas num momento posterior de utilização do edifício: no compartimento a), uma construção maciça em alvenaria de planta quadrangular, [14], sobrepôs-se por completo à entrada, que se destacaria avançando para o exterior, não destruindo contudo o edifício mas encostando-se-lhe; a soleira da porta do compartimento b) foi selada com a construção de uma fina parede, [19]. O compartimento c) apenas foi delimitado na sua extensão para Oeste em acompanhamento de valas, não se percebendo se teria uma entrada ou não pela fachada Norte.

11. Base das paredes de alvenaria que compunham o edifício a Sul, vendo-se a calçada de basalto que lhe é contemporânea. Fase III A.

8. Este edifício aparece já representado nas plantas de Duarte Fava, levantada em 1807, e de Filipe Folque em 1858.

12. Rodapé em tijoleira no interior do compartimento a).

Assim, podemos desde logo compreender diferentes grandes acções construtivas num período continuado de utilização do espaço. A um primeiro momento associa-se a construção do edifício, cuja existência irá condicionar a implantação das estruturas posteriores. Num segundo momento, implantam-se duas grandes estruturas em alvenaria de planta quadrangular a Norte do edifício principal, [14] e [23], cuja função ainda se desconhece. Uma delas, como já mencionámos, sela a entrada do compartimento a). A construção de ambas implica a realização de reparações na calçada de basalto e não destrói o edifício, parecendo ao invés relacionar-se com ele.

A Oeste do edifício identificado, numa zona que apenas foi possível registar em acompanhamento e que não apresentava relação física com as estruturas [14] e [23], distinguiu-se um terceiro momento construtivo de cinco muros de alvenaria de grande dimensão, perpendiculares entre si, com grandes blocos de calcário não aparelhados e argamassas bastante grosseiras. Alguns destes encontravam-se assentes numa estrutura de madeira de estacas verticais sobre as quais se entrecruzavam perpendicularmente outras na horizontal. Somente num dos muros, [6009], se verificou o acabamento da face Oeste em silharia de calcário, apesar do carácter muito tosco da execução. A sua construção, implica mais uma vez uma reformulação e delimitação do espaço, parecendo desactivar uma parte do edifício que se prolongaria para Oeste. A calçada exterior é novamente reparada para admitir uma coexistência destas estruturas com as anteriores.

Os depósitos associados à ocupação deste espaço forneceram materiais arqueológicos com cronologias entre século XVII e a primeira metade do século XVIII. Tendo em conta a presença de alguns materiais em contextos da fase II característicos do terceiro quartel do século XVII (rendas, *desenho-miúdo…)* é mais seguro atribuir uma cronologia *post quam* segunda metade do século XVII. Recolheram-se exemplares de cerâmica comum, entre os quais um copo de medida (Est. III, 1) com data ilegível sobre o bordo muito semelhante, contudo, a uma peça de Santarém com inscrição de 1736 (Calado e Lima, 2005, p. 121) e outra do Palácio dos Marqueses de Marialva, em Lisboa, com data de 1784 (Santos, 2006, p. 210). Na faiança destacamos um prato com decoração simples em bandas concêntricas e motivo vegetalista no centro (fig. 13) com paralelos em peças datadas do século XVII no Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa (VV.AA., 1993, p. 88, n.º 91-93) e no centro urbano de Silves (Estrela, Ferreira e Ferreira, 2008, p. 232, fig. 11), e pequenos fragmentos de faiança portuguesa com decoração

13. Prato fundo em faiança do século XVII, fase III A.

em bandas a azul e manganês enquadráveis entre a segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII.

A fase III B marca o abandono do edifício e estruturas associadas, quase certamente destruídos pelo Terramoto de 1755. Sobre aquelas estruturas, estendiam-se depósitos com uma grande concentração de argamassas e estuques do mesmo material dos muros de alvenaria. Consistem nos níveis de derrube das construções anteriores, com materiais de cronologias bastante misturadas, provenientes dos níveis destruídos e fruto dos processos de aterro após o terramoto.

3. A RIBEIRA – UM NOVO ESPAÇO DA LISBOA MODERNA

O actual Largo do Terreiro do Trigo evoca um espaço da cidade de Lisboa que ganha lugar de destaque com a chegada da Idade Moderna: a Ribeira. Geograficamente consistia na margem de terra entre as muralhas medievais, a chamada Cerca Moura, a muralha do reinado de D. Dinis e a Muralha Fernandina, e o rio Tejo. No entanto, ainda que exterior ao perímetro da urbe medieval e moderna, integrava-se plenamente na vida da cidade.

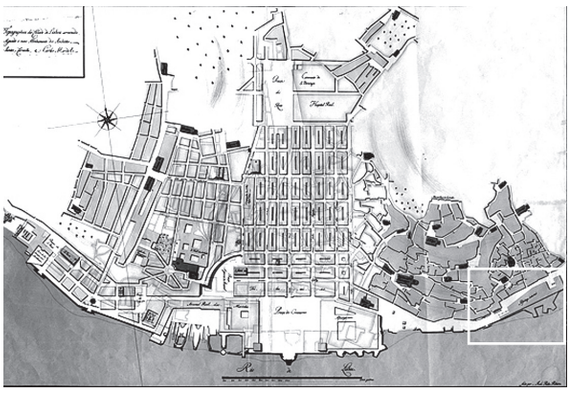
A Ribeira medieval consistia numa linha de praia natural, servindo as funções portuárias de entrada na cidade. Pode-se imaginar o movimento de pessoas que aqui circulavam devido à chegada e partida de navios com mercadorias para o interior através do Tejo ou para o exterior em direcção ao Norte e Mediterrâneo (Caetano, 2004, p. 40). A vida intensa na Ribeira estaria também motivada pela necessidade de abastecimento de água por parte dos habitantes e das embarcações que aqui aportavam, pois era nesta zona que se situavam os principais chafarizes de Lisboa, sendo de realçar o Chafariz de El-Rei e o Chafariz de Dentro ou dos Cavalos, o primeiro exterior à Cerca Moura e o segundo do lado interior da Muralha Fernandina.

Já no século XIV, no reinado de D. Dinis, assiste-se à instalação junto à praia de equipamentos industriais e portuários como as Tercenas Reais e os Estaleiros, denotando-se uma preocupação em aproveitar de forma mais intensiva as vantagens da proximidade do rio. É no entanto durante o século XV, com o impulsionamento dos Descobrimentos em direcção a África e ao Atlântico, e principalmente no dealbar do século XVI, momento de apogeu da Expansão, que se desloca para a Ribeira o núcleo do poder económico e político.

A partir dos finais do século XV, nos reinados de D. Manuel e D. João III em particular, realizam-se grandes obras públicas no sentido de tornar Lisboa no centro dinamizador do comércio ultramarino português (Moita, 1983, p. 10), procedendo-se a grandes acções de aterro. Desta forma vai-se conquistando espaço ao rio para a construção dos principais edifícios da administração, como o Paço da Ribeira, a Casa da Índia, a Alfândega Nova ou o Terreiro do Trigo (o manuelino situava-se no limite Este do logradouro que constituía o Terreiro do Paço, em frente à igreja da Misericórdia) e de equipamentos portuários e industriais como a Casa

ESTAMPA III – Cerâmica comum da segunda metade do século XVII a meados do século XVIII, fase III A.

14. Excerto da planta datada de 1650 da autoria de João Nunes Tinoco, vendo-se um extenso logradouro entre o Chafariz de El-Rei e a Fundição de Artilharia a Este (Adaptado de Silva, 1987, Vol.I).



15. Planta do projecto de reconstrução da cidade segundo Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (Museu da Cidade). As zonas destruídas pelo terramoto foram coloridas a rosa, sobrepondo-se a amarelo o traçado proposto.

da Pólvora, as Tercenas Novas e o Arsenal de Artilharia junto às Portas da Cruz. Perseguindo os mesmos espaços ocupados pela família real e pela corte, torna-se moda para as famílias mais abastadas construir as suas casas e palacetes na Ribeira, aproveitando para o efeito o próprio traçado das muralhas, como sucede na nossa área de estudo, entre a Misericórdia e o Chafariz de Dentro (Moita, op. cit., p. 13).

A nossa análise centra-se na área que corresponde à continuação para Este do extenso logradouro que compunha a Ribeira Velha, também designada das Portas do Mar. Esta foi ampliada nos meados do século XVI através de largos processos de aterros e da construção de cais que ofereceram à cidade um novo espaço público (Caetano, 2004, p. 136). Tratava-se de um local de intensa actividade económica, onde a partir da segunda metade do século XVI funcionava o mercado dos víveres (produtos hortícolas, peixe, pão, açougues da carne) e onde se cruzavam gentes que trabalhavam nas actividades portuárias ou que vinham abastecer-se de água aos chafarizes. O actual Largo do Terreiro do Trigo distinguia-se ainda assim da Ribeira Velha com a designação própria de Campo da Lã, o que nos remete para as actividades de curtimento, lavagem e secagem de peles que aqui se desenrolavam (Silva, 1987, p. 114).

A intervenção arqueológica revelou uma sucessão desses mesmos aterros, sobre os quais se montavam pequenas estruturas associadas às actividades no local. A sucessão estratigráfica indica-nos a existência de um modo de pavimentação mais estruturado apenas já no século XVII, onde continuam a existir construções em madeira de forma esporádica. A iconografia de meados de seiscentos mostra-nos precisamente um amplo espaço público que continua a ter como principal referência o Chafariz de El-Rei e mais a Este o Chafariz Novo ou da Praia (fig. 14).

As estruturas em alvenaria postas a descoberto no Largo do Terreiro do Trigo devem situar-se num dado momento entre a segunda metade do século XVII e os meados do século XVIII, tendo como marco final o Terramoto de 1755, segundo o que nos indica uma primeira e sucinta análise do conjunto material recolhido. A cartografia parece atestar-nos pelo menos o seu *terminus*. Com efeito, a planta do projecto da reconstrução de Lisboa assinado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e aprovado em 1758 apresenta entre as áreas destruídas pelo sismo um grande edifício que se estenderia pelo que é hoje a parte mais a Sul do Largo e Rua do Terreiro do Trigo, tendo como limites a Oeste o Chafariz de El-Rei e a Este o Largo do Chafariz de Dentro (fig. 15). Sobre a gravura pode-se ler "Alfândega interina". Em 1757 temos notícias das obras da sua reconstrução através de um aviso do marquês de Pombal datado de 13 de Janeiro, para se demolirem as barracas que impediam os trabalhos sobre a Alfândega interina estabelecida na marinha (Silva, 1842, p. 437). Segundo descrições de José Acúrsio das Neves, esta alfândega viria a sofrer um incêndio que a destrói poucos anos depois (1827, p. 125), construindo-se em seguida o novo Terreiro do Trigo (Celeiro Público), e actual Alfândega, com inscrição datando-o de 1766.

Os compartimentos a), b) e c) poderão ter correspondido assim ao corpo mais antigo e nuclear daquele edifício. Os muros de carácter mais grosseiro, posteriores, parecem coincidir genericamente com os limites do complexo na zona do Largo do Terreiro do Trigo, segundo a planta de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Importa esclarecer ainda se estas estruturas se tratam efectivamente dos limites exteriores da Alfândega Interina antes da sua destruição em 1755 ou de vestígios de uma reconstrução imediatamente posterior.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, J. S. V. (1851) – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do termo.* Lisboa: Imprensa Silviana, p. 112-115.

BARTELS, M. (2003) – A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise sócio-económica baseada nos achados arqueológicos. *Património Estudos*. Lisboa. 5, p. 70-82.

CAETANO, C. (2004) – *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

CALADO, R. e LIMA, M. (2005) – *Faiança Portuguesa, Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra*. Granada: Grupo de Investigación Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada.

COELHO, I. P. (2008) – *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 18 Out. 2011]. Disponível em WWW: URL:http://cham.fcsh.unl.pt.

COELHO, M. D. (2008) – *Plano de Intervenção Arqueo-lógica de Minimização. Projecto dos Interceptores do Largo do Chafariz de Dentro – Cais do Sodré*. ERA – Arqueologia, S.A. (texto policopiado)

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, p. 117-166.

ESTRELA, C.; FERREIRA, S. e FERREIRA, R. (2008) – Apontamentos sobre Silves na época moderna: a intervenção arqueológica na Rua das Parreiras. *XELB*. Silves. 8. Vol. II, p. 223-233. Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve.

FERNANDES, I. e CARVALHO, R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós*-Medieval. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV-XVI do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-205.

MOITA, I. (1983) – A imagem e a vida da cidade. *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal, Museu da Cidade, p. 9-22.

NEVES, J. A. das (1827) – *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a producção e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a real fabrica do suburbio do Rato, e suas annexas.* Lisboa: Impressão Régia.

NOZES, C.; MIRANDA, P. e SILVA, R. B. da (2007) – *Intervenção Arqueológica Urbana do Largo do Chafariz de Dentro'07. 2.º Relatório de Progresso*. Câmara Municipal de Lisboa (texto policopiado).

PINTO, M. e FERREIRA, A. (2008) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Diagnóstico Arqueológico do Largo do Chafariz de Dentro ao Terreiro do Trigo.* ERA – Arqueologia, S.A. (texto policopiado).

RAMOS, P. (1990) – A Zona Ribeirinha de Lisboa: História de uma relação. *A Área Metropolitana de Lisboa e o Estuário do Tejo*. Lisboa: Urbe, p. 5-11. (Cadernos; 1).

SANTOS, V. L. (2006) – Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva. *Património Estudos*. Lisboa. 9, p. 207-212.

SILVA, A. D. da, compil. (1842) – *Supplemento à Collecção de Legislação Portugueza. Anno de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia de Luiz Correa da Cunha.

SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. II. 2.ª edição. Lisboa: CML.

SOMÉ MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica moderna en el convento del Cármen (Sevilla). *Arqueologia Medieval*. Mértola. 6, p. 160-171.

TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmica quinhentista, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 501-520.

VV.AA. (1993) – *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Museu Rafael Bordalo Pinheiro.

O MOBILIÁRIO DO PALÁCIO MARIALVA (LISBOA)

DISCURSOS SOCIOECONÓMICOS

ANDREIA TORRES **CHAM – FCSH - UNL | UAç**

RESUMO O trabalho apresentado pretende ser uma reflexão sobre os elementos de mobiliário exumados na escavação do Palácio dos Marqueses de Marialva, levada a cabo pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. As circunstâncias de ocupação deste espaço, primeiro pela família Marialva e a sua posterior transformação em casebres, permitem ter um espectro da evolução do móvel usado na capital. Neste sentido, pareceu-nos relevante relacionar a sua presença com os aspectos económicos e sociais que caracterizaram e Época Moderna, bem como os diálogos culturais motivados pela globalização e que se expressam neste âmbito da cultura material.

PALAVRAS-CHAVE **Lisboa, mobiliário, Marqueses de Marialva, Casebres do Loreto, comércio e sincretismo**

Este estudo insere-se no marco de uma investigação mais alargada sobre o mobiliário proveniente da escavação da Praça Luís de Camões, em Lisboa. Dada a impossibilidade de apresentar aqui a totalidade dos resultados, seleccionamos apenas as peças que, pela sua cronologia, se enquadravam no âmbito deste evento e que nos pareciam mais relevantes.

1. CONTEXTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

A história do mobiliário encontrado durante as escavações da Praça Luís de Camões terá necessariamente de ser considerada no contexto da família Marialva, proprietária do palácio que aí se instalou desde o século XV e que, após o terramoto de 1755 ficou gravemente prejudicado. Este momento é caracterizado por um período de indefinição, com algumas tentativas dos marqueses em realizar obras e torna-lo novamente habitável. No entanto, estes esforços acabariam por se materializar na subdivisão dos espaços e transformação dos mesmos em residências ou estabelecimentos comerciais arrendados pelos proprietários. A partir de então esta zona passa a ser designada de Casebres do Loreto, topónimo vulgarmente utilizado até ao século XIX, quando se procedeu à demolição dos mesmos para a construção da actual praça.

2. ESTUDO DA COLECÇÃO

A colecção em estudo destaca-se pela enorme quantidade e diversidade de componentes de mobiliário, constituindo uma oportunidade única para a análise da evolução do uso deste aspecto da cultura material. A consecutiva ocupação do espaço permite-nos ter um espectro do interior de uma casa nobre Lisboeta, desde o seu período de ocupação pelos marqueses de Marialva até à sua transformação em casebres, onde o nível económico predominante terá ocasionado mudanças significativas no carácter do móvel em uso.

As condições de deposição dos materiais, marcadas pelo terramoto e a subsequente criação de plataformas de terra batida conformadas pelos escombros, conservaram e isolaram um grande número de artefactos cujos contextos se encontram perfeitamente definidos estratigráfica e cronologicamente. Nos casos em que tal não se verifica, e ao contrário do que costuma suceder com a cerâmica, a interpretação dos caracteres estilísticos das ferragens não é suficiente para determinar a cronologia de uso, uma vez que o móvel é um objecto de valor considerável e portanto com tendência a conservar-se durante mais tempo. No que respeita aos metais decorativos poder-se-á verificar ainda a sua reutilização em suportes de execução recente, sobretudo em âmbitos socioeconómicos menos privilegiados. A presença de uma ferragem com uma estética mais antiga que o resto do contexto estratigráfico não é sintomático de que se produzisse nesse período mas sim de que, pela sua qualidade ou do móvel, ela continuava a ser um objecto de ostentação. Tal facto é revelador da sua importância e, longe de ser visto como velho, ele certamente seria um símbolo de prestígio. Por esse motivo não foi substituído por outro mais moderno, pelo menos em contextos de ocupação do palácio como tal, já que a família Marialva disporia de recursos económicos suficientes e uma

condição social que se espelharia nos seus bens.

Antes de nos centrarmos no mobiliário do palácio, importaria contextualizar o seu uso no âmbito da economia portuguesa durante o período em análise, pontualizando a especificidade do caso capitalino, que seria muito distinto do meio rural, bem como do espectro social que caracterizou o edifício nas suas duas distintas fases de ocupação.

O alargamento dos mercados a partir do século XV e a consequente intensificação do comércio a nível europeu e intercontinental permitiu o acesso a uma enorme diversidade de matérias-primas e em quantidades nunca antes vistas. Estas circunstâncias possibilitaram a formação de um mercado de consumo com poder aquisitivo, e estimularam o desenvolvimento das artes sumptuárias como o mobiliário. De um modo geral, a produção nacional encontrava-se dispersa por todo o território mas a sua difusão foi algo limitada e circunscreveu-se essencialmente à escala regional, dadas as deficientes redes de comunicação terrestre. No entanto, destacaram-se alguns centros no Norte de Portugal, nomeadamente no Porto e em Braga que constituíram os principais abastecedores do país (Proença, 2002, p. 28). Contrariando esta tendência foi-nos possível identificar mobiliário português além-fronteiras, nomeadamente em Espanha[1], no México e no Peru[2], onde parece ter gozado de alguma divulgação entre as classes privilegiadas.

Além das pequenas oficinas de metalurgia onde se realizavam ferragens de carácter funcional/decorativo, a 1 de Agosto de 1767 (Sequeira, 1934, p. 218 e 219) é criada em Lisboa a Real Fábrica de Metais. Esta teria permitido a liberalização do consumo destes componentes[3] mas, apesar dos grandes incentivos à manufactura nacional – como as limitações impostas às importações estrangeiras e as vantagens fiscais relacionadas com a isenção de taxas na introdução de matérias-primas, ela nunca foi rentável e os fracos resultados económicos terão conduzido ao seu encerramento[4].

A par das criações nacionais, o mercado proporcionou uma cifra considerável de importações, de origem muito diversa e que não se circunscreveu ao âmbito europeu. Se por um lado estas encomendas respondiam ao gosto do comprador e adequadas às suas necessidades, elas acabaram por influir na estética do móvel nacional, ocasionando um processo de assimilação e transformação que resultou numa proliferação de modelos e formas sincréticas. O móvel surge-nos como um claro exemplo deste sincretismo que possibilitou o aparecimento de exemplares executados num dado sítio, mas cujas matérias-primas provinham de diferentes pontos do globo, como podem ser as madeiras ou inclusive as guarnições[5].

Não poderemos esquecer que os processos culturais/sociais que caracterizaram a época moderna e que foram motivados precisamente por estes movimentos realizados à escala global, acarretaram mudanças significativas nas formas de estar. Este intercâmbio multilateral de influências de todo o tipo reflecte-se no móvel, ou seja, na maior ou menor difusão do seu uso, na forma como é aplicado ou colocado no âmbito doméstico, e do seu carácter. Com este último aspecto referirmo-nos ao facto de passar de ser um objecto de cunho essencialmente funcional para desempenhar um papel decorativo. A sua utilidade adapta-se à nova realidade, respondendo a renovadas necessidades de uso e aplicabilidade, factores que vão moldar claramente os seus aspectos formais.

A colecção em estudo espelha precisamente estes pressupostos, pelo menos no que concerne ao âmbito estético, já que não nos foi possível fazer análises químicas à composição das ligas e dispusemos apenas de um microscópio binocular.

2.1 Puxadores

Os puxadores constituem o grupo mais representativo do conjunto de ferragens, quer pela sua quantidade como qualidade. A maior parte dos exemplares encontrados pertencem à primeira fase de ocupação do edifício e evidenciam a riqueza e diversidade dos móveis a que terão pertencido originalmente. Durante o século XVII e XVIII assistiu-se ao incremento do gosto pelo metal dourado sobre madeiras escuras e isso repercute-se também nesta amostra, constituída essencialmente por ferragens em ligas de cobre, algumas das quais posteriormente douradas.

As características estilísticas evidenciam influências diversas, destacando-se os complementos metálicos de móveis de origem oriental e que aqui se fazem representar por

1. No inventário do conde de Miraflores consta "un escritorio de Portugal embutido con labores menudas y primorosas" (AHPS, 696 Manuel Martínez Briceño, 1724, ofício 1: livro 1, f. 692).

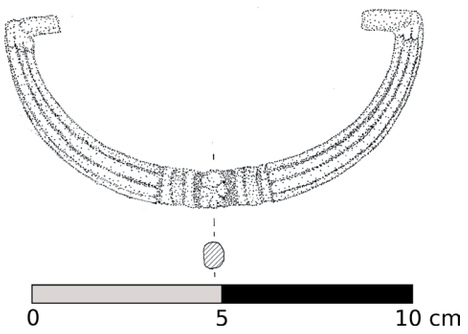
2. Uma cómoda de ébano embutida em nogueira, taxada por 70 pesos, entre os bens de um apoderado do grémio de pulpero (semelhante a mercearia), de nome Don Ildefonso Ponce de Leon y Armas (AGL, Protocolos Notariales, 586 Lumbreras, 1793, f.128v). Agradecemos esta referência ao historiador Alberto Baena.

3 Os registos contabilísticos dão-nos conta de uma variedade de tipologias que aqui foram produzidas como "guarniçoens de cómoda", "guarniçoens lizas", "escudetes de chave", "guarniçoens de cómoda à francesa", "guarniçoens grandes" e "girandelas". (A.N.T.T., Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, L° 438). Além das fontes primárias Matos Sequeira refere também "guarnições de cómoda e papeleiras (douradas, à francesa, com figuras, e à inglesa), escudetes, fechos de armário, carrancas, asas de papeleira, asas com argolas e corpos de fechadura" (Sequeira, 1934, p. 221).

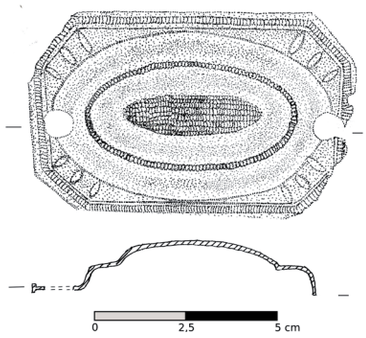
4. Os grandes investimentos com a construção do edifício e fornos de altas temperaturas exigiam uma produção a grande escala para poder amortizar esse investimento inicial. Tal facto não se coaduna com os elevados preços que atingiram essas produções quando comparadas com as suas congéneres estrangeiras.

5. A importação de elementos metálicos para móveis, sobretudo de Inglaterra, encontra-se bem documentada. Mesmo depois da criação da Real Fábrica de Metais, esta situação manter-se-ia a par da proibição da importação de bens em que o país fosse auto-suficiente.

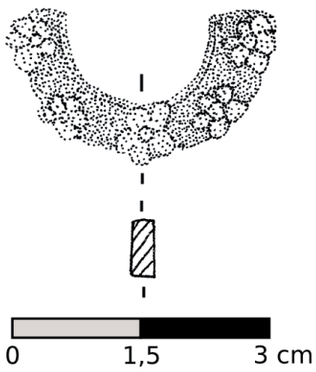
QUADRO 1- Puxadores



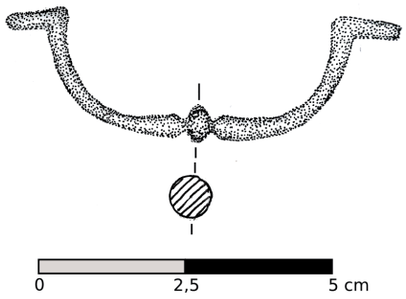
Peça n.º 135
Dim.: largura máx. do arco-0,8cm, largura mín. do arco-0,6cm, esp. do arco-0,5cm, ø do arco-8,2cm, comp. do encaixe-0,65cm,ø do encaixe-0,3/0,4cm
Cron.: Século XVI/XVII.
Prov.: Sector Sul, Compartimento L, Camada 9 (Fase II).



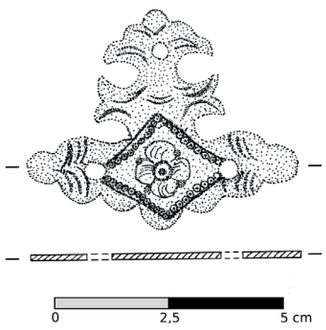
Peça n.º 139
Dim.: *esp. média-0,05cm, largura máx.-5,1cm, comp. máx.-7,7cm ø dos orifícios para pregaria-0,7cm*
Cron.: Finais do século XVIII/inícios do século XIX.
Prov.: Sector SE, zona de terra preta com carvões.
Obs.: Integra um conjunto de seis escudetes encontrados sobrepostos.



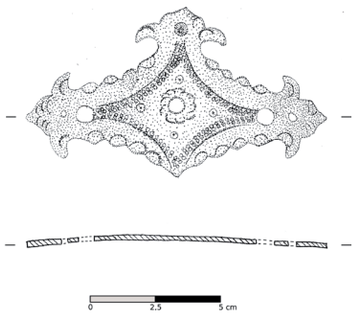
Peça n.º 151
Dim.: *ø exterior-3,3cm esp.-0,35cm, largura-0,8cm*
Cron.: Meados do século XVIII (?).
Prov.: Sector NW, Compartimento A, Sond. 13, Camada 2. Esta camada corresponde ao período intermédio do palácio, entre o terramoto e os casebres.



Peça n.º 157
Dim.: *largura máx. do arco-0,5cm, largura mín. do arco-0,35cm, ø do arco-8,2cm, comp. do encaixe-0,7cm, ø do encaixe-0,35cm*
Cron.: Século XVII-inícios século XVIII.
Prov.: Sector Centro Este, Compartimento 3,
Camada Superficial (Fase II). Corresponde a um nível de ocupação do palácio pelos marqueses.
Obs.: Deformado devido às condições do seu uso.

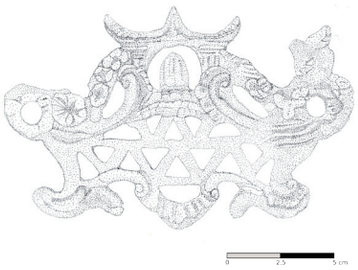


Peça n.º 155
Dim.: *esp. média-0,1cm, largura máx.-6cm, comp. máx.-4,9cm, ø dos orifícios de encaixe do puxador-0,45cm, ø dos orifícios para pregaria-0,1cm*
Cron.: 1702-1714/1720.
Prov.: Sector Centro-Sul, Camada 12 (Fase II).

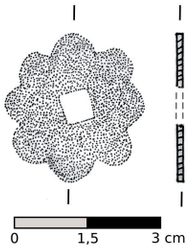


Peça n.º 156
Dim.: *esp. média-0,1cm largura média-4,9cm comp. médio-8,6cm ø dos orifícios de encaixe do puxador-0,5cm ø dos orifícios para pregaria-0,1-0,3cm*
Cron.: 1702-1714/20.
Prov.: Sector Centro Este, Compartimento 1B, Camada 4 (Fase II).
Obs.: A elaboração das duas fiadas de círculos foi anterior à das linhas incisas visto que estas se sobrepõem aos mesmos.

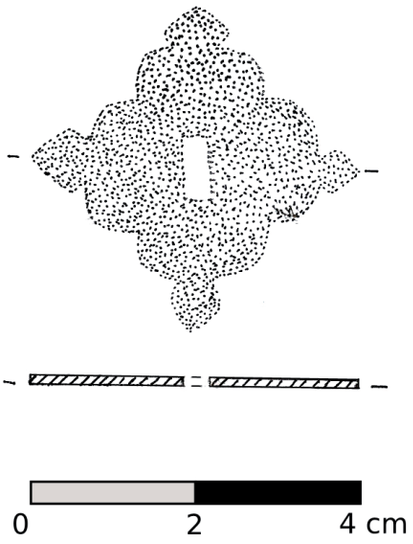
Obs.: Em termos iconográficos estas peças encontram semelhanças com os motivos representados numa faiança do Museu Nacional de Arte Antiga atribuída ao século XVIII (SANTOS s.d: 63, fig. 85).



Peça n.º 158
Dim.: *esp. média-0,25cm, largura média-5,3cm, comp. médio-8,6cm, ø dos orifícios de encaixe do puxador-0,5cm*
Cron.: 1750-1755
Prov.: Sector Centro Este, Compartimento 3, Camada 5 (Fase II).



Peça n.º 163
Dim.: *esp. média-0,1cm ø máx.-2,9cm, largura das arestas do orifício quadrado-0,7cm*
Cron.: Século XVII/ primeira metade do século XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada 34. Nível correspondente ao terramoto.



Peça n.º 162
Dim.: *largura máx. do arco-0,5cm, largura mín. do arco-0,35cm, ø do arco-8,2cm, comp. do encaixe-0,7cm, ø do encaixe-0,35cm*
Cron.: Século XVI/XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada Superficial (dentro da abobadilha).

dois originais. O puxador n.º 135 foi elaborado a molde, possivelmente de areia e posteriormente polido com lima[6], com uma decoração retocada a cinzel. Trata-se de uma peça relativamente simples e de acabamentos pouco cuidados, que foi usada num contador dito mogol, datado do século XVI (Carita, s.d, fig. 71).

O exemplar n.º 157 foi manufacturado seguindo as mesmas técnicas que o anterior mas apresenta vestígios, nas zonas menos expostas, de uma espécie de pintura ou verniz. Este terá sido aplicado num momento posterior à elaboração do puxador, muito provavelmente depois da sua colocação no móvel, uma vez que o recobrimento não se preserva nas zonas de encaixe. Neste sentido, é possível que estejamos ante uma tentativa de remodelação do objecto, adaptando-o aos padrões estéticos vigentes nesse momento.

O uso deste modelo de puxador foi muito diversificado, com paralelos em suportes tão distintos como baús ditos de estilo "luso-oriental" do século XVII e escritórios "indo-portugueses" (Pinto, 1992, inv. 469), ou em congéneres brasileiros da primeira metade do século XVIII (Macedo, 1966). No entanto, o detalhe dos encaixes virados para o exterior foi detectado unicamente na tampa de cofres "indo-portugueses" e numa papeleira chinesa do século XVIII (Coelho, 2010), pelo que consideramos mais provável apontar para uma produção asiática.

A proliferação e incremento do gosto por tudo o que vinha do Oriente originaram um processo de assimilação de componentes de inspiração oriental por toda Europa ou inclusive na América, e os móveis foram um aspecto importante na recriação dessa cenografia. Mais do que uma reprodução tratava-se de uma selecção relativamente consciente do que se considerava ser a estética vigente de uma cultura que se desenhava ante o olhar ocidental como exótica e, portanto, especialmente atractiva. A forte procura destes objectos terá promovido a criação, a nível local, de mobiliário com um estilo muito particular, onde se sintetizam elementos ocidentais com outros de origem asiática. Estas obras, vulgarmente designadas de *chinoiseries*, obedecem a uma gramática onde cada detalhe ganha um novo significado, formando uma linguagem que nasce justamente pelo contacto intra-cultural que resulta da circulação de produtos de diferentes culturas.

É neste contexto que devemos enquadrar o espelho de puxador catalogado com o n.º 158. Este é o único exemplar elaborado em liga de ferro e foi executado a molde de areia, apresentando bastantes irregularidades / rugosidades no reverso mas que, uma vez aplicado, não seriam visíveis. A decoração é algo imper-

6. Mais acentuado na zona dos "gitos".

feita e o vazamento central elimina parte dos motivos desenhados primeiramente, embora houvesse algum cuidado com os acabamentos e em lhe conferir o tom dourado distintivo das ferragens desta época[7].

No que concerne à estética deste puxador, aspecto que nos merece especial atenção, ele destaca-se por uma profusa decoração em relevo e uma simetria pouco rigorosa, muito características das peças de meados do século XVIII. A variedade iconográfica deste período é assinalada pela presença de motivos fitomórficos estilizados como os enrolamentos ou "ss", concheados, uma grinalda e flores com ramagem. Por outro lado, aliados a esta temática e em perfeita conjugação, encontramos ícones[8] orientais com referentes arquitectónicos como um pagode de modelo curvo e dois *frets* com interior vazado.

Esta peça foi exumada em contextos do terramoto e, a julgar pelos aspectos formais, terá pertencido a um exemplar recentemente adquirido pela família Marialva à data da sua destruição.

Ainda que desconheçamos o suporte no qual estaria aplicado, os paralelos encontrados para este puxador reflectem a difusão do modelo em vários tipos de móvel e mais além das fronteiras europeias. Em Portugal identificamos uma miniatura pertencente ao Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo[9] cujo espelho se diferencia apenas pela ausência do motivo geométrico (*fret*), disposto ao longo da parte inferior do pagode. Igualmente semelhante é a decoração das ferragens de uma secretária do Museu de Lamego e que ostentam "volutas de folhagem, concheados, flores e reticulado", mas com uma composição distinta (Bastos, 1999, p. 103). O único puxador igual, detectado em território nacional, está aplicado numa cómoda marchetada do século XVIII (Sandão, 1999, fig. 61). Embora em todos os casos mencionados com anterioridade se tratarem de móveis portugueses – ainda que as suas ferragens possam ser fruto do comércio exterior – o âmbito do uso deste modelo foi muito mais vasto, chegando inclusive ao vice-reino da Nova Espanha. Propriedade do *Museo José Luis Bello* de Puebla (México)[10] e adquirido por Mariano Bello y Acedo nos inícios do século passado, encontramos uma *escribania* com ferragens exactamente iguais. A mesma está datada de finais do século XVIII/XIX e considerada como uma possível importação inglesa, ainda que não tenha sido todavia alvo de um estudo mais aprofundado[11]. Atendendo a estas circunstâncias é difícil asseverar a origem destas guarnições mas parece-nos que não deveremos excluir a hipótese de que a peça em estudo seja de proveniência inglesa, dado o volume constante de importação deste tipo de objectos nos registos do porto de Lisboa. Outra possibilidade é a de que a escrivaninha referida possa eventualmente ser portuguesa, já que este modelo foi usado em móveis de factura nacional e a nossa investigação no *Archivo General de la Nación* (México) permitiu identificar mobiliário português entre os inventários da família do Marquesado del Valle[12], evidenciando um comércio destes bens pelo menos entre as elites.

Outro grupo considerável é o de puxadores que obedecem aos cânones estilísticos ingleses, com especial destaque para o estilo "Queen Anne". Os n.os 155 e 156 estão elaborados em chapa metálica recortada, posteriormente polida, e decorados com recurso a escopo e cinzel. As semelhanças entre ambos sugerem a possibilidade de terem pertencido a um mesmo suporte ou a dois exemplares a jogo, e eventualmente executados numa mesma oficina. A análise mais atenta dos motivos representados permite-nos verificar que alguns dos cinzéis empregues na decoração das duas peças terão sido os mesmos e, no segundo caso, a sua impressão fornece-nos alguns dados sobre os processos de produção. Além da evidente reutilização dos cinzéis para a composição dos diferentes ornamentos, mediante o apoio total ou parcial dos mesmos sobre o metal, a punção das duas fiadas de círculos que decoram o losango evidencia o sentido com que foi executada e denota várias paragens. Os círculos vão sendo impressos com um registo cada vez menos marcado e, a determinado momento, tornam-se novamente mais vigorosos. Tal facto pode ser indicador de que o artífice tenha feito uma pausa antes de retomar novamente o trabalho ou sido substituído por outro colega, menos cansado ou mesmo mais forte.

Estes dois exemplares encontram paralelos em produções inglesas datadas entre 1690 e 1730 (Nutting, 1954, fig. 340, 344, 2565, 2806 e 3603) e identificou-se uma ferragem muito semelhante ao n.º 156, aplicada numa cómoda portuguesa de castanho e pintura acharoada, datada do século XVIII (Proença, 2002, fig. 11). Neste caso, o contexto estratigráfico permite-nos reduzir o âmbito cronológico, uma vez que o mesmo foi perfeitamente datado através de numismas, sugerindo uma cronologia entre 1702-1714/20.

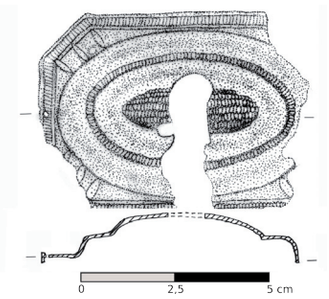
Também de influência inglesa, e com grande difusão

7. Para o efeito recorreu-se ao processo de galvanoplastia que consiste na total imersão da peça numa solução dourada.
8. Entenda-se "ícone" em toda a sua significação no âmbito dos estudos iconológicos desenvolvidos por Panofsky.
9. Na vitrina da sala das esteiras, junto à colecção de livros franceses.
10. Este armário está em exibição na "Casa del Alfeñique", na mesma cidade.
11. Esta informação foi-nos proporcionada por Ana Martha Hernández Castillo, subdirectora de Museus do Consejo Estatal para la Cultura y las Artes.
12. "tocador de portugal espejo cerrado llave – 12.9 pesos" (AGN, Archivo Historico de Hacienda, vol. 992, Exp. 1. 16 de Agosto de 1726).

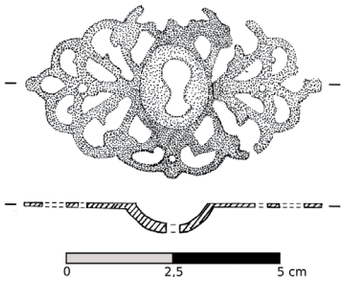
entre as produções nacionais, são os puxadores de estilo lágrima, dos quais possuímos igualmente dois exemplares. O n.º 162 é o mais completo, preservando o espelho de recorte floral e a pega em lágrima, bem como o elemento de articulação entre os mesmos. A pega e o escudete parecem ter sido produzidos a molde ou chapa recortada e posteriormente polidos, com excepção da face posterior do espelho. A ligação entre estas duas peças é feito por meio de um fio de cobre que atravessa o orifício da pega, dobrando-se em dois, e cujas extremidades se encontram unidas de modo a atravessar também o espelho. Este arame seria cravado na madeira e ulteriormente reviradas as extremidades para fixar o puxador na madeira, forma que aliás apresenta actualmente.

As condições actuais do objecto em questão sugerem que a sua conservação em detrimento do suporte não

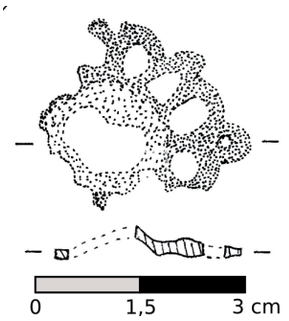
QUADRO 2- Fechaduras



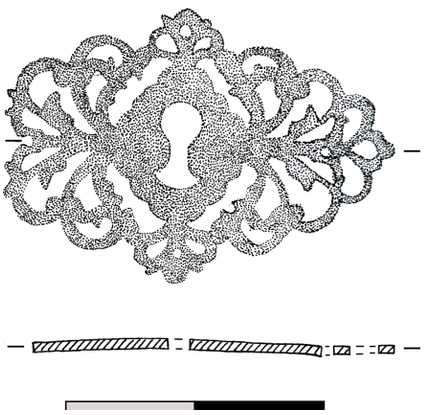
Peça n.º 164
Dim.: *esp. média-0,05cm, largura máx.-5,1cm, comp. máx.-7,7cm, ø dos orifícios para pregaria-0,2cm e 0,3cm*
Cron.: Finais do século XVIII/ inícios do século XIX.
Prov.: Sector SE, zona de terra preta com **carvões.**



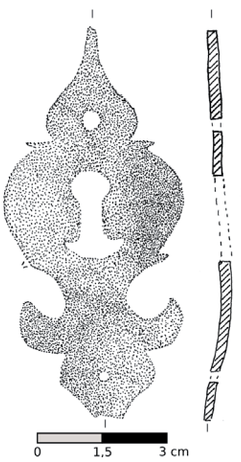
Peça n.º 169
Dim.: *esp. média-0,1cm, largura máx.-4cm, comp. máx.-7,1cm, ø dos orifícios para pregaria-03cm*
Cron.: Século XVII.
Prov.: Sector Centro Este, Compartimento 1A, Camada 20A - segue estratigrafia do sector SE.



Peça n.º 171
Dim.: *esp. média-0,1cm, largura máx.-2,5cm, comp. máx.-2,9cm, ø dos orifícios para pregaria- 0,3cm*
Cron.: Século XVII (?).
Prov.: Sector SW, Camada 2 - a Sul do muro 8.



Peça n.º 170
Dim.: *esp. média-0,1cm, largura máx.-5,3cm, comp. máx.-7,5cm, ø dos orifícios para pregaria-0,2cm*
Cron.: Século XVII.
Prov.: Sector SW, Compartimento J, Camada 3.
Obs.: Ligeiramente deformada.



Peça n.º 173
Dim.: *esp. média-0,2cm, largura máx.-4,3cm, comp. máx.-9,3cm, ø dos orifícios para pregaria-0,4cm*
Cron.: Século XVII/XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada Superficial.
Obs.: Deformada e fracturada.

terá sido um acto intencional, uma vez que neste caso as pontas reviradas ter-se-iam partido. Poderemos portanto estar perante uma peça que sofreu os efeitos destrutivos do terramoto.

Além do mobiliário inglês, este modelo foi usado num móvel francês de 1570/80 (Boccador, 1988, fig. 132), nas gavetas de uma mesa do Palácio de Vila Viçosa (Carita, s.d, p. 67, fig. 65), e num bufete de finais século XVII/inícios século XVIII pertencente ao Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais (Proença, 2008, p. 124).

O exemplar n.º 162 dispõe apenas do escudete de desenho floral, elaborado em chapa metálica recortada e depois polida. A sua deposição em níveis do terramoto, aliada às suas características estilísticas, permite-nos datá-lo entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Não obstante as semelhanças com o puxador anterior encontramos paralelos em suportes de origem distinta, nomeadamente em colecções americanas do século XVII (D'Allemagne, 1968, fig. 147) e num móvel brasileiro da primeira metade do século ulterior (Macedo, 1966).

No que concerne aos puxadores usados no contexto dos casebres seleccionamos apenas uma colecção de exemplares de estilo Sheraton e que trataremos mais à frente, quando falemos das fechaduras. Optámos por não incorporar aqui os outros modelos de puxador de cronologias mais tardias essencialmente por dois motivos. O primeiro devido a que os contextos não são suficientemente claros para poder classificar as peças como pertencentes a esta fase de ocupação, e o segundo prende-se com o facto de nem sempre ser fácil determinar o seu uso indubitável como ferragem de um móvel. Exemplo disso são as argolas, encontradas em grande número e com diâmetros bastante uniformes, cuja classificação como pega de puxador não podemos estar seguros dada a diversidade de aplicações que conheceram.

2.2 Fechaduras

O conjunto de fechaduras reflecte as mesmas tendências que observamos nos puxadores, tanto no que concerne aos materiais como a nível da forma.

As produções com uma estética oriental encontram-se representadas pelos n.os de inventário 169 e 171. Apesar das similitudes entre estas duas peças - com decoração vazada de inspiração fitomórfica e medalhão central côncavo, com orifício para inserção da chave - elas apresentam características muito distintas que merecem ser aqui brevemente assinaladas.

O primeiro exemplar foi elaborado em liga de ferro moldado e posteriormente dourado, e a visualização do mesmo à lupa binocular permitiu identificar a sua presença apenas na face anterior e sobre uma camada de preparação[13]. O emprego desta técnica indica-nos que se trata de uma peça mais antiga e que conheceu maior difusão durante o século XVII. Os acabamentos da face anterior foram executados com perfeição, ostentando recortes e vazamentos bem definidos e superfície muito polida.

É difícil apontar paralelos para este tipo de ferragem, principalmente porque na maioria dos casos não nos é possível observar o móvel com a minúcia necessária para perceber detalhes acerca da composição e técnicas decorativas que aqui se assinalaram. No entanto, existem várias guarnições análogas, salientando-se um contador português de finais do século XVII/inícios do século XVIII, com uma fechadura exactamente igual mas em latão dourado. (Proença, 2008, p. 125)

O artefacto n.º 171, tal como a maioria da colecção, foi produzido em chapa metálica (liga de cobre) recortada e posteriormente limada, correspondendo possivelmente a uma manufactura do século XVII, uma vez que foi exumado em contextos de ocupação dos marqueses de Marialva e o único paralelo exactamente igual encontrado pertence a um contador deste período (Sandão, 1999, fig. 12). Porém, este estilo de espelho foi bastante comum e existem variadíssimas peças com uma forma semelhante mas com um recorte de vazamento distinto.

Seguindo os padrões das ferragens aplicadas no móvel oriental, com decoração vazada e forma de volutas ou motivos fitomórficos, cabe destacar a peça n.º 170. Esta obedece a uma estética de transição onde se conjugam formas orientais mas com elementos de carácter português, que a tornam num exemplar claramente distinto dos que previamente referimos. Realizado em chapa recortada e posteriormente limada, conhece-se o seu emprego em móveis de produção local (Guimarães, 1949, p. 78), nomeadamente numa mesa datada de inícios do século XVII (Moncada, 2008, p. 163).

O modelo de fechadura representado pelo n.º 173 foi amplamente difundido no móvel nacional e em distintos tipos de suporte, sobretudo durante os séculos XVII e XVIII. Neste caso o exemplar foi elaborado numa chapa de liga de cobre, com recorte flordelisado e posteriormente limado, embora com um acabamento muito grosseiro que se reflecte nas marcas diagonais que se conservam na face posterior. É possível que se trate de uma produção nacional e existem várias peças iguais aplicadas em diversos tipos de armário (Dinastia, Junho de 2002, p. 84 e 73), destacando-se um arcaz de sacristia cujas ferragens foram feitas por encomenda a um artesão da capital (Bastos, 2008, p. 256). O seu uso encontrava-se bastante difundido também na variante horizontal, como se

13. Muito embora cobrisse a totalidade da peça só se conservam pequenos vestígios da mesma nas zonas menos expostas ao atrito.

constata pelas colecções de alguns museus, nomeadamente uma arqueta do século XVII/XVIII (Bastos, 1999, inv. 503).

Após o terramoto e a transformação do palácio em casebres, a qualidade e quantidade de ferragens diminui consideravelmente. Contudo, as guarnições metálicas de estilo Sheraton ou Imperial, encontradas numa mesma zona e camada estratigráfica da escavação, constituem um grupo bastante homogéneo e que merece ser tratado como conjunto. Este está composto por três subgrupos: o primeiro formado por seis exemplares sobrepostos (três espelhos de fechadura e outros três de puxador); o segundo por dois espelhos de puxador e um de fechadura, também justapostos; e o terceiro por um recipiente metálico com cinco pegas, um espelho, e uma fechadura, além de pregaria diversa[14] e muitas cinzas.

Trata-se de um modelo de formato pentagonal que regularmente reproduzia iconografia associada a uma profissão ou labor e que neste caso, tanto nas fechaduras como nos espelhos, apresenta um motivo de maçaroca ao centro. A pega tem forma de "u" com facetado pentagonal e encaixes virados para o exterior, e todas as peças estão moldadas em liga de cobre, com decoração repuxada muito bem executada[15].

Atendendo à uniformidade destes objectos e às circunstâncias do contexto da escavação em que apareceram, existem várias hipóteses que explicam esta concentração de ferragens Sheraton. No interior dos casebres do Loreto instalaram-se vários marceneiros que aí tinham lojas e é possível que se tratassem de ferragens novas, adquiridas para serem aplicadas num dos inúmeros móveis que terão aí sido talhados. Além de estabelecimentos comerciais, existia ainda um armazém de móveis e não seria de estranhar a reutilização dos metais decorativos de algum exemplar danado. Tal facto justificaria o acondicionamento destas peças num receptáculo metálico.

Se considerarmos o número total de fechaduras (5), de escudetes (6) e de pegas (5) é possível apontar para um suporte semelhante a um armário de duas portas e três gavetas. Cada uma das portas disporia de uma fechadura e todas as gavetas se abririam mediante dois puxadores, colocados a ambos lados, e uma fechadura ao centro. Neste caso, faltar-nos-ia apenas uma pega deste móvel e cuja existência se supõe pelo número de espelhos de puxador.

14. Cabe destacar que alguma desta pregaria apresenta forma em rosca, dispondo de um sistema semelhante ao de um parafuso.

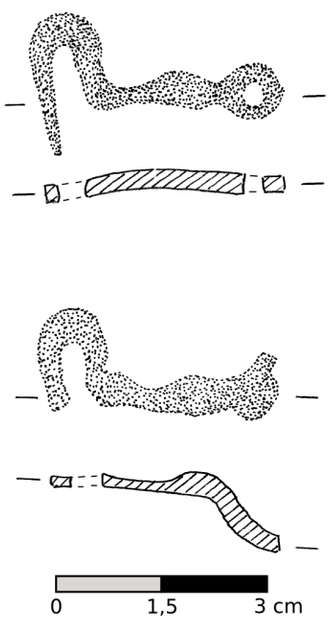
15. Este modelo foi encontrado numa colecção americana e está datado entre o último quartel do século XVIII até inícios do século XIX (Nutting, 1955, inv. 2712).

2.3 Fechos

Os dois fechos encontrados durante a escavação correspondem a um modelo muito simples formado, numa das extremidades, por um orifício onde encaixaria o prego, e no lado oposto por um gancho que emalhetaria numa argola.

A propagação deste modelo de fecho abrangeu todo o tipo de móvel (Macedo, 1966), desde peças relativamente simples a outras de grande qualidade como uma maquineta do último quartel do século XVIII (Proença, 2002, inv. 748). Neste sentido, e considerando que os museus conservam essencialmente peças de luxo, os paralelos que apontamos devem ser considerados apenas como uma amostra muito limitada que não reflecte as possibilidades de uso destes objectos.

QUADRO 3 - Fechos



Peças n.º 174 e 175
Dim.: *esp.-0,12-0,4cm (o exemplar não restaurado), largura máx. do gancho-0,5cm, largura máx. do corpo-0,5cm, comp. máx.-3,4cm, ø do orifício para pregaria-0,3cm*
Cron.: Século XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada 34.

2.4 Dobradiças

As dobradiças são um componente importante do móvel mas também aquele cuja atenção tem sido mais menosprezada pelos historiadores de arte que se dedicam ao tema do mobiliário. Neste sentido, e considerando que na maioria dos móveis estes acessórios não têm uma função decorativa e se encontram relativamente ocultos, resultou algo difícil localizar o seu uso em catálogos ou em museus.

Os exemplares aqui expostos correspondem à totalidade de dobradiças exumadas durante a escavação e existe um claro predomínio destes objectos durante a primeira fase de ocupação do palácio.

A peça n.º 176 consiste numa dobradiça de eixo triplo, em cobre moldado e espigão de ferro, e não estamos seguros de que pertencesse a um móvel. No entanto, encontramos semelhanças com uma dobradiça de mesa datada da segunda metade do século XVI (Carvalho, 2001, II.4) e é possível que tenha pertencido a um suporte semelhante.

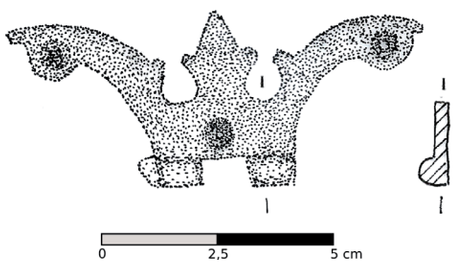
Os exemplares 178 e 180 correspondem a um modelo muito idêntico de dobradiça de eixo duplo, elaboradas a molde e retocadas com lima[16]. Os mesmos caracterizam-se por um corpo quadrangular e um eixo cilíndrico que sobressai para a face posterior (que assentaria sobre o móvel) que seria o único elemento visível com o armário fechado. No primeiro caso, sobressai um motivo decorativo no extremo superior e que integra o espigão da outra peça com a qual formaria par, ao contrário do segundo, onde o componente decorativo pertence a essa dobradiça e permitiria que uma peça semelhante, mas sem espigão, encaixasse no eixo.

As dimensões destes objectos não sugerem o seu uso numa porta, pertencendo eventualmente a um móvel decorativo. No entanto, a maioria do mobiliário observado possui charneiras de eixo triplo.

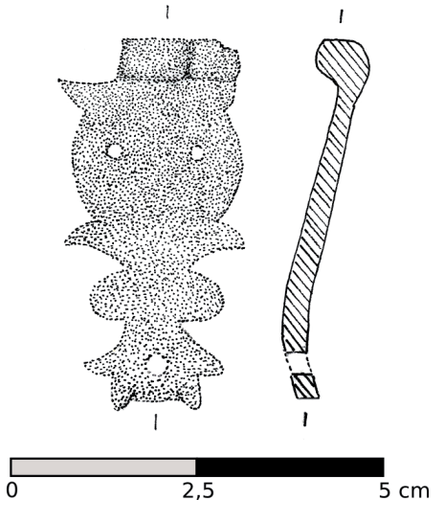
As dobradiças mais elaboradas são um conjunto de quatro exemplares (catalogados com os n.os 179, 181, 182 e 183) de estilo Tudor-Estuardo e que estão compostas por dois corpos e eixo triplo, elaboradas em chapa

16. No exemplar restaurado (n.º 178) foi possível identificar um acabamento final pouco cuidado, com imperfeições nas margens, e marcas de limagem verticais (na face posterior do elemento quadrangular) e horizontais (na face anterior).

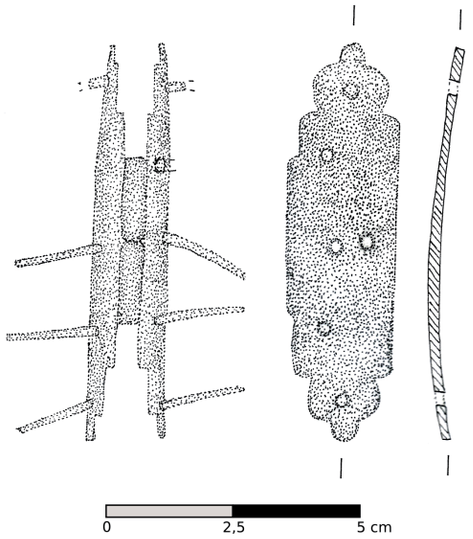
QUADRO 4 - Dobradiças



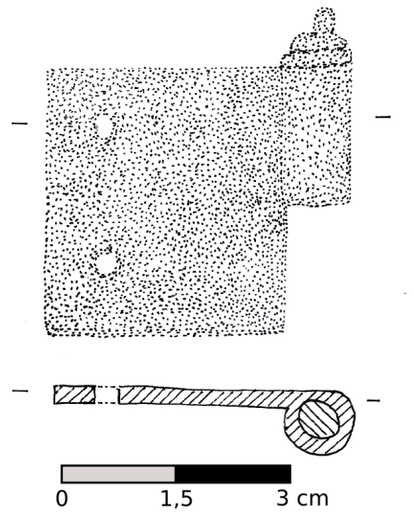
Peça n.º 176
Dim.: *esp. do corpo-0,2cm, largura máx.. do corpo-2,5cm, comp. total-5,2cm, ø dos orifícios para pregaria-0,2cm, comp. do eixo-3cm, ø do eixo-0,7cm*
Cron.: Finais do século XVI (?).
Prov.: Sector SW, Camada 14 - a Sul do esgoto semi-circular. Nível anterior ao terramoto.



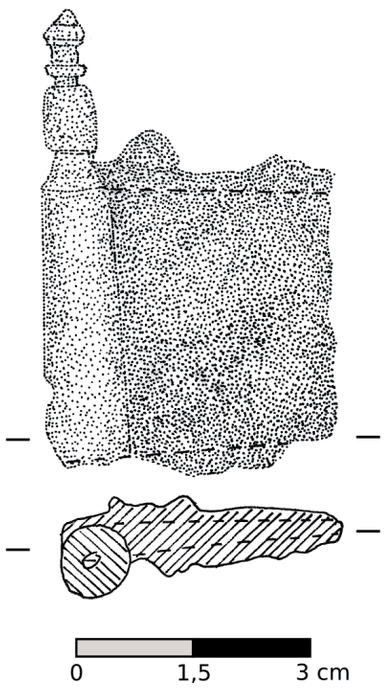
Peça n.º 177
Dim.: *esp. do corpo-0,2cm, larg. máx. do corpo-2,5cm, comp. total-5,2cm, ø dos orifícios para pregaria-0,2cm, comp. do eixo-3cm, ø do eixo-0,7cm*
Cron.: Século XVII (?).
Prov.: Sector SW, Compartimento F1, Camada superficial (máquina). Este é um nível posterior ao terramoto.



Peças n.º 179, 181, 182 e 183
Dim.: *comp. do eixo-3,5cm, ø do eixo-0,5cm, ø do orifício para pregaria-0,3cm, esp. dos corpos-0,2cm, largura dos corpos-2,2cm, altura dos corpos-8,1cm, altura do elemento triangular-2,5cm, esp. do elemento triangular-0,15cm, ø dos orifícios para o prego-0,5cm, ø da cabeça do prego-0,3cm, comp. do espigão do prego-2cm*
Cron.: Século XVII/primeira metade do século XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada 17 da sondagem 1. Nível do terramoto.



Peça n.º 178
Dim.: *esp.-0,4cm, largura máx. do gancho-5,1cm, largura máx. do corpo-0,5cm, comp. máx.7,7cm, ø do orifício para pregaria-0,3cm*
Cron.: Século XVII/Primeira metade do século XVIII.
Prov.: Sondagem 9, Camada 33. Este é um nível do terramoto.



Peça n.º 180
Dim.: *esp. do elemento quadrangular-0,2cm, largura do elemento quadrangular-3,5cm, altura do elemento cilíndrico-5,7cm, comp. máx.-7,7cm, ø da base do elemento cilíndrico-1cm*
Cron.: Século XVII/inícios século XVIII. Nível anterior ao terramoto.
Prov.: Sondagem 11, Camada 26 (sob o pavimento).

de cobre recortada. Estas peças remetem-nos para um horizonte britânico ainda que possam tratar-se perfeitamente de produções nacionais de imitação e pudemos encontrá-las num aparador do século XVII, precisamente de estilo inglês (Rubira, 1948, p. 90). Todavia, este paralelo possui apenas quatro orifícios para os pregos e não dispõe do elemento central triangular que tem também uma função de fixação - embora não seja muito clara a sua funcionalidade específica, bem como a sua articulação.

O único artefacto encontrado em contexto dos casebres é de uma cronologia anterior aos mesmos, o que nos leva a pensar que se trataria de um móvel de família ou de uma espécie de antiquário que aí se teria instalado até pouco tempo antes da construção da praça, uma vez que foi encontrado numa camada superficial. Referimo-nos ao exemplar n.º 177, elaborado em liga de cobre, mediante a técnica de molde e que apresenta uma forma muito característica de alguns móveis orientais. A deformação desta peça não se deve às circunstâncias de deposição e está relacionada com o formato do suporte. Foram encontrados paralelos semelhantes num cofre de reserva do Santíssimo Sacramento, de factura indiana (Guzarate), datado do século XVII[17] (Pinto, 1992, p. 48); e numa papeleira do século XV/XVI proveniente

17. Embora o autor aponte para a possibilidade das ferragens serem posteriores ao móvel

da Ligúria (Montenegro, 1955, p. 18). Em ambos casos, a dobradiça está aplicada numa tampa abaulada à qual se adapta a forma de ferragem.

2.5 Cantoneiras

As cantoneiras constituem um grupo relativamente pequeno, representado apenas por três peças em liga de cobre, com características muito distintas.
O exemplar de maior qualidade ostenta uma decoração vazada e, apesar do facto de não ter sido ainda restaurado nos impeça avaliar os detalhes da sua decoração, esta seria muito semelhante à dos espelhos de estilo "indo-português" apresentados anteriormente. Não obstante as limitações expostas, poderemos encontrar vários móveis deste estilo com decorações de metal dourado análogas, remetendo-nos para uma cronologia entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, posto que foi encontrada numa camada estratigráfica anterior ao terramoto. Várias destas peças, como contadores, escritórios ou ventos, conservam-se em distintos museus nacionais, dos quais se poderão destacar o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Soares dos Reis.
Os restantes materiais desta categoria parecem reportar para o âmbito das produções nacionais. O objecto catalogado com o n.º 185 foi elaborado em chapa metálica recortada e a terminação em flor-de-lis estilizada corresponde a uma forma recorrente nas chapas de reforço das arcas, encontrando vários paralelos semelhantes, nomeadamente uma arca do Museu de Lamego (Bastos, 1999, p. 40 e 41).

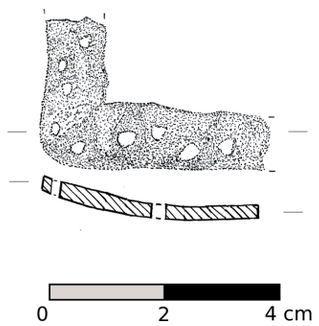
O exemplar 186 foi executado a molde e mostra um desenho bastante original, em forma de volutas, com uma decoração floral cujos detalhes se perderam pelo facto de estar fracturada. Não foi detectada qualquer cantoneira de formato semelhante mas o seu desenho grosseiro encontra paralelos nos trabalhos portugueses que adoptam elementos orientais, devendo ser relativamente tardia. O adorno floral é muito semelhante ao que remata o escudete n.º 158 e, ainda que a composição seja distinta, poderemos aproximar cronologicamente estas peças, facto atestado pela presença na mesma camada de exemplares datados do século XVIII.

2.6 Garras/Pés

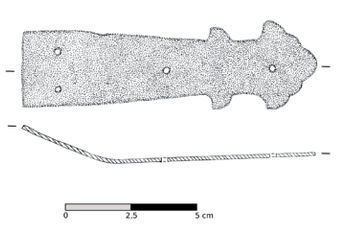
As garras são uma categoria que levanta algumas problemáticas, na medida em que constituem o suporte de peças sobre as quais se gerou muito pouca documentação e não foi possível encontrar paralelos exactamente iguais. No entanto, pelas dimensões e peso que apresentam, podemos colocar a hipótese de terem pertencido a relógios, salvas ou inclusive a estojos de faqueiros.
Cabe porém destacar que a peça n.º 190 apresenta um polimento ao nível da espessura da base de assentamento e que, muito possivelmente, se destinaria a facilitar o encaixe[18]. A visualização do exemplar à lupa binocular permitiu ainda identificar vestígios muito

18. Ao contrário das restantes superfícies onde encontramos várias imperfeições, esta zona está muito bem limada.

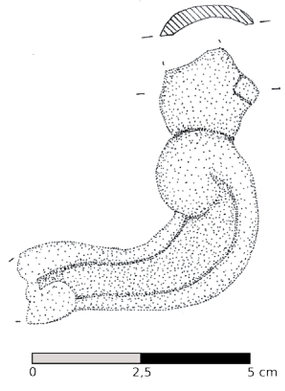
QUADRO 5- Cantoneiras



Peça n.º 184
Dim.: *comp.-3,8cm x 3,6cm, largura máx.-2,3cm, largura mín.-1,55cm*
Cron.: Século XVII/primeira metade do século XVIII.
Prov.: Sector SE, Compartimento 1, Camada 1 (Fase II).
Obs.: A peça encontra-se ligeiramente abaulada devido ao formato da estrutura de suporte, como o paralelo encontrado.

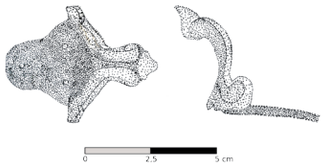


Peça n.º 185
Dim.: *comp.-7,7cm x 4,3cm, largura máx.-3,3cm, esp.-1mm*
Cron.: Século XVII/ XVIII (?).
Prov.: Sector SW, Camada superficial.

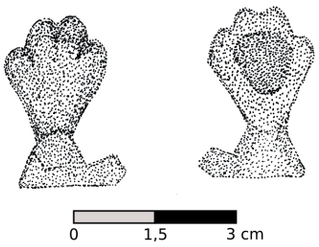


Peça n.º 186
Dim.: *comp.-3,8cm x 3,6cm, largura máx.-2,3cm, largura mín.-1,55cm*
Cron.: Fins do século XVII/XVIII (?).
Prov.: Sondagem 9- Alargamento (a Sul da sondagem 1 e 3), Camada 17 da sondagem 1.

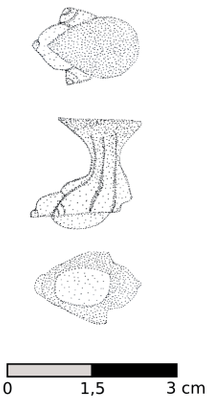
QUADRO 6- Garra / pés



Peça n.º 188
Dim.: *altura-3,5cm largura máx.-2cm largura mín-1,3cm esp.-0,3cm base de assentamento superior-3,4cm x 4cm*
Cron.: Século XVIII/XIX.
Prov.: Sector Centro Este, Camada 9.



Peça n.º 189
Dim.: *comp. do pé-2,4cm, largura máx. do pé-1,9cm, largura mín. do pé-0,7cm, esp. do pé-0,5cm, largura dos dedos-0,5cm, altura da garra-1,4cm, esp. da perna-0,7cm, largura da base sup.-1cm, comp. da base sup.-2cm*
Cron.: Século XVII/XIX.
Prov.: Sector Centro, Compartimento E, Camada 9.



Peça n.º 190
Dim.: *comp. do pé-2,8cm, largura máx. do pé-2,3cm, largura mín. do pé-0,8cm, esp. do pé-1,7cm, largura dos dedos-0,5cm e 1,3cm, altura da garra-3,3cm, esp. da perna(?)-1cm/1,2cm, largura base sup.-1,8cm, comp. base sup.-2,5cm*
Cron.: Século XVII-XIX.
Prov.: Sondagem 15, Camada superficial (Fase II).

ténues de uma pintura de tom avermelhado, originalmente aplicada em toda a superfície.

A garra é um motivo que, embora conheça uma grande divulgação no século XVIII e mesmo XIX, tem antecedentes mais recuados e não poderemos, dada a incerteza estratigráfica, avançar com mais resultados acerca da sua cronologia.

2.7 Pináculos metálicos

Os pináculos metálicos foram empregues na decoração de armários, relógios de mesa, mas também no topo do encosto de cadeiras (um em cada ponta). Nos casos em que a sua classificação como pináculos é indubitável, a determinação do tipo de suporte é também clara, visto que adquirem formas e dimensões distintas nos diferentes casos. No entanto, é possível que alguns modelos pudessem ter sido usados simultaneamente como pináculo ou pé de pequenos móveis, como sucede com as peças n.os 196 e 197. No primeiro caso, detectamos a sua utilização no topo de papeleiras e oratórios de produção inglesa e nacional[19], mas em madeira, e como suporte de um relógio[20]. No que concerne ao segundo exemplar reconhecemos paralelos com o pináculo de um relógio de pêndulo, datado de 1695 (Bracket, 1950, pl. XCII), mas também na base de um relógio de mesa, datado de 1660 (Bedel, 1989, pl. 102c), ambos de produção inglesa.

A peça n.º 195 apresenta as características formais de um pináculo, no entanto, é completamente maciça e não possui qualquer espigão para encaixe. Neste sentido, é possível que a sua fixação se realizasse mediante a incrustação da base na madeira mas não localizamos nenhuma peça semelhante.

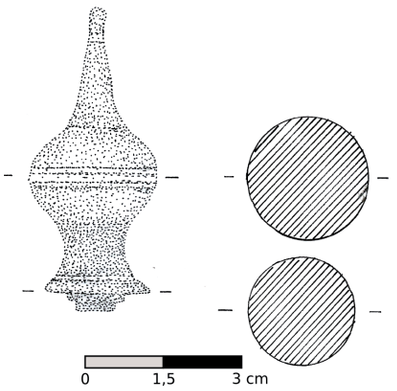
Ao contrário dos objectos referidos anteriormente, o n.º 193 pertenceu claramente a uma cadeira, correspondendo a um modelo frequentemente usado nas produções nacionais, durante o século XVII. Neste contexto, encontramo-lo em assentos de couro lavrado, podendo ou não ter braços, mas também estofados[21] e que normalmente eram decorados com pregaria dourada de diferentes dimensões, completando assim o contraste de cores entre o metal brilhante a o castanho-escuro da madeira e/ou do couro.

No que concerne ao modelo do n.º 191 constatamos o seu uso numa cómoda acharoada, do século XVIII (?) (Proença, 2002, inv. 671 e 785) e não obstante o exemplar desta colecção ter sido encontrado na cozinha do palácio, o facto de pertencer a um contexto de entulhos correspondentes à fase intermédia de ocupação do palácio não nos permite assegurar a sua localização original nesta zona da casa.

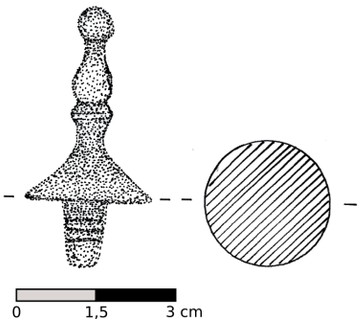
19. Em peças pertencentes à colecção da Fundação Ricardo Espírito Santo.
20. Da Casa Museu Medeiros e Almeida, em Lisboa.

21. Cadeira de braços, de nogueira (do século XVII) do Palácio Nacional de Sintra; cadeira em castanho de produção nacional (finais do século XVII) (Guimarães, 1924, fig. 17 e 42), cadeira de nogueira torneada de produção nacional dos finais do século XVII (Freire, 2001, inv. 4, 519, 595), cadeira em pau-santo (segunda metade do século XVII) (Pinto, 1987, fig. 43) e cadeira do Museu dos Patudos da segunda metade do século XVII (Pereira, 2008, p. 217).

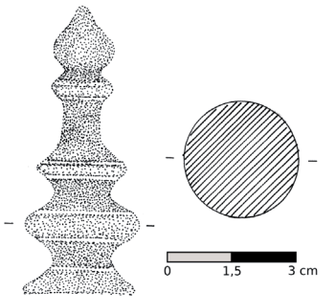
QUADRO 7 - Pináculos



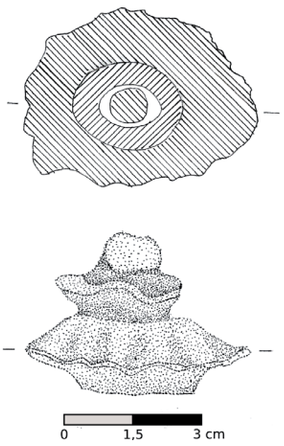
Peça n.º 191
Dim.: *ø máx. da base-1,6cm, ø máx. do corpo central-1,7cm, ø máx. do remate-0,8cm, altura total-3,2cm, altura do pé-0,3cm*
Cron.: Meados do século XVIII.
Prov.: Sector SE, Sondagem 11 A, Camada 29 (cozinha – prolongamento da sondagem **11**). Nível de entulhos correspondente à fase intermédia de ocupação do palácio.



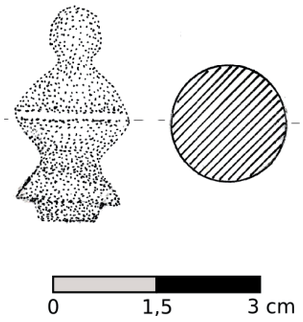
Peça n.º 193
Dim.: *ø máx. do corpo-0,7cm x 0,7cm x 0,8cm x2,2cm, ø do espigão-0,7cm x 0,5cm, comp. total-4,7cm, comp. do espigão-1,3cm*
Cron.: Século XVII.
Prov.: Sector SW, Compartimento H, Camada 11.



Peça n.º 195
Dim.: *ø da base-2,6cm, ø maior do corpo-2,8cm, ø do remate-1,5cm, comp. total-6,75cm*
Cron.: Século XVIII/XIX
Prov.: Sector Centro Este, Camada superficial.



Peça n.º 196
Dim.: *ø da base-2,5cm, ø maior do corpo-4,9cm, ø do remate-1,3cm, comp. total-3,5cm*
Cron.: Século XVII/XVIII.
Prov.: Sector Centro Este, Camada superficial.



Peça n.º 197
Dim.: *ø do pé-0,9cm, ø da base-1,6cm, ø máx. do corpo-1,7cm ø do remate-0,8cm, comp. total-3,2cm, comp. do pé-0,3cm*
Cron.: Século XVII.
Prov.: Sondagem 12, Camada 3 (interior da cisterna).

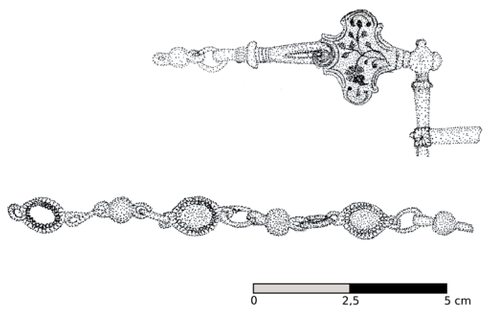
2.8 Chave

O único artefacto desta categoria é uma chave de relógio com dois "canhões" que se destinavam a acertar a máquina e a dar corda à mesma. Esta foi encontrada em associação com uma corrente e estaria presa mediante um sistema de mola. O mecanismo de abertura da mola seria activado mediante o desenroscar de uma pequena argola e o exercer de pressão sobre a peça, à semelhança de um alfinete de dama.

Frequentemente estas correias aparecem associadas a vários objectos relacionados com o relógio, formando uma espécie de dixes de execução muito cuidada e que poderiam ser transportados como parte de um adorno pessoal. A decoração das peças é bastante minuciosa e, embora alguns motivos não estejam perfeitamente centrados, o detalhe aproxima-a a um exemplar de joalharia. Este objecto foi exumado fora de contexto e não poderemos, a nível estratigráfico, fornecer uma cronologia segura. As chaves de relógio raramente aparecem expostas em museus[22] nem figuram de catálogos mas identificamos uma decoração semelhante em chavões para bolos de uma colecção açoriana (Martins, 1981, p. 150 e 151).

22. Destaque-se a colecção de relógios da Casa Museu Medeiros e Almeida.

QUADRO 8 - Chave de relógio



Peça n.º 198
Dim.: *comp. da "empunhadura"-2,8cm, esp. da "empunhadura"-0,2cm, comp. da haste vertical-2,9cm, comp. da haste horizontal-1,4cm, ø da haste vertical-0,25cm, ø da haste horizontal-0,3cm, comp. da mola-2,2cm, esp. da mola-0,2cm*
Prov.: Camada dispersa (embasamento da estátua).

2.9 Candeias

Os fragmentos de candeia correspondem, na sua totalidade, a um modelo que conheceu uma grande divulgação durante os séculos XVIII a XIX, tanto em Portugal como em Inglaterra (Dinastia, 2001, p. 71 e Lima, s.d., p. 189 e 194). Este está composto por um pé alto e torneado, com um ou vários bicos e pega superior, totalmente em metal, e é possível que alguns destes fragmentos tivessem pertencido unicamente a um objecto.

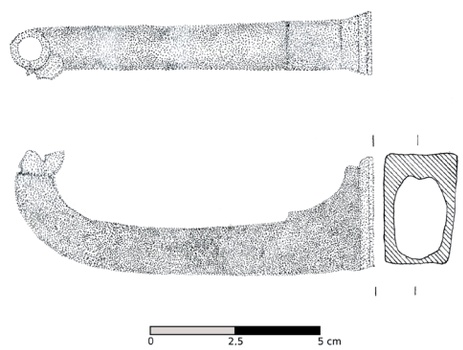
No que concerne às técnicas de produção, este tipo de candeia compõe-se de várias peças realizadas a molde, elaboradas individualmente, e que encaixam umas nas outras. O facto de terem uma estrutura vazada facilitaria o seu alinhamento e permitiria a passagem de um espigão que unia o pé ao corpo principal e à pega[23]. No exemplar n.º 199, que corresponde a um bico, foi possível observar uma solução à base de cobre que se destinaria conferir-lhe uma tonalidade dourada, e que frequentemente se denomina de "ouro velho". Mais tarde, esta candeia foi sujeita a uma remodelação no sentido de a decorar, agora, em tons avermelhados. Tal sucede também nos exemplares de pé n.os 201 e 203, bem como na pega onde se preserva unicamente na zona exposta destes objectos. Após a aplicação da referida "pintura", a peça terá conhecido ainda um largo período de vida visto que, na zona da pega, apresenta um maior desgaste precisamente nas zonas de contacto com a mão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

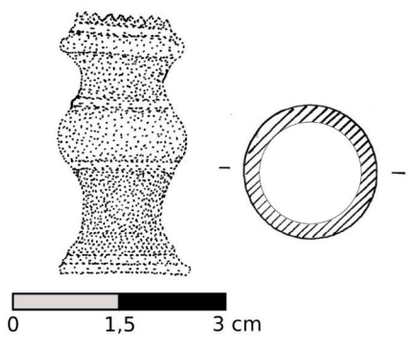
A colecção apresentada evidencia uma maior concentração de espólio pertencente à primeira fase de ocupação do palácio, caracterizado por peças de importação europeia e asiática, e uma forte influência dos mesmos nas produções nacionais. A família Marialva seria possuidora de uma grande variedade de móveis de considerável qualidade e dos quais se conserva apenas uma

23. A existência deste espigão conserva-se unicamente no exemplar n.º 203.

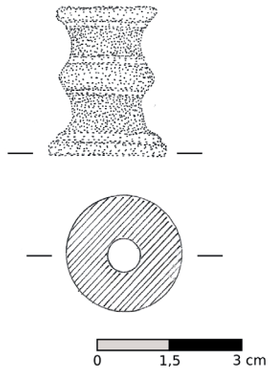
QUADRO 9 - Elementos de Candeia



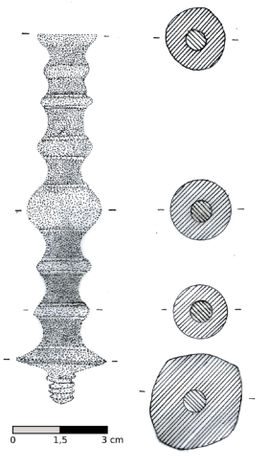
Peça n.º 199
Dim.: *largura média do corpo-1,2cm, ø da boca-2,1cm, altura total-2,4cm, comp. total-5,4cm*
Obs.: Apresenta uma camada negra, vestígio das gorduras utilizadas.



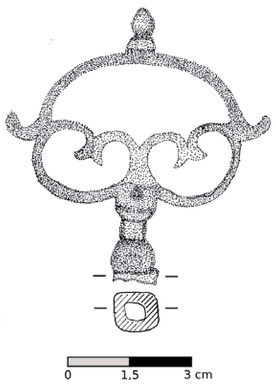
Peça n.º 201
Dim.: *ø mínimo-1,3cm, ø máx.-2,4cm, ø do orifício-0,9cm, comp. total-3,2cm*



Peça n.º 202
Dim.: *ø mínimo-1,2cm, ø máx.-1,85cm,ø do orifício-0,9cm, comp. total-3,8cm*
Obs.: A consistência irregular da superfície superior parece sugerir que se encontra fragmentada, provavelmente porque a peça estaria composta por vários módulos elaborados a molde e posteriormente fundidos.



Peça n.º 203
Dim.: *ø da base superior-1,9cm, ø maior-2cm, ø menor-1cm, comp. do elemento quadrangular-2,9cm, comp. total-11,8cm, altura do espigão--1cm.*



Peça n.º 206
Dim.: *ø da base superior-1,9cm, ø maior-2cm, ø menor-1cm, comp. do elemento quadrangular-2,9cm,comp. total-11,8cm, altura do espigão-1cm.*

pequena parte, já que depois do terramoto se terá resgatado todo o espólio de maior valor. Tratando-se esta de uma pequena amostra do que não terá subsistido após o terramoto, somos obrigados a discordar com a ideia de que o mobiliário seria escasso nas casas nobres. Importa ainda mencionar os relatos de estrangeiros como William Beckford[24] que, se criticam a falta de beleza arquitectónica dos edifícios apalaçados da nobreza portuguesa, não deixam de apreciar a ostentação das festas, das quais foi palco também o palácio durante a sua ocupação pelos Marialva.

A partir do terramoto e com a ocupação deste espaço por famílias de fracos recursos ou por estabelecimentos comerciais, a qualidade das ferragens encontradas diminui substancialmente e, em alguns casos, registam-se tentativas de remodelação. Trata-se essencialmente de conferir uma tonalidade vermelha a peças originalmente douradas, facto que poderá estar associado a uma proliferação do gosto pelos móveis achinados, geralmente de cor vermelha. Os exemplares de maior qualidade, como os de estilo Sheraton que foram encontrados sobrepostos ou no interior de um recipiente metálico com a pregaria acessória, parecem-nos ter pertencido a um armazém de móveis que aí existia[25].

No que concerne aos centros de produção, ainda que não possamos determinar a origem de muitos dos artefactos em estudo, as suas características formais surgem-nos como manifestações estéticas de origem externo, o que nos revela uma influência desses centros no mobiliário português. A presença de elementos decorativos de importação terão contribuído para a difusão de produções nacionais ditas de imitação mas também o desenvolvimento de um estilo nacional, cuja concepção acaba por estar ao mesmo tempo favorecida e condicionada por essa mesma oferta.

24. De quase um século depois destes acontecimentos, chega-nos a notícia fornecida por um coleccionador íntimo da família Marialva e que terá ouvido o 5º marquês falar nas riquezas que outrora haviam preenchido o interior do palácio, fazendo referência às "ricas jóias e curiosas pratas (...) muitas e importantíssimas pinturas de Rubens e dos primitivos (...) tapeçarias e tapetes persas de dezoito e vinte e dois metros de comprimento" (Beckford, 1983, p. 163).
25. Está devidamente documentada a presença de um armazém de móveis de José Aniceto Rapozo (Diniz, 2008).

BIBLIOGRAFIA

BECKFORD, W. (1983) – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Carta de 3 de Novembro de 1787*. 2.ª ed., Lisboa: B.N. p. 163.

BEDEL, J. (1990) – *Encyclopedie des Antiquités & Brocante.* Paris: Larousse.

BRACKETT, O. (1950) – *English Furniture Illustrated – A Pictorial Review of English Furniture from Chaucer to Queen Victoria.* Londres: Ernest Benn Limited.

BOCCADOR, J. (1988) – *Le Mobilier Français du Moyen Age a la Tenaissence.* S.l.: édition d'Art Monelle Hayot.

CARITA, H. (s.d) – *Oriente e Ocidente nos interiores em Portugal*. Porto: Livraria Civilização.

COELHO, A. (2010) – *A papeleira miniatura chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio.*

Gonçalves e o comércio de arte do século XVIII. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

D'ALLEMAGNE, H. (1968) – *Decorative Antique Ironwork – A Pictorial Treasury,* Nova York: Dover publications.

DINASTIA (2001) – *Catálogo de Pintura Portuguesa, Moderna e Contemporânea, Mobiliário português, Inglês, Francês e Holandês, de diversas épocas e estilos, do século XVIII, XIX e XX.* Lisboa: Ed. Antiguidade. p. 71 e 81.

DINIZ, M. (2008) – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo. p. 85-100.

FERNANDES, L. e MARQUES, A. (2003) – Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma intervenção urbana. In *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana.* Amadora: Câmara Municipal. p. 31-43.

FREIRE, F. (2001) – *Mobiliário,* vol. I. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo.

GONÇALVES, A. (1953) – *Inventário Artístico de Portugal.* Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

GUIMARÃES, A. (1948) – *Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa.* Lisboa: Ed. Sá da Costa.

GUIMARÃES, J. (1875) – Memórias dos Casebres do Loreto. In *Summario de Varia História*, Vol.5. Lisboa: Rolland & Semiond.

GUIMARÃES, A. e SARDOEIRA, A. (1924) – *Mobiliário Artístico Português,* vol. I e II. Lamego: ed. Marques Abreu.

LIMA, F. (s.d) – *A arte Popular em Portugal*, vol. I, Lisboa: Verbo.

MACEDO, E. (1966) – *El Arte Luso Brasileño en el Rio de la Plata.* Buenos Aires: Museo Nacional de Arte Decorativo.

MARTINS, F. (1981) – *Mobiliário Açoriano – Elementos para o seu Estudo.* Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

MONCADA, C. de (2008) – Móvel Lusíada – uma sistematização. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º colóquio de artes decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. p. 153-164.

MONTENEGRO, R. (1995) – *Guia da História do Mobiliário – Estilos de Mobiliário do renascimento aos anos 50.* Lisboa: Presença.

NUTTING, W. (1954) – *Furniture Treasury (Mostly of American Origins) All Period of American furniture with some foreign examples in America also American hardware and household utensil.* Nova York: The Macmillan Company.

PEREIRA, F. (2000) – *O Couro Lavrado no Mobiliário em Portugal.* Porto: Lello.

PINTO, M. (1987) – *Os Móveis e o seu Tempo. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga Séculos XV-XIX.* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

PINTO, M. (1992) – *De Goa a Lisboa.* Coimbra: Instituto Português de Museus.

PROENÇA, J. (2002) – *Mobiliário da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.* Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

PROENÇA, J. (2008) – A colecção de mobiliário do Museu Condes de Castro Guimarães: ecletismos e revivalismos. In *Mobiliário Português. Actas do 1.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo. p. 115-126.

RUBIRA, J. (1948) – *Muebles de Estilo Inglés,* Buenos Aires: Ed. G. Gil.

SANDÃO, A. De (1999) – *O Móvel Pintado em Portugal.* Barcelos: Livraria Civilização.

SEQUEIRA, M. (1934) – *Depois do Terramoto – Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. IV. Lisboa: Academia das Ciências.

WHITE, C. (1999) – *Dutch, Flemish and German Painting Before 1900.* Oxford: University Press. p. 187.

FONTES DE ARQUIVO

AGN (Archivo General de la Nación), *Archivo Historico de Hacienda*, vol. 992, Exp. 1. 16 de Agosto de 1726.

AHPS (Archivo Historico Provincial de Sevilla), 696 Manuel Martínez Briceño, 1724, ofício 1: livro 1, f. 692.

AGL (Archivo General de Lima), Protocolos Notariales, 586 Lumbreras, 1793, f. 128v.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Lº 438.

UM CELEIRO DA MITRA NO TEATRO ROMANO DE LISBOA

INÉRCIAS E MUTAÇÕES DE UM ESPAÇO DO SÉCULO XVI À ACTUALIDADE

LÍDIA FERNANDES **Arqueóloga da Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade), coordenadora do Museu do Teatro Romano. Mestre em História de Arte. lidia.fernandes@cm-lisboa.pt**
RITA FRAGOSO DE ALMEIDA **Historiadora da Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade). rita.almeida@cm-lisboa.pt**

RESUMO O presente trabalho pretende trazer alguma luz sobre um edifício da cidade de Lisboa, pertença do antigo Cabido da Sé de Lisboa, designado por Celeiro da Mitra, certamente um dos muitos celeiros que terão existido na cidade de Lisboa em época moderna.
Os novos dados que se apresentam são a compilação de dados históricos dispersos, onde se sublinha o enorme contributo das informações contidas numa cópia do antigo Tombo de 1755 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), do punho de José Valentim de Freitas. No entanto, as informações documentais que possuímos são, até ao momento, muito escassas. Por esta razão os resultados arqueológicos que têm surgido ao longo de várias campanhas revestem-se de inegável importância.
O programa arqueológico que tem vindo a ser implementado desde 2001, integra-se no projecto de investigação do Teatro Romano de Lisboa realizado por uma das signatárias. Neste contexto, sublinha-se a particularidade do edifício do celeiro da Mitra ter sido construído aproveitando uma das estruturas do teatro romano da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. A implantação do celeiro, a sul da estrutura tardoz do edifício cénico romano, era, até 2001, data das primeiras intervenções, totalmente insuspeita. As escavações posteriores centraram-se na investigação deste espaço, com a preocupação de registar fases construtivas, que, ao longo de mais de dois séculos, pautaram a história desta edificação.
Pela primeira vez e, em grande medida, devido à singularidade da implantação deste celeiro, temos a possibilidade de observar a sua história, evolução e particularidades construtivas. O espólio em associação que, desde 2001, tem sido recolhido, possibilita uma ilustração das vivências de época moderna que terão preenchido um quotidiano que hoje nos é possível vislumbrar.

PALAVRAS-CHAVE **Teatro Romano, Lisboa, arquitectura, terramoto, reconstrução pombalina**

INTRODUÇÃO

O projecto do Teatro Romano que temos vindo a desenvolver desde 2001 tem pretendido cumprir o objectivo do estudo daquele espaço cénico, mas também o da sua envolvente.
A criação do Museu do Teatro Romano em 2001 deu início a um conjunto de investigações que, não se circunscrevendo à pesquisa documental e cartográfica, abarcou uma sistemática e intensa pesquisa arqueológica (campanhas arqueológicas realizadas em 2001, 2004 – 2006, 2009, 2010 – 2011), assim como um laborioso estudo da arqueologia da arquitectura.
Procurando atingir aquele intento, temos privilegiado o estudo do espaço cénico romano mas também do edifício onde hoje se instala o Museu, bem como os outros edifícios que o compõem. Abarcando duas ruas: a sul, a Rua Augusto Rosa para onde dá a fachada principal do museu e, a norte, a Rua de S. Mamede, onde se localiza uma habitação pombalina e respectivo jardim/pátio (n.º 3a e 3b), a ligação entre os dois edifícios é feita, actualmente e de forma provisória, por uma escada criada em 2001 aquando da abertura do museu.
O estudo que agora se apresenta procura caracterizar ambos os espaços: o edifício do museu – que concluímos pela investigação, tratar-se do antigo Celeiro da Mitra – e do edifício pombalino e jardim anexo, com entrada também pela Rua de S. Mamede, onde têm sido levado a cabo várias campanhas arqueológicas.
Fruto desta investigação transversal, que procura uma visão global da evolução e alteração do edificado, possuímos hoje um entendimento mais claro da evolução desta área da cidade e das relações, sempre subjacentes, com o teatro romano.
Construído nos inícios do século I d.C., a norte dos edifícios referidos, é este monumento que, em grande medida, pautará a instalação de novas construções na sua parte sul, quer as atribuíveis aos séculos XVII/XVIII, quer as edificadas durante a reconstrução da cidade após o terramoto de 1755 e que hoje se mantêm.

Manuela Leitão, CML

1. Actual fachada do Museu do Teatro Romano com frente para a Rua Augusto Rosa.

1. O MUSEU DO TEATRO ROMANO

1.1 O antigo edifício do Museu: fontes documentais e cartográficas

O Museu do Teatro Romano encontra-se instalado num edifício do século XVII, com sucessivas alterações, respondendo às diversas funcionalidades a que se destinou (fig. 1).
Originalmente constituído por dois pisos, o edifício foi possivelmente edificado para albergar um dos celeiros da Mitra. Já no século XIX (1878), foi-lhe acrescentado mais um piso[1], momento que marca o início da laboração de uma fábrica de malas, depois propriedade daquele que será o grande empresário Teodoro dos Santos.
No seu piso térreo abrem-se quatro janelas, de espesso gradeamento e molduras estreitas, posicionadas a elevada altura do chão e duas portas, de acabamento distinto entre si. Neste espaço, possivelmente a partir da 2.ª metade do século XVIII e substituindo a anterior funcionalidade de celeiro, localizaram-se as cavalariças da Sé. Vestígios desta actividade são um tanque e 24 manjedouras que aí se mantêm. Este piso, com uma entrada independente ao nível do r/c, não pertence ao Museu do Teatro Romano (R. Augusto Rosa, n.º 40). A separação com o andar superior é sublinhada por uma sércia contínua, relevada, de perfil recto, que contrasta com a pouca altura do piso. Aqui abrem-se vãos altos em igual número do andar inferior e posicionados no mesmo alinhamento vertical. Entre os dois do meio, observa-se uma pedra de armas pertencente ao arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1627 e 1630) e não, como comummente acontece, no piso térreo por cima da entrada principal[2]. O cunhal do lado nascente é composto por cantarias de calcário e o seu alinhamento, recuado em relação ao edifício contíguo, marca o local onde se localizaria o antigo Beco do Aljube sem Saída.
A investigação documental e bibliográfica, levada a cabo sobretudo nos arquivos municipais e na Torre do Tombo, tem permitido aprofundar o conhecimento sobre o local onde foi construído o teatro romano e, paralelamente, sobre os edifícios que, na sua envolvente, foram sendo construídos ao longo dos séculos.
Especial interesse tem suscitado o Celeiro da Mitra, evidências detectadas no decurso das campanhas arqueológicas de 2005 e 2006, na intervenção arqueológica realizada no edifício pombalino e respectivo jardim, que se localizam a norte do museu e dele fazendo parte. A informação disponível sobre este celeiro era, até ao momento, reduzida, tendo as intervenções arqueológicas permitido saber mais acerca da sua fundação, evolução e alterações ao longo dos tempos. Na cartografia que, já em meados do século XVII, se debruçou sobre esta zona

1. O pedido de alteração do edifício, constante do respectivo Processo de Obras, que se encontra no Arquivo Municipal de Lisboa, contém, anexo às plantas e alçados apresentados pelo proprietário, um despacho de autorização, datado de 7 de Agosto de 1878.

2. Refere Júlio de Castilho que terá existido uma inscrição por cima do emblema heráldico, copiado pelo Visconde de Castilho e entretanto desaparecida, a qual dizia: "Foreiro / as cadeiras su / premidas, hoje /encorporadas / no r simemario / do patriarca /do exist.e na v. ª/ de santarem / 1....3" (Castilho, 1936, p. 217).

Lídia Fernandes, CML

2. Perspectiva de sul para norte das talhas cerâmicas in situ já numa fase avançada da intervenção após a remoção das bocas em alvenaria (campanha arqueológica de 2005: pátio, R. S. Mamede n.º 3b).

da cidade, entre a qual se destaca a planta da autoria de João Nunes Tinoco[3], verifica-se a delimitação do espaço onde, provavelmente, se localizaria o Celeiro da Mitra, embora não conste qualquer referência ao edifício na respectiva legenda, circunstância que se manterá em cartas posteriores, muitas delas nem sempre evidenciando grande rigor na sua execução.

Dos exemplares consultados, é apenas numa planta da autoria de José Valentim de Freitas[4] que o Celeiro da Mitra surge pela primeira vez identificado. Atendendo ao facto de ser igualmente da sua autoria a cópia do *Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*[5], executada em 1894, julga-se que o reconhecimento da funcionalidade do edifício terá sido desvendado ao autor pela própria toponímia da cidade pré-pombalina, considerando-se a referência, no manuscrito original, de *Beco do Aljube que está por detráz do Celeiro da Mitra*.

Quanto às indicações bibliográficas que se referem a este edifício, estas são extremamente diminutas. A omissão deste espaço, na documentação sobre o abastecimento de cereais à cidade, poderá ser justificada pelo facto deste não corresponder verdadeiramente a um celeiro público[6]. Parece-nos, no entanto, inquestionável que, até aos finais do século XVIII, nas proximidades deste edifício tenha permanecido a função de armazenamento cerealífero, caso o original celeiro não estivesse em condições de continuar a manter tal utilidade. A atestar tal ideia, múltiplas talhas cerâmicas que encontrámos *in situ* na escavação arqueológica realizada em 2005 no jardim da habitação pombalina referida *supra*, permitem concluir quer da intencionalidade da sua deposição – enterradas e alinhadas, com a parte superior do bordo à vista e embebido numa estrutura circular de alvenaria, cobertas por um telheiro e delimitadas por um murete – quer da sua funcionalidade – todas destinadas ao armazenamento de cereais excepto uma, com vidrado amarelo no seu interior, que serviria para armazenamento de azeite (fig. 2). Apesar de tais vestígios se reportarem aos finais do século XVIII, é evidente que a vocação desta área, localizada a norte do Celeiro da Mitra, enquanto espaço de armazenamento se manteve ou, eventualmente, se deslocou para este novo local.

3. Executada em 1650, reveste-se de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Levantada no decorrer das guerras da Restauração, com o intuito de avaliar o estado das muralhas da cidade, representa, apesar dos seus objectivos puramente militares, um importante resumo da história urbana da capital. Entretanto desaparecida, dela se conhece a cópia *Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales* (Desenho aguarelado. 1850). Este exemplar constitui a primeira cópia do original, mandada realizar pelo general Pinheiro Furtado e por ele oferecido à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1850. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o n.º Inv.: MC.DES.1084.

4. O original consultado é uma cópia do desenho de José Valentim de Freitas por José Bárcia, com o título *Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço*. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Contém a inscrição "Copiado de um Borrão de José Valentim de Freitas. O original existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. J. Barcia copiou". Integra a colecção do Museu da Cidade, com o n.º Inv.: MC.DES.4295.

5. Cópia que se encontra no Museu da Cidade com o título: "Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894".

6. Ao tempo de D. Pedro II, *Na Consulta da camara a el-rei em 8 de maio de 1699* refere-se que "... como a experiencia tinha mostrado nas mais bem governadas republicas do mundo e n'este reino nas cidades e villas que tinham celleiros comuns, o grande beneficio que resultava á utilidade pública (...). Sendo visto n'este senado o decreto de V. Magestade, em que é servido ordenar que logo se lhe consultasse o que parecesse sobre os meios de se poder conseguir o estabelecimento de um celleiro publico n'esta cidade " Livº VIII de regº de cons. E dec. Do sr. Rei D. Pedro II, fs. 148 v. (cit. Oliveira, 1898, Tomo IX, p. 543 e 544).

O antigo Tombo de 1755, no qual se apresentam as dimensões das propriedades da cidade logo após o terramoto, omite as referentes ao Celeiro da Mitra, mencionando apenas que "*O Aljube e o Celeiro estão distinctos e habitados*"[7].

Contudo, embora de forma indirecta, informações fundamentais para a caracterização arquitectónica e funcional do edifício são fornecidas pelo mesmo documento. De facto, aí se refere que o Largo do Aljube tem de "*... largura, medida dos arcos da varanda do celeiro até à porta do Palácio do Arcebispo 56 e ½ palmos*"[8]. Do mesmo modo, na reedição da obra *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª metade do século XVI*, se diz que "O primitivo edifício do Aljube (...) Tinha a sua varanda provavelmente assente sobre arcos, como a do Celeiro da Mitra, que as perdeu (...) sendo separados os dois por um Beco, em declive..."[9]. Por último, no *Livro dos Cordeamentos 1614 – 1699*, encontramos a referência " ... defrente da porta dos pasos do arsebispo (...) que ficão pelas ilhargas da alpendorada que o dito cabido mandou sahir no tereiro que de novo fés..."[10], a propósito do registo da medição de duas travessas, possivelmente ao *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* e ao *Beco do Aljube sem Saída*, travessas que ladeavam o edifício da Mitra, pelos lados poente e nascente, respectivamente, sendo as medidas referidas, tanto neste documento como no Tombo de 1755, quase coincidentes[11].

Estas referências revelam, assim, a existência de uma arcaria no nível inferior do edifício, existente, pelo menos desde 1665, sobre a qual assentava a referida varanda. Considerando que o seu lado poente confinava com o denominado *Beco do Aljube que está por detráz do Celeiro da Mitra*[12] (em declive e que separava os edifícios do Aljube e do Celeiro da Mitra), a uma cota

3. ***Cadeia do Aljube*. Fotografia a preto e branco. Joshua Benoliel. Início do século XX. AML/AF.**

que coincidia com o 1º piso do edifício (cota absoluta 39,85 m), torna-se plausível questionar a possibilidade de aí existir um acesso directo ao espaço do Celeiro da Mitra pelo referido beco e possivelmente também através da referida varanda. Os vestígios daquele *Beco do Aljube que está por detráz do Celeiro da Mitra* foram por nós encontrados na escavação realizada em 2001 como analisaremos proximamente.

De mencionar a informação contida na *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*[13]. Nesta carta, respeitando a exigência imposta pela Reconstrução Pombalina, tanto o edifício como a respectiva envolvente são delineados com extremo pormenor, sendo visível a zona ocupada pela referida arcaria.

O Arquivo Fotográfico da CML possui uma imagem, realizada nos inícios do século XX por Joshua Benoliel[14] (fig. 3), onde se pode observar, no piso inferior do edifício, uma estrutura composta por pedras esquadriadas que sugerem a primitiva existência no local de uma qualquer edificação que avançaria para Sul, em direcção à actual Rua ou Largo defronte do mesmo edifício. Poderemos, pois, colocar a ideia de que tais arcos sob a varanda do celeiro se situariam precisamente

7. *Vide* n.º 5, Fl. 24.
8. *Idem Ibidem*, Bairro do Limoeiro, Fl. 2.
9. Esta obra, da autoria de João Brandão (de Buarcos), escudeiro fidalgo da casa de El-Rei D. João III, foi reeditada, em 1923, com comentários e notas de Gomes de Brito. A referência mencionada consta da nota n.º 386.
10. O registo é datado de 28 de Janeiro de 1665 e assinado por "João Luis mididor das obras desla cidade de Lixboa" constando no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699*, do Arquivo Histórico Municipal, com a referência BL.-2.A.058.05.35. De referir a relevância da referência, indiciadora de uma intervenção neste espaço em data próxima do referido registo, podendo-se questionar se se tratará da edificação do imóvel em questão, ou apenas de uma campanha de obras. Agradecemos à Dr.ª Edite Alberto (Arquivos Municipais da CML) a informação sobre este documento.
11. Relativamente à largura do *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra*, enquanto que no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699* se refere ser de sete palmos e meio, o Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 refere ser de 7 palmos. Quanto ao *Beco do Aljube sem Saída*, existe uma diferença de pouco mais de 3 palmos (correspondendo pouco mais do que 0,5 m) entre as duas medições – no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699* é dada a indicação de que teria cerca de 12 palmos de largura e no Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 são referidos 9 palmos.
12. Conforme denominação constante no fl. 11 do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 – Bairro do Limoeiro.
13. Projecto escolhido para a reconstrução de Lisboa após o Terramoto de 1755, da autoria dos arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel e datado de 12 de Junho de 1758. Apresenta a particularidade de mostrar as áreas arruinadas pelo terramoto de 1755, às quais se sobrepõe o projecto de reconstrução definitivo (escala: 2000 palmos).
14. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, com a legenda "Cadeia do Aljube" e com o n.º de cota JBN000308.

neste local. Ainda analisando de forma atenta a imagem referida, é fácil observarmos que não parece existir qualquer porta nesta fachada o que, se por um lado nos confirma as indicações dispersas contidas no Tombo de 1755, de que a entrada para o celeiro se faria pelo Beco do Aljube Com Saída, por outro, nos faz acreditar que a actual porta, que hoje se pode observar na fachada Sul – e que se encontrada descentrada em relação à fenestração existente –, será uma alteração posterior. Uma observação mais cuidada das pedras empregues na verga deste vão revela terem sido reaproveitadas de uma outra construção, sendo evidente que as faces laterais foram cerradas mecanicamente para terem um alinhamento mais correcto com o vão que encimam.

Uma outra imagem de 1967 do Arquivo Fotográfico da CML[15] e um desenho de Alfredo Mesquita publicado em 1903[16] documentam a existência, pelo menos até 1971, de uma outra porta, de maiores dimensões, localizada a nascente da anterior. Actualmente não visível pois o vão foi entaipado, ostenta uma verga com grande arco abatido e o seu posicionamento, em articulação porta/janela, sugere uma anterioridade em relação ao vão acima descrito.

Poderemos pois concluir, que a fachada sul deste edifício seria substancialmente distinta da que hoje lá vemos. Assim poderá ser explicada, em certa medida, a acentuada altura do piso térreo, uma vez que o corpo avançado composto pela varanda, bem como os arcos que a suportava, criariam áreas inferiores de menor ventilação e luminosidade que apenas um alto pé direito, na parte subjacente, obstaria.

O interior abobadado que actualmente se observa, corresponde a uma reconstrução pombalina, bem evidente nas arcarias de lançamento abatido e nas abobadilhas de tijolo argamassado, habituais a partir daquela época. Outra prova inquestionável é a pequena janela entaipada que se observa no exterior da fachada (lado poente do edifício), ao nível do r/c, e que, pelo lado interior, se encontra oculta pelas manjedouras, colocadas também elas em nossa opinião, somente a partir dos finais do século XVIII, simultaneamente à colocação do novo empedrado basáltico, em seixo rolado, que constitui, na actualidade, o piso de entrada neste espaço.

Significam estas considerações que a vocação de "Cavalariças da Sé", referida na bibliografia tradicional (Castilho, 1937, p. 218), somente passou a existir depois da reconstrução operada no edifício na altura da reconstrução desta parte da cidade nos finais do século XVIII ou já nos inícios da seguinte centúria. Concluímos, igualmente, que ambas as portas analisadas são coevas da reconstrução do edifício, confirmando-se que, originalmente, não haveria acesso ao interior por esta fachada.

2. CONTEXTO URBANÍSTICO DO CELEIRO DA MITRA

2.1 O Celeiro da Mitra e a envolvente no *Tombo da Cidade de Lisboa de 1755*

O Celeiro da Mitra encontrava-se ladeado, a nascente e a poente, respectivamente pelo *Beco do Aljube sem Saída* e pelo *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra*. São dois pequenos becos, de orientação N/S, o primeiro com um comprimento de 23,8 m e 2,03 m de largura e, o segundo, com uma dimensão de 9,6 m e largura a sul, de 2,9 m, estreitando para norte até atingir, no seu extremo, 1,57 m. Nestes limites os dois becos alargavam, formando dois pequenos pátios (fig. 4).

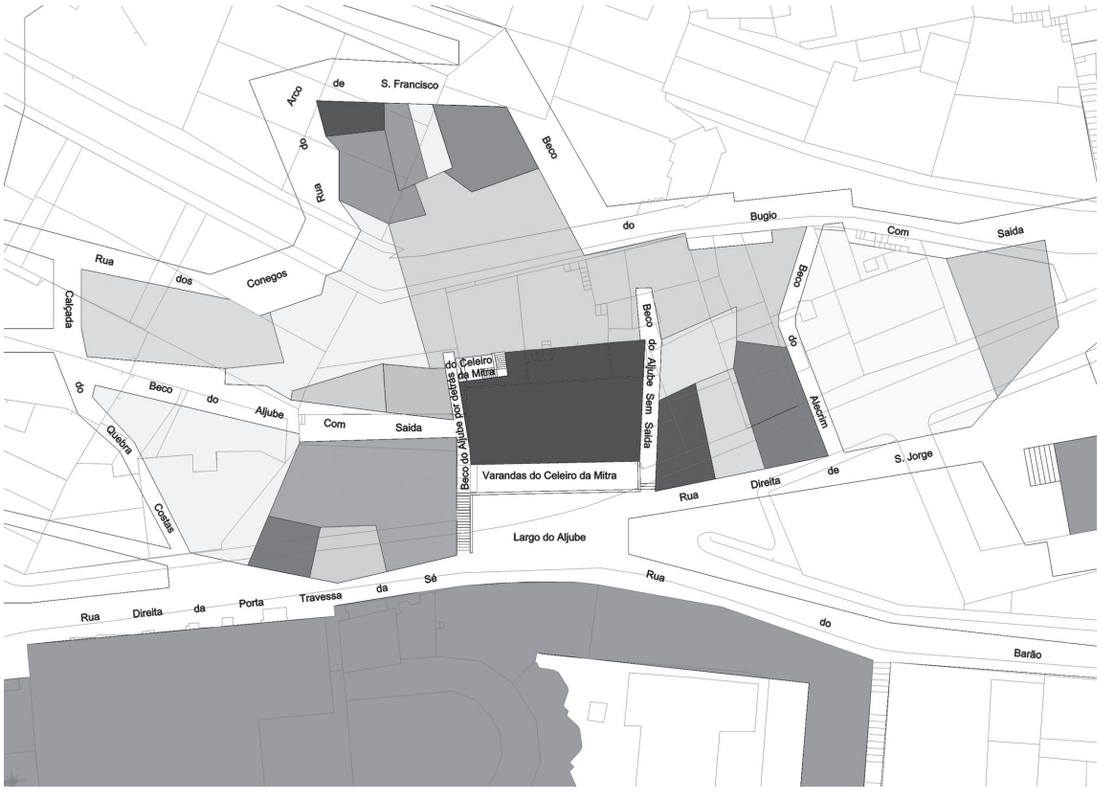
Com início no referido *Beco do Aljube por detráz do Celeiro da Mitra* e seguindo uma orientação sensivelmente este/oeste, desenvolvia-se o *Beco do Aljube com Saída*, cujo actual Pátio do Aljube é o seu descendente, ainda que a sua localização na cartografia tradicional[17] esteja incorrecta. A intervenção arqueológica realizada no actual Pátio do Aljube em 2009 (Fernandes, Sepúlveda e Antunes, no prelo) demonstrou a inexistência de qualquer vestígio deste pátio, pelo que defendemos que ele passe um pouco mais a norte, onde actualmente se situam os edifícios com frente para o actual pátio. Voltando ao antigo *Beco do Aljube com Saída*, no seu início, a nascente, esta via apresentava uma largura de 3,38 m. Continuava para poente descrevendo uma ligeira curva, mantendo exactamente essa dimensão até chegar ao seu limite Oeste. Aí, o beco alargava consideravelmente aproximando-se a uma espécie de largo com uma largura de 6,08 m (sentido N/S) e um comprimento de 10,23 m.

O *Largo do Aljube*, delimitado a norte pela larga fachada do Celeiro da Mitra, encontrava-se restringido a sul pela Basílica de St.ª Maria e sua rua fronteira, designada por *Rua Direita da Porta Travessa da Sé*. Esta, ao chegar ao *Largo do Aljube* bifurcava: a do lado sul era a *Rua do Barão* e que hoje permanece com a

15. Da autoria de Armando Serôdio, com o n.º de cota PT/AMLSB/SER/S04740.

16. Este desenho vem inserido no álbum "Originaes dos Desenhos / da obra / "Lisboa" / por / Alfredo Mesquita / (editada em 1903) / executadas sob a direcção / de / Alfredo Roque Gameiro / pelos artistas / Alberto de Sousa / António Ferreira Quaresma / António Santos Silva (Alonso) / Francisco Voigt / Francisco xara / José Affonso Vieira / Manoel Gameiro / Vicente Baldaque da Silva Ardisson / Tomo I / Desenhos n.º 1 a 100", pertencente à colecção do Museu da Cidade (n.º de Inv.: MC.DES.1818.24).

17. Podemos observar a sua representação física nas obras dos olisipógrafos Vieira da Silva e de Júlio de Castilho, bem como na planta executada por José Valentim de Freitas, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional e da qual existe uma cópia no Museu da Cidade, assinada por "J. Bárcia".



4. Planta hipotética da localização do Celeiro da Mitra e área envolvente, à data do Terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina (Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro, 2011. Museu da Cidade, CML).

mesma designação e sensivelmente com o mesmo traçado. A do lado norte era a *Rua Direita de S. Jorge*, cujo prolongamento entroncava na *Rua Direita de S. Martinho*. A área entre estas duas vias correspondia a um quarteirão de formato mais ou menos trapezoidal. Por último, refere-se um outro pequeno beco, designado por *Beco do Alecrim*, situado a meio da *Rua Direita de S. Jorge* e paralelo ao *Beco do Aljube sem Saída*. Estranhamente, na planta de J. Valentim de Freitas e reproduções posteriores que a tiveram por base, este beco é nitidamente mais pequeno que os outros que temos vindo a referir. Não obstante, a dimensão referida no *Tombo de 1755*... indica um comprimento de 31,05 m e uma largura de 2,25 m, ou seja, consideravelmente maior que o *Beco do Aljube sem Saída* ou do *Beco do Aljube por detráz do Celeiro da Mitra* e de dimensão pouco inferior ao do *Beco do Aljube com Saída*. Surpreende pois que, com base em tais dimensões, a representação destas artérias que encontramos nas várias plantas sejam nitidamente discrepantes entre si.

2.2 Alterações urbanísticas introduzidas pelo terramoto de 1755

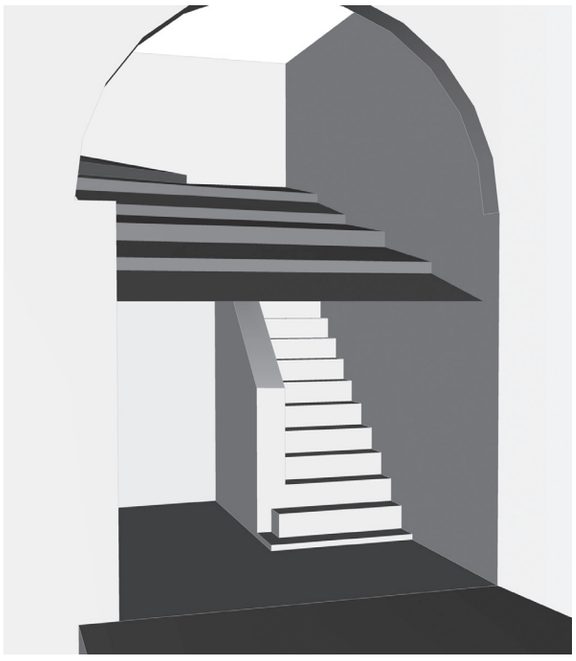
As alterações urbanísticas enunciadas na reconstrução da cidade procuraram alterar o emaranhado de ruas, vielas e becos que proliferavam em praticamente toda a zona oriental de Lisboa.

A solução encontrada pela Reconstrução Pombalina foi a da criação de patamares que detinham uma dupla funcionalidade: por um lado venciam o desnível acentuado da colina, por outro, constituíam uma solução que dava destino às largas toneladas de escombros que, muito tempo após o Terramoto de 1755, ainda recobriam a cidade.

A construção de tais patamares foi planificada e delineada de várias formas, de acordo com a dimensão e altura do declive a vencer. Deste modo, abriram-se novas ruas de diversa orientação, desaparecendo as anteriores artérias. Em outros locais, no entanto, conseguem-se vislumbrar condicionalismos pré-existentes. Tal situação pode verificar-se neste local com a manutenção de alguns eixos definidos pelo Celeiro da Mitra, construção que pautou a nova reedificação urbana até aos nossos dias.

No caso do edifício pombalino, escavado em 2001, 2005, 2006 e 2011 e que hoje integra o Museu do Teatro Romano, obtemos novas informações. Esta casa encosta actualmente, pelo lado sul, ao edifício do antigo Celeiro da Mitra e a norte aproveita a estrutura do *postcaenium*[18] do teatro como alicerce da sua fachada. A intervenção no seu interior evidenciou que toda a área,

18. O *postcaenium* é uma enorme estrutura que existe nos teatros de época romana que suporta a fachada cénica. No caso do teatro de *Olisipo*, esta imponente estrutura media 4,5 m de largura e sustentaria não apenas a fachada com frente para os espectadores, mas também a própria colina onde o teatro assentava.



5. Reconstituição tridimensional da calçada dos finais do século XVIII, sobreposta ao pavimento do antigo *Beco por detráz do Celleiro da Mitra* existente neste local até ao terramoto de 1755 (autoria de Carlos Loureiro, Museu da Cidade, CML).

com desníveis profundos, foi integralmente preenchida pelos escombros resultantes da reconstrução desta parte da cidade, ocorrida nos finais do século XVIII ou posteriormente.

Um momento intermédio pode ser registado pela presença de uma calçada em rampa (fig. 5), construída sobre aqueles escombros, que estabelecia a ligação entre o antigo *Beco por detrás do Celeiro da Mitra* – calçada também detectada na escavação, que foi desactivada depois do terramoto – com a futura Rua de S. Mamede.

Com a nova planimetria urbanística as vias mais íngremes foram simplesmente suprimidas[19], passando a substituí-las ruas mais largas, paralelas entre si, que vão sucessivamente contornando a colina. Aquela calçada em rampa documenta, igualmente, a necessidade de criação de artérias temporárias, quer para uma maior facilidade de acesso aos locais de obra, quer para possibilitar a circulação da população, a qual, no decurso da reconstrução desta parte da cidade, deveria revestir-se de grandes constrangimentos.

Como observamos, o teatro romano constitui uma pre-existência que condicionou a definição do novo urbanismo e algumas das soluções arquitectónicas que ainda hoje se mantêm. Com efeito, a Rua de S. Mamede implanta-se no local onde passaria a antiga fachada cénica e respectivo palco, obedecendo precisamente à mesma orientação nascente / poente. Por outro lado, a fachada dos n.os 3a e 3b e n.º 5 da mesma rua, como referido, aproveita a enorme estrutura do *postcaenium* como embasamento, seguindo rigorosamente o mesmo alinhamento (Fernandes, Sales, 2005, p. 28-32; Fernandes, 2007, p. 27-39).

Mais a sul, o actual Pátio do Aljube[20] é o sucedâneo do antigo *Beco do Aljube com Saída*. Curiosamente, a largura que este pequeno pátio possui é praticamente coincidente com as dimensões que são indicadas no *Tombo de 1755*.... Com efeito, aos 3,38 m que são indicados no levantamento, temos agora 3,62 m, a nascente[21]. No que respeita ao comprimento as dimensões são mais díspares, uma vez que os actuais 21,63 m são nitidamente inferiores à dimensão do beco original, com cerca de 33,53 m. A parte restante para poente corresponde, na actualidade, ao pátio do edifício n.º 9 da Rua de S. Mamede.

De facto, refere Luís Pastor de Macedo que o actual Pátio do Aljube ocupa "... parte do chão que antes de 1755 era ocupado pelo beco do Aljube com saída" (Macedo, 1940, p. 77), sendo o seu acesso efectuado através de escadaria. Júlio de Castilho refere que "Apenas separado do Aljube pela escada de pedra citada, fica um outro edifício conhecido por *celeiro da mitra*, actualmente com rez-do-chão e dois andares (...). O edifício tem, na sua parte posterior uma escada de cantaria para acesso ao primeiro andar, de que ainda se conserva uma parte, mas vedada (...). Noutros tempos era a passagem para o pátio do Aljube feita por uma escada com seu adro, defronte da porta travessa da Sé, que a Câmara Municipal mandou demolir em Junho de 1836, substituindo-a pela escadaria de pedra entre os dois edifícios, que lá está" (Castilho, 1937, p. 217-281)[22].

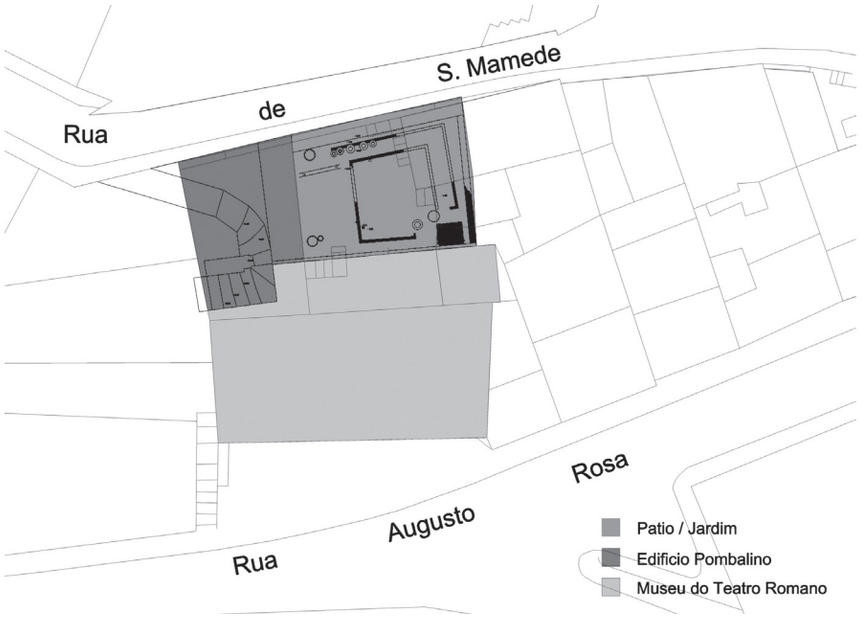
Esta nova escada é a que ainda hoje existe, e por onde se acede ao Beco do Aljube, o reedificado depois do terramoto de 1755 e por onde se tem acesso quer aos edifícios com entrada por esse mesmo beco, quer ao actual Museu do Teatro Romano.

19. A nova artéria da Rua de S. Mamede, citando somente um exemplo, substitui o anterior traçado medieval, desactivando a antiga *Rua dos Cónegos*, o *Beco do Leão*, o *Beco do Aljube com Saída*, a *Calçada do Quebra Costas* e, ainda, a *Rua do Arco de S. Francisco*. Todas estas vias, plenamente secundárias, implantavam-se ora em sentido este / oeste, ou perpendicularmente, isto é, constituíam-se como artérias que permitiam vencer o desnível de forma directa – sentido norte / sul – ou contorná-lo, oferecendo ruas de declive menos acentuado e que estabeleciam a ligação entre as actuais Rua Augusto Rosa e Rua de S. Mamede.

20. Este pequeno pátio dá entrada para os edifícios com os n.os 2, 3, 4 e 5, sendo este último o da entrada principal para o Museu do Teatro Romano.

21. A Oeste a largura do pátio é de 3,66 m. A parede que o delimita deste lado tem duas portas. A do lado sul dá serventia a um dos pátios traseiros dos edifícios, a do lado norte permite aceder, através de uma escada, ao pátio tardoz do edifício n.º 9 da Rua de S. Mamede.

22. Com efeito, na *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa*, referente ao ano de 1836, em Junho, lá encontramos "Fêz [a Câmara Municipal de Lisboa] demolir uma antiga escada, com seu adro, que existia defronte da Porta Travessa da Sé, na Rua do Limoeiro; e mandou construir uma escadaria, que dá serventia aos moradores do Bêcco do Aljube, que noutro tempo se serviam da dicta arcada. Por estes meios, deu evidentemente belleza e commodidade ao referido sitio".



6. Planta onde estão assinaladas as duas áreas de escavação, numa primeira fase dos trabalhos (campanhas de 2001 e 2005): casa pombalina e respectiva área do jardim ou pátio (Desenho em *Sketchup* da autoria de Carlos Loureiro. 2011. Museu da Cidade, CML).

3. O PROJECTO DE INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO TEATRO ROMANO: INTERVENÇÃO NO N.º 3-B DA RUA DE S. MAMEDE

Na sequência do projecto de instalação do Museu do Teatro Romano foi realizada em 2001 a primeira intervenção arqueológica no interior do edifício pombalino[23]. A escavação arqueológica foi realizada previamente à obra de adaptação do edifício onde hoje se instala o Museu do Teatro Romano (Fernandes, 2006, p. 181-204; Fernandes, 2007, p. 27-39). Este edifício, com fachada para a Rua Augusto Rosa, tem acesso exclusivamente pelo Pátio do Aljube n.º 5. O espaço do museu abrange também, como referido, o edifício pombalino situado a norte, tendo como ligação entre os dois espaços, uma escada provisória. A campanha realizada entre Setembro e Novembro de 2011 permitirá a conclusão da intervenção por baixo do edifício pombalino, abrindo a possibilidade de estabelecer uma nova ligação entre os dois edifícios.

Ocupando o museu apenas o segundo piso do edifício com frente para a Rua Augusto Rosa, a área subjacente ao edifício pombalino e respectivo pátio deparavam-se como os únicos espaço livres onde seria possível a realização de uma intervenção arqueológica, e a hipótese simultaneamente, de investigar a área imediatamente a sul do teatro romano.

23. Originalmente com entrada pela Rua de S. Mamede n.º 3a, o respectivo jardim/pátio, com entrada pelo n.º 3b, foi intervencionado posteriormente (2005, 2006 e 2010).

3.1 Área do jardim/pátio

A área do pátio/jardim revelou, a um nível inferior, um enchimento artificial de toda a área que recobria o afloramento rochoso onde o *postcaenium* se alicerçou (Fernandes, 2007, p. 27-39; Fernandes; Pinto, 2009, p. 169-188). A estrutura mais importante desde logo detectada, foi o *postcaenium*, isto é, o enorme muro que suportava o teatro, a sua fachada cénica e, ao mesmo tempo, a colina onde foi implantado o monumento[24]. Este enorme muro constituía a infra-estrutura de contenção desta íngreme vertente e o limite do monumento cénico. Apesar de acreditarmos na existência de outras estruturas romanas na zona sul deste muro[25] – possivelmente jardins porticados e escadarias que venceriam o desnível até ao fim desta colina e ao eixo viário mais próximo que passaria nas proximidades da Rua Augusto Rosa – não foram detectadas quaisquer outras estruturas relacionadas com o edifício cénico.

A um nível superior, no entanto, as estruturas reveladas remetem para ocupações bastante mais tardias, atribuíveis aos finais do século XVIII ou já inícios do século XIX. Trata-se de um conjunto de talhas de grandes dimensões, alinhadas, que se encontravam enterradas

24. Construído maciçamente em *opus caementicium* e com contrafortes internos em aparelho esquadriado, apresenta um comprimento superior a 20 m e uma altura máxima de 8,40 m (medida atingida na campanha de 2010 e 2011).

25. De referir que um outro enorme muro romano, que ainda hoje suporta o actual terraço, também integraria, conjuntamente com o *postcaenium*, esta solução de patamares que estruturariam e alicerçavam a encosta onde foi construído o teatro.

no solo e cujas bocas foram reforçadas por estruturas de alvenaria. Seriam cobertas por um telheiro de uma só água que, a norte, se apoiaria provavelmente no muro do *postcaenium*, descarregando, a sul, sobre postes em madeira que encaixavam em pequenos pilares em calcário que integravam um murete de orientação nascente/poente. Foram exumadas seis talhas a norte e quatro a sul, num total de dez contentores[26], alguns inteiros e confirmando a vocação de pátio que, até à actualidade este espaço manteve (fig. 2).

3.2 Edifício pombalino

Este edifício, construído nos inícios do século XIX, apresenta duas fachadas, uma com frente para o jardim/pátio que lhe é fronteiro, a nascente, e outra para a rua de S. Mamede (fig. 6). A escavação do interior desta construção (a que já aludimos no ponto 2.1), evidenciou uma enorme potência estratigráfica que atinge praticamente 9 m de profundidade. A análise documental permitiu chegar à conclusão de que esta área, à época do terramoto, era pertença do Conde de Valadares (*Tombo da Cidade de Lisboa…*, fol. 11), ainda que o seu palácio se situasse no actual Largo do Carmo.

Num primeiro momento da intervenção, foi exumada uma calçada em seixo rolado à qual já aludimos (fig. 5) – com reaproveitamento de elementos pétreos – articulada em patamares que, do canto SW do edifício, se desenvolvia em rampa ascendente, para norte, local onde a estrutura se interrompia devido à construção do actual edifício.

Desconhecemos a cronologia exacta para esta rampa. No entanto, os entulhos subjacentes encontravam-se repletos de elementos arquitectónicos e cerâmicos que poderão ser associados à reconstrução operada, neste local, nos finais do século XVIII. Trata-se, a nosso ver, de uma urgente necessidade de tornar viável a comunicação entre os vários edifícios que subsistiram ao terramoto de 1755, como foi o caso do Celeiro da Mitra e do edifício do Aljube (*Tombo da Cidade de Lisboa* …. fl. 6), criando artérias provisórias que possibilitavam a circulação e dando vazão às toneladas de entulho que recobriam toda a área. Curioso referir que no terceiro quartel do século XVIII era este local conhecido por "barracas por detrás do Aljube" (Macedo, 1940, p. 77).

Subjacente a esta calçada em rampa foram exumadas várias estruturas arqueológicas de época coeva. Coincidentemente, trata-se de um espaço interior de uma habitação do século XVII ou dos finais do século XVI, que tem, sensivelmente, as mesmas dimensões da habitação pombalina que se lhe sobrepôs. Esta construção caracteriza-se por possuir dois pisos, com um superior em soalho, do qual restam evidencias nas paredes (em quase todo o perímetro do edifício), das concavidades rectangulares de colocação dos barrotes de suporte. Também o piso inferior, correspondente ao r/c, seria parcialmente revestido a madeira, ainda que a zona de entrada, na parede sul, tenha um revestimento em seixo rolado.

Esta parede sul, apresenta uma orientação este/oeste onde se abre, ao nível do r/c e na parte poente, uma porta com ombreiras e verga rectas em pedra de lioz. Ao nível do piso superior, nessa mesma parede, observam-se duas pequenas janelas de capialço que se abrem para sul. A porta aí existente dá acesso a um pequeno beco. Este beco seria, pela documentação da época, o *Beco por detráz do Celleiro da Mitra* já por diversas vezes referido (fig. 7). Aqui situava-se uma escada, articulada em dois lanços separados por um patim. O lanço inferior, de orientação este/oeste, acompanha a parede tardoz do museu (fachada norte) e o lanço superior, com uma implantação norte/sul, acompanha uma outra parede do museu com a mesma orientação, terminando numa soleira de porta que daria acesso ao primeiro piso da habitação.

26 Os quais podem actualmente ser observados no espaço museográfico (piso superior com entrada pela Rua de S. Mamede: edifício pombalino).

Lídia Fernandes, CML

7. Perspectiva de nascente para poente das várias estruturas arqueológicas, observando-se em primeiro plano a escada que, partindo do *Beco por detráz do celleiro da Mitra* (em baixo, em seixo rolado), dariam acesso ao piso superior. Do lado direito da imagem, o início da parede sul da habitação. Em segundo plano o arco entaipado da parede corresponde a uma infra-estrutura pombalina.

Lídia Fernandes, CML

8. Perspectiva de poente para nascente do lanço superior da escada, abrangendo o patim da mesma. Ao fundo observa-se o pequeno túnel que poria em comunicação este edifício com o Celeiro da Mitra.

No patim da escada sublinha-se a existência de duas pedras, reaproveitadas, com embrechados de várias cores[27]. Também na parede nascente do patim presenciamos um túnel que se destinaria a colocar em ligação este edifício com o celeiro, situado a sul, a um nível inferior (fig. 8).

Temos conservada, assim, parte da fachada deste edifício, ao qual se acedia pelo antigo *Beco por detráz do Celleiro da Mitra*. Esta fachada apresenta-se rebocada e estucada a branco. A parede norte desta construção é estabelecida pela estrutura do *postcaenium*. Esta face da estrutura romana encontra-se integralmente recoberta por rebocos brancos, observando-se, igualmente, a existência de um pequeno nicho, escavado no próprio muro e pertencente ao primeiro piso. Esta estrutura romana foi, assim, aproveitada e, ao longo dos tempos, modificada, adaptando-se às alterações que este edifício do século XVII, ou anterior, foi sofrendo.

Estes pormenores são curiosos, podendo indicar uma utilização como habitação da sua parte superior, eventualmente tratando-se de um espaço arrendado a particulares. Esta interpretação adequa-se à mencionada no *Tombo de 1755* ... (fl. 24), onde se expressa claramente a sua utilização enquanto habitação. Ocupando o celeiro a parte do r/c, poderá aventar-se que a sua exploração possa corresponder a uma actividade ou exploração privada ainda que sob a jurisdição do cabido, salvaguardando-se que os actuais elementos disponíveis não sejam suficiente para a sua confirmação.

Esta conclusão só é possível de estabelecer pelo facto de, na última escavação efectuada (campanha de 2011), ter ficado declaradamente demonstrado que o mesmo, à altura do terramoto, funcionaria como arrecadação para apetrechos equestres (foram exumadas fivelas de arreios e estribos) e, sobretudo como celeiro, o que é testemunhado pelo achado de inúmeros fardos sobrepostos de trigo carbonizado (*Secale cereale* L.) (fig. 9), assim como aduelas em ferro de pipas de vinho.

Não nos alongaremos na menção do enormíssimo espólio encontrado no decurso da escavação arqueológica. Para além do acervo cerâmico recuperado, será incontornável a referência ao espólio azulejar, de tradição hispano-árabe e, sobretudo, de exemplares enxaquetados (de cor branca, azul e verde), atribuíveis aos finais do século XVI / inícios do século XVII (fig. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se evidente, pela documentação levantada e pela análise da arquitectura onde hoje se encontra instalado o Museu do Teatro Romano, que o edifício funcionou como celeiro aquando da sua construção. Apesar de desconhecermos em concreto a data da sua edificação, o que hoje vemos é já uma reedificação/readaptação do anterior edificado, que terá ocorrido nos finais do século XVIII ou inícios da seguinte centúria.

Pela análise da iconografia disponível e interpretação do construído é possível demonstrar que o piso inferior com fachada para a Rua Augusto Rosa seria totalmente distinto e sem acessos à rua. A funcionalidade coeva deste primeiro momento poderá relacionar-se, em data próxima do terramoto de 1755, com o edifício construído a norte e que foi intervencionado arqueologicamente. A existência do cereal carbonizado, a par de outros vestígios, onde é de destacar o túnel que colocaria em relação o *Celleiro da Mitra* e este edifício, tornam evidente a relação entre os dois. Somente a necessidade de mais espaço justificaria o alargamento da área destinada a celeiro, ocupando, inclusivamente, terrenos que não seriam pertença da Mitra, como é o caso da habitação do século XVII que foi detectada e que se encontrava localizada em terrenos do Conde de Valadares, como foi possível determinar pelo *Tombo de 1755*....

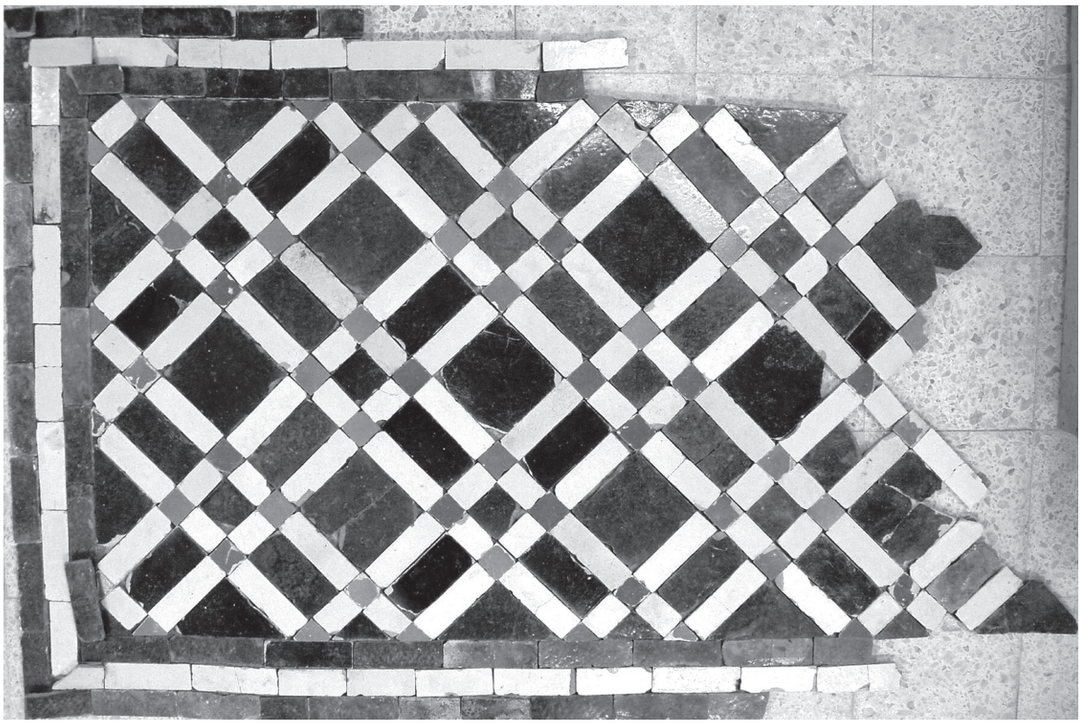
A função de *cavalariças da Sé* no piso inferior ao museu

27. De referir que na desmontagem dos dois últimos degraus, por razões de segurança, foram encontrados vestígios de uma escada anterior com um arranque distinto, que implicaria uma inclinação maior da mesma.

José Avelar, Museu da Cidade, CML

9. Perspectiva de sul para norte, observando-se no lado direito da imagem os inúmeros fardos sobrepostos de trigo carbonizado (*Secale cereale L.*).

Lídia Fernandes, CML



10. Painel de Azulejos enxaquetados (cor branca, azul e verde), de tradição hispano-árabe. Montagem executada pelo Serviço de Azulejaria do Museu da Cidade, CML. Finais do século XVI / inícios do século XVII.

foi uma nova função que, como claramente demonstrámos, só ocorreu a partir da Reconstrução Pombalina.

O trabalho apresentado teve o mérito de reconstituir detalhadamente o urbanismo anterior ao terramoto nesta zona da cidade. Esta análise permitiu concluir que a cartografia existente, na sua grande maioria, apresenta erros de representação evidentes. Estas conclusões, apoiadas pela arqueologia, permitem o redesenhar da cidade pré-pombalina e um melhor entendimento das relações urbanísticas, sociais e económicas subjacentes.

A investigação, ainda em curso, marca o início de um trabalho mais profundo e pluridisciplinar. Neste âmbito, a colaboração de colegas e investigadores tem sido determinante, contribuindo para levar a cabo este intento[28].

28. Não podemos deixar de agradecer aos nossos colegas do Museu da Cidade Carlos Loureiro e Isabel Cameira, aos arqueólogos Pedro Miranda e Marco Calado, assim como aos investigadores João Tereso, Maria João Vilhena e João Caldas, os contributos prestimosos que forneceram, sobre vários aspectos, para o enriquecimento deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, L. (1815) – *Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas,* Lisboa.

BRITO, G. (1935) – *Ruas de Lisboa – Notas para a história das vias públicas lisbonenses*, vol. 1, Lisboa.

CASTILHO, J. (1935) – *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, vols. VI e IX, Lisboa.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894, Museu da Cidade (Texto Policopiado).

FERNANDES, L. (1994) – Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 239-242.

FERNANDES, L. (2001) – Capitéis do Teatro Romano de Lisboa, Anas – *Revista del Museo Nacional de Arte Romano.* Mérida, n.º 14, p. 29-51.

FERNANDES, L. (2006) – O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001, *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002), Córdova, 2006, p. 181-204.

FERNANDES, L. (2004-2005) – As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa, *Revista Arqueologia e História,* Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 56/57, p. 83-94.

FERNANDES, L. e SALES, P. (2005) – Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual, *Revista Arquitectura e Vida*, n.º 57, Lisboa, p. 28-32.

FERNANDES, L. (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Revista Al-madan*, Almada, n.º 15, p. 27-39.

FERNANDES, L. e PINTO, A. (2009) – Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 12, n.º 1, Lisboa, p. 169-188.

FERNANDES, L.; SEPÚLVEDA, E. e ANTUNES, M. – Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo, *Revista Almadan* (no prelo).

LUIS, J. – [Registo do cordeamento]. 28 de Janeiro de 1665. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35.

MACEDO, L. (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*, Lisboa , ed. Câmara Municipal de Lisboa, vol. I.

MOITA, I. (1970) – O teatro romano de Lisboa, *Revista Municipal*, vol. 124/125, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 7-37.

Obra n.º 39376 [Processo de Obra], Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio, código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/01/334479.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. N.º Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. N.º Inv.: MC.DES.4295.

SILVA, A. (1939) – *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa.

Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa (ano de 1836), Lisboa, CML, 1937.

RUA DO BENFORMOSO 168/186 (LISBOA – MOURARIA/ INTENDENTE)

ENTRE A NOVA E A VELHA CIDADE, ASPECTOS DA SUA EVOLUÇÃO URBANÍSTICA

ANTÓNIO MARQUES Arqueólogo, Museu da Cidade (CML)
EVA LEITÃO Geóloga, Museu da Cidade (CML)
PAULO BOTELHO Arqueólogo, AES Arqueologia, Lda.

RESUMO Publicam-se os resultados da intervenção arqueológica realizada em 2004 e 2006/2007. Estes trabalhos permitiram a detecção de uma pedreira de exploração de calcários, à qual se sobrepôs um caqueiro onde se acumulou material cerâmico resultante da produção oleira da zona, durante os séculos XV / XVI, no espaço da encosta. Junto à Rua do Benformoso detectaram-se estruturas relacionáveis com uma oficina de olaria, sobre as quais, entre os séculos XVII e XVIII, terá funcionado uma pequena oficina metalúrgica.

PALAVRAS-CHAVE Pedreira, caqueiro, amassador, olaria e oficina de metalurgia

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente intervenção arqueológica decorreu de uma solicitação da EPUL ao Museu da Cidade (C.M.Lisboa), no âmbito da implementação de um projecto de construção de um novo edifício habitacional, num espaço então ocupado de forma improvisada, correspondente a três antigos edifícios mistos de habitação e comércio[1], demolidos em 1958.

Com efeito, na década de 70 do século XX, foi construído um barracão em alvenaria de cimento e betão que ocupou sensivelmente 2/3 da frente de rua, onde funcionou o armazém de uma agência funerária (*Lisbonense*), cuja parede tardoz em betão armado, serviu de muralha de contenção da encosta, em substituição da primitiva que havia sido imprudentemente demolida. Na restante frente de rua o espaço foi ocupado por uma pequena oficina improvisada, de tratamento de mármores e lapidaria, de que subsistiam apenas pavimentos e uma parede feita com bastantes elementos arquitectónicos reaproveitados, com ligante de cimento.

Este espaço, na vertente ocidental do monte da Graça, corresponde a uma área de expansão urbana de Lisboa ainda em período medieval, decorrente da criação da Mouraria logo após 1147, mais concretamente com o foral concedido à comunidade moura em 1170 (Oliveira e Viana, 1993, p. 191), ao que certamente não foi alheia a existência de um dos eixos viários mais antigos de serventia à cidade que remontará ao período romano. Durante a Baixa Idade Média e parte da Época Moderna, a zona do Intendente foi perdendo o seu carácter rural periurbano, integrando-se na malha da cidade, como um importante pólo "industrial" com especial vocação para a produção cerâmica, desde o século XIV até ao século XXI.

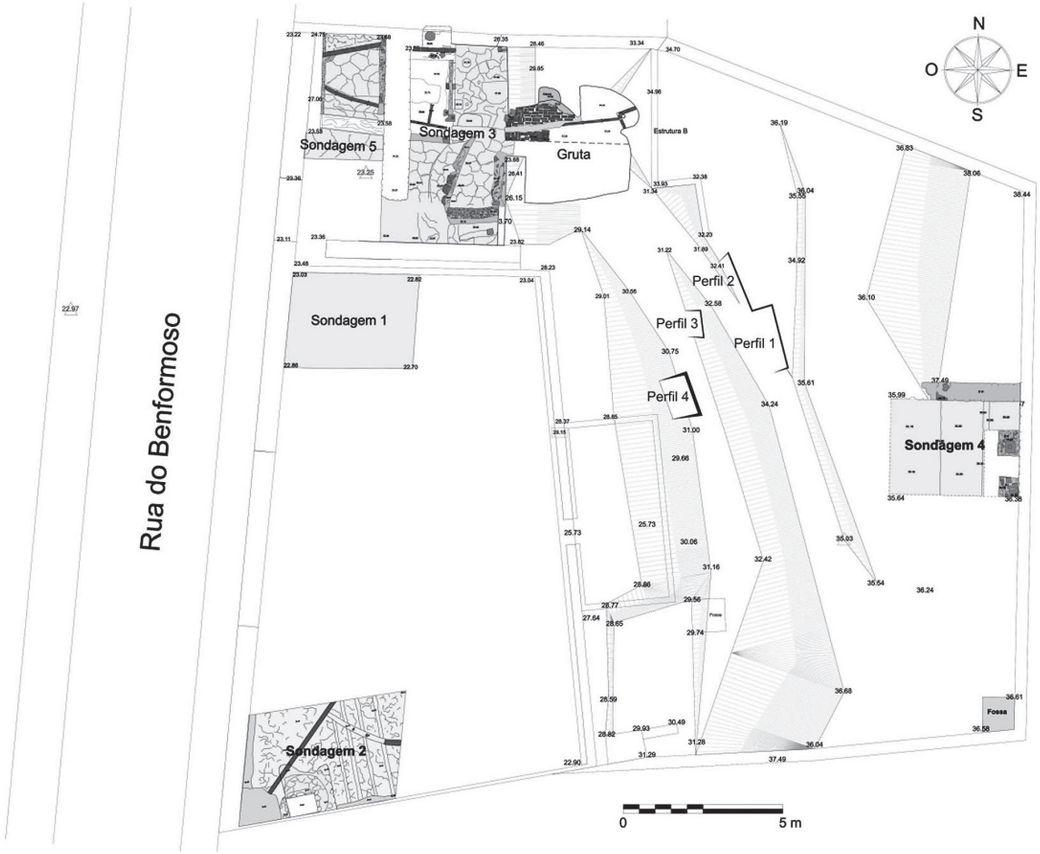
A documentação mais antiga que se refere a este espaço remonta ao século XIII, procedendo dos cartórios de Santos e de S. Vicente, possuidores de alguns bens de carácter agrícola, na antiga Rua de Benfica da Mouraria que corresponde à actual Rua do Benformoso (Barros, 1999, p. 28), em cujo extremo Sul, em 1465 está documentada uma das portas da Mouraria (Oliveira e Viana, 1993, p. 192), colocando a área ora intervencionada fora do núcleo urbano primitivo daquele bairro islâmico de Lisboa. São contudo do final do século XIV as primeiras referências ao arrabalde "onde chamam Benfica", "onde vendem as olas" ou "estão as tendas dos mouros", mas só em documentação do século XV se utiliza a denominação rua de Benfica ou "rua onde vendem a Louça" (Barros, 1999, p. 29), o que além de denotar a existência de um espaço vocacionado para a transacção deste produto na parte baixa, junto à denominada

1. N.os 168 a 174, 176 a 180 e 182 a 186.

artéria, revela uma certa organização espacial desta actividade, cujas oficinas estariam instaladas na parte superior da vertente deste monte, sensivelmente de meia encosta para cima, das quais conforme se verá, resultam os despejos cerâmicos que adiante trataremos.
Por conseguinte, a primitiva vocação agrícola da área foi cedendo a uma crescente dinâmica comercial e industrial, centrada na produção oleira, registando-se a existência de prédios urbanos já no século XIV (Barros, 1999, p. 30), situação que se generalizará na centúria seguinte. No que respeita à comunidade humana radicada que, no mesmo espaço, vive e desenvolve a sua actividade, os registos de propriedade existentes indicam que ela era maioritariamente cristã (Oliveira e Viana, 1993, p. 199), existindo alguns muçulmanos que se dedicam à olaria e à ferraria, um outro tipo de industria relevante, sobretudo por estar junto a um importante eixo viário de acesso à cidade de Lisboa. Após o édito de expulsão de 1496, a documentação existente (registos de propriedade, tombos, etc.) testemunha um espaço cuja vocação comercial e industrial está estabelecida (Sebastian, 2010, p. 93-113), constituindo-se como um importante pólo económico da cidade de Lisboa.

2. METODOLOGIA

Esta intervenção realizou-se em dois momentos distintos: 1.ª fase, realização de sondagens de diagnóstico, entre Abril e Maio de 2004 (fig. 1); 2.ª fase, acompanhamento arqueológico, entre Novembro de 2006 e Maio de 2007. Na primeira abordagem abriram-se: uma sondagem arqueológica no patamar superior, correspondente aos antigos quintais dos edifícios demolidos e ás traseiras da Rua das Olarias; quatro perfis/sondagens a meia encosta, onde devido às condições de instabilidade só foi possível fazer um reconhecimento estratigráfico da realidade arqueológica; e quatro sondagens no patamar inferior, junto à Rua do Benformoso. A topografia do terreno, em especial a sua inclinação (cerca de 70º), sem contenção estrutural fiável, assim como a existência de um esgoto a céu aberto no lado sul, constituíram as principais condicionantes aos trabalhos arqueológicos.
Na segunda fase em que, *grosso modo*, se procedeu à desmontagem mecânica da encosta e á sua imediata consolidação, através da construção de muros de contenção em socalcos, apenas foi possível efectuar o acompanhamento presencial da remoção da estratigrafia detectada



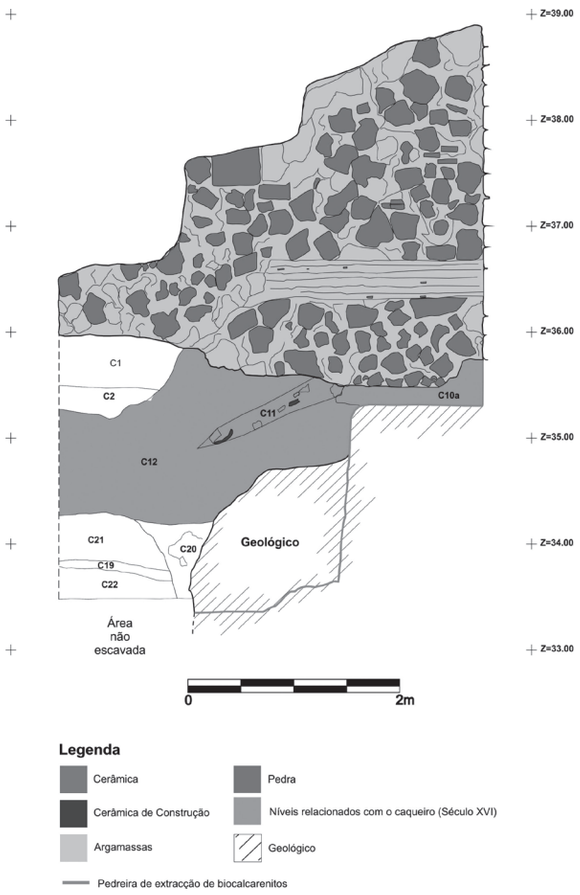
1. Planta geral da intervenção de 2004.

anteriormente. Metodologicamente, considerou-se a estratigrafia natural detectada e os diferentes contextos estruturais existentes, sendo que grande parte destes foram significativamente afectados pelas demolições nos anos 50 do século XX e pela exposição a que o terreno ficou então votado, provocando instabilidade que foi sendo pontualmente corrigida com a construção do paredão em betão que serviu de tardoz ao armazém da funerária e com a colocação de pilhas de pneus a meia encosta.

3. A PEDREIRA

No patamar superior, na sequência da abertura da Sondagem 4, uma vez removida a camada superficial (igualmente com bastante material cerâmico, inclusivamente de produções bem mais recentes), caracterizada pela utilização agrícola do antigo quintal e os níveis inferiores decorrentes do caqueiro que adiante trataremos, à cota 34.15 m colocou-se a descoberto o afloramento rochoso, constatando-se durante a sua limpeza que se tratava de uma antiga exploração de rocha miocénica, com idade burdigaliana, da formação dos Calcários de Entrecampos (Banco Real), constituída por biocalcarenitos, com fracção detrítica abundante, ricamente composta por moldes e fragmentos de moluscos. A exposição do substrato geológico permitiu a observação de marcas de corte diagonais ao plano, que claramente indiciam a sua extracção em socalco, sendo visíveis os negativos do corte de silhares,

2. Aspecto do afloramento rochoso com marcas da extracção de pedra.



3. Perfil Norte da sondagem 4.

retirados da pedreira (fig. 2). Todavia não foi possível detectar qualquer nível arqueológico relacionado com a sua exploração.

Contudo, considerando o contexto arqueológico que encobriu esta realidade, datável dos séculos XV/XVI (fig. 3), pensamos que a extracção de rocha neste local terá ocorrido em época anterior ao século XIV, tendo como fim a utilização da rocha na indústria de construção de habitações, muralhas ou edifícios importantes de Lisboa, como por exemplo a Sé Catedral, ou mesmo qualquer edifício público romano. O facto da documentação medieval existente ser omissa acerca desta realidade, sugere uma possível antiguidade mais remota.

Com efeito, na cidade de Lisboa, em ambiente de intervenção arqueológica, até à data são escassos os vestígios de exploração de pedra, no entanto é certo que esta terá ocorrido em várias épocas. Há referências a uma pedreira na Sé e outra no Carmo, ainda que sem conhecimento exacto da localização (Oliveira, 1896, p. 181). Recentemente, aquando de uma intervenção arqueológica pelo Museu da Cidade em 2009, na Rua de São Miguel[2], identificaram-se vestígios de

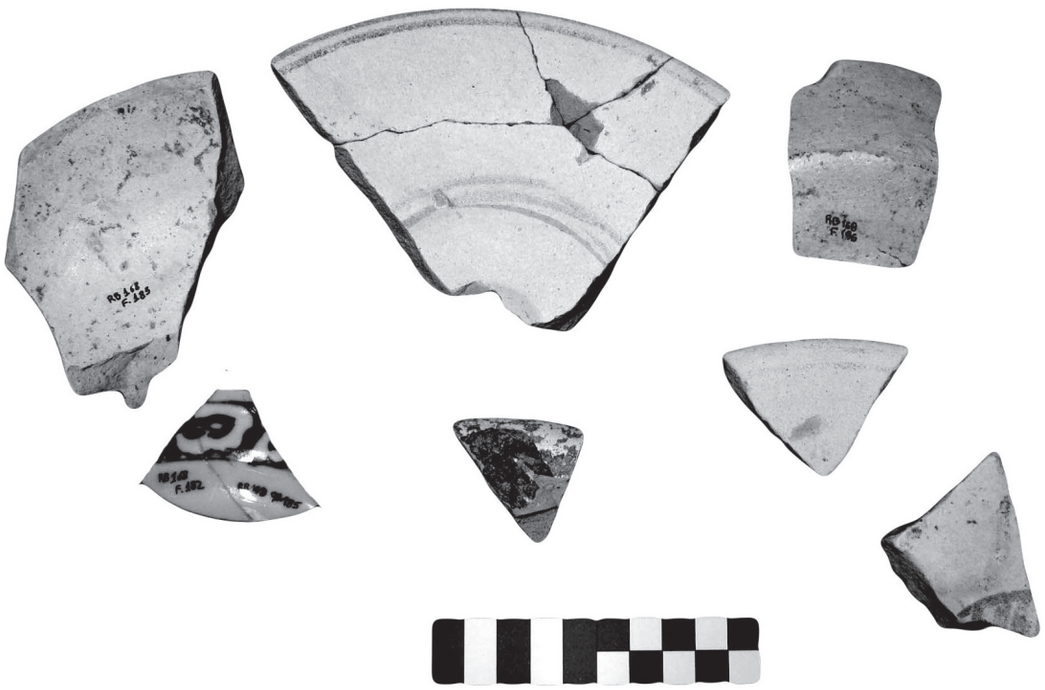
2. Agradecemos aos Drs. Cristina Nozes e Rodrigo Banha.

extracção de silhares, designadamente de um silhar abandonado no local sem que tivesse sido completamente destacado do afloramento, sendo também possível observar marcas de corte. Esta pedreira também explorava rocha da unidade dos "Calcários de Entre Campos", tal como a pedreira da Rua do Benformoso.

4. PRODUÇÃO OLEIRA

À semelhança da realidade anterior, sob os níveis de ocupação relacionados com o edificado oitocentista, designadamente os respectivos quintais (onde se desmontaram pequenas estruturas relacionadas com uma capoeira), a abertura da Sondagem 4 permitiu registar a existência de um depósito de restos de produção da indústria oleira, resultante da acumulação de sucessivos despejos provenientes das diferentes olarias existentes na área, em particular na Rua das Olarias. Neste conjunto salienta-se uma elevada quantidade de fragmentos cerâmicos de peças rejeitadas, trempes de diferentes tipologias, argilas rubefactas, jorra de vidrado e outros resíduos. Por outro lado, detectaram-se outros contextos deposicionais intercalares (bolsas – tais como as C. 11, 13, etc.), relacionados com despejos pontuais, em geral resultantes de obras de construção (argamassas, telhas, pregos, tijolos, etc.), mas também escassos despejos domésticos, nos quais foi possível recolher alguns elementos datantes, designadamente faianças malegueiras (fig. 4) semelhantes a produções do Sul de Espanha (Sevilha), mas também a outras, mais próximas, que recentemente têm sido relacionadas com a Mata da Machada (Carmona e Santos, 2005, p. 15) e com Coimbra (Sebastian, 2010, p. 82-83), apontando para cronologias entre os séculos XV e XVI, ainda que alguns materiais, em especial as produções modeladas, nos permitam avançar até ao século XVII.

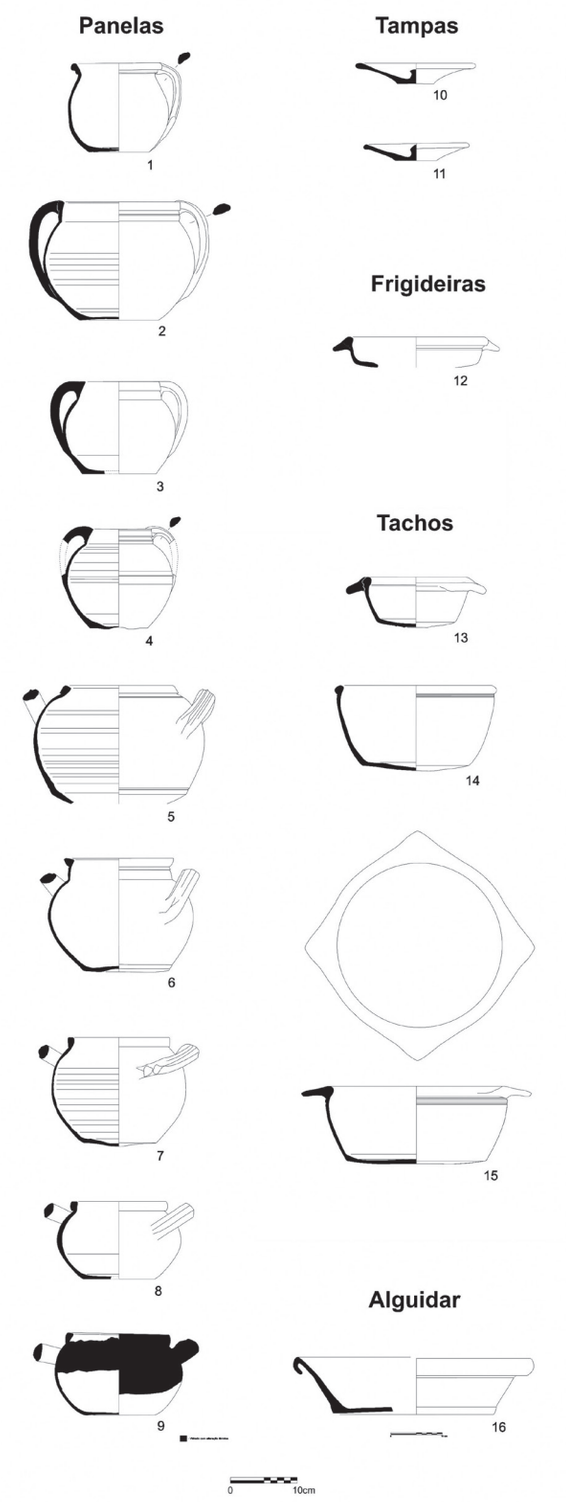
Conforme se pode observar na figura 3, a Camada 12 corresponde ao grande depósito de material cerâmico (Caqueiro), que se optou por repartir em níveis artificiais de 10 cm (Camadas 12a, 12b, etc.), permitindo-nos registar o ritmo e o sentido deposicional do material, constatando-se que entre o nível mais profundo (C.12r) e o nível mais superficial (C.12a), a produção de cerâmica vidrada foi ganhando maior expressão; num desses níveis (C.120) recolheram-se dois ceitis, de D. Afonso V e de D. Manuel, o que também nos aponta para os séculos XV e XVI. A meia encosta, a abertura de Perfis (fig. 1) e o acompanhamento durante a 2.ª fase, confirmaram esta realidade arqueológica, permitindo



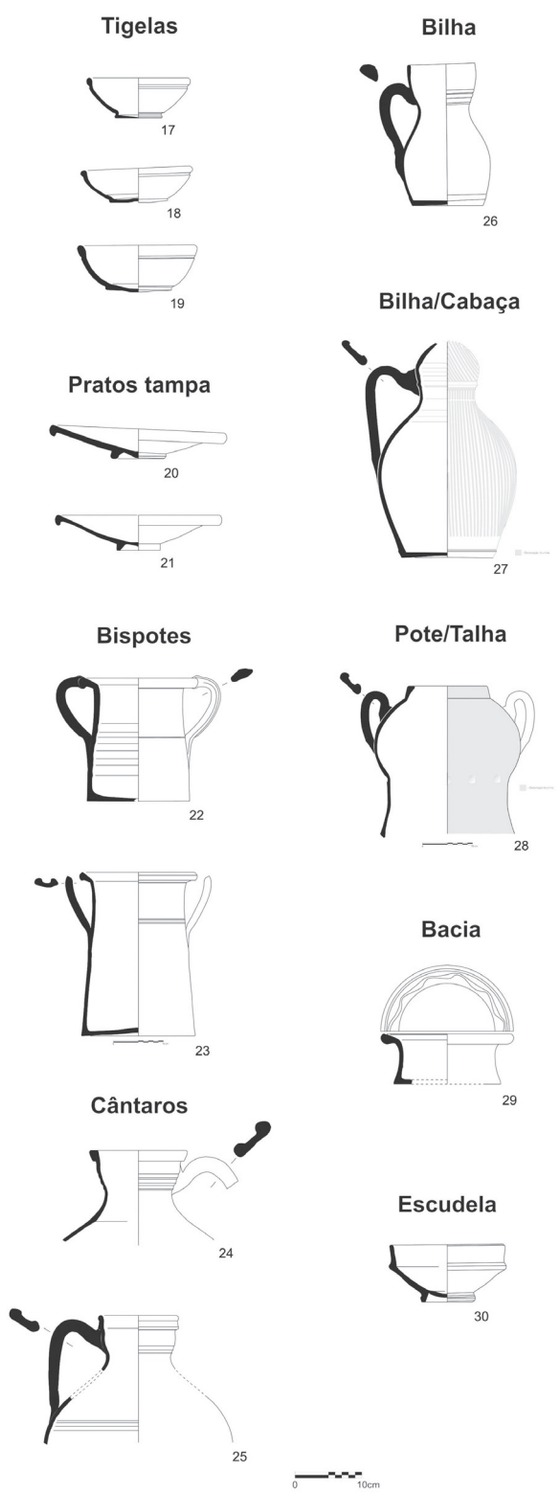
4. Fragmentos de cerâmica malegueira e porcelana, recolhidos em contextos intercalares do caqueiro.

assinalar um grande complexo deposicional relacionado com o caqueiro (Contextos 1A, 4, 5, 5A, 5B, 7), onde igualmente se recolheram outros dois ceitis (um dos quais de D. Manuel – Contexto 1A); e ainda outro contexto igualmente relevante, mas que devido às demolições perdeu a sua relação estrutural (Contexto 11 – igualmente repleto de restos de olaria), o qual nos parece relacionar-se com o antigo muro de contenção do terreno, que se prolonga pelos quintais contíguos, sustentando os respectivos patamares intermédios.

Ainda que não seja propósito deste artigo a apresentação integral do conjunto cerâmico exumado, de forma sistemática, para efeitos deste estudo preliminar consideraram-se três grupos distintos: cerâmica comum simples; cerâmica comum vidrada e cerâmicas finas. No que respeita à cerâmica comum simples, regista-se



5. Cerâmica comum simples.



6. Cerâmica comum simples e vidrada.

a ocorrência de múltiplas formas, com especial predominância de panelas, tachos, frigideiras (fig. 5) e tigelas (fig. 6), mas também de bilhas, cântaros, bispotes, fogareiros, tampas, etc., observando-se acabamentos de superfície diferentes, tais como o simples alisamento, a colocação de engobo, o brunido parcial ou mesmo decorativo (ex: fig. 6, n.os 27 e 28) ou utilitário (no caso da superfície interna do fundo dos tachos e frigideiras), sem que se observe uma grande profusão de decoração que, nas raras situações registadas, consiste apenas em linhas incisas (ex: fig. 6, n.º 29). Com menor expressão, sobretudo nos níveis inferiores, na cerâmica vidrada, total ou parcialmente, assinala-se a presença predominante de vários tons de verde, amarelo e melado, por vezes utilizados de forma combinada, especialmente em formas abertas, tais como escudelas (fig. 6), alguidares ou pratos, mas também em jarros ou bispotes. Em quantidade inferior, as cerâmicas finas (fig. 7) correspondem sobretudo a pequenos púcaros, tampas ou especieiros, em geral feitos com uma pasta de argila mais fina e depurada, apresentando-se maioritariamente brunidos no exterior, parcial ou decorativamente, mas também decoradas com depressões e relevos, característicos das produções "modeladas" (ex: fig. 7, n.º 34). No primeiro grupo, existe um conjunto significativo de fragmentos cujo revestimento exterior se assemelha a uma espécie de "aguada de vidrado" que confere um brilho metálico à peça, sem que exista uma camada de vidrado bem definida, como sucede nas cerâmicas vidradas; igualmente, distingue-se um outro conjunto relevante de peças cujo revestimento externo (por vezes também o interno), consiste numa espécie de aguada de argila laranja avermelhada aplicada sobre a superfície, solução esta que é quase comum a todo o material do terceiro grupo.

Durante a fase de tratamento do espólio cerâmico, foi-nos possível remontar peças cuja deformação terá sido a causa da sua rejeição, mas também outras em que claramente o processo de vidragem correu mal. Outras ainda foram sujeitas a sobre aquecimento e estalaram, ou ficaram rubefactas devido a acidentes técnicos. Em simultâneo, recolheram-se trempes de diversos tamanhos (fig. 8), algumas feitas em argila branca (as mais pequenas), mas sobretudo em argila corrente, quase sempre com vestígios de vidrado. De salientar que a grande maioria das peças apresenta uma coloração externa muito pouco homogénea, com várias tonalidades que por vezes oscilam entre duas cores, como o rosa / laranja, ou o laranja / vermelho, ao que bastantes vezes se associa a cor negra provocada pelo contacto com fumos.

Em termos de funcionalidade da produção, podemos concluir que as oficinas responsáveis pelo presente caqueiro estariam focadas na satisfação das necessidades básicas do quotidiano da Lisboa dos séculos XV e XVI, como se depreende da utilidade das formas identificadas, especialmente vocacionadas para uso de mesa, armazenamento e higiene. Em diversas escavações arqueológicas recentes, têm-se registado contextos coevos, onde se recolheram peças idênticas a muitas das que foram exumadas no presente contexto, designadamente na Rua dos Correeiros (Diogo e Trindade, 2000), Praça da Figueira (Silva e Guinote, 1998, p. 97-175), R. da Amendoeira 9-15[3] ou mesmo noutros locais como a Mata da Machada (Carmona e Santos, 2005), a Ria de Aveiro (Alves, 1998), ou Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998), entre outros. Verifica-se, assim, uma relativa uniformização de formas, soluções e gostos a definir a cerâmica oleira deste período e a sua produção nos diferentes centros nacionais.

Considerando as habituais dificuldades logísticas relacionadas com a escavação integral de um caqueiro em ambiente urbano, apenas se exumou uma amostragem, tendo o restante contexto sido removido em acompanhamento arqueológico, conforme já referimos.

7. Cerâmicas finas e modeladas.

3. Intervenção realizada pelo Dr. António Valongo em 2006, onde se identificou um forno cerâmico do século XV, com produções cerâmicas idênticas.

8. Trempes de várias dimensões recolhidas no contexto do caqueiro.

Todavia, a importância do conjunto justificou que se tivesse proposto à EPUL a realização de estudos arqueométricos que nos permitissem obter informações especificas que, uma vez determinadas e sistematizadas, nos possibilitassem o conhecimento dos centros produtores de matéria prima e dos locais de destino destas produções[4].

Para efeito de análise, os fragmentos cerâmicos recolhidos foram agrupadas em sete grupos (definidos em função da cor, dimensão dos elementos não plásticos, mineralogia e acabamento), de entre os quais se escolheram 37 amostras que foram sujeitas a ensaios de Difractometria de raios-X (DRX), reduzidas a pó, para o estudo das fases cristalinas e a análise química por espectometria fluorescência de raios-X em comprimento de onda (FRX), para determinação dos elementos constituintes[5].

As análises de DRX revelaram semelhanças mineralógicas entre as pastas amostradas, demonstrando a existência de quartzo, feldspatos potássicos, plagioclases, e vestígios de filossilicatos, especialmente moscovite por vezes associada a biotite. Para além destes minerais principais distinguiu-se num grupo, a presença dos minerais associados a pastas calcíticas em fases de temperaturas elevadas, augite/diopsido e gehlenite e noutro a presença de mulite, característica de pastas feldspáticas cozidas a temperaturas superiores a 950º a 1000º C. Estes dois grupos, poderão indiciar uma origem de barreiro distinta da dos restantes cinco grupos que são predominante constituídos por minerais do tipo ilítico ou ilitico-caulinítico, típicos das argilas locais da região de Lisboa, ao que não será alheia a existência nas imediações da unidade geológica das "Argilas do Forno do Tijolo" com *Pereiraia Gervaisi* (Almeida, 1986, folha 4), admitindo-se igualmente que os níveis geológicos siltosos, existentes neste espaço, fossem empregues nestas produções como desengordurantes.

No patamar inferior, contíguo à Rua do Benformoso, após a remoção dos contextos relacionados com os vestígios de uma oficina de metalurgia na Sondagem 3, surgiu uma estrutura negativa, implantada no afloramento rochoso (fig. 9), muito bem talhada, na qual se constatou existirem duas fases evolutivas: um primeiro momento em que a estrutura foi circular, com um raio de aproximadamente 1.60 m; posteriormente a estrutura passou a ser ovalada (com de 3.10 m de extensão máxima) e mais profunda, implicando a construção de dois muros nos lados Sul e Oeste, em pedra com ligante de argila e uma face rebocada com argamassa alaranjada, rica em nódulos de cal. No enchimento relacionado com esta alteração (Camada 11b – fig. 10) recolheram-se materiais cerâmicos idênticos aos recolhidos no caqueiro e ainda um ceitil de D. Manuel, o que nos leva a crer que esta alteração corresponda a uma segunda fase da utilização deste espaço, já no século XVI, com vista à recepção e preparação das argilas para posterior uso na indústria oleira, beneficiando igualmente da abundância de águas nesta zona, junto à Ribeira de Arroios, que mantém o seu carácter agrícola.

Parece-nos que esta estrutura corresponda a um amassador, ou local para tratar a argila antes da moldagem, ou a um possível reservatório. Apesar dos escassos trabalhos arqueológicos em unidades desta natureza, situações similares foram registadas no Norte de Africa (Amigues, 2002, p. 183-184) e em Espanha (Mesquida Garcia, 1995, p. 234).

4.1 Catálogo

Tal como já referimos, não é intenção deste artigo apresentar a globalidade do estudo que se pretende realizar, mas cuja sistematização é ainda uma intenção, porquanto não foi ainda viável tratar a totalidade do espólio recolhido. Contudo, sendo-nos possível desde já apresentar algumas informações que julgamos pertinentes e úteis, parece-nos adequado apresentar algumas das formas mais frequentemente identificadas, ou que nos parecem mais relevantes para o conhecimento do material cerâmico utilizado na cidade de Lisboa entre os séculos XV e XVI.

Panelas (fig. 5)

1 – Pasta laranja clara, com superfície alisada, cuja coloração oscila entre o rosa e o laranja claro. Alt. – 13cm; diâmetro bordo – 13cm; diâmetro fundo – 9cm; diâmetro máximo – 15cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC2057.

4. Recentemente têm sido identificadas peças de olaria em locais como o Brasil e o Canadá que se suspeita serem de origem portuguesa.
5. Estudo realizado pelo Centro de Estudos de Arte e Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar, sob orientação do Prof. Dr. João Freitas Coroado

9. Vista do amassador.

2 – Pasta laranja, com superfície alisada da mesma cor. Alt. – 18 cm; diâmetro bordo – 18cm; diâmetro fundo – 12cm; diâmetro máximo – 23 cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC1362.

3 – Pasta laranja clara, com superfície alisada, cuja coloração consiste em vários tons de laranja. Alt. – 14cm; diâmetro bordo – 12cm; diâmetro fundo – 11.5cm; diâmetro máximo – 16.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5A. N.º Inv. RB168.NP0022.

4 – Pasta vermelha alaranjada, alisada no exterior, cuja coloração oscila entre aquelas cores, contudo numa das faces apresenta-se negra por contaminação de fumos. Alt. – 15cm; diâmetro bordo – 10cm; diâmetro fundo – 8.5cm; diâmetro máximo – 16cm. Proveniência – Sondagem 4 / Camada 12d. N.º Inv. RB168.CC3911.

5 – Pasta laranja com superfície externa alisada, com a mesma coloração relativamente homogénea. Incompleta, não se recuperou o fundo. Alt. – 17.5cm; diâmetro bordo – 16.5cm; diâmetro máximo – 25.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 11. N.º Inv. RB168.NP0032.

6 – Pasta vermelha alaranjada, alisada no exterior com a mesma coloração, está revestida com "aguada de vidrado". Alt. – 17cm; diâmetro bordo – 16cm; diâmetro fundo – 13cm; diâmetro máximo – 21.5cm. Proveniência – Sondagem 4 / Camada 12e. N.º Inv. RB168.CC2723.

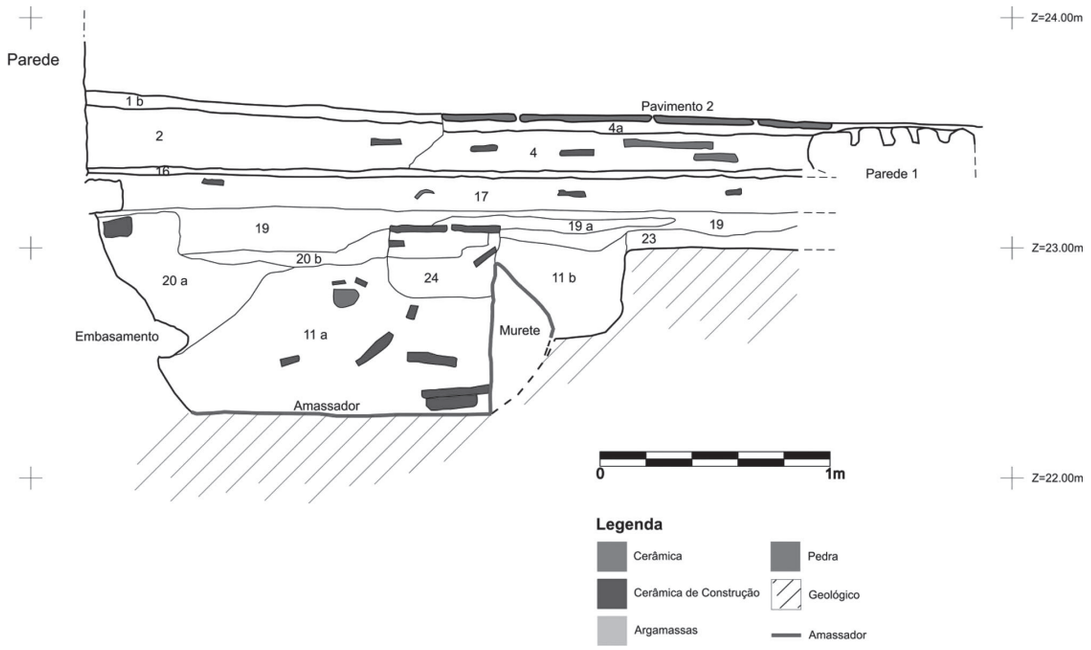
7 – Pasta laranja, alisada no exterior, com a mesma coloração, revestida com "aguada de vidrado". Alt. – 16.5cm; diâmetro bordo – 15cm; diâmetro fundo – 15.5cm; diâmetro máximo – 20.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5A. N.º Inv. RB168.NP0023.

8 – Pasta laranja clara, alisada no exterior, mantendo a mesma coloração porém matizada. Alt. – 11.5cm; diâmetro bordo – 14cm; diâmetro fundo – 11cm; diâmetro máximo – 19cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0015.

9 – Pasta laranja rosada, cujas superfícies (em especial a externa) estão recobertas por jorra de vidrado, com uma camada por vezes bastante espessa. Alt. – 12.5cm; diâmetro bordo – 15cm; diâmetro fundo – 10cm; diâmetro máximo – 19.5cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC2011.

Tampas (fig. 5)

10 – Pasta laranja rosada, alisada em ambas as faces, mantendo a mesma coloração. Alt. – 3cm; diâmetro bordo – 17.5cm; diâmetro base – 5.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0006.



10. Perfil Sul da sondagem 3.

11 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces, mantendo a mesma coloração. A peça está deformada. Alt. – 2.5cm; diâmetro bordo – 15cm; diâmetro base – 6.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0009.

Frigideira (fig. 5)

12 – Pasta laranja escura, coberta com aguada de argila vermelha alaranjada em ambas as faces, contudo o lado interno do fundo apresenta-se brunido. Alt. – 4.5cm; diâmetro bordo – 21cm; diâmetro fundo – 19.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0013.

Tachos (fig. 5)

13 – Pasta laranja, coberta com aguada de argila vermelha alaranjada em ambas as faces, contudo o lado interno do fundo apresenta-se brunido. Alt. – 7.5cm; diâmetro bordo – 16cm; diâmetro fundo – 11.5cm. Proveniência – Sondagem 4 / Camada 12d. N.º Inv. RB168.CC3922.
14 – Pasta laranja, coberta com aguada de argila vermelha alaranjada em ambas as faces, contudo o lado interno do fundo apresenta-se brunido. Alt. – 12.5cm; diâmetro bordo – 23cm; diâmetro fundo – 16.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0018.
15 – Pasta bege, coberta com "aguada de argila" vermelha alaranjada em ambas as faces, contudo o lado interno do fundo apresenta-se brunido. De referir a particularidade desta peça apresentar 4 pegas triangulares, ainda que só se tenham recuperado 3. Alt. – 11.5cm; diâmetro bordo – 26cm; diâmetro fundo – 21cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 1A. N.º Inv. RB168.CC4690.

Alguidar (fig. 5)

16 – Pasta laranja, alisada no exterior, no interior a totalidade da superfície apresenta-se engobada e brunida. Alt. – 11cm; diâmetro bordo – 44.5cm; diâmetro fundo – 30.5cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC1204.

Tigelas (fig. 6)

17 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces com "aguada de argila" laranja avermelhada. Alt. – 6cm; diâmetro bordo – 15cm; diâmetro fundo – 7cm. Proveniência – 2.ª

Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0010.
18 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces com "aguada de argila" laranja avermelhada. Alt. – 5.5cm; diâmetro bordo – 17cm; diâmetro fundo – 9cm. Proveniência – Sondagem 4 / Camada 12d. N.º Inv. RB168.CC3711.
19 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces sobre "aguada de argila" laranja avermelhada. Alt. – 7cm; diâmetro bordo – 17cm; diâmetro fundo – 9.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0016.

Pratos/tampa (fig. 6)

20 – Peça visivelmente deformada, com pasta laranja clara, alisada no exterior e com engobo laranja brunido na face interna; apresenta sinais de contacto com fumos. Alt. – 4.5cm; diâmetro bordo – 25.5cm; diâmetro fundo – 8cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC1999.
21 – Pasta laranja, alisada no exterior, com engobo laranja no interior brunido; apresenta sinais de contacto com fumos. Alt. – 5.5cm; diâmetro bordo – 24cm; diâmetro fundo – 6.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0012.

Bispotes (fig. 6)

22 – Pasta laranja alisada no exterior mantendo a mesma coloração mas matizada. Alt. – 18.5cm; diâmetro bordo – 16.5cm; diâmetro fundo – 15cm. Proveniência – 2ª Fase / Contexto 11. N.º Inv. RB168.NP0031.
23 – Pasta laranja, alisada no exterior, cuja coloração oscila entre o laranja escuro e o castanho rosado. Alt. – 32.5cm; diâmetro bordo – 22cm; diâmetro fundo – 22.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0019.

Cântaros (fig. 6)

24 – Pasta laranja, cuja superfície interna recebeu uma "aguada de argila", no exterior apresenta o brilho metálico da "aguada de vidrado", contudo esta peça apresenta em ambas as faces concreções de jorra de vidrado. Alt. – 14.5cm; diâmetro bordo – 14.5cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC2004.
25 – Pasta laranja, alisada no exterior, com uma coloração que oscila entre o laranja e o rosa, também apresenta o brilho característico da "aguada de vidrado". Alt. – 19cm; diâmetro bordo – 11.5cm; diâmetro bojo – 18.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 1A. N.º Inv. RB168.CC4693.

Bilha (fig. 6)

26 – Pasta bege, alisada, coberta com "aguada de argila" de cor rosada matizada, na superfície externa e parcialmente na interna. Alt. – 21.5cm; diâmetro bordo – 10cm; diâmetro fundo – 10,5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 4. N.º Inv. RB168.CC. 959.

Bilha / cabaça (fig. 6)

27 – Pasta laranja, engobada no exterior com decoração brunida, mantendo a mesma tonalidade; a peça está praticamente completa, só falta o bordo. Alt. – 32.5cm; diâmetro superior – 4cm; diâmetro máximo – 21cm; diâmetro fundo – 14cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.CC958.

Pote / talha (fig. 6)

28 – Pasta laranja acastanhada, no exterior possui um engobo laranja avermelhado brunido com duas orientações distintas (*vide* desenho), na parte inferior está decorada com depressões digitadas; a peça está quase completa, falta o fundo. Alt. – 29cm; diâmetro bordo – 16cm; diâmetro máximo (bojo) – 29.5cm. Proveniência – Perfil 1 / Camada 3. N.º Inv. RB168.CC2171.

Bacia (fig. 6)

29 – Pasta laranja, alisada com "aguada de argila" laranja avermelhada em ambas as faces; na aba do bordo apresenta uma linha ondulante incisa. Alt. – 7.5cm; diâmetro bordo – 19cm; diâmetro intermédio – 14cm; diâmetro fundo – 16cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5A. N.º Inv. RB168.NP0024.

Escudela (fig. 6)

30 – Pasta laranja, coberta com vidrado de cor castanha melada matizada, em ambas as faces. Alt. – 8,5cm; diâmetro bordo – 17,5cm; diâmetro fundo – 7,5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168. CC. 957.

CERÂMICAS FINAS E MODELADAS (FIG. 7)

Púcaro

31 – Pasta laranja, alisada no exterior com uma tonalidade que varia entre o laranja e o rosa escuro acastanhado; no bojo está decorada com depressões digitadas. Alt. – 8cm; diâmetro bordo – 7cm; diâmetro bojo – 8.5cm; diâmetro fundo – 4.5cm. Proveniência – 2.ª

Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0007.
32 – Pasta laranja, alisada com "aguada de argila" laranja avermelhada na superfície externa, no colo apresenta decoração digitada. Alt. – 4.5cm; diâmetro bordo – 12.5cm; diâmetro colo – 11cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 1A. N.º Inv. RB168.CC4797.

Boiões

33 – Pasta laranja, alisada no exterior com "aguada de argila" laranja avermelhada, decorada com caneluras oblíquas; a peça apresenta apenas o arranque do fundo. Alt. – 6.5cm; diâmetro bordo – 10cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5. N.º Inv. RB168.NP0011.
34 – Pasta bege alaranjada, o exterior não tem tratamento, apenas alguns raros pingos de "aguada de argila" laranja avermelhada, sendo visível uma decoração profusa de linhas incisas no bordo com depressões digitadas do interior para o exterior; a peça não possui fundo. Alt. – 5.5cm; diâmetro bordo – 11.5cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 5A. N.º Inv. RB168.NP0021.

Copo

35 – Pasta laranja clara, alisada no exterior que ostenta o brilho de "aguada de vidrado", conferindo-lhe um tom acastanhado, na face interna está revestida com "aguada de argila" laranja avermelhada. Alt. – 7.5cm; diâmetro bordo – 7.5cm; diâmetro bojo – 8cm; diâmetro fundo – 6cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 4. N.º Inv. RB168.NP0003.

Especieiro

36 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces. Alt. – 2cm; diâmetro bordo – 7cm; diâmetro fundo – 3cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 11. N.º Inv. RB168.NP0028.

Tampas

37 – Pasta laranja, alisada, revestida no lado externo com "aguada de argila" laranja avermelhada; não possui o remate superior. Alt. – 4.5cm; diâmetro máximo – 10.5cm; diâmetro base (encaixe) – 7cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 11. N.º Inv. RB168.NP0027.
38 – Pasta laranja, alisada em ambas as faces, contudo no exterior foi revestida com "aguada de argila" laranja, tendo sido decorada com linhas incisas ondulantes; além de incompleta a peça está visivelmente deformada na zona do encaixe. Alt. – 11.5cm; diâmetro máximo – 19cm; diâmetro base (encaixe) – 12cm. Proveniência – 2.ª Fase / Contexto 11. N.º Inv. RB168.NP0030.

5. PEQUENA OFICINA METALÚRGICA

Junto à Rua do Benformoso, com a abertura da Sondagem 3, sob os níveis oitocentistas (relativos à construção e reparações posteriores do edificado, bastante alterado pelas demolições de 1958) e novecentistas (decorrentes sobretudo da utilização que o espaço teve durante a segunda metade do século XX), detectou-se um contexto relacionado com o funcionamento de uma pequena unidade manufactureira metalúrgica, que terá funcionado neste espaço entre os finais do século XVII e o século XVIII. Com esta realidade relaciona-se a enorme quantidade de resíduos exumados, designadamente escórias e limalhas de ferro, muitos pregos, ferraduras, balas de canhão (fig. 11), vários pavimentos de terra batida com bastantes resíduos ferruginosos (num dos quais foi encontrada uma moeda de 1,5 reais, de 1703 – Camada 8), uma calçada (fig. 12) e ainda algumas estruturas negativas, incluindo buracos de poste, implantadas no substrato geológico. Tudo parece indicar que a área intervencionada corresponde a um espaço ao ar livre, onde existiriam estruturas leves, perecíveis e pouco intrusivas, designadamente telheiros.

11. Pelouros, cabos de faca e prego recuperados nos contextos da oficina.

12. Perspectiva da calçada pertencente à oficina.

6. CONCLUSÕES

A intervenção arqueológica na Rua do Benformoso permitiu observar a forma como este espaço se foi integrando no contexto urbano de Lisboa. Inicialmente, terá funcionado como arrabalde económico da cidade – espaço agrícola e de extracção de pedra. A partir do século XV, terá dado lugar a um relevante pólo económico, especialmente vocacionado para a produção e comercialização de olaria, que se foi consolidando urbanisticamente com a cidade, através da definição de arruamentos, onde a par com as oficinas de olaria, foram surgindo habitações e pequenas lojas, culminando na malha urbana existente. A proximidade com uma importante via fóssil de acesso à cidade estimulou essa dinâmica, promovendo a diversidade, designadamente a presença de pequenas oficinas metalúrgicas que, seguramente, davam apoio à movimentação viária.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. M. (1986) – *Carta Geológica do Concelho de Lisboa na Escala 1:10.000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ALVES, F. *et al.* (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela : Câmara Municipal, p. 185-210.

AMIGUES, F. (2002) – Technique de fabrication de la céramique valencienne. In *Le calife, le prince et le potier*. Lyon: Musée des Beaux-Arts ; Réunion des Musées Nationaux, p. 179-197. Catálogo.

BARROS, M. (1999) – Rua de Benfica da Mouraria (actual Rua do Benformoso) Sécs. XIV – XVI. *Olisipo*. Lisboa. S. 2, 8, p. 28-38.

CARMONA, R. e SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada Cerâmicas dos Séculos XV-XVI*, Barreiro: Câmara Municipal.

DIOGO, A. e TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 201-235.

FERNANDES, I. e CARVALHO, A. – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.

MESQUIDA, G. (1995) – Un pueblo alfarero medieval: Paterna (Valência) estúdio etno-arqueológico y documental. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medeieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 229-245.

OLIVEIRA, E. (1896) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 8, Lisboa: Câmara Municipal.

OLIVEIRA, L. e VIANA, M. (1993) – A Mouraria de Lisboa no Século XV. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, p. 191-209.

SEBASTIAN, L. (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Dissertação final de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, R. e GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos*. Lisboa: G.T.M.E. Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ESPÓLIO VÍTREO DE UM POÇO DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS (LISBOA, PORTUGAL)[1]

CARLOS BOAVIDA **Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve**

RESUMO Durante a intervenção arqueológica urbana decorrida na Praça da Figueira entre 1999 e 2001, foi identificada uma parte significativa do Hospital Real de Todos-os-Santos, demolido em 1775, em consequência da sua ruína após o terramoto de 1755.
Entre as muitas estruturas colocadas à vista estava o claustro sudoeste, no qual existia um poço. Os materiais que agora se apresentam são provenientes da escavação integral daquele contexto.

PALAVRAS-CHAVE **Vidro, poço, Hospital Real de Todos-os-Santos**

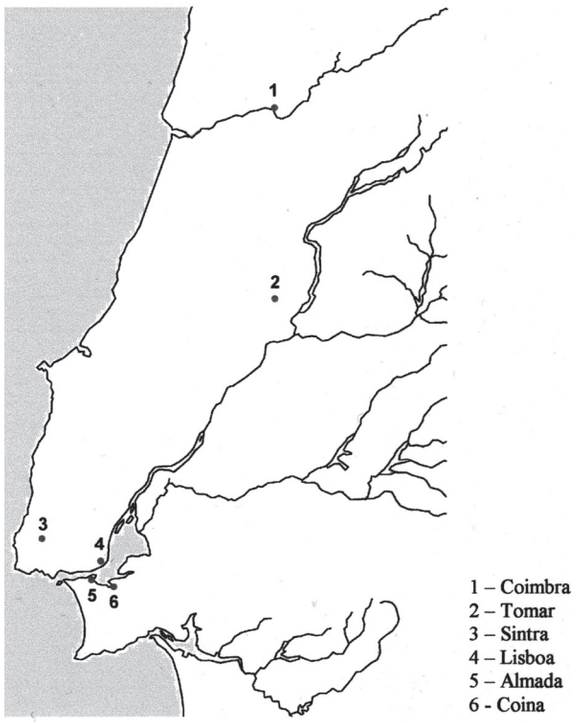
1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA URBANA – PRAÇA DA FIGUEIRA 1999/2001

Em 1999, a construção de um parque de estacionamento subterrâneo neste local levou a que fosse necessário, dado o eventual potencial arqueológico, proceder à peritagem técnica da obra. A intervenção decorreu até 2001 e foi coordenada por Rodrigo Banha da Silva e por Marina Carvalhinhos, do Museu da Cidade de Lisboa.
Os trabalhos iniciaram-se com a realização de sondagens geotécnicas, a pedido do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), para avaliar quais os impactos da estrutura a construir sobre o regime hídrico subterrâneo desta zona baixa da cidade; e com a avaliação da execução das estruturas de contenção periféricas, visto que o proprietário iniciou a obra à revelia da componente arqueológica. A escavação integral do subsolo da Praça da Figueira teve lugar posteriormente, de acordo com os princípios definidos pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA).
Após o reconhecimento do potencial arqueológico, o espaço foi repartido em sectores onde os trabalhos se desenvolveram de forma mais pormenorizada, tendo em conta as estruturas entretanto identificadas: cano real do reinado de D. Maria I, cano real do reinado de D. Manuel I e condutas subterrâneas que lhe estavam associadas, o cemitério do hospital (do lado este) e os poços dos claustros noroeste, sudoeste e nordeste.
Uma vez que após a sua ruína grande parte do edifício foi demolida e utilizada como pedreira, sendo a área posteriormente aterrada, as estruturas remanescentes encontravam-se muito danificadas. Para tal situação também contribuíram várias intervenções contemporâneas intrusivas, anteriores aos trabalhos arqueológicos de 1999/2001, como a construção do Mercado da Praça da Figueira, do pedestal da estátua equestre de D. João I e a instalação de esgotos e demais condutas e subestações da EDP e da Carris.
Este facto levou a que os resultados obtidos, do ponto de vista estrutural, sejam muito limitados. No entanto, o numeroso espólio recolhido contribui de forma única para o conhecimento da história daquela unidade hospitalar. Identificaram-se, apesar de tudo, vários compartimentos, assim como diversos elementos arquitectónicos avulsos.

2. O POÇO DO CLAUSTRO SUDOESTE

O claustro sudoeste do Hospital Real de Todos-os-Santos era limitado a norte pela igreja, a leste pela enfermaria de São Cosme e a oeste pelo corpo do edifício virado para a Praça do Rossio. A face sul não foi detectada, visto que já se encontrava fora da área de afectação da obra.

1. Este trabalho resulta da reformulação de um outro elaborado durante a Licenciatura em História, variante Arqueologia, FCSH-UNL.



Mapa 1 - Vidros de Época Moderna em Portugal (referidos no texto)

1 – ETAR de Alcântara (poço); 2 – Rua de São Nicolau; 3 – Banco Nacional Ultramarino;
– Rua das Pedras Negras; 5 – Teatro Romano; 6 – Casa dos Bicos; 7 – Pr. Figueira (Hospital)

Mapa 2 - Vidros de Época Moderna em Lisboa (referidos no texto)

O poço localizava-se na parte norte do claustro. Foi escavado nos depósitos correspondentes a ocupações de épocas anteriores e estruturado por silharia regular, ligada por argamassa de cal e areia, apresentando forma cilíndrica, com um metro de diâmetro interior e uma profundidade de dois metros e meio[2]. Junto do poço preservavam-se os restos de um lajeado em calcário.

O espólio colectado no interior do poço é muito variado, tendo sido recolhidos materiais maioritariamente do século XVII, numa amostra extremamente homogénea, apesar de terem sido identificadas pelo menos 5 unidades estratigráficas distintas – U.E. [372] a U.E. [376].

No que diz respeito às cerâmicas, foram alvo de estudo no âmbito de diversos trabalhos universitários, tendo-se identificado cerâmica comum, vidrada, modelada e esmaltada (neste último caso, faianças portuguesas, espanholas e majólicas italianas). Foi recolhido igualmente um pequeno conjunto de porcelanas.

Em relação ao espólio não cerâmico, exumaram-se artefactos em osso, líticos, vidros, peças metálicas e restos de cabedais. As três primeiras tipologias materiais foram também alvo de análise num trabalho universitário, analisando-se agora mais pormenorizadamente a última, a mais quantitativa daquelas.

3. OS VIDROS DO POÇO DO CLAUSTRO SUDOESTE DO HRTS

Trata-se um conjunto de 14 peças, muito fracturadas, recolhido maioritariamente na U.E. [376], produzidas em vidro translúcido e colorido, salvo raras excepções. Parte da amostra encontra-se muito irisada. Além de garrafas de pelo menos 2 formas diferentes, existem vários exemplares de um mesmo tipo de copo (um deles quase completo), um cálice com grande parte do perfil preservado, vários fragmentos de taças, uma tampa e duas contas.

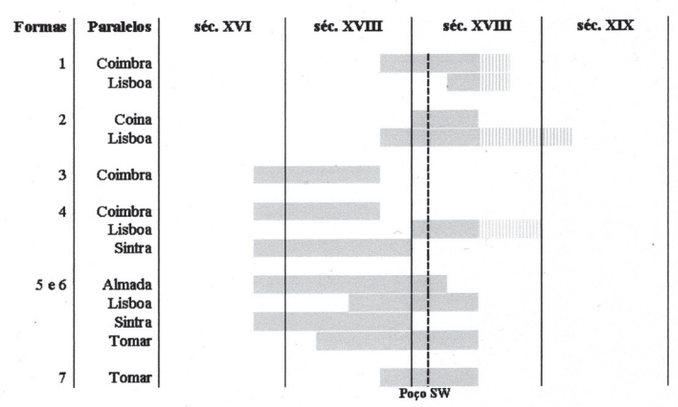
3.1 Garrafas

Foi recuperado um fundo de garrafa quadrangular, em vidro verde água, de paredes finas e fundo muito espesso em ônfalo. Trata-se uma peça soprada a molde, como demonstra a ainda evidente marca do pontel. O exemplar encontra-se muito irisado. Peças como esta, datadas da primeira metade do século XVIII foram recolhidas em vários locais de Lisboa, como sejam o Teatro Romano, a Rua das Pedras Negras (Ferreira, 1997, pl. 2, III.1-III.2) ou o quarteirão do Banco Nacional Ultramarino (Fernandes e Ferreira, 2004, p. 486, fig. 9).

Um fragmento de bordo, com arranque de gargalo, muito espesso e irisado, produzido em vidro transparente, mostra marisa curvilínea sobreposta. É um tipo de bocal comum a diversas formas de garrafas, como as incluídas no grupo II da tipologia proposta para a Lisboa do século XVIII por Manuela Ferreira (1997, pl. 2), também frequentes em algumas das produções da Fábrica de Coina (Custódio, 2002, p. 333-335)

Outra forma que foi recolhida é a de uma garrafa, tipo cabaça, da qual se preserva um bordo muito extrovertido em aba e o gargalo. Foi produzida em vidro transparente de tom verde água. No convento de Santa-Clara-a-Velha, em Coimbra, exumou-se uma peça muito

2. Estas medidas correspondem apenas ao que subsistia da estrutura.

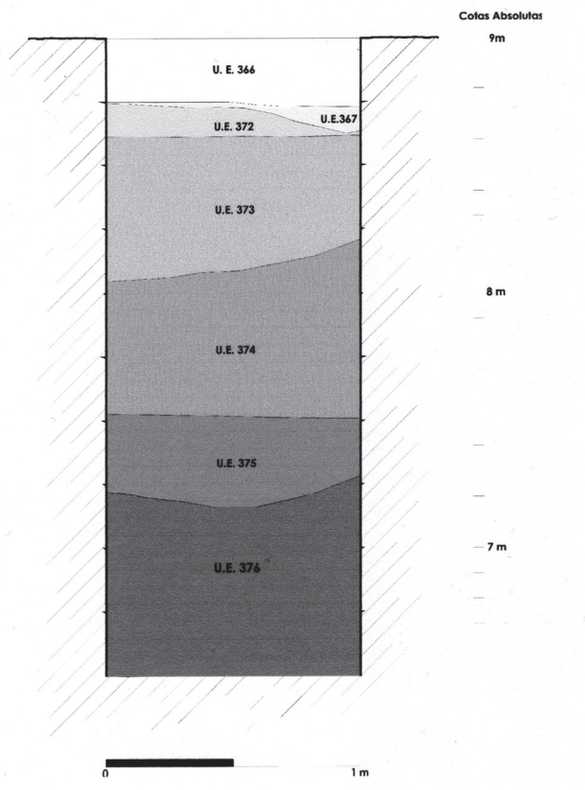


Quadro I - Cronologia dos Achados

similar, cuja produção poderá vir na tradição islâmica ou europeia meridional (Ferreira, 2004, p. 555, fig. 4d).

3.2 Copos

De todo o conjunto destaca-se um cálice, em vidro transparente, ligeiramente irisado. Apresenta pé em balaústre, assente em base discoidal. A parte correspondente à copa foi fabricada em vidro muito fino, quando comparado com o resto da peça.
Foram identificados exemplares deste tipo em vários locais de Lisboa, como na Casa dos Bicos (Amaro e Miranda, 2002, p. 66, n.º 57), na Rua de São Nicolau ou no Teatro Romano (Ferreira, 1997, pl. 1, II.3-II.4). Aqueles são em vidro um pouco mais espesso, nomeadamente na parte da copa. São atribuídos aos finais do século XVII e primeira metade do século XVIII. Em Coimbra, foram igualmente recolhidas peças com tipologia similar e com a mesma cronologia (Ferreira, 2004, p. 564, figs. 9e-9g). Um pouco mais antigos, começados a produzir ainda no século XVI serão os espécimes recolhidos em Sintra (Ferreira, 2003, p. 285, n.os 8 e 11).
Foram recuperados cinco exemplares de copos cilíndricos, de paredes ligeiramente troncocónicas invertidas, com fundo em ônfalo. São em vidro transparente, em vários tons de verde, apresentando bolhas de ar. Dois deles mostram o perfil praticamente completo.
Foram recolhidos fundos deste tipo na Rua da Judiaria em Almada, onde são igualmente em vidro verde transparente, com algumas bolhas de ar. As peças mais antigas estão datadas do século XVI, mas continuam a surgir com especial incidência no final do século XVII, inícios do XVIII (Medici, 2005, p. 549-550 e 555-556, figs. 6 e 10, n.os 42, 43 e 78). Também em Sintra, na Rua Gil Vicente e no Casal de Santo António, em níveis dos séculos XVI-XVII, foram recuperadas estas formas (Ferreira, 2003, p. 288-289, n.os 46, 47 e 49). Nos Paços do Infante, no Convento de Cristo, em Tomar, foi

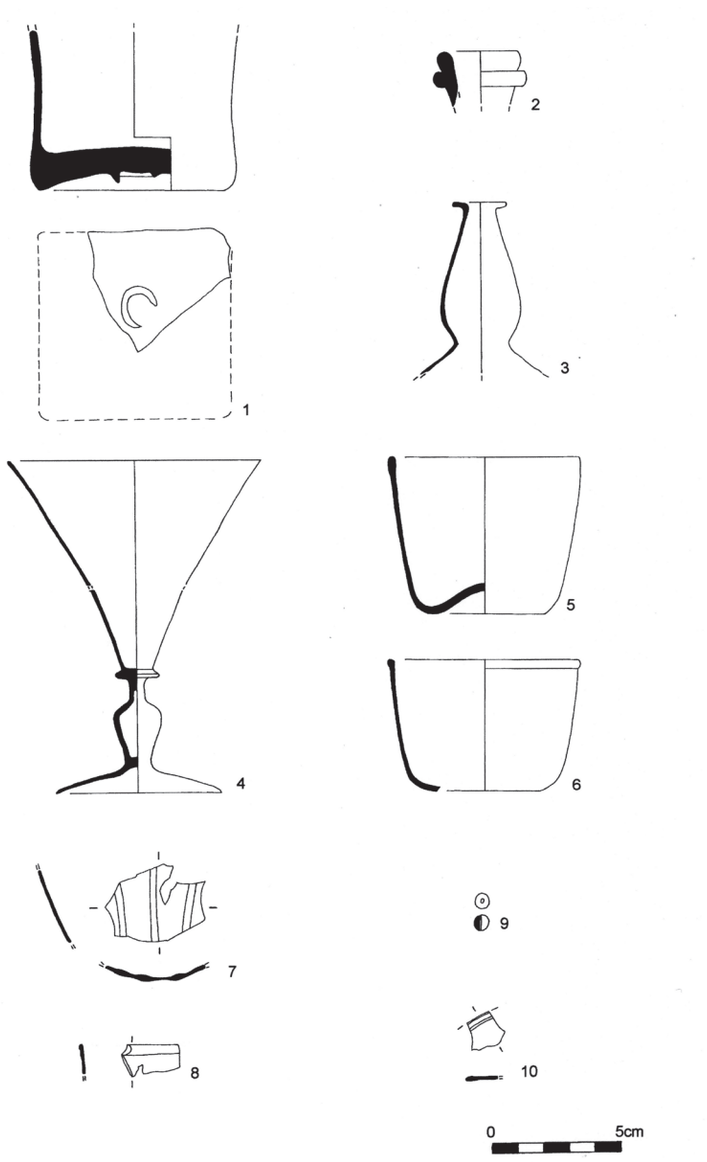


Quadro II - Perfil estratigráfico do poço (segundo Botelho, 2002)

identificada, em contextos atribuídos aos séculos XVII-XVIII, a parte superior de um copo que poderá integrar-se também nesta tipologia (Ferreira, 1994, p. 122, n.º 9). Recentemente, durante as obras de ampliação da ETAR de Alcântara, em Lisboa, identificou-se um poço, onde se recolheram, entre outros materiais também atribuídos aos séculos XVII-XVIII, alguns exemplares desta tipologia de copos (Batalha e Cardoso, 2010).

3.3 Taças

Um conjunto de fragmentos constitui parte do bojo de uma possível taça, produzida em vidro azul água,



A. – altura total; A.g – altura do gargalo; A.p – altura do pé.
E. – espessura; E.f – espessura do fundo; E.pt – espessura do pontel.
L. – largura; L.f – largura do fundo; L.p – largura da parede.
Ø. – diâmetro; Ø.b – diâmetro do bordo; Ø.f – diâmetro do fundo; Ø.M – diâmetro máximo; Ø.p – diâmetro do pé; Ø.pf – diâmetro da perfuração; Ø.pt – diâmetro do pontel

1. Garrafa – PF00/687-5A [375]. Fundo de garrafa quadrangular com arranque de parede. No exterior do fundo convexo, mostra vestígios do pontel. Fundo espesso e parede fina. Vidro transparente, de tom verde água, muito irisado. A. 73mm; Ø.pt 20mm; E.f 10/15mm; E.pt 3mm; L.p 78mm; L.f 58mm
2. Garrafa (ou frasco) – PF00/612-8 [376]. Bordo de garrafa (ou frasco), com lábio de perfil semi-circular, ligeiramente extrovertido. Apresenta, abaixo do bordo, marisa curvilínea aplicada a quente. Vidro transparente, incolor, muito irisado. A. 25mm; Ø.b 34mm; E.6/10mm
3. Garrafa – PF00/3356 [376]. Bordo de garrafa com gargalo. Do bordo em aba arranca um gargalo e perfil periforme, estrangulado no ombro. Vidro transparente de tom verde-água. A. 80mm; A.g 63mm; Ø.b 26mm; Ø.M 38mm; E. 1/2mm
4. Cálice – PF00/612-7 [376]. A copa, de perfil troncocónico invertido e de paredes muito finas, mostra bordo afilado. Assenta sobre pé em balaústre com base discoidal. Vidro transparente incolor, medianamente irisado. A. 156mm; A.p 58mm; Ø.b 12mm; Ø.p 76mm; E. 1/2mm
5. Copo – PF00/691-4 [376]. Bordo com arranque de parede e fundo de copo. Do bordo de lábio de perfil semi-circular, ligeiramente espessado, arranca parede de secção troncocónica invertida. Vidro transparente, de tom verde, com algumas bolhas de ar de pequena dimensão.
A. 62mm; Ø.b 90mm; Ø.f 50mm; E. 2/4mm
6. Copo – PF00/691-3 [376]. Peça com o perfil completo. Do bordo, com lábio de perfil semi-circular, ligeiramente espessado, arranca parede de secção troncocónica invertida que termina num fundo em ônfalo pronunciado. Vidro transparente, de tom verde-escuro, com algumas bolhas de ar de pequena dimensão. A. 74mm; Ø.b 89mm; Ø.f 55mm; E. 2/4mm
7. Taça (?) – PF00/691-7 [376]. Parede decorada por caneluras obtidas por recurso a molde auxiliar. Vidro transparente de tom azul-água. A. 36mm; E. 1/2mm; L. 46mm
8. Taça (?) – PF00/ 691-2 [376]. Bordo com arranque de parede. Do bordo, com lábio de perfil semi-circular, arranca parede de secção troncocónica invertida. Mostra canelura, na face externa, junto ao bordo. Vidro negro opaco. A. 15 mm; E. 1/2 mm
9. Conta – PF00/692 [372]. Conta esférica, com perfuração total e superfície externa picotada. Vidro azul opaco. Ø. 7mm; Ø.pf 1,5mm
10. Tampa (?) – PF00/691-8 [376]. Bordo com arranque de parede. Do bordo, com lábio de perfil semi-circular, ligeiramente espessado, arranca parede plana. Mostra canelura, na face externa, junto ao bordo. Vidro transparente de tom azul-água. A. 1mm; Ø. 146mm

muito fino, que apresenta caneluras ténues, obtida por utilização de um molde auxiliar. Trata-se de uma decoração similar à verificada em peças de Tomar (Ferreira, 1994, p. 123, n.os 29-30) e também de Coimbra (Ferreira, 2004, p. 551, fig. 3g). Em ambos os locais foram datadas dos séculos XVII-XVIII.
Foi recuperado um pequeno fragmento de bordo, com arranque de parede, em vidro negro opaco, irisado, que poderá corresponder também a uma taça.

3.4 Outros

Recolheu-se ainda um fragmento de bordo, em vidro verde-água, transparente, que poderá ter sido parte de uma tampa. Foram identificadas também duas contas em vidro azul opaco, esféricas e que apresentam a superfície picotada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No poço do claustro sudoeste, do Hospital de Todos-os--Santos, foi recolhido importante espólio arqueológico, do qual faz parte um pequeno conjunto de vidros.
De acordo com Paulo Botelho (2002), o expressivo conjunto de cerâmica esmaltada (faiança e majólica) remete a formação do contexto para os finais do século XVII, princípios do seguinte. Não pode portanto, deixar de se relacionar a presença do conjunto vítreo, como do restante universo objectual, com as alterações arquitectónicas que se verificaram no Hospital Real de Todos-os-Santos, no âmbito de profundas obras promovidas no reinado de D. João V (Moita, 1964, p. 86), durante as quais o poço terá sido eventualmente desactivado e entulhado. Uma cronologia de inícios do século XVIII é, por consequência, ajustada à amostragem que contribui assim para a fixação das datações das produções portuguesas de vidro dos séculos XVII/XVIII. Relembrem-se a este propósito os centros produtores do Covo (Oliveira de Azeméis) e de Coina, este último alvo de intervenção arqueológica e estudado por Jorge Custódio (2002).

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre Rodrigo Banha da Silva, que me propôs a reanálise dos materiais estudados durante a licenciatura e fez a revisão do mesmo; ao Dr. Paulo Botelho pelos dados cedidos e à Prof. Dr.ª Rosa Varela Gomes que orientou o trabalho original.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C. e MIRANDA, T. (2002) – *De Olisipo a Lisboa: A Casa dos Bicos;* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BATALHA, M. e CARDOSO, G. (2010) – Um poço seiscentista no Vale de Alcântara (Lisboa); conferência proferida na Sessão de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa (26 de Maio).

BOAVIDA, C. (2005) – Estudo de materiais não cerâmicos do poço do claustro sudoeste do Hospital Real de Todos-os--Santos: os vidros, os artefactos em osso e os líticos. Trabalho realizado no âmbito da licenciatura em História, variante Arqueologia, FCSH-UNL (policopiado).

BOTELHO, P. (2002) – Cerâmicas esmaltadas do poço do claustro SO do Hospital Real de Todos-os-Santos. Trabalho realizado no âmbito da licenciatura em História, variante Arqueologia, FCSH-UNL (policopiado).

CUSTÓDIO, J. (2002) – A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos. *Cadernos* 5, S.2; coord. ed. M.ª Lurdes Perdigão, Catarina Serpa; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

FERREIRA, M. (1994) – Vidro e cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo. *Mare Liberum: Revista de História dos Mares* 8; dir. Luís Adão da Fonseca; Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (p. 117-200).

FERREIRA, M. (1997) – Seventeenth and eighteenth century glass drinking vessels and bottles from Lisbon, Portugal. *Conímbriga* 36; dir. Jorge de Alarcão, Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra (p. 183-190).

FERREIRA, M. (2003) – Vidro arqueológico da região de Sintra (séculos XVI-XVII).*Arqueologia Medieval* 8; dir. Cláudio Torres; Campo Arqueológico de Mértola (p. 279-291).

FERREIRA, M. (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:2; coord. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 541-583).

FERNANDES, L. e FERREIRA, M. (2004) – Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina em Lisboa. Estudo do espólio vítreo. *O Arqueólogo Português* 24, S.4; dir. Luís Raposo; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (p. 453-489).

MEDICI, T. (2005) – The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th - 19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8:2; coord. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 535-569).

MOITA, I. (1964) – Hospital Real de Todos-os-Santos 1: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M. L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal* 101/102; dir. Henrique Martins Gomes; Câmara Municipal de Lisboa (p. 76-103).

QUARTEIRÃO DOS LAGARES

CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA ECONÓMICA DA MOURARIA

TIAGO NUNES, IOLA FILIPE Era – Arqueologia, S.A.

RESUMO Os trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos Lagares permitiram identificar contextos arqueológicos preservados, de época moderna, na sua maioria interpretados como áreas de lixeira ou de despejos de produção cerâmica. Na sondagem 3 a identificação de uma fossa, cheia por depósitos nos quais se destaca a presença de cinzas e as características dos materiais que foram recolhidos, nomeadamente defeitos no vidrado e trempes, que sustentam a interpretação desta área se relacionar com os despejos resultantes da produção de cerâmica.
Em relação à cerâmica importada recolhida na presente escavação, destacam-se as faianças da zona valenciana, em maior quantidade, existindo ainda faianças importadas da área de Sevilha e louça majólica produzida em Itália, para além de uma muito reduzida presença de porcelana importada da China.
A análise preliminar dos materiais permite datar a formação destes contextos de época moderna, com especial incidência nos séculos XVI/XVII, com excepção para a sondagem 9, cuja formação dos depósitos identificados datam de final do século XIX, inícios do século XX.
Existem outros indícios da actividade de produção oleira nesta zona, resultante de outros trabalhos arqueológicos, nomeadamente âmbito do Plano de Renovação da Rede da Epal, realizados nas Escadinhas do Monte, onde se recolheram, ainda que descontextualizadas, trempes, indicadores da produção oleira, em associação com contentores cerâmicos e cerâmica de construção. Na Rua da Amendoeira, situada a Sul da Rua dos Lagares, registou-se um forno de cerâmica comum e telha, datado do século XV. A própria toponímia das ruas, nomeadamente a Rua das Olarias, poderá funcionar como um indicador de contextos arqueológicos ainda preservados no sub-solo.

PALAVRAS-CHAVE Mouraria, economia, produção oleira, cerâmica de importação

INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos Lagares (freguesia do Socorro, concelho e distrito de Lisboa) consistiram na realização de nove sondagens de diagnóstico, numa área total de cerca de 50 m² e três sondagens parietais (0,5 m x 0,5 m cada), tendo como objectivo caracterizar funcional e cronologicamente este espaço, tendo igualmente por base os dados resultantes de trabalhos anteriores (Carvalho, Monteiro, Bugalhão, 2007), onde se identificaram vestígios de um jardim do século XVI, construído sobre contextos relacionados com a produção oleira. Os indícios desta actividade neste espaço são por isso indirectos, permitindo apenas colocar uma hipótese de trabalho que carece de confirmação.
A maioria dos depósitos escavados caracteriza-se pela presença frequente de cerâmica, sobretudo comum, existindo na sondagem 3 (Área 3) indícios claros de produção oleira, como sejam fragmentos de peças com defeitos no vidrado e trempes. No entanto, à semelhança do que se verificou em trabalhos anteriores, não se identificou qualquer estrutura que pudesse ser interpretada como forno. As estruturas registadas situam-se nas sondagens 1, 4, 5 e 8, e reportam-se todas elas a alicerces e ruínas de antigas paredes do edificado e uma estrutura em arco presente na sondagem 1.
No que respeita à componente artefactual recolhida, é constituída maioritariamente por fragmentos de cerâmica comum, estando igualmente representados fragmentos de cerâmica vidrada e trempes. A cerâmica de importação e faiança encontram-se igualmente representados, contudo, a sua expressividade numérica no conjunto total é reduzida.

QUARTEIRÃO DOS LAGARES E A PRODUÇÃO OLEIRA EM ÉPOCA MEDIEVAL/ MODERNA

No imóvel denominado como Quarteirão dos Lagares realizaram-se três fases de trabalhos arqueológicos. As duas primeiras, da responsabilidade do Dr. Armando Sabrosa e do Dr. Clementino Amaro, permitiram identificar um jardim do século XVI, destruído e aterrado na sequência do terramoto de 1755. Como elementos constituintes deste jardim enumeram-se duas fontes com decoração (uma revestida a azulejos enxaquetados e outra com uma decoração embrechada), tanques, canalizações cerâmicas, canteiros e uma calçada.
Este jardim terá sido construído sobre contextos (depósitos) relacionados com a actividade oleira, que cronologicamente pode ser enquadrada entre o século XV e a primeira metade do século XVI. Estes contextos

reportam-se essencialmente a um depósito com elevada potência estratigráfica, com presença muito frequente de cerâmicas, restos de fauna, escórias e bolsas de carvões e cinzas, não se tendo registado qualquer estrutura relacionada coma produção oleira.

A presença desta actividade económica nesta área da cidade pode ser igualmente comprovada arqueologicamente em trabalhos realizados na Rua da Amendoeira, situada a Sul da Rua dos Lagares, onde se destaca a presença de um forno de cerâmica comum e telha, datado do século XV. De acordo com os autores, identificou-se ainda uma estrutura de funcionalidade indeterminada, com materiais associados dos séculos XIII-XIV.

Importa ainda destacar nas Escadinhas do Monte, em trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados no âmbito do Plano de Renovação da Rede da Epal, a presença, ainda que descontextualizada, de trempes em associação com contentores cerâmicos e cerâmica de construção. No entanto, importa salientar que estes trabalhos incidem em valas estreitas, tornando condicionada a interpretação das estruturas e dos depósitos registados.

As fontes históricas indicam a presença na Rua das Tendas, actual Rua Marquês de Ponte de Lima, do primeiro mercado de louças e olarias de Lisboa, datado do século XV (Araújo, 1992, p. 68).

Para além das evidências arqueológicas mencionadas e dos registos escritos, a própria toponímia das ruas, nomeadamente a Rua das Olarias, poderá ser indicativo das actividades que se desenvolveram em cada área.

CONTEXTOS INTERVENCIONADOS

A maioria dos contextos identificados pode ser interpretada como áreas de lixeira ou de despejos de produção cerâmica, dado o elevado número de fragmentos cerâmicos recolhidos, nomeadamente de cerâmica comum, assim como a presença de depósitos com restos de carvão e cinza.

Relativamente à actividade oleira, apesar de existirem vários vestígios desta actividade nesta área da cidade (já mencionados anteriormente), durante a presente escavação não foi registada nenhuma estrutura tipo forno, existindo apenas indícios indirectos que sustentam esta interpretação, referindo-nos nomeadamente a uma fossa, escavada na sondagem 3, cheia por depósitos nos quais se observou a presença frequente de cinzas, e onde se recolheu um grande número de fragmentos de trempes, em conjunto com alguns fragmentos de cerâmica vidrada, que apresentavam algumas deformações ao nível do revestimento vidrado. Para além destes vestígios, o próprio nome de algumas ruas próximas, como exemplo a Rua das Olarias, leva a crer que existiria produção oleira na zona, sendo que o facto de não existirem mais evidências materiais de fornos para a cozedura de cerâmica e instalações de apoio poderá estar relacionado não só com a renovação/remodelação do edificado nesta zona com o passar do tempo, mas poderá também decorrer da destruição provocado pelo terramoto de 1755. Em trabalhos anteriores no local (Carvalho, Monteiro, Bugalhão, 2007) já haviam sido observados níveis arqueológicos que se poderiam relacionar com acções pós-terramoto, sendo que também nesta última intervenção foi igualmente possível registar a existência de pelo menos um depósito de aterro, na sondagem 1, passível de se interpretar como resultado indirecto do terramoto de 1755. Se efectivamente este evento natural ou alguma das permanentes transformações do tecido urbano resultou na destruição de algum forno anteriormente existente neste local, os dados actualmente disponíveis não permitem corroborar qualquer uma das hipóteses, permanecendo em aberto como ferramentas de trabalho.

No que respeita às estruturas identificadas no decorrer do presente trabalho, a sua interpretação carece de dados adicionais que permitam determinar a funcionalidade dos espaços que definiam, podendo apenas em alguns casos propor-se uma cronologia para a sua construção/ utilização.

Relativamente às estruturas identificadas na sondagem 1, foi possível verificar a existência várias fases construtivas, com diferentes concepções do espaço. Em termos cronológicos, as estruturas mais recentes podem ser datadas do século XX, e as mais antigas dos séculos XVI-XVII. A interpretação da funcionalidade dos espaços que delimitavam encontra-se condicionada, não só porque os depósitos associados se reportam na sua maioria ao momento de abandono, como pelo facto de não se ter recuperado a planta completa.

A concepção do espaço definido pelas estruturas consideradas na fase IX pode resultar da afectação do antigo edifício pelo terramoto que atingiu Lisboa em 1755. O terramoto pode ainda ser a causa da formação do depósito [111], sobre o qual assentaram posteriormente as referidas estruturas. Os dados disponíveis não permitem determinar o intervalo temporal que medeia a formação do depósito [111] e a reconstrução deste espaço. Refira-se ainda que este depósito representa a única evidência de que o edifício foi de algum modo afectado pelo terramoto, não se tendo observado em mais nenhuma sondagem vestígios da catástrofe natural.

Em relação às estruturas identificadas na sondagem 4, pode apenas afirmar-se que as estruturas [403] e [412] são as mais recentes, pertencendo a estrutura

[406] a uma fase intermédia, e a estrutura [414] a mais antiga, dado que é coberta por uma das estruturas referidas, [406], e é possivelmente cortada pela vala de fundação das outras. A datação absoluta destas estruturas encontra-se limitada pelo facto de a componente artefactual associada se reportar quase em exclusivo a cerâmica comum. Usando como critério a ausência de faiança e louça malegueira, pode apontar-se os finais da Idade Média, início do Período Moderno como cronologia possível, importando nunca descurar a relatividade do critério utilizado.

No que concerne às estruturas identificadas na sondagem 5, as suas características permitem colocar a hipótese de ter existido pelo menos um compartimento no local antes da construção do actual edifício, não sendo, no entanto, possível com os dados disponíveis determinar a sua funcionalidade ou a sua cronologia de construção/utilização.

Relativamente ao muro identificado na sondagem 8, tendo em conta os depósitos de formação posterior, poderá indicar-se uma cronologia de época moderna, sendo necessariamente mais antigo do que as construções que actualmente se encontram erigidas.

Em relação às restantes paredes do edifício, nas quais se procedeu à observação da estratigrafia associada (sondagem 3, 5, 7), estas assentam em depósitos que apontam para cronologias de época moderna, séculos XVI/XVII. As paredes das sondagens 6 e 8 não podem ser datadas com os dados disponíveis, pelo facto de não ter sido possível identificar as respectivas valas de fundação, e ambas assentarem em depósitos arqueologicamente estéreis, podendo apenas propor-se no caso da sondagem 8, que a estrutura terá sido construída ao mesmo tempo que todo o corpo edificado onde esta se insere, incluindo a parede analisada na sondagem 7, a qual se apresenta como hipótese os finais do século XV como momento da sua construção.

Após a realização das sondagens parietais, verificou-se que todas as paredes do edificado anexo ao edifício principal eram construídas em taipa, notando-se, contudo, que a parede da sondagem 12 apresentava dois momentos construtivos, um em taipa e outro em alvenaria, o que significa a existência de duas concepções de espaço distintas, tendo existido possivelmente o emparedamento de uma janela.

Em termos de utilização do espaço poderá afirmar-se que a parte exterior do actual edificado sofreu um maior número de alterações, sendo que sob o actual edifício existem também vestígios de anteriores construções, colocando-se por isso a hipótese de se tratar de uma reconstrução pós-terramoto.

COMPONENTE ARTEFACTUAL

Os depósitos escavados nas diferentes sondagens apresentam, numa primeira análise, uma uniformidade em termos de componente artefactual. Caracterizam-se pela presença muito frequente de cerâmica comum, moderada de cerâmica vidrada e ocasional de faiança. Apenas os contextos da sondagem 3 diferem ligeiramente dos restantes, na medida em que aparentam tratar-se dos despejos de uma olaria, tendo-se por esse motivo observado uma elevada quantidade de fragmentos de trempes, uns sem qualquer revestimento e outros revestidos com vidrado. Importa também referir a recolha nas sondagens 1 e 3 de fragmentos de cerâmica comum decorados com pequenas incrustações de quartzo. A análise preliminar dos materiais permite datar a formação destes contextos de época moderna, com especial incidência nos séculos XVI/XVII, com excepção para a sondagem 9, cuja formação dos depósitos identificados datam de final do século XIX, inícios do século XX. Importa, no entanto, destacar a possibilidade de alguns contextos poderem ser datados dos séculos XIV-XV, interpretação sustentada apenas pela ausência de faiança ou louça malegueira nos depósitos das sondagens 4, 5, 6 e 8. Em relação à cerâmica importada, destacam-se as faianças da zona valenciana, em maior quantidade, existindo ainda faianças importadas da área de Sevilha e louça majólica, produzida em Itália, para além da presença de um único fragmento de porcelana chinesa. Por fim, observa-se a recolha de algumas moedas nas sondagens 4 e 6, não sendo no entanto possível fazer uma leitura das mesmas dado o seu mau estado de conservação. Importa ainda salientar o facto de este estudo incidir sobre uma parcela do espólio recolhido e não sobre a sua totalidade.

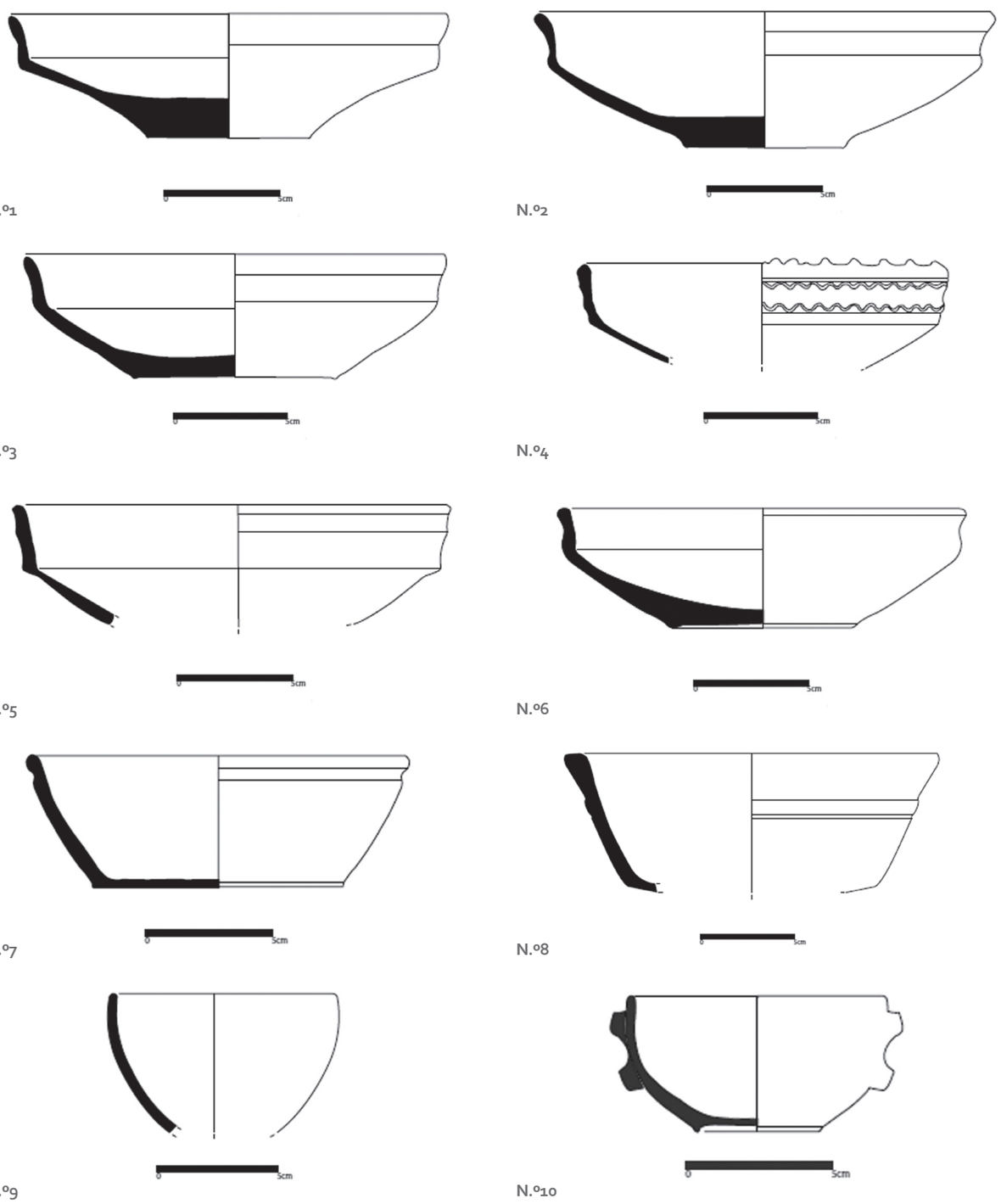
CERÂMICA COMUM E VIDRADA

Estes tipos de cerâmica constituem a maior parte do espólio artefactual recolhido, sendo os restantes achados apenas uma pequena percentagem do total encontrado. Dentro destes dois tipos cerâmicos destaca-se a cerâmica comum, à qual pertence a grande maioria dos fragmentos. Em termos de formas, regista-se uma grande variedade formal, estando representadas testos, taças com e sem carena, alguidares, tachos e panelas, púcaro, almofariz, caçarolas, pratos, escudela de asas e candeias. Salienta-se o facto de existirem, nos depósitos relativos a uma fossa atribuível a restos de uma olaria, fragmentos cerâmicas que apresentam claras malformações ao nível do revestimento (vidrado) e da própria forma. Para a análise tipológica

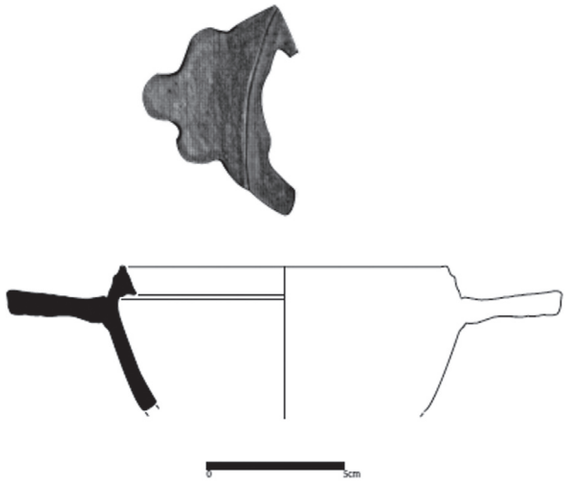
optou-se por seguir a metodologia utilizada por Artur Martins e Carlos Ramos (Martins, Ramos, 1992) tendo os recipientes sido divididos em dois grandes grupos: formas fechadas e abertas.

De todas as formas alvo deste estudo a que aparenta ter maior representatividade é o grupo das taças (fig. 1, n.os 1 a 10), encontrando-se neste estudo dez peças, seis com carena, e quatro sem carena. Das peças seleccionadas destaca-se um exemplar de taça, proveniente da sondagem 3, com um pequeno elemento de preensão no corpo da peça composto por duas "saliências", encontrando-se a taça revestida com um vidrado esverdeado. Uma segunda peça difere das restantes pelo facto de apresentar evidentes deformações ao nível da forma, tendo sido muito provavelmente já cozida com este defeito.

No que respeita à escudela (fig. 2, n.º 11), apresenta pasta bege/esverdeada, com vidrado esverdeado em ambas as superfícies, uma asa horizontal um pouco abaixo do bordo, que parte da carena.

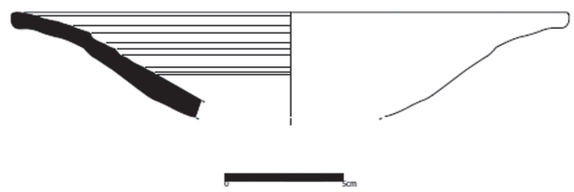


1. Cerâmica comum e vidrada: taças.

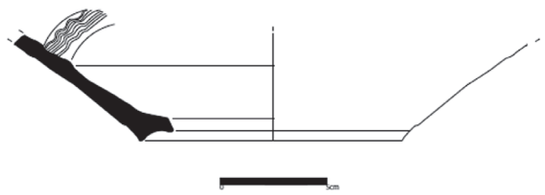


2. Escudela.

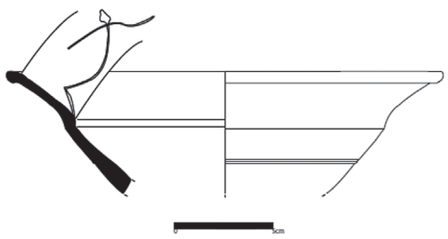
Para finalizar a parte correspondente à cerâmica de mesa, identificaram-se três pratos (Ilustrações n.os 12 a 14), todos eles vidrados, variando entre cor de mel e esverdeado, sendo que dois apresentam decoração na parte interior mais próxima do bordo, um com um motivo vegetalista (Ilustração n.º 14) e um segundo apresenta um padrão com incisões onduladas (fig. 3, n.º 12).



N.º12



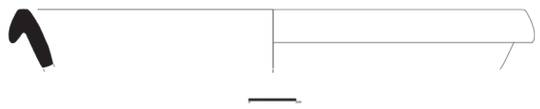
N.º13



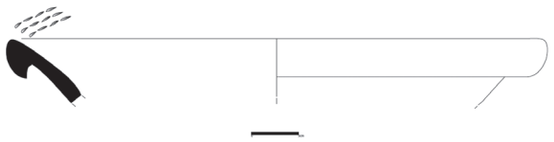
N.º14

3. Cerâmica vidrada: pratos.

Relativamente à cerâmica de cozinha, registaram-se dois alguidares (fig. 4, n.os 18 e 19), ambos apresentando pastas laranjas, sendo possível num observar um brunido na parte interior, e no segundo um revestimento de vidrado verde contendo ainda uma decoração, junto do bordo, composta por três fiadas paralelas de pequenas incisões semelhantes a gotas. Para a confecção de alimentos temos três caçarolas (fig. 5, n.os 15 a 17) apresentado todas pasta de cor laranja, tendo um corpo simples de forma direita e apresentado bordos extrovertidos com inflexão, salientando-se o facto de também em todas elas se poder observar marcas de fogo na superfície exterior, demonstrando que terão sido efectivamente utilizadas para uso culinário.

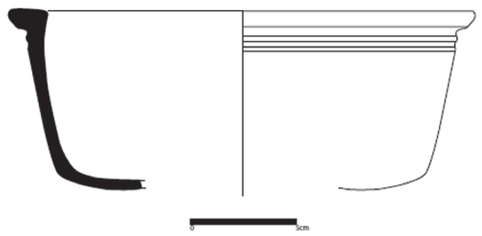


N.º18



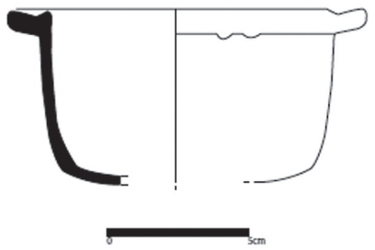
N.º19

4. Cerâmica comum e vidrada: alguidares



N.º15

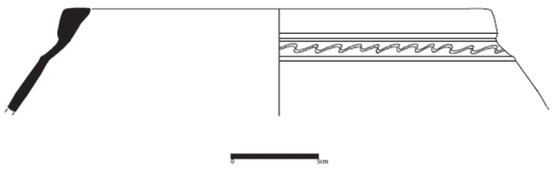
N.º16



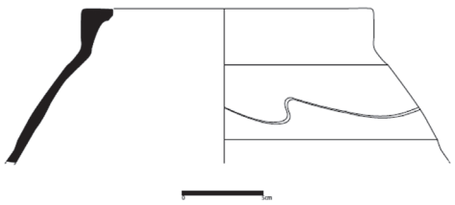
N.º17

5. Cerâmica comum: caçarolas.

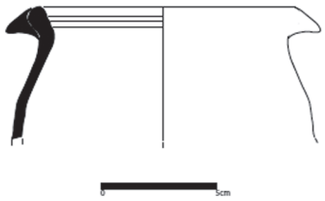
Os recipientes de forma fechada encontram-se representados por três panelas (fig. 6, n.os 20 a 22) e um pequeno púcaro (fig. 7, n.º 23). Todas as panelas apresentam cozedura oxidante, pasta laranja, sendo que duas (fig. 6, n.os 20 e 21) apresentam decoração incisa, uma com uma simples linha ondulada à volta da peça na zona do bojo e outra também com uma linha ondulada mas encontrando-se limitada por duas linhas rectas em cima e abaixo na zona imediatamente acima da carena. A terceira (Ilustração n.º 22), para além de não apresentar decoração, difere das restantes pelo facto de apresentar marcas de fogo e uma pequena pega triangular na continuação do bordo. Em relação ao púcaro, apresenta cozedura oxidante, pasta laranja, e encontra-se brunido em ambas as superfícies, tendo uma asa que se prolonga desde o bojo até à continuação do bordo.



N.º20

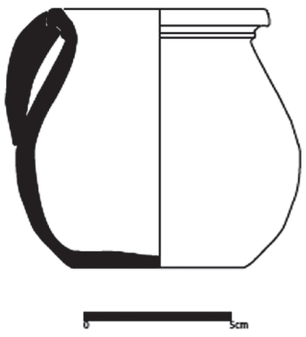


N.º21



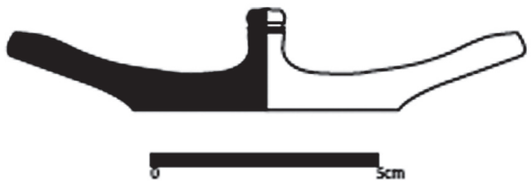
N.º22

6. Cerâmica comum: panelas.

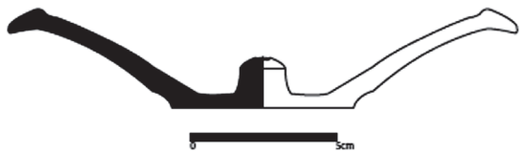


7. Púcaro (n.º 23).

Destaca-se ainda o conjunto de testos recolhidos, que podem ser relacionados com as panelas, representados em grande, estando representados dois tipos: um testo de bordo arredondado e testo com barbela (figs. n.º 24 e 25).



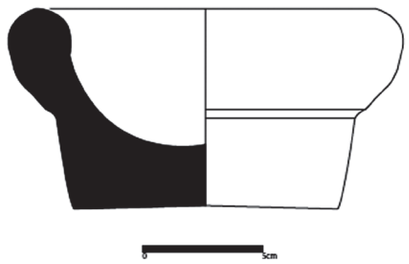
N.º24



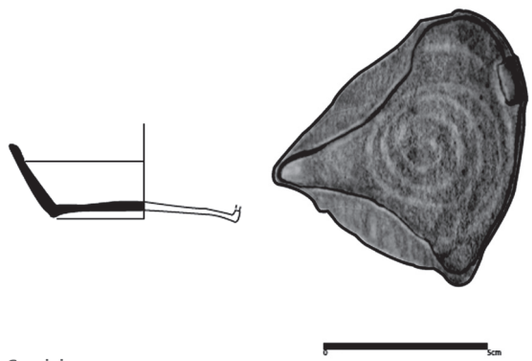
N.º25

8. Cerâmica comum: testos.

Para além dos recipientes mencionados, foram recolhidos fragmentos de outras formas, nomeadamente um almofariz completo (fig. 9, n.º 26) de pasta laranja e paredes bastante espessas, e vários fragmentos de candeias, tendo um fundo plano e apresentando um dos lados estrangulados formando um bico, como temos demonstrado na ilustração n.º 27. Tendo em conta o contexto de onde foram recolhidos estes fragmentos poderá apontar-se para uma cronologia genérica do período moderno.



9. Almofariz.



10. Candeia.

Devido à especificidade da decoração parece-nos importante referir a presença nas sondagens 1 e 3 de fragmentos de cerâmica com incrustações de quartzo (fig. 11), apresentando decoração incisa com motivos triangulares seguindo a colocação das pedras de quartzo. A caracterização tipológica destes fragmentos é condicionado pelo reduzido tamanho das peças, podendo colocar-se a hipótese de se reportarem a taças. A produção deste tipo de cerâmica no território nacional pode ser enquadrada, em termos genéricos, desde o século XVI até ao século XVIII. Salienta-se no entanto que podem existir produções anteriores, no século XV, pelo menos na zona do Barreiro (Sardinha, 1999, p. 190).

FAIANÇA

Recolheram-se fragmentos de faiança apenas nas sondagens 1, 2, 3, 6 e 9, sendo que esta última se destaca das restantes pelo facto de apresentar uma cronologia significativamente mais recente, apontando-se para os finais do século XIX e inícios do século XX, comparando com as cronologias das outras sondagens que se enquadram nos séculos XVII e XVIII. Observa-se o facto de o tamanho reduzido dos fragmentos não permitir na maioria dos casos realizar a classificação da forma.
Iremos neste estudo, a título de amostragem, centramo-nos nas sondagens 3 e 9, dado que no que se refere à sondagem 3 estas se tornam importantes na datação do que julgamos tratar-se de uma fossa de despejo de uma olaria e no caso da sondagem 9 as faianças re-presentam os elementos de datação de carácter mais recente (século XIX-XX) distinguindo por isso esta sondagem das restantes em termos cronológicos. Em relação à sondagem 3, os fragmentos de faiança recolhidos no depósito [303] (fig. 12) podem ser enquadrados genericamente em produções do século XVII, tendo em conta os motivos decorativos que se podem observar, nomeadamente as decorações com "rendas" e o uso do azul com contorno a manganés (Dordio, Teixeira, Sá, 2002), pertencendo os fragmentos possivelmente a pratos e taças. No que se refere à sondagem 9 (fig. 13), as faianças podem ser datadas de finais do século XIX e início do XX, apresentando como exemplo um fragmento de uma faiança de produção nacional, com fundo branco, representando motivos vegetalistas em policromia (Dordio, Teixeira, Sá, 2002) pertencente possivelmente a uma taça, e um segundo fragmento de faiança produzido na fábrica de louça de Sacavém, decorada com estampagem de papel, apresentando motivos vegetalistas em tom verde sobre fundo branco (Assunção, 1997) pertencente a um prato.

CERÂMICA DE IMPORTAÇÃO

As sondagens (1, 2, 3 e 7) nas quais se recolheram fragmentos de cerâmica importada correspondem na sua totalidade a contextos que podemos classificar como de lixeira, ressalvando-se a sua expressividade no conjunto, embora em muito menor número quando comparada com a cerâmica comum. Correspondem a importações predominantemente do sul de Espanha, existindo também, em menor número, fragmentos de produções

11. Fragmentos de cerâmica com incrustações de quartzo, [315].

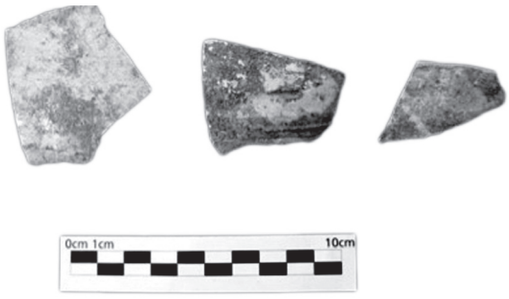
12. Fragmentos de faiança, [303].

13. Fragmentos de faiança, [904].

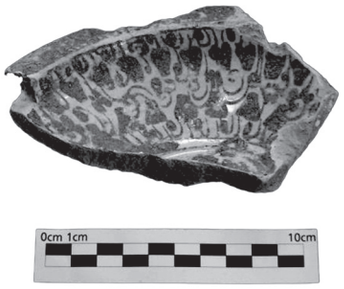
italianas e um fragmento de porcelana chinesa, podendo enquadrar-se o período de comercialização das peças entre os séculos XVI e XVII exceptuando um fragmento de faiança majólica para o qual a sua cronologia de produção aponta para o final do século XV, e um segundo fragmento de cerâmica de Paterna/Manises para o qual se recua o período de produção até aos séculos XIV-XV.

Em relação às peças com origem no sul de Espanha, estas podem ser divididas por dois locais de importação: Sevilha e de Valência. A designada loiça malegueira, com origem na zona de Sevilha, encontra-se representada por três fragmentos (fig. 14) recolhidos na sondagem 2, pertencentes provavelmente a tigelas, revestidas com esmalte branco apontando-se o seu fabrico para o século XVI (Dordio, Teixeira, Sá, 2002). No que respeita à loiça valenciana, de Paterna/Manises, foram recolhidos três fragmentos, nas sondagens 1 e 2. O fragmento representado na figura 15, proveniente do depósito [112], pertence a uma escudela decorada com um padrão pintado a dourado (Puig I Jorba, 1995). Um segundo fragmento também da [112] (fig. 16), que consiste num fundo em branco com um leão desenhado a dourado, rodeado por uma cartela em azul, fazendo possivelmente parte de um brasão, podendo estas peças enquadrar-se nos séculos XV/XVI. Um terceiro fragmento (fig. 17) foi recolhido na sondagem 2, [204], possivelmente pertencente a uma taça, apresentando uma decoração a azul-cobalto, cronologicamente enquadrável entre os séculos XIV e XV (Puig I Jorba, 1995), ou seja, ligeiramente anterior aos restantes fragmentos.

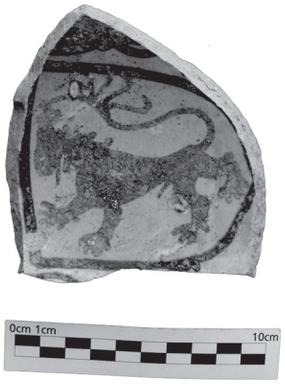
As produções oriundas de Itália encontram-se representadas por três fragmentos, um oriundo da sondagem 2 e os restantes da sondagem 7. O fragmento recolhido na sondagem 2 (fig. 18) corresponde a um fundo de prato com o desenho de uma cara contornada a azul, e com fundo a amarelo. As características cromáticas aparentam tratar-se de cerâmica majólica, de fabrico no século XVI-XVII, possivelmente em Itália, havendo no entanto a possibilidade de se tratar de produção nacional se tivermos em conta a existência da produção de azulejos com esta técnica na zona de Lisboa, no segundo quartel do século XVII, cujo contorno das figuras é feito em azul-cobalto, contrariamente às produções importadas, em que contorno é feito em manganês (AAVV, 2008, p. 204-205), observando-se essa mesma característica neste fragmento cerâmico. Pode por isso existir a possibilidade de, para além de azulejos, ter sido também produzida cerâmica com o contorno a azul-cobalto, não existindo até ao momento possibilidade de confirmar ou não esta hipótese. Os restantes dois fragmentos, provenientes da sondagem 7, refere-se um deles (fig. 19) a um fragmento de um bordo de prato em esmalte azulado com desenhos vegetalistas, pintados em azul mais escuro sobre esse esmalte de cerâmica majólica, produzida em Itália durante o século XVI, sendo o segundo fragmento (fig. 20) pertencente a uma forma desconhecida apresentando pintura policroma, observando-se tons de amarelo, azul



14. Loiça malegueira da proveniente da sondagem 2.



15. Loiça valenciana proveniente do depósito [112].

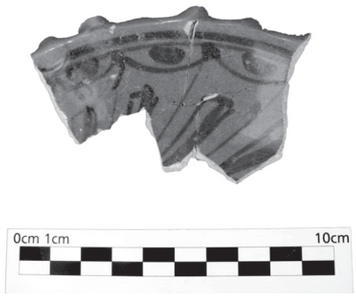


16. Loiça valenciana proveniente do depósito [112].

17. Loiça valenciana proveniente do depósito [204].

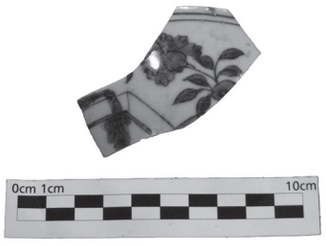
18. Produção italiana proveniente da sondagem 2.

22. Azulejos do depósito [111].



19. Produção italiana proveniente da sondagem 7.

20. Produção italiana proveniente da sondagem 7.



21. Taça em porcelana.

e branco, perfazendo o tema decorativo denominado de "tridente" (AA VV, 2008), havendo um ligeiro recuo no período de fabrico em relação ao fragmento anterior, sendo esta produção do final do século XV.

Importa destacar ainda a presença de um pequeno fragmento da boquilha de um cachimbo em caulino, recolhido na sondagem 1, que pelas reduzidas dimensões e falta de qualquer decoração não torna possível a identificação da sua origem, ficando por isso a nota de que o seu fabrico se encontrará, com maior probabilidade, em Inglaterra ou Holanda.

No que respeita a importações com proveniência de fora da Europa, recolheu-se apenas um fragmento de uma taça em porcelana (fig. 21) pertencente cronologicamente à dinastia Ming (mais provavelmente do século XVI/XVII), com decoração vegetalista a azul-cobalto sob vidrado (Matos, 1996) de produção na China, recolhido na sondagem 3.

AZULEJOS

Os únicos azulejos recolhidos neste trabalho são provenientes da sondagem 1, destacando-se os azulejos (fig. 22) recuperados no depósito [111], que se podem enquadrar cronologicamente entre inícios do século XVII e a primeira metade do século XVIII (VVAA, 2003, p. 60-61 e 111), salientando-se os fragmentos de um azulejo de figura avulsa, e uma peça pertencente a um painel de azulejos de ponta de diamante.

CONCLUSÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos Lagares permitiram identificar contextos arqueológicos preservados, de época moderna, na sua maioria interpretados como áreas de lixeira ou de despejos de produção cerâmica. Relativamente a esta actividade, não foi registada nenhuma estrutura passível de ser interpretada como forno, existindo apenas indícios indirectos que sustam a interpretação avançada. O facto de não se ter identificado nenhum forno pode resultar efectivamente da sua ausência, mas pode igualmente resultar do facto desta zona da cidade ter sido amplamente afectada pelo terramoto de 1755.

Os depósitos escavados nas diferentes sondagens apresentam, numa análise preliminar, uma uniformi-

dade em termos de componente artefactual. Caracterizam-se pela presença muito frequente de cerâmica comum, frequente de fauna, moderada de cerâmica vidrada e ocasional de faiança. A análise preliminar dos materiais permite datar a formação destes contextos de época moderna, com especial incidência nos séculos XVI/XVII, com excepção para a sondagem 9, cuja formação dos depósitos identificados datam de final do século XIX, inícios do século XX. Importa, no entanto, destacar a possibilidade de alguns contextos poderem ser datados dos séculos XIV-XV, interpretação sustentada apenas pela ausência de faiança ou louça malegueira nos depósitos das sondagens 4, 5, 6 e 8.

Em relação à cerâmica importada, destacam-se as faianças da zona valenciana, em maior quantidade, existindo ainda faianças importadas da área de Sevilha e louça majólica produzida em Itália, para além de uma muito reduzida presença de porcelana importada da China.

Importa ainda destacar na sondagem 3 a identificação de uma fossa, cheia por depósitos nos quais se destaca a presença de cinzas e as características dos materiais que foram recolhidos, nomeadamente defeitos no vidrado, que sustentam a interpretação desta área se relacionar com os despejos resultante da produção de cerâmica. Estes contextos sustentam a interpretação avançada em trabalhos anteriores (Carvalho, Monteiro, Bugalhão, 2007), relacionando esta zona da cidade com a produção de cerâmica em época baixo-medieval/ moderna.

Existem outros indícios da actividade de produção oleira, resultante de outros trabalhos arqueológicos, nomeadamente âmbito do Plano de Renovação da Rede da Epal, realizados nas Escadinhas do Monte, onde se recolheram, ainda que descontextualizadas, trempes, indicadores da produção oleira, em associação com contentores cerâmicos e cerâmica de construção. Na Rua da Amendoeira, situada a Sul da Rua dos Lagares, registou-se um forno de cerâmica comum e telha, datado do século XV. A própria toponímia das ruas, nomeadamente a Rua das Olarias, poderá funcionar como um indicador de contextos arqueológicos ainda preservados no sub-solo.

BIBLIOGRAFIA

AA VV (2003) – *Museu Nacional do Azulejo – Roteiro*, Instituto Português de Museus/ Edições ASA.

AA VV (2008) – *Tavira, patrimónios do mar*, Câmara Municipal de Tavira.

ARAÚJO, N. (1992) – *Peregrinações Em Lisboa*. III Livro, Lisboa: Vega.

ASSUNÇÂO, A. P. (1997) – *Fábrica de Louça de Sacavém*, Edições Inapa.

BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed., London, Batsford Book.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII, In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela.

BONIFÁCIO, M. F. (1994) – Mouraria. In *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém: Carlos Quintas e Associados.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais, In *Arqueologia Medieval,* 6, Edições Afrontamento, Lda.

CARVALHO, E.; MONTEIRO, J.L. e BUGALHÃO, J. (2007) – *Quarteirão dos Lagares*. Relatório de Trabalhos Arqueológicos, exemplar policopiado.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1995) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa, In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo,* Câmara Municipal de Tondela.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1995) – Intervenção arqueológica na rua João do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa, In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo,* Câmara Municipal de Tondela.

DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (2003) – Cerâmicas de Barro vermelho de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da sondagem 14 da rua dos Correeiros em Lisboa, In *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo,* Câmara Municipal de Tondela.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2002) – Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia, *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Lisboa, IPM.

HARRIS, E. C (1991) - *Principios de Estratigrafia Arqueológica,* Barcelona, Editorial Critica.

MARTINS, A. e RAMOS, R. (1992) – Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas, In *VIPASCA: Arqueologia e história*, n.º 1, Câmara Municipal de Aljustrel.

MATOS, M. A. (1996) – *A casa das porcelanas, cerâmica chinesa da casa-museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

MESQUIDA GARCIA, M. (1995) – La cerâmica azul y dorada de Paterna: formas y decoraciones, In *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo,* Câmara Municipal de Tondela.

PUIG I JORBA, J. (1995) – *Mostra de cerâmica decorada dels segles XIII al XVII descoberta a Esparreguera*, Esparreguera.

RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1995) – Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilariça, In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela.

SARDINHA, O. (1999) – Notícia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600), In *Arqueologia Medieval* 6, Edições Afrontamento, Lda.

VESTÍGIOS MODERNOS DE UMA INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA NA RUA RAFAEL ANDRADE (LISBOA)

SARA BRITO Arqueóloga
REGIS BARBOSA Arqueólogo

RESUMO A intervenção efectuada na rua Rafael Andrade (Lisboa) é um exemplo dos inúmeros trabalhos feitos no âmbito da Arqueologia de emergência. Apesar do acentuado grau de destruição do registo arqueológico foi possível reconhecer um contexto de lixeira datado entre os finais do século XVII e os inícios do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, Lisboa, cerâmicas, século XVII e século XVIII

INTRODUÇÃO

A complexa dinâmica urbana possibilita que variados testemunhos do passado sejam desnudados, no entanto esta incessante dinâmica impede muitas vezes a publicação científica dos resultados obtidos. Assim, apresentam-se aqui alguns dados obtidos na intervenção arqueológica decorrida na rua Rafael de Andrade, Campo dos Mártires da Pátria, Lisboa.

Esta intervenção de emergência foi caracterizada por uma grande perturbação nos contextos arqueológicos, o que deveu-se à remoção de uma parcela substancial da potência estratigráfica do sítio. Apenas uma reduzida área do terreno não estava ao nível do substrato geológico quando os trabalhos arqueológicos se iniciaram.

Assim, a intervenção resumiu-se ao registo das paredes internas do antigo imóvel, que viria a ser destruído, e à escavação manual das camadas ainda conservadas. No que diz respeito ao registo dos elementos arquitectónicos, realçamos a existência de um arco, construído em tijolo, que localizava-se em uma área não utilizada pelos antigos moradores. Aparentemente estaria soterrado.

Coincidentemente os contextos conservados encontravam-se por baixo do citado arco. Tais contextos foram escavados manualmente, tendo-se optado pelo método Barker-Harris. Presumia-se que as camadas com material arqueológico desaparecessem à mesma cota onde surgia o substrato geológico em áreas contíguas. Entretanto, não se verificou isto, pelo contrário vislumbrou-se uma grande estrutura negativa enchida por camadas com abundantes materiais cerâmicos e orgânicos. Portanto, revelou-se a existência de vestígios de uma lixeira de cronologia moderna.

1. Vista geral do arco e da estrutura negativa.

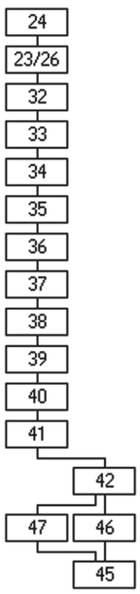
2.Vista superior da estrutura negativa.

3. Vista geral.

LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA

O sítio intervencionado localiza-se na rua Rafael de Andrade, freguesia da Pena, Lisboa. Segundo Vieira da Silva (1943, p. 51) a citada freguesia teria sido criada entre os anos de 1564 e 1569, pouco depois da fundação da igreja do Mosteiro de Santana (1561). Inicialmente a freguesia estaria situada na Igreja do Mosteiro de Santana, de religiosas terceiras de São Francisco. Somente em 1705 iria para uma Igreja própria, a de Nossa Senhora da Penha.

A partir do estudo da cartografia antiga foi possível confirmar a existência de alguns arruamentos ainda no século XVIII. São os casos da Calçada de Santana e da rua da Encarnação. A rua Rafael Andrade consta na Carta de Lisboa do início do século XX. No entanto, ao atentarmos à Carta de Filipe Folque de meados do século XIX notamos a ausência da rua em questão, apesar de existência da maioria das vias que hoje ladeiam a área intervencionada, de que são exemplos o Largo do Mitelo e a rua da Bempostinha.



4. Matriz de Harris do enchimento da lixeira.

ESTRUTURAS

No início dos trabalhos ficou patente o grau de destruição dos contextos arqueológicos, pois uma parcela substancial da área já havia sido revolvida e até mesmo removida, encontrando-se deste modo grande parte desta no substrato geológico. A remoção de terras deixou a descoberto estruturas mais antigas, as quais serviram de fundação ao edifício actualmente visível.

5. Unidade estratigráfica 34.

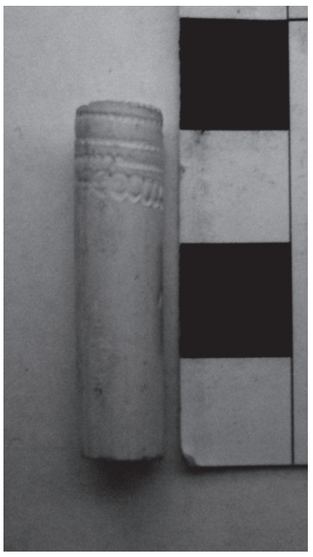
De entre estas destaca-se um arco por baixo da porta principal do imóvel construído em tijolo. Sob este aglomerava-se uma grande quantidade de terras, que apresentavam materiais orgânicos e cerâmicas. Estas terras constituíam o enchimento de uma profunda estrutura negativa.

As duas estruturas referidas não são coevas. Pelo contrário, denotam estar afastadas por um largo período de tempo, já que os materiais de enchimento da lixeira remontam ao último quartel do século XVII ou inícios do século XVIII e a estrutura parece estar relacionada à construção de um edifício dos inícios do século XX.

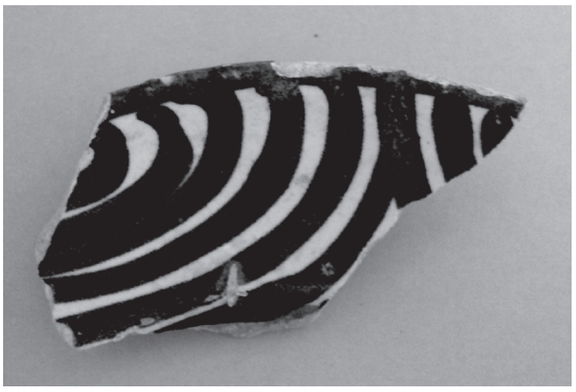
CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO

A sucessão de unidades estratigráficas mostrou-se pouco complexa, apesar da grande potência arqueológica. As camadas iniciais estavam bastante revolvidas devido a trabalhos de remoção de terras efectuados no local e anteriores à respectiva intervenção arqueológica, pelo que só foi possível analisar a estratigrafia da estrutura negativa aqui tratada desconhecendo-se se a área de lixeira se prolongaria para além desta.

A funcionalidade da estrutura negativa era clara, tratava-se de uma lixeira. Nela abundavam carvões, faunas malacológica e mamalógica, além de materiais cerâmicos. Algumas unidades estratigráficas continham uma concentração de materiais arqueológicos bastante grande, como é o caso da unidade estratigráfica 34. Esta unidade estratigráfica caracterizava-se por ser constituída essencialmente por materiais ce-

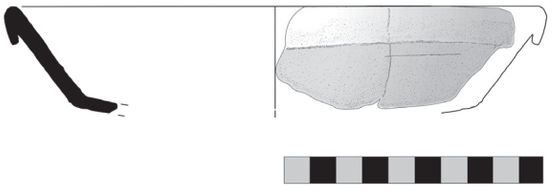


6. Haste de cachimbo em caulino.



7. Fragmento de bordo em faiança com linhas concêntricas.

8. Fragmento de bordo em faiança com tons azuis e vinoso.



9. Fragmento de bordo em cerâmica comum.

10. Fragmento de testo.

râmicos com pouco sedimento entre eles, a sua espessura variava entre os 9 e 30 cm.

Foram identificadas 16 unidades estratigráficas no interior da estrutura negativa. Realçamos que o enchimento do fosso não foi totalmente escavado dado ultrapassar a cota de afectação da obra. Em regra geral estes 16 contextos eram pouco compactos e de textura areno-argilosa ou arenosa. Os materiais existentes nas diferentes camadas não indicam uma diacronia clara, o que pode significar que sua deposição ocorreu em um curto espaço de tempo.

Apesar destes pontos em comum, notamos uma grande variabilidade no que diz respeito à espessura das unidades estratigráficas, que podiam variar entre os 3 cm e os 70 cm. Além disto, há camadas com uma relevante presença de argamassas e materiais de construção, enquanto outras revelam carvões e demais materiais orgânicos. Relativamente às cerâmicas, sua concentração também tem uma grande variabilidade de acordo com as camadas exumadas.

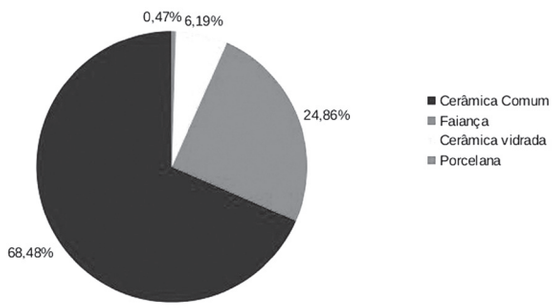
MATERIAIS

Não obstante a diminuta área escavada, foi exumada uma quantidade considerável de materiais de diversa natureza. O espólio encontrado continha abundantes fragmentos de faiança e cerâmica comum, já a cerâmica vidrada estava representada sobretudo por grandes alguidares. A porcelana era muito rara.

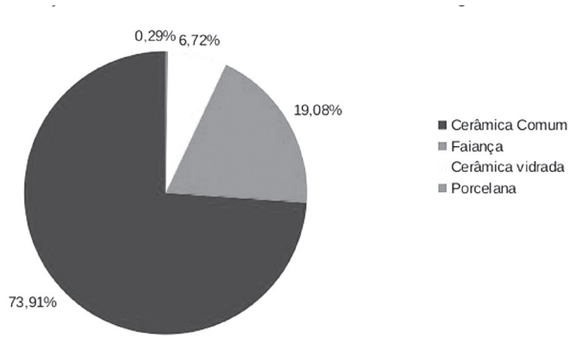
Para além da cerâmica, foram recolhidos fragmentos de sílex, alguns dos quais terão funcionado como pederneiras, bem como fauna mamalógica e malacológica. Destaca-se ainda a presença de fragmentos de cachimbos em caulino. A cronologia apontada para este tipo de material afere o enquadramento do local nos finais do século XVII e século XVIII.

Uma vez que só surgiram hastes de cachimbo não foi possível indicar a proveniência exacta das mesmas. No entanto, uma das hastes recolhida apresenta-se decorada por linhas denticuladas e círculos impressos, pelo que se poderá apontar provavelmente para uma proveniência holandesa, pois este tipo de motivo foi muito comum neste país durante o século XVIII, ainda que também tenha sido produzido em Inglaterra e França (Pinto *et al,* 2011, p. 44).

As tipologias mais representadas na faiança são o prato e a tigela. Como amostra para a breve análise aqui apresentada utilizamos alguns fragmentos de faiança oriundos da unidade estratigráfica 44, que aliás é equivalente às unidades estratigráficas 42 e 43. A escolha recaiu neste contexto devido a sua representatividade face à totalidade do espólio exumado. Do mesmo modo, atentou-se ao facto desta unidade fazer parte



11. Distribuição total de artefactos cerâmicos.



12. Distribuição de cerâmicas do enchimento da estrutura negativa.

do enchimento da estrutura negativa.

Assim, destaca-se um fragmento de aba de prato em faiança, de cores azul e branca, e decorado com círculos concêntricos. Tal vestígio tem paralelos decorativos com fragmentos exumados em Évora (Teichener, 1998, p. 30 e 31) datadas dos séculos XVI-XVII, e com outros exumados na Casa do Infante no Porto (Barreira *et al*, 1998, p. 154) datadas do 1.º quartel do século XVII. Também encontramos paralelos com alguns fragmentos oriundos da vila de Alcoutim (Gradim, 2005, p. 180).

Na mesma unidade estratigráfica foram identificados fragmentos de faiança com decoração em rendas, que remetem pelo menos ao 3.º quartel do século XVII (Barreira *et al*, 1998, p. 154). Outra característica das faianças que indicam uma baliza cronológica é a decoração em cores azul e vinoso, que surgem no 3.º quartel do século XVII. No entanto esta inovação na cor não alterou os motivos representados, por isso os motivos são semelhantes aos existentes nas faianças de decoração somente a azul e branco.

Foi recolhida uma quantidade significativa de cerâmica vidrada. Esta apresentava frequentemente cozedura oxidante e o vidrado variava entre o verde e o melado.

No que respeita à cerâmica comum as tipologias mais representadas são as panelas e púcaros, bem como alguidares de grandes dimensões. As formas referidas surgiram em todos os contextos da estrutura negativa.

No que diz respeito aos números globais da intervenção, foram exumados um total de 2763 fragmentos de cerâmica. Conforme mostra o gráfico n.º 1, a maior parte destes vestígios (68,48%) diz respeito à cerâmica comum. As faianças são o segundo grupo mais numeroso, representando pouco mais de 1/3 das cerâmicas comuns (24,86%). As cerâmicas vidradas representam apenas 6,19% do total, e os fragmentos de porcelana são residuais, totalizando 0,47%. Uma distribuição muito semelhante é verificada para os contextos de enchimento da estrutura negativa. Aliás, estes contextos representam 63% dos vestígios cerâmicos encontrados no sítio. Tal situação pode dever-se ao facto dos trabalhos arqueológicos terem se iniciado num momento em que grande parte da área já havia sido completamente revolvida.

De qualquer modo os contextos de lixeira revelaram uma ainda maior preponderância das cerâmicas comuns (73,91%). As faianças são bastante menos numerosas, detêm apenas 19,08% do total de cerâmicas. As cerâmicas vidradas são ligeiramente mais frequentes (6,72%) e a porcelana continua sendo residual (0,29%).

Também foram exumados 51 fragmentos de objectos em metal, para além de abundante fauna mamacológica (168 fragmentos) e pouca fauna malacológica (7 fragmentos). Estas características corroboram para a interpretação de que a única parcela do terreno ainda conservada seria uma lixeira.

CONCLUSÃO

O contexto estratigráfico mais antigo aponta para os finais do século XVII ou inícios do século XVIII. A preponderância da cerâmica comum é clara, apesar da frequente presença das faianças. Por outro lado é notória a escassez da porcelana. Este quadro faz-nos questionar se estaríamos perante uma tendência que se repetiria em outros sítios da região de Lisboa. Somente um estudo alargado poderia responder à questão. Por fim, fica clara a necessidade de um maior trabalho de divulgação destes vestígios, mesmo quando remetam a intervenções de pequeno porte.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, B. DÓRDIO P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII . In DIOGO, J.M. ABRAÇOS, H.C. Coord. – *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.

GRADIM, A. (2005) – Um conjunto de faianças da vila de Alcoutim. *Portugalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, XXVI, p. 175-205.

HERZOG, I. (2010) – *Stratify* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:http://www.stratify.org>

PINTO, M.; FILIPE, I. e MIGUEL, L. (2011) – Os cachimbos de caulino provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a história sócio-económica da Lisboa moderna. *Apontamentos*. Lisboa. 7, p. 41-48.

SILVA, A. V. (1943) – *As freguesias de Lisboa: estudo histórico.* Lisboa: Câmara Municipal.

TEICHNER, F. (1998) – A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa). In DIOGO, J.M. ABRAÇOS, H.C. Coord. – *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 17-31.

ALTERAÇÕES URBANÍSTICAS NA SANTARÉM PÓS-MEDIEVAL

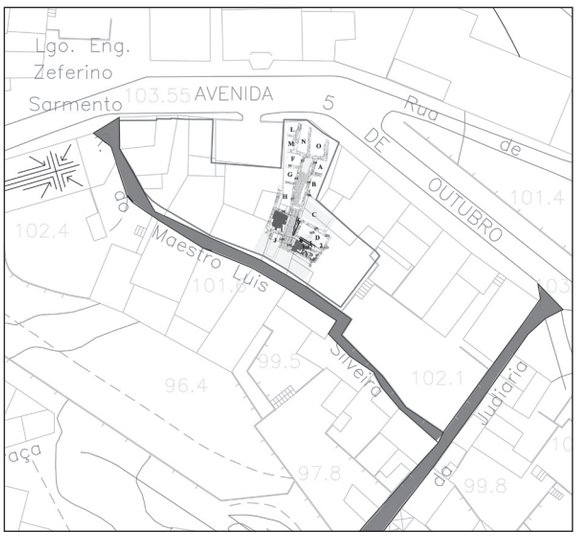
A DIACRONIA DO ABANDONO DE UMA RUA NO PLANALTO DE MARVILA

HELENA SANTOS lenamps@hotmail.com
MARCO LIBERATO Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. marcoliberato@hotmail.com
RICARDO PRÓSPERO GEOTA. ricardoprospero@sapo.pt

RESUMO Uma escavação arqueológica no extremo oriental do Planalto de Marvila, em Santarém, permitiu identificar um arruamento desarticulado nos inícios do século XVII, bem como determinar a sequência da reorganização espacial das construções que o margeavam. Verificou-se também que este processo se iniciou nos finais do século XV e ocorreu uma clara diferenciação na evolução dos dois alçados laterais da rua, decorrente das possibilidades de acesso ao interior dos imóveis a partir da estrutura viária. Esta constatação torna bastante plausível que a estruturação da via identificada, bem como a sua evolução ulterior, se relacionem directamente com a sua localização no interior do espaço dedicado à habitação da minoria judaica nos finais da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE Urbanismo, segregação religiosa, Idade Média, Idade Moderna, Santarém

Os dados apresentados neste texto reportam-se às realidades arqueológicas registadas na "escavação de emergência" dos números 2 a 8 da Avenida Cinco de Outubro em Santarém, intervenção decorrente da necessidade de minimizar os impactos sobre o património cultural resultantes da construção de uma urbanização baptizada pelo seu promotor como *Villa Rosa Pallace*.
A salvaguarda pelo registo dos valores patrimoniais decorreu em quatro fases, sendo que apenas duas, a segunda e a terceira – entre Agosto a Novembro de 2007 e Junho a Setembro de 2008 – decorreram sob a coordenação científica de Helena Santos e com a participação de Marco Liberato.
Aquando da chegada desta equipa ao local, o edifício pré-existente, com excepção do seu alçado norte, tinha já sido demolido e na restante área tinham decorrido escavações mecânicas que nalguns locais se traduziram numa alteração altimétrica de cerca de 2,5 metros. Este processo, que destruiu irremediavelmente uma série de estruturas e depósitos arqueológicos, implicou dificuldades acrescidas no momento de interpretar as sucessivas reorganizações da malha cadastral, bem como na definição da sua diacronia.
Apesar desta condicionante, a escavação de cerca de mil metros quadrados permitiu registar 2473 unidades estratigráficas e identificar uma sequência de ocupação que decorreu ao longo de 18 séculos, que apresentamos sucintamente de seguida, sendo que as afirmações proferidas têm obrigatoriamente um carácter preliminar e as interpretações aventadas poderão sofrer alterações de pormenor com a prossecução do tratamento dos dados.
A ocupação deste espaço ter-se-á iniciado no período romano imperial, quando acolheu uma necrópole de incineração que servia *Scallabis*. Algumas das urnas identificadas encontravam-se sob o depósito [1606], caracterizado pela abundância de materiais, onde se destaca a ocorrência de ânforas e cerâmica campaniense, mas que embalava também *sigillatas* itálicas e sudgálicas, que segundo classificação preliminar do Professor Doutor Carlos Fabião, a quem agradecemos, serão anteriores à primeira metade do século I d.C.
O processo de formação desta camada, com cerca de 60 cm de potência, não se afigura evidente, uma vez que não corresponde a uma reconversão da função funerária da área, tendo sido interceptada posteriormente por um possível *ustrinum* e por várias sepulturas de inumação. De momento não podemos aferir definitivamente se estas soluções de enterramento coexistiram temporalmente ou se sucederam. A inexistência de espólio em muitas das inumações constituiu uma dificuldade adicional à sua rigorosa integração cronológica mas, por outro lado, a ausência de espólios votivos em contextos sepulcrais de época romana sugere fortemente cronologias tardias dentro deste período.



1. Localização da escavação arqueológica num extracto da carta cadastral de Santarém (adaptação). A cinzento-escuro, os eixos viários da judiaria quatrocentista.

Os dados recolhidos permitem asseverar que esta área continuou a ser utilizada como necrópole ao longo da Alta Idade Média, mau grado as mutações políticas e culturais que foram ocorrendo. Assim, foi identificado um núcleo de sepulturas com orientação E-O, formado por associações de sepulcros, agrupamentos que poderão corresponder a inumações de indivíduos de uma mesma família, opção bastante difundida neste período (Rippol Lopez, 1998, p. 412). Nalgumas foi recolhido espólio funerário que permite enquadrá-las nos séculos VI-VII, nomeadamente um jarro com paralelos evidentes noutras necrópoles peninsulares (Carmona Berenguer, 1991, p. 384-386; López Ruequena e Barros Cabrera, p. 309).

Este espaço continuou a acolher os defuntos da população islamizada após 714, como nos revelam os enterramentos com típica deposição em decúbito lateral direito, que interceptam muitas vezes inumações anteriores. Podemos portanto concluir, dadas as características partilhadas pela civilização romana e muçulmana no que toca à implantação dos necrotérios, que esta área se encontrava relativamente afastada das áreas mais densamente povoadas, correspondendo portanto à área peri-urbana quer da *civitas* romana quer da medina califal.

É necessária uma observação sistemática de todos os materiais recolhidos, bem como das correlações estratigráficas registadas, para avançar com uma cronologia mais rigorosa para a reconversão da funcionalidade deste espaço, ocorrida com o abandono da necrópole islâmica. No entanto, podemos asseverar que o mesmo seria já uma realidade no século XI, a julgar pelos materiais recolhidos nos níveis de abandono de algumas estruturas negativas que, aquando da sua abertura, interceptaram enterramentos depositados de acordo com os preceitos muçulmanos.

No entanto, esta área manteve a sua feição periférica ao longo das centúrias seguintes. De facto, o registo arqueológico permite entrever que, entre os séculos XI e XIV aqui se instalaram o que parecem ser unidades de tratamento de curtumes, se procedeu à extracção de calcário para construção, observando-se ainda a ocorrência de actividades relacionadas com a metalurgia, nomeadamente a acumulação massiva de escória. A completar este quadro de actividades em geral afastadas das áreas centrais dos núcleos urbanos, assinale-se a frequente escavação de estruturas negativas de formatos e dimensões variadas já mencionadas, bem como a identificação de quatro fornos dedicados à produção de cerâmica comum.

Só na Baixa Idade Média se assistiu à densificação da ocupação do espaço, em especial no centro da zona intervencionada, certamente relacionado com um processo de expansão urbana e com o correspondente crescimento da malha cadastral adstrita à função residencial. Um dos elementos estruturantes da ocupação desta área, uma cisterna, foi construído durante o século XIV, uma vez que os materiais recolhidos no enchimento da sua abóbada – ilustrados na figura 6, [1097] - correspondem a formas de jarras, caçoilas e cântaros, frequentes nos contextos trecentistas de Santarém (Liberato, 2011, anexo VI).

Muito embora a sistematização das correlações estratigráficas entre os depósitos e as estruturas identificadas se encontre numa fase preliminar, tudo indica que a estruturação deste conjunto urbano, composto por um arruamento ladeado por várias habitações, como pode ser observado nas figuras 2 e 3[1], se tenha processado na mesma centúria. Na transição do século XV para a século XVI o eixo viário foi calcetado com blocos de calcário, estrutura registada como [320].

Os dados são mais seguros no que toca ao abandono e reconversão do mesmo, processo que se terá iniciado nos finais do século XV quando o compartimento C foi abandonado e aterrado com um depósito com cerca de 1,80 m de espessura – que permitiu vencer a diferença de cota com o compartimento B – momento a partir do qual se passou a aceder a este espaço pela soleira S6. Na mesma época foi edificado o ambiente E(a), pavimentado com um piso de tijoleiras, sendo que o bocal da cisterna mencionada passou a estar integrado no interior desta construção.

Poucas décadas volvidas, durante a primeira metade do

1. O registo gráfico apresentado reporta-se ao momento de identificação e definição das estruturas, sendo que muitas das soleiras entulhadas não se encontram representadas. Em publicações futuras pretendemos apresentar as diversas sequências de circulação e ocupação de forma mais documentada.

QUADRO I - Unidades de abandono do alçado Este da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
A	[27]	46	Faiança portuguesa monocromática (16)	Século XVII
B	[56]	730	Porcelanas pintadas a azul (13) Majólica com esmalte «beretrino» (2) Faiança portuguesa monocromática (2)	Finais do século XVI
C	[43]	191	Azul e morado (1) Esmaltadas da região de Valência (4)	Finais do século XV
D	[187]	165	Majólica Países Baixos (1) Pratos com vidrado melado (2)	Século XVI
E [B]	[6] [7]	24 53	Faiança portuguesa monocromática (1) Porcelana monocromática (1) Azulejo de aresta (2) Azul sobre branco figurativo (1)	Inícios do século XVII

século XVI, o alçado Norte do ambiente E recua para Sul e o bocal da cisterna passa a ser acedido a partir do compartimento D – cuja parede Oeste se apoiou na soleira da antiga habitação C (entretanto entulhada), a S9 – localizando-se agora o acesso à cisterna no que parece ser um espaço vazio que articulava com essa habitação. A extensa destruição com meios mecânicos não permite entrever se a serventia à agua armazenada era agora partilhada pelos locatários do espaço E(b).

No entanto, ainda antes de findar a centúria de Quinhentos, tanto o espaço E(b) como o D estavam já aterrados, muito embora seja verosímil que neste último compartimento se tenha processado apenas um alteamento da cota de circulação, uma vez que no topo da unidade estratigráfica de abandono [187] se identificou o muro [167], que integrava um buraco de gonzo [165] que se sobrepunha, portanto, à soleira oriental quinhentista S12. Uma vez mais, a escavação com meios mecânicos impossibilita uma interpretação mais rigorosa das alterações urbanísticas, mas podemos contudo assegurar que nos finais do século XVI a única soleira virada à rua que servia este núcleo estruturado em torno da cisterna, a S13, se encontrava já desactivada.

O abandono definitivo do extremo Norte do alçado Este do arruamento, entre o século XVI e os inícios do século XVII, é também uma realidade indubitável, uma vez que o compartimento B foi aterrado num momento em que as importações sevilhanas e italianas eram ainda dominantes no repertório cerâmico da cidade, anterior portanto à difusão generalizada da faiança portuguesa pintada a azul. A representatividade desta produção na camada de aterro do compartimento A permite perspectivar que este foi o último espaço a ser anulado no alçado Este do eixo viário, que estaria integralmente abandonado em data próxima de 1600.

De facto, a própria rua será amortizada em toda a sua extensão na mesma cronologia, sendo que as unidades de abandono [44], [143] e [181] ofereceram, em conjunto, 227 fragmentos de faiança portuguesa, sendo que nenhum deles apresenta decoração policromática, o que parece ser um indicador fiável da sua deposição num período anterior à segunda metade do século XVII (Monteiro e Pais, 2003, p. 23). A referência, em 1732, a uma antiga rua nas imediações da igreja de S. Martinho que se encontrava à data convertida em quintais, poderá corresponder-lhe (Cardoso, 132).

QUADRO II - Unidades de abandono do alçado Oeste da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
F	[5]	133	Porcelana monocromática (1) Majólica policromática de Montelupo (1) Azul sobre branco figurativo (1)	Século XVI
G	[12] [13]	27 63	Faiança portuguesa monocromática (7) Faiança portuguesa bicromática (1) Faiança portuguesa monocromática (3) Faiança portuguesa bicromática (1)	Século XVII-XVIII
H	[172]	46	Faiança portuguesa monocromática (2) Faiança portuguesa bicromática (3)	Século XVII-XVIII
I	[30]	23	Faiança portuguesa monocromática (1) Porcelana monocromática (1)	Século XVII
J	[156]	23	Faiança portuguesa monocromática (9)	Século XVII

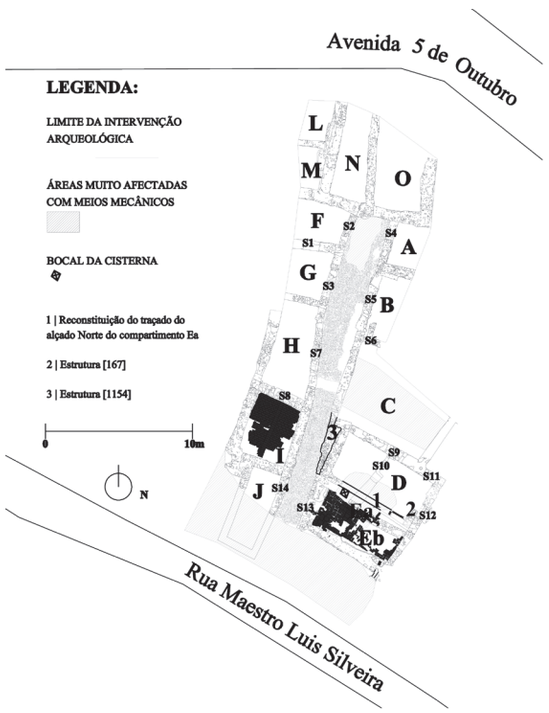
2. Vista aérea (parcial) da malha cadastral tardo-medieval.

Abandonado o eixo viário, as habitações do alçado Oeste deixaram de poder utilizar as soleiras orientadas para o beco, as S2, S3, e S14, mas pelo menos dois dos compartimentos, G e H, continuaram a ser utilizados até ao século XVIII, embora o acesso se efectuasse certamente a Oeste, uma vez que a rua estava entulhada[2].

As fontes documentais permitem estabelecer que esta rua estava localizada no interior da judiaria quatrocentista, cujos eixos principais seriam as actuais Rua Maestro Luis da Silveira e a Travessa da Judiaria, correspondendo às vias medievais denominadas como Rua de S. João de Alpram e Rua Nova da Judiaria (Viana, 2007, p. 114). Ao cruzar esta informação com a evolução diferenciada dos alçados laterais da rua, podemos equacionar que as soluções urbanísticas verificadas nesta área até aos finais da Idade Média se relacionaram directamente com questões normativas, mais concretamente com a imposição da segregação e da coarctação de movimentos à minoria judaica. De facto, verifica-se que posteriormente não foi a área que se tornou pouco atractiva, fomentando um abandono massivo, assistindo-se antes a uma reorganização das lógicas de circulação, aterrando-se um antigo beco que, na nossa perspectiva, se teria estruturado no contexto de uma forte pressão demográfica daquela comunidade que já não encontrava suficiente espaço para habitar no interior da judiaria no último quartel do século XIV (Cardoso, 2001, p. 122; Beirante, 1980, p. 92).

Essa conjuntura terá resultado na extrema densificação do edificado e no correlativo surgimento de um espaço de circulação acanhado, pouco ensolarado e insalubre, propenso à acumulação de «imundícies», verdadeira obsessão das autoridades concelhias medievais, que muitas vezes tentavam obviar este problema autorizando a construção privada em espaços vazios anteriormente públicos, demasiado apelativos enquanto repositório de despejos domésticos, alienação que, em última análise, constituía uma medida de saúde pública (Beirante, 1995, p. 86). De resto, a estrutura [1154] poderá corresponder ao registo material dessa tendência, na medida em que anulou um ângulo no eixo viário especialmente propenso para o depósito de detritos e não parece articular com nenhum compartimento, sendo que a estratigrafia demonstra ter sido erigida num momento anterior ao calcetamento da via.

Desaparecida a imposição do confinamento da comunidade judaica, após o édito de expulsão de 1496, os habitantes da área puderam iniciar um processo de reorganização da circulação que, no espaço de um século, culminou no total abandono do acanhado beco e na sua eventual reconversão a espaço de cultivo.



3. Conjunto urbano identificado na intervenção arqueológica.

2. No compartimento H surgiu um gonzo, S 7, cuja cota se compagina com um acesso ao topo da colmatação da rua. No entanto, não estrutura uma soleira e pode corresponder apenas ao reaproveitamento de um elemento deslocado de outro local, utilizado aqui como material de construção.

QUADRO III - Unidades de abandono do alçado Oeste da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
L	[17]	5	Escudelas de pegas vidrada (1)	Século XVI?
M	[18]	10	Cerâmicas Moldadas (3)	Século XVI-XVII
N	[11]	12	Fragmentos muito diminutos	Sem proposta
O	[4]	41	Majolica policroma de Montelupo (1) Faiança portuguesa bicromática (1) Faiança portuguesa monocromática (9)	Séculos XVII-XVIII

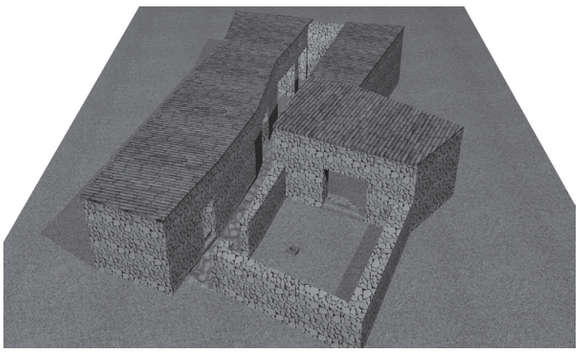
Esta linha de interpretação, que relaciona a morfologia da malha cadastral com a presença do elemento judaico, encontra também apoio na estruturação e na evolução do alçado Norte.

Aqui foram identificados quatro compartimentos, sendo que nenhum deles apresenta soleiras viradas ao beco, o que parece demonstrar que a serventia para estas construções não se articulava com o mesmo, mas antes com o eixo preferencial de comunicação entre o planalto de Marvila e a Alcáçova, actualmente denominado de Rua Cinco de Outubro, uma das vias mais calcorreadas da Santarém medieval[3]. A construção dessa massa edificada poderá mesmo ter tido como objectivo final coarctar a passagem entre a judiaria e este eixo viário, permitindo uma gestão mais eficaz da circulação da minoria e o seu encerramento nocturno na judiaria, que assim necessitaria de apenas três portas, uma no topo da rua de Alpran e as outras duas no extremos da Rua Nova da Judiaria[4].

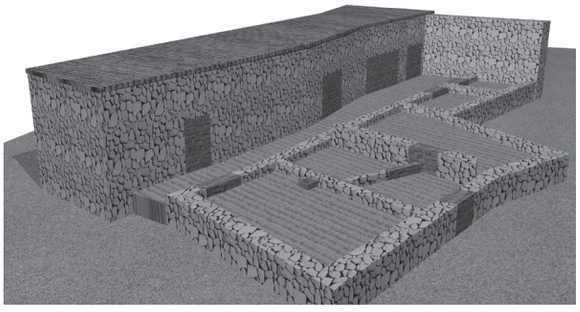
Muito embora seja ainda prematuro avançar com uma cronologia para a estruturação dos compartimentos M, N, O e L, uma vez que o conjunto artefactual ainda se encontra em fase de estudo, os materiais recolhidos neste último ambiente permitem perspectivar que já se encontrava construído num momento anterior ao século XVI, como nos informa a recolha de um ceitil de Afonso V, bem como de um perfil completo de uma escudela esmaltada pintada a azul na [424][5], que corresponderá ao piso de circulação desta habitação, o que demonstra que antes do édito de expulsão, a rua identificada na escavação já não tinha serventia para a actual Rua Cinco de Outubro.

Pelo menos o compartimento O manteve-se ocupado até à segunda metade do século XVII, ou mesmo durante a centúria seguinte, a julgar pela presença de faiança bicromática na sua camada de abandono, sendo portanto habitado várias décadas após o abandono do beco, o que demonstra definitivamente que o acesso não dependia desse eixo viário e obedecia a lógicas de circulação e de ocupação do espaço totalmente distintas das habitações com que confinava a Sul.

Em conclusão, a evolução da malha urbana desta área estará intimamente relacionada com a sua localização no interior da judiaria. A pressão demográfica, bem como a vontade de coarctar a circulação da minoria por parte dos poderes cristãos, terá condicionado o surgimento de um eixo viário com uma largura diminuta, mas que permitia o acesso a uma série de habitações, sendo que esta unidade construtiva se encontrava estruturada na segunda metade do século XV. Quando a tutela normativa desapareceu, nos finais dessa centúria, as habitações com acessos alternativos ao acanhado e

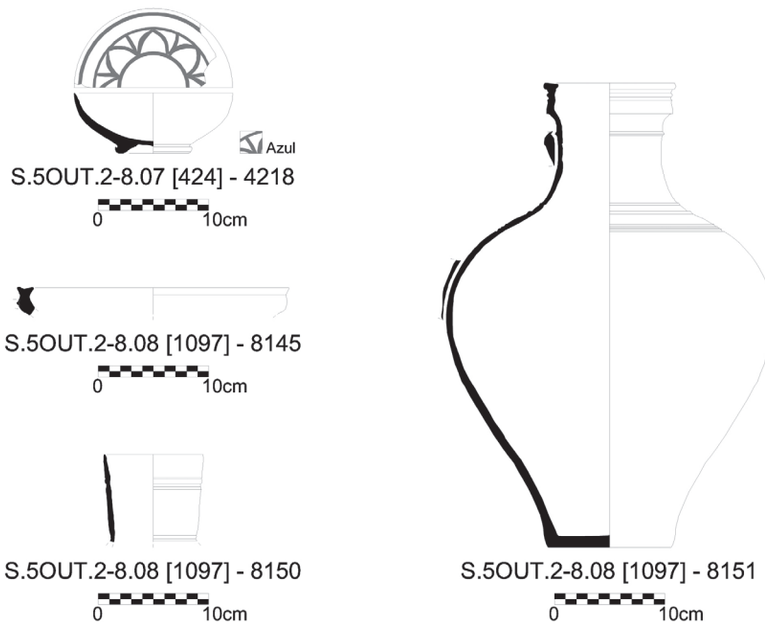


4. Reconstituição ideal da malha cadastral na segunda metade do século XV.



5. Reconstituição ideal da malha cadastral nos inícios do século XVII.

3. A «via pública que vem da porta de Alpram e vai para a porta da alcáçova» mencionada em 1249 (Viana, 2007, p. 115).
4. A porta localizada no extremo Sul desta via encontra-se expressamente referida na documentação quatrocentista (VIANA, 2007, p. 114)
5 Ilustrada na figura 6.



6. Materiais arqueológicos recolhidos na [1097] e [424].

insalubre beco, mantiveram-se ocupadas, enquanto outros indivíduos reorientaram a entrada das suas moradias, prescindindo da circulação naquele espaço. Por contraponto, o alçado Este, possivelmente sem serventia alternativa à rede viária da cidade, desarticulou-se de forma solidária com o abandono do beco e deixou de acolher moradores. A continuação da sistematização dos dados traduzir-se-á certamente na clarificação da morfologia da malha cadastral em toda a área escavada, permitindo no futuro uma apresentação mais documentada das problemáticas aqui afloradas.

BIBLIOGRAFIA

BEIRANTE, M. A. (1980) – *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova.

BEIRANTE, M. A. (1995) – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Cientifica e Tecnológica.

CARDOSO, M. de S. (2001) – *As Muralhas de Santarém. Interpretação e enquadramento histórico-arqueológico*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

CARMONA BERENGUER, S. (1991) – Estúdio tipologico de la cerámica funerária de la necropolis de el Ruedo. Almedinilla. Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa.* 2, p. 384-386.

CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra (Granada).* Granada: Grupo de Investigación «Toponímia, Historia y Arqueología del Reino de Granada.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the spanish colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800. Volume I: Ceramics, glassware and beads*. Washington D.C/Londres: Simthsonian Institution Press.

DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A., (2001) – Faiança do Porto e Gaia: O recente contributo da Arqueologia. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional Soares dos Reis. p. 119-164.

GOMES, M.V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. 3, p. 143-205.

LIBERATO, M. (2011) – A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI. Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FLUL da Universidade de Lisboa.

LÓPEZ RUEQUENA, M. e BARROS CABRERA, R. (1998) – La necropolis hispano-visigoda de la "Dehesa de la Casa los Balconcillos" (Funtes, Cuenca). In *Jornadas Internacionales "Los visigodos y su mundo". Ateneo de Madrid. Noviembre de 1990.* Madrid: Consejeria de Educacion y Cultura – Comunidad de Madrid. p. 299-317.

MONTEIRO, J. e PAIS, A., (2003) – *Faiança Portuguesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

RIPPOL LOPEZ, G. (1998) – Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispânia. *Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueologia*. Tomo 2, p. 389-418.

SEBASTIAN, L. e CASTRO, A. S. e (2008) – A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca. Metodologia e resultados preliminares. *Al-Madan* [em linha]. Adenda electrónica. S.2, 16. p. 1-33 [Consult. 27 Out. 2011]. Disponível em WWW: (URL:http://www.almadan.publ.pt/16ADENDA09LuisSebastian.pdf).

SOME MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica Moderna en el Convento Del Cármen (Sevilla). *Arqueologia Medieval*. 6, p. 160-171.

VIANA, M. (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. Santarém 1147-1350*. S.I: Caleidoscópio – Edição e artes gráficas, SA/Centro de História da Universidade de Lisboa.

FRAGMENTOS DO QUOTIDIANO URBANO DE TORRES VEDRAS, ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII

UM OLHAR ATRAVÉS DOS OBJECTOS DO POÇO DOS PAÇOS DO CONCELHO

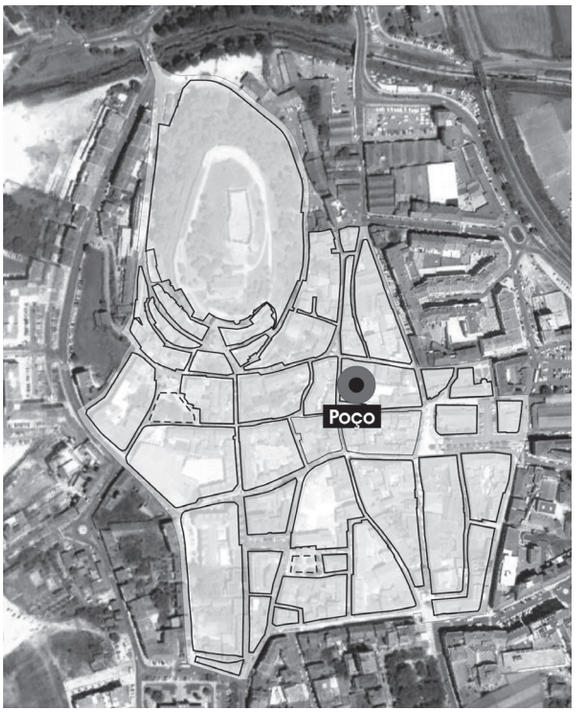
GUILHERME CARDOSO Assembleia Distrital de Lisboa
ISABEL LUNA Museu Municipal de Torres Vedras

RESUMO Localizado no centro da urbe torriense, num pequeno pátio que dava para uma antiga padaria, existe um poço de planta rectangular que sofreu uma intervenção arqueológica no ano de 2000, aproveitando os trabalhos de remodelação dos antigos Paços do Concelho de Torres Vedras, onde posteriormente ficou integrado.
A escavação, realizada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e pela Assembleia Distrital de Lisboa, com a colaboração de elementos do Espeleo Clube de Torres Vedras, decorreu nos meses de Julho e Agosto, época em que o nível freático se apresentava mais baixo. Mesmo assim, a partir dos dez metros de profundidade, foi necessário escoar diariamente a água do poço, obrigando a que os trabalhos fossem sempre executados em meio húmido, sendo a recolha dos materiais arqueológicos efectuada com o auxílio de crivos de água.
O estudo das centenas de peças recolhidas, datadas de entre os séculos XV e XX, tem permitido obter, não apenas uma importante informação sobre os próprios objectos – as suas tipologias e evolução ao longo dos tempos –, mas também uma visão, ainda que fragmentada, da vida quotidiana torriense, durante os últimos cinco séculos. Nesta perspectiva, o poço dos Paços do Concelho permitiu como que abrir uma pequena janela sobre o passado daquela cidade estremenha.

PALAVRAS-CHAVE Poço, metais, madeiras, osso, cerâmica

1. INTRODUÇÃO

No início do ano 2000, a realização de obras no edifício dos Paços do Concelho de Torres Vedras e numa antiga padaria anexa, obrigou ao levantamento topográfico completo das instalações, para a obtenção de um registo rigoroso do espaço a intervencionar.
A descoberta de um poço, sob as paredes das habitações que delimitavam o ângulo nordeste do pátio da antiga padaria, ditou uma observação mais atenta, que revelou a existência de dois arcos de tijoleira para descarga do peso das referidas paredes. Era, pois, um poço antigo, que urgia registar em planta e alçado, uma vez que o projecto de arquitectura do novo edifício não previra, inicialmente, a sua salvaguarda.
Aquando da construção da padaria, sobre o poço, o acesso a esta estrutura passou a ser feito através de uma pequena abertura na fachada lateral do imóvel – posteriormente disfarçada. Nestas circunstâncias, dada a dificuldade de acesso ao interior foi solicitada a colaboração do Espeleo Clube de Torres Vedras, para a realização do levantamento topográfico da construção.
No início dos trabalhos, – que se encontrava cheio de água – registava uma profundidade de cerca de oito metros, estando o fundo entulhado com diversastábuas de madeira, garrafas, pneus, quadros de bicicletas, animais mortos e outros despejos recentes, que foram retirados para se conseguir obter a maior altura possível de alçado.
Aos dez metros de profundidade, entre os entulhos, surgiram alguns objectos dos inícios do século XX. Encontrávamo-nos, pois, na presença de materiais antigos, pelo que se decidiu solicitar ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) autorização para se proceder a uma escavação sistemática do poço, com a finalidade de se observar a estrutura na íntegra e de se tentar perceber a data da sua construção.
Ao tomar conhecimento da descoberta, a Câmara Municipal de Torres Vedras viria a apoiar a realização de trabalhos arqueológicos, dirigidos pelos signatários, que contaram com o apoio excepcional do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), ao destacar para o local o técnico de arqueologia Emanuel Carvalho, que liderou a equipa do Espeleo Clube de Torres Vedras, encarregada da escavação. Contou-se, ainda, com o apoio do Departamento de Obras Municipais da autarquia, dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados que, quase como um piquete de emergência, foram resolvendo todos os problemas técnicos relativos ao



1. Localização do poço em sobreposição da planta da vila medieval a imagem aérea actual de Torres Vedras.

2. Entrada do poço, na fachada lateral da padaria.

esgotamento contínuo da água, montando e desmontando sucessivamente bombas hidráulicas cada vez mais potentes, à medida que a profundidade do poço aumentava (a certa altura, trabalhava-se já a um nível muito inferior ao do actual leito do rio Sizandro).

2. O POÇO

Após a escavação do poço verificou-se que aquele possuía uma secção rectangular, com 1,50 m x 1,25 m. A sua base, localizada à profundidade de cerca de 16,00 m em relação à tampa de cobertura, assenta directamente nas *margas da Abadia* – do período Jurássico (Lusitaniano Superior) –, de acordo com a Carta Geológica 1/50.000, n.º 30-C, dos Serviços Geológicos de Portugal.

No seu troço mais antigo – numa altura de 2,80 m, entre os -16,00 m e os -13,20 m de profundidade –, a construção das paredes de alvenaria foi feita com recurso a grandes pedras de calcário da região, apenas afeiçoadas, sem qualquer argamassa a ligá-las, formando como que uma base de apoio da estrutura ulterior do poço. Daí para cima, até à cota de -3,00 m, o aparelho de alvenaria é constituído por pedras mais pequenas, cuidadosamente colocadas em fiadas horizontais, cujos interstícios são preenchidos com pequenas pedras em forma de cunha, para travamento das pedras maiores. Junto ao canto noroeste, pequenos degraus, espaçados entre si cerca de 0,50 m a 0,70 m de altura, constituídos por pedras salientes, alternam entre as paredes norte e poente, de modo a possibilitar o acesso ao fundo do poço, nomeadamente em caso de limpeza.

Da cota -3,00 m até à cota o m, os degraus desaparecem e as pedras passam a ser mais arredondadas. Daí para cima existe uma parede de alvenaria argamassada, em cuja face nascente se situa uma porta emparedada. Sobre todo o conjunto, na metade nascente do poço, assentam dois arcos ogivais de tijolo – de tijolo de burro e de tijolo de dois furos –, da época da construção da unidade industrial de panificação.

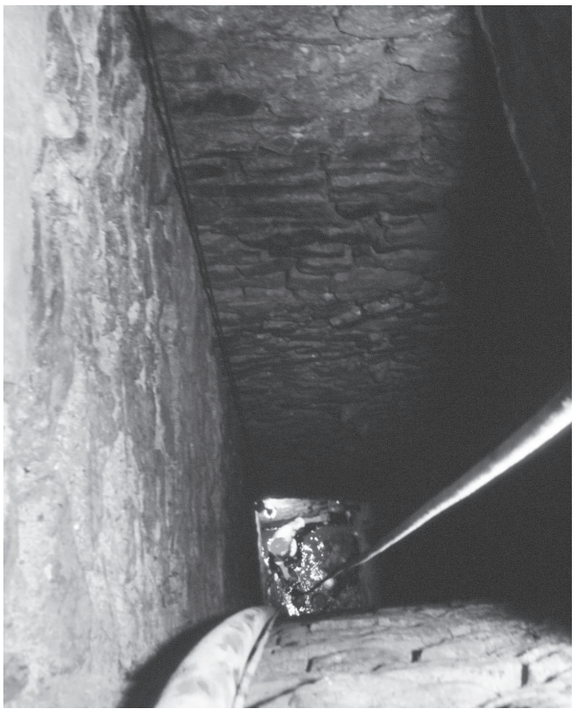
A irregularidade das pedras e os espaços entre si resultam numa alta permeabilidade das suas paredes, possibilitando que a água contida no lençol freático penetre facilmente no poço. As frestas entre os blocos são, na verdade, o único meio possível de inundar o poço, visto que o fundo argiloso não possibilita qualquer subida de águas através dele.

Verificou-se que a água subia cerca de 0,5 m desde o abandono dos trabalhos, às 17 horas, até ao recomeço, às 9 horas do dia seguinte, o que dá cerca de 0,890 m^3 em 24 horas.

É difícil calcular o número de pessoas que se podiam servir do poço diariamente mas, se atribuirmos 25 litros de água a cada indivíduo, chegamos ao número de 35 pessoas, o que seria aceitável para os gastos com a higiene e alimentação de cerca de 10 famílias.

Inicialmente, pensou-se que o troço superior da estrutura tivesse resultado de uma subida considerável da cota do solo adjacente. Todavia, uma pequena sondagem efectuada no pátio, junto ao poço, permitiu verificar que o nível da boca do poço teria subido apenas um metro

3. Pormenor do troço inferior, construído em pedra seca.



4. Interior do poço.

desde os finais do século XIX, cobrindo os vestígios do que parecia ser um muro de divisão de propriedade, que assentava sobre um piso calcetado, sob o qual foram recolhidos alguns numismas e cerâmicas da 1.ª dinastia.

2.1 A escavação

Um dos problemas que se colocaram durante os trabalhos foi o facto de a escavação ter decorrido sistematicamente em meio húmido fechado. Sem grandes hipóteses de apoio para os pés, os técnicos tiveram de posicionar-se directamente sobre a camada a escavar, provocando o afundamento de peças mais pequenas, que penetravam alguns centímetros na camada inferior. Assim, a escavação teve de ser realizada removendo camadas de lodo de cotas diferentes, alternadamente entre a metade poente e a metade nascente da estrutura, conforme o permitia o posicionamento dos escavadores. Isso obrigou a que se procedesse a uma estratigrafia artificial, orientada pela profundidade diária atingida. A posterior seriação dos objectos e a colagem dos vários fragmentos constituintes das mesmas peças, ainda que recolhidos em dias e a profundidades diferentes – mas contíguas –, possibilitou a afinação da cronologia da lenta colmatação do poço.
Outro problema prende-se com a identificação e reconstituição da zona de impacto dos materiais caídos no poço. Formando habitualmente um cone de deposição, devido às águas paradas, os objectos mais recentes podem ficar a cotas inferiores ao resvalarem pela sua vertente lateral ou, ao afundarem, deslocarem-se do ponto de queda.

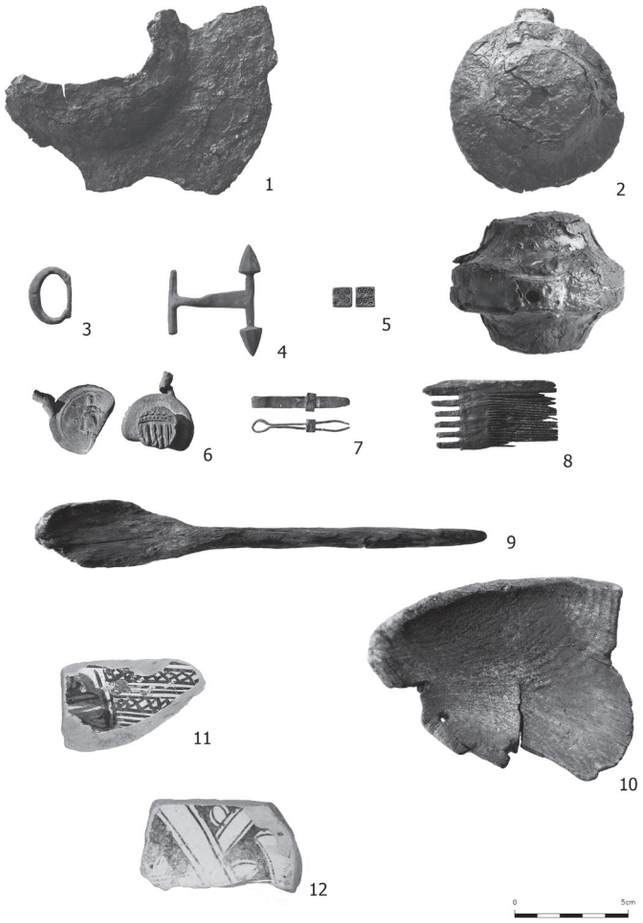
Houve, certamente, várias intervenções de limpeza do poço, desde a sua construção. Um dos indícios que nos levam a essa conclusão é a raridade de peças completas (nomeadamente de cerâmica fosca) ou a existência de meros fragmentos isolados (por exemplo, de peças de majólica), no troço mais profundo da construção, entre os -16,00 m e os -15,00 m. O aparecimento de uma enxada de ferro, entre os -14,80 m e os -14,60 m, sugere-nos também a possibilidade de a mesma ter sido utilizada durante trabalhos de limpeza.

3. AS VIVÊNCIAS

Dos oito metros de despejos e lixos acumulados no interior do poço, verificou-se que os 5,50 m superiores continham apenas materiais dos séculos XIX e XX, cobrindo um espaço temporal de 200 anos, enquanto os 2,40 m que assentavam sobre o fundo estavam preenchidos com materiais dos séculos XV a XVIII, correspondendo a um período de 350 anos.
Embora o tratamento e o estudo dos materiais se encontrem ainda longe de estarem concluídos, podemos contudo retirar já algumas ilações da sua observação.

3.1 O século XV

Quem terá mandado construir o poço e em que data? As respostas a estas questões são-nos dadas pelos objectos recolhidos nos últimos dias da escavação, nas camadas mais profundas da estrutura.



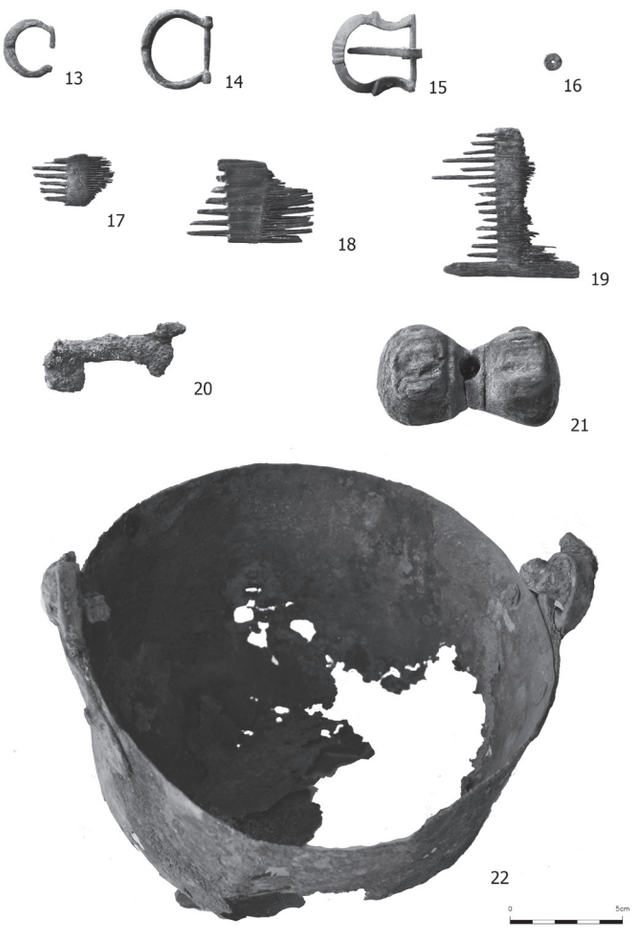
A construção de um poço com estas características teria um custo avultado, pelo que só seria acessível a quem dispusesse de rendimentos consideráveis. A posição elevada do seu construtor pode ainda inferir-se da localização central da estrutura, na malha urbana de Torres Vedras, num espaço privilegiado da urbe medieval. De facto, a construção confinava com o edifício do senado municipal e distava 100 m do Paço das Rainhas, situando-se, ainda, a cerca de 90m da igreja paroquial de S. Pedro, a 80 m da sinagoga, a 150 m da igreja de S.ta Maria do Castelo, a 160 m da igreja paroquial de S. Tiago, a 160 m do Paço dos Alcaides e a 110 m do Chafariz dos Canos.

Nos últimos estratos escavados, entre os -15,30 m e os 16,00 m, no meio de bolsas de lodo com algumas pedras, margas verdes e argila, surgiu um conjunto bastante sugestivo de materiais, do qual se destacam, pela sua raridade, um broquel de ferro (fig. 1), o pomo de ferro do punho de uma espada (fig. 2), uma fivela de aro oval, em liga de cobre (fig. 3) e um fecho de cinturão com espigão terminal no farsilhão, decorado com botões cónicos facetados, igualmente em liga de cobre (fig. 4).

O broquel era um pequeno escudo que se segurava com uma mão ou que se encaixava no antebraço, enquanto a outra mão segurava uma arma, sendo muito utilizado durante os séculos XV e XVI, em Itália e em Espanha. Para o pomo do punho da espada, encontramos paralelos iconográficos em três dos painéis de São Vicente, do Museu Nacional de Arte Antiga, designadamente os painéis do Infante, do Arcebispo e dos Cavaleiros, atribuídos a Nuno Gonçalves, que os terá pintado entre 1470 e 1480. Starkie Gardner, num estudo sobre armamento, apresenta uma espada inglesa, da colecção de Sir Noel Paton, com um pomo muito semelhante, datando-a do século XV (Gardner, 2010, fig. 20).

Também os apetrechos recolhidos têm paralelos no painel dos Cavaleiros, do conjunto de São Vicente: uma fivela idêntica é usada pelo cavaleiro ajoelhado, em primeiro plano, enquanto o fecho de cinturão usado pelo cavaleiro de barrete vermelho, em segundo plano, é também semelhante a um encontrado no poço e igualmente idêntico a outro encontrado em Beja e publicado por Abel Viana (Viana, 1944, p. 160, fig. 10).

São objectos característicos da nobreza guerreira, possivelmente restos do equipamento e guarnição de um cavaleiro ou de um fidalgo. Para além destes artefactos foi também encontrado um selo de chumbo (fig. 6). Segundo Metelo de Seixas, nele encontra-se

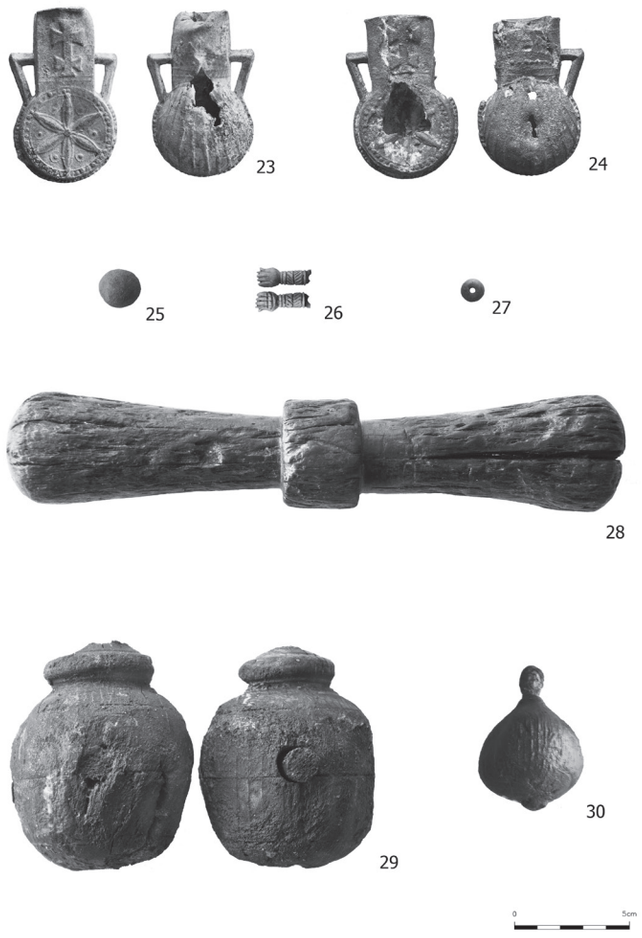


representado o brasão de uma rainha da casa de Aragão, colocando a hipótese de se poder tratar da rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis, ou da rainha D. Leonor de Aragão, esposa de D. Duarte (Seixas, 2004). Ambas foram donatárias de Torres Vedras, onde tiveram palácio. No final do ano de 1300, em Março/Abril de 1305, Novembro de 1313 e em Maio, Junho e Outubro 1318, D. Dinis residiu com D. Isabel nesta vila estremenha. Por sua vez, a rainha D. Leonor viveu por várias vezes em Torres Vedras, acompanhada por D. Duarte, entre 13 de Abril de 1433 e 2 de Outubro de 1436. Nesta vila, a 18 de Setembro de 1434, deu à luz a infanta D. Leonor, que viria a esposar Frederico III, imperador da Alemanha.

No mesmo estrato encontrou-se um dado de osso (fig. 5), que nos remete para a prática de jogos de azar nas proximidades do poço, associada à ocupação de tempos de lazer. Já a pinça em liga de cobre (fig. 7) e o pente de madeira para piolhos[1] (fig. 8), apontam para os cuidados de beleza e higiene dos residentes. A colher de pau (fig. 9), a tigela de madeira (fig. 10) e os dois fragmentos de majólicas decoradas com reflexos metálicos (figs. 11 e 12), integram um conjunto muito significativo de utensílios como panelas, tachos e bilhas, já parcialmente incluídas no artigo que apresentámos no *3.º Seminário do Património da Região Oes*te (Luna e Cardoso, 2006), e que provam a utilização da água do poço nas lavagens quotidianas da louça de mesa e cozinha.

Uma amostra do lodo recolhido no fundo do poço e analisada no Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências do IPA, permitiu recriar uma imagem aproximada da paisagem envolvente do poço, durante as suas épocas mais recuadas, baseada numa vegetação constituída por áreas de pinhal, carvalhal, mata ribeirinha e matagais altos, estando estes últimos mais fracamente representados. Registou-se a presença de pólen de zelha, elemento característico do carvalhal e relativamente raro nos carvalhais actuais. A mata ribeirinha era composta essencialmente por salgueiros, freixos e sanguinhos de água. Os matagais eram essencialmente urzais de urze-roxa, urze das vassouras e tojo. Por sua vez, as unidades de vegetação mais representadas na amostra, permitiram identificar formações ruderais e de daninhas de cultura, seguidas das culturas de sequeiro, hortas, vinhas e pomares –

1. A recolha de vários materiais orgânicos no interior do poço justifica-se pelas condições anaeróbicas do meio em que se encontravam.



de carácter adjacente –, com elevada representação dos pomares de citrinos. Verificou-se uma presença mais modesta de vestígios de castanheiros, vinha, figo e romã, bem como dos matos rasteiros e charnecas (sendo o território próximo, muito provavelmente, sujeito a intensa pastagem). A paisagem de Torres Vedras e da zona imediatamente adjacente seria muito ruralizada, com uma forte presença de espaços rurais, quintas, hortas e rebanhos (Queirós *et alii*, 2002).

3.2 O século XVI

São do século XVI os materiais que se recolheram, fundamentalmente, na cota entre os -14,80 m e os -15,30 m. Entre o lodo e pedras dispersas foram recolhidos fragmentos de peças de cerâmica valenciana e sevilhana, de azulejos de corda seca e de aresta, de um bispote com aba reforçada, um defumador e uma coluna de palmatória, todos com vidrado verde, assim como várias bilhas de pequeno porte (Luna e Cardoso, 2006, p. 21-30).

De entre os objectos metálicos realçam-se três fivelas de cinto, sendo duas do mesmo tipo da encontrada no estrato inferior, enquanto a terceira (fig. 15), mais elaborada, tem paralelos em São Cucufate, na Vidigueira, onde terá existido um convento na Baixa Idade Média (Ponte, 1987, p. 145, n.º 64).

Foram recolhidos cinco botões de osso de furo central, mas apenas um identificado em contexto estratigráfico (fig. 16), tendo os restantes sido detectados no crivo de água. Recolheram-se ainda mais quatro fragmentos de pentes de madeira (figs. 17-19), uma pequena chave de ferro (fig. 20), uma noz de prumo (fig. 21) e um balde de cobre, utilizado para retirar água do poço (fig. 22). Para os pentes encontramos paralelos na carga recuperada do naufrágio da embarcação *Angra D* (Garcia *et alii*, 1999, p. 230, fig. 19), datada por carbono14 de entre o último quartel do século XV e o primeiro quartel do século XVI e confirmada pelas placas de chumbo que forravam o exterior do casco, típicas de navios dos séculos XVI e XVII.

À cota inferior foi recolhida uma âmbula de peregrino (fig. 23) e, no estrato superior, entre os -14, 30 m e os -14, 60 m, foi recolhida uma outra (fig. 24), já numa camada datável do século XVII/XVIII. São peças habitualmente transportadas por peregrinos que visitavam santuários durante a Idade Média e os inícios da época Moderna. Peças semelhantes a estas têm surgido por

toda a Europa. Em Portugal, entre os vários exemplares conhecidos (Gomes, 2011) conta-se um recolhido em Palmela, com um hexafólio gravado numa das faces do reservatório, que foi datado do século XIV (Fernandes e Santos, 2008, fig. 17). As duas âmbulas recolhidas no poço dos Paços do Concelho têm uma iconografia idêntica: um hexafólio numa face e, na face oposta, uma vieira – o que nos leva a colocar a hipótese de terem origem em Santiago de Compostela, embora a representação da concha de vieira não fosse um exclusivo das âmbulas originárias daquele santuário.

A importância de Santiago de Compostela para os cristãos portugueses é sobejamente conhecida. Durante o século XIV, a rainha Santa Isabel terá ido a Santiago, já após a morte de D. Dinis (Moreno e Martins, 1993, p. 99-110) e o próprio rei D. Manuel, em Outubro de 1502, terá efectuado uma peregrinação a Santiago para "*agradecer al Apóstol toda a bienaventuranza con la que había sido agraciado. Pidió igualmente fuerza para poder continuar la empresa de los descubrimientos y de la expansión*" (*Ibídem*, p. 114-117). A própria população da vila de Torres Vedras teria uma grande devoção a Santiago, padroeiro de uma das suas igrejas paroquiais, localizada a cerca de 160 m do poço. É pois natural que, nos inícios do século XVI ou ainda nos finais da centúria anterior, um dos proprietários do poço se tenha deslocado em peregrinação àquele santuário e de lá tenha trazido as âmbulas com óleo sagrado como relíquia ou recordação. A discrepância entre a cota máxima a que cada um dos exemplares foi recolhido – entre os -15,00 m e os -14,30 m –, pode justificar-se por terem sido atiradas ao poço em épocas diferentes ou, como foi referido, por uma delas ter assentado no topo do cone de deposição, enquanto a outra poderá ter resvalado para uma zona lateral mais profunda.

3.3 O século XVII

Entre as cotas de -14,30 m e de -14,80 m, recolheram-se essencialmente materiais do século XVII. As peças encontravam-se em finas camadas formadas por bolsas de lodo e de areias lodosas, exceptuando a camada superior, formada por incontáveis fragmentos de telhas de canudo e nódulos de argamassa com o negativo das telhas. As pedras eram agora muito raras.

As cerâmicas finas são dominadas pelas peças de faiança portuguesa branca ou com decoração a azul e

manganês, enquanto na louça recoberta por vidrado plumbífero se destacam os potes verdes de duas asas. Recolheram-se vários púcaros e uma taça baixa para compotas, com decoração por pressão digital, unguiforme e a punção (Luna e Cardoso, 2006, figs. 45 e 47). A louça fosca é abundante, tendo-se recolhido diversas infusas, bilhas de fundo estreito e panelas de asas horizontais e de asas verticais. A existência de fragmentos de trempes de olaria confirma a produção de louça vidrada em Torres Vedras, já nos inícios do século XVII (Luna e Cardoso, 2006, figs. 34 e 35).

Entre os objectos mais invulgares recolheram-se, neste estrato, uma bala de mosquete (fig. 25), uma figa de osso (fig. 26), uma conta de terço em madeira (fig. 27), uma "mão de almofariz" de madeira (fig. 28) e elementos lavrados em madeira, pertencentes a peças de mobiliário (figs. 29 e 30).

3.4 O século XVIII

Entre os -13,70 m e os -14,30 m, em estratos de lodo e areia, misturados com algumas pedras e nódulos de argamassa de saibro, recolheram-se vários objectos datáveis do século XVIII, parcialmente misturados com outros claramente do século XIX.

Nesta época, o poço perde importância, observando-se nitidamente que, na segunda metade do século XVIII, era utilizado como vazadouro de restos de alimentos. Tal poderá, eventualmente estar associado ao incêndio ocorrido nos Paços do Concelho, em 1744. A remodelação do imóvel e a posterior instalação de um chafariz público no Largo do Município, em 1776, junto à fachada do edifício municipal, com água canalizada a partir do chafariz dos Canos, terá tornado parcialmente obsoleta a utilização do poço, provavelmente reduzido à função de regadio.

As cerâmicas de mesa continuam a ser maioritariamente portuguesas. Predominam as faianças brancas, nomeadamente os especieiros e os pratéis (Luna e Cardoso, 2006, figs. 54-56) onde, como era costume na época, eram servidas várias iguarias; algumas são decoradas a azul e vinoso, surgindo ainda restos de um

prato de faiança holandesa do período de 1690-1720[2] (Luna e Cardoso, 2006, fig. 57). Já nas camadas superiores apareceu alguma faiança inglesa branca, de pó de pedra (Luna e Cardoso, 2006, fig. 58). A louça vidrada de produção regional caracteriza-se por peças decoradas com escorridos a melado e verde e manchada também a verde (Luna e Cardoso, 2006, figs. 59 e 60). Destas, existem vários paralelos no convento de N.ª Sr.ª das Neves, em Montejunto (Cardoso, 2009, figs. 46 e 72, n.os 27 e 28). Uma malga de barro, de refugo, comprova a continuação da produção oleira na vila de Torres Vedras.

Entre os objectos recolhidos destacamos uma aliança de metal (fig. 31), uma travessa de cabelo feita de carapaça de tartaruga (fig. 32),diversos botões (figs. 33-39), uma tesoura (fig. 40), um garfo (fig. 41), um canivete (fig. 42), uma fivela de cinto (fig. 43), um balde de cobre (fig. 44), três fusos (figs. 45-47), um gancho de ferro com restos do cabo de madeira (fig. 48), um pião (fig. 49) e, entre várias peças de baldes de madeira, recolheu-se um exemplar completo (fig. 50). Estes baldes são semelhantes a outros mais antigos, como o recolhido no naufrágio do navio *Angra D* (Garcia *et alii*, 1999, p. 230, fig. 21), mas no poço dos Paços do Concelho só foram encontrados entre os estratos finais do século XVII e o início do século XIX. Para além destes objectos, encontraram-se várias candeias de folha de ferro, idênticas a outras recolhidas no convento de N.ª Sr.ª das Neves, Montejunto (Cardoso, 2009, figs. 57-59).

A análise de uma amostra de lodo, recolhida à cota de -14,30 m, revelou uma paisagem envolvente, entre os séculos XVIII/XIX, de características bem diferentes da identificada na amostra datada do século XV. Embora as formações vegetais representadas sejam aproximadamente as mesmas, os vestígios relacionados com quintas, hortas, pomares e pastagens são mais reduzidos, reflectindo uma diminuição significativa, tanto na sua abundância como na área de distribuição. Simultaneamente, aumenta substancialmente a representação das florestas e dos matagais evoluídos, a que deverá ter correspondido uma diminuição da presença de rebanhos. O pinhal e os urzais evoluídos aumentam fortemente a sua presença polínica, estando também fortemente representados os frutos e sementes com origem nos prados húmidos, caniçais e juncais das margens dos sistemas de drenagem que alimentam o poço. Assim, pode conceber-se uma Torres Vedras menos rural e mais urbana, com uma menor representatividade das quintas e dos espaços rurais (Queirós *et alii*, 2002).

4. CONCLUSÕES

Podemos situar a data provável de construção do poço, entre os reinados de D. João I e de D. Afonso V.

Esta conclusão baseia-se no facto de, nos 10 cm de argilas que assentavam sobre as margas do fundo do poço, até à cota de -15,30 m, se terem recolhido vários fragmentos de recipientes de majólica, das oficinas de Paterna e de Manices, datados do século XV, bem como os restos de uma bolsa de tecido, contendo 25 ceitis de D. Afonso V.

Observa-se um certo requinte no tipo de objectos recolhidos nesta primeira fase, consentâneo com algum poder de compra, que poderá estar associado à vivência de uma figura nobre, como testemunham os restos de armamento encontrado. O tipo de vestígios polínicos recolhidos nas mais profundas camadas de lodo permitem-nos integrar o poço numa pequena horta ou jardim. A sua profundidade e a ausência de vestígios de alcatruzes no seu interior, indiciam uma parca utilização em regas, devendo ter servindo essencialmente para abastecimento doméstico, designadamente para consumo, confecção de alimentos, lavagens de louça e roupa, limpeza de habitações e banhos.

Nos materiais correspondentes ao século XVI, encontrados no interior do poço, nota-se uma maior pobreza, relativamente ao período anterior, escasseando as cerâmicas finas, as quais só voltam a ter alguma importância nos finais do século XVII e inícios do século XVIII. A maioria das peças cerâmicas são infusas, púcaros e panelas, situação que se irá manter até ao século XIX, quando aparecem uma série de cerâmicas de mesa e algumas quartas.

O aparecimento de três fusos, datados dos inícios do século XVIII, indicia a prática local da fiação, actividade tradicional e secular, já anteriormente atestada pela presença de um cossoiro de madeira, recolhido numa camada do século XVI.

A urbe tinha crescido e as hortas e quintas viram a sua área gradualmente reduzida. Também o número de rebanhos foi diminuindo, facto observado através dos estudos paleoecológicos realizados aos vestígios provenientes do poço. Torres Vedras era já uma vila menos rural e mais urbana.

O aparecimento de porcelana chinesa em estratos do século XIX parece apontar novamente para uma melhoria das condições económicas dos proprietários, situação que é corroborada por um aumento, no mesmo período, dos utensílios de cerâmica fina, tanto nacionais como ingleses. Todavia, a utilização do poço cessa pouco tempo depois, passando o mesmo a ser utilizado, basicamente, como local de despejos, através de uma pequena abertura deixada sob o edifício da padaria, por onde a equipa de arqueologia logrou penetrar, para proceder à escavação.

2. Agradecemos a Jan Baart esta indicação.

5. CATÁLOGO

1 – Broquel. Ferro. Comprimento máximo – 12 cm; largura máxima – 8,5 cm; diâmetro do ônfalo – 8 cm.
2 – Pomo de punho de espada. Ferro soldado a cobre. Largura – 6,6 cm; altura – 7,16 cm; orifício do punho – 5,3 cm; orifício do botão – 0,39 cm.
3 – Fivela. Liga de cobre. Altura – 2,4 cm; comprimento – 1,89 cm.
4 – Fecho de cinturão. Liga de cobre. Comprimento – 4 cm; altura – 4,95 cm.
5 – Dado. Osso. Largura – 0,8 cm/0,85 cm.
6 – Selo. Chumbo. Diâmetro – 2,9 cm.
7 – Pinça. Liga de cobre. Comprimento – 4,5 cm.
8 – Fragmento de pente. Madeira. Comprimento máximo – 2,85 cm; largura – 5,67 cm; espessura – 0,75 cm.
9 – Colher. Madeira. Comprimento – 19,5 cm.
10 – Fragmento de tigela. Madeira. Diâmetro – 24 cm; altura máxima – 8,2 cm.
11 – Fragmento de malga. Majólica decorada a azul e dourado.
12 – Fragmento de malga. Majólica decorada a dourado.
13 – Fivela. Liga de cobre. Altura – 2,55 cm; comprimento – 2,3 cm.
14 – Fivela. Liga de cobre. Altura – 3,3 cm; comprimento – 3,6 cm.
15 – Fivela. Liga de cobre. Altura – 3,6 m; comprimento – 3,72 cm.
16 – Botão de um furo. Osso. Diâmetro – 0,8 cm.
17 – Fragmento de pente. Madeira. Comprimento máximo – 2,2 cm; largura máxima – 3,73 cm; espessura – 0,66 cm.
18 – Fragmento de pente. Madeira. Comprimento máximo – 3,67 cm; largura – 5,66 cm; espessura – 0,84 cm.
19 – Fragmento de pente. Madeira. Comprimento máximo – 6,6 cm; largura máxima – 6 cm; espessura – 0,85 cm.
20 – Chave. Ferro. Comprimento máximo – 6 cm.
21 – Noz de prumo. Madeira. Comprimento – 7,5 cm; diâmetro – 4,3 cm.
22 – Balde. Cobre e ferro. Diâmetro da boca – 23 cm; altura – 16 cm.
23 – Âmbula. Liga de chumbo. Altura – 6,95 cm; largura do bojo – 4,21 cm; largura entre asas – 4,4 cm; diâmetro do bojo – 2 cm; diâmetro interno – 1,8 cm.
24 – Âmbula. Liga de chumbo. Altura – 6,65 cm; largura do bojo – 4,35 cm; diâmetro do bojo – 1,8 cm; diâmetro interno do bordo – 1,67 cm/1,44 cm.
25 – Bala de mosquete. Chumbo. Diâmetro – 1,7 cm/1,74 cm.
26 – Figa. Osso. Comprimento – 2,2 cm.
27 – Conta de terço. Madeira. Diâmetro – 1 cm.
28 – Mão de almofariz. Madeira. Comprimento – 15 cm; diâmetro máximo – 4,5 cm.
29 – Pé de móvel. Madeira. Altura máxima – 10 cm.
30 – Pião. Madeira. Altura – 6,5 cm.
31 – Anel em fita. Liga de prata? Diâmetro – 1,9 cm; espessura máxima – 0,6 cm.
32 – Travessa de cabelo. Tartaruga. Comprimento máximo – 9,1 cm; altura máxima – 4,65 cm; espessura – 0,22 cm.
33 – Botão com efígie. Estanho. Diâmetro 1,75 cm; espessura - 0,23 cm.
34 – Botão. Estanho. Diâmetro máximo – 1,43 cm; espessura – 0,13 cm.
35 – Botão de cinco furos. Osso. Diâmetro – 3,37 cm.
36 – Botão de cinco furos. Osso. Diâmetro – 2,79 cm.
37 – Botão de quatro furos. Osso. Diâmetro – 2,6 cm.
38 – Botão com pé. Osso. Diâmetro – 1,42 cm; espessura – 0, 67 cm.
39 – Botão com pé. Osso. Diâmetro – 1,54 cm; espessura – 0, 17 cm.
40 – Tesoura. Ferro. Comprimento máximo – 9,85 cm.
41 – Garfo. Liga metálica branca. Comprimento da pega – 5 cm; largura da pega – 1,6cm; comprimento dos dentes - 5,6 cm; largura do garfo – 1,8 cm.
42 – Canivete. Liga de cobre. Comprimento do cabo – 6,1 cm.
43 – Fivela. Liga de cobre. Altura – 3,5 m; comprimento – 4 cm.
44 – Balde. Cobre. Diâmetro da boca – 24 cm; altura – 14,5 cm.
45 – Fuso. Madeira. Comprimento – 10,5 cm.
46 – Fuso. Madeira. Comprimento – 14,5 cm.
47 – Fuso. Madeira. Comprimento – 16,5 cm.
48 – Gancho. Ferro e madeira. Comprimento máximo – 13,5 cm.
49 – Pião. Madeira. Altura – 6,8 cm; largura máxima – 4,8 cm.
50 – Balde. Madeira e ferro. Altura – 30 cm; largura diâmetro da base – 26 cm.

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO MORENO, H. C. e OLIVEIRA MARTINS, A. M. (1993) – Figuras de la realeza portuguesa en peregrinación a Santiago. In Serafín Moralejo e Fernando López Alsina (ed.) – *Santiago, camino de Europa: culto y cultura en la peregrinación a Compostela: Monasterio de San Martín Pinario, Santiago.* Galicia: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental / Fundación Caja de Madrid, p. 99-119.

CARDOSO, G. (2009) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval). In *Actas do 1º encontro de cultura e património do Cadaval: conhecimento e valorização cultural no concelho do Cadaval, 19 de Maio de 2007*. Cadaval: Câmara Municipal, p. 43-82.

CARDOSO, G. e LUNA, I. (2000) – A escavação de um poço. *Al-madan*, II série, n.º 9. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 210.

– (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: Câmara Municipal, p. 99-112.

FERNANDES. I. C. F. e SANTOS, M. T. (2008) – *Palmela arqueológica: espaços, vivências, poderes*. Palmela: Câmara Municipal. Catálogo.

GARCIA, C.; MONTEIRO, P. e PHANEUF, E. (1999) – Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto da construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 211-232.

GOMES, M. V. (2011) – Insígnias de peregrinação encontradas em Portugal. In Rosa Varela Gomes, Catarina Tente e Mário Varela Gomes (coords) – *Cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, p. 281-296.

PONTE, S. (1987) – Artefactos romanos e post-romanos de S. Cucufate. *Conimbriga*, 26. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 133-165.

QUEIRÓS, P. F.; MATEUS, J. E.; MENDES, P. M. e VAN LEEUWAARDEN, W. (2002) – *Estudos de arqueobotânica no poço dos Paços do Concelho, Torres Vedras.* Col. *Trabalhos do CIPA*, 38. Lisboa: Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências.

SEIXAS, M. M. (2004) – Alguns achados de interesse heráldico recolhidos nas escavações arqueológicas de Torres Vedras. *Armas e Troféus*, IX série, 2002-2003. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, p. 431-452.

STARKIE GARDNER, J. (2010) – *Foreign armour in England*. Barrie: RNU Press.

VIANA, A. (1944) – Museu Regional de Beja: ferragens artísticas; esculturas de osso, proto-históricas; machados da Idade do Bronze; ferragens romanas; jóias de ouro, fivelas, amuletos e outros objectos. *Arquivo de Beja*, 1. Beja: Câmara Municipal, p. 155-166.

A MODERNIDADE EM LEIRIA: IMAGENS DA VIDA PÚBLICA E PRIVADA NA ANTIGA JUDIARIA

O CASO DO CENTRO CÍVICO DE LEIRIA

IOLA FILIPE e MARINA PINTO **Era-Arqueologia, S.A.**

RESUMO Os trabalhos realizados na área afecta à construção do futuro Centro Cívico de Leiria permitiram identificar contextos arqueológicos diversos que evidenciam a intensa ocupação deste espaço, onde se localizava a antiga judiaria da cidade, desde a Baixa Idade Média/Período Moderno à Época Contemporânea.

Salientam-se três grandes momentos construtivos, associados à construção de edifícios na antiga judiaria, em períodos cronológicos distintos, entre a Baixa Idade Média e a Época Moderna, que antecedem a edificação do imóvel actual, em Época Contemporânea. Apesar de obedecerem a diferentes organizações arquitectónicas, consoante os períodos em que se enquadram, estes mantêm praticamente inalterada a fisionomia do quarteirão, definida desde o período Medieval.

O edifício mais antigo encontra-se na extremidade Sudeste da área intervencionada (Área 1), sendo constituído por quatro compartimentos (Ambientes 7, 8, 9 e 10) que se desenvolvem no sentido da actual Rua Manuel António Rodrigues, de onde se teria acesso ao interior da habitação.

Dos quatro compartimentos registados, foi possível aferir a funcionalidade apenas do Ambiente 9, interpretado como um espaço de cozinha.

Na extremidade oposta, a Noroeste, na zona de implantação da sondagem 6, foram identificadas estruturas (muro e fogão) passíveis de relacionar com outro edifício que poderá ter coexistido com o anterior (Área 1), atendendo que o estudo da componente artefactual remete a construção de ambos para o período de transição entre os finais da Baixa Idade Média e os inícios da Época Moderna.

No decurso do período Moderno, este edifício é votado ao abandono, tendo-se construído no local um forno, cuja memória perdurou até finais do século XIX.

Este forno apresenta câmara de cozedura de planta sub-circular, possuindo um pequeno corredor, com paredes paralelas que se prolongam para poente. Não apresentava grelha, nem vestígios que esta pudesse ter existido.

Ainda no decurso do período Moderno e na extremidade Sudoeste da área intervencionada (Área 1) foram registadas várias estruturas associadas ao que parece ser um edifício de grandes dimensões, com vários compartimentos (Ambientes 1, 2, 3, 4, 5 e 6) para os quais não foi possível, na maior parte dos casos, estabelecer uma funcionalidade.

Não obstante, o Ambiente 1, localizado na extremidade Noroeste desta área, poderá corresponder a um espaço de armazenagem, considerando os fragmentos de talha e os dois potes em contexto primário aí identificados. Este compartimento prolongar-se-ia no sentido da sondagem 4, sendo crível que o muro [810] registado na sondagem 8, fechasse o limite Noroeste deste ambiente.

A Época Contemporânea marca a construção do actual edifício, reconhecendo-se uma reestruturação arquitectónica do espaço, embora sem grande impacte urbanístico, considerando que o traçado medieval, com estreitos arruamentos definindo o quarteirão se mantém.

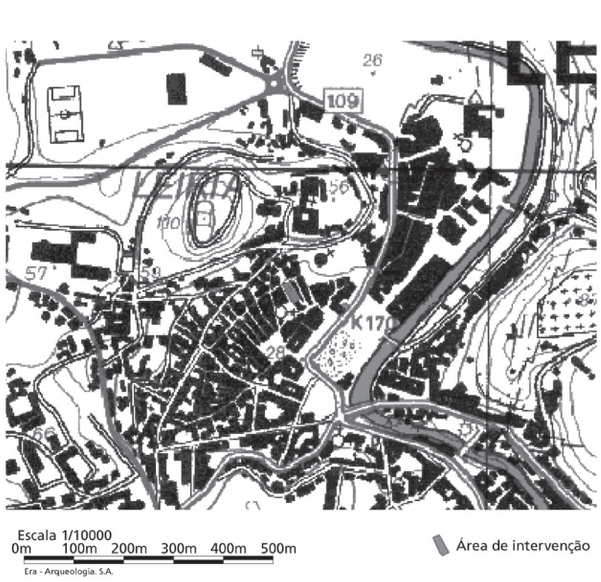
PALAVRAS-CHAVE **Leiria, Judiaria, arqueologia urbana, habitações, forno**

ÂMBITO

Os trabalhos arqueológicos realizados na área a afectar pela construção do futuro Centro Cívico de Leiria e respectiva Praça Pública inserem-se na Zona Especial de Protecção, de servidão administrativa, do Castelo de Leiria e na Área Critica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico.

Os trabalhos consistiram na execução de sondagens arqueológicas manuais, numa área total de 135 m², tendo como objectivos genéricos a avaliação do potencial arqueológico e patrimonial da área em questão. Pretendia-se a caracterização da ocupação deste espaço, sendo para isso fundamental a caracterização de depósitos e estruturas e o registo das relações físicas entre os diferentes contextos identificados.

A área afecta à construção do futuro Centro Cívico e respectiva Praça Pública situa-se numa zona plana, de vale, sobranceira à elevação onde se encontra implantado o Castelo de Leiria e próximo de um dos cursos



	Sistema de Coordenadas		
Ponto	Ponto Central Datum 73	Ponto Central Datum Lisboa	UTM Datum ED50
A	X= -57835.00, Y=8782.00	X= -57835.11, Y=8781.77	X= 516581.63, Y=4399729.24
B	X= -57796.00, Y=8826.00	X= -57796.11, Y=8825.77	X= 516620.19, Y=4399773.60

1.a, 1.b Localização da área intervencionada (Carta Militar de Portugal, folha 297, escala adaptada).

de água mais importantes da região, o rio Lis. A área localizada na antiga judiaria, ocupa um espaço devoluto, entre a Rua Dr. Manuel António Rodrigues (a nascente), a Travessa da Tipografia (a poente) e a Rua Barão de Viamonte (a Norte), na antiga freguesia de São Martinho (actual freguesia de Leiria), no concelho e distrito de Leiria.

A JUDIARIA

A presença da comunidade judaica em Leiria deverá datar do século XIII, ainda que sejam escassas as informações escritas a esse respeito. Saul Gomes refere que a primeira referência a um judeu data de 1219, no entanto, ressalva que esta indicação não equivale necessariamente à existência de uma comunidade. Por norma, a instalação dos judeus numa nova cidade não se realizava num contexto singular, e apenas após a instalação de algumas famílias se instituía a comuna e se construía a sinagoga (Gomes, 2005, p. 15).

A judiaria cresce numa área inicialmente periférica à urbe fortificada, sendo o eixo principal a designada Rua da Judiaria, também denominada Rua da Lã dos Mercadores ou Rua Nova (Gomes, 2005, p. 21).

Relativamente às infra-estruturas da judiaria, destaca-se a presença dos banhos, nas proximidades da Sinagoga, localização baseada na análise da cartografia, mas também resultante da interpretação de dados arqueológicos, já que intervenções realizadas na Igreja da Misericórdia puseram a descoberto estruturas interpretadas como poços (Gomes, 2005, p. 25). Segundo o autor do Couseiro, não existiam provas escritas ou notícias que atestassem que a actual Igreja da Misericórdia tivesse sido construída no local da Sinagoga, apesar de esta hipótese ser atestada pela tradição (O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria, cit., Cap.º 47, p. 77-78, cit. Gomes, 2005, p. 374). Esta mesma hipótese encontra-se referida na Notícia histórica sobre a judiaria de Leiria, documento de Brás Raposo da Fonseca, Provedor da Comarca de Leiria, datado de 1721, onde refere que "Consta do compromisso da misericórdia do dito princípio que na dita ermida faziam sinagoga" (Notícia histórica sobre a judiaria de Leiria, cit. Gomes, 2005, p. 376).

De acordo com Saul Gomes, as fontes escritas apontam para a existência de tabernas, alcaçarias, lagares, adegas, cavalariças. Existiam ainda tendas dos mercadores de lanifícios, lojas de ferreiros, alfaiates, ourives e em menor número tintureiros, correeiros e latoeiros. Para além de todos os estabelecimentos que atestam a vitalidade comercial e manufactureira da judiaria, importa ainda destacar a presença de escolas e do "concelho da judiaria, que o mesmo autor propõe como localização provável as imediações da Sinagoga" (Gomes, 2005, p. 25-26).

A BAIXA IDADE MÉDIA E OS INÍCIOS DA ÉPOCA MODERNA

Estrutura habitacional 1

A Sudeste da área intervencionada foi identificado um conjunto de muros de alvenaria, aparentemente relacionados com uma estrutura habitacional, que se desenvolveria paralelamente à actual Rua Manuel António Rodrigues, prolongando-se as paredes interiores da habitação no sentido deste arruamento.

A fachada lateral Sudoeste desta estrutura habitacional é definida por um longo muro de alvenaria, construído com blocos e calhaus de calcário, ligados por uma argamassa de tonalidade amarelada, que conservava apenas 3 a 4 fiadas, não se tendo registado nenhum vão de porta associado, o que sugere que o acesso à casa se faria provavelmente pela fachada lateral Nordeste. Adossadas ao paramento interior deste muro encontraram-se três estruturas, que definiam os quatro compartimentos registados naquele espaço, designados por Ambientes 7; 8; 9 e 10. Relativamente à interpretação funcional destes compartimentos, a informação disponível não é suficiente para esclarecer este aspecto, uma vez que, à excepção do Ambiente 9, não foram registados níveis de ocupação preservados associados a estas estruturas. Não obstante, a lareira identificada no Ambiente 9 sugere que aquele espaço estaria relacionado com uma área de cozinha.

Estrutura habitacional 2

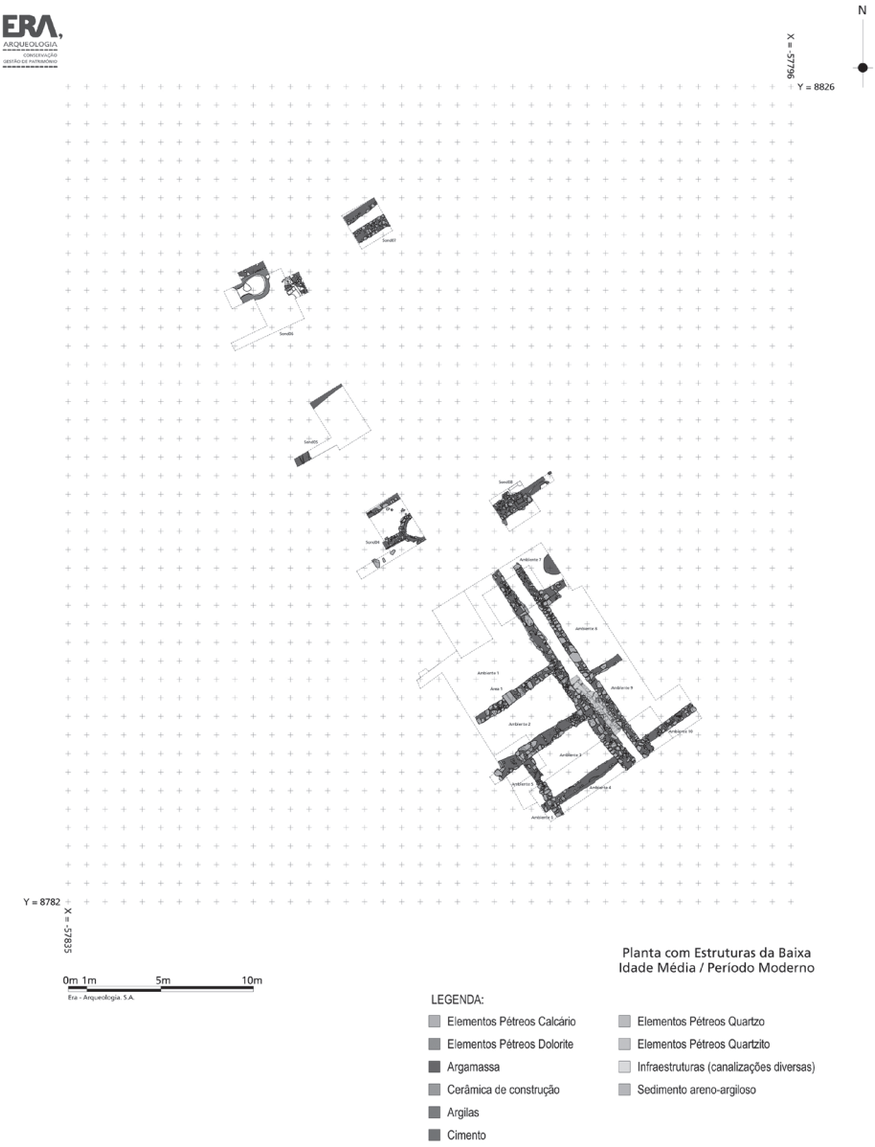
Na extremidade oposta, a Noroeste, na zona de implantação da sondagem 6, foram identificadas estruturas (muro e fogão) passíveis de relacionar com outro edifício (Estrutura habitacional 2) que poderá ter co-

2. Pormenor da lareira identificada no Ambiente 9.

existido com o anterior, atendendo que o estudo da componente artefactual remete a construção de ambos para o período de transição entre os finais da Baixa Idade Média e os inícios da Época Moderna.

O facto das realidades associadas ao novo edifício se circunscreverem à área da sondagem 6 não permitiu esboçar uma planta do edifício em questão, tendo-se intervencionado apenas um espaço interpretado como cozinha. Esta interpretação baseia-se sobretudo na estrutura de fogão registada junto a um muro de alvenaria que definiria o limite Nordeste deste espaço. No muro em questão não foram registados quaisquer vestígios de fogo, embora se notassem alterações na pedra empregue na sua construção. O fogão era constituído por uma grelha construída com blocos de calcário e ladrilhos de cerâmica, colocados em cutelo, e

3. Pormenor do fogão registado na área da sondagem 6.



4. Planta com estruturas da Baixa Idade Média/ Período Moderno, reconhecendo-se a Estrutura habitacional 1 (canto inferior direito), Estrutura habitacional 2 (canto superior esquerdo), Estrutura habitacional 3 (canto inferior esquerdo) e Estrutura habitacional 4(canto superior esquerdo e direito).

esteve em utilização até aos inícios da época Moderna. Em Época Moderna os espaços habitacionais referidos (Estrutura habitacional 1 e Estrutura habitacional 2) encontrar-se-iam em avançado estado de degradação, embora não se tenham identificado níveis de derrube associados a estas realidades, o que poderá ser explicado pelo eventual reaproveitamento de muitas destas pedras no grande momento construtivo que se segue.

Estrutura habitacional 3

A Estrutura habitacional 3 corresponde a um edifício de grandes dimensões que se desenvolve paralelamente à antiga Estrutura habitacional 1, prolongando-se a fachada lateral Sudoeste para a Travessa da Tipografia. Este edifício era constituído por seis compartimentos, designados por Ambientes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, sendo que apenas foi possível determinar a funcionalidade do Ambiente 1, interpretado como um espaço de armazenagem.

O Ambiente 1 tinha cerca de 30 m² na área intervencionada, excedendo estes limites junto aos perfis Noroeste e Sudoeste. Era o compartimento que apresentava maiores dimensões, sendo o piso de circulação associado ao mesmo constituído por uma calçada, da qual restam ténues vestígios junto ao perfil Sudoeste. Este compartimento teria funcionado, a julgar pela presença dos potes in situ, registados junto ao perfil Sudoeste, e pelos fragmentos de talha recolhidos em depósitos associados ao seu abandono, como um armazém. Refira-se que na sondagem 4 registaram-se quatro interfaces negativas, de formas sub-circulares e bases concavas, interpretadas como bases de assentamento para talhas. Estas interfaces negativas situavam-se junto ao perfil Sudeste da sondagem, na direcção do Ambiente 1, no entanto, não é esclarecedor se este ambiente se estendia para o espaço definido pela sondagem 4, uma vez que a área não intervencionada entre as duas zonas é de cerca de 3,5 m. A diferença de cotas entre os contextos registados quer no Ambiente 1, quer na sondagem 4 e o aparente prolongamento do muro registado na sondagem 8, no sentido da Travessa da Tipografia, fechando, provavelmente, o Ambiente 1, sugere que possa ter existido outro armazém na zona da sondagem 4 (cujos limites não foi possível reconhecer no âmbito do presente trabalho). Refira-se que a zona da judiaria esteve desde sempre ligada a actividades económicas de cariz comercial e manufactureiro e que de acordo com Saul Gomes, as fontes escritas apontam para a existência de tabernas, alcaçarias, lagares, adegas e cavalariças na área da antiga judiaria. Existindo ainda tendas dos mercadores de lanifícios, lojas de ferreiros, alfaiates, ourives e em menor número tintureiros, correeiros e latoeiros (Gomes, 2005, p. 25-26).

5. Pormenor dos dois potes identificados no Ambiente 1.

O Ambiente 3 tinha cerca de 10 m² e apresentava planta rectangular. Um dos acessos a este compartimento era realizado por um vão de porta existente na parede Nordeste, não se excluindo a hipótese de ter existido um segundo vão de porta no muro que define o limite entre este compartimento e o Ambiente 5, de forma a facultar o acesso às restantes divisões interiores do edifício.

Relativamente aos compartimentos remanescentes

6. Pormenor de uma das eventuais bases de assentamento para talhas.

7. Pormenor da calçada registada no Ambiente 2.

(Ambientes 4, 5 e 6), estes excedem os limites da área de intervenção, junto aos perfis Sudoeste e Sudeste, tendo-se intervencionado escassos m², o que condicionou a sua interpretação. Saliente-se que o Ambiente 4 tem cerca de 2,40 m², o Ambiente 5 tem 3,75 m² e o Ambiente 6, o mais exíguo deles todos, 0,20 m².

O forno

Ainda no decurso do período Moderno, no espaço outrora ocupado pela Estrutura habitacional 2 (sondagem 6) foi identificado um forno, cuja memória perdurou até finais do século XIX, sendo que o actual arruamento, designado Rua Manuel António Rodrigues, viu a sua designação alterada em 1877 (através do Alvará do Governo Civil de 18 de Dezembro) de Travessa do Forno para Travessa da Esperança.

O forno apresentava câmara de cozedura de planta sub -circular com cerca de 1,08m de diâmetro interno e 1,40m de diâmetro externo. Possuía um pequeno corredor, com paredes paralelas que se prolongavam para poente, no sentido da Travessa da Tipografia, tornando-se mais espessas nas extremidades (junto à entrada). O corredor, com cerca de 0,60 m de extensão, apresentava, tal como a câmara, paredes revestidas por argilas cozidas, de tonalidade avermelhada, que impedem a correcta descrição das mesmas (considerando que as argilas não foram removidas). Não obstante, foi possível reconhecer, numa zona em que este revestimento havia caído, alguns calhaus de calcário e um sedimento de tonalidade esverdeada que parecia corresponder ao ligante da estrutura.

Esta estrutura de combustão não apresentava grelha, nem vestígios que esta pudesse ter existido, o que apesar de atípico, encontra algumas analogias em fornos descobertos, como o forno de adobes de Coimbrões (Ribeiro, 2000). Neste forno, as peças eram cozidas em contacto directo com o fogo, tal como acontecia nas soengas, tendo-se observado na câmara interior vestígios dos negativos das peças cerâmicas aí produzidas (Ribeiro, 2000).É provável que o forno registado nesta sondagem utilizasse um sistema de combustão semelhante ao forno identificado em Coimbrões, no entanto, ao contrário deste, não foi possível determinar o tipo de produção associado a esta estrutura[1].

Estrutura habitacional 4

No período Moderno procedeu-se ainda à construção de um edifício que vem ocupar a área do antigo forno (sondagem 6). Não foi possível aferir a planta deste edifício, sendo plausível que possa estar associado às estruturas registadas na sondagem 5 e sondagem 7, embora a informação disponível não permita esclarecer este aspecto.

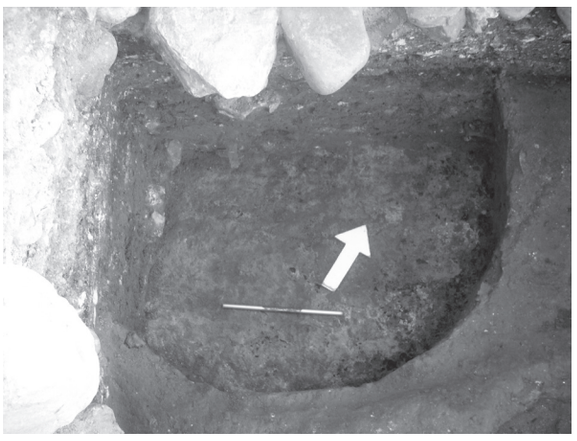
O novo edifício registado na sondagem 6 é caracterizado pela edificação de duas estruturas de alvenaria que definem um compartimento, cuja funcionalidade não foi possível aferir, uma vez que os depósitos que lhe estão associados correspondem a aterros resultantes do abandono daquele espaço.

É provável que o muro identificado junto ao perfil Noroeste da sondagem 5 possa estar relacionado com o compartimento registado na sondagem 6, integrando o mesmo edifício (Estrutura habitacional 4). Com efeito, na análise do paramento do muro observado na sondagem 5 foi possível reconhecer uma laje de calcário que se destaca do restante aparelho, podendo corresponder a um elemento arquitectónico reaproveitado ou a uma soleira. A confirmar-se a última hipótese, existiria naquele local um vão de porta que daria acesso a outra divisão da casa (que se prolongaria no sentido da Sondagem 6 ?).

O muro registado a cerca de 0,34 m do perfil Sudeste

1. A análise arqueométrica dos sedimentos recolhidos no seu interior poderá esclarecer este aspecto, bem como, fornecer novos dados sobre a sua utilização.

8. Vista geral do forno identificado na área da sondagem 6.



9. Pormenor da câmara de coação do forno.

10. Pormenor do paramento Sudeste do muro registado na sondagem 5, reconhecendo-se no canto superior esquerdo a eventual soleira.

da sondagem 7, ao qual está associado um nível de calçada, parece igualmente integrar a Estrutura habitacional 4, no entanto, é difícil relacionar o mesmo com outras estruturas existentes na área envolvente. O seu prolongamento para poente, no sentido da Travessa da Tipografia, sugere uma eventual relação com os muros construídos na sondagem 6, que as características arquitectónicas e cronologia que estas estruturas apresentam parecem corroborar.

11. Pormenor de estruturas associadas aos diferentes momentos de construção / remodelação do espaço em Época Contemporânea.

A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

A Época Contemporânea é marcada pela construção do actual edifício, encontrando-se associadas ao mesmo diferentes momentos de construção / remodelação do espaço, até ao seu abandono, após o incêndio que o destruiu nos anos 80 do século XX, mantendo apenas as fachadas actualmente visíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos arqueológicos procuraram interpretar o espaço como um todo, embora nem sempre tenha sido possível, dadas as condicionantes impostas pela dimensão da área intervencionada (sujeita aos m² estipulados no caderno de encargos), fragmentando por vezes realidades cuja compreensão importava esclarecer, sobretudo no que respeita à organização arquitectónica do espaço. Não obstante, foi possível identificar contextos arqueológicos diversos que evidenciam a intensa ocupação deste local desde a Baixa Idade Média/Período Moderno à Época Contemporânea.

Salientam-se três grandes momentos construtivos, associados à construção de edifícios na antiga judiaria, em períodos cronológicos distintos, entre a Baixa Idade Média e a Época Moderna, que antecedem a edificação do imóvel actual, em Época Contemporânea. Apesar de obedecerem a diferentes organizações arquitectónicas, consoante os períodos em que se enquadram, estes mantêm praticamente inalterada a fisionomia do quarteirão, com os seus estreitos arruamentos, definida desde o período Medieval.

Embora a maioria dos edifícios registados no âmbito deste trabalho aparente ter um carácter habitacional e não tenha sido possível aferir a funcionalidade da maioria dos compartimentos associados a estes edifícios, não se exclui a possibilidade de alguns destes

12. Vista geral da área intervencionada, reconhecendo-se as fachadas do edifício, que se mantiveram após o incêndio que o destruiu.

espaços poderem ter tido um carácter comercial, nomeadamente, o Ambiente 1 (estrutura habitacional 3) que parece corresponder a um antigo espaço de armazenagem e a área da sondagem 4, anexa ao ambiente 1, onde parece ter funcionado um espaço semelhante, durante o período Moderno. De acordo com Saul Gomes, as fontes escritas referem a existência de estabelecimentos que atestam a vitalidade comercial e manufactureira da judiaria durante o período Medieval (Gomes, 2005, p. 25-26), facto que os resultados do presente trabalho parecem corroborar, reforçando o carácter comercial desta área no decurso do período Moderno.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, V. S. (1874) – Leiria, in *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal* (por A. Pinho Leal), Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e C.ª.

BARBOSA, P. G., (1991) – Documentos, Lugares e Homens. *Estudos de História Medieval,* Lisboa, Edições Cosmos.

CABRAL, J. (1975) – *Anais do Município de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

CARREIRA, A. M. (1989) – *O Urbanismo leiriense do século XVI ao século XVIII,* Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CASTRO, F.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (2003) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante – Porto (século XVI a meados do século XVIII): identificação visual e química dos fabricos. *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 223-230).

Colóquio sobre História de Leiria e sua Região (1991), Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

II Colóquio sobre História de Leiria e sua Região (1995), Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

CRISTINO, L. C. (1986) – A Vila de Leiria em 1385, *Jornadas sobre Portugal Medieval – Leiria 1983*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

GOMES, S. A. (1990) – A Praça de São Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 146, in *Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, II.ª Série, Janeiro/Fevereiro/Março, Lisboa, p. 57-78.

GOMES, S. A. (1995) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, ed. C.M.L.

GOMES, S. A. (1988) – Origens tardo-medievais de uma comarca estremenha: o exemplo de Leiria, *Arqueologia do Estado*, vol. II, Lisboa, ed. História e Crítica.

GOMES, S. A. (1992) – Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos séculos XII a XV, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, tomo IV, Lisboa, ed. Universidade Católica.

GOMES, A. S. (2005) – *A Comuna Judaica de Leiria. Das Origens à Expulsão. Introdução ao seu estudo histórico e documental*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas *Alberto Benveniste*.

GONÇALVES, I. (1977) – *Notas de Demografia Regional:* a *Comarca de Leiria em 1537*, *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, n.º 1, Lisboa.

HARRIS, E. C (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Critica.

MARGARIDO, A. P. (1988) – *Leiria. História e Morfologia Urbana*, Leiria, ed. C.M.L.

MARQUES, A. e GONÇALVES, I. (1990) – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (século XI-XIV)* Lisboa, INIC.

MATOS, G. S., (1960) – *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Leiria,* Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.

MATOS, A. (1957) – *D. Frei Brás de Barros, D. João III e a construção da Sé de Leiria*, Leiria: Gráfica de Leiria.

MATTOSO, J., dir. (1993) – *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa,Círculo de Leitores.

MATTOSO, J., dir. (1993) – *História de Portugal,* vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, J. (1987) – A Cidade de Leiria na História Medieval de Portugal, *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Ed. Estampa.

RIBEIRO, M. (2000) – A cozedura de olaria preta em Coimbrões segundo os dados da intervenção arqueológica na Rua da Soenga (Vila Nova de Gaia). *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, 24 a 27 de Outubro de 2000, p. 367-380.

SERRÃO, J., dir. (1984) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas.

SOTTOMAIOR, C. (1722) – *Catálogo dos Bispos de Leiria. Memórias da Academia Real de História*, Lisboa.

TORRES, C.; GÓMEZ, S. e FERREIRA, M. B. (2003) – Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 125-134).

ZÚQUETE, A. (1943) – *Leiria – Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, Ed. Gráfica.

ZÚQUETE, A. (1944) – Os Bispos de Leiria e a fisionomia citadina, *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, Lisboa, Imprensa Municipalista.

ARQUEOLOGIA DAS CIDADES DE BEJA

ONDE A CIDADE SE ENCONTRA COM A SUA CONSTRUÇÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES **Centro de Estudos Arqueológicos das Universidade de Coimbra e Porto, CEAUCP/Universidade de Coimbra**

RESUMO Arqueologia das cidades de Beja é um projecto onde a cidade se encontra com a sua construção. A análise do processo de interacção entre os habitantes da cidade e o espaço urbano — a fabrica da cidade — na longa duração remete-nos para uma cidade onde a recriação do espaço, apesar de nele se poderem ler as lógicas ideológicas dos poderes, se recicla, fundamentalmente, ao ritmo das necessidades de funcionamento da cidade. Desde a Idade do Ferro até aos nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE **Arqueologia urbana, paisagens urbanas, fábrica urbana, Pax Iulia, arqueogeografia**

A investigação de carácter arqueológico e arqueogeográfico que desde há algum tempo vimos desenvolvendo região de Beja, no espaço que, com as reservas inerentes a uma definição baseada em informações indirectas[1] poderá ter correspondido ao território da colónia romana de Pax Iulia, proporcionou uma revisão profunda dos conhecimentos sobre a história desta região (Lopes, 2003) (fig. 1).

Concomitantemente, impôs e estimulou uma reflexão profunda sobre as ferramentas teórico-práticas que servem de suporte à investigação sobre as sociedades do passado que, por natureza, é a razão primeira da existência da arqueologia como disciplina científica, particularmente daquelas que caracterizam a investigação em contextos urbanos activos e, por consequência, dos instrumentos legais que regulamentam a prática da arqueologia em Portugal na actualidade.[2]

Importa, antes de mais, reconhecer que a cidade é um espaço de experienciação e que "toda a experiência é simultaneamente inscrita no espaço e no tempo e que o tempo e o espaço estão ligados de forma indivisível enquanto atributos de um objecto ou organização, podendo dizer-se que o espaço se apresenta como a expressão da memória do tempo, que é tempo solidificado, em particular no duplo processo sedimentação/erosão que a arqueologia observa através das estratificações antropizadas (Fiches e Van der Leeuw, 1990, p. 505; Inglot, 1987).

Entendemos que a cidade não é uma coisa. Nem mesmo um espaço. A cidade é um corpo onde se reconhecem vários espaços — espaço sócio-político, espaço político-administrativo, espaço sócio-cultural, espaço económico, espaço de cultivo, etc. —, cada um deles com a sua escala temporal (a do tempo da sua construção) e os ritmos e percursos do seu funcionamento

1. Não existe qualquer marco delimitatório entre as *civitates* de *Pax Iulia Ebora*, *Salacia*, Mirobriga, *Myrtillis*. e *Arucci*. Presume-se, pela indicação último miliário colocado na via Ebora-Pax Iulia (Sillières, 1984, p. 59-62) que passaria por Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo. Trata-se de um miliário de um membro da família de Constantino e, portanto, indicador da fronteira nesse período. Este limite poderia seguir grosso modo a linha de colinas de 300-400 m que domina Viana do Alentejo e a Serra do Mendro até ao Guadiana6. Na margem esquerda do Guadiana, o Rio Ardila até ao meridiano de Safara e depois a Ribeira de Murtigão, até ao início das grandes elevações da Sierra de Aroche, fechariam o território a Norte.

1. Localização das escavações.

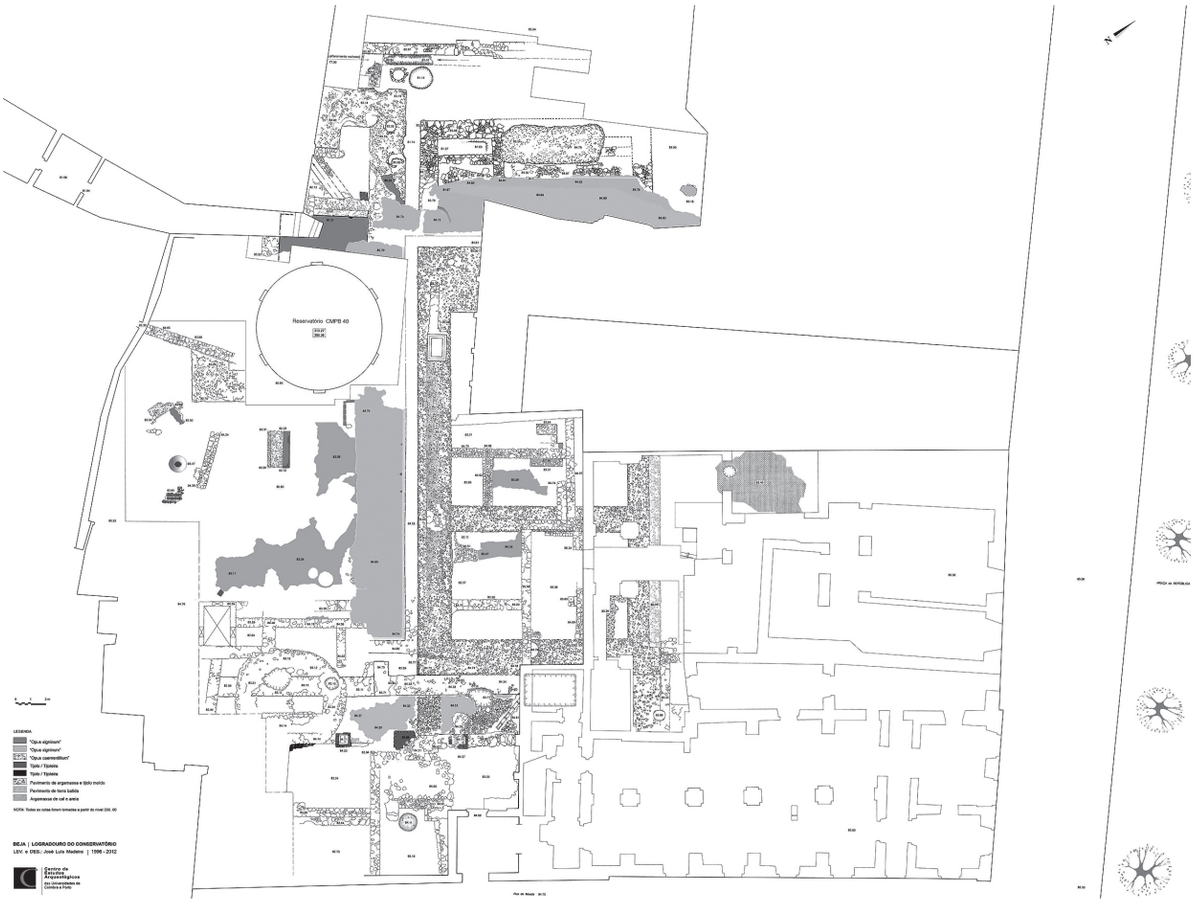
2. Sendo certo que não é esta a ocasião, nem é esta reunião científica o espaço para questionar os quadros legais que regulamentam a prática da arqueologia em Portugal, é importante que se observem os resultados científicos que dela se produzem e se debata sobre eles. A verdade é que, por pretensões estranhas à natureza científica e ao papel social que pode desempenhar, a ideia de que, arqueologia se justifica como disciplina científica pelo exercício técnico de preservar pelo registo, facto que, em nosso entender, coloca em discussão a própria definição de arqueologia e o seu préstimo em termos científicos e sociais.

que em si mesmos são o tempo e o espaço coincididos na dinâmica da sua longa duração.

A intervenção arqueológica que iniciámos no Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo inscrevia-se no conjunto de acções que visavam dar resposta à diverdidade de questões a que se pretendia responder num trabalho académico relativo à cidade romana de *Pax Iulia*.[3]. Tinha, até por questões de tempo, o propósito inicial bem definido de compreender o significado dos vestígios que Abel Viana viu e, em parte registou, aquando das obras de abertura de caboucos para a instalação do depósito de abastecimento de água à cidade de Beja, levadas a cabo no início da década de quarenta do século XX, na face ocidental da Praça da República nas traseiras da cadeia mandada construir por Filipe III e de neles saber ler os elementos que permitissem aceder ao conhecimento do plano urbano de *Pax Iulia*. Abel Viana determinou terem estes vestígios pertencido às "fundações de um grande templo romano" (Viana, 1947, p. 77) e a partir deles alguns autores ensaiaram a reconstituição modelar da cidade de *Pax Iulia*[4].

3. A dissertação de doutoramento*: A Cidade Roman de Beja. Percursos e debates em torno de Pax, Iulia*, Coimbra, 2003.
4. Alarcão, 1990, p. 46-50, Mantas, 1996, p. 12-19.

À priori, estes trabalhos arqueológicos parecem entrar em contradição, por um lado com a nossa concepção de cidade e, por ouro lado, com a argumentação em que se suporta o nossa entendimento de que o resgate do passado, além de comportar a aquisição e criação de conhecimento novo, deve constituir como objectivo indissociável a sua disponibilização, bem como a da sua materialidade exumada, como elementos de usufruto comunitário e como instrumentos de desenvolvimento ao serviço da comunidade. Todavia, o facto de ter sido uma área anteriormente profundamente revolvida autorizava-nos esta leitura pontual, fixada na arquitectura dos edifícios. Ao mesmo tempo, não comprometia qualquer plano estratégico de desenvolvimento de Beja vinculado com a valorização do património relativo ao passado da cidade como capital de *Conventus* em época romana mas, também, com o de épocas anteriores e o de todas as outras cidades que lhe sucederam, num diálogo profícuo com o presente, estruturado na materialidade da sua memória colectiva. Aconteceu, porém, que uma indicação imprecisa de Abel Viana deslocou os trabalhos arqueológicos cerca de 10 metros para norte da área afectada pelos aquando da construção do reservatório de abastecimento de água à cidade.



2. Planta geral.

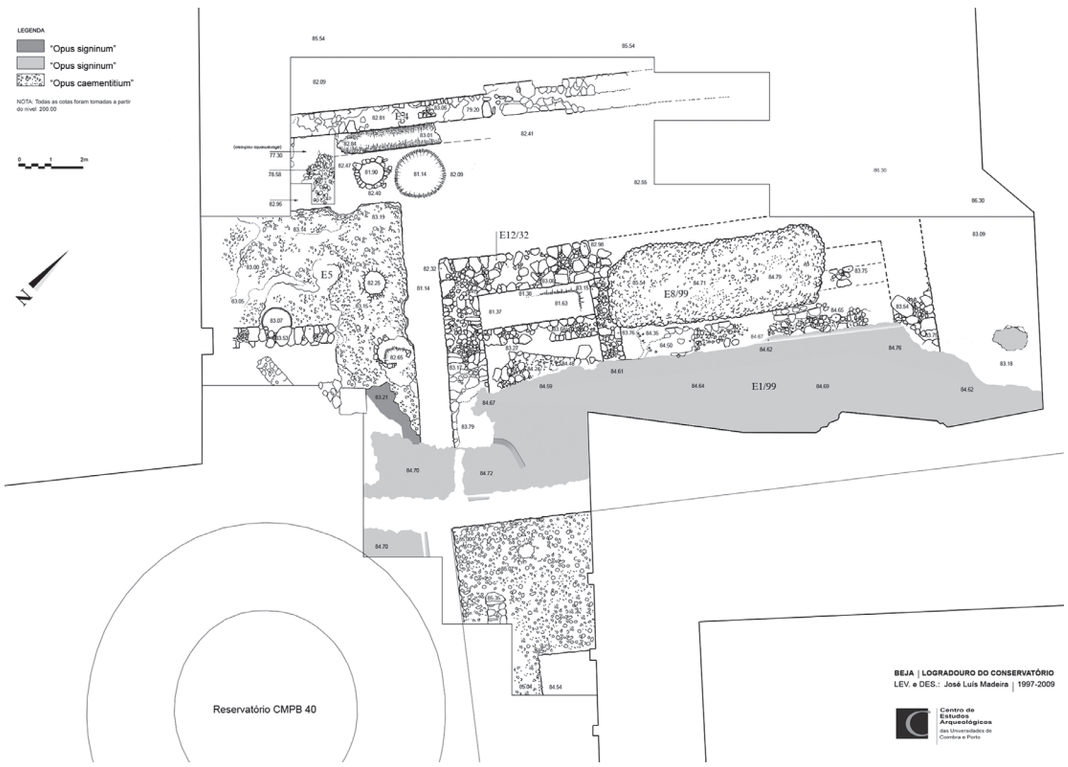
Esse facto permitiu recentrar os trabalhos em torno da ideia de que os espaços actuais são a síntese de um processo dinâmico de evolução, o qual se não compreende em abordagens que o compartimentem em fragmentos de tempo histórico ou em parcelas dos seus componentes morfológico, ecológico, social, político, económico cultural, etc.

As escavações ao revelarem sedimentos antropizados acumulados em profundidade até 7 metros, nos quais se podiam reconhecer um conjunto de edifícios, ruas, fossas cépticas e silos da idade média moderna, construções romanas que se utilizavam como estruturas funcionais adaptadas nos séculos XV/XVI e XVIII, depois de já terem feito parte dos planos urbanísticos das cidades islâmicas e medievais e de na de hoje servirem como fortes alicerces a edifícios dos séculos XIX e XX, revelaram provas concludentes de que o importante do estudo sobre a cidade era a sua construção e não o plano urbanístico de um qualquer período desgarrado (fig. 2).

Nesse intrincado de construções que parcialmente se escavaram (fig. 3) e que desempenham funções distintas em tempos e sociedades, também, distintos, e, que, por servirem em tantos tempos se não podem atribuir a tempo nenhum em particular, salientavam-se edifícios romanos, de que se destacava o forte alicerce de um grande edifício (E5), conservando-se em 3, 75 metros de altura, de cronologia incerta, algures no último quartel do século I. a.C.; um pavimento de *opus signinum* (E11/99) de 4 m de largura e visível em 11 m de comprimento, que aparentava semelhanças com o tanque presente em alguns raros templos imperiais da Hispânia, Évora, Ecija e Barcelona, por exemplo, particularmente com o que rodeava o templo principal do fórum de Évora, (Hauschild, 1991, p. 107-117) e a face norte de um edifício de c. de 15 m de largura, construído em pedra seca (E 12/32), nalguns pontos conservado ainda em c. 3 metros de altura, cujos matérias lhe apontavam uma cronologia pré-romana, sem outra indicação cronológica mais precisa. Além destes, em pior estado de conservação, paredes de casas muçulmanas e modernas, sobrepostas umas às outras e, às vezes, com paredes emprestadas uma das outras.

O diagnóstico do sobsolo de Beja, obtido nesta escavação, ratificava o que se havia suspeitado na escavação da Praça de Armas do Castelo, comprovando que a topografia da cidade actual, pelo menos na parte mais elevada do centro histórico, se desenha sobre uma espessa camada de sedimentos que são reserva documental preciosa sobre o seu passado, independentemente de em alguns pontos se encontrarem edificados antigos quase à superfície

Ficou para nós bem claro que qualquer investigação sobre Beja, cujas origens se não conhecem ainda, não poderá prescindir da informação ocultada no seu subsolo.



3. Planta da escavação do Logradouro do Conservatório.

Porém, qualquer abordagem que insista em encontrar nela o plano da cidade romana ou o da cidade de qualquer outro período, está destinada ao equívoco, pois que se não legitima cientificamente retirar partes de um todo inclusivo e, por isso indiviso, que aqui é as estruturas e os sedimentos acumulados por todas as cidades que antecederam Beja, em todos os tempos antes e depois de *Pax Iulia*, incluindo o presente.

Ficou, também evidente, que haveria que encontrar uma metodologia que permitisse registar e reflectir a complexidade observada, pois que a abordagem estratigráfica que o método arqueológico nos disponibiliza se não apresentava apropriada a uma explicação coerente da relação de convivência e partilha, de transmissão e transformação que a cidade foi fazendo do seu construído, num processo de reciclagem e recriação funcional continuada, nem dos sedimentos onde estes factos se apresentam inscritos.[5]

Face à observação efectuada nestas sondagens, a continuação dos trabalhos arqueológicos surgia como um desafio científico e uma oportunidade para a cidade se apropriar do seu património enterrado e integrá-lo no percurso de vida actual como elemento de coesão e desenvolvimento.

Arqueologia das Cidades de Beja: *o projeto onde a cidade se encontra com a sua construção* é, depois de uma obstinada insistência, o projecto que em 2007, dez anos depois, retoma os trabalhos arqueológicos do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, supra resumidos.[6]

Neste interregno de uma década, nos trabalhos que pontualmente desenvolvemos, fomos acertando uma metodologia que permitisse a leitura do espaço, atentando nas heranças e nas transmissões e nos acontecimentos que as ocasionaram, as quais, em grande parte, são animadas pelos actos de construir e reconstruir de novo, ampliar, reciclar ou readaptar que caracterizam a história das sociedades e que aqui se exibiam evidentes.

Ao mesmo tempo, sabendo da insuficiência do trabalho arqueológico, para apreender a dinâmica do processo da história urbana no tempo longo, convocou-se para este estudo a leitura e análise das formas parcelares da cidade de Beja.

5. O modo de registo que nos oferece a Matriz de Harris, por exemplo, embora permita alguma flexibilidade, não se ajusta a outra leitura dos factos arqueológicos que não seja a sua dimensão cronológica na referência ao lado/contemporâneo, está coberto/anterior, cobre/posterior. Ora, os factos arqueológicos, sobretudo os de contextos intensa e longamente vividos, são, portadores de dimensões tais como a herança, a refuncionalização, etc. que se não exprimem em quadros de sincronia e diacronia, remetendo para dimensões espácio-temporais que não encontram acolhimento em quadros de registo como a Matriz de Harris.

6. Consideramos como mais relevante durante este período a resistência que fizemos à tentativa de transformar os trabalhos arqueológicos em trabalhos de Categoria C e, consequentemente, ao impedimento de uma escavação programada. Encontrámos num projecto da FCT os meios para continuar os trabalhos que tinham sido inscritos num PNTA aprovado e que o IPA ignorou existir nos seus dois últimos anos.

4. Foto do templo e tanque em volta.

A observação baseada nos dados arqueológicos revelados numa parca superfície, enxameada por fossas céticas que desde o período muçulmano perfuraram o terreno, permite inferir, em termos de dinâmica de evolução e desenvolvimento da cidade ao longo dos tempos, a importância da cidade romana e muçulmana, forte e atractiva em todo o período medieval e até ao reinado de D. Manuel (que foi Infante de Beja e em cujo tempo se observam alterações acentuadas ao nível dos percursos e das construções particulares) e, daí para a frente, um acentuado enfraquecimento do carácter cosmopolita que pelos materiais se adivinha ter caracterizado a cidade desde os tempos muito anteriores aos romanos, percurso que nem mesmo as múltiplas intervenções que no fim do século XVIII e XIX, se operam na malha urbana e se observam nos edifícios construídos, parecem ter travado.

Esta apreciação genérica explicita a dificuldade da arqueologia em se libertar das periodizações históricas e de pontos por ela marcados para abordar o conhecimento do processo de construção da cidade. O acesso ao conhecimento dos elementos fortes de organização morfológica do espaço urbano, o reconhecimento das dinâmicas e a compreensão dos processos, independentemente de qualquer cronologia ou facto histórico implicam a construção de um diálogo com a arqueogeografia, a qual possui as ferramentas pertinentes de análise das formas.

Arqueologia das Cidades de Beja, perspectiva o trabalho arqueológico invocando os princípios consagrados pela UNESCO, relativos às Historic Urban Landscapes (HUL), instituídos no Memorandum de Vienne, datado de 2005 e na Carta de Hanoi de 2009. As HUL, de que Beja pode ser um exemplo paradigmático, definem-se e caracterizam-se por múltiplos e diversos elementos em que, para além da morfologia e/ou cronologia dos edifícios, se particularizam aqueles elementos que permitem apreender o espírito dos lugares (*genius loci*) e os que fazem apelo à integração de elementos de natureza imaterial, simbólica (social, artística, histórica, morfológica, etc.) assumindo-se como decisivos para abordar as questões da identidade da cidade e os modos de vida das comunidades locais.

A paisagem urbana é o espaço maior da história das comunidades e no que ela tem de edificado, será observada de acordo com o conceito de *fábrica urbana.*[7] Desenvolvido em geografia, este processo designa a interação permanente e dialética entre a estrutura do espaço urbano e as diversas formas da actividade social. *Fábrica urbana* é um processo que corresponde à vontade de explicar a urbanização de outro modo que não seja o de focalizar–se num projecto ou em projectos pontuais de planeamento e de urbanismo, remetendo directamente para a natureza impensada do desenvolvimento plurissecular da cidade, saído das práticas quotidianas, das representações do citadinos e das instituições e não de diligências voluntaristas e conscientes.

A noção de *fábrica urbana* tem um potencial de pertinência e adequação para explorar uma relação dialética de longa duração entre as actividades sociais e o espaço urbano, apreendido não como um reflexo estrito da sociedade, mas como resultado de uma acumulação; corresponde, portanto, ao nosso objectivo de analisar a relação entre os projectos dos habitantes e o espaço urbano na longa duração.

O alargamento do espaço de escavação, afortunadamente proporcionado pelo infortúnio que foi um incêndio de parte do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Beja, criou condições para aliviar o projecto do espaço constrangido em que se realizava e alargar o campo de indagação de acordo com os princípios pronunciados.

Ao mesmo tempo, o envolvimento da autarquia, que ao integrar no projecto de reconfiguração do espaço ardido a requalificação de edifícios confinantes e os exumados no projecto *Arqueologia das cidades de Beja*, possibilitou concretizar a dimensão de entrega à comunidade do seu património para que dele beneficie em termos de conhecimento, de desenvolvimento e de criação de melhores condições de vida.

Centrado num rectângulo definido pelos edifícios do lado oeste da Praça da República, (incluindo o interior dos edifícios da Liga dos Combatentes, da antiga Tipografia do Diário do Alentejo e do Edifício dos Serviços Técnicos), pelas traseiras dos edifícios das ruas dos Prazeres e Escudeiros e pela rua Moeda (fig. 2), o projecto evoluiu de acordo com os objectivos definidos articulando-se com a construção nova, no quadro do projecto municipal Museu Vivo, que a autarquia desenhou pra o local e que prevê a construção de um edifício sustentável, a requalificação de edifícios actuais mas assentes em estruturas antigas, sobretudo romanas, e a escavação total do espaço para que se integrem os vestígios arqueológicos num diálogo de continuidade de construção da cidade.

Quando, na década de quarenta do século XX, Abel Viana registou "o ângulo noroeste de um poderoso alicerce (Viana, 1942, p. 199), apoiado em maciço de rocha, que se assemelha "a uma forte muralha rectangular cuja grossura mede nos topos 4,75 m e nos lados 2,20 m, sendo a superfície calcetada por pequenas pedras embutidas no característico cimento romano, formando um piso" (Viana, 1947, p. 80) e "a camada

7. Formalizado em francês — fabrique urbaine—, a partir da designação correntemente utilizada por arqueólogos ingleses de Urban fabric.

mais baixa do alicerce, um bocado reentrante, (...) é formada por alvenaria grossa, bem argamassada (*opus incertum*); de certa altura para cima a alvenaria desaparece por baixo de camadas escalonadas de cimento compacto (*opus signinum),* formando como que grossas placas sobrepostas moldadas sucessivamente em armações de grandes pranchas, tal como se procede hoje nas construções de taipa" (Viana, 1947, p. 77), não se terá preocupado em registar o restante que viu nos seis metros de profundidade em que escavou. Era "esta estrutura apenas parcialmente posta a descoberto, e desde o seu ângulo noroeste "em uma extensão de nove (9) metros, por 4 a 4 metros e meio de altura", que lhe permitia comprovar a existência de uma importante cidade romana onde "Atendendo à forma e grandeza desta obra, [suponha] poder-se considerá-la como sendo o fundamento (soco ou alicerce propriamente dito, e o dado do envasamento) de um grande edifício, que a ser um templo, como presumo, teria as dimensões idênticas ao de Évora" (Viana, 1947, p. 80).

Não se enganou na identificação: trata-se, de facto, de um templo com 32,40 de comprimento e 16,20 de largura. Sem dúvidas o templo do fórum da cidade de *Pax Iulia*. Dada a raridade deste tipo de edifícios, e na altura o desconhecimento desta tipologia, não soube Abel Viana associar as "pranchas de *opus signinum*" a um tanque com 4 metros de largura que rodeia esse templo a toda a volta, excepto no lado da frente (fig. 2 e 4, E 1/99)[8]. Do *podium* onde se levantavam as colunas e a sela que albergava a divindade nada resta. Foi desmantelado, certamente antes do final do século XV, pois que nessa data um telhado abatia-se sobre as loiças que um negociante, de nome desconhecido, guardava acomodadas no interior oco do alicerce do templo. O interior do templo era nesse tempo cave. As paredes, de 2,5 m de largura, construídas em forte *opus caementitium*, definiam uma robusta caixa rectangular onde, além das loiças arrumadas à espera de saírem para venda, se armazenaram víveres, em silos para o efeito construídos (fig. 5).

Durante a época moderna esta prática e acolhedora estrutura foi sendo dividida e utilizado para fins nem sempre identificados, dado o remeximento que as sucessivas ocupações provocaram nos sedimentos. As paredes com que se construíram as paredes não revelam nenhum dos silhares que terão dado forma ao revestimento do *podium*. É normal que assim seja, pois tudo aponta para que estes tivessem sido levados para dar corpo a obras emblemáticas, como Igreja de Santa Maria, e forma às portas góticas que davam acesso a casas particulares, como aconteceu naquela porta que poderá ter sido a casa do vendedor de louça, ainda visível no interior da antiga Tipografia do Diário do Alentejo.

No século XIX já o interior do templo servia de lixeira e os seus fortes alicerces usam-se então para assentar paredes e pilastras de edifícios de dois pisos construídos durante esse século e o seguinte.

Quando foi construído este templo, um aterro de cerca de 2 metros, feito em grande parte com as terras retiradas da escavação para lançar os seus alicerces, numa óbvia economia de esforço, elevou a topografia da cidade.

As construções anteriores foram funcionalmente desmanteladas pela nova construção e parcialmente aterradas.

Foi isso que aconteceu àquela estrutura que à superfície apresenta o aspecto de uma calçada de pedras miúdas ligadas por argamassa, e em corte se verifica ser uma compacta e sólida estrutura de pedras ligadas por uma argamassa argilosa muito dura e compacta, com 3 metros de altura (E5).

Esta estrutura, cujos restos permitem dimensionar o seu comprimento N/S em 20,30 m e a largura em 13,90 m tem condições estruturais para ser um templo.

O mesmo aconteceu com outra estrutura orientada N/S cujo lado norte mede de largura 15,25 m, as paredes

8. Embora haja alguns templos com estruturas de agua associadas, é em Évora que se conhece uma reprodução exacta. De acordo com as indicações de Hauschield o templo de Beja parece ser, apenas ligeiramente, anterior ao de Évora.

5. Templo como cave.

externas 1,20 m de largura e as internas, de separação dos compartimentos rectangulares, de 60 cm de largura. Esta estrutura, construída solidariamente com blocos de pedra de pequena e média dimensão, travadas por pedra miúda nos intervalos, sem qualquer argamassa prolonga-se sob o tanque do templo e está, também em grande parte coberta por um grande bloco de secção rectangular, de opus *caementitium* construído de pedra miúda ligada com argamassa de cal.

Preservada no lado Este em 2, 80 metros, foi bastante destruída por construções medievais e modernas mas, os materiais recolhidos na construção dos seus alicerces reporta a sua origem ao período pré-romano.

O interesse deste edifício pré-romano acentua-se pelo facto de ele ter coexistido com o anteriormente descrito (E5). Correndo paralelamente a ele, separados 1 m, preservava, quando o aterro que se fez em tempo de Tibério para construir o templo cobriu os dois edifícios, uma parede mais alta que o edifício romano.

É evidente que as construções romanas do início do último quartel do século I a.C. se ajustaram nas estruturas anteriores e funcionaram em conjunto. Não fora o facto de se tratar de edifícios que nos remetem para um espaço importante da cidade e no caso do edifício romano para um templo, estaríamos perante um caso de repetição vulgarizada, de coexistência de edificados de período diverso. Mas, o carácter dos edifícios, a sua datação e as dúvidas nunca resolvidas, colocadas pelo facto de Estrabão a denominar de *Pax Augusta* (Estrabão, III, 2, 15) e Ptolomeu *Pax Iulia* (Ptolomeu, II, 4) e a hipótese nunca provada nem descartada de que a referência de estrabão às "cidades mistas agora colonizadas, como *Pax Iulia* entre os *celtici*..." se deve entender como a coexistência de duas comunidades, dá à situação um carácter muito particular.

Carácter ampliado, se se invocar a inscrição onde tem sido lido que C. Iulios terá presidido a uma assembleia de colonos e a uma assembleia de indígenas sem plena cidadania (CIL II 52).[9]

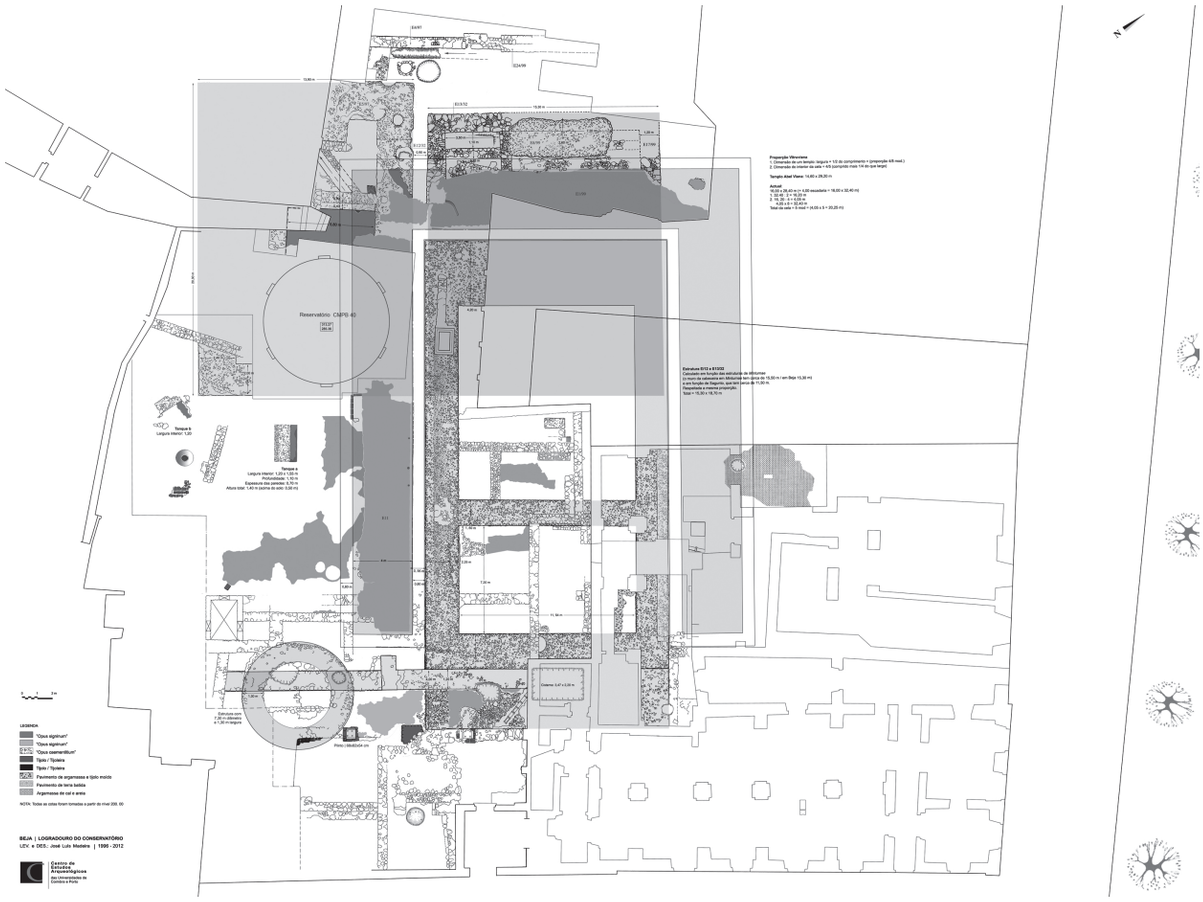
Ambas as estruturas surgem limitadas a norte por uma parede porticada (E4), a qual, certamente, fechava um recinto nesse lado, o que reflete bem a intenção de acolher os dois edifícios num recinto nobre.

Exceptuando a imposição que o templo romano e seu tanque impuseram ao edificado anterior, é possível observar que as estruturas de todos os tempos se preenchem e completam umas com as outras e se usam em todos os tempos, numa lógica de usufruto do espaço submetida ao máximo préstimo.

Neste contexto, *Arqueologia das Cidades de Beja* é um projecto que se posiciona para percepcionar o processo de construção da actual cidade de Beja e de lhe aportar um património que é, sobretudo, conhecimento valorizador e cooperante na construção de melhores condições de vida (fig. 6).

9. Sobre esta questão, cf. Alarcão, 1999, p. 45-50. O texto da inscrição *C. Iulius, duunvir bis, praefectus fabrum [...] utrique sen[atus].*

6. Aspectos do projecto Museu Vivo.



6. Aspectos do projecto Museu Vivo.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1990) – A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto, in *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisiergung hispanischer Stadte zwischen RepubliK und Kaiserzeit*, Munchen, p. 43-57.

HAUSCHILD, Th. (1992) – El templo romano de Évora, *Templos romanos de Hispânia*, Murcia, p. 107-11.

LOPES, M. (2003) – *A Cidade Romana de Beja. Percurso e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*, Colecção: Conimbriga /Anexo 3, Coimbra.

VIANA, A. (1947) – Restos de um templo romano em Beja, *Arquivo de Beja*, 4, p. 77-88.

FRAGMENTOS DE VIDA E MORTE DA IDADE MODERNA NO CENTRO HISTÓRICO DE ELVAS

TERESA RAMOS COSTA CHAM – FCSH - UNL | UAÇ
CRISTINA CRUZ
GONÇALO LOPES
ANA BRÁZ

RESUMO As intervenções arqueológicas realizadas no centro histórico de Elvas revelaram elementos arquitectónicos e antropológicos resultantes das ocupações modernas da vila. Referem-se nomeadamente à sua vocação militar com os quartéis e pavimentações da Parada do Castelo, à necrópole do Largo do Salvador e aos sistemas de drenagem do antigo Largo de São Vicente.

PALAVRAS-CHAVE **Período moderno, arqueologia urbana, infra-estruturas urbanas de drenagem, aquartelamentos, arqueologia funerária**

O estabelecimento de cabos eléctricos subterrâneos por parte da EDP no centro histórico de Elvas exigiu acompanhamento arqueológico, que decorreu entre 2005 e 2006. Teve como principal objectivo a minimização dos impactes negativos sobre estruturas e outras realidades arqueológicas identificadas. É, pois, objectivo deste artigo a integração histórica e urbanística dos achados, a partir do cruzamento dos elementos de campo com a bibliografia disponível.
O projecto localizou-se no interior do perímetro muralhado de Elvas e foi adjudicado à empresa Crivarque, Lda pela então Direcção Regional de Évora do IPPAR. Deste constaram as intervenções na Parada do Castelo, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, no Largo do Salvador e na Rua dos Açougues (fig.1).

1. PARADA DO CASTELO

"Elvas é a maior e mais forte praça de Portugal; as suas fortificações estão em muito bom estado, notamos ali excelentes e vastos aquartelamentos e um considerável arsenal militar."

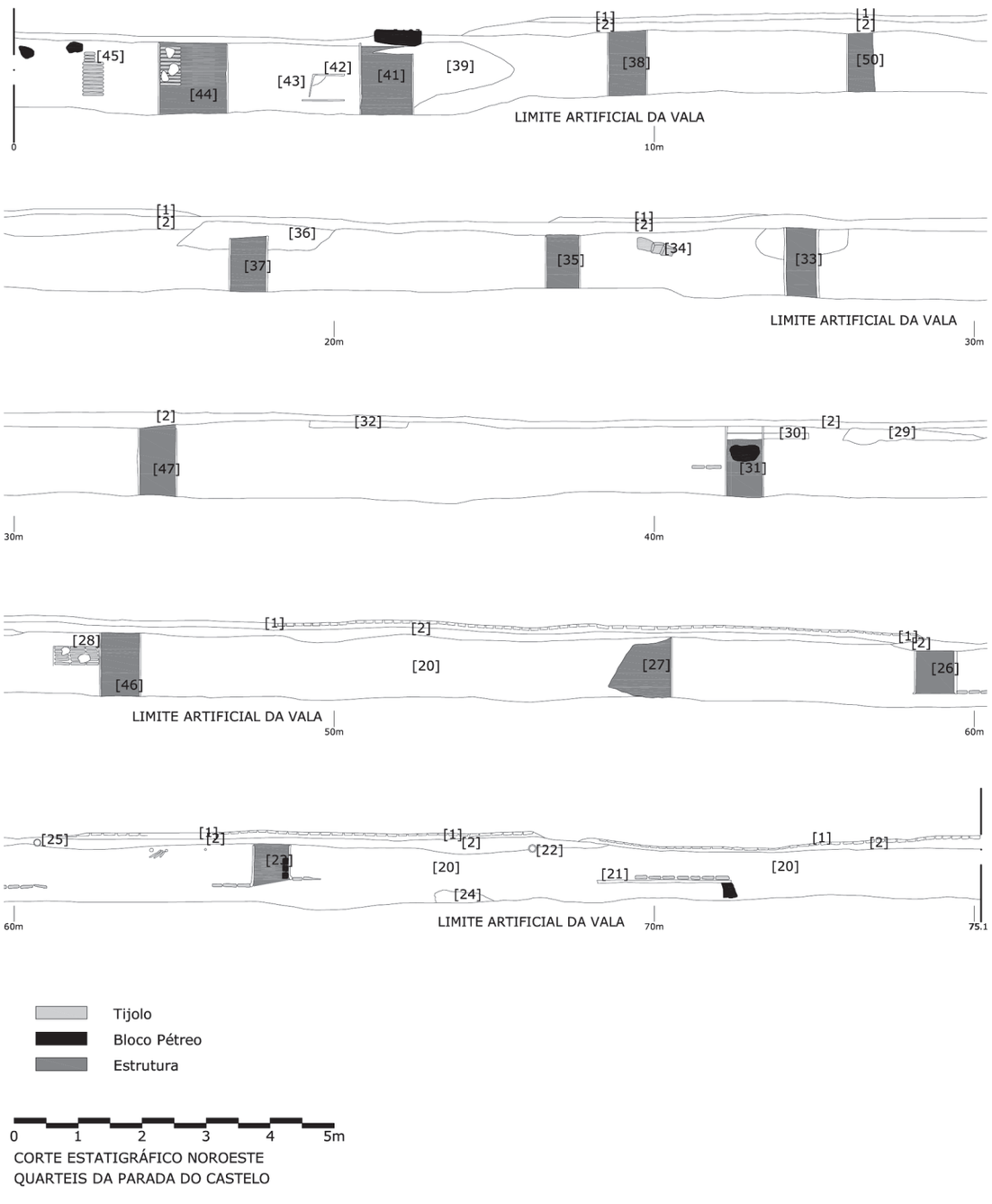
J.Taylor, arqueólogo e militar, 1826-1832.

1. Planta geral com localização das intervenções.

A Parada do Castelo é a área primordial da ocupação de Elvas, na qual se reconhece boa parte da história da cidade e a sua profunda vocação defensiva, nomeadamente como guardiã da fronteira portuguesa.

A abertura de uma vala de configuração em U junto ao castelo de Elvas, efectuada previamente ao acompanhamento arqueológico numa extensão de aproximadamente 100 m, levou à identificação no sector Noroeste das estruturas pertencentes aos quartéis da Parada do Castelo, também conhecidos pela rua dos Quartéis de Basto, Frontaria do Abarracamento ou Frontaria dos Quartéis (Gama, 1963, p. 65; Morgado, 1993, p. 41).

No corte estratigráfico verificou-se a existência de várias paredes em alvenaria de pedra e tijolo, revestidas em ambas as faces por argamassa de cal, correspondentes às diversas salas do piso térreo (figs. 2 e 3). Numa leitura de Sudoeste para Nordeste observou-se que as paredes de maior espessura, com 0,90 e 1,10 m, estão localizadas na extremidade do complexo arquitectónico, ostentando o embasamento da escadaria externa de acesso ao piso superior. Os restantes muros possuíam dimensões inferiores, com espessuras médias entre os 0,50 cm 0,70 m sendo que a altura máxima conservada era de 1,10 m.



2. Corte estratigráfico Noroeste dos Quartéis da Parada do Castelo.

3. Pormenor em corte estratigráfico de parede em alvenaria de pedra e tijolo pertencente aos Quartéis da Parada do Castelo.

4. Base da torre poligonal do castelo de Elvas.

Relativamente aos compartimentos, e sem descartar a hipótese de certas paredes terem sido completamente arrasadas na demolição, denotou-se igualmente que estes se agrupam em pares de dimensões idênticas, o que poderá remeter para a existência de uma divisão interna em cada unidade habitacional e que, pelo menos o piso térreo tinha dois compartimentos. Duas destas unidades conservavam pisos em tijoleira, assentes sobre uma camada de preparação com entulho, reconhecendo-se igualmente pormenores arquitectónicos, como degraus e arcarias.

A edificação destes quartéis ocorreu em meados do século XVII, paralelamente ao levantamento da fortaleza abaluartada que abarcou todo o núcleo urbano, durante a Guerra da Restauração. A par desta construção foram erguidos edifícios de apoio destinados a abrigar serviços necessários à logística da guerra, neste caso específico para alojamento dos militares e suas famílias (Rodrigues, Pereira, 1995).

Contemporâneos dos quartéis da Parada do Castelo são os das Balas, junto ao redente do Cascalho, os da Corujeira, na Rua de S. João, e os de São Martinho, na Rua dos Quartéis (Fiel e Garrinhas, 2005, p. 103). Em termos arquitectónicos reportam-se a um tipo de edifício no qual as portas do piso térreo estão alinhadas com as janelas superiores, elevando-se entre cada uma delas o corpo da chaminé (Conceição, 1997, p. 280-281, nota 29). De acordo com as fotografias antigas consultadas (Morgado, 1993, p. 41; Arquivo da DGEMN, PT041207020005[1]) os quartéis da Parada do Castelo seriam idênticos aos das Balas, com arcaria, chaminés e acesso ao andar superior por uma única escadaria lateral.

Se aquando do cerco espanhol de 1644 existiam já os quartéis da Corujeira e de São Martinho, a verdade é que eles eram manifestamente insuficientes para alojar a soldadesca, já que esta acabou por se instalar em casas de habitação e conventos (Duarte, 2006, p. 49)[2]. Este reforço da estrutura militar foi bastante exigente em termos monetários, instituindo-se imposto sobre os habitantes para angariação dos 600 mil réis necessários à sua construção. Em 1665 o Marquês de Marialva recomendava à Câmara que prosseguisse a construção dos Quartéis da Parada do Castelo (Gama, 1963, p. 62-63; Morgado, 1993, p. 42).

Ali estiveram instalados o 1.º Regimento de Infantaria de Elvas ou Regimento de Basto, entre outros, até à redução da guarnição a apenas um destes corpos, em 1834. Na segunda metade do século XIX e na ausência

1. A foto apresentada está datada de 1944 no sítio www.monumentos.pt, o que não é verosímil, dado que todos os autores são unânimes em datar a destruição dos Quartéis de 1909-10. António Tomás Pires apresenta uma gravura idêntica a esta foto, na sua publicação de 1907 "*O Castello de Elvas: memória apresentada à Exma. Commissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes* ", Estudos e notas elvenses, nº9.

2. Os habitantes estavam sujeitos à prática do aboletamento ou seja obrigação de cama e mesa aos soldados e oficiais, além de gado cavalar e muar que chegava em serviço (Morgado, 1993, 42).

de contingentes militares o espaço passou a ser habitado por gente pobre. Já no século XX, alguns destes conjuntos foram demolidos, datando-se a da Parada do Castelo de 1909-10 (Gama, 1963, p. 66; Rodrigues e Pereira, 1996, p. 43).

Paralelamente aos vestígios dos referidos quartéis, a abertura da vala supracitada expôs igualmente a base da torre poligonal Sul do castelo (fig. 4). O registo gráfico permitiu aferir que o aparelho do embasamento é constituído por fragmentos de tijolo e blocos pétreos, revestidos por uma camada espessa de argamassa. Esta torre está integrada no conjunto de inovações defensivas e construtivas realizadas nos reinados de D. João II e D. Manuel I, como se pode observar na planta do Livro de Fortalezas de Duarte de Armas (1997, fl. 124). É uma das mais interessantes soluções de arquitectura militar desta época, pela sua forma poligonal e por ter sido dotada de vários dispositivos de fogo, nomeadamente no interior de uma galeria acasamatada (Moreira, 1989, p. 99). Da consulta aos arquivos fotográficos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais verifica-se ter havido preenchimento das juntas e revestimento da base desta torre, bem como o rebaixamento do piso em aproximadamente um metro no sedimento envolvente nas obras de 1940/41 e 1943/48.

Durante os trabalhos da Parada do Castelo observou-se, genericamente, uma grande proximidade da actual superfície ao nível geológico calcário, sendo inexistentes camadas sedimentares anteriores ao século XVIII. É claro que, dada a densidade habitacional desta área a partir do período muçulmano (Dentinho, 1989; Rodrigues e Pereira, 1996, p. 10-11; Correia, 2002), os níveis estratigráficos medievais e dos primeiros séculos da época moderna foram sistematicamente destruídos.

Numa outra vala, aberta junto às habitações que limitam a Parada do Castelo (fig. 1), apesar de não terem sido detectadas estruturas arqueológicas dignas de menção, recolheram-se materiais que corroboraram a intensidade de instalação humana nesta zona, embora carecendo de contextualização deposicional e com elevado grau de fragmentação. Destaque-se uma sucessão de três pisos em argila compactada, contendo maioritariamente tijolo, mas também telha, estuque e argamassa, assentes sobre um nível de preparação muito compacto, constituído por pequenos elementos pétreos, pequenos fragmentos de materiais de construção e nódulos de argamassa. Deverão corresponder a diversos níveis de repavimentação deste espaço público.

5. Porção do "Caneiro real" no antigo Largo de São Vicente.

2. LARGO DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA (ANTIGO LARGO DE SÃO VICENTE)

"(...) algumas ruas são razoavelmente boas e bem pavimentadas, mas a elevação e a irregularidade do terreno em que ela foi construída tornam-nas em geral, íngremes e desagradáveis de percorrer(...)"

George Landmann, *Military and pittoresque observations on Portugal,* 1812

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da segunda intervenção deste projecto decorreram no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, o antigo Largo de São Vicente (fig. 1). Situa-se na extremidade do eixo viário nascente-poente definido em finais do século XIII, correspondente à então denominada Rua do Cano, hoje Rua Sá da Bandeira. Na extremidade desta via estava a Porta dos Banhos, junto ao que se julga terem sido os balneários islâmicos, localizando-se nas imediações a ermida de São Vicente e a Fonte da Prata (Dentinho, 1989, p. 44; Rodrigues e Pereira, 1996, p. 37). Esta punha em "*comunicação a cidade baixa (...) com os campos vizinhos e ribeira da Chinches ou do Cêto*" (Almada, 1888-1891, p. 106).

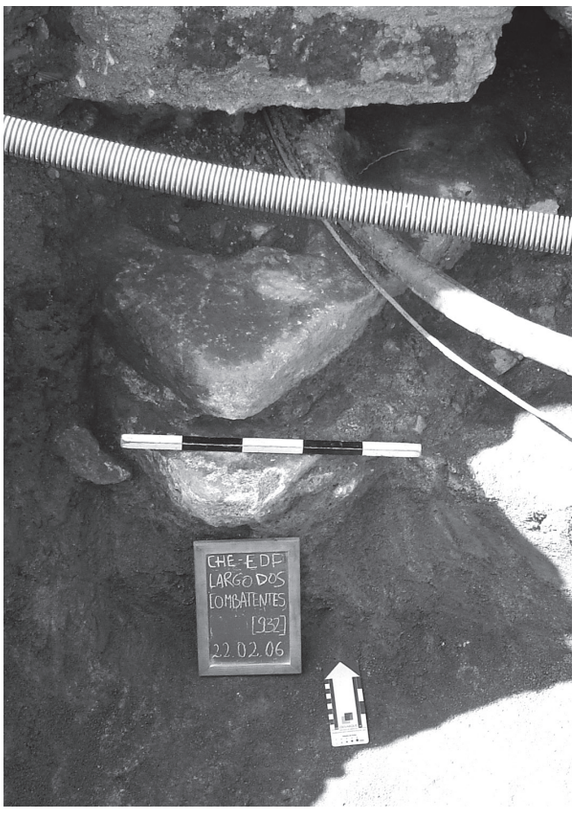
Identificou-se naquele largo um pavimento antigo em argila de 7 m de comprimento com elementos pétreos, tijolo e argamassas compactadas [904], bastante semelhante ao da Parada do Castelo mas, ao invés deste,

sem camada de preparação. Sob o pavimento surgiu um caneiro em alvenaria de pedra [906], que estaria associado ao "Caneiro Real", medindo 0,70 m de altura máxima conservada e 1,10 m de largura (fig. 5). Este passava na Rua do Cano e é descrito na documentação como um "*antigo escaninho dos enxurros da villa d´Elvas, escaninho que sahindo da Porta Nova* (Arco da Encarnação), *percorria a descoberto, e em toda a sua extensão, o terreno em que está a rua, e ia a sahir à porta denominada dos Banhos* (Porta Velha)" (Pires, 1924, p. 30).

Esta intervenção para instalação de infra-estruturas foi bastante limitadora do ponto de vista das aberturas em área, essenciais à compreensão das diversas realidades arqueológicas. No entanto, consideramos essencial referir a existência de mais duas estruturas: uma [928] pertencente ao sistema de transporte e drenagem de águas da cidade, constituída por lajes de calcário e tijolo maciço ligados por argamassas, com reutilização de um pequeno friso arquitectónico em mármore, medindo 1,70 m de comprimento e 0,70 m de largura máxima, assentando sobre o afloramento geológico; outra [932], provavelmente relacionada com a circulação de água, uma estrutura cúbica de pedra contendo no interior um bloco quartzítico com lajes de calcário no topo, unidas com argamassas amarelas (fig. 6).

Após vários anos de obras, em 1622 foi finalmente estabelecido o percurso para a canalização da água proveniente do Aqueduto da Amoreira, até à sua saída da cidade pela Porta dos Banhos. O Largo de São Vicente é efectivamente descrito como um espaço onde afluíam vários cursos de água, tenho sido construídas várias infra-estruturas para os receber, canalizar e distribuir, nomeadamente numa fonte de três bicas. Na bibliografia consultada há referência ao remanescente das águas da fonte, as quais "*iam a uma arca que estava sobre o cunhal da igreja, endireitava à bica do tanque e estava o cano na parede do terrapleno e dali continuava*". Esta definição coaduna-se à descrição e localização da supracitada estrutura arqueológica [932] (Gama, 1972, p. 54).

Na extremidade Noroeste do Largo, sob uma calçada de seixos irregulares, detectou-se parte de um esqueleto humano, registando-se o crânio, o maxilar e as clavículas. Estaria relacionado com a antiga Ermida de São Vicente, onde se venerava a Nossa Senhora da Paz, cuja origem remonta ao século XIV. A sua localização na Rua dos Banhos, com a fachada voltada para o largo, é reconhecível em descrição e planta dos *Anaes de Elvas* (Mata, 1859; Gama, 1972, p. 42). A esta estrutura religiosa se poderá associar também o piso em tijoleira e vestígios de parede em alvenaria de pedra e tijolo maciço detectados junto à Fonte da Prata situada na vertente sul deste Largo e bastante danificados pelas infra-estruturas contemporâneas. A ermida foi demolida em 1927 "*para alargar o local*" (Dentinho, 1989, p. 87 e 123).



6. Estrutura cúbica em pedra para circulação de águas.

3. NECRÓPOLE DO LARGO DO SALVADOR

No Largo do Salvador ocorreu a terceira intervenção no âmbito deste projecto (fig. 1). O surgimento dos vestígios antropológicos está associado à já desaparecida Igreja do Salvador, cuja primeira referência data de 1273, tornando-se posteriormente um Priorado da Casa de Bragança. Até inícios do século XVI, o Largo do Salvador assumiu-se como centro religioso e político-administrativo de Elvas, com os Paços do Concelho medievais e a primitiva igreja com esta evocação. Desta última, persistem apenas elementos arquitectónicos vestigiais do lado Sul, como o portal com decoração em estuque de finais do século XVI e um Calvário em mármore. Restam também uma parede em cantaria encimada por duas mísulas góticas, abrindo-se na Rua de São Pedro dois arcos ogivais de cronologia quatrocentista (Rodrigues e Pereira, 1996, p. 16). Bastante afectada pelo terramoto de 1755, a sede da paróquia passou para a Igreja do Antigo Colégio Jesuítico de Santiago, convertendo-se este espaço mais tarde em açougue municipal, funcionando hoje como depósito camarário.

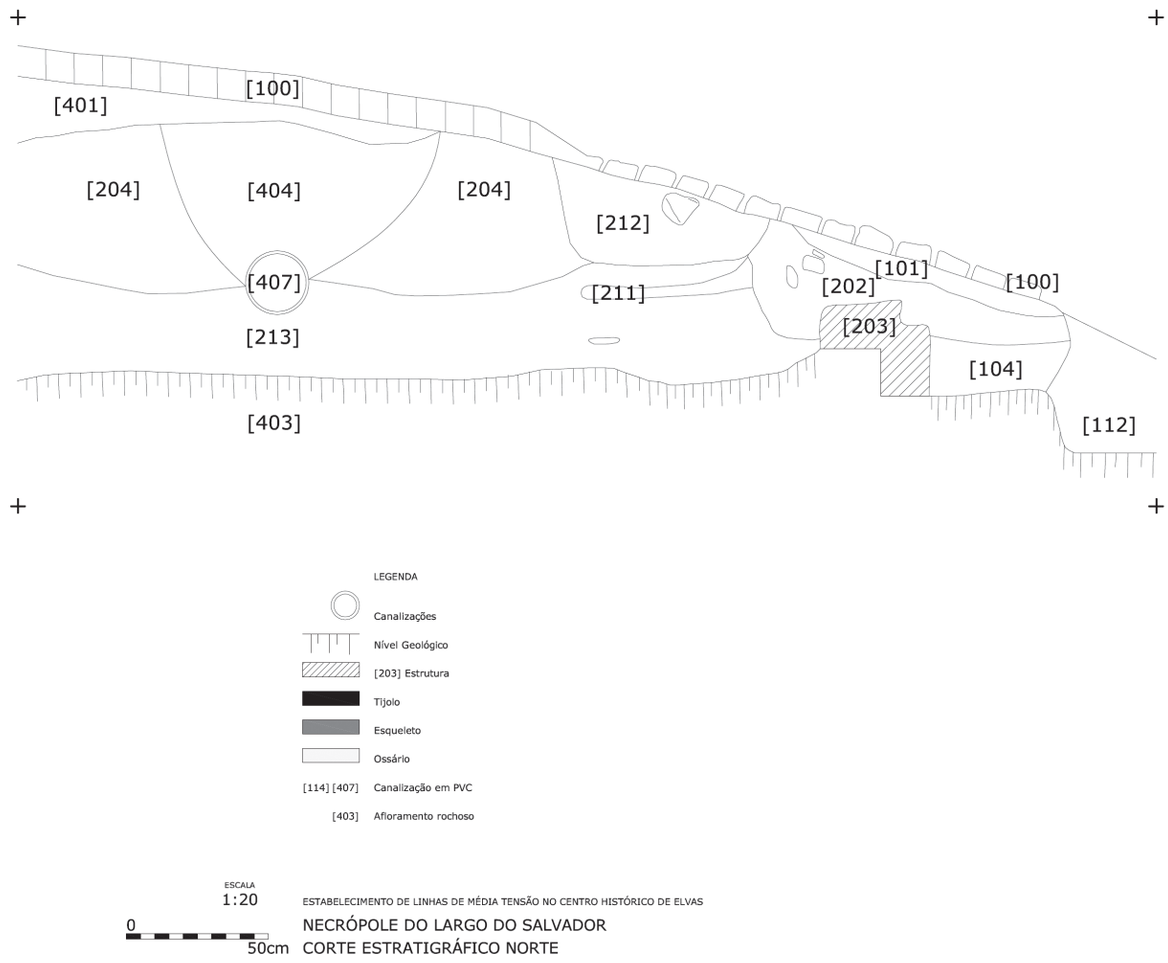
Os vestígios antropológicos reportam-se a uma necrópole implantada na cota inferior do Largo, antigo adro da igreja do Salvador, correspondendo a uma prática funerária comum nos períodos medieval e moderno. A intervenção revelou a presença de um espaço de enterramentos múltiplos, com importante concentração de enterramentos primários e de material osteológico descontextualizado.

O solo irregular, associado a zonas de rocha, terá promovido o aparecimento de bolsas de material osteológico disperso, cuja concentração se deverá à acção da gravidade e de agentes tafonómicos de diferentes naturezas: roedores, raízes, acção humana, etc. De facto, no que diz respeito à acção humana, é reconhecido que este largo sofreu sucessivas intervenções urbanísticas ao longo do tempo, com impacto na preservação e perturbação dos enterramentos. Exemplo disso são as deposições cortadas por cabos de PVC e a presença de caixas de saneamento, construídas em argamassa. A selar o nível dos esqueletos [213] estava uma fina camada descontínua de estuque pulverizado e solto [211] (fig. 7).

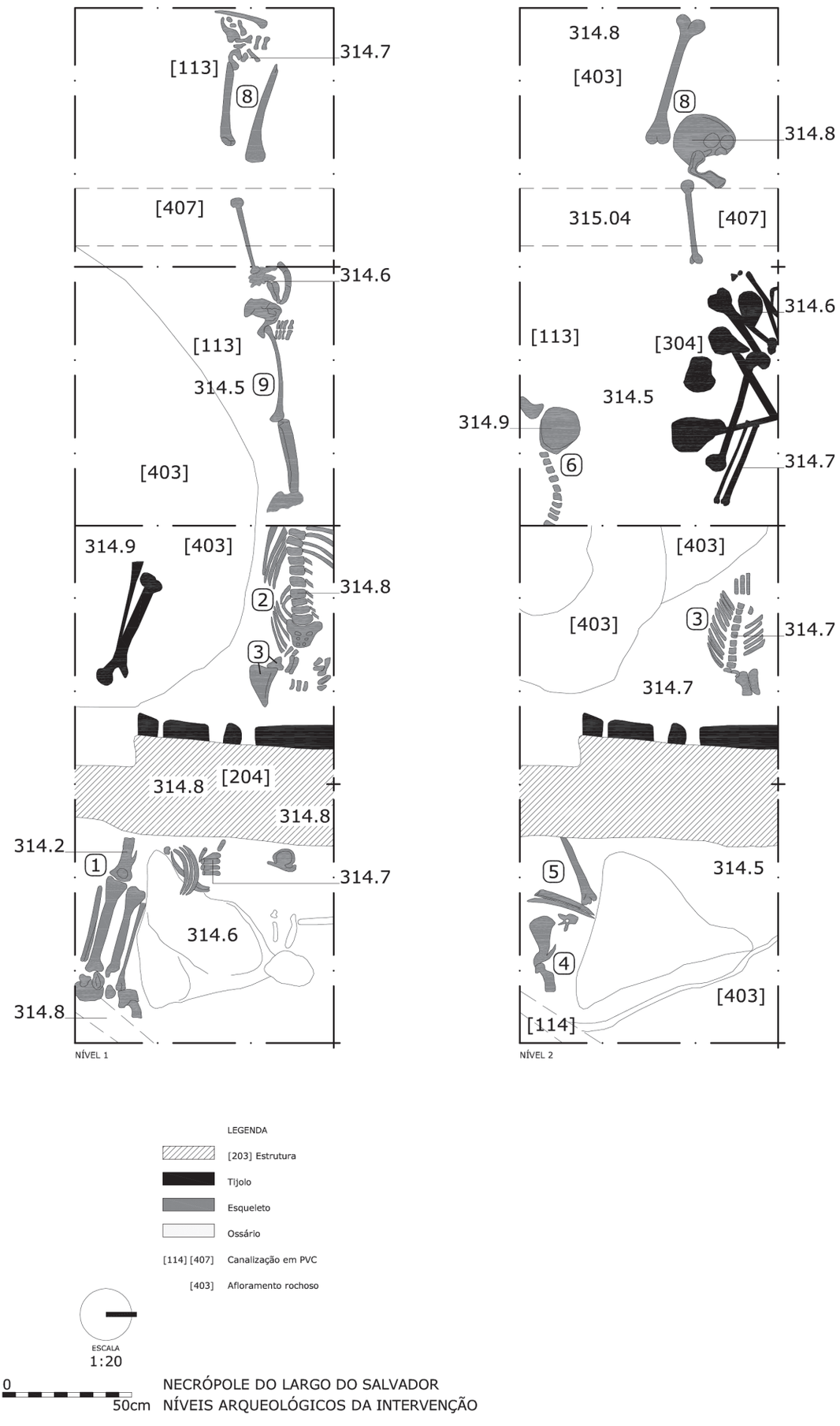
Parte do espólio exumado nesta intervenção distribuía-se igualmente pelas camadas de revolvimento contemporâneo que destruíram alguns dos níveis associados aos enterramentos. Entre o espólio recuperado refira-se um numisma ilegível [104], objectos indistintos em bronze [204], abundante número de alfinetes do mesmo material [106] e um botão em osso [301]. A ausência de vestígios de estruturas de enterramento combinada com as evidências estratigráficas sugerem que os indivíduos ali inumados terão sido depositados directamente no solo.

Foram identificados sete enterramentos (fig. 8), que coincidem no baixo grau de preservação e representatividade[3] e na orientação da inumação: O-E de acordo com a norma canónica (Barroca, 1987). Da análise dos restantes elementos da antropologia funerária, foi

3. Usando como referência a proposta de Buickstra & Ubelaker, 1994.



7. Corte estratigráfico Norte da necrópole do Largo do Salvador.



8. Nível arqueológico da necrópole do Largo do Salvador.

possível constatar que a deposição de todos os indivíduos foi feita em decúbito dorsal (fig. 9), à excepção do Enterramento 7/9, que se encontrava em decúbito lateral esquerdo (fig. 10). Apesar de não ser possível inferir sobre o posicionamento dos membros para todos os indivíduos é possível caracterizar a este nível os enterramentos 2, 5, 6, 7/9 e 8, variando entre estarem apoiadas sobre a região pélvica ou toráccica.

O único espólio recuperado encontrava-se associado ao indivíduo do Enterramento 8, consistindo num botão e num alfinete em cobre, ainda com porção de tecido, encontrados sobre o sacro [406]; e no Enterramento 6, com contas de rosário e dois botões, um em ferro e outro em osso [303].

9. Detalhe do Esqueleto 6 deposto em decúbito dorsal.

10. Detalhe do Esqueleto 7/9 deposto em decúbito lateral esquerdo.

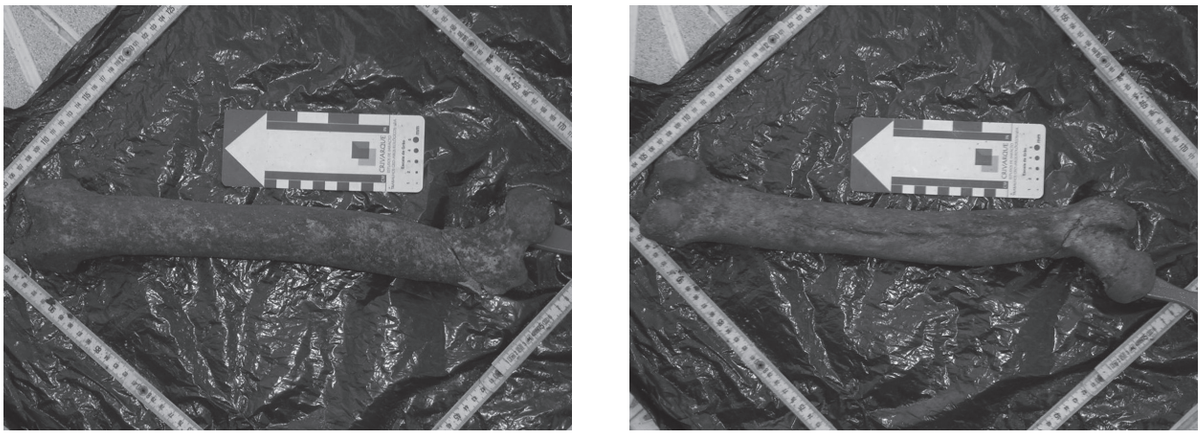
No que diz respeito ao perfil paleodemográfico e paleopatológico, os sete enterramentos correspondem a cinco indivíduos adultos, sendo que dois destes foram diagnosticados como pertencendo ao sexo masculino[4], um ao sexo feminino[5]. Em relação aos restantes dois não foi possível determinar o sexo. Os demais indivíduos são ainda fisiologicamente imaturos, não sendo por isso possível avançar com uma diagnose sexual. Relativamente a estes dois indivíduos não adultos, um teria uma idade estimada a partir da combinação avaliação da erupção dentária (Ubelaker, 1989) e do comprimento dos ossos longos (Stloukal e Hanákova, 1978), entre os 5-7 anos. O outro seria um juvenil com idade inferior a 15-18 anos, de acordo com a avaliação do grau de fusão das epífises (descrita em Scheuer e Black, 2000).

A análise paleopatológica não revelou nenhuma lesão gravosa, tendo-se verificado apenas a ocorrência de marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos) – alterações que consistem, genericamente, na calcificação das estruturas ligamentares em resultados da repetição de esforços mecânicos (Santos, 2011) – ligeiras no indivíduo 7/9.

O material osteológico disperso, apresenta um desafio importante, especialmente em contexto de escavação. De facto, o desenho de um perfil biológico deste tipo de espólio fica muito aquém daquele que é possível na presença de um indivíduo em articulação. O material em depósito secundário do Largo do Salvador apesar de apresentar concentrações mais importantes em determinadas zonas da vala foi encontrado em toda a sua extensão. Os maiores aglomerados ter-se-ão formado por acção humana, possivelmente para criar espaço para receber novos enterramentos ou no momento das intervenções urbanísticas.

A partir da análise preliminar levada a cabo no campo, com o intuito de registar elementos que pudessem por via do levantamento e transporte perder-se, realçamos a presença de um fémur com uma morfologia atípica, possivelmente patológica (fig. 11). A configuração deste osso terá resultado da sobreposição de camadas de osso novo, o que conduziu ao espessamento, aumento de densidade-peso e estriação longitudinal e irregular da diáfise (porção medial do osso). Esta descrição parece compatível com um quadro de sífilis ou doença de Paget, excluindo-se a osteomielite por não haver cloaca. Contudo, a avaliação paleopatológica deverá ser aprofundada em contexto de laboratório com o intuito de gerar, se possível, um diagnóstico mais seguro.

4. De acordo com a aplicação do método morfológico de diagnose sexual proposto por Ferembach et al. 1980.
5. Resultado obtido a partir da combinação dos métodos métricos propostos por Wasterlain, 2000 e Silva, 1991/1992 e o método morfológico proposto por Ferembach, 1980.



11. Fémur esquerdo com configuração atípica – maior espessamento da diáfise – recuperado dentre o material osteológico em depósito secundário (a: norma anterior; b: norma posterior).

No que diz respeito aos ossos longos, as lesões provocadas pela sífilis podem ser de duas naturezas: gomatosas e não-gomatosas (Campillo, 2001; Ortner, 2003). As primeiras caracterizam-se por apresentarem pequenas aberturas na zona do periósteo, ao passo que as não-gomatosas se identificam por exibirem um padrão de deposição/produção de osso muito acentuado o que provoca um espessamento associado a um maior peso e que permite caracterizar o osso como tendo sofrido deposição em placas, de osso novo (Campillo, 2001; Ortner, 2003). Esta característica está frequentemente associada a ossos com um grande revestimento muscular. Quando submetidos a análise radiológica será possível observar em ossos afectados por esta patologia um espessamento ao nível do canal medular que, em casos extremos, fica obstruído (Campillo, 2001; Ortner, 2003).

A Doença de Paget caracteriza-se por uma excessiva reabsorção e produção óssea que culminam num osso trabecular em *mosaico* (Campillo, 2001; Ortner, 2003; Queiróz, 1996). A doença de Paget pode ser monostótica caso envolva apenas um osso, ou polistótica se a afecção afectar vários ossos. Os elementos do esqueleto mais frequentemente envolvidos são a pélvis, o crânio, a coluna vertebral, o fémur e a tíbia, expressando-se as lesões nestes casos, de modo assimétrico (Campillo, 2001; Ortner, 2003; Queiroz, 1996).

Numa análise do espaço ocupado pela necrópole destacam-se ainda duas características. Por um lado, encontramos enterramentos que, podendo não ser simultâneos, são temporalmente muito próximos; por outro, regista-se material osteológico que não se apresenta em articulação, o que nos remete para um quadro de re-utilização do espaço.

De acordo com alguns autores (Duday, 2005a,b; Duday, 2006, Crubezy *et al.* 1990), este contexto funerário é compatível com o que se entende por "sepultura colectiva". Estas estruturas resultam de deposições que ocorreram ao longo do tempo, na ordem das dezenas ou centenas de anos. A análise arqueotanatológica revela-se, contudo, ineficaz sempre que os cadáveres não se apresentam em contacto directo (Duday, 2007; Duday, 2008).

Análises de contextos semelhantes, sobre os quais não é possível aceder a documentação histórica, têm vindo a revelar que espaços desta natureza formam-se em resposta a fenómenos abruptos de mortalidade. Contudo, a aferição destas circunstâncias só pode ser feita mediante a identificação de uma cronologia específica para os enterramentos. Desta forma, combinando os dados biológicos da população inumada, com os registos epidémicos e o perfil demográfico da morbilidade que caracteriza cada epidemia, será possível estabelecer uma relação mais precisa que justifique a origem destes espaços funerários (Castex, 2007; Castex, 2008).

De facto, as crises epidémicas que afectavam o território português durante as épocas medieval e moderna constituíam um grave problema, levando as autoridades locais e régias a impor formas de isolamento de grupos reconhecidos como de risco (Marques, 2010; Mattoso, 2010). As crises de mortalidade tiveram um impacto significativo nas questões demográficas, sendo os surtos epidémicos dos principais agentes deste fenómeno. Estes períodos de enfermidade prevalente, combinados com épocas de carestia alimentar, conflitos bélicos, maus anos agrícolas e a abertura do espaço nacional, fruto da política expansionista, concorreram também para a ocorrência de picos de mortalidade (Rodrigues, 2008a). Este padrão de permanente convivência com a doença e com a morte prolongou-se para o século XVIII, tendo prevalecido com um impacto ligeiramente menor no século XIX (Moreira, 2008; Rodrigues, 2008b).

Dentro deste quadro teórico, é possível compreender a ocorrência de espaços de inumação com uma grande concentração de indivíduos e a inexistência de evidências de uma ritualização que reflectiam um maior cuidado e investimento de tempo e recursos. Importa também não esquecer que a questão do estatuto social e acesso a tratamento diferenciado era igualmente evidente no momento da morte. A população mais pobre, dificilmente teria direito um enterramento num espaço individualizado e num invólucro funerário semelhante a um esquife.

Tendo em conta, a limitação da zona intervencionada, a escassez de dados cronológicos e de evidências históricas para o contexto em causa, apenas podemos avançar com estas interpretações.

4. RUA DOS AÇOUGUES

Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico na Rua dos Açougues (via de ligação entre a Sé e o Largo do Salvador), frente ao n.º 10A (fig. 1), surgiu o bocal circular de um silo, com uma pedra a cobri-lo. Não foi possível intervencioná-lo, devido às vicissitudes do acompanhamento arqueológico. Estava, como habitualmente, escavado no afloramento, e o sedimento era de tom castanho-avermelhado e compacto contendo elementos pétreos de pequena a média dimensão (fig. 12).

12. Boca de silo identificada na Rua dos Açougues.

Segundo Victorino d'Almada (1888-1891, p. 38), a Rua dos Açougues talvez fosse a antiga rua dos Mercadores, que no século XIII tinha uma acepção mais abrangente que a de hoje. Indicava os diversos estabelecimentos comerciais, fosse qual fosse o seu ramo de negócio. Sendo assim, a presença de um silo nesta zona da cidade poderia relacionar-se com a funcionalidade desta rua (Rodrigues e Pereira, 1995, p. 15). A existência destas *covas de pão* com funções de armazenamento era bastante frequente em contextos urbanos e rurais; refira-se, a título de exemplo, as que eram propriedade da Mitra de Évora em finais da Idade Média, uma delas aberta na câmara em que o Bispo dormia em Elvas (Beirante, 1995, p. 241).

5. ELVAS: DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO AOS DADOS HISTÓRICOS

"(...) Elvas é uma cidade de 12000 habitantes com um magnifico aqueduto e os Fortes de Santa Luzia e de La Lippe: é uma cidade militar; encontram-se ali arsenais, manufacturas de armas, fundições de canhões, hospitais e quartéis."

Lucien Vigneron, *À travers l´Espagne et le Portugal (notes et impressions)*, 1883[6].

Os vestígios arqueológicos detectados nestas intervenções denunciam a importância do valor patrimonial do centro histórico de Elvas, sobre o qual incidiram as intervenções do Largo do Salvador, da Parada do Castelo, do Largo dos Combatentes da Grande Guerra e da Rua dos Açougues. Esta riqueza e diversidade apresentou-se ao longo de todo o traçado em diversos pontos com sensibilidade arqueológica, traduzido em estruturas e estratos nem sempre compreendidos na integralidade, dada a destruição aquando da abertura primordial para colocação de infra-estruturas subterrâneas e as vicissitudes inerentes a este tipo de trabalhos.

A história moderna de Elvas esteve intimamente associada a contextos de guerra, pela posição privilegiada de defesa do território português. Refira-se nomeadamente o Cerco de Elvas de 1658-59, em que a população com receio das pilhagens se abriga no perímetro muralhado da cidade aumentando extraordinariamente o número de habitantes e deteriorando as condições de salubridade (Duarte, 2006, p. 49). A dificuldade de abastecimento de víveres sofrida durante o Cerco, coadjuvada pelo excesso de população, poderá estar na origem do aparecimento da peste. Esta terá dizimado

6. Ventura, António (Recolha, Introdução e Notas) (2008), *Elvas na Literatura de Viagens*, Câmara Municipal de Elvas.

a população e os soldados, atingindo por vezes 300 mortes diárias e afectando gravemente a capacidade de defesa da guarnição (Gama, 1965, p. 30; Serrão, 1984, p. 359-360; Duarte, 2006, p. 65). Episódios como este, embora impossíveis de aliar a situações concretas do registo arqueológico e antropológico, poderão ter estado na origem da necrópole do Largo do Salvador, cuja dimensão total foi impossível de aferir apesar da densidade concentrada em tão pequeno espaço. A par deste contexto seiscentista de reforço militar corresponderam importantes alterações arquitectónicas no urbanismo da cidade, motivadas pela construção da fortaleza abaluartada e respectivas estruturas de apoio, nas quais se integravam os quartéis da Parada do Castelo. As construções identificadas integram-se numa tipologia de edifício para albergue de tropas assaz difundida nesta época, nomeadamente em Elvas e nos espaços mais afectados pelas guerras da Restauração. Este papel de Elvas como espaço de fronteira vinha aliás de tempos mais remotos, motivando sucessivos reforços defensivos: nesta intervenção reconheceram-se as fundações da torre poligonal do castelo, erguida já com o propósito de responder aos novos desafios da arte da guerra, onde imperavam cada vez mais as armas de fogo.

O espaço contíguo ao castelo desempenhou um papel de destaque ao longo de séculos, pela sua implantação geográfica altaneira, sendo disso testemunho o registo material de sucessivos pisos e bolsas de materiais. Apesar do elevado grau de fracturação, das condições de deposição e do carácter do acompanhamento arqueológico, é possível reconhecer a densa ocupação do planalto que domina a cidade, adiantando o carácter destrutivo dos pisos modernos sobre os pavimentos medievais.

Os trabalhos arqueológicos no Largo dos Combatentes da Grande Guerra levaram à identificação de três estruturas ligadas ao sistema de drenagem de águas da cidade, associadas a uma via outrora dominada Rua do Cano, por ali passar o "Cano real", a actual Rua Sá da Bandeira, e conduzindo à porta onde anteriormente se terão erguidos os banhos islâmicos. Neste local, os vestígios de um pavimento lajeado e de um muro junto à Fonte da Prata deverão ter pertencido à já desaparecida ermida de São Vicente.

São, pois, pequenos fragmentos da vida e morte em Elvas que aqui se apresentam, obviamente limitados pelo carácter deste tipo de intervenção de salvamento, mas que ainda assim poderão ser um contributo para a história da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, V. (1888-1891) – *Elementos para um diccionario de geographia e história: concelho d´Elvas e extinctos de Barbacena, Villa Boím e Villa Fernando.* Vol.I, Elvas: Typ. Elvense, texto policopiado.

ALMEIDA, J. (1947) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, Vol. III (Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro)*, Lisboa, Edição do autor.

ARMAS, D. (1997) – *Livro das Fortalezas*, ANTT-INAPA, 2ª edição, Lisboa.

BARROCA, M. (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-E-Minho (séculos V a XV)*. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

BEIRANTE, M. (1995) – *Évora na Idade Média*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, p. 241.

BUIKSTRA, J. E. e UBELAKER, D. H. (1994) – *Standards: for data collection from human skeletal remains - Proceedings of a Seminar at The Field Museum of Natural History*. Arkansas.

CAMPILLO, D. (2001) – *Introducción a la paleopatología*. Barcelona, Bellaterra Arqueologia.

(1991) – *Castelo de Elvas*. Invest. e textos de Natália Pinto, Mário Pereira, António Nabais; coord. Francisco Silva Alves, Luzia Afonso; fotogr. Natália Pinto, José António Silva. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

CASTEX, D. (2007) – Les anomalies démographiques: clefs d'interprétation des cimetières d'épidémies en archéologie. *In*: Castex, D. Cartron, I. (ed.) *Épidémies et crises de mortalité du passé*. Bordeaux, Ausonius Éditions: 109-138.

CASTEX, D. (2008) – Identification and interpretation of historical cemeteries linked to epidemics. *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 23-48.

(Dez.1948) – *Castelo de Elvas.* Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, n.º 54, CD-ROM.

CONCEIÇÃO, M. (2002) – *Da Vila cercada à Praça de Guerra. Formação do Espaço Urbano em Almeida. Séculos XVI-XVIII*, Livros Horizonte.

CORREIA, F. (2002) – O sistema defensivo da Elvas Islâmica, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Coord. Isabel Cristina Fernandes, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, p. 357-368.

DENTINHO, M. (1989) – *Elvas. Monografia*, Câmara Municipal de Elvas.

DUARTE, A. (2006) – *Linhas de Elvas 1659. Prova de Força*. Batalhas de Portugal, Tribuna da História, 2ª edição revista e aumentada.

DUDAY, H. (2005a) – L'archaéothanatologie ou l'archéologie de la mort. *In*: Dutour, O.; Hublin, J.-J. Vandermeersch, B. (ed.) *Objets et méthodes en Paleoanthropologie*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques: 153-215.

DUDAY, H. (2005b) – *Lezioni di archaeotanatologia: archeologia funeraria e antropologia di campo*. Roma, Soprintendenza archeologica di Roma/Ecole Française de Rome.

DUDAY, H. (2007) – Les preuves archéologiques d'une crise brutale de mortalité: simultanéité du dépôt de cadavres, simultanéité des décès? *In*: Castex, D. Cartron, I. (ed.) *Épidémies et crises de mortalité du passé*. Bourdeaux, Ausonius Éditions: 15-21.

DUDAY, H. (2008) – Archaeological Proof of an Abrupt Mortality Crisis: Simultaneous Deposit of Cadavers, Simultaneous Deaths? *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: Past human infections*. Verlag, Berlin, Heidelberg, Springer: 49-54.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I. e STLOUKAL, M. (1980) – Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9: 517-549.

FIEL, E. e GARRINHAS, J. (2005) – Uma visão histórica da evolução urbana da cidade de Elvas, in *Caia, Revista Internacional de Cultura e Ciência,* n.º 3, Câmara Municipal de Elvas e Edições Colibri, p.87-112.

GAMA, E. (1956) – *As cortes de Elvas em 1361*, Minerva Comercial, Évora.

GAMA, E. (1963) – Roteiro Antigo de Elvas, *À sombra do aqueduto. Estudos elvenses,* 1.ª Série, Elvas.

GAMA, E. (1972) – Roteiro Antigo de Elvas, *À sombra do aqueduto. Estudos elvenses,* 3.ª Série, Elvas.

GAMA, E. (1965) – A vida quotidiana em Elvas durante o Cerco e a Batalha das Linhas de Elvas, *À Sombra do Aqueduto, Estudos elvenses,* 49p., Elvas.

(1943) – *Inventário Artístico de Portugal*. Tomo I, Distrito de Portalegre, A.N.B.A., Lisboa.

MARQUES, A. (2010) – *A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. Lisboa, A esfera dos Livros.

Mata, J. (1859) – *Anaes de Elvas ou Apontamentos Históricos para a topografia Elvense ou breve descrição física, política e histórica da Nobre e sempre Leal Cidade de Elvas*, texto policopiado da Biblioteca Municipal de Elvas.

MATTOSO, J. (2010) – O corpo, a saúde e a doença. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *Histórias da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 348-374.

MOREIRA, M. J. G. (2008) – O século XVIII. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da População Portuguesa*. Porto, CEPSE e Edições Afrontamento: 245-287.

MOREIRA, R. (1989) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, p.99.

MORGADO, F. (1993) – Elvas. Praça de Guerra. Arquitectura Militar. *Caderno Cultural* nº7, Câmara Municipal de Elvas e Grupo de Apoio e dinamização Cultural de Elvas.

ORTNER, D. J. (2003) – *Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains*. London, U.K, Academic Press.

PIRES, A. (1924) – As ruas d´Elvas: excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense, *Estudos e notas elvenses* n.º 12, Elvas: António José Torres de Carvalho.

QUEIRÓS, M. V. (1996) – *Reumatologia Clínica*. Lisboa, LIDEL.

RODRIGUES, J. e PEREIRA, M. (1995) – *Elvas. Cidades e Vilas de Portugal*, Editorial Presença.

RODRIGUES, T. F. (2008a) – As vivissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da População Portuguesa*. Porto, CEPESE e Edições Afrontamento: 159-246.

RODRIGUES, T. F. (2008b) – O século XIX. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *A História da População Portuguesa*. Porto, CEPSE e Edições Afrontamento: 327-416.

SANTOS, A. L.; CUNHA, E.; DÂMASO, N. e MARRAFA, C. (1991/1992) – Ficha antropológica a utilizar na escavação. *Antropologia Portuguesa*, 9: 10-67.

SANTOS, A. L.; CARDOSO, F.; ASSIS, S. e VILLOTTE, S. (2011) – The Coimbra Workshop in Musculoskeletal Stress Markers (MSM): an annotated review. *Antropologia Portuguesa*, 28: 135-161.

SCHEUER, L. e BLACK, S. (2000) – *Developmental Juvenile Osteology*. USA, American Press.

SERRÃO, J. (1984) – Cerco de Elvas (1658-59), in *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, p.359-360.

SERRÃO, J. e MARQUES, A. (1998) – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Coord. João José Alves Dias, Nova História de Portugal, Vol. V, Editorial Presença.

SILVA, A. (1991-1992) – Determinação do sexo e estimativa da estatura a partir do calcâneo, talus e metatarsianos. *Antropologia Portuguesa*, 9-10: 59-65.

VENTURA, A. (2008) – *Elvas na Literatura de Viagens*, Câmara Municipal de Elvas. (Recolha, Introdução e Notas).

WASTERLAIN, R. (2000) – *Morphé: análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Tese de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

http://www.monumentos.pt/, "castelo de Elvas" e "núcleo urbano de Elvas".

A INTIMIDADE PALACIANA NO SÉCULO XVII

OBJECTOS PROVENIENTES DE UM ESGOTO DO PAÇO DOS LOBOS DA GAMA (ÉVORA)[1]

GONÇALO LOPES Técnico de Arqueologia. g.simoeslopes@gmail.com
CONCEIÇÃO ROQUE Arqueóloga. mcvroque@hotmail.com

RESUMO O actual Paço dos Lobos da Gama foi construído nos inícios do século XVII, junto ao mosteiro de Santa Clara, para albergar a família que lhe deu o nome, estabelecida em Évora na centúria anterior.
Em 2008, em virtude das obras de recuperação e adaptação do antigo Paço dos Lobos da Gama a um condomínio, toda a zona a construir teve de ser escavada em área, revelando um potencial arqueológico anteriormente insuspeito por se tratar de um sítio bastante marginal à Cerca Velha.
As escavações do espaço que terá sido outrora o jardim, revelaram numerosas estruturas de várias épocas, que cobrem uma diacronia do Baixo-império até à época contemporânea.
No lado nordeste do Paço, surgiu uma conduta de esgoto, que serviria para recolher as águas residuais do imóvel e na qual foram exumados centenas de fragmentos de vidro, cerâmicas modeladas e peças de toucador.
Os conjuntos vítreo e cerâmico, são muito expressivos para a época moderna e de grande importância para perceber a composição material do quotidiano privado de uma casa nobre deste período.

PALAVRAS-CHAVE Évora, palácio, esgoto, objectos do quotidiano

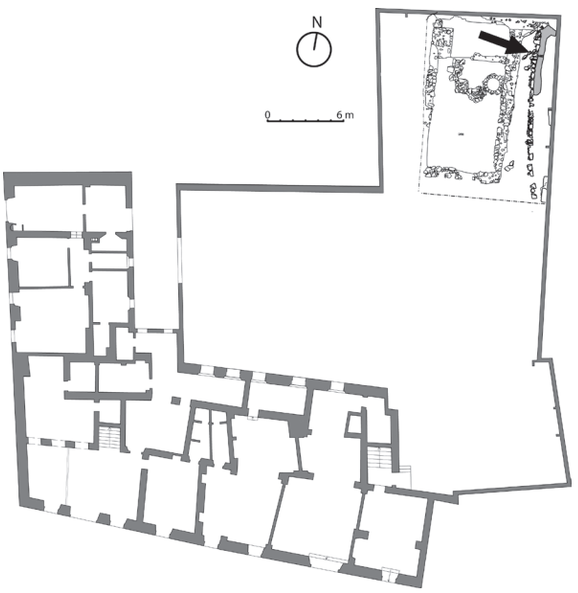
1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2008, em virtude das obras de recuperação e adaptação do antigo Paço dos Lobos da Gama a condomínio privado, toda a zona a construir teve de ser escavada em área, revelando um conjunto de estruturas e contextos que vão dos séculos I – II d.C. ao final da época moderna. Nos inícios do século XVII a família Lobo da Gama, estabelecida em Évora na segunda metade do século XVI, faz construir a sua residência num espaço ao lado do mosteiro de Santa Clara, onde se ligava por um arco e passadiço lançado sobre a travessa que separa ambos os imóveis. O palácio, de razoáveis dimensões, era dotado de várias câmaras, escadaria principal, capela e logradouro que serviria à época como horto de recreio.
A escavação decorreu em três fases que se sucederam à medida que a obra foi progredindo, resultando daqui a subdivisão do espaço intervencionado em três sectores distintos mas todos contíguos.
Numa primeira fase, os trabalhos foram dirigidos por Susana Dias, sendo escavados os sectores 1 e 2, seguidos pela intervenção dos sectores 3 a 5, da responsabilidade de Gerardo Vidal Gonçalves, sendo os trabalhos do sector 6 dirigidos por Conceição Roque. Os materiais em apreciação provêm de uma conduta de esgoto descoberta aquando da escavação deste último sector. Esta conduta de esgoto, segmentada por revolvimentos contemporâneos, estava preenchida por areão grosseiro, muito lavado, impregnado de fosfatos e embalava uma grande quantidade de fragmentos de

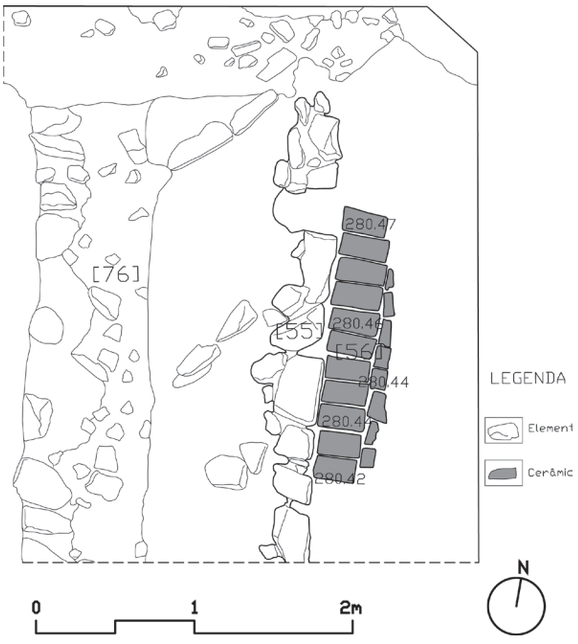
1. Localização geográfica da cidade de Évora e implantação do Paço dos Lobos da Gama na malha urbana.

1. Os autores assumem a inteira responsabilidade por não seguir as normas do acordo ortográfico de 16 de Dezembro de 1990.

vidro, faiança, cerâmicas modeladas e alguns objectos particulares ou de uso pessoal.
A conduta, a que se atribuiu a U.E. 56, estava construída com tijoleiras que estruturavam o fundo. As paredes e a cobertura haviam-se perdido aquando da regularização do piso (em cimento) do logradouro para a construção de um campo de jogos, que funcionou até alguns anos antes da intervenção. Os 2 m conservados da estrutura foram registados no canto noroeste do espaço.
A cobrir a [56] estava o sedimento atrás referido, a que se atribuiu a U.E. 43, distribuído numa mancha ablonga que seguia o anterior traçado da conduta passando, no entanto, muito além da parte conservada da estrutura.



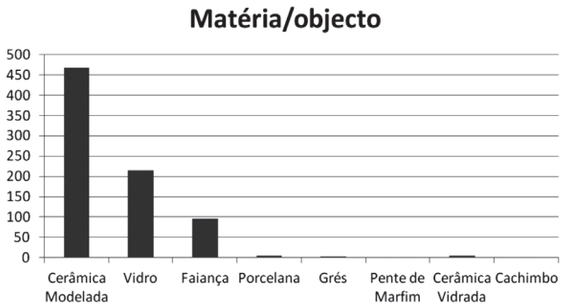
2. Planta do Paço dos Lobos da Gama com a [43] assinalada no canto nordeste.



3. [56] constituída pelo fundo da conduta de esgoto, estruturada com tijoleiras.

2. MATERIAIS

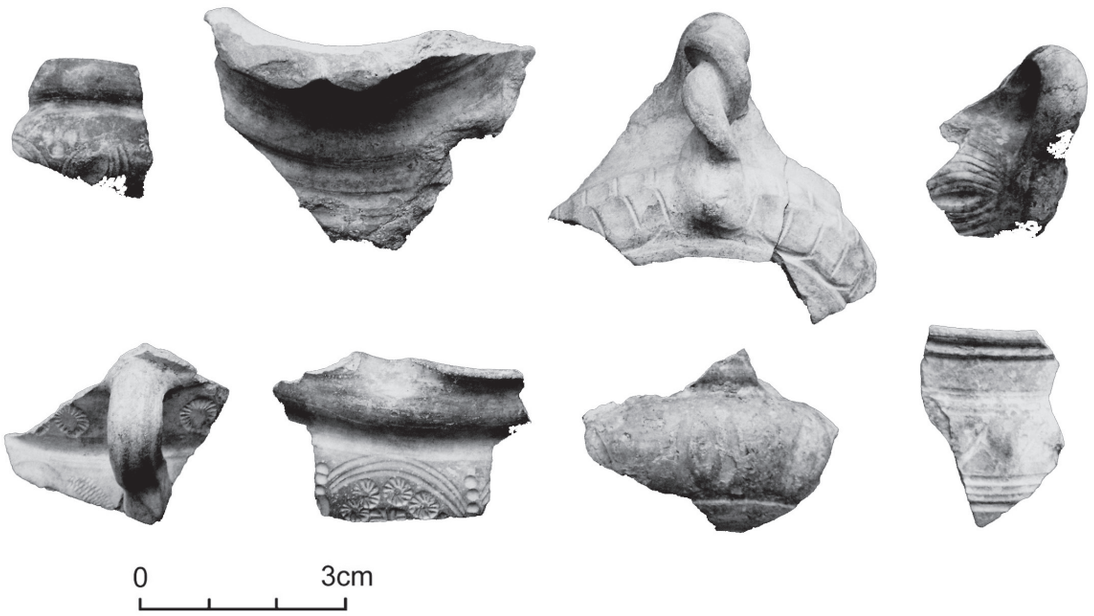
Os materiais exumados nesta unidade estratigráfica [43] estavam na sua grande maioria fragmentados, não sendo possível obter formas ou perfis completos o que leva a concluir que boa parte terá sido atirada para dentro da conduta, já fragmentada.
No entanto, percebe-se que se trata de pequenos objectos de toucador e/ou botica, recipientes para conter doces e preparados farmacêuticos e ligados à higiene pessoal.
Foram contabilizados 801 fragmentos, os quais resultam da recolha total dos materiais obtidos neste contexto. O grupo mais representativo é constituído por fragmentos de cerâmica modelada, que excede a metade do universo em apreciação. Seguem-se os vidros e os fragmentos de faiança, sendo os outros grupos estatisticamente pouco representativos, embora com grande significado contextual.



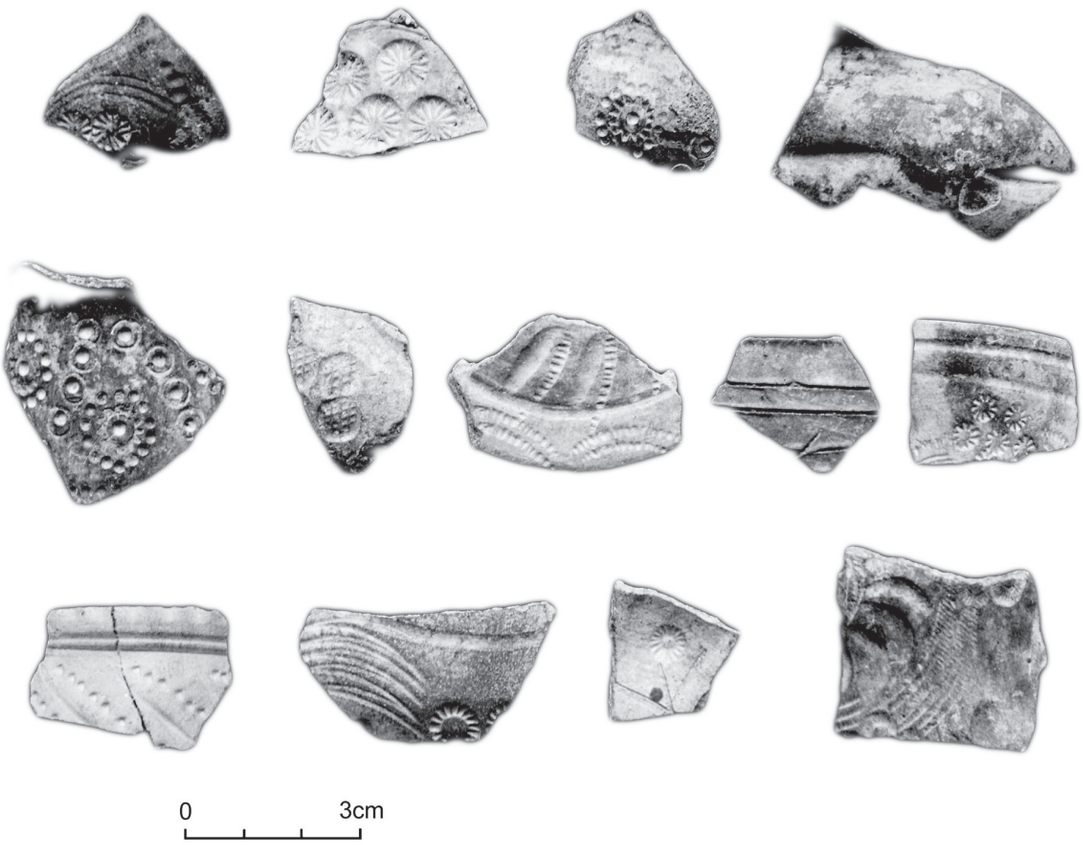
4. Gráfico de distribuição dos materiais da [43] do Paço dos Lobos da Gama.

2.1 Cerâmica modelada

Este grupo, ao qual se convencionou chamar "cerâmica modelada", caracteriza-se pela predominância de formas abertas, com decoração exuberante, muitas vezes apelidada de "barroca". Curiosamente, o estudo mais completo sobre este tipo de cerâmica também incide sobre um contexto de esgoto, do mosteiro de Santa Clara de Moura (Rego e Macias, 1993).
O seu expectro cronológico parece ir dos finais do século XVI até ao final do terceiro quartel do século XVIII. Não foi identificado nenhum centro produtor específico, embora seja sugerida a região de Lisboa, atendendo às características da pasta, geralmente alaranjada, pouco grosseira e, por vezes, com alguns grãos de quartzo rolado, típicos dos barreiros do vale do Tejo. Não apresentam nenhum tipo específico de tratamento das superfícies, exceptuando a própria decoração e modulação dos volumes.



5. Principais formas da cerâmica modelada (taças).



6. Exemplos de motivos e técnicas decorativas da cerâmica modelada.

Estas características estão presentes nos objectos do Paço dos Lobos da Gama, embora o aspecto exterior tenha mudado de laranja para castanho-escuro devido à exposição prolongada à acidez e aos fosfatos provenientes dos dejectos.

Dos 468 fragmentos exumados 247 são passíveis de identificação segura. Verifica-se que a esmagadora maioria (224) são peças de perfil aberto (taças), o que é compatível com as representações iconográficas da época, que as mostram quase sempre como recipientes de embalar doces.

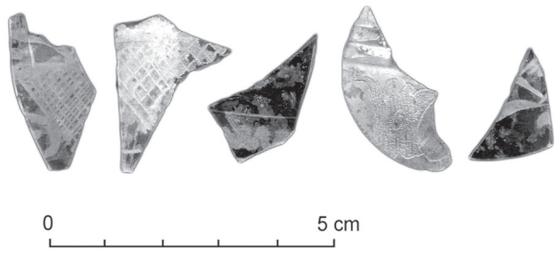
As peças restantes são fragmentos de jarrinhos, pequenas garrafas ou potes de perfil ligeiramente aberto, que poderiam conter conservas ou fármacos.

A decoração destes objectos é bastante cuidada, dada a fragilidade dos mesmos e cobre todo o espaço disponível, sendo o reportório muito diversificado: bordos e bases moldurados, estampilhas, ônfalos e incisões, asas torsas, etc.

2.2 Vidros

Este é o segundo grupo mais representativo, contando com 216 fragmentos, dos quais são identificáveis 78, repartidos entre frascos, garrafas, taças, etc.

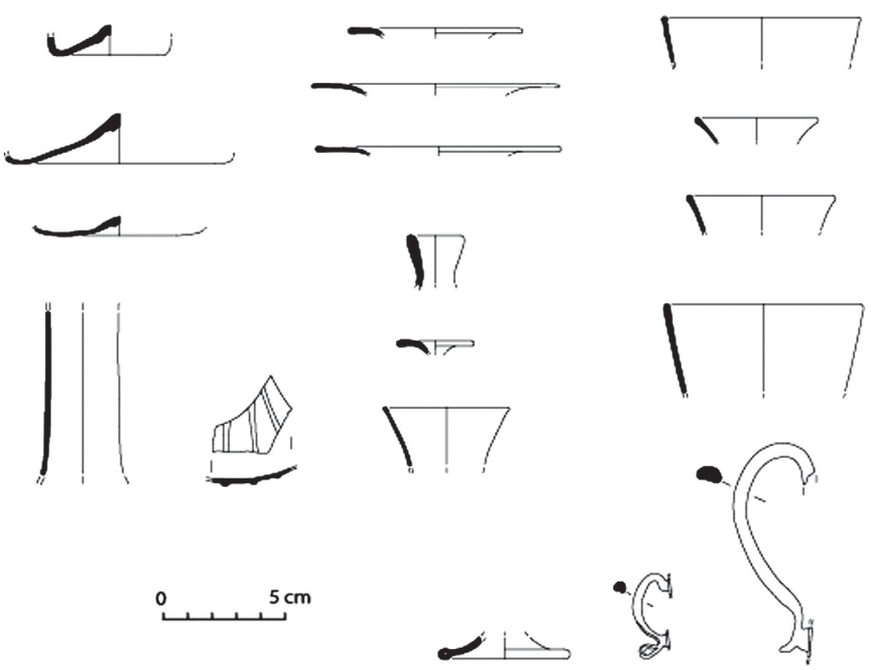
Mais uma vez há a predominância de peças de perfil fechado relacionados certamente com um uso medicinal, embora seja de registar vasilhame destinado ao consumo de bebidas: cálices e copos.



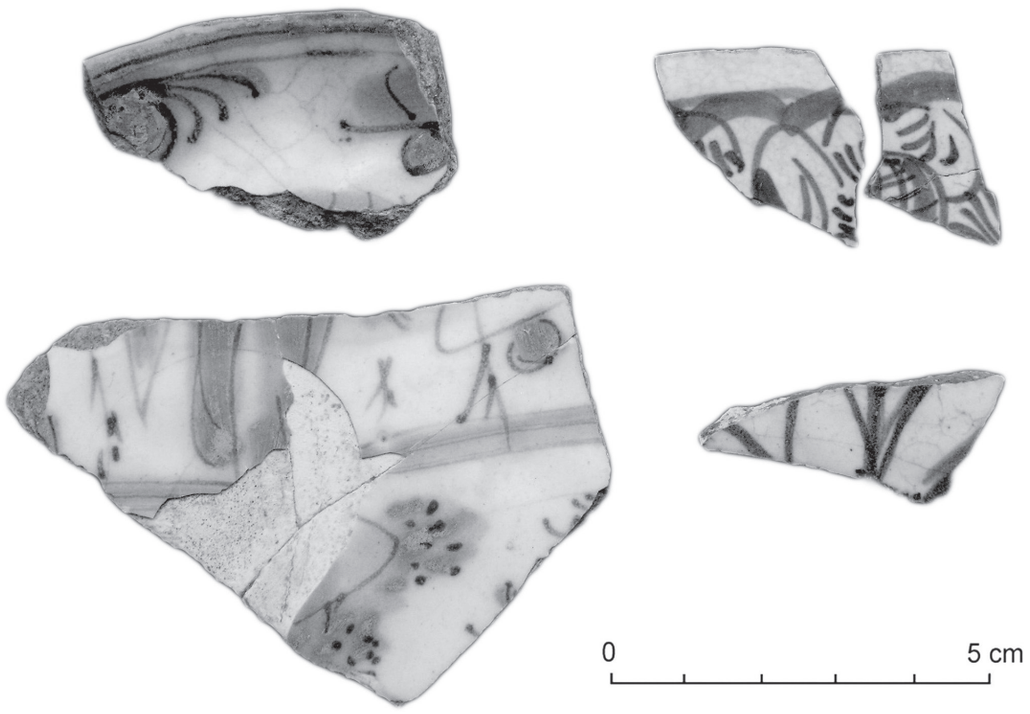
8. Fragmentos de vidro incolor gravado.

O vidro é, na sua esmagadora maioria, de cor verde seguido do incolor. É importante referir que grande parte do vidro identificado como "incolor", apresenta uma ténue coloração verde, resultando de uma inábil imitação local do chamado vidro à "*façon de venise*", começado a produzir no princípio do século XVI nas ilhas venezianas. Este efeito era obtido com uma leve impregnação de manganês (o chamado "sabão de videiro") na pasta vítrea para eliminar os resíduos de óxido de ferro que davam a tonalidade esverdeada ao produto final. Esta variedade de vidro foi levada poucas décadas depois para vários pontos da Europa por mestres vidreiros emigrados da Itália.

Com efeito, foram descobertos alguns fragmentos de cálices fabricados à "*façon de venise*", no Paço dos



7. Formas mais representativas de recipientes de vidro encontrados na escavação, com predominância de de taças e frascos/garrafas.

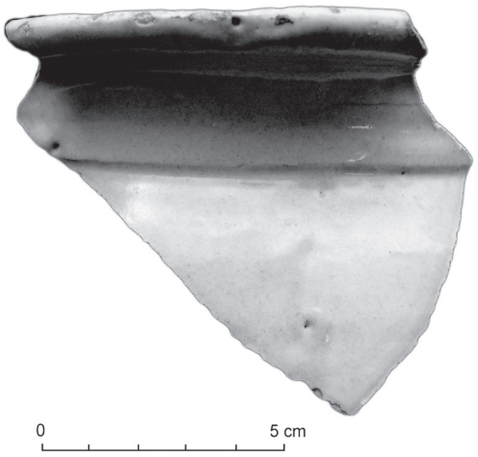


9. Faiança portuguesa. A azul e vinoso, peças de meados do século XVII. Os fragmentos de pintura azul datam do 1º quartel do século XVII.

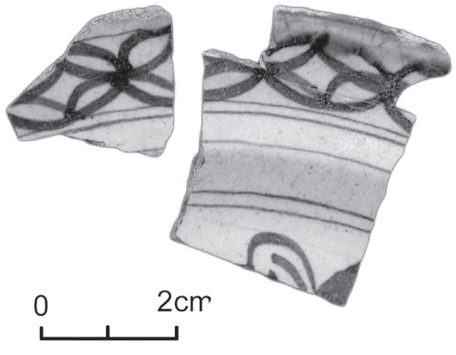
Lobos da Gama, tendo um decoração gravada, de provável importação.
Apareceram ainda escassos fragmentos de vidro azul, dos quais dois anéis e duas contas de vidro branco opaco (*lattimo*), pertencentes provavelmente a um rosário.
É de referir que alguns fragmentos de vidro verde intenso poderão pertencer a garrafas de vinho, de corpo globular, designadas de "onion bottles", fabricadas um pouco por toda a Europa do Norte.

2.3 Faiança

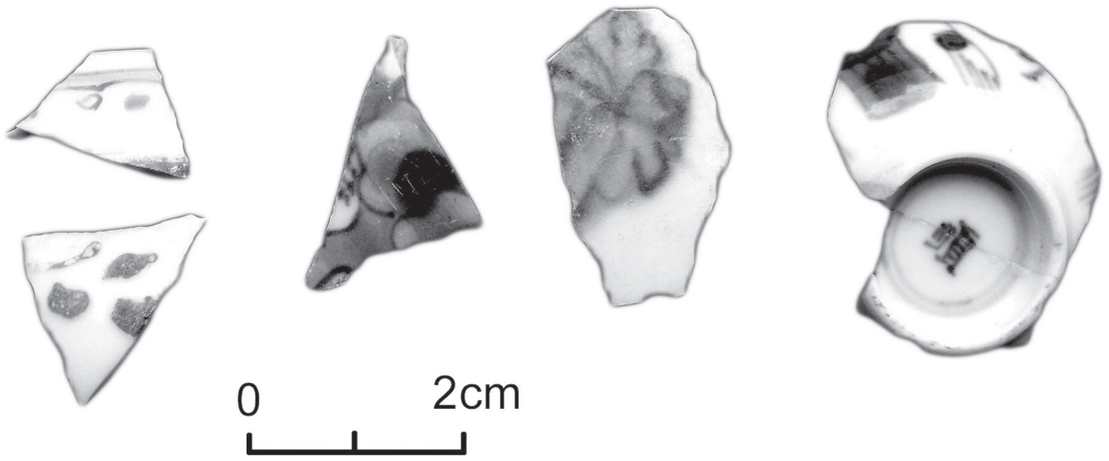
O terceiro grupo mais numeroso é constituído por diversos fragmentos de faiança azul e branca e azul e vinoso, sugerindo uma cronologia do primeiro quartel a meados do século XVII.
As formas são pouco diversificadas, predominando os pratos de diversos tamanhos, tigelas em escasso número, taças e um fragmento de bacio ligado indubitavelmente à higiene quotidiana do espaço (Leal e Ferreira, 2006-2007, p. 99). Devido ao elevado grau de fragmentação não foi possível aferir a existência concreta de objectos ligados a fins medicinais, como o sejam as mangas de farmácia. No entanto, os dois fragmentos de especieiro, que entre o espólio do mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra são classificados como cadinhos farmacêuticos (Leal e Ferreira, 2006-2007, p. 106), poderá levar a uma idêntica interpretação para os objectos em questão.



10. Bordo de bacio em faiança branca ("malagueira").



11. Bordo de pequeno prato de faiança holandesa.



12. Fragmentos de porcelana chinesa. À direita, pequeno copo usado provavelmente como cálice ministerial.

Curiosamente, apareceu parte do bordo de um pequeno prato de fabrico holandês, pintado a azul, cuja pasta difere da das restantes faianças e vem lançar novamente a questão da importação de faiança dos Países Baixos, no século XVII.

2.4 Porcelana

Os fragmentos de porcelana neste contexto são bastante residuais e só uma das peças permite a reconstituição quase total da sua forma. Trata-se de uma pequena taça azul e branca associada ao consumo de vinho de arroz, produzida provavelmente no final da dinastia Ming, ou já no chamado Período Transicional (meados do século XVII). Apresenta uma marca no fundo e está decorada com pequenas figuras de difícil interpretação. Devido ao seu pequeno tamanho, poderá ter servido como cálice para administrar fármacos.
Dos restantes fragmentos, em número de quatro, dois são de pintura azul com motivo incaracterístico e os restantes estão decorados com esmalte colorido, "rouge de fer" e dourado, podendo corresponder a taças com decoração da "família verde" do final do período Kangxi (1661-1722).

2.5 Cerâmica comum vidrada

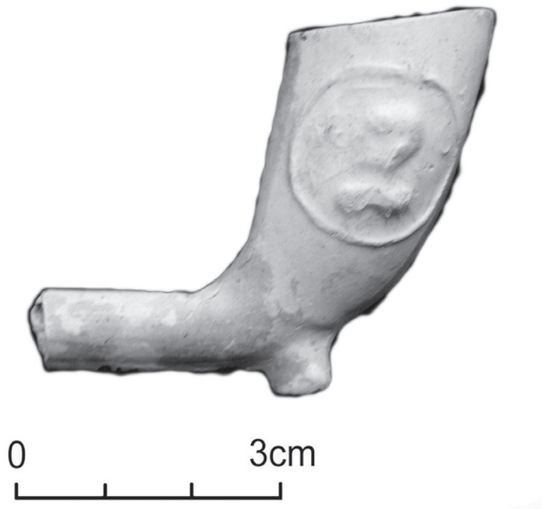
Este tipo de cerâmica, é pouco abundante, tendo sido recuperados apenas 9 fragmentos, dos quais 3 são intrusões de contextos contíguos, constituídos por dois fragmentos de prato de vidrado melado com traços de manganês, dos inícios do século XVI, e um bordo de vidrado melado de época islâmica.
Os fragmentos remanescentes, são contempoâneos do resto dos materiais e apresentam as típicas pastas locais castanhas, com abundância de feldspato. O vidrado é aplicado sobre engobe mais claro e é invariavelmente amarelo com escorridos verdes. Correspondem exclusivamente a pequenos potes de 2 asas junto ao colo e, mais uma vez, podem ter contido fármacos ou conservas (Leal e Ferreira, 2006-2007, p. 97).

2.6 Objectos de uso particular

Nesta categoria incluem-se 5 peças muito específicas, de uso pessoal/particular: um pente, uma fornalha de cachimbo e três fragmentos de garrafa em grés.
O pente foi fabricado em marfim, com duas fiadas de dentes, distribuidos de forma muito apertada, o que sugere um vulgar pente de extrair piolhos, ainda frequente nos dias de hoje.

13. Pente em marfim.

No que se refere ao cachimbo, conservou-se a fornalha intacta, em caulino, que apresenta marca de fabrico que não foi possível identificar; consiste num pequeno busto envolvido por uma moldura circular, num dos lados da fornalha e não na base, como era usual. Deverá ser de produção inglesa/ holandesa ou, mais provavelmente, bávara (Mehler, 2009), do último quartel do século XVII.



14. Fornalha de cachimbo de possível produção bávara.

Por fim, fechando o ciclo dos materiais do Paço dos Lobos da Gama, temos três fragmentos de garrafas tubulares em grés castanho, revestidas de vidrado salino, produzidas na Alemanha ou Inglaterra destinadas, talvez, a conter essências.

CONCLUSÃO

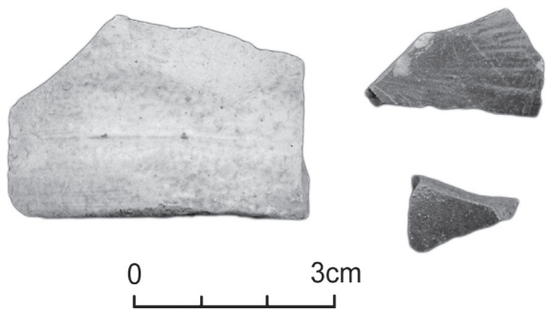
Como pudemos ver, o contexto arqueológico do Paço dos Lobos da Gama é bastante limitado em termos espaciais e, não se encontrava preservado na sua totalidade e não revela de forma integral toda a realidade do imóvel. Convém ainda não esquecer de que se trata de uma acumulação proveniente do despejo de resíduos e dejectos do espaço habitacional propriamente dito, mas é a partir destes pequenos objectos que podemos reconstituir a intimidade quotidiana que escapa à história dos espaços palatinos da Modernidade.

Pela natureza e fragmentação dos materiais exumados neste esgoto, conclui-se que a sua maioria é resultado do descarte rápido e deliberado de objectos de uso estritamente pessoal, os quais não conviria conservar, esgotado o seu conteúdo, como o sejam contentores ou manipuladores de fármacos.

Por outro lado, objectos ligados à higiene, por exemplo os bacios, pentes, frascos de essências, contentores de fluídos corporais e dejectos, deveriam ser susbstituídos regularmente, pela sua rápida degradação ao uso, ou pela necessidade de não serem reutilizados devido ao tipo de matérias aí contidas.

A este propósito convém desfazer o mito da inexistência de lugares apropriados a despejo de dejectos em ambientes palacianos. Como é óbvio, pelo menos desde os finais da Idade Média que qualquer grande edifício civil ou religioso era dotado de latrinas e condutas de esgoto, vejam-se dois exemplos próximos a Évora: a Torre das Águias (início do século XVI - Brotas – Mora), cuja latrina se encontra no primeiro piso do imóvel ou, o mosteiro de Nª. Srª. do Castelo das Covas de Monfurado (início do século XVIII – Escoural – Montemor-o-Novo) com uma bateria de latrinas no piso superior e com o sistema de esgoto perfeitamente conservado. Porém, na verdade, estes espaços servem para isso mesmo: para despejar os dejectos e os lixos pessoais, criados no interior das câmaras em privado e raramente para utilização directa.

Outra razão para deitar dentro do esgoto grande quantidade de determinados objectos, poderá estar relacionada ainda com hábitos de crítica e controle social. Determinadas práticas eram consideradas pouco virtuosas para a mentalidade da época, como o sejam o excessivo consumo de doces, o vício de fumar ou o uso e abuso de perfumes, tão depreciados na literatura moralizante do século XVII.



15. Fragmentos de garrafas de grés.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, M. A. (2004) – Espólio vítreo da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 541-583.

FERREIRA, M. A. (2005) – O uso de vidraria em *Sellium* e em Tomar: as descobertas arqueológicas recentes em relação com a História do Vidro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 387-431.

LEAL, C. e FERREIRA, M. A. (2006-2007) – Cuidados de higiene e saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do mosteiro de Santa Clara a Velha de Coimbra. *Portugália*. Porto. 2.ª série. XXVII – XXVIII, p. 89-118.

MEHLER, N. (2009) – The archaeology of mercantilism: clay tobacco pipes in Bavaria and their contribution to an economic system. *Post-Medieval Archaeology*. s.l. 43: 2, p. 261-281.

REGO, M. e MACIAS, S. (1993) – Cerâmicas do século XVII do convento de Sta. Clara (Moura). *Arqueologia Medieval.* Porto. 3, p. 147-159.

EVIDÊNCIAS DE ÉPOCA MODERNA NO CASTELO DE CASTELO BRANCO (PORTUGAL)

CARLOS BOAVIDA **Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve**

RESUMO Em Fevereiro de 1979, um aluimento de terras na alcáçova de Castelo Branco, junto à Igreja de Santa Maria, provocado por um temporal, expôs diversos vestígios arqueológicos.
Com o objectivo de investigar a história do local, foi organizada uma intervenção arqueológica, entre 1979 e 1984, durante a qual se identificou uma necrópole de fundação medieval. A utilização desta ter-se-à prolongado pelo menos até ao final da Época Moderna, sendo dessa cronologia a maior parte dos materiais encontrados. Foram igualmente colocados à vista os alicerces de estruturas das quais não foi possível aferir a função.
Apesar de não ter sido elaborado o devido registo estratigráfico e dos resultados, do ponto de vista estrutural, terem sido demasiado modestos, foi recolhido numeroso e diversificado espólio. Além das usuais cerâmicas, foram recuperados objectos metálicos, em vidro, osso, azeviche e cabedal, juntamente com numismas, estelas funerárias e restos de fauna mamalógica.
Quase três décadas volvidas, o signatário elaborou dissertação de Mestrado em Arqueologia, cujo principal objectivo foi o estudo do espólio recuperado nessa e noutra pequena intervenção preventiva em 2000.

PALAVRAS-CHAVE **Cerâmica, metais, vidro, cabedal, estelas funerárias**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A vila de Castelo Branco, graças ao facto de ter sido sede da Ordem do Templo entre 1215-1314, teve um franco desenvolvimento ao longo da época medieval.
Durante o reinado de D. Afonso IV teve lugar a ampliação das muralhas daquela urbe, uma vez que os seus arrabaldes eram então bastante extensos e se encontravam à mercê de eventuais ataques castelhanos (Gonçalves, 1965, p. 6-8).
Essa muralha surge representada, nos inícios do século XVI, nos debuxos de Duarte d'Armas, precedida por uma barbacã mandada construir, por volta de 1490, pelo futuro rei D. Manuel I, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo (Gomes, 2001[2], p. 69).
Nessas imagens do Livro das Fortalezas podemos observar o aspecto da extensa vila medieval no início do período moderno. Na parte alta estava o castelo de origem templária, onde se encontrava o Palácio dos Alcaides, a torre de menagem poligonal e a Igreja de Santa Maria (apenas representada em planta). Toda a vila era rodeada por uma alta muralha, onde se abriam diversas portas (Vila, Relógio, Espírito Santo, Esteval, e Santiago). Ao redor da vila, em torno dos edifícios religiosos que aí existiam, onde se destaca a Igreja de São Miguel, também ela de fundação templária, desenvolviam-se alguns arrabaldes, como o dos oleiros.
Terá sido também nesta época que foi construída a Praça Velha, no coração do actual centro histórico, onde foram erguidos os Paços do Concelho e o Pelourinho, juntamente com o Celeiro da Ordem de Cristo, aí erguido eventualmente devido aos mais fáceis acessos aos campos do termo da vila. A partir de 1492, em Castelo Branco, tal como na maioria das localidades raianas, houve um acentuado aumento populacional devido à expulsão de judeus e mouriscos de Castela, que passaram a viver em Portugal sob o véu de cristãos-novos depois de 1497 (Dias, 1998, p. 48-49).
Em 1510, D. Manuel I renovou o foral da vila que se tornou notável em 1535, no reinado do seu filho, D. João III, durante a reorganização administrativa de 1532--1536, que também a tornou cabeça de comarca por ser uma das maiores e mais populosas da província da Beira (Dias, 1998, p. 35).
Castelo Branco foi duramente afectada pelos conflitos bélicos que tiveram lugar ao longo dos séculos XVII--XVIII: Guerra da Restauração (1640-1668), Guerra da Sucessão Espanhola (1703-1713) e Guerra dos Sete Anos (1756-1763).
Tanto as muralhas como a alcáçova foram várias vezes parcialmente destruídas e incendiadas, sendo consecutivamente reconstruídas, apagando assim, a pouco e pouco, os vestígios das estruturas mais antigas. Ao longo de todo este período, o perfil da vila pouco

se alterou, nunca ultrapassando o perímetro definido pelas capelas e ermidas existentes nos arrabaldes.
Assim, em 1770/71, quando Castelo Branco foi elevada a cidade, sede de bispado, a Igreja de Santa Maria do Castelo, até aí a matriz da paróquia, foi preterida em relação à Igreja de São Miguel. Esta, localizada fora de portas, pelo menos desde o século XIII, foi então reestruturada (Conceição, 1994). O mesmo sucedeu com a quinta de recreio do Bispo da Guarda, igualmente fora de portas, que se tornou no Paço Episcopal.
Em 1807, durante a I Invasão Francesa, Junot e o seu exército pernoitaram na cidade, na sua marcha para Lisboa, espoliando-a totalmente. No ano seguinte, com o auxílio de um contingente inglês que se instalou para o efeito, a cidade foi libertada.
Nessa altura, a alcáçova voltou uma vez mais a ser destruída em grande parte, perdendo toda a sua importância estratégica. A cidade crescia na parte baixa, pelos campos em seu redor, como se pode observar numa pintura da autoria de Cumberland datada de 1823 (Hormigo, 1983, p. 5-7 e 31).
Às Invasões Francesas sucedeu-se a Guerra Civil, cujos efeitos, localmente, foram acima de tudo ao nível das mentalidades. Dessa forma, devidamente autorizada pela edilidade (Oliveira, 2003, p. 42-50), na senda de destruição dos símbolos do poder absolutista anteriormente vigente, foi levada a cabo a demolição das portas da cidade e de parte das muralhas, principalmente na zona da alcáçova, que foi praticamente desmontada na íntegra. As poucas estruturas que sobreviveram ao camartelo foram demolidas após a sua ruína na consequência de diversos temporais. A igreja de Santa Maria do Castelo foi reconstruída, mas encontra-se totalmente descaracterizada em relação ao que seria originalmente.
Em consequência da extinção das ordens religiosas em 1834, foram igualmente desactivadas e desmontadas várias capelas e ermidas; situação que se acentuou em 1881, com a extinção do bispado por breve apostólico do papa Leão XIII e mais tarde, com a separação da Igreja do Estado, durante a I República.

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS[1]

A exposição de diversos vestígios arqueológicos, devido a um aluimento de terras provocado por um temporal, levou a que em 1979 se tenham organizado escavações no adro da Igreja de Santa Maria do Castelo, que se prolongaram ao longo dos verões seguintes até 1984. Inicialmente limitados àquele local, os trabalhos acabaram por se alargar a toda a área sul e sudoeste da igreja.
Embora no local do aluimento (Q. 118) os materiais se encontrassem muito misturados e estratigraficamente descontextualizados, no resto da estação a situação era diferente, se bem que não tenha sido feito o registo preciso da estratigrafia identificada.
Ao longo da fachada sudeste foi colocada à vista a necrópole do templo, na qual as inumações se encontravam muito danificadas não só pela presença de árvores no local, mas também devido a uma terraplanagem efectuada aquando da construção da estrada no local.
Atravessando a necrópole, paralela à fachada da igreja e com uma ligação à sua porta lateral, foi identificada uma calçada de pedra miúda, que foi então considerada recente quando comparada com a existente no restante centro histórico.
Em frente à fachada principal da igreja foram colocados à vista alguns muros cuja função não foi possível apurar, mas que poderão corresponder às fundações das anteriores estruturas associadas àquele templo. Um pouco mais para oeste foi identificado outro muro, sensivelmente paralelo à fachada principal, que poderá ter feito parte da muralha da alcáçova. No jardim a sul, em três sondagens de diagnóstico, foram detectados os negativos de estruturas similares a este último muro e que poderão corresponder igualmente aos alicerces de outras. Por outro lado, no corte de uma dessas sondagens foram identificados cinco estratos, possivelmente em resultado de diversas terraplanagens ao longo dos séculos.
No local do aluimento os materiais foram encontrados misturados, num contexto muito revolvido. Com o objectivo de perceber o que o provocara e ao mesmo tempo o que existiria no local, os trabalhos concentraram-se aqui em todas as campanhas, apesar de terem ocorrido ao mesmo tempo nas outras áreas. Ao contrário do que sucedia na restante estação, em que o afloramento rochoso se encontrava a cerca de 1,20 m de profundidade, aqui estava cortado em ângulo recto, nos estratos compactados de terras e no afloramento. Esta situação mantém-se inalterada praticamente até aos 10 m, profundidade a que os trabalhos foram suspensos, sem que se tenha chegado a qualquer conclusão.
Os materiais mais frágeis foram tratados no Instituto José de Figueiredo e no laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga. Concluído o trabalho de laboratório, o espólio foi depositado no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, integrando as suas colecções. Foram publicados alguns resultados preliminares nos anos subsequentes e mais recentemente foram apresentadas as primeiras conclusões desta intervenção (Ribeiro, 1984, p. 57-59; 1985, p. 63-64; 1987, p. 277-281; Ribeiro e Aze-

1. Cf. Castelo de Castelo Branco – Processo n.º 263 do Arquivo de Arqueologia Portuguesa – IGESPAR.

vedo, 2001, p. 15-47)[2].

Aquando da construção de um depósito de água, por parte da edilidade, no perímetro da alcáçova, foi identificado o embasamento de um muro associado a um derrube, que foi considerado como podendo corresponder à muralha ou à barbacã que a precedia. No corte exposto eram visíveis cinco estratos, eventualmente resultado de várias terraplanagens levadas a cabo na área. O espólio, recolhido de forma parcial, visto que os trabalhos de arqueologia tiveram lugar apenas após o desaterro, foi interpretado como resultado de escorrimentos da área da necrópole (Salvado e Moreira, 2006, p. 213).

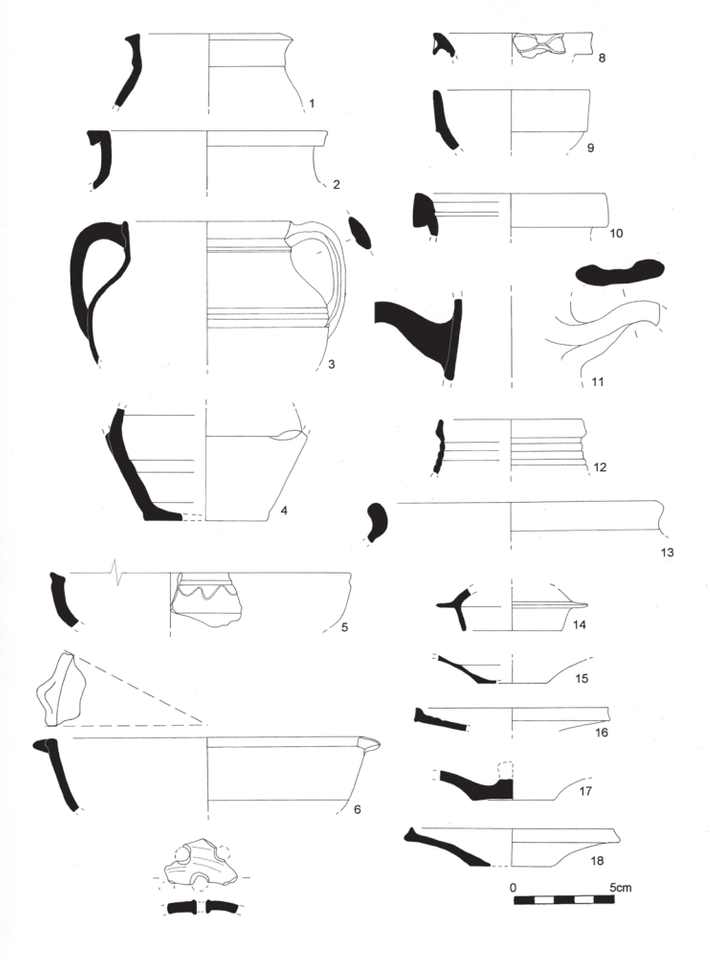
2. Em 2008 foram apresentados publicamente os primeiros resultados dos trabalhos arqueológicos decorridos entre 1979/1984 na alcáçova albicastrense, no âmbito do Congresso Internacional de Arqueologia – Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro, cujas actas foram publicadas recentemente (Ribeiro, 2010, p. 299-307).

3. ESPÓLIO

Apesar da presença de espólio de outras épocas, em particular do período medieval, foram recuperados essencialmente materiais de cronologia moderna (séculos XV-XVIII).

Visto que durante os trabalhos arqueológicos de 1979/84 não foi feito qualquer registo estratigráfico dos materiais encontrados e que os recuperados em 2000 resultam de uma recolha após o desaterro do local, foi necessário recorrer a paralelos formais para apurar as suas cronologias. Não se pretende contudo fazer aqui referência exaustiva e pormenorizada daqueles, mas apenas dar a conhecer as formas e objectos mais relevantes identificados dentro da cronologia em análise.

Deve ainda ser referido que na intervenção de 1979/84



ESTAMPA 1 Cerâmica Fosca
Loiça de Cozinha: panelas (1 a 4), frigideira (5), tacho (6).
Loiça de Armazenamento e/ou Transporte: bilhas (8 e 9), cântaros (10 e 11), potes (12 e 13), tampas/testos (14 a 18).
Contentores de Fogo: defumador (7).

foram crivadas as terras retiradas, embora não tenham sido recolhidos quaisquer fragmentos de parede em cerâmica fosca que não apresentassem decorações. Uma vez que grande parte das cerâmicas vidradas e esmaltadas foram então consideradas como produções "recentes" e "sem interesse arqueológico", recuperou-se um conjunto muito diminuto deste tipo de materiais.

3.1 Cerâmica

Em relação à cerâmica fosca, no que diz respeito à loiça de cozinha, as panelas são a forma mais frequente. Visto que não subsiste nenhum exemplar com o perfil completo, apenas é possível diferenciar tipologias através dos bordos: sub-triangulares, sub-rectangulares e semi-circulares. Com excepção do primeiro caso, que será um pouco mais antigo, estes bordos são datáveis dos séculos XV-XVI.

Em menor quantidade, dentro daquela cronologia, foram recolhidos tachos e frigideiras, que podem apresentar decoração incisa, no exterior, abaixo do bordo.

Foi recuperada uma grande diversidade de testos e tampas, mostrando alguns deles, queimaduras sobre o bordo, o que evidencia a sua utilização ao lume sobre tachos ou panelas. Outros terão sido usados eventualmente em potes ou qualquer outro contentor que fosse necessário tapar para preservar o seu conteúdo. São comuns os testos com bordo espessado exteriormente e com pitorra, normalmente associados a contextos quinhentistas, embora a sua utilização se mantenha ao longo de várias centúrias. Surgem igualmente outras formas de tampa que deverão ser mais tardias.

Em relação às loiças de armazenamento e/ou transporte, ao contrário do que sucedia na época medieval, não surgem quaisquer talhas. Tal facto pode ficar a dever-se à construção do Celeiro da Ordem de Cristo, em meados do século XV, que terá passado a ser o local de armazenamento por excelência, sendo por isso os potes, os contentores de sólidos mais usuais na alcáçova albicastrense. Como contentores de líquidos, são tão frequentes as bilhas como os cântaros, que assumem formas comuns noutros locais em níveis dos séculos XV-XVI.

Na loiça de mesa verifica-se, ao longo do século XV, uma tendência para a individualização do uso das peças como medida profilática, evidenciada acima de tudo pela diminuição do diâmetro das mesmas. Esta situação é visível tanto nas taças como nos pratos, normalmente brunidos no interior. Outra peça que se vulgariza nesta época são os púcaros de beber, em cerâmica fina, que nos séculos XVI-XVII se apresentam, na grande maioria dos casos, decorados em relevo.

Estas peças em cerâmica fosca foram produzidas com pastas de barros vermelhos, que após cozeduras maioritariamente oxidantes adquiriram tons entre o laranja e o castanho, passando pelo vermelho. São pastas bastante homogéneas, com elementos não plásticos de grão fino a médio, normalmente biotite, moscovite, feldspato, quartzo hialino e leitoso, sendo menos frequentes a hematite, a calcite, o calcário, nódulos de barro e outros tipos de quartzo.

Embora muito diminuto, dentro das loiças de mesa destaca-se o conjunto de peças esmaltadas a branco estanhífero, por vezes decoradas a azul de cobalto ou combinações desse com preto ou roxo de manganês. Algumas dessas peças são reflexo do comércio transfronteiriço, como é o caso dos pratos com bandas concêntricas a azul ou intercaladas a roxo, típicos das produções sevilhanas e valencianas dos séculos XV e XVI. Do mesmo período e proveniência poderão ser algumas das peças esmaltadas a branco, sem qualquer decoração.

No final do século XVI, mas principalmente durante o século XVII, surgem as peças de faiança portuguesa, onde são frequentes elementos decorativos como as espirais, os aranhões e as contas, combinando ou não os óxidos já referidos.

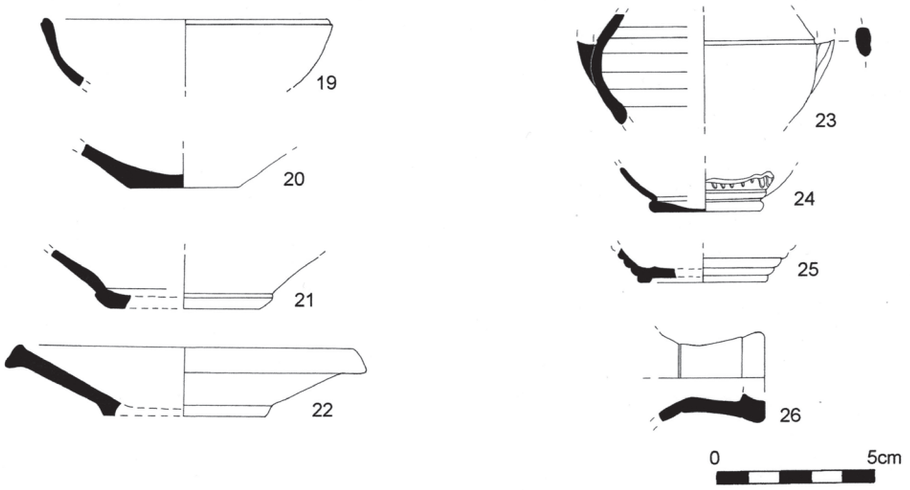
Dentro do conjunto da cerâmica vidrada, praticamente inexistente, destaca-se um bordo de alguidar vidrado a verde plumbífero. É uma forma comum desde os séculos XV-XVI praticamente até à actualidade.

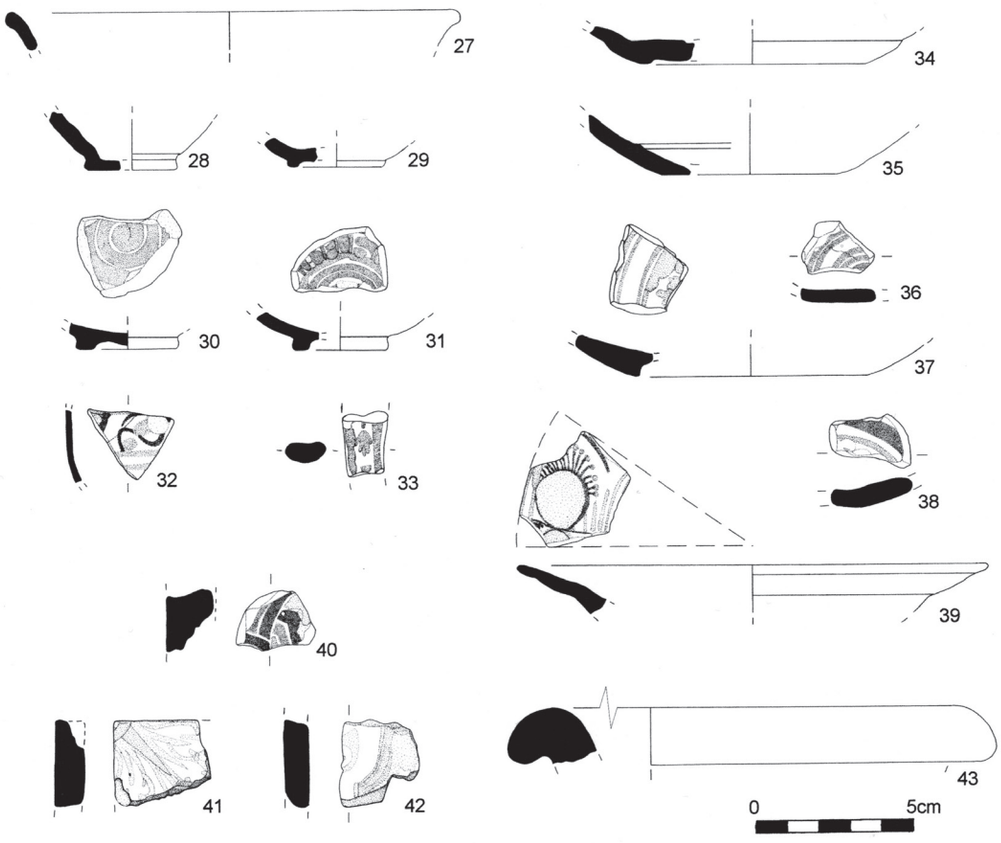
Constituído apenas por meros fragmentos, os vestígios de cerâmica de revestimento incluem um azulejo tipo hispano-árabe, de provável produção sevilhana, que poderá datar do século XVI. Mais tardios serão os vários restos de pelo menos um painel de azulejos esmaltados a branco e decorados a azul de cobalto e amarelo de antimónio, que corresponde ao padrão P-452, datável do século XVII (Simões, 1971, p. 83).

Ao contrário da cerâmica fosca, esta cerâmica vidrada e/ou esmaltada, incluindo a de revestimento, mostra pastas normalmente de tons entre o bege e o rosa, resultado da mistura de barro branco com pequenas percentagens de barro vermelho, uma vez que o óxido de ferro presente neste último dá maior resistência às peças durante a sua cozedura. São pastas muito homogéneas e depuradas, com elementos não plásticos de grão fino a muito fino, nalguns casos quase imperceptíveis, nomeadamente nas peças que se considera serem importadas.

3.2 Artefactos metálicos

Trata-se do conjunto de materiais mais interessante recolhido na alcáçova albicastrense, não só pela sua diversidade, mas também pelo estado de conservação em que se encontra, bastante valorizado após o





ESTAMPA 2
Cerâmica Fosca
Loiça de Mesa: taças (19 e 20), pratos (21 e 22), púcaros (23 a 25), cafeteira (26).
Cerâmica Esmaltada e Vidrada; Cerâmica de Revestimento
Loiça de Mesa: taças (27 a 32), pratos (34 a 39), jarro (33).
Loiça de Cozinha: alguidar (43); Azulejos (40 a 42).

restauro dos exemplares mais relevantes.
Foram identificados diversos objectos de uso doméstico, nalguns casos formas ainda hoje utilizadas em contextos rurais, apesar de surgirem pelo menos desde os séculos XVII-XVIII, como sucede com uma pega de caldeiro. O mesmo se poderá dizer de uma pintadeira, utensílio que segundo Abel Viana tem grande previvência desde a Idade Média até à actualidade (1961/62, p. 162-163) e que seria usado para marcar bolos que iam a cozer em fornos comunitários.
O conjunto mais diversificado é o dos objectos de uso pessoal, que inclui os acessórios de vestuário e a joalharia. Além de alfinetes de cabelo ou de toucado, foram também recuperadas pontas de atilho, sendo possível aferir cronologias de todos eles, recorrendo a documentação iconográfica dos séculos XV-XVII, em particular através dos retratos elaborados pelas principais escolas de pintura europeias. Este tipo de datação é extensível também aos botões e às fivelas (Boavida, 2009, p. 73-74).
No conjunto da joalharia, além de um anel e um brinco, foram recolhidos objectos de carácter religioso, nomeadamente medalhas e cruzes. Estes objectos de uso pessoal, em particular os de cariz religioso, poderão estar relacionados com a utilização do adro da Igreja de Santa Maria do Castelo como necrópole.
Foram recolhidos vários tipos de pregos. Uma vez que os enterramentos identificados foram feitos em sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, a utilização de esquifes terá sido pouco usual. Alguns dos pregos poderão ter sido usados para tal fim, mas o mais usual seria a deposição dos corpos embrulhados em sudários de linho, seguros por alfinetes, dos quais foram recuperadas várias centenas. A maioria dos pregos terá integrado diversos elementos de mobiliário, assim como madeiramentos de eventuais construções que existissem na alcáçova (Boavida, 2009, p. 78-79).

3.3 Artefactos em vidro, osso, azeviche e cabedal

Igualmente em eventual associação com os enterramentos foram recuperados vários tipos de contas, em vidro, osso e azeviche, datáveis dos séculos XVI-XVIII. Estas podem ter integrado terços e/ou rosários, nomeadamente as de azeviche, enquanto as de vidro e osso poderão ter sido de igual modo usadas em colares ou pulseiras.
Em vidro negro foram identificados anéis do tipo veneziano, idênticos a outros associados a enterramentos no convento de São Francisco de Santarém (Ramalho, 2002, p. 203) e no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa (Ferreira, 1983, p. 10 e 35).
Também em vidro, recolheram-se algumas peças de uso à mesa, nomeadamente contentores de líquidos, neste caso um cálice e uma garrafa, que se enquadram nas produções dos séculos XVI-XVII, embora a garrafa possa ser mais tardia. (Custódio, 2002, p. 328, n.º 109; p. 336-337).
Possivelmente também relacionados com os enterramentos, foram estudados alguns restos de cabedal, onde se destaca um sapato praticamente completo. É um tipo de material pouco estudado em Portugal, mas que já foi identificado em contextos lisboetas do século XVII (Nozes, Silva e Miranda, 2007, p. 23; Cardoso, 2008, p. 280-281).

3.4 Numismas

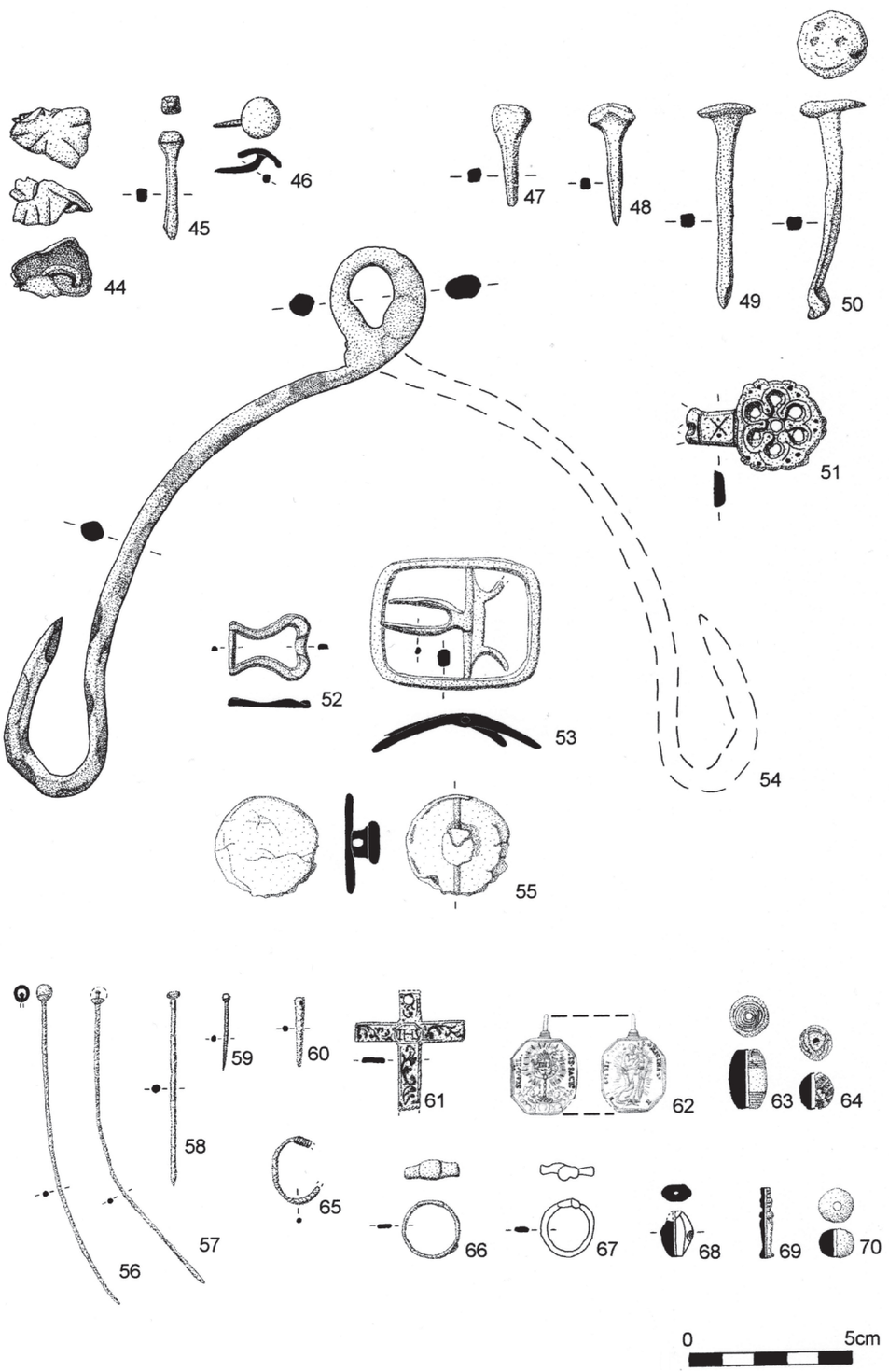
Dos 193 numismas recolhidos, 142 foram cunhados durante a 2.ª dinastia. Além da diversidade de tipos emitidos no reinado de D. João I (1383-1433), destaca-se ½ vintém de prata de D. Manuel I (1495-1521) e o conjunto de ceitis (109), na maioria de D. Afonso V (1438-1481) e D. João III (1521-1557).
Foram recolhidos igualmente dois exemplares de *blanca del rombo* de Henrique II de Castela (1445-1474) e um *jeton* que mostra caligrafia árabe, datado possivelmente dos séculos XVII-XIX (Antunes, 2011, p. 730-732).
De acordo com os relatórios, parte destes numismas, foi recolhida em associação com os enterramentos, mas não existe qualquer informação sobre quais. A oxidação de alguns deles possibilitou a conservação de vestígios de linho que seriam das roupas dos inumados ou dos seus sudários.

3.5 Estelas funerárias

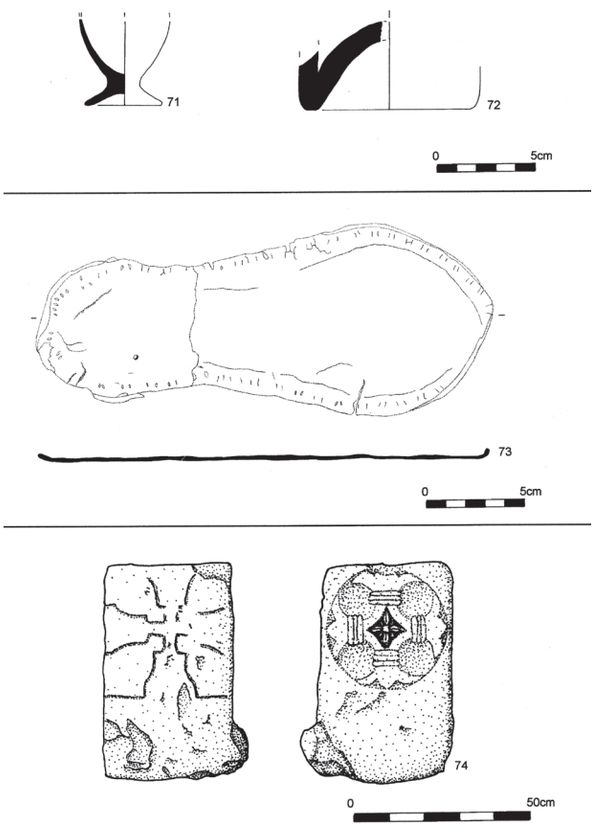
Na alcáçova albicastrense foi recuperado também um conjunto de estelas funerárias, desconhecendo-se no entanto qual o seu contexto, visto que surgiram na sua maioria nos níveis remexidos do Q.118. As estelas discoidais, talhadas em granito porfiróide, foram consideradas medievais, uma vez que mostram quase sempre as faces decoradas com cruz pátea, normalmente associada à Ordem do Templo, extinta em 1314. Além disso, todas elas apresentam um talhe muito rudimentar.
Foi igualmente encontrada uma estela rectangular, produzida com granito de grão mais fino, decorada nas duas faces por motivos mais elaborados, o que indica que o canteiro teria bastantes conhecimentos de geometria. Esta estela poderá ser mais tardia que as restantes, possivelmente dos séculos XV-XVI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De pequena comunidade raiana, Castelo Branco, graças à Ordem do Templo, tornou-se numa das principais praças da província da Beira, sendo valorizada tanto pela Ordem de Cristo, que sucedeu àquela, como por



ESTAMPA 3 Objectos Metálicos, em Azeviche, Vidro e Osso
Elementos de mobiliário (44 a 46), pregos (47 a 50), pintadeira (51), fivelas (52 e 53), pega de caldeiro (54), botão (55), alfinetes (56 a 59), ponta de atilho (60), cruz (61), medalha (62), brinco (65), anel (66), contas (63 e 64), anel (67), conta (68), contas (69 e 70).

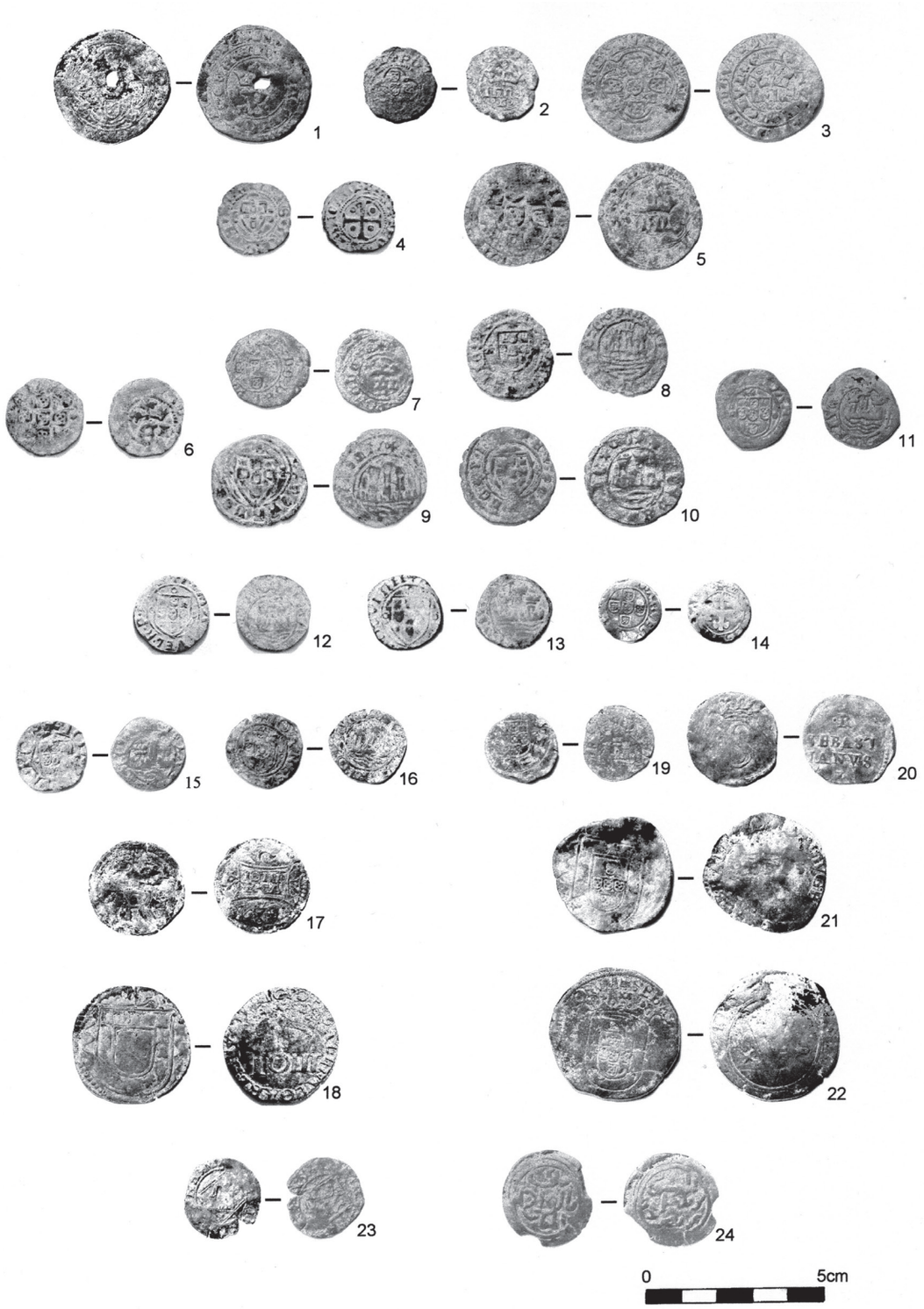


ESTAMPA 4 Objectos em Vidro e Cabedal; Estela Funerária
Cálice (71), garrafa (72), Sola de sapato (73), Estela funerária rectangular (74).

reis e bispos. Ao longo do século XVI cresceu para lá das suas muralhas, onde criou diversos arrabaldes que definiram o perímetro da vila até à entrada no século XIX.
A origem da comunidade está precisamente na fortaleza que domina a actual cidade. Sobre a sua origem e evolução existem poucos dados, visto que a estrutura foi diversas vezes reestruturada, não só para se adaptar a novas realidades como para repor o que foi destruído por exércitos saqueantes.
O edifício mais antigo neste espaço, embora muito adulterado, é a Igreja de Santa Maria do Castelo. Foi no adro desta, que nos inícios dos anos 80 do século XX decorreram importantes trabalhos arqueológicos. No entanto, trinta anos volvidos desconhecem-se que novos dados foram descobertos ao longo da intervenção.
As informações sobre a mesma são vagas e imprecisas, não se sabendo exactamente qual a estratigrafia e as estruturas identificadas. Os relatórios são generalistas, pouco rigorosos e não especificam que materiais surgiram e onde, o que impossibilita parcialmente uma datação mais precisa dos mesmos e a análise da evolução deste espaço. Apesar dessa falha técnica, compreensível face às limitações existentes na época sobre esta temática, o espólio recolhido dá-nos uma visão geral de como seria o quotidiano na alcáçova albicastrense ao longo de várias centúrias, e em particular, nos períodos medieval e moderno.
A maioria das peças cerâmicas tem semelhança com outras encontradas na região, nomeadamente em Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005) e Penamacor (Silvério, Barros e Teixeira, 2004; Boavida, 2006). A presença constante de elementos constituintes do granito nos elementos não plásticos poderá também indicar esse fabrico regional ou mesmo local, visto que na época moderna, um dos arrabaldes que se desenvolveu foi precisamente o dos oleiros. Trata-se de uma mera hipótese, uma vez que não se encontram publicados quaisquer trabalhos sobre materiais cerâmicos modernos provenientes de outros arqueosítios albicastrenses.
A identificação de paralelos formais a nível regional pode ser também um indicador comercial nesse âmbito, tal como sucede com as cerâmicas importadas e os numismas de origem castelhana. É facto que foram identificados paralelos formais noutros locais do país, nomeadamente em cidades onde a Arqueologia Urbana é abordada há várias décadas, como Almada, Cascais, Lisboa, Palmela, Santarém, Setúbal e Silves, mas aí a variedade de elementos não plásticos nas pastas é mais diversificada.
Por outro lado, em relação às outras tipologias materiais analisadas existem poucos estudos específicos em Portugal, uma vez que normalmente são preteridas em relação à cerâmica. A presença destas é igualmente um reflexo das várias funcionalidades que a alcáçova albicastrense albergou: militar, habitacional, administrativa e religiosa.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rosa Varela Gomes, orientadora da tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL, aqui parcialmente publicada.
À Dr.ª Aida Rechena e à Dr.ª Solange Almeida, directoras dos dois museus onde se encontra em depósito o espólio analisado, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, e Museu do Canteiro, em Alcains.
Aos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos que decorreram no castelo de Castelo Branco: Dr. João Ribeiro (1979/1984), Dr.ª Sílvia Moreira e Dr. Pedro Salvado (2000).
Aos familiares, amigos, colegas e professores que me apoiaram ao longo de todo o processo.



ESTAMPA 5
D. João I (1 – real branco, 2 – ½ real 10 soldos, 3 – real 10 soldos, 4 – ¼ real cruzado, 5 – real de 3 ½ libras), **D. Duarte** (6 – ½ real preto), **D. Afonso V** (7 – ½ real preto, 8 a 10 – ceitil), **D. João II** (11 – ceitil), **D. Manuel I** (12 e 13 – ceitil, 14 – ½ vintém), **D. João III** (15 e 16 – ceitil, 17 – real, 18 – 3 reais), **D. Sebastião** (19 – ceitil, 20 – real, 21 – 3 reais, 22 – 5 reais); **Henrique IV** (23 – blanca del rombo); Jeton (24).

BIBLIOGRAFIA

Castelo de Castelo Branco – Processo n.º 263 do Arquivo de Arqueologia Portuguesa – IGESPAR (não publicado).

ANTUNES, M. (2011) – Castelo de Castelo Branco: Notas numismáticas e arqueozoológicas. *O Arqueólogo Português* 1, S.5; dir. Luís Raposo; Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (p. 727-738).

ARMAS, D. (2006) – *Livro das Fortalezas*; 3.ª ed.; *col. História da Cultura Portuguesa*; int. Manuel da Silva Castelo Branco; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa; Lisboa.

BOAVIDA, C. (2006) – Castelo de Penamacor: Estudo de Espólio Medieval e Moderno: Sector Pelourinho/Cemitério (2005). Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Relatório Final; FCSH-UNL, Lisboa (policopiado).

BOAVIDA, C. (2009) – Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (policopiado).

CARDOSO, J. (2008) – Resultados das escavações arqueológicas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Julho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11:1; coord. edit. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 259-284).

CONCEIÇÃO, M. (1994) – Igreja de São Miguel: Sé de Castelo Branco. *Inventário do Património Arquitectónico (http://www.monumentos.pt).*

CUSTÓDIO, J. (2002) – A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719--1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos. *Cadernos* 5, S.2; coord. edit. M.ª Lurdes Perdigão, Catarina Serpa; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

DIAS, J. (1998) – A população: realidades demográficas. *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias; Nova História de Portugal 5; Lisboa: Presença (p. 11-52).

FERREIRA, F. (1983) – Escavação do ossário de São Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal* 4, S.2; dir. Orlando Martins Capitão; Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (p. 5-36).

GOMES, R. (2001) – *Castelos da Raia: Beira*, vol. I, *col. Arte e Património*; 2.ª ed.; Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

GONÇALVES, J. (1965) – Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa. Sep. *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*; Império (p. 3-12)

HORMIGO, J. (1983) – *A Beira Baixa vista por artistas estrangeiros (séculos XVIII-XIX)*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Instituto Português do Património Cultural.

NOZES, C.; SILVA, R. e MIRANDA, P. (2007) – Beco do Espírito Santo, n.º 12-14 (Santo Estêvão, Alfama) – 2005/2006. *A Arqueologia de Lisboa – Sessões no Museu da Cidade*; coord. Lídia Fernandes; Lisboa: Divisão de Museus e Palácios (*http://www.museudacidade.pt/ - Museu da Cidade: Arqueologia*).

OLIVEIRA, P. (2003) – O Castelo. *O Programa Polis em Castelo Branco: Álbum Histórico*; coord. Leonel Azevedo; Castelo Branco: Sociedade Polis-Castelo Branco (p. 15-67).

RAMALHO, M.ª (2002) – Religião e Morte: A morte no quotidiano do Convento de São Francisco de Santarém. *De Scallabis a Santarém*; coord. Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e M.ª José de Almeida; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (p. 185-196).

RIBEIRO, J. (1984) – Trabalhos de Campo (1981): Castelo Branco. *Informação Arqueológica: Boletim de Informação Arqueológica Portuguesa* 4; coord. Susana H. Correia; Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (p. 57-59).

RIBEIRO, J. (1985) – Trabalhos de Campo (1982/83): Castelo Branco. *Informação Arqueológica: Boletim de Informação Arqueológica Portuguesa* 5; coord. Susana H. Correia; Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (p. 63-64).

RIBEIRO, J. (1987) – Cerâmica medieval nas escavações da zona do castelo de Castelo Branco (Portugal) *in Actas do II Colóquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterraneo Ocidental*; Toledo (p. 277-281).

RIBEIRO, J. (2010) – Escavações no castelo de Castelo Branco: resultados. *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro*; coord. edit. Luiz Oosterbeek; (p. 299-307).

RIBEIRO, J. e AZEVEDO, L. (2001) – Os jardins do Paço Episcopal de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.

SALVADO, P. e MOREIRA, S. (2007) – Resultados das escavações arqueológicas de emergência no castelo de Castelo Branco (2000): Notícia preliminar. *Estudos de Castelo Branco - Revista de História e Cultura* 6 – Nova Série; Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco (p. 211-217).

SILVÉRIO, S. e BARROS, L. (2005) – *Arqueologia no castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo* (2002-2004): resultados preliminares. Castelo Novo: Câmara Municipal do Fundão.

SILVÉRIO, S.; BARROS, L. e TEIXEIRA, A. (2004) – Escavações arqueológicas no Castelo de Penamacor / Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7:2; coord. edit. Ant.º Marques de Faria; Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (p. 473-540).

SIMÕES, J. (1971) – Azulejaria em Portugal no século XVII: Tomo I: tipologia; *col. Corpus da Azulejaria Portuguesa*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VIANA, A. (1961/62) – Notas várias: Circunstâncias habituais de exploração arqueológica em Portugal. *Arquivo de Beja: Boletim – Estudos – Arquivo*, vols. XVIII/XIX, dir. José António da Silva; Beja (p. 89-211).

CRISE E IDENTIDADE URBANA

O JARDIM ARCÁDICO DE BRAGA DE 1625

GUSTAVO PORTOCARRERO **Investigador do CIEBA – Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa**

RESUMO Arcádias costumam ser espaços mais do domínio da literatura e da pintura. Mas também podem, por vezes, ser encontradas em paisagens urbanas. Nesta comunicação, pretendo estudar uma intervenção urbana que ocorreu num minúsculo carvalhal na periferia da cidade de Braga em 1625, e no qual foram integrados vestígios arqueológicos da época romana, vindo este espaço a ser transformado, como se argumentará, num Jardim Arcádico. Tal ocorreu na sequência da união ibérica de 1580, a qual pôs em causa o estatuto de *Primaz da Hespanha* reclamado por Braga face a Toledo, algo que provocou uma crise de identidade em Braga. Com a organização de um Jardim Arcádico na periferia da Cidade, pretendia-se assim formar um espaço nostálgico de uma era mais perfeita ao abrigo das ansiedades do presente e que, simultaneamente, se esperava que retornasse.

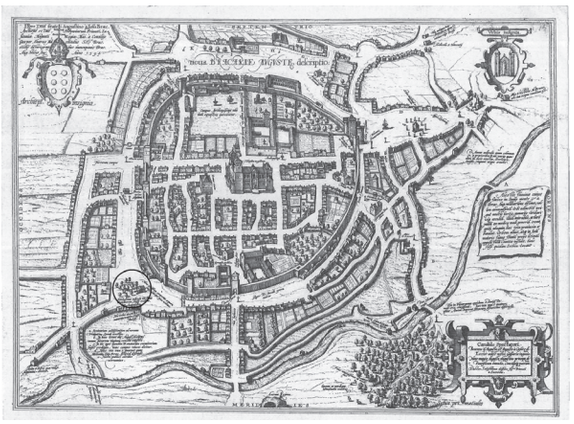
PALAVRAS-CHAVE **Arcádia, Braga, crise de identidade, nostalgia, passado romano**

INTRODUÇÃO

Desde a Idade Média, havia uma forte rivalidade entre Braga e Toledo, com cada cidade a reclamar o estatuto de *Primaz da Hespanha*. Antes de 1580, a posição de ambos os antagonistas era consideravelmente reforçada pela existência de dois reinos independentes na Península Ibérica, com cada um deles a defender a posição da sua respectiva cidade. Os eventos de 1580, pelos quais esta região tornou-se politicamente unificada, desta vez sob uma monarquia hispânica, obviamente dava mais relevo à disputa entre Braga e Toledo. Contudo, Filipe II, desejando conquistar os "corações e mentes" dos Portugueses não forçou uma decisão sobre esse assunto; em vez disso, preservou a autonomia portuguesa como reino independente, sendo a única diferença a de tanto Portugal como Espanha partilharem o mesmo rei.

No entanto, na sequência das Cortes de Lisboa de 1619, instalou-se o desânimo entre os Portugueses. O rei recusou dar a Portugal um lugar mais proeminente na Monarquia Hispânica. Pior ainda, a autonomia de Portugal como reino independente estava a ser gradualmente erodida, tornando-se cada vez mais uma província de Espanha. Mas para Braga, os eventos de 1619 foram desastrosos. Os oficiais espanhóis opuseram-se a que o arcebispo de Braga ostentasse abertamente a cruz primacial (Cunha, 1634-35, p. 458), pondo assim em causa o seu estatuto primaz. Pior ainda, a posição de Braga estava a ser contestada no interior de Portugal, tendo o bispo de Lisboa tentado durante as Cortes ultrapassá-lo na hierarquia (ibid., p. 459).

O estado de espírito que se instalou em Braga na sequência destes eventos pode ser analisado numa intervenção que ocorreu poucos anos depois num minúsculo carvalhal, conhecido por Carvalheiras, na periferia da cidade (fig. 1).



Georg Braun, Civitatis Orbis Terrarum, volume V, fl. 3

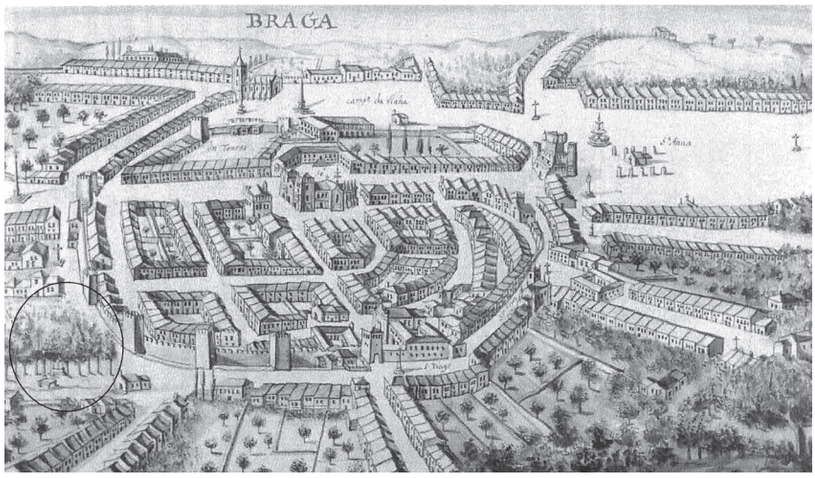
1. Imagem de Braga de 1594. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

O JARDIM ARCÁDICO

Segundo um documento da Câmara, foi decidido em 1625 construir aqui uma fonte dado que a área circundante não tinha muita água (*Cartas Arcebispos e Cabido*, doc. 26)[1]. No entanto, olhando para o tamanho e localização da fonte, pode inferir-se uma outra intenção. Esta fonte era mais pequena que as anteriores e foi construída numa área fechada, entre árvores, como se pode ver nos mapas de Braga, ao contrário das outras

1. Hoje, esta fonte está dentro do Mercado Municipal de Braga. A sua parte superior, com uma tocha simbolizando o fogo da fé, não é a original. Segundo o *Tombo dos Bens da Câmara*, tinha inicialmente uma pirâmide e uma cruz de duas aspas (1737, fl. 101).

Forum, 15/16, p. 23



2. Imagem de Braga de c. 1694. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

que estão sempre em espaços abertos e visíveis para uma vasta audiência (figs. 2 e 3). Sendo assim, porquê estas diferenças? Do meu ponto de vista, o que se estava a fazer era a transformar a área das Carvalheiras num Jardim Arcádico.

Os Jardins Arcádicos fazem parte de uma narrativa mítica com origem no mundo Clássico e na qual a paisagem social "distribui-se espacialmente através de um padrão cósmico e concêntrico de (...) três paisagens míticas, cada uma representando uma intervenção progressivamente maior de desígnio e trabalho humano nas formas e padrões da (...) superfície [da Terra]. No centro desta geografia mítica está a cidade, [de seguida] os arredores ajardinados e cultivados, graduando finalmente num ermo intocado" (Cosgrove, 1993, p. 293; minha tradução).

Nesta paisagem arquétipa tripartida, a Cidade é o domínio do poder político e cultural, sendo a sua paisagem "divorciada da vida orgânica, um mundo de pedras, colunas e monumentos, de palavras, de textos (...) [cujo padrão] é modelado na pura geometria intelectual dos céus" (ibid., p. 296). Quanto à paisagem do meio ou Jardim, trata-se de uma área com uma Natureza cultivada e amorosamente controlada, sendo como tal menos tocada pela intervenção humana e estando mais próxima da ideia de Paraíso (ibid., p. 291, 296). É a paisagem da "economia doméstica, da família amorosa e da vida privada dos cidadãos" (ibid., p. 296; minha tradução). A sua posição mediana também faz dela "o local de uma saudosa nostalgia" (ibid., p. 297; minha tradução).

Como argumentei anteriormente noutro trabalho (Portocarrero, 2010, p. 49-59), Braga tinha, desde o início do século XVI, sido organizada segundo o mesmo esquema cosmológico com uma Cidade interior (delimitada pela muralha), um Jardim exterior (composto pelos arrabaldes) e, mais além, o Ermo ou Caos, como se pode ver no mapa de 1594 (fig. 1). Note-se, no entanto, que segundo a mesma narrativa mítica, em relação ao Jardim, à medida que se se afastasse cada vez mais da Cidade, a Natureza tornava-se cada vez menos tocada por mão humana, acabando por se se entrar numa paisagem arquétipa conhecida por Arcádia, onde uma economia pastoral era praticada (Cosgrove, 1993, p. 293). Havia dois tipos de Arcádia descritas na literatura Clássica. Na primeira, de origem grega, a Arcádia é descrita como uma paisagem áspera, habitada por pessoas brutas que viviam em cavernas ou em cabanas rudes (Schama, 1995, p. 526- 527); a segunda, desenvolvida mais tarde pelo romano Virgílio, por contraste, era um local idílico, de onde todas as coisas selvagens tinham sido banidas, e cheio de árvores, fontes, ribeiros e uma eterna Primavera, e separada de outros lugares por um bosque (Schama, 1995, p. 528-529; Mulinacci, 1999, p. 33). Foi este último tipo de Arcádia que foi adoptado pelos Europeus no século XVI, em particular graças ao livro *Arcadia* de Sannazaro, publicado em 1519 (Schama, 1995, p. 531) e cuja influência é igualmente visível na literatura Arcádica portuguesa (Mulinacci, 1999). Olhando para o que estava a acontecer nas Carvalheiras, em Braga, podemos encontrar algumas das características da paisagem arcádica: uma área isolada e cercada de árvores, com uma fonte a meio, estando, além disso, fora da Cidade. Somente o ribeiro e a "Primavera Eterna" parecem estar em falta, mas a pouca distância, para sul, fluíam as águas do rio Deste acerca das quais o arcebispo D. Rodrigo da Cunha escreveria poucos anos depois que elas fazem os campos "aprazíveis à vista e os torna com as flores (...) numa alegre e perpétua Primavera" (1634-35, p. 27). Assim, parece que todos os elementos da Arcádia estavam presentes. Porque estava então este espaço a ser transformado numa Arcádia?

O carácter edénico da Arcádia, com as suas próprias leis, independente dos problemas que afectavam a sociedade humana, era visto pelas pessoas como um abrigo ideal com efeitos terapêuticos sobre as ansiedades do

Biblioteca Nacional da Ajuda

3. Imagem de Braga de c. 1757. A área das Carvalheiras está assinalada com um círculo.

presente (Cosgrove, 1993, p. 296; Mulinacci, 1999, p. 104-105). Assim, com todas as ansiedades envolvendo a degradação do estatuto de Braga na década de 1620, pode-se compreender melhor porque é que se procurou criar um lugar de refúgio temporário e de idílio pastoral. E as pessoas que frequentavam este espaço certamente passavam aí um período de tempo considerável apreciando o ambiente, sentados nos bancos que se sabe terem existido em redor da fonte (*Tombo Bens Câmara*, 1737, fl. 101v). Mais, chegou mesmo a abrir-se uma nova porta para esta área através da muralha da Cidade, em frente à capela de S. Sebastião (*Livro Actas Câmara*, Cx. 16, lv. 33, fl. 52). Esta ligação mais directa entre a Arcádia e o interior da Cidade constitui outra indicação de uma intenção de se fazer uso frequente dela[2].

O PASSADO ROMANO

Mas houve também outra razão para a construção desta Arcádia. Em todos os mapas de Braga posteriores a 1594, é possível ver entre as árvores das Carvalheiras uma lápide quadrangular (figs. 2 e 3). Esta lápide já lá estava antes do século XVI e era utilizada como mesa durante as festividades do S. João para lá colocar pequenos cestos de fruta que eram entregues mais tarde aos cavaleiros que tinham participado na caça do porco preto (Belino, 1895, p. 134), no que parece ter sido um ritual de fertilidade e abundância. No início do século XVII, a cerimónia dos cestos de fruta já tinha sido abandonada (ibid., p. 134), talvez por causa da Reforma Católica, mas a lápide por lá permaneceu.

O que é interessante acerca desta lápide é que ela é de origem romana e era localmente considerada como a mais velha insígnia de Braga, dado que a sua inscrição continha o nome romano da cidade (Figueiredo, 1723--24, fl. 4; *Tombo Bens Câmara*, 1737, fl. 101v). Não pude apurar se esta tradição datava já da Idade Média, ou resultou da intervenção dos humanistas do século XVI, não obstante, o que interessa é que no início do século XVII era considerada uma insígnia de Braga. Segundo D. Luís Figueiredo, em 1625, a Câmara, após tomar a decisão de construir uma fonte nas Carvalheiras, também decidiu talhar de novo as letras da inscrição da lápide que lá se encontrava, dado estarem bastante gastas (1723-24, fl. 4v), podendo-se ver nestas acções simultâneas uma ligação entre elas. Quanto à inscrição que a Câmara mandou fazer – BRACARA AUGUSTA FIDELIS ET ANTIQUA (que eram os títulos de Braga em 1625) – foi colocada não na face superior da lápide, onde se situava a inscrição original, mas sim nos seus quatro lados, tendo cada um deles uma das palavras (ibid., fl. 4-4v). Esta inscrição não era uma representação autêntica da original – BRACARA AUGUSTA –, dado que os dois últimos adjectivos – FIDELIS ET ANTIQUA – eram posteriores à época romana (Argote, 1732, p. 232). Não obstante, é perceptível a intenção da Braga de 1625 forjar uma ligação com o passado romano. Qual era então o propósito de inserir esta lápide nesta nova Arcádia?

Embora se possa argumentar que a cosmologia de Braga estava organizada segundo as suas paisagens arquétipas de Cidade, Jardim e Ermo, todas elas estavam, no entanto, inseridas num padrão de tempo cíclico dentro do qual o valor positivo ou negativo de cada uma delas variava segundo a sua posição numa fase ascendente ou descendente do ciclo (Cosgrove, 1993, p. 297). Assim, a Cidade podia ser vista a certa altura como o pináculo da vida civil e noutra como um lugar de corrupção, gula e violência, ao passo que o

2. Havia então outra porta numa das torres dessa área, como se pode ver no mapa de 1594. Esta porta foi construída em 1581 (sendo mais pequena que a que está representada, uma vez que é referida como sendo um postigo, ou seja, uma porta pequena) e era utilizada para servir as latrinas que foram construídas nessa torre (Arquivo Municipal 1970: 400). Obviamente, em tais circunstâncias, esta porta não era a mais apropriada para fazer uma ligação entre a Cidade e as Carvalheiras.

Ermo poderia ser o local da natureza rude ou a vibrante semente da vida social (ibid., p. 297-298). Desta forma, sempre que o ciclo estava descendente e próximo do seu termo, uma certa dose de sofrimento estava reservada à humanidade, isto é, aos membros de um certo grupo (Eliade, 2000, p. 144), que neste caso eram os habitantes de Braga. Dado que o estatuto de Braga estava a degradar-se, os seus habitantes tinham a percepção que a própria Cidade também estava a decair. Nestas circunstâncias, o Jardim (em particular a Arcádia, que era simbolicamente a área do Jardim mais afastada da Cidade) acabava por ser mais virtuoso que a Cidade dado que não estava corrompido pela humanidade; como tal, esta área tornou-se a semente de uma nova vida social, de uma nova Cidade que emergiria assim que o ciclo estivesse completo. É aqui que entra a lápide romana. Sendo a insígnia da cidade romana torna-se como tal a sua representante. Estava igualmente na área onde, segundo o mapa de 1594, o fórum da cidade romana, ou mais precisamente, o seu centro cósmico, estava. Ora, a cidade romana estava associada ao início de Braga, quando a cidade era vista como estando mais próxima da perfeição, dado que estava no início do ciclo. Assim, pondo tudo isto junto, argumento que a lápide romana era *a semente* de uma nova Cidade. A sua forma quadrada simbolizava a ideia de estabilidade, de um universo criado em oposição ao Ermo (sobre o simbolismo da forma quadrada vd. Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 548-550). A sua lápide, através da sua dureza, fazia referência à ideia do absoluto, do sagrado (sobre o simbolismo da pedra vd. Eliade, 2002, p. 164). Quanto às suas palavras, uma vez que foi através da Palavra que Deus criou o mundo, elas continham a essência de Braga como uma potência à espera de ser recriada. A integração desta lápide na Arcádia era, como tal, uma forma de assegurar a rápida e saudável recriação de uma nova Cidade. Os habitantes de Braga que se dirigiam à fonte para obter alguma água ou simplesmente sentar-se em redor dela podiam também contribuir para este processo. Note-se que no detalhado mapa de c. 1757, a lápide romana estava num terraço acima da fonte, o que a tornava, bem como à inscrição, visível a quem quer que estivesse perto dela. Qualquer pessoa que se se aproximasse da lápide a partir da fonte, curiosa em ler a inscrição que estava gravada nos seus quatro lados, seria forçada a andar em círculo em redor dela. Desta forma, um ritual circum-ambulatório seria executado, santificando e assegurando a potencial harmonia deste Mundo (sobre o simbolismo dos rituais de circum-ambulação vd. Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 205).

CONCLUSÃO

Resumindo, o programa arcádico pode ser visto como o resultado de uma crise de identidade relativamente ao papel de Braga e Portugal numa monarquia que estava a suprimir as suas identidades e a tornar-se cada vez mais espanhola. Há neste programa um desejo de cortar com o presente e regressar a um passado idealizado, como parte de uma reacção que emerge nas décadas de 1620 e 1630 em Portugal e que iria levar a um corte com a Espanha em 1640.

ICONOGRAFIA

NOVA BRACARAE AUGUSTA DESCRIPTIO (1594). In Braun, G., *Civitatis Orbis Terrarum*, volume V, fl. 3.

MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS (c. 1757). Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa.

BRAGA (c. 1694). In *Forum*, 15/16, p. 23, Braga: Universidade do Minho.

BIBLIOGRAFIA

ARGOTE, J. C. (1732) – *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, tomo 1. Lisboa Occidental: Of. de Joseph António da Sylva.

Arquivo Municipal (1970). *Bracara Augusta*. Braga. XXIV, p. 284-435.

Cartas Arcebispos e Cabido [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. 26.

BELINO, A. (1895) – *Letreiros e Inscripções da Cidade de Braga*. Porto: Typographia Occidental.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANT A. (1994) – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema.

COSGROVE, D. (1993) – Landscapes and Myths, Gods and Humans. In BENDER, B., ed.- *Landscape. Politics and Perspectives*. Oxford: Berg, p. 281-306.

CUNHA, R. (1634-35) – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Braga: [s.n.], edição facsimile de 1989.

ELIADE, M. (2000) – *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

ELIADE, M. (2002) – *O Sagrado e o Profano. A essência da religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.

FIGUEIREDO, L. – *Notícias do Arcebispado de Braga* [Manuscrito]. 1723-24. Acessível na Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, Portugal. Reservados, cod. 143.

Livro Actas Câmara [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. Cx. 16, lv. 33, fl. 52.

MULINACCI, R. (1999) – *Do Palimpsesto ao Texto. A Novela Pastoril Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

PORTOCARRERO, G. (2010) – *Braga na Idade Moderna: paisagem e memória*. Arkeos 27. Tomar: CEIPHAR.

SCHAMA, S. (1995) – *Landscape and Memory.* London: HarperCollins.

Tombo Bens Câmara [Manuscrito]. 1737. Acessível no Arquivo Municipal de Braga, Braga, Portugal. Fl. 101v.

AO SOM DA BIGORNA

OS FERREIROS NO QUOTIDIANO URBANO DE ARRIFANA/PENAFIEL NO SÉCULO XVIII[1]

TERESA SOEIRO UP/ Faculdade de Letras, Investigador CITCEM

RESUMO De entre os mestres artesãos de Arrifana de Sousa (Penafiel), os mais numerosos no século XVIII seriam os profissionais da forja, que atroavam o quotidiano urbano, como notaram os visitantes, com o constante bater nas suas bigornas, onde se fazia todo o tipo de obra, quer a essencial para uso doméstico e exercício das demais profissões, quer a que marcou o próprio edificado, ruas preenchidas com as características grades de sacada, os espelhos de porta e batentes decorados. As autoridades municipais não os ignoraram, dotando a profissão de regimentos e penalizando as utilizações indevidas do espaço público para onde extravasava a actividade laboral provocando queixas dos demais cidadãos. Mas em dia de festa da comunidade, na procissão do Corpo de Deus, cabia-lhes um especial papel, pois para além de apresentarem a *dança das espadas*, o poder municipal atribuiu ao *Baile dos Ferreiros* o privilégio de formar na rua a guarda de honra às autoridades e sagrado.
Destas forjas penafidelenses saíam também excedentes de pregaria e milheiros de candeias de ferro transaccionados na feira ou reunidos por homens de negócio (do Porto) que as distribuíam no país, enviavam para o Brasil e exportavam.
Materialidade arqueológica e informação documental sobre o exercício da profissão em Arrifana/Penafiel, impacto na arquitectura, tecnologia e imaterialidade da intervenção social na construção da identidade são os objectos de estudo.

PALAVRAS-CHAVE Arrifana de Sousa, Penafiel, ferreiros, trabalho do ferro, regimentos dos ofícios, dança das espadas

INTRODUÇÃO

«*He povo de seiscentos visinhos, em que entrão alguns fidalgos e nobres, os mais são artifices, particularmente de malho, lima e agulha*». Assim caracterizava Carvalho da Costa (1706, v.1, p. 384), na viragem para setecentos, o velho burgo de Arrifana de Sousa, então pertencente ao termo do Porto. Embora tivesse gente de importância e algumas edificações relevantes, eram os seus artífices e as duas concorridas feiras que davam personalidade a este aglomerado nascido no final da Idade Média, sobre a estrada real que conduzia do litoral a Trás-os-Montes e à Beira.

De entre os mestres artesãos avultavam ao tempo os ligados à forja, *de malho* e *lima*. Que a importância destas profissões vinha pelo menos do século anterior sabemo-lo, por exemplo, pelo temor da concorrência expresso no *Compromisso dos Serralheiros* da cidade do Porto, de 1692 (Ferreira, 1967, p. 221), em cujo capítulo 6 se proibia expressamente: «*que nenhum official de serralheiro poderá comprar obra de Arrifana…., para tornar a vender*». Recordemos que, pertencendo então Arrifana de Sousa ao termo do Porto, as obrigações e exames deveriam ser os desta cidade, não se colocando a questão da eventual falta de qualidade.

F. Albuquerque / MMPNF

1. Forja de Fernando Soares (Cans, Rio de Moinhos).

Os *candeeiros de Arrifana* eram exportados para outros países precisamente pela barra do Porto (Silva e Cardoso, 1997, p. 182 e194).

Ferreiro de excepção no século de quinhentos foi Afonso Fernandes Barbuz, que granjeou fama de santidade por ter transformado a sua casa em albergue para doentes e necessitados, particularmente nos difíceis anos da peste (1577). E como pensava que para além da morte os homens também necessitariam de assistência, Afonso Barbuz seria ele próprio um ementador

1. Este trabalho é uma síntese de parte do texto *Os ofícios do ferro em Penafiel: I ferreiros e candeeiros,* realizado para o Museu Municipal de Penafiel ao abrigo do PAQM - (P2) Programa de Apoio à investigação e ao Estudo de Colecções, da Rede Portuguesa de Museus, que aguarda publicação.

F. Albuquerque / MMPNF

2. Forja de Belmiro Duarte (Quintela, Fonte Arcada).

3. Safra, na forja de Quintela.

de almas, estando na raiz da respectiva irmandade, erecta na igreja matriz: «*madrugãdo todas as sestas feiras para lançar agoa benta nos cemiterios; e he fama constante, que os defuntos se levantavão das sepulturas, e andavão em circuito das igrejas com elle em procissão. Ordenando outrosi o louvavel costume de as encomendar de noite com campainha*» (Cardoso, 1657, p. 483).

Também podemos avaliar a relevância destes grupos profissionais pelo papel fundamental que lhes estava reservado na procissão do Corpo de Deus onde, segundo o tombo de 1657, apresentavam *como sempre foi costume* a Dança das Espadas (Soeiro, 2000/1, p. 204).

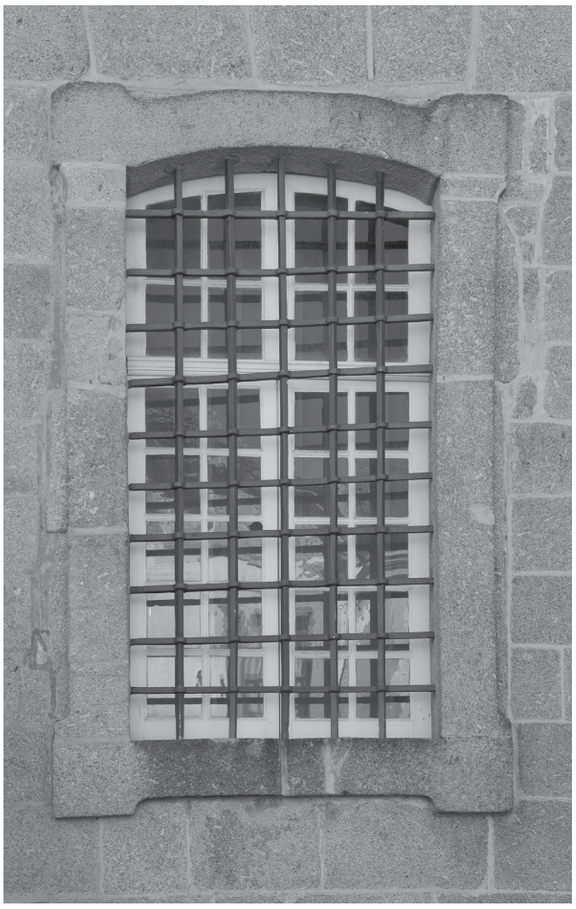
Continuou esta dança a ser da obrigação dos ofícios do ferro até à extinção das corporações com a vitória liberal, mantendo sempre idênticas características, bem explicitadas no tombo de 1705 (Soeiro, 2000/1, p. 210-211). Aliás, estas perduram no actual *baile dos ferreiros* que, mais de trezentos e cinquenta anos depois de inscrito no primeiro tombo conhecido, continua a apresentar-se anualmente na cidade de Penafiel, por ocasião da procissão do Corpo de Deus. Os trajos e a coreografia seguem o modelo antigo, o discurso, porém, é oitocentista, adequado aos tempos do *progresso*, uma exaltação do trabalho como suporte do poder e da criação de riqueza. Tal longevidade em muito fica a dever-se ao reconhecimento e identificação da cidade com o antigo mester, tanto mais que aos ferreiros do *Corpus* foi atribuída, desde o século XIX, a especial função de guarda de honra do sagrado e das autoridades (Soeiro, 2000/1).

Elevada a vila a 14 de Março de 1741, por mercê de D. João V, a Câmara de Arrifana de Sousa, agora cabeça do pequeno concelho que abarcava apenas a própria freguesia de S. Martinho e parte da contígua de Santiago, tratou desde logo de regulamentar o trabalho exercido pelos mesteirais, obrigando-os a possuir carta de exame (AMPNF – A4, acta 1741/11/25).

Estavam também em elaboração os regimentos dos ofícios que, neste primeiro momento, contemplaram apenas os grupos mais significativos: alfaiates, candeeireiros, carpinteiros, estalajadeiros, ferradores, ferreiros, moleiros, sapateiros, serralheiros, tamanqueiros e tecedeiras (Soeiro, 1993). Note-se que desta curta lista, de onze profissões, quatro estavam ligadas às artes da forja.

Apesar destes regimentos (ver anexo) se limitarem a enunciar as obras e o respectivo preço, vemos que a divisão das tarefas estava, nesta primeira metade de setecentos, bastante clara. Os ferreiros eram essenciais para que outros profissionais pudessem desenvolver as suas actividades: faziam os instrumentos básicos para os carpinteiros (machados, enxós, serras com a travadeira e pregos) e os pedreiros (marras, picões, buchas, palmetas e cunhas). Também a agricultura dependia deles, para fabricarem ou consertarem as alfaias (machados, foices e podões, enxadas, sachos, ancinhos e ferros de arado e charrua) e mesmo os chocalhos do gado. Peças em ferro eram ainda necessárias ao fabrico e reforço dos carros. Para aplicação no lar, destinados à confecção e serviço de alimentos, são

F. Albuquerque / MMPNF



4. Grade malhetada.

mencionados sertãs, trempes, grelhas e espetos de cozinhar, e as colheres ou conchas de distribuir o caldo. Na cópia do livro de acordãos de 1751 (AMPNF – A7) reforçava-se a obrigação de cada mestre de loja estar munido não só da carta de exame como de uma certidão do regimento e de outra que atestasse a actualidade dos preços aí mencionados. Acrescenta-se ainda um item relativo aos lixos poluentes resultantes do trabalho da forja, que por forma alguma poderiam ser despejados para a via pública.

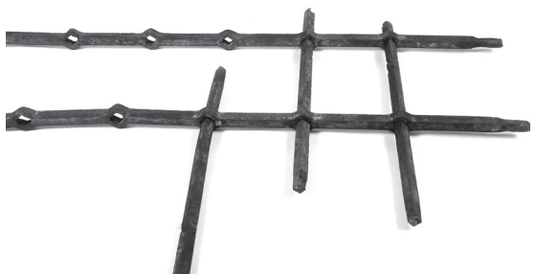
Do conjunto dos ferreiros destacou-se, pelo menos no século XVIII, um grupo especializado no fabrico de candeias. Esta viria a ser uma especificidade penafidelense, com grande sucesso de vendas para o mercado nacional e para exportação, que se manteve até à afirmação dos produtos industriais. O preçário do regimento contempla a venda dos diversos modelos por unidade e à dúzia, com redução do custo. Os contratadores reuniam-nas e tratavam do seu envio para o exterior, aos milheiros ou milheiros de dúzias.

Os serralheiros estariam mais vocacionados para o fabrico dos elementos de articulação e clausura a utilizar na construção civil (ferrolhos, aldrabas, fechaduras, chaves e dobradiças) e no mobiliário (de caixas e gavetas, além de ferragens de camas).

Passaremos agora a considerar as poucas informações de que dispomos sobre a distribuição espacial destes profissionais na área da vila de Arrifana, para o que recorreremos ao *Livro do Arruamento*, realizado em 1762, apresentado neste congresso por Helena Bernardo[2]. Nesta fonte, que nos indica os proprietários e arrendatários das casas, enumeradas sequencialmente por ruas, confirmámos, em primeiro lugar, os dados globais obtidos nos registos paroquiais (Santos, 1979; Marques, 1974; Duarte, 1972), ou seja, a preponderância do grupo profissional dos ferreiros,

2. Veja-se essa comunicação para a caracterização da fonte documental referida, bem como para uma aproximação ao desenho urbano setecentista de Arrifana de Sousa.

F. Albuquerque / MMPNF



5. Peças macho e fêmea para montagem da grade.

6. Grade de balaústres.

F. Albuquerque / MMPNF

7. Batentes de porta zoomórficos.

8. Grade com monograma e data 1858.

cinquenta e três entre mestres e oficiais, a que haveria que acrescentar os aprendizes. Temos como designações para os vinte e dois mestres, em princípio os únicos que podiam ter estabelecimento próprio, a de *mestre ferreiro* (17), *mestre ferreiro de talho* (1), *mestre ferreiro de pregos* (1) e *mestre ferreiro de folha* (2). Os demais profissionais são tratados por ferreiro, oficial de ferreiro ou lavrador de ferros (2), não havendo menção a candeeireiros. Já os serralheiros eram bastante menos, oito, poucos se comparado com a presença nos registos paroquiais, até porque apenas cinco eram mestres. Os quatro ferradores têm todos esta categoria. Dos números anteriores resultariam cerca de três dezenas de forjas, cujo contínuo bater atroava os ares.

Dentro da malha urbana, a distribuição dos profissionais ocorria de forma bastante diferenciada, habitando vinte e dois ferreiros e quatro serralheiros sobre a estrada real, para baixo (noroeste) da igreja matriz (rua do Carmo e início da rua Direita). Neste troço do itinerário principal, que vinha do Porto, podemos encontrar sete dos mestres ferreiros.

Sucede-lhe a rua Direita, até à Ajuda, com a característica de que aqui os ferreiros são apenas dois, oficiais, desaparecendo as forjas nitidamente à medida que nos aproximamos do centro mais nobilitado. Voltam a ser presença assídua na restante estrada real, saída pela rua de Cimo de Vila, onde deparamos com nove ferreiros, dos quais sete são mestres, e dois serralheiros (1 mestre), além de três ferradores, todos mestres.

Quando, a 3 de Março de 1770, Arrifana de Sousa foi elevada à categoria de cidade, recebendo um concelho de considerável extensão (Soeiro, 1993 e 2005), as dificuldades da Câmara para controlar os mesteirais de todo este novo território multiplicaram-se exponencialmente, particularmente nas freguesias rurais, até aí pertencentes a outros termos. À situação de falta de regulamentação pretende obviar a decisão tomada em 1772, para que: «*fize-se saber aos almotaces que, nesta cidade e seu termo, se achavão innumeraveis pessoas dos officios mecanicos sem serem examinados em o que podia rezultar prejuizo ao povo e por isso devião os mesmos almotacés examinar pelos officiaes das freguezias respetivas, … fazendo para isso notificar as mesmas pessoas para virem as suas audiencias aprezentar suas cartas de exame*» (AMPNF - A13 acta, 1772/10/7).

Mas, olhando para o registo das cartas de exame do ofício (Soeiro, 2003/4, p. 22-24), tão escasso nas seis décadas que decorreram até à abolição das corporações, ficamos com a impressão que os oficiais não examinados deveriam continuar a ser muitos, mesmo na cidade.

À medida que nos aproximamos do final do século, a diversificação dentro das artes do ferro aumenta, ou pelo menos é essa a percepção que tem a Câmara, pois em 1791 (AMPNF – A13 acta, 1791/5/7), ao promover novas eleições para juiz do ofício refere quatro ramos: ferreiros de talho, ferreiros de candeias, ferreiros de fechaduras e ferreiros de pregos e tacha. Existem ainda os serralheiros ou ferreiros serralheiros como os vemos designados nas primeiras décadas do século seguinte.

Depois de consolidada a vitória liberal, foi no abrangente recenseamento eleitoral de 1836 (AMPNF - A 1590 a 1621) que pudemos encontrar um levantamento de profissões cobrindo toda a área do município de Penafiel. Nele verificámos, em primeiro lugar, que continuava a existir um núcleo oficinal do ferro com alguma expressão na cidade, onde foram recenseados cinco ferreiros, dez candeeireiros, dez serralheiros e um tacheiro, profissões estas que só aqui se acolhem. Os ferreiros dispersavam-se pelas freguesias rurais, havendo forja em pelo menos metade delas.

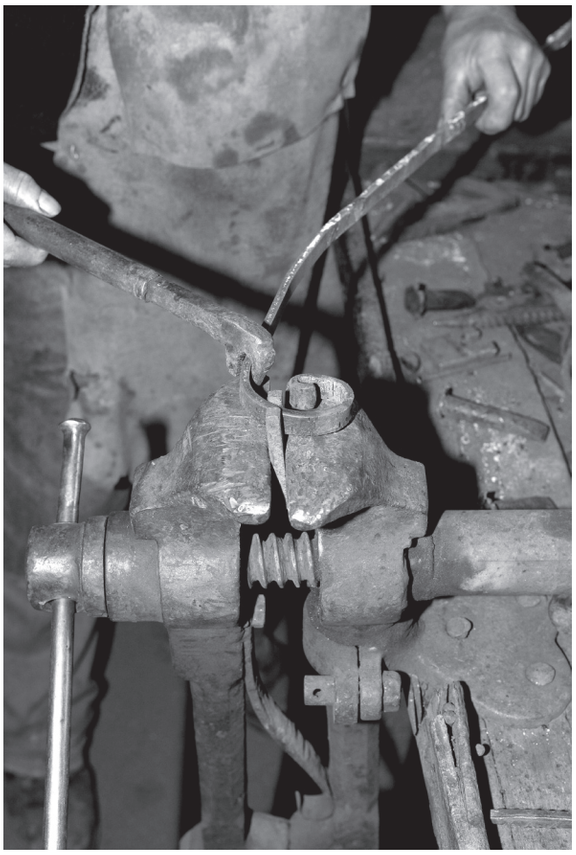
Cabe aqui uma reflexão sobre estas duas realidades: as forjas urbanas, onde seriam realizados produtos destinados ao mercado local mas também os vinculados à exportação organizada pelos negociantes; e os ferreiros rurais que serviriam as necessidades quotidianas da clientela da sua freguesia e de algumas vizinhas desprovidas desta arte, mas que não encontramos nas grandes feiras a vender excedentes.

A maioria do ferro a ser lavrado nas forjas penafidelenses teria a sua origem fora do país, entrando em Portugal pelos diversos portos. Muito proviria da bem fornecida e tecnicamente evoluída região da Biscaia, de onde também procediam alguns técnicos a trabalhar no país. Aliás, em diversas décadas dos séculos XVI e XVII esta é a mercadoria mais constante nas cargas transportadas pelos barcos provenientes daquela região (Guimarães, 2006). Duarte Nunes de Leão, em 1610 (fl.42v), expressou bem esta situação dizendo: «*Mas como Reino staa aa costa do mar tam perto de Vizcaia donde aos lugares maritimos vem tanto ferro, pregadura e ferragem, nam curam de tomar trabalho de aa enxada o tirar da terra, porque nisto fariam mais custo que em o comprar*».

F. Albuquerque / MMPNF

9. Fabrico da voluta na forja (Fonte Arcada).

F. Albuquerque / MMPNF



10. Preparação dos S no torno, com *gato*.

De como os negociantes do Porto faziam chegar o ferro *do mar* até às forjas onde era trabalhado é algo que conhecemos pior. Um ou outro manteve casa e empregados em Penafiel, muitos mais estavam presentes nas feiras, para incómodo dos comerciantes locais.

Também para escoar as produções especializadas, de candeias por exemplo, eram precisos negociantes ou contratadores de maior rasgo do que um simples mestre, já que no século XVIII eram exportadas aos milheiros, muitas enviadas para o Brasil, negócio que se foi perdendo por obsoleto, como reconheceu o Inquérito Industrial de 1881 (*Relatório*, 1881, p. 29) e retratam os escritores oitocentistas (Leal, 1875, p. 583; Ortigão,1887, p. 68-69).

Numa representação datada de 1863, congratulando-se pelos efeitos benéficos da construção da estrada Porto-Penafiel, que teria levado à duplicação dos valores movimentados no comércio e indústria, a Câmara fez um balanço optimista da actividade económica no município (AMPNF – A 123 *correspondência expedida*, 1863/9/20).

Confiantes no progresso, os penafidelenses viam sem mágoa a sua terra tornar-se cada vez mais num centro terciário, onde as fábricas dificilmente mereciam esse nome e a produção artesanal decaía continuamente, com raros fogachos de enganador sucesso, como sucedeu com a tamancaria (Soeiro, 2003/4, p. 29-33).

Mas, mesmo olhando para os sobreviventes, destacava-se o apoucamento dos ofícios do ferro, há algumas décadas os mais importantes da cidade. Os cinco mil reis de produção dos ferreiros não só se distanciam do valor alcançado pelo têxtil-linho e correaria (20mrs), ou tamancaria (15mrs), como já representavam apenas 10% dos montantes envolvidos no comércio das ferragens.

Acabaremos esta curta resenha sobre as velhas forjas com um autor local, Coriolano de Freitas Beça (1896, p. 33), que corrobora os anteriores: «*a proposito de candeias, que ensurdecedora musica a do martelar dos candieireiros da rua do Carmo nas suas bigornas na laboração do antiquado artefacto! O progresso deve de ter acabado de todo com essas industria, que foi consideravel em Penafiel. Quem se alumiará ainda hoje com azeite ou oleo de purgueira? De certo que nem na mais remota aldeia se encontrará já um exemplar da antedilluviana luminaria, que o petroleo exterminou. E no entanto, espetada no competente velador em cosinha pobre alumiando umas simples fiandeiras de estopa grossa, tinha o seu quê de poesia*».

Podemos tomar como marco desta viragem a abertura das fundições na cidade do Porto em meados desse século (Santos, 2000; Queiroz, 2001) pois, no contexto de um mercado fortemente regionalizado, foi o seu sucesso, multiplicado por outras pequenas unidades

11. Grade com decorações em chumbo.

12. Pormenor das flores e lacetes aplicados.

dispersas nas redondezas, que determinou o fim da idade de ouro do mestre ferreiro, processo que correu a par com a expansão do comércio de produtos da nova indústria metalomecânica, que ia tomando lugar nos armazéns e lojas de Penafiel.

Hoje, totalmente desaparecidas da cidade, tivemos de procurar nas freguesias rurais as forjas que testemunhassem o ofício. Um levantamento sistemático levou-nos até uma oficina existente em Rio de Moinhos, abandonada mas com grande parte do equipamento montado, que felizmente acabou por ser doado ao Museu Municipal. Numa outra freguesia, Fonte Arcada, o ferreiro ainda toca o velho fole para realizar na bigorna, ou na muito antiga safra, os trabalhos que lhe encomendam. Descendente de várias gerações de mestres desta arte, foi precioso o auxílio que nos prestou para identificação de instrumentos e compreensão dos processos de fabrico, de que não cabe falar nesta ocasião.

Recordemos apenas alguns dos tradicionais trabalhos de ferreiro, como o fabrico e colocação dos gradeamentos que integram o edificado. E comecemos pelas grades malhetadas, de muito longa duração, aplicadas em templos, habitações e anexos como protecção fixa contra a intrusão pelos vãos. Não encontramos na cidade grades nas habitações que apenas sejam a estrutura de ferro simples resultante da retirada das componentes em madeira.

Também as protecções montadas apenas com balaústres de secção circular, decorados com nós que quebram a verticalidade, ao gosto setecentista, são raras e de datação insegura. Dois edifícios que as apresentam, o adquirido para residência episcopal e o palacete Pereira do Lago, existiriam de facto na segunda metade do século XVIII e são de traça erudita, podendo por isso, com facilidade, seguir a moda da capital. Mas, como sofreram remodelações posteriores que alteraram os alçados, a atribuição cronológica das grades torna-se duvidosa. Outras casas de programa mais simples também as exibem.

Será já no século XIX que os gradeamentos em ferro se irão multiplicar, a par da mudança de gostos e da valorização do arejamento e insolação como fontes de saúde, que a postura municipal de 1818 reflecte (AMPNF-A19, actas, 1818/3/14), ao mandar retirar as rótulas: «*fossem notificados todos os proprietarios, ou moradores das cazas desta cidade que tivessem rotolhos ou grades, do peitoril para sima, tanto em janelas de sacada, como nas de peitoril, para que dentro do termo de quinze dias depois da noteficação tirem os ditos rotolos, ou grades, pena de seis mil reis de condenação pagos da cadeia, e serem tiradas as ditas grades ou rotolos por ordem deste senado a sua custa, para evitar a desfurmedade publica que recebe a cidade, ficarem as cazas mais aciadas e arijadas*».

Dispomos de grades datadas em edifícios civis e religiosos desde a década de cinquenta deste século XIX, quando elas passaram a imperar, mais trabalhadas e variadas do que antes, protegendo as janelas de peitoril e sacada, mesmo estreitas varandas, ou formando portões. Estão presentes em quase todas as fachadas, agora amplamente abertas, patenteando composições decorativas geométricas e fitomórficas. Os elementos básicos são forjados, trabalhados na bigorna e no torno de pé, neste caso com o *caracol* ou o *gato*. Assim se faziam volutas, SS, oitos, palmetas, cordiformes, gregas, círculos, elipses, arcos apontados e outras figuras geométricas, muito repetitivos, prontos a serem unidos por cravos e abraçadeiras, na maior parte dos exemplares segundo desenho pouco sofisticado, em disposição corrida ou de painéis que se repetem/intercalam, delimitados por frisos. Casos há em que é dado

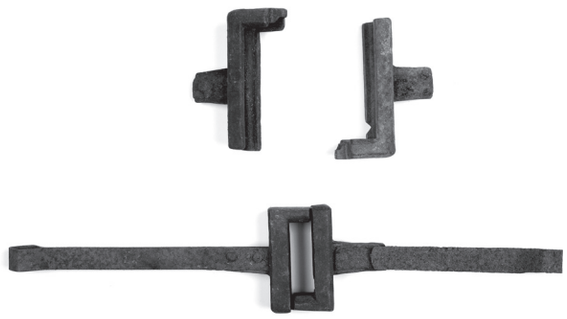
realce ao painel central - apresentando monograma, data, açafates floridos – e outros que podemos dizer exuberantes, portões e grades muito trabalhados, personalizados com monogramas e insígnias, se o encomendador era de posses.

Ao montar as várias peças que formavam o gradeamento, as uniões cravadas foram muitas vezes disfarçadas por lacetes de chumbo moldurados que as cobriam. Também algumas pontas mais inestéticas se disfarçavam com tremidos ou desapareciam sob aplicações de chumbo em forma de *lírio*. A mesma técnica de utilização do chumbo fundido e moldes bivalves permitiu, com frequência, que *flores* cobrissem os pontos de encontro dos ferros. Os ângulos superiores das grades de sacada e varanda terminavam em espigão, onde se encaixavam os remates em forma de pinha ou de urna, por exemplo, igualmente feitos em chumbo fundido ou de madeira. Em ferro forjado se executava a armação dos *papagaios*, separadores existentes nas longas sacadas e varandas corridas.

As entradas dos edifícios, em corredor, apresentar-se-iam mal iluminadas, dispondo muitas vezes as pesadas portas de postigos para arejar e iluminar o interior, protegidos por grades de ferro, numa obsessão em impedir quaisquer possíveis intrusões ao nível do rés-do-chão. Usavam-se também muito as meias-portas e portões baixos que, aberta a porta de madeira, deixavam a luz entrar, mas não franqueavam a passagem.

Espelhos de porta decorados seriam vulgares nas residências penafidelenses até à primeira metade do século XX. Para as fechar, e chamar, temos as aldrabas/batente que permitem uma abertura fácil, mas também os batentes zoomórficos, de fabrico bastante básico, figurando cães ou sardões/lagartos em atitude agressiva, boca aberta (mostrando os dentes) e cauda

F. Albuquerque / MMPNF



13. Molde para os lacetes de chumbo.

levantada, postura de defesa da entrada da casa face a quem a ela acedia a partir do espaço público. O seu valor apotropaico era ainda reforçado pelas frequentes terminações dos espelhos em cruz e pela adição, na face interna, de outros elementos afugentadores das *coisas ruins* como a ferradura ou o sino-saimão e, no momento anual de maior perigo, pela colocação das maias no próprio buraco da fechadura.

Como vimos no regimento setecentista, eram os ferreiros que preparavam os aros e demais ferragens dos carros de bois, bem como ferravam as rodas das carroças, de arco fechado, metido à pressão, para o que possuíam as respectivas pedras de vergar e de ferrar.

Para servir o trabalho agrícola, uma das tarefas mais repetidas pelo ferreiro seria, e ainda hoje é, a de aguçar e calçar a ferramenta, e muito particularmente as foicinhas de cortar erva para o gado, usadas quotidianamente. Devia apagar o resto dos dentes no rebolo, levá-las à forja e depois, no banco de picar, dotá-las de nova fiada de dentes, enrijecidos na tempera final,

F. Albuquerque / MMPNF

14. Molde para lírios e outros remates.

entre fogo e água. Competia-lhe também fazer os ferros de arado e as aivecas de substituição, mesmo para as charruas industriais, para o que dispunha da respectiva pedra das aivecas.

Para a habitação, preparava as mais diversas peças de que escolhemos, como exemplo de trabalho cuidado, uma artística braseira em tudo idêntica ao exemplar bragançano que Fernando Galhano desenhou, comentando que o modelo era comum por todo o país (Galhano, 1968, p. 134), suporte de um fogo fácil de transportar, e dois longos espetos de assar, com dispositivo para serem rodados e assim se obter uma mais uniforme cozedura do alimento.

Nas covas abertas na *pedra das colheres*, muitas vezes na própria soleira da porta da oficina, batia-se com o martelo de bola uma bem aquecida rodela de ferro com longo rabo que dava origem à concha do caldo. Este era, desde a primeira metade do século XIX, feito muitas vezes no pote fundido de três pernas que, de tanto estar ao lume, precisava de ter o seu fundo ciclicamente remendado, assim como as pernas, sujeitas a forte desgaste.

E acabamos com dois grupos de objectos em ferros destinados ao serviço público existentes ao Museu: as balanças de ganchos e romanas com os respectivos pesos aferidos, obrigatórias nas lojas e tendas de vendagem, e os curiosos cestos do antigo sistema público de sinalização por fachos, a cargo das Companhias de Ordenanças, dentro dos quais se acendiam as pinhas pezgadas ou outro combustível que produzisse a luz forte necessária à rede de sinais de comunicação.

Afinal, razão tinham os ferreiros da *dança das espadas* ao cantar:

«A nossa arte é o ferro
com ella vimos dançar
sem nos trabalharmos primeiro
ninguem pode trabalhar.
.....
Nem os reis podem ser reis
se lhe faltar os ferreiros
com o ferro se vence a guerra
com o ferro se cunha o dinheiro».

F. Albuquerque / MMPNF

15. Braseira.

F. Albuquerque / MMPNF

16. Espetos para assar.

F. Albuquerque / MMPNF

17. Balanças de ganchos e pesos.

F. Albuquerque / MMPNF

18. Cestos de facho.

ANEXO DOCUMENTAL

1742 – Regimentos dos ofícios de ferreiro e candeeireiro da vila de Arrifana de Sousa, acordados em acto de Câmara de 26 de Maio (AMPNF – A 4 *Livro de registo dos acordãos e mais coisas pertencentes à Câmara)*

«Regimento dos Ferreiros de Talho desta Villa
[1742]

Por hum machado novo de carpinteiro bem calcado coatrocentos reis	*400*
Hum machado de lenha sendo bem feito e bem calcado coatrocentos e sincoenta reis	*450*
Huma inxó de carpinteiro bem acabada cento e oitenta reis	*180*
Huma fouçe ruçadoura grande duzentos e corenta reis	*240*
Huma fouçe de podar duzentos e vinte reis	*220*
Hum podão bem feito cento e sincoenta reis	*150*
Huma machadinha duzentos e corenta reis	*240*
De calçar hum machado de carpinteiro cento e secenta reis	*160*
De calcar hum machado de lenha cento e vinte reis	*120*
De calcar huma fouce ruçadoura cento e corenta reis	*140*
De calcar huma fouce de podar cento e vinte reis	*120*
Huma serra braçal de oito palmos seiscentos reis	*600*
Huma serra de mão de carpinteiro cento e vinte reis	*120*
Huma travadeira de serra secenta reis	*60*
Huma inxada grande bem feita coatrocentos e sincoenta reis	*450*
Huma meam trezentos reis	*300*
Huma chocalha boa duzentos e corenta reis	*240*
Huma sertam grande de hum palmo e tres dedos quinhentos e sincoenta reis	*550*
e sendo outra maior setecentos e sincoenta reis	*750*
O arratel de trempe secenta reis	*60*
Huma grelha darratel a oitenta reis	*80*
Huma colher grande cem reis	*100*
huma mais pequena corenta reis	*40*
outra mais pequena trinta reis	*30*
Hum espeto de seis palmos duzentos reis	*200*
outro mais pequeno cento e vinte reis	*120*
O arratel de marras de pedreiro a cem reis	*100*
O aratel vuxas palmetas e cunhas a secenta reis	*60*
Hum fuzil de serra braçal secenta	*60*
Hum prego de palmo dez reis	*10*
Hum cento de pregos taboares cento e corenta reis	*140*
Hum cento de pregos caibrares duzentos e corenta	*240*
Hum cento de pregos faiares cem reis	*100*
Hum cento de tachas sincoenta reis	*50*
Huma foucinha oitenta reis	*80*
Hum ancinho cem reis	*100*
Hum sacho de sachar milho oitenta reis	*80*
Hum sacho de sachar cento e vinte reis	*120*
Hum sacho de bico corenta	*40*
O arratel de chapa de carro e pregos a secenta reis	*60*
e dando o ferro o lavrador serão o feitio a trinta reis	*30*
De chapiar huma inxada e calçalla duzentos e corenta reis	*240*
Huma inxada calçada com hum arratel de asso cento e oitenta reis	*180*
Huma verga de asso em huma inxada cento e corenta reis	*140*
De calçar huma sacholla de asso cem reis	*100*
O arratel de ferro de arado e charrua a secenta reis	*60*
O arratel de picois novos bem calçados a oitenta reis	*80*

Regimento do Officio de Candeias
[1742]

Por huma duzia de candeias grandes abertas mil e sincoenta reis	*1050*
Por huma duzia de candeias fechadas comuas mil e cem reis	*1100*
Por huma duzia de candeias mians setecentos e vinte reis	*720*
Por huma duzia de candeias muleirinhas seiscentos e sincoenta reis	*650*
Por huma duzia de candeias curiosas dois mil e coatrocentos reis	*2400*
Por huma candeia de tres lumes	*800*
Por de dois lumes setecentos reis	*700*
Por huma candeia de crus direita cento e sincoenta reis	*150*
Por huma candeia aberta cem reis	*100*
Por huma candeia fechada cento e vinte reis	*120*
Por huma candeia miam setenta reis	*70*
Por huma candeia mularinha secenta reis	*60*
Por huma candeia curoza de garabato e massaneta trezentos reis	*300*

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Municipal de Penafiel

AMPNF – A 4 *Livro de registo dos acordãos e mais coisas pertencentes à Câmara.*

AMPNF – A 7 *Livro de registo dos acordãos da cidade de Penafiel, 1805* [cópia dos acordãos de 1751].

AMPNF – A 13 *Livro de registo dos acordãos e mais coisas pertencentes à Câmara.*

AMPNF – A 16 *Livro dos acordãos e actos da Câmara.*

AMPNF - A 19 *Livro de registo dos actos da Câmara.*

AMPNF – A 123 *Livro copiador de correspondência expedida.*

AMPNF – A1445 *Livro do arruamento desta cidade,* 1762.

AMPNF – A 1590 a 1621 *Livro(s) de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para a eleição de deputados na freguesia de…*, 1836.

BIBLIOGRAFIA

BEÇA, C. de F. (1896) – *Penafiel. Hontem e hoje. Recordações e impressões* . Penafiel: Typ. de O Penafidelense.

CARDOSO, G. (1657) – *Agiológio Lusitano,* vol. 2, Lisboa: Na officina de Henrique Valente d'Oliveira.

COSTA, A. C. da (1706) – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes.

DUARTE, M. C. dos S. D. de O. (1972) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 -1784 (ensaio de demografia histórica).* Porto: ed. autor.

FERREIRA, J. A. P. (1967) – *Nossa Senhora da Silva, bosquejo histórico, o culto, a confraria, os hospitais.* Porto.

GALHANO, F. (1968) – *Objectos e alfaias decoradas do Museu de Etnologia do Ultramar. I – Portugal metropolitano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

GUIMARÃES, J. A. G. (2006) – Relações comerciais entre a Barra do Douro (Porto-Gaia, Portugal) e os portos do Golfo de Biscaia, desde a Idade Média até ao reconhecimento da independência do Brasil (1825). *Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*. San Sebastián, 5.

LEAL, A. S. A. B. de P. (1875) – *Portugal antigo e moderno*, vol. 20, Lisboa: Liv. Ed. de Mattos Moreira.

LEÃO, D. N. de (1610) – *Descripção do reino de Portugal*. Em Lisboa: impresso com licença por Iorge Rodriguez.

Mappa (1857) – Mappa demonstrativo do preço médio dos salários dos operarios nos trabalhos ruraes e artes mecanicasn'este districto no anno de 1856, in *Relatório da Junta Geral do districto do Porto.* Porto.

MARQUES, M. L. de S. P. (1974) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.

ORTIGÃO, R. (1887) – *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*, v. 1, Lisboa: Companhia Nacional Editora.

Penafidelense (O) (1878) – Penafiel, 1878/2/15.

QUEIROZ, J. F. F. (2001) – Subsídios para a história das fábricas de fundição do Porto no século XIX. *Associação Cultural Amigos do Porto. Boletim*. Porto, 3.ª série, 19, p. 141-185.

SANTOS, G. M. M. F. (1979) – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 -1729 (ensaio de demografia histórica).* Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.

SANTOS, M. M. (2000) – *Os capitais metalomecânicos em Portugal 1840-1920*. Porto: ed. autor.

RELATÓRIO (1881) – *Relatorio apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do districto do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes.* Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.

SILVA, F. R. da e CARDOSO, A. M. de B. (1997) – Intercâmbios comerciais entre o norte de Portugal e a Galiza na viragem do século XVII para o século XVIII. *Douro - Estudos e documentos*. Porto, 2:4, p. 215-220.

SOEIRO, T. (2003/4) – Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 8-9, p. 5-76

SOEIRO, T. (2000/1) – Os dias grandes. *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal, 6/7 p. 137-220.

SOEIRO, T. (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910.* Porto.

SOEIRO, T. (2005) – Penafiel, composição de um espaço administrativo. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 10, p. 101-209.

A PAISAGEM DE ARRIFANA DE SOUSA DESCRITA PELO ARRUAMENTO DE 1762

MARIA HELENA PARRÃO BERNARDO

RESUMO Com este estudo pretendemos analisar a ocupação física e a evolução urbanística de uma povoação denominada Arrifana de Sousa, actual freguesia de Penafiel, situada a seis léguas da cidade do Porto, que se desenvolveu na margem da antiga via medieval que ligava esta cidade a Trás-os-Montes e às Beiras. O âmbito cronológico deste trabalho é o século XVIII e tem como principal base de investigação os livros de cobrança da décima, em particular os *Livros de Arruamento* de 1762 e do lançamento da décima de 1763, depositados no Arquivo Municipal de Penafiel.
Os lançamentos da décima de 1762 e 1763 inserem-se num período cronológico que compreende uma fase de transformações relevantes no contexto da construção e organização político-administrativa do espaço liderado por esta povoação, à qual é, em 1741, atribuída a categoria de vila – Arrifana de Sousa, sede de um pequeno concelho, e três décadas depois (1770) elevada a cidade, sede de bispado e cabeça da comarca de Penafiel.
Arruamentos, edifícios e habitantes da vila e do seu termo são alguns dos aspectos da paisagem urbana de Arrifana de Sousa que podemos entrever através das fontes analisadas. Aliando os dados documentais à análise do existente, em particular os alinhamentos das ruas, os espaços de implantação e a arquitectura do edificado, e confrontando-os, quando possível, com os resultados de intervenções arqueológicas realizadas no Centro Histórico da cidade de Penafiel, é possível conceber uma representação gráfica da estrutura urbana da vila de Arrifana de Sousa em meados do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE **Arrifana de Sousa, Penafiel, urbanismo, arquitectura, século XVIII**

1. ARRIFANA DE SOUSA

No espaço arruado da vila de S. Martinho de Arrifana de Sousa cresceu a actual cidade de Penafiel, hoje localizada na freguesia e concelho homónimos, do distrito do Porto (fig. 1). Até cerca de meados do século XVI, Arrifana[1] era apenas um lugar da freguesia de S. Martinho de Moazares[2] e a sua afirmação enquanto sede e posterior desenvolvimento urbano devem muito à sua localização junto à estrada de tradição medieval que ligava o Porto ao interior do país, nomeadamente a Trás-os-Montes e às Beiras (Almeida, 1968, p. 173-175) (fig. 2).

1. O topónimo Arrifana aparece pela primeira vez nas Inquirições de 1258, no inquérito à freguesia de S. Martinho de Moazares (PMH, 1888, p. 593).

2. A actual freguesia de Penafiel denominava-se de S. Martinho de Moazares até à mudança da sua sede do lugar de Moazares para o de Arrifana em 1569, data em que a mesma passa a chamar-se S. Martinho de Arrifana de Sousa, pela transferência do orago S. Martinho de Tours para a nova igreja paroquial, construída sobre a medieval Capela do Espírito Santo (Aguiar, 1943, p. 58 e 60; Santos, 1973, p. 65).

1. Carta administrativa de Portugal Continental com a localização da freguesia e concelho de Penafiel.

2. Aspecto actual de parte do percurso da estrada medieval dentro do espaço arruado, as Ruas do Carmo e Direita.

Nas primeiras décadas do século XVIII, época aqui tratada, Arrifana de Sousa integrava o Julgado de Penafiel[3] (Almeida, 1830, p. 10; Soeiro, 1993, vol. 1, p. 111 e nota 13), administrativamente dependente do Porto desde 13 de Maio de 1384[4] (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 109). Embora, já em 1723, os moradores do lugar de Arrifana tenham solicitado ao rei D. João V a sua ascensão à categoria de vila, essa aspiração, por influência da vereação do Porto (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 111), foi adiada até 14 de Março de 1741, data em que recebeu a desejada promoção (Almeida, 1830, p. 34 e ss., p. 66 e ss.; Aguiar, 1936, p. 122-131; Soeiro, 1993, vol. 1, p. 111). Na carta de elevação a vila, Arrifana é descrita como um lugar *muy populozo e com muita* Nobreza que *ficava em distancia da cidade do Porto seis léguas com muito prejuízo para os Moradores delle em seus pleitos, e requerimentos*[5] pelo que tendo por termo a sua freguesia de São Martinho, e parte da de Santiago de Subarrifana[6], com Juiz de Fora e dos Órfãos, ficava com jurisdição separada da cidade do Porto (Soeiro, 2005, p. 130-131).

O restante Julgado de Penafiel de Sousa manteve-se sob jurisdição portuense até 1770, quando D. José concede à vila de Arrifana de Sousa o estatuto de cidade, alterando-lhe o nome para Penafiel, a denominação do Julgado, e a transforma na sede do bispado com o mesmo nome, cujo território era formado pelo desmembramento de parte do grande e influente bispado do Porto[7] (Almeida, 1830, p. 70 e ss., p. 158 e ss.; Soeiro, 1993, vol. 1, p. 113). A esta diocese presidiu o seu ausente único bispo, Frei Inácio de São Caetano[8], que não conheceu a residência episcopal ou a Sé Catedral, edifícios pré-existentes que foram adaptados às novas funções. Frei Inácio resignou o cargo a 12 de Agosto de 1778, facto que também contribuiu para a extinção do bispado de Penafiel nesse mesmo ano (Brásio, 1958, p. 16-17).

A 28 de Junho de 1770, à cidade de Penafiel é atribuído um novo termo constituído por todas as terras pertencentes à Coroa sitas no Julgado de Penafiel, as *Honras de Barbosa, beatria de Galegos, Couto d'entr'ambos os Rios, Villa de Melres e Couto de Meinedo* (Almeida, 1830, p. 161; Soeiro, 2005, p. 144-145) e os coutos de Bustelo e de Paço de Sousa, embora, em 1777, já depois da criação da Comarca de Penafiel[9], a cidade ainda não tivesse tomado posse efectiva de todas as suas terras (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 117).

3. A sede do Julgado de Penafiel situava-se em Penafiel de Sousa ou de Canas, na actual freguesia de Oldrões, junto ao Carvalho das Sete Pedras, mas por ser um lugar remoto e sem as comodidades necessárias para as audiências do corregedor e demais magistrados, em 1671, essas reuniões já se efectuavam no burgo de Arrifana de Sousa há vários anos (Ferreira, *O Século XIX*, 1864, n.º 45; Aguiar, 1943, p. 75-78; Soeiro, 1993/vol. 1, p. 111).

4. Embora com um interregno entre 1386 e 1494, período em que o Julgado de Penafiel de Sousa foi atribuído por D. João I a João Rodrigues Pereira (Silva, 1988, p. 49-50).

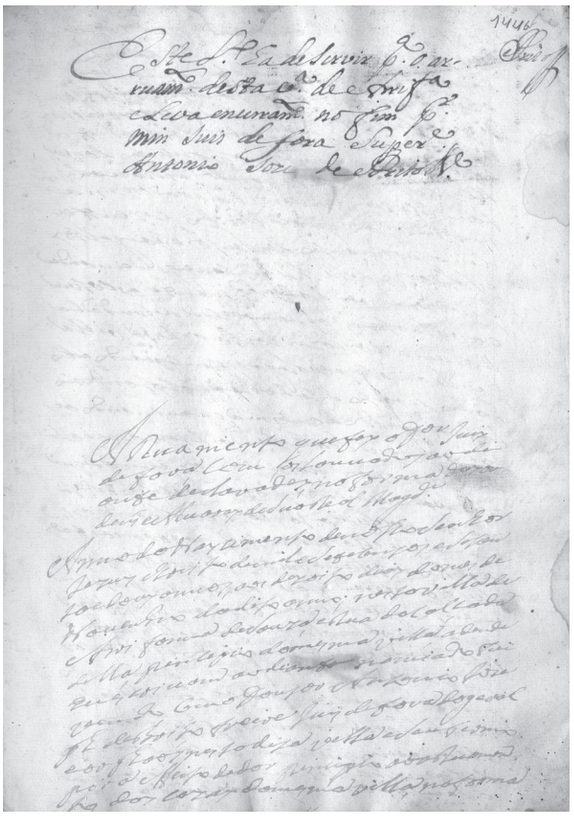
5. *Carta de D. João V de elevação do lugar de Arrifana de Sousa a vila* transcrita em Soeiro, 2005, p. 130-131.

6. A parte da freguesia de Santiago de Subarrifana que passou a pertencer à vila de Arrifana de Sousa foi apenas a que integrava o Julgado de Penafiel. Nas Memórias Paroquiais de 1758, a freguesia de Santiago de Subarrifana está dividida entre o termo da vila de Arrifana de Sousa e o concelho de Lousada, isso é, uma parte *hé da protecção* real, por ser termo da vila, e a outra parte tem *juiz espadana (sic) que julga do crime, cível e orfans no lugar chamado Torram*, cabeça de e concelho, com apelação para a vila de Barcelos (Memórias Paroquiais de 1758, *In* Capela, 2009, p. 574). Na verdade, o *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho* de 1798, de Custódio José Gomes Villas-Boas, delimita a freguesia de Santiago de Subarrifana com um pontilhado que indica as *Freguezias que limitando com diversas Jurisdições fica o seu território parcialmente dividido entre as mesmas Jurisdições* (Cruz, 1970).

7. A redefinição do mapa de algumas dioceses resultou das medidas reformadoras da Igreja da iniciativa do Marquês de Pombal que criou seis novos bispados: Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Penafiel e Pinhel (Brásio, 1958, p. 7-8). Com o objectivo de aí instalar a sede do novo bispado, a vila de Arrifana de Sousa foi feita cidade de Penafiel (Almeida, 1830, p. 70 e ss., p. 158 e ss.; Soeiro, 1993, vol. 1, p. 113) e assim permaneceu, mesmo depois da extinção do bispado, em 1778, que restabeleceu a integridade do antigo território da diocese do Porto (Brásio, 1958, p. 17).

8. Frei Inácio de São Caetano nasceu em Chaves a 31 de Julho de 1719 (Pereira; Rodrigues, 1912, p. 669-671), foi religioso da Ordem dos Carmelitas Descalços e confessor da futura rainha D. Maria I, tendo falecido no Paço de Queluz a 29 de Novembro de 1788, está sepultado na Basílica da Estrela, onde a sua inscrição tumular lembra o cargo de Bispo de Penafiel (Queirós, 1986, p. 16).

9. Criada a Comarca de Penafiel, cujo primeiro Corregedor e Provedor foi nomeado a 15 de Maio de 1775, ficam-lhe associados os concelhos de Unhão, Santa Cruz de Riba Tâmega, Gouveia e Gestaçô, a honra de Vila Caiz e as vilas de Canaveses e Tuias, todos da Comarca de Guimarães, e a cidade de Penafiel e respectivo termo, retirados da Comarca do Porto (Soeiro, 1993, vol. I, p. 118).



3. *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762* (AMPNF/CMPNF 1446, fl. 1).

2. LIVRO DO ARRUAMENTO DE 1762

Como vimos, o século XVIII foi marcante pela afirmação da autonomia administrativa de Arrifana de Sousa que, em 1762, com Juiz de Fora e dos Órfãos, administrativamente independente do Porto, orienta o processo do relançamento da décima e a realização do Livro de Arruamento[10] do espaço da vila e respectivo termo, a fonte que analisamos neste trabalho.

O Livro de Arruamento de 1762 resultou do relançamento do imposto da décima por iniciativa de D. José. Perante o conflito que envolveu a Espanha, a França, a Grã-Bretanha e Portugal, denominada a *guerra fantástica*[11], decorrida entre Abril e Novembro de 1762 (Hespanha, 1997, p. 193; Rodrigues, 2007, p. 171), o rei é obrigado a relançar o subsídio militar da décima em substituição do imposto dos 4,5%[12]. Assim, o Alvará de 26 de Setembro de 1762 ordena que se cobre a décima em conformidade com o Regimento de Maio de 1654[13] (Sousa, 1785, p. 506-522) e na forma da cobrança dada pela Lei de 22 de Dezembro de 1761[14] (Sousa, 1785, p. 507).

Seguiu-se o Decreto de 18 de Outubro de 1762 que esclarecia algumas dúvidas sobre o procedimento de lançamento do imposto e pretendia evitar as irregularidades verificadas durante os anteriores processos de cobrança (Sousa, 1785, p. 509-510). Nas cidades e vilas, os lançamentos deviam ser realizados por mestres pedreiros e carpinteiros *perítos*, nas zonas rurais por *Fazendeiros, e pelo que toca aos maneios,* [...] *por pessoas de cada huma das profissões dos Collectados* (Sousa, 1785, p. 508). O mesmo diploma enumera as normas para a cobrança da décima na cidade de Lisboa e respectivos subúrbios, as quais seriam posteriormente aplicadas de igual forma em todas as províncias do Reino (Sousa, 1785, p. 509 e 516). Os lançamentos de *propriedades de cazas* deviam ser efectuados *debaixo da inspecção ocular dos respectivos superintendentes, e lançadores*, com início pelo lado direito de cada rua, *descrevendo, e numerando especificamente cada propriedade debaixo de separado titulo: continuando-se sem interpolação pela ordem sucessiva, e rigorosa dos numeros, que forem seguindo, os quaes serão tantos, quantas forem as propriedades* (Sousa, 1785, p. 512). O mesmo processo aplicar-se-ia ao lado esquerdo de cada rua, *tudo na mesma conformidade do que se praticou na calamidade do Terramoto para se conservar a distinção das propriedades dos differentes donos, em commum beneficio dos que as possuião* (Sousa, 1785, p. 512). Em Lisboa, cada freguesia devia ter os *arruamentos* vertidos num livro (Sousa, 1785, p. 512) que servia de base às cobranças posteriores da décima e dos maneios, e qualquer alteração no assento, nomeadamente a alteração do titular da propriedade, seria registada nas margens (Sousa, 1785, p. 512-513).

Cumprindo o disposto no Alvará de 26 de Setembro de 1762, a vereação de Arrifana de Sousa, na sessão de 8 de Outubro de 1762, elegeu como lançadores da décima os pedreiros Francisco do Vale e Manuel Fontão e os carpinteiros João Moreira e Agostinho dos Santos, encarregues da tarefa na zona arruada da vila (AMPNF/CMPNF/B/A-001, Lv.5, fl. 195-195v). Assim, no Livro do Arruamento do burgo de Arrifana (fig. 3), podemos verificar que, obedecendo às normas do Decreto de 18 de Outubro de 1762, os lançadores iniciaram os levantamentos pelo lado direito de cada rua e regressaram ao início da mesma para efectuarem o levantamento do lado esquerdo, método que facilitou a tarefa de localização dos imóveis descritos no livro dos lançamentos.

Os levantamentos das propriedades localizadas no termo da vila, constituído por zonas rurais, apenas são concluídos em 1763 (AMPNF/CMPNF 1447 (1763). Com início a 18 de Novembro, os levantamentos do Livro de Arruamento não terão sido concluídos antes do fim do ano, pelo que, o livro do lançamento da décima de 1763, que na realidade tem início a 2 de Dezembro de 1762 (AMPNF/CMPNF 1447 (1763), fl. 73, completa o Livro do Arruamento com as entradas referentes às zonas rurais localizadas no termo da vila. Assim, o Livro do lançamento da décima de 1763, depois de enumerar as ruas pela mesma ordem do Livro de Arruamento, apresenta os *predios rústicos dos moradores do Termo*, que compreendia os lugares de Louredo, Santiago,

10. Em 1762, João de Almada e Melo era Governador das Armas do Porto, responsável pelas províncias do Minho e Trás-os-Montes e pela cobrança do subsídio militar da décima (Alves, 1987, p. 51-53). João de Almada e Melo foi também o primeiro presidente da Junta das Obras Públicas do Porto, criada na segunda metade do século XVIII (Alves, 1987, vol. II, p. 393), e fez aplicar no Porto a severa legislação que Lisboa teve em Maio de 1758, sobre o estabelecimento dos direitos públicos e particulares da reedificação, que se traduziu na aplicação da mesma concepção urbanística na cidade portuense (França, 2004, p. 39-40).

11. Em 1761, durante a Guerra dos Sete Anos, os Bourbons da Espanha, França e Itália estabelecem o *Pacto de Família*, unindo-se contra o poder naval de Inglaterra e, em Abril de 1762, solicitam a Portugal o encerramento dos seus portos ao comércio inglês, pedido que não foi satisfeito. Como consequência, a Espanha e a França declaram guerra a Portugal e, no seu seguimento, um exército franco-espanhol entra em Trás-os-Montes e conquista Miranda, Bragança e Chaves e segue até Almeida e Castelo Branco que também capitulam. Entretanto, Portugal pede apoio a Inglaterra, a qual enviou um corpo de tropas comandadas pelo Marechal-General, o Conde Reinante Guilherme Ernesto de Schaumburg Lippe. A 3 de Novembro de 1763, em Fontainebleau, é assinado um tratado de paz provisório e, a 10 de Fevereiro de 1763, o definitivo (Salema, 1979, p. 9-13), que pôs fim ao conflito que ficou conhecido como *guerra fantástica* (Hespanha, 1997, p. 193).

12. O tributo dos 4,5% foi instituído após 1715, no fim da Guerra de Sucessão (Hespanha, 1997, p. 193), até à reposição da décima pelo Alvará de 26 de Setembro de 1762 (Sousa, 1785, p. 506-522).

13. Diploma discutido nas Cortes de 22 de Outubro de 1653 (Silva, 1856, vol. 7, p. 302-311).

14. *Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761, que extingue o emprego de Contador mor, e os Contos do Reino, e Casa com todos os officios, e imcumbencias, e com todas as formas de arrecadaçaõ até agora* [...] (Sousa, 1785, p. 451).

Aveleda, Aperrela, Casal Garcia, Lamela, Santa Luzia, Beco e Cavalum (AMPNF/CMPNF 1447 (1763), fl. 79v--91v (fig. 4). O mesmo documento acrescenta ainda os prédios rústicos que alguns moradores da vila possuíam nos arrabaldes e termo da vila, dados que completam a paisagem de Arrifana de Sousa para esta data (AMPNF/CMPNF 1447 (1763), fl. 73-79, embora neste trabalho apenas abordemos os aspectos relacionados com o espaço arruado da vila. Neste contexto, o Livro do Arruamento de 1762 fornece diversos tipos de dados, entre os quais alguns essenciais para o estudo urbanístico e toponímico da vila de Arrifana de Sousa.

2.1 Análise da fonte

O *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762* foi iniciado no dia 18 de Novembro pelo Juiz de Fora e dos Orfãos da vila de Arrifana e seu termo, António José de Brito Freire, na Rua da Calçada, no *principio da mesma villa*, e pelo Escrivão da Câmara, José Inácio Monteiro (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 1 e 1v) e apresenta o núcleo arruado que se consolidou como vila e, em 1770, como cidade de Penafiel.

Em 1762 a vila de Arrifana é constituída por onze ruas que, seguindo o percurso dos lançadores, adquirem as designações enumeradas no Quadro 1 e assinaladas na Planta 1[15]. Entre as ruas com maior número de casas estavam a Rua Direita, a Rua de Cimo de Vila e a Rua de Santo António Velho com 93, 91 e 82 casas, respectivamente, que correspondem ao percurso da estrada medieval no interior do lugar e, e por essa razão, a via mais antiga de Arrifana de Sousa, que está na génese da própria urbe. Mas a zona mais valorizada localizava-se nas Chãns e nas Ruas de S. Mamede e de Cimo de Vila, a área edificada com rendas mais elevadas, o espaço em que se realizavam, ainda no século XIX, a feira de S. Martinho[16] e outras feiras mensais e anuais

4. Limites actuais das freguesias de Penafiel e Santiago de Subarrifana com a localização dos lugares que, segundo as Memórias Paroquiais de 1758, constituíam o termo da vila de Arrifana de Sousa.

(Almeida, 1815, p. 6-7, In Soeiro, 1993, vol. 3, p. 240). Neste tombo, depois de enunciado o nome do arruado, seguem-se as propriedades numeradas de acordo com a sua disposição no arruamento. Cada propriedade pode incluir entre uma e quatro moradas de casas que ocupam um espaço de terreno que se desenvolve em comprimento, com a fachada voltada para a rua principal, estrutura que terá persistido até aos nossos dias na generalidade das ruas (fig. 5).

Entre as 471 casas da vila de Arrifana de Sousa, 365 possuíam dois pavimentos, que correspondem ao rés-do-chão, ou loja, e a um sobrado, e apenas cinco têm três pavimentos (Quadro 2). A maioria das coberturas das casas era em telha, mas algumas ainda eram colmadas[17], embora, após a elevação a vila em 1741, aquela fosse obrigatória (Ferreira, *O Século XIX*, 1864, n.º 56).

Por também influenciar no valor da décima a cobrar, a referência ao estado de conservação das habitações surge por diversas vezes. Arruinada, queimada, danificada ou alagada[18] são algumas das expressões utilizadas, embora surjam numa pequena percentagem, pelo que cerca de 90% do edificado deveria apresentar-se com relativo bom estado de conservação. Outras referências caracterizam a utilização das casas: *sem caseiro*; *fechada a maior parte do tempo*; *por alugar*; ou *devoluta*. As casas que estão fechadas a maior parte do ano pertencem a clérigos e fidalgos que não vivem nelas, mas

15. Rua da Calçada, com construções apenas do lado esquerdo, athe o *Cruzeiro de S.to Antonio velho*; Rua de Santo António Velho que se estendia até à Igreja Matriz; Rua Direita, entre a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora da Ajuda; Rua de Cimo de Vila, com início na Capela de Nossa Senhora da Ajuda e término no Monte da Forca (Almeida, 1815, p. 64, In Soeiro, 1993, vol. 3, p. 266); Rua Nova, localizada entre a Capela de Nossa Senhora da Ajuda e a Quelha da Misericórdia; Chãns, do quelho da Misericórdia, situada entre a Igreja da Misericórdia e o adro da Capela de S. Mamede; Rua de São Mamede, entre a Capela dedicada a S. Mamede e a Rua da Piedade de Cima, que terminava na Capela de Nossa Senhora da Piedade; Rua da Piedade de Baixo, com início naquela Capela e fim na Rua do Poço; Quelho de Trás da Misericórdia e Quelha Larga. O Livro de Arruamento enumera ainda três bairros: Arrabalde, Carvalhal e Fornos (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 46-47v).

16. A feira de São Martinho realiza-se em Penafiel provavelmente desde os finais do século XVI e foi regulamentada pela administração da vila de Arrifana de Sousa, em 1741, passando a realizar-se entre os dias 10 e 20 de Novembro de cada ano e, embora especializada em gado, eram muitos os ofícios que aproveitavam estes dias para vender os seus produtos (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 506-510). Associada ao vinho novo e às castanhas, a feira continua a trazer à cidade de Penafiel muitos visitantes, sendo o feriado municipal o dia de São Martinho.

17. Se considerarmos que, nas entradas do Livro de Arruamento, o escrivão omitiu o tipo de cobertura das habitações e apenas mencionou as casas colmadas, por estas constituírem excepções com influência no valor que importava à décima, então poderíamos afirmar que as casas com cobertura de telha perfazem 96% do total das habitações.

18. Adjectivo que caracteriza uma casa em ruína e não inundada.

que as alugam ou usam esporadicamente, em ocasiões festivas, nomeadamente durante a Feira de São Martinho[19].

A maioria possui um quintal, localizado nas traseiras da propriedade, embora não sejam mencionados os tipos de culturas exploradas nestes espaços, à excepção da referência a dois olivais (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 48-48v e AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 12)[20]. Dentro do espaço arruado encontrámos também diferentes usos dos espaços construídos: um engenho de azeite localizado numa das casas do lado esquerdo da Rua Direita, propriedade e morada do Capitão Manuel de Sousa Grelho (AMPNF/CMPNF 1446 (17-62): fl. 21); um açougue instalado numa casa térrea e colmada da Rua da Piedade de Baixo ou na Rua do Poço, do lado direito (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 42v); e, na Rua de Cimo de Vila, do lado direito, *huma morada de cazas sobradadas grandes com suas logeas e quin-*

19. Nesta situação estão cinco casas, uma na Rua de Santo António Velho, do Reverendo Correia Solteiro (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 11v); duas na Rua Direita, uma das quais propriedade do Capitão Manuel Francisco Leal da Veiga (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 19) e outra de Dona Maria Bárbara (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 21v); uma na Rua de Cimo de Vila, propriedade do Capitão Bernardo José da Costa (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 27); e, por fim, outra nas Chãns do Quelho da Misericórdia, do lado esquerdo, pertença do Abade de Santa Tecla, que apenas se servia delas em ocasiões de festa (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 27).

20. No século XVIII em Arrifana, os olivais seriam em maior número (Soeiro, 1996/1997, p. 220-221), mas terão sido considerados no Livro do lançamento da décima de 1763 por se localizarem no termo da vila.

5. Configuração actual do alinhamento dos edifícios da Rua do Carmo.

QUADRO I - Toponímia do lugar arruado da freguesia de Arrifana de Sousa.

Fonte: Livro de Arruamento de 1762 (AMPNF/CMPNF 1762, n.º 1446)

Toponímia em 1762	Toponímia actual
Rua da Calçada	Rua do Carmo [parte]
Rua de Santo António Velho	Rua do Carmo [parte]
Rua Direita	Rua Direita
Rua de Nossa Senhora da Ajuda	Largo de Nossa Senhora da Ajuda [?]
Rua de Cimo de Vila	Rua Alfredo Pereira
Rua Nova	Rua Joaquim Cotta
Chans	Praça Municipal
Rua de São Mamede	Avenida Sacadura Cabral [parte]
Rua da Piedade de Cima	Avenida Sacadura Cabral [parte]
Rua da Piedade de Baixo	Rua do Bom Retiro
Rua do Poço	Rua do Sacramento
Quelha de Trás da Misericórdia	Rua da Misericórdia [?]
Quelha Larga	Largo Padre Américo [parte]
Bairro do Arrabalde	Rua do Arrabalde [?]
Bairro do Carvalhal	Rua do Carvalhal [?]
Bairro de Fornos	Travessa de Fornos [?]

QUADRO 2 - Número de sobrados.

Fonte: Livro de Arruamento de 1762 (AMPNF/CMPNF 1762, n.º 1446)

Rua	N.º de casas	N.º de sobrados				
		Térrea	Mista	Um	Dois	Dois
Rua Direita	93	3	0	81	2	7
Rua de Cimo de Vila	91	12	2	75	0	2
Rua de Santo António Velho	82	3	0	73	2	4
Rua de São Mamede e Rua da Piedade de Cima	52	14	0	36	0	2
Rua da Piedade de Baixo e Rua do Poço	46	18	0	25	0	3
Chãns do quelho da Misericórdia	26	0	0	26	0	0
Fornos	22	7	0	10	0	5
Rua Nova	20	0	0	18	1	1
Rua da Calçada	16	8	1	7	0	0
Arrabalde	11	4	0	7	0	0
Quelho atrás da Misericórdia e Quelha Larga	8	2	0	5	0	1
Carvalhal	5	2	0	2	0	1
TOTAL	**472**	**73**	**3**	**365**	**5**	**26**

tal que servem de estalagem e habitação de José da Rocha (AMPNF/CMPNF 1446 (1762): fl. 25). As restantes ocupações funcionais de cada edifício, em particular do uso atribuído à loja, apenas podemos deduzir a partir da profissão exercida pelos moradores, embora essa ilação possa ser errónea, considerando que estes podem trabalhar noutra morada.

Com a análise dos dados relativos às profissões dos moradores da vila de Arrifana pretendíamos identificar as mais representativas por rua, no sentido de verificar a existência de um possível padrão profissão/rua, algo que não se verifica na área em estudo, à excepção dos ferreiros que se concentravam preferencialmente na Rua de Santo António Velho e na Rua de Cimo de Vila. No conjunto de moradores, as profissões que mais se destacam são os ferreiros e os padres, as mesmas categorias que predominam entre os maiores proprietários. Mas em Arrifana vivia toda a sorte de profissionais: sapateiros, vendeiros, jornaleiros, alfaiates, licenciados, funcionários públicos, homens de negócio, serralheiros, carpinteiros, militares e boticários são também os que aparecem em maior número, pelo que o espaço de trabalho de alguns, nomeadamente dos artífices, também ilustra a paisagem e a vivência quotidiana dos arruamentos da vila de Arrifana de Sousa.

Assim, entre os temas que podem ser desenvolvidos através da análise desta fonte estão a toponímia dos arruamentos (denominações, localização, delimitação); as propriedades (número de casas, número de sobrados, ocupações funcionais, dependências, quintal, valor da renda, foros); e os habitantes (nome do proprietário e/ou morador, profissão).

3. FONTES COMPLEMENTARES

Para além dos livros do lançamento da décima aqui referidos, a identificação das linhas orientadoras do crescimento urbano e a delimitação do espaço físico construído da vila de Arrifana de Sousa em meados do século XVIII podem ser complementadas com o auxílio de várias fontes, algumas das quais impressas, nomeadamente a cartografia antiga, os relatos dos viajantes, as corografias e dicionários geográficos e mesmo a historiografia local[21]. Também o registo fotográfico dos séculos XIX e XX permite conhecer alguns aspectos do lugar antes das alterações urbanísticas, ocorridas nestas centúrias, que resultaram na alteração morfológica da cidade de Penafiel.

Entre as fontes citadas destacamos a *Corografia portugueza* de António Carvalho da Costa, pelo pormenor

21. O estudo de Arrifana de Sousa/Penafiel a partir destas fontes foi minuciosamente abordado por Teresa Soeiro (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 10-91 e 2005, p. 111-124).

Planta 1 – Planta parcial da cidade de Penafiel. Toponímia em 1762.

descritivo dos edifícios, em particular das igrejas, do lugar de Arrifana de Sousa (Costa, 1706, p. 383-385). Pela proximidade à época aqui tratada, António d'Almeida[22], o autor da *Descripção histórica e topográfica da cidade de Penafiel*, uma monografia em três partes, que como *observador participante* (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 84) constitui-se também como uma preciosa fonte de informação.

As Memórias Paroquiais de 1758 são também essenciais na tarefa a que nos propomos porque foram realizadas quatro anos antes do Livro do Arruamento de 1762 e permitem o confronto entre as duas perspectivas, em particular no que diz respeito às denominações dos arruamentos do núcleo da vila e ao número de moradores[23].

Mas se as Memórias Paroquiais descrevem o arruado, o *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho* de 1798 realizado pelo engenheiro militar Custódio José Gomes Villas-Boas representa graficamente o núcleo da vila e os alinhamentos das principais vias que o atravessam e que são consideradas motivadoras do desenvolvimento do lugar[24] (fig. 6).

Na ausência de plantas do lugar nos séculos XVIII, os processos de obras públicas e privadas e as plantas parcelares da cidade de Penafiel dos séculos XIX e XX, depositados no Arquivo Municipal, embora incompletos, são também fontes ricas em informações sobre a antiga fisionomia da urbe.

Por ser a mais completa, a planta mandada realizar em 1892 (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 319, nota n.º 7), serviu de base à tarefa de representar o espaço arruado da freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa. Embora esta planta retrate a quase totalidade do espaço construído, apresenta-se também ela incompleta. Os espaços vazios foram colmatados com o desenho de outras plantas, de cronologias distintas, mas que permitem a implantação das construções existentes na época aqui tratada, nomeadamente a *Planta levantada pelo Capitão M. B. Maciel a 8 d'Abril de 1863 para intelligencia do projecto do Quartel*; planta parcial da

22. Natural de Coimbra (n. 1767) onde se formou em Medicina, chegou a Penafiel em 1790 para ocupar o lugar de Médico do Partido, do qual tomou posse a 19 de Fevereiro de 1791 (m. 1839) (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 84).

23. Os nomes das ruas mantêm-se os mesmos, à excepção da inclusão, nas Memórias Paroquiais, da Rua de Santo António Velho na Rua Direita (*Memórias Paroquiais de 1758*, *In* Capela, 2009, p. 514).

24. A via que segue no sentido Oeste/Este corresponde à estrada de tradição medieval que partia do Porto, atravessava o rio Sousa na Ponte de Cepeda, passava no meio da povoação de Arrifana e, chegada ao Monte Maninho, à saída da freguesia, dividia-se em duas vias: uma seguia para Trás-os-Montes e Beiras e outra para o concelho vizinho do Marco de Canaveses. O caminho com orientação Norte/Sul sai de Braga em direcção a Sul e atravessa o rio Douro em Entre-os-Rios. O Mapa de Villas-Boas serve também para identificar vários coutos e honras, alguns que, a partir de 1770, são incluídos no termo da Cidade, nomeadamente, o Couto de Bustelo e a Honra de Barbosa.

6. Pormenor do *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho* completado pelo engenheiro militar Custódio Jozé Gomes Villas-Boas, no ano de 1798, e desenhado pelo Sargento-mor Ignácio Joze Leão, em 1804. Reprodução do exemplar existente na Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral.

cidade no início da segunda metade do século XIX (AMPNF Obras Públicas, 1130 (1861-1906)); e os alinhamentos e espaços construídos actuais.

Depois da tentativa de completar os espaços sem construções e da eliminação dos edifícios posteriores a 1762, a planta resultante torna-se passível de ser usada como base de trabalho, traduzindo-se numa representação da paisagem construída do burgo de Arrifana de Sousa em meados do século XVIII. Este suporte de trabalho permite ainda a confrontação entre as descrições das propriedades fornecidas pelo Livro de Arruamento de 1762 e a identificação das mesmas no espaço construído da vila, tarefa de que resultou a Planta 2, que não apresentámos concluída.

4. CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA

A cidade actual é uma das principais fontes de informação, na qual podemos obter dados a partir da análise arqueológica da arquitectura, embora, em vários casos, os elementos arquitectónicos caracterizadores da construção urbana do século XVIII, ou anterior, possam ser hoje apenas residuais. A conservação da maioria dos alinhamentos das ruas e dos espaços de implantação do edificado permite-nos a identificação de algumas vias públicas e da construção, mas estes factores nem sempre são suficientes para a concepção de uma planta, em particular, quando as alterações são demasiado profundas, quer pela junção de vários edifícios, quer pela alteração das fachadas, por vezes em altura, ou mesmo pela demolição de blocos inteiros para abertura de novas ruas ou outro tipo de melhoramentos.

Da tentativa de confronto do edificado existente com as descrições do Livro de Arruamento resultaram várias identificações. A título de exemplo, no Livro de Arruamento de 1762, a casa denominada *dos Garcez* é apresentada com números distintos, os quais correspondem, nesta data, a diferentes proprietários, embora estivessem relacionados por graus de parentesco: *huma morada de cazas sobradadas com sua logea e quintal do Padre Antonio Pinto Garcez que achavam valiam de Renda nove mil Reis Libres* [...][25]; *huma morada de cazas sobradadas com suas logeas do Sargentomor Joseph Preira Pinto Garces que achavam valiam de Renda Seis mil Reis Libres* [...]; *outra morada de cazas sobradadas com suas logeas do mesmo Sargentomor ou de Seus Irmons, em que mora Caetanno Ribeiro que achavam valiam de Renda cada Anno Coatro mil Reis Libres* [...][26]. A fachada, com a alvenaria de pedra conservada à vista num processo de

7, 8 e 9. Residência da família Garcez no século XVIII, localizada na Rua Direita.

25. Anotação na margem direita com tinta e grafia diferentes: *hoje o Sargento Mor Josseph Pereira*.
26. Anotação na margem direita com tinta e grafia diferentes: *hoje do Padre Francisco Joze Garces por Compra que fes a ecclesiastico deve*.

reabilitação recente, permite identificar quatro edifícios distintos. Algumas características arquitectónicas destas habitações, nomeadamente as portas e janelas de umbrais chanfrados, lembrando talhe em bisel, e outros elementos decorativos dos vãos, são cronologicamente enquadráveis no século XVI. O edifício actual resulta da união destas propriedades quinhentistas através de um frontão adornado com o brasão da família (figs. 7, 8 e 9). Esta alteração terá sido realizada em data posterior a 1782, ano em que foi nobilitado o primeiro Garcez, José Carlos Pinto Madureira Garcez (Soeiro, 1994, p. 76).

Na ausência de documentos que atestem a cronologia dos edifícios, nomeadamente licenças ou contratos de obras, limitamo-nos a indicar uma datação aproximada a partir da análise arquitectónica. O exemplo apontado no parágrafo anterior e outros, tais como alguns portais de traça maneirista (fig. 10), ou os compridos algerozes em pedra aplicados em muitos edifícios da cidade, que constituem uma consequência da imposição camarária dos finais do século XVIII (Soeiro, 1993, vol. 1, p. 308), são alguns dos exemplos que provam a existência destes edifícios ainda na centúria de Setecentos, factor que permite colocar mais uma peça no *puzzle* que é a concepção de uma planta do burgo de Arrifana de Sousa em meados do século XVIII.

Esta análise pode ser complementada com os resultados das intervenções arqueológicas efectuadas no Centro Histórico da Cidade de Penafiel. Durante acompanhamento arqueológico das obras de remodelação interior do estabelecimento comercial *Farmácia Miranda*, localizado no Largo de Nossa Senhora da Ajuda, uma construção típica do século XIX, inícios do século XX, com a fachada revestida a azulejo proveniente das fábricas de cerâmica portuense, foram recolhidos fragmentos de faiança do século XVIII (fig. 11) e registado, no interior do edifício, um poço que possivelmente estaria localizado no quintal de uma construção anterior. No edifício confrontante com a *Farmácia Miranda*, a Capela de Nossa Senhora da Ajuda, durante a recente limpeza do interior do compartimento localizado sob a torre, foi detectada uma porta lateral, cuja construção terá sido justificada pela abertura para uma espaço mais amplo que o quelho, hoje encerrado, que dava acesso às traseiras da Capela (fig. 12).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a legislação de referência, este recenseamento da propriedade terá sido realizado em todas as freguesias do país e poderá intitular-se de Livro do Arruamento ou Livro do lançamento da décima de 1762. O padrão legal que rege este levantamento é o resultado de um aperfeiçoamento legislativo iniciado após 1640 (Esperança; Polónia; Osswald, 2002, p. 273). Considerando que o levantamento foi realizado com o objectivo de se cobrar um imposto, terá havido algum empenho na exaustividade e sistematização da tarefa, pelo que esta fonte deverá apresenta-nos todas as construções existentes naquela data, embora, por vezes, fossem cometidas algumas irregularidades

10. Exemplo do portal de uma residência localizada na Rua Direita.

11. Fragmento de um prato de faiança do século XVIII.

12. Localização do poço no interior do edifício da *Farmácia Miranda* e da porta encerrada na torre da Capela de Nossa Senhora da Ajuda.

Planta 2 – Ensaio da planta de Arrifana de Sousa em meados do século XVIII.

que estiveram na origem de novos decretos, nomeadamente o de 18 de Outubro de 1762, que reforçava a obrigatoriedade de se levantarem todas as propriedades pelo seu valor real, sem fraudes nem omissões (Sousa, 1785, p. 511).

Hoje, e no contexto do estudo do urbanismo, a análise desta fonte permite aprofundar o estudo toponímico dos lugares; caracterizar a propriedade de carácter urbano e a sua organização espacial; analisar a ocupação funcional do edificado de acordo com as actividades económicas dos seus ocupantes, quer sejam proprietários ou arrendatários; calcular o valor da propriedade considerando a quantia cobrada como imposto da décima; e permite ainda definir, localizar e identificar cada edifício no espaço construído e relacioná-lo com os nomes dos habitantes, dados que também possibilitam um tratamento quantitativo da informação.

CARTOGRAFIA

Instituto Geográfico e Cadastral – *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho com o Quadro da sua População dividida em classes e outras particularidades Económico-Politicas: Completado no Anno de 1798* por de Custódio José Gomes Villas-Boas (reprodução).

AMPNF – Planta parcial da cidade no início da segunda metade do século XIX. Obras Públicas, 1861-1906, n.º 1130.

AMPNF – *Planta levantada pelo Capitão M. B. Maciel a 8 d'Abril de 1863 para intelligencia do projecto do Quartel.* Obras Públicas, 1861-1906, n.º 1130.

FONTES MANUSCRITAS

AMPNF – *Livro dos actos da vereação da Câmara* (1757-1762). Sessão de 23 de Outubro de 1762 – n.º 10 CMPNF/B/A-001, Lv. 5, fl. 195-195v.

AMPNF – *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762* - Fundo: IMPOSTOS; Série: DÉCIMA, n.º 1446.

AMPNF – *Livro do lançamento da décima desta Cidade* (1763) – Fundo: IMPOSTOS; Série: DÉCIMA, n.º 1447.

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, A. (1815) – Descrição Historica e Topografica da Cidade de Penafiel, Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo X. Parte III, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa. *In* SOEIRO, Teresa (1993) – *O* Progresso *também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Volume III. Dissertação para Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição policopiada.

ALMEIDA, A. (1830) – *Descripção Historica e Topografica da Cidade de Penafiel*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa. (Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa; Tomo X – Parte II). Edição fac-similada do original editado pela Câmara Municipal de Penafiel em 2006.

CAPELA, J. V. (2009) – *As freguesias do Distrito do Porto nas* Memórias Paroquiais *de 1758*. Colecção Portugal nas *Memórias Paroquiais de 1758.* Braga: Projecto POCTI-FCT.

COSTA, A. C. (1706) – *Corografia portugueza e descripçãm topográfica do famoso reyno de Portugal* [...]. Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712 (consultado em http://purl.pt/434/1/ a 22 de Outubro de 2011, pelas 15:28h).

FERREIRA, S.R. (1864) – Variedades. Apontamentos para a historia topographica de Penafiel. *In Jornal O Século XIX*, n.º 45 (13 de Agosto de 1864), n.º 49 (7 de Setembro de 1864) e n.º 56 (21 de Setembro de 1864). Resp. Rodrigo Telles de Menezes. Penafiel: Typographia do Século XIX.

(PMH) *Portugaliae Monumenta Historica, Inquiritiones*, Academia das Ciências de Lisboa, 1888.

SILVA, J. J. A. (1856) – *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva (consultado em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/, a 22 de Outubro de 2011, pelas 15:09h).

SOUSA, J. R. (1785) – *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes.* Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa (consultado em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/, a 22 de Outubro de 2011, pelas 14:51h).

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, M. (1936) – Penafiel antiga. Subsídios para a monografia do concelho. *Boletim da Câmara Municipal de Penafiel*. Penafiel: Câmara Municipal, p. 83-205.

AGUIAR, J. M. (1943) – *A Terra de Penafiel*. Porto: Tip. da Casa Nun'Alvares.

ALMEIDA, C. A. (1968) – *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*. Dissertação para Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição policopiada.

ALVES, J. (1987) – *O Porto na Época dos Almadas (1757-1804)*, vol. I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição policopiada.

BRÁSIO, A. (1958) – Três Dioceses Pombalinas. Castelo Branco – Penafiel – Pinhel. Separata da Revista *Lusitania Sacra*, To-mo III. Lisboa: União Gráfica.

CRUZ, A. (1970) – *Geografia e economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ESPERANÇA, R.; POLÓNIA, A. e OSSWALD, H. (2002) – As décimas no século XVII: classificação ocupacional e produção de informação. *In* separata de *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*. Coord. Inês Amorim. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

FRANÇA, J. (2004) – O Pombalismo e o Romantismo. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

HESPANHA, A. M. (1997) – A Arquitectura dos Poderes. A Representação da Sociedade e do Poder. A Fazenda. *In História de Portugal*, Dir. José Mattoso e Coord. António Manuel Hespanha. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa.

QUEIRÓS, J. S. (1986) – *Penafiel: (no 216.º aniversário da sua elevação a cidade) 3 de Março de 1986.* Penafiel: Edição do Pelouro de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel.

PEREIRA, E. e RODRIGUES, G. (1912) – *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico.* Lisboa: João Romano Torres – Editor. Vol. VI, p. 669-671 (consultado em http://www.arqnet.pt/dicionario/saocaetano_fi.html, a 26 de Agosto de 2011, pelas 11:08h).

RODRIGUES, A. S. (2007) – *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates.

SALEMA, V. C. (1979) – Desenhos cartográficos militares espanhóis referentes à campanha de 1761. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa, vol. 49, p. 7-56.

SANTOS, C. (1973) – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. *In* Documentos e Memórias para a História do Porto – XXXIX. Porto: Câmara Municipal.

SILVA, F. R. (1988) – *O Porto e o seu termo (1580-1640) Os homens, as instituições e o poder*. Documentos e Memórias para a história do Porto, vol. I e II. Porto: Arquivo Histórico. Câmara Municipal do Porto.

SOEIRO, T. (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Volumes 1, 2 e 3. Dissertação para doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: edição policopiada.

SOEIRO, T. (1996/1997) – Lagares de azeite no concelho de Penafiel. *In Portugalia*, Nova Série, vol. XVII-XVIII. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOEIRO, T. (2005) – Penafiel, composição de um espaço concelhio. *In Cadernos do Museu* n.º 10. Penafiel: Museu Municipal.

UMA TAÇA DE PORCELANA BRANCA E UMA ASA DE GRÉS NA "ARCA DE MIJAVELHAS"

HISTÓRIA E ESTÓRIAS REVELADAS PELA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DO CAMPO 24 DE AGOSTO DO METRO DO PORTO

IVA TELES BOTELHO **Arqueóloga, Metro do Porto, S.A.. iva.botelho@metro-porto.pt**

RESUMO E já Fernão Lopes falara neste "*pequeno espaço da çidade*" e no seu chafariz de Mijavelhas, na "*Crónica de D. João I*". Fernão Lopes e não só. De lá para cá, por entre quem administrava as águas do Porto, o manancial de Mijavelhas e sua arca com armas reais foram sendo retidos na memória… E, claro, o sítio e a ribeira, detentora primeira do topónimo, também eram conhecidos dos Historiadores do Porto.

Escapou, contudo, tudo isto ao *Estudo de Impacte Ambiental para a "I.ª Fase da Construção do Metro do Porto"*. E por isso coube à Obra do Metro do Porto – concretamente, à do "Projecto de Desvio de Redes" para a execução da obra do T04.05 da Linha A, ou *Estação de 24 de Agosto* – revelar inusitado potencial arqueológico: uma estratificação multissecular de que assoma em importância e novidade a fase construtiva remontante à Época Moderna!

Mas no cerne desta reflexão, o *Depósito 006f*, uma *taça branca de porcelana*, reconhecida numa fragmentada quinta parte da sua totalidade, e, marginalmente, uma *asa de grés porcelânico*. Depósito 006f, integrado naquela fase que consistiu na transformação de uma fonte de mergulho em fonte de espaldar, bem como no melhoramento do piso envolvente. Elemento para *terminus post quem*: a pedra de armas reais já do "*Portugal Moderno*", presente no frontispício da fonte; elemento para *terminus ante quem*: o prazo de fateuzim, celebrado entre a Câmara e António de Madureira, em 1548.

Depósito 006f que foi selado pelo lajeado colocado no século XVI… e desselado pela obra pública do século XX… mas exumado já no século XXI!

– Deposição singularmente temporã? Resultado de contaminação por Obra? Como entender esta entrada da porcelana no "*registo arqueológico" do Campo 24 de Agosto*?

É este o *leitmotiv* desta exposição e, a propósito, alguma da História revelada e *estórias* suscitadas pelas obras do Metro do Porto.

PALAVRAS-CHAVE **Metro do Porto, Mijavelhas, Ming, porcelana branca**

1. INTRODUÇÃO

É objecto deste artigo apresentar alguns dos resultados conseguidos nas obras do Metro do Porto (primeira fase de construção), particularmente motivados pela investigação levada a efeito no Campo 24 de Agosto, Porto, e, paralelamente, chamar a atenção para algumas problemáticas suscitadas pelo *registo arqueológico* em contexto de obra.

Assim, providenciou a implementação da *Estação de 24 de Agosto* a descoberta de inusitado potencial arqueológico, contrariando a avaliação de sensibilidade prevista em sede de Estudo de Impacte Ambiental: não lhe diagnosticou este – ao *lote T04.05 da obra da Linha A,* inserido em canal de metro enterrado e ocupando o subsolo do Jardim Menor do Campo 24 de Agosto –, especial potencial, dado que integrado em "*(…) espaços ainda pouco urbanizados no século XIX, representando ao nível do património, impactes menos sensíveis"* (Coba, 1997, p. 4/80-81). Decorrentemente, preconizava, tão-só, sondagens prévias de diagnóstico.

Preconizava também que o *Programa de Salvaguarda do Património* para mitigação de impactes deveria ser implementado pelo *Dono de Obra*, a Metro do Porto, S.A.. Entretanto, a Obra foi executada sob a responsabilidade do Consórcio Normetro, A.C.E., ao abrigo de um *Contrato tipo "Concepção-Construção"*. E foi assim que coube a este – pelo *chave-na-mão,* incumbido de "conceber, projectar e construir" –, a autoria de tal descoberta: na Primavera de 1999, uma pesquisa arquivística de apoio à elaboração do Projecto de Desvios de Redes indiciava a sensibilidade arqueológica do local, e todo o processo de investigação acabou por ser desencadeado pela descoberta de um reservatório de pedra desactivado, para a memória, registado em relatório sobre a condenação do "manancial do Campo

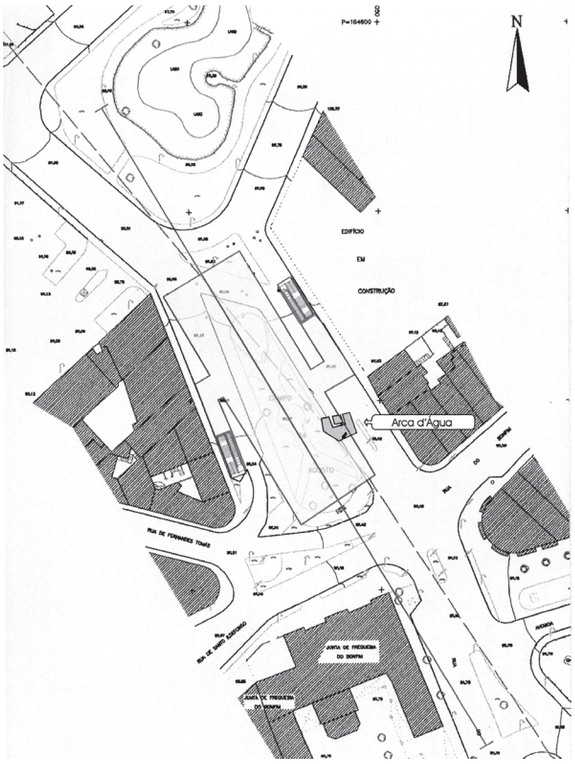
Grande" (topónimo prévio do Campo 24 de Agosto), elaborado pelos S.M.A.S, em 1958.
Assim se lhe reportava o mesmo:

«Tendo-se procedido a limpeza sumária das paredes da arca, foi encontrada na galeria Poente e na parede Nascente, uma pedra com as armas reais. Serão estas as armas a que se refere o livro manuscrito arquivado nestes serviços – Águas Municipais – o qual a folha 52 diz: "*pela câmara em 22 de Setembro de 1548 com o foro anual de 160 réis estava incluído este terreno como pertença da Quinta do Reimão e era nele que existia a referida fonte* [Manancial de Mijavelhas], *metida numa arca que tinha em cima as armas reais, sinal bem claro de pertencer à cidade (...)*"?»[2]

Campo Grande e *Mijavelhas*, topónimos que, juntamente com outras fontes manuscritas[1], faziam a equipa de engenharia aventar hipótese localização de "*duas arcas ali, em 24 de Agosto, uma mais a Norte e a outra, mais a Sul*".
A resposta encontrava-se em Henrique Duarte Souza-Reis[2], homem dedicado a pesquisa histórica sobre os "*Mananciaes e Fontes Publicas da Cidade*", que esclarece o seguinte sobre o referido Manancial do Campo Grande:

Foi "*(...) denominação posterior que se lhe deo por assim se (sic) o lugar aonde assenta a sua arca, sendo modernamente mudado o nome para =Campo 24 d' Agosto= notando se que a esta nascente se chamava primitivamente =Mijavelhas=.*"[3]

Entretanto, bem anteriormente, por referência a Mijavelhas, já Fernão Lopes evocara no local um chafariz, na "*Crónica de D. João I*". Mijavelhas, antes de mais, topónimo da ribeira tributária do Douro, cujo trajecto era intersectado pela saída para a "*Estrada de Valongo e além*", como conhecimento dos Historiadores do Porto.
O interesse suscitado pela confirmação da existência no subsolo do Campo 24 de Agosto de estrutura de pedra arcada, incorporando um silhar com um "P" gravado e integrando uma *pedra de armas reais* num dos alçados (figs. 1 e 2), motivou hipótese de musealização na estação a construir[4] e, simultaneamente, desencadeou trabalhos de Arqueologia, num total de seis campanhas de trabalhos de campo implementadas em articulação com a Obra.



1. Implantação do reservatório no Campo 24 de Agosto, de acordo com o levantamento dos S.M.A.S., e sua intersecção pelo projecto da estação (sobreposição da autoria do Arq.º Tomás Allen, da Metro do Porto, S.A.).

Trabalhos esses iniciados pela signatária em 1999, ao serviço da Metro do Porto S.A., com o levantamento do imóvel, mas tendo também envolvido a ERA – Arqueologia, Lda. em 2000, na escavação do sítio e, finalmente, a Arqueohoje, Lda.; esta foi primeiramente adjudicatária da Normetro, e depois, em 2002, executou trabalhos em parceria com a Metro do Porto, sendo estes últimos da responsabilidade científica da signatária. No total, revelaram uma estratificação arquitectónica multissecular centrada no aproveitamento dos recursos hídricos do sítio. A um tempo, também confirmaram, *grosso modo,* a diacronia intuída a partir dos relatos do século XIX e revelaram inusitados pormenores que acrescentaram de novidade a História Urbana do Porto neste arrabalde, já no *termo velho* da cidade.
Assim, assomou em importância histórico-arqueológica a fase construtiva remontante à Época Moderna, na sua manifestação de renovação: uma requalificação do espaço, evidenciando conhecimento pelo cânon renascentista, como se tentará demonstrar.
Mas nesta estratificação, destaque-se aqui o testemunho do Velho Mundo daqui, da Terra Lusa, lançado nos mares e na busca de Novos... e de outros Velhos Mundos, renovadamente reconhecidos. Destes, do dos lados do Cantão, no Campo 24 de Agosto – Bonfim, Porto –, estão presentes o grés e a porcelana em ínfi-

1. Designadamente, desenhos dos séculos XVIII e XIX.
2. "*Official Maior da Secretaria da Municipalidade*" do Porto, no 3.º quartel do século XIX.
3. Souza Reys (1861) [fl. 141 e 141 v.].
4. Foi assim que se procedeu à alteração de projecto de arquitectura em fase incipiente da sua elaboração, e se criou o *Mezanino Baixo* da estação destinado à *integração/musealização da "Mãe d'Água".*

mos fragmentos informes, mas também numa *tacinha branca,* artefactos identificados em contexto selado ainda no século XVI.

- Deposição singularmente temporã? Resultado de contaminação por Obra? Como entender esta entrada da porcelana no "*registo arqueológico" do Campo 24 de Agosto*?

É este o *leitmotiv* desta exposição, com que – mais do que apresentar revelações – se pretende colocar à disposição da comunidade científica algumas questões para reflexão.

II. *O ACHADO*

1. UMA TAÇA BRANCA DE PORCELANA NO DEPÓSITO 006 DA ESTRATIFICAÇÃO DO CAMPO 24 DE AGOSTO

1.1 A taça branca de porcelana

Descrição técnica: taça com pé recuado e parede arredondada que se projecta para o exterior junto ao bordo; peça modelada em pasta muito fina de porcelana branca e vidrada a branco; vidrado acetinado, translúcido; Ø: 180 mm, alt.: 84 mm (figs. 3 e 4).

Esta peça foi reconstituída a partir da colagem de sete fragmentos de um conjunto de oito, exumados todos juntos no depósito 006, amostra 006f, sendo de destacar o seu óptimo vidrado (fig. 3).

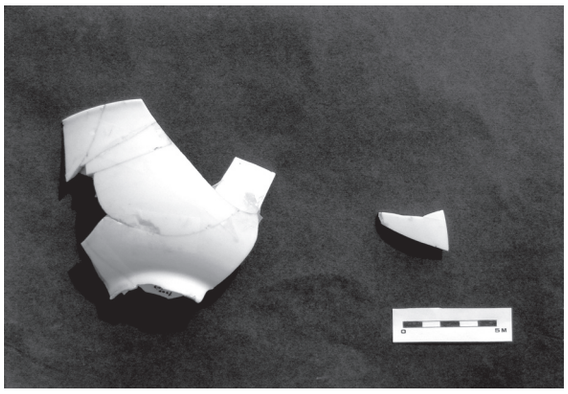
1.2 O Depósito 006 e a amostra d.006f

Trata-se o Depósito 006[5] deste sítio, de formação de solo conectada com o assentamento da requalificação do espaço ocorrida na Época Moderna. Devendo ter resultado de uma deposição intencional para preparação da cota de base daquela requalificação, encontrava-se em grande parte selado por uma superfície lajeada. Contudo, esta referência engloba um conjunto de depósitos variando em características sedimentológicas, o que levou à discriminação de 7 amostras, elencadas de *d.006a* a *d.006g*. Contendo cerca de 3000 fragmentos cerâmicos pertencente a vasilhame de uso doméstico, caracterizam-se estas inclusões artefactuais por registarem larga supremacia de cerâmica fosca

FotoEngenho

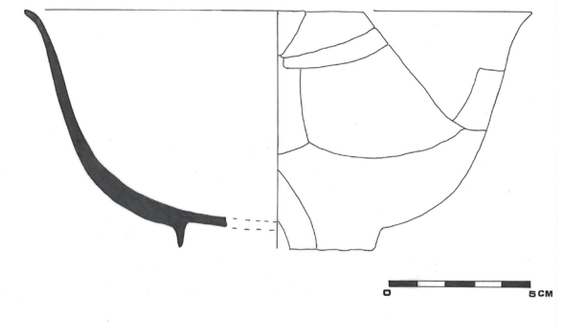
2. "Musealização de arca de Mijavelhas e do reservatório do Campo Grande na estação de 24 de Agosto. Observe-se o escudo no frontispício da arca."

Iva Botelho



3. Peça colada.

Iva Botelho



4. Taça de porcelana.

sobre as produções vidradas (numa proporção aproximada a 5/1). Entre os fabricos vidrados, incluem-se fragmentos de vidrado de chumbo de tonalidades meladas, amarela e verde, bem como fragmentos de faianças de importação – designadamente fabricos do Levante Espanhol –, e nacionais do tipo vidrado de estanho sobre pasta vermelha, mas também sobre pastas róseas pintadas a azul-cobalto e/ou vinoso manganês com temas orientalizantes. Significativamente, regista também a presença de porcelanas orientais e de grés. Nomeadamente, nas amostras exumadas em 2000.

Mas, entre as diferentes amostras, dá-se aqui destaque à amostra 006f, localizada no limite NE da formação

5. Designação assim atribuída, numa abordagem macro à deposição do sítio.

Desde já se esclareça a seguinte opção metodológica usada nos trabalhos dentro das adjudicações à Arqueohoje: na linha de Martin Carver (1990), os contextos foram referenciados de acordo com o seu tipo – *depósitos*, *estruturas* e *valas* –, e identificados segundo séries autónomas alfa-numéricas, respectivamente, pelas letras *d.*, *e.* e *v.*, seguidas de número. Em relação aos depósitos foi também atribuída referência seriada subordinada à sedimentação macro do sítio, sendo, dentro desta seriação, discriminadas todas as variações registadas, identificadas por alíneas, como anotado já de seguida no texto.

DEP.006. Trata-se de uma amostra especialmente interessante, dado que assim selado pelo referido lajeado, para além dos fabricos já mencionados e em proporções idênticas, temos o visado conjunto de oito fragmentos de porcelana branca, para além de três fragmentos de grés. Um destes, uma asa vidrada a branco, aparentemente de fabrico muito evolucionado (figs. 5 e 6).

2. O CONTEXTO

Passe-se, por isso, ao contexto da amostra d.006f dado pela estratificação arquitectónica.

Como já referido, servindo de assentamento a uma unidade da superfície lajeada (designada de estrutura e.040), juntamente com a amostra d.006g subjacente (um depósito pedregoso), a amostra d.006f colmatava o topo da *Taça Norte* – assim designada por referência à dita *Taça Sul* – de uma fonte preexistente que se interpretou tratar-se como sendo o chafariz de Mijavelhas citado por Fernão Lopes, referência a partir do qual lhe é atribuído *terminus ante quem* no Ano de 1384.

Quanto ao lajeado e.040, colocado na Época Moderna, veio a ser anulado pela acumulação acidental do "*Depósito 005*", constituído de terra, pedra e loiça fosca e vidrada (incluindo faiança pintada a azul e a vinoso), que oferece *corpus* singularmente excepcional datado dos segundo e terceiro quartéis do século XVII.[6]

2.1 Nos tempos medievos: o chafariz de Mijavelhas

"*Elles todos preste com gramde esforço e voontade sahirom todos fora, e foromsse apousentar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade* (...)."

in Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Cap. CXIX.

Que se " *(...) fezessem logo correger e amanhar o chafariz de Miega Velhas*".

in Livro de Vereaçoens, XL, 186 (1414).

O *chafariz de Mijavelhas*!

Como já dito, foi tal estrutura identificada com os vestígios enquadrados na *FASE I da estratificação do sítio*. Sublinhe-se, aquela estrutura *foi vestigialmente reconhecida* a partir de aduela tipo saimel de um arco, assente no que restava de um alinhamento pétreo de cantaria que, juntamente com vestígios de outros dois alinhamentos perpendiculares e respectivos caboucos, enquadrava um poço escavado na rocha, de onde brotava a *nascente de Mijavelhas* na margem esquerda da ribeira.

Estes vestígios foram interpretados como pertencentes a uma fonte de chafurdo – assente no, à Época, afloramento granítico – levantada em cantaria de perpianho, de planta rectangular e possivelmente coberta por abóbada de berço, que reservava e distribuía a água daquela nascente.

Esse chafariz, voltado a Poente, dispunha de duas taças fronteiras mas descentradas em relação àquele e dispostas no sentido aproximado NNO/SSE (fig. 7).

Tendo sido afeiçoadas em depressões do afloramento granítico, estas taças eram estruturadas por dois muretes de cantaria levantados perpendicularmente entre si e de encontro às quebras da superfície rochosa: o muro e.047, correndo naquele sentido, e o muro e.090, correndo perpendicularmente. Taças sujeitas a melhoramentos no Século XV, conforme relatado nas actas das vereações e como testemunhado pela pavimentação lajeada da Taça Sul (IB) e subida da cota de fundo da taça Norte (IA).[7]

Rui Lebreiro

5. Asa de grés.

Rui Lebreiro

6. Asa de grés, pormenor.

6. Cronologia atribuída a partir das faianças e de acordo com a tipologia de Pendery (Sá, 2011).

7. Os materiais exumados nos depósitos saibrentos bem compactados deste melhoramento confirmam esta cronologia, pois incluem várias faianças de importação: majólica veneziana e produções do Levante Espanhol (*loiça malagueira e de Paterna-Manises*).

No que concerne a esta discussão, de realçar que o murete NNO/SSE *e.047*, na secção correspondente ao limite da *Taça Sul*, dispunha de 3,64 m de comprimento.

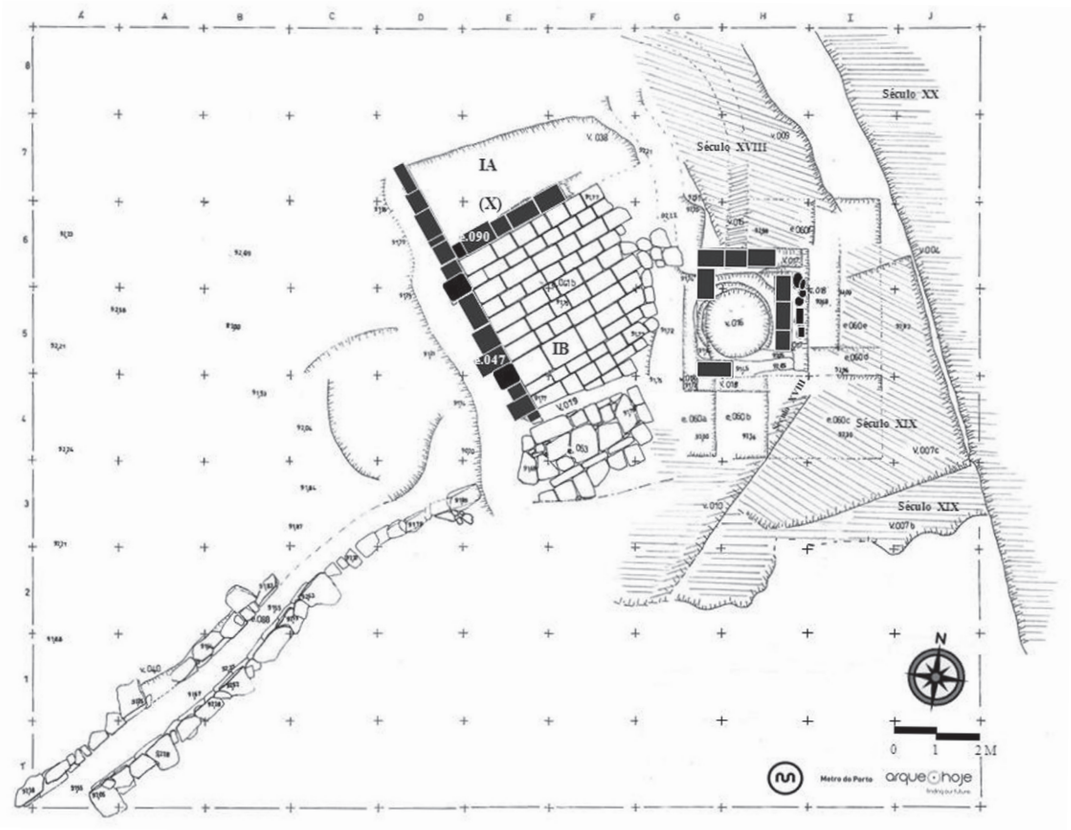
2.2 Na Época Moderna: a arca de Mijavelhas

Deve-se tal *estado vestigial* do chafariz medievo à implementação da *FASE II da diacronia construtiva do sítio*, remontante à Época Moderna, como por enquanto tão-somente se assume.

À concepção do novo espaço presidira a incorporação das preexistências naturais e construídas, numa amplificação espacial em área e altura, com orientação principal a Poente e secundária a Sul-poente, como imposto pela topografia de enquadramento. Desta forma, sumariamente, ali onde a "*Estrada de Arrifana*" ou "*de Valongo e além*" cruzava a ribeira de Miijavelhas – à Época, limite do termo do Porto e *à distância a cavalo* da Penaventosa e Cividade –, foi criada uma praceta lajeada com cerca de 375 m² que enquadrava uma *arca de pedra com armas reais*, defronte da qual se estendia uma taça bipartida (fig. 8). Tudo isto partindo da absorção do chafariz e taças medievais.

Pormenorizando, a *fonte de mergulho* (ou chafariz) foi transformada em *fonte de espaldar* (ou arca), mas o que é de enfatizar é que esta ampliação teve como módulo a *taça sul* daquele, trabalhando a sua métrica, os c. 3,64 m de lado referenciados no seu muro delimitador e.047. De facto, não só a arca foi construída em volta do chafariz, como parece indiciar-se um esforço de rectificação da planimetria deste: de uma estrutura sub-rectangular passou-se a uma estrutura de planta quadrangular conseguida através do trabalho das espessuras das suas paredes, com alongamento para Nascente, de forma a conseguir-se os 3,64 m de lado (fig. 8). Mais, esta transformação do chafariz em arca foi acompanhada por nova reconversão das taças, agora resultante da rotação do seu desenvolvimento espacial: mais uma vez trabalhando depressões naturais do afloramento granítico, foi criado um "*espelho de água*", com orientação aproximada ENE/OSO. Tal conseguiu-se pela construção de uma nova taça (IIB), também ela quadrangular e apresentando a mesma medida, no alinhamento a Poente da antiga Taça "Sul" que, assim, passou a "Nascente"/IIA, por relação com a nova taça.[8]

8. Quanto à antiga taça Norte, por enquanto, informe-se que ela foi simplesmente condenada.

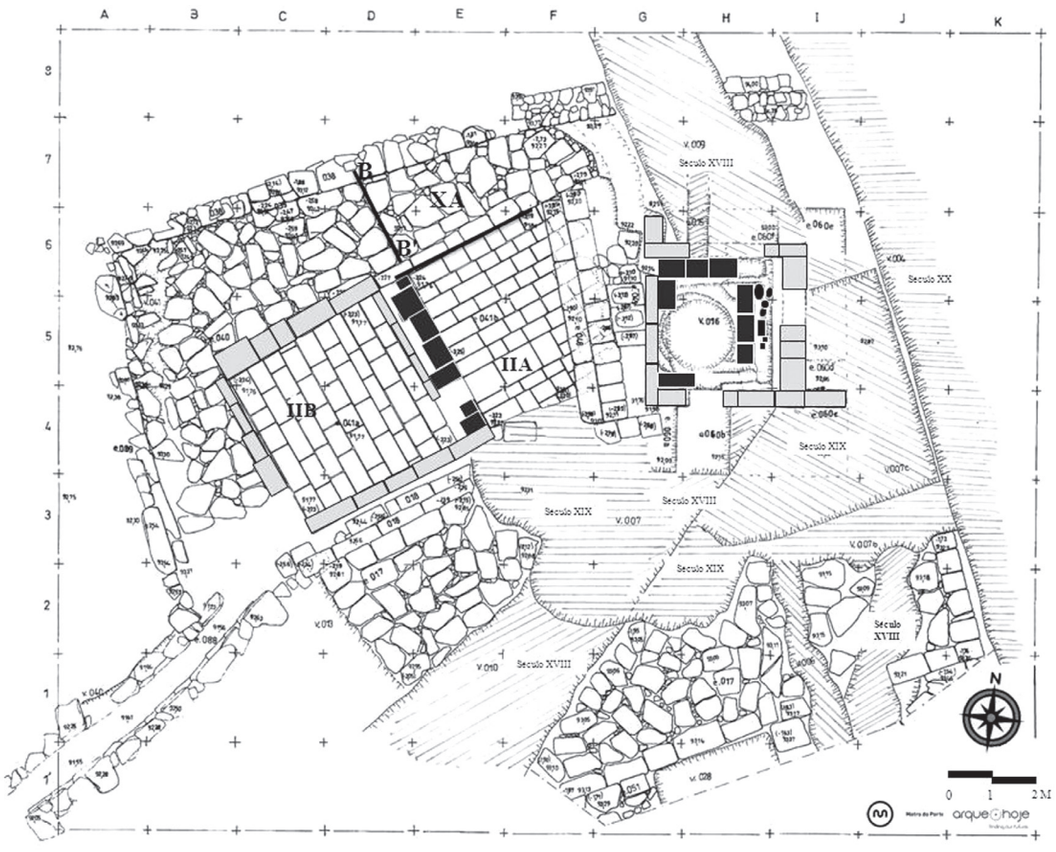


7. Fase I, planta geral com marcação de chafariz e taças. (X): local de deposição da amostra d.006f.

Taças estendendo-se defronte do frontispício da arca de pedra, assim reconhecido pela presença da *pedra de armas reais*... Incompletas, estas: falta-lhes a coroa. Perdida no tempo de lá para cá, seria ela aberta ou fechada? Mas perda que deixa efabular sobre a possibilidade de também aquela medida poder ter estado presente no pé-direito original da arca[9]. Desta forma, ainda que tendo como primeiro e segundo princípios subjacentes os da adaptação ao meio físico natural e antropizado, advinha-se um terceiro de concepção desta requalificação: o do seu cariz proporcionado, resultante do trabalho do módulo dado pela largura da taça sul medieva, fazendo desenvolver *dois quadrados* (as taças), defronte de um insinuante *cubo* (a arca) (fig. 9). Considerando custos e esforço, será de admitir a sua implementação por iniciativa pública e neste sentido parecem corroborar, ainda que dentro de certos limites, os dados de Francisco Ribeiro da Silva:

9. Ao Presente, ela chegou com 3,24 m de pé-direito, elevando-se o timbre o escudo a 2,80 m de altura. A respeitarem-se as proporções presentes na fonte do Ladoeiro (Castelo Branco, à E.N. 240), de 1571, é plausível um pé-direito aproximado a 3,50 m.

"*Quem se der ao trabalho de folhear os livros de arrematações das obras públicas do Porto dos séculos XVI e XVII, verificará que o cuidado pelas calçadas e chafarizes situados nos espaços fora de muros é entendido como uma obrigação municipal tal como as ruas de dentro.*"
(...)
Todavia, remonta ao período filipino um novo conceito de beleza urbanística que levou, nos primórdios do século XVII, à criação de largos espaços verdes especialmente concebidos para fruição colectiva. " (Ribeiro da Silva, 2000, 257-261)
- Terá sido mesmo assim?
Pelo que se verificou e descreveu, a mencionada melhoria funcional foi procurada fundamentalmente na perspectiva do melhoramento do piso envolvente – certamente sujeito a encharcamentos –, com a aplicação da calçada de granito (e.040, e.017 e e.051) sobre o Depósito 006, um aterro intencional para seu assentamento. Lajeado cujo extremo NE da sua unidade e.040 selava a antiga taça Norte medieva, que fora simplesmente condenada com depósito de pedra (d.006g), rematado com depósito de terra, *a amostra d.006f* em



8. Fase II, planta geral, com marcação da arca em torno do chafariz e Taça IIB. XA: secção do lajeado e.040 sobreposto ao local de deposição do depósito 006f. Linha B-B': alinhamento de juntas no lajeado e.040.

que se contextualiza o registo das visadas *taça branca de porcelana* e *asa de grés* (fig. 10).

III. DISCUSSÃO DO *ACHADO*...

1. DOS DADOS DE PORMENOR...

Recapitulando, a visada taça de porcelana foi reconstituída a partir da colagem de sete fragmentos de um conjunto de oito, exumados num depósito selado e ensacados juntamente com o restante espólio exumado (nomeadamente, a asa de grés), *sem que, no momento, despertassem atenção ao arqueólogo.*

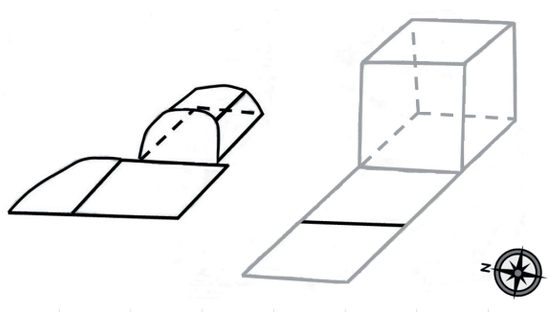
Como descrito, caracteriza-se esta peça pela sua tonalidade branca com vidrado desprovido de decoração, e pela tipologia exvasada do seu perfil, tipologia esta presente na *Dinastia Ming, Período Jiajing* (1522-1566) (Salgado e Matos, 2002). Dinastia Ming com quem Fernão Peres de Andrade trava relações diplomáticas e comerciais a partir dos contactos de fixação no Cantão, em 1517, mas, como assente pela Historiografia, apenas cimentadas a partir da década de 40 seguinte, após atribulado relacionamento sino-português. Independentemente da hipotética consonância limite deste balizamento cronológico para a documentação da presença da porcelana em território português, há porém que sublinhar que, pela sua tipologia decorativa, se trata esta de peça sem referencial publicado; sendo de realçar, a propósito, a qualidade do seu vidrado branco, a olho nu, incomodamente sem desgaste!

Mas, nesta conjugação de dados, atente-se também na cronologia estratigráfica de enquadramento desta deposição.

2. ...AOS DADOS DE ENQUADRAMENTO

2.1 Balizamento cronológico da estratificação arquitectónica

Antes de mais, um elemento de datação presumivelmente seguro para *terminus ante quem*: a celebração de um *contrato de fateusim,* aos 22 de Setembro de 1548, entre a Câmara e António de Madureira, que cita a localização nos terrenos cedidos de uma *arca com armas reais* (Passos, 1955, p.90-94).



9. Desenho esquemático da proposta transformação modular do chafariz em arca.

Como elemento para definição de *terminus post quem,* para além do depósito 006, constitui-o também a arquitectura em si; e ambos conferem datação reportada à Época Moderna para esta fase da estratificação do sítio. No caso do depósito, precisamente sustentada pela presença versus proporção dos fabricos supra referidos entre o vasilhame de uso doméstico presente, e, quanto à arquitectura, particularmente, pelos indicadores aportados pela *pedra de armas reais*.

Gravadas as *armas* em escudo boleado com chefe de linhas côncavas, apresenta os castelos já fixados em número de sete (fig. 2), devendo por isso, segundo Luís Belard da Fonseca, reportar-se ao Portugal Moderno; autor para quem também seria importante dispor da coroa – como já descrito, elemento perdido no tempo transcorrido – para uma atribuição mais circunscrita. Mas, dado o "*chefe em bico*", inclinar-se-ia aquele estudioso para a sua atribuição a D. Manuel I[10].

Figura este escudo descentrado no frontispício da arca e – presentemente – na sua linha de remate sob a cobertura. Quanto à arquitectura, na sua globalidade, retomando o já exposto, comece-se por realçar as linhas depuradas da *arca de Mijavelhas* bem como a sua construção a partir do trabalho de uma medida padrão replicada em vários elementos, de que terá resultado, em síntese, a composição de *um cubo* (a arca) defronte a *dois quadrados* (as taças). Nesta solução final adivinha-se, aqui se defende, um *possível Programa Renascentista subjacente*.

Revelação inusitada esta, ali, em 24 de Agosto, depois da sua memória praticamente perdida...[11] Esclareça-se, revelação inusitada, a de tal requalificação urbana com as referidas especificidades estéticas. Contudo, enquadrável no chamado "*Renascimento de granito do Norte*", relacionado com a presença de D. Miguel da Silva (Ferreira, 1995, p. 334-336)[12], no Porto, em finais da década de 20 do século XVI, e do seu arquitecto

10. Da correspondência trocada sobre o assunto entre este Especialista e o Arquitecto Tomás Allen, da Metro do Porto.

11. Mas escudo e empreendimento hidráulico presentes em outros pontos do país, também articulado com a proximidade de estradas regionais, merecendo certamente projecto de investigação que cubra o século XVI (Veja-se Galhoz, 1991).

12. Segundo este Historiador de Arte, "(...) *é sobretudo no Norte que* [D. Miguel da Silva] *leva a cabo a sua missão* [de plasmar os grandes monumentos à romana], *aproveitando o vazio manuelino nessa zona e um clima favorável à renovação artística (...). Mestre Francisco estabeleceu-se no Porto, beneficiando do convívio da elite humanística desta "cidade estrangeira de Portugal", como lhe chamou Holanda (...). O objectivo político desta empresa é evidente, e não deve ter contribuído para melhorar as relações com a família real. Ao redundar os seus senhorios e erguê-los em modelo de vida renascida, D. Miguel criava um Estado dentro do Estado e instituía um pólo de cultura humanística alternativo ao da coroa (...) directamente filiado na imagem da Roma papal do Renascimento.*"

Francesco da Cremona, este aqui permanecendo e colaborando com a Câmara mesmo após a partida do Bispo em 1540 (Ferreira, 1995, p. 339). Assim, e tendo presente a data limite de 1548, serão as armas possivelmente atribuíveis a D. João III, o que se propõe corroborado pela tipologia aproximada ao escudo dito "*Português*" ou "*Peninsular*" usado por aquele monarca.

Ano de 1548, porém, não muito consentâneo com o conteúdo artefactual do depósito 006, *se nos abstrairmos da análise percentual dos vários tipos de fabrico presentes*! E, assim, destaca-se a inclusão de fragmentos de faiança de fabrico nacional setecentista, da tipologia presente no depósito 005. Presença, residual, é certo, e por isso levantando a hipótese de possíveis contaminações, como o será o caso da pequena *asa de grés vidrada a branco* de fabrico evolucionado... Já agora, e porque não da *taça branca de porcelana com perfil exvasado e pé recuado*?

Contaminações, porém, de *um depósito selado por um lajeado*. Importará, por isso, abordá-lo com mais detalhe.

2.1.1 Estereotomia do lajeado e.040

Recorde-se que subjaz o depósito 006 a superfície lajeada que cobre área com cerca de 375 m², a cuja distribuição por patamares a cotas diferentes se deve a referenciação diferenciada entre *e.017*, *e.40*, e *e.051*. Concretamente, a *unidade de construção e.040* localiza-se sobre o lado Norte do espaço requalificado, selando o seu topo nascente a amostra 006f. No seu conjunto, trata-se de pavimento composto por lajes de granito de tamanho mediano e boa espessura com tardoz pontiagudo cravado naquele depósito de assentamento e com superfície rugosa, anti-derrapante, apresentando contorno sinuoso irregular de que resulta estereotomia global sinuosa. Por isso se chama atenção para um aparente alinhamento de lajes à prumada do muro e.047, no limite da *taça norte medieva* (fig. 8 "B") que uma observação mais detalhada faz realçar.

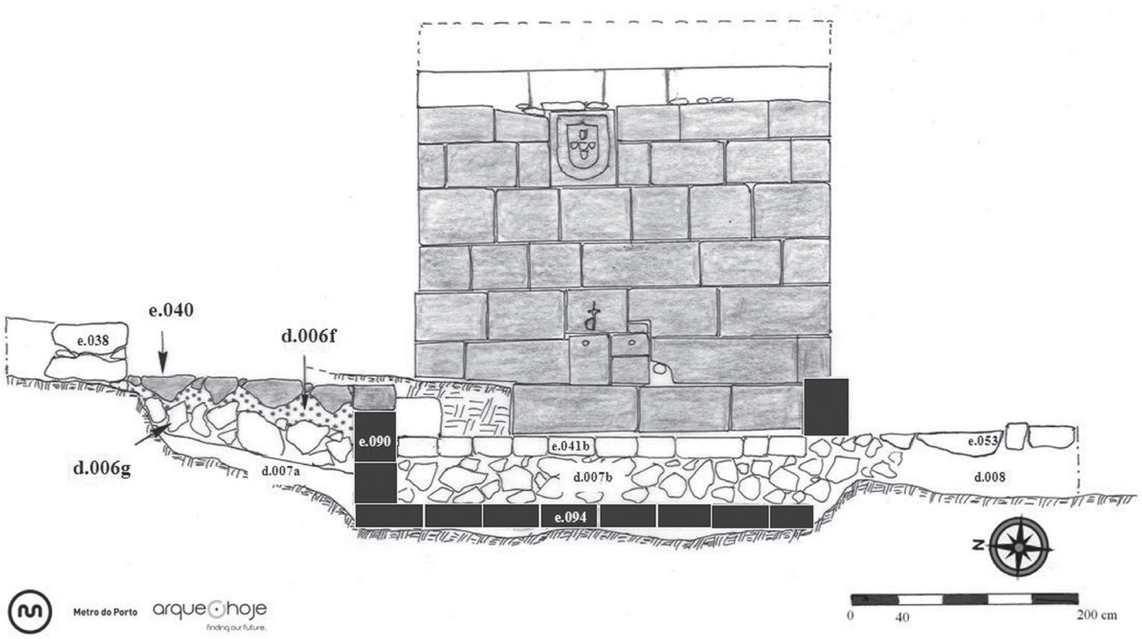
– Poder-se-á interpretar tal alinhamento como *a interface de dois momentos* na colocação do lajeado e.040?

– *Quando* e *por quem*? Concretizando esta interrogação, já depois de 1548 e, por conseguinte, por obra de *particular*? É plausível tal hipótese, dado tratar-se de espaço de usufruto público?

Há que sublinhar que, tendo este lajeado sido alvo de dois registos em desenho por técnicos e meios diferenciados (a saber, à mão e por fotogrametria), em ambos se observa tal alinhamento!

Finalmente, de salientar que este lajeado foi aplicado com junta larga preenchida com pedrame miúdo e por isso mesmo é que a sua implantação em terreno sujeito a encharcamentos poderá ter permitido solifluxões e contaminações infiltradas por entre aquela.[13]

13. Anote-se também que, à data de exumação em 2000, a sua cota se situava ao nível do freático, levantando alguns problemas de contaminação pela subida da água durante a noite. Para lá do século XVIII, o espaço estava sujeito ao encharcamento pelas águas sobrantes da nascente após a obstrução do canal e.088 que as escoava para a ribeira, bem como às subidas desta testemunhada pela deposição de areias.



10. Localização estratigráfica das amostras 006f e 006g, sob o lajeado e.040.

2.2 Contexto de registo

2.2.1 A obra

Uns apontamentos finais nesta problematização do registo arqueológico que enquadra a referida *taça branca de porcelana* (bem como a asa de grés de fabrico evolucionado).

Contexto susceptível a contaminação é, sem dúvida, o de obra.

No caso concreto, serão de reter as seguintes circunstâncias:

– Terá o depósito 006f sido selado ainda na primeira metade do século XVI pelo lajeado e.040 que foi removido na *campanha de trabalhos 03,* ocorrida no ano de 2000.

– No entanto, este depósito apenas foi exumado na *campanha de trabalhos 05*, em 2002. Ainda assim, depois de removida a selagem feita com um depósito de "*tout-venant*" enriquecido com cimento que preencheu o espaço intervencionado em 2000 até à cota da superfície necessária para fase de obra seguinte e separado da base por rede de sombreamento dobrada!

– Fase de obra seguinte da Estação de 24 de Agosto enquadrada na *contenção periférica* do terreno para a escavação do espaço. No concreto, contenção periférica por meio da execução de *paredes moldadas*, consistindo estas na execução em descontínuo de painéis de betão armado, a partir da escavação por tramos de 1 m de comprimento com impregnação simultânea com lamas bentonícas, para sustentação do terreno em processo de corte.

– Localizava-se o depósito 006f junto ao painel que intersectou o manancial, tendo a escavação do negativo suscitado problemas pela dureza da rocha detectada a cota alta. Foram estas dificuldades de corte susceptíveis de causar contaminação arqueológica originária no depósito de *tout-venant*? Contaminação a partir do *depósito de "tout ce qui est venu"*, ainda que enriquecido com cimento para compactação rápida do terreno? Poderá ser esta a justificação para a presença da asa de grés. *Mas, e para o conjunto de oito fragmentos de porcelana branca de pasta fina e depurada e excelente vidrado, todos da mesma peça?*

– Trabalhos de arqueologia de 2002 a decorrerem a par com a obra, mas sem completa sobreposição de horários: eram estes desfasados no intervalo do almoço e no fim da jorna. Partida de mau gosto por operário? *Mas com um conjunto de oito fragmentos todos da mesma peça e com perfil contextualizável na Dinastia Ming?*

– Não foi tal conjunto detectado em 2002, aquando da exumação, mas sim já no processamento de dados em Gabinete, no Ano de 2004!

2.2.2 *O registo arqueológico*

Por isso mesmo, atente-se no *registo arqueológico* desta peça, agora, não tanto na sua frequentemente camuflada asserção "*materialidades do Homem remanescentes ao desgaste do Tempo*", mas sim na de "*síntese entre o produto da acção do tempo sobre as materialidades remanescentes ao Homem, e a respectiva interpretação dada pelo arqueólogo*".

Porque da responsabilidade exclusiva da signatária, levantem-se algumas falhas de procedimento: *i)* foi o depósito 006f exposto no dia 22 de Fevereiro de 2002, sexta-feira; *ii)* foi a escavação do espaço concluída em 25 de Fevereiro de 2002, segunda-feira; *iii)* não foi conservada a etiqueta original degradada por humidade, quando substituída por refeita em gabinete, na lavagem e marcação de material; *iv)* não foi copiada a data da recolha da amostra na nova etiqueta; *v)* finalmente, destaque-se o processamento tardio, após dois anos sobre a exumação…

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS EM JEITO DE *POST-SCRIPTUM*

O Depósito 006 identificado em Mijavelhas/Campo 24 de Agosto subjacente à intervenção urbana do Século XVI foi sujeito a contaminações, não só porque localizado a cotas de acumulação de água freática, como também porque, apesar de subjacente a lajeado, nem sempre este providenciou uma selagem eficaz. Assim se justificará a presença residual de fragmentos de faianças seiscentistas.

Mas também o poderá ter sido por perturbação pós-deposicional devida à Obra, dado que o lajeado e.040 foi levantado em 2000, pese embora parte do depósito subjacente apenas fosse exumado em 2002. Se bem que remota, esta hipótese! Com efeito, o espaço onde se exumou a amostra 006f foi colmatado com um depósito de "*tout-venant*" com cimento, tendo ganho presa suficientemente rápida que, presumivelmente, impediria infiltrações. Mas, pelo mesmo se justificará a recolha da visada asa de grés… E, incisivamente, nesta inclusão, mais do que a relativização do valor do *artefacto mais recente* enquanto indicador cronológico para *terminus post quem*, o convite à reflexão sobre a dimensão tempo em Arqueologia: uma dilação até ao presente que faz do *passado um "present continuous"*?

– Mas será tal hipótese extensível ao singular conjunto de oito fragmentos de porcelana branca pertencentes a uma mesma peça, *uma taça de perfil exvasado e pé recuado*?

Pelo inusitado do achado, apenas em 2004 no processamento de dados em gabinete, e pela cronologia temporã de deposição para que aponta o balizamento

final acima apontado – o ano de 1548, relacionado com concessão de aforamento perpétuo a particular –, permitiu-se admitir tal hipótese de contaminação...
Não obstante, haverá que realçar que o perfil desta taça se enquadrada nas tipologias formais Ming – Jiajing, se bem que pintadas a azul, sobre vidrado azulado.
– Por isso, não terá mesmo sido temporã a sua entrada no contexto arqueológico? Talvez sim, à semelhança de outros vestígios de porcelana oriental exumados em contextos do século XVI, designadamente *porcelana branca*[14], como exemplos trazidos aqui a este Congresso.[15] Nesta conjugação de dados, que ilações para a História Sócio Económica Moderna de Portugal?
Nunca esquecendo também que "*Falta no Arquivo Distrital do Porto* [a escritura do contrato fateusim de 22 de Setembro de 1548]. *Está inclusa, porém, na sentença de transacção da Câmara com Pero Vaz Soares de Souza, como tutor de seu filho Manuel Cirne, a respeito da água da fonte das velhas (livro 3.º das sentenças, fls. 377, do Gabinete de História da Cidade)*" (Passos, 1955, p. 91).

14. Não deverá ser também esquecida a produção Ming designada de porcelana Dehua, exportada para o Japão em largas quantidades, mas a impossibilidade de aprofundar este tema em bibliografia impressa, leva-me a manter tal dado aqui em nota de rodapé. Japão, entreposto primeiro das importações lusas no Oriente.

15. Mencione-se, por exemplo a comunicação de José Pedro Henriques.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1997) – *Estudo de Impacte Ambiental para o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto*. Relatório Síntese, COBA.

AAVV (1958) – *Mananciais do Campo Grande e de Mijavelhas*. *Trabalhos realizados em Fevereiro de 1958*, Serviços Municipalizados das Águas e Saneamentos, (S.M.A.S.), Porto.

BOTELHO, I. T. (1999) – *A Arca de Água do Campo 24 de Agosto*, http://www/Metro do Porto. A vida em Movimento/ Inovação/Arqueologia/Campo 24 de Agosto.

BOTELHO, I. T. – *A Terceira Margem. Monografia do Campo 24 de Agosto* (Em preparação).

BOTELHO, I.; SILVA, S. e ALLEN, T. (2009) – *A Pedra de Armas da Arca d' Água de Mijavelhas* http://www.Metro do Porto. A vida em Movimento/ Inovação/Arqueologia/Campo 24 de Agosto.

CARVER, M. (1990) – Digging for data: archaeological approaches to data definition, acquisition and analysis. In FRANCOVICH, RICARDO; MANACORDA, Daniele – *Lo scavo archeologico dalla diagnosi all'edizione*. Siena: Universitá di Siena. p. 45-120.

GALHOZ, N. (1991) – *Fontes, Chafarizes e Bicas d'Água à beira de Estradas e Caminhos.* Lisboa: Junta Autónoma das Estradas.

FERREIRA, P.(1995) – *História da Arte*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2.

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*, (2.nd Ed.). London: Academic Press Limited.

HENRIQUES, J. P. (2011) – Do Oriente para o Ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos da época moderna. Estudos de três contextos arqueológicos de Lisboa, comunicação apresentada ao *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna "Velhos e Novos Mundos" (6-9 de Abril de 2011)*.

LOPES, F. – *Crónica de D. João I.* In MORENO, Humberto Baquero, ed., vol I, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização Editora.

RIBEIRO DA SILVA, F. (2000) – Tempos Modernos. In RAMOS, L. de O. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

PASSOS, C. (1955) – O Campo de Mijavelhas e a Quinta do Reimão, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. XVIII, p. 85-122.

SÁ, A. P. – Elementos para a caracterização da Faiança Portuguesa do séc. XVII: a Tipologia Pendery aplicada à realidade da Casa do Infante, Comunicação apresentada ao *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna "Velhos e Novos Mundos" (6-9 de Abril de 2011)*.

SALGADO, M. e MATOS, M. A. (2002) – *Porcelana Chinesa da Fundação Carmona e Costa.* Edição Assírio & Alvim.

SERRÃO, J. V. (1980) – *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, Lisboa: Verbo, 2.ª ed.

SOUZA REYS, H. D. (1853) – Aditamento *Descripção Histórica das Arcas Fontes e Aqueductos da Cidade do Porto* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal.

SOUZA REYS, H. D. (1861) – Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto, vol. I, in BRITO, Maria Fernanda, *Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do* Porto. II Série *(1984)*. Porto.

SOUZA REYS, H. D. (1867) – *Mappa Sinóptico Estatístico e Histórico dos mananciaes publicos desta Antiga Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal.

VITORINO, P. (1941) – A Ponte do Poço das Patas, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. IV, p. 63-70.

ZUQUETE, A. D. M. (2000) – *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Edições Zairol, L.da, 4.ª ed.

http://en.wikipedia.org/wiki/Blanc_de_Chine

http://www.anaflores.art.br

O AQUEDUTO DA MÃE D'ÁGUA

VILA FRANCA DO CAMPO

N'ZINGA OLIVEIRA CHAM – FCSH - UNL | UAç
JOANA RODRIGUES

RESUMO Na história de Vila Franca do Campo, permanecem vestígios de que a arqueologia é responsável por interpretar, somando factores que validam ou não a historiografia existente. O Aqueduto da Mãe d' Água foi identificado no decorrer de trabalhos de Arqueologia preventiva, no âmbito da Construção da Scut dos Açores, Variante a Vila Franca do Campo. Este elemento comummente conhecido pela população local, como o "Arco", encontra-se no caminho da Mãe de Água e fez chegar água de uma nascente da encosta Norte à Vila, nos últimos 200 anos. Efectuou-se o registo exaustivo da estrutura e procedeu-se à investigação documental e de campo. A inscrição gravada no arranque de um dos arcos da estrutura, sustentou a informação das fontes escritas colidindo numa datação que indica o ano de 1779. No entanto, foi possível identificar 2 fases distintas de construção *in situ* e descrevê-las, interpretando de que forma se fundiram no tempo.

PALAVRAS-CHAVE Mãe de Água, aqueduto, Vila Franca do Campo, Açores

INTRODUÇÃO

As ilhas surgem como pontos de apoio e escala, de recursos preponderantes ao Reino que explora novos territórios para incremento da sua economia e do seu sustento. Neste caso específico, iremos indicar resultados de um estudo desenvolvido na Ilha de São Miguel, nos Açores. Indiscutivelmente, o mar é aqui o principal elo de ligação e eleva-se na análise de argumentos como interveniente directo ou indirecto da história da ilha e consequentemente da sua primeira Vila: o seu desenvolvimento foi directamente proporcional à variação do fluxo das rotas mercantis. E assim, ainda como ponto de apoio, a ilha foi também centro de grandes acontecimentos que passaram pela expansão, exploração e domínio de territórios tendo em vista o império económico (Braudel, 1995, p. 177--178). Neste contexto, procurámos inserir um excerto da história de S. Miguel e de Vila Franca do Campo, e os vestígios que dela permanecem, que a arqueologia é responsável por interpretar, somando factores que validam ou não a historiografia existente.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM VILA FRANCA DO CAMPO

Em contextos de arqueologia preventiva, realizou-se o acompanhamento arqueológico da empreitada da "SCUT - Açores, Eixo Sul - Lanço 1.7 a Vila Franca do Campo" sob a responsabilidade da empresa Amphora

1. Vista geral da estrutura antes da limpeza do terreno.

2. Alçado Sul, vista dos 3 Arcos e do caminho da Mãe de água.

Arqueologia, tendo-se relocalizado vários elementos patrimoniais do concelho, previamente referidos em fase de estudo do projecto e identificado um elemento patrimonial em iminente afectação directa de impacte negativo durante a fase de execução da obra. Este Elemento Patrimonial foi identificado como parte de uma estrutura de arquitectura civil, nomeadamente de um aqueduto, na freguesia de S. Miguel do Concelho de Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel no Arquipélago dos Açores à qual para efeitos cartográficos corresponde a Carta Militar A33-1.

Além de colocadas em prática todas as medidas de minimização do impacte previsto sobre a estrutura do Aqueduto, foi tida em especial atenção o estudo e registo detalhado de toda a estrutura visível, especificamente o registo topográfico, fotográfico e desenho técnico, seguindo-se a prospecção sistemática da área envolvente. A pesquisa bibliográfica e o contacto com entidades locais contribuíram para a interpretação, enquadramento e contextualização histórica.

A estrutura visível *in situ*, com uma altura máxima de 10 metros, apresenta três arcos de volta inteira e atravessa o caminho da Mãe de Água no sentido Nordeste/Sudoeste, caminho esse, outrora em calçada como se pode ainda testemunhar pelo troço que surge no limite do asfalto (fig. 2). O arco principal, com impostas no lado interno que marcam a intercepção com o muro, apresenta uma volta inteira constituída por uma pedra de freixo e oito pedras para cada lado totalizando 17 peças (fig. 3). Os arcos secundários também de volta inteira, são constituídos apenas por 16 pedras e um deles encontra-se, actualmente, emparedado com pedra e argamassa. Os arcos assentam num muro, interrompido pela passagem do caminho supra referido, de secção rectangular, em cantaria com juntas de argamassa e algumas secções rebocadas alternadamente. A completar e como elemento essencial à funcionalidade do aqueduto existe a caleira de secção circular em cerâmica pouco porosa, com cerca de 15 cm de diâmetro, protegida por um reboco tosco decorado

3. Pormenor do Arco Principal.

4. Caleira de secção circular protegida por reboco tosco.

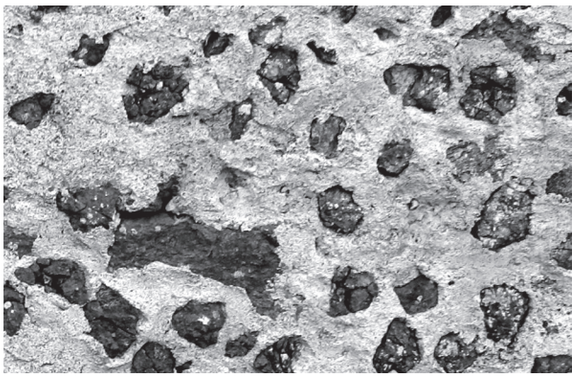
em algumas secções por pequenos seixos rolados (fig. 4). Na parede exterior Norte identificou-se o acrescento de uma caleira de secção circular com 5 cm de diâmetro, em cerâmica fina, fixa com suportes em ferro e coberta por cimento (fig. 5).

As faces externas do aqueduto revelam dois momentos de construção diferentes (fig. 6). O primeiro momento caracteriza-se por ser constituído por pedra de estereotomia indefinida com juntas de argamassa e coberto por reboco (fig. 7). O segundo momento da sua construção, integra parte da estrutura que encimava o aqueduto na sua versão original e acrescenta pedra também de estereotomia indefinida, sem juntas de argamassa e sem reboco (fig. 8). No limite dos dois momentos é possível visualizar o aproveitamento da cantaria, com caleira recortada de secção rectangular, que corresponderia ao canal de água original, da 1.ª fase de construção, posteriormente integrada na remodelação do aqueduto. Esta caleira em cantaria apresenta-se dividida em várias peças com recorte de encaixe correspondente alternadamente a macho e fêmea (fig. 9).

A estrutura apresenta ainda um pormenor de destaque na face externa do aqueduto orientada para nascente, entre o arco principal e o arco secundário Norte, numa pedra de cantaria preserva-se a inscrição da datação "1779" daquele que se concluiu ser o primeiro momento

5. Pormenor de uma secção da caleira.

6. Vista de 2 tipos de tratamento dos materiais da estrutura.



7. Pormenor do revestimento com reboco.

8. Pormenor do revestimento sem reboco.

9. Pormenor da caleira de secção rectangular, talhada em pedra.

de construção do aqueduto (figs. 10 e 11). Com efeito, através desta referência foi possível consultar a documentação do arquivo municipal e comprovar a data da construção do Aqueduto, apurando também o custo total da obra em 12.497$51 Reis. Citamos uma passagem do livro de Contas da Câmara com a relação de materiais utilizados e alguns serviços prestados na construção da estrutura, durante o mês de Setembro de 1779:

"*Ao Alferes Francisco da Mota deferia para fazer pagamento aos officiaes que andarão trabalhando na obra da agoa Real a saber aos officiaes 2$760 para os serventes 1$950 a quem acarretou cal e areia e pedra da pedreira de cantaria 2$100 para os cabouqueiros 600 para os serradores 5 dias 1$600 para o ferreiro que fez pregos para os simples e fez cunhas e aro 1$290 que tudo soma como consta do conhecimento do recibo dez mil e quinhentos reis…10$500. O escrivão António Soares*" (Livro de Contas da Câmara 1779-1780, BPARBG, fl.359).

10. Cantaria do muro com inscrição.

11. Pormenor da inscrição "1779", ano de construção.

Do prolongamento da estrutura do aqueduto, segue apenas uma secção de muro no sentido Sudoeste-Noroeste e actualmente termina no limite de terreno das propriedades que o cercam. Estima-se que aquando da delimitação de propriedades e lavra de terrenos, ocorreu a desactivação do aqueduto e grande parte da estrutura tenha sido destruída sendo a cantaria aproveitada para a construção de muros de limite de propriedades.

Curiosamente, após a limpeza do terreno que rodeava a estrutura, distinguiu-se na extremidade Sudoeste do aqueduto, um muro com arranque na estrutura do elemento, formando uma inflexão e bifurcação da estrutura orientado a Este. A leitura deste pormenor é praticamente nula, pelo avançado estado de degradação e devido à abrupta interrupção da estrutura pelo perceptível derrube no terreno. No entanto, é notório que o Aqueduto teve como principal função a captação de água da nascente localizada a Norte para abastecimento da vila e seus conventos.

UM AQUEDUTO NA VILA

A construção do aqueduto pode estar também, relacionado com a necessidade de fazer chegar água potável à área urbana da vila. Sabe-se que passava uma ribeira na vila, conhecida por Ribeira dos *Pelames*, indício que a água da ribeira teria sido provavelmente contaminada pelo tratamento de couros. A par desta referência, não podemos descurar as necessidades básicas, como água, ao crescimento da Vila e das suas infra-estruturas. Ao desenvolver uma análise de Vila Franca do Campo, remontamos forçosamente a contextos cronológicos de finais do século XV, período correspondente ao inicio do povoamento da Ilha e elevação a Vila desta povoação. Ainda nesse século, a região prosperou usufruindo de vários benefícios fiscais como testemunhou o cronista Gaspar Frutuoso "*Franca*" porque, "*…logo no princípio, tirando os dízimos que somente se pagam a el Rei, era franca de todas as coisas e direitos…*", e, "do Campo" por se localizar "*Defronte do mais formoso ilhéu* (…) *num campo plano e extenso…*". (Frutuoso, 1924, p. 37-38, 42-43)

O estabelecimento da alfândega justificou-se pelo volume de trocas comerciais realizadas no seu porto, onde circulavam produtos locais, do reino e de outros portos do Império português em expansão. Conquanto a região tenha passado por dificuldades económicas e estruturais causadas pelo terramoto de 1522, a sua recuperação foi bem sucedida e várias famílias nacionais e estrangeiras investiram na vila e respectivas

12. Corte Norte da área envolvente com 2 unidades estratigráficas (Terra vegetal e sedimentos pomíticos).

freguesias, construindo fazendas de exploração de trigo e pastel para exportação, garantindo também o plantio variado de produtos para consumo local e de pastos para o gado (Rodrigues, J., 2005, p. 38, 205). Em consequência, os regos de água em terras de cultivo e de pasto interrompiam regularmente o fluxo natural das ribeiras e suas nascentes, impedindo a chegada de água, principalmente água potável à Vila. Desta forma e à semelhança de outras vilas da Ilha, o problema de abastecimento e encanamentos de água constou da lista de "preocupações" das sessões de câmara conforme referências que constam nas *Correições* de 1575 a 1716, a exemplo: *"Mandou que os ditos oficiais recolhessem a agua na nascente dela, em abundância para não faltar na Vila e Conventos"*, *"Mais mandou o Corregedor que se concertasse o cano da agua das Freiras, e mandou que se fizesse pelo melhor modo e mais duravel que pudesse ser e se pusesse em pregão a quem menos o fizesse, para as freiras pagarem metade e o concelho metade."* (Dias, 1927, p. 126, 149)

Não obstante, os benefícios fiscais de que usufruíam os habitantes da Vila, a necessidade de construção e reparação de infraestruturas para a condução e abastecimento de água local, implicou desde cedo, como indica a correição de 1598 a criação da imposição sobre o vinho e carnes, o denominado «real de água» (Arquivo dos Açores, p. 495), além de proibições específicas na lida das culturas e pastos nas correições do ano de 1609 e de 1705 (Dias, 1927, p. 82, 94, 227).

As primeiras informações que se obtiveram acerca do aqueduto da Mãe d'Água, provenientes de fontes orais, comprovam a sua datação e funcionalidade,

13. Resultado final de integração de "obra de arte" e salvaguarda do Elemento Patrimonial.

acrescentando o facto de ter sido o primeiro sistema de água canalizada da Vila, transportando água para o Convento de S. Francisco. Da análise toponímica o elemento referido pela população como "O Arco" deu origem ao nome da rua que liga o caminho da Mãe de Água ao centro da Vila. Na obra de Urbano Mendonça Dias, a designação "Arcos da água Real" indica a captação de água para abastecimento da Vila e em particular o Castelo Real ou, como também é referido, Forte do Corpo Santo, onde se dava a aguada às embarcações em escala (Dias, 1927, p. 126).

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante a execução da empreitada, o acompanhamento arqueológico teve especial atenção para com este elemento, monitorizando todos os trabalhos realizados na envolvente do mesmo. Como medida preventiva primordial, foram contactas as entidades promotoras da empreitada, entidades locais e de tutela, na busca consensual de uma solução de salvaguarda dos arcos do aqueduto. Quanto à monitorização e ao registo de corte estratigráfico durante a abertura de caminhos de acesso revelaram a continuação da caleira do Aqueduto, correspondente à fase contemporânea de exploração do mesmo e dois níveis estratigráficos compostos por terra vegetal e sedimentos pomíticos respectivamente. Em simultâneo efectuou-se a monitorização das vibrações provocadas pela passagem de maquinaria pesada, seguindo a norma portuguesa NP-2074 de 1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solução final apresentada para a salvaguarda dos Arcos da estrutura do Aqueduto, consistiu na construção de um viaduto de passagem superior ao elemento patrimonial, permitindo a preservação integral da estrutura, ainda que se tenha alterado e descaracterizado a paisagem envolvente.

A datação exacta e o estudo desenvolvido, permitiu estabelecer novos elementos e consolidar informações documentais para a historiografia local, articulando a função do Aqueduto com o contexto socioeconómico da Vila em finais da época Moderna. No entanto, a prospecção arqueológica sistemática e a monitorização revelaram ausência de estruturas e ou materiais arqueológicos na envolvente do Elemento. Por fim, do estudo desenvolvido e do esforço conjunto das entidades locais, o Aqueduto irá integrar um conjunto de elementos que formarão o Circuito do Património no concelho de Vila Franca do Campo.

BIBLIOGRAFIA

APONTAMENTO Histórico e Etnográfico S. Miguel e S. Maria (1986) – Concelho de Vila Franca do Campo. Ponta Delgada: Direcção Escolar de Ponta Delgada. 4v.

AROUIVO Açores (1881) – Alvará Concedendo a imposição no Vinho e Carne à Câmara de Vila Franca para se Encanar a água de 2 de Setembro de 1556. Ponta Delgada: Typ. do Archivo dos Açores. 3. p. 459.

BIBLIOTECA Municipal e Arquivo Histórico Bento de Góis (BARHBG). *Livro de Contas da Câmara de 1774 a 1780*. Vila Franca do Campo.

DIÁRIO Insular (2009) ano LXIII, nr. 19364, 19 Mar.

ABRANCHES, J. (1869) – *Album Michaelense*, Ponta Delgada: [s.n.].

ANDRADE, T. (1994) – *O cicerone de Vila Franca do Campo*, *Notas Históricas da Antiga Capital de São Miguel*. Vila Franca do Campo: Editorial Ilha Nova da Câmara Municipal.

BAPTISTA, A. (Dir.) (1903) – *Album Açoriano*. Lisboa: Editores Oliveira & Baptista.

BRAUDEL, F. (1995) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*: D. Quixote. 1. 2.ª ed., p. 177- 178.

DIAS, U. (1944) – *A vida de Nossos Avós, Estudo etnográfico da vida Açoreana através das suas leis, usos e costumes*. Vila Franca do Campo: Tip. A crença.

DIAS, U. (1927) – *A Vila, Correições de 1575 a 1716*. [S.l.: s.n.]. v.6, p. 82-227.

DIAS, U. M. (1918) *A Vila – Edificação e Reedificação de Vila Franca do Campo, privilégios e garantias dos seus cidadãos.* [S.l., s.n.] 3v.

DRUMOND, F. F. (1970) – *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove ilhas dos Açores*. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira.

FRUTUOSO, G. (1924) – *Livro Quarto das Saudades da Terra.* Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. 2v.

RODRIGUES, J. (2005) – A Sociedade. A. T. de Matos (coord.) *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica*. Lisboa: Editorial Estampa. 3:1, p. 446-491.

RODRIGUES, J. (2007) – O*ff the Islands*: os Açores no contexto da primeira expansão inglesa. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do IV Colóquio: *No Bicentenário do Consulado dos E.U.A. nos Açores: O Tempo dos Dabney*. Horta: Núcleo Cultural da Horta. p. 87-100.

SANTOS, J. (1989) – *Os Açores nos séculos XV e XVI*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos assuntos Culturais. 2v.

SUPICO, F. (1995) – *As Escavações*. Ponta Delgada: Instituto Cultural. 6.

LA OCUPACIÓN MODERNA DEL TEATRO ROMANO DE CÁDIZ (ESPAÑA)

NUEVOS DATOS A LUZ DE LAS RECIENTES INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS

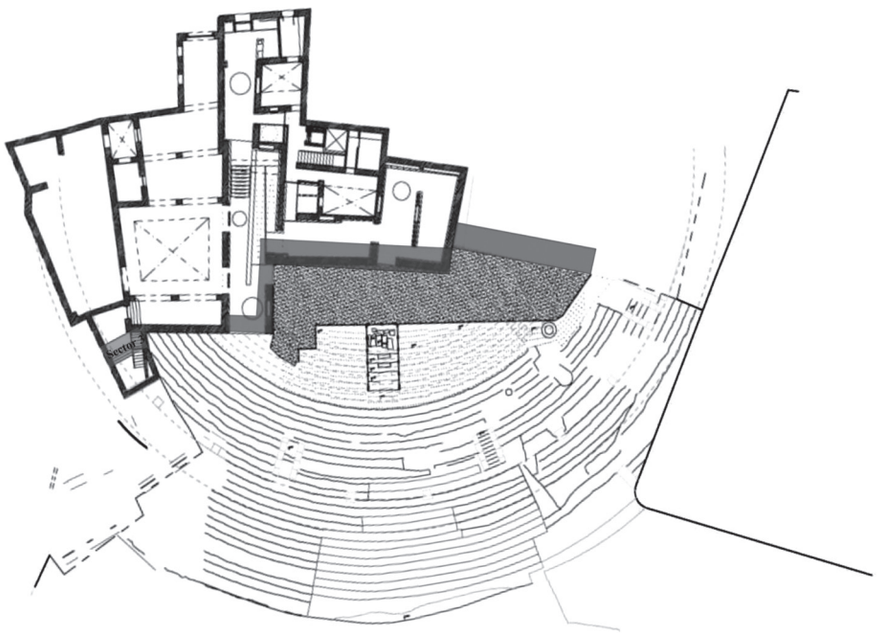
J.M. GUTIÉRREZ Museo Histórico Municipal de Villamartín, Cádiz
M. BUSTAMANTE Instituto de Arqueología de Mérida, CSIC
V. SÁNCHEZ Arqueóloga
D. BERNAL Área de Arqueología, Universidad de Cádiz
A. ARÉVALO Área de Arqueología, Universidad de Cádiz

RESUMO Apresentam-se os primeiros resultados da escavação arqueológica da área de Arqueologia da Universidade de Cadiz, em operação desde 2010, no Teatro Romano de Cádiz. O presente texto centra-se na ocupação moderna e contemporânea, um reflexo da importância económica da cidade como porto de entrada de produtos estrangeiros. Esta questão será abordada a partir do ponto de vista arqueológico e histórico, conectado com o importante legado arquitectónico visível na área, como a *Posada del Mesón*.

PALAVRAS-CHAVE Escavação, teatro romano de Cádiz, ocupação moderna, *Posada del Mesón*, porto

En el año 2012 se conmemora el Bicentenario de uno de los hitos más importantes de la Democracia, la promulgación de la primera Constitución de 1812 *La Pepa*. Ante esta efeméride la Junta de Andalucía decidió aportar su sello a dicha conmemoración invirtiendo en el que es el edificio más importante del *Gades* romano, su teatro – denominado a partir de ahora *Theatrum Balbi*. Este proyecto se resume en tres pilares: excavación arqueológica íntegra de la zona expropiada del edificio, puesta en valor de los restos y apertura de un

1. Vista aérea de Cádiz.



2. Planimetría del teatro con las zonas intervenidas en rojo.

centro de interpretación asociado al monumento. La tutela científica y la coordinación de todas las actividades que se llevaran a cabo para conseguir dicho fin fueron encargadas al Área de Arqueología de la Universidad de Cádiz (Bernal y Arévalo, 2011).

El trabajo, debido a la propia dinámica urbana de Cádiz ha venido acompañado por un *Proyecto de emergencia para la consolidación parcial de las cimentaciones de los edificios medianeros con el área excavada del teatro romano de Cádiz*, dirigido por los arquitectos E. Yanes Bustamante y A. Cobo Fernández, el cual ha generado una simbiosis entre arqueología e ingeniería arquitectónica.

En este trabajo se valorarán los primeros resultados de las actuaciones arqueológicas que desde el mes de octubre de 2010 se vienen desarrollando en dicho edificio, más concretamente en un sondeo practicado en el vomitorio más occidental del monumento. Nos centraremos, sobre todo, en la ocupación moderna y contemporánea del edificio, foco central del volumen en el que se inserta este trabajo.

1. NUEVAS INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS EN EL VOMITORIO OCCIDENTAL DEL *THEATRUM BALBI*

La ocupación diacrónica constante de la ciudad de Cádiz y sus reducidas dimensiones han generado una superposición extrema de las fases históricas. Si a esto le unimos el buen posicionamiento del teatro – en uno de los márgenes de la isla – y el parapeto artificial que generaría esta imponente obra de ingeniería romana, no es de extrañar que su ocupación haya sido continua y diacrónica (fig. 2).

La intervención que más datos nos ha aportado para el conocimiento de las facies moderno-contemporáneas es una actividad arqueológica preventiva llevada a cabo en el vomitorio más occidental del Teatro romano de Cádiz, coincidente cenitalmente con la escalera de acceso a una de las viviendas de la C/Mesón.

Esta actuación arqueológica en la *Posada del Mesón* (C/ Mesón n.º 11), ha venido motivada por el proyecto antes comentado y que se viene gestando desde mayo de 2010. Además de este proyecto, otra de las motivaciones por la cual hemos intervenido en el vomitorio meridional es por la ubicación inmediata del Centro de Interpretación y la necesidad de crear un vínculo directo entre este centro y el monumento propiamente dicho (fig. 3).

El denominado sondeo 3, se ubica en el primer descansillo de la escalera de acceso a la planta superior habitacional de la conocida como *Posada del Mesón,* ubicada en la C/Mesón, n.º 11. Esta intervención, por sus propias características, es decir, bajo techo y en una zona de acceso inmediato a casas habitadas en la actualidad, generó un proceso de intervención inusual y contextualizado en el devenir cotidiano de dichos moradores.

La pendiente antrópica generada por la construcción del teatro, trajo consigo un relleno diacrónico constante del mismo hasta llegar a la cota actual que ha permitido asentar los edificios que a dia de hoy se ubican sobre el monumento. De ahí la necesidad de ejecutar una excavación donde la afección contemporánea haya sido mínima y donde todos esos niveles pudieran ser evaluados en integridad. Este hecho, que para la documentación arqueológica es de una riqueza sin igual, genera

3. Imagen del proceso de expropiación de los inmuebles colindantes.

que los edificios bajo los cuales intervenimos, caso de la *Posada del Mesón*, se encuentren cimentados sobre estos rellenos o sobre las bóvedas del teatro, generando un peligro añadido, de ahí la necesidad de acometer el proyecto antes comentado. Por consiguiente, las actuaciones arqueológicas se han acompañado en todo momento por controles rutinarios e inspecciones de seguridad que valoraban la viabilidad o no de la excavación (fig. 4).

La singularidad del vomitorio, con la estratigrafía de colmatación totalmente visible por la galería radial, excavada hace años, hizo plantearnos una inicial intervención de limpieza y lectura estratigráfica parietal. Lo que nos permitió una idea inicial bastante aproximada del proceso por el cual se taponó el vomitorio. Estos datos, combinados con las intervenciones en curso, se podrán o no extrapolar a la dinámica genérica del monumento.

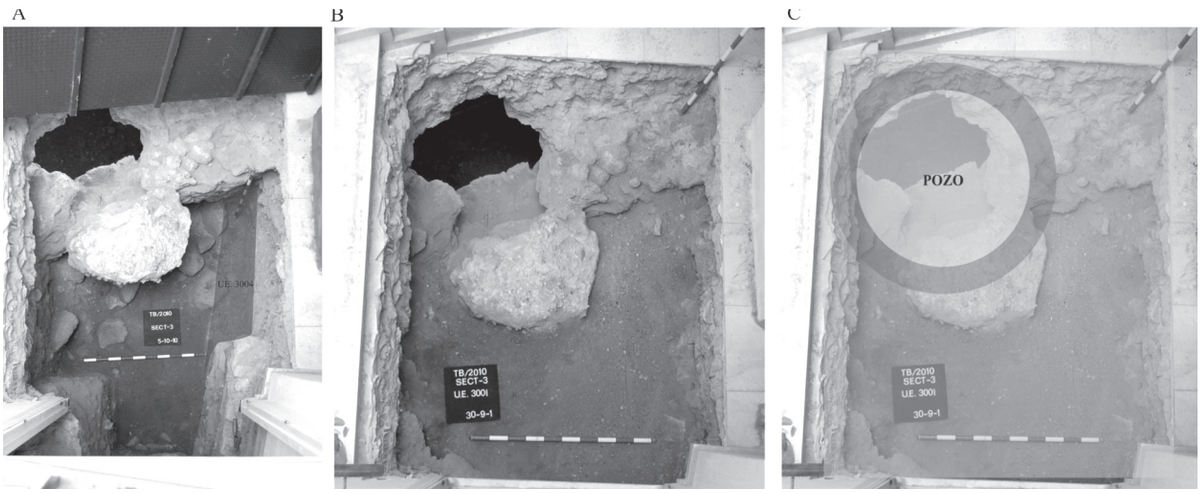
La estratigrafía del vomitorio se caracteriza por presentar una morfología rectangular, dividida en tres partes:

· La parte inferior, a modo de umbral, constituido por un bloque de conglomerado conchífero (1,20 x 1 m) revestido con cal y muy deteriorado.

· La parte central, de unos 2,40 m conformado por 9 hiladas de sillares de conglomerado conchífero muy afectado por la acción abrasiva de aguas fecales procedentes del lucernario en la zona superior.

· La parte superior, la bóveda de *caementicium* encofrado e *incertum* en biocalcarenita regional.

4. Vista de la Posada del Mesón así como de la ubicación exacta del sondeo 3.



5. Fosa de construcción de uno de los muros maestros de la Posada del Mesón así como del pozo generado sobre la galería del vomitorio.

La morfología, aunque a grandes rasgos es similar a los otros vomitorios del monumento, presenta algunas diferencias, justificables quizás en la distinta orografía del terreno.

2. THEATRUM BALBI Y POSADA DEL MESÓN: DOS EDIFICIOS Y UNA HISTORIA COMÚN

La Posada del Mesón es, a día de hoy, uno de los reclamos turísticos del conocido Barrio del Pópulo. Se constituye como uno de los mejores ejemplos de la arquitectura popular del siglo XVII, momento en el que se data su construcción. Posee una planta bastante sencilla con un patio o corral central al que abren una serie de dependencias. En la zona inferior, actual patio se situarían las caballerizas para albergar las "bestias" de los huéspedes. La zona superior, sería la destinada a los forasteros de paso por la ciudad.

En la actualidad la fisonomía originaria de la Posada se ha modificado, aunque adaptándose a las nuevas necesidades del edificio:

· En la planta baja, en la zona Este, se ha diseñado el centro de interpretación del Teatro Romano de Cádiz, que se abrirá en el próximo año.

· En la planta superior, tres viviendas y una oficina, usadas en la actualidad en régimen de alquiler y tuteladas por la Junta de Andalucía.

Aunque la intervención planteada se localiza en la planta baja, está altamente influida por las actuaciones motivadas por la construcción de este inmueble datado en el siglo XVII y por las viviendas de la planta superior. La excavación arqueológica nos ha permitido ratificar la cronología aportada por una inscripción fundacional de la puerta, así como valorar la preexistencia de construcciones, como mencionaremos más adelante (fig. 5).

Bajo los estratos y elementos de cimentación claramente contemporáneos (**U.E.3000-3001**) se localizaron una serie de niveles asociados a la construcción del edificio. La construcción de la Posada del Mesón se fecha en 1673, gracias a una inscripción conmemorativa ubicada sobre la puerta actual en la que se lee ANV(S) D(EI) 1673. Las actuaciones arqueológicas que hemos efectuado, nos permiten conocer las primeras actividades constructivas acometidas en el cuadrante suroeste de la edificación.

Bajo los niveles contemporáneos, que no afectaron de lleno a la construcción originaria, aparecen unas unidades que nos permiten precisar las labores modernas del lugar. Éstas se traducen en la instalación de cimentaciones del edificio, así como la construcción de un brocal de pozo que aprovecha y rompe la bóveda del teatro (**U.C.3002**). En general, podemos decir que estamos ante una de las fases más agresivas con el monumento: la construcción de la Posada y la instalación de un pozo de vertido de aguas fecales a la galería anular del teatro.

En primer lugar, se documentó la instalación de uno de los pilares maestros de la *Posada del Mesón* (**U.C.3000**). Esta estructura se encuentra localizada al noreste del sondeo 3. Únicamente conservamos en alzado unos 1,50 m de la construcción original siendo los restantes centímetros de parcheados contemporáneos. Sacamos en conclusión que el esqueleto de la construcción actual es el originario. Lo que podemos percibir del pilar, posee una anchura (E-O) de 1,30 m. Se observan dos partes, una primera inferior, de unos 0,80 m de alzado, adelantado unos 10 cm. La factura es de piedra y ladrillos irregulares y trabados con argamasa. La segunda parte y superior, aunque mantiene la misma técnica constructiva está más regularizada, seguramente será de la segunda fase constructiva, ya en los siglos XIX-XX.

Para su construcción se practicó una zanja, la **U.E.3003** de factura rectangular muy irregular. De O-E ocupa la totalidad del sondeo, dando la impresión de que la

zanja, más larga que el pilar U.C.3000, permitiría la inserción de otros elementos constructivos de la *Posada del Mesón* y que debido a las limitaciones espaciales del sondeo no los podemos identificar con claridad. De N-S posee unas dimensiones variables, entre los 40 cm y los 17 cm lo que nos indica una fosa muy irregular. Aparece a la cota 9,07 m y desaparece a la 7,99 m. Su profundidad nos daba indicios de la importancia del pilar construido. Estas actuaciones afectan, sobre todo, a los niveles de ocupación bajomedieval, cortando un estrato claramente almohade.

Esta zanja se encuentra rellena por la **U.E.3004**. Es un estrato de coloración marronácea con puntos amarillentos y blanquecinos, posiblemente restos de argamasas meteorizadas. De consistencia muy suelta y de granulometría media-gruesa. Los materiales que serán valorados posteriormente proceden de estos rellenos.

En segundo lugar, identificamos la instalación de un pozo "negro" en la zona occidental del sondeo, coincidiendo con la bóveda original de la galería, el cual provocó el desplazamiento de una torta de hormigón en la zona más al Este. Ésta placa de hormigón crearía un brocal aprovechando las estructuras romanas de gran consistencia. La torta, **U.C.3001**, es un bloque de argamasa y ripios de conglomerado conchífero ubicados en la zona noroeste del sondeo. Al desmontarse se pudo identificar un mortero muy blanco con pequeños desgrasantes negros y restos de ladrillos modernos-contemporáneos. En un principio creímos que era un fragmento de bóveda romana recortada y reaprovechada como posible brocal de pozo que se apoyaba sobre restos constructivos anteriores, caso del arranque de la bóveda romana (U.C.3002). Pero una vez desmontada se ha comprobado que realmente es de factura contemporánea, ajustándose a la zona por medio de una zanja muy a ras de la torta de argamasa (U.E.3005). Esta torta es de factura oblonga con unas dimensiones de unos 90 cm (N-S) por 60 cm (E-O). La profundidad alcanzada por la misma llega a los 1,60 m. Para insertar la torta, se hizo una zanja, la **U.E.3005**, de morfología similar a la plancha de hormigón. Estratigráficamente corta a la U.E.3002 y posiblemente a la U.C.3002.

En época moderna, se observa el desmonte de la bóveda y su reaprovechamiento como brocal de pozo, añadiéndole un parche contemporáneo. Creemos que en estos momentos se conocería la galería pero no su función original sino más bien como parte de un aljibe o cloaca donde verter los residuos domésticos. Quizás esta funcionalidad dada en época moderna, para verter heces y detritos urbanos, fue la que generó el acusado deterioro de los sillares en biocalcarenita en la galería. La instalación del pozo, se produciría en los primeros momentos de vida de la Posada del Mesón, una obra que tanto en proyecto como en desarrollo supo ahorrar esfuerzos a partir de la reutilización de las edificaciones anteriores en el tiempo, el *Theatrum Balbi*.

3. LAS PRODUCCIONES CERÁMICAS DE EDAD MODERNA EN EL ANTIGUO TEATRO ROMANO DE CÁDIZ-POSADA DEL MESÓN, C/ MESÓN 11

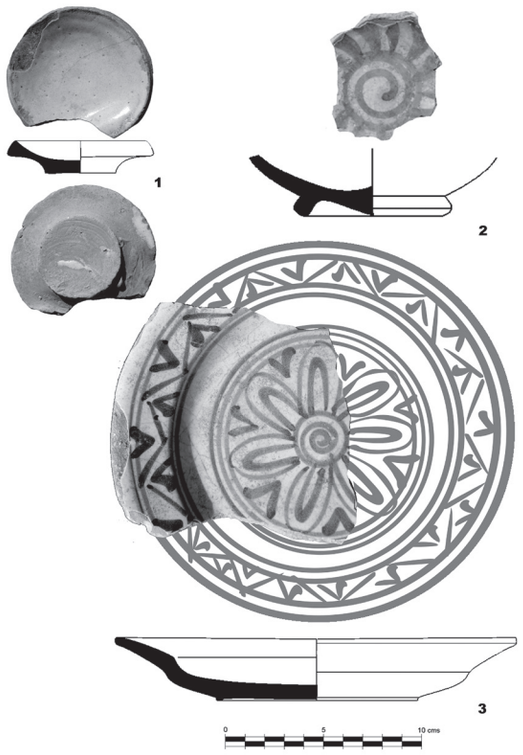
Frente a lo que puede ser asumido, es muy limitado el conocimiento disponible sobre las diferentes series cerámicas que fueron empleadas en la ciudad de Cádiz durante época Moderna. Y ello a pesar de que la ciudad se distinguió históricamente por el carácter cosmopolita que le imprimió el activo papel comercial de su importante puerto, foco destacado del tráfico atlántico. Hasta la fecha el único estudio significativo que se había realizado trató sobre el registro cerámico moderno y contemporáneo recuperado en las diversas intervenciones que sobre los restos del antiguo edificio romano se efectuaron entre 1980 y 1994; éstos constituyeron parte de una tesis doctoral defendida en 1998 (Ruiz Gil, 2009). También consta una pequeña referencia a materiales descontextualizados (Ruiz Gil, 1997, p. 133-140) y la noticia de un importante repertorio cerámico procedente del antiguo Hospital Real, al que se han dedicado únicamente unas pequeñas líneas (Gener y Pajuelo, 2002, p. 81-86), por lo que permanece técnicamente inédito. Este exiguo bagaje resume la trayectoria de conocimiento sobre la presente temática después de aproximadamente tres décadas de desarrollo de la praxis arqueológica preventiva en la capital gaditana.

El conjunto que presentamos es sólo uno de los variados contextos de época Moderna sobre los que se ha trabajado durante el presente Proyecto, y fue registrado en los estratos superiores (unidades estratigráficas de tipo sedimentario 3004 y 3001 del Sector 3) de una secuencia de depósitos terrígenos, bloques y estructuras que colmataron el vomitorio occidental del Teatro situado bajo la finca urbana de Posada del Mesón. Aún cuando estos materiales proceden de dos paquetes estratigráficos perfectamente individualizados y correspondientes a episodios secuenciales bien definidos, muestran una gran homogeneidad en la composición de sus series tipológicas. En ambas unidades se encuentran cerámicas vidriadas correspondientes esencialmente al menaje de cocina, cerámica arquitectónica, y algunas lozas de origen regional apegadas a la tradición alfarera morisca y las de influencia italianizante (Lister y Lister, 1982, p. 45; Deagan, 1987, p. 54-61; Pleguezuelo *et alii*, 1997, p. 131). Sin embargo, son las lozas importadas las que componen el grupo más numeroso y significativo de los ítems de ambas unidades, y a las que dedicaremos la atención principal.

3.1 La unidad estratigráfica 3004

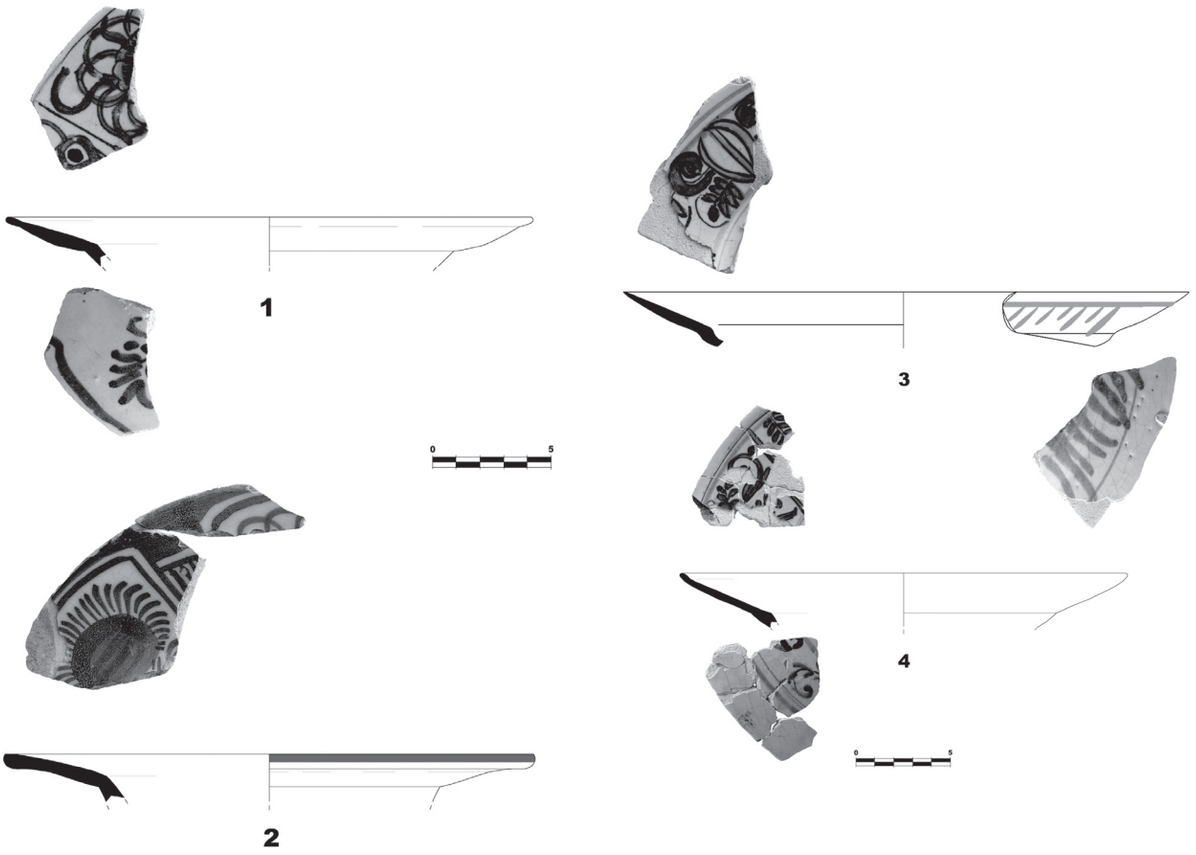
Los elementos de cultura material recuperados en ésta componen un reducido conjunto, esencialmente cerámico, integrado por vajillas y algún otro ítem de aplicación constructiva. En concreto en lo referido a estas últimas y como formas diagnosticables, se dispone de un alicer de cubierta estannífera y decoración en dos tonos de azul, más un reducido fragmento de azulejo de arista, que deben corresponder a desechos de refacciones edilicias para las que no se cuenta con ningún otro dato. La representación del menaje de cocina vendrá formada, como continuará siendo usual durante toda la Edad Moderna, por las cerámicas vidriadas con cubierta plúmbea transparente, evolución de prototipos medievales. Se hallan presentes ollas globulares con cuello recto y dos asas verticales junto a cazuelas de borde bífido con pequeñas asas horizontales apenas exentas del cuerpo, como meros elementos de sujeción. Tipológicamente, estas formas herederas de tradiciones alfareras previas son banales para precisiones cronológicas. Entre las cerámicas vidriadas ha sido identificada una importación italiana con origen en Pisa u otro de los centros ceramistas del Valle del Arno. Se trata de un fragmento de pared de un recipiente abierto, con decoración de círculos concéntricos y banda de finas líneas oblicuas esgrafiadas, lo que permite atribuirlo a las producciones de engobe blanco marfil cubiertas por esmalte transparente de dicho origen conocidas como "Graffita tarda monocroma", decorada en este caso "a punta". Estos productos ofrecen una datación de finales del siglo XVI a mediados del XVII tanto en sus lugares de origen (Berti y Tongiorgi, 1982, p. 141-174) como en la Península, según los ejemplos de Barcelona con atestaciones hasta principios del siglo XVIII (Beltrán de Heredia y Miró, 2010, p. 18 y 142-143), y otros puntos de Cataluña (Cerdà y Telese, 1994, p. 349-350), Granada (Carta, 2003, p. 45) o El Puerto de Santa María (Giles *et alii*, 1997, 72; Ruiz, 2009, p. 258).

La loza o mayólicas, son cerámicas esmaltadas mediante cubiertas de óxidos plúmbeo-estanníferos principalmente, constituyendo el grupo más importante individualizado en esta unidad. Se han identificado varios fragmentos de base que podrían corresponder a un único recipiente, un bacín con cubierta parcial esmaltada blanca que conserva accidentalmente algunos rastros de azul cobalto. Debido a la fragmentación de la pieza, nos inclinamos a considerarla entre las series de blanca lisa. Se inserta entre las producciones sevillanas de tradición morisca (Grupo Morisco), denominación asignada por mantener técnicas en la carga de la hornada que recurren al empleo de los elementos intermediarios de separación conocidos como atifles o trípodes, técnica que se mantendrá vigente en el foco hispalense hasta mediados del siglo XVI (Pleguezuelo y Lafuente, 1995, p. 237-238).



6. Lozas andaluzas: 1) Salero blanco liso (UE. 3001), producción local?; 2 y 3) Cuenco y plato azul sobre blanco de Sevilla (U.E. 3001 y 3004, respectivamente).

El siguiente elemento atribuido al centro alfarero de Sevilla es un espécimen de plato de ala de la serie azul sobre blanco del Grupo Sevilla. Esta denominación viene a resumir la renovación formal y tecnológica que supuso la implantación del sistema veneciano de cocción en cajas o "cobijas" empleando pequeñas clavijas o espigas como cuñas separadoras de las piezas (Lister y Lister, 1987, p. 264 -265, fig. 154a). Dicha transformación vino de la mano del establecimiento en la propia capital de maestros italianos a principios del siglo XVI, que también influyeron en la sustitución de los repertorios bajomedievales vigentes hasta la fecha, con nuevos modelos de arquitecturas formales más ligeras y renovados esquemas decorativos (Pleguezuelo y Lafuente, 1995, p. 240). Este ejemplar de la serie italianizante esta confeccionado en una pasta ocre pálida, común en los estándares de la producción de este centro y porta decoración azul; en el fondo es de tipo floral esquematizado, seis pétalos con disposición radial a partir de un punto central en espiral; y una banda sobre el ala del borde compuesta de alafias contrapeadas entre ángulos, formando sectores triangulares que recorren el desarrollo del borde (fig. 6, n.º 3). Elementos de este

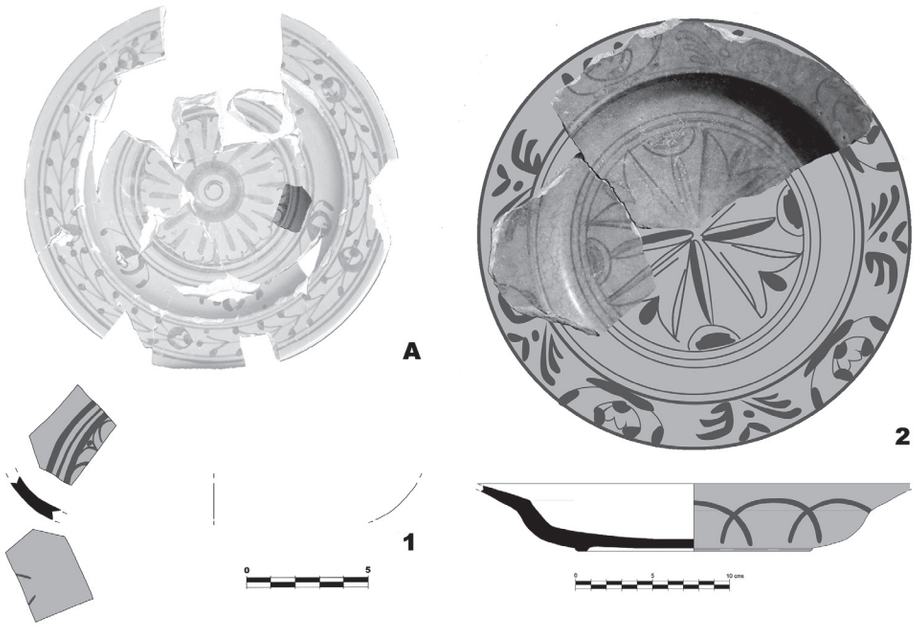


7. 1-3) Mayólicas portuguesas; 4) Mayólica ligur (1 y 4, UE 3004; 2 y 3 UE 3001).

tipo componen las primeras producciones de morfología y técnicas de raigambre italianizante que aún mantienen parte de los motivos de la serie Morisca, como las alafias. La cronología es amplia, iniciándose a mediados del XVI con perduraciones al menos hasta la mitad de la centuria siguiente (Huarte, 2002, p. 348).

El resto de las lozas procedentes de este contexto estratigráfico corresponden a sendas importaciones. La primera de ellas se ha atribuido a talleres portugueses, concretamente de Lisboa, por las características de pasta, desgrasantes, esmalte y decoración. Se trata de un reducido fragmento del borde de un plato de ala, realizado sobre pasta amarillenta pálida de aspecto arenoso, donde solamente son apreciables unos pequeños desgrasantes rojizos, y una cubierta esmaltada densa, brillante y muy blanca. La decoración sigue – en lo conservado – , el patrón de distribución en paneles a lo largo del ala. Responde al juego de dos tonos de azul cobalto: uno denso para delinear el motivo y otro algo diluido para el relleno. El registro parcialmente visible corresponde a dos de esos paneles, el más completo muestra una decoración de tipo vegetal correspondiente a una flor de peonia y el otro posiblemente parte del motivo de "aranhões". El reverso se decora con una serie de elementos vegetales de los que la pieza gaditana conserva uno, inscrito en un trazo sub-circular (fig. 7, n.º 1). Se trataría por tanto de una producción que sigue claramente la influencia china aportada por las porcelanas Ming del periodo Wanli (3.er cuarto del siglo XVI al 2.º cuarto del XVII), productos que tuvieron en Lisboa su principal puerto de acceso (Canepa y Pijl-Ketel, 2008, p. 17-64). Las producciones entre las que se integra esta pieza se pueden datar a lo largo de toda la primera mitad del siglo XVII, según la propuesta actualmente imperante sobre la evolución formal y estilística de las lozas portuguesas, tanto en su lugar de origen (Calado y Baart, 1987, p. 8-17) como en centros receptores, por ejemplo de las Islas Británicas (Killock *et alii*, 2005, p. 51-52; Casimiro, 2006, p. 120; Pearce, 2007, p. 85; Casimiro, 2008, p. 6) o Nueva Inglaterra (Pendery, 1999, p. 73-74).

Para la otra loza de importación se ha señalado su origen en los talleres ligures de Savona o Albisola. Es un fragmento del borde de un plato de ala perteneciente a una producción con pasta amarilla pálida y un esmalte de fondo – parcialmente exfoliado –, azul claro, portando una decoración en azul intenso. Se trata de un ejemplar de estilo "calligrafico naturalistico" del que se puede apreciar el motivo secundario dibujado en el borde en ala, constituido por delicados motivos vegetales de roleos y helechos puestos en cartelas o recua-



8. Producciones con esmalte de tipo "berettino" de la UE 3001:
1) Fragmento de azul sobre azul de Sevilla con decoración "a rosetta" y A) montaje sobre una pieza con decoración "Calligrafico a volute" tipo C procedente de Rota, Cádiz (tomado de Reinoso y Gutiérrez, 2010);
2) Posible producción local.

dros separados, de clara inspiración oriental. En el reverso también encontramos una decoración vegetal estilizada "alla porcellana" (fig. 7, n.º 4). La cronología inicial para las áreas de producción es de la primera mitad del siglo XVII, apareciendo en contextos como los identificados en Barcelona a partir de dicha datación y durante el transcurso de la centuria (Beltrán de Heredia y Miró, 2010, p. 43-44).

3.2 La unidad estratigráfica 3001

De aquí procede un conjunto algo más numeroso de materiales, donde se suman a los restos cerámicos una representación de objetos metálicos, como un candil en chapa férrea y varios bronces, junto a cañas y cazoletas de pipas de fumar. Acompañan a la vajilla de mesa algunas cerámicas vidriadas con cubierta de plomo transparente, correspondientes a los morfotipos de cazuelas y ollas con destino a la producción de alimentos, además de algunas cerámicas comunes para el manejo de líquidos y para otros usos complementarios.

Las lozas del Grupo Morisco como representantes de las producciones regionales vuelven a concurrir configurando el elenco de las vajillas de mesa más modestas. Entre estas cerámicas esmaltadas se encuentran los omnipresentes productos de la serie blanca lisa, con formas como los platos de formato muy abierto con paredes gruesas en su versión tardía (Goggin, 1968, p. 119-121; Pleguezuelo *et alii*, 1997, p. 132-133, fig. 59) o las formas que se vienen interpretando por convención general y sin muy sólidos argumentos, como saleros o especieros. Es un recipiente abierto de escaso diámetro y perfil muy bajo casi plano, que se cubre con esmalte estannífero únicamente por el anverso (fig. 6, n.º 1). En las variedades de loza azul sobre blanco se ha detectado un jarro con pico vertedor de la variante lineal figurada, un elemento para el servicio de líquidos cuyo modelo es de amplia distribución y muy abundante en contextos arqueológicos peninsulares y coloniales desde mediados del siglo XVI a la mitad del XVII (Somé y Huarte, 2002, p. 231 y 239).

Las lozas italianizantes del Grupo Sevilla están compuestas por dos de las principales series. La más destacada en el registro son los elementos atribuibles a las producciones de azul sobre azul que imitan los esmaltes "berettinos" ligures y venecianos. Una de las piezas es un pequeño fragmento de la pared de un plato hondo con borde vuelto y las características generales de pastas de los contrahechos sevillanos (fig. 8, n.º 1). Muestra una decoración vegetal estilizada en forma de roseta que corresponden al estilo de "a fiori centrale" o propiamente de "rosetta", y en el reverso se disponen evidencias incompletas de las series de arcos secantes de la decoración denominada "a cestino" o "cestelo" (Farris y Ferrarese, 1969, 207; Varaldo, 1992, p. 174, fig. 28). Particularmente interesante es el perfil completo conservado de un plato con esmalte y decoración azul que muestra un módulo mayor que el usual y una confección alejada de las muestras más arquetípicas de estas producciones. La

decoración central del fondo interno muestra un motivo de cruz de Malta efectuada recurriendo a una estilización vegetal de flores de lirio. El ala del plato viene decorada con una sucesión de palmetas frontales estilizadas u hojas-ala, y muy degenerado el motivo "Ju-i" nombre del cetro chino en el que se inspira (fig. 8, n.º 2). El ejemplar gaditano se configura como un modelo decorativo mixto combinando "a foglie de palma" y "Ju-i" de la tipología de Farris y Ferrarese (1969, p. 11-45) y de las propuestas recientes a partir de materiales de Savona y Albenga (Lavagna, 1992, p. 135-148; Varaldo, 1992, p. 171-193). El reverso se decora con los consabidos trazos "a cestelo".

En este plato de gran diámetro y muy pesado, tanto el módulo como la arquitectura general y una decoración inusual algo descuidada, junto al resultado final del esmalte con múltiples burbujas en superficie, podrían estar indicando un momento tardío de la evolución de esta serie. No obstante, no se podría descartar que nos halláramos ante una nueva producción de carácter local, alejada de los estándares y modelos más estereotipados de las series sevillanas. Esto estaría en consonancia con la existencia en la muestra de otros productos vidriados y de loza blanca que no responden a las características arquetípicas de las pastas sevillanas, como es éste el caso. Ante las dudas de atribución a taller que ofrece este ejemplo concreto, la propuesta de datación debe ser la generalmente establecida en Sevilla para la serie, entre mediados del siglo XVI con perduración por concretar pero al menos hasta mediados de la centuria siguiente (Huarte, 2002, p. 348).

El resto de ejemplares de este Grupo, pertenecen a la serie Azul sobre Blanco de Sevilla, son especímenes muy fragmentados que dificultan su descripción (fig. 6, n.º 2). Casi en su totalidad corresponden a cuencos y platos, que siguen las modas del momento, con el uso de una paleta azul sobre fondo blanco, con honda influencia chinesca inspirada en la porcelana oriental, impuestas por las producciones italianas, portuguesas y holandesas. Este aspecto se dejar sentir en la muestra gaditana por los sistemas de expresión de la decoración, distribuida en paneles por la banda del borde y un motivo central en el fondo.

El elemento más reciente de esta unidad estratigráfica que augura las nuevas series que se impondrán en el siglo XVIII es un plato decorado con líneas concéntricas que limitan en el borde una serie de gruesas pinceladas sueltas. A pesar de lo reducido del fragmento, se encuadra bien en la serie de *matorrales*, del último tercio del XVII (Pleguezuelo, 1996, p. 134; *idem*, 2005, p. 374-375).

Resulta significativa la alta frecuencia de lozas de importación y auténticas porcelanas chinas en estos contextos, acompañando a las producciones vidriadas y esmaltadas de talleres sudpeninsulares. En el caso de las porcelanas, aunque su existencia en niveles arqueológicos de la ciudad no ha sido hasta ahora puesta de manifiesto significativamente (*vid*. referencias numéricas sin precisión cronológica en las excavaciones del Teatro de 1980-1994 en Ruiz, 2009, p. 184-189), se trata de un fenómeno relativamente usual en las excavaciones de época Moderna de otras ciudades gaditanas y andaluzas (Giles *et alii*, 1997, p. 84-85; Pleguezuelo *et alii*, 1997, p. 152; Reinoso y Gutiérrez, 2010, p. 312). En esta unidad estratigráfica se han documentado dos pequeños fragmentos de porcelanas orientales, el borde de un pequeño plato y parte de la pared de un recipiente cerrado. En el caso del primero, muestra sobre el labio una banda geométrica que comienza a ser frecuente en el periodo Jianjing (1522-1566) y perdura en producciones más tardías del grupo de Zhangzhou (o Swatow, *circa* 1570-1660). En el segundo, únicamente se puede apreciar un motivo no identificado realizado en azul pálido de acabado semimate que es típico de las denominadas por los holandeses como "porcelanas de carraca", producciones de finales del siglo XVI y la primera mitad del XVII, esencialmente del periodo Wanli (1573-1619), con destino a su importación en masa hacia Occidente (Canepa y Pijl-Ketel, 2008, p. 17-64 y 327).

Sin embargo, entre las producciones foráneas es destacable señalar el fuerte peso que tienen los elementos que pueden ser incluidos en fábricas portuguesas, siendo excepcional que en su totalidad correspondan a cerámicas esmaltadas y estén ausentes otras producciones más usuales en contextos arqueológicos como la alcarracería de Estremoz y de otros talleres del Alto Alemtejo, los conocidos "púcaros" de barros rojos u "olarias pedradas", por sus inclusiones de feldespato (Sardinha, 1992, 509-511; Pleguezuelo, 2000, p. 131; Ruiz, 2004, p. 265-266; Etchevarne y Sardinha, 2007, p. 347-349).

Las lozas azul sobre blanco portuguesas presentes en este estrato comparten una característica pasta arenosa amarilla o amarilla pálida con desgrasantes rojizos de naturaleza cuarcítica, férrica y otros correspondientes a chamota, cubriéndose con esmaltes densos muy blancos, atribuyéndose inicialmente a Lisboa, sin poder descartar otros talleres lusos. Los elementos decorativos que portan los platos de ala detectados tienen una clara ascendencia oriental. En uno de los casos, el borde conservado muestra una orla dividida en paneles, con los motivos de la flor del crisantemo y la hoja de artemisia rodeada de cintas más conocidos como "aranhões" (fig. 7, n.º 2). Entre ambos y actuando como elemento delimitador, se sitúa la esquematización de alguno de los emblemas budistas de las porcelanas chinas, en este caso del pergamino atado con cintas, siguiendo muy fidedignamente los prototipos del periodo Wanli (Canepa y Pilj-Ketel, 2008, vid catálogo n.os 11, 14, 16, 34 y 44). El otro ejemplo de

plato también muestra influencia chinesca portando una decoración vegetal de estilo caligráfico con roleos, helechos y el motivo denominado "hojas de maíz" (fig. 7, n.º 3). Otros elementos menos diagnósticos son fragmentos de paredes de cuencos y platos, decorados en azul con evidencia de organización decorativa también en paneles, estilo denominado por los autores anglosajones de "Ichtucknee" (Goggin, 1968, p. 148-151), y que han sido valoradas recientemente como originales o contrahechos de estas lozas portuguesas (Ruiz, 2004, p. 267).

Otro testimonio interesante de estos productos portugueses es la identificación de un juego o servicio de mesa. Una obra combinada constituida por un cuenco, plato hondo de ala y plato de perfil más plano, decorados con el motivo de los semicírculos concéntricos o "meias-luas", complementados con un elemento de carácter vegetal intermedio (fig. 9). Esta serie decorativa viene datada en el territorio de la metrópolis a principios del siglo XVII (Gradim, 2005, p. 179, fig. 7), existiendo ejemplos del último cuarto del siglo XVI y primero del XVII (Sousa, 2001, p. 32-37) en los establecimientos coloniales sudamericanos.

Cierran el cuadro de lozas importadas varios elementos diagnosticables de procedencia ligur, individualizados por unas pastas finas y depuradas que giran desde el amarillo pálido al amarillo rojizo. Entre éstos se encuentra una pequeña taza o jícara en azul sobre blanco con decoración realizada mediante pincel fino de estilo "calligrafico a tapezzeria" en relación a las labores textiles en las que se inspiran sus prototipos orientales. Al exterior se aprecian líneas concéntricas limitando una serie de gruesos puntos, muy característicos de la producción savonense a falta de otros criterios como la presencia de marcas distintivas de taller, que sí están presentes en otros ítems del mismo ámbito de la Bahía, en el Puerto de Santa María (Giles *et alii*, 1997, p. 80-81, fig. 9, n.º 2). En contextos peninsulares bien datados como los de Barcelona (Beltrán de Heredia y Miró, 2010, p. 44-45), estas producciones se fechan desde el segundo cuarto del siglo XVII a principios de la siguiente centuria.

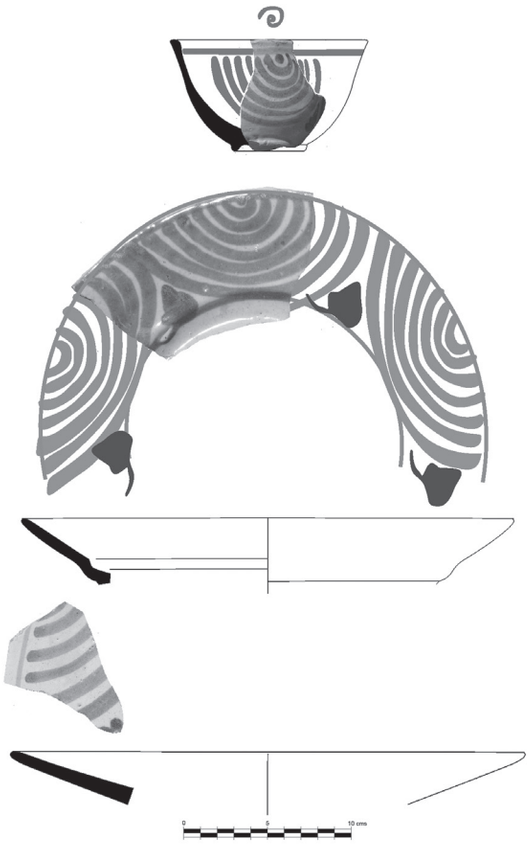
La última pieza de atribución ligur es uno de los objetos de la unidad estratigráfica que reclama una datación más reciente. Se trata de una loza correspondiente a un plato de ala con el borde decorado mediante un motivo azul de encaje o puntilla de inspiración textil, denominado "a peducci". Es un ejemplo de la producción de estilo "a la francese", que se implanta en los talleres ligures por influencia de los modelos franceses que se pondrán en boga durante el siglo XVIII en otros centros europeos. Las dataciones para estos temas decorativos son de finales del XVII y primeras décadas del siglo XVIII (Beltrán de Heredia y Miró, 2010, p. 48-50).

4. SÍNTESIS VALORATIVA

La homogeneidad de ambos conjuntos cerámicos dificulta hasta cierto punto la posibilidad de afinar cronológicamente el origen de cada unidad sedimentaria. No obstante, pueden hacerse algunas precisiones. El repertorio recuperado en la intervención del vomitorio occidental del Teatro desde la Posada del Mesón, puede ser integrado sin grandes dificultades entre las producciones que siguen las modas implantadas por la porcelana china entre el último tercio del siglo XVI y mediados del XVII. En esta época el gusto por los temas chinescos en Europa vino de la mano de potencias marítimas como Portugal, principal importadora de porcelana china durante estos siglos, y de la influencia de las lozas italianas, holandesas y las propias producciones portuguesas.

El margen cronológico en el que se mueven los materiales recuperados en la excavación, creemos que oscilaría en este marco de finales del siglo XVI y mediados del siglo XVII. Únicamente dos elementos, una loza sevillana y una importación ligur de influencia francesa pertenecientes a la UE 3001, reclaman una datación del último cuarto del XVII y principios del siglo XVIII respectivamente, lo que vendría a coincidir con el uso del edificio testimoniado por la fecha manejada para la construcción del mismo (1673). Si esta datación es correcta, aún teniendo en cuenta el periodo de uso de estas vajillas para su amortización definitiva, opinamos que no todos los materiales de la UE 3001 pueden asignarse a la ocupación y uso del edificio de la Posada. De esta forma, es posible que tanto los materiales procedentes de la UE 3004 (fosa de cimentación del muro maestro de Posada del Mesón) como los registrados en la UE 3001 (preparación de estructuras de uso del edificio), deban ser atribuidos a la removilización de objetos pertenecientes a la ocupación preexistente al edificio de la Posada, incluidos en dichas unidades como parte del movimiento de tierras llevado a cabo para su construcción.

Es preciso destacar por significativo, el peso que tienen en el conjunto total los materiales importados procedentes de China, Liguria y sobre todo Portugal, más si cabe dado el carácter reducido de la muestra. Conviene insistir de nuevo sobre los altos valores relativos que tienen las lozas portuguesas –probablemente lisboetas-, en estos contextos gaditanos de finales del XVI y pleno siglo XVII, donde al hecho político de la unificación de ambos imperios peninsulares bajo la misma corona (1580-1640), deban unirse razones de índole comercial, como la pujanza mercantil de las propias redes portuguesas. El registro de esas importaciones ligures en estos niveles de hábitat del antiguo Teatro de Balbo deben ponerse en relación con los cargamentos



9. Servicio cerámico de loza portuguesa (UE. 3001).

de loza fletados por las compañías burguesas de las republicanas transalpinas, que como el transportado por el navío del pecio de La Ballenera (Martí, 2004, 41), constituirían parte de las relaciones mercantiles y de todo tipo establecidas entre las oligarquías itálicas y gaditanas, teniendo como marco de funcionamiento el puerto gaditano como parte del engranaje redistribuidor de mercancías con destino al Atlántico Norte y las Indias occidentales. Conviene insistir igualmente que la elevada frecuencia de estas importaciones está informando acerca del estatus económico de los habitantes de esta parte de la ciudad, lugar que además de constituir su área nuclear en época Moderna, concentraba desde el Medievo los elementos representativos del poder político y religioso (Navascués, 1997).

Parece también que merece destacarse la existencia de algunos indicios de producción local para cerámicas de cocina, lozas lisas y contrahechos italianizantes en la ciudad de Cádiz que vendrían a cubrir las necesidades más básicas e inmediatas. Esto se ha argumentado aquí a partir de la individualización de una clase de pastas cerámicas. Este hipotético centro productivo tendría como base para su funcionamiento la materia prima que ofrecen las arcillas rojizas del sustrato geológico local. No obstante, la contrastación y definición de este posible taller deberá quedar a la espera de la profundización de los estudios y la implementación de analíticas arqueométricas de sus pastas.

BIBLIOGRAFIA

BERNAL, D. y ARÉVALO, A. (eds.) (2011) – *El Theatrum Balbi de Gades*. Cádiz.

BERTI, G. y TONGIORGI, E. (1982) – Aspetti della produzione pisana di ceramica ingobbiata. *Archeologia Medievale*, IX, All'Insegna del Giglio. Firenze, p. 141-174.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. y MIRÓ ALAIX, N. (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*. Muhba Textures 2. Museu d'Historia de Barcelona, p. 143.

CALADO, R. S. y BAART, J. (1987) – *Faiança Portuguesa, 1600-1660*. Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.

CANEPA, T. y PIJL-KETEL, Ch. van der (2008): *Kraak Porcelain. The rise of global trade in the late 16th and early 17th centuries.* London: Jorge Welsh Books, p. 332.

CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en La Alhambra*. Catálogos de Nakla, 3. Colección de Arqueología y Patrimonio. Granada, p. 142.

CASIMIRO, T. M. (2006) – Portuguese faience in London. *London Archaeologist*, 11 (5), p. 115-121.

CASIMIRO, T. M. (2008) – A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas. Um projecto de investigação. *Al-madan on line*, IIª Serie, 16, dezembro, Centro de Arqueologia de Almada, p. 1-7.

CERDÀ MELLADO, J. A. y TELESE COMPTE, A. (1994) – Cerámica de procedencia italiana aparecida en Cataluña. *Laietania*, 9. Museo de Mataró, p. 293-353.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volumen 1: Ceramics, Glassware, and Beads*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 222.

ETCHEVARNE, C. y SARDINHA, O. (2007) – A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Portuguès*, Sèrie IV, 25, Lisboa, p. 345-372.

FARRIS, G. y FERRARESE, V. A. (1969) – Contributo alla conoscenza della tipologia e della stilistica della maiolica ligure del XVI secolo. *Atti II Convegno Internazionali della Ceramica. Centro Ligure per la Storia della Ceramica*. Albisola, p. 11-45.

GENER BASALLOTE, J. Mª. y PAJUELO SÁEZ, J. M. (2002) – Evolución urbana de Cádiz en la época Moderna. En *Cádiz al fin del Milenio. Cinco años de Arqueología en la ciudad (1995-2000)*. Cadiz: Museo de Cádiz, Catálogo. Consejería de Cultura, Junta de Andalucía. p. 81-86.

GILES PACHECO, F.; GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. Mª.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. ; LÓPEZ AMADOR, J. J.; LUCAS ALMEIDA, J. de; PÉREZ FERNÁNDEZ, E. y RUIZ GIL, J. A. (1997) – *Aportaciones al proceso histórico de la ciudad de El Puerto de Santa María. La intervención arqueológica en la plaza de Isaac Peral*. Puerto de Santa María, p. 142.

GOGGIN, J. M. (1968) – *Spanish Majolica in the New World. Types of the Sixteebth to Eighteenth Centuries*. Yale University Publications in Anthropology, 72. New Haven, p. 240.

GRADIM, A. (2005) – Um conjunto de Faianças da Vila de Alcoutim. *Portugalia, Nova Série*, Vol. XXVI, Universidad de Oporto, p. 175-205.

HUARTE CAMBRA, R. (2002) – Cerámica moderna y contemporánea, en VV. AA., *Arqueología y Rehabilitación en el Parlamento de Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 347-361.

KILLOCK, D.; MEDDENS, F.; ARMITAGE, Ph.; EGAN, G.; GAIMS-TER, D.; JARRETT, Ch.; KEYS, L.; PHILLPOTTS, Ch.; SABEL, K. TYSON, R. y WILLMOTT, H. (2005) – Pottery as plunder: a 17th-century maritime site in Limehouse, London. *Post-Medieval Archaeology* 39/1, p. 1-91

LAVAGNA, R. (1992) – Tipologie della Maiolica Ligure del Cinquecento dagli Scavi del Priamàr a Savona. *Atti XXV Convegno Internazionale della Ceramica. Centro Ligure per la Storia della Ceramica*. Albisola, p. 135-147.

LISTER, F. C. y LISTER, R. H. (1982) – *Sixteenh century majolica pottery in the valley of Mexico.* Anthropological Papers of the University of Arizona, 3. Tucson.

LISTER, F. C. y LISTER, R. H. (1987) – *Andalusian Ceramics in Spain and New Spain. A Cultural Register from the Third Century B. C. to 1700*. The University of Arizona Press, Tucson, p. 411.

MARTÍ SOLANO, J. (2004) – Las cerámicas del pecio de La Ballenera, en C. García Rivera y C. Alonso Villalobos (coord.), *Bajo el mar. La restauración de las cerámicas de La Ballenera (Algeciras, Cádiz).* Cádiz: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, p. 19-41.

NAVASCUÉS Y DE PALACIO, J. (1997) – *A stroll through The Barrio del Populo*. Urban Community Initiative, Cadiz Town Hall, p. 59.

PEARCE, J. (2007) – An assemblage of 17th-century pottery from Bombay Wharf, Rotherhithe, London SE16. *Post-Medieval Archaeology* 41(1), p. 80-99.

PENDERY, S. R. (1999) – Portuguese Tin-Glazed Earthenware in Seventeenth-Century New England: A Preliminary Study. *Historical Archaeology*, Vol. 33, No. 4, p. 58-77.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A. (1996) – *Cerámicas de Triana. Colección Carranza*. Sevilla.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A. (2000) – Cerámicas para agua en el Barroco español: una primera aproximación desde la literatura y la pintura. *Ars Longa*, 9-10, Universidad de Valencia, p. 123-138.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A. (2005) – Cerámica de Sevilla (1248-1841), en T. Sánchez-Pacheco (coord.), *Cerámica Española*. Summa Artis, Historia General del Arte, vol. XLII (4ª ed.), Espasa Calpe, Madrid, p. 343-386.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, A. y Mª. P. LAFUENTE (1995) – Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600), en C. M. Gerrad, A. Gutiérrez y A. G. Vince (eds.), *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, BAR International Series 610, Oxford, p. 217-244.

PLEGUEZUELO, A., HUARTE, R., SOMÉ, P. y OJEDA, R. (1997) – Cerámicas de la Edad Moderna (1450-1632), en M. A. Tabales (ed.), *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta arqueológica*. Sevilla, p. 130-157.

REINOSO DEL RÍO, Mª. C. y GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M.ª (2010) – Arqueología extramuros de la Villa. La excavación en Torre de la Merced, en J. M.ª Gutiérrez López (ed.), *De la Prehistoria a la Rábita y la Villa. Arqueología de Rota y la Bahía de Cádiz*. Cádiz: Fundación Alcalde Zoilo Ruiz-Mateos, p. 293-324.

RUIZ GIL, J. A. (1997) – Cerámicas del siglo XVIII depositadas en el Museo de Cádiz procedentes del relleno del muelle pesquero de la ciudad. *Boletín del Museo de Cádiz*. Cádiz. VII, p. 133-140.

RUIZ GIL, J. A. (2004) – Cerámicas Portuguesas de la Edad Moderna en la Bahía de Cádiz. *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Faro, 1996. Promontoria Monográfica 01, Universidade do Algarve, p. 265-270

RUIZ GIL, J. A. (2009) – *Arqueología de la Bahía de Cádiz durante la Edad Moderna* [CD-ROM]. Cádiz: Colegio Oficial Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y Ciencias de Cádiz.

SARDINHA, O. (1992) – Olarias pedradas portuguesas. Contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os--Santos. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10 (1990-1992), Lisboa, p. 487-512.

SOMÉ MUÑOZ, P. y HUARTE CAMBRA, R. (2002) – Cerámica moderna, en M. A. Tabales, F. Pozo y D. Oliva (dir.), *El Cuartel del Carmen de Sevilla. Análisis arqueológico*. Arqueología Monografías, 4. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 236-241.

SOUZA ALBUQUERQUE, P. T. de (2001) – *A Faiança Portuguesa. Demarcador Cronológico na Arqueologia Brasileira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, p. 158.

VARALDO, C. (1992) – La Maiolica Ligure del Cinquecento nello Scavo della Cattedrale di Albenga. *Atti XXV Convegno Internazionale della Ceramica. Centro Ligure per la Storia della Ceramica*. Albisola, p. 171-193.

EL ACUEDUCTO DE LA MATRIZ DE GIJÓN

INVESTIGACIÓN DOCUMENTAL Y ARQUEOLÓGICA

CRISTINA HEREDIA ALONSO Universidad de Oviedo. herediaalonso@gmail.com

RESUMO El artículo subraya la importancia de las obras acometidas en Gijón para abastecer de agua a los vecinos durante el siglo XVII. La materialización de la traída de aguas de la Matriz, promovida por las arcas consistoriales, supuso la inmersión de la villa en la Edad Moderna. La ejecución del acueducto a manos de maestros arquitectos cántabros y la colaboración de éstos junto a los maestros de caños de Avilés permitió que el agua llegase a los puntos neurálgicos de la ciudad solventando la perentoria necesidad del líquido que acusaba la población.

PALAVRAS-CHAVE Acueducto, Simón Pérez Tío, Miranda de Avilés

1. INTRODUCCIÓN

Durante finales del siglo XVI y a lo largo del siglo XVII, muchas ciudades españolas acometerían sus propias traídas de aguas que permitieron poner fin a la necesidad perentoria del líquido que ocasionaba graves problemas a sus moradores (Cagigas, Aramburu-Zabala, Losada 2003, p. 102).

Mientras que muchos de estos establecimientos poblacionales únicamente debían de reestructurar, reparar y ampliar las obras ejecutadas durante el Medievo, muchas otras solventaron el problema ejecutando nuevas traídas de aguas que, en numerosos casos, contaban con la construcción de acueductos como ocurrió en el caso de Gijón.

La promoción de dichas obras corrió a cargo de los poderes municipales quienes vieron mermados los fondos de las arcas consistoriales por el gran desembolso económico que debían de llevar a cabo, tanto para financiar las nuevas obras como las futuras reparaciones. Además, desde la entrada en la Modernidad, el contar con agua corriente en las fuentes públicas no sólo se trató de una cuestión vital, también supuso un signo de identidad social y un nuevo concepto de embellecimiento de la urbe.

En el caso de Gijón, ciudad de origen romano, la población acusó los problemas derivados de la escasez de agua desde los inicios de la Edad Moderna. La entrada de la Villa en el siglo XVII coincidió con un aumento demográfico traducido en un desplazamiento de la población desde la pequeña península de Cimadevilla hasta tierra firme, la zona de Bajodevilla (Núñez, De la Madrid, 2006, p. 21). Hasta entonces, las dos fuentes públicas que abastecieron a la población y a los buques del puerto habían sido respectivamente la de "la Fontica"[1] y la de "la Barquera"[2]. Hacia finales del siglo XVI, el Regimiento decide poner en marcha un nuevo plan para ejecutar una nueva traída de aguas que pondría fin a la falta de este bien líquido y, por tanto, a los problemas que dicha cuestión ocasionaba a los gijoneses.

2. ANÁLISIS DOCUMENTAL Y PERSPECTIVA HISTÓRICA DE LA OBRA

El estudio y manejo de las fuentes documentales ha sido vital para desgranar los entresijos de esta investigación[3]. Así mismo, en el año 2009, con motivo de

1. Posiblemente esta fuente abasteciese del agua necesaria a la población romana establecida en la zona de Cimadevilla (Blanco, 2003, p. 11-12).

2. El responsable de la reparación y limpieza de la fuente de "la Barquera" había sido el trasmerano Gonzalo de Güemes Bracamonte, maestro arquitecto y reconocido fontanero en los inicios del siglo XVII. Con posterioridad a su intervención en las fuentes de la villa de Gijón, sería requerido por los consistorios avilesino y ovetense para que se encargase de la supervisión de sus respectivas traídas de aguas en el momento de su materialización. A. M. G. *Libro de Acuerdos 1611-1617*, f. 403v. (20-I-1611), f. 125r. (9-VII-1612), f. 403v. (20-I-1617). A. M. A. *Libro de Acuerdos 1612-1617*, f. 170r. (4-VIII-1617). Kawamura señala a Güemes como maestro fontanero de la ciudad de Oviedo desde 1613 a 1638 (Kawamura, 2006, p. 30).

3. Todos los datos aportados en relación al estudio de la traída de aguas de la Matriz de Gijón son inéditos y forman parte de la investigación en curso por la autora para su tesis doctoral, dirigida por la Dra. Yayoi Kawamura en el Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Oviedo. En referencia a esta misma cuestión, los primeros datos recabados han sido presentados en el I Symposium Internacional "Gentes del Mar. Historia y Arqueología en el litoral del Arco Atlántico", celebrado en Luanco (Asturias), en diciembre de 2009, y cuyas actas están pendientes de publicación. (Heredia, 2009, en prensa).

Cristina Heredia

1. Interior del acueducto de la Matriz.

Cristina Heredia

2. Interior del acueducto de la Matriz.

la remodelación de la Plaza del Instituto de Gijón, se inició una intervención arqueológica (Gabinete Arqueológico, 2011) que sacó a la luz, entre otros restos, una parte de trazado del antiguo acueducto de la Matriz. Por último, la presente autora tuvo acceso al único tramo todavía hoy existente de la citada construcción de la que pudieron tomarse diversas imágenes para constatar su estado actual. Por todo ello, se pudo llevar a cabo una investigación disciplinada y fidedigna al poder contrastar los datos aportados por la documentación histórica con los reportados por parte de la prospección arqueológica efectuada.

Entre 1662 y finales de 1667, no sin graves dificultades, Gijón vio materializada su traída de aguas. Desde el origen de la obra, momento en que se localizó el manantial y se constató la calidad y flujo de sus aguas, el Consistorio mostró su preocupación por la magnitud de la fábrica y el desembolso económico que debía realizar para financiarla. Así en la década de los ´50, remarcó su interés por hacer venir a un maestro fontanero experimentado para que se ocupase de dichos menesteres. Tras la celebración del remate en 1661[4], la obra recayó en Simón Pérez Tío, maestro arquitecto especializado en el ámbito de la fontanería, cuya postura alcanzó la cantidad de 11.900 ducados. En cuanto a las *Condiciones*[5] para ejecutar la obra, posiblemente fuesen dictadas por Ignacio de Cajigal, maestro arquitecto y reputado fontanero que ya había trabajado en el ámbito asturiano[6] y que se encargaría de velar por los intereses de los Regidores al actuar como *maestro veedor de la fuente*[7]. Ambos maestros arquitectos provenían de Trasmiera (Cantabria) y formaban parte de un elenco de profesionales que se desplazaron hasta la región asturiana para ocuparse de este tipo de obras. Kawamura señala que éstos "hicieron posible la modernización de la ciudad" durante el siglo XVII (Kawamura, 2006, p. 27-43), por lo que no nos extraña encontrarles al frente del cargo de *maestro de fuentes,* siendo requerida su presencia por encima de otros maestros de procedencia local, pues los Regimientos eran plenamente conscientes de su buen hacer en materia de fontanería y su predilección por el empleo de los materiales de mejor calidad, aportando así una mayor garantía en el funcionamiento de la obra.

Junto a los maestros fontaneros también nos encontramos trabajando a los maestros de caños, especializados en la producción a gran escala de los caños o tubos que iban a ser empleados en las conducciones por donde iba a discurrir el agua. A pesar de que en un principio los arcaduces fueron encargados a un taller local, posteriormente comenzaron a ejecutar sus encargos a los maestros cañeros de Miranda de Avilés. Los fontaneros eran conscientes de la calidad de los tubos que fabricaban los avilesinos, puesto que no en vano ya habían servido todos los tubos necesarios para

4. A. M. G. *Libros de Acuerdos 1656-1661,* ff. 55v.-56r. (21-IX-1661), ff. 57v.-58r. (31-X-1661).

5. Las condiciones se aparejan a una carta requisitoria solicitada por el maestro arquitecto en quien recayó el remate, Simón Pérez Tío, y a la escritura de la fianza. A. M. G. *Caja 1661-1668,* ff. 4r.-24r. (s/f.) A. H. A. P. N. de Gijón, caja 1851, (2 folios), *Escritura de obligación y fianças a fabor de la billa- Simón Tio.* ante Julián Menéndez Valdés, (21-VII-1663).

6. En 1662, Cajigal también está trabajando en la traída de aguas de Fitoria, en la capital del Principado. (Kawamura, 2006, p. 72-77).

7. A. M. G. *Expediente especial 134-141: Traída de aguas de Llantones (1/3),* f. 5v. (20-X-1662), f. 7r. (27-X-1662).

las conducciones de Oviedo y Avilés[8] años atrás (Heredia, 2007, p. 126-161).

3. ESTUDIO CONSTRUCTIVO DEL ACUEDUCTO DE LA MATRIZ

La traída de aguas de la Matriz abarcaba una longitud aproximada de 3.270 metros. Su origen se encontraba localizado en el manantial de Llanío, de donde obtenía el agua, y su desembocadura en una fuente dispuesta en la Plaza Mayor de la villa.

Estructuralmente contaba con un arca matriz – zona de captación –, un conducto encañado subterráneo – por donde discurría el líquido – y ochenta arquetas elevadas – para controlar el nivel y limpieza del agua.

Con respecto al arca matriz, Pérez Tío reforzó la seguridad de la construcción[9] materializada anteriormente, por medio de un paredón empotrado en el suelo sostenido por vigas de roble y reforzado por losas de piedra labrada[10]. Así mismo también se construyó un desagüe que daba salida y conectaba el agua procedente del manantial con la red encañada.

En cuanto a la conducción general, primero se realizaron las *cavas* necesarias para insertar los conductos subterráneos desde el nacimiento de la fuente hasta su desembarco. Para los conductos subterráneos se emplearon arcaduces de barro protegidos por dos paredones de mampostería de "çinco pies de grueso y lo mesmo de alto" y todo fue cubierto por tierra y grandes losas de piedra[11]. Los arcaduces o tubos de barro utilizados mayoritariamente para el encañado, fueron encargados a los maestros de caños de Miranda de Avilés. Las características del producto – cocción en atmósfera reductora, aspecto ennegrecido de la pieza, tamaño y precio de cada pieza – motivó que fuesen escogidos por encima de otros realizados en la misma localidad, al garantizarse una mayor resistencia y durabilidad de estos tubos y, por tanto, evitarse las inevitables pérdidas del agua en caso de roturas.

Interiormente, el acueducto era practicable (fig. 1). Paralelamente a los conductos se encontraba un pasillo estrecho que venía a facilitar las labores de limpieza y vigilancia de los arcaduces por parte de los maestros fontaneros. A su vez, toda esta estructura general de conductos y pasillos fue cerrada con dos grandes muros de sillería (fig. 2) muy bien labrada que alcanzó aproximadamente 1.70 metros de altura y con cubierta ligeramente abovedada.

En lo que respecta a las arquetas, un total de ochenta, todas ellas interrumpían periódicamente la conducción general para asumir la función de supervisión de la traída desde la parte externa de la estructura. Estas construcciones contaban con puerta de acceso y cerradura y una ventana cuadrangular que facilitaba la vigilancia desde el exterior. En cuanto a la puerta, ésta se encontraba comunicada con unas escaleras de descenso al pasillo interior citado anteriormente. Los materiales empleados en las mismas fueron los sillares de arenisca para los muros y mampostería calada en las esquinas y zonas de refuerzo[12].

De todas ellas, la última era la que funcionaba como desembarcadero de la fuente. Ciertamente monumental, tenía labrado en uno de sus muros el escudo de armas reales y su parte superior, se remató con almenas para respetar la estética del entorno urbano[13] y reflejar la promoción edilicia de la obra[14].

La traída de aguas de la Matriz se vio culminada con la construcción de la fuente de "la Plaza", un alberque para los animales y un lavadero, puntos de abastecimiento bien diferenciados para no poner en peligro ni la salubridad ni la calidad del agua. La descripción de la fuente en la documentación histórica es bastante exhaustiva y, aún sin conservarse ningún diseño en papel, podemos establecer diversas pautas que relacionan su estilo con el de otras fuentes ejecutadas en Asturias en las mismas fechas, fruto del modelo impuesto por los maestros trasmeranos. El modelo a seguir[15], de tendencia clasicista, se basó en una fuente adosada a un paredón de sillería en el que se dispusieron los caños por donde vertía el agua y decorado con los escudos de armas reales que el maestro tenía obligación de esculpir.

En 1667, la Villa dio por finiquitadas las obras del acueducto. Aún así, la fábrica se vio sometida a constantes revisiones y reparaciones efectuadas por otros maestros fontaneros que sucedieron en el cargo a Simón Pérez Tío. Así nos encontramos con el esbozo realizado por el maestro Manuel Remires de Arellano[16], relativo a una de las reparaciones a las que se vio sometida la construcción, donde pueden apreciarse los tramos de

8. En este sentido, el Ayuntamiento había sido firme en esta cuestión, puesto que en una de las condiciones para la fábrica de la fuente se especificaba que el maestro en quien recayese el remate "(…) deve de traerlos desde aquí a delantte de los de aviles (…)". A. M. G. *Expediente especial 134-141: Traída de aguas de Llantones (1/3)*, f. 7r. (27-X-1662).

9. El diseño y construcción del arca matriz se había iniciado en 1656. A. M. G. *Libro de Acuerdos 1656-1661,* ff. 28v.-29r. (9-VIII-1656).

10. A. M. G. *Caja 1661-1668*, f. 4r. (s/f.).

11. A. M. G. *Caja 1661-1668*, f. 4r. (s/f.).

12. La extracción de piedra tuvo lugar en las canteras de la Coría y Roces (Gijón). A. M. G. *Caja 1661-1668.* f. 9r. (s/f.).

13. Debía respetar la fisionomía de la Torre del Reloj y del muro que corría desde la fuente hasta la iglesia de San Pedro (Núñez y De la Madrid, 2006, p. 21).

14. A. M. G. *Caja 1661-1668.* f. 8v. (s/f.).

15. Esta tipología también fue empleada en otras fuentes en Asturias y en Galicia. El modelo fue introducido por los maestros fontaneros Pedro y Gonzalo de la Bárcena, también procedentes de Trasmiera (Cantabria) (Heredia, 2010, p. 59-65).

16. A. M. G. *Expediente especial 134-141: Traída de agua de Llantones (1/3)*, (s/f.).

cañería a reparar y la reestructuración de alguna de las arquetas para remediar la falta de presión del agua en alguna de las partes de la traída general.

4. INVESTIGACIÓN ARQUEOLÓGICA

La prospección arqueológica a la que se vio sometida la Plaza del Instituto de Gijón durante 2009-2010 sacó a la luz uno de los paredones que conformaba el trazado general del acueducto y protegían los arcaduces citados. La identificación de estos restos vino confirmada por la visita de la presente autora al único tramo conservado de dicha fábrica en la confluencia de las calles Carretera de la Costa y Pablo Iglesias.

También se localizaron numerosos fragmentos de arcaduces que responden a dos tipologías bien diferenciadas y que se corresponden con la información aportada por las fuentes escritas. La primera, constituida por un menor número de fragmentos, se corresponde con una serie de tubos cerámicos cocidos bajo atmósfera oxidante, siendo de factura mucho más tosca y de peor calidad que los que se corresponden con la segunda tipología. Tal y como habíamos mencionado, la procedencia de estos tubos queda mencionada explícitamente en la documentación, siendo fruto del trabajo de talleres alfareros locales, establecidos en las inmediaciones de la villa, concretamente en la parroquia de Granda. En cuanto a la segunda, su conjunto está constituido por un mayor número de fragmentos que, en algunos casos, se conservaron prácticamente intactos o con escaso deterioro. Su cocción, bajo atmósfera reductora, y una práctica perfección en su ejecución vienen a confirmar lo que ya apuntaba la documentación histórica, tanto la procedencia mirandina de los caños empleados como su cronología – segunda mitad del siglo XVII[17].

17. Datos inéditos recogidos en la tesis doctoral, en curso, de la autora.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO RUIZ, B. (1992) – *El arte de la cantería. Los maestros trasmeranos de la Junta de Voto*. Santander: Universidad de Cantabria, Asamblea Regional de Cantabria.

ALONSO, N.; HEREDIA, C. e REQUEJO, O. (2011) – Arqueología urbana de Época Moderna: La Plaza del Instituto – El Parchís – (Gijón, Asturias). *IV Jornadas de Jovens em Investigaçâo Arqueológica* (JIA 2011). Faro (Portugal).

BLANCO, H. (2003) – *La ciudad del agua. Historia del abastecimiento público de agua en Gijón.* Gijón: Ayuntamiento de Gijón.

CAGIGAS ABERASTURI, A.; ARAMBURU-ZABALA, M. Á. e LOSADA VAREA, C. (2003) – *Biografía de Juan de Herrera. Arquitecto de Felipe II (1567-1579)*. Santander: Fundación Obra Pía Juan de Herrera.

DE ABEL VILELA, A.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, A. e SALVADOR FERNÁNDEZ, J. (2009) – *A fonte da Porta Miñá e o Pazo de Orbán. Proxecto de Rehabilitación.* Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Gabinete Arqueológico (2011) – *Proyecto de aparcamiento subterráneo en la Plaza del Instituto – El Parchís – (Gijón). Memoria del seguimiento arqueológico.* Servicio de Patrimonio de la Consejería de Cultura del Principado de Asturias.

GARCÍA TAPIA, N. (1990) – *Ingeniería y arquitectura en el Renacimiento español.* Valladolid: Universidad de Valladolid-Caja de Ahorros de Salamanca.

HEREDIA ALONSO, C. (2007) – *Los alfareros de Miranda de Avilés y la traída de aguas a la ciudad moderna asturiana,* estudio dirigido por la Dra. Yayoi Kawamura y presentado como trabajo de investigación inédito correspondiente a los cursos de Doctorado (2005-2007) en el Dpto. de Historia del Arte y Musicología de la Universidad de Oviedo, Oviedo.

HEREDIA, C. (2007) – Los alfareros de Miranda de Avilés y la traída de aguas de la ciudad moderna asturiana. Avance de una investigación. *Actas de las VIII Jornadas de INCUNA: Ingenierías, arquitecturas y culturas del agua.* Colección Los ojos de la memoria. Gijón: CICEES.

HEREDIA, C. (2008) – La traída de aguas del barrio avilesino de Sabugo, traza y obra de Pedro de la Bárcena. *Liño* 14, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

HEREDIA, C. (2010) – El abastecimiento de aguas a la villa de Gijón en el siglo XVII: el acueducto de la Matriz, *I Symposium Internacional "Gentes del Mar. Historia y Arqueología en el litoral del Arco Atlántico".* Luanco (Asturias): en prensa.

HEREDIA, C. (2010) – El acueducto de la Matriz de Gijón y la intervención del maestro trasmerano Simón Pérez Tío, *Liño* 16. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

KAWAMURA, Y. (2006) – *Arquitectura y poderes civiles. Oviedo 1600-1680*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.

NÚÑEZ FERNÁNDEZ, E. e DE LA MADRID ÁLVAREZ, J. C. (2006) – *Una historia de papel. 500 años en los documentos del Archivo Municipal de Gijón.* Gijón: Ayuntamiento de Gijón.

FUENTES MANUSCRITAS

Archivo Municipal de Gijón (A. M. G.).

Archivo Histórico de Asturias (A. H. A.).

PROCESSO DE *CONTATO* E PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NA BAIXA BACIA DO AMAZONAS

SÉCULOS XVI-XVIII

RUI GOMES COELHO **Bolseiro PCI do Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil) / Museu Paraense Emílio Goeldi, IAP – UNL|UAlgarve**
FERNANDO MARQUES **Museu Paraense Emílio Goeldi, IAP – UNL|UAlgarve**

RESUMO A desembocadura do Amazonas foi, desde o século XVI, a principal porta de entrada para os exploradores europeus numa das maiores regiões tropicais do mundo.
Face às circunstâncias naturais e humanas do território amazônico, interessa-nos entender quais os mecanismos materiais que foram simultaneamente motor e resultado do processo de *contato* entre os indígenas e os agentes da colonização. Daremos, para isso, um enfoque especial às notícias das primeiras interações, à organização do espaço colonial, aos padrões de assentamento e possíveis relações de dependência europeia das pré-existências e das expetativas indígenas. A cidade de Belém, fundada em 1616, e o seu entorno, serão o nosso ponto de partida para um olhar que se estenderá à baixa bacia do Amazonas, desde a ilha de Marajó até Santarém.

PALAVRAS-CHAVE **Brasil, Amazónia, contato, terra preta arqueológica**

1. A IDEIA DE CONTATO COMO PROCESSO DE ORDEM CONTEXTUAL AO LONGO DE TODO O PERÍODO COLONIAL: O CASO DA BAIXA BACIA DO AMAZONAS

A ideia de "contato", mais do que conceito definido, permanece como campo de disputa aberto. Apesar da sua aceitação muito para além dos profissionais da Arqueologia enquanto fenómeno central no início da era da expansão europeia, da conquista e colonização de todos os continentes pelas sociedades europeias, a noção suscita várias interrogações que exigem um olhar crítico sobre a abordagem do que lhe está associado. Com efeito, o "contato" encontra-se mais associado a encontros de curta duração do que a relações prolongadas em que se enfatize a heterogeneidade das formas de colonialismo e dos modos com que os indígenas lhe fizeram face. Por outro lado, o conceito privilegia formações culturais pré-definidas sobre as novas, notoriamente aquelas derivadas do próprio encontro, o que de acordo com Silliman (2005) impede a apreciação das possibilidades oferecidas pela cultura material no reconhecimento dos mecanismos de mudança e continuidade culturais.
Noutro sentido, haverá que reconhecer a larga aceitação que a terminologia encontra entre a sociedade e a comunidade académica, aspeto que nos faz ter em conta a continuidade da sua utilização. No entanto, considerando a problemática do colonialismo na linha daquele autor, haverá que assumir as potencialidades oferecidas pelas análises de poder, domínio e resistência, em particular no contexto amazónico (Coelho, 2009). Assim, preferiremos chamar a este fenómeno de processo de contato.
No presente trabalho procuraremos fazer um levantamento preliminar das primeiras evidências do contato, entre o século XVI e os meados do século XVIII, ou seja, entre a entrada efetiva dos primeiros europeus no estuário amazônico e as reformas pombalinas, com particular enfoque nas suas materialidades. A nossa intenção passará também pela abertura de perspetivas de investigação futura, face à magnitude da região.

2. AS NOTÍCIAS DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES ENTRE EUROPEUS E INDÍGENAS NA REGIÃO

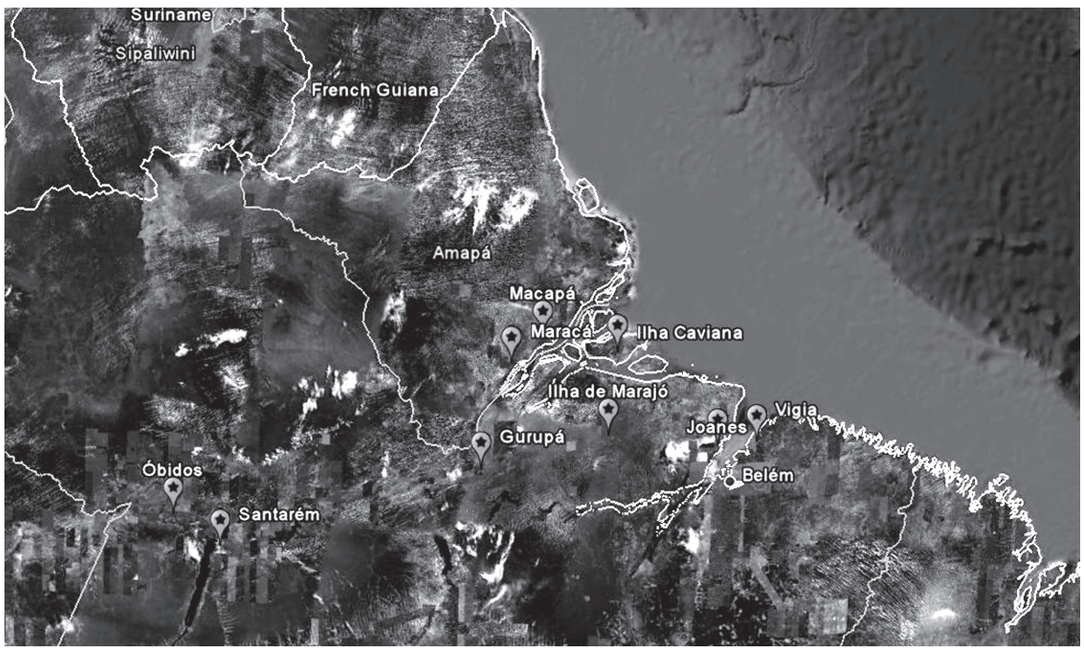
Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana iniciaram em 1540 a primeira viagem completa conhecida através da bacia do Amazonas, desde Quito até à sua desembocadura, uma viagem que haveria de terminar somente em 1542 em Nova Cádiz, na atual Venezuela. Na sua dificultosa viagem, registada pelo dominicano

frei Gaspar de Carvajal, testemunharam a existência de comunidades indígenas belicosas e contingentes populacionais aparentemente elevados. Destaquemos a área hoje associada à região de Santarém, considerada muito povoada de gentes e estruturada no que chamaram de grandes cidades, situadas a mais de duas léguas de distância do rio para a banda do Sul. Essas terras, que os homens de Orellana reconheceram ser particularmente férteis, estariam sob o domínio de um governo centralizado, então nas mãos do chefe Nurandaluguaburabara (Carvajal, 2000, p. 81-83). Esta será a mais antiga alusão ao que poderão ter sido os tapajós e sua organização social. Mais perto do mar, junto à desembocadura do grande rio e no que é hoje presumivelmente o Amapá, os ibéricos viriam a encontrar-se com índios menos hostis, que lhes deram sinais de como haviam já conhecido cristãos e que acabaram por apoiar a continuação da viagem (Carvajal, 2000, p. 85-86).

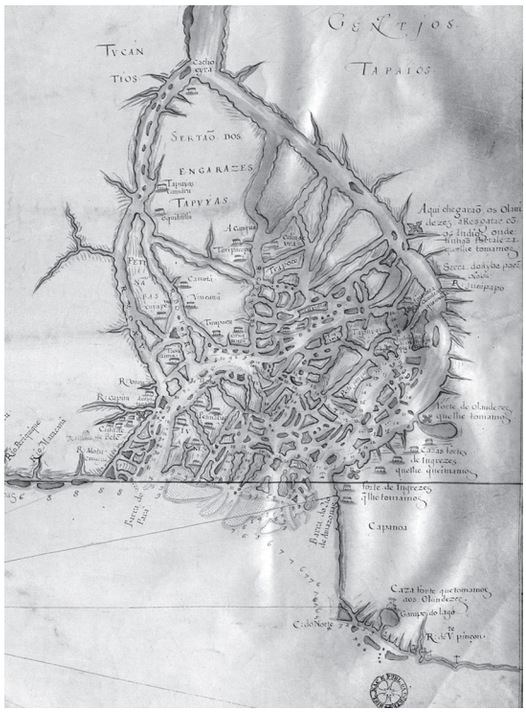
Em 28 de Outubro de 1637 larga do porto de São Luís do Maranhão Pedro Teixeira, que haveria de chegar a Quito quase um ano depois. No torna viagem seria acompanhado pelo padre Cristóbal de Acuña (1641). É este jesuíta que nos legará as informações mais importantes acerca do percurso. Sobre a designada "Província" dos tapajós, por exemplo, refere que "es muy poblada de Barbaros, en buenas tierras, y de abundantes mantenimientos" (Acuña, 1641, p. 38; Saragoça, 2000, p. 71-79).

Maurício de Heriarte, que redigiu em 1662 a sua *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*, legou-nos interessante testemunho sobre a região nos primórdios da sua colonização poucos anos passados da expedição de Pedro Teixeira, sendo possível que o próprio tenha conhecido alguns dos participantes da viagem. Refere que à época da chegada dos portugueses existiriam mais de 600 aldeias tupinambás na área de Belém, muitas das quais se coligariam numa revolta geral em 1617. Refere ainda as sobejamente faladas ilhas dos nhengaíbas e aruãs, correspondentes à atual ilha de Marajó, cujos indígenas eram particularmente belicosos, para mais num terreno que oferecia especiais dificuldades às expedições punitivas por parte dos agentes colonizadores. No caso do rio Tocantins refere ainda numerosas aldeias indígenas em processo de evangelização, e depois subindo o rio, os vários grupos étnicos de "língua geral", ou seja, com ligações ao mundo tupi-guarani, além de outras que se recusam a tratar com portugueses. Mais significativa será a descrição do que chama de "Província dos Tapajós", na atual região de Santarém, cuja maior povoação organizaria o impressionante quantitativo de 60 mil arcos em tempos de guerra. Enquanto grandes produtores de milho, frutas e mandioca, Heriarte refere várias aldeias que estariam submetidas ao poder de um único chefe (Heriarte, 1874, p. 24-38; Saragoça, 2000).

Em suma, podemos dizer que a generalidade das evidências históricas apontam para a existência de grandes contigentes populacionais dependentes de trabalhos agrícolas de significativa envergadura aquando da chegada dos primeiros europeus e imediatamente antes da dizimação causada pela introdução das epidemias vindas de além-mar (Myers et al., 2003, p. 15-21; Schaan, 1996, p. 41-49; Porro, 1995).



1. Vista de satélite da baixa bacia do Amazonas, com algumas das áreas arqueológicas mais importantes (Google Earth, 2011).



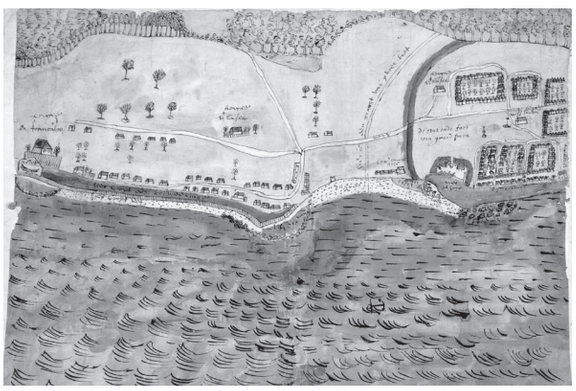
2. ***Descripção dos rios Pará e Maranhão***, oficina de João Teixeira Albernaz, c. 1632. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (disponível em http://bndigital.bn.br/).

3. OS PRIMEIROS ENCONTROS E SUAS EVIDÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS INDÍGENAS

Os primeiros tempos do contato europeu são marcados por encontros esparsos com várias comunidades, destinadas ao escambo de produtos como a madeira, ou ainda procurando obter apoios para a navegação marítima e fluvial. Este caráter inicial haveria de se manter ao longo de todo o processo de contato em algumas áreas da região amazónica, e mesmo com a sua crescente complexificação. Em 1625 o zelandês Lourens Lourenszoon, prisioneiro entre os Arocouros do Norte do atual Amapá, foi beneficiado por uma proposta de resgate que incluía uma arma de fogo e um ou dois machados. Embora uma troca de natureza diferente, ela testemunha a relativa intensidade dos primeiros contatos entre europeus e populações indígenas (Bel, 2009). São conhecidos vários locais no atual estado do Amapá que revelam esses possíveis primeiros contatos, nomeadamente a chamada gruta das Caretas, um sítio de urnas funerárias da cultura Maracá no Sul da região, onde Vera Guapindaia recolheu diversas contas de vidro no decurso de seus trabalhos nos anos de 1990. A datação de um elemento orgânico reconhecido no interior de uma dessas urnas ofereceu a cronologia de 1445 a 1645 (informação oral; Guapindaia, 2008).

A maioria dos locais conhecidos, porém, situa-se na área compreendida entre os rios Oiapoque e Araguarí, região fronteira à Guiana Francesa. Correspondem a sítios funerários de urnas, no interior das quais surgem contas de vidro. Meggers e Evans classificam estas urnas como pertencentes à fase Aristé, situada cronologicamente em torno dos princípios do século XVI (Meggers & Evans, 1957, p. 156-167). Nessas planuras que caraterizam o território das Guianas, junto à foz do rio Cunani, destaca-se uma pequena elevação designada Monte Mayé, que Nimuendajú visitou em 1923. O etnólogo de origem alemã reconheceu ali contextos funerários que atribuiu a um grupo indígena com o mesmo nome do acidente geográfico, e que conhecido pelo menos desde os meados do século XVII haveria de desaparecer algures no século XIX. Na década de 1670 esses ameríndios são divulgados por dois jesuítas franceses, e presume-se que tenha sido no âmbito da missionação que se terá procedido à integração colonial dessa comunidade (Nimuendajú, 2004, p. 15-24). Os conjuntos artefatuais recolhidos por Nimuendajú são particularmente interessantes, pois associam a várias urnas funerárias uma certa diversidade de objectos de origem europeia. Num dos sítios, por exemplo, identificou mais de uma dúzia de urnas, encontrando no interior de uma delas várias contas de vidro, e no seu entorno alguns objetos metálicos, designadamente dedais, assim como um fragmento vítreo presumivelmente pertencente a um espelho. Numa outra, e junto com ossos e dentes humanos, assim como com um muiraquitã, recolheu vários quilos de contas de vidro. Refere a memória de terem sido achados eventuais pingentes relicários, e atribui os achados à primeira metade do século XVIII (Nimuendajú, 2004, p. 21). Em vários outros arqueossítios da região, como São Joaquim, Bom Jesus da Montanha e Lago dos Patos, encontrou diversas contas vítreas.

Na ilha Caviana, situada imediatamente a Norte da ilha de Marajó e encarando já o Atlântico, no atual estado do Pará, Nimuendajú haveria de localizar várias



3. ***De stat ende fort van Grand Para***, de autor anónimo, c. 1640. Arquivos Nacionais de Haia, Países Baixos (Reis, 2000). Destaque para o forte do Castelo, à direita, e o reduto de Santo António, à esquerda.

urnas funerárias distintas das do Norte do Amapá. No interior de uma delas, no sítio de Campo Redondo, reconheceu ossos humanos e uma conta vítrea longa, azul e branca. A sua cronologia, porém, permanece indefinida (Nimuendajú, 2004, p. 63-66). No sítio designado Tezo dos Índios, no Sudeste da ilha, o pesquisador encontrou vários artefatos europeus associados a urnas funerárias. Falamos de cinzéis, machados, facas, tesouras e restos de outros artefatos de ferro, assim como fragmentos de espelhos e um grande número de contas de vidro e porcelana, material este que viria a ser encontrado também no sítio de Rebordello (Nimuendajú, 2004, p. 70-76). O etnólogo supôs que todas estas evidências remontariam ao século XVIII, associando-as a um êxodo dos aruãs do Marajó face aos avanços portugueses (Nimuendajú, 2004, p. 102).

Mais a Ocidente, há também a ocorrência de contas de vidro na região do Tapajós, na área urbana de Santarém, embora sem contexto arqueológico[1]. Com efeito, os dados até agora publicados não nos permitem ainda relacionar as ocupações pré-coloniais com os primeiros europeus que ali terão passado nos séculos XVI e XVII. No sítio Aldeia (Santarém), por exemplo, apontam-se para materiais históricos mais tardios, dos séculos XVIII a XIX (Gomes, 2010, p. 225).

Podemos assim assumir que a exploração sistemática dos arqueossítios indicados, assim como de outros semelhantes, aumentará em muito o conhecimento de testemunhos desta natureza, na verdade bem menos precários do que seria imaginável. A realidade material destes primeiros encontros, porém, encontra-se à partida limitada aos materiais que presumivelmente sobrevieram à passagem do tempo.

4. OS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL: FORTIFICAÇÕES, VILAS E MISSÕES

Os primeiros assentamentos europeus conhecidos correspondem a fortificações de origem neerlandesa ou inglesa, associados ao comércio que gente daquelas origens mantinha com comunidades indígenas do estuário amazônico, ou ainda a plantações. Estas estruturas eram designadas na documentação portuguesa por "fortes" ou "casas-fortes", o que supomos estar relacionado com o seu modo de construção: em faxina ou inteiramente em madeira, respetivamente. Para os princípios do século XVII sabemos da existência de várias delas, nomeadamente na área de Macapá, no atual Amapá, assim como na margem esquerda do rio Xingu. Uma das mais importantes posições fortificadas holandesas encontrava-se nas margens deste rio, e terá sido destruída em 1625 por Pedro Teixeira (Saragoça, 2000, p. 27-30).

Numa carta do estuário amazônico de cerca de 1632, proveniente da oficina de João Teixeira Albernaz e certamente elaborada a partir de informações de Bento Maciel Parente, surgem assinalados vários desses assentamentos. Na margem esquerda do Amazonas contamos seis "casas-fortes" e um forte ingleses, assim como uma "casa-forte" e dois fortes holandeses. Estes terão possuído ainda no arquipélago de Marajó mais duas fortalezas.

A primeira fortificação portuguesa data de 1616, aquando da chegada da expedição de Francisco Castelo Branco à área que viria a tornar-se na cidade de Belém (Saragoça, 2000, p. 11-27). Tratava-se de construção inteiramente em madeira, e assim permanecerá até às obras de Bento Maciel Parente, que a transformará num forte de taipa. Lima vai um pouco mais além e sugere que a fortificação primitiva poderia ter-se baseado nas cercas já existentes da aldeia tupinambá (2006, p. 83). Porém, até que as evidências o revelem, tal ideia quedará no domínio das hipóteses.

Certo é que numa vista sobre Belém, tirada por um anónimo holandês cerca de 1640 e provavelmente a partir de um navio por volta de 1640, atualmente nos Arquivos Nacionais de Haia, nos Países Baixos, a cidade parece bem fortificada. O castelo, que então já havia recebido as obras ordenadas pelo capitão-mor Bento Maciel Parente, contava agora com um bastião com quatro peças de artilharia e um meio reduto voltado para a baía de Guajará, com outras quatro peças. A área central da cidade, que não se achava cercada por muralha alguma, encontrava defesa nos barrancos que davam para a baía, enquanto que para o lado da terra firme estava protegida por uma muralha de terra. Para além do núcleo principal, no que viria a ser a Campina, a defesa dependia do reduto de Santo António ou do barranco natural, cuja imponência levou os flamengos

Fernando Marques, 2000

4. Intervenção arqueológica no forte do Castelo, Belém. Sob várias camadas de aterro no interior da fortificação, reconheceu-se camada de terra preta correspondente ao solo de antigo assentamento indígena.

1. Informação oral de Márcio Amaral, a quem agradecemos.

a chamarem-no de obra fortificada.
Em todo o caso é pouco conhecida a arquitetura das primeiras estruturas defensivas em madeira no Norte da América portuguesa. Em boa verdade, conhecem-se apenas três representações, ambas já relativamente distantes do período da fundação de Belém. A primeira corresponde à já referida vista holandesa de Belém, de cerca de 1640, onde se representa uma estrutura de madeira correspondente ao reduto de Santo António, na periferia da cidade. Porém, apenas se reconhece uma face da estrutura, de pau a pique (Reis, 2000). No Arquivo Histórico Ultramarino conserva-se a planta, datada de 1688, da casa-forte do Cabo Norte, em madeira, de estrutura estelar com quatro ângulos (Dias, 2004, p. 120). Já a planta da casa-forte de Ourém no rio Guamá, executada em 1754 (Reis, 2000), é ligeiramente diferente, apresentando-se como um quadrilátero com quatro meios baluartes, semelhante à projetada fortaleza de faxina de Macapá, nunca construída enquanto tal (Dias, 2004, p. 114). Deste modo, é possível que a primitiva fortificação de Belém tivesse uma dessas configurações estelares, muito distintas das obras de defesa tupinambá.
Para além desta fortificação, que era a chave do domínio português em toda a região, mandaram-se fazer várias obras de defesa. Elas se concentrariam sobretudo junto da entrada dos canais principais do estuário do Amazonas, de onde se destacam o núcleo de Macapá, que conheceu vários fortes, ou o sistema de defesa de Belém, que incluiu a fortaleza da Barra e o fortim de São Pedro de Nolasco. Fortificações situadas mais no interior serviriam à proteção dos movimentos colonizadores face aos indígenas, ou então ao controlo da navegação pelo grande rio, como é o caso do forte dos Pauxis, tornado depois Óbidos (Vianna, 1905).
Para além das fortificações, elemento essencial na organização do território foi a criação de uma rede de vilas. Elas assegurariam o controlo do espaço e a organização do trabalho na economia esclavagista. A maioria formou-se à sombra de fortalezas, como no caso de Gurupá, mas outras desenvolveram-se por força da sua localização estratégica, como Vigia (Saragoça, 2000).
Noutro sentido, haverá que recordar o importante papel das missões religiosas na integração colonial da Amazónia. Beneficiando dos descimentos de indígenas, essas missões haveriam de tornar-se verdadeiros pólos agregadores dos agentes coloniais. Noutro sentido, potencializariam a formação de uma sociedade verdadeiramente colonial através da reunião de grupos indígenas distintos numa mesma aldeia, conformada a partir de uma visão religiosa única e de uma língua que também se pretendia comum, a chamada "língua geral". Em determinado sentido estas missões foram até aos meados do século XVIII um dos principais agentes da desagregação das sociedades tradicionais indígenas, forçando-as à integração num determinado modelo social e económico (Domingues, 2000; Coelho, 2009; Santos, 2002).

5. PADRÕES DE ASSENTAMENTO: A TERRA PRETA COMO POSSÍVEL DENOMINADOR COMUM ENTRE LUGARES INDÍGENAS E ASSENTAMENTOS COLONIAIS

Verificámos que a quase totalidade dos assentamentos coloniais reconhecidos arqueologicamente se encontram sobre sítios de *terra preta* arqueológica (TPA), resultantes da ocupação humana pré-colonial. A TPA corresponde a solos de tonalidades escuras resultantes da acumulação de carbono, nomeadamente carvões, restos alimentares e eventualmente dejetos humanos, em que se reconhecem artefatos líticos e cerâmicos. Considerada fértil pelas populações atuais, tem sido assumida como parte essencial das intensas transformações na paisagem operadas pelos habitantes da região amazónica antes da chegada dos europeus (Smith, 1980; Neves et. al, 2003; Kern et al., 2003).
Com efeito, as intervenções arqueológicas realizadas em Belém, designadamente no castelo, na praça Frei Caetano Brandão, na *Casa Rosada* à rua Siqueira Mendes, e na praça do Carmo, que correspondem ao núcleo primordial da *Feliz Lusitânia*, revelaram indícios da presença de TPA. No caso da fortificação equivalem a uma significativa camada, imediatamente sob a primeira fase de construção do forte em pedra e cal, registando-se um nível de uso de piso, assim como uma área de fogueira. Datações feitas a partir de espólio encontrado nesse contexto apontaram para uma data em torno do ano 1600 (Marques, 2006; 2010). Estas evidências foram depois confirmadas no entorno da fortificação, no local da igreja do Santo Cristo ou junto ao velho Hospital Militar. Foram realizadas análises geoquímicas de amostras de solo da área que atestaram níveis importantes de fósforo, cálcio e magnésio, indicadores de solos de origem antrópica. Não se identificaram os restos da primitiva construção em madeira que conformaria o designado de *Forte do Presépio*, mas a tradição aponta para que as transformações posteriores tenham retomado a localização desta obra (Marques, 2006).
No decurso das obras de reforma do prédio conhecido por *Casa Rosada*, situado junto à antiga rua do Norte, atual Siqueira Mendes, foi reconhecido um nível de terra preta com até 20 cm de espessura que acompanha um declive para Sudeste, na direção do antigo lago do Piri. Sucedem-lhe imediatamente os aterros destina-

dos a suportar a urbanização da área (Marques, 2008). Na praça do Carmo, diante da igreja do mesmo nome e no extremo da velha rua do Norte, reconheceu-se uma necrópole histórica durante uma intervenção arqueológica no início dos anos de 1990, na qual terão sido inumados vários indivíduos de origem indígena. Dado mais significativo terá sido a implantação dessa necrópole sobre uma área de *terra preta*, detetada a poucos centímetros de profundidade (Marques, 2010).

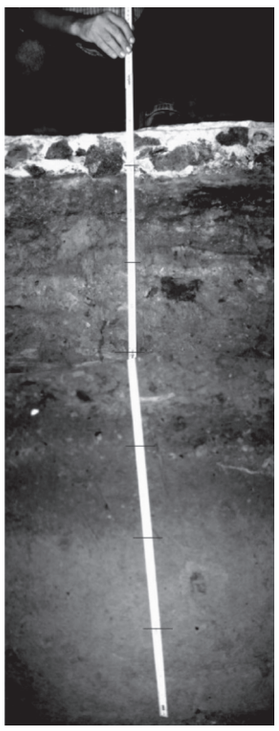
Podemos apontar assim para uma área de ocupação pré-colonial ou contemporânea do contato correspondente a aproximadamente 50 hectares. Trata-se do núcleo hoje conhecido por Cidade Velha, confrontado a Nordeste pelo canal do Piri, a Leste pelo alagado do mesmo nome, a Ocidente pela baía do Guajará e a Sul pelo rio Guamá. A questão de que seria efetivamente uma aldeia indígena ocupada na época do contato, é sugerida, embora não confirmada, pelos relatos da fundação do *Forte do Presépio* (Marques, 2006).

E fora de Belém? De fato, poucos trabalhos arqueológicos sistemáticos têm sido conduzidos na região tendo em vista o reconhecimento dos primeiros assentamentos coloniais. Ainda assim, vários projetos têm levado à identificação pontual de áreas de contato. Foi o que ocorreu na vila de Vigia, um pouco a Nordeste de Belém, cujo núcleo urbano atual, herdeiro direto do assentamento colonial, está diretamente sobre uma área de *terra preta*. Na fazenda de Jaguarari, junto a Belém, assim como nas vilas e antigas missões de Portel, Melgaço, Vila do Conde e Joanes, também foram reconhecidas áreas de *terra preta* sob sítios históricos (Marques, 2004; 2006; 2007; informações inéditas).

Mais a montante, no baixo Tapajós, há que referir três núcleos importantes. O primeiro, correspondente à antiga missão dos Tapajós e hoje cidade de Santarém, onde se tem vindo a reconhecer uma grande extensão de TPA resultante de várias ocupações pré-coloniais e da época do contato. O segundo, na margem esquerda do rio Tapajós e perto da confluência com o rio Arapiuns, correspondente à velha missão jesuítica de Cumarú ou Arapiuns, e depois designada Vila Franca a partir da segunda metade do século XVIII (Baena, 2004, p. 231)[2]. Finalmente um outro núcleo em Portel, a antiga missão de São José. Estes sítios, ainda hoje ocupados por pequenas comunidades ribeirinhas, encontram-se também sobre o que parecem ser áreas de *terra preta* (informações inéditas).

Em todo o caso, e como mostram diversos autores (Denevan, 1996, p. 661-662; Myers et al., 2003, p. 19), são numerosos os assentamentos atuais que correspondem ao mesmo modelo de ocupação a que obedeceram a maioria dos sítios de *terra preta*, implantados entre as várzeas e a terra firme. Será por isso interessante esclarecer através do estudo de assentamentos coloniais se, como alguns autores assumem, a formação de TPA foi gradualmente interrompida a partir do contato (Neves et al., 2003, p. 37-39) ou se, pelo contrário, continuou durante a ocupação colonial.

Fernando Marques, 2008



5. Intervenção arqueológica na *Casa Rosada*, rua do Norte, Belém. Sob os aterros destinados a regularizar o solo da área da construção, identificou-se camada de *terra preta*.

6. PARADOXOS IMPERIAIS: OS PROJETOS COLONIAIS NA DEPENDÊNCIA DAS PRÉ-EXISTÊNCIAS E DAS EXPETATIVAS INDÍGENAS

Vimos como os primeiros assentamentos de origem europeia no estuário do Amazonas corresponderam a antigas aldeias indígenas, ou se implantaram junto a outras situadas nas suas proximidades. Daí, por certo, que sejam muitas vezes coincidentes as cidades e vilas amazónicas com áreas de *terra preta*, nomeadamente entre as várzeas e a terra firme (Denevan, 1996). Isso dever-se-á explicar desde logo por contingências geográficas: os europeus, como diversos grupos indígenas, procuraram instalar-se em áreas de boa visibilidade e que proporcionassem uma boa defesa, com bom acesso à navegação fluvial e que fossem suficientemente férteis para assegurar parte da subsistência da comunidade em todos os períodos do ano. Por outro lado, tudo indica que esses primeiros assentamentos tenham resultado das ex-

2. Dados inéditos obtidos durante o *Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial na BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA a Rurópolis (excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí*, sob a direção científica da Prof. Dra. Denise P. Schaan, a quem agradecemos.

6. "Igreja de Pedra" de Vigia, templo da primeira metade do séc. XVIII erigido pela Companhia de Jesus.

petativas económicas e políticas indígenas perante os europeus, considerando a diversidade das organizações sociais de grupos ameríndios numa área tão vasta como aquela aqui considerada. Como a documentação histórica evidencia, os grupos europeus estabeleceram-se mais solidamente onde foi útil a sua presença pela disponibilidade que tinham em envolver-se nos conflitos locais e regionais enquanto aliados, ou ainda pelos contributos materiais e simbólicos que poderiam trazer a cada grupo específico no seu desenvolvimento social interno.

A diversidade dos modelos de ocupação colonial, desde as origens até às transformações pombalinas dos meados do século XVIII, parece emergir em duas regiões distintas do baixo Amazonas. A área de Belém, entre o baixo Tocantins e a baía de Marajó, encontrava-se ocupada por grupos designados por tupinambás, afins a outros grupos tupi do litoral Leste do Brasil. Estes grupos, semi-sedentários e de fronteiras políticas mais porosas, foram os que potenciaram, ainda que conflituosamente, os primeiros assentamentos europeus na região, assim como a sua multiplicação. Noutro sentido, a região do baixo Tapajós parece ter assistido nos séculos XVI e XVII a um modelo de complexificação social diverso, assente no aprofundamento de um cacicado centralizador de uma vasta área, da sua produção económica e com fronteiras aparentemente mais cristalizadas. Nas margens desse rio e nos cursos fluviais do seu entorno, a presença colonial foi particularmente descontínua no espaço e no tempo, apesar das recomendações dos cronistas das várias expedições que por lá passaram. Os assentamentos mais duradouros foram fundados por pequenos grupos de missionários, sem componente militar, e emergiram sobretudo no decurso da segunda metade de Seiscentos.

Ainda algumas palavras sobre as ocorrências artefatuais na região. Como referimos já, as evidências dos primeiros contatos poderão ser mais importantes do que até agora se assumia. Porém, a parte maior das materialidades que decorriam desse tipo de encontros jamais poderá ser reconhecida em virtude das condições geográficas e ambientais da região. Falamos sobretudo dos tecidos, mas também de produtos como o sal, utilizados na interação com populações indígenas até bem adiantado o século XVIII (Domingues, 2000, p. 170-171). Ainda assim, as evidências existentes e a documentação histórica levanta várias questões, designadamente o papel ativo das comunidades indígenas na seleção dos bens materiais que os europeus disponibilizavam como parte das suas estratégias internas de afirmação e distinção social (Scaramelli & Scaramelli, 2005).

De qualquer modo, devemos tomar atenção à diversidade material passível de ser reconhecida no interior dos próprios assentamentos coloniais, como indicadora do seu papel no processo de integração colonial.

Na cidade de Belém, o núcleo colonial permanente onde as pesquisas arqueológicas têm sido mais contínuas, as cerâmicas claramente provenientes do Reino durante o século XVII e a primeira metade da centúria seguinte, designadamente as faianças, são particularmente raras e simples do ponto de vista técnico e estilístico. Na escavação da praça do Carmo, tida como espaço público desde a fundação da cidade, enquanto área de descarte de lixos, reconheceram-se 100 fragmentos de cerâmica decorada tupi, ou de tradição indígena, eventualmente com temperamento de cariapé ou cauixi, e apenas 53 fragmentos de cerâmica esmaltada pré-industrial, presumivelmente de origem portuguesa. Nos aterros do forte do Castelo, reconheceram-se cerca de 23000 fragmentos ou peças indígenas ou de tradição indígena, face a cerca de 20000 fragmentos de cerâmica esmaltada (Marques, 2006; informações inéditas). Apesar da escassez das amostras, elas provêm de espaços particularmente relevantes no interior do núcleo colonial, e poder-se-ão assumir como indicadores a considerar na análise da cultura material em Belém.

A escassez de material europeu, vulgar noutras partes da América portuguesa, poderá aqui corresponder não apenas a um contingente populacional reduzido, mas também a solução de integração colonial distinta. O fator indígena surge como predominante, e a utilização das materialidades de origem ameríndia por parte dos agentes da colonização poderá constituir parte de uma estratégia que buscaria um reconhecimento e aceitação por parte daquelas comunidades. Essa seria, aliás, uma estratégia assumida por parte das elites hispânicas nas suas aproximações políticas e em esforços de integração colonial no México desde o século XVI, como procurou demonstrar Rodríguez-Alegría (2005).

Enfim, trata-se de um problema em aberto e que se oferece como amplo espaço de investigações futuras.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA, C. de (1641) – *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Madrid: Imprensa del Reyno.

BAENA, A. L. M. (2004) – *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial (Edições do Senado Federal, 30).

DIAS, P. (2004) – *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Coimbra: Almedina.

CARVAJAL, F. G. de (2002) – *Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso río grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del capitán que le descubrió se llamó el río de Orellana*. In DÍAZ MADERUELO, R. (ed.) – *La Aventura del Amazonas*. Madrid: Dastin. p. 31-88.

COELHO, R. G. (2009) – Comportamentos de resistência à integração colonial na Amazónia portuguesa (século XVIII). *Anais de História de Além-Mar*. 10. p. 129-184.

DENEVAN, W. M. (1996) – A Bluff Model of Riverine Se-ttlement in Prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers.* 86 (4). p. 654-681.

DOMINGUES, Â. (2000) – *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Outras Margens).

GOMES, D. M. C. (2010) – Os Contextos e os Significados da Arte Cerâmica dos Tapajó. In PEREIRA, E. e GUAPINDAIA, V. (orgs.), *Arqueologia Amazônica*. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 213-234.

GUAPINDAIA, V. (2008) – Prehistoric Funeral Practices in the Brazilian Amazon: The Maracá Urns. In SILVERMAN, H. & ISBELL, W. H., *Handbook of South American Archaeology*. Nova Iorque: Springer. p. 1005-1026.

HERIARTE, M. (1874 [1662]) – *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold.

KERN, D. C.; KAMPF, N.; WOODS, W.; DENEVAN, W. M.; COSTA, M. K. da e FRAZÃO, F. J. L. (2009) – As Terras Pretas de Índio na Amazônia. Evolução do Conhecimento em Terra Preta de Índio. In TEIXEIRA, W. G.; KERN, D. C.; MADARI, B. E.; LIMA, H. N. & WOODS, W. (eds.) – *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas*. Manaus: Embrapa. CD-ROM. p. 72-81.

LIMA, A. da S. (2006) – *A Guerra pelas Almas: Alianças, recrutamentos e escravidão indígena (Do Maranhão ao Cabo Norte, 1615-1647)*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará. Belém: Policopiado.

MARQUES, F. L. T. (2004) – *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo arqueológico de Engenhos dos séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Policopiado.

MARQUES, F. L. T. (2006) – Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia. In *Feliz Lusitânia. Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas – Casario da rua Champagnat*. Belém: SECULT. p. 147-220.

MARQUES, F. L. T. (2007) – O indígena em engenhos coloniais no estuário amazônico: Uma abordagem arqueológica. In *II Seminário de História do Açúcar: Trabalho, População e Cotidiano*. Vol. 1. ITU.

MARQUES, F. L. T. (2008) – *Investigação prospectiva na Casa Rosada, Belém-PA*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório final policopiado, 96 p. (Projeto apoiado por Fórum Lando – UFPA / Alubar Metais).

MARQUES, F. L. T. (2010) – Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas recentes em Arqueologia urbana, em Belém do Pará. In SIMONIAN, L. T. L. (org.), *Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Vol. 1. Belém: Editora do NAEA. p. 49-58.

MEGGERS, B. J. e EVANS, C. (1957) – *Archaeological investigations at the mouth of the Amazon*. Washington, D.C.: United States Government Printing Office.

MYERS, T. P.; DENEVAN, W. M.; WINKLERPRINS, A. e PORRO, A. (2003) – Historical perspectives on Amazonian dark earths. In LEHMAN, J.; KERN, D.; GLASER, B. & WOODS, W. (eds.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Kluwer Academic Publishers. p. 15-27.

NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B.; BARTONE, R. N. e SILVA, C. A. da (2003) – Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earths. In LEHMAN, J.; KERN, D.; GLASER, B. e WOODS, W. (eds.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Kluwer Academic Publishers. p. 29-50.

NIMUENDAJÚ, C. (2004) – *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. STENBORG, P. (ed.). Gotemburgo: Världskulturmuseet i Göteborg (Etnologiska Studier, 45).

PORRO, A. – (1995) *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes.

REIS, N. G. (2000) – *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM – Fundação para a Pesquisa Ambiental. CD-ROM.

RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E. (2005) – Eating Like an Indian. Negotiating Social Relations in the Spanish Colonies. *Current Anthropology.* 46 (4). p. 551-573.

SANTOS, F. J. dos (2002) – *Além da conquista. Guerras e rebeliões indígenas na amazônia pombalina,* Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

SARAGOÇA, L. (2000) – *Da «Feliz Lusitânia» aos confins da Amazónia (1615-62)*. Lisboa: Cosmos & Camara Municipal de Santarém.

SCARAMELLI, F. e SCARAMELLI, K. T. de (2005) – The roles of material culture in the colonization of the Orinoco, Venezuela. *Journal of Social Archaeology*. 5 (1). p. 135-168.

SCHAAN, D. P. (1996) – *A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Policopiado.

SILLIMAN, S. W. (2005) – Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of native North America. *American Antiquity*. 70 (1). p. 55-74.

SMITH, N. J. H. (1980) – Anthrosols and human carrying capacity in Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*. 70 (4). p. 553-566.

VIANNA, A. (1905) – As fortificações da Amazonia. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. 4. p. 227-302.

CRISE E REBELIÃO COLONIAL

UMA PERSPECTIVA URBANA (MINAS GERAIS / BRASIL – SÉCULO XVIII)

CARLOS MAGNO GUIMARÃES Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1999), professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

MARIANA GONÇALVES MOREIRA Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), especialista em Gestão Ambiental e Geoprocessamento pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2011) e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GABRIELA PEREIRA VELOSO Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANNA LUIZA LADEIA Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

THAÍS MONTEIRO DE CASTRO COSTA Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO A partir da segunda metade do século XVIII, a crise da exploração aurífera na Região de Minas Gerais (interior do Brasil) configurou um quadro no qual a atuação do Estado Colonial Português provocou insatisfação atingindo interesses de grupos locais. Uma das conseqüências deste processo foi a organização de um movimento reunindo integrantes de diferentes categorias sociais numa clara reação às imposições do Estado Colonial. Presente na articulação, e um dos mais expressivos representantes da ala clerical do movimento, estava o Padre Toledo, morador e pároco na localidade de São José d'El Rei. Sua residência, ainda hoje preservada (e transformada em Museu), é objeto desta pesquisa, que pretende resgatar aspectos do quotidiano que possam contribuir para a compreensão daquele contexto.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, inconfidência mineira, Padre Toledo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais da *Pesquisa Histórico-Arqueológica na Casa do Padre Toledo – Município de Tiradentes / MG*, em desenvolvimento pelo Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade desde 2010.

A Casa do Padre Toledo está inserida em um dos mais expressivos contextos da História de Minas Gerais e do Brasil. Por um lado, e em plano mais amplo, o processo de desagregação de parte do Império Colonial Português. Por outro lado, o processo que desembocou na Independência do Brasil e no início de formação da nacionalidade.

Não é por acaso a importância atribuída à Inconfidência Mineira neste contexto. O Padre Toledo foi figura de ponta na articulação do movimento, posteriormente apropriado pela República, em fins do século XIX, como expressão da nacionalidade.

O conhecimento produzido sobre um patrimônio arqueológico do tipo da Casa do Padre Toledo é indispensável tanto para preservar o objeto de estudo como para garantir às gerações futuras a possibilidade de conhecer sua história.

I

A descoberta de ouro no Brasil, no final da segunda metade do século XVIII, desencadeou um intenso surto de mineração, responsável por alterar substancialmente a vida da Colônia e da Metrópole. O significativo afluxo populacional e a grande riqueza extraída e produzida na região configuraram uma sociedade de características peculiares.

A sociedade colonial, naquele período, tornou-se extremamente diversificada na sua composição, apresentando uma dinâmica permeada de conflitos decorrentes da interação entre as inúmeras categorias sociais,

profissionais e étnicas que a compunham, bem como da insatisfação provocada pelas relações estabelecidas com a Coroa.

Até aquele momento, o Brasil, que na condição de colônia portuguesa apresentava uma dinâmica voltada para o litoral (Rio de Janeiro e Nordeste açucareiro), teve seu eixo deslocado para o interior, para a região das Minas.

Embora baseada na mineração, a economia mineira apresentou, desde o início, um caráter de extrema diversificação, com uma ampla interação entre as diferentes atividades e também entre o meio rural e o urbano.

O surto de mineração também se caracterizou por um intenso processo de urbanização, desenvolvido desde o início do ciclo. Traço comum entre as áreas onde se desenvolveu a exploração minerária foi a concentração populacional, desencadeada pela perspectiva de enriquecimento rápido e / ou fácil. Provocou, então, o surgimento de núcleos urbanos, de maior ou menor duração, conforme a produtividade das lavras.

Alguns destes núcleos concentravam atividades específicas do aparelho administrativo, mas também inúmeras outras, das quais o próprio meio rural dependia. Inicialmente na condição de aldeias, muitos ascenderam na hierarquia da ordem administrativa ao serem elevados à categoria de vilas.

Ainda que imprecisos, os dados referentes à produção aurífera indicam uma produtividade ascendente até as décadas de 1730/40, quando a produção global entra em declínio, o que se expressa nos montantes da arrecadação fiscal da Coroa Portuguesa.

A segunda metade do século XVIII foi palco não só da crise da atividade minerária como também da crise do próprio Império Colonial Português, coroada pelo movimento que culminou na independência do Brasil em 1822.

Um dos traços marcantes da intensa dinâmica social das Minas Gerais ao longo do período colonial foi a ocorrência sistemática de motins e rebeliões, tendencialmente predominados por um caráter anti-fiscal, contrário às políticas da Coroa Portuguesa.

Minas foi foco de exploração desde os fins do século XVII, quando o ouro foi descoberto coincidindo com o momento em que já se instalara a crise do nordeste açucareiro. A combinação desses fatores provocou rápida transferência de grandes contingentes populacionais para as áreas de extração aurífera.

A intensa exploração do ouro levou, gradativamente, à sua escassez. Ainda assim, as autoridades portuguesas insistiam nas cobranças do quinto – equivalente a vinte por cento do ouro produzido – atribuindo a diminuição do rendimento dos quintos ao extravio e à fraude. Em 1750, Portugal estabeleceu que o rendimento anual do quinto deveria ser de 100 arrobas. Para o cumprimento dessa exigência, às vezes era decretada a derrama, prática na qual os soldados da Coroa realizavam ações de confisco até completar o valor devido (Hollanda, 2003).

Foi nesse contexto que se articulou a Inconfidência Mineira, movimento que questionava tanto o regime estabelecido pelo domínio português quanto a submissão à Coroa. No bojo de sua articulação, foram propostas idéias, ainda que não consensuais, relativas à independência da Colônia, à abolição da escravatura e à adoção de um sistema republicano.

A Conjuração foi encabeçada por membros da elite colonial influenciados pelas idéias iluministas e pela recém ocorrida Independência dos Estados Unidos, enaltecida como inspiração e exemplo de perseverança, como se verifica no testemunho do Padre José Lopes de Oliveira, presente nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*:

> (...) o Vigário [Carlos Correia de Toledo e Melo] (...) contando-lhe que estava delineado erigir-se uma república; ao que repugnou ele, testemunha [Padre José Lopes de Oliveira], dizendo que tal não se poderia conseguir porque não havia gente, armas, mantimentos, e outros gêneros indispensáveis (...) ao que ele, Vigário, respondeu que o mais que duraria a guerra seriam três anos; e que, entretanto, se uniam o Rio e São Paulo, havia muita gente, e que, quando os americanos ingleses sacudiram o jugo tinham menos armas e, contudo, resistiram até se conseguir a liberdade (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.1, p.204).

O início da articulação se deu por volta de 1781, tendo amadurecido por vários anos até que, antes de ser desencadeada, foi denunciada, sofrendo a conseqüente repressão por parte do Estado colonial português.

O movimento foi marcado por grande amplitude no tocante às diferentes categorias sociais envolvidas. Inegavelmente um movimento de elite, congregou fazendeiros, mineradores, militares, e burocratas, dentre outros. Os sediciosos pertenciam a diferentes regiões da Capitania, mantendo-se em contato durante todo o longo período de articulações, até que as desavenças internas e interesses particulares levaram à denúncia do movimento por parte de alguns de seus integrantes.

A repressão por parte da Coroa foi imediata, resultando na prisão dos envolvidos, na abertura de devassa (inquérito) e no estabelecimento de penas de degredo para outras regiões do Império Português. Apenas um dos envolvidos, identificado como principal articulador do movimento, foi condenado à morte: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes.

A leitura das peças do inquérito evidencia que grande parte da articulação do movimento se deu através de reuniões nas casas de alguns dos sediciosos, localizadas nos meios urbanos – o que não caracteriza a Conjuração como exclusivamente urbana. E é este um dos aspectos que interessa nesta abordagem.

Os inconfidentes se reuniam com o intuito de discutir questões referentes à Capitania, à Metrópole, à elaboração de um plano de assalto ao poder (Villalta & Becho, 2007) e ao delineamento de um ideal de república a ser seguido após o sucesso da empreitada. As residências particulares são citadas como principais locais em que se davam essas reuniões secretas, como

> A casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, na rua Direita, em Vila Rica, (...) local onde se deram as mais importantes reuniões dos inconfidentes. Lá, muitos dos conjurados – destacando-se entre eles o padre José de Oliveira Rolim, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o padre Carlos Correia de Toledo, o Dr. José Álvares Maciel e Tomás Antônio Gonzaga – emprestaram livros e debateram sobre seu conteúdo, formularam estratégias para a eclosão (Villalta & Becho, op. cit., p.555).

As mesmas residências também foram indicadas, pelos denunciantes e réus, como locais onde ocorreram tentativas de aliciamento. Como exemplo, relata a carta-denúncia do mesmo Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada:

> Meu Senhor, em dias do mês de janeiro vieram à minha casa o Coronel Inácio José de Alvarenga, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e o Vigário Carlos Correia de Toledo; e depois de me haverem cumprimentado, passaram a tratar do estado atual deste País, das suas produções e dos motivos da total decadência em que se acha, e do quanto poderia ser feliz se fosse habitado por outra qualquer nação que não fora a portuguesa, porém como a matéria não estimulasse a minha curiosidade a indagar o fim a que se dirigia, retiraram-se.
>
> Passados alguns dias tornaram, e pouco depois o Reverendo Padre José da Silva Rolim; e à matéria que tinha anteriormente jogado, ligaram as seguintes reflexões: que os povos se acham aflitos e consternados com a notícia da nova derrama, e por este motivo dispostos para qualquer ação que se encaminhasse a favorecê-los; e que até se lembrariam de formar uma sublevação, se não temessem a oposição da tropa (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, op. cit., p. 117-118).

Das categorias sociais envolvidas no movimento, os clérigos foram uma das mais expressivas. Isto se torna relevante quando considerado o fato de que Igreja e Estado constituíam, na sociedade colonial e no universo administrativo do Império Português, uma unidade orgânica.

A Igreja esteve presente desde o início da colonização das Minas. Sua atuação, manifesta-se na existência de grande quantidade de edificações representativas, de vários tipos de expressão artística sacra, como a arquitetura, a pintura e a escultura.

Naquele contexto, a figura do Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, enquanto membro da elite e inconfidente, é uma expressão a ser considerada.

Há indicadores de que o Padre Toledo tenha sido o mais radical dos eclesiásticos a participar do movimento. A ele é atribuída a frase: "mais valia morrer com a espada na mão, que como carrapato na lama" (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.2, p.59).

Nascido em 1731, na Vila de Taubaté, então Capitania de São Paulo, tinha mais dois irmãos que também eram padres. Assumiu o cargo de vigário na Vila de São José del-Rei no ano de 1777, nela ficando até sua prisão, ocorrida em 24-05-1789, quando da denúncia do movimento. Ao longo da vida acumulou fortuna em fazendas, escravos, áreas de mineração e dinheiro.

Na articulação do movimento, o Padre Toledo incumbiu-se de questões conceituais e foi responsável pela escrita dos dizeres da bandeira idealizada durante a articulação do movimento revoltoso[1], pelo aliciamento e organização de uma tropa montada para fazer frente às necessidades de um possível combate à Coroa, segundo o testemunho de José de Resende Costa (filho):

> (...) lhe disse aquele Vigário que tinha escrito uma carta ao mencionado Tenente-Coronel Francisco de Paula em que lhe dizia por formais palavras: "Senhor Tenente-Coronel: Dou parte a Vossa Senhoria que nos meus pastos tenho cento e cinquenta cavalos gordos e prontos para a tropa (...)
>
> O mesmo Vigário contou também a ele testemunha que no Rio de Janeiro havia sessenta comissários, os quais se achavam prontos para ajudarem aquela ação, cujos nomes lhe não declarou; e que nesta Capital a maior parte da tropa paga estava falada para este fim (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.1, p.256).

Implementada a Conjuração, o clérigo teria um papel de destaque na possível república. O testemunho de João Dias da Mota nos *Autos da Devassa* registra:

> (...) que se tinha feito um batizado em casa do Padre Carlos, Vigário naquela Vila, em que assistiram o Coronel Inácio José de Alvarenga e o Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo Piza, e outros; e que nele se disse que o dito Vigário havia de ser o Bispo; e o dito Sargento-Mor proferiu que, com o fagote que trazia à cinta, havia de cortar a cabeça do general. E que tudo quanto ali estava assim o ouviu, até os músicos (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, op. cit., p.178).

1. "E nessa mesma conversação, disse o mesmo Alvarenga o letreiro que havia lavrar-se na bandeira em latim, de que ele, Respondente [Francisco Antônio de Oliveira Lopes], não se recorda, mas que em substância vinha a ser: 'Inda que tarde chegou a Liberdade'; cuja letra escreveu o Vigário [Carlos Correia de Toledo] em um papel. E pedindo-lhe o Vigário que lha escrevesse em um papel, respondeu aquele Alvarenga: - 'Os dedos tenha eu cortados se pegar na pena para escrever alguma cousa destas'. Por cujo motivo, o mesmo Vigário escreveu por sua mão a dita letra". AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V.2, p. 48.

Do exposto se depreende que uma abordagem da figura do Padre Toledo é de importância fundamental tanto para uma melhor compreensão da articulação do movimento quanto para o conhecimento do cotidiano e do modo de vida da elite mineira durante o período colonial.

II

Quando o movimento sedicioso foi abortado, a partir das denúncias de pessoas vinculadas ao mesmo, uma das medidas tomadas pelo aparelho repressivo foi o seqüestro de bens dos envolvidos. Bens móveis e imóveis foram alvo da ação de confisco da justiça colonial.

Dentre os bens confiscados do Padre Toledo, destaca-se uma biblioteca com obras religiosas, políticas e literárias. É evidente o caráter iluminista da mesma e sua influência na participação do clérigo no movimento sedicioso, em um período no qual a relação da Coroa Portuguesa, com o saber e com os livros, era marcada pela necessidade de se estabelecer interdições à circulação de exemplares considerados nocivos, e questionamentos em relação ao uso dos livros por parte dos leitores na Colônia. Nesse contexto, em que atuavam os tribunais censórios portugueses, faz-se interessante a visão das obras pertencentes ao Padre Toledo e suas influências no pensamento do revoltoso e em seus questionamentos à ordem estabelecida. Enquanto residente do meio urbano, proprietário de terras e escravos, o clérigo integrava uma categoria privilegiada no tocante ao acesso a livros, o que permeou as relações estabelecidas por ele durante a Conjuração Mineira (Villalta, 1999).

Alguns dos itens confiscados exigem que nos reportemos aos *Autos de Devassa*, porquanto constituem evidências concretas ou potencialidades da pesquisa arqueológica. Evidentemente não se trata de considerar que os bens confiscados acabaram se tornando vestígios. Na medida em que foram confiscados, certamente foram retirados da moradia. Entretanto, servem de referência (analógica) comparativa para os vestígios coletados a partir da realização de sondagens arqueológicas.

Obviamente, o primeiro item trata da edificação que ainda hoje resiste, transformada em museu cujo nome é o de seu morador mais ilustre.

Segundo a descrição contida no documento, era "uma morada, de casas térreas assoalhadas e forradas, cobertas de telha, com quintal murado de taipa, e piçarrão, cavalariças e mais oficinas, sitas na Rua do Sol" (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.6, p.69-70).

Ainda que de forma esquemática, a descrição não deixa dúvida quanto ao fato de ser uma moradia com certo requinte – não só por ter cavalariças e oficinas, mas por ser assoalhada, forrada e coberta de telhas. O referido quintal é hoje um espaço a ser considerado para as intervenções arqueológicas.

A Casa é uma edificação imponente, construída em meados do século XVIII, com soleiras, vergas, ombreiras, peitoris e colunas em xisto verde com trabalho de

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade

1. Fachada lateral.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade

2. Fachada principal.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade

3. Fachada posterior.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade

4. Fachada posterior – intervenções posteriores.

cantaria (Costa, 2009). Na casa ainda são encontrados cômodos ornamentados com pinturas no forro e painéis (figs. 1 e 2).

Ao longo do tempo, foram realizadas alterações tanto no interior quanto na área externa da moradia. Apesar das alterações, o local guarda um expressivo acervo arqueológico que permite a apreensão de hábitos e costumes de seus moradores (figs. 3 e 4).

Uma escada de acesso entre as áreas interna e externa apresenta revestimento de cimento, mas são evidentes blocos de pedras – indicando que a escada remonta ao período inicial de sua ocupação, embora tenha perdido as características originais. O piso de parte da área externa, também atualmente revestido com cimento, era originalmente revestido de pedras.

Assim como no interior da Casa, onde pode ser observada a presença de material construtivo recente, como o cimento, a atual área externa da edificação se apresenta bastante alterada em relação à original: além da construção de uma edificação anexa, o quintal apresenta uma área cimentada[3], onde funcionou uma quadra poliesportiva.

O limite do quintal é evidenciado por um muro construído com blocos de pedras, junto ao qual, e externa a ele, passa uma via com calçamento também de pedras, construído recentemente. Possivelmente, um canal de adução abastecia a residência de água, captada no córrego que, quase totalmente seco, ainda corre nos fundos da casa.

Na lista dos bens confiscados, constante nos *Autos de Devassa*, outra categoria merece referência: a dos bens móveis.

O potencial arqueológico da Casa do Padre Toledo ficou evidente durante as obras de restauração integrantes do *Projeto de intervenção e restauração do Museu Regional "Casa do Padre Toledo" – Tiradentes* – MG, coordenado pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que possui patrocínio do BNDES, benefícios da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei n.º 8.313/91, alterada pela Lei n.º 9.874/99) e acompanhamento do IPHAN. O projeto prevê intervenções na cobertura, revestimento, esquadrias de madeira, pintura, fundação, muros e também será feita a demolição do anexo existente, observando-se as orientações do IPHAN.

Durante a realização das referidas obras, foi identificada grande quantidade de vestígios arqueológicos de louça, cerâmica, vidro e metal no porão da moradia. Diante disso, a equipe do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG realizou visita técnica à Casa do Padre Toledo, em dezembro de 2010, com o objetivo de conhecer tais vestígios arqueológicos e o contexto no qual foram encontrados.

Parte dos vestígios encontrados foi coletada por funcionários da Fundação e está mantida na Casa de Cultura da UFMG. Cabe destacar que, devido à ausência de acompanhamento arqueológico naquele momento, os vestígios foram removidos de seu contexto original sem registro adequado / especializado, o que implica na perda de informações necessárias à análise e à interpretação arqueológicas.

Os vestígios de louça encontrados são expressivos: os fragmentos somam 198 unidades e apresentam grande diversidade (de decoração, funcionalidade e origem).

Dentre os tipos de decoração identificados nos vestígios de louça constam, principalmente: *shell edged* nas cores azul e verde; *transfer printing* / borrão de cor azul e pintura à mão livre com motivo floral (fig. 5).

Muitos dos fragmentos remetem a objetos de merecida referência: bico de molheira, fragmentos de xícaras

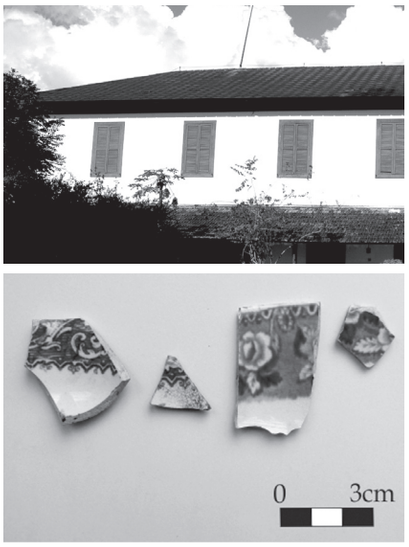
QUADRO I - Objetos confiscados do Padre Toledo[2]

Quantidade	Tipo
01	Espelho grande com sua moldura dourada
36	Pratos finos da Índia
12	Copos de vidro entre grandes e pequenos
03	Bules de louça da Índia
02	Terrinas de louça de Lisboa
07	Charões de louça de Lisboa, ou pratos compridos, entre pequenos e grandes
04	Pratos de estanho grandes
02	Candeeiros de latão, um grande e outro pequeno
*	Tabuleiro, tabulas e dados de jogar
01	Bacia grande de arame
01	Bule de cobre
12	Xícaras de louça da Índia
12	Pires de louça da Índia
01	Bacia com jarro de estanho velho
01	Colheres de prata
02	Lampião grande de vidro
01	Enxada usada
01	Machado usado
03	Trempes de ferro

2. AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V.6, p. 70-71.

3. Parte desse cimento já foi retirada.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG

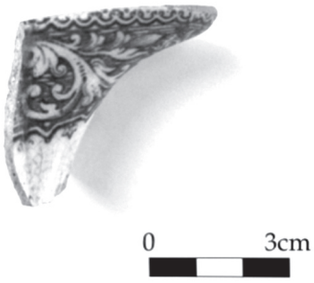


5. Fragmentos de xícaras de louça – faces interna e externa.

de tamanhos variados, fragmentos de malga e de pratos, dentre outros.

Foram identificados, ainda, fragmentos de louça que apresentavam marca impressa em preto com brasão, o que possibilitou rastrear a origem do produto e seu período de fabricação, permitindo inferências sobre a vida econômica, social, cultural e cotidiana dos moradores da edificação em determinado período, que ainda não é suficientemente recuado no tempo para remontar à época de ocupação da casa pelo Padre Toledo.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG



6. Fragmento de molheira de louça.

Os vestígios de cerâmica, embora em quantidade reduzida, também apresentam significativa diversidade com relação ao processo de fabricação, à matéria-prima utilizada e à decoração empregada. Alguns fragmentos foram produzidos em torno e outros fragmentos produzidos por acordelamento; fragmentos com pasta de coloração preta e outros com pasta de coloração avermelhada; fragmentos do tipo *Saramenha*, apresentando superfície vitrificada de coloração amarelo-ocre, e fragmentos com decoração incisa.

Os fragmentos de vidro, em número reduzido (apenas quatro), representam três objetos distintos, visto que um deles é parte de um frasco incolor, outro é uma rolha de cor verde-água e os demais são fragmentos de uma garrafa de cor verde-escuro.

Por fim, os únicos vestígios de metal encontrados são um fragmento de colher e um cravo.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG

7. Sondagem no entorno da edificação – detalhe.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG

8. Vestígios arqueológicos: frasco de tinteiro e fragmentos de fundo e garrafas de vidro.

Tendo em vista este potencial arqueológico, foram realizados trabalhos de campo em julho de 2011 pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG. Nesta etapa, foram abertas sondagens na área externa da edificação e no porão, que também revelaram grande quantidade de vestígios oriundos, principalmente, de momentos posteriores ao século XVIII.

Tais sondagens tiveram o objetivo de verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos e compreender a estratigrafia do local. A análise da estratigrafia mostrou que o terreno foi bastante perturbado ao longo do tempo e atestou o aterro de determinadas áreas.

Vestígios arqueológicos foram identificados em camadas razoavelmente profundas (mais de um metro abaixo da superfície) nas porções mais distantes do quintal e foram muito numerosos e frequentes, desde os primeiros centímetros, nas imediações da edificação original. Tratam-se de expressivos vestígios de louça, vidro, metal e cerâmica. Uma sondagem revelou ainda vestígios de um piso de pedras no entorno imediato da edificação.

IV

Os resultados atingidos até o momento por meio de pesquisa documental / bibliográfica e de levantamento arqueológico permitem algumas inferências.

As dimensões, a planta da casa e a quantidade de móveis (mesas, cadeiras, etc.) que foi confiscada indicam a presença de vários ambientes adequados ao uso coletivo de expressivo número de pessoas; fossem reuniões

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG

9. Sondagem na área externa evidenciando piso de pedra.

de caráter festivo ou sedicioso.

Os objetos descritos na lista de bens confiscados e os vestígios arqueológicos identificados na casa do Padre Toledo devem ser considerados a partir de diferentes perspectivas.

A primeira delas, evidentemente, é a indicação de tipos e natureza dos objetos que integravam o cotidiano da moradia na vila de São José d'El Rei. Membro da elite colonial, o cotidiano do Padre Toledo era marcado por objetos que devem ser considerados sofisticados e dispendiosos naquele contexto.

Em segundo lugar, chama a atenção o fato de louças e vidros serem importados, dado que não havia produção na Colônia. A louça confiscada trazia na identificação sua origem: Lisboa ou Índia. A denominação "Índia" era uma referência à Companhia de Comércio das Índias, que abastecia o Império Colonial Português com a louça característica que recebeu esta denominação.

Parte dos fragmentos de louça encontrados na casa do clérigo são de origem inglesa, francesa ou alemã. Embora o período de sua produção remeta a um momento de ocupação posterior ao século XVIII, indica a permanência de um tipo de consumo que privilegiava artefatos de aquisição dispendiosa e característica da elite oitocentista.

Em terceiro lugar, é necessária a constatação de que tais produtos importados eram mediadores que permitiam a conexão (intercontinental) entre as diferentes áreas do Império.

Em quarto lugar, merecem referência objetos fabricados com latão, cobre, estanho, prata e ferro. Excetuando o ferro, os demais eram certamente produtos importados – o que se aplica ao vestígio de colher, na qual a impregnação por azinhavre indica a presença de cobre na composição da liga metálica utilizada na sua produção.

A importação dos referidos bens não só evidencia conexões internacionais, mas também um poder aquisitivo elevado.

Os vestígios arqueológicos identificados permitem a constatação de que o poder aquisitivo elevado caracterizou não só a ocupação do Padre Toledo na edificação, mas também as ocupações seguintes, que apresentavam padrão de consumo da elite.

A pesquisa arqueológica abre a possibilidade de recuperar informações que de outra forma não seriam acessíveis e que contribuem para a elaboração de um painel mais consistente do contexto abordado.

A população da cidade de Tiradentes, onde está localizada a casa e museu do Padre Toledo, reclama da ausência de objetos (no museu) que tenham tido relação com o ilustre morador e, considerando a relevância da edificação, a Arqueologia se coloca hoje como o único instrumento capaz de trazer elementos do Padre Toledo para sua moradia, enquanto contexto museográfico.

BIBLIOGRAFIA

(1983) – *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais. V.1, 2, 3, 5 e 6.

BARBOSA, W. (1971) – *A decadência das Minas e a fuga da mineração.* UFMG, Belo Horizonte.

COSTA, A. G. (2009) – *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas.* Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi.

FURTADO, J. (2002) – *O manto de Penélope*. Companhia das Letras, São Paulo.

HOLLANDA, S. B. (2003) – *História geral da civilização brasileira*. Tomo I – A Época Colonial, volume 2 – Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JARDIM, M. (1989) – *A Inconfidência Mineira.* Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro.

MANNONI, T. G. (2007) – *Arqueología: materiais, objetos y producciones*. Ariel, Barcelona.

MELLO, S. (1985) – *Barroco mineiro*. Brasiliense, São Paulo.

MELLO E SOUZA, L. (1999) – *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. UFMG, Belo Horizonte.

MENDES, N. M. (2003) – *O Barroco mineiro*. Autêntica, Belo Horizonte.

SOUZA, W. P. A. (1978) – *Ensaios sobre o ciclo do ouro*. UFMG, Belo Horizonte.

VILLALTA, L. C. e BECHO, A. P. (2007) – Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Mª Efigênia L. e VILLALTA, Luiz C. (orgs.) *História de Minas Gerais – as Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte, Autêntica; Companhia do Tempo.

VILLALTA, L. C. (1999) – *Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em História Social.

ARQUEOLOGIA E ARQUITECTURAS DAQUI E D'ALÉM-MAR

MARIA DE MAGALHÃES RAMALHO IGESPAR

RESUMO Arqueologia da Arquitectura como disciplina da área do património surge como um desafio inovador ao propor abordar o edifício histórico em toda a sua complexidade, compreender a sua história pessoal única e irrepetível de uma forma integrada, conjugando os dados históricos e arqueológicos, os estudos de patologias, comportamentos estruturais, caracterização de materiais construtivos, etc. A metodologia aplicada é a mesma que é utilizada pela Arqueologia mas, neste caso, adaptada ao património arquitectónico, sobretudo pós-medieval sendo o exemplo do património português ou de origem portuguesa um verdadeiro caso de estudo por todas as potencialidades que ainda hoje oferece.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia da arquitectura, património arquitectónico, além-mar

"Há uma parte de nós portugueses, ainda hoje, que querem sair. Nós sempre tivemos este desejo de sair, um desejo que eu não encontro nos outros povos. (...) Enquanto o mar estiver à nossa frente o futuro pode ser o que nós quisermos".

Dulce Maria Cardoso

INTRODUÇÃO

A Arqueologia da Arquitectura como disciplina da área do património surge como um desafio inovador ao propor, a partir de uma análise estratigráfica, abordar o edifício histórico em toda a sua complexidade, compreender a sua história pessoal única e irrepetível de uma forma integrada, conjugando os dados históricos e arqueológicos, os estudos de patologias, comportamentos estruturais, caracterização de materiais construtivos, etc. A metodologia aplicada é a mesma que é utilizada pela Arqueologia mas, neste caso, adaptada ao património arquitectónico, sobretudo pós-medieval, sendo o exemplo do património português ou de origem portuguesa um verdadeiro caso de estudo por todas as potencialidades que ainda hoje oferece.

Regina Tirello

1. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Itamaracá, Pernambuco, Brasil.

1. EM BUSCA DA IDENTIDADE PERDIDA

Quando pensamos em património de origem portuguesa no mundo, imediatamente visualizamos ruínas rodeadas de belas paisagens tropicais, arquitecturas esquecidas "e o mar ali tão perto"...

De facto, hoje a Lista do Património Mundial estabelecida pela UNESCO inclui, a par dos treze bens localizados em Portugal, vinte e um de origem portuguesa distribuídos por dezasseis países e três continentes.

Todo este património é, na maior parte das vezes, muito mais que belas e interessantes estruturas ou enigmáticas ruínas pois há um mundo de vivências que permanecem e que acompanham os habitantes desses lugares distantes sobre a forma de cultura imaterial – histórias, memórias, cantares, linguajares, etc. Contribuir para compreender e manter vivo o significado dessas memórias pode, e deve, ser um desígnio português, provavelmente com muito maior proveito do que esta aposta cega numa comunidade europeia artificial quando o nosso coração sempre esteve mais além...

Portugal tem muito mais para dar e receber desse outro lado do mundo que, por desígnios da história, rapidamente abandonou, deixando para trás parte da sua memória e da sua identidade. Essa retirada repentina, ainda hoje mal resolvida, misturada de complexos de culpa e desejos de fuga para a frente, faz com que, muito provavelmente, esta nova leva de emigrantes ou melhor, viajantes, que procuram encontrar sobretudo nesses antigos territórios coloniais formas de ganhar dinheiro fácil, provavelmente não será bem sucedida.

Pelo contrário, uma aposta na compreensão do que foi o nosso passado é, como bem sabem os psicólogos, meio caminho andado para nos compreendermos no presente e descobrirmos a melhor forma de continuarmos a caminhar.

Infelizmente a realidade presente é bem demonstrativa de que se tivéssemos apostado na manutenção das relações culturais e económicas de forma construtiva, com os povos a que estivemos unidos tantos séculos, provavelmente hoje não estaríamos de mão estendida aceitando qualquer ajuda mesmo as mais interesseiras.

O nosso legado é enorme e uma importantíssima vantagem que não tem sido aproveitada de forma positiva de ambos os lados. Lembremo-nos que hoje a língua portuguesa tem 200 milhões de falantes e a Lista do Património Mundial, estabelecida pela UNESCO, como já referimos, conta com maior número de conjuntos, sítios e monumentos situados fora de Portugal dos que se localizam no nosso território.

Wagner Oliveira

2. Porto de São Mateus, Espírito Santo, Brasil.

2. A ARQUITECTURA COMO RECURSO

Tendo em conta que grande parte do património de origem portuguesa no mundo é património edificado, a arquitectura surge-nos, desde logo, como um importante recurso, um icebergue de uma realidade escondida que importa desvendar.

Numa análise geral da situação, podemos verificar que a maioria do património arquitectónico de origem portuguesa espalhado pelo mundo sofre da falta de investimento. A maior parte dos imóveis ou conjuntos edificados com valor histórico e patrimonial situa-se em países com pouco recursos e Portugal também não tem tido uma política de investimento/cooperação que supere estas dificuldades e promova a salvaguarda destes importantes testemunhos.

Poderá, numa primeira abordagem, desculpar-se esta situação pela falta de meios que também existem no nosso país mas, conhecendo um pouco a realidade da cooperação portuguesa na área da cultura, depressa se concluiu que muitas vezes se perde demasiado tempo e dinheiro em "estudos estratégicos", "avaliações de projectos" e viagens de trabalho em grande comitiva, faltando, como em tantos outros sectores, um planeamento eficaz e uma concretização efectiva dos programas em tempo útil que, na maioria dos casos, nem sequer requer a utilização de verbas muito avultadas.

Infelizmente, nos últimos anos, não só Portugal não realizou investimentos dignos de referência em termos de investigação arqueológica e acções de recuperação, se exceptuarmos os casos de Marrocos e Cabo-Verde e mesmo assim muito circunscritos[1], como tem deixado espaço para que outros países assumam a dianteira no estudo e na reabilitação do património de origem portuguesa[2].
Outro caso paradigmático da forma de actuar pouco eficaz da cooperação portuguesa é a falta de articulação que existe entre as diversas entidades que desenvolvem projectos sobre o nosso património d' além mar[3].
Assim sendo, urge encontrar alternativas à falta de recursos e à deficiente articulação, procurando desenvolver projectos que, por exemplo, se baseiem nas novas tecnologias e na rentabilização do muito que já existe em termos de recolha de documentação histórica e arqueológica sobre este universo patrimonial. Importa ainda ter em atenção a necessidade de disponibilizar a informação existente sobre as intervenções arquitectónicas que foram sendo efectuadas por Portugal nesses países, pelo menos desde os finais dos anos 50[4].
Portugal será porventura um dos países que pior explora os seus recursos histórico-culturais se tivermos em conta os valiosos acervos que possuiu sobre os antigos territórios ultramarinos. Entre os inúmeros fundos documentais existem preciosidades ainda por descobrir, estudar e disponibilizar aos investigadores ou mesmo ao público em geral, sobretudo aquele que se encontra afastado por dezenas de milhares de quilómetros. As novas tecnologias poderiam assim contribuir para o conhecimento do nosso passado comum, e constituir uma forma positiva de aproximar povos para além dos interesses puramente económicos que hoje em dia prevalecem.

1. Em Cabo Verde veja-se o caso do programa de recuperação da Cidade Velha da responsabilidade do arquitecto Siza Vieira e a reabilitação da sua Sé-Catedral, promovida pelo então IPPAR desde finais dos anos 80 quando se iniciaram os primeiros trabalhos arqueológicos da responsabilidade de Clementino Amaro. Só muito mais tarde, já em 2003, é que foi finalmente possível iniciar as acções de recuperação deste notável edifício. Em Marrocos saliente-se a investigação levada a cabo na Fortaleza de Azamor e na Catedral de Safim, promovida pelo Centro de História de Além Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa entre 2008 e 2011. Também a Fundação Gulbenkian tem promovido algumas missões de avaliação e reabilitação de diversos monumentos portugueses espalhados pelo mundo, verificando-se, pela análise dos Relatórios de Actividades, que estas acções têm escasseado nos últimos anos.
2. Um dos exemplos é o que se passa na Cidade Velha de Cabo Verde onde, apesar da participação portuguesa ao nível do plano global, a maioria das intervenções arqueológicas e de recuperação de património foram realizadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) e, mais recentemente (2009), pela Universidade de Cambridge.
3. Nomeadamente entre Institutos Públicos, Universidades e a FCG.
4. Para além das intervenções recentes referidas na nota anterior, importa destacar as iniciativas efectuadas no âmbito das acções de cooperação levadas a cabo pela Gulbenkian em diversos países com património arquitectónico de origem portuguesa desde pelo menos os finais dos anos 50 e sobre as quais não existe grande informação. Destaque-se, entre elas, as intervenções de Augusto Viana de Lima e do seu seguidor, o arquitecto João Campos.

3. A FALTA DE INVESTIMENTO NO PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA PODE TAMBÉM SER UMA VANTAGEM

A falta de investimento que, em muitos casos, corresponde à falta de intervenção física no património arquitectónico de origem portuguesa espalhado pelo mundo poderá ser vista também como uma oportunidade rara, pois, em muitos casos, preservaram-se as estratigrafias dos edifícios, permitindo que hoje se programem projectos de investigação e acções de recuperação que tenham em conta um conhecimento profundo do edificado.
É sobretudo necessário que qualquer intervenção de arqueologia neste universo patrimonial associe uma análise e interpretação de cota positiva e de cota negativa, pois não existem limites quando se trata de compreender um edifício histórico.

Maria Ramalho

3. El Jadida (Mazagão), Marrocos.

4. A ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA COMO METODOLOGIA

Partindo da premissa que um edifício antigo é sempre uma construção estratificada e, como qualquer outro "depósito arqueológico" é necessário possuir uma metodologia própria que permita garantir o seu registo e a sua interpretação, a Arqueologia da Arquitectura

Regina Tirello

4. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vila Velha, Itamaracá, Pernambuco, Brasil.

surge então como forma de alcançar este conhecimento ou de transformar uma intervenção de reabilitação ou restauro numa verdadeira oportunidade para o conhecimento e preservação da memória.

Todos sabemos o impacte que podem ter as operações de reabilitação que apenas têm em conta uma singela recolha histórica e nenhuma análise do edificado existente, muito menos ainda uma intervenção arqueológica de cota negativa. Infelizmente, a maior parte das intervenções já realizadas, obedeceram apenas aos critérios definidos pelo arquitecto responsável não contando com a colaboração de equipas de arqueologia.

Veja-se, por exemplo, o caso tão marcante na história da recuperação de património de origem portuguesa que foi a intervenção na torre de menagem da Fortaleza de Arzila, iniciada pelo arquitecto Augusto Viana de Lima e terminada em 1994 pelo arquitecto João Campos, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Em recente artigo, o responsável por esta intervenção argumentava, a propósito da opção de colocar uma cobertura ao nível do telhado, com a presença do mesmo tipo de soluções em outros edifícios, em vez de se basear na análise que deveria ter sido efectuada de forma sistemática sobre os testemunhos ainda existentes no próprio monumento[5].

A Arqueologia da Arquitectura tem sido desenvolvida, desde pelo menos há duas décadas sobretudo em Itália e em Espanha mas, mais recentemente, também em Portugal[6], no âmbito das intervenções de restauro de edifícios históricos, procurando fazer com que sejam os próprios monumentos a contar a sua história. Trata-se, sobretudo, de contrapor aos métodos tradicionais de análise, nomeadamente a consulta de fontes documentais e a comparação estilística, uma metodologia nova, oriunda directamente da arqueologia. Por outro lado, a visão oferecida pela Arqueologia da Arquitectura é simultaneamente mais alargada e complexa,

5. Campos, João (2008). O arquitecto João Campos, consultor e projectista da Fundação Calouste Gulbenkian, segundo os dados recolhidos em alguns documentos disponibilizados on line, será também o responsável por projectos de recuperação de património de origem portuguesa em Malta, Dhaka, Quiloa, Mombaça, Safim, Fortaleza de Ormuz e Palácio da Água na Indonésia, este último aparentemente já terá mesmo sido concluído. Esperemos então que nas próximas intervenções seja já possível contar com o contributo da arqueologia.

6. Ramalho, Maria (2004).

sobretudo porque os edifícios históricos passam a ser entendidos mais como o resultado de experiências únicas, feitas de construções e reconstruções, do que como modelos construtivos estáticos, característicos de determinado período histórico.

De uma forma resumida, podemos referir que os principais objectivos a ter em conta na aplicação desta metodologia são os seguintes:

· Reconhecer o edifício como documento histórico;

· Recuperar e registar toda a informação histórico-construtiva antes de se proceder a qualquer tipo de intervenção (reabilitação, conservação, restauro etc.);

· Aplicar um método baseado num registo sistemático e numa análise estratigráfica (intervenção arqueológica de cota negativa e positiva);

· Estudar e valorizar as técnicas, sistemas e materiais de construção existentes (sejam eles originais ou posteriores) como parte integrante da história do edifício;

· Reconhecer todas as transformações e patologias do edifício, suas causas e circunstâncias que as provocaram.

· Elaborar um discurso que relate o percurso histórico do edifício;

· Devolver à sociedade o conhecimento alcançado.

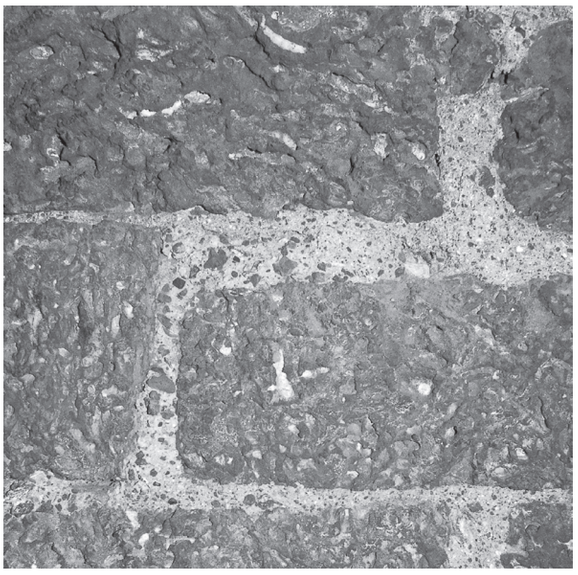
4.1 Pesquisa documental

Um dos principais aspectos a ter em conta num estudo de Arqueologia da Arquitectura é a importância da recolha documental prévia. Assim, será imprescindível contar com a colaboração de um historiador que, desde o início da programação da intervenção, reúna num trabalho que se pretende monográfico, o maior número de informação histórica e historiográfica disponível, conferindo especial atenção à recolha cartográfica, iconográfica e à documentação que possa existir sobre as intervenções de restauro que tenham sido executadas ao longo dos anos. Esta recolha não se deverá limitar aos edifícios, mas estender-se, também, ao seu contexto territorial.

Este levantamento histórico deverá, a par do estudo arqueológico, servir para o entendimento o mais completo possível do edifício, tendo no entanto em atenção que os resultados das pesquisas documentais não condicionem as conclusões a que se possa chegar com base na análise estratigráfica. Assim sendo, será preferível que, numa primeira fase, quando se procede à análise e à interpretação estratigráfica directamente sobre o edifício, a equipa se abstenha de estabelecer relações directas entre as conclusões do estudo histórico deixando, para uma segunda fase, esse confronto de fontes.

4.2 Estudo de materiais e técnicas de construção

Ângelo Silveira



5. Blocos de laterite da Basílica de Bom Jesus, Velha Goa.

Entre os vários tipos de informação sobre o edifício que importa coligir destacam-se os que se relacionam directamente com as características específicas da construção. Neste capítulo, abrem-se interessantes possibilidades de colaboração com os investigadores estrangeiros que, cada vez mais, se dedicam ao estudo da história da construção portuguesa, ao modo como ela se desenvolveu nos diversos continentes e de que maneira soube ou não aproveitar os recursos e formas de construir locais[7].

Dentro dos diversos aspectos a ter em conta destaque-se a determinação de componentes construtivos: análises geológicas, físico-químicas etc.[8], para além da análise dos métodos e técnicas de construção como por exemplo:

· Avaliar o tipo de andaimes utilizados na construção a partir dos indícios registados ao nível dos paramentos;

· Verificar o tipo de ferramentas utilizadas na construção a partir da observação das marcas de corte da pedra;

· Observar os efeitos da degradação dos materiais (destruição e uso).

De facto, com a análise sistemática deste conjunto de dados, será possível alcançar outras informações a que muito dificilmente se poderia ter acesso, como, por exemplo, de que modo se organizavam os estaleiros de obra, que tipo de transportes e vias eram utilizados, etc., etc.

7. Depois da conquista de Ceuta, por exemplo, Portugal iniciou um processo de exportação de materiais de construção e mão-de-obra especializada. E este o caso da famosa cisterna de Mazagão, hoje El-Jadida em Marrocos, construída em grande parte com pedra e cal provenientes de Portugal.

8. Outras análises importantes que importa ter em conta são as análises de madeiras históricas, C14 ou análises litológicas.

Quem hoje se dedica à análise da construção portuguesa espalhada por vários continentes sabe a importância de se seguir o rasto destes materiais e de que modo eles espelham uma importante realidade histórica e social.

No processo de análise dos métodos construtivos torna-se particularmente importante também recorrer ao estabelecimento de tipologias, ganhando especial relevância as possibilidades oferecidas pela aplicação da cronotipologia. Será porventura esta uma área de investigação a ser desenvolvida nos próximos anos pois, para além de inédita, possuiu um enorme interesse histórico.

Considera-se que, depois de analisados todos estes factores, será possível criar verdadeiros modelos interpretativos, evitando-se assim a visão subjectiva que desde sempre marcou grande parte dos estudos da história de arquitectura.

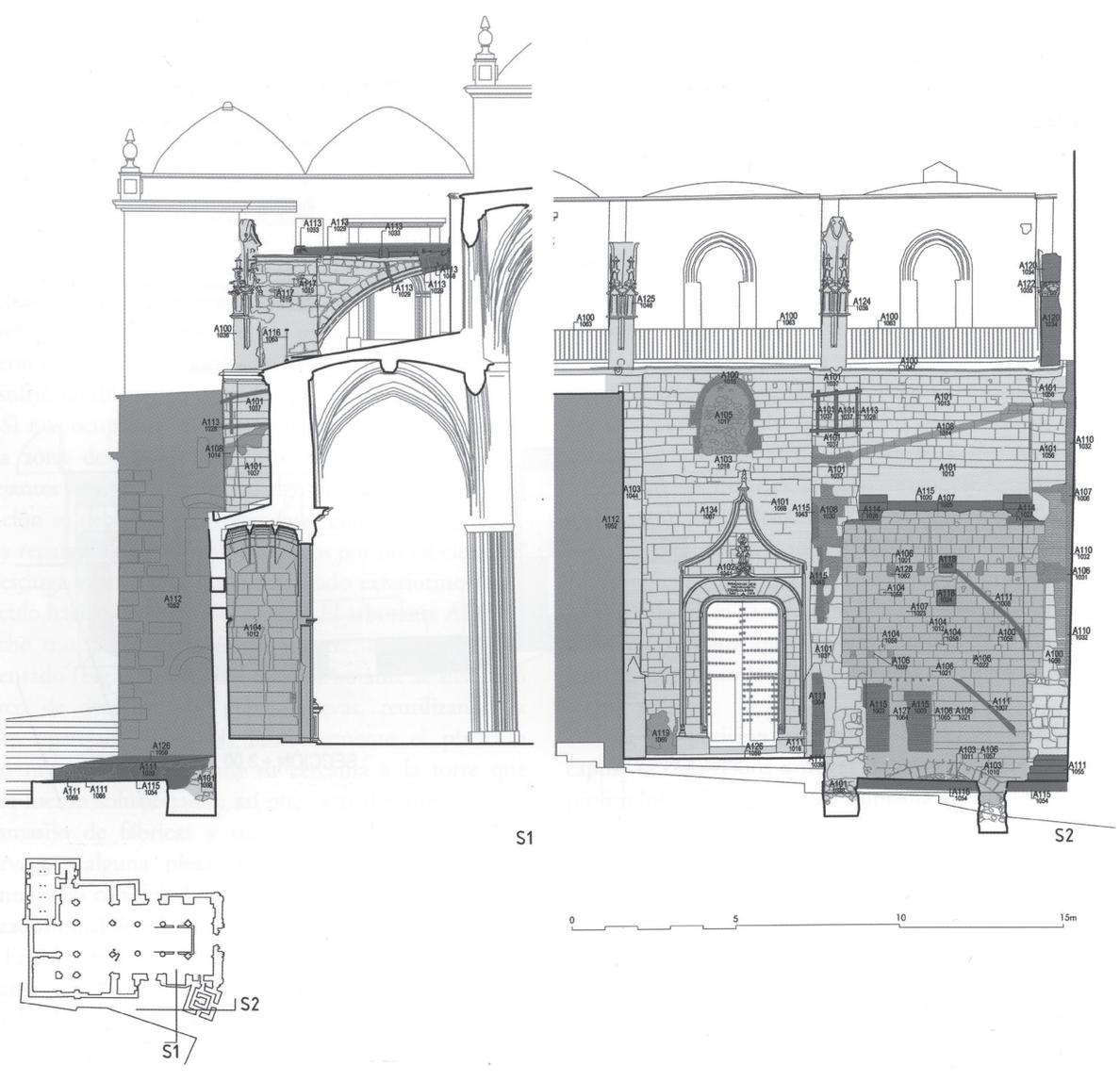
Neste capítulo devemos sublinhar a importância de uma nova área de investigação – a História da Construção, disciplina definida por Santiago Huerta como o "estudo cronológico das técnicas aplicadas na construção de obras de arquitectura e engenharia"[9].

A História da Construção e a Arqueologia da Arquitectura, cada uma utilizando a sua própria metodologia, serão porventura duas disciplinas que, neste âmbito do estudo dos materiais e técnicas de construção se deverão associar num esforço de compreender qual o valor intrínseco das arquitecturas portuguesas daqui e d'além mar[10].

9. Huerta, Santiago (2011). Para o desenvolvimento desta matéria em Portugal importa ter em conta os trabalhos de investigação publicados por João Mascarenhas Mateus.

10. Apesar da proximidade em termos de campo de acção, não foi até hoje possível contar com uma iniciativa que promovesse o diálogo entre estas duas disciplinas.

Francisco Pinto e José Maria Guerrero



6. Corte da igreja de São Miguel em Morón de la Frontera (Sevilha) com a indicação das Unidades Estratigráficas.

4.3 Resumo das principais acções a desenvolver num estudo de Arqueologia da Arquitectura

· Levantamento gráfico e fotográfico pormenorizado do edifício, prévio a qualquer tipo intervenção;
· Pesquisa documental e iconográfica;
· Escavações arqueológicas, caso se justifique, nomeadamente com a abertura de sondagens tanto ao nível dos paramentos como do subsolo[11];
· Registo e interpretação estratigráfica do edifício (análise de materiais, técnicas de construção e patologias);
· Construção de modelos de evolução cronológica e funcional dos espaços;
· Levantamento de património associado;
· Contextualização territorial do edificado.

4.4 A importância das imagens[12]

Considera-se que uma das condições básicas para o desenvolvimento de uma metodologia que, acima de tudo, procura alcançar a mais correcta identificação de todos os aspectos relacionados com o edificado será, em primeiro lugar, reunir uma base documental gráfica com recurso a tecnologias de levantamento que permitam garantir a qualidade e fiabilidade dos dados recolhidos[13].
Assim, o ideal seria existir um registo gráfico do imóvel que pudesse servir às várias especialidades (engenharia, arquitectura, conservação e restauro, etc), registo este que deveria anteceder sempre qualquer tipo de intervenção.
No que diz respeito aos diferentes tipos de levantamento do edificado que podem servir de base a um estudo de Arqueologia da Arquitectura enumeram-se os seguintes:
1. Tecnologias de fotogrametria ou varrimento tridimensional. A utilização de uma destas tecnologias, ou de ambas em complementaridade, é sobretudo indicada para os casos de elementos edificados que apresentam superfícies com elevado grau de complexidade de representação gráfica[14];
2. Levantamento desenhado do edifício com pormenor

11. A leitura estratigráfica do edifício poderá ser executada sem recurso à abertura de sondagens parietais, sobretudo quando se trata de edifícios em mau estado de conservação, onde grande parte dos revestimentos já não existe. Importa ter em atenção que a picagem de rebocos deverá ser acompanhada por uma análise prévia, pois poderá estar em causa a preservação de revestimentos originais que importa estudar e salvaguardar.
12. Agradecemos a colaboração de Hugo Pires na elaboração deste capítulo.

13. Sobretudo tendo em conta que a maior parte das vezes os levantamentos disponíveis, nomeadamente no decurso de uma intervenção de reabilitação, são bastante incipientes.
14. O património edificado apresenta frequentemente um grau de complexidade fruto das características intrínsecas à sua condição patrimonial - soluções construtivas de diversas épocas, sucessão de intervenções sobre o edificado, acentuada degradação e erosão das superfícies revelando o seu carácter de organismo em evolução ou, ainda, deformação de componentes estruturais fruto de acções mecânicas internas ou externas. São exactamente estas características que importa registar de forma clara e geometricamente correcta com o levantamento.

Maria Ramalho

7. Fortaleza de Azamor.

de representação adequado à escala 1:50 e restituição da estereotomia do aparelho construtivo sempre que este se apresente visível e, caso existam detalhes construtivos singulares, o seu levantamento a escalas adequadas às suas dimensões e características;
3. Ortofotografia com resolução espacial adequada à escala do levantamento e integrada nos desenhos vectoriais do registo geral do imóvel. Este tipo de levantamento nem sempre corresponde aos objectivos e necessidades a que procura responder[15], devendo ser aplicado em situações pontuais que requeiram especial rapidez de execução ou quando o objectivo seja também o registo cromático das superfícies do imóvel.
Complementando esta informação básica do imóvel é igualmente necessário proceder ao seu levantamento fotográfico integral, menos relevante quando se procedeu já ao levantamento por fotogrametria ou laser scanner e registo em vídeo, tendo uma vez mais especial atenção aos pormenores decorativos, construtivos ou outros.

5. AS VANTAGENS DA ARQUEOLOGIA DE COTA POSITIVA PARA O CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA

Um projecto de Arqueologia da Arquitectura pode, a nosso ver, ser desenvolvido com resultados muito positivos para o conhecimento do património de origem portuguesa quando não existam meios suficientes para organizar uma missão que inclua escavações arqueológicas.
A elaboração de um projecto de Arqueologia da Arquitectura – leitura de paramentos – necessitará de uma equipa bastante mais reduzida podendo não implicar qualquer acção intrusiva[16]. Esta equipa poderia contar apenas com dois arqueólogos com experiência em leitura estratigráfica de paramentos, um técnico especialista em fotogrametria, dado se considerar esta técnica de levantamento como a mais adequada ao objecto de estudo em questão[17], e um arquitecto com conhecimento sobre o modo de construir tradicional[18].
Importa ter em conta que não é apenas uma questão de redução de meios e de toda a logística que é necessário providenciar quando se trata de missões que têm como objectivo a realização de intervenções arqueológicas, mas também a ausência da necessidade de implementar acções de minimização dos impactes deixados no terreno como a protecção de estruturas colocadas a descoberto e garantia da estabilidade estrutural do edifício intervencionado. Neste caso, julga-se que de modo a evitar danos estruturais resultantes das intervenções arqueológicas de cota negativa, será sempre aconselhável contar com o parecer prévio de um engenheiro especializado.
Assim, considera-se que uma das condições que deverá estar à partida acautelada, é que a intervenção arqueológica ao nível do subsolo, não se deverá executar se não estiver garantido o subsequente projecto de arquitectura que possa permitir a salvaguarda do imóvel em questão.
Desta forma, importa sobretudo avaliar os prós e os contras da programação de acções arqueológicas de carácter intrusivo neste tipo de património, tendo sempre como objectivo principal que as intervenções efectuadas não venham a acentuar o seu estado geral de degradação.

6. A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE ORIGEM PORTUGUESA (SIPOP) - O PATRIMÓNIO PORTUGUÊS AO ALCANCE DE UM "CLIQUE"

O que fazer? Por onde começar com pouco investimento?
Dado o grande número de informações já existentes sobre o património de origem portuguesa no mundo, a somar a todas aquelas que se produzem no âmbito de uma intervenção arqueológica e no decorrer de uma acção de reabilitação, seria muito importante equacionar a implementação de uma Base de Dados que estivesse associada a um suporte gráfico actualizado, preferencialmente um levantamento fotogramétrico. Importa ter em atenção que este tipo de levantamento de baixo custo poderia servir de base e de plataforma de ligação entre todas as especialidades que participam numa intervenção de estudo e recuperação de um edifício histórico.
Em Itália, por exemplo, a este tipo de aplicação informática começou a chamar-se "Sistema de Informação Monumental", à semelhança dos chamados Sistemas de Informação Geográfica (SIG), cada vez mais utilizados na gestão do território.

15. Este tipo de registo apresenta alguns problemas de leitura para o investigador quando se trata, por exemplo do registo de pormenores e da sua integração num levantamento geral do imóvel. De notar que, na maioria dos casos, estes levantamentos são demasiado sumários, apresentando falta de rigor relacionado, frequentemente, com a utilização de métodos expeditos de rectificação de fotografias que, ao não terem em conta os procedimentos adequados a esta técnica, produzem falsos resultados.
16. A leitura de paramentos pode ser aplicada sem recurso a acções intrusivas como a picagem de revestimentos.
17. Considera-se que um levantamento fotogramétrico será porventura o método mais eficaz para este tipo de projectos, se tivermos em conta o tempo utilizado na sua execução (recolha e processamento de dados) como o tipo de equipamento que será necessário transportar, em comparação com métodos de varrimento tridimensional (laser scanner). Actualmente os levantamentos fotogramétricos permitem a criação de desenhos vectoriais planimétricos (tais como plantas, alçados ou perfis) ou ainda a criação de densas nuvens de pontos que, após processamento, dão origem a modelos 3D com textura foto-realista substituindo, em grande medida, os levantamentos efectuados por varrimento – laser scanner.
18. A importância da presença de um arquitecto prende-se, sobretudo, pela necessidade de compreender o edifício para além da sua estratigrafia, matéria que os arqueólogos dificilmente dominam.

Assim, a proposta que fazemos é que toda a informação existente (histórica, arqueológica etc.) sobre um determinado edifício ou conjunto edificado de origem portuguesa no mundo, venha a ser vertida para um Sistema de Informação aqui designado como SIPOP, que pudesse estar acessível, através da internet. Por sua vez, este Sistema, serviria também para estabelecer a ligação entre todas as entidades que gerem este património, entidades estas que se encarregariam de actualizar toda a informação contida, disponibilizando-a, posteriormente, para o grande público.

Neste âmbito, seria muito importante contar com as iniciativas já existentes em Portugal, quer ao nível dos inventários como das redes, como é o caso do trabalho efectuado pela Fundação Calouste Gulbenkian sobre o Património Mundial de origem portuguesa[19]. Realce deverá ser conferido também aos inventários e outra documentação produzida no âmbito dos projectos promovidos pelo Centro de História de Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à rede *World Heritage Portuguese Origin (WHPO)*[20] que pretende unir todos os países que possuem este tipo de património.

Não podemos deixar de referir que este Sistema terá que obrigatoriamente ficar alojado numa instituição que se responsabilize pela sua gestão e manutenção. Neste sentido, consideramos, uma vez mais, que deverá caber a Portugal tomar a dianteira e chamar a si um projecto desta natureza.

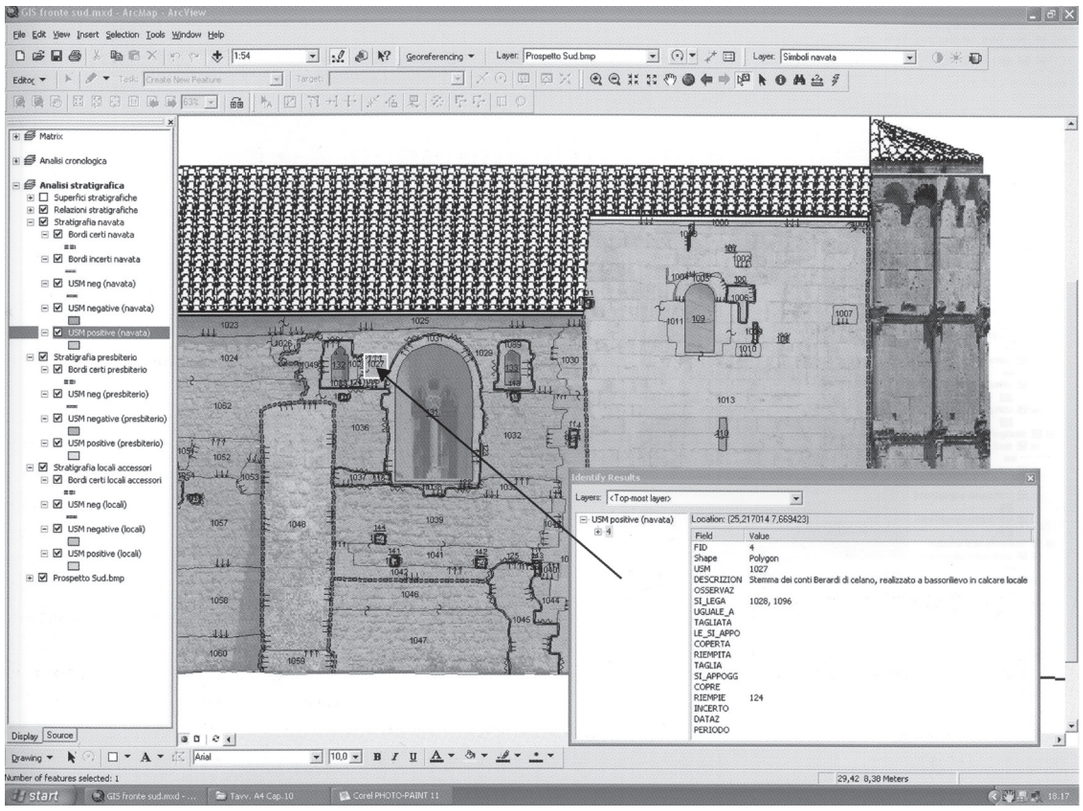
CONCLUSÃO

Depois do exposto, considera-se que a Arqueologia da Arquitectura deve constituir-se como ferramenta indispensável a todos os que se dedicam à reabilitação de património construído, nomeadamente arquitectos,

19. Esta obra "Inventário Património Mundial de origem portuguesa" é coordenada por José Mattoso e compõem-se de três volumes – América do Sul, África e Ásia, tendo o primeiro volume sido editado em 2010. Este levantamento incide apenas sobre património edificado, tendo registado um impressionante número de 2300 edifícios e cerca de 530 sítios!

20. Com a realização do I Encontro Internacional WHPO, em 27, 28 e 29 de Abril de 2006, a Universidade de Coimbra, a Comissão Nacional da UNESCO, o IGESPAR e o ICOMOS Portugal deram início a um processo pioneiro na história da cooperação cultural portuguesa. O pioneirismo dessa iniciativa reside no facto de pela primeira vez se desenvolverem esforços para juntar os países que têm património cultural de influência portuguesa e discutir formas de cooperação efectiva para o acesso e a gestão do património mundial, nos moldes propostos pela Estratégia Global da UNESCO. Esperemos que esta iniciativa, que teve já uma réplica em Outubro de 2010, possa realmente concretizar os objectivos propostos.

Ilaria Trizio



8. Esquema do Software aplicado na igreja Santa Maria in Valle Porclaneta, Abruzzo, Itália.

arqueólogos, engenheiros, conservadores-restauradores e historiadores de arte, realçando sobretudo a necessidade das diversas áreas de especialidade aproximarem as suas metodologias de trabalho que, a nosso ver, deverão ser repensadas à luz de uma nova estratégia de actuação onde, tal como dissemos anteriormente, o edifício histórico passe a ser encarado como qualquer outro documento que é necessário ler e interpretar. Ou seja, que o processo de intervenção possa representar uma ocasião única para o conhecimento, criando-se rotinas nos procedimentos, nomeadamente no tipo de estudos e levantamentos necessários antes do início da obra.

Maria Ramalho

9. Ruínas do Convento de São Francisco, Cidade Velha, Cabo Verde após o projecto de restauro da cooperação espanhola.

Como expusemos anteriormente, a falta de investimento em grandes acções de recuperação permitiram que muitos destes monumentos chegassem até nós com um assinalável potencial estratigráfico que importa agora estudar e dar a conhecer ao mundo.

A importância do investimento em países que mantém, apesar de tudo, uma forte relação com Portugal, não só deveria ser uma obrigação do Estado português do ponto de vista cultural, como seria uma aposta inteligente e com futuro em termos económicos, numa época difícil como a que vivemos actualmente, libertando-nos um pouco da Velha Europa deprimida e em crise, regressando ao contacto com velhos companheiros de aventuras. Acresce a vantagem de algum deste património, porventura os conjuntos mais significativos, se situarem nos chamados países emergentes.

A proposta que aqui apresentámos de utilizar a internet como forma de disponibilizar toda a informação existente sobre cada um dos edifícios que fazem parte do legado português no mundo e o papel que a Arqueologia da Arquitectura poderá ter para este conhecimento, pretende avançar a par e passo com a outra proposta mais ambiciosa de ligação de instituições e investigadores que se dedicam a esta matéria, sem que para tal signifique despender grandes recursos económicos.

Aproveitemos então deste mundo globalizado o seu melhor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos queridos amigos Wagner Oliveira e Regina Tirello que desde o Brasil enviaram o seu contributo sobre a forma de imagens.

Também ao Ângelo Silveira e ao José Paulo Ruas expresso a minha gratidão pelo apoio prestado.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, J. (2008) – Chapéus há muitos... A propósito da representação social dos castelos em Portugal. In *CEAMA*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida, Vol. 2, p. 68-79.

FERNANDES, H. J. M. L. – *O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade Velha, Património da Humanidade.* Instituto da Investigação e do Património Cultural de Cabo Verde. Disponível em www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf.

GARCIA, J. P. – *O Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian e a reabilitação do património arquitectónico português em países estrangeiros.* Disponível em *PDF no sítio:* www.ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database.

HUERTA, S. (2011) – Historia de la construcción – la fundación de una disciplina. In *A História da Construção em Portugal – Alinhamentos e Fundações*. Ed. João Mascarenhas Mateus. Série Cidade e Arquitectura. Coimbra: Almedina.

MATEUS, J. M., ed. (2011) – *A História da Construção em Portugal. Alinhamentos e Fundações.* Série Cidade e Arquitectura. Coimbra: Almedina.

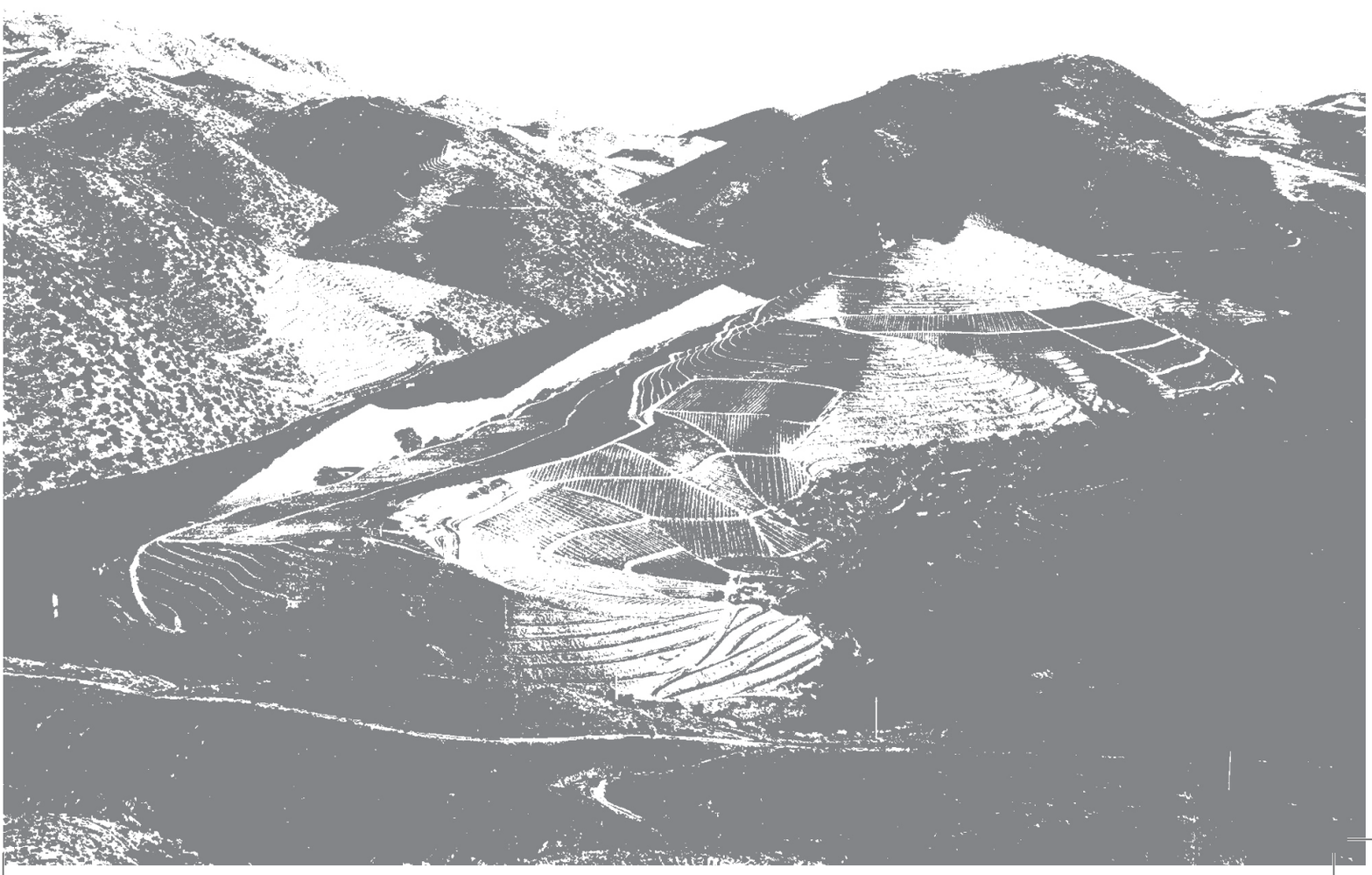
RAMALHO, M. M. (2003) – Arqueologia da Arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico. In *Revista Estudos/Património*, n.º 3, Lisboa: IPPAR, p. 19-29.

RAMALHO, M. M. (2006) – Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico. In *Arqueología de la Arquitectura*, Bilbao: Universidad del País Vasco, n.º 3, p. 145-153.

RAMALHO, M. M. (2011) – Praxis em Arqueologia da Arquitectura. *In Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve.* Ano 9, n.º 9, p. 69 a 74.

Whorld Heritage Portuguese Origin – informação disponível em: www1.ci.uc.pt/whpo/patrimonio.html.

ESPAÇO RURAL: PAISAGENS E MEIOS DE PRODUÇÃO



A PAISAGEM COMO FONTE HISTÓRICA

DAVID FERREIRA **Doutorando em História da Arte, técnico superior da Direção Regional de Cultura do Norte. dferreira33@gmail.com**
PAULO DORDIO **Coordenador geral do Plano de Salvaguarda do Património (PSP) da empreitada geral de construção do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor (EDP, Eletricidade de Portugal/Consórcio Construtor ODEBRECHT/Bento Pedroso Construções, S.A. e LENA Construções), investigador do CITCEM, doutorando na Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura. pdordio@gmail.com**
ALEXANDRA CERVEIRA LIMA **Mestre em Arqueologia, exerce funções no ICNF/ Parque Natural do Douro Internacional. acerveiraplima@sapo.pt**

RESUMO A necessidade de ter em consideração a envolvente dos monumentos para a sua correta salvaguarda e o entendimento do território enquanto realidade cultural está presente nos discursos científicos e nos textos doutrinários há muito tempo. Apesar disso, no planeamento e gestão do território, e particularmente nos processos de avaliação de impacte ambiental (AIA), esta perspetiva encontra resistências e dificuldades de concretização. Importa pois discutir a constatação de uma discrepância entre a teoria do património e a prática concreta de gestão e salvaguarda no âmbito de AIA.
Esta discussão abraça necessariamente o debate sobre o conceito de paisagem, bem como a reflexão sobre o valor patrimonial da paisagem, ao mesmo tempo que obriga à consideração não só dos *elementos patrimoniais* na paisagem mas das conexões entre estes *elementos patrimoniais* conducentes à configuração de um objeto de estudo totalizante e integrador.
A atenção dirige-se, na maioria das situações, para a paisagem rural dita *tradicional,* que se estende entre o século XI e as décadas de 1950-1960. No decurso desse longo período de tempo, o último milénio, são inúmeras as transformações ocorridas, mas identifica-se uma coerência cujo processo de afirmação, amadurecimento e desestruturação é possível seguir.
O interesse desta discussão é acentuadamente prático: importa acercarmo-nos do *valor patrimonial* da paisagem, das *afetações* e concomitantes e adequadas *medidas de minimização*. Importa identificar parâmetros úteis para os estudos de impacto ambiental e patrimonial e construir eficazes instrumentos de ordenamento e gestão do território. Precisamos de saber como atuar hoje sobre a paisagem e repensar o papel da Arqueologia e do *descritor património* nesta abordagem.

PALAVRAS-CHAVE **Valor patrimonial da paisagem, último milénio, estudo de impacto ambiental e patrimonial, descritor património**

I. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO: CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA

1. A EXPANSÃO DO PATRIMÓNIO — ATÉ À PAISAGEM CULTURAL

Ao longo do século XX assistimos a um fenómeno de «expansão do património», caracterizado por um alargamento das tipologias e escala dos objetos passíveis de inserção no conceito património cultural. Trata-se de uma tendência fácil de seguir a partir da análise da produção doutrinária internacional, convenções, cartas e recomendações. Assim, durante as últimas décadas, aos monumentos históricos clássicos foram-se somando a arquitetura industrial e moderna, os jardins, a arquitetura vernacular, as obras de engenharia, cercas e coutos monásticos, centros históricos, campos de batalha, sítios arqueológicos cada vez mais extensos, paisagens culturais[1].
Em 1995 o Conselho da Europa produz a «Recomendação Relativa à Conservação das Paisagens Culturais Integrada nas Políticas de Paisagem», prelúdio da «Convenção Europeia da Paisagem» de 2000, que passará a constituir o documento de referência: *Cada parte se compromete a reconhecer juridicamente a paisagem como componente essencial do quadro de vida das*

1. Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos (UNESCO, 1976); Carta de Florença para a Salvaguarda dos Jardins Históricos (ICOMOS, 1981); Resolução 813 Relativa à Arquitetura Contemporânea (Conselho da Europa, 1983); Recomendação Relativa à Proteção e Valorização do Património Arquitetónico Rural (Conselho da Europa, 1989); Recomendação Relativa à Proteção e Conservação do Património Técnico, Industrial e das Obras de Arte na Europa (Conselho da Europa, 1990); Carta do Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999).

populações, expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e fundamento da sua identidade. Este avanço do conhecimento vai no sentido de reconhecer o território – todo o território – como um documento histórico e, neste sentido, como um *objeto* passível de patrimonialização. Por isso, este entendimento do *território-património* reforça a ideia que a salvaguarda e gestão do património se joga hoje muito particularmente no âmbito das políticas de ordenamento.

1.1 Enquadramento

Esta tendência encontra raízes no *sentimento de perda* e no avanço do *conhecimento*, as duas forças motrizes dos fenómenos de patrimonialização. O primeiro agudizou-se na Época Moderna, ao mesmo tempo que aumentaram a intensidade e rapidez das intervenções no território. A vontade de proteger o património acompanhou este ritmo num efeito de ação – reação, que contrapõe o paradigma da conservação ao paradigma da mudança como um valor em si, entendida como evolução.

Paralelamente, os avanços no conhecimento científico mostraram-nos a realidade como um sistema complexo, regido por numerosas interdependências e relações. Pelo lado da História, o espaço, o território, foi sendo entendido não só como um objeto de estudo importante, mas de forma tendencialmente holística. A importância crescente de uma visão global e diacrónica do território, enquanto espaço cultural, alicerça e legitima cientificamente a definição de escalas patrimoniais mais amplas.

O alargamento da escala do património constituiu uma tendência global, mas para termos uma visão clara deste fenómeno importa ter presente que existem diferentes abordagens, surgidas a partir dos contributos das várias disciplinas envolvidas que impulsionaram, por sua vez, diferentes formalizações e mecanismos de proteção.

A visão cruzada da experiência dos *Annales* e da Nova História, da metodologia iconológica na História da Arte, dos intercâmbios da Arqueologia com a Geografia, a Geologia e a Paleontologia, mas também da Arquitetura Paisagista, que sintetiza lições da Agronomia, da Biologia e sobretudo da Ecologia, oferece-nos este quadro abrangente, que terá reflexo nos processos de construção do património.

Interessa notar que este fenómeno de expansão patrimonial encontra um paralelo no campo do ambiente. O *sentimento de perda* e o *avanço do conhecimento* estão também na base dos movimentos ambientalistas. Não vamos aqui traçar o seu percurso, mas com mais ou menos variantes, é igualmente no seio das sociedades modernas industriais, durante o século XIX e com forte sustentação nos avanços científicos, que o ambientalismo e a conservação da Natureza ganham protagonismo social, influência política e concretização jurídica, tal como o património cultural.

1.2 Proteção institucional — da envolvente à paisagem cultural

Do ponto de vista institucional e legal, a valorização da envolvente dos monumentos é tão antiga como os próprios instrumentos de proteção do património, porque o caráter espacial da arquitetura torna incontornável a sua relação com o contexto e, portanto, a necessidade de o ter em consideração no exercício de salvaguarda.

No ponto III da «Carta de Atenas» (1931), um dos primeiros documentos internacionais a tratar da valorização dos monumentos, pode-se ler: *A Conferência recomenda o respeito, na construção de edifícios, do caráter e da fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. Mesmo certos conjuntos, certas perspetivas particularmente pitorescas, devem ser respeitadas. (...) a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda a indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés na vizinhança de monumentos artísticos ou históricos.*

Os textos doutrinários e a legislação nacional têm consagrado nas últimas décadas este entendimento, que é hoje consensual, e se materializa nas zonas de proteção e zonas especiais de proteção dos monumentos. Estas zonas de proteção são naturalmente parcelas do território que assumem aqui «apenas» a forma de enquadramento, uma entidade cénica, subordinada ao monumento principal, ao objeto com valor patrimonial que se pretende proteger.

A segunda etapa é aquela que nos remete para um território com valor patrimonial intrínseco. Esta etapa encontra uma das primeiras expressões institucionais em 1962 com a «Recomendação Relativa à Proteção da Beleza e do Caráter da Paisagem e Sítios», produzida na Conferência Geral da ONU para a Educação, Ciência e Cultura: *A proteção não se há de limitar aos lugares e paisagens naturais, mas também aos lugares e paisagens cuja formação se deve total ou parcialmente à mão do homem. Assim, convém criar disposições especiais para a proteção de certos lugares e paisagens, tais como lugares ou paisagens urbanos, que são em geral os mais ameaçados, sobretudo por obras de construção e especulação de terrenos. Convém estabelecer uma proteção especial na proximidade dos monumentos*.

O ano de 1972 constitui uma referência importante pela adoção da «Convenção do Património Mundial

José Paulo Ruas

Graben, castelo e vila medieval de Longroiva. Meda.

Cultural e Natural» que no artigo 1.º introduz, ao lado dos «monumentos» e «conjuntos», a categoria «locais de interesse»: *Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*.

Em 1985 a «Convenção Para a Salvaguarda do Património Arquitetónico Europeu» (Convenção de Granada), que influenciou muita da legislação nacional europeia, adota as categorias de «conjunto» e «sítio», estas entendidas como *obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para permitirem uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico*.

Paralelamente, no início dos anos 80, o Comité do Património Mundial começa a discutir especificamente as paisagens culturais no âmbito dos critérios de identificação e gestão das paisagens rurais e dos sítios (Fowler, 2003, p. 66). Esta discussão culmina em 1992 com a adoção de novos critérios de identificação e avaliação para a integração de bens na Lista do Património Mundial, que passam a contemplar esta nova tipologia de bem cultural, dividida em três categorias:

· Paisagens desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem;

· Paisagens organicamente evolutivas, subdivididas em paisagens fósseis e paisagens vivas;

· Paisagens culturais associativas.

Em 1995 são inscritas na Lista do Património Mundial as duas primeiras paisagens culturais: os *Terraços de Arroz das Cordilleras Filipinas* e a *Paisagem Cultural de Sintra*.

Confrontada com as novas zonas de fronteira e com a evolução dos conceitos, a UNESCO continuou a sistematizar categorias específicas para áreas alargadas e prevê agora o «Património Misto Cultural e Natural», que coexiste com as «Paisagens Culturais», «Cidades e Centros Históricos», «Canais do Património» e «Rotas do Património» (UNESCO, 2008), numa profusão de nomenclaturas e subdivisões que ilustra bem o fenómeno de expansão patrimonial e a crescente complexidade do tema.

Ao mesmo tempo – mas com mútuas influências – observamos um outro movimento, já não específico da área do património, mais comprometido com o ambiente e o ordenamento do território e muito impulsionado pela Arquitetura Paisagista, que assume a paisagem de maneira holística (na linha da *paisagem global* de Ribeiro Telles) e reconhece a sua componente cultural.

Em 1995 o Conselho da Europa produz a «Recomendação Relativa à Conservação das Paisagens Culturais Integrada nas Políticas de Paisagem», prelúdio da «Convenção Europeia da Paisagem» de 2000, que passará a constituir o documento de referência: *Cada parte se compromete a reconhecer juridicamente a paisagem como componente essencial do quadro de vida das popu-*

lações, expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e fundamento da sua identidade [2]. *A paisagem que é considerada na recente Convenção Europeia é, no essencial, uma paisagem cultural, absolutamente dominante no espaço europeu, expressão dos diversos fatores naturais existentes, mas, também, de uma muito antiga ação humana sobre esses fatores. A paisagem natural seria aquela em que a articulação dos diversos fatores naturais ao longo do tempo não fosse (ou o fosse apenas ligeiramente) afetada pelas comunidades humanas, o que só acontece pontualmente na Europa. Em geral de forma direta, mas também indireta, praticamente todas as paisagens de hoje registam, em maior ou menor grau, a intervenção humana* (DGOTDU, 2004, p. 29).

1.2.1 Proteção institucional – as formas legais em Portugal

Ao nível do ordenamento jurídico português o reconhecimento de áreas alargadas com valor patrimonial traduz-se na classificação das categorias «conjunto» e «sítio», nos termos do artigo 15.º da Lei 107/2001, que continua a adotar, como já tinha feito a Lei 13/85, as categorias da Convenção de Granada.

A classificação é o instrumento por excelência de reconhecimento formal de património com elevado valor cultural, através da constituição de servidões administrativas. Ela é, no entanto, complementada por outras figuras – instrumentos de gestão do território – que também permitem delimitar áreas territoriais com valor patrimonial e fazer incidir sobre elas regras de planeamento e ordenamento. Estas figuras podem ou não estar associadas a uma classificação do património cultural.

As mais importantes são:

· «Parques arqueológicos», regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 131/2002.

Entende-se por «parque arqueológico» qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.[3]

· «Paisagens protegidas», regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 19/93.

Entende-se por paisagem protegida uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmo-

2. Conselho da Europa, *Convenção Europeia da Paisagem*, alínea a) do art. 5.º, Florença, 2000.

3. Artigo 2.º do Decreto-Lei 131/2002 de 11 de maio.

Pedro Guimarães

O despovoado medieval de Alva, sobre o Douro, e a crista quartzítica do Penedo Durão, Freixo de Espada à Cinta.

niosa do homem e da Natureza, que evidencia grande valor estético ou natural [4].

· Classes, categorias e zonamentos, previstos nos planos diretores municipais, que identificam valores patrimoniais. Podem assumir muitas nomenclaturas diferentes: áreas históricas, zonas arqueológicas, áreas culturais, espaços culturais, áreas de proteção a valores do património cultural, áreas de proteção paisagística, zonas urbanas a preservar, etc.

Embora não estejam obrigatoriamente associadas a uma classificação e tenham um caráter eminentemente operativo, estas figuras partem do reconhecimento de um valor patrimonial presente no território e traduzem, também, um fenómeno de alargamento.

1.3 O avanço do conhecimento e a expansão do património

Como já referimos, a expansão do património muito deve aos avanços no conhecimento. No caso das áreas urbanas, o alargamento do património – traduzido no reconhecimento da «cidade antiga» enquanto monumento – é suportado pelo desenvolvimento da História da Arquitetura e do Urbanismo e, mais tarde, da Arqueologia urbana. Os protagonistas mais importantes da primeira fase são arquitetos, com destaque para Camilo Sitte (que cria a morfologia urbana) e Gustavo Giovannoni, que faz a síntese entre o conceito de «cidade museu» e o valor de utilização. (...) *Giovannoni está consciente do facto de que para conservar a sua identidade, continuando a evoluir de acordo com o progresso técnico, as culturas e as sociedades da Europa Ocidental deverão manter vivo o lugar que as prende aos seus passados respetivos. Este é o papel que atribui à cidade antiga. Ela deixa de ser concebida como uma soma de monumentos, considerada na sua globalidade, ou seja, na relação semântica irredutível dos seus edifícios «maiores» e do tecido dos seus edifícios «menores», que se dão sentido reciprocamente, ela ganha valor de monumento memorial* (Choay, 2011, p. 194).

No caso das áreas não urbanas, onde sobretudo se movimenta o conceito de «paisagem cultural», o estudo do território conheceu avanços particularmente profícuos pela interação cada vez mais profunda da História com outras áreas do conhecimento, com destaque para a Geografia. Assim, a partir do contributo pioneiro do geógrafo prussiano August Meitzen (Meitzen, 1895), desenvolve-se toda uma historiografia centrada na relação do homem com o território. No mundo anglo-saxónico, podemos citar os trabalhos de Osbert Crawford, William Hoskins, Maurice Beresford, John Bradford, E. Fowler, Jonh Ward-Perkins, Claudio Vita-Finzi e J. M. Wagstaff.

*This is the foundation of landscape archaeology, a study technique whose foundations are found in field archaeology (Crawford, 1953; Bradford, 1957; Phillips et al., 1963; E. Fowler, 1972), but which as been developed and expanded by historians (notably W.G. Hoskins and M. W. Beresford), and geographers (Harry Thorpe, C.C. Taylor, M. Aston, C.J. Bond and T. Rowler) (...) While the ultimate roots of all this work undoubtedly lie in Meitzen's geat study of 1895, there is no doubt that in Britain W.G. Hoskins and Maurice Beresford (the latter working in close collaboration with J.K. St Joseph and John Hurst), have had the most profound impact upon the pratical study of landscape evolution. Thus Hoskin's «Making of the English Landscape» (1955) and Beresford and St Joseph's «Medieval England: An Aerial Survey» (1979) can now be seen as seminal, stimulating work by many scholars (*Roberts, 1987, p. 78-79).

Em França encontramos o outro pólo de desenvolvimento desta historiografia. Aqui é fundamental o contributo dos *Annales* com uma abertura pluridisciplinar inovadora e sobretudo com uma perspetiva abrangente do campo de ação de uma Nova História[5], que vai lançar as sementes para a grande explosão da arqueologia da paisagem nos anos 70.

Assim, quando na companhia de March Bloch ou de Roger Dion, estudávamos a história da estrutura agrária da França (open field, afolheamento trienal...), uma paisagem contemplada de avião ou analisada com mapa de grande escala é um documento histórico, na medida em que sabemos ver nela uma coisa diferente dos simples efeitos das leis naturais (geologia, pedologia, climatologia, botânica...) e reconhecer a intervenção do homem.

Foi o que permitiu a L. Febvre escrever. «A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho do historiador lhe pode permitir utilizar... Portanto com palavras. Com sinais. Com paisagens e com telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses da Lua e cabrestos de tiro. Exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal pelos químicos.

Numa palavra, tudo o que, na herança subsistente do passado pode ser interpretado como um indício revelando qualquer coisa da presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora, entrará na nossa definição» (Marrou, 1975, p. 61 e 62).

É o mesmo espírito que encontramos nos trabalhos de Orlando Ribeiro, Carlos Alberto Ferreira de Almeida ou Ilídio Araújo.

4. N.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 191/93 de 23 de janeiro.

5. March Bloch, Lucien Febvre, Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Duby, Jean- Marie Pesez, etc..

2. DISCREPÂNCIA — O CASO DA AIA

Se é muito visível a crescente convergência concetual entre a «paisagem cultural» da UNESCO e a «paisagem», também ela cultural, da Convenção Europeia da Paisagem, a análise dos processos de AIA demonstra uma visão muito redutora do património cultural, que colide com os conceitos da doutrina internacional. Verifica-se, desde logo, que na esmagadora maioria dos estudos os impactes na envolvente dos imóveis não são simplesmente considerados, ou são muito desvalorizados. Isto é, quando o projeto não comporta impactes físicos diretos a tendência é afirmar a inexistência de impactes ou subvalorizá-los. É surpreendente verificar que, enquanto nos processos de licenciamento de obras particulares o IGESPAR / DRC's se pronunciam sistematicamente sobre as alterações na envolvente, no processo de AIA, onde esses impactes são potencialmente muito gravosos, há uma frequente omissão desse aspeto.

De uma maneira geral o património considerado nos EIA resume-se aos imóveis (peças) individuais identificados e quase nunca há o esforço de relacionar esses imóveis entre si e muito menos com o território. Este entendimento do património manifesta-se em todas as fases do procedimento, desde a caracterização às medidas de compensação.

Interessa-nos mais constatar e sublinhar esta discrepância e os efeitos negativos que ela tem para a salvaguarda do património cultural, do que abordar as suas causas, exercício que obrigaria a uma reflexão necessariamente longa. A paisagem, enquanto resultado da interação de factores naturais e humanos, é um factor transversal que interessa a todas as perspetivas. Embora nos processos de AIA seja um «descritor» autónomo, tratado pelas CCDR's, pela APA, e, mais recentemente, pelo Instituto Superior de Agronomia, a paisagem é também um objecto nuclear para o património. O que se exige é apenas a transposição do enquadramento teórico para a prática dos procedimentos e, portanto, que as entidades que tutelam o património integrem a paisagem na sua avaliação.

II. ADEQUAÇÃO DA PRÁTICA AO ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O PLANO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO BAIXO SABOR (PSP DO AHBS)

No decurso da fase de obra da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, iniciada em 2008, foi elaborado em maio de 2009 pela Tutela (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, I.P., e Direção Regional de Cultura do Norte, DRC-N) em colaboração com o Dono de Obra (Eletricidade de Portugal, EDP) um documento intitulado Plano de Salvaguarda do Património (PSP) como «documento orientador e aglutinador de todos os trabalhos a realizar nas diversas vertentes e distintas cronologias».

Segundo o PSP, de forma *a mitigar os impactes (...) sobre o Património e a obter registos exaustivos para memória futura (...) deverão pôr-se em prática medidas de minimização de caráter geral e específico, a efetivar no âmbito de estudos próprios, os quais se debruçarão sobre áreas e categorias distintas. Desta forma serão realizados:*

- *Acompanhamento arqueológico especializado;*
- *Levantamento da arte rupestre localizada na área de afetação do empreendimento;*
- *Estudo sobre a pré-História no Vale do Sabor;*
- *Estudo sobre a romanização no Vale do Sabor;*
- *Estudo etno-arqueológico de Cilhades;*
- *Estudo sobre os elementos edificados e construídos de caráter arquitetónico e etnográfico no Vale do Sabor;*
- *Monitorização do património, através de um programa aplicável quer na fase de construção, quer na fase de exploração do empreendimento;*
- *Trasladação de imóveis de valor arquitetónico;*
- *Preservação in situ de imóveis de valor arquitetónico;*
- *Preservação in situ de maciços rochosos com arte rupestre;*
- *Proteção dos valores patrimoniais, através de um plano, aplicável a todos os imóveis que, pela sua localização, possam ser afetados pela execução das estruturas conexas ao AHBS, mediante a colocação de vedações e sinalização apropriadas;*
- *Formação e sensibilização dos trabalhadores.*

Era entendimento do mesmo documento que o âmbito do «património cultural integra não somente o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural pertinente, como também os respetivos contextos que, pelo seu valor testemunhal, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa».

Determina o referido documento que «os estudos a realizar, articulando as variadas fontes existentes, deverão espelhar uma análise diacrónica e sincrónica das realidades cronoculturais identificadas, permitindo avaliar a persistência do modelo de organização do espaço (...) abordando a estrutura do povoamento como fenómeno de longa duração. (...) A realização de diversos estudos especializados sobre o património do Vale do Sabor deverá procurar garantir as condições para a reconstituição narrativa e gráfica desta realidade territorial na sua vertente histórico-patrimonial. Por isso far-se-á um registo integrado (relacionado) quer do ponto de vista espacial, quer temporal de todos os ele-

Mário Reis

Quinta da Granja —topónimo que decorre da granja medieval do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar — e o monte Calábria em fundo.

mentos patrimoniais (...) evitando uma abordagem atomizada, casuística e descontextualizada dos elementos patrimoniais existentes».

A preocupação de se passar para um nível de interpretação global fica claramente expressa neste documento orientador e traduz-se na procura da transposição para a prática do enquadramento teórico de que vínhamos falando. Estamos perante o esforço de interpretar a evolução da ocupação humana do território, desde a pré-História à Época Contemporânea, percebendo a forma como se constituiu a paisagem atual. Poderemos dizer que as principais novidades passam pelo objeto de estudo assumir toda a diacronia e por se exigir um registo não descritivo, mas interpretado, e isto em cada momento histórico, percebendo também a forma como se evoluiu de um momento histórico para outro. Fica postulada uma aproximação multidisciplinar à ocupação do último milénio, numa abordagem da mesma natureza da que é feita à ocupação humana datável das cronologias anteriores. Desaparece a consideração de elementos arqueológicos, arquitetónicos ou etnográficos individualmente considerados, e encaram-se todos os elementos da sociedade dita *tradicional* como partes de um todo histórico-arqueológico que importa interpretar. No final procura-se, da Pré-História ao último milénio, isolar momentos históricos coerentes correspondendo a determinados usos do território e modos de vida que se procura esclarecer.

2. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSP

Estabelecendo o PSP uma estratégia de abordagem em que todos os estudos parcelares e ações a realizar deverão ser perspetivados de modo articulado e integrador, com o objetivo último de estudar na longa duração a construção de uma paisagem, a do Baixo Sabor, considerou-se essencial identificar conceitos operativos[6] fundamentais para a concretização daquele objetivo.

2.1 Delimitação do objeto do estudo

Dentro dos diversos estudos específicos, debruçar-nos-emos sobre aquele que tem vindo a ser considerado

6. Queremos aqui referir-nos a instrumentos operativos conceptuais e não a instrumentos operativos materiais. Em relação a estes últimos, é cada vez mais evidente em projetos desta natureza a necessidade de um Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS), único instrumento capaz de apoiar a eficaz gestão e controlo do volume de informação georreferenciada gerado. Na verdade, não é apenas o volume de produção da informação georreferenciada que adquire rapidamente proporções gigantescas. É o volume de produção de informação procedente das mais diversas fontes de informação (registos arqueológicos, inquéritos antropológicos, levantamentos gráficos e arquitetónicos, registos de fontes arquivísticas, ...) e suportes (texto, imagem, vídeo, áudio) que atinge uma dimensão difícil de gerir e controlar, bem como de articular entre si, de modo a alcançar os objetivos propostos. Paralelamente, há que equacionar o modo como toda a informação e conhecimento produzidos deverão ser devidamente organizados e preservados para futuro num Sistema de Base de Dados devidamente integrado com o Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS) capaz de gerir, controlar e preservar a informação e conhecimento produzidos.

de forma diversa noutras intervenções, designado no PSP «estudo *sobre os elementos edificados e construídos de caráter arquitetónico e etnográfico no Vale do Sabor*».

Foi entendimento da coordenação da equipa em campo, em articulação com a tutela, que o objeto de estudo proposto em PSP se centra sobre o que designaremos *paisagem tradicional* entendida como o momento de organização da paisagem imediatamente anterior às profundas ruturas que no prazo de apenas meio século, entre 1950 e 2000, fariam reduzir o peso da população rural portuguesa de valores superiores a 50% para valores inferiores a 5%. Perspetivada na longa duração, a *paisagem tradicional* preenche o período que se estende entre a Idade Média Plena (século XI) e o auge da ocupação demográfica do espaço rural que acontece entre as décadas de 1940 e e 1960.

2.2 A dimensão integrada de conjunto

É central a importância que assume neste processo a perspetiva que o PSP designa «dimensão integrada de conjunto», bem como a necessidade de integração dos elementos patrimoniais individualizados (EP) em «processos», «técnicas», «vivências», «práticas» ou «expressões» de nível superior. Verifique-se a especificação extraída do PSP, *4.7. Estudo sobre elementos edificados e construídos de caráter etnográfico no Vale do Sabor: os levantamentos patrimoniais realizados no vale do Sabor durante o EIA e o RECAPE do empreendimento identificaram um número elevado de estruturas que se relacionam com a ocupação do território durante a Época Moderna e Contemporânea (...). Estes elementos patrimoniais contemplam habitações, estruturas da arquitetura de produção, caminhos, muros de propriedade, obras de contenção de terras e modelação do solo, obras de aproveitamento do rio e manifestações de religiosidade popular. Ainda que alguns destes elementos apresentem um valor próprio pela sua tipologia, expressão arquitetónica ou artística, singularidade ou caráter simbólico e social, a maioria deles só ganha expressão quando* ***integrada*** *no conjunto de testemunhos dos processos de assentamento, das técnicas construtivas, da vivência social, da prática económica ou da expressão simbólica das comunidades que ocuparam o vale do Sabor.*

Neste sentido entende-se que é essa ***dimensão integrada de conjunto****, no que diz respeito à integração histórica strito senso e formal (formas que tal património assumiu na dinâmica da ocupação histórica) que deve ser objeto deste estudo. De modo simplificado, diremos que o registo das manifestações da arquitetura tradicional e de todas as atividades desenvolvidas no vale do Sabor em época que cremos ser moderna e contemporânea, tem como principal objetivo um estudo que personificará*

João Romba

Puente de los Franceses, San Felices de los Gallegos.

a sua salvaguarda na memória futura. As visões de conjunto caminham a par com este registo".

Para a execução dos objetivos propostos em PSP entendeu-se que a operacionalização no registo e no estudo da *dimensão integrada de conjunto* deveria assentar na consideração do **cadastro** como enformador das unidades funcionais (os *prédios* agrícolas) através das quais é possível integrar diversos elementos patrimoniais individuais (EP) que passam deste modo a relacionar-se no interior de uma *unidade de paisagem*.

A integração é assim operacionalizada não apenas na extensão ou espaço, como igualmente no tempo e na História. Na verdade, cada uma daquelas *unidades de paisagem*:

· é uma **propriedade,** quer dizer uma extensão sobre a qual se exercem direitos associados a determinados indivíduos ou famílias; os quais foram, ao longo do tempo e das sucessivas gerações, objeto de herança ou alienação;

· é uma unidade de **exploração agrícola**, quer dizer um conjunto de recursos organizados de acordo com as tecnologias disponíveis de forma a garantir subsistência e rendimento que sofreram ao longo do tempo processos de maior ou menor intensificação ou de abandono;

· é uma **memória**, quer dizer um lugar identificável pela comunidade por nome próprio (micro-topónimo) no qual se acumulam e ao qual se associam vivências e expressões que fazem parte da memória e da História da mesma comunidade.

O passo seguinte neste processo de estudo da paisagem que visa *uma compreensão global da ocupação deste território pelas gentes da época moderna e contemporânea*, é o de uma integração de nível sucessivamente superior das *unidades de paisagem* de forma a dar conta do tecido contínuo e dinâmico que a paisagem do Vale do Sabor constitui.

A metodologia de descrição e interpretação integradora considera assim, sucessivamente, o Elemento Patrimonial Edificado (a casa, a eira, o tanque, um conjunto de muros e de socalcos, ...), o Cadastro como enformador das unidades funcionais (os prédios agrícolas mas também os espaços públicos ou comuns como os caminhos ou as pontes e vaus), obrigando-se a prosseguir a perspectiva integradora com a consideração subsequente do Termo ou território da Comunidade (os espaços mais amplos polarizados nos Lugares, as Aldeias e as Freguesias).

III. CONCLUSÃO

O caso dos trabalhos em curso no Baixo Sabor, na esteira do Plano de Salvaguarda do Património que foi elaborado, constituem um exemplo da adequação, até agora rara, entre a teoria do património e a prática de gestão e salvaguarda.

A abordagem patrimonial, atenta à longa duração — da Pré-História Antiga ao último milénio (1001 d.C. – 2000 d.C.) —, integra a análise da globalidade da ocupação humana no território afetado, atenta à paisagem enquanto fonte histórica e arqueológica.

Importa sublinhar que esta procura de integração passa por considerar, ao longo das várias fases de estudo, cada elemento, cada unidade, no seu contexto. Quando encaramos a paisagem nesta perspetiva, tal como ocorre numa escavação arqueológica, o objeto em si, o negativo de um gesto, um mero indício, pode não ter leitura, muito menos significado patrimonial. É na sua relação com o contexto que o significado, e até o valor patrimonial, emergem. Daqui decorre que é necessário encarar a vereda, o portão, a levada, o pequeno tanque, o murete de suporte, com o cuidado e a meticulosidade com que o investigador encara o registo arqueológico. Deles, face às perguntas colocadas, à metodologia usada e às interpretações avançadas, resultará o campo, o caminho, a aldeia e o modo de vida que compõem a paisagem e restituem a História do último milénio das comunidades. Esta paisagem que integra, sob a forma de registo fóssil ou vivo e reinterpretado, o registo que ficou dos milénios anteriores.

Esta análise da paisagem contemporânea, trazida para a luz da abordagem arqueológica e patrimonial, permite também que não continuemos a deixar, por desadequação conceptual ou metodológica, o filme a meio, abandonando a sala antes do epílogo.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, F. (2011) — *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70.

DGOTU (2004) — *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Lisboa: DGOTDU.

FORMAN, R.T.T. (1995) — *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

FOWLER, J.P. (2003) — World Heritage Cultural Landscapes 1992 – 2002, *World Heritage Papers*, 6, UNESCO World Heritage Centre.

MARROU, H.I. (1975) — *Do Conhecimento Histórico*, 4ª edição, Lisboa: Editorial Aster.

MEITZEN, A. (1895) — *Siedlung Und Agrarwesen Der Westgermanen Und Ostgermanen, Der Kelten, Romer, Finnen Und Slawen*, Berlim.

ROBERTS, B.K (1987) — Landscape Archaeology. In *Landscape and culture: geographical and archaeological perspetives*, Oxford: Basil Blackwell.

UNESCO (2008) — *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial* [Consult. 30 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf>.

WATTEAUX, M. (2002) — *La résilience des réseaux de forme et la chronologie archéologie*, Paris: Université Paris I. (Memóire de DEA, 2 vols.). Disponível em WWW: <http://www.archeogeographie.org/index.php?rub=bibli/ouvrages>.

CABEÇO DO OUTEIRO (LOUSADA, PORTUGAL)

UM NÚCLEO RURAL DA IDADE MODERNA

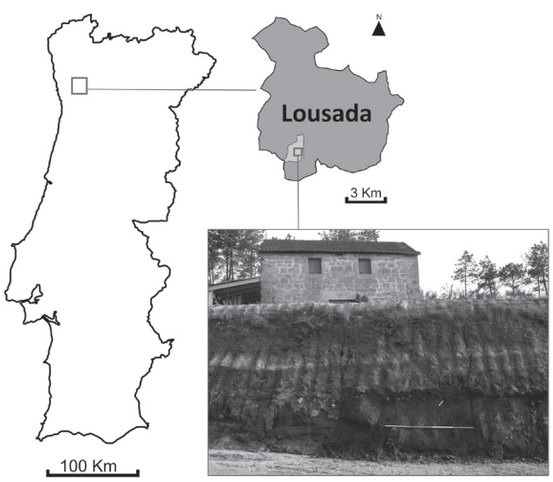
MANUEL NUNES Arqueólogo. to.nunes@sapo.pt
JOANA LEITE Arqueóloga. joana_leite@netcabo.pt
PAULO LEMOS Arqueólogo. paplemos@gmail.com

RESUMO Em 2005, na sequência da realização de uma sondagem arqueológica no Cabeço do Outeiro, freguesia de Nespereira (concelho de Lousada – Portugal) foi possível determinar um nível de ocupação que expôs um habitat rural dos séculos XVII e XVIII. O espólio exumado permitiu determinar com mais exatidão o contexto cronológico, revelando o poder económico associado a essa ocupação. Apesar da reduzida expressão das estruturas detetadas, a escavação mostrou tratar-se de um espaço repartido entre três áreas: alimentar, de circulação e uma área exterior onde assentaria um provável alpendre. O cruzamento das fontes históricas do arquivo particular da Casa do Cáscere, onde está incluída a propriedade em questão veio, precisamente, corroborar a perceção arqueológica para o local.

PALAVRAS-CHAVE Lousada, Idade Moderna, séculos XVII e XVIII, habitat rural

1. INTRODUÇÃO

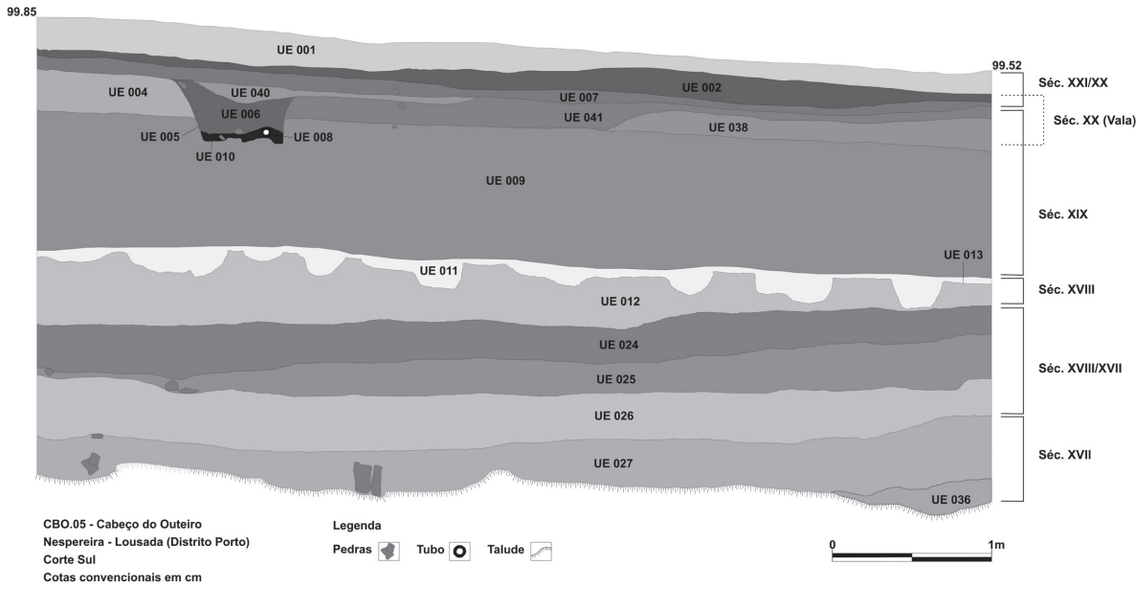
A descoberta fortuita, em 2005, do Sítio Arqueológico referenciado como *Cabeço do Outeiro* (UTM 559032,4 29T 4567307,56) ficou a dever-se à abertura de um caminho rural na freguesia de Nespereira, concelho de Lousada, distrito do Porto, (I.G.E. 1:25.000, folha n.º 112).
Os vestígios ocupacionais revelaram-se nos cortes artificiais escavados pelas máquinas, especialmente no corte exposto a Sul onde se tornou evidente um piso de tijolos a uma profundidade de 2,55 m, relativamente ao nível original do terreno, e através de achados dispersos de fragmentos cerâmicos nas imediações.



1. Localização administrativa com pormenor do sítio no início dos trabalhos arqueológicos.

A sondagem arqueológica realizou-se no alinhamento do piso detetado no corte, tendo sido delimitada uma área de 12 m².
Os resultados da análise da sequência das unidades estratigráficas permitiram esclarecer, por um lado, que as unidades relativas à época Contemporânea sugerem níveis sucessivos de aterro, praticamente estéreis em termos de espólio e, por outro, que a ocupação mais antiga (séculos XVII e XVIII), se revela mais expressiva nos seus níveis mais profundos, a partir da UE 26.
Relativamente à unidade estratigráfica, que pela análise do espólio, marca a transição da Época Contemporânea para a Época Moderna, refira-se a curiosa disposição que a unidade 012 assume, caracterizando-se por terras saibrosas, estéreis, depositadas propositadamente sob a forma de 11 valas sucessivas, orientadas no sentido Noroeste/Sudeste. À falta de realidades análogas já publicadas, aventou-se a possibilidade destas valas, paralelas entre si e plenas em raízes, refletirem um nível de exploração agrícola[1], conjetura reforçada pelas características do espólio encontrado na unidade estratigráfica 011 composto por escassa cerâmica de uso doméstico e pela lâmina de uma navalha, possivelmente enquadrável na lida agrícola.
Durante a fase plena de ocupação do sítio, correspondente à 2.ª metade do século XVII, podem distinguir-se, genericamente, três áreas funcionais.

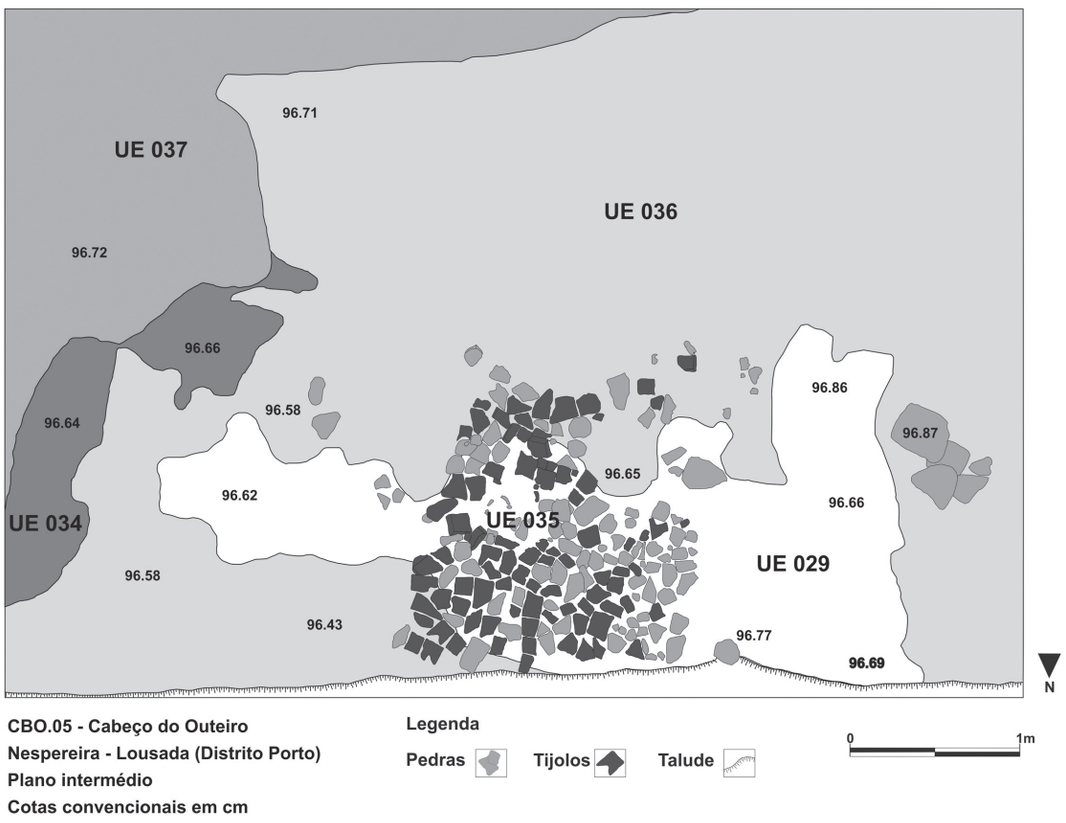
1. Lembre-se, a este propósito, que o cultivo do cebolo exige, em determinadas localidades, a disposição de terras arenosas de preparação para o plantio.



2. Diacronia ocupacional do Cabeço Outeiro (CBO).

A área 1, determinada por uma espessa unidade (029) de carvões, cinzas e abundante espólio (o mais diverso e numeroso de toda a sondagem[2]), bem delimitada no conjunto da área intervencionada sugere tratar-se de uma área específica reservada à combustão doméstica (lareira, área de preparação de alimentos, depósito de cinzas, etc.), uma vez que de entre os fragmentos de cerâmica aí encontrados predominam umas pane-linhas de louça preta, destinadas ao lume direto com fuligem em ambas as faces.

2. Composto por 244 fragmentos cerâmicos, entre os quais 16 fragmentos de faiança com motivos de tradicional associação cronológica à segunda metade do século XVII, frequente espólio metálico, de que se destaca meia ferradura, dois fragmentos de vidro e lítico (um movente de moinho manual).



3. Plano com representação de um piso em tijolo e pedras (século XVII).

A área 2 revela a única estrutura arqueológica de toda a sondagem. Trata-se da unidade 035 composta por um piso de oito dezenas de tijolos e algumas pedras, cujo sentido organizativo se perdeu com a abertura da via que o interrompe.

A área 3 coincide com um espaço marcado por uma significativa profusão de cravos pregos e alguns buracos de poste, paralelamente a uns entalhes sub-circulares que se compreendem como base de assentamento de uma estrutura perecível (hipoteticamente de madeira). Esta hipótese ajuda em parte a compreender o silêncio material ao nível das estruturas para o sítio.

2. ESPÓLIO EXUMADO

2.1 Cerâmica

2.1.1 Cerâmica preta

Na sondagem em estudo apurou-se a totalidade de 57 fragmentos de louça preta, conquanto variáveis na tonalidade apresentada (do preto ao cinza claro), com especial incidência nas unidades estratigráficas 029, 030 e 032 onde se recolheram 80% dos fragmentos.

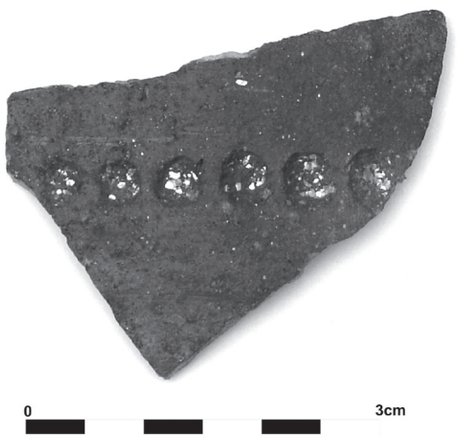
Genericamente, estas produções caracterizam-se por serem muito porosas, friáveis e enegrecidas pelo fumo (Real *et al.*, 1995, p. 181). Facilmente identificáveis pelos abundantes restos de cinzas e marcas de fogo nas paredes exteriores, em resultado de uma prolongada utilização na preparação dos alimentos ao lume, reconhecemos vários fragmentos de panelas na sondagem, sobretudo ao nível da unidade estratigráfica 029, pelas formas fechadas, paredes que se adivinham altas e de perfil convexo estreitando para o fundo e para a boca, facilitando a cobertura com um testo. É uma forma adaptada às cozeduras demoradas que não necessitam de uma visualização permanente do andamento de cocção dos alimentos em grande quantidade de meio líquido, como os caldos. O aparecimento desta tipologia cerâmica está, desta forma, associado à área 1.

Como centro produtor desta cerâmica, aventa-se a hipótese do pólo disseminado pelo vale do Douro, que ganha importância a partir do século XVII. Em particular a produção de Gondar[3] (Amarante), por ser a mais próxima de Nespereira/Lousada (c. 30 km) e por já estarem confirmados dois dos seus concelhos de comercialização – Penafiel e Felgueiras – ambos fronteiros a Lousada (Fernandes, 1997b, p. 30).

A principal característica da olaria de Gondar é a sua superior resistência ao calor propiciando às peças a capacidade de uma exposição direta ao fogo, o que direcionou as suas formas para utensílios culinários com especial destaque para a panela.

Não se pode, no entanto, negligenciar o centro produtor do Prado[4] como hipotético local de proveniência destes fragmentos, uma vez que a sua presença se evidencia em outros elementos cerâmicos encontrados nesta sondagem, sobretudo na cerâmica vermelha. De facto, a superior qualidade de fabrico, quer na pasta, quer na decoração, que a louça preta do Prado revelava nos séculos XVI e XVII impulsionou este centro numa rede de abastecimentos a longas distâncias que deixou marcas um pouco por todo o Entre-Douro-e-Minho (Fernandes, 1997b, p. 43).

Diretamente relacionável com o centro de produção do Prado, foram identificados dois fragmentos cerâmicos, um dos quais materializado num pequeno fragmento de pasta dura e depurada, de fina espessura, com toque metálico, de cor cinzenta escura (em ambas as faces), com um cerne de tonalidade mais clara e de decoração impressa em pequenos círculos preenchidos a moscovite (mica branca).



4. Fragmento cerâmico com aplicações de moscovite (século XVII).

Trata-se de uma peça singular, recolhida na unidade estratigráfica 027, que raramente se vê representada em contextos arqueológicos e só se manifesta em casos excecionais que exijam mesmo algum requinte no seu manuseamento

As pastas mais duras e depuradas do centro do Prado, com cerne cinzento ou castanho, conhecem, em casos raros, a par dos acabamentos alisados, a referida decoração com aplicação de palhetas de moscovite. Trata-se de louça preta mais fina, vocacionada para se destacar num serviço de mesa mais requintado, ou simplesmente como elemento isolado de natureza

3. Este núcleo de produção ainda se mantém ativo no fabrico de louça negra.

4. O centro produtor do Prado afigura-se como um importante centro produtor de louça (preta, vermelha e vidrada) e telha desde o século XIII.

decorativa. As formas mais representadas para estes casos são a bilha e a caçoila e geralmente são reconhecidas como pertencentes ao 3º quartel do século XVII (Real *et al.*, 1995, p. 89).

2.1.2 Cerâmica vermelha

Entre a cerâmica vermelha, que se assume largamente preponderante no conjunto do espólio cerâmico da intervenção, podemos encontrar tigelas de cor viva e muito resistentes, de tipologia e características análogas às do centro de produção Aveiro-Ovar, que na passagem do século XVI para o XVII assume a liderança de produção de louça vermelha relativamente ao centro do Prado.

Não é estranho considerarmos este centro como fonte de proveniência de alguma da cerâmica encontrada nesta escavação uma vez que o Porto, um dos destinos mais conhecidos desta produção, absorvia cerca de um terço das peças e reenviava os excedentes para outras regiões nortenhas. Estas transações, arqueologicamente confirmadas para o século XVII com as escavações na Casa do Infante (Porto), faziam circular tigelas calculadas em milheiros[5]. Apesar de se apontar um decréscimo na produção deste centro a partir da década de 70 do século XVIII (Amorim, 1998, p. 78), foi sempre verificada uma constância na presença desta cerâmica na sondagem em análise, até à segunda metade do século XIX.

Trata-se de peças *"de barro formado em louça encarnada, tão dura quase tão durável como pedra"*, como nos descreve o P.e António Carvalho da Costa (cit. por Amorim, 1998, p. 73) em que a tigela se assume como a principal forma deste conjunto artefactual. De facto, a morfologia dominante, sem grandes oscilações de tamanho, é a tigela, que apresenta sempre paredes espessas e de tendência carenada.

Quanto ao centro do Prado encontra-se novamente representado, por inúmeros fragmentos que apresentam um tratamento cuidado da sua superfície (brunida ou polida) e por algumas asas de cântaro com uma gramática decorativa rica pela perfuração intensa de toda a sua superfície. Estas asas, de cerne cinzento e tão características deste centro, pertenceriam certamente a um cântaro de dupla asa em que a segunda (mais pequena) teria apenas uma função de apoio na orientação dos líquidos. Crê-se que o fabrico destas peças se reporte a meados do século XVII. Curioso é notar que o fabrico destas asas em particular não dotaria a peça de grande resistência, uma vez que a sua aplicação, posterior à moldagem do cântaro, como se verifica pela análise do encaixe da asa, revestiria a peça de alguma fragilidade.

5. Bordo/asa perfurado do centro de produção do Prado.

2.1.3 Faiança

Paralelamente à presença maioritária da cerâmica vermelha e preta, verifica-se a presença de outro grupo cerâmico no conjunto considerado, designadamente as faianças, cujo aparecimento no registo arqueológico da sondagem coincide com o período áureo da difusão da faiança portuguesa (séculos XVII e XVIII).

A faiança, que começa progressivamente a substituir a louça comum pelas características intrínsecas relacionadas com a sua impermeabilidade e limpeza, sobretudo ao longo do século XVIII, em contextos domésticos que assumam alguma preponderância social, revela, na sondagem, alguma expressividade de representação.

Sendo a cerâmica um dos indicadores preciosos do nível de evolução tecnológica de uma sociedade, do seu grau de riqueza e do gosto que a caracteriza, a presença significativa de faiança na sondagem intervencionada (cerca de 9%) suscita alguma reflexão relativamente a aspetos sócio-económicos inerentes ao habitat rural que procuramos compreender.

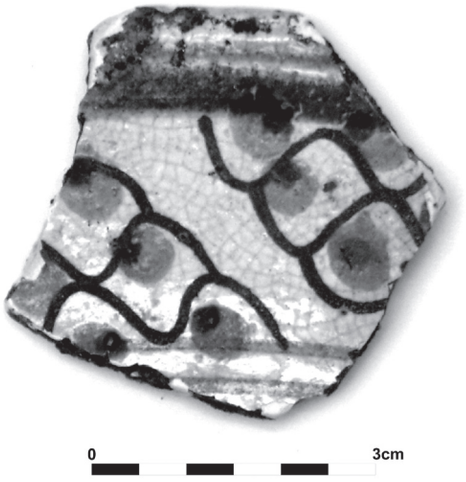
Como salienta Isabel Maria Fernandes (1999, p. 12), para este período histórico, a utensilagem cerâmica das classes menos favorecidas era bem diferente da utilizada pelas classes detentoras de riqueza, quer em qualidade, quer em quantidade das peças. As classes rurais e citadinas, de parcos recursos económicos recorriam às singelas peças de louça preta ou vermelha fosca e vidrada para suprirem as necessidades elementares, enquanto que a nobreza ou a burguesia utilizavam para satisfação das necessidades uma panóplia mais dilatada de utensílios. A faiança, sobretudo a partir do século XVIII, caracterizada pelo seu vidrado estanífero (com ou sem pinturas) e pastas claras, era a imagem de marca dos seus detentores. Fosse de produção mais grosseira ou mais fina, o que é certo é que o seu fabrico exigia uma técnica apurada e matérias-primas mais caras do que as da loiça vermelha e preta – era uma produção para

5. Unidade de medida referente a mil peças.

as elites endinheiradas (Fernandes, 2001, p. 30).
A tendência a que se assiste ao longo do século XVII e especialmente com o advento do século XVIII é à progressiva diminuição da louça comum (preta ou vermelha) em detrimento da louça de faiança (Dordio, 1999, p. 47), sobretudo para contextos domésticos que revelem alguma preponderância social.
Relativamente ao espólio proveniente desta intervenção, optou-se pela sua divisão em grupos de estudo, atendendo, nomeadamente, a aspetos de índole decorativo.
Assim, considerou-se um primeiro grupo constituído por louça grosseira, de esmalte bege/amarelado, muito fino, decorado de forma simples com filetes azuis no fundo ou junto dos bordos, reportando-se sobretudo a duas formas tipológicas: tigelas e pratos. Este grupo, de inspiração reconhecidamente europeia (sobretudo italiana e espanhola), começa a aparecer no registo arqueológico a partir do primeiro quartel do século XVII (Dordio *et al*, 2001, p. 140), e prolonga-se no tempo, sendo que, no conjunto estilístico em estudo, se considera adequado enquadra-lo em meados de Seiscentos.
O segundo grupo, mais representativo, alude a uma louça igualmente de tradição europeia, mas mais fina, com motivos e figurações pintados em azul que mostra preferência por representações geométricas ou figurativos vegetalistas. Uma forma de organização decorativa muito frequente para este género de representações são as conhecidas *rendas* e *contas* que preenchem com bandas duplas ou simples as abas dos pratos, remetendo, com alguma segurança, para datas posteriores ao segundo quartel do século XVII (Dordio *et al*, 2001, p. 142) doze dos fragmentos cerâmicos encontrados na sondagem.
Correspondendo ao último grupo de faianças, para o qual se registaram apenas dois fragmentos, destacamos um tipo de louça fina, igualmente com figurações, porém pintada a azul e vinoso, alternando as duas cores.

6. Fragmentos de faiança ("rendas").

Numa das peças constatou-se um motivo já conhecido – *contas* – que se salienta dos demais fragmentos pela superior qualidade, visível quer pela consistente espessura e regularização do esmalte quer pelo cuidado aprimoramento da gramática decorativa pintada na sua face interna, marcada pela presença de três fiadas de contas azuis, descentradas entre si e separadas por finas bandas em tom vinoso que serpenteiam entre as contas.



7. Fragmento de faiança ("contas" a policromado).

Para o outro fragmento, de cronologia mais tardia, encontramos um tipo de representação muito padronizada que evidencia duas linhas concêntricas em azul com um ou dois espaços e, entre elas, um preenchimento com rabiscos alongados em vinoso.
Esta louça, em contraste com tendências decorativas do mesmo período, que denotam acentuada sobriedade, procura uma espécie de caricatura da tradição decorativa barroca anterior (Barreira *et al*, 1998, p. 158).
Nas escavações realizadas na Casa do Infante este terceiro grupo surge apenas num depósito do 3º quartel do século XVII, marcando para essa altura o início da sua utilização nesse local (Barreira *et al*, 1998, p. 154), o que se adequa plenamente ao horizonte temporal da unidade 026 (finais do século XVII, inícios do XVIII), onde apareceu o fragmento do tipo *Brioso*[6] (Barreira *et al*, 1998, p. 155).
A faiança encontrada na sondagem do Cabeço do Outeiro ao distribuir-se sobretudo pelas unidades 029, 030 e 033 mostra-se contemporânea ao período áureo da difusão da faiança portuguesa – séculos XVII[7] e XVIII. Correspondendo, sobretudo, a duas formas abertas

6. Estilo de louça muito característico de Coimbra com forte personalidade decorativa nas pinturas a azul e vinoso.
7. Foi o início de uma "moda" propagada por todas as nações europeias que em experiências e tentativas durou, sem interrupção até ao princípio do século XIX (cit. por Calado, 2001, p. 17).

principais – tigelas e pratos – as peças recolhidas no decorrer da escavação destinar-se-iam, certamente, ao serviço de mesa.

2.2 Metais

Apesar da reduzida expressão de outros materiais no contexto do espólio exumado, merecem destaque algumas peças metálicas, em particular, pela sua singularidade, uma medalha em cobre, provavelmente parte constituinte de um terço, hipótese consubstanciada pelo aparecimento, nas imediações, de uma conta em azeviche.

Apesar da corrosão do cobre impedir uma perceção clara da iconografia impressa nas faces ovais da medalha, afiguram-se algumas leituras. Na face principal da medalha encontra-se uma representação de Nossa Senhora coberta por uma longa veste repleta de pregas, com o menino Jesus ao colo, do seu lado esquerdo. Aos pés de Nossa Senhora pode observar-se a cabeça de um querubim enquanto no topo da medalha, suspensas no ar, se observam duas pombas viradas uma para a outra.

A componente particular desta representação prende-se com a alusão material a um edifício religioso confirmado pelas cruzes suspensas em cada um dos pináculos nas extremidades do telhado desse mesmo edifício que na sua parede visível se retalha em subdivisões quadrangulares e retangulares, sugerindo janelas de um mosteiro, dispondo-se como imagem de fundo por trás de Nossa Senhora. Esta combinação da vertente terrena com a espiritual não é muito habitual neste tipo de figurações e permite equacionar a hipótese de se tratar de uma representação de Nossa Senhora de alguma forma relacionada a uma entidade monástica.

No verso, encontramos a habitual representação de Cristo crucificado e ainda a inclusão de dois anjos virados para Si na parte inferior da medalha, sugerindo uma postura de genuflexão.

A grande dúvida que subsiste prende-se com a tentativa de identificação da representação da Nossa Senhora. Como explica Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1979, p. 10-13), o aumento da devoção à Virgem através da multiplicação das capelas e da estimulação do imaginário com a arte gótica, a partir de finais da Idade Média, motivou a multiplicação dos seus nomes. Uma das consequências é a mudança do nome de *Santa Maria*, com que ainda se designava habitualmente a Virgem no século XVI, para o de *Nossa Senhora*. Afirmam-se, por isso, em época Moderna, as devoções à Virgem do Rosário, do Carmo e da Boa-Morte, contribuindo para este fervor o intensificar do culto às almas do Purgatório que se impõe como uma das mais fortes práticas religiosas deste período no Norte de Portugal.

A medalha em questão perpassa este horizonte religioso, por se enquadrar temporalmente na segunda metade do século XVII, e encarnaria, possivelmente, muitos dos anseios e preocupações desta época.

Ainda no que respeita aos metais, salienta-se uma lâmina de navalha em ferro, de finais do século XVIII, que apareceu juntamente com um colchete e um compasso de pedreiro/marceneiro e ainda parte de uma ferradura, datada da segunda metade do século XVII.

3. CONTRIBUTO DAS FONTES HISTÓRICAS

No caso da intervenção arqueológica em evidência há ainda que considerar o apoio das fontes históricas disponíveis que, de certa forma, corroboram a versão arqueológica da dinâmica ocupacional do sítio.

Assim, o arquivo particular da Casa do Cáscere[8] reforça a importância do espaço geográfico considerado, ao indicar que a linhagem da casa para o século XVII e XVIII aparece engrandecida por quatro personalidades ligadas a cargos superiores do exército (entre eles o capitão e o sargento mor de Lousada). Isto, porque apesar de toda a propriedade rústica ou urbana de Lousada se encontrar nas mãos de igrejas, mosteiros e ordens militares (neste caso concreto do Mosteiro de Vilela do Concelho de Paredes) a partir do século XIV era a administração indireta que supria as dificuldades dessa gestão central e eram esses lavradores a quem Eugeneo Freitas (cit. por Magalhães 2006, p. 90) se refere não só como homens plebeus mas sobretudo como famílias nobres de onde se afirmava a nobreza de Lousada.

O poder local agitava-se, portanto, ao sabor da vida económica das comunidades rurais que por sua vez dependiam da agricultura, o que fazia com que a posse de terra fosse a condição por excelência para o reconhecimento do prestígio social.

É sobre este pano de fundo de relações de dominação/preponderância sócio económica da Casa do Cáscere que se deve ponderar a vivência concreta do Cabeço do Outeiro para os séculos XVII e XVIII e enriquecer as reflexões arqueológicas já tecidas sobre o sítio, tanto mais que reforçando as evidências materiais referentes à sondagem, há que considerar a *apegação para o prazo de 1706* (Magalhães, 2007, p. 152-153) que nos fornece pistas relativas à organização do espaço deste casal para a época que a escavação identifica.

Assim, as fontes descrevem a existência, neste local, de um núcleo familiar (praticamente imutável de 1555 a 1706) onde se destacam diversos espaços: uma casa

8. A Casa do Cáscere controlou, desde a Idade Média, uma extensa parte do território da freguesia de Nespereira, nomeadamente o espaço intervencionado.

8. Medalha em cobre (século XVII).

sobradada telhada que depois passa a ser colmada e a ostentar um pátio de pedra/tijolo à sua entrada; uma cozinha anexa; uma adega com alpendre e lagar que depois se transforma numa cozinha colmada; cortes de gado com um alpendre para a eira; um palheiro; uma eira e mais duas casas colmadas.

Considerando que a área escavada foi manifestamente restrita para a compreensão de toda esta dinâmica exposta pela apegação pode, no entanto, confirmar-se para o casal do outeiro a existência de um espaço cujas características se demonstram similares às postas em evidência pela escavação: sobretudo a da área reservada à cozinha.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. A. de (1979) – *O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na época Moderna*. Porto: Centro de História U. Porto.

AMORIM, I. (1998) – A olaria de Aveiro, no século XVIII: continuidade e desenvolvimento. *In Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, N.º 2. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p. 70-80.

BARREIRA, P.; DORDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. *In 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.

CALADO, R. (2001) – Breve Hstorial da Faiança em Portugal. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p. 15-25.

DORDIO, P. (1999) – Louça de cozinha da época moderna descoberta em escavações arqueológicas no Porto. *In* Atas do IV *Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 46-51.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p. 119-164.

FERNANDES, I. M. (1997b) – Os centros produtores. Sua geografia - Locais de produção. *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p. 28-33.

FERNANDES, I. M. (1999) – Do uso das peças: diversa utilização da louça de barro. *In Atas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 12-39.

FERNANDES, I. M. (2001) – Formas e funções da Faiança Portuense Oitocentista. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p. 29-51.

MAGALHÃES, P. J. (2006) – A Casa do Cáscere. *In OPPIDUM* (1). Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p. 149-161.

MAGALHÃES, P. J. (2007) – O Casal do Outeiro - Nespereira. *In OPPIDUM* (2). Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p. 89-104.

O CICLO DO LINHO NO CONCELHO DE PENAFIEL[1]

ANA DOLORES LEAL ANILEIRO CITCEM

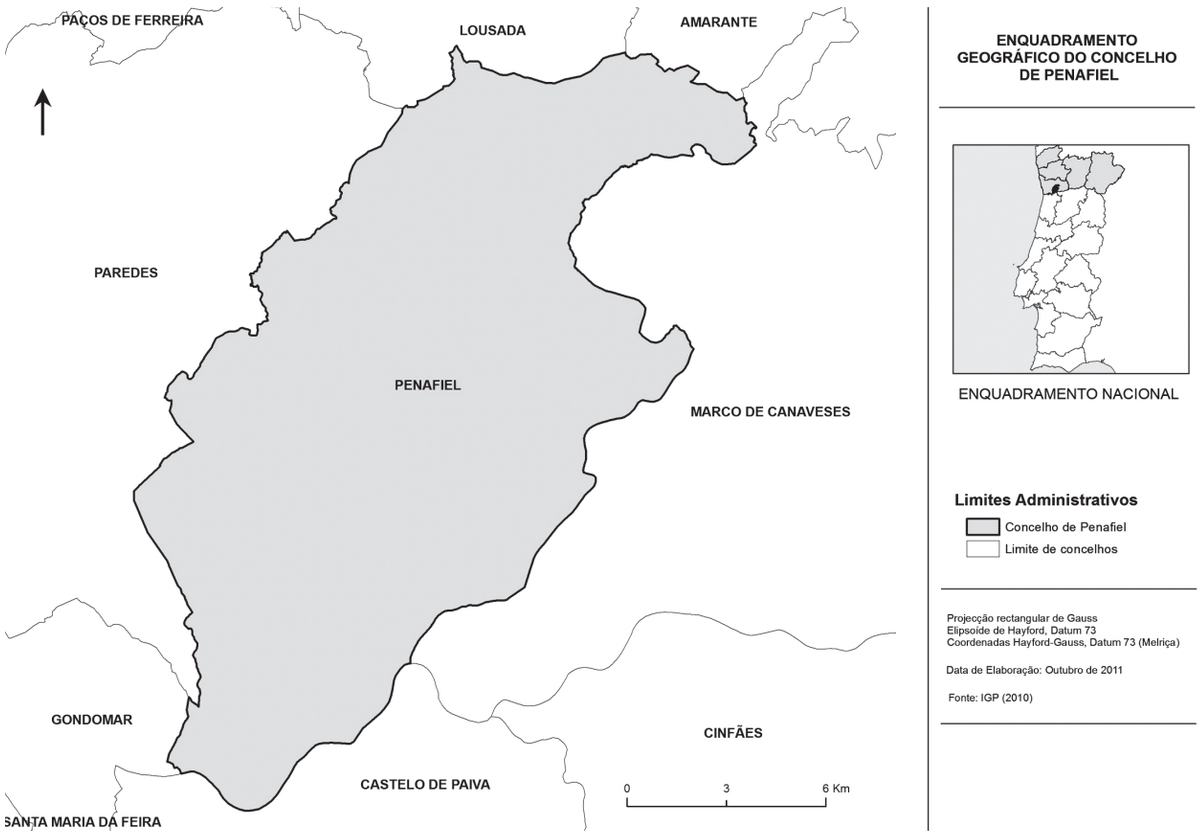
RESUMO Na presente comunicação proponho-me apresentar o estudo do Ciclo do Linho no Concelho de Penafiel, tema da dissertação realizada para conclusão do curso de Mestrado em Arqueologia (FLUP-2010).
Numa primeira fase observamos, em trabalho de campo, a remanescente produção artesanal do linho em Penafiel e no Vale do Sousa e problematizamos as tentativas históricas para a industrialização. Descrevemos o cultivo do linho enquanto atividade agrícola tradicional através de uma breve análise do seu ciclo anual, caracterizando o tipo de posse de terra e relação social que favoreceram a sua perduração.
Seguidamente, apresentamos o linho enquanto planta, as suas variedades, a escolha do terreno, preparação do campo para a sementeira, sistema de rega, monda, colheita e separação da semente (ripagem) que no ano seguinte permitirá recomeçar o ciclo.
Obtida a matéria-prima, seguimos a preparação da fibra através do empoçamento ou curtimenta e maçagem do linho com maço e com o engenho. Aqui debruçamo-nos com maior atenção sobre estas importantes instalações, surgidas a partir da segunda metade do século XIX, e analisamos o procedimento da maçagem anterior, sem o uso da máquina. Contextualizamos a introdução do engenho e as suas vantagens, caracterizamos os de tração animal e os hidráulicos nas suas diferentes componentes e funcionamento, lembramos a arquitetura dos edifícios onde estão inseridos, as formas de propriedade e exploração, bem como o pagamento do serviço prestado.
A espadelagem, e a assedagem, ainda no âmbito da preparação da fibra, são as últimas etapas do processo realizadas em casa do lavrador.
Com a fiação, executada em casa ou entregue fora, começa-se a fabricação do fio, que a tecedeira (de casa ou exterior) se encarregará de transformar em pano. Aprofundamos a parte do ciclo relativa à preparação da urdidura e montagem da teia no tear, bem como à fase de tecelagem, dando particular atenção às texturas e pontos para assim contribuirmos para uma tipificação regional das produções.

PALAVRAS-CHAVE **Ciclo do linho, ofício de tecedeira, cultura artesanal, engenhos de maçar o linho, pontos e texturas**

INTRODUÇÃO

O concelho de Penafiel localiza-se na região Norte do País, administrativamente é um dos municípios do Distrito do Porto. Os seus limites territoriais confinam com vários Municípios vizinhos: a Norte limita com o Município de Lousada, a Nordeste Amarante, a Este Marco de Canaveses, a Sul Castelo de Paiva e a Oeste Gondomar e Paredes. O Município está no eixo de ligação entre o litoral e o interior Transmontano, entre os rios Douro, Tâmega e Sousa, estando na parte central do Distrito do Porto. É composto por 38 freguesias, ocupando uma área de 212,2 Km^2.
A presença do linho no atual concelho de Penafiel remonta pelo menos à época romana (Soeiro, 2002, p. 341), estando documentado através de vestígios materiais, tais como os muitos cossoiros usados na tarefa de fiação recolhidos, por exemplo, no castro do Monte Mozinho (Galegos) são peças de cerâmica ou xisto, algumas vezes fragmentos de objetos reaproveitados, em forma de disco, com um orifício vazado ao centro onde encaixava a haste do fuso, correspondendo ao volante do fuso atual. Comuns são também os pesos de tear, na época romana feitos em cerâmica de pasta grosseira, por vezes de reaproveitamento de materiais de construção – fragmentos de *tégula*. Têm forma tronco-piramidal, com um orifício vazado, no sentido transversal, na parte superior. A sua função era suster cada grupo de fios da urdidura colocada nos teares verticais. Mais recentemente, na necrópole romana de Monteiras (Bustelo) foram recolhidos fragmentos de tecido de linho capturados na corrosão de objetos metálicos que acompanhavam o defunto, datados do baixo-império. Na época medieval, o linho é referenciado nas inquirições de 1258, onde raros são os casais da coroa em cujos encargos não entra, como

1. Este artigo sintetiza o estudo Ciclo do Linho no concelho de Penafiel, dissertação realizada para conclusão do curso de Mestrado em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2010.



1. Enquadramento geográfico do Concelho de Penafiel.

pagamento do foro. É mencionado também nos direitos reais e portagens, bem como meio de pagamento na aquisição de terras, sob a forma de febra, contabilizada em mãos, ou tecido - o bragal e o lenço - para o qual a unidade de medida era a vara. Contabilizam um total de 709 varas de linho. No Foral Manuelino de 1519, referem-se 536,38 varas de bragal, 52 mãos e 8,5 alqueires de linho, confirmando que este cultivo estava grandemente difundido, servindo não só para pagamento dos tributos fiscais, como seguramente também para fazer face às necessidades da casa, sendo um têxtil largamente utilizado.

Em 1741, o lugar de Arrifana de Sousa é elevado à categoria de vila, adquirindo administração municipal própria e Juiz de Fora (Soeiro, 1994, p. 31). Ora esta nova administração municipal preocupou-se persistentemente com a regulamentação do exercício das profissões, estabelecendo de imediato que todas as pessoas que *exercitão officio com tendas suas, com logeas abertas as fechem em termo de quinze dias e não uzem mais dos tais ou dentro do mesmo tempo se examinem e tirem cartas* (AMPNF – A 4, 1741 e Soeiro, 2003-2004, p. 16) Na sequência desta deliberação fizeram-se regimentos de vários ofícios (AMPNF – A 4, 1741 e Soeiro, 2003-2004, p. 16) nomeadamente o das tecedeiras, logo no ano de 1742.

«Regimento das Tecedeiras
As tecedeiras desta Villa e seu termo que fizerem teias de panno de linho fino de
marca que passe de setenta linhois se avira com o dono conforme o fio e coalidade delle que sendo athe setenta linhois levara a tecedeira por vara trinta reis 30
e sendo de setenta para baixo por vara vinte e sinco 25
De pano de lenços a vara a vinte reis 20
Como tambem a estopa fina a vinte reis por vara 20
As toalhas de olhos delgados de estopa por vara a corenta reis 40
e sendo groças a trinta reis 30
A estopa liza groça por vara a quinze reis 15
Averão as tecedeiras de merenda pello travalho de urdir as teias por cada ramo de coatro varas sendo panno de linho quinze reis 15
e pella estopa des reis por ramo 10 reis» (AMPNF – A 4, 1742 e Soeiro, 2002, p. 343)

Através do Regimento dos Ofícios das Tecedeiras de 1742 apercebemo-nos de duas linhas de força da tecelagem setecentista: é uma profissão reconhecida e eminentemente feminina; havia necessidade de recorrer à tecelagem externa à casa, sendo necessário valer-se da mão de obra de profissionais. A regulamentação era necessária para *estabelecer uma relação de trabalho que*

protegesse as partes (Soeiro, 2002, p. 343).

A tecedeira fazia obra em linho e estopa lisos, mas também um trabalho mais elaborado, correspondendo ao que atualmente é conhecido entre as profissionais por *empeirado,* com texturas de *olhos delgados*.

Uma outra importante tarefa praticada pelas tecedeiras, conforme o regimento, era urdir teias para fora, serviço comparativamente bem remunerado, que necessitava de um grau de conhecimento superior, pois as mais especializadas iam urdir teias e montá-las nas casas das menos aptas ou de outras clientes, para que estes as tecessem. A montagem no tear implicava deslocação e necessariamente muitas horas de trabalho, por esse motivo está acautelada a merenda para além da remuneração. Relativamente aos outros preços, o valor do tecido em linho é superior ao da estopa, reduzindo-se sempre que a fibra é mais grosseira. A toalha de *olhos delgados* assume um valor superior ao tecido liso porque exige um *saber fazer* mais especializado, nomeadamente na forma de *empeirar* a teia no tear.

Dos vários regimentos de ofícios de Arrifana de Sousa, este é o único apenas abordado no feminino, e em que até a própria juíza é uma mulher (AMPNF – A 17), situação distinta da que ocorre noutros contextos mais urbanos, como Porto (Cruz, 1943) e Lisboa (Langhans, 1943) por exemplo, em que os oficiais, juízes e tecelões são mencionados no masculino, colocando-se embora a hipótese de aceitar as mulheres para praticar a profissão, podendo estas propor-se mesmo a exame (Langhans, 1943, p. 725).

Todos os regimentos de ofícios relativos à Vila de Arrifana de Sousa são, como este, apenas tabelas de preços e salários, bastante omissos relativamente ao acesso à profissão (Soeiro, 2003-2004, p. 18). Apesar destas limitações, o Regimento dos Ofícios das Tecedeiras de 1742 prevaleceu até 1801 (posteriormente à elevação da Vila de Arrifana de Sousa a Cidade de Penafiel em 1770), altura em que houve necessidade de ajustar os preços, devido ao aumento do custo de vida que os fez duplicar (Soeiro, 2002, p. 343).

Em finais do século XIX, segundo o Inquérito Industrial de 1881 (Relatorio apresentado ao Excº Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45), o linho mantinha as formas tradicionais de produção artesanal, mas começava a observar-se alguma decadência. O concelho de Penafiel e o de Gondomar eram os únicos cuja manufatura do linho superava o auto consumo, visto que: *Os teares formam officinas que tecem por conta propria vendendo os pannos e alimentando um commercio ainda relativamente importante, embora decadente* (Relatorio apresentado ao Excº Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45), com uma produção contabilizada entre as 3 a 4.000 teias ou peças de 19 a 20 metros e com um valor médio de 5$000 reis. Segundo o mesmo relatório, este comércio abastecia as cidades do Porto e de Lisboa. No entanto, o fluxo que outrora se encaminhava para Espanha teria terminado há cerca de 10 a 15 anos (Relatorio apresentado ao Excº Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45).

Penafiel, diz o inquérito apresenta uma quantidade elevada dos novos engenhos de maçar o linho (entre 92-102), se comparada à dos concelhos vizinhos (Amarante, Baião, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes e Santo Tirso). Situação semelhante acontece com os valores totais referentes aos teares em oficinas para tecelagem do linho (entre 400 a 500 teares), em que o concelho de Penafiel assume, mais uma vez, certa preponderância. No que concerne à contabilização dos teares domésticos, não são apresentados resultados para Penafiel.

QUADRO 1 – Inquérito industrial de 1881. Pequenas Indústrias nos Concelhos Rurais (*Relatorio* 1881: 6-7)

Industria/Concelho		Amarante	Baião	Bouças	Vila Nova de Gaia	Gondomar	Felgueiras	Lousada	Maia	Marco de Canvezes	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Póvoa do Varzim	Santo Tirso	Valongo	Vila do Conde
Linho	Engenhos de maçar	7	4	?	?	?	?	9	?	6-8	?		92-102	?	18	?	?
	Teares em oficina								8				400-500				
	Teares domesticos	202	50-60	?	?	200	100	100	?	20-30	150	?	?	?	?	?	?

Os delegados de Penafiel não responderam ao Inquérito Industrial de 1890, alegando que os boletins foram distribuídos, mas não foram preenchidos pelo facto dos proprietários não saberem ler e que *toda a industria se exerce em diminutíssima escala e com o auxílio de pequeno número de operários* (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891, p. 679), numa altura em que o Porto e Guimarães, tendo sido este último desde sempre considerado um centro linheiro (Alves, 2002, p. 4), veem a industria de algodão ultrapassar a de linho, o que fez *recuar claramente a produção tradicional* (Alves, 2002, p. 62).

Nos anos 40 do século XX, houve em Portugal o interesse de fazer o estudo das possibilidades do fomento da cultura do linho e da consequente transformação industrial (Graça, 1943), com o intuito de tentar travar a importação do algodão (atitude semelhante à protagonizada na Espanha de Franco e na Itália de Mussolini) e de valorizar os recursos nacionais (Alves, 2002, p. 9). Para este efeito, foram efetuados inquéritos sobre a cultura do linho, que permitiram identificar os principais centros de produtores do país, com a finalidade de construir, em cada um deles, centrais de maceração e preparação do linho.

Através destes exaustivos inquéritos conseguimos apurar os dados de melhor qualidade relativos ao concelho de Penafiel. Na época, das 37 freguesias contabilizadas[2], 31 responderam ao inquérito e destas 30 semeavam linho, perfazendo um total de 121,46ha de área cultivada. Em 16 freguesias preferia-se a variedade de linho de primavera e em 4 as de primavera e outono. Para 19 das 30 freguesias este cultivo era sobejamente importante sobretudo para alimentar a produção artesanal.

O inquérito contabilizou ainda 256 teares no concelho de Penafiel (Graça, 1943, p. 49) (destacado no mapa com um círculo) que nos surge como uma das zonas de maior produção, juntamente com Amarante e Barcelos.

Como resultado deste estudo, orientado para o objetivo de fazer ressurgir a produção de linho, mas de forma industrializada, o governo viabilizou o projeto da Empresa Fabril do Norte, estrategicamente localizada na Senhora da Hora (Matosinhos), zona na época, de interface rural. Para implementação de um sistema de produção de linho rentável, a empresa disponibilizava ao agricultor a semente, o aconselhamento e a supervisão de técnicos para os trabalhos de sementeira, adubação, mondas, regas e colheitas.

Apesar de Penafiel apresentar no inquérito resultados animadores e de existir aqui, inicialmente, um posto de receção que servia para distribuir a semente pelos agricultores (Cordeiro, 2008, p. 41), neste concelho a participação no cultivo de linho para a Empresa Fabril do Norte foi ínfima, ocorrendo apenas no ano de 1950, e com o reduzidíssimo número de 2 lavradores (Empresa Fabril do Norte, 1951).

As áreas em que os agricultores mais participaram foram as que Flávio Martins apontara como favoritas, litoral do Minho (Martins, 1950) – *corda litoral contígua ao Porto* (Cordeiro, 2008, p. 58) – principalmente os concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Famalicão e, com menos expressão, Barcelos, Esposende, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos, Santo Tirso e Viana do Castelo (Relatórios anuais Empresa Fabril do Norte, campanha entre 1944 e 1973). A preferência por esta região levou à instalação da central de maceração na Trofa, que beneficiava de uma ótima localização estratégica em relação à zona preferencial e de boa acessibilidade por via-férrea.

2. Zonas de cultura do linho segundo o inquérito de 1940 in GRAÇA (1943), p. 35 (destacado com um círculo está a área que corresponde sensivelmente ao concelho de Penafiel).

2. O concelho de Penafiel está hoje dividido em 38 freguesias, mas a 38.ª - Rio Mau - apenas foi separada de Sebolido em 1984.

A produção em Penafiel permaneceu pois assente nas bases tradicionais, processo longo e oneroso que, embora em decadência, se manteve até ao século XX em certas casas agrícolas onde se confecionava vestuário, toalhas, lençóis e todo o bragal que constituía o enxoval, uma relíquia cuidadosamente fechada em arcas, considerada um valor da casa.

Os procedimentos do ciclo do linho eram maioritariamente femininos, uns efetuados por todas as mulheres do núcleo familiar, incluindo crianças e idosas, outros mais especializados como a preparação da urdidura (para a montagem no tear), sendo apenas efetuada por pessoa experiente, ou mesmo tecedeira contratada.

No que diz respeito à posse de terra no concelho de Penafiel, verifica-se um número de explorações arrendadas muito elevado comparativamente com o resto do país (Pinto, 2008, p. 135), pois a propriedade encontrava-se limitada a um pequeno grupo de detentores, de acordo com os dados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1952-54. O arrendamento (fixo – 45% – ou em parceria – 6%) era a forma de exploração agrícola mais comum (Pinto, 2008, p. 141), existindo 40% de terras em exploração por conta própria. No terceiro quartel do século XX, regista-se uma gradual redução do arrendamento e um aumento da exploração por conta própria (Pinto, 2008, p. 141). A partir dos finais da década de 60, dá-se o abandono por parte dos caseiros, que entregam as terras aos senhorios e passam a incorporar outras profissões ligadas ao setor secundário e terciário.

O declínio da produção do linho está, numa primeira fase associado à introdução do processo de industrialização do algodão, mas outros fatores contribuíram para o seu desaparecimento no meio rural, nomeadamente *a mudança ocorrida na estrutura doméstica rural* (Oliveira; Galhano e Pereira, 1983, p. 22), e no sistema de trabalho da terra com o desaparecimento da exploração entregue pelos grandes proprietários a caseiros, o que libertou estes últimos da obrigação de cultivar determinados produtos por estarem incluídos na renda a entregar, como sucedia com metade do linho colhido.

Nos anos 60, com a aceleração do abandono das exploração arrendadas e com a incorporação dos anteriores caseiros em atividades profissionais assalariadas de que resultou maior circulação de dinheiro, o camponês permite-se adquirir produtos têxteis industriais, que afluíam ao comércio local a preço muito atrativo face ao custo da produção doméstica, às horas e mão de obra despendidas no exigente ciclo do linho, o que resultou no abandono desta cultura agrícola e na drástica redução da atividade artesanal que lhe estava associada.

Hoje, o linho é cultivado por raras famílias ligadas ao artesanato ou apenas para recriações levadas a cabo por associações e grupos folclóricos. Detetamos algumas inovações técnicas como, por exemplo, a substituição do carro de bois pelo trator, na fase de preparação do terreno para a sementeira. Mas foi sobretudo o enquadramento sociocultural que mudou.

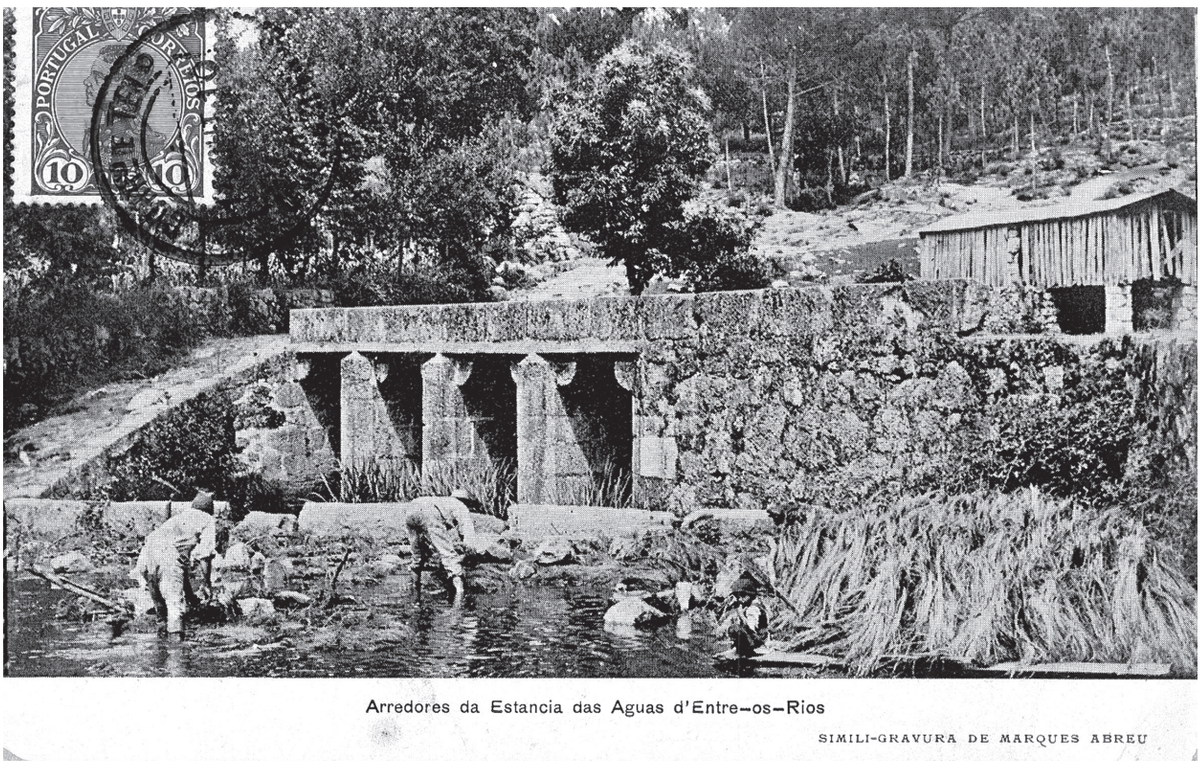
Para a realização da investigação acompanhamos todo o ciclo agrícola do linho, enquanto atividade agrícola tradicional, desde a preparação do terreno para a sementeira e abertura do sistema de rega, até à colheita, por forma a registar o *saber fazer* dos lavradores e as maneiras como vivenciaram esta realidade, numa altura crucial para o registo, caso contrário poder-se-iam perder irremediavelmente.

As variedades do linho semeadas no concelho de Penafiel eram: linho coimbrão, linho galego e linho mourisco, sendo este último de inverno, o menos utilizado. A variedade de linho galego foi a mais produzida. Para a sementeira fazia-se, desde a Idade Média uma escolha dos melhores terrenos, fundos e mais irrigados, sendo designados na documentação do Entre-Douro-e-Minho como agras, vessadas e linhares (Almeida, 1988, p. 65-68 e *Portugaliae Monumenta Historica Inquisitiones*,1888, p. 577-608). A escolha seria ainda mais imperativa em Penafiel, pelo tipo de linho mais produzido, o galego necessitar de terrenos de superior qualidade.

3. Arranque do linho, 2 meses e 12 dias depois da sementeira (Lousada, julho de 2009).

Existem, atualmente, variedades melhoradas, que resultam numa fibra maior. No entanto, esta não se proporciona a ser fiada na roca, ou seja, não se adequa ao trabalho artesanal e portanto a inovação não chegou a ter expressão no concelho de Penafiel.

A fase de tratamento da fibra mantem-se segundo os métodos tradicionais, em que o linho é enlagado num ribeiro ou tanque de água corrente que, pelas substâncias libertadas pode ser nociva aos peixes e ao próprio gado que dela beber, o que fez com que os sítios

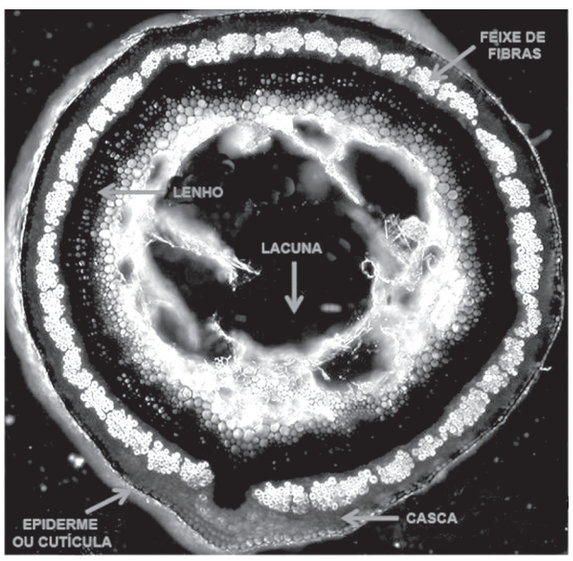


4. Enlagamento e secagem do linho em Entre-os-Rios (nos arredores da instância termal de Entre-os-Rios), Penafiel. Bilhete-postal ilustrado Union Postale Universelle Águas d'Entre-os-Rios Grand Hotel da Torre, circ. 1910.

escolhidos para se proceder a este tratamento fossem definidos e largamente conhecidos entre as populações, sendo que ainda hoje é muito frequente o topónimo *poço do linho*.

Apresentamos um corte transversal do caule da planta do linho, onde é possível localizar os feixes de fibra presentes na zona periférica. Através da imersão na água separam-se da componente lenhosa, devido a um processo fermentativo realizado pela flora microbiana que existe na *palha* do linho e se desenvolve com a humidade, levando os elementos lenhosos a fragmentar-se (Oliveira e Galhano, 1978, p. 41) através da diluição da substância gomosa, a pectina.

Quanto à preparação da fibra, a maçagem, ou seja partir e moer o que resta da componente lenhosa, era realizada com o maço, a única forma de processar o linho anterior ao primeiro quartel do século XIX (Soeiro, 1993, p. 940). Esta operação era precedida pela malha do linho na eira a mangual, seguindo-se um segundo enlagamento, e nova secagem. Só depois se procedia a maçagem com a utilização de um maço.



5. Corte de um caule da planta do linho, observado a microscópio. <http://fr.wikipedia.org/wiki/Lin_cultivé>

6. Maço (MMPNF/1993/1070).

A partir do primeiro quartel do século XIX, com a introdução do engenho de maçar abrevia-se o processo de maçagem. Passou a efetuar-se um único enlagamento do linho, posteriormente estendido na eira para aquecer ao sol e ser batido com o mangual, e de seguida encaminhado para o engenho. O investimento feito pela casa agrícola nesta nova máquina precisou de ser protegido, obrigando a pensar em espaços próprios para a instalar, se fosse fixa, ou em anexos para albergar as peças desmontadas. Referimo-nos à arquitetura do linho, porque estes engenhos de maçar o linho constituem a única edificação própria dentro do ciclo do linho.

A introdução do engenho em meados do século XIX é considerada por alguns autores como o passo mais significativo relacionado com a tecnologia tradicional do linho, tornando-a mais rentável. Necessitava-se do engenho, do "engenheiro" e do recurso à força motriz, hidráulica ou animal (Oliveira e Galhano, 1978, p. 44). Por isso vemos os primeiros localizados junto dos rios de maior caudal, como instalações temporárias, montadas no verão e retiradas no início do inverno. O que restava destes engenhos como dos moinhos no início do inverno, ou seja, "os vestigios arqueológicos", correspondiam à estruturada parede/açude e à base em pedra, suporte da maquina e fruste barraca que a cobria[3].

Os engenhos de tração animal pertenciam a grandes proprietários de terra (Oliveira e Galhano, 1978, p. 54), ocupavam muitas vezes uma edificação própria, construída em pedra, geralmente de planta octogonal e com telhado alto em forma de pirâmide, apoiado em grandes esteios (geralmente 8). O mecanismo de trituração é muito semelhante, nas duas situações apresentando discrepâncias mais significativas apenas no que concerne ao mecanismo motor. Ambos eram construídos por carpinteiros locais (Soeiro, 1993, p. 677), com alguma experiência neste tipo de trabalho, e que anualmente os montavam e afinavam.

Quando o serviço da maçagem do linho não era executado pelo proprietário, o pagamento pelo serviço do "engenheiro" era feito mais frequentemente sob a forma de maquia, correspondendo à décima parte ou à décima segunda parte do que moía. Também podia ser pago ao dia, ao meio-dia ou ainda à hora (Aurora, 1935, p. 24).

Todos os engenhos encontram-se atualmente desativados e em risco de perda. O tipo de arquitetura que os abriga é muito vulnerável, como comprova a perda, num dia de temporal do inverno de 2011 da singular construção que abrigava o engenho de Mesão Frio

7. Edifício do engenho de maçar o linho de Mesão Frio, Valpedre.

8. Engenho de moer o linho de Mesão Frio, Valpedre.

9. Engenho de maçar o linho temporário do rio Tâmega in Oliveira, Galhano (1978), p. 196.

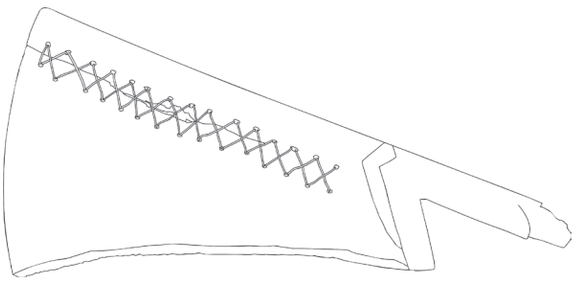
3. Todos os moinhos e engenhos do rio Tâmega ficaram submersos na albufeira da barragem do Torrão (inaugurada em 1989).

(freguesia de Valpedre, Penafiel) tantas vezes reproduzido nas obras sobre arquitetura tradicional.

Dado que o ofício do linho se encontra quase abandonado, mas mantém grande peso na identidade e imaginário regional, sendo por isso frequentemente musealizado, realizamos o inventário das alfaias relacionado com este ciclo existentes na coleção do Museu Municipal de Penafiel, bem como de algumas peças de coleções privadas que consideramos necessárias completar para uma visão de conjunto. Foi paralelamente documentado em imagem o ciclo do linho, desde a sementeira ao tear, ou seja da atividade agrícola até às tarefas mais especializadas, levada a cabo pela tecedeira, para melhor compreensão do uso dos objeto e do próprio processo.

10. Espadelada (MMPNF, *Foto Antony*).

11. Espadeladouro (MMPNF/1993/6661) esc. 1:11.



12. Espadela esc.1:9 (MMPNF/1993/1066).

Aprofundamos também os passos relativos à preparação da urdidura e montagem da teia no tear, bem como à tecelagem. Demos particular atenção a texturas e pontos executados no tear, registando gestos e a formas de execução, para assim contribuirmos para uma tipificação regional das produções, sem esquecer o vocabulário das profissionais para cada textura ou ponto.

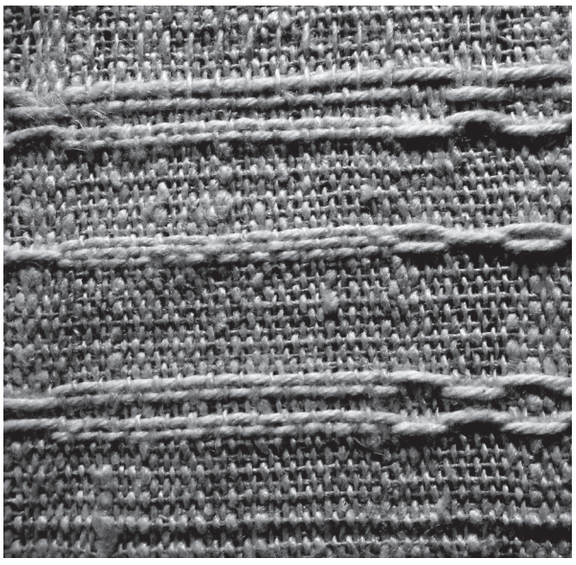
Verificamos que há texturas preferidas para cada tipo de têxtil, por exemplo os pontos ou texturas puxados são frequentes nas colchas, mas já os *aparanchados* são mais aplicados em toalha de rosto ou de mesa.

Os pontos ou texturas podem variar de acordo com a forma com que os fios da teia são colocados nos liços durante a montagem da teia no tear. Os liços são compostos por fios por onde passam as séries da urdidura, uma em cada liceira, e estão localizados no tear entre o órgão da urdidura (que contém a teia enrolada) e o órgão do tear (que contém enrolado o trabalho tecido). A tecedeira poderá *aparanchar* ou *empeirar* de diferentes formas, de acordo com o tipo de texturas ou pontos que pretende conferir ao seu trabalho. Ao pano liso corresponde uma forma mais simples de *aparanchar* ou *empeirar*, que é normalmente utilizada nas toalhas.

No caso dos pontos (ou texturas) puxados, aqui designados por tapulhos, também são feitos com esta montagem da urdidura do tear na forma mais simples. A efetivação do ponto ocorre depois da passagem da lançadeira e antes da batida com o pente, puxando-se a laça ou tapulhos com o gancho dos tapulhos, segundo o motivo decorativo anteriormente idealizado pela tecedeira e transposto para o desenho em papel quadriculado. Assim se obtêm diversos motivos decorativos: geométricos (losangos, círculos triângulos, quadrados, espirais, espinha, ziguezague), florais estilizados (rosas, cravos, tulipas, lírios, flor-de-lis, malmequeres), vegetalistas (frutos, cachos de uvas, bolotas, pinhas, espigas, folhas, heras, silvas), animais (principalmente as aves pombos e pássaros), figurativos, elementos de heráldica como armas reais ou "coroas de reis", armas das famílias nobres, cruz, estrelas, iniciais do nome do proprietário, datas,

13. *Empeirar* a teia nos liços (Penafiel, junho de 2010).

14. Tecedeira a executar os pontos designados por tapulhos (Penafiel, junho de 2009).



15. Exemplo da textura – *aparanchado cordão olhos de sapo (1.º e 3.º) cordão encadeado* (2.º).

corações, entre outros. Uma textura muito frequente, principalmente em colchas, é a dos tapulhos ou puxados a que, posteriormente à saída da peça do tear, a tecedeira irá aparar com uma tesoura as extremidades, resultando numa textura felpuda com muito relevo ou um relevo aveludado (Medeiros e Lopes, 2000, p. 66).

Já os aparanchados ou emparanchados recorrem a uma distribuição nos liços diferente e adequada aos pontos ou texturas que se pretendem elaborar.

As tecedeiras sabem de memória os vários tipos de aparanchado, informação muitas vezes passados de geração em geração, de mãe para filha, ou então fruto da experiência da tecedeira, que com a sua prática vai idealizando as texturas e depois experimenta pô-las em prática no tear.

A estas várias texturas, que são forçosamente abstratas, as tecedeiras atribuem designações procuradas na sua realidade vivida, sugeridas pelo padrão como é o caso, por exemplo, da fita de olhos, olhos de rola, cordões, bico de agulha, etc.

A execução destas texturas varia conforme o tipo de empeiramento efetuado na altura em que a tecedeira

está a carregar a teia no tear, mas de cada tipo de empeiramento poderão resultar várias texturas, apenas de acordo com a alternância das peanhas premidas pelo pé da tecedeira. A trama também pode passar por intervalos diferentes entre os fios da urdidura, dando realce à textura e aumentando as possibilidades. A repetição da mesma sequência de pedais, e consequentemente da mesma ordem de passagem da trama sobre o mesmo grupo de fios da urdidura, permite a criação de texturas e padrões geométricos variados e simétricos.

Os desenhos das texturas são variadíssimos, regidos pela lei da simetria e da repetição (González-Hontoria e Timón Tiemplo, 1983, p. 83), com várias mãos ou seja, ao empeirar poder-se-á remeter a mesma sequência de fios durante um pretendido número de mãos e de seguida uma sequência de fios diferente e assim sucessivamente, permitindo durante a tecelagem uma textura diferente ao longo do empeiramento, na origem dos quadros.

As atividades e os ofícios relacionados com o linho têm um caráter identitário para as gentes de Penafiel, que não se deve deixar perder. A recuperação dos ofícios tradicionais é extremamente importante para impedir o esquecimento do *saber fazer* tradicional nela implícita. A valorização e preservação do património cultural material, imaterial e da memória representativa do mundo rural, com um forte caráter de identidade, em nossa opinião, pode e deve ser explorado por diversas instituições, passando pelos museus e associações de desenvolvimento cultural, com a finalidade de manter a originalidade, numa perspetiva de diversificar as atividades rurais e valorizar os recursos através de incentivos à produção do artesanato, passando pela certificação com critérios rigorosos dos trabalhos em linho, estopa e tomentos, como vem acontecendo com outros produtos de forte identidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. A. F. de (1988) – Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos XII e XIII. *In Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. 2.

ALVES, J. F. (2002) – O Trabalho do Linho In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) – *Património e Industria no Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: Adrave.

ALVES, J. F. (2002) – Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães. In *Fórum* (Universidade do Minho), 32.

AMPNF (1741-1746) – A 4 Livro de registo dos acórdãos e mais coisas pertencentes à Câmara.

AMPNF – A 17 Livro de Regimento dos atos da Câmara.

AURORA, C. de (1935) – *A vida do Linho*, Porto: Litografia Nacional.

CORDEIRO, J. M. L. (2008) – *A Industria do Linho na Bacia do Ave. A Empresa Fabril do Norte e a Central de Maceração da Trofa* (1943-1979), Vila Nova de Famalicão: Museu da Industria Têxtil da Bacia do Vale do Ave, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

CRUZ, A. (1943) – *Os Mesteres do Porto – Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, Porto.

Empresa Fabril do Norte (1951) – *Cultura do Linho: resultados técnicos campanhas de* 1950, Porto: Empresa Fabril do Norte, Graf. de "O Primeiro de Janeiro".

GONZÁLEZ-HONTORIA, G. e TIMÓN TIEMPLO, M.ª P. (1983) – *Telares Manuales en España,* Madrid: Editorial Nacional.

GRAÇA, L. Q. (1943) – *O Linho em Portugal, Subsídios para o fomento da sua cultura*. Lisboa: Ministério da Economia.

LANGHANS, F. (1943) – *As Corporações de Ofícios Mecânicos Subsídios para a sua História,* Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa.

MARTINS, F. (1950) – *Cultura do linho: conselhos aos lavradores,* Porto: ed. da Empresa Fabril do Norte, Lda., Tip. O Primeiro de Janeiro.

MEDEIROS, C. L. e LOPES F. (2000) – *Tecelagem Tradicional Motivos e Padrões*, Livros e Leituras, Lisboa.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891) – Inquérito Industrial de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, E V. de e GALHANO, F. (1978) – *Tecnologia tradicional Portuguesa: O Linho,* Lisboa: INIC, Centro de Estudos de Etnologia, 2.ª ed.

OLIVEIRA, E. V. de; GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1983) – *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa: INIC, Centro de Estudos de Etnologia, 2.ª ed.

PINTO, J. M. (2008) – *Relatório Geral de Enquadramento Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do concelho de* Penafiel (1950-2006), Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones (1888) – Academia das Ciências de Lisboa.

Relatorio apresentado ao Excº Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto, 1881.

Relatórios anuais Empresa Fabril do Norte, campanha entre 1944 e 1973.

SOEIRO, T. (2002) – El Lino en Penafiel, Norte de Portugal. De la producción doméstica para el mercado a la desilusión industrial, *In Actes de les V Jornades d'Arqueologia Industrial de Catalunya,* Barcelona.

SOEIRO, T. (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*, Porto.

SOEIRO, T. (2003-2004) – *Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos*, Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, (Cadernos do Museu 8-9).

SOEIRO, T. (1994) – *Penafiel*, Lisboa: Editorial Presença. (Cidades e Vilas de Portugal; 17).

AS PONTES DE PRETAROUCA (LAMEGO)

REGISTO ARQUEOGRÁFICO NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS

CARLA ALVES FERNANDES **Archeosfera, Estudos e Consultoria em Arqueologia Lda.**
archeosfera@gmail.com
CRISTÓVÃO PIMENTEL FONSECA **Archeosfera, Estudos e Consultoria em Arqueologia Lda. CHAM – FCSH - UNL | UAç**

RESUMO No âmbito da realização do Descritor Património Arqueológico Arquitectónico e Etnográfico do Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução da Barragem de Pretarouca (Lamego), a Archeosfera, Estudos e Consultoria em Arqueologia, Lda. executou em 2006 trabalhos de minimização de impactes, entre os quais se destaca o estudo e registo sistemático (memória descritiva, levantamento topográfico, gráfico e fotográfico exaustivos) de duas pontes de época medieval/moderna. Os trabalhos efectuados permitiram assegurar o registo para memória futura do património edificado identificado na área de afectação do empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE **Minimização de impactes, Lamego, rio Balsemão, pontes, Idade Média, Idade Moderna**

ENQUADRAMENTO E INTERPRETAÇÃO

A freguesia de Pretarouca posiciona-se no extremo Sudoeste do concelho de Lamego, sendo constituída pelas aldeias de Dornas e de Pretarouca, cingidas e simultaneamente estruturadas em função do curso do Rio Balsemão.

A dureza do clima e a exiguidade dos espaços detentores de solos aráveis contribuíram para constituir uma das zonas de povoamento mais parco do concelho de Lamego, que também se prolonga pelos concelhos limítrofes de Castro Daire e Resende.

As aldeias foram erigidas genericamente em locais de passagem fácil, com abundância de recursos hídricos e dispondo de terrenos aptos para práticas agro-pastoris (Correia, Alves e Vaz, 1995, p. 132). Contudo, a exiguidade dos terrenos de vale aplanados e férteis, espaços preferenciais para actividades agro-pastoris, relegou a implantação dos núcleos urbanos para a meia-encosta e relevo contribuiu para a constituição de uma malha urbana irregular, na qual se denota um esforço de adaptação da planta dos edifícios à micro-topografia.

O Rio Balsemão apresenta-se localmente como linha hidrográfica estruturante. O clima húmido caracteriza-se por um regime meteorológico torrencial no Inverno e fraco no Verão, influindo na significativa irregularidade sazonal do caudal do rio.

Em Pretarouca é por demais evidente a importância da relação com o rio e com a abundância de água resultante de inúmeros poços, nascentes e minas de água, mas em particular as inúmeras estruturas molinológicas, de origem remota na região.

Já no século XIV encontra-se a menção a dois moinhos (um em Corgo de Calões e outro em Pego Negro). O Abade Veríssimo em 1758 afirma que já laboravam muitas mós, que o rio se encontrava cortado por cachoeiras, açudes e levadas, que a pesca era livre durante todo o ano e todos podiam utilizar a água para rega. O significado local do moinho revela-se através do topónimo Dornas, com origem na terminologia tipológica, que define os moinhos de dornas, baças ou pipas.

Relativamente às origens da toponímia e divisão administrativa, as *Inquirições* de 1258 (cits., f 144) referem "*villa de Portu Tarouca est ecclesiae Sancta Maria de Almacave de testamento militum*". A paróquia de Pretarouca encontrava-se assim anexa à paróquia de Almacave.

Porto de Tarouca, como ainda se designava no final do século XV, sugere a passagem de uma antiga via por lugares montanhosos, como as portelas, com paragens ocasionais para transacção de mercadorias ou pagamento de direitos (Costa, 1977, p. 45).

Por este caminho passavam os que da praça de Almeida, por Tarouca e Lalim, se dirigiam a Coimbra, ao Porto e a outras cidades. Esta importante zona de passagem justificaria assim a existência de uma ponte

já desde época romana: a ponte de Reconcos (Costa, 1977, p. 45).

Do padroado real Pretarouca passa para o domínio do Deão, por troca do campo do Tablado, em Lamego. O Deão chegou a aí exercer jurisdição civil, tendo inclusivamente coutado um trecho do Rio Balsemão (Costa, 1924). O Deão apresentava-se como o grande senhorio directo de toda a freguesia.

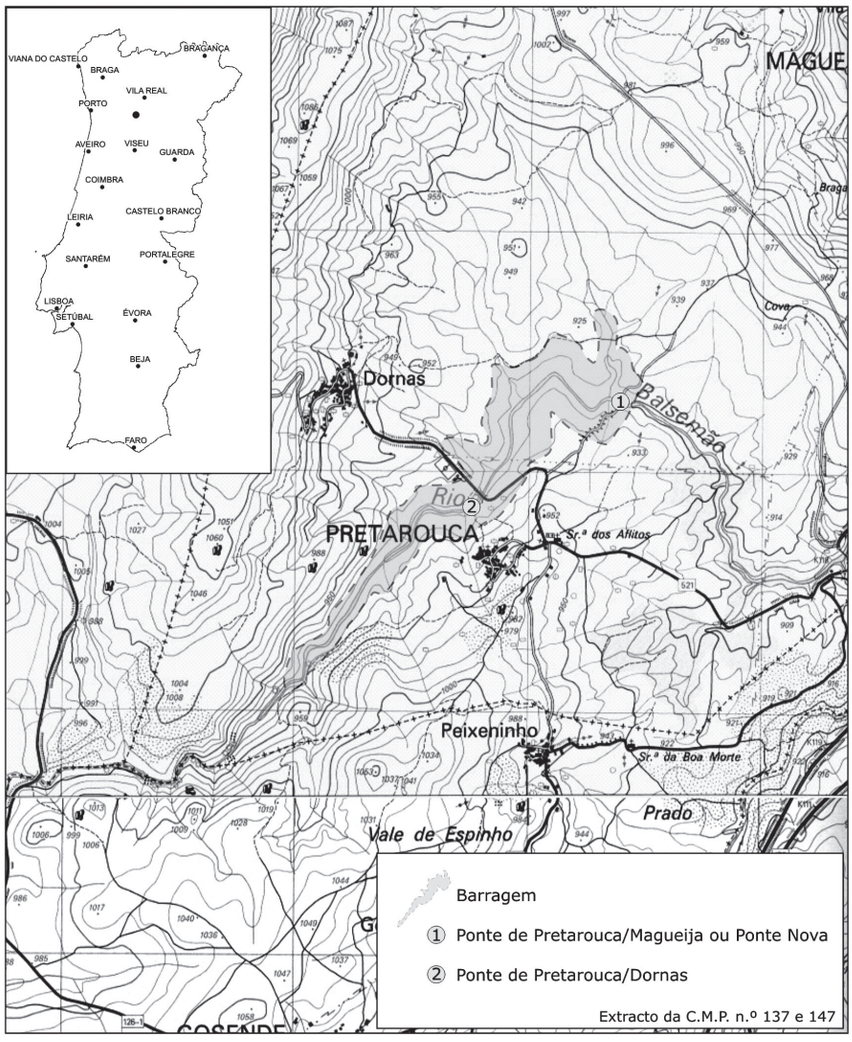
Do Tombo ordenado pelo Bispo D. Fernando Coutinho, a 18 de Dezembro de 1495, transparece claramente que grande parte da propriedade tinha como senhorios directos a Igreja e os conventos. A referência desse Tombo é de "Porto Tarouca" (Costa, 1975, p. 43).

Relativamente à freguesia de Pretarouca, no "cadastro da População do Reino", datado de 1527, é referida a "aldeia do porto de Tarouca", no termo da cidade de Lamego. Reforçando a existência de um antigo sítio de travessia ou porto do Rio Balsemão para a vila de Tarouca (Laranjo, 1995, p. 75). Pretarouca encontrava-se então incorporada no termo de Lamego, sujeita ao senhorio da coroa, permanecendo eclesiasticamente anexa à igreja de Almacave. Contava apenas com sete fogos, não se considerando o lugar de Dornas, por se encontrar incorporado no concelho de Gosende (Costa, 1977, p. 46).

Em 1739 a paróquia de Pretarouca mantêm-se anexa à de Almacave e é recolhido o dízimo pelo Deão, pelo direito de padroado. O Deão recebia ainda vários foros de terras de que era directo senhor (Costa, 1975, p. 43).

Já no ano de 1798 o "Censo de Pina Manique" refere a freguesia de S. Nicolau de Pretarouca com a grafia actual e Joaquim de Azevedo na "História de Lamego" de 1877 regista Pretarouca também com a mesma fórmula (Laranjo, 1995, p. 75).

Pretarouca deixou de pertencer ao concelho de Lamego, segundo o Decreto de 28 de Junho de 1832 e feito



1. Localização da barragem e das pontes históricas de Pretarouca.

o "arredondamento" do concelho, conforme acta da Câmara de 20 de Setembro de 1834. Assim, "*As freguesias de Bigorne, e Pretarouca, que athe agora pertencião ao concelho de Lamego, foram delle desanexadas por passarem a pertencer a concelho de Gozende e anexos*" (Laranjo, 1995, p. 77). A povoação, embora eclesiasticamente freguesia, foi durante largos anos civilmente anexa à povoação de Bigorne.

Desenvolvem-se várias consultas e em acta da Câmara Municipal de 1867 sugere-se mesmo a incorporação de Pretarouca, Magueija e Bigorne na freguesia de Penude, formando uma única freguesia com sede em Matancinha, por se tratar de um ponto central (Costa, 1975, p. 116). Diversas questões de ordenamento semelhantes ainda se levantam em 1887 (Laranjo, 1995, p. 77).

Pretarouca nem sequer é referida na citação do concelho de Lamego no Código Administrativo de 1940. A restauração da freguesia civil é bastante recente, datando de 1954 (Laranjo, 1995, p. 77).

Seabra e Melo, sobre a situação de esquecimento da freguesia refere que: "ver alguma coisa escrita em letra redonda sobre Pretarouca é quase um milagre. Gerações se têm sucedido e nada se tem dito sobre tão recôndito lugar." (Laranjo, 1995, p. 77).

Abade Veríssimo (1758) designa o Balsemão como "Rio de Magueija" e refere que este era atravessado por três pontes em cantaria (indicando que uma destas seria a ponte romana de Pretarouca) e outros pontigos em madeira (Costa, 1975, p. 116; Inquirições, em Cab, 2.ª Remessa, 4, f. 97, 101v; Diccionário Geográphico, 28, p. 986 sgs). M. Gonçalves da Costa (1977, p. 528) faculta outros dados sobre a questão ao referir que a ponte "(...) era romana (...) de Reconcos"[1], "que servia de passagem aos que de Almeida se dirigiam ao Porto, seguida por um pontigo dentro da povoação de Pretarouca".

O mesmo autor refere que, pelo menos, nos começos do século XVIII o Rio Balsemão era atravessado por duas pontes de pedra situadas a meio e ao fundo do povo de Pretarouca (Costa, 1982, p. 490).

A pedra compõe a estrutura das pontes de Pretarouca, a fonte de matéria-prima é autóctone ou de uma região muito próxima, devido à similitude com a rocha que se identifica nos afloramentos do território: o granito.

Vasco Mantas indica que os indícios de vias romanas mais próximos da área de estudo registam-se em Balsemão[2] e Cárquere, atingindo o Douro na área de Porto Antigo, perto de Caldas de Arego (Mantas, 1995, p. 225)". No entanto, a bibliografia cita uma fotografia que ilustra uma eventual estrada romana que ligaria Cotelo a Gralheira (Correia, 1999, p. 28).

Uma via antiga é também referida como passando por um lugar montanhoso, por portelas, com paragens ocasionais para transacção de mercadorias ou pagamento de direitos. Neste contexto integrar-se-ia uma suposta ponte romana, no caminho de Almeida e Coimbra, que passaria em Tarouca, Lalim e Pretarouca (Costa, 1979, p. 45).

A história das vias medievais e modernas é a história dos caminhos regionais que serviam as pequenas povoações e as cidades mais próximas, distinguindo-se nos seus propósitos dos grandes projectos viários planificados de época romana. A manutenção e restauro de calçadas e a construção de pontes eram considerados actos de

2. Trabalhos de registo arqueográfico.

1. Localizada a escassos quilómetros a jusante da área de estudo.
2. Onde foi identificado um *terminus augustal* (CIL II 6199).

piedade. Os monarcas, eclesiásticos e nobres, nos seus testamentos, a par de legados para missas, estabeleciam donativos para a construção de pontes (http://geocities.com/doresferreiras/romanicoportugues.html). Foram de extrema importância os pequenos circuitos comerciais que permitiam o abastecimento de povoações locais, através de micro-redes que ligavam Feirão a Bigorne (Correia, Alves e Vaz, 1995).

Associados às pontes de cantaria de Pretarouca identificam-se troços de calçada ainda conservados em escassas dezenas de metros. Estes trajectos integram a rotina diária dos pastores e dos rebanhos nas deslocações para os terrenos de pasto.

Os caminhos rurais de terra batida são ladeados por muros de pedra seca. Os caminhos e trilhos do vale permitem a travessia de uma margem para a outra em diversos locais, através de pontões ou de simples blocos graníticos fixados no leito do rio. A precariedade de algumas destas estruturas resultou no seu progressivo desmantelamento e foram-se tornando inacessíveis, devido ao abandono e ao crescimento de densa vegetação, sobretudo silvados e giestas.

A manutenção das tipologias construtivas ao longo de vários séculos, reportando-se em última instância aos modelos estruturais romanos, não permitem aferir a cronologia de edificação das pontes de Pretarouca a partir de critérios tipológicos e/ou tecnológicos.

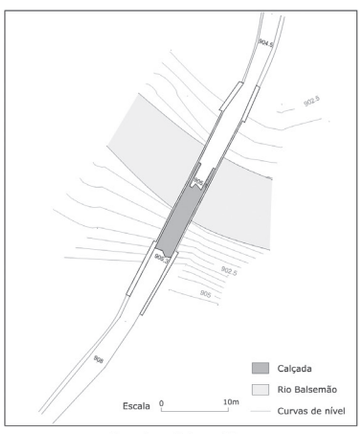
Não foram identificados indícios de gravuras ou epitáfios nos silhares das pontes de Pretarouca. Isto não implica que os elementos pétreos sejam anepígrafos, mas podem ter-se tornado ilegíveis devido à erosão e à densa cobertura de musgos e líquenes nas superfícies.

As fontes documentais são pouco explícitas quanto a estas estruturas e os autores que as trabalharam também são inconclusivos.

No entanto, sintetizam-se alguns aspectos relevantes desta abordagem: Pretarouca (conforme a formação toponímica indicia) e o seu entorno imediato constituíram área de trânsito atestado em época medieval e moderna, para circuitos regionais de grande importância para as populações. Estes circuitos dependiam de pontos de travessia do Rio Balsemão, que se materializaram em pontes de cantaria, mas também noutras estruturas de menor dimensão ou monumentalidade, algumas das quais teriam sido concebidas em madeira.

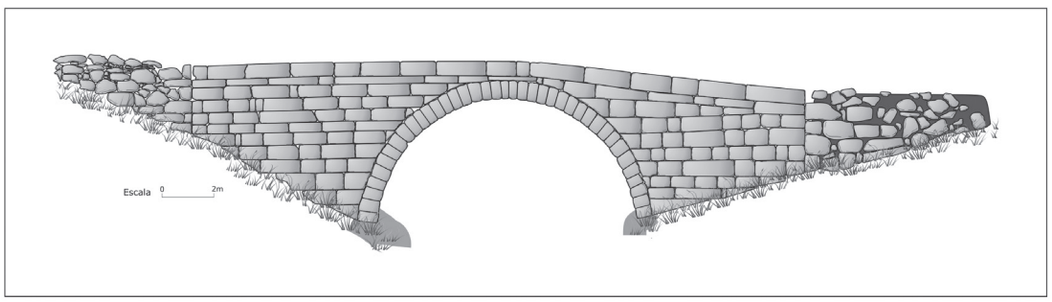
A citação mais explícita relativa à existência de duas pontes em Pretarouca remonta aos inícios do século XVIII (Costa, 1982, p. 490). Não existem, no entanto, quaisquer bases sólidas para recuar a existência destes trajectos até à romanidade.

De acordo com a tradição oral a ponte que une a margem de Pretarouca à de Magueija é referida como a "Ponte Nova", existindo uma noção de maior antiguidade da ponte que liga Pretarouca a Dornas. A mesma tradição inscreve ambas no longínquo passado romano.



Levantamento topográfico

Vista no sentido norte



Desenho do alçado jusante (escala 1:160)

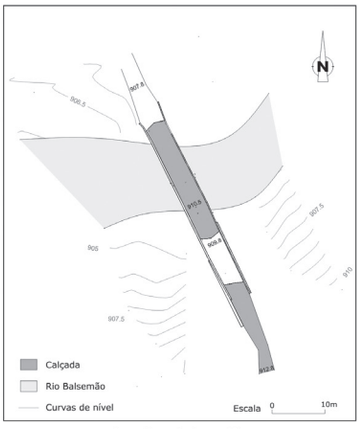
3. Ponte de Pretarouca/Magueija ou Ponte Nova.

PONTE DE PRETAROUCA/MAGUEIJA OU PONTE NOVA

Localiza-se no vale do Rio Balsemão, em zona de relevo pronunciado e margens declivosas, onde se destacam proeminentes afloramentos graníticos e densa cobertura vegetal. Construção de cantaria de granito. É constituída por um só arco de volta inteira, que arranca directamente do leito do rio e é composto por arquivolta de uma só fiada de aduelas. São observáveis no intradorso do arco os quatro orifícios da linha de suporte da construção. Os paramentos laterais são compostos por cilhares paralelipipédicos, bem aparelhados, de arestas marcadas (embora revelem alguns sinais de erosão). Os contrafortes marcam os limites externos da estrutura, salientes em relação ao perfil central e compostos por blocos menos cuidados e irregulares. Possui tabuleiro em cavalete pouco pronunciado, com pavimento de grandes blocos, mais arcaicos que a calçada de pedra miúda irregular recentemente colocada. As guardas são perfeitamente alinhadas com o perfil do tabuleiro e compostas por uma única fiada de blocos. As guardas dos contrafortes são muito mais rudimentares e espessas, compondo uma imagem de amuramento irregular de pedra seca, em sequência com os muros que ladeiam a calçada.
Deverá ser uma construção datada entre o século XVI e inícios do século XVIII (limite cronológico para o qual a bibliografia assinala a efectiva existência de duas pontes, uma ao meio e outra ao fundo do povo de Pretarouca, vide Costa, 1982, p. 490). Não são registáveis distintos momentos históricos na edificação ou reparação da estrutura, para além da repavimentação do século XIX. Não foram identificadas marcas de canteiro ou outras expressões gráficas que permitam aferir datações relativas.

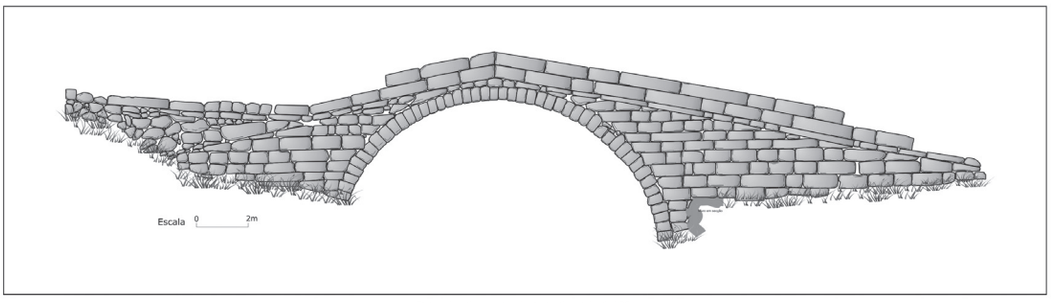
PONTE DE PRETAROUCA/DORNAS

Localiza-se no vale do Rio Balsemão, em zona de relevo pronunciado na margem direita e aplanado na margem esquerda. Destacam-se proeminentes afloramentos graníticos. Construção de cantaria de granito. É constituída por um só arco de volta inteira que arranca de grandes afloramentos graníticos que sobressaem do Rio Balsemão e é composto por arquivolta de uma só fiada de aduelas. São observáveis no intradorso do arco os quatro orifícios da linha de suporte da construção. Os paramentos laterais são compostos por cilhares paralelipipédicos, bem aparelhados, de arestas marcadas (embora revelem alguns sinais de erosão). Não possui talhamares ou contrafortes. Possui tabuleiro em cavalete, com pavimento de grandes blocos. As guardas não se encontram totalmente alinhadas com o perfil do tabuleiro, são assimétricas, compostas por uma a duas fiadas de blocos. Existem



Levantamento topográfico

Vista no sentido noroeste



Desenho do alçado jusante (escala 1:160)

4. Ponte de Pretarouca/Dornas.

olhais ou goteiras apenas na guarda exposta a montante. Embora não possua contrafortes, a estrutura oblíqua resultante do cavalete, na margem direita é colmatada por enchimento directamente sobreposto, muito mais rudimentar e irregular. Não é determinado se o enchimento consiste num acrescento posterior à construção da ponte, mas não implicou o mesmo investimento e cuidado. A sua função é claramente a de colmatar a discrepância altimétrica entre o *terminus* do tabuleiro e a subida íngreme que se seguiria na margem direita, no caminho para Pretarouca.

Deverá ser uma construção datada entre os séculos XIV-XVI, num prolongamento da tradição construtiva medieval. Não foram identificadas marcas de canteiro ou outras expressões gráficas que permitam aferir datações relativas.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J. (1996) – *La Construcción Romana, Materiales y Técnicas*. León: Editorial de los Ofícios.

ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal. Porto, Bragança e Viseu*. Vol. 2. Fasc. 1. Warminster: Aris & Philips.

ALBUQUERQUE, J. (1962) – *Origens de Lamego. Época Romana*. II. Porto.

AZEVEDO, P. (1915-1934) – *Documentos das Chancelarias Reais*. 2 Vols. Lisboa.

AZEVEDO, P. (1958-1962) – *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa.

CARVALHO, J. (2002a) – *Ponte de Pretarouca / Ponte de Dornas. Inventário do Património Arquitectónico*. Direcção geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. www.monumentos.pt

CARVALHO, J. (2002b) – *Ponte de Pretarouca / Ponte de Magueija. Inventário do Património Arquitectónico*. Direcção geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. www.monumentos.pt

CARVALHO, J. (2002c) – *Ponte de Pretarouca / Ponte de Reconcos. Inventário do Património Arquitectónico*. Direcção geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. www.monumentos.pt

CHICÓ, M. T. (1966) – *Pontes e aquedutos de Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

COLAÇO, J. T. de M. (1934) – Cadastro da População do Reino (1527). *Revista da Faculdade de Lisboa*. Ano II, p. 147.

CORREIA, A. (1999) – *Castro Daire: Roteiro Turístico do Concelho*. Castro Daire: Câmara Municipal de Castro Daire.

CORREIA, A.; ALVES, A. e VAZ, J. (1995) – *Castro Daire*. Castro Daire: Câmara Municipal de Castro Daire.

COSTA, M. G. da (1924) – *Monografia do Arcebispado de Lamego*. Lisboa.

COSTA, M. G. da (1975) – *Paróquias Beiraltinas. Penude e Magueija*. Lamego.

COSTA, M. G. da (1977) – *Historia do Bispado e Cidade de Lamego. I Idade Media: A Mitra e o Município*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

COSTA, M. G. da (1979) – *Historia do Bispado e Cidade de Lamego. II Idade Media: Paroquias e Conventos*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

COSTA, M. G. da (1982) – *Historia do Bispado e Cidade de Lamego. III Renascimento I*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

COSTA, M. G. da (1984) – *Historia do Bispado e Cidade de Lamego. IV Renascimento II*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

COSTA, M. G. da (1986) – *Historia do Bispado e Cidade de Lamego. V Barroco I*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

DIAS, A. (1947) – *Lamego no século XVI. Beira-Douro*. Vila Nova de Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas Minerva.

ENCARNAÇÃO, J. da (1877) – *Historia eclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Typ. do Jornal do Porto.

FERNANDES, C. A. e FONSECA, C. P. (2006) - *Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) – Origem de Água do Subsistema de Abastecimento do Balsemão Barragem de Pretarouca. Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico*. Lisboa: AmbiArche/Archeosfera, Lda. – DHV, S.A. Edição policopiada.

FERNANDES, R. (1936) – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego. *Inéditas da História Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo V. 2.ª Ed.

FIGUEIREDO, C. J. M. e RIBEIRO, A. (1953) – *Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras*. Viseu: Tipografia Beira Alta.

GUERREIRO, A. (2007) – Moagens de Pretarouca e Dornas. *Molinologia Portuguesa*. Volume Anual 2007. Belas: Etnoideia, Lda., p. 17-26.

LARANJO, F. J. C. (1995) – *No Compasso do Concelho de Lamego (24 Freguesias)*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.

MANTAS, V. (1995) – A rede viária romana do território português. *História de Portugal. O Mundo Luso-Romano*. Vol. II. Alfragide: Ediclube.

MARQUES, J. A. (2005) – *Pontes históricas do Alentejo*. Lisboa: Ministério da Cultura. IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

VAZ, J. L. I. (1982) – Inscrições romanas de Balsemão (Lamego). *Beira Alta*. 41 (1). Viseu, p. 257-267.

VAZ, J. L. I. (1982) – Breve catálogo das inscrições romanas de Lamego. *Beira Alta*. 41 (2). Viseu, p. 781-792.

http://geocities.com/doresferreiras/romanicoportugues.html

ENGENHO DE AÇÚCAR DA ALCAIDARIA DE SILVES

ROSA VARELA GOMES **Departamento de História, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.**
rv.gomes@fcsh.unl.pt

RESUMO Identificámos, durante intervenção arqueológica no sector poente do Castelo de Silves, testemunhos da alcaidaria que possuía, em anexo, engenho de açúcar. Este, é similar a outros exemplares reconhecidos, também, a partir de escavações arqueológicas, em Chipre, nomeadamente no arqueossítio de Couvoucle-Stavros, datado dos fins do século XIII, tal como no designado Castello de Piscopia, já da centúria seguinte e localizado, de igual modo, junto a área palatina.
Os primeiros "ensaios" referentes à produção de açúcar terão sido promovidos pelo Infante D. Henrique, alcaide-mor de Silves, que controlaria aquela produção, inicialmente no Algarve e depois na Ilha da Madeira.

PALAVRAS-CHAVE **Açúcar, Alcaidaria, Silves, D. Henrique**

1. INTRODUÇÃO

O Castelo de Silves constitui uma das mais importantes e melhor conservadas fortificações islâmicas do actual território português tendo, na Idade Moderna, perdido importância militar e política, devido não só à sua localização, como à implementação de novas estratégias defensivas. No entanto, Silves no início da modernidade era a mais importante cidade do Algarve, sede de bispado e por onde passava uma das vias de comunicação que ligava aquela região ao Reino de Portugal. Os documentos indicam que na cidade e no seu Castelo terá permanecido o Infante D. Henrique, assim como importantes vultos ligados à Expansão; possivelmente durante grande parte do mês de Março de 1450 (Iria, 1989, p. 43, 44; Pereira, 1915, p. 275; Sousa, 1991, p. 41). Ulteriormente, o rei D. Afonso V concedeu ao Infante D. Henrique, seu tio, em 15 de Fevereiro de 1457, a alcaidaria de Silves, com os direitos inerentes a vasto e rico território.

O Infante teria de, pelo menos, passar pela cidade e, eventualmente, ali pernoitar, quando se deslocava a Almadanim ou Estombar, onde realizou despachos, ou quando viajava até Castro Marim, Tavira, Portel, para se encontrar com o irmão, o rei D. Duarte, ou a Évora, para estar com o sobrinho, o rei D. Afonso V (Iria, 1989, p. 27, 46, 47, 74; Sousa, 1991, p. 41).

Confirmando a importância daquele local, D. Sebastião terá ficado instalado na alcaidaria, quando visitou Silves, tendo ali permanecido na noite de 27 de Janeiro de 1573. Mais tarde, em 1600, conforme regista Henrique Fernandes Sarrão, o Castelo, encontrava-se já desabitado

M.V. Gomes

1. Castelo de Silves – Vista de sudeste.

e entulhado. Este aspecto pode ter contribuído para a preservação dos testemunhos arqueológicos que, desde 1984, ali temos vindo a pôr à vista (Gomes, 2003; Gomes, 2009).

2. A ALCAIDARIA E O ENGENHO DE AÇÚCAR

Com a implementação, pela Câmara Municipal de Silves, de projecto de musealização do seu Castelo, no âmbito do Programa Silves Polis, prosseguimos os trabalhos arqueológicos, entre 2003 e 2007, naquele local.
O projecto referido permitiu a recuperação e restauro dos dois palácios islâmicos que ali tínhamos identificado, tornando-os visitáveis e tornou possível, de igual modo, o acompanhamento arqueológico de todas as zonas que iriam ser intervencionadas e, em particular, a escavação de boa parte do sector poente daquela estrutura defensiva.
Ali reconhecemos, sobre edificações islâmicas, espaço habitacional que atribuímos à alcaidaria, embora só parcialmente intervencionado, encostando-se ao pano de muralha muçulmano e que apresenta, por ora, planta de forma sub-rectangular. Dele subsistem parte de sete compartimentos, do piso térreo, numerados em função do avanço da escavação arqueológica, dos quais apenas um (compartimento 6) foi totalmente escavado, e sector da escada de acesso a piso superior. Estas edificações foram construídas em alvenaria de pedra (grés vermelho), ligada com forte argamassa, de cal e areia.
No compartimento 1 pusemos à vista estrutura circular, bem definida por espessa camada de massa de cal e areia, oferecendo, centralmente, base de planta circular, onde assentava, reutilizada, mó cilíndrica, de calcário, medindo 0,64 m de diâmetro, que suportaria eixo vertical. Elemento idêntico foi recolhido encostado à face norte da parede que delimita o compartimento contíguo ao mencionado, medindo 0,65 m de diâmetro. Os testemunhos identificados permitem considerar tratar-se de engenho de moagem accionado por tracção animal, assente sobre restos de pavimento muçulmano.
O compartimento 2 situa-se a sul do que acabámos de descrever e mostra, a nascente, parte de escada, de que subsistem três degraus, que deveria dar acesso a piso superior.
Verificámos que o compartimento 3, localizado a sul do anterior, apresenta, ocupando grande parte do seu espaço, restos de abóbada formada por blocos de grés, alguns dispostos de cutelo, ligados por forte argamassa de cal e areia, caída *in loco*. Sob esta pôs-se a descoberto, junto do pano de muralha, pavimento constituído por massa fina, de areia e cal, parcialmente abatido, que acompanhava elementos de arcaria, de grés vermelho, pertencente a vão, encimado por arco ogival.
No compartimento 5, reconhecemos muro, paralelo à muralha, apresentando, na face virada a norte, sigla de canteiro, e assentando em patamar de escada, com dois lances, pertencente à fase final da permanência muçulmana naquele local. A escada referida permitiria o acesso ao passeio de ronda e foi reutilizada nas Idades Medieval e Moderna.
Os compartimentos 1, 6 e 7 correspondiam a áreas exteriores ao espaço habitacional da alcaidaria, tendo ali funcionado o engenho para a produção de açúcar e seus anexos.
Os testemunhos arquitectónicos medievais cristãos, reconhecidos neste sector, melhor conservados que os situados no sector nascente do Castelo, prolongam-se naquela direcção e integravam, eventualmente em pátio interior, a denominada Cisterna dos Cães, profundo poço com nora. Eles encontravam-se sobre estruturas islâmicas, dos finais do século XII e dos inícios da centúria seguinte que, em parte, reutilizaram.

2.1 Espólio

Recolhemos numismas e, em particular, fragmentos de cerâmicas que incluem, os mais completos, exemplares com as superfícies esmaltadas, vidradas tal como produzidos com pastas e superfícies de cores vermelhas ou castanhas.

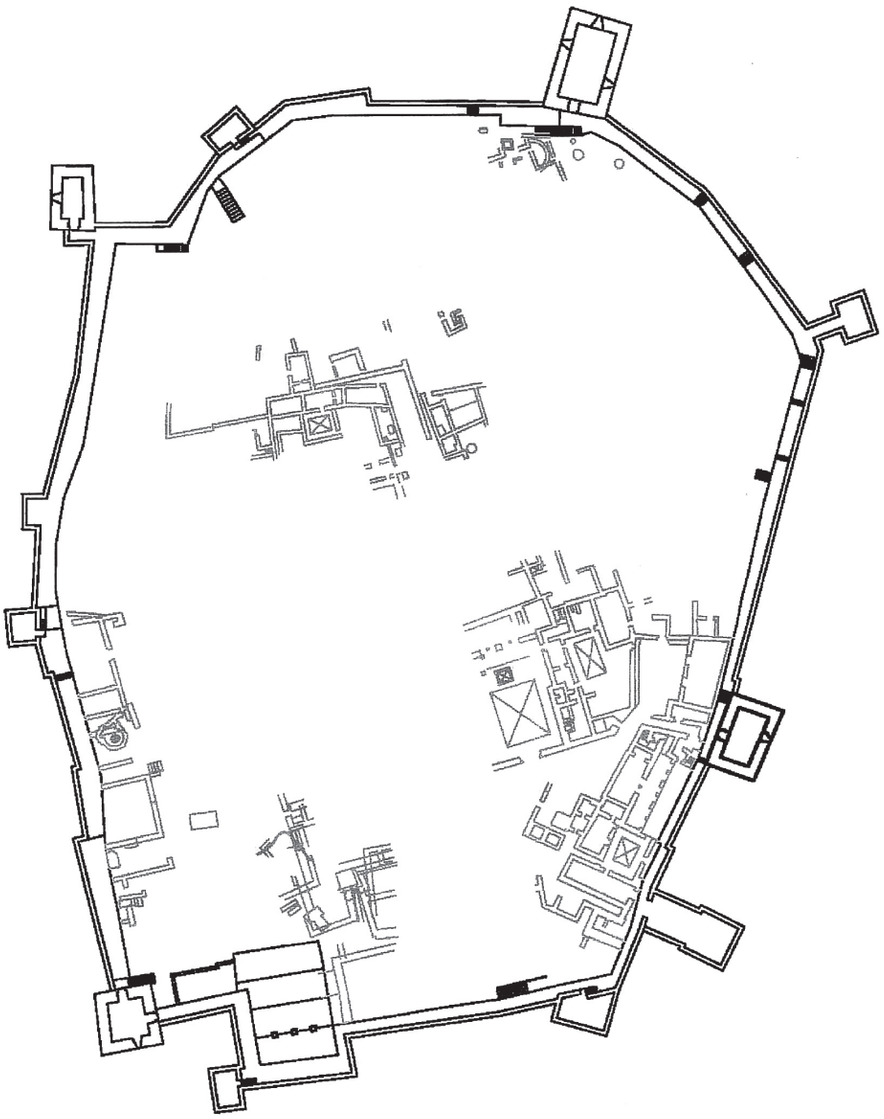
2.1.1 Numismas

Entre os numismas contam-se quatro dinheiros, em bolhão, cunhados três deles (Q1238/C1B-1; Q1129/C1B-9; Q1146/C1B-1) no reinado de D. Afonso III (1248-1279) e um (1124/C1B-3) no de D. Dinis (1279-1325).
Identificámos, igualmente, três moedas cunhadas no reinado de D. João I (1385-1433), sendo duas de bolhão e uma de cobre, correspondendo, respectivamente, a quarto de real de dez soldos (Q1228/C1B-4), a meio real branco (Q1075/C1B-7) e a real preto (Q1228/C1B-3). Ali também encontrámos ceitil (Q1123/C1B-2) e meio real preto (Q1045/C1B-3), cunhados no reinado de D. Afonso V (1438-1481).

2.1.2 Cerâmicas

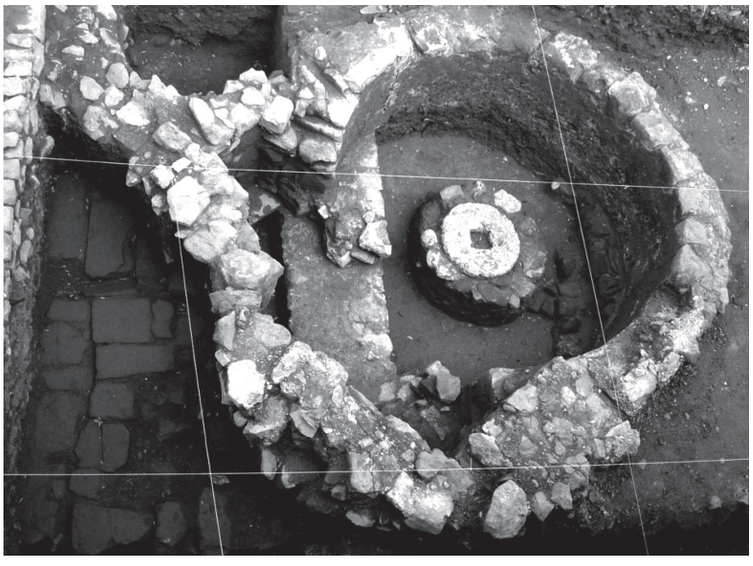
Exumámos fragmentos fabricados com pastas homogéneas e compactas, de cor bege, apresentando as superfícies esmaltadas, de cor branca ou bege, pertencentes a taças e a pratos. Destes, dois contêm porção do bordo, possuindo lábio de secção semicircular, sendo em um dos exemplares extrovertido (Q1075/C1B-5) e mostrando outro (Q1196/C1B-1) decoração pintada, na superfície interior, na cor azul de cobalto. Esta é constituída por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, igual

Sílvia Costa



2a. Planta esquemática da área intervencionada.

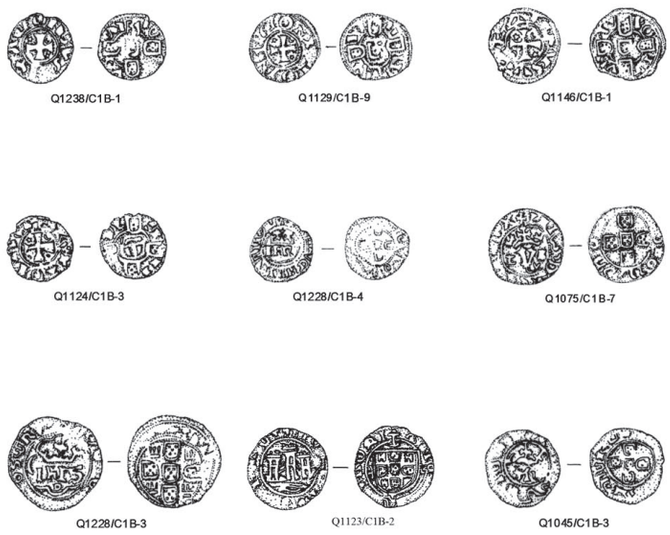
M. V. Gomes

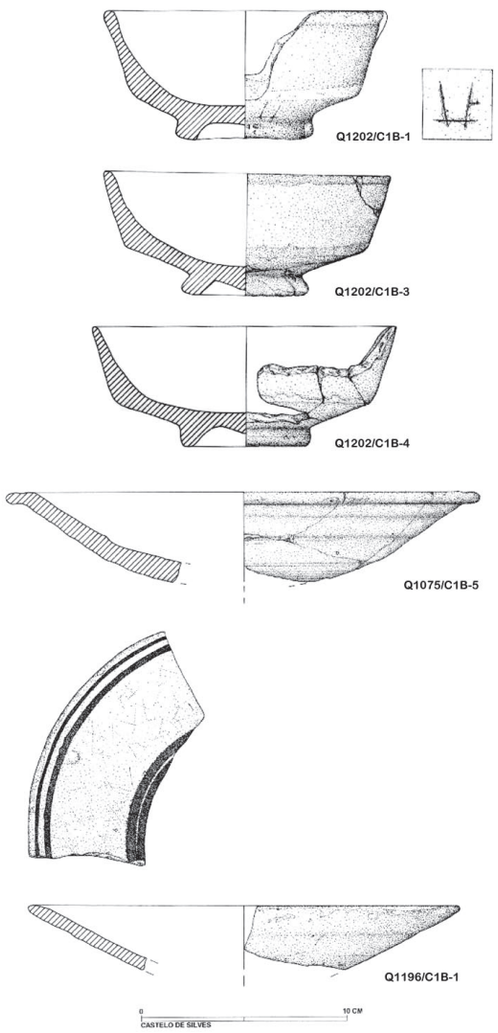


2b. Vista do engenho de açúcar.

C. Estrela

2c. Vista de escada que permitia aceder ao adarve.





3. Numismas e cerâmica esmaltada.

número, delimitando o interior do fundo.

As taças apresentam forma troncocónica, com bordo subvertical e lábio de secção semicircular. As carenas são baixas. Assentam em pé anelar. Três exemplares possuem perfil completo (Q1202/C1B-1; Q1202/C1B-3; Q1202/C1B-4; Q1256/C1B-1), um parte do bordo e do corpo (Q1129/C1B-12) e outro parte do fundo (Q1202/C1B-2; Q1203/C1B-2). Um deles (Q1202/C1B-1) mostra, na superfície exterior, entre a carena e o pé, marca esgrafitada de aspecto leteriforme.

Três dos fragmentos de taças acima referidas oferecem decoração pintada, no interior do fundo, na cor azul de cobalto, constituída por motivos de carácter fitomórfico (Q1202/C1B-2; Q1203/C1B-2) ou geométrico (Q1256/C1B-1). Este último é formado por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, por igual número, delimitando o fundo. Um dos exemplares (Q1129/C1B-12) possui, na superfície interior do fundo, decoração pintada, nas cores azul de cobalto e castanha violácea, constituída por cartela circular preenchida com motivos geométricos e ladeada por duas linhas paralelas, uma situada junto ao bordo e a outra a meio da parede. O fundo mostra quatro linhas circulares, concêntricas, e uma ondulada, pintada na cor azul de cobalto.

Três fragmentos pertencentes a taças, com o corpo de forma hemisférica e contendo porção do bordo, possuindo lábio de secção semicircular, assentavam em pé alto e anelar (Q1129/C1B-3; Q1075/C1B-1) ou conservavam apenas o fundo (Q1201/C1B-1), com decoração pintada, na superfície interior, na cor azul de cobalto.

Um daqueles exemplares (Q1075/C1B-1) exibe ornamentação, em ambas superfícies, na cor azul de cobalto e de reflexo metálico, de tom acobreado. Esta peça oferece, na superfície interior, motivo estelar, pintado de cor azul, com seis raios equidistantes entre si, que definem espaços de forma triangular, preenchidos com a representação da árvore da vida, ladeada por arabescos, executados em reflexo metálico. A superfície exterior, algo deteriorada, mostra decoração composta por motivo vegetalista muito estilizado, inserido em cartela, definida por quatro linhas, duas de cada lado, dispostas abaixo do bordo e na zona mesial do corpo.

A uma das taças hemisféricas (Q1129/C1B-3) falta parte do fundo. Esta apresenta profusa ornamentação, na superfície interior, pintada de cor azul de cobalto. No interior do fundo mostrava medalhão, onde se inscreveria motivo de carácter vegetalista estilizado, inserido em cartela, de forma losangular, ladeado por motivos espiralados e linhas verticais, dispostas em série. Em torno daquele motivo desenvolvem-se duas outras cartelas, separadas por barras em reserva, sendo a primeira preenchida por reticulado e a outra, junto ao bordo, contendo motivos fitomórficos, intercalados com elementos geométricos e espirais.

Fragmento de fundo de taça (Q1201/C1B-1), mostra no interior medalhão central, de forma circular, no qual se insere motivo de carácter vegetalista estilizado, integrado em cartela, com forma losangular, ladeada por motivos espiralados e linhas verticais dispostas em série. Barra, em reserva, separava este motivo de outro, possivelmente constituindo reticulado, de que resta pequeno sector. Trata-se de elemento que seria semelhante ao existente na peça anteriormente descrita.

Fragmento de taça (Q1202/C1B-5), contendo porção do bordo e possuindo lábio de secção semicircular, tem carena baixa e assentava em fundo côncavo. Foi fabricada com pasta, homogénea e compacta, de cor vermelha clara, mostrando ambas superfícies vidrado, de cor castanha clara e com aspecto melado.

Exumámos fragmentos de cerâmicas fabricadas com pastas, homogéneas e compactas, de cor vermelha ou cor-de-laranja, que apresentam as superfícies na mesma cor da pasta ou de tom algo mais escuro que aquela, pertencentes a taças (Q1075/C1B-2; Q1075/C1B-3), púcaros (Q1128/C1B-2), alguidar (Q1045/C1B-2), frigideiras ou tachos (Q1203/C1B-1; Q1128/C1B-5; Q1075/C1B-4; Q1217/C1B-1) e a infusa (Q1228/C1B-1).

Duas taças mostravam bordo introvertido, demarcado no exterior por duas incisões, possuíam carena alta e assentavam em fundo plano. Às superfícies foi aplicada aguada, de tom mais claro ou mais escuro que o da cor da pasta.

Púcaro, com corpo subcilíndrico, apresenta parte do bordo, vertical, com lábio de secção semicircular, sendo provido de asa, com secção oval, assentando a extremidade superior sob o bordo e a inferior na zona mesial do corpo. Repousa em fundo plano. A superfície exterior oferece conjunto de linhas, incisas, dispostas espaçadamente, formando canelado.

Um alguidar mostrava corpo de forma troncocónica, bordo extrovertido, aplanado superiormente, com lábio de secção semicircular. Assentava em fundo plano e a superfície exterior oferece decoração, constituída por duas cartelas delimitadas por linhas incisas, preenchidas por incisões onduladas.

As frigideiras ou tachos apresentam forma hemisférica achatada (Q1217/C1B-1) ou troncocónica, assentando em fundo algo convexo, tendo um exemplar carena alta (Q1075/C1B-4). Mostram bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado no exterior por incisão e eram providas de duas asas, horizontais e opostas, assentes no início do corpo (Q1217/C1B-1); outras possuíam bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado por dupla incisão (Q1203/C1B-1) ou bordo inclinado interiormente e algo extrovertido, também assinalado

por incisão, com lábio aplanado superiormente, de aspecto biselado (Q1075/C1B-4), reconhecendo-se outra variante com bordo bífido (Q1128/C1B-5).
A infusa recuperada possuía corpo globular, alongado (Q1228/C1B-1). Mostra bordo alto, com lábio de perfil semicircular, ligeiro estrangulamento, na separação do gargalo com o corpo, e asa, algo sobrelevada, de secção oval, ligava a zona mesial do gargalo a ponto da superfície média do corpo. Assentava em fundo plano. Oferece decoração constituída por finas linhas incisas, paralelas e horizontais, sobre o colo.

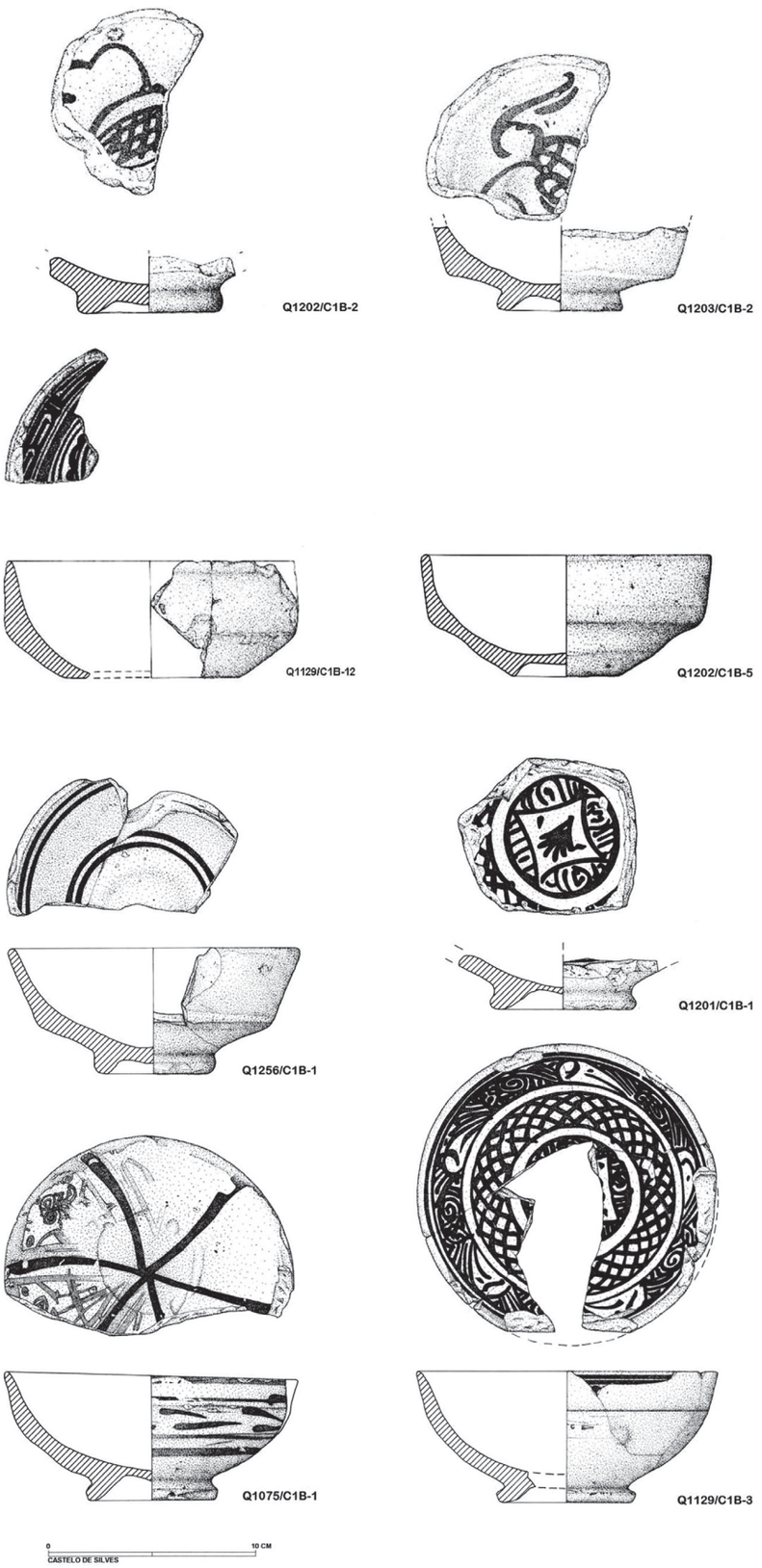
2.2 Integração cultural

2.2.1 Arquitectura

Conforme anteriormente referimos, pusemos à vista, no sector poente do Castelo de Silves, espaço habitacional que, embora apenas em parte intervencionado, pensamos corresponder à alcaidaria. Esta, encontra paralelos na bem próxima alcaidaria do Castelo de Loulé, também com dois pisos, adossada ao pano de muralha e ligada ao passeio de ronda através de escada. Aquela fortificação, situada em uma das extremidades do antigo núcleo urbano, era defendida por três torres, a que se acedia através de portas com arcos ogivais, efectuando-se a ligação entre elas através do adarve (Martins, 1984, p. 4). O acesso ao seu interior realiza-se, presentemente, através de pátio que dispõe de poço.
Durante a intervenção arqueológica realizada no interior da alcaidaria do Castelo de Silves recuperámos, no compartimento 3, elementos de arcaria, que formam arco ogival, pertencente a portal e que, muito embora não tenhamos encontrado a pedra de fecho, poderia ser similar aos existentes em diversas torres daquela alcáçova ou aos das torres do Castelo de Loulé. Elementos de arcaria semelhantes foram por nós reconhecidos na escavação arqueológica que realizámos na zona da Arrochela, de igual modo no interior de espaço habitacional, destruído devido a incêndio e que, através do espólio exumado, foi atribuído aos séculos XV-XVI. O numisma mais recente ali encontrado corresponde a quatro reais de Filipe II de Espanha (1556-1598), cunhados em 1597, na cidade de Sevilha (Gomes, 2011, p. 21).
Identificámos no compartimento 1 da alcaidaria de Silves, os testemunhos de engenho de moagem que se encontrava anexo à área residencial propriamente dita e, segundo pensamos, em conexão com os compartimentos 6 e 7.
Interpretámos aquela estrutura como correspondendo a engenho de açúcar, que seria movido através de tracção animal. De facto, só a produção de algo tão valioso como o açúcar e o controlo efectivo da sua produção, poderia, a nosso ver, justificar a presença de tal equipamento junto da alcaidaria.
Conforme mencionámos, encontra-se por intervencionar importante sector do lado nascente onde, eventualmente, se produziam e armazenavam, em espaços anexos ao engenho, os pães de açúcar.
Engenhos de açúcar, similares ao que identificámos no Castelo de Silves, foram reconhecidos, também em escavações arqueológicas, em Chipre, no arqueossítio de Couvoucle-Stavros, datado dos fins do século XIII, tal como no designado Castello de Piscopia, já da centúria seguinte, e localizado, de igual modo, junto a área palatina (Wartburg, 1995, p. 89, 96).
Em ambos locais referidos foram postos à vista a totalidade das instalações necessárias para a produção do açúcar, organizadas em espaços funcionais distintos, que permitiam a prensagem, cozedura e refinamento daquele produto, assim como o seu armazenamento, tendo em vista a ulterior comercialização.

2.2.2 Cerâmicas

O espólio cerâmico encontrado no espaço onde identificámos a alcaidaria, relacionado com os primeiros tempos da sua ocupação, não é, por ora, muito numeroso, sendo constituído, maioritariamente, por peças esmaltadas, uma vidrada e as restantes possuindo pastas e superfícies de cor vermelha ou laranja.
Exumámos fragmentos pertencentes a pratos e a taças, com as superfícies esmaltadas de cor branca e que, em alguns exemplares, mostram, em uma ou em ambas superfícies, pintura na cor azul, dourada ou associando estas duas colorações.
Dois fragmentos de pratos mencionados indicam, dada a inclinação das paredes, que assentariam em fundo com ônfalo. Eles são similares a outros encontrados, em particular, no Poço-Cisterna, entulhado no século XVI, onde recolhemos fragmento (SILV. 1-146) que, embora com as superfícies vidradas, apresenta perfil semelhante ao exemplar exumado no Castelo (Q1075/C1B-5) (Gomes e Gomes, 1996, p. 156, 161). Daquele mesmo local provém, também, fragmento esmaltado que mostra, na parede interior, decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituída por estreitas linhas concêntricas (SILV.1-44) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175).
As taças que oferecem ambas superfícies esmaltadas de cor branca, assentes em fundo com ônfalo ou em pé anelar, são muito numerosas no Poço-Cisterna, muito embora os exemplares com decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituam percentagem reduzida, sendo similares à peça encontrada na alcaidaria (Q1256/C1B-1) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175). Deste arqueossítio provém fragmento de taça com marca



4. Cerâmica esmaltada e vidrada.

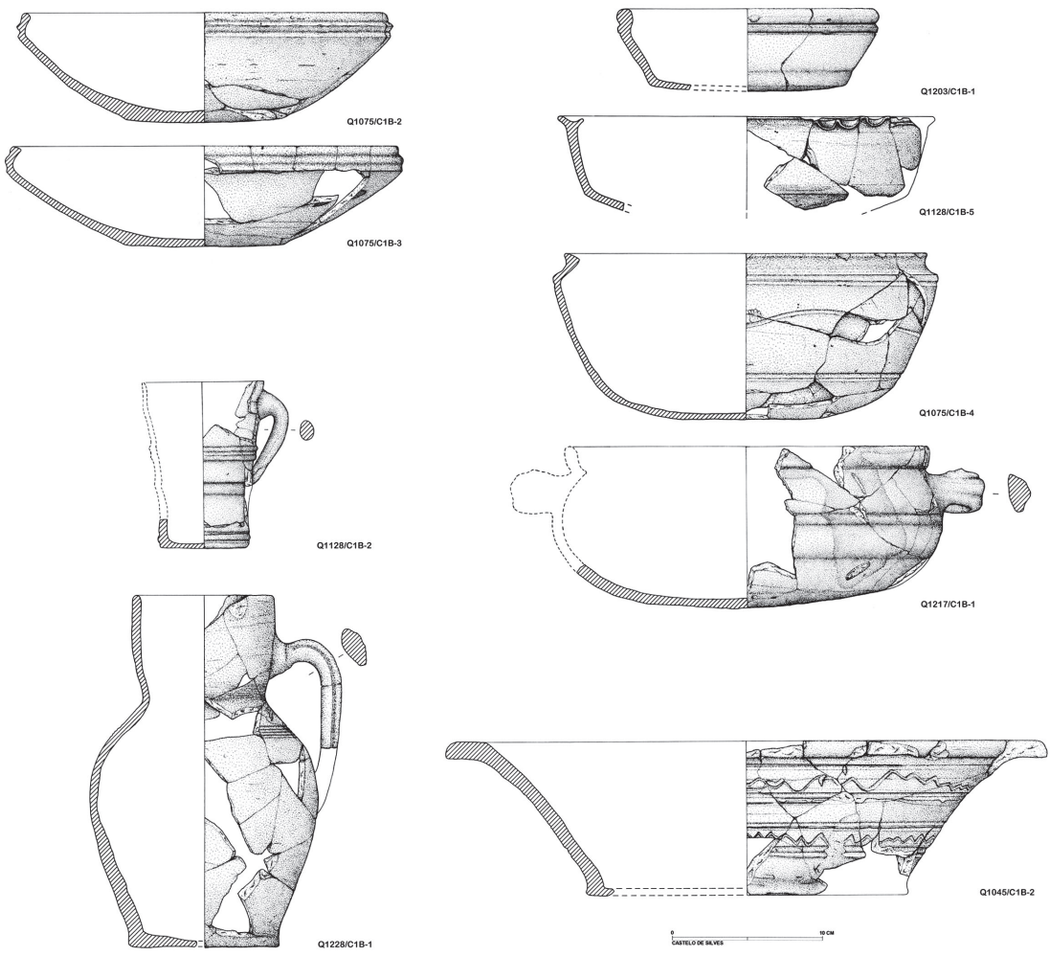
incisa na superfície exterior, aspecto que, igualmente, registámos em peças, taças e pratos, exumadas no interior do monumento mencionado (Gomes e Gomes, 1996, p. 62). Trata-se, de igual modo, de marcas de propriedade, que permitiam individualizar as peças, relacionando-se esse costume com aspectos de carácter sanitário, e que se manteve nos territórios ultramarinos, conforme documentam exemplares encontrados em Puerto Real, no Haiti (Deagan, 1987, p. 56).

É possível que, conforme verificámos em relação às cerâmicas exumadas no Poço-Cisterna, os fragmentos de taça e de prato, que oferecem decoração na cor azul de cobalto possam ter sido produzidos nas oficinas sevilhanas de Triana, consideradas como pertencentes à segunda metade do século XV ou aos inícios do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, p. 174). Ali se detectaram formas e decorações singelas, registadas em contextos arqueológicos sevilhanos, no Sul de Portugal ou em territórios ocupados por portugueses e espanhóis, durante os séculos XV e XVI (Deagan, 1987, p. 107, 115; Redman,1978, p. 254-258; Somé Muñoz e Huerte Cambra, 1999, p. 161).

O fragmento de taça carenada, assente em fundo côncavo, possuindo ambas superfícies vidradas, de cor castanha melada (Q1202/C1B-5), é similar a exemplar recolhido no sector nascente do Castelo de Silves, que mostra, também, ônfalo; muito embora apresente duas pequenas asas, opostas, com perfuração vertical (Gomes, 2003, p. 43, 44). Exemplares semelhantes foram exumados no Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 155).

Poderão ter ainda sido produzidos nas oficinas de Sevilha, as taças da alcaidaria cujos fragmentos, contendo porção de fundo e carena acusada, oferecem parte de motivo fitomórfico pintado de cor azul (Q1202/C1-B-2; Q1203/C1B-2).

Sílvia Costa



5. Cerâmica comum.

Os dois fragmentos de taças hemisféricas, com decoração na cor azul de cobalto, correspondendo um deles a perfil completo, mas a que falta parte do centro do fundo (Q1129/C1B-3) e outro de que dispomos, apenas, do fundo (Q1201/CB-1), podem ter pertencido a produções da mesma oficina, dadas as semelhanças formais e decorativas. Trata-se de cerâmicas importadas, das oficinas valencianas e, em particular, afins das produções de Paterna, conforme documenta exemplar recolhido nas escavações realizadas na rua de San Pedro, nas designadas Oficinas Menores, atribuído ao século XV. Todavia, o exemplar valenciano apresenta variante decorativa, constituída por semicírculos delimitando o motivo central, de igual modo losangular (Mesquita Garcia, 2002, p. 247). Variante decorativa desta mesma forma regista-se em peça existente no Museu de Cerâmica de Barcelona. Esta diferencia-se tanto das ocorrências de Silves, como da peça anteriormente referida, por oferecer, ao centro, motivo fitomórfico e em vez de quadriculado, preenchendo uma das cartelas, mostrar palmetas (Sánchez-Pacheco, 1996, p. 48).

Deve, também, integrar produção valenciana o fragmento de taça (Q1129/C1B-12), com carena acusada, contendo porção do bordo e decoração, na cor azul de cobalto e castanha violácea, constituída por motivos geométricos que intercalam com linhas horizontais e onduladas, conforme se observa em fragmentos de Paterna, atribuídos aos séculos XIV e XV (García Porras, 2009, p. 43, 44).

Outro fragmento de taça hemisférica (Q1075/C1B-1), proveniente da alcaidaria, exibindo decoração de reflexo metálico, representando a árvore da vida inserida em cartela, delimitada por motivo estelar, de cor azul, com seis grandes raios, encontra bons paralelos em exemplares existentes em Valência, no Museo Nacional de Cerâmica y Artes Suntuarias González Martí. Este possui conjunto de fragmentos, atribuídos aos séculos XIV e XV, produzidos nas oficinas valencianas, do designado "grupo Pula" que, tal como o exemplar de Silves, oferecem seis raios pintados na cor azul, associados à decoração de reflexo metálico (García Porras, 2009, p.79-81). Alguns daqueles apresentam, também, ornamentação, de reflexo metálico, na superfície exterior, conforme acontece com um dos fragmentos da alcaidaria (García Porras, 2009, p. 79).

Peça daquele mesmo museu, atribuída ao século XV, oferece tanto os seis raios, como a árvore da vida, pintada de cor azul, muito embora aquela se registe, apenas, em três das cartelas disponíveis (Rose-Albrechet, 2002, p. 85). O Museu Hyacinthe Rigaud de Perpinhão guarda conjunto, de taças hemisféricas, atribuído às oficinas valencianas do século XIII, que oferecem seis raios pintados na cor azul, delimitando cartelas, onde árvores da vida intercalam com palmetas (Amigues, 2002, p. 62). Trata-se de recipientes com gramática decorativa rica, que obtiveram grande divulgação, tanto na Península Ibérica como no Norte de África, alcançando, nomeadamente, a Kasbah de Tunis (Daoulatli, 1978, p. 347).

Os níveis muçulmanos, dos séculos X e XII-XIII, do Castelo de Silves, entregaram alguns fragmentos de cerâmicas com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração de reflexo metálico ou de cor azul, técnicas decorativas cuja produção peninsular se deve àquela comunidade, tal como a iconografia que representa a árvore da vida ou a sua simbologia de carácter profiláctico (Gomes, 2003, p. 165, 166, 442).

No foral manuelino de Silves faz-se referência aos "*direitos d alfandega*" que teriam que ser pagos tanto pela cerâmica de "*mallega*", como pelos "*azullejos*", o que indica que a importação daquelas peças deveria ser frequente (Silva, 1993, p. 190, 191).

As cerâmicas que mostram as pastas e as superfícies nas cores vermelha ou laranja, correspondem a peças normalmente oriundas da produção local ou regional, apresentando leque diversificado de variantes, não só formais como decorativas.

Os alguidares constituem forma recorrente em Silves, pelo menos desde os séculos VII-VIII (Gomes e Gomes, 2003, p. 34, 44; Gomes, 2003, p. 479, 495) No entanto, o exemplar recolhido na alcaidaria oferece, na superfície exterior, decoração incisa constituída por linhas horizontais e onduladas, podendo estar relacionado com a produção de açúcar.

Uma das frigideiras ou tacho (Q1075/C1B-4), com carena alta, é semelhante a outra exumada em lixeira de casa do século XV de Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p. 42, 49). A frigideira possuindo duas asas horizontais no início do corpo (Q1217/C1B-1) pode constituir variante formal de exemplar exumado no Poço-Cisterna (SILV.1-155). Esta mostra corpo de forma troncocónica, bordo introvertido e duas asas sobre aquele (Gomes e Gomes, 1996, p. 153). A peça possuindo bordo bífido (Q1128/C1B-5) tem antecedentes remontando ao último nível de ocupação muçulmana do Castelo de Silves, registando-se também, naquela cidade, em contexto datado da segunda metade do século XIII (Gomes, 1988, p. 277, 278; Gomes, 2006, p. 125). O exemplar recolhido na alcaidaria pode corresponder a evolução de forma pré-existente.

3. A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PENÍNSULA IBÉRICA E EM SILVES

Tem-se considerado que a cana-de-açúcar foi introduzida na Península Ibérica no tempo de *Ab-al-Rãhman* I,

efectuando-se a sua divulgação, ulteriormente, em todo o *al-Andalus* (Arié, 1987, p. 226).

O "*Calendário de Córdova*", do século X, fornece indicações sobre o cultivo daquela planta e Ibn Hyyāy, no século XI, indica as características dos terrenos onde ela se deve produzir; "*em terra arenosa e húmida da margem dos rios*" (Malpica-Cuello, 1995, p. 16).

Todavia, seria nos finais do século XII e nos inícios da centúria seguinte, com Ibn Al-'Awwâm, que temos mais referências sobre a plantação da cana-de-açúcar, "*em zonas expostas ao sol e próximas da água*", assim como sobre a preparação do pão de açúcar, em "*moldes de cerâmica com forma especial*" (Clément-Mullet, 2000, p. 310-312). Estas formas podiam ser semelhantes aos exemplares recuperados em Couvoucle-Stavros que parecem ser, em termos formais, similares aos alguidares, com bordo extrovertido, paredes oblíquas e alongadas, possuindo orifício para purga do açúcar (Wartburg, 1995, p. 87).

A produção de açúcar, durante a Idade Média, não deve ter sido muito abundante dado que então era considerado artigo de luxo, utilizado preferencialmente com funções medicinais e vendido nas boticas. A sua grande divulgação ocorreu, a par da das especiarias, na Idade Moderna e deve-se, sobretudo, às Repúblicas Italianas e, em especial, a Portugal (Malpica-Cuello, 2008, p. 32, 34; Parreira, 1952, p. 17).

Os muçulmanos consideravam que o açúcar possuía propriedades medicinais, conforme nos indica Ibn Wāfid (m. 460/1067), na obra "*Kitāb al-Adwiya al-Mufrada* (*Livro dos Medicamentos Simples*)", que transcreve a opinião de vários autores sobre aquele produto, sendo todos unânimes em o considerarem como bom, diluído em água, para o ventre, estômago, dores de vesícula e de rins ou, também, para os olhos (Aguirre de Cárcer, 1995, p. 167, 168; Gigandet, 1996, p. 126). O açúcar era, de igual modo, utilizado tanto na confecção de doces, como em certos pratos de carne cujas origens, segundo parece, seriam de influência persa (Rosenberger, 1998, p. 307).

A introdução da cana-de-açúcar, no actual território português, encontra-se, tradicionalmente, relacionada com a presença islâmica, indicando-se as cidades de Tavira e Silves como estando na origem daquela produção. Recuperámos na área urbana daquela segunda cidade (Arrochela) fragmento de forma de açúcar em nível datado por 14 C, no século X (Gomes, 2011, p. 158).

A mais antiga referência documental que possuímos de tal actividade económica remonta ao reinado de D. Dinis (1279-1325), que recebia a dízima do açúcar, proveniente do Mediterrâneo, conforme consta no "*Inventário e Contas*" da sua Casa, valendo aquela cerca de cinquenta vezes mais que a do mel (Parreira, 1952, p. 18). Poderia tratar-se de produção cipriota.

A partir de 1404 já se plantava cana-de-açúcar no Algarve, pois em 16 de Janeiro daquele ano foi passada, por D. João I, carta de privilégio, a João da Palma, considerado pelo rei " *nosso servidor das nossas canas de açúcar*", tendo em vista a sua produção em terreno coutado no sítio de Quarteira (Parreira, 1952, p. 18, 19).

Ulteriormente, o mesmo rei assina carta, datada de 8 de Maio de 1409, de "*aforamento de uma horta, junto do muro da vila de Loulé para plantação de canas de açúcar*", ao mesmo João da Palma, mas também a Nicolau de Palma e a Francisco de Palma (Parreira, 1952, p. 19).

Na Região Valenciana, por iniciativa régia, o cultivo da cana-de-açúcar regista-se em 1414 e em 1418 produzia-se com pleno rendimento (Malpica-Cuello, 2008, p. 35).

É possível que os conhecimentos obtidos nas produções açucareiras algarvias tivessem sido úteis para a implantação daquele produto na Ilha da Madeira. Assim, a 5 de Dezembro de 1452, foi assinado contrato, em Albufeira, entre o Infante D. Henrique e Diogo de Teive, seu escudeiro, para este poder construir na Madeira, "*onde mais lhe conviesse*", engenho de açúcar, com a obrigação de "*entregar ao almoxarife de D. Henrique o terço do açúcar logo que fosse fabricado, tanto o das formas como o de panela*" (Parreira, 1952, p. 23).

Recordemos que Albufeira se situa próxima da zona de Quarteira e de Loulé onde, como referimos, está documentada a plantação de cana-de-açúcar, em 1404 e 1409. A assinatura daquele contrato, em Albufeira, terá muito possivelmente permitido a Diogo de Teive observar e inteirar-se sobre a produção de açúcar.

Pensamos que junto a Silves podem ter existido terrenos, próximos do rio Arade, propícios para a plantação de cana-de-açúcar, de que previvem os topónimos "Levada", junto daquela cidade, ou "Vale de Engenho", localizado no actual concelho de Lagoa, que se registam, ainda hoje, na Madeira, relacionados com tal produção.

O engenho de açúcar edificado junto à alcaidaria do Castelo de Silves deve constituir uma primeira experiência daquela produção que, dado o seu valor económico, se pretendia sigilosa e controlada, tal como parece ter acontecido, com as que mencionámos, em Chipre.

SÍNTESE

Silves foi, até ao início da Modernidade, a capital do "Reino do Algarve", sede de bispado e uma das mais importantes cidades da região. Por ela passaria via de comunicação que ligaria o seu território ao Baixo Alentejo e ao Reino de Portugal. Este facto foi, devidamente, assinalado por monumento, designado como Cruz de Portugal, mandado edificar pelo rei D. Manuel I e erguido junto ao caminho mencionado.

A alcaidaria, medieval e moderna, de que agora damos a conhecer parte das suas instalações, manteve-se bem conservada até, pelo menos, 1573, dado que, conforme referimos anteriormente, naquele ano ali terá pernoitado o rei D. Sebastião. Passados vinte e sete anos, em 1600, o Castelo estava abandonado e não existe referência à alcaidaria, o que indica que aquela estivesse destruída. A abóbada tombada que pusemos à vista, durante a escavação arqueológica realizada, sugere derrube devido a cataclismo, quiçá o terramoto ocorrido em 1587, e que muito abalou o Barlavento do Algarve.

O espólio recolhido inclui oito numismas cunhados nos reinados de D. Afonso III, D. Dinis, D. João I e D. Afonso V e, em particular, cerâmicas. Estas, oferecem exemplares importados das oficinas sevilhanas e valencianas, possuindo cronologias compreendidas entre os séculos XIV e XV, podendo alguns deles atingir o século XVI. Trata-se de peças, com formas e técnicas decorativas, que, na época, seriam o que de melhor se produzia na Europa devido, em parte, à utilização do reflexo metálico, indicando a presença de elite social. A cerâmica comum, com cronologia similar, pertence a exemplares usuais naquele período.

Não nos podemos esquecer que apenas uma parte da alcaidaria foi intervencionada e que, sobretudo junto ao pano de muralha, as obras efectuadas, nos anos quarenta, pela DGEMN, devem ter removido estratos contendo espólios.

Só o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, naquele sector, poderá permitir uma melhor percepção não só da dimensão da alcaidaria como dos artefactos ali utilizados no quotidiano, pelos seus ocupantes, ao longo de apreciável diacronia (séculos XIV-XVI).

Apesar do Infante D. Henrique ter falecido decorridos três anos após ter sido nomeado alcaide-mor de Silves, pensamos que, pelas razões indicadas, se houve sítios onde efectivamente aquele permaneceu, um deles foi na sua alcaidaria. Naquela local terá promovido os primeiros "ensaios" referentes à produção de açúcar, que controlaria e promoveu, inicialmente no Algarve e depois na Ilha da Madeira. Os restos do engenho que descobrimos, constituem importante testemunho de actividade que viria a ter enormes repercussões económicas e sociais nas centúrias seguintes.

BIBLIOGRAFIA

ARIÉ, R. (1987) – España Musulmana (Siglos VIII-XV). In *Historia de España*. Madrid: Ed. Labor, n.º III, 558 p.

AGUIRRE DE CÁRCER, L. F. (1995) – *Ibn Wāfid (m. 460/1067) Kitāb Al-Adwiya Al-Mufrada (Libro de los Medicamentos Simples*). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 496 p.

AMIGUES, F. (2002) – Las importaciones de cerámicas doradas valencianas de los talleres de Paterna en el Languedoc--Rosellón. In *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia. p. 58-82.

CLÉMENT-MULLET, J. J. (2000) – *Ibn Al-'Awwâm, Le Livre de l'Agriculture Kitâb Al-Filâha*. Arles: Thesaurus, 1027 p.

DAOULATLI, A. (1978) – Céramiques andalouses à reflets métalliques découvertes à la Kasbah de Tunis. In *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*. Valbonne: C.N.R.S., p. 343-357.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*. London: Smithsonian Institution Press. 222 p.

GARCÍA PORRAS, A. (2009) – *La Cerámica en Azul y Dorado Valenciana del Siglo XIV e Inicios del XV*. Valencia: Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí. 196 p.

GIGANDET, S. (1996) – *Ibn Halsūn Le Livre des Aliments (Kitāb Al-Agdiya) Santé et Diététique chez les Arabes au XIIIe Siècle*. Damas: Institut Français de Damas. 139 p.

GOMES, M. V. (2009) – Cerâmicas e outros artefactos medievais, do Castelo de Loulé. In *Al-Ulyā*. 13, p. 53-80.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. e CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. In *Xelb*. 3, p. 33-78.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves. In *Xelb*. 3, p. 143-205.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (2003) – Cerâmicas Alto-Medievais de Silves. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 23-47.

GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb*. 1, 294 p.

GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus - A Alcáçova*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 35, 525 p.

GOMES, R. V. (2006) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus - O Núcleo Urbano,* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 44, 224 p.

GOMES, R. V. (2009) – O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente. In *Xelb*. Silves. 9, p. 477-488.

GOMES, R. V. (2011) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 53, 411 p.

IRIA, A. (1989) – *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*. Lisboa: Casa do Algarve. 84 p.

MALPICA CUELLO, A. (1995) – Medio físico y territorio: el ejemplo de la caña de azúcar a finales de la Edad Media. In *Paisajes del Azúcar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 11- 40.

MALPICA CUELLO, A. (2008) – La caña de azúcar y la producción azucarera desde el mundo mediterráneo a las islas atlánticas. Una interpretación de «modelos». In *Azúcar. Los Ingenios en la Colonización Canaria (1487-1525)*. Tenerife: Museo de Historia y Antropología de Tenerife. p. 27-40.

MARTINS, I. M. P. (1984) – *O Castelo de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

MESQUITA GARCÍA, M. (2002) – Las alfarerías de Paterna en la Edad Media y Renacimiento. In *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia. p. 16-34.

PARREIRA, H. G. de A. (1952) – *História do Açúcar em Portugal*. In Anais, Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa. Lisboa: vol. VII, t. I, 321 p.

PEREIRA, F. M. E. (1915) – *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I, composta por Gomes Eannes de Zurara*. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa. 341 p.

REDMAN, C. L. (1978) – Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir. In *La Céramique Medieval en Méditerranée Occidentale*. Valbonne: C.N.R.S. p. 251-263.

ROSE-ALBRECHET, J. (2002) – Les productions de l'Occident, la diffusion des innovations techniques. In *Le Calife, Le Prince et le Potier*. Lyon: Musée des Beaux-Arts. p. 66-115.

ROSENBERGER, R. (1998) – A cozinha árabe e o seu contributo para a cozinha europeia. In *História da Alimentação. I – Dos Primórdios à Idade Média*. Lisboa: Ed. Terramar. p. 305-323.

SÁNCHEZ-PACHECO, T. (1996) – *Cerâmica Espanhola, dos Árabes a Miró*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo. 143 p.

SILVA, M. S. (1993) – *Forais de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 270 p.

SOME MUÑOZ, P. e HUERTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla). In *Arqueología Medieval*. 6, p. 160-171.

SOUSA, J. S. de (1991) – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 559 p.

WARTBURG, M-L. von (1995) – Desing and technology of the medieval refineries of sugar cane in Cyprus. A case of estudy in industrial archaeology. In *Paisajes del Azucar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 81-116.

S/A (1948) – *Castelo de Silves*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 51, 29 p., 38 figs.

IMAGENS, MEMÓRIAS, RUÍNAS NOS TEMPOS DO LUGAR

A BIOGRAFIA DE UMA PAISAGEM URBANA

SILVIO LUIZ CORDEIRO **Doutorando pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Brasil**

RESUMO Um projeto educativo experimental na arqueologia brasileira reabriu as portas de um relevante sítio arqueológico, há tempos interdito: jovens estudantes da comunidade que habita o entorno do chamado *Engenho São Jorge dos Erasmos* participaram de uma Oficina de Vídeo, com atividades de estudo à produção de documentário sobre as ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados no Brasil, consideradas como patrimônio histórico nacional. A experiência trabalhou com diversas fontes, desde as evidências arqueológicas na paisagem à história oral; e reaproximou a comunidade dos remanescentes quinhentistas na redescoberta da história do próprio lugar: os exercícios com o vídeo – tanto um instrumento de registro documental, quanto um meio de estudo à produção de narrativas audiovisuais – animaram novos olhares sobre as ruínas. Os estudantes em sua comunidade revisitaram um período da história do Brasil, por um novo modo de escavar a memória das relações humanas na transformação do meio, reconhecendo-se como participantes da biografia da paisagem urbana em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE **Arqueologia brasileira, engenho, patrimônio histórico, paisagem, documentário**

O olho vê,
a lembrança revê,
a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo.

Manoel de Barros

Abrigados na paisagem periférica da cidade de Santos, remanescem os vestígios arquitetônicos de um relevante exemplar quinhentista entre os primeiros engenhos de açúcar instalados no Brasil: as ruínas do chamado *Engenho São Jorge dos Erasmos*[1], contemporâneas do início da colonização portuguesa das terras indígenas do litoral brasileiro. Porém, inscritas nos livros de tombo em todas as instâncias do patrimônio histórico no Brasil[2], as ruínas permaneceram abandonadas por muito tempo. Em fins dos anos 1980, interesses do mercado imobiliário viram ali a oportunidade de implantar um novo loteamento e as obras iniciais revolveram o entorno do Engenho de Erasmus, arrasando-o...

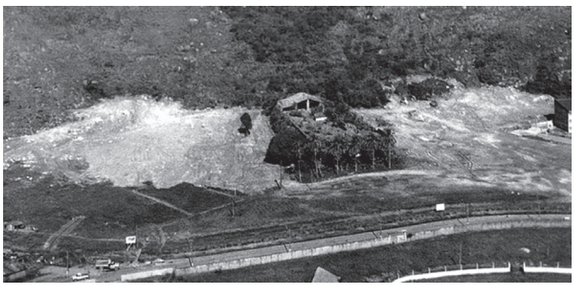
Imagem original em vídeo: Silvio Luiz Cordeiro (2003)

1. Vista aérea dos remanescentes do Engenho de Erasmus, estruturas elevadas sobre um *platô*, provável sambaqui pré-histórico, adaptado para a construção e instalação do engenho.

1. O nome *Engenho São Jorge dos Erasmos* permanece, sobretudo em respeito ao nome cunhado a partir da obra do monge beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus publicada em 1797, primeira referência sobre a história deste engenho, no contexto de suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*: para o monge historiador, nomear o engenho como *dos Erasmos* compreenderia também os descendentes de Erasmus Schetz, seus herdeiros. Entretanto, no meu trabalho, passo a nomeá-lo simplesmente por *Engenho de Erasmus*.
2. Encontram-se, no livrete de José Pedro Leite Cordeiro intitulado *O Engenho de São Jorge dos Erasmos*, sucintas observações publicadas em 1945 sobre as ruínas, entre elas, na última página, a breve referencia ao cemitério do engenho, redescoberto em 2003 por uma equipe de arqueologia. De Paris, a 25 de julho de 1948, Fernand Braudel escreveu uma carta ao amigo historiador Sergio Buarque de Holanda e refere-se à pesquisa sobre arquivos dos Schetz por sua indicação. Na Universidade de São Paulo, o *Engenho de Erasmus* era assunto presente nas aulas de história do Brasil. Em 1952, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica textos da estudante de história da USP, Maria Regina da Cunha Rodrigues, sobre as ruínas do engenho e iniciaria um movimento que levou, em 1958, a doação dos remanescentes à Universidade de São Paulo. Em 1963, as ruínas foram inscritas no livro de tombo histórico do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Anos depois, o tombamento pelo Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, em 1973). Por fim – e só após a destruição do entorno do Engenho, visando-se a implantação de um loteamento urbano – as ruínas foram tombadas pelo Município de Santos (CONDEPASA, em 1990).

As iniciativas de tombamento, precisamente conduzidas, não foram acompanhadas por meios mais efetivos, sejam à conservação, sejam ao usufruto público de um bem reconhecido como monumento histórico nacional. Protegido apenas em papéis, o sítio arqueológico, abandonado, foi invadido pela expansão urbana na zona noroeste da Cidade de Santos. Os possíveis vestígios existentes nas áreas contíguas às ruínas – elevadas sobre um platô: provável sambaqui pré-histórico adaptado para a ali se edificar o engenho – foram destruídos durante as obras para se implantar um novo empreendimento imobiliário: em 1987, tratores arrasaram, numa grande movimentação de terra, o registro arqueológico próximo das ruínas.

José Dias Herrera (1987)



2. O impacto no entorno próximo às ruínas do Engenho de Erasmus, no centro da imagem. Vê-se, na extremidade direita, a escola pública vizinha ao sitio arqueológico.

UMA OFICINA DE VÍDEO ENTRE AS RUÍNAS

Em dezembro de 2001, no contexto de um projeto arqueológico do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP[3], desenvolvi a experiência da Oficina de Vídeo junto com o cineasta André Costa, iniciando-se assim a reabertura das ruínas quinhentistas aos estudantes da escola publica construída ao lado do sítio que, por muitos anos, não puderam entrar na área arqueológica, assim como toda a comunidade: em 1989, a Universidade de São Paulo, para protege-las, resolveu por bem levantar muros e cercar o perímetro do sitio. As ruínas, durante as aulas de história, eram vistas apenas pelas janelas da escola, como relataram professores e estudantes.

Na mesma medida em que os muros levantados buscaram proteger, também interditaram o contato da comunidade com o bem cultural até então em situação de abandono e praticamente desconhecido na região. Em janeiro de 2002, no início das atividades do trabalho experimental desenvolvido na Oficina de Vídeo, estudantes da escola pública vizinha do velho engenho, todos moradores das proximidades do sítio histórico, entraram pela primeira vez no recinto murado dos remanescentes quinhentistas.

A presença das ruínas no processo que se iniciava era essencial, pois não se afirma qualquer iniciativa voltada à preservação de um bem histórico sem que sejam *restaurados* – e de modo participativo – vivências, memórias anteriores e o interesse da população pela própria história do lugar (Cordeiro e Costa, 2001).

O vídeo permeou as diversas etapas e atividades realizadas no sítio, desde a exibição de referências audiovisuais através de documentários até o uso de câmeras nos exercícios entre as ruínas. Levantamentos e estudos preliminares foram animados a partir do conjunto de informações textuais, iconográficas e vídeográficas reunido, assim como a história oral na comunidade.

Um dos exercícios essenciais no processo foi dirigido como um estudo à própria leitura da paisagem transformada no tempo: desde um paleoambiente habitado por culturas pré-históricas, até a chegada de colonos, a fundação das vilas na Ilha de São Vicente e instalação dos engenhos, o cultivo dos canaviais e todo o desenvolvimento posterior, culminando na cidade atual expressa por aquela paisagem urbana. A percepção dos vestígios arqueológicos no lugar, pelo próprio exercício do olhar através de um instrumento de registro documental – a câmera de vídeo – compreendeu um sentido de aproximação, por escalas: do macro, pela paisagem urbana, decupando-a; ao micro, a inserção das ruínas nesta paisagem. Provocava-se o diálogo entre essas duas escalas, em sua relação com as transformações no curso do tempo, já como reflexão dos exercícios com as câmeras de vídeo e estudo das diversas fontes levantadas.

Imagem original em vídeo: Oficina de Vídeo (2002)

3. Estudantes da escola pública entram pela primeira vez no sítio arqueológico histórico, no início das atividades da Oficina de Vídeo junto às ruínas quinhentistas, em janeiro de 2002.

3. O módulo educativo do projeto arqueológico para o sitio foi coordenado pela arqueóloga do MAE USP, Elaine Farias Veloso Hirata. A Oficina de Vídeo contou com apoio essencial da professora de história na escola publica vizinha ao monumento, Andréia Candeia, quem formou um grupo de estudantes para participar do trabalho.

Imagem original em vídeo: Oficina de Vídeo (2002)

4. Estudante com a câmera durante exercícios de leitura da paisagem urbana, a partir das ruínas.

Esse diálogo alimentou, por fim, o estudo do roteiro à montagem da narrativa audiovisual, quando os estudantes se apoiaram na teia de conhecimentos formada pelo grupo até ali. Porém, o documentário, em si, como produto da Oficina, não concluiu o trabalho: uma etapa posterior, importantíssima, iniciava-se com o vídeo pronto, por sua exibição em contextos dinâmicos de usufruto por parte de educadores e estudantes, a provocar o debate que a montagem audiovisual proporciona, sobremodo quanto ao sentido do patrimônio para comunidades que habitam lugares com a presença de testemunhos históricos, na perspectiva de levar e ampliar o debate para um público maior, em seus respectivos contextos, como no exemplo deste trabalho, quando as pessoas redescobrem nas ruínas o sentido dos vestígios para si, enquanto moradores do lugar.

O trabalho experimental junto aos estudantes possibilitou um meio de perceber e compreender aquelas pedras: as ruínas, abrigadas no sítio arqueológico, testemunham a transformação do lugar por sociedades que ali viveram, mas também por uma sociedade contemporânea, da qual participa a comunidade que ali habita, que vivencia aquela paisagem e atua em sua historicidade. Os estudantes desenvolveram uma nova postura frente ao sítio considerado como um patrimônio histórico do Brasil, vendo-o como um testemunho vivo de uma história que se faz contínua e não mais confinada ao passado[4].

Imagem original em vídeo: Oficina de Vídeo (2002)

5. Leitura e interpretação de fontes primárias: o manuscrito de 1548 com informações sobre o engenho.

O objetivo da Oficina de Vídeo foi "promover a redescoberta das ruínas através da educação do olhar, permitindo que se ultrapasse o tom contemplativo e o reconhecimento do monumento apenas enquanto vestígio de um passado remoto; indo além, busca-se através da oficina com esses jovens o despertar de um olhar curioso e crítico, que desvende as narrativas por trás do objeto arquitetônico, possibilitando uma amplitude de compreensões e questionamentos acerca da história do lugar onde moram" (Cordeiro e Costa, 2001, p. 323).

BREVES PALAVRAS SOBRE O ENGENHO DE ERASMUS

Figuram na história destas ruínas alguns personagens representativos de um período que anunciou o Mundo Moderno, tempo de profundas transformações e intercâmbios envolvendo velhos e novos saberes, terras distantes, diversos povos e suas culturas. A divisão do trabalho nas manufaturas, a escravidão, o confronto entre sociedades pelo alcance mundial do comércio europeu, compreendem alguns dos fatores essenciais do processo histórico que redesenhou o Mundo e no qual as origens das ruínas do Engenho de Erasmus se inscrevem.

Os grandes engenhos no Brasil, iniciativas de vulto, foram instalados a partir da fundação dos primeiros e incipientes núcleos urbanos de povoamento colonial regular, instituindo-se um modo de produção que fundou as bases sobre as quais se desenvolveu nossa formação sociocultural e econômica, nossa formação como *povo novo* (Ribeiro, 1997), mestiço.

O chamado Engenho São Jorge foi construído por iniciativa Martim Afonso de Sousa, após fundar a primeira vila colonial do Brasil, em 1532: o donatário da Capitania de São Vicente[5], instituiu as bases do povoamento e exploração do território, conforme as determinações

4. Em outras palavras: "A questão que se coloca é de que maneiras as próprias pessoas, antes mesmo das instituições, podem construir relações com o objeto-monumento no tempo. Estas relações estão sempre mudando e deixando suas marcas. O aspecto atual das ruínas representa muito do abandono do sítio, mesmo num momento em que se reconhecia seu valor na nossa História. Por pouco os vestígios não desapareceram. O desafio é discutir as maneiras pelas quais a comunidade pode apropriar-se dele de fato, tornando-o um testemunho vivo, reconhecendo no objeto uma história que se faz ainda contínua e não engessada no passado" (Cordeiro e Costa, 2001, p. 324).

5. D. João III dividiu seu território na América em imensos latifúndios ao instituir as chamadas Capitanias Hereditárias. Na prática, Portugal transferiu grande parte do ônus da colonização a certos súditos donatários e mercadores que inverteriam capitais próprios no domínio e na exploração econômica dos territórios indígenas. Por isso, a instalação de engenhos serviu aos propósitos da conquista portuguesa, pois a manufatura exigiu populações permanentes de colonos e escravos, diretamente envolvidas na exploração agrária e produção voltada a suprir uma demanda crescente dos mercados urbanos europeus pelo açúcar: a instalação de engenhos no Brasil influiu, portanto, na própria dinâmica do povoamento colonial.

régias, e instalaria seu próprio engenho em sociedade com outros que viajaram em sua armada.

Em tal empresa, investiram-se capitais flamengos e foi em torno dos anos de 1540 que o engenho, então propriedade dos armadores, foi comprado por Erasmus Schetz. Grande mercador estabelecido em Antuérpia, Erasmus chegou a ser financista de Carlos V e próximo de humanistas, como Erasmus de Rotterdam, por exemplo. Sua família relacionava-se com dignitários jesuítas, entre eles José de Anchieta, que zelou pelos interesses dos Schetz junto aos feitores contratados, ao tempo em que viveu em São Vicente.

O Engenho, pelo que se deduz de alguns dos manuscritos depositados nos *Archives Générales du Royaume* (Bruxelas) pela família d'Ursel, descendente dos Schetz, parece ter produzido relativamente bem até fins do século XVI, sob controle dos filhos de Erasmus e o primogênito, Gaspar Schetz, investira na produção do engenho e comércio colonial com o Brasil após a morte do pai, em 1550. Na grande casa dos Schetz em Antuérpia[6], Gaspar recebeu Hans Staden, após seu retorno à Europa: ele narrou sua história entre os Tupinambá, e também sobre o feitor dos Schetz em São Vicente quem conheceu. Como se sabe, o seu relato sobre suas duas viagens ao Brasil, publicado em 1557, ilustrado por xilogravuras, muito influiu na formação do imaginário e iconografia européia sobre o *Novo Mundo*.

Um manuscrito de 1548, incompleto e anônimo, provavelmente redigido por um feitor flamengo enviado ao Brasil por Erasmus, foi estudado e traduzido pelo historiador belga Eddy Stols: até o presente, é o mais antigo documento textual relacionado ao engenho. Trata-se de um relatório sobre a situação da manufatura, desde os problemas de gestão – já sob um cálculo *capitalista* – até suas instalações e construção, com referencias à estrutura fortificada e qualidade da obra construída. Das fontes primárias estudadas durante a Oficina de Vídeo, foi o principal texto utilizado.

Apesar da transformação da paisagem urbana na qual se insere o monumento, pode-se ainda reconhecer ali os atributos geográficos propícios à instalação de um engenho. O lugar escolhido apresentava todos os atributos necessários ao seu funcionamento e construção, principalmente a proximidade da água, recurso em abundância disponível tanto para se mover o motor da moenda – conforme referência no relatório manuscrito em 1548, acima citado – quanto para o transporte de cargas entre o engenho e o porto, pois o próprio rio São Jorge serviu como via principal para isto.

O estudo preliminar das estruturas remanescentes mostra que a construção do Engenho de Erasmus estava correlata a um partido arquitetônico que teria sido comum aos engenhos quinhentistas, o qual articulava os espaços de vivenda – a chamada casa grande e as senzalas – e de produção; no conjunto, incluiu-se também uma ermida. Os engenhos situavam-se relativamente distantes das vilas e as ermidas eram precisas ao usufruto dos lá viviam, inclusive as famílias de colonos vizinhos. O programa assim resolvido pela arquitetura dos primeiros engenhos instalados, como unidades auto-suficientes, compreenderia as principais funções, sejam ao modo de vida e subsistência, sejam à própria produção.

Nos remanescentes do sítio do Engenho de Erasmus, até a retomada de estudos arqueológicos comparativos em arquitetura, a única área das ruínas onde se atribui o uso preciso das estruturas é a ermida: em 2003, os estudantes puderam acompanhar as escavações

6. A propriedade foi vendida pelos Schetz aos jesuítas que edificaram no lugar a Igreja St. Carolus Borromeus (1615-1621), consagrada antes ao fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola.

Silvio Luiz Cordeiro (2011)

6. Vista das ruínas a partir da entrada do sítio. Imagem panorâmica.

arqueológicas que evidenciaram sepultamentos sob a nave do pequeno templo. A partir de uma amostra de osso, datada por radiocarbono, revelou-se que a morte de um dos indivíduos ali sepultados, provavelmente um índio, aconteceu em fins do século XVI.

OS TEMPOS DA PAISAGEM E SOCIEDADE

Nos sítios urbanos históricos em que permanecem preservados ou mesmo apenas restaram certas evidências do passado, o exercício do olhar, por estudos e atividades dirigidas, perceberá o mosaico da história humana ali, ainda presente. As cidades se transformam continuamente, num movimento que toma para si espaços, construindo neles outros sentidos, outros usos. Assim, resta à memória a compreensão do que um dia existiu, dando-nos uma medida da transformação, ao revelar as origens do que hoje se vê.

Nossas ações sobre os lugares, transforma-os em locais onde imprimimos, no tempo, diversos usos e funções, tais como locais de trabalho, de morada, de culto... São localizações que seguem os rumos da própria sociedade, que transmuda. Assim, a paisagem, transformada em ritmos distintos, todavia continuamente, é como uma escritura, um testemunho, sob as formas pelas quais reconhecemos a história da sociedade. Na metáfora do *palimpsesto*, a mudança que a sociedade imprime à paisagem nem sempre *apaga* por completo estruturas anteriores, cujos vestígios a arqueologia urbana pode revelar. Em muitas cidades do Brasil, assim como no mundo, diversos remanescentes de interesse histórico foram (e ainda o são) muitas vezes suprimidos pelo impacto de operações urbanas ou pelo simples abandono, ambos exemplificados pela história recente do Engenho de Erasmus, como suas ruínas expressam.

A paisagem do Morro da Caneleira e do bairro que abriga o sítio arqueológico do chamado Engenho São Jorge dos Erasmos, na zona noroeste da Cidade de Santos, mostra-nos uma ocupação periférica, em sua forma típica expressa pelas grandes cidades no Brasil. O entorno do velho engenho, no tempo em que desenvolvemos a Oficina de Vídeo, apresentava-se sob índices que qualificavam aquela zona como parte da maior área de *exclusão social* da cidade. Nesta paisagem, as habitações expõem a situação das pessoas que subiram os morros, precariamente *urbanizados*, à volta das ruínas tombadas como monumento nacional: se, por um lado, o lugar foi reconhecido por sua importância como um significativo testemunho de nossa história; por outro, a demanda por melhores condições de vida de grande parte das pessoas que lá habitam era evidente.

A questão social presente nesta zona urbana não acompanhou o seu *status* cultural privilegiado pelas instâncias do patrimônio, enquanto lugar que abriga importantes vestígios da história do Brasil. Na época, o próprio movimento articulado pelo poder público de Santos, que implantou um circuito cultural na cidade, não incluiu esta zona e seu patrimônio histórico: antes, restringiu-se ao centro da cidade.

Imagens originais em vídeo: Silvio Luiz Cordeiro (2003)

7. 8. 9. Equipe de arqueologia redescobre o cemitério do Engenho de Erasmus em 2003.

Silvio Luiz Cordeiro (2011)

10. Vista das ruínas elevadas sobre o *platô*. Imagem panorâmica.

Essa constatação abriu a perspectiva para uma postura de reconhecimento daquele lugar como uma paisagem histórica, um espaço público maior, de grande interesse arqueológico e cultural, em proveito da população que lá vive. A experiência da Oficina de Vídeo caminhou nesse sentido. Anos depois, a partir da construção de uma base avançada da Universidade de São Paulo, amplia-se as possibilidades educativas e culturais do monumento. E a precisa retomada dos trabalhos arqueológicos contribuirá certamente para compreendermos mais sobre a biografia deste significativo lugar.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, F. (2001) – *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Estação Liberdade e Editora UNESP.

CORDEIRO, S. L. (2008) – *A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista.* São Paulo: MAE USP. [Consult. 05 Abr. 2011]. Disponível em WWW:

<URL:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-09042008-152050/publico/tdeSilvioLuizCordeiro.pdf >

CORDEIRO, S. L. e COSTA, A. (2001) – Engenho São Jorge dos Erasmos: imagens da redescoberta. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo. 11, p. 323-325.

GAMA, R. (1983) – *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

MONTEIRO, J. M. (1995) – *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, D. (1997) – *O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

STOLS, E. (1968) – Um dos Primeiros Documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente. *Revista de História*. São Paulo. V. 37 : 76, p. 407 - 419.

VIDEOGRAFIA

CORDEIRO, S. L. e COSTA, A. (2003) – Engenho dos Erasmos: Imagens da Redescoberta.

Olhar Periférico / Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 21 minutos. DV NTSC. [Consult. 05 Abr. 2011]. Disponível em WWW:<URL: http://vimeo.com/slucord/redescoberta>

CORDEIRO, S. L. (2012) – Entre pedras, Palavras e Imagens: Memórias de um Velho Engenho.

Paleocine. 55 minutos. DVCAM NTSC. [Consult. 12 Out. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://vimeo.com/slucord/engenho >

DA ALDEIA GUARANI À CIDADE COLONIAL

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MISSÕES JESUÍTICAS PLATINAS NAS FRENTES DE COLONIZAÇÃO IBÉRICA

ARNO ALVAREZ KERN **Historiador e arqueólogo, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, aposentado) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Pesquisador nível 1A do CNPq. aakern@pucrs.br. www.proprata.com**

RESUMO Este é um estudo das aglomerações urbanas ibero-americanas coloniais fundadas por missionários no Rio da Prata, na transição das aldeias ao urbano, a partir de suas origens históricas indígenas e européias. Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem indícios sobre o crescimento e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

PALAVRAS-CHAVE **Arqueologia urbana, missões coloniais**

INTRODUÇÃO

Os povoados fundados pelos missionários jesuítas nas frentes de colonização dos portugueses e espanhóis no Rio da Prata devem ser compreendidos e explicados no contexto do panorama histórico do mundo da Idade Moderna. Devemos desenvolver uma análise mais ampla do fenômeno histórico das missões jesuíticas coloniais. As missões jesuíticas platinas foram instaladas junto às sociedades indígenas de horticultores, de aldeões ceramistas e produtores de milho e adaptados a ambientes extra-tropicais. O objetivo deste estudo é a reconstituição do processo de transformações históricas que levaram à fundação dos povoados missioneiros – futuras cidades européias – nestes grandes espaços do continente sul-americano. Os processos de colonização deram origem a fronteiras políticas entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha, gerando situações de tensão bélica que terminaram por repercutir no contexto histórico das missões dos jesuítas e dos indígenas guaranis.

A pesquisa histórica nos oportuniza muitas informações e evita que caiamos nas visões idílicas ou maniqueístas, e sem maior profundidade, propostas por filmes recentes, destinados ao grande público[1] e que se referem às missões do Rio da Prata e do Canadá. Estes filmes, apesar da beleza plástica, tendem a representar os ameríndios de maneira menos simplista e um tanto maniqueísta, como se a conquista espiritual das almas realizada pelos "soldados de Cristo" não tivesse nenhuma relação com os demais aspectos das sociedades coloniais européias.

Quando estudamos e comparamos os povoados fundados por missionários jesuítas lusos e espanhóis na América do Sul, percebemos alguns elementos semelhantes em seus territórios e sistemas hidrográficos, a exploração dos recursos naturais, o clima, bem como na participação dos grupos étnicos tupis-guaranis que decidiram permitir a entrada dos missionários em suas aldeias.

OS TERRITÓRIOS E AS PAISAGENS

Duas grandes bacias marcam o continente sul-americano, formadas por rios que se voltam para o mundo tropical (Amazonas) e inter-tropical (Rio da Prata). Oriundos desta imensa bacia amazônica, entre 500 e 1000 d.C., grupos indígenas formados por etnias guaranis e tupis migraram e colonizaram imensas áreas, instalando um novo modo de vida baseado em aldeias semi-sedentárias e na horticultura de plantas tropicais. Os grupos tupis haviam se instalado no litoral tropical do Brasil, quando ali chegaram os primeiros exploradores portugueses. Os grupos étnicos de guaranis deslocaram-se pelo interior da América meridional,

1. Refiro-me aos filmes "O hábito negro" de Beresford e "A Missão" (The mission) de Joffé.

até finalmente se instalar em uma importante rede hidrográfica, formada pelas águas portentosas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, onde os primeiros exploradores espanhóis os encontraram.

No litoral do Brasil e na grande bacia do Rio da Prata, portanto, grupos de aldeões horticultores, produtores de milho, formaram conjuntos étnicos importantes que deram sustentação às frentes de colonização dos países ibéricos a partir do século XVI. Eles foram os protagonistas do que os arqueólogos convencionaram denominar de "processo de neolitização". A partir de 1,500 d.C., eles seriam também protagonistas do "processo de urbanização", gerado pelas colonizações portuguesa e espanhola, quando cidades novas foram fundadas com o apoio explícito das aldeias de horticultores tupi-guaranis, nos inícios da Idade Moderna.

O objeto de nosso estudo localiza-se na imensa bacia do Rio da Prata, nesta que é uma das maiores regiões uma das mais povoadas, já na pré-história. A extensão de suas vias de navegação sempre significou facilidade de comunicações, ou seja, uma grande vantagem para os processos de colonização européia e fácil penetração para o interior do continente sul-americano.

No clima tropical e subtropical da costa atlântica da América meridional, o sol é abundante durante todo o ano, o que facilita a possibilidade de plantio para muitas espécies de alimentos, inclusive para os já domesticados pelas populações indígenas. Plantas tropicais de origem amazônica terão mais facilidades de adaptação ao calor tropical (como a mandioca e o algodão) e dificuldades de se adaptar ao frio do inverno subtropical do rio da Prata. O mesmo não ocorre com o milho, produzido como uma alimentação básica tanto pelos tupis como pelos guaranis. Ele apresenta facilidade de expansão também nos clima subtropicais e será o alimento básico nas aldeias guaranis. Se o arroz representou a base da economia da Ásia e o trigo foi o cereal fundamental no oriente Médio e na Europa, temos que reconhecer a importância do milho (Zea mays) para a América, desde a bacia do rio da Prata até o vale do São Lourenço, no nordeste do Canadá. Nos invernos das alturas do Planalto Brasileiro meridional, os dias de frio intenso e a limitação da insolação em solo frio, são fatores limitantes em relação à produção da variedade de plantas tropicais trazidas da Amazônia. Serão evitados pelos grupos étnicos guaranis, que buscaram sempre as paisagens tropicais dos rios com margens inundáveis, banhadas de sol, que lembram o ambiente tropical de origem.

As descrições dos primeiros exploradores portugueses e espanhóis, bem como dos missionários (jesuítas e franciscanos) destacaram sempre a flora e a fauna, e fizeram referência às potencialidades dos abundantes recursos naturais da região. Mesmo que muitas espécies da fauna e da flora tenham desaparecido devido à exploração intensa, podemos encontrar vestígios do ambiente e destes recursos nas escavações arqueológicas e nos estudos sobre os restos de alimentação. As imensas planícies do pampa, as águas e as margens férteis dos vales dos imensos rios, as vastas florestas tropicais e as subtropicais com coníferas (araucária), abrigavam uma riqueza incomensurável em recursos florísticos e faunísticos. Não para a exportação pelas rotas internacionais do mercantilismo da época, mas principalmente para servir de base à colonização de povoamento posta em prática pelos europeus que chegavam.

Durante mais de dois séculos (XVII e XVIII), as riquezas locais e os elementos trazidos de outras terras, serviram para atender os mercados externos e igualmente para alimentar o mercado interno. No Brasil tropical, o açúcar foi a mais lucrativa das atividades de exportação das companhias de comércio. Milhares de toneladas foram produzidas nos engenhos e exportadas. Os couros do gado podiam também ser muito rentáveis, para as indústrias do couro. Até praticamente desaparecer, o pau-brasil foi trocado junto aos indígenas por vestimentas, armas, pólvora e bebidas. Entretanto, a região do rio da Prata não tinha produtos rentáveis para gerar lucros nas rotas internacionais. A erva-mate, por exemplo, atendia ao consumo das populações do Rio da Prata e jamais foi exportada. O gado introduzido pelos portugueses e pelos espanhóis, criados em imensas fazendas pampianas (as vacarias), tinha como objetivo atender às necessidades locais (transporte e alimentação), mas principalmente sustentar a produção das minas (prata no Potosi espanhol e as Minas Gerais brasileiras). Da região platina, imensas tropas de gado rumaram para as áreas mineradoras ao norte, guiadas por tropeiros gaúchos que eram em sua maioria descendentes dos guaranis amazônicos, em grande parte já miscigenados.

DO PRÉ-URBANO AO URBANO: A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES MISSIONEIRAS E DE SEUS TERRITÓRIOS

Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem alguns indícios sobre o crescimento populacional e o desenvolvimento des-

tas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

A arqueologia nos permite observar uma série de evidências, por exemplo, a ampliação do número de sítios arqueológicos históricos em uma região e, em cada um deles, o maior número de edifícios públicos e religiosos, de restos de habitações e de fossas de detritos, de utensílios metálicos forjados e de recipientes cerâmicos feitos no torno de oleiro. A arqueologia do espaço, nestes sítios, nos permite perceber não apenas edificações mais estáveis, mas também novas formas de organização: torres, muralhas, templos ou igrejas, palácios, espaços públicos e oficinas artesanais, por exemplo.

A documentação escrita de época nos permite perceber menções a, por exemplo, confrarias religiosas, atividades artesanais, regulamentos administrativos, levantamento de habitantes ou de casas para o pagamento de impostos, etc.

Todas estas inovações e modificações são extremamente importantes, sem dúvida. Entretanto, não podemos ignorar que nas etapas iniciais os ambientes rurais ainda predominam. As aglomerações urbanas, cidades ainda em gestação, deverão durante muito tempo ser uma minoria em meio a sociedades rurais. Alguns dos exemplos típicos são os povoados e cidades nascidos das aventuras coloniais e dos conflitos militares: as cidades novas greco-romanas, as bastides medievais, muitas aldeias do novo mundo.

A conquista européia da região do Rio da Prata, durante o período colonial, foi realizada em um primeiro momento, pelos "conquistadores" do século 16. Dentre as conseqüências desta conquista, podemos destacar a guerra e o etnocídio de milhares de índios, a fuga das etnias indígenas para territórios longínquos, a escravidão e a integração étnica, a aculturação forçada ou espontânea. Pode-se ver nas iconografias da época a guerra entre as etnias indígenas aumentar de intensidade devido às alianças com os espanhóis e os portugueses. Muitas das primeiras cidades foram destruídas e se transformaram em ruínas. São hoje sítios arqueológicos à espera das pesquisas que novamente lhes darão vida e colorido.

Após os primeiros confrontos da conquista, uma intensa integração étnica deu origem à população colonial. Os indígenas e seus descendentes continuam a ser, neste período, os produtores da alimentação: caça, pesca, coleta e horticultura. Continuam a ser os artesãos da pedra, da cerâmica, do couro, do osso e agora também do metal. Eles se transformam igualmente na mão de obra dos estabelecimentos rurais, trabalhando na agricultura e na pecuária. Aos milhares, os indígenas e seus filhos mestiços, serão os habitantes e os trabalhadores da nova sociedade colonial. Fala-se, certamente, o espanhol e o português nesta imensa área. Entretanto, o tupi-guarani é a língua mais difundida.

Do século 17 ao século 18, toda a região conhece intensas transformações sócio culturais. As novas condições gerais da sociedade e da economia, bem como o afastamento dos centros de decisão política, favorecem o aparecimento de um novo tipo de sociedade e de homens. A curva demográfica é ascendente, as populações européias, indígenas e os mestiços provenientes das relações interétnicas, se multiplicam. Muitos indígenas, e entre eles os Guaranis, passam a fazer parte da população que habita Buenos Aires (onde está sendo construído o Cabildo no século 18 pelo arquiteto jesuíta Primoli), Assunção, Montevidéu, São Paulo e mesmo de cidades mais afastadas, como é o caso de São Salvador da Bahia (onde os jesuítas construíram também a sua igreja).

Uma segunda forma de ocupação do território platino é a da conquista pela cruz. Tanto a antiga ordem dos missionários franciscanos de hábito cinza, fundada na Idade Média, como os jesuítas de hábito negro, fundada por São Inácio de Loyola, realizam uma "conquista espiritual" bem organizada e expandem os limites políticos dos impérios ibéricos durante o século 17, na região platina (Kern, 1992, p. 46-49). Estes missionários são os responsáveis pela ação missionária entre os Guarani e são desta época as Missões Jesuítico-Guaranis. Elas conhecem, ao longo dos séculos 17 e 18, um grande progresso material e se transformam pequenas cidades muito ativas. A dinâmica deste desenvolvimento não é mais personificada nos conquistadores e os seus canhões, mas na igreja e na cruz dos seus missionários.

A América colonial dos jesuítas e dos indígenas guaranis, nesta época que estudamos, não é a da escravidão e do genocídio indígenas. Nestes povoados missioneiros encontramos desde o fim do século 17 aos meados do século 18, uma das épocas históricas das mais fecundas, de intensas atividades tecnológicas e de progresso material. Ela permaneceu durante muito tempo ignorada, por terem muitos intelectuais e historiadores desdenhado as fontes materiais e iconográficas desta época.

As pesquisas desenvolvidas nos quadros do projeto em andamento, tanto arqueológicas como nos arquivos de documentos escritos e na iconografia de época, nos permitem muito bem analisar o processo de implantação dos "Pueblos de Índios", estas aldeias novas fundadas para a instalação dos indígenas guaranis nas fronteiras dos impérios português e espanhol do rio da

Prata. Recentemente, elas levaram à descoberta de um novo desenho polícromo, do sítio arqueológico de São João Batista[2].

A análise da morfologia e do plano urbano destes "Pueblos de Índios" coloniais, relacionado às práticas sociais, as mentalidades urbanas e aos aspectos simbólicos subjacentes, é tarefa extremamente difícil. E exige uma abordagem complexa de confrontação entre os dados provenientes de diversas fontes primárias (iconográficas, da cultura material e escritas), mas igualmente da bibliografia especializada existente (Harouel, 1995, p. 3; Haubert, 1967; Kern, 1994).

No século 18, Charlevoix (1756) escreveu que os jesuítas haviam estabelecido planos completos, aprovados pelos reis da Espanha, sugerindo que eles seriam uma criação exclusiva. Mais recentemente se afirmou que todos os planos urbanos destes povoados missioneiros eram não apenas semelhantes uns aos outros, como nas obras literárias utópicas, mas igualmente uma unidade urbana e rural planificada com rigor, onde predominaria a propriedade coletiva[3].

Estas interpretações, pela sua superficialidade, não se dão conta da complexa herança histórica, ao mesmo tempo ameríndia e européia, materializada nestes importantes sítios arqueológicos. Sempre se afirmou que os planos urbanos destes povoados seguiram as famosas "Ordenações" dos reis portugueses ou as "Leyes de Indias" dos espanhóis. Entretanto, mesmo se esta afirmação muito geral e superficial é uma verdade histórica, ele não esgota e nem resolve plenamente o problema. Uma análise mais aprofundada nos evidencia as relações muito estreitas com os modelos estabelecidos por duas fortes tradições culturais, a européia e a indígena. Este plano urbano nos evidencia uma série de padrões relacionados às normas milenares materializadas nas aldeias dos horticultores da floresta tropical e subtropical, e as planificações urbanas inovadoras do Renascimento. Entretanto, o que deveremos destacar neste trabalho, são as semelhanças e as diferenças existentes entre as Missões Jesuítico-Guaranis e as experiências dos indígenas guaranis de origem amazônica e as dos missionários jesuítas, herdeiros da cultura dos mosteiros medievais.

As normas relativas ao plano urbano não apenas impõem mas igualmente propõem uma relação das estruturas materiais observadas, tanto nos levantamentos topográficos realizados no sítio arqueológico como no estudo da iconografia descoberta, com o seu contexto, seja ele natural ou social[4].

Não serão desenvolvidas aqui as relações entre o sítio urbano e o cenário, o espaço ambiental, publicadas em outra pesquisa do projeto[5]. Nossa análise se desenvolverá na reconstituição das relações que nos evidenciam os ritmos e as formas da vida social e da cultura, tanto dos seus aspectos materiais como simbólicos.

Durante a primeira etapa histórica das incipientes missões, percebe-se que o plano urbano já se articula em torno de uma praça central e da igreja. A distribuição das estruturas já é muito precisa e ordenada, mas é fortemente marcada pela sua semelhança com a estrutura das aldeias tupi-guarani (a ocara). Entretanto, não é ainda tão complexa como posteriormente. Um exemplo deste primeiro ordenamento pode ser constatado em um documento de 1613, escrito por Roque Gonzales (Meliá, 1978, p. 157-167), que descreve a implantação de um dos primeiros povoados construídos no Tape, no atual Rio Grande do Sul. Esta fundação de inícios do século 17 refere-se ao espaço da praça central, à igreja e à organização das casas retangulares em conjuntos ao redor do espaço central.

Poderíamos pensar inicialmente, que este novo urbanismo se deve tão somente às "Leyes de Indias". Com efeito, desde o século 16 os soberanos espanhóis tornam explicitas em leis as normas que devem organizar as novas cidades coloniais. A cidade deve ser projetada, as ruas e os quarteirões de casas deverão ser traçadas "com régua e corda", caracterizando-se por serem inteiramente regulares e geométricas (Harouel, 1995, p. 81).

No decorrer do século 18, período do auge destes povoados, percebe-se que o plano evidencia uma longa reflexão. São mantidos muitos dos aspectos formais que tiveram sucesso e foram satisfatórios no passado. Entretanto, o plano é completado, sempre tendo em vista a sua coerência. Percebe-se que o complexo conjunto está agora perfeitamente estruturado, nada ocorrendo por acaso. Poderíamos concluir, afirmando que estamos em presença de um modelo que traz consigo uma

2. As pesquisas realizadas pelo projeto Pro-Prata (www.proprata.com) na Seção de Mapas e Planos, da Biblioteca Nacional de Paris, França, em 1995.

3. A citação se refere ao plano como sendo fruto de um projeto original de implantação de uma nova forma de sociedade, denominada por alguns como "socialismo ou comunismo missioneiro". A crítica a este tipo de análise pode ser encontrada em: Mörner, Magnus. *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata region.* Estocolmo: Liv. Instit. Estudos Iberoamericanos,1953, p. 196. Kern, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*, Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982.

4. Segundo Ian Hodder, uma análise contextual arqueológica pode ser assim caracterizada: "Numa primeira abordagem, o contexto a ser analisado se refere tanto ao contexto ambiental como ao das sociedades presentes na área em estudos. Numa segunda abordagem, o contexto se refere tanto aos aspectos arqueológicos da cultura material quanto aos seus significados simbólicos", Hodder, Ian. *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 118-46. Kern, Arno Alvarez. *Arqueologia Histórica Missioneira.* Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 194.

5. Estes aspectos da arqueologia espacial podem ser obtidos em Barcelos, Arthur F. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 408.

exigência absoluta, sem deixar de evidenciar, entretanto, que é um modelo que admite contínuas transformações. Trata-se de dar bases a uma renovação sobre uma continuidade.

O Padre jesuíta Antônio Sepp, o fundador de São João Batista nos dá uma idéia das preocupações de sua época com a adoção de um plano para o povoado[6].

A implantação da Missão implica no domínio sobre um determinado território. Na Idade Média, as terras de uma abadia eram concedidas pelos senhores detentores dos feudos. Muitos séculos depois, na América colonial platina, são os governadores de Buenos Aires e de Assunção que concedem as terras para os "Pueblos de Índios".

A escolha do local para instalação do povoado missioneiro exige um extenso e profundo conhecimento sobre os complexos mosaicos das diversas paisagens que compõem a região. As florestas são necessárias para o plantio da horticultura indígena e para as atividades de agricultura européia com o arado. Os campos servem para a reprodução dos rebanhos de gado e as manadas de cavalos. Exige também uma criteriosa escolha do local em função das necessidades de água para o povoado. Há uma lógica da água relacionada à vida comunitária: captação nas fontes de pedra trabalhada, canalização em direção às oficinas artesanais e à cozinha, contenção em açudes, irrigação da quinta e limpeza das latrinas, etc. O sítio deve ter de águas abundantes, mesmo em períodos de seca prolongada. Este conhecimento, apenas os indígenas guaranis possuíam. São diversos os sítios escolhidos, ora à beira do rio Uruguai, ora no cimo de colinas que se erguem suavemente até quase trezentos metros de altura, como é o caso de São João Batista. Este povoado nos evidencia o padrão das reduções localizadas no atual território do Rio Grande do Sul. Ele está instalado sobre uma suave coxilha. O relevo é uma plataforma que se inclina suavemente pelas encostas da colina. Muitas vezes a topografia exerce algumas restrições, como no caso de São João, obrigando a adaptação das estruturas às formas dinâmicas do relevo.

O cenário escolhido está diretamente relacionado à concepção de urbanismo vigente no século XVII. Limita-se o tamanho do núcleo urbano, ou seja, recusa-se a gigantismo das cidades (Harouel, 1995, p. 47-49). Os motivos são muitos: dificuldades de obtenção de provisões, de manutenção de uma boa administração, etc. Todo o conjunto se ordena em torno da praça central (plaza mayor) e ao longo de um eixo que se prolonga da entrada do povoado, atravessando a praça e acompanhando a linha de maior extensão da igreja. O conjunto se ordena simbolicamente, pois o eixo separa o povoado em duas partes. A leste percebemos todos os dias o nascer do sol e a reinstalação das condições propicias à vida. A oeste, podemos observar o por do sol e a gradual expansão das trevas da noite. Tanto pela manhã como pela tarde, o sol – fonte da vida – estará sempre iluminando o interior da igreja, pelas suas aberturas laterais.

Não existem muralhas. Muitos burgos, os castelos e as fortificações européias tinham muralhas. O mesmo acontecia com as cidades da América colonial, construídas em função dos fortes portugueses e espanhóis, como podemos observar em Buenos Aires, Montevidéu, Colônia de Sacramento, etc. Nas Missões, a defesa não é feita por muralhas de pedra e elas não existem, quer nos levantamento topográficos, quer na documentação iconográfica. Existe apenas um longo muro em torno da quinta, destinado mais a proteger as raras espécies européias ali plantadas, do gado e dos animais selvagens. A defesa do conjunto é propiciada pelas tropas e a cavalaria da milícia indígena. A mobilidade da infantaria e da cavalaria é propiciada pelas ruas largas, conforme as novas normas militares da Idade Moderna, as recomendações das Leis das Índias e o novo plano urbano moderno, criado pelo renascimento. Os novos ideais urbanos e os novos imperativos da circulação, exigem no século 17 ruas largas e retas, destinadas a facilitar as comunicações entre os diferentes setores do povoado e entre as edificações (Harouel, 1995, p. 49).

Poderíamos nos perguntar se não é paradoxal que a Missão, que se propõe à cristianização, à oração e à paz, seja obrigada a se armar e a ter tropas? As tropas da milícia indígena (normalmente) e as do exército espanhol (raramente), não são apenas a defesa móvel do povoado. Apesar de ter sido criada para a defesa dos territórios coloniais espanhóis platinos contra as investidas bandeirantes, desempenham uma função de ataque sempre que necessário. Os padres jesuítas não são apenas os seus párocos e novos pajés, mas treinam esta milícia indígena como soldados. Eles a acompanham quando em marcha contra os inimigos.

São as milícias indígenas que controlam as idas e as vindas dos visitantes estrangeiros à vida no povoado, e que podem afastar os neófitos dos verdadeiros objetivos de suas vidas, traçados pelos missionários jesuítas: a salvação de suas almas e a união com Deus. Este

6. "Yo queria evitar estos y otros errores y trazar mi pueblo metódicamente, según las reglas del urbanismo. La primera condición con la cual debía cumplir fue la medición y el amonojonamiento de los terrenos para la construcción de las casas con el cordel del agrimensor. Tuve que assignar a cada grupo de casas el mismo número de pies a lo largo y a lo ancho como a los otros. En el centro debia alinear la plaza, dominada por la iglesia y la casa del párroco. De aqui debían salir todas las calles, siempre equidistantes una de la otra. Una buena distribución en este sentido significaba una ventaja extraordinaria y, al mismo tiempo, el mejor adorno para el pueblo" Sepp, 1973. p. 223.

controle impede a introdução de informações perniciosas, de distrações e de epidemias, doenças para o corpo e para a alma. Este papel de isolamento e proteção era desempenhado, nas origens da Idade Média, pelas muralhas que envolviam os mosteiros medievais, protegendo os monges dos contatos externos, fossem eles fraternais ou belicosos. As normas espanholas, no caso das Missões limitava a uma curta temporada de três dias a permanência de estranhos no território do povoado missioneiro. Os neófitos guaranis deveriam permanecer no povoado, como os monges permaneciam no mosteiro medieval. Ele era uma proteção contra os malefícios do contato com o mundo dos brancos. Esta proteção é garantida e ampliada pelo regime econômico de autarquia e auto-suficiência do povoado, pois nele se produz tudo o que é necessário à vida da comunidade. Os beneditinos já salientavam, nas suas regras para os mosteiros medievais, que o controle dos contatos dos neófitos com o mundo exterior era um dos instrumentos das boas obras e que eles deveriam, para isto, "... afastar-se das maneiras do século", segundo o capítulo IV da regra (Bouttier, 1995, p. 23-56):

Desde a Antigüidade, a planificação urbana está sempre associada aos projetos de fundação das cidades novas, sobretudo nas colônias gregas e romanas. Um fenômeno semelhante deu nascimento, no mundo romano, aos acampamentos militares (castrum). Eles são muitas vezes o plano que dá origem a muitas cidades que guardaram o seu na sua fisionomia de cidade as orientações gerais deste projeto militar de organização do espaço.

Mesmo na Idade Média, nas fronteiras do sul da França, cidades novas ali fundadas com o nome de Bastides, tiveram o seu plano urbano planificado. A regularidade do plano contrasta com a irregularidade do tecido urbano das cidades medievais tradicionais. Estas experiências foram o ponto de partida para os planejamentos urbanos racionais que forma elaborados no Renascimento e que foram sugeridos nas "Leyes de Indias".

Em toda a Europa, milhares de mosteiros deram origem à ocupação de novos territórios, "no deserto", como se dizia nesta época. Elas forma muitas vezes o núcleo central de uma nova experiência urbana. E deram origem a novas cidades, como ocorreu na época colonial na América colonial. Construir a ordem nesta nova cidade ibero indígena, significa também a organização de um nova sociedade. Afirmou-se nesta época que a cristianização do índio deveria estar integrada à sua redução à polis, ou seja, à vida da cidade.

Franciscanos, dominicanos e jesuítas fazem parte das últimas ordens religiosas fundadas, profundamente ligadas ao desenvolvimento das cidades do final da Idade Média e do Renascimento. Nos burgos da Europa, estas ordens vivem a era das catedrais e das universidades, dedicando-se à pregação e à educação. Entretanto, ao partirem para a América e ao se instalarem junto aos grupos indígenas nas fronteiras do mundo civilizado, necessitaram dos modelos rurais de implantação do cristianismo. Passaram a se guiar em parte, portanto, pela experiência monacal, sobretudo a beneditina. Passaram a seguir algumas das linhas gerais dos traçados dos monastérios beneditinos medievais, adaptando-os aos "Pueblos de Índios" americanos, fundados igualmente "no deserto" do mundo pagão. Os planos geométricos e racionais das missões jesuítico-guaranis, guardam a idéia de ordem e de centralização social em torno da igreja, como já o previra o "plano beneditino" medieval. Este plano monacal prece uma série de construções, de volumes integrados entre si e que interagem num grande conjunto.

Podemos tentar algumas aproximações, entre a organização dos mosteiros e de certos setores da missão colonial, como hipótese de trabalho. Entretanto, é necessário esclarecer sempre que o modelo urbano aqui aplicado não se resume a um sonho de vida isolada em um monastério, mas na definição de relações institucionais entre todos os integrantes deste microcosmos, sejam padres ou leigos, jesuítas ou guaranis.

Por outro lado, não podemos igualmente esquecer a série de ideais urbanos modernos que a partir do século 17 se materializaram nestes povoados: o alinhamento das ruas e a regularidade das fachadas.. A cidade deve ser pensada como uma decoração teatral, onde o essencial são as fachadas e a aparência. Quando penetramos em um povoado missioneiro, por uma larga rua, percebemos a perspectiva monumental que forma com as duas capelas situadas na entrada da praça e, ao fundo, o conjunto formado pela fachada da igreja e as duas portas instaladas frente ao claustro e ao cemitério. Esta perspectiva monumental não deve nada à Idade Média, mas é uma nova idéia de urbanismo da Idade Moderna. O povoado, para ser belo, necessita corresponder a uma figura geométrica (Harouel, 1995, p. 53).

CONCLUSÕES

As sociedades urbanas do passado nos deixaram um rico e variado legado cultural. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes ou de uma rede viária urbana. As comunidades citadinas do passado nos deixaram como herança igualmente um modo-de-ser urbano, com suas características estruturas sociais e um sistema de valores morais e ideológicos

(Roux, 2004, p. 190). Ser um cidadão e viver em uma cidade, no passado da história ocidental foi ter o sentimento de pertencer a uma comunidade e de se sentir, de uma certa maneira associado aos assuntos políticos. Ser cidadão sempre foi, também, estar envolvido com tudo o que é feito ou dito no âmbito da cidade e poder afirmar a sua participação e a sua responsabilidade. Se pensarmos bem, ainda hoje isto é ser um cidadão (Lonis, 2003, p. 191).

Nos povoados missioneiros, podemos perceber a racionalidade dos planos urbanos que nos são conhecidos desde a Antigüidade até o Renascimento. É necessário reconhecer, igualmente, as origens medievais de uma parcela deste plano urbano, a partir do plano-tipo das abadias beneditinas. E, além disto, nós podemos ali observar também a permanência dos hábitos sociais dos Guarani, nas casas comunais independentes que abrigam as famílias extensas, como nas aldeias neolíticas tradicionais no continente sul-americano.

Com certeza, a visão de regularidade e de simetria do conjunto do povoado, nos faz lembrar uma ordem perfeita e definitiva. As ruas se estendem em linhas retas e paralelas, entrecortando-se em ângulos retos. A igreja ocupa o lugar central da praça e sua fachada compõe um cenário extraordinário que se completa com as portas e arcadas em face do claustro e do cemitério. A igreja está centralizada em relação ao claustro e pelas oficinas artesanais, por um lado, e pelo cemitério e o cotiguaçu, por outro. No centro do povoado, a "plaza mayor", orgulho das cidades do renascimento na Espanha, está cercada de casas (ocas) dos Guarani, isoladas umas das outras à maneira amazônica. Mesmo que os jesuítas tenham em sua residência aposentos privativos, assim como os indígenas dispõem de suas casas, missionários e neófitos terminam por se encontrar nos grandes espaços de uso comunitário do povoado, principalmente na praça e na igreja.

Trata-se de um conjunto de construções ao mesmo tempo funcionais e despojadas, constituídas de materiais tangíveis e com base em um módulo humano de neófitos guaranis. Seu objetivo, entretanto, é "civilizar" e "cristianizar". Procura conduzir os indígenas guaranis à transcendência divina, sem esquecer, entretanto, as dificuldades do mundo e os interesses geopolíticos da conquista ibérica do Rio da Prata.

A releitura que pode ser feita, tanto a partir das informações iconográficas, como das observações *in situ*, é agora mais clara. O povoado se materializa como uma síntese cultural de influências não apenas européias e indígenas, mas igualmente medieval, moderna e indígena.

Mesmo que estes povoados missioneiros contenham apenas uma sociedade restrita, limitada a alguns missionários e dezenas de famílias guaranis, esta sociedade é um verdadeiro microcosmo humano que resume a diversidade e a complexidade do mundo e da humanidade.

As possibilidades de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração desta região platina se viabilizam a partir dos dados que tanto a arqueologia como a história nos fornecem. Partindo do estudo da dinâmica das interações sócio-culturais destes povoados missioneiros, bem como da sua persistência no tempo histórico, podemos analisar as ações e as reações que caracterizam este complexo processo de desenvolvimento. No imenso cenário da região missioneira, do Guairá ao Tape, de Assunção a Buenos Aires, as sociedades européias e indígenas se encontram e se confrontam, em complexas relações interétnicas. Podemos observar, no lento mas dinâmico passar do tempo histórico, a emergência de uma síntese cultural complexa, na qual a persistência do modo de vida do Guarani não é menos importante do que as tradições ibéricas da Idade Média e as novas manifestações da era moderna.

"E, mais uma vez, nós – historiadores e arqueólogos – somos surpreendidos com a riqueza dos novos panoramas desta nossa história, sempre nova e sempre renovada" (Kern, 1998, p. 150).

BIBLIOGRAFIA

BARCELOS, A. F. (2000) – *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas.* Porto Alegre: EDIPUCRS.

BOUTTIER, M. (1995) – *Monastères. Des pierres pour la prière.* Paris, Derclée de Brouwer.

CHARLEVOIX, P. (1756) – *Histoire du Paraguay*. Paris: Didot.

HAUBERT, M. (1967) – *Des indiens et des jésuites du Paraguay au temps des missions.* Paris: Hachette.

HAROUEL, J. (1995) – *Histoire de l'urbanisme.* Paris: Presses Universitaires de France.

HODDER, I. (1986) – *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press.

KERN, A. A. (1982) – *Missões: uma utopia política.* Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.

KERN, A. A. (1991) – Sociedade barroca e Missões Guaranis: do confronto à complementaridade. *Actas (I Congresso Internacional do Barroco*, Universidade do Porto, Portugal).

KERN, A. A. (1992) – Les Missions Jésuites des Guaranis. *Les Dossiers d'Archéologie* (Paris, França) 169, p. 46-9.

KERN, A. A. (1994) – *Utopias e missões jesuíticas.* Porto Alegre: Editora da UFRGS.

KERN, A. A. (1998) – Análise do plano urbano das Missões jesuítico-Guaranis. *Anais VI Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas* (UNIOESTE).

KERN, A. A. (1998) – *Arqueologia Histórica Missioneira.* Porto Alegre: Editora da PUCRS.

LONIS, R. (2003) – *La cité dans le monde grec.* Paris : Nathan Université.

MELIÁ, B. (1978) – Las reducciones jesuiticas del Paraguay: un espacio para una utopia colonial. *Estudios Paraguayos* 6 (1), p. 157-67.

MÖRNER, M. (1953) – *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata region*. Estocolmo: Liv. Instit. Estudos Iberoamericanos.

MORRIS, A. E. J. (1984) – *História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

ROCHE, D. (1990) – Cidade. In: LE GOFF, J. CHARTIER e REVEL, J. *A nova história.* Coimbra: Editora Almedina.

ROUX, S. (2004) – *Le monde des villes au Moyen Âge*. Paris: Hachette.

SEPP, A. (1973) – *Continuación de las labores apostólicas.* Buenos Aires: EUDEBA.

O CAFÉ, A ESCRAVIDÃO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

MINAS GERAIS / RIO DE JANEIRO – BRASIL – SÉCULO XIX E XX

CARLOS MAGNO GUIMARÃES Professor associado e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
MARIANA GONÇALVES MOREIRA Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
GABRIELA PEREIRA VELOSO Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
ELISÂNGELA DE MORAIS SILVA Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais
CAMILA FERNANDES MORAIS Estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO O trabalho está inserido em um projeto mais amplo de Arqueologia Ambiental que analisa os impactos provocados pelas atividades econômicas na região de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX-XX.
A lavoura cafeeira, desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, produziu, por um lado, enorme quantidade de riquezas; e, por outro, um amplo e intenso processo de degradação ambiental identificado atualmente através dos vestígios arqueológicos presentes em grandes áreas onde se localizavam as fazendas produtoras.
As conseqüências ambientais decorrentes da produção do café são analisadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula informações provenientes de pesquisa documental / bibliográfica, da iconografia e de vestígios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVE Brasil, arqueologia histórica, café, escravidão, degradação ambiental

I

O trabalho aborda o impacto ambiental provocado pela expansão cafeeira dos séculos XIX e XX no Vale do Paraíba do Sul e em parte da Zona da Mata mineira, mais especificamente nos municípios de Além Paraíba e Chiador (no estado de Minas Gerais); e Sapucaia e Três Rios (no estado do Rio de Janeiro). A pesquisa desenvolveu-se no contexto da Arqueologia Preventiva realizada na região (que compreende áreas dos municípios citados) atingida pela construção da Usina Hidrelétrica Simplício-Queda Única, implantada por Furnas Centrais Elétricas S/A.

Nesta abordagem a paisagem é utilizada como categoria de análise. Paisagem aqui compreendida como um recorte espacial que guarda as marcas da lógica da produção de diversos momentos, e que, segundo Santos (1988), é um conjunto de formas heterogêneas que traz as representações das maneiras de produzir e de construir o espaço ao longo do tempo. Tais marcas, no contexto temporal e espacial do estudo apresentado, constituem vestígios arqueológicos representativos do ciclo cafeeiro – período no qual a economia nacional se baseava na produção/exportação de café – ocorrido na região.

Cabe aqui um breve retrospecto da ocupação do território abordado. Importante ressaltar que a área, antes desta ocupação desencadeadora de sua degradação ambiental, era povoada por indígenas, sendo, posteriormente, apropriada por posseiros (pequenos proprietários).

A região de Minas Gerais que foi palco da expansão cafeeira recebeu a denominação de Zona da Mata em decorrência da densa e exuberante cobertura vegetal que possuía e que integrava o bioma Mata Atlântica. Com relação à região conhecida como Vale do Paraíba do Sul, trata-se de uma referência toponímica, visto que corresponde à área que constitui o vale formado pelo rio Paraíba do Sul que atravessa os atuais estados brasileiros de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tais regiões, agrupadas sob a denominação "sertões de leste", foram consideradas "zona proibida" até o início do século XIX. A Coroa Portuguesa, visando barrar os desvios do ouro pelo contrabando,

instituiu proibições e políticas de isolamento das matas do leste, contribuindo para que elas permanecessem incógnitas.

Somente a partir de 1805, já com a decadência do ouro nas Minas, os decretos da Coroa Portuguesa que proibiam a doação de sesmarias, fora das imediações do Caminho Novo[1], foram revogados e essas passaram a ser concedidas, especialmente a famílias da região mineradora em crise.

Com o decréscimo da produção aurífera, esta região passou a constituir a alternativa mais viável para a montagem de novas empresas agrícolas e para a aplicação de recursos acumulados. A expansão da fronteira representou uma alternativa à fixação de grupos sociais vinculados à mineração. Com o esgotamento das terras e das oportunidades na mais antiga área de ocupação da Capitania mineira, restava às gerações subseqüentes a migração para novas áreas, incentivadas pela política de doação de sesmarias e pelas estradas que facilitavam a penetração (Oliveira, 2004, p. 57).

O esgotamento das terras na região cafeeira fluminense, aliado ao avanço das frentes de ocupação do território[2], intensificou o povoamento (por parte dos cafeicultores) da Zona da Mata mineira. Entre 1811 e 1820, com a transferência da corte portuguesa e a vinda da família real para o Brasil, veio a proposta de uma nova política de interiorização, articulada por Dom João, intensificando-se as concessões de sesmarias nessa região (Oliveira, 2004). Extensas unidades produtivas foram constituídas, com mão-de-obra escrava[3], configurando, assim, o que se convencionou denominar "Ciclo do Café" e propiciando o surgimento de seus barões, figuras de elevado prestígio naquele contexto.

A implantação de ferrovias, a partir da segunda metade do século XIX, foi responsável por acelerar o processo de expansão das lavouras cafeeiras na região, na medida em que veio solucionar o problema de escoamento da safra[4], ao conectar o interior aos portos marítimos.

A mão-de-obra escrava, inicialmente utilizada nas grandes plantações de café, era originária das áreas de mineração. A crise da exploração minerária teria "disponibilizado" escravos para serem empregados em outras atividades produtivas, como as lavouras de café.

1. Companhia Docas de Santos, Santos, SP, entre 1900 e 1909. Fonte: Coleção SACOP, Arquivos Especiais, CMU. In: Arquitetura do Café / André Munhoz de Argollo Ferrão – Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 26.

Embora decretada a abolição do tráfico de escravos, em 1850, ocorreu uma intensificação desse processo em âmbito regional e interprovincial. Processo que, contraditoriamente, adiou e contribuiu para o colapso da economia vigente, uma vez que houve vertiginoso aumento nos preços dos escravos, que eram utilizados pelos proprietários como garantia de empréstimos, promovendo o endividamento do cafeicultor; além de dificultar a aquisição do escravo, imprescindível ao empreendimento latifundiário.

Ainda que não seja o foco deste trabalho, cabe a observação de que, após a desagregação das grandes propriedades e a gradual dissolução do sistema – devido não somente à escassez de mão-de-obra[5] mas a uma conjunção de fatores que incluem a degradação das terras devido à exaustiva exploração, dentre outros – foram surgindo novas relações de trabalho e categorias sociais neste cenário. Libertos e "mestiços" participaram da formação de um campesinato na região (Alves, 2008). O regime de escravidão foi sendo substituído por formas de parceria, como o *colonato* e a *meação*, onde os trabalhadores possuíam acesso parcial à terra, podendo, às vezes, adquiri-la, dando origem a pequenas propriedades familiares (Alves, 2006). Além dos casos de aquisição de terra por parte de *meeiros* e *colonos*, também o desmembramento das grandes propriedades, quando repartidas por espólio, provocou o surgimento de grande número de pequenas propriedades familiares.

1. Estrada que conduzia das Minas ao território fluminense, onde se situava o porto.
2. Dentre os objetivos de tais incursões pelas matas virgens do sertão estava a "domesticação" dos "selvagens" que as ocupavam, além, obviamente, da busca incessante por riquezas.
3. Em conseqüência à ampliação das lavouras das grandes unidades produtivas baseadas na monocultura do café, um grande contingente de escravos foi levado para a região.
4. Para além de questões de infra-estrutura, a ferrovia foi um elemento importante de integração regional, auxiliando no processo de constituição de muitos núcleos urbanos que surgiram em decorrência de sua implantação, e de indubitável relevância não apenas para a circulação de pessoas, mas também de idéias.
5. No Brasil a escravatura foi abolida em 1888, dificultando sobremaneira a manutenção ou o desenvolvimento de atividades que envolvessem grandes quantidades desses trabalhadores nas condições em que eram empreendidas.

II

Embora não tenha havido a precedência na ocupação das "áreas proibidas", as unidades produtivas cafeeiras dominaram o espaço e a paisagem regionais no que diz respeito à apropriação territorial para a implementação da lavoura e à edificação de estruturas de grande porte. As atividades anteriormente a cargo de posseiros deram lugar aos latifúndios, onde os impactos eram potencializados em grande escala.

2. Colheita de café – Rugendas. Fonte: Moura, Carlos Eugênio Marcondes. A Travessia da Calunga Grande – Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: USP, 2000, p. 457

A implantação de grandes latifúndios monocultores de café, na paisagem, evidenciou o caráter predatório da agricultura, no que diz respeito ao ambiente, o que não é exclusividade de um cultivo específico. Desde seu desenvolvimento, há milhares de anos, a agricultura vem provocando impactos de proporções diversas (maiores ou menores) conforme suas especificidades técnicas e/ou históricas.

Dentre os métodos predatórios do cultivo do café estava, inicialmente, a derrubada da mata. A supressão da cobertura vegetal nas áreas ocupadas, feita com o uso do machado e com o recurso da queda de árvores maiores sobre menores, era precedido por uma seleção das madeiras-de-lei, retiradas para uso em edificações ou equipamentos. Na seqüência, ocorria a queima das árvores não aproveitadas, prática herdada da agricultura de coivara indígena que era, nesses casos, levada às últimas conseqüências, consideradas as extensões territoriais atingidas. Empreitada que não garantia o sucesso das lavouras. De acordo com S. Stein, até que fosse descoberto o tipo de solo e de drenagem ideais para o cultivo, as "experiências produziram muitas terras desperdiçadas e esgotadas prematuramente ou cafezais improdutivos" (Stein, 1961, p. 29). Ao longo do tempo, por meio da vivência experimentada e de observações cotidianas, foi sendo desenvolvida certa percepção com relação aos critérios a serem utilizados para a escolha dos terrenos. Eram julgados mais apropriados ao cultivo do café aqueles que apresentavam maior ou menor exuberância das matas que os recobriam.

A lavoura cafeeira no Brasil foi empreendida a partir de uma lógica que, desde o primeiro momento, exigia deslocamento e ampliação territorial constantes, implicando, segundo Castro, uma dinâmica de "três tempos e espaços": havia sempre "uma faixa ou zona pioneira" onde as lavouras estavam sendo desenvolvidas; uma região de lavouras maduras em produção; e uma "região decadente", onde a monocultura se encontrava "em regressão" (Castro, 1980, p. 50).

Este processo, que se acreditava sem fim, acabou por definir, a médio prazo, o colapso do próprio Ciclo, pelo menos no que diz respeito às suas possibilidades de expansão[6], na medida em que os recursos territoriais eram limitados. A constante exigência por terras virgens para o cultivo determinou seu próprio limite e a destruição das matas. Na medida em que se expandiam as culturas de café, destruíam as condições necessárias à reprodução de seu ciclo.

Relacionado ao desmatamento, que envolvia todos os espaços disponíveis, (inclusive os cumes dos morros), estava o problema do dessecamento dos cursos d'água. A rede hidrográfica regional foi amplamente prejudicada ao longo de todo o ciclo de expansão do café, o que também limitou as possibilidades de manutenção dos cafezais.

Também merece referência o desenvolvimento de processos erosivos, decorrentes tanto do corte da mata original quanto das técnicas empregadas no plantio dos cafezais. A implantação das lavouras de café desencadeou a "erosão provocada pelo desconhecimento das mais simples técnicas de preservação do solo". Isto associado à "ampla disponibilidade de novas [...] terras [...] são alguns dos fatores explicativos de uma das constantes da história do café: a permanente existência de áreas decadentes" (Castro, 1980, p. 55).

Além dos impactos referidos, as culturas homogêneas, na qual a do café se insere, provocam outras consequências no ambiente onde são desenvolvidas. O caráter homogêneo limita a inserção de elementos de fauna diversificada, empobrecendo de forma expressiva o eco-sistema. Por outro lado, a natureza do café e sua permanência por longos anos na mesma região levaram ao esgotamento do solo, no que diz respeito a seus nutrientes. Apesar de existirem variações relacionadas à vida média de um cafezal, esta nunca era inferior a duas décadas, sendo que em algumas

6. É importante ressaltar que o fim do "Ciclo do Café" não foi conseqüência "apenas" da destruição ambiental. O envelhecimento dos cafezais e dos plantéis de escravos deve ser visto no mesmo contexto, do qual participou também a proibição do tráfico em 1850.

áreas atingia de trinta a quarenta anos, e até mais. Após este espaço de tempo o solo estava de tal forma empobrecido que ainda hoje, passado quase um século da crise do café, existem áreas que não respondem, produtivamente, nem mesmo à formação de pastagens com o recurso de mecanização e outros tipos de insumos. É a expressão do custo, que ficou para as gerações seguintes, de toda a riqueza gerada durante o ciclo do café, que se encerrou após um longo período de crise para a qual não houve solução.

III

No campo da Arqueologia da Paisagem, a investigação sobre os impactos ambientais ocasionados pelas práticas de plantio dos cafezais nos séculos XIX e XX foi desenvolvida por meio de trabalhos de campo, tendo como ponto de partida as antigas sedes das fazendas cafeeiras. Foram percorridos os territórios dessas antigas fazendas – que se encontravam em ruínas ou em uso – presentes nos municípios de Além Paraíba/MG, Chiador/MG, Três Rios/RJ e Sapucaia/RJ. O objetivo era a observação, interpretação e registro fotográfico das evidências da degradação ambiental. Foram percorridas áreas de 25 fazendas remanescentes do período estudado, sendo que de duas delas restam apenas os alicerces.

O acervo arqueológico, portanto, é constituído pelos vestígios materiais remanescentes da antiga atividade cafeeira. Tais vestígios incluem as marcas antrópicas sinalizadas no ambiente físico pelo processo de formação das extensas áreas de monocultura do café, bem como suas antigas unidades de processamento: as grandes fazendas escravistas. Os vestígios relacionados às unidades de produção incluem as sedes das fazendas, bem como equipamentos utilizados no plantio e beneficiamento dos grãos (lavagem; secagem; despolpamento; abanação, catação e brunimento). Um aspecto a ser ressaltado é que tais marcas antrópicas se estendem por todo o território e paisagem das antigas fazendas, evidenciando o enorme custo ambiental decorrente do denominado "Ciclo do Café".

Sendo a paisagem o recorte conceitual e espacial que traz as cicatrizes dos diferentes momentos de produção, é necessário considerar três fases distintas da apropriação econômica desse ambiente físico:

1) a derrubada da floresta original;

2) a introdução da monocultura cafeeira;

3) a substituição da monocultura cafeeira pela pecuária a partir da crise do café e da exaustão dos solos.

A primeira fase diz respeito à chegada da "segunda leva de invasores humanos", a partir dos anos de 1500. Desde então, toda a extensão da floresta sofreu algum grau de intervenção, que transformou parte da Mata Atlântica em floresta secundária, embora com características semelhantes à original. Para a região focalizada, a maior intervenção, entretanto, ocorreu, sobretudo a partir do século XIX, com o início do "Ciclo do Café".

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008

3. Fazenda Barra do Peixe – Além Paraíba/MG.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008

4. Fazenda Santa Alda – Além Paraíba/MG.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008

5. Fazenda Santa Alda – Além Paraíba/MG.

A segunda fase se passa nos séculos XIX e XX, quando ocorreram as mais acentuadas formas de interferência na floresta original para dar lugar às extensas áreas de produção do café. Cabe ressaltar que, em princípio, tanto a Zona da Mata Mineira quanto a porção fluminense do Vale do Paraíba do Sul, pertencentes ao domínio dos Mares de Morro e da Mata Atlântica, forneceram condições ambientais adequadas ao desenvolvimento da economia cafeeira. Na época, era difundido o mito de que os terrenos cobertos por mata virgem eram de boa qualidade para uso agrícola. Em decorrência desta crença, os mesmos foram longamente utilizados para

o plantio do café. Segundo Ramos (1923):
Na escolha de um terreno, os agricultores não dão muita importância as suas propriedades físicas e químicas; deixam-se levar pela vegetação dominante, de modo que qualquer terreno, que estiver coberto de mata virgem, no interior dos mesmos, presta-se ao cultivo do cafeeiro (Ramos, 1923, p. 230).

6. Derrubada de floresta – Rugendas. Fonte: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. A Travessia da Calunga Grande – Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: USP, 2000, p. 454.

Finalmente, a terceira fase foi caracterizada pelas sucessivas crises da economia cafeeira, iniciadas a partir do último quarto do século XIX, o que favoreceu a diversificação das atividades econômicas, com predominância dos empreendimentos agropastoris. Os antigos cafezais, com os solos exauridos, quando possível, deram lugar às extensas áreas de pastagem.
Exemplos dessas três fases, presentes na paisagem contemporânea, apresentam-se com extensões diferenciadas. O primeiro deles, onde a presença da Mata Atlântica era dominante, resume-se a vestígios de áreas preservadas, transformadas em unidades de conservação, para atender à recente legislação ambiental. É o caso dos topos de morros e das margens dos cursos d'água. Essas matas, contudo, embora semelhantes, não trazem as características originais da cobertura primária e nem da fauna que anteriormente as habitou.
Da segunda fase, caracterizada pela produção cafeeira com intensa intervenção na paisagem, os testemunhos são as antigas unidades de produção, constituídas pelas sedes das fazendas, em ruínas ou ainda edificadas, pelas estruturas remanescentes da atividade (associadas às fazendas) e pelas áreas de cultivo das unidades produtoras. Desse momento, na paisagem, estão os vestígios da atividade na forma de impacto ambiental: ausência da mata atlântica original, solos esgotados, intenso processo erosivo, diminuição da disponibilidade de água associada ao dessecamento e assoreamento dos cursos d'água.
A terceira fase, cuja atividade econômica ainda predomina, é representada pelas extensas áreas de pastagens. A região antes coberta pela densa floresta, e, posteriormente, pelos cafezais, está hoje transformada em amplas áreas de pastagens exploradas geralmente através de grandes propriedades.
Guerra e Botelho (1998) ressaltam a importância da variável "uso do solo", no Médio Vale do Paraíba, para se compreender o atual quadro regional de degradação das terras. Os solos da região, originados em grande parte de arenito, não são facilmente erodíveis, o que demonstra, segundo os autores, o pesado impacto da história da ocupação para o entendimento das atuais condições ambientais.
A problemática está centrada, portanto, na sistemática de cultivo do café, cujas técnicas de produção desempenharam papel decisivo na formação do atual quadro de degradação ambiental. Segundo Ramos (1923), a cultura do café ocorria de forma extensiva com o objetivo de ampliar as plantações existentes, como no caso do território paulista, ou para substituir velhos cafezais improdutivos, como no caso dos territórios mineiro e fluminense.
As antigas formas de exploração da terra para o plantio dos cafezais reuniram um conjunto de fatores que culminaram nos prejuízos ambientais hoje identificados. A ausência da proteção natural dos solos, decorrente da retirada da cobertura vegetal, o plantio em linhas morro-abaixo e o caráter extensivo da atividade cafeeira foram condições altamente impactantes. As águas pluviais, ao encontrarem terras sem proteção, com declividade média e com plantações perpendiculares à base do morro, encontraram as condições propícias ao livre escoamento, acelerando, desse modo, os processos erosivos e favorecendo a lixiviação dos nutrientes do solo. Além disso, a utilização para plantio de áreas de recarga hídrica, como nos topos de morro, favoreceu a redução da disponibilidade de água em função da compactação dos solos e da destruição de nascentes.
Retomando o mito da fertilidade dos solos cobertos por "mata virgem", na realidade ele não condiz com as características químicas reais dos mesmos. São solos muito desenvolvidos e intemperizados, incapazes de fornecer todos os nutrientes necessários ao cultivo do café, uma vez que a maior parte dos minerais foram lixiviados pelas águas pluviais. As características físicas, contudo, são adequadas ao desenvolvimento agrícola, pois são muito profundos e bem drenados. Associado a esse aspecto, o relevo forte-ondulado da região também favoreceu o desenvolvimento da planta por contribuir na infiltração da água, reduzindo o excesso de umidade superficial prejudicial à rubiácea.
Portanto, para a escolha das áreas dos futuros cafezais

os agricultores eram orientados tanto pelo mito da "vestimenta" do terreno, ao escolherem as matas virgens, quanto por um saber empírico, ao escolherem aqueles terrenos mais acidentados. Assim, para seleção das áreas das futuras lavouras, muitas vezes guiavam-se pela presença de tipos vegetais, denominados de "padrões", como bálsamo, pão-álho, cedro branco, palmito branco, ortinguinha, fagada brava, figueira brava, figueira branca, folha larga, cambará, embaúba-verde e criciúma (Rangel, 1907).

Se, inicialmente, os terrenos apresentavam alguma fertilidade, dada pela cobertura superficial humosa da floresta, as práticas agrícolas que antecediam a plantação dos cafezais tratavam de destruí-la em seguida. Esse sistema ambiental, onde a floresta é responsável tanto pela manutenção da superfície orgânica quanto pela proteção do solo da ação das águas pluviais, ficava altamente comprometido pelos métodos de cultivo adotados. A retirada da floresta, além de deixar a terra desprotegida da ação da chuva, favorecendo a erosão, aniquilava a fonte de suprimento da matéria humosa, responsável pela fertilidade superficial. Posteriormente, o terreno era queimado, sendo destruída outra parte de seus elementos orgânicos. Para completar o ciclo de destruição, o plantio se dava morro-abaixo, ou seja, o alinhamento das covas era traçado de forma perpendicular às curvas de nível, o que favorecia o escoamento laminar e concentrado das águas, provocando diversas formas erosivas e acelerando o processo de assoreamento dos cursos d'água. O plantio morro-abaixo e a erosão do solo podem ser observados em registros iconográficos já durante o Ciclo do Café.

Aliada à forma de cultivo, facilitadora do processo erosivo, estava a própria constituição do solo regional, classificado como argissolos e latossolos. Já foi observado que grande parte da porção fluminense do Vale do Paraíba do Sul e da Zona da Mata Mineira está em argissolos de relevo movimentado, característica favorável ao aumento do escoamento superficial e, consequentemente, à aceleração de processos erosivos. Nesses solos são comuns as ocorrências de erosão em sulco e erosão laminar. Já as grandes formas erosivas, como as voçorocas, são menos presentes.

Essa forma de cultivar a terra, de caráter insustentável, expressava mais uma ação deletéria da paisagem original: a prática extensiva da atividade. A terra exaurida em pouco mais de trinta anos, demandava a abertura de novas áreas para os novos cafezais. Assim, em pouco tempo, a imagem da devastação foi se alastrando pelo Vale do Paraíba do Sul. Conforme expressou Ramos, 1923:

Em vez de irem alargando, as áreas cultivadas iam caminhando para o interior do país, mas em larga escala desaparecendo da sua retaguarda, como as chamas de um incêndio, que avançassem crepitantes, por uma floresta, deixando atrás de si vastas extensões, só de cinzas povoadas (Ramos, 1923, p. 60).

Grande parte dos processos erosivos hoje encontrados na região das antigas fazendas é resultante da retirada da mata original, desprotegendo a terra, da utilização das terras para agricultura, desagregando os solos e intensificando os processos erosivos, e do fato de o substrato pedológico ser altamente susceptível à erosão.

A retirada da vegetação original, descobrindo os solos, além de acelerar a erosão, propiciou o aparecimento de plantas heliófilas, como a Taboa (*Typha domingensis*), que necessitam de ambientes ensolarados e são pioneiras em áreas assoreadas e degradadas. São plantas

7. Fazenda Santo Antônio. Sapucaia, RJ. Pintura de Nicolau Facchinetti, 1880. Fonte: Martins, Carlos; Piccoli, Valéria. Facchinetti. Rio de Janeiro: CCBB, 2004, p. 58.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008

8., 9. e 10. Degradação Ambiental.

comuns em terrenos inundáveis em toda a região pesquisada; principalmente nas áreas baixas por onde passavam cursos d'água que foram assoreados.

A paisagem da região hoje é constituída por uma cobertura vegetal superficial rasteira e pouco diversificada, quase que homogênea; pela presença de processos erosivos (erosão laminar, concentrada, voçoroca-mento); pelo assoreamento dos cursos d'água; e pela consequente redução da disponibilidade de água. É uma paisagem muito diferente daquela vista pelos primeiros "desbravadores" dos "sertões de leste", que ali encontraram uma região de domínio da Mata Atlântica Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. A. (2005) – *A 'conquista da terra'. (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga – MG*. Belo Horizonte. (Monografia).

ALVES, M. A. (2008) – *O patrimônio de Dom Viçoso. Economia e sociabilidade entre camponeses da região da Serra do Brigadeiro – MG*. Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado).

BEILGUELMAN, P. (2006) – *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BELUZZO, A. M.M. (2000) – *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Objetiva.

CANO, W. (1977) – Economia do Ouro em Minas Gerais. In: *Contexto*. São Paulo: Hucitec, (3), n.º 3, julho 1977.

CASTRO, A. B. de (1980) – *Sete ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CASTRO, C. F. de F. (1987) – *Os Sertões de Leste: Achegas para a história da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

CYRINO, F. (2004) – *Café, Ferro e Argila: A história da implantação e consolidação da "San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd." através da análise de sua arquitetura.* São Paulo: Landmark.

DEAN, W. (1977) – *Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1820-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DEAN, W. (1996) – *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

EL-KAREH, A. C. (1982) – *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II – 1855-1865*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

FRAGOSO, J. L. (1998) – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fundação SOS Mata Atlântica & INPE (2009) – *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica - Período 2005--2008*. São Paulo.

FURTADO, C. (1976) – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.

GUERRA, A. J. T. e BOTELHO, R. G. M. (1998) – Erosão dos solos. In: CUNHA, S. B E e GUERRA, A. T. *Geomorfologia do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GUIMARÃES, C. M. e REIS L. M. (1986) – Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). In: *Revista do Departamento de História* 2:7-36, Belo Horizonte: Fafich/UFMG.

GUIMARÃES, C. M. e BRITO, P. C. L. de (2008) – *Escravismo e Rebeldia na Província.* Belo Horizonte: *in mimeo*.

GUIMARÃES, C. M. e VELOSO, G. P. (2008) – *Café, ferrovia e degradação ambiental na Província*. Belo Horizonte: *in mimeo*.

GUIMARÃES, C. M. *et al* (2009) – Café, Impacto Ambiental e Paisagem: uma abordagem interdisciplinar. In: *Memória e práticas culturais: registro e conservação. Relatório Sintético apresentado à Furnas Centrais Elétricas S.A. como medida condicionante no contexto da implantação da UHE Simplício-Queda Única.* Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.

IGLÉSIAS, F. (1958) – *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

LENHARO, A. (1979) – *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo.

LIBBY, D. C. (1988) – *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.

MAGALHÃES, B. de (1980) – *O café na história, no folclore e nas Belas Artes*. São Paulo: Editora Nacional.

MARTINS, R. B. (1983) – Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, janeiro/abril.

MARQUESE, R. de B.(2006) – A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georde Grum. In: *I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Museu Paulista/USP.

MATOS, O. N. de (1990) – *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP: Pontes.

MOURA, C. E. M. de (2002) – *O Visconde de Guaratinguetá: Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel.

O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. Coleção Imagens do Brasil.

OLIVEIRA, J. T. (1993) – *História do café no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada.

OLIVEIRA, M. R. (2005) – *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1820*. Bauru: Edusc.

OLIVEIRA, M. R. (2004) – Terra e trabalho no processo de ocupação da zona da mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar.

PINTO, V. N. (1988) – Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

PÁDUA, J. A. de (2002) – *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PRADO JR, C. (1989) – *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

RAMOS, A. (1923) – *O Café no Brasil e no Estrangeiro*. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena.

RANGEL, S. F. (1986) – O Café. In: *Séries estatísticas retrospectiva: o Brasil, suas riquezas naturais: indústria agrícola,* IBGE.

SÁNCHEZ, L. H. (2006) – *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos.

SANTOS, M. (1994) – *Metamorfoses do Espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.

SILVA, E. de M. (2011) – *Arqueologia e coletivos indígenas: os 'purizados' do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado).

SILVA, S. (1976) – *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

SIMONSEN, R. C. (1978) – *Histórica Econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Nacional.

SOBRINHO, M. A. (1968) – *A civilização do café – (1820-1920)*. São Paulo: Editora Brasiliense.

STEIN, S. J. (1961) – *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Editora Brasiliense.

TAUNAY, A. de E. (1945) – *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC.

TELLES, A. C. da S. (2006) – *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara.

FORTIFICAÇÕES, ESPAÇOS DE GUERRA E ARMAMENTO

EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS EN LA MURALLA REAL DE CEUTA

PERSISTENCIAS Y RUPTURAS (1415-1668)

FERNANDO VILLADA PAREDES Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta

RESUMO A conquista de Ceuta em 1415 pelas tropas comandadas por D. João I marcou um ponto de inflexão na história da cidade. Ceuta, separada do reino de Portugal pelo mar, isolada num ambiente hostil e sempre com falta de homens, armas e abastecimentos, converte a preocupação pela defesa num eixo essencial da sua sobrevivência nestes séculos de domínio português. A resposta aos desafios que representa a ameaça externa não é homogénea e está condicionada pela evolução das táticas e técnicas da arte da guerra e pela própria evolução do incipiente império ultramarino português.
A análise destas adaptações não é um tema histórico inédito, antes pelo contrário. Um notável conjunto de estudos tentaram explicar este processo, tomando como principal fonte a informação textual e cartográfica que chegou aos nossos dias. Pretende-se, neste artigo, abordar esta problemática a partir de uma perspetiva diferente, ou seja, a partir dos resultados obtidos em várias escavações arqueológicas, a maior parte das quais ainda inéditas, que aportam novos dados para a compreesão deste processo.
O nosso trabalho divide-se em três capítulos bem definidos. Ponderados os termos gerais desta evolução, ilustramos resumidamente os resultados das principais escavações arqueológicas realizadas entre 2003 e 2009 na zona da *Muralla Real*, para concluir com uma reconstrução da evolução do setor ocidental da fortificação, à luz desta nova informação.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia en Ceuta, fortificaciones portuguesas, siglo XVI, Muralha Real

La conquista de Ceuta en 1415 es el umbral de la expansión ultramarina de Portugal, un proceso que marcaría no solo el futuro del reino lusitano sino que tendría consecuencias a escala mundial. En un ámbito meramente local, supuso la edificación de una ciudad adaptada a las necesidades de sus nuevos habitantes. La construcción en suma de una ciudad "cristiana" en el norte de África. Pero la génesis de esta urbe no se realizó *ex nihilo*. Más bien al contrario. Estuvo decisivamente condicionada por la existencia previa de la ciudad islámica que debió ser metamorfoseada y redefinida.

Este fenómeno, el de apropiación de una *madina* islámica por conquistadores cristianos, tiene abundantes precedentes, cuyo estudio ha generado una bibliografía copiosa, en la península Ibérica (a título de ejemplo, Torres, 1954; Abellán, 1981; Espinar, 1991; Lavado, 1981; Corral, 1991; Torró, 1995; Olivera, 1999; Jiménez, Navarro, 2001; Collantes, 2009; Navarro, Jiménez, 2009; Trindade, 2009).

Como no podría ser de otra forma, las transformaciones llevadas a cabo en Ceuta (Ruiz, 2002; Correia, 2008; Villada, Hita, Suárez, en prensa) beben de esas experiencias previas. No obstante, algunas circunstancias singularizan este caso. De una parte, las derivadas de su carácter extra-peninsular, que dificultaba su aprovisionamiento y hacía especialmente costoso contar con materiales y hombres en número suficiente para llevar a cabo las adaptaciones precisas. De otra, el aislamiento de Ceuta de su *hinterland*, su ubicación en un medio ahora hostil, que la situaba en un peligro constante y en gran medida vedado, salvo por la fuerza de las armas, como fuente de aprovisionamiento. Por último, su propia geografía peninsular que condiciona decisivamente su urbanismo. Todo esto hizo que este proceso de apropiación contase con características específicas.

Es este un fenómeno demasiado amplio y complejo para ser abordado en el marco de este congreso y por ello me centraré exclusivamente en el estudio de las transformaciones sufridas por las defensas ceutíes en su sector occidental, el más expuesto a los ataques enemigos y por ello el que recibió una mayor atención de la metrópolis.

Abordaré esta cuestión a través de la exposición sucinta de los resultados de diversas excavaciones arqueológicas que, en combinación con otras fuentes de información, permiten profundizar en su génesis y en la delimitación de sus principales fases constructivas.

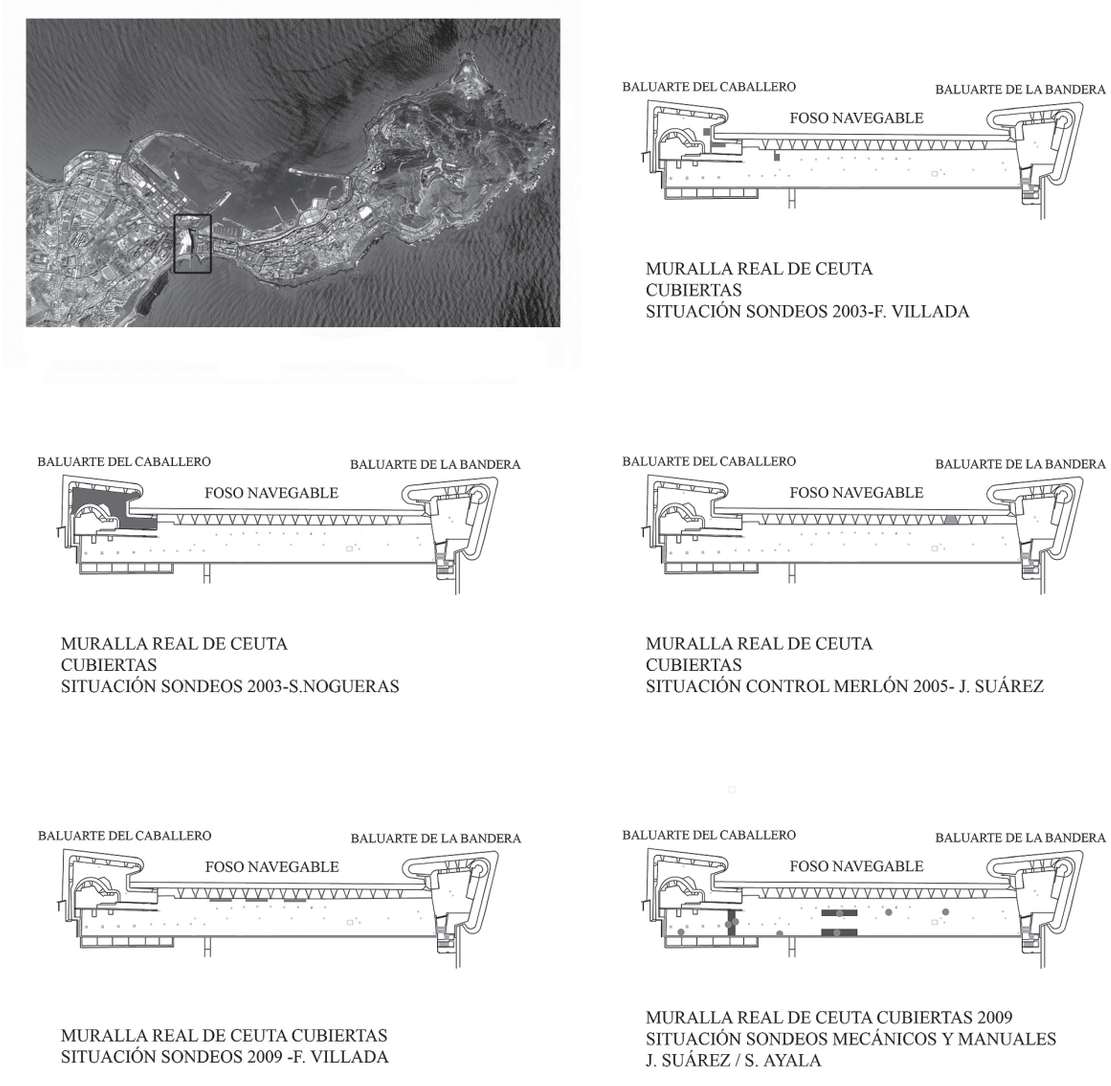
1. INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS EN LAS MURALLAS REALES DE CEUTA

La identificación en 2002 de los vestigios de la muralla omeya (Gómez, 2002; Hita, Villada, 2004b) motivó el inicio de un proyecto de investigación en cuyo marco se han desarrollado una serie de intervenciones arqueológicas en las Murallas Reales con objetivos y alcances distintos. En total han sido diez las campañas realizadas entre 2003 y 2009, cuyos resultados describiremos sucintamente a continuación, que en conjunto han permitido conocer con mayor detalle el proceso de ocupación de este espacio (fig. 1).

a. Excavaciones arqueológicas en la Puerta Califal (2003-2009)

Entre 2003 y 2009 han sido llevadas a cabo bajo la dirección de F. Villada cinco campañas de excavación en el interior de la Muralla Real, concretamente en el lugar que ha dado en llamarse "puerta califal", y de las bóvedas a ellas adosadas que han dado como resultado la documentación de una amplia secuencia estratigráfica que arranca en el siglo I d.C. (fig. 2). De forma simultánea se ha procedido a la documentación, estudio e interpretación de las estructuras edificadas.

Los resultados de estas intervenciones han sido dados a conocer parcialmente por lo que no insistiremos en ellos (Hita, Villada, 2004b; Hita, Villada, 2006; Villada, Suárez, Bravo, 2007; Villada, Hita, Suárez, en prens; Bernal, et al., en prensa; Villada, Gurriarán, en prensa). Únicamente señalaremos que ha sido constada la existencia de sucesivas construcciones defensivas de época antigua y medieval incorporadas en la reforma de las defensas ceutíes del frente de tierra llevada a cabo a mediados del siglo XVI por Benedito de Rávena y Miguel de Arruda. Se trata de un proceso de apropiación y reestructuración de estructuras previas que parece haber sido una constante en este lugar.



1. Situación de las diferentes intervenciones arqueológicas desarrolladas en la cubierta de la Muralla Real.

2. Vista parcial del área excavada.

Brevemente podemos señalar que la construcción de la cerca islámica del siglo X se realiza en este tramo adosándose a estructuras anteriores de época tardoantigua que condicionan el trazado de la nueva muralla.

La estructura de las defensas islámicas en el frente occidental de la medina, conocida gracias a descripciones como la de al Bakri, consiste básicamente en un foso seco delante de un antemuro o *sitara* separado por un pasillo del frente principal amurallado (Gozalbes, 1982; 1988a; 1988b; 1988c). La remodelación lusitana supuso la excavación de un foso de mayores dimensiones, ahora navegable al unir las aguas de las bahías norte y sur, y la erección de una nueva cortina más gruesa a partir del antemuro. Cimentada a una cota muy inferior, la estructura se eleva progresivamente en talud hasta alcanzar la cota máxima de la fortificación islámica cuyos parapetos fueron arrojados sobre las tierras que colmataban el espacio entre ambas murallas, la islámica y la lusa (Ricard, 1947; Ruiz, 2002; Correia, 2008).

Este modo de construir, que aprovecha estructuras previas optimizando al máximo los recursos, es muy favorable teniendo en cuenta tanto sus ventajas defensivas como la minoración que representa de los elevados costos de construcción del recinto abaluartado. De este modo, incorporando los lienzos existentes y utilizando las torres a modo de contrafuertes, se reforzaría la nueva obra que quedaría ensanchada en una anchura aproximada de unos cuatro metros sumando el grosor de los lienzos de la cerca omeya y el de los rellenos de tierras incorporados entre ambas.

b. Sondeos en cubierta en 2003

En 2003 se realizó en las cubiertas una intervención arqueológica como medida de cautela previa a la amplia reforma realizada en este lugar por Turespaña, responsable de este inmueble. El objetivo básico fue identificar la posible afección del proyecto a posibles restos arqueológicos.

Se efectuaron tres sondeos de pequeñas dimensiones centrados en la zona sur.

Detectados a escasa profundidad diversos vestigios arqueológicos (básicamente una estructura adosada al merlón situado en el extremo sur de la cortina de la Muralla Real y los restos de un suelo – SUE 003 – compuesto por losas de gran tamaño que había sido expoliado) la excavación se interrumpió diseñándose una intervención posterior de mayor envergadura que debía realizarse paralelamente a la ejecución del proyecto de remodelación (Villada, 2003).

c. Ampliación de la intervención arqueológica en la cubierta (2003)

Así, algunos meses más tarde, dio comienzo una nueva intervención arqueológica dirigida por S. Nogueras que se desarrolló en la totalidad de la cubierta.

Consistió, en una primera fase, en la realización de una serie de sondeos mecánicos y un control del movimiento de tierras efectuado que permitió como resultado más relevante la documentación, bajo el suelo

– SUE 001 – existente y sus correspondientes niveles de preparación, de otro – SUE 002 – de ladrillos que se extendía por la mayor parte de la cubierta de la cortina y que cabe relacionar inicialmente con el correspondiente a las obras de adecuación de las Murallas Reales para uso hotelero. En la cubierta del baluarte sur o del Caballero, en la que en la anterior intervención ya habían sido documentados algunos restos de suelo – SUE 003 –, se realizó una excavación arqueológica manual de la totalidad de la superficie.
El momento mejor documentado corresponde precisamente a este suelo. Aunque se ha perdido parcialmente en algunos lugares, puede señalarse que se trata de una serie de solerías de notable grosor y planta trapezoidal (aproximadamente de 4 por 4,60 m), enfrentadas al muro perimetral del baluarte, que deben ser interpretados como el asiento sobre el que se situaban las bocas de fuego de las que estaba provista la fortificación.
Se ha propuesto su datación en el siglo XVIII ó XIX aunque esto es difícil de precisar puesto que sufrió diversas reparaciones y remodelaciones. Entre ellas cabe indicar la documentación de las bases de dos pilares sobre el mismo, que hacen sospechar la existencia en algún momento de una estructura cubierta, y de una canalización que rompe las estructuras anteriores (Nogueras, 2003).

d. Control de tierras del relleno de la merlatura (2005)

Un nuevo proyecto de impermeabilización, en este caso de la merlatura que corona el frente de la Muralla Real, implicaba el vaciado interior de algunos de estos parapetos que contó con un proyecto previo de control arqueológico de movimiento de tierras dirigido por J. Suárez. Esta actuación permitió certificar que la mayor parte de los merlones que hoy coronan la cortina principal de la Muralla Real son obra muy reciente, concretamente del momento de adaptación de estos espacios para su uso como hotel.

e. Sondeos en cubiertas previos al nuevo proyecto de impermeabilización (2009)

Los problemas de humedades que afectaban a las habitaciones del hotel situadas en las bóvedas motivaron la realización de una serie de catas para conocer el estado de las cubiertas que llevó aparejado un control arqueológico de estos movimientos de tierras. Por ello, en 2009, bajo la dirección de J. Suárez y S. Ayala se realizó una nueva actividad arqueológica preventiva (Suárez, Ayala, 2009).
En una primera fase fueron realizadas tres catas en las que bajo los sucesivos suelos relacionados con el acondicionamiento de estos espacios para su uso hotelero a partir de 1967, se documentó un pavimento – SUE 004 – compacto de argamasa, de casi 40 cm de espesor que en algunas zonas cubría otro – SUE 005 –, en esta ocasión de losas cuadradas de aproximadamente unos 40 cm de lado.
En una de las catas, aprovechando una pérdida de estos suelos, se pudo proseguir la excavación. En este punto, bajo dichos suelos, se disponían sucesivos niveles de tierra en tongadas sucesivas por espacio de 80 cm hasta alcanzar una estructura interpretada como una de las paredes laterales de una de las bóvedas construidas en el siglo XVIII.
Se realizaron además ocho sondeos por rotación mecánica, de unos diez centímetros de diámetro, que permitieron confirmar que esta secuencia era muy similar en todos ellos: suelos contemporáneos asociados a las sucesivas reformas realizadas por el hotel, suelo de argamasa o losas y rellenos sucesivos de tierras hasta alcanzar la estructura de las bóvedas.
La interpretación del proceso edificatorio que refleja esta secuencia ofrece pocas dudas. La construcción en el siglo XVIII de los cuarteles (las bóvedas hoy usadas como habitaciones por el hotel) permitió la creación de una amplia plataforma en las cubiertas. Posteriormente, este suelo se elevó de cota modificando su pendiente original al elevar el frente que daba al foso marítimo (de ahí las diferentes unidades estratigráficas de rellenos de tierras que van adquiriendo mayor potencia a medida que nos acercamos hacia el pretil de la muralla), En última instancia, fueron sobrepuestos diversos suelos que deben ser asociados al acondicionamiento de las murallas para su uso por el hotel y a sucesivas reparaciones del mismo.

f. Intervención arqueológica en la zona de los parapetos de la cubierta (2009)

Simultáneamente fue llevada a cabo otra intervención arqueológica en la cubierta de las murallas reales, esta vez bajo la dirección de Fernando Villada Paredes, que tuvo como objetivo la identificación de la secuencia estratigráfica de la merlatura en relación con la redacción del proyecto de puesta en valor de la Puerta Califal de Ceuta redactado por el arquitecto D. J. P. Pedrajas del Molino (Villada, Ayala, Suárez, 2009).
Se abrieron tres sondeos, denominados D, E y F a fin de evitar confusiones con la actividad arqueológica que se desarrollaba paralelamente, situados junto a la base de la merlatura. Tenían diferentes dimensiones contabilizándose un total de 30 metros cuadrados de superficie excavada. La aparición de elementos construidos, que fueron respetados, hizo que la superficie

de la intervención se redujese progresivamente lo que tornó la excavación de las fases más antiguas aún más compleja.

Han sido identificadas cuatro fases principales y, dentro de la primera fase, dos subfases.

La fase I es la más antigua con una cronología situada entre mediados del siglo XVI y el siglo XVIII.

La subfase a corresponde al momento de construcción de las Murallas Reales. Se incluyen en ella las unidades estratigráficas D 16/18, E 29 y F 16, excavadas solo parcialmente, que constituirían la superficie superior de los rellenos de tierras que colmatan el pasillo entre las murallas portuguesa e islámica. Es decir se relacionarían propiamente con la fase constructiva de dichas murallas. Están amortizadas por un pavimento – SUE 007 – blanquecino (D 17, E 28 y F 15) conservado parcialmente, que podría ser relacionado con la primitiva cota de suelo de la construcción portuguesa y marcaría el inicio de la subfase b. Se sitúa a una cota aproximada de unos 18 metros sobre el nivel del mar, es decir algo más de dos metros por debajo de la superficie actual.

Resulta significativa la ausencia de materiales muebles recuperados quizás debido a la exigua área excavada.

La subfase b se caracteriza por la presencia de una serie de estructuras murarias (D 19 y D 20) y por el pavimento antes mencionado (D 17). Han sido relacionadas con la primitiva merlatura que orlaba la cortina lusa, bastante deteriorada.

Cronológicamente esta subfase se inicia como hemos señalado tras la construcción de las murallas portuguesas y se prolonga hasta un momento situado en el siglo XVIII, datación avalada por las piezas recuperadas en los estratos que sellan el pavimento D 17.

Esta secuencia se repite básicamente en los sondeos E y F.

La fase II se caracteriza por una profunda remodelación de este espacio posiblemente relacionado con la construcción de las bóvedas a prueba de bombas adosadas a la cortina principal. Concretamente en el espacio objeto de la excavación se caracteriza por una profunda remodelación de la merlatura y un recrecimiento de la cota de suelo.

Así, en el sondeo D, el momento de colmatación de la fase precedente está asociado al relleno denominado D15 que sirve para la construcción de una estructura de planta trapezoidal que formaría una plataforma escalonada adosada a la trasera del nuevo parapeto. Un nuevo suelo – SUE 006 – (D10 y D12) asociado a la estructura antes descrita es construido con grandes y gruesas losas rectangulares, semejantes a los documentados en otras intervenciones. Es muy posible que este SUE 006 corresponda al SUE 005 documentado en la anterior intervención.

En el sondeo E la secuencia es semejante habiéndose documentado dos de estas estructuras trapezoidales parcialmente conservadas. Aquí se observan con claridad las sucesivas tongadas utilizadas para sobre elevar la cota del terreno que alternan niveles terrosos de

3. Sondeo E de la intervención en cubierta de la Muralla Real de 2009. Puede apreciarse el SUE 006 y las estructuras de planta trapezoidal asociadas.

color marrón que se intercalan entre otros con abundante aporte de material pizarroso. Los suelos correspondientes a D10 y D12 han sido denominados aquí E17, apreciándose con más claridad en este lugar su inclinación hacia el oeste, es decir, hacia el foso (fig. 3). En el sondeo F la disposición de estructuras y unidades estratigráficas es en todo similar a la descrita.

La datación de esta fase de remodelación corresponde a un momento que podemos situar grosso modo entre la segunda mitad del siglo XVIII y el siglo XX.

La fase III está formada por una serie de niveles de relleno antrópico (D9, E10, E11 y F9), posiblemente formados a partir de los restos de estructuras anteriores demolidas. Cubre las estructuras de la fase precedente. Su datación es difícil de establecer por la escasez de elementos fechables recuperados, aunque parece evidente su contemporaneidad. De forma provisional fueron fechadas en el siglo XX pudiendo corresponder tanto a las modificaciones realizadas en este espacio cuando fue ocupado por viviendas en la primera mitad del siglo XX o a los trabajos de reconstrucción de la merlatura realizada en la década de los 60 del siglo pasado para la adaptación de estos espacios para su uso como instalación hotelera.

Por último, la fase denominada IV, viene caracterizada por la progresiva superposición de suelos e impermeabilizaciones que deben relacionarse con distintos acondicionamientos de la superficie de las cubiertas de las Murallas Reales durante su uso como instalación hotelera. Sintéticamente podemos definir dos suelos (el actual y otro de ladrillos documentado en anteriores intervenciones arqueológicas) con sus correspondientes unidades de nivelación e impermeabilización así como la instalación de una tubería de evacuación de pluviales hacia el foso. Se datan entre la década de los 60 del pasado siglo y la actualidad.

2. MURALLAS REALES DE CEUTA. EL PROCESO CONSTRUCTIVO

Como ha quedado de manifiesto tras las distintas excavaciones arqueológicas realizadas en el interior de las Murallas Reales, la primera ocupación (Villada, Suárez, Bravo, 2007; Bernal, inédito) documentada de este espacio se produce en época julio-claudia, concretamente a partir del año 40 de nuestra era. En esta primera fase atestiguada estratigráficamente se documenta una estructura identificada como un horno (Bernal et al., 2009) y una serie de estratos formados por desechos haliéuticos que atestiguan la realización en esta zona o en sus inmediaciones de actividades relacionadas con el procesamiento de productos pesqueros (Bernal et al., en prensa). No obstante, la localización en contextos secundarios de diferentes útiles líticos retocados, de algún asa de ánfora de fabricación fenicio-occidental y de algunos fragmentos de TSI y de ánforas romanas augusteas denota la frecuentación de estos espacios en épocas anteriores, en consonancia con lo que conocemos a partir de otras excavaciones realizadas en sus proximidades (Villada, Ramon, Suárez, 2010). Pero, como ya hemos indicado, la primera fase atestiguada estratigráficamente puede ser datada entre el 40-80 de nuestra era. Concretamente, los estratos deposicionales que colmatan el horno pueden ser fechados entre el 40-70 (Bernal, inédito).

Estos datos vienen a precisar la cronología establecida hasta el momento a partir de las recuperaciones efectuadas durante la adaptación de esta zona para su uso hotelero en 1967 (Posac, 1962; Bravo, 1968).

La actividad en esta zona continua en momentos posteriores (100-150), posiblemente vinculada a actividades relacionadas con la pesca, siendo significativa la abundante presencia de objetos metálicos. En este momento se construyen diferentes instalaciones de tipo hidráulico que aparecen ya amortizadas a inicios del siglo IV (Bernal, inédito).

Es entonces, a inicios del siglo IV, cuando se construye un suelo de mortero de cal, con una depresión en uno de sus extremos, asociada a estructuras murarias, que puede ser interpretada como un posible depósito cuadrangular. Sobre este suelo se documentan estratos fechados entre este momento e inicios del siglo VI. El material cerámico recuperado, la presencia de algunos anzuelos y la abundancia de restos ictio y malacológicos hace posible seguir vinculando este espacio con actividades propias del aprovechamiento de recursos marinos si bien es significativa la disminución de fragmentos metálicos recuperados, que quizás obedece a una reestructuración de las actividades llevadas a cabo en este sector específico. Destaca en este contexto la recuperación de un fragmento de lámpara vítrea triansada de suspensión cenital que parece apuntar que este espacio se encontraba ya techado en momentos finales de esta fase cuando antes debió tratarse posiblemente de un espacio a cielo abierto o con techumbres de materiales deleznables no identificados en el curso de la exca-vación (Bernal, inédito).

Una nueva fase, en la que se amortizan estructuras de la fase anterior, ha sido fechada entre el segundo cuarto del siglo VI y finales del siglo VII asociada a una estructura de planta cuadrangular construida con sillarejo. Una datación radiocarbónica, realizada por el Centro Nacional de Aceleradores de la Universidad de Sevilla, de una muestra tomada en la parte alta de esta estructura ofrece una datación calibrada a dos sigmas

entre el 767 y el 901 lo que indica la continuidad de esta estructura tras la conquista islámica.

En 931 conquista Ceuta Abd al-Rahman al Nasir quién en 957 ordena la construcción de un nuevo recinto amurallado que sería culminado en 962, ya bajo el mandato de al Hakam al Mustansir. La importancia de Ceuta en la política magrebí del califato cordobés es enorme desde un punto de vista estratégico lo que explica el notable esfuerzo dedicado a esta construcción que no puede entenderse únicamente desde un punto de vista meramente defensivo sino que, por su envergadura y características, puede ser leída también como una exaltación del poder del califa y de su determinación a permanecer de forma estable en la ciudad (Hita, Suárez, Villada, 2008; Gurriarán, Villada, en prensa).

Las características de esta obra son conocidas principalmente gracias a la descripción de al-Bakri y de los restos materiales conservados. Entre estos vestigios es sin duda el de la puerta de ingreso a la medina localizada en el trasdós de las Murallas Reales el más relevante.

Según al-Bakri el lienzo occidental, por el que se ingresaba a la medina, estaba provisto de nueve torres abriéndose en la central la puerta principal (Gozalbes, 1988b; Pavón, 1996). Delante de este muro se extendía otro, la *sitara*, más bajo aunque con altura suficiente para proteger a un hombre. Por delante de éste se dispuso un foso seco que, indica al Bakri, permitiría mediante una pequeña adecuación hacer pasar las aguas del mar de una a otra bahía con lo que la península ceutí se transformaría en una isla completamente separada del continente. Para cruzarlo se colocaba un puente de madera delante del cual había un cementerio, un jardín y algunos pozos.

Este frente occidental suponía una cesura desde el punto de vista de la concepción espacial de la ciudad, en tanto que se constituye en el principal elemento de control y defensa del acceso a la misma.

Tras las intervenciones llevadas a cabo en este sector sabemos hoy que el trazado de esta cerca omeya principal se vio condicionada por la presencia de estructuras previas, descritas más arriba, que fueron forradas por los lienzos califales.

La identificación de los restos localizados como parte de la obra defensiva omeya, evidentes en razón del material constructivo y aparejo empleado así como por las características generales de diseño y construcción, ha quedado confirmada por datación radiocarbónica del mortero que ha ofrecido ofrece una cronología, calibrada a dos sigmas, entre 803 y 977 coherente con los datos aportados por las fuentes.

El espacio de la puerta sufrió diversas remodelaciones durante la edad media atestiguados por las fuentes escritas. A este momento pueden corresponder parte de las cubiertas del espacio de la puerta califal cuya datación radiocarbónica calibrada a dos sigmas se sitúa entre 1118 y 1222.

Son estos espacios los reseñados en la crónica de la toma de Ceuta por Zurara, concretamente en el asalto al castillo de la plaza, dónde son descritas sucesivas puertas que deben ser forzadas, relato que encaja con bastante verosimilitud con las sucesivas puertas de ingreso documentadas.

Con algunas reparaciones y adaptaciones son estos muros los que defiende Ceuta, ya bajo los portugueses, hasta mediados del siglo XVI. Es posible así que la *barreira* delante del muro, mencionada en las crónicas tantas veces, corresponda al antemuro omeya.

Pero el aumento de la fuerza artillera del enemigo tornó inservibles las viejas defensas y obligó a reforzarlas. Así, Benedito de Ravena y Miguel de Arruda, siguiendo las órdenes de Juan III, diseñaron una nueva fortaleza "moderna" en Ceuta, acomodada ya a las nuevas necesidades. Los datos esenciales sobre sus características están contenidos en el proyecto publicado por Ricard que, aunque en ocasiones no es sencillo de interpretar por la pérdida del plano adjunto, al menos en lo que afecta a la edificación de la cortina occidental ilustra con precisión lo que conocemos a través de la información arqueológica (Ricard, 1947). Viene a indicar que en el lienzo de muro que va del baluarte de la parte del Estrecho al mar de Levante, es decir el frente occidental, será reparado de esta manera, a saber: el muro de la barbacana o antemuro se elevará a la altura del muro de dentro (el lienzo omeya) y se ensanchará hasta que tenga seis palmos de grueso, y lo que va entre el muro viejo (el lienzo omeya) y este de la barbacana tendrá su "*emtulho*" de tierra muy bien asentado – se refiere al cegamiento de tierras documentado en la intervención arqueológica –, y el "*peitoril*" (merlatura) y almenas del muro de dentro será derribado sobre dicho "*emtulho*" de tierra.

Continúa el proyecto indicando las dimensiones de la nueva merlatura. Sobre este punto es preciso detenerse.

La fortaleza de Mazagán (al Jadida) y Ceuta fueron ejecutadas casi simultáneamente y bajo la dirección de los mismos responsables por lo que cabría esperar que, salvo por las condiciones topográficas del territorio que obligarían a adoptar soluciones específicas, los diseños de ambas aportaran soluciones semejantes. La simple observación de ambas fortalezas hoy permite apreciar sin embargo significativas semejanzas pero algunas diferencias notables. En primer lugar, su altura lo cual puede explicarse, como apuntaba más arriba, por la diferente configuración topográfica del terreno circundante. Así, si Mazagán se encuentra en un lugar con una topografía sensiblemente llana a su

alrededor, Ceuta tuvo siempre el problema de tener en su proximidades altozanos, como el Morro de la Viña, Otero de Nuestra Señora, etc. que dominaban la plaza. Esta podría ser la razón que explicase esta diferente altura de las cortinas y baluartes, circunstancia patente cuando en el cerco a que fue sometida Ceuta durante el reinado de Muley Ismail (1694-1727) la "ciudad" portuguesa sufrió muchos daños. Esta debilidad intentó ser solventada, entre otras soluciones, con la elevación de un caballero sobre el baluarte de la coraza alta, el situado al sur del frente occidental.

Otras diferencias resultan más difíciles de entender. Es el caso de la solución adoptada en la construcción de la merlatura. Así, mientras los merlones de Mazagán tienen un característico perfil curvo y son de mayor tamaño, los actualmente existentes en Ceuta están rematados con merlones más pequeños cuya sección tiene una acusada inflexión en ángulo en la cara dispuesta hacia el enemigo. También en Mazagán se observan en los parapetos huecos de pequeño tamaño posiblemente para orientar el disparo que en Ceuta no eran conocidos hasta el momento.

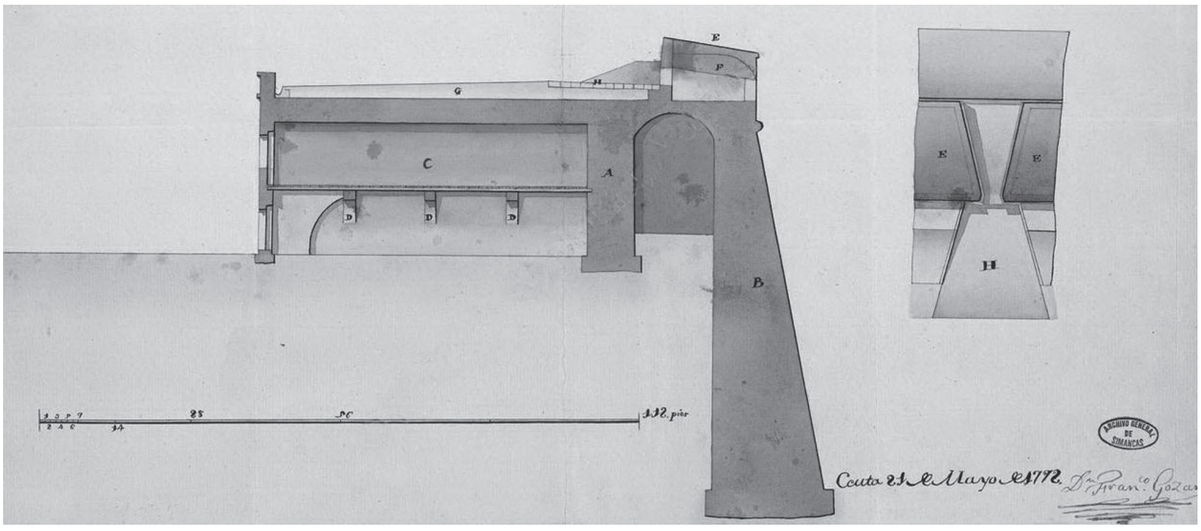
La solución a esta cuestión es sencilla a tenor de lo documentado en las excavaciones arqueológicas de la cubierta, especialmente en la última de ellas, que ilustran cómo los merlones actualmente existentes son consecuencia de sucesivas reformas que destruyeron los originales. Efectivamente, la excavación documentó estas reformas, hecho que se ha visto confirmado por la localización en el Archivo General de Simancas de un plano (MPD, 64, 096) que reseña estas transformaciones (fig. 4).

Su autor D. Francisco Gózar lo firma en Ceuta el 21 de mayo de 1772 siendo y lo titula "Perfil de la muralla real". Consta de una sección este-oeste, una planta parcial de cubierta, escala en pies y leyenda.

Esta señala como A "muro antiguo" la muralla omeya en tanto que la cortina de la muralla real esta signada con la letra B y la elocuente leyenda "*muro construido posteriormente por los Portugueses rasando los torreones del antiguo A*". Con la letra C se identifican las bóvedas adosadas a la muralla en el siglo XVIII. Los elementos designados con las letras E y F son especialmente significativos para el tema que nos ocupa. E identifica el "*parapeto, que se proyecta de tierra ¿revestida? de ladrillo interior y exteriormente tanto para cubrir las defensas del fuego del Morro de la Viña como para que las ruinas, y el [...] en él, no le sean nocivas, como en el que existe*" y F señala el "*id. antiguo de mampostería menuda en muy mal estado*". G hace alusión al terraplenado proyectado sobre las bóvedas, y macizado de la plataforma para que resista la caída de las bombas y para que los defensores no reciban tanto daño como con la referida mampostería menuda. Por último, H muestra la explanada para situar la artillería.

Tenemos pues que en 1772 se redactó un proyecto de sustitución de la primitiva merlatura por un nuevo parapeto más alto y con otra sección, para elevar su cota y proteger así a los defensores del fuego enemigo. Además, se construye con ladrillos, a fin de evitar el daño producido por la mampostería menuda con que estaban construidos los anteriores, que saltaría como metralla al impacto de los proyectiles. Este proceso de elevación de la cota de la plataforma y sustitución de la merlatura es el documentado en la excavación arqueológica de 2009.

Cabría preguntarse cómo eran pues los primitivos merlones y si queda alguno o fueron derribados por completo para la construcción de los nuevos. Respecto a la primera cuestión, el propio plano ofrece la respuesta: se trata de merlones de sección curvada, es decir, semejantes a los hoy existentes en Mazagán. Sobre la segunda, un examen atento de la fortificación ha permi-



4. Plano AGS MPD 64, 096.

tido localizar uno de estos merlones en el frente norte del baluarte de la Bandera (fig. 5) y los restos de otro, aunque modificado, en el extremo sur de la cortina de la Muralla Real, justo en la confluencia de esta con el baluarte del Caballero o de la Coraza Alta. En ambos se observan también huecos semejantes a los existentes en Mazagán.

Pero la excavación arqueológica permitió confirmar además la factura reciente de los merlones actuales y su vinculación con las reformas que tuvieron lugar en el siglo XX. Unas fotografías conservadas en el archivo central de Ceuta obtenidas gracias a la generosidad del cronista oficial de la Ciudad, J. L. Gómez Barceló, han permitido documentar fehacientemente que a principios del siglo XX no existían sobre la zona central de la cortina merlón alguno, derribados posiblemente en la ocupación de este espacio por viviendas y otros elementos en estos momentos. Los existentes hoy fueron construidos como parte de la remodelación de este espacio para uso hotelero.

3. CONCLUSIONES

El trabajo desarrollado, aunque sin culminar aún, ha permitido trazar las líneas maestras de la evolución de este sector occidental de las defensas ceutíes identificando sus fases principales. La combinación de fuentes escritas, cartográficas, fotográficas y arqueológicas ha sido especialmente fructífera en este caso al permitir desentrañar la evolución del proceso constructivo de las murallas reales que tiene interés no solo para el mejor conocimiento de este monumento sino que ofrece claves interpretativas que quizás pueden servir de pauta para identificar soluciones más o menos semejantes en otras fortificaciones del mismo periodo.

Así, la Muralla Real se revela como un auténtico palimpsesto en el que, utilizando las herramientas adecuadas, puede ser leída la historia de este monumento que debe ser entendido también como un documento excepcional de la historia de Ceuta.

5. Vista parcial del frente norte del baluarte de la Bandera. Puede observarse uno de los primitivos merlones de la fortificación.

BIBLIOGRAFIA

ABELLÁN, J. (1981) – Del urbanismo musulmán al urbanismo cristiano. I. Andalucía occidental, en *Actas del simposio internacional sobre la ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, p. 189-202.

BERNAL, D. (inédito) – *Informe sobre los niveles romanos del yacimiento de la Puerta Califal de Ceuta*, Ciudad Autónoma de Ceuta.

BERNAL, D.; DÍAZ, J.J.; SUÁREZ, J. e VILLADA, F. (2009) – Un horno alfarero romano en Septem Fratres y la producción anfórica altoimperial en la orilla africana del Estrecho de Gibraltar, en *Ex Officina Hispana Boletín*, nº 1, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), ed. digital , p. 14-16 [Consult. 11 dic. 2011]. Disponible en WWW: (URL:http://www.exofficinahispana.org/publicaciones/Boletin1AD.pdf).

BERNAL, D.; MARLASCA, R.; RODRÍGUEZ, C.G. e VILLADA, F. (en prensa) – Los atunes de la Tingitana. Un contexto excepcional de las factorías salazoneras de Septem Fratres, en *L´Africa romana, XIX, en Sassari, Trasformazione dei paesaggi del potere nell'Africa settentrionale fino alla fine del mondo antico, 16-19 dicembre 2010.*

BRAVO, J. (1968) – Fábrica de salazones en la Ceuta romana, *CRIS, Revista del Mar*.

COLLANTES, A. (2009) – De la ciudad andalusí a la castellana: el espacio urbano en la Andalucía bajomedieval, en *Minervae Baeticae. Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, 37, p. 163-190.

CORRAL, J. L. (1991) – Las ciudades de la Marca Superior de Al-Andalus en *Actas del simposio internacional sobre La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones,* Zaragoza, 1991, p. 253-287.

CORREIA, J. (2008) – *Implantaçao da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI,* Porto, FAUP Publicações.

ESPINAR, M., (1981) – Del urbanismo musulmán al urbanismo cristiano. I. Andalucía oriental, en *Actas del simposio internacional sobre la ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, 1981, p. 203-252.

GÓMEZ, J. L. (2002) – Hallazgo en Ceuta de una muralla califal, en *Anuario de la Real Academia de Bellas Artes de San Telmo*, n.º 2, p. 14-17.

GOZALBES, C. (1982) – Las fortificaciones hispano-portuguesas del Frente de Tierra de Ceuta I (1550-1640), en *Transfretana. Revista del Instituto de Estudios Ceutíes*, n.º 2, p. 19-50.

GOZALBES, C. (1988a) – La estructura urbana de la Ceuta medieval, en *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar,* Madrid, tomo II, p. 345-350.

GOZALBES, C. (1988b) – Las fortificaciones medievales del Frente de tierra de Ceuta, en *1 Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar,* tomo II, p. 401-410. Madrid.

GOZALBES, C. (1988c) – La medina o núcleo urbano central en la Ceuta hispano-musulmana, I. El palacio de los gobernadores y las mezquitas, en *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta,* n.º 3, p. 49-69, Ceuta.

GOZALBES, C. (1995) – La demografía de la Ceuta medieval, en *II Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, noviembre 1990,* Madrid: UNED, Tomo III, p. 49-60.

GURRIARÁN, P. (2004) – Hacia una construcción del poder. Las prácticas edilicias en la periferia andalusí, *Cuadernos de Madinat al-Zahra, Nuevas investigaciones sobre el Califato de Córdoba, (Jornadas de Madinat al-Zahra*, 5, p. 297-325.

HITA, J. M. e VILLADA, F. (2004a) – En torno a las murallas de Ceuta. Reflexiones sobre el amurallamiento de Septem Fratres y la cerca omeya de Sabta, en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, Ceuta, Fund. Foro del Estrecho, p. 17-52.

HITA, J. M. e VILLADA, F. (2004b) – Informe sobre la intervención arqueológica en el Parado de Turismo "Hotel La Muralla" de Ceuta", en *Contenidos de nuestro patrimonio histórico*, Ceuta, p. 197-214.

HITA, J. M. e VILLADA, F. (2006) – Ceuta bastión del califato omeya en el norte de África, en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, Ceuta, Ciudad Autónoma, p. 205-243.

HITA, J. M. e VILLADA, F. (2007) – *Un decenio de arqueología 1996-2006*, Ceuta, Museo de Ceuta.

HITA, J. M.; SUAREZ, J. e VILLADA, F. (2008) – Ceuta, puerta de al Andalus.: Una relectura de la historia de Ceuta desde la conquista árabe hasta la fitna a raíz partir de los datos arqueológicos, *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 6.

JIMÉNEZ, P. e NAVARRO, J. (2001) – El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: El caso de Murcia, en J. PASSINI (coord.) *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval organizado por la Universidad de Castilla-La Manca*, Cuenca, p. 71-129.

LAVADO, P. J. (1981) – La ciudad mudéjar: espacios y nuevas funciones, en *Actas del simposio internacional sobre la ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, 1981, p. 431-446.

MENDES, I. e DRUMOND, P., (1998) – *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes.

NAVARRO, J. e JIMÉNEZ, P. (2009) – De la Medina a la Villa: Las transformaciones urbanísticas de la ciudad de Murcia tras la conquista cristiana, en *Simpoisio Internacional Ciudad sobre Ciudad, interferencias entre pasado y presente urbano en Europa, (Salamanca, 12-14 noviembre 2008)*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2009, p 237-290.

NOGUERAS, S. (2003) – *Informe preliminar peritaje arqueológico en el Parador Nacional La Muralla (Ceuta),* Memoria inédita conservada en los archivos de la Ciudad Autónoma de Ceuta.

OLIVERA, C. (1999) – De la ciudad islámica a la cristiana en tierras almerienses: La política de los corregidores a comienzos del siglo XVI, in *VII Simposio Internacional de Mudejarismo: Teruel, 19-21 de septiembre de 1996: actas*, p. 497-506.

POSAC, C. (1962) – *Estudio arqueológico de Ceuta*, Ceuta.

RICARD, R. (1947) – Documento portugués de 1541 sobre las fortificaciones de Ceuta, en *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. 12, n.º 1, p. 43-48.

RUIZ, J.A. (2002) – *Fortificaciones militares de Ceuta: Siglos XVI al XVIII*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, UNED.

SUÁREZ, J. e AYALA, S. (2009) – *Memoria de resultados de Actividad Arqueológica Preventiva; Control de movimientos de tierras (C.M.T.) en la cubierta del Parado de Turismo de Ceuta, B.I.C. de las Murallas Reales,* Memoria inédita conservada en los archivos de la Ciudad Autónoma de Ceuta.

TORRES, L. (1954) – *Algunos aspectos del mudejarismo urbano medieval, Discurso leído el día 10 de enero de 1954 en la recepción pública de D. Leopoldo Torres Balbás en la Real Academia de la Historia y contestación pr D. Emilio García Gómez*, Madrid.

TORRÓ, J. (1995) – El urbanismo mudejar como forma de resistencia. Alquerías y morerías en el reino de Valencia (siglos XIII-XVI, in *VI Simposio Internacional de Mudejarismo: Teruel, 16-18 de septiembre de 1993 : actas*, p. 535-598.

TRINDADE, L., (2009) – From Islam to Christianity: Urban Changes in Portuguese Medieval Cities, en Carvalho, J. (edit.), *Religion and power in Europe: Conflict and Convergence,* Pisa, Plus-Pisa University Press, p. 29-51.

VILLADA, F. (2003) – *Informe relativo a los restos medievales aparecidos en el Parador de Turismo Hotel "La Muralla" con relación a las obras de impermeabilización de cubiertas previstas*, Memoria inédita conservada en los archivos de la Ciudad Autónoma de Ceuta.

VILLADA, F.; AYALA, S. e SUÁREZ, J. (2009) – *Actividad arqueológica puntual de apoyo a la restauración en la cubierta del Parador de Turismo de Ceuta. B.I.C. de las Murallas Reales,* Memoria inédita conservada en los archivos de la Ciudad Autónoma de Ceuta.

VILLADA, F. e GURRIARÁN, P. (en prensa) – Recientes investi-gaciones sobre las fortificaciones del califato omeya en el Estrecho de Gibraltar (Algeciras, Ceuta y Tarifa), en *II Simpósio Internacional sobre Castelos. Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), Óbidos, 10 a 13 de Novembro de 2010.*

VILLADA, F.; HITA, J. M. e SUÁREZ, J. (en prensa) – Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta, en *Congresso Internacional de história, Portugal e o Magrebe, 4.º Colóquio de história luso-marroquina, Lisboa-Lagos, 12-15 de novembro 2008*.

VILLADA, F.; RAMON, J. e SUÁREZ, J. (2010) – *El asentamiento protohistórico de Ceuta. Indígenas y fenicios en la orilla norteafricana del Estrecho de Gibraltar,* Ceuta, Ciudad Autónoma.

VILLADA, F.; SUÁREZ, J. e BRAVO, S. (2007) – Nuevos datos sobre las factorías de salazones de Septem Fratres a raíz de los resultados de las excavaciones arqueológicas del Parador de Turismo La Muralla, en L. Lagóstena, D. Bernal y A. Arévalo, *Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005)*, Oxford, B.A.R. International Series 1.686, p. 487-501.

LA CORACHA DE TANGER

ABDELATIF EL-BOUDJAY **Archéologue, Conservateur du site archéologique de Ksar Seghir**

RESUMO Neste artigo discute-se a questão da *couraça*, elemento defensivo que se encontra em algumas das cidades e vilas ocupadas pelos portugueses em Marrocos, como Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila, Mazagão e Safim. Embora haja referências à existência de uma estrutura deste tipo em Tânger, ela não era conhecida até ao momento. Depois de se ter realizado um estudo a partir da documentação e iconografia, apresentam-se agora os resultados dos trabalhos de terreno resultantes do projecto de reordenamento do porto de Tânger, que permitiram localizar a *couraça*.

PALAVRAS-CHAVE **Tânger, Marrocos, couraça, estruturas defensivas**

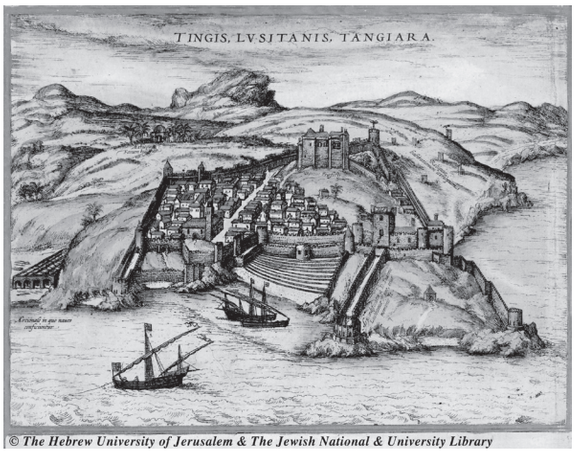
INTRODUCTION

Robert Ricard fut le premier à avoir signalé, à partir des textes, une *couraça* ou *coracha* à Tanger. Dans un article publié en 1954, il a reproduit une série de notes bibliographiques sur cet élément défensif que nous trouvons dans certaines villes du Maroc occupées par les Portugais, à savoir Sabta, Ksar Seghir, Asila, Mazagan, Safi (Ricard, 1954, p. 149-72). Si les coracha de Sabta et de Ksar Seghir avaient fait l'objet d'articles publiés par Gozalbes Cravioto (1977, p. 265-75 ; 1980, p. 265-75), celle de Tanger a demeuré, jusqu'ici, sans étude ni préliminaire ni exhaustive.

Ainsi, nous avons repris la recherche documentaire sur cet élément militaire en 2004 et le colloque de «30 ans d'archéologie marocaine» était, pour nous, l'occasion de présenter quelques informations d'ordre graphique et iconographique sur cette coracha; car il nous était impossible d'y accéder pour en faire une étude détaillée en raison de l'abondance de la végétation sauvage et de la quantité énorme des résidus qui la couvraient et qui provenaient des travaux de construction[1].

Effectivement, nous avons pu identifier son existence sur la fameuse gravure *Tingis Lusitanis Tangiaria* du début du XVIème siècle (fig. 1)[2], sur le plan de Tanger levé par le capitaine Burel en 1809 (fig. 2), sur un plan de 1888 (fig. 3), sur une photographie de 1893 (fig. 4)[3].

«Le Projet d'Aménagement du Port de Tanger» lancé au mois de novembre 2010 par l'Etat marocain, et qui vise à convertir le port actuel en un port touristique et de plaisances, nous a fourni une grande opportunité pour redécouvrir cet important monument, jusqu'ici,



© The Hebrew University of Jerusalem & The Jewish National & University Library

1. Lusitanis Tangiara Début du XVIème siècle.

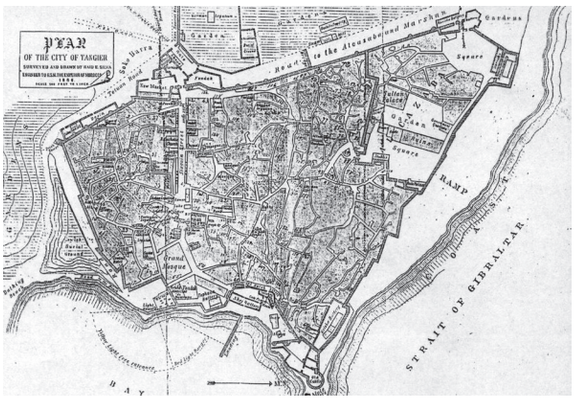
2. Plan de Tanger levé par le Capitaine Burel 1809.

1. Ce colloque a été organisé à Rabat en 2005 en hommage à Madame Joudia Hassar Benslimane, par l'Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine de Rabat. Nos y avons contribué par un article s'intitulant «L'architecture militaire de Tanger, Epoque islamique, Inventaire et étude préliminaire» *(sous presse)*.

2. *Tingi Lusitanis Tangiara,* in Braun, Georg, Hogenberg, Frans, Novellanus, Simon – *Civitates Orbis Terrarum*, Antuerpaie Colonie : Apud Philippum Galleceum / Apud Auctores, 1572. Ces indications bibliographiques nous ont été fournies par Correia, 2008, p. 221.

3. Cette photographie est publié dans "Une escale à Tanger", *L'Algérie artistique et pittoresque, Revue mensuelle illustrée*, 4e Année, n.° 49, Juin 1893, Paris, p. 7.

inédit et pour en faire une description architecturale et topographique[4]. Et c'est au cours des premiers travaux de nettoyage initié en février 2011, que les vestiges de ce majestueux monument ont été mis au jour. Nous tenons à remercier ici, Monsieur Mohamed El Jattari, archéologue-consultant du projet, pour sa contribution technique et scientifique dans l'élaboration de cette note.



3. Plan de Tanger 1888.

4. Coracha de Tanger -1893.

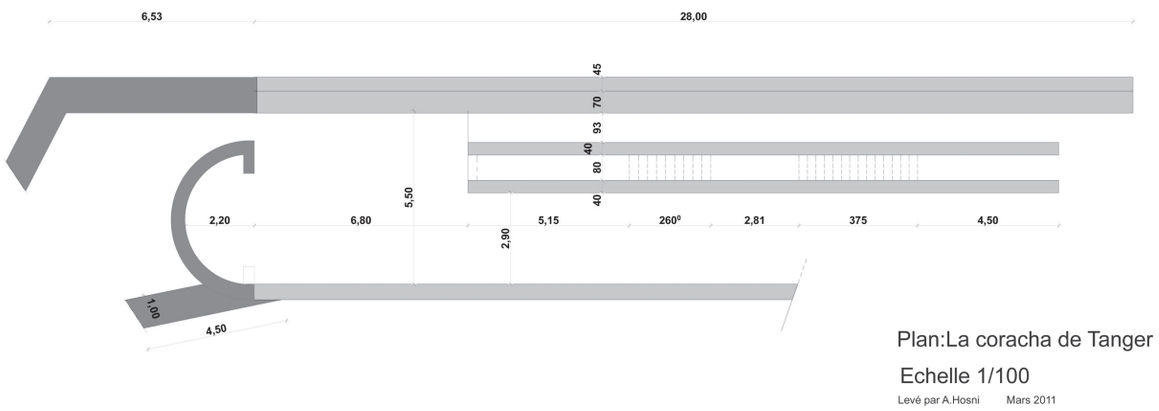
4. Parmi, les fondements principaux du «Projet de Reconversion du Port de Tanger» déclarés par les porteurs du projets, figure la valorisation du patrimoine de la zone portuaire et la mise en valeur le patrimoine architectural attenant. Les autres fondements sont: - Rétablir la liaison initiale de la métropole avec l'eau et réintroduire l'environnement écologique originel. - Reconvertir les espaces portuaires en espaces d'accueil maritimes et terrestres. - Créer de nouveaux espaces de vie et de nouvelles vocations créatrices de valeur socio-économique.

DESCRIPTION (fig. 4)

En général, la coracha de Tanger est en assez bon état de conservation si on prend en compte les différents travaux qui ont accompagné les premiers chantiers d'aménagement et de construction du port de Tanger, depuis 1920 (fig. 6).
Il parait que sa position topographique perchée lui a garantie son existence jusqu'à nos jours, sinon, il a du avoir subi la destruction totale ou partielle, ce qui était le cas pour le mur garnie d'embrasures sis au pied de la tour semi-ronde.

6. Coracha de Tanger Côté Sud -Vue d'ensemble.

Construite sur un dénivelé d'environ 40°, la coracha de Tanger se compose, actuellement, de quatre unités architecturales (fig. 7):
· les gradins;
· la tour semi-ronde;
· le passage protégé par deux murs;
· le mur avec créneaux, certainement de protection construit au contrebas de la tour;
· et les escaliers occupant, en pente, sa partie supérieure.



5. Croquis la coracha de Tanger.

7. Coracha de Tanger Côté Nord – Vue d'ensemble.

8. Coracha de Tanger – Vue sur l'intérieur.

UNITES ARCHITECTURALES

a. Les gradins

Au pied de la tour, du côté Nord, ont été aménagé trois gradins en maçonnerie entièrement enduits par un mortier de chaux. Ces gradins contreforts identiques à ceux qui s'agencent au pied de la muraille Est, sont reproduits par la fameuse gravure portugaise du début du XVIème (fig. 1) et par plusieurs documents iconographiques qui lui sont postérieurs.

b. La tour semi-ronde

Elle repose directement sur la roche mère après avoir subit un nivèlement par la construction d'une plateforme soutenue par les gradins décrits ci-haut[5]. Cette plateforme, construite en brique posée en lits horizontales, est épaisse d'un mètre. La brique fait 26 cm x 12 cm x 4 cm. Une fois le nivèlement gagné, la tour fut bâtie sur une hauteur de 5,50 m environ. Il s'agit, en fait, d'une tour de protection. Son diamètre maximal fait 3,30 m. L'épaisseur du mur du parapet ne dépasse pas 0,45 m. Le parapet fait 2,10 m de hauteur et repose sur une base d'environ 1,20 d'épaisseur et 0,95 m de hauteur. Le chemin de ronde aménagé au niveau de cette base fait 0,60 m.

Une baie arquée en brique de 0,94 m séparait la tour du mur Sud. L'arc en brique qui rehaussait cette baie n'existe plus aujourd'hui. Seules quelques assises au niveau de l'arrachement en témoignent (fig. 8). On ignore la fonction de cette ouverture, mais à prendre sa présence à cet endroit, nous laisse supposer, qu'elle jouait la fonction de communication entre la coracha et la mer. L'accès depuis celui vers l'intérieur à travers cette petite baie se faisait, soit à travers un chemin aménagé dans le rocher naturel, soit en utilisant des escaliers mobiles (escabeaux).

Les travaux de préparation de la tour à la restauration et à la consolidation nous ont permis d'atteindre le sol d'utilisation et d'occupation de la tour sur une profondeur de 1,25 m du niveau de marche du chemin de ronde et de mettre au jour trois ouvertures arquées en briques dont les dimensions et la forme de l'ouverture sont différents selon leur position dans le corps de la tour. Cependant elles sont toutes hautes de 1,15 m, du sol à la clef de l'arc. Sur l'enduit des parois de l'une de ces fenêtres, nous avons relevé des graffiti sous forme de traits verticaux, d'usage courant dans les ouvrages militaires de garde et de contrôle[6].

La tour semble être réoccupée après une longue phase d'abandon dont témoigne l'épaisseur de la couche de terre (0,80 cm) sur laquelle ont été construit des murets peu épais (20 cm à 35 cm) présentant une technique de construction mal soignée et entièrement différente de celle qui caractérise aussi bien la paroi de la tour semi-ronde que les murs de défense Nord et Sud. Et, sur ce niveau repose un remplissage de remblais et des agencements en murets. La hauteur des murets est de 1 m. Il nous est difficile d'interpréter, dans l'état actuel de l'avancement des travaux de nettoyage et de fouille, cet aménagement réalisé à l'intérieur de l'espace restreint de la tour. Mais nous penchons à l'attribuer à une occupation ultérieure à la date de construction de la coracha[7].

c. Les murs parallèles

La coracha de Tanger présente deux murs parallèles. Le mur Sud est encore assez bien conservé sur une longueur de 28 m et une hauteur d'environ 5,40 m du

5. La tour semi-ronde repose, directement sur la roche mère sur laquelle a été construite la médina de Tanger du côté Nord et Est constituant ainsi la falaise de Bouknadel qui fait partie des formations géologiques du plateau de Marchan.

6. A Tanger toujours, nous avons détecté récemment, le printemps de l'anneé 2010, des graffiti, de même facture incisés dans l'enduit de la façade Sud de la tour d'Al-Ghandouri. Rappelons, que sur la partie haute du mur Sud de la citadelle portugaise de Ksar Seghir, côté intérieur, existe des graffiti incisés dans les enduits sous forme de traits verticaux. A ce propos, nous sommes en train de préparer une étude sur les graffiti du Nord du Maroc.

7. Nous rappelons qu'une fouille de cette coracha est très souhaitable. Déjà, le sondage de 1,80 m x 2 m pratiqué à l'intérieur de la tour nous a fourni des informations d'ordre chronologique et a livré quatre boulets de canon de tailles différentes.

9. Coracha de Tanger - Vue sur le mur Sud et l'escalier.

10. Coracha de Tanger - Vue sur les gradins.

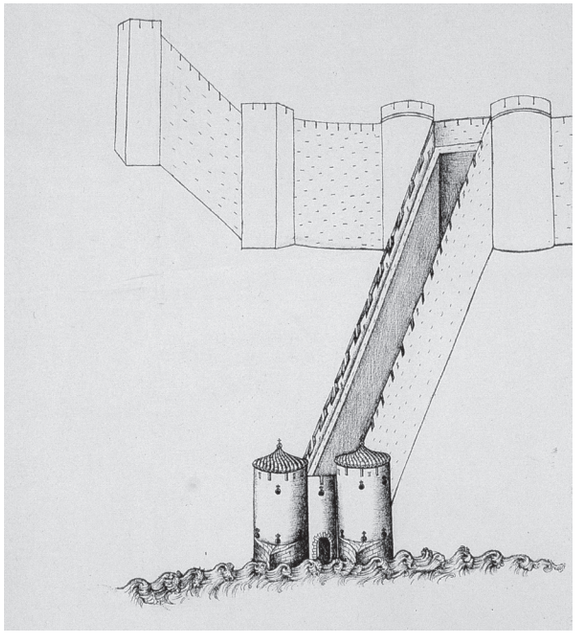
côté intérieur (fig. 9). Ce mur se compose de deux parties. Une partie basse de 1,35 m d'épaisseur et une partie supérieure épaisse de 0,45 m. Le chemin de ronde qui fait 0,90m rappel les dimensions du chemin de ronde de la tour. La construction des murs de la coracha de Tanger en palier est dictée par la nature topographique du site qui se présente sous forme d'une pente forte raide.

Au niveau le ce mur, des ouvertures meublaient la partie supérieure du parapet du chemin de ronde et dont il subsiste toujours des traces. Des meurtrières, de petite taille, perçaient également le corps du parapet.

Le mur Nord est composé en fait de deux murs. Le mur primitif est long de 7 m. Sa hauteur de l'extérieur est d'environ 4,50 m alors que sa hauteur de l'intérieur ne dépasse pas 1,80 m. Quant à son épaisseur, elle est de 50 cm (fig. 10). Un deuxième mur, décalé du premier, fut édifié sur une longueur de 3,30 m. Il s'agit en fait d'un allongement postérieur.

Ces deux murs, appartenant à des phases d'occupation différentes, formaient le passage protégé, qui permettait à la population de recevoir des vivres et des munitions. Ce passage communiquait certainement avec l'intérieur de la ville à travers une poterne, nommée, dans ce type de réalisation militaire, la *«porte de la coracha»,* et qui a été pratiquée dans l'enceinte de la ville. Cependant, l'état actuel du monument, nous ne permet pas d'avancer des informations sur cette communication. Cependant l'exemple le plus éloquent qui illustre cette fonction nous le trouvons dans la coracha de Ksar Seghir qui assurait la communication ente la citadelle portugaise et la mer à travers une poterne (fig. 11) (fig. 12)[8].

8. Afin d'avoir plus de détails sur cette communication, une fouille est toujours nécessaire au-dessous des escaliers, construit ultérieurement, vers le début du XXème siècle, et qui occupent actuellement la partie haute de la coracha. Ces «portes de coracha» rappelent en quelques sortes les portes de trahison des villes fortifiés médiévales. A Tanger existait une porte de trahison que nous avons repéré, il y a une dizaine d'années, l'une de ces portes au niveau du talus qui contrefort le côté Ouest de Borj al Kasba. Cette porte nous conduit à une galerie souterraine que nous avons explorée sur une distance de plus de 50 m. R. Ricard (1955, p. 167-88) rapporte avoir relevé sa mention dans une lettre du gouverneur portugais D. João de Meneses au ministre du roi Sébastien Pedro de Alcáçova Carneiro, datée du 19 août 1566. Mais, il se peut toujours, d'après R. Ricard, qu'une porte de trahison existait à Tanger avant 1471, car les chroniques portugaises y mentionnent un *Postigo de Guyrer,* qui pourrait être une déformation de l'expression arabe *Bab al Ghadr.*



11. Projet de la Coracha de Ksar Seghir 1502 In Torre de Tombo - Lisbonne.

12. Coracha de Ksar Seghir - Porte de la coracha.

d. La deuxième «tour»

Au contrebas de la coracha a été construite une deuxième «tour» entièrement différente de la première de point de vue forme et technique de construction. Il s'agissait d'un mur crénelé haut de 6 m à pans coupés formant un polygone de cinq côté, greffé sur le mur Sud de la coracha pour fermer sur la partie basse de la tour du côté nord. L'épaisseur de ce mur est de l'ordre de 1,15 m à 1,20 m.

Jusqu'aux années vingt, cet ouvrage, qui a l'allure d'une tour, continuait d'exister encore. Actuellement seuls quels bouts des côtés Nord et Sud ont échappé à la destruction lors des travaux d'aménagement du port de Tanger (fig. 4 et 7). D'ailleurs un sondage de vérification des fondations des côtés Est a été réalisé et il nous a permis de repérer deux niches dans la partie basse du mur.

La communication entre la coracha primitive et l'espace protégé par ce mur crénelé était assurée par des escaliers qui prenaient naissance sur le côté Sud, à partir de la baie, décrite ci-haut, qui reliait la coracha avec la mer.

Les escaliers menaient, probablement, vers une source d'eau ou une galerie souterraine qui reste toujours à vérifier. Cette «tour» avait, donc, une fonction de protection, soit d'une source d'eau soit d'un passage souterrain.

e. Les escaliers (fig. 9)

Au long du mur Sud, des escaliers comptant 26 marches réparties sur trois paliers, ont été aménagés. A une première marche se succède un palier, puis, à dix mar-ches un deuxième palier, et à quinze marches, un troisième palier qui desservait directement la médina (le quartier Dar al Baroud).

Matériaux et technique de construction

Si les matériaux de construction utilisés dans l'édification de l'ensemble des composantes de ce monument sont la pierre, la chaux, le sable et la brique, il est, toutefois important de souligner qu'il y a une grande différence du point de vue des techniques de constructions adoptées.

C'est à base de cette observation préliminaire que nous avons décomposé dans un premier temps, ci-haut dans la description, le monument en unités architecturales.

Et à propos de l'ensemble composé des trois premières unités : les gradins, la tour ronde et les murs parallèles, nous notons qu'ils présentent tous des moellons de même taille badigeonnés par un mortier. Cependant, la technique d'assemblage utilisée dans les gradins est entièrement distincte à celle utilisée dans la construction des murs et de la tour.

Si les gradins sont construits en pierres noyées dans le mortier à base de chaux et sable, les deux autres parties, la tour et les murs, présentent un appareillage bien soigné en assises de moellons de taille moyenne alternant des lits en briques ou en pierres plates.

L'ensemble est liaisonné par un mortier à base de chaux et sable. La brique fait 26 cm x 12 cm x 4 cm. Les parements des murs présentent, par endroit, l'enduit original préparé à base de chaux. On note l'homogénéité dans la construction de ces deux composantes. Sur une zone badigeonnée des gradins, fut reproduit un graffiti représentant un bateau (fig. 13).

Les matériaux de construction de la deuxième «tour» se composent également de la pierre, du mortier à base

13. Coracha de Tanger - Graffiti représentant un bateau.

de chaux et sable et des briques avec usage d'une forte quantité de chaux assurant à la bâtisse une grande solidité. La technique adoptée rappelle celle du coffrage par recours à l'édification, de part et d'autre, des parements en moellons sur une hauteur de 40 à 50 cm, et entre lesquels fut coulé le bêton composé du sable et chaux pour y noyer des moellons. L'enduit des murs fait 2 cm d'épaisseur. La brique, mesurant 24 cm x 14 cm x 4,5 cm, est exclusivement utilisée dans les voussures des ouvertures ou des niches.

Et enfin, les escaliers présentent des matériaux hétérogènes et de remploi (pierre taillée, des moellons, briques anciennes), parfois moderne, probablement de la fin du XIXème ou début du XXème, telle, la brique qui fait 21 cm x 11 cm x 6,5 cm.

ESSAI DE CHRONOLOGIE

a. Données textuelles et iconographiques

D'après R. Ricard, la coracha de Tanger *«aurait existé à Tanger avant l'occupation portugaise».* Rui de Pina la mentionne à propos de l'échec des Portugais devant la ville en 1437. Ricard ajoute que la Coracha de Tanger fut mentionnée, à la date de 1520, dans Damião de Góis[9].

Pour notre part, nous considérons que cet énoncé est fort plausible. En effet, sur la gravure reproduisant Tanger sous l'occupation portugaise on distingue deux Coracha[10]. Nous pensons que celle qui remonte à l'époque médiévale correspondait à la «la brise-lame» composée «d'une courtine de muraille complétée par une tour à son extrémité amphibie» et qui s'agençait sur le promontoire rocheux au Nord-Est, là où se lève actuellement Borj Dar al Baroud.

D'après Ricard toujours, «la Coracha de Tanger est mentionnée dans une lettre du gouverneur Bernardim de Caravalho au roi Sébastien, 31 mars 1562»[11]. L'inscription de Braun qui accompagne le dessin de la *couraça* atteste sa construction pendant le règne de D. Joao II (1481-1495): *«Arx aedificata a D. Ioanne Lusitanaie Rex, eius nominis II»* (Correia, 2008, p. 224). La coracha est reproduite sur un plan de 1661 (fig. 14)[11]. Elle est reproduite également sur un plan de 1663 (fig. 15)[12].

b. Observations archéologiques: Phases d'occupation et datation

D'après nos premières observations, le sondage archéologique réalisé à l'intérieur de la tour et l'étude des techniques et matériaux de construction, il s'avère que la coracha de Tanger a connu, au moins, six grandes phases d'occupation:

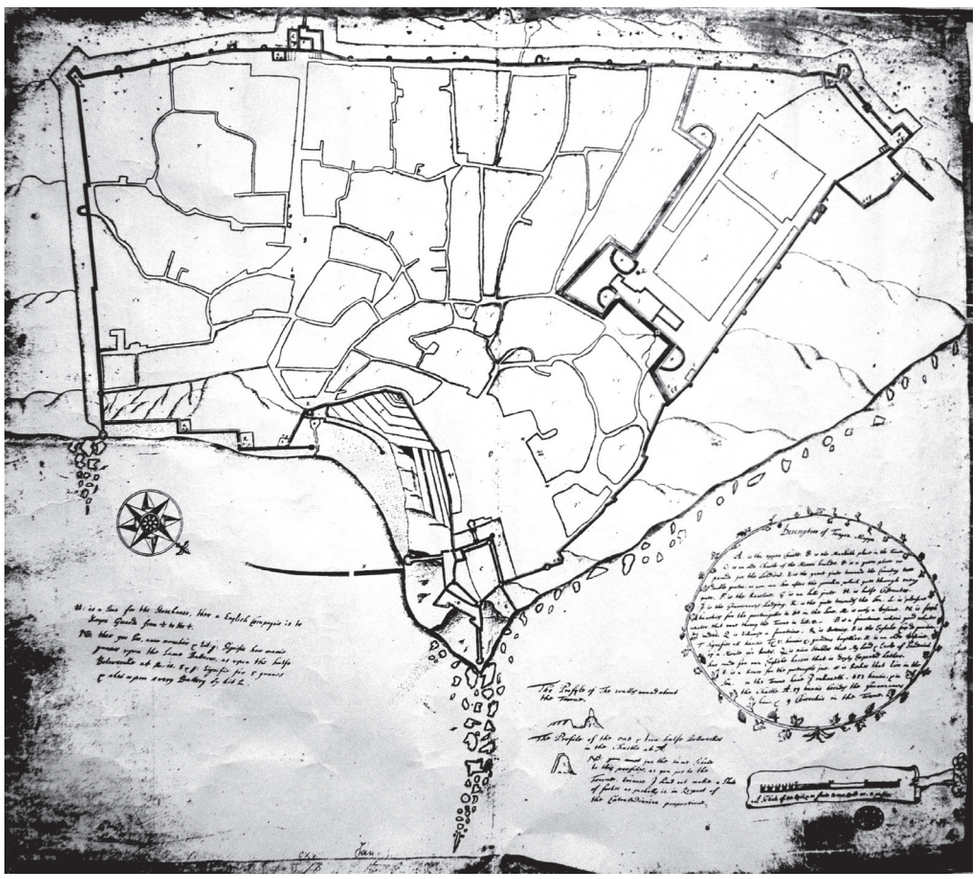
9. Crónica de D. Manuel, t. IV, ch.50, ed. Teixeira de Carvalho et David Lopes, Coimbra, 1926, p.121): «passando de longo do muro, e courça da çidade…», citée par Ricard, 1954, p. 149-72. Les Portugais l'ont utilisé après avoir été conseillé au lendemain la défaite de 1437 de «… entrarem pelo Albacar, e embarcassem pela Coyraça» (d'entrer par l'Albacar et d'embarquer la Couraça), cité par Correia, 2008, p. 210.

10. Cf. note 2. D'après Correia (2008, p. 217, note 316), cette gravure de 1572 reflète la situation qui existait à Tanger au début du XVIème siècle. Selon lui toujours, elle constitue, probablement, une copie de l'originale qui a plus d'un demi-siècle d'existence. Elle date donc de 1522.

11. *Tangier – Martin Beckman*. La date de 1661 est citée par Correia, 2008, p. 236.

12. O *Description of Tangier Mappe*. La date de 1663 est avancée par Correia, 2008, p. 244.

14. Plan de Tanger -1661- In British Museum.



15. Plan de Tanger -1663- In British Museum.

1. La première correspondait à la construction initiale dont les vestiges se résumaient aux composantes caractéristiques de ce type d'ouvrages militaires, à savoir la tour et les remparts parallèles. Les gradins, quant à eux, sont soit contemporains à la coracha soit ils remontent à, une phase antérieure de l'époque médiévale. La construction initiale serait donc d'époque portugaise (1471-1661) voire même avant si on croit R. Ricard.
2. La deuxième phase correspondrait à une surélévation probable des murs parallèles.
3. La troisième phase correspondrait à la construction, dans la prolongation du mur Nord, d'un autre mur qui fait 3,30 m.
4. La quatrième phase serait celle des aménagements qui ont été réalisés à l'intérieur de la tour et du passage.
5. La cinquième phase remonterait à la construction de la deuxième tour au parapet crénelé construit certainement au XVIIIème siècle, au moment de la construction de Borj Dar al Baroud.
6. La sixième phase, et la dernière, est celle qui correspond à la construction d'escaliers, vraisemblablement fin du XIXème, début du XXème siècle.

CONCLUSION

Dans son article «couraça et coracha», Ricard déduit que la coracha de Tanger «maintenait des communications libres avec la mer» (1954, p. 149-172). En effet, de part sa situation par rapport à la ville et à la mer, nous somme devant une majestueuse coracha maritime identique aux corachas maritimes de Ksar Seghir (Gozalbes Carvioto, 1977, p. 49-61), de Sabta (Gozalbes Carvioto, 1980, p. 265-75), d'Asila et de Mazagan au Maroc et à celles de Malaga en Andalousie (Gozalbes Carvioto, 1981, p. 61-70).
Tellement elle a constitué un vestige archéologique qui a suscité beaucoup de curiosité chez les archéologues et les historiens de l'architecture, la coracha de Tanger s'est, enfin, resurgit de l'oubli pour constituer l'un des monuments historiques les plus importants qui avaient marqué la «Rade de Tanger», régulièrement identifiée ainsi dans les récits descriptifs du XVIII et XIXème siècles.
Sa mise en valeur, actuellement en cours, est une initiative très louable. Elle permettra la récupération d'un monument militaire dont nous trouvons des similitudes aussi bien au Maroc, au Portugal qu'en Espagne.

BIBLIOGRAFIA

CORREIA, J. (2008) – *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord, de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVIème siècle,* Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

GOZALBES CRAVIOTO, C. (1977) – Las corachas portuguesas de Alcazaceguer, *Cuadernos de la Biblioteca Espanola de Tetuan*, n.º 15, p.49-61 et «Las corachas hispano-musulmanas de Ceuta», *Al-Qantra*, n.º 1, 1980, p. 265-275.

GOZALBES CRAVIOTO, C. (1980) – Las corachas hispano--musulmanas de Ceuta, *Al-Qantra*, n.º 1, p. 265-75.

GOZALBES CRAVIOTO, C. (1981) – Corachas hispano-musulmanas de Malaga, *La Revista Jàbega*, n.º 34, p. 61-70.

RICARD, R. (1954) – Couraça et coracha, *Al-Andalus*, t. XIX, p. 149-172.

RICARD, R. (1955) – Recherches sur la porte de la trahison dans les fortifications hispaniques, *Al-Andalus,* t. XX, p. 167-88.

VILLALONSO

UN CASTILLO MEDIEVAL EN LA TRANSICIÓN HACIA LA MODERNIDAD

ÁNGEL L. PALOMINO, MANUEL MORATINOS, JOSÉ M. GONZALO, JOSÉ E. SANTAMARÍA E INÉS M. CENTENO Aratikos Arqueólogos, S.L.[1]

RESUMO El castillo señorial de Villalonso (Zamora, España), situado en las cercanías de la ciudad de Toro, se caracteriza por se un importante ejemplo de fortaleza cuya arquitectura bélica muestra claramente los procesos de transición constructiva que se suceden entre la Baja Edad Media y la Edad Moderna (siglos XV y XVI). El origen de estos cambios arquitectónicos tiene que ver con el importante desarrollo que vive la artillería a partir de la segunda mitad del siglo XV. El siguiente texto pretende dar a conocer la historia de la fortaleza a partir de un análisis diacrónico de su arquitectura, obtenido mediante trabajos de excavación arqueológica y estudio de paramentos, lo que permite situar la fortaleza dentro del contexto artillero de transición y ver los paralelismos que guarda con otras fortalezas de la época.

PALAVRAS-CHAVE Castillo señorial, Villalonso, artillería, fortaleza de transición, arquitectura bélica

La aportación realizada al Congreso mediante este artículo tiene su origen en los interesantes resultados obtenidos a raíz de la intervención arqueológica realizada en el castillo de Villalonso[2] (Zamora, España). Los trabajos arqueológicos realizados se desarrollaron en el contexto del proyecto de rehabilitación de la citada fortaleza, promovidos por la propiedad y la Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, centrándose en distintas áreas del recinto fortificado, el estudio de los paramentos y el control arqueológico de las obras de rehabilitación, completando un proceso de documentación iniciado con los estudios previos del citado proyecto (Aratikos, 2006; Palomino *et alii*, 2006).

1. LOS ORÍGENES DE VILLALONSO: DE 1065 AL SIGLO XV

El castillo de Villalonso se localiza al Noreste de la localidad epónima, sobre un pequeño altozano a 724 m.s.n.m., a cuyos pies discurre el arroyo de Villasanta. Esta localidad se encuentra al Norte de la ciudad de Toro, formando parte de la tierra conocida desde la antigüedad como los *Campos de Toro*. En época medieval esta ciudad constituyó un estratégico enclave defensivo dominando el valle del Duero, fundado a finales del siglo IX por los reyes asturianos como cabeza de puente en su progresivo afán colonizador de las tierras bajas de la *Extremadura leonesa*[3]. En este contexto de frontera, avanzado el siglo XI, se producen las primeras referencias escritas sobre Villalonso[4] formando parte del señorío de realengo (Reglero, 1993, p. 41-42), situación que se prolongará hasta bien entrado el siglo XII en que pasa a manos nobiliarias (*Ibídem*, 1993, p. 43), otorgándosele un fuero, junto a Benafarces[5], en 1147 (Rodríguez, 1990, p. 62-72). A partir de este momento y a lo largo de los siglos XIII, XIV y XV Villalonso pasará por diferentes manos[6] hasta recaer finalmente en la familia Ulloa. En este proceso cabe destacar la posesión de Villalonso por parte de la Orden de Alcántara[7] a partir de 1214 (Sanz, 1985, p. 65; Palacios, 2000, p. 452, n.º 644).

1. ARATIKOS ARQUEÓLOGOS, S.L. c/ Estación 37, 2ºA, 47004 Valladolid (España), aratikos@terra.es.

2. El preceptivo Informe técnico (Aratikos, 2011) elaborado tras la fase de excavación se encuentra depositado en el Servicio Territorial de Cultura de Zamora para su consulta. En el mismo se expone de manera detallada el desarrollo de los trabajos arqueológicos, el análisis estratigráfico, el estudio de los materiales recuperados y el análisis de los paramentos de la fortificación, hasta llegar por fin a las conclusiones históricas que todo el proceso ha generado.

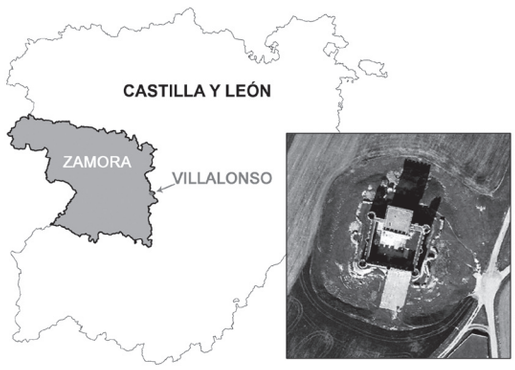
3. Según la *Crónica Najerense* en el año 881, reinado Alfonso III en Oviedo (866-910), se repuebla la antigua *Taurum*, entre Zamora y Simancas, encargándose de la tarea su hijo el infante García: *Ac triennio peracto, sub era DCCCCª. XIXª., urbes desertas ad antiquitus, populari iussit* (...) *Taurum namque dedit ad populandum filio suo Garceano* (Ubieto, 1985, p. 66).

4. El nombre de esta localidad, conocida en la antigüedad como *Villa Alfonso*, denota una acusada adscripción señorial relacionada, según Justiniano Rodríguez Fernández, con la ilustre familia de los Adefónsiz, de origen lebaniega, siendo uno de sus miembros, posiblemente Adefonso Moniz o alguno de sus descendientes, quién aportó su nombre al lugar (1990, p. 69).

5. Llamada en la documentación Benafareges.

6. Entre la nobleza que contaba con posesiones en Villalonso durante esta época cabe destacar a Alvar Núñez, conde de Trastámara, Lemos y Sarria, (Palacios, 2000, p. 373, n.º 523) o a Juan Alfonso de Benavides el Mozo, vasallo de Alfonso XI, su portero mayor en el Reino de León y mayordomo del infante don Pedro (Quintanilla, 1974, p. 187).

7. La relación de esta Orden con Villalonso se rastrea con nitidez a partir del año 1235, cuando siendo maestre don Pedro Yánez, el Papa Gregorio IX, por una Bula redactada el 16 de junio en Letrán, le concede el señorío de la villa. *Bulla per quam varia privilegia, exemptiones, & libertates Magistro, & fratibus S. Juliani de Pereyro conceduntur* (Ortega et alii, 1759, p. 43).



1. Localización general de la fortaleza.

Las recientes intervenciones arqueológicas efectuadas en la fortaleza han permitido individualizar y reconocer en el área sureste del cerro un conjunto heterogéneo de evidencias netamente adscribibles a la Plena Edad Media (siglos XII-XIII), a tenor de los materiales cerámicos recuperados[8] (*Ibídem*, 2011, p. 106-114) –, si bien notablemente alteradas debido a la incidencia de las actividades constructivas desarrolladas en épocas Bajomedieval y Moderna. Se trata de un grupo de estructuras constructivas – muros – y subestructuras – hoyos basureros –, que no guardan relación alguna con la fortaleza que hoy contemplamos (Aratikos, 2011, p. 29-49), cuya funcionalidad y articulación interna se nos escapan, si bien permiten intuir la existencia de algún tipo de edificación de entidad vinculada a los primeros poderes feudales instalados en este lugar, muy posiblemente la Orden de Alcántara.

2. EL CASTILLO SEÑORIAL DE VILLALONSO

Adentrarnos en el siglo XV supone hablar de una época convulsa en la historia de la corona Castilla, viéndose el castillo de Villalonso involucrado en las dinámicas que determinarán la configuración de los nuevos poderes en el tránsito a la Edad Moderna. Tras un breve periodo entre 1430 y 1449 en que la villa pertenece a Alfonso Pérez de Vivero[9] (Sanz, 1985, p. 65), es vendida a Juan de Ulloa junto con otras propiedades (Sanz, 1983, p. 225). A partir de este momento, la presencia de esta familia (Soler, 1985, p. 448 y 450) determinará el futuro

8. Se compone en su mayoría de producciones comunes de pastas sedimentarias con presencia de mica y cuarzo, elaboradas con torneta y de formas principalmente cerradas y sin decoración. También hay presencia de cerámicas bruñidas, de mejor calidad que las anteriores, elaboradas con torneta y pastas sedimentarias, donde también predominan las formas cerradas. Finalmente, hay que destacar la presencia también de los denominados fondos marcados (Larrén, 1991; Larrén y Turina, 1995) y de cerámicas esmaltadas que presentan las superficies cubiertas en ambas caras o en una de ellas con vidriados de tonalidad marrón, melada, verde o amarillo melado, producciones estas que empiezan a aparecer en contextos arqueológicos del norte peninsular a partir del siglo XIII (Gutiérrez, 1995, p. 71).

9. Contador mayor de Juan II y miembro de su Consejo Real fue un oscuro personaje surgido a la sombra del Condestable don Álvaro de Luna, privado de Juan II, también fue señor de la vallisoletana localidad de Fuensaldaña en donde mandó construir un castillo como muestra de su preeminencia, el cual, además de ser coetáneo en el tiempo, guarda una gran similitud, en cuanto a las formas, con el realizado por Juan de Ulloa en Villalonso.

2. Panorámica de la fortaleza desde el noreste.

de estas tierras, comenzando con ellos una frenética actividad que dejará una huella indeleble en la historia del campo toresano. La adquisición de heredades en Villalonso y Benafarces parece formar parte de un premeditado y sistemático plan de acaparamiento de tierras y poder puesto en práctica por los Ulloa durante la primera mitad del siglo XV. Proceso que se irá acelerando con la gran expansión que supuso la compra de las vastas heredades alcantarinas de Alfonso Pérez de Vivero y que culminará definitivamente entre 1461 y 1462, cuando don Juan de Ulloa termine por adquirir y permutar cuantas tierras aún no le pertenecían. A partir de este momento pasará a titularse primer señor de Villalonso y Benafarces, villas en las que constituirá un mayorazgo[10], al tiempo que ya había erigido su castillo en la primera (Sanz, 1983, p. 225-226), construcción favorecida por el hecho de contar la familia con canteras propias, circunstancia que se manifiesta en la uniformidad del programa constructivo de la fortaleza (Cooper, p. 224-225)[11]. Se trata por tanto de la consolidación de un importante grupo de poder dentro de la oligarquía urbana toresana, netamente diferenciado de la alta nobleza (Cobos y de Castro, 1987; Villena, 2005).

Este proceso está representado por el progreso de las obras de edificación de la fortaleza durante las décadas centrales del siglo XV, entre 1449 cuando don Juan de Ulloa adquiere los terrenos y 1470-1474 cuando termina por titularse señor de Villalonso[12], luciendo su escudo y el de su mujer, D.ª María de Sarmiento, sobre la puerta de ingreso al recinto interior del castillo[13]. Por sus características estructurales, esta fortaleza ha sido incluida en un grupo convencionalmente denominado "escuela de Valladolid", basado en las similitudes constructivas y estilísticas que presentan un nutrido conjunto de fortalezas situadas en torno a la capital castellana (Cobos y de Castro, 1987, p. 147; Cooper, 1991, p. 223).

Las crónicas del momento hablan del castillo de Villalonso como una construcción "*...fortísima por su situación y obras de defensa, levantada por Ulloa...*" (Fernández de Palencia, 1975, p. 320), una definición que describe fielmente la realidad de esta fortaleza al poco de ser finalizada, un complejo de planta regular formado por una primera línea defensiva, con un profundo foso perimetral y una falsabraga o barrera exterior[14] que, a pesar de su precario estado de conservación actual, mantiene prácticamente íntegro todo su perímetro. Formando parte de la falsabraga y situados en la zona central de los lienzos sur, este y oeste se integran unos cubos[15], a modo de bestorres, de planta semicircular, mientras que el lateral norte contaría con una torre defensiva de planta cuadrangular, avanzada sobre el foso para proteger la puerta del castillo (Aratikos, 2006). El acceso a la liza a través de la barrera se realizaría por el flanco oriental donde se sitúa, junto al lateral sur del cubo correspondiente, la puerta. Para salvar el foso y acceder al castillo, esta puerta contaría con un puente retráctil levadizo que utilizaba un eje del que aún se conservan ambos quicios y, en posición horizontal, descansaría sobre una pasarela de madera que iría desde la zona media del foso hasta la contraescarpa[16].

La fortaleza propiamente dicha (fig. 2) se configura a partir de una torre del homenaje situada al norte, de planta cuadrada y subdividida interiormente en planta baja y tres alturas. El acceso original a la torre se realiza a través de un arco apuntado que se abría en el lateral oeste a la altura del primer piso, situándose la zona residencial o noble en la tercera planta, rematada en una cúpula de sillería de doble tangente apoyada sobre pechinas[17], esta sala se ilumina a través de una ventana de asiento con vano cuadrangular abierta en el lado norte. La torre remata en una cubierta aterrazada,

10. El primer documento en el que Juan de Ulloa se intitula señor de Villalonso y Benafarces data de 1470. Cit. por Sanz, 1983, p. 226.

11. Estas canteras reportaron un importante caudal de recursos a la familia, aunque también fueron causa de algún que otro litigio. Este es el caso del registrado en 1499 cuando el corregidor de Zamora se verá obligado a intervenir a petición de los vecinos de Toro, imponiendo a Diego de Ulloa, cuya es [la cantera] de *Villalonso*, el cese del cobro de dos maravedíes que realizaba por llevar piedra de la cantera, de la que al parecer no se tenía costumbre de pagar derecho (Archivo General de Simancas, en adelante AGS, Registro General del Sello, en adelante RGS, 149905, 57).

12. Ratificando esta aseveración Andrés Bernáldez, el cura de Los Palacios, escribe en su crónica que el conde portugués de Marialva tras abandonar Toro en 1476 "*...fuese a meter en Villa Alonso, lugar e fortaleza de Juan de Ulloa...*". Cit. por Sanz, 1985: 65.

13. La identificación correcta de los blasones es la que sigue: el de los Ulloa escudo jaquelado de quince piezas, siete de ellas de *gules* cargadas con tres fajas de plata cada una y ocho de oro; y el de los Sarmiento con trece *roeles* de oro bien ordenados sobre campo de *gules* (Aratikos, 2011, p. 13-21, 70-72 y 84-87). Tradicionalmente se ha errado en la identificación y atribución de los escudos, dando lugar a interpretaciones equivocadas como queda de manifiesto en obras anteriores: Cooper, 1980, 1991; Cobos y de Castro, 1987, 1988; Palomino *et alii*, 2006; Sanz, 1985.

14. La existencia de antemurales, falsabragas o barreras reforzando las fortificaciones urbanas es ya conocida en la España musulmana desde el siglo XI y en los reinos hispano-cristianos a partir del XII, aunque su uso se generalizará en las centurias siguientes, extendiéndose también a los castillos a partir del desarrollo y difusión de la artillería de pólvora (Mora-Figueroa, 1996, p. 105-107).

15. Los cubos o bestorres de los laterales este y oeste son notorios a simple vista, mientras que el cubo del lateral sur fue documentado a nivel de cimentación durante los trabajos de control arqueológico por nosotros realizados en toda el área sur de la fortaleza (Aratikos, 2011, p. 88-89 y 118-119).

16. Algunos autores han considerado que la construcción de la barrera se realizó ex profeso para hacer frente a la repentina guerra entre juanistas e isabelinos (Cobos y de Castro, 1998, p. 164), sin embargo los datos arqueológicos y el último estudio realizado por nosotros del conjunto nos inclinan a creer que el castillo, la barrera y el foso responden a un proyecto constructivo unitario, sucesivo cronológicamente.

17. Aunque ya encontramos este tipo de remates en la arquitectura fortificada del siglo XV, se trata más bien de primitivos ensayos más vinculados a las bóvedas por aproximación de hiladas que a la estructura que nos ocupa (Aratikos, 2011, p. 18, 73 y 84-85). Hay que reseñar que en anteriores trabajos dicha cúpula no se consideraba perteneciente a la fábrica original de la fortaleza, creyéndose erróneamente que su construcción pertenecía a los trabajos de reforma realizados a partir de 1529 (Palomino *et alii*, 2006, p. 71).

defendida por un matacán almenado sobre modillones que se desarrolla por todo el perímetro, los merlones presentan de forma alterna saeteras y troneras de "palo y orbe", esta estructura defensiva se complementa con un potente alambor dispuesto en su base. A la torre se le adosa una muralla (fig. 2) que define un recinto cerrado de planta cuadrada con acceso en arco apuntado al norte, torres circulares en las esquinas y escaraguaitas[18] en los muros rectos, con un cuerpo constructivo de dos plantas adosado al interior de la muralla, habilitándose en el centro un patio cuadrangular con un gran aljibe o pozo. (Palomino *et alii*, 2006; Aratikos, 2006, 2011)[19].

Ésta sería la realidad constructiva de la fortaleza al momento de estallar la Guerra de Sucesión Castellana (1475-1479), en la cual Juan de Ulloa tomará partido por Juana y Alfonso V de Portugal en contra de Isabel y el infante Fernando de Aragón. Juan de Ulloa hará todo cuanto esté en su mano para favorecer la causa juanista, siendo sus fortalezas posiciones y puntos de refugio de las tropas portuguesas en Castilla. En este contexto el castillo de Villalonso sufriría su bautismo de fuego al albergar en sus muros al conde de Marialva[20], yerno de Juan de Ulloa y representante de la autoridad portuguesa en Castilla tras la derrota lusa en Toro el 1 de marzo de 1476.

En efecto, parece que el castillo de Villalonso puso a prueba su solidez y eficacia bélica en estos momentos aunque no tengamos noticias de su asedio por parte de las tropas isabelinas. Sus características constructivas lo aproximan a un castillo típicamente preartillero, aunque con ciertos elementos que indican un diseño pensado ya para la defensa artillada (Palomino *et alii*, 2006, p. 55-56 y 71-72). Entrando en detalle sobre estas características preartilleras de los elementos de la primera línea defensiva, reseñar que la barrera o antemural evita los tramos rectos excesivamente largos y prefiere los retranqueos del lienzo con respecto a los ángulos y la ubicación central de cubos semicirculares, diseño que favorece la defensa de flanqueo dificultando el asedio con artillería. En el caso del lateral norte de la barrera, resulta significativa la similitud funcional existente entre la torre avanzada de Villalonso y la de Portillo[21], cuya ubicación permite defender la torre del homenaje imposibilitando la visión de la puerta de acceso al castillo. Por cuanto se refiere a los elementos preartilleros existentes en la propia fortaleza, hay que reseñar que las torres esquineras y las almenas de la torre tienen "pedreros" o saeteras abiertas con troneras de palo y orbe, un elemento de defensa previo a la cañonera del siglo XVI pero posterior a la simple saetera, en proceso de evolución hacia la tronera. Este tipo de elementos defensivos están directamente asociados con el empleo de los primeros cañones – entonces móviles en función de las necesidades – alimentados con balas de piedra y con escaso alcance de tiro.

En el interior de la fortaleza, en la crujía oeste, se ha documentado un muro de buena mampostería amortizado por todas las estructuras que posteriormente se levantaron (fig. 3), cuya construcción corresponde

18. Mora-Figueroa, 1996, p. 99-101. Pequeño borje cilíndrico o primástico, habitualmente macizo, proyectado sobre ménsulas o canecillos desde el parapeto de torres o adarves, al que suele sobrepasar en altura.

19. Puesto que nos estaríamos excediendo al analizar y referir minuciosamente la fortaleza, remitimos a los textos aludidos donde se encuentran los análisis más pormenorizado de los estudios realizados hasta la fecha sobre la fortaleza y los paralelos que presenta, así como una descripción más detallada sobre los distintos aspectos y particularidades constructivas del castillo.

20. La *Crónica Incompleta* nos informa de que el rey de Portugal desengañado de la campaña emprendida en Castilla, tras la derrota en la batalla de Toro *dexó con quatroientas lanças de las que alli tenia al conde de Marialva para guarda de la çibdad de Toro, y dexó a la muger de Juan de Ulloa la fortaleza y el se partió con dosçientas lanças para Portugal* el 13 de junio de 1476 (Puyol, 1934, p. 302-303).

21. El castillo de Portillo poseía "*...un baluarte que esta cerca de la torre del homenaje de la dicha fortaleza* (...) *oyo decir que lo fizo faser el dicho Juan de Villalpando que byen es menester para el servycio de la dicha torre por que* (...) *a cabsa del dicho baluarte* (...) *los que andan fuera de la dicha fortaleza que no veen las personas que entran y salen por la puerta de la dicha torre del homenaje...*". Juan de Villalpando, como alcaide encargado de la construcción del baluarte citado, desempeñó su cargo entre 1499 y marzo de 1503 (Cooper, 1999, Vol. I.1, p. 227).

3. Interior de la fortaleza. Vista cenital en la crujía oeste del hoyo basurero y del muro de mampostería bajomedieval, amortizados por las estructuras del siglo XVI.

por tanto al momento de construcción de la fortaleza (Aratikos, 2011, p. 55-62), respondiendo a una organización del espacio interior diferente a la resultante de las reformas llevadas a cabo en el siglo XVI, dividiendo en origen una estancia que hoy se presenta como única, apoyando sobre el mismo el nuevo muro perimetral de las crujías. Esta evolución en la organización interna de la fortaleza se confirma con la lectura de paramentos (*Ibídem*, 2011, p. 66-69 y 87). Dicho muro tendría un alzado de adobes y en un momento final, anterior a la gran reforma del interior del castillo, se procedió a excavar un hoyo basurero en el ángulo que forma este muro con la muralla oeste de la fortaleza (fig. 3) para verter los restos de un gran banquete que se fecha entre los últimos años del siglo XV y principios del XVI (*Ibídem*, 2011, p. 98-106; Centeno *et alii*, 2010), justo antes de la gran reforma que sufrirá la fortaleza a inicios del segundo cuarto de esta centuria. La excavación de dicho basurero ha sacado a la luz un excelente conjunto cerámico cuyo repertorio morfológico, de piezas prácticamente completas, permite conocer el tipo de ajuar que para mesa y cocina se utilizaba en un castillo señorial de la nobleza urbana a caballo entre el medievo y la modernidad.

3. LA TRANSFORMACIÓN DEL CASTILLO FRENTE AL ENVITE DE LA ARTILLERÍA

La Guerra de Sucesión Castellana finalizó con el triunfo del bando isabelino en 1479. La guerra conllevó para la familia Ulloa importantes reveses, entre los que se cuentan la muerte del propio don Juan de Ulloa en la defensa del Alcázar de Toro frente a los isabelinos en enero de 1476 después de dictar testamento[22], así como la denodada defensa del Alcázar toresano que tuvo que hacer su mujer María Sarmiento al quedar al frente del mismo tras la muerte de su marido. Acabada la guerra, los Reyes Católicos confiscaron todos los bienes familiares; la viuda y cabeza de familia, doña María Sarmiento, se ocupó de conseguir el perdón real para ella y sus hijos, de recuperar el señorío y de mantener el castillo de Villalonso[23]. Las evidencias indican, en principio, que la estructura del castillo no sufrió ningún cambio sustancial en estos años finales del siglo XV (Aratikos, 2011). Mantener bajo la propiedad familiar el castillo ya significaba un triunfo importante después del desenlace de la guerra, por cuanto no es probable creer que ante tal panorama doña María Sarmiento emprendiese tareas constructivas en la fortaleza[24]. En cambió, sí podemos intuir que fue ella la encargada de construir las casas principales de Toro, obras fechadas entre 1485 y 1489[25].

El mayorazgo y señorío de los Ulloa vivió unos años harto complicados después de 1476, puesto que el heredero del mayorazgo, Francisco de Ulloa, segundo Señor de Villalonso, moría en febrero de 1478, apenas dos años después de la muerte de su padre[26]. A este hecho se sumó la tutoría y curato que del mayorazgo hubo de ejercer el isabelino Rodrigo de Ulloa[27], tío del tercer Señor de Villalonso, don Diego de Ulloa y Sarmiento (1463-1536) debido a que el señor natural era entonces aún menor de edad. En este periodo tampoco es probable que se desarrollase ningún tipo de actividad edilicia en las fortificaciones de Villalonso, debido a la minoría de edad del titular, a las probables penurias económicas de la familia y a la estrecha vigilancia a la cual, a modo de condena, estaban sometidos por parte de su tío, agente directo de la corona.

Esta situación de cuarentena empezaría a cambiar una vez que Diego alcanza la mayoría de edad, convirtiéndose en el verdadero consolidador del señorío, al recuperar en su favor los derechos que tenían sus hermanos y adquirir varias propiedades en Villalonso que aún permanecerían en manos de pequeños propietarios (Palomino *et alii*, 2006, p. 54). De la misma forma, estamos en grado de afirmar que las reformas más importantes llevadas a cabo sobre la fortaleza original son obra de don Diego de Ulloa[28]. Por los restos conservados podemos rastrear la existencia de, al menos, dos grandes reformas estructurales en la fortaleza que coincidirían, *grosso modo*, la primera con la mayoría de edad de don Diego, en la que se ocupa de la modernización y refuerzo militar del edificio, previo a la Guerra de las Comunidades de Castilla, y la segunda con su trasformación en castillo-palacio después de recuperar

22. Archivo Ducal de Medinaceli, en adelante ADM, Secc. Villalonso, 5-25. Testamento de don Juan de Ulloa, enero de 1476. Cit. por Sanz, 1983, p. 226.
23. AGS, RGS, XII-1480, fol.180. Cit. por Palomino *et alii*, 2006, p. 53.
24. No obstante se haya propuesto en ocasiones anteriores (Palomino *et alii*, 2006, p. 65-68) la atribución a María de Sarmiento de importantes obras en la fortaleza que constituirían un claro ejemplo de patronazgo femenino, la ampliación de los estudios e intervenciones realizados recientemente (Aratikos, 2011) impiden mantener dicha afirmación.
25. ADM, Secc. Villalonso 4-34. Se trata del documento de fundación de mayorazgo hecho por Diego de Ulloa e Isabel de Fonseca el 25 de octubre de 1529 a favor de su hijo primogénito Juan Gaspar de Ulloa. En él se cita la casa principal de Toro como patrimonio heredado perteneciente a la familia Ulloa.
26. Designado sucesor en el testamento de 1476, vid. sup. nota 24. ADM, Secc. Villalonso, 3-42, en 1477 solicitará la confirmación real de ciertos privilegios. Sanz Fuentes cita como: ADM, Secc. Villalonso, 3-43, cit. por Sanz, 1983, p. 226.
27. Tras la reincorporación de Toro a la disciplina de los Reyes Católicos, don Rodrigo de Ulloa recuperará nuevamente los antiguos títulos usurpados por su hermano don Juan, a los que se incluyen el de Contador Mayor y miembro del Consejo Real, manteniendo el cargo de alcaide del Alcázar de Toro al menos hasta 1490, siendo sustituido por Juan Vázquez (AGS, RGS.149004.44).
28. ADM, Secc. Villalonso 4-34, *vid. sup.* nota 27, en este documento también reconoce que se encargará de realizar *mejoramientos* en el *lugar, casa y fortaleza de Villalonso*, siendo su intención introducir cambios en la fortaleza familiar.

4. Vista parcial del flanco este del castillo. Se pueden ver en primera línea el foso y la escarpa forrada de sillares correspondientes a las reformas del siglo XVI. En un segundo plano se encuentra la puerta original de la barrera.

nuevamente la fortaleza tras su participación y derrota en el bando comunero (1521), momento en el que posiblemente mandaría colocar el escudo de los Ulloa en solitario, sobre los del matrimonio Ulloa-Sarmiento, sobre la puerta de acceso al recinto.

Por cuanto respecta a la primera fase de intervenciones arquitectónicas en la fortaleza, el momento de su realización tuvo que situarse entre la última década del siglo XV, una vez olvidados y pagados los "errores" paternos, y las dos primeras décadas del siglo XVI. En este momento es cuando don Diego de Ulloa lleva a cabo unas obras que tienen por objeto recuperar el potencial defensivo de este castillo, adaptándose a las nuevas necesidades bélicas y, posiblemente, mejorando los puntos débiles evidenciados durante el conflicto de 1476. Las obras centrarían su mayor atención en la primera línea defensiva de la fortaleza: el foso, la barrera y la liza[29], pero también se incluirían reformas en la propia fortaleza, mediante la remodelación de las murallas del castillo para adaptar las defensas a las nuevas armas de fuego imperantes.

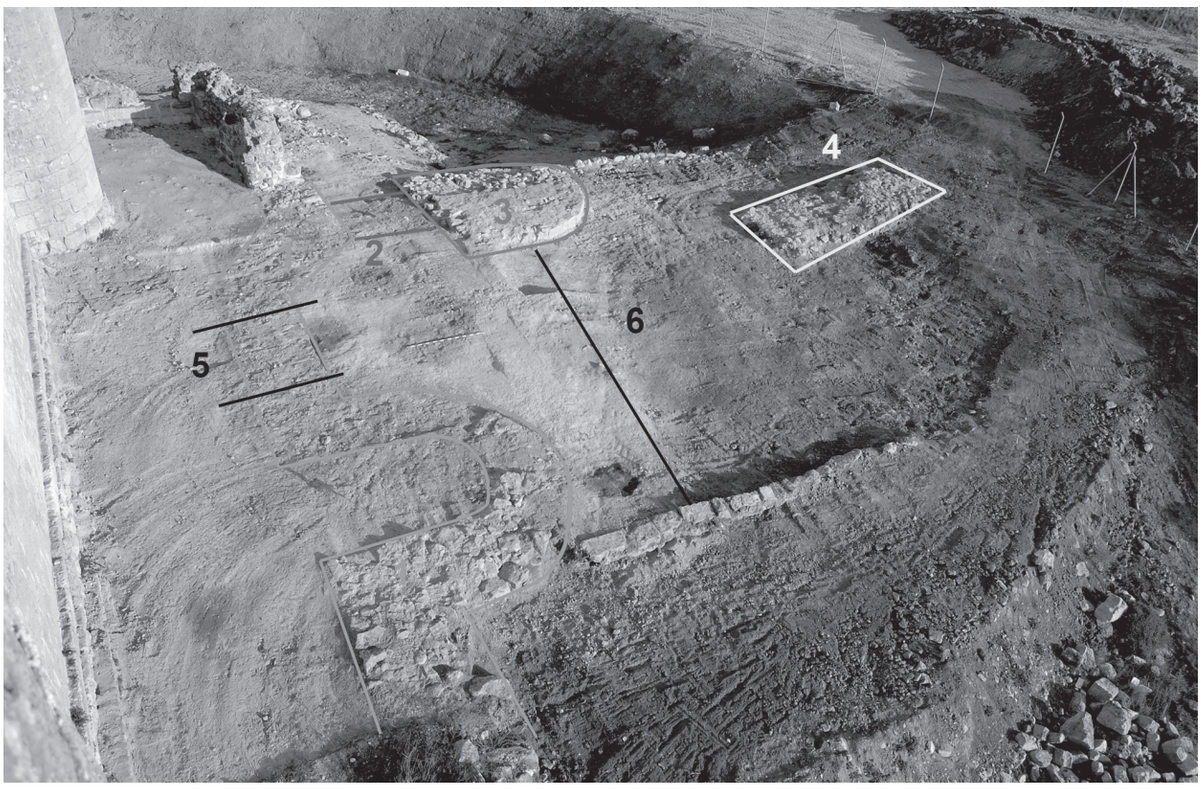
Estas primeras reformas, a pesar de su envergadura, no debieron de plantear para la familia Ulloa problema alguno con la corona, ya que los reyes, como bien señala Cooper (2004, p. 453-455), no podían negar de forma directa a la nobleza la construcción de castillos o la refortificación de sus defensas, como tampoco ordenar el derribo de las mismas sin la intervención de la justicia. De esta manera, Diego de Ulloa refuerza un castillo que ya había demostrado sobradamente la capacidad de resistencia y defensa, adaptándolo en estos momentos a los nuevos usos artilleros que desde la ciudad vallisoletana de Medina del Campo, sede de la artillería regia, estaban irradiándose por toda la corona de Castilla (Cobos, 2000a, 2004b; Cobos y de Castro, 2000). Para reforzar el potencial defensivo frente a la nueva artillería surgida tras la Guerra de Sucesión Castellana y especialmente la aparecida con motivo de la Guerra de Granada, el señor de Villalonso inserta una serie de sistemas que mejoran las capacidades de su plaza. El más claro ejemplo de la reforma se encuentra en el espacio exterior de la primera línea defensiva: el foso perimetral de la fortaleza (Aratikos, 2011, p. 19-20, 25-28, y 118-119). En este espacio se realiza, primeramente, el ensanchando el foso hasta los 25 m, alejando todo lo posible de la barrera la línea inicial del perímetro externo del foso y poniendo, literalmente, tierra de por medio entre la falsabraga y la línea inicial del perímetro interno del foso, aumentando la distancia y creando un amplio espacio entre el foso y los cimientos de la barrera que dificulta y entorpece la construcción de minas (fig. 4), teniendo en cuenta que el sustrato geológico de Villalonso es una arcilla tremendamente compacta que hace del cerro donde se asienta la cimentación del castillo un bloque muy resistente. Tras alejar la línea del foso de la barrera, se reexcava en profundidad el foso, dándole un acusado perfil ataludado, empleando la tierra extraída para engrosar y reforzar las zonas angulares de la escarpa donde se encuentra la cimentación de los ángulos de la barrera, lo que mejora su resistencia a los impactos artilleros (*Ibídem*, 2011, Lám. 2.1.2). Estas dos acciones de ensanchado y reexcavación del foso afectaron a evidencias constructivas y depósitos estratigráficos anteriores, tal y como se ha señalado, a la par que se debieron destruir los puntos de apoyo sobre el pequeño foso original que daban servicio al puente retráctil-levadizo de la puerta este (*Ibídem*, 2011, Lám. 2.2.5). Finalmente, en un tercer paso, se forra el foso con sillería caliza de excelente calidad, creando superficies lisas en ambos lados (fig. 4), rematando así las obras de profundización del foso, quedando así reforzadas escarpa, contraescarpa y fondo, sin descartar que los ángulos de la escarpa también se encontrasen forrados de sillería. De esta manera, don Diego consigue el objetivo de asegurarse

29. Las evidencias que han determinado esta interpretación provienen de los resultados de la última intervención arqueológica realizada por nosotros en la fortaleza (Aratikos, 2011, Lám. 1; Láms. 2.1, 2.2, 2.3 y 2.4; Láms. 3.1 y 3.2; y Lám. 4).

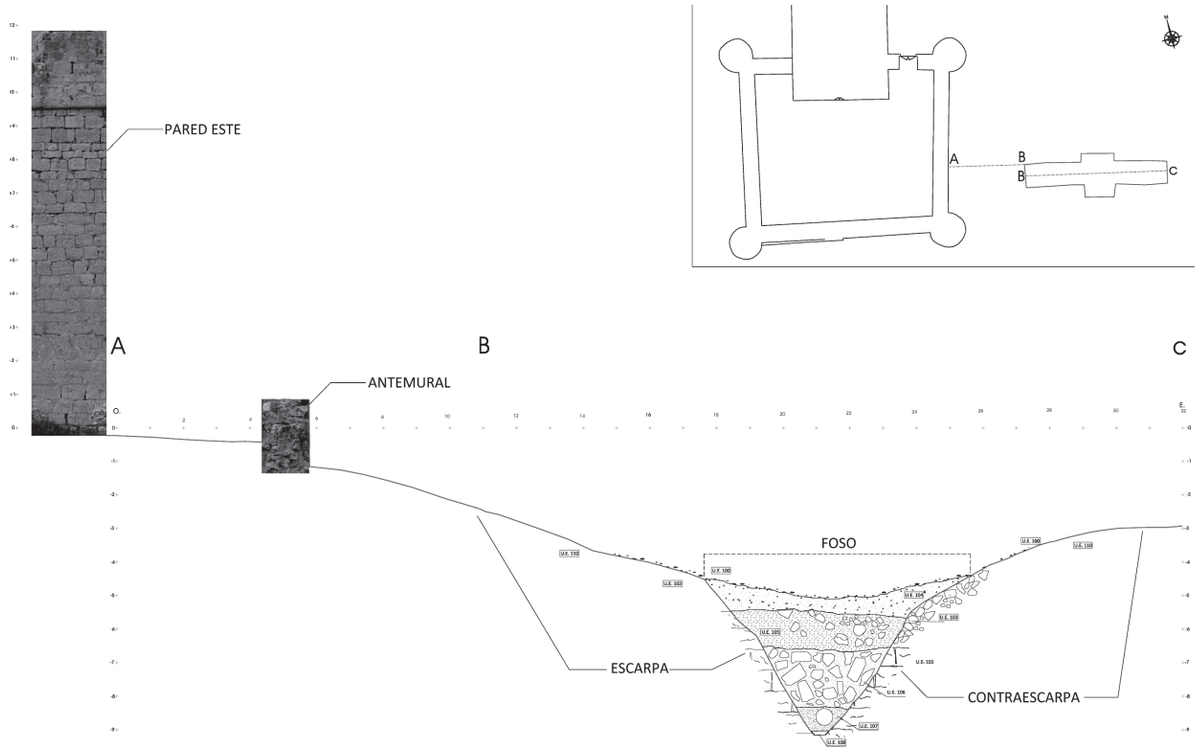
la práctica imposibilidad del ataque mediante minas durante un asedio y consigue crear una barrera ataludada a imagen de la del castillo de la Mota de Medina del Campo, aunque adaptada a las condiciones particulares de este castillo.

Asegurado el foso, las obras de reforma y adaptación se centran en el espacio interior de la primera línea defensiva de la fortaleza: la barrera y la liza. Así, se lleva a cabo una obra de gran envergadura en el flanco meridional de la barrera[30], construyéndose un nuevo acceso fortificado a la liza, adaptándolo al nuevo trazado del foso y situándolo en la parte opuesta (Sur) de la entrada principal del castillo (Norte), (*Ibídem*, 2011, p. 19-20, 39-42 y 118-119). Antes de pasar a analizar dicho proceso, se hace necesario señalar que las evidencias documentadas en relación con el cambio en la ubicación del acceso se han conservado muy parcialmente, encontrándose en buena medida desmanteladas, ya que se trataba en todos los casos de cimentaciones que se desarrollaban muy por debajo (en torno a -1,20 m) de lo que habría sido la cota original a partir de la cual se iniciaban sus alzados (*Ibídem*, 2011, Láms. 2.3 y 2.4). El nuevo proyecto constructivo (fig. 5) aprovechó el trazado del antemural existente, simétrico en su esquema al de los flancos este y oeste. En el tramo recto del antemural, el que se extiende junto al lateral este del cubo central, se desmantelaría parcialmente la barrera para abrir el nuevo acceso a la liza, exactamente copiando el esquema compositivo del acceso original del flanco este del antemural (*Ibídem*, 2011, fig. 4, Láms. 2.3.2 y 2.3.4). El nuevo acceso se cerraría con puerta y rastrillo y tendría cubierto su lateral oeste por el cubo de la barrera, defendido con artillería, pero a la par estaría fuertemente protegido por el lateral este con la construcción de un nuevo baluarte semicircular (fig. 5), también defendido por artillería, que se encontraría conectado a la barrera y a la liza mediante un pasadizo cubierto, en el que seguramente se abrirían saeteras. Este baluarte de flanqueo se encuentra cimentado en el interior de la escarpa y en posición avanzada sobre el foso, a imagen de los desarrollados en la Alhambra varios años antes, y tras la contrastada importancia que habían demostrado en el sitio del castillo aragonés de Salces en el Rosellón, hoy francés, en 1503 (Cobos, 2000a, 2004b; Cobos y de Castro, 2000). Así mismo, en la contraescarpa también se situaría una estructura que se corresponde con un baluarte de antepuerta (fig. 5) del cual únicamente se conserva el núcleo constructivo, dicho baluarte está cimentado en la contraescarpa y se

30. Los indicios que demuestran la existencia de una segunda puerta en la barrera de Villalonso fueron documentados en la última intervención arqueológica realizada, concretamente bajo el solar del juego de pelota, levantado por los vecinos de Villalonso mediada la centuria anterior aprovechando el lienzo sur de la muralla del castillo.



5. Vista panorámica del flanco sur de la fortaleza.
1 - Barrera y cubo. 2 - Pasadizo cubierto. 3 - Baluarte de flanqueo. 4 - Baluarte de antepuerta. 5 - Ubicación de la nueva puerta de la barrera. 6 - Línea perimetral interna del foso.



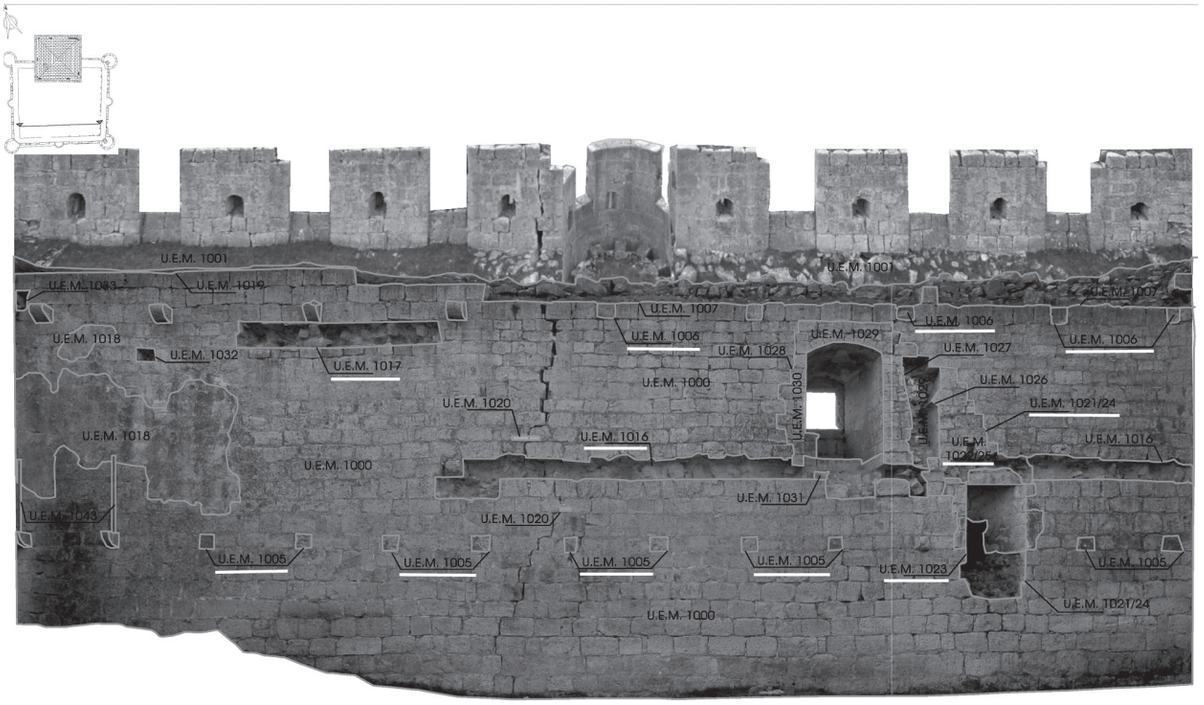
6. Sección acumulativa E-O de la excavación del foso en el flanco este.

encuentra en posición avanzada hacia el foso[31]. La interpretación de estas evidencias hace factible la existencia de una pasarela o puente levadizo que salvara el foso y conectara el castillo con el exterior de una manera más apropiada que se hubiera mantenido el acceso original por el flanco este. De la misma manera, este baluarte de antepuerta constituiría la estructura del castillo más expuesta y avanzada de toda la construcción, como los también existentes en Salces o en la Mota de Medina del Campo, que aunque podría contar con sus propias defensas, a la par está fuertemente protegido por la barrera, el cubo del antemural, el baluarte de flanqueo y por las dos cámaras de tiro abiertas en la muralla sur del castillo. Esta propuesta interpretativa se apoya, a su vez, en las referencias documentales aportadas por un texto que recoge un inventario de la fortaleza[32], hecho en 1522, en el cual la existencia de la nueva puerta de acceso queda evidenciada con un par de descripciones donde, a su vez se demuestra la existencia del baluarte de flanqueo y corrobora la existencia del cubo del antemural, ambos defendidos con artillería: "- *Yten otro tyro pequeño./ - Yten más otro tiro pequeño, éstos en los dos cubos de cabe la puerta./* (...) - *Más dos candados echadizos en los dos cubos de la puerta.//*". Al mismo tiempo tampoco deja duda de la existencia de un puente levadizo y del rastrillo cuando refiriere: "- *Yten más una viga vieja quebrada que quitó de la puerta lebadiza,/ que se quebró, e puso otra que hera con que se levantava la trapa*[33]*./*". Otras evidencias de carácter arqueológico que permiten deducir la existencia de este nuevo acceso en el flanco sur de la barrera son, por si mismas, evidencias que hablan del tipo de reformas que continuó sufriendo el antemural, en esta ocasión en su flanco este, que afectaron a la puerta original allí abierta, dándonos de esta manera una idea de la complejidad y envergadura del proyecto defensivo que don Diego pretendía. Estas evidencias provienen precisamente de los datos obtenidos en las excavaciones realizadas en el foso, frente a la citada puerta original, y alineadas con su eje transversal (fig. 6). Las intervenciones arqueológicas permitieron documentar toda la profundidad del foso, así como las superficies de escarpa y contraescarpa sin que se encontraran evidencias materiales de la existencia de apoyos para pasarelas o puentes retráctiles,

31. En torno a los 9 m es la distancia que separa el baluarte de antepuerta del primer punto de apoyo sobre la escarpa, distancia más que razonable y salvable con un único apoyo intermedio, en caso de ser realmente necesario

32. Se trata del acta de embargo de la fortaleza como sanción a Diego de Ulloa por participar en el bando comunero, en dicho documento se recoge un exhaustivo inventario de los enseres de la fortaleza a 13 de diciembre de 1522 publicado por Sanz (1985, p. 69), conservado en el al Archivo Ducal de Medinaceli (ADM, Sec. Villalonso 7-7). La misma autora, en otra de sus publicaciones, (1983, p. 227, nota 32), referencia el documento de la siguiente forma: ADM, Sec. Villalonso 7-57. Desafortunadamente nosotros no hemos tenido acceso al documento original para comprobar cuál de las dos referencias es la correcta.

33. Quiere decir trampa, sinónimo anfibológico de rastrillo, de uso ocasional al menos en la primera mitad del siglo XVI (Mora-Figueroa. 1996, p. 221).



7. Interior de la fortaleza. Vista fotogramétrica del muro sur donde se señalan las Unidades Estratigráficas Murarias que la componen. Se identifican las roturas de las ménsulas (UEM 1005 y 1006) que servían a la construcción bajomedieval. También se observan las cámaras de tiro construidas (UEM 1021/24, 1022/25 y 1023) para adaptar el castillo a las necesidades de la artillería. Las rozas (UEM 1016 y 1017) y las ventanas de asiento responden a las modificaciones palaciegas del siglo XVI.

cuando la anchura del foso (25 m) hace imposible, sin varios apoyos intermedios que una puerta o puente levadizo salven la distancia mediante entre el umbral y el primer punto de apoyo sobre la contraescarpa (Aratikos, 2011, p. 25-28). De lo analizado se desprende que, si hasta las últimas intervenciones arqueológicas se afirmaba que la puerta de la barrera del flanco este constituía el primero, único y original acceso a la fortaleza, sin embargo la nueva excavación permiten plantear que este acceso quedó inutilizado a partir de las primeras reformas de don Diego de Ulloa.

En este momento de grandes transformaciones se debió acondicionar también la pavimentación y estructura interna de la liza, construyéndose una nueva pavimentación y un edificio en todo el lado norte de la liza al que se le atribuyen funciones de servicio y almacenamiento (*Ibídem*, 2011, p. 49 y 52-54). Con el acondicionamiento de la liza finalizaban las importantes obras de reforma del espacio interior de la primera línea defensiva de la fortaleza.

Al igual que las estructuras anteriores, el castillo también vio adaptadas sus murallas a los nuevos requerimientos defensivos del cambio de centuria, que con la entrada en escena de armas de fuego más potentes, requerían establecer posiciones más o menos fijas, motivando la perforación de las murallas para instalar cámaras de tiro desde las que usar estas nuevas armas.

En concreto se han documentado, a partir de la lectura de paramentos (fig. 7), una pequeña cámara de tiro adintelada apropiada para un arma móvil en el muro sur, junto a otras de mayores dimensiones con cubierta escarzana para el uso de cañoneras en los muros sur y este (*Ibídem*, 2011, p. 66-68 y 85-86), que según Mora-Figueroa se datarían entre finales del siglo XV y las dos primeras décadas de la decimosexta centuria (1996, p. 71).

Cuanto acabamos de describir nos da cuenta de la excelente obra defensiva ejecutada por Diego de Ulloa, una construcción "fortísima por su situación y obras de defensa", como hubiera señalado el cronista nuevamente en caso de haberla conocido. Así las cosas, se produce el estallido de la Guerra de las Comunidades de Castilla (1520-1522), que expresa el descontento general de las oligarquías urbanas por la situación de la corona, acentuado por la llegada y proclamación como rey de Carlos I, un flamenco con una corte de extranjeros en Castilla. Frente al conflicto que se avecinaba, la familia Ulloa, como ejemplar familia de la oligarquía urbana, tomó partido claro del lado comunero[34], prestando su flamante fortaleza recién remodelada a su causa. No hay constancia documental hasta el momento que cite la fortaleza de Villalonso tomando par-

34. En estas fechas Diego de Ulloa era regidor de Toro, junto con su primo Hernando de Ulloa quien además fue el líder de la junta comunera de la ciudad (Sanz, 1985, p. 66).

te en alguno de los episodios armados que se conocen en esta guerra, sin embargo, no sería de extrañar dada su proximidad a los núcleos del conflicto, que algún tipo de escaramuza tuviera lugar en su entorno inmediato. Esta hipótesis tiene también un argumento de tipo arqueológico que la sustentaría (figs. 4 y 6), puesto que la excavación del foso en el flanco este de la fortaleza, frente a la puerta original, permitió documentar en su nivel inferior y más profundo las evidencias de un hecho de armas de cierta envergadura que ponemos en clara relación con la Guerra de las Comunidades. Se trata este hallazgo de numeroso material constructivo procedente sin lugar a dudas de la barrera, así como de un proyectil pirobalístico de grandes dimensiones (50 cm de diámetro) que tendríamos que relacionar con algún tipo de asedio artillero sufrido por la fortaleza (*Ibídem*, 2011, p. 26).

4. EL CASTILLO SE CONVIERTE EN UN RECINTO CORTESANO

La participación de Diego de Ulloa en la Guerra de las Comunidades a favor del bando comunero estuvo a punto de hacer desaparecer el Señorío de Villalonso, con su condena a muerte y el nuevo embargo de la fortaleza de Villalonso y todo su señorío[35], circunstancia que salvará al obtener el perdón del emperador Carlos previo pago de 10.000 ducados de oro en 1524[36]. En 1529 el castillo quedará integrado de nuevo en el mayorazgo del linaje de los Ulloa, y ésta sería la fecha del comienzo de las reformas que acaban convirtiendo el castillo-fortaleza en un castillo-residencia, mientras que el límite *antequem* sería el año de la muerte de don Diego, 1536. Su testamento del 18 de octubre de 1536[37], pone de manifiesto la importancia y el enorme patrimonio en bienes raíces y rentas adquirido por Diego de Ulloa Sarmiento, quien dona a su hijo Juan Gaspar de Ulloa un señorío plenamente consolidado, que se verá favorecido, a su vez, por su matrimonio con Guiomar Tavera, hija del mariscal Diego Pardo de Deza y a la sazón sobrina del que sería todopoderoso cardenal Juan Tavera.

Recuperada la tranquilidad y todas las posesiones, y quizá escarmentado por las experiencias bélicas frustradas, don Diego de Ulloa decide iniciar su segunda etapa de grandes reformas estructurales en la fortaleza, mediante las cuales va a dotar al castillo de las comodidades y ventajas de un palacio. Esta segunda reforma vendría también motivada por las obras de desmantelamiento parcial de gran parte de la barrera (figs. 4, 5 y 6), de parte del nuevo acceso del flanco sur y del consecuente cegado del foso. Creemos que el motivo de las obras de desmantelamiento de la primera línea defensiva se debe seguramente a algún tipo de exigencia y sanción adicional impuesta por la corona como condición *sine qua non* para restar fortaleza al castillo y así poder recuperar su propiedad. Las huellas de esta acción se documentan en los sedimentos que rellenan el foso (*Ibídem*, 2011, p. 25-28), entre los que se distinguen grandes sillares y sillarejos con mucha cantidad de argamasa que tienen que provenir necesariamente del derribo intencionado de esta estructura. Con la destrucción de la primera línea defensiva de la fortaleza se perdía casi por completo el carácter de inexpugnable que hasta ese momento poseería Villalonso, creándose por tanto unas condiciones nuevas que fueron aprovechadas para proporcionar al castillo un carácter palaciego en consonancia con las nuevas modas renacentistas tan en boga ya por todo el territorio peninsular.

El inicio de estas obras terminó por afectar globalmente a la fortaleza, dentro de la cual la torre del homenaje, símbolo último del poder del señor, vio modificada de tal forma su carácter defensivo hacia una nueva orientación cortesana, que acabó por convertirse en una torre palaciega, actitud que evidenciaba y manifestaba públicamente, la recuperación y el renacimiento del símbolo del mayorazgo familiar, así como también el cambio de propósitos que don Diego había experimentado a partir de la Guerra de las Comunidades. En el caso de la torre del homenaje, las obras que acomete tienen que ver con una remodelación completa de los espacios y funciones, que afectará a elementos exteriores e interiores pero no a la estructura general. El cambio más evidente a primera vista es la nueva ubicación y el nuevo diseño de la entrada a la torre[38] que pone de manifiesto el cambio de funcionalidad que a partir de este momento adquiere, situando el nuevo acceso en la planta baja y en el lateral principal que da al patio de armas de la fortaleza, además de estar realizada mediante un arco de ingreso de medio punto con dovelas muy desarrolladas que le sitúan cronológicamente más en el siglo XVI que en la centuria anterior (*Ibídem*, 2011, p. 73-77 y 84-87). Por cuanto respecta a las modificaciones realizadas en su interior, éstas pretendieron hacer de los espacios lugares más cálidos y acogedores de cuanto la espartana función militar permitía anteriormente. De esta manera la zona noble de

35. *Vid. sup.* nota 32.
36. ADM, Secc. Villalonso 4-32 y Sec. Histórica 286-13. Cit. por Sanz, 1983, p. 227; 1989, p. 371.
37. ADM, Secc. Villalonso 5-28. Testamento de don Diego de Ulloa, 18 de octubre de 1536. Cit. por Sanz, 1989, p. 375-379.
38. Conviene recordar que el acceso original a la torre del homenaje se situaba a la altura del primer piso en el lateral oeste de la torre y estaba realizado mediante un arco de ingreso ojival más propio del siglo XV, quedando cegado a partir de las reformas del XVI (Aratikos 2011, p. 73-77, y 84-87).

8. Interior de la fortaleza. Vista general de la crujía oeste, disposición que presentaba tras las reformas palaciegas del siglo XVI. En el lateral sur, dependencias de almacenaje.

la torre se trasladó del tercer al segundo piso, que se acondicionó para su nueva función mediante la apertura en el muro meridional de una ventana de asiento con vano de medio punto, para aprovechar todo lo posible la luz solar, y también se construyó en el muro este una amplia chimenea de arco rebajado.

La ambición reformadora de don Diego de Ulloa también afectó a las crujías del patio de armas del castillo (*Ibídem*, 2011, p. 55-62 y 119-120), en lo que se puede llamar reformas domésticas, aunque en este caso fueron de mayor calado que en la torre del homenaje, llegándose a convertir en una verdadera transformación. Se reconfiguraron completamente las crujías del patio, reconstruyéndose completamente las alas sur y oeste, con nuevas distribuciones internas de las crujías mediante anchos muros de tapial o sillarejo, e incluyéndose modificaciones en altura (figs. 7 y 8). Se conforma así una edificación de piso bajo y primer piso ricamente decorado[39] y más ancho que el inferior, sustentado interiormente por pies derechos y exteriormente por columnas, de las que se han recuperado alguna base y capitel de estilo gótico, creándose un patio porticado que rompía el enlosado sobre el que apoyaban las columnas, y cuya estructura tendría mucho en común con la del antiguo patio del castillo de Fuensaldaña (Valladolid)[40]. Al mismo tiempo también se vieron afectados los muros perimetrales del castillo – la muralla – (*Ibídem*, 2011, p. 66-69 y 86-87) al abrirse nuevos vanos y transformarse las antiguas cámaras de tiro para abrir ventanas de asiento. De este modo se hicieron dos nuevos cortejadores en el muro oeste[41], y otro en el muro sur que aprovecha parcialmente la estructura de una de las cámaras de tiro de la fase anterior (fig. 7), también en el muro este se reaprovecha dicha estructura para construir la cuarta ventana de asiento que poseería la nueva edificación. En esta etapa también se elevaría el nivel de uso del suelo mediante un nuevo enlosado de buena piedra caliza y se reformaría la boca del aljibe o pozo que ocupaba el centro del patio. En la actualidad, el interior del patio del castillo se encuentra vacío, han desaparecido sus habitaciones, aunque hay constancia de que hasta finales del siglo XVIII aún permanecían en pie[42], por tanto únicamente se puede estudiar la división interna de la planta baja. Las evidencias arqueológicas documentadas[43] que avalan este importante proceso de reformas están individualizadas, principalmente, en las relaciones que se establecen entre el muro perimetral interno de las crujías del castillo, y configurador del patio de armas, y el muro transversal de la etapa inicial de la fortaleza sobre el que se asienta en un punto indeterminado de su longitud (fig. 3). Esto viene a significar que en el planteamiento que llevó a la construcción del muro perimetral de las crujías no entraba respetar los espacios definidos por estructuras anteriores (*Ibídem*, 2011, Lám. 5.2.2). Otros datos provenientes de la lectura de los paramentos sur y oeste del castillo (fig. 7), donde se aprecia perfectamente la apertura de rozas paralelas a dos alturas para apoyar la nueva viguería en relación con la destrucción de la línea inferior y superior de ménsulas que servían

39. Se han documentado restos excepcionales de ricas yeserías policromadas que pertenecerían a los aposentos nobles de la crujía oeste y que dan noticia de la riqueza decorativa con que tuvieron que estar decoradas estas salas (Aratikos, 2011, p. 62).

40. Existe una antigua fotografía del castillo de Fuensaldaña, con anterioridad a la reforma hecha para acoger las Cortes Autonómicas de Castilla y León, en donde se ve una vista aérea del mismo y de la estructura interior de la fortaleza, prácticamente idéntica a la que debió de haber en Villalonso. Fotografía de *Paisajes Españoles*.

41. Es probable que en este muro también existiera alguna cámara de tiro o cañonera que pudiera haber ocupado el espacio en el que ahora se encuentran las ventanas de asiento y cuya construcción no ha dejado evidencias de fábricas anteriores.

42. ADM, Secc. Villalonso 1-17. *Testimonio original dado por Manuel Ramón Guerrero, Escribano, de la Justificación hecha en 1784 ante el Corregidor de la Ciudad de Toro a instancia del Excm. Sr. D. Luis María Fernández de Córdoba, Marqués de Cogolludo, Duque de Santisteban, en representación de su Esposa, del desmonte, desperfectos y arranque de piedra y maderas que de orden del Duque de Líria se había empezado a hacer en la fortaleza y tierras inmediatas a ella en la Villa de Villalonso*.

43. Las evidencias que han determinado esta interpretación provienen de los resultados obtenidos durante la excavación de la crujía oeste y parcialmente la crujía sur, llevada a cabo por nosotros durante los últimos trabajos arqueológicos.

a las construcciones originales (*Ibídem*, 2011, p. 66-68 y 86-86), junto al hecho de la apertura de las ventanas de asiento o "cortejadores" que rompen el paramento del muro, indicando que no formaban parte de la estructura original (fig. 7), hecho obvio si tenemos en cuenta su carácter no-defensivo -o cuanto menos, no propio de una fortaleza-, vienen a apoyar la afirmación del proceso de reestructuración interna de la fortaleza y a reforzar la cronología relativa aportada por los materiales cerámicos. Tales elementos "cortesanos" se corresponden con momentos de paz, ya que sólo así se explicaría que la solidez del recinto fortificado se "rompiera", abriéndose al exterior unos muros que habían sido concebidos con garitas colgadas para su defensa. Además, otro elemento característico de la estereotomía del siglo XVI es el esviaje y en Villalonso lo percibimos en varias de estas ventanas, así como en algunas troneras de ese piso superior, lo que refuerza su fechado en la centuria.

Otro dato importante es el de la funcionalidad de las estancias individualizadas puesto que se puede determinar su uso atendiendo a los elementos estructurales que las configuran. En el caso de la torre del homenaje la sala noble se correspondería con el segundo piso, sin poder afinar más en el caso del resto de estancias. En el caso de las crujías, las zonas nobles se encontrarían a lo largo de todo el primer piso, donde se abren las ventanas de asiento, sin embargo en este caso se trata de una suposición al no existir ya toda esta estructura. Por el contrario sí contamos con las evidencias de la planta baja de las crujías, en el caso de la crujía oeste (fig. 8) hay una sala que ocupa prácticamente todo el lateral occidental y tiene una posición preferencial dentro del patio una vez se llega a él. En dicha sala se aprecia una cuidada disposición de la pavimentación de ladrillos planos de barro y unas paredes revocadas de argamasa y enlucidas en blanco[44], además de contar con una espléndida chimenea que, con la finalidad de calefactar la estancia, se sitúa transversalmente entre el muro del castillo y el perimetral de la crujía distribuyéndose mejor el calor por toda la sala (*Ibídem*, 2011, Láms. 5.1.3, 5.1.5 y 5.2.1)[45]. Por cuanto se refiere a las dos estancias de la crujía sur (fig. 8), sus características de semisótano[46] y la presencia de pavimentos construidos con apisonado de mortero de cal y arena de grano medio-grueso, muy homogéneo y de apariencia ruda, aunque tenga las paredes también revocadas con argamasa y enlucidas de blanco, solamente permiten asociarlos a un destino funcional mucho más práctico en relación a cuestiones de almacenaje o custodia de utillaje, etc. (*Ibídem*, 2011, Lám. 5.1.6). Con estas últimas reformas, don Diego de Ulloa dio por finalizadas sus intervenciones en la fortaleza y no se conocen, en el punto actual de las investigaciones, más reformas de las hasta aquí referidas. En este último momento es cuando don Diego colocará un nuevo escudo familiar en la puerta principal del castillo, por encima del de sus progenitores, fundadores del castillo y señorío, de tal manera que venga a señalar a todo el mundo y a sancionar ante la historia un dilatado proceso de tribulaciones, reformas y transformaciones en la fortaleza que no es otro que el de la misma consolidación de su señorío. En apenas cinco décadas, las que van desde 1476 a los años posteriores al conflicto de las Comunidades (1521), el señorío y castillo de Villalonso sufrirán una gran evolución, pasando de tener un marcado carácter militar envuelto en dos graves conflictos bélicos, con embargo de la fortaleza y supresión del señorío incluidos, a convertirse en una pacífica y palaciega residencia civil, aunque manteniendo la grandiosidad y potencia de una fortaleza. Tal esfuerzo culminará con la concesión del título condal, a finales del siglo XVI, a los descendientes y titulares del señorío que con tanto ahínco defendió don Diego[47]. De lo que sucede en la fortaleza a partir de entonces poco se sabe, parece que se abandonó en las postrimerías del siglo XVI, según algunos vestigios parece que pudo haber sufrido algún incendio parcial en las crujías (*Ibídem*, 2011, p. 62), si bien los datos que tenemos parecen indicar que continuó intacto hasta finales del siglo XVIII[48], cuando fue parcialmente desmontado para reaprovechar la piedra y madera en otras construcciones.

5. CONCLUSIONES

En este trabajo se condensan los resultados aportados por los trabajos de excavación, lectura de paramentos y control arqueológico llevados a cabo dentro del proyecto de rehabilitación del castillo de Villalonso, que combinados con un estudio histórico riguroso, han permitido avanzar significativamente en el conocimiento de este edificio y en el contexto de las transformaciones sociales, políticas y económicas en el que se inserta. En este edificio se refleja de forma palpable

44. De dicha pavimentación y revoco ya se tuvo conocimiento en las intervenciones anteriores (Aratikos, 2006, Láms. 5.1.3 y 5.1.5).

45. Este tipo de solución económica para calentar la habitación, se conoce también en castillos contemporáneos como el de La Adrada (Ávila), en cuyo caso se sitúa la estancia del alcaide de la fortaleza, por cuanto no sería de extrañar que en Villalonso estuviéramos ante una funcionalidad parecida o al menos destinada a funciones de administración y organización del trabajo interno de la fortaleza y sus posesiones.

46. En este espacio las crujías no vieron elevado su nivel de circulación como sí sucedió en la estancia de la crujía oeste (Aratikos, 2011, p. 55-62).

47. Para conocer un poco más sobre un personaje con una personalidad tan fuerte y característica, ver Sanz Fuentes, 1989.

48. *Vid sup*. nota 42.

el momento de transición tanto social, como política, militar y artística que sufre la Corona de Castilla entre finales de la Edad Media e inicios de la Edad Moderna, marcado en lo político por la conquista de Granada, el último territorio peninsular bajo poder islámico, la unificación con la Corona de Aragón y el fortalecimiento del poder monárquico frente al estamento nobiliario, que terminarán desembocando en la formación del estado moderno, la Monarquía Hispánica. En lo militar, condicionado por la irrupción y desarrollo de unas armas de fuego más potentes, que obligarán a crear unas estructuras defensivas nuevas, a adaptar los preceptos poliorcéticos que se conocían, cambiando significativamente la manera de hacer la guerra. En lo artístico se advierte el final del gótico sustituido por las más refinadas formas renacentistas que desde Italia terminarán imponiéndose en toda Europa. Momentos estos que se encarnan de forma concreta en el castillo mediante los "impactos" producidos en su estructura por los conflictos derivados de los avatares políticos del momento, mediante su transformación de fortaleza militar en residencia palaciega, y sin olvidar la "intrahistoria" de la que nos hablan, por ejemplo, algunas de sus decoraciones y de los utensilios, sobre todo la vajilla, que acompañaron la vida cotidiana de sus moradores.

Como afirmaba Gregorio Marañón, la Guerra de las Comunidades y por ende el siglo XVI "representa un momento trascendente en la historia de los castillos: el momento de su crisis vital, el momento de su desaparición como instrumento de guerra", y así lo ilustra el ejemplo de Villalonso (Sanz Fuentes 1985, p. 68). Pero a diferencia de la opinión de Sanz Fuentes, creemos que este momento decisivo sirvió para dar una última oportunidad al castillo familiar, que si bien ya no servía a la guerra bien podía servir a la paz.

BIBLIOGRAFIA

ARATIKOS ARQUEÓLOGOS S. L. (2006) – *Excavación arqueológica previa a la redacción del proyecto de rehabilitación del castillo de Villalonso, Villalonso (Zamora). Informe Técnico*. Informe inédito depositado en el Servicio Territorial de Cultura de Zamora.

(2011) – *Excavación, control arqueológico y lectura de paramentos del proyecto de rehabilitación del castillo de Villalonso (Zamora). Informe Técnico.* Informe inédito depositado en el Servicio Territorial de Cultura de Zamora.

CENTENO C., I. M.; PALOMINO L., Á. L. e GONZÁLEZ, G. J. M. (2010) – Cerámicas en la encrucijada: un ajuar del castillo de Villalonso (Zamora) de comienzos del siglo XVI. *I Congreso Internacional de Estudios Cerámicos*, Cádiz. (En prensa).

COBOS GUERRA, F. (1998) – Etapas constructivas del Castillo de la Mota (Medina del Campo). Evolución tipológica y análisis crítico de sus fábricas. *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica, 14-17 de septiembre de 1994*, p. 275-294. Palencia.

(2002) – Artillería y fortificación ibérica de transición en torno a 1500, en *Mil anos de Foticicações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, p. 677-698. Lisboa.

(2004 a) – (Coord.) *La artillería de los Reyes Católicos*. Catálogo de la exposición celebrada en el Castillo de la Mota, Medina del Campo, agosto-octubre 2004. Salamanca.

(2004 b) – Los orígenes de la Escuela Española de Fortificación del primer Renacimiento, en VALDÉS SÁNCHEZ, A. (Coord.) *Artillería y fortificaciones en la Corona de Castilla durante el reinado de Isabel la Católica. 1474-1504*, p. 224-267. Madrid.

(2005) – Problemática y metodología específica de estudio e intervención en fortificaciones. *Actas del II Congreso de Castellología Ibérica*, 8-11 de noviembre de 2001, p. 1007-1034. Madrid.

GUERRA, F. C. e CASTRO F., J. J. de (1987) – Los castillos señoriales de la escuela de Valladolid: Una tipología arquitectónica para un grupo social. *Actas del Congreso de Medievalismo y Neomedievalismo en la arquitectura española*, p. 147-164. Ávila.

(1988) – *Castillos y fortalezas: Castilla y León.* León.

(2000) – Diseño y desarrollo técnico de las fortificaciones de transición españolas, en HERNANDO SÁNCHEZ, C. J. (Coord.) *Las fortificaciones de Carlos V*, p. 219-243. Madrid.

COOPER, E. (1980) – *Castillos señoriales de Castilla de los siglos XV y XVI*. Madrid.

(1991) – *Castillos señoriales en la Corona de Castilla*. Salamanca.

(2004) – Vaivenes de los castillos señoriales de Castilla bajo la Reina Católica, en VALDÉS SÁNCHEZ, A. (Coord.) *Artillería y fortificaciones en la Corona de Castilla durante el reinado de Isabel la Católica. 1474-1504*, p. 448-475. Madrid.

FERNÁNDEZ DE PALENCIA, A. (1975) – *Crónica de Enrique IV*. Madrid.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1995) – Nuevos desarrollos en el estudio de las cerámicas medievales del norte de España. Una síntesis regional. En GERRARD, C. M., GUTIÉRREZ, A. Y VINCE, A. (Eds.) *Cerámica medieval española en España y en las Islas Británicas*. BAR, Internacional Series 610, p. 69-87.

LARRÉN IZQUIERDO, H. (1991) – Fondos cerámicos marcados procedentes de Zamora. *Boletín de Arqueología Medieval*, 5, p. 167-179.

LARRÉN IZQUIERDO, H. e TURINA GÓMEZ, A. (1995) – El conjunto cerámico de la calle Obispo Acuña de Zamora. *Boletín del Semanario de Estudios de Arte y Arqueología*, n.º LXI, p. 261-274.

MORA-FIGUEROA, L. de (1996) – *Glosario de arquitectura defensiva medieva*l. Cádiz.

NAVARRO TALEGÓN, J. (1970) – *Catálogo monumental de Toro y su alfoz*. Zamora,

ORTEGA y CORTES, I. J. de; FERNÁNDEZ DE BRIZUELA, J., y ORTEGA ZÚÑIGA e ARANDA, P. (1759) – *Bullarium ordinis militiæ de Alcantara, olim S. Juliani del Pereiro, per annorum seriem nonnullis donatium, concordiarum, & aliis interjectis scripturis congestum. Regio diplomate compilatum & in lucem editium.* Imprenta Antonio Marín. Madrid.

PALACIOS, J. C. (1990) – *Trazas y cortes de cantería en el Renacimiento español*. Madrid.

PALACIOS MARTÍN, B. (Dir.) (2000) – *Colección diplomática medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494). De los orígenes a 1454*. Madrid.

PALOMINO LÁZARO, Á. L.; MORATINOS GARCÍA, M. e ALONSO RUIZ, B. *et alii*. (2006) – Villalonso un castillo señorial en la campiña toresana, a la luz de la investigación arqueológica. *Anuario 2006 del Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo"*, n.º 23, p. 51-75.

QUINTANILLA RASO, Mª. C. (1974) – Aportación al estudio de la nobleza en la Edad Media: la casa señorial de Benavides. *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 1, p. 165-220.

(1975) – El Señorío de la Casa de Benavides, en *Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas* (1ª. 1973. Santiago de Compostela). Actas. Vol. II, p. 231-246. Santiago de Compostela.

(1996) – *Nobleza y caballería en la Edad Media*. Madrid.

REGLERO DE LA FUENTE, C. M. (1993) – *Los señoríos de los Montes Torozos. De la repoblación al Becerro de las Behetrías (siglos X-XIV)*. Valladolid.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, J. (1990) – *Los fueros locales de la provincia de Zamora*. Salamanca.

SANZ FUENTES, M.ª J. (1983) – *El señorío de Villalonso. Aproximación diplomático-histórica*. *El pasado Histórico de Castilla y León. Volumen I: Edad Media*, p. 221-232. Burgos.

(1985) – Villalonso, un castillo en las Comunidades. *Castillos de España. Segunda Época*. N.º 23 (90), junio, p. 64-69.

(1989) – Un noble zamorano ante la muerte: Testamento, codicilo e inventario "post mortem" de Diego de Ulloa, Señor de Villalonso en *Actas del Primer Congreso de Historia de Zamora*. *Tomo I, Fuentes Documentales*, p. 369-388. Zamora.

SOLER GARCÍA, J. M.ª (1985) – La donación de Villena al doctor Periañez en 1440. En ESTAL, J. M. del (Coord): *Studia Histórica: In honores Vicente Martínez Morellá, cronista de Alicante (1915-1983)*, p. 429-473. Alicante.

UBIETO ARTETA, A. (1985) – *Crónica Najerense*. (Segunda Edición). Zaragoza.

VILLENA PARDO, L. (2005 a) – Densidad de las fortificaciones españolas, *Actas del II Congreso de Castellología Ibérica*, *8-11 de noviembre de 2001*, p. 9-26. Madrid.

(2005 b) – Glosario de términos castellológicos medievales, *Actas del III Congreso de Castellología Ibérica*, *28 de octubre a 1 de noviembre*, p. 387-398. Guadalajara.

PÓLVORA Y CAL

EVIDENCIAS ARQUEOLÓGICAS DE LAS FORTIFICACIONES COSTERAS DE ÉPOCA MODERNA EN LUARCA (ASTURIAS-ESPAÑA)

VALENTÍN ÁLVAREZ MARTÍNEZ Universidad de Oviedo. valentinalvarez33@hotmail.com
PATRICIA SUÁREZ MANJÓN Universidad de Oviedo. psuarezmanjon@hotmail.com
JESÚS IGNACIO JIMÉNEZ CHAPARRO Universidad de Oviedo. j.ignacio.jimenez.chaparro@gmail.com

RESUMO Nas Astúrias, os estudos centrados na cultural material da época moderna são escassos e foram quase sempre realizados a partir de uma perspetiva etnográfica. O trabalho que aquí se propõe consiste, pois, numa novidade, tanto ao nível da perspetiva metodológica adotada (a disciplina arqueológica) como devido aos elementos estudados, as fortificações da época moderna (séculos XVI-XVIII).
Analisam-se, de um ponto de vista arqueológico, as evidências das defesas costeiras da enseada de Luarca, um dos portos principais da costal ocidental das Astúrias. Até agora, as únicas aproximações ao seu estudo foram realizadas do ponto de vista da documentação escrita, ignorando os vestígios materiais, tanto móveis como imóveis, que ainda se podem perceber nas imediações do porto de Luarca.
As posições defensivas às quais aludimos situam-se a ambos lados da desembocadura do rio Negro, formando um complexo poliorcético com origens no século XVI, pelo menos. A partir do estudo dos vestígios ainda visíveis das baterias de El Paso e La Atalaya, propõe-se uma evolução histórica destas edificações tendo em conta critérios poliorcéticos e pirobalísticos

PALAVRAS-CHAVE Fortificación, Época Moderna, artillería, Luarca, Asturias, SIG

1. INTRODUCCIÓN

El análisis arqueológico de las fortificaciones conservadas en el puerto de Luarca es producto de su inclusión en el catálogo de fortificaciones de Asturias realizado a partir del proyecto de investigación "*CASTELLA. Centros de poder en Asturias: castillos y fortalezas feudales*", dirigido por el doctor J. Avelino Gutiérrez González (Universidad de Oviedo) y desarrollado en dos fases entre los años 2005 y 2010 (Gutiérrez González & Suárez Manjón, 2007 y 2009).

1.1 Estado de la cuestión

Al revisar la nómina de las fortificaciones costeras del primer periodo medieval y reconocer el terreno para identificar las posibles huellas de tales establecimientos, descubrimos un buen número de referencias adscribibles a establecimientos de época moderna y contemporánea que habían sido totalmente marginados de la investigación hasta fechas muy recientes (García Álvarez-Busto & Muñiz López, 2010; Gutiérrez González & Suárez Manjón, e.p.). Los motivos de tal olvido son variados, destacando la escasa monumentalidad de sus restos, no comparables a los de los grandes fuertes de las provincias limítrofes o próximas (Cantabria, Galicia, País Vasco) y el exiguo desarrollo de la arqueología postmedieval en nuestra región. Por ello, no se había efectuado hasta la fecha un catálogo de estas construcciones militares de época moderna en Asturias. Únicamente han sido recientemente estudiados, aunque relegando la perspectiva arqueológica, los vestigios de Gijón (Mortera Pérez, 2010) y Avilés (García Álvarez-Busto & Muñiz López, 2005), los principales puertos de la región.

1.2 Objetivos y metodología

Pretendemos aportar un ejemplo de análisis de los elementos defensivos de época moderna en Asturias a partir de las evidencias arqueológicas. Para ello tomamos como referente las fortificaciones de Luarca, basándo-nos en la consignación de las fuentes históricas y documentales referidas a las mismas (referencias bibliográficas, documentales, cartográficas y fotografías antiguas) y combinándolas con la descripción pormenorizada de las evidencias arqueológicas visibles[1] y su examen mediante el reconocimiento de las estructuras horizontales (plantas de las construcciones y terreno en el que se asientan) y verticales (lectura de paramentos) conservadas.
Por otro lado, apenas existen aportaciones que las hayan estudiado desde el punto de vista documental y los que lo han hecho no son totalmente fiables. Habitualmente la ausencia de referencias precisas a los documentos nos

1. Hay que destacar que hasta la fecha no tenemos constancia de que se haya publicado ninguna intervención arqueológica que afecte a los bienes patrimoniales de esta categoría en Asturias.

impide aceptar determinadas noticias como verdaderos hechos históricos. Por ello, trabajos tan importantes como los de O. Bellmunt (1897), J.E. Casariego (1966 y 1976) o L. Adaro (1976), y que han sido empleados para posteriores estudios (Porras Gil 1995; Frade & Figaredo, 2002; Martínez-Radio, 2007; Mateo Hernández, 2010) no serán manejados en esta aportación si no se ha podido clarificar el origen de cada información.

2. LUARCA Y SUS FORTIFICACIONES

2.1 Contexto geográfico e histórico: la costa asturiana y la villa de Luarca

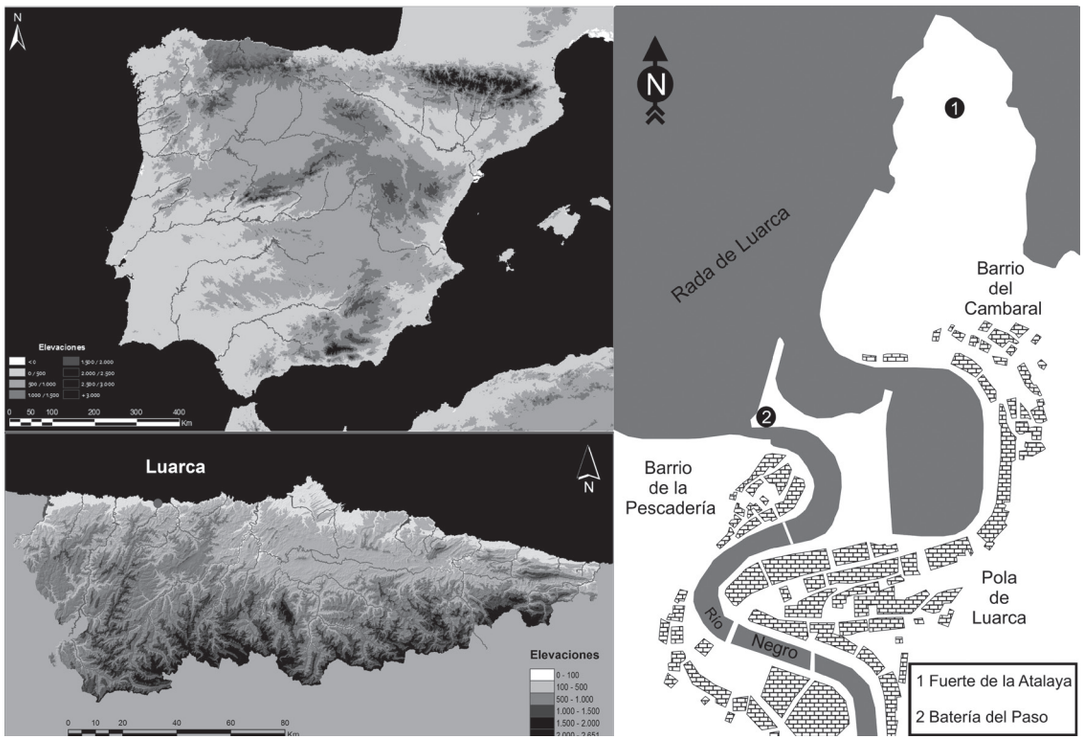
El motivo de la escasa monumentalidad de los restos de fortificaciones costeras conservados en el territorio asturiano ha de buscarse en la propia caracterización geográfica de la región, en primer lugar alejada de la frontera más inmediata con los principales enemigos de la Corona española en época moderna (Inglaterra y Francia), y marcada por un litoral abrupto, con escasos puertos y ensenadas aptos para la arribada de grandes naves, dominado por fuertes corrientes y violentos vientos que complican la navegación por su frente costero. Todo ello hizo que la defensa de la costa se confiara, en buena medida, al medio agreste. A ello han de añadirse las dificultades de comunicación de la fachada costera asturiana con el interior de las tierras peninsulares, con una insuficiente y complicada red de caminos.

El puerto y villa de Luarca se localiza en el sector occidental del litoral asturiano, siendo la capital del concejo de Valdés, caracterizado su territorio por un acusado contraste geomorfológico entre la montaña y la franja costera. En esta plataforma litoral es donde se ubica la villa, sobre la depresión formada por el cauce del río Negro, que forma un acusado meandro sobre el que se asienta el poblamiento original. La denominada punta de el Focicón, La Blanca, o de La Atalaya es un elevado y vertical acantilado de bordes irregulares que protege la entrada a la rada de Luarca, flanqueándolo por el noroeste.

Dejando a un lado ocupaciones pretéritas de difícil valoración[2], el origen histórico de la villa se encuentra en la concesión a la aldea de Luarca de la carta de población y su alfoz dependiente en 1270 (Ruiz de la Peña, 1981). De ese modo su integración como una de las "*polas*" asturianas se enmarca dentro del proceso de reorganización territorial y económica del Norte peninsular auspiciado por la monarquía castellana.

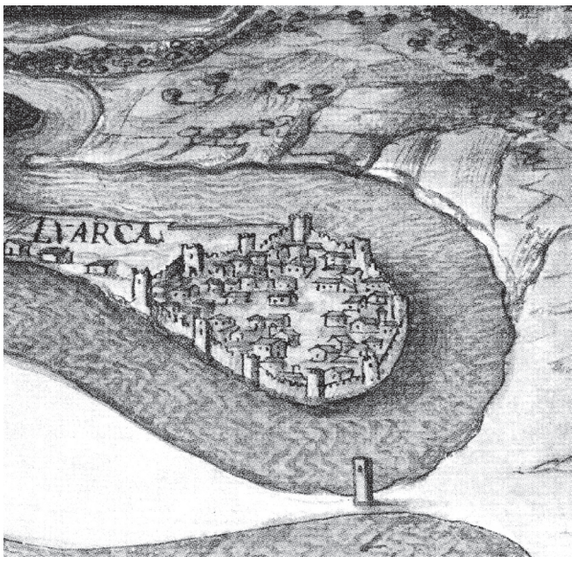
Del pasado medieval de la villa apenas se conservan vestigios materiales y documentales. Con respecto a su sistema de defensas las noticias con las que contamos

2. Vinculadas éstas al promontorio costero conocido como "Punta Muyeres" o "Castiel", que cierra la ensenada de Luarca por el oeste (González y Fernández-Valles, 1966, p. 268; Camino Mayor, 1995, p. 98-101; Fernández Ochoa & Morillo Cerdán, 1994, p. 89).



1. Mapa de localización.

son escasas y confusas, llegando incluso la historiografía medievalista asturiana a considerar esta *pola* como una "villa abierta" (Ruiz de la Peña, 1981, p. 137). No obstante, una vetusta teoría que apostaba por un cerca que encerraba el núcleo original, y que se apoyaba solamente en pervivencias toponímicas en el callejero de la población (Casariego, 1976), ha encontrado una última prueba en la representación gráfica de un recinto amurallado en la vista del puerto de Luarca realizada en 1634 por Pedro Texeira (Pereda & Marías, 2002).



2. Detalle de la vista de Luarca en el Atlas de 1634 de Pedro Texeira (Pereda & Marías, 2002).

Será en época moderna cuando se multipliquen las alusiones a las fortificaciones, debido al cambio que se opera en los escenarios bélicos del continente. Con el auge de la Corona española sus costas se establecerán como una frontera activa ante sus rivales, dejando de ser efectivos los establecimientos defensivos de épocas anteriores. El desarrollo de la navegación y los avances en la artillería hacen variar las necesidades de la costa cantábrica, quedando reducidas las anteriores edificaciones costeras al papel de puestos de vigía. Desde el primer tercio del siglo XVI se suceden las quejas y reclamaciones ante la falta de armas y artillería para la defensa de las villas y puertos del Principado de Asturias. Por ello se encarga al corregidor del Principado que en 1528 haga información de las necesidades de seguridad de los puertos asturianos (Cuartas Rivero, 1983, p. 140, nota 82).

La falta de recursos económicos de la región y las particularidades orográficas de la costa asturiana fueron el principal lastre para el desarrollo de un complejo sistema defensivo, pues se confió la suerte de las poblaciones costeras a la abrupta geografía y a su capacidad de autodefensa. Como ejemplo, en 1543 una pequeña armada francesa trató de forzar el puerto de Luarca, consiguiendo los vecinos repeler el ataque, hundiendo una nave, apresando y maltratando ("*y dícenme que los azotaron y desorejaron"* según se relata) a nueve de ellos (Fernández Álvarez, 1968, p. 85-86). A pesar de ello, se insiste ante la Corona de la necesidad de aprovisionamientos defensivos, y así en 1552 se fecha una relación de diligencias dadas por Gabriel de Rojas Sarmiento, corregidor del Principado en ese momento, para atender a la guerra contra Francia. En ella aparecen mencionadas las principales defensas que jalonan el litoral asturiano, estando entre ellas el puerto de Luarca. Se propone hacer en la parte alta de la villa, junto a una ermita existente, una muralla de cal y canto con sus troneras para asentar la artillería, así como bastiones con troneras en la playa para poder atacar (Porras Gil, 1995, p. 100).

A pesar de las recomendaciones, las cambiantes circunstancias bélicas hacían olvidar los proyectos una vez se alejaba el peligro inminente, para volver a retomarse en otro periodo crítico. Esto queda demostrado tras el fracaso de la *Gran Armada* cuando los territorios cantábricos sufren el hostigamiento de los corsarios ingleses. En ese contexto (1589) la villa luarquesa nuevamente tendrá que ser fortificada (Fernández Alvarez, 1999, p. 187-190). Esta situación será una constante en el desarrollo de la fortificación en Asturias.

En el siglo XVII, cuando vuelven a producirse situaciones de tensión, se percibe esta indefensión y escasez de recursos. Esta imagen es la que nos transmite Pedro Texeira en el denominado *Atlas del Rey Planeta*, una *Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos* elaborada por el cosmógrafo portugués en 1634 para Felipe IV (Pereda & Marías, 2002). Sobre el Principado de Asturias únicamente menciona que no se encuentra en toda su costa ni un solo puerto digno de consideración para permitir la entrada de navíos de cierto porte, y además resulta peligroso navegar por ella.

En marzo de 1639 se informa desde Madrid de la salida de una importante armada francesa sin destino conocido, recomendándose la alerta a los puertos asturianos, en franca situación de desprotección por estar, según se dice, "*con menos fuerzas que otros ningunos de Hespaña*" (Díaz Álvarez, 2006, p. 132). Desde mediados de siglo y hasta comienzos del siguiente escasean las noticias referidas a estas fortificaciones, coincidiendo con un momento de relativa tranquilidad en cuanto a los conflictos que afectan a España.

Con el inicio del siglo XVIII un nuevo enfrentamiento bélico afectará directamente al solar asturiano. La Guerra de Sucesión (1702-1713) vuelve a suscitar peligros en la costa (Martínez-Radio, 2007). En 1703 se envía un nuevo

memorial al rey en el que se da cuenta de la situación de indefensión de la costa del Principado, sin artillería ni personal adecuado para manejarla. Esta precariedad de medios se escenifica en la retirada, en 1702, de las cuatro piezas de artillería con las que contaba Luarca para proteger la Concha de Artedo y San Pedro de Luiña (Martínez-Radio, 2007, p. 68).

Con el ascenso al trono de Carlos III se inician de nuevo los conflictos tras la incorporación de España a la Guerra de los Siete Años en apoyo de Francia. En este contexto Carlos III encarga al ingeniero militar Francisco Llobet un proyecto integral de fortificación de la costa asturiana, del que se conservan unos excelentes planos –basados en parte sobre otros anteriores realizados por Martín Gabriel- con todos los detalles de las construcciones propuestas. Este estudio, que toma como principio la instalación de fortines artillados cubriendo todos los ángulos de tiro posibles, se puede considerar la incorporación de las técnicas modernas de guerra a la defensa costera asturiana, aunque finalmente no llegó a llevarse a cabo en su totalidad.

Las cartografías realizadas por Llobet y Martín Gabriel de las defensas de Luarca son la principal fuente de conocimiento de los vestigios del fuerte ubicado en La Atalaya de Luarca, como más adelante señalaremos.

Finalmente, en el siglo XIX tiene lugar el último episodio de gran enfrentamiento bélico en el mar, con la derrota de la armada franco-española frente a las costas de Cádiz en la batalla de Trafalgar, sucedida el 21 de octubre de 1805. Sólo un día después, Carlos IV promulgó diversas Reales Cédulas que tenían como objetivo mejorar la protección de la costa asturiana, encargando al ingeniero militar Tomás Pasqual de Maupoey un informe sobre la organización de la defensa litoral de la región y sus posibles mejoras, elaborado a principios de 1806. En el mismo, nuevamente, describe la costa asturiana como una magnífica defensa natural, a pesar de lo cual justifica la necesidad de su fortificación para evitar el refugio de piratas y enemigos, así como para que los fortines protegieran a los mercantes nacionales (Cartañà Marquès, 2003).

Esta es la última etapa del desarrollo de estas fortificaciones. Dos años después del informe de Maupoey las tropas francesas entran en territorio español y da comienzo la Guerra de Independencia. Durante este conflicto tanto el puerto de Luarca como sus obras militares tuvieron cierta relevancia, como ya han apuntado algunos trabajos (Rodríguez Fernández, 1991, p. 59; Laspra, 1992, p. 354; Rodríguez Fernández, 1995, p. 117; Martínez-Radio & Díaz, 2004, p. 658). No obstante, su mal estado obligó a llevar a cabo labores de refortificación, como apunta una carta de 1811 del Conde de Dorsenne "(…) *Nos estamos ocupando en reconstruir todas las antiguas fortificaciones para la seguridad de los acantonamientos* (…)" (Rodríguez Fernández, 1991, p. 164).

Las Guerras Carlistas cambiarán el escenario bélico, abandonándose la preocupación por la defensa costera y centrándola en la fortificación del territorio interior. Las antiguas baterías se abandonan, arrojándose muchas de sus piezas artilleras al mar, y sustituyendo su uso bélico por otro más pragmático como el establecimiento de faros, tal y como se produjo en Luarca en 1862 (Menéndez Solar, 1997, p. 30).

2.2 Evolución histórica de las fortificaciones costeras

2.2.1 La batería de La Atalaya

Se emplaza en la zona alta del cabo conocido como el Focicón. El conjunto de estructuras que hoy podemos observar consta de tres clases de evidencias: un faro construido a finales del siglo XIX, una pequeña ermita bajo la advocación de la Virgen de la Blanca y los restos de las antiguas defensas de la Atalaya.

En época moderna se llegará a construir en Luarca una posición artillera destacada, de la que tenemos noticias desde mediados del siglo XVI. Las primeras menciones a ella se sitúan en el contexto de la guerra de la Corona española contra Francia. En 1552 las diligencias dadas por Gabriel de Rojas Sarmiento proponían hacer junto a la ermita existente una muralla de cal y canto con troneras en la que disponer la artillería, así como bastiones con troneras en la playa con algunas piezas (Porras Gil, 1995, p. 100). Estas obras de fortificación no debieron llevarse a cabo en su totalidad ya que en 1634 Pedro Texeira no menciona ninguna batería, ni representa fuerte alguno en la vista que acompaña al texto, aunque sí aparece la ermita de Nuestra Señora La Blanca y el torreón situado en la punta de El Paso (Pereda & Marías, 2002).

En 1754 los vecinos de Luarca y Lastres tuvieron que defenderse de incursiones inglesas (Miguel Vigil, 1887, p. 246), tratándose en la Junta General del Principado el asunto de la seguridad de las villas costeras asturianas (Adaro Ruiz, 1976, p. 391). Ante el inminente asalto de los británicos se solicitaron ayudas para mejorar la posición defensiva de nuestras costas, por lo que se encarga al ingeniero militar Francisco Llobet un estudio del que resultarán una serie de planos de las baterías que convenía establecer en los puertos. No todos los elementos proyectados llegaron a llevarse a cabo, pero la batería de La Atalaya ya había comenzado a construirse entonces según consta en los planos de 1765 firmados por Llobet (Adaro Ruiz, 1976, lám. 49 y 50). La batería contaría con un muro de ocho *embrasuras* o cañoneras para asentar las piezas, unido a otro con troneras situado en el flanco occidental del em-

plazamiento, que ya entonces estaba construido, que se continuaría con otro que cerraría el emplazamiento por el sur (Adaro Ruiz, 1976, lám. 49 y 50). Además se propone, en la zona norte, levantar un pequeño edificio destinado a almacén de pólvora y resguardo de los efectos artilleros.

Esta es la misma planta que se representa en un plano de 1777 firmado por Tomás López, probablemente basado en los trabajos de Llobet (García Fernández, 1988, p. 19).

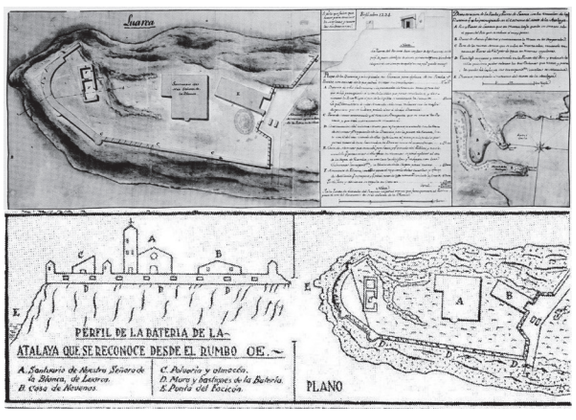
Un manuscrito del siglo XVIII en el que se relata la historia de Luarca, firmado por Joseph Pelaéz y Corona y fechado en 1767[3], menciona todo el complejo defensivo en torno a la ensenada. Situaba tres baterías, una en El Paso, denominada la "*Cruz de San Vicente, otro castillejo o batería, en la punta llamada Castiell*[4]*, en el pico de poniente de la Concha o bahía".* Completando la red de defensas, que llega a tener "*hasta 36 bocas de fuego"* bajo el mando de ocho artilleros, se encontraba "*un castillo junto a la ermita de la virgen de la Atalaya*" (Casariego, 1966; Adaro Ruiz, 1976, p. 391) También aparece consignada en la *Relación de los Castillos, Fuertes y Baterías …* de la costa de Asturias hecha en 1793 por Fernando de Gaber, localizada en el extremo del que llama Monte de La Atalaya, y describiéndola como una "*batería con buen parapeto y explanadas, con ocho troneras en que hay cuatro cañones de a diez y seis y dos de a doce de los cuales sólo cuatro están montados*", añadiendo que "*no tiene edificio alguno, la tropa y efectos se recogen en unas casitas bajas inmediatas, que a este fin tiene destinadas la Villa*", por lo que podemos deducir que la edificación planteada por Llobet para depósito de pólvora no debió llevarse a cabo, aprovechando probablemente la casa de novenas como resguardo de la tropa y almacén. Cuatro años más tarde, en una nueva encuesta Joseph Florez Estrada reflejaba así el estado de estas construcciones: *Ai un fuertecillo o más bien un reducto guarnecido con unos ocho cañones -Su sitio la atalaia en el que ai un santuario que llaman la Virgen de la Blanca-; los cuatro de calibre diez y seis libras y los otros de doce y seis el que se alla en una península que cubre bien la entrada del puerto el que admite navíos de porte de cien toneladas (…).* (Merinero & Barrientos, 1992, p. 199).

Ya en el siglo XIX se menciona nuevamente en la relación de *Baterías, puertos, y ensenadas de la costa de Asturias…* realizada por Thomas Pasqual de Maupoey en 1806 por encargo de Carlos IV, describiéndola como una batería con cuatro cañones del calibre 16, bien situada y en un estado regular, en la que por Real Orden de 22 de octubre de 1805 se mandó ejecutar un repuesto para las municiones (Cartañà Marquès, 2003).

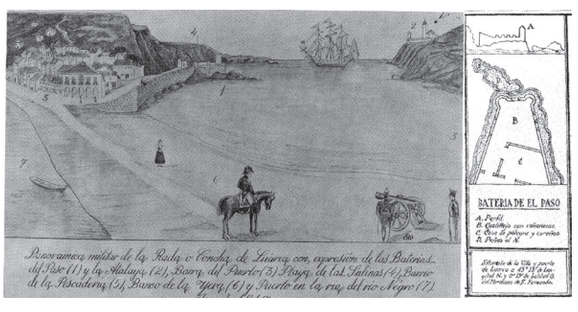
En los distintos trabajos enciclopédicos que se realizan a partir de la segunda década del siglo XIX el castillo de la Atalaya es mencionado siempre como un viejo fuerte arruinado (Miñano, 1826, p. 267; Madoz, 1845-50 Ed. 1985, p. 218; Mellado, 1845; p. 653 Gómez de Arteche, 1859, p. 461; V.V.A.A., 1880, p. 190) y desartillado (Bellmunt y Traver, 1897, p. 350) que pierde esa función protectora para convertir--se en un espacio simbólico. Así en la representación del plano de la villa de Luarca realizado en 1870 por Francisco Coello e incluido posteriormente en el *Diccionario* de Pascual Madoz se indica el estado ruinoso de la batería de La Atalaya, constatándose la pérdida de funcionalidad de este establecimiento, que daría paso al uso de su emplazamiento como faro.

3. *Relación histórica, erudita y filosófica de la muy noble, heroica y leal villa de Luarca, en este Principado de las Asturias, con noticia de algunos principales sucesos y noticias de antigüedades curiosas* se encuentra recogida una copia en la documentación del diccionario inconcluso del Martínez Marina, en la Real Academia de la Historia y en la Biblioteca Nacional. El primer autor que hace mención a este trabajo es J.E. Casariego aunque nunca aclaró suficientemente el lugar donde se depositaba el manuscrito. Posteriormente otros trabajos lo han utilizado.

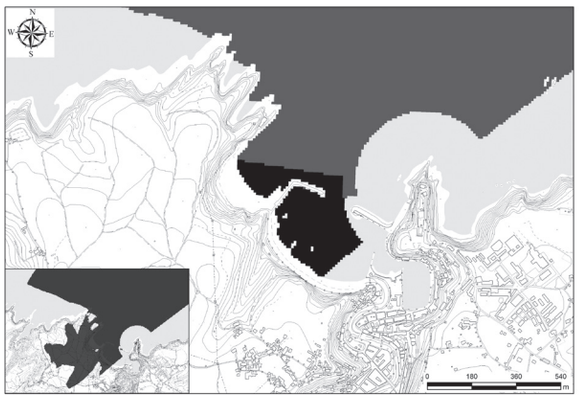
4. Este documento es la única evidencia de la instalación de una fortificación de época moderna en el recinto castreño.



3. Arriba: plano de la Batería de La Atalaya de 1765 firmado por Francisco LLobet (Adaro Ruiz, 1976). Abajo: Planta y perfil de la batería de 1777 realizado por Tomás López (García Fernández, 1988).



4. Izquierda: vista de la rada de Luarca en una ilustración de 1810 (García Fernández, 1988).
Derecha: Planta y perfil de la batería de El Paso de 1777 realizado por Tomás López (García Fernández, 1988).



5. Estudio, a partir de los ángulos de tiro, del área cubierta por las piezas artilleras de la batería de La Atalaya. En negro el área correspondiente a las troneras conservadas y en gris la zona atribuible a las troneras obtenidas mediante georreferenciación.

2.2.2 La batería de El Paso

Se situaba en un pequeño espolón de la rada de Luarca defendiendo, en conjunto con la batería de La Atalaya, la entrada al puerto. Las únicas referencias a sus características constructivas datan del último cuarto del siglo XVIII, estando representada en un plano firmado por Tomás López en 1777 (García Fernández, 1988, p. 19). En él se representa como una estructura adaptada a la configuración topográfica del emplazamiento, con planta de forma trapezoidal alargada, rematada en el extremo norte por dos pequeños cubos semicirculares continuados por un muro con troneras para los cañones. En el extremo sur del mismo se sitúa un pequeño cuerpo destinado a almacén de pólvora y cureñas. Esta configuración coincide con un dibujo de 1810 donde aparece la batería (García Fernández, 1988, p. 202).

La instalación de algún tipo de establecimiento defensivo artillero en la rada del puerto de Luarca debió ser coetánea a la construcción de la batería de La Atalaya. Así parece desprenderse de las recomendaciones hechas en 1552 por Gabriel de Rojas Sarmiento, que establece la conveniencia de levantar bastiones con troneras en la playa para poder atacar (Porras Gil, 1995, p. 100). No podemos saber si llegó a construirse la infraestructura, pero parece evidente la necesidad de establecer un fuego cruzado en la entrada del puerto entre los puestos de La Atalaya y la Punta de El Paso.

En la vista del puerto de Luarca incluida en el atlas de Pedro Texeira, de 1634 (Pereda & Marías, 2002), se representa en el lugar aproximado del emplazamiento de la batería de El Paso un torreón elevado que podría funcionar a modo de atalaya. Ésta construcción parece ser la misma que después de mediados del siglo XVIII se describe como "*Castillejo antiguo y arruinado en la punta del paso y en donde la villa quisiera poder colocar los tres cañones que tiene…*". Aparece mencionado en el texto adjunto a los planos de la Atalaya firmados por Francisco Llobet en 1765 (Adaro Ruiz, 1979: lám. 49 y 50).

De igual modo, en el manuscrito de Joseph Peláez y Corona de 1767 se denomina como la batería de "la Cruz de San Vicente", por situarse en las cercanías de esta capilla, en *"la otra orilla de La Llera y cierra el puerto por la banda del Norte"* (Adaro Ruiz, 1976, p. 390-391).

Aún en 1821 en otro plano de la Rada de Luarca, firmado por Francisco Fernández Miranda, aparece como "Castillo de Sta. Cruz" (Mateo Hernández, 2010, p. 30-31), una posible tergiversación de la anterior denominación. La pérdida

6. Superposición de las estructuras de la Batería de La Atalaya, obtenidas mediante georreferenciación de cartografías históricas, y la ortofotografía aérea actual.

de su finalidad defensiva hace que en el plano de Coello del último tercio del siglo XIX no se haga mención a esta fortificación. Finalmente, a finales de siglo se construye sobre su emplazamiento un nuevo edificio denominado el "Kiosko de Ventura", por ser convertido en espacio de recreo del político V. Olavarrieta (Bellmunt y Traver, 1897, p. 353).

3. DESCRIPCIÓN Y ANÁLISIS DE LOS RESTOS ARQUEOLÓGICOS

3.1 Análisis de las estructuras de la Batería de la Atalaya

Tras una prospección de la punta Focicón o de la Atalaya se han encontrado una serie de evidencias de la antigua batería costera. Para su estudio hemos utilizado las distintas planimetrías históricas disponibles, una gran número de fotografías históricas (Fernández, García y Castro, 2001) y las técnicas que proporcionan los Sistemas de Información Geográfica. La existencia de cartografías históricas posibilita conjuntarlas con los datos cartográficos actuales. Para ello, es necesario proporcionar a aquellas un nuevo sistema de coordenadas, acorde con los actuales; ese proceso se conoce como georreferenciación (Jiménez Chaparro, 2010, p. 94). El resultado de todo ello ha deparado la localización de tres conjuntos: Occidental, Septentrional y Oriental.

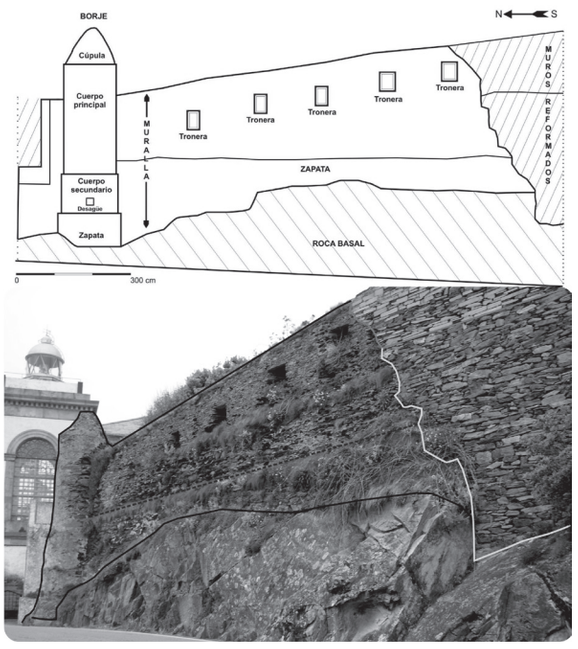
3.1.1 Conjunto occidental

Emplazado en la zona noroccidental de la punta. Se sitúa a pie de la carretera entre el extremo septentrional del cementerio y el faro. Si bien es el único elemento identificado por los anteriores autores que han tratado sobre la batería, estas alusiones han sido muy limitadas (Mortera Pérez, 2010, p. 25)

A pesar de ello, y para una mejor comprensión de esta área estructural, debemos dividirlo en tres elementos funcionales: Lienzo de muralla, Troneras y Contrafuerte.

Lienzo de Muralla

Muro compuesto a base de lajas de pizarra de diverso tamaño (del Ordovícico Medio de la *Formación Luarca*) trabadas con barro y argamasa. En la zona oeste del recinto se observa aún el antiguo lienzo, prolongándose en dirección S-N. Diversas reposiciones del mismo han desvirtuado el sentido de esta muralla pese a mantener la dirección, la técnica constructiva y el tamaño de la antigua estructura. A pesar de ello, se pueden distinguir claramente estas fases constructivas a partir de las cicatrices que marcan las uniones entre los bloques. Las evidencias del cierre original sólo mantienen una docena de metros. Éste recinto murario se apoya directamente sobre la roca basal para alcanzar una altura que sobrepasa los 8 metros, siguiendo la orientación de la



7. Alzado del conjunto occidental de La Atalaya.

cota topográfica. El lienzo tiene un ancho constante de 95 cm aunque en su parte superior unas grandes tapas de pizarra (98-100 cm) lo rematan evitando así la entrada de la lluvia en el interior del muro. Este aspecto y volumetría enlaza directamente con la técnica que se emplea en las construcciones tradicionales de la zona.

Se pueden distinguir dos niveles en la edificación del elemento. Uno inferior, con una función de cimentación que en forma de zapata se asienta sobre la roca. Se diferencia del otro tramo por su mayor grosor enmascarado por el crecimiento de la vegetación en la zona de unión entre los dos niveles. El superior, la zona de uso, es donde se insertan las troneras y esta muy alterado por la acción del viento y el salitre, que han destruido casi totalmente el enlucido de la fachada.

Troneras

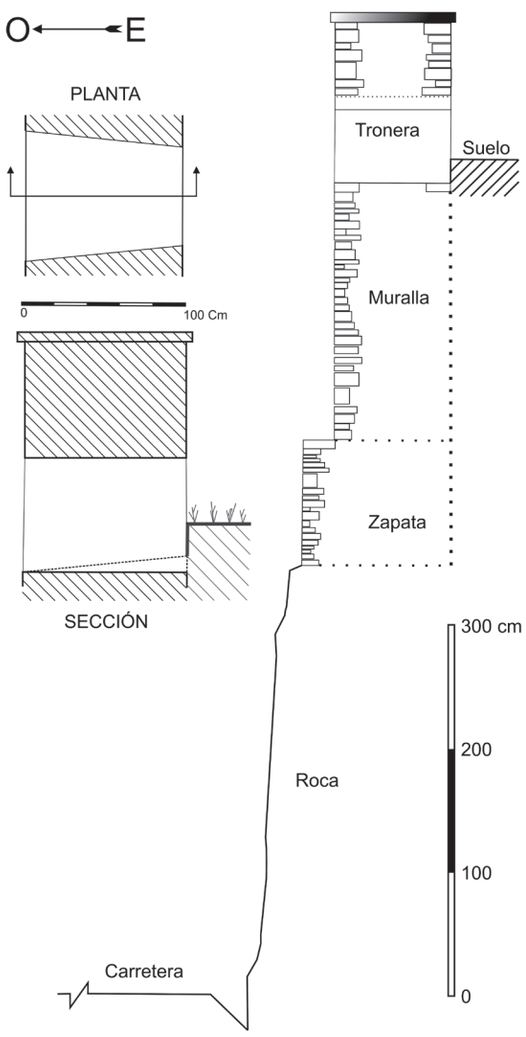
Dentro de este nivel superior se localizan un total de cinco troneras que servían para proteger el acceso a la rada de Luarca por el occidente. En la actualidad el interior de estas estructuras se encuentra parcialmente oculto por la acumulación de sedimentos y por estar tapiadas con hiladas de piedra trabadas a hueso. En la zona superior una laja de pizarra de mayor tamaño sirve de dintel ligando el vano con la cima del muro. La sección abocinada de estas troneras, tal y como muestran los planos de época, presenta un frente más desarrollado con respecto a su retaguardia, facilitando la ampliación del ángulo de tiro del arma. La posición escalonada de los diversos huecos con respecto al lienzo de muralla responde a la topografía interna de la rasante del suelo original.

Borje-contrafuerte

Este elemento situado en la zona más septentrional del conjunto es el que mejor se conserva de los tres que debió tener la fortificación, si se siguen las planimetrías históricas.

Denominado "borje" en la terminología de la arquitectura militar (Mora-Figueroa, 2006, p. 55-56), consiste en un elemento que aúna una doble función: constructiva y estética. Se trata de una estructura de morfología compleja constituida por una zapata que se adapta a la roca basal y dos cuerpos cilíndricos que se superponen hasta ser rematados por una falsa cúpula, intentando representar un fanal o una garita de vigilancia, muy al gusto de la época.

La pieza maciza, de planta pseudocircular, se traba con el paramento murario buscando reforzar el armazón de la muralla. Para evitar las perjudiciales filtraciones de agua, presenta en el segundo cuerpo una abertura cuadrangular a modo de aliviadero.



8. Sección del alzado del muro del conjunto occidental.

9. Fotografía del interior de una de las troneras del conjunto occidental.

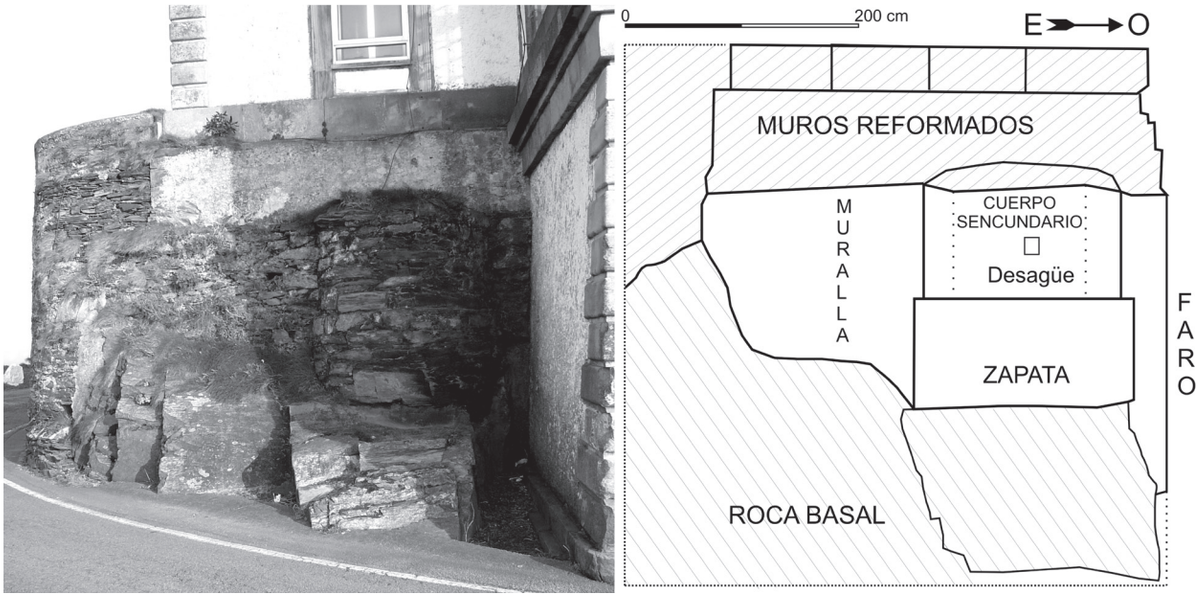
10. Alzado del borje-contrafuerte del conjunto occidental.

3.1.2 Conjunto septentrional

En el área más al norte de la punta Focicón, muy alterada por la construcción del faro moderno y la carretera, se localizan algunos elementos que hasta ahora han pasado desapercibidos. Estas evidencias se encuentran semiocultas por la plataforma cerrada de planta cuadrangular de la torre del faro y los cimientos de sus edificaciones auxiliares. A pesar de ello aún se pueden ver los restos del muro de la batería y el segundo contrafuerte.

Muro de la batería

La caracterización de este muro resulta limitada, pues su análisis sólo se puede realizar desde la cara exterior. De esta pantalla muraria, que tenía la función de servir



11. Borje-contrafuerte y resto de muro del conjunto septentrional.

de barrera defensiva y a la vez contener la tierra vegetal de la zona alta de la punta, apenas queda rastro. Simplemente contamos con la cimentación que se levanta sobre la roca, a los dos lados del borje. A pesar de sus dimensiones reducidas, que apenas sobrepasan el metro y medio de altura y longitud, podemos observar que tiene las mismas características constructivas que el lienzo situado en la zona occidental. En cuanto a su grosor sólo se puede recurrir a las fuentes documentales (planos de 1765 de F. Llobet y 1777 de T. López) para indicar que debería sobrepasar –si es que se realizaron estas obras- el del muro lateral. Finalmente se ven de nuevo algunos retazos del encalado.

Borje-contrafuerte

El borje, pese a encontrarse muy desmantelado, es el elemento más destacado de este conjunto. Su posición, inmediato a la plataforma de la torre del faro, hace que lo identifiquemos con el contrafuerte aislado que se encuentra a medio camino entre la zona central de la batería y el muro lateral, apoyándonos en las planimetrías del siglo XVIII. También aparecen en una estampa del dibujante Pedro Grolliez encargada por la Real Calcografía y realizada entre 1782 y 1785 (Portus, 2005, p. 67).

De la pieza original sólo quedan dos metros de altura que corresponden a la zapata y al cuerpo secundario que ha sido clausurado por una tapa de pizarra en el momento que fue parcial demolido. Nuevamente sus características (materia prima, método constructivo, disposición de elementos y volumetría) concuerdan con el otro contrafuerte ya analizado.

3.1.3 Conjunto oriental

El resto de las evidencias documentadas, a consecuencia de su parquedad, presentan algunas dudas de adscripción cronológica y funcional. La zona oriental del accidente geográfico del Focicón es la que más transformaciones ha sufrido por la instalación de la carretera. Así, para poder intentar identificar estos restos se debe recurrir nuevamente a los planos realizados en el siglo XVIII.

Negativo del Foso

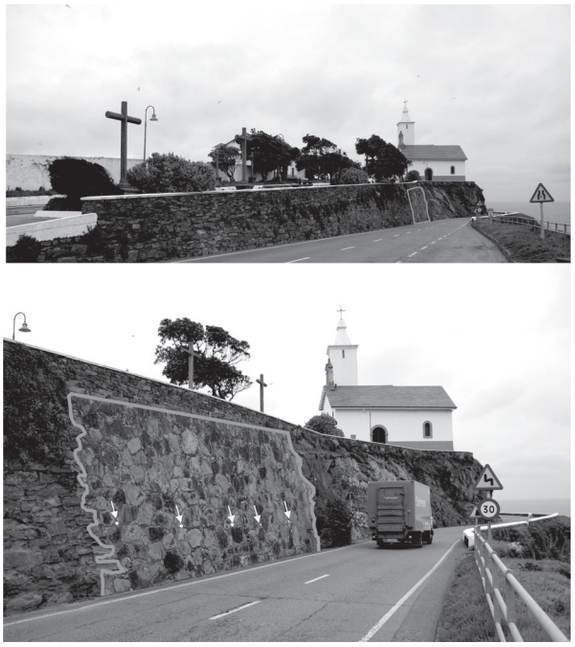
En los distintos proyectos presentados para reforzar la fortificación de la Atalaya aparece en la zona meridional, donde se unía el extremo del cabo con la rasa, una zanja excavada que cortaba el paso. Más allá de estas representaciones contamos con otra prueba indirecta de este elemento del sistema de defensa tierra adentro. Se trata de una alusión que se hace en 1797: "*El puente* [del foso] *queda a la espalda, algo hacia la izquierda de dicho fuerte y hermita*" (Merinero & Barrientos, 1992, p. 203).

Los trabajos de acondicionamiento para la carretera obligaron a la explanación del terreno, con lo que las evidencias directas de esta excavación han sido totalmente enmascaradas. A pesar de ello, en la rampa de mampostería que da acceso a la capilla de la Blanca se encuentra una zona, de entre seis y ocho metros de longitud, que ha debido ser remozada en época reciente. En ella destacan en la parte mesial cinco aliviaderos de agua de cronología moderna que evidencian filtraciones y escorrentías. Si se analiza el perfil que nos ofrece la pendiente acondicionada para alcanzar la capilla, se

pueden ver tres elementos de indudable interés: en la zona sur aparece el talud artificial realizado cuando se hizo la carretera que doblaba la punta, en el extremo más septentrional la pizarra basal que aflora, y sirviendo de unión a las dos se encuentra el paramento más moderno. Tras el trabajo de georreferenciación se pudo comprobar como el foso que aparece en las distintas plantas de la fortificación concuerda con esta área.

Cimentación

En todos los planos ya aludidos en la vertiente oriental de la punta nunca aparecen obras de acondicionamiento, ni muros perimetrales. En la actualidad esta zona de acantilados, conocida bajo el nombre de las Arreas, continua siendo una cala inaccesible. Esto indica que la propia orografía fue considerada de por sí suficiente defensa. No obstante, en la zona posterior de la cabecera de la capilla, aunque aislado de esta edificación, se ha documentado un gran muro que aparece hoy colgado sobre el talud. Éste lienzo supera los diez metros de longitud y presenta un diferente alzado que se adapta a la topografía de la roca basal. Se caracteriza por formar una plataforma horizontal a modo de suelo en la parte superior que coincide con la rasante actual. Lo que insinúa su origen antiguo, además de la técnica constructiva, es la falta de cara externa, conservándose sólo el trasdós del muro: esto muestra que la fachada de esta construcción fue arrasada cuando se realizaron las excavaciones para instalar la vía. Si bien no podemos establecer ni su origen ni su uso, en un dibujo de la Atalaya datado a finales del siglo XIX (García Fernández, 1988, p. 219) se aprecia en primer plano la antigua capilla y la casa de novenas. Esta última podría corresponderse por su posición con los cimientos documentados.



12. Negativo del foso del conjunto oriental. Las flechas marcan los desagues actuales.

13. Restos alterados de muro del conjunto oriental.

3.2 Análisis de las estructuras de la Batería del Paso

Las evidencias documentales y planimétricas que tratan esta fortificación son escasas, destacando la planimetría con planta y perfil realizada por Tomás López en 1777 y un dibujo fechado en 1810 (García Fernández, 1988, p. 202) en los que se aprecia la disposición de la batería.

El fortín se dispone anexo al barrio de la Pescadería y se organiza en torno a un machón de sillarejo que se asienta directamente sobre el roquedo. Sobre esta base se sitúan, en la zona a vanguardia, dos cubos simétricos, siendo el resto de elementos identificables unos merlones que sirven de troneras para las distintas piezas artilleras.

En la actualidad apenas nada se conserva, ya que las profundas trasformaciones a las que fue sometida la zona han desvirtuado en gran medida este espacio. A finales del siglo XIX la batería es transformada en un establecimiento de recreo, conocido como el Kiosco de Ventura o el Pabellón de Marchica. En imágenes de la última década de este siglo (Fernández Rodríguez; García García y Castro Domínguez, 2001, p. 54-56) se percibe como este edificio se asienta aún ajustando sus dimensiones a la plataforma del antiguo fuerte. Será en la primera década del siglo XX, y ligado a las obras de encauzamiento del río Negro, cuando el pabellón quede exento y el gran machón se vea desvirtuado en su forma original para acoger en sus laterales las escaleras de acceso al Kiosco y una serie de pequeñas terrazas tanto en la zona este como oeste del conjunto. Así, lo que en un primer momento era una plataforma de planta trapezoidal de unos 17 m de largo por unos

7 m de ancho en su zona de máximo desarrollo, se convirtió en una forma irregular.

4. CONCLUSIONES

Hasta la actualidad estas edificaciones militares no han suscitado el interés de la sociedad ni de los investigadores, por lo que la mayoría de estos restos languidecen a la espera de su desaparición. Es preciso que se protejan, estudien y, sobre todo, se den a conocer a la comunidad que convive con ellos, muchas veces desconocedora de su origen y función. Por ello, en este artículo hemos tratado de establecer las bases de un primer acercamiento a estos primeros vestigios de la ingeniería militar moderna.

Si de la batería de El Paso apenas queda rastro, no ocurre lo mismo con el fuerte de la Atalaya. La superposición de los planos históricos con la cartografía actual ha permitido identificar una parte sustancial de las estructuras que ya aparecían en las plantas del proyecto de 1765. El denominado por nosotros Conjunto Occidental es, sin duda, el que más interés suscita, debido tanto a la entidad de los vestigios conservados como a la cronología de los elementos, pues en la planimetría de Llobet se indica que en 1765 ya estaban edificados. Seguir indagando en el pasado de estos viejos recintos implica establecer dos líneas de trabajo. Una basada en la búsqueda intensiva en archivos (locales, regionales y nacionales) de noticias que completen el discurso histórico. La segunda se centra en la intensificación de las labores arqueológicas. Si bien es cierto que la zona en torno a la capilla ha sido urbanizada varias veces, perdiéndose con ello la posibilidad de recuperar información arqueológica, aún pervive un área – situada en la zona de acceso al faro – que presenta posibilidades de ser arqueológicamente fértil, y que además de documentar la parte interna del lienzo de la muralla y las troneras, permitiría, a su vez, acceder a la zona de uso de las posiciones artilleras.

14. Batería de El Paso. Arriba: estado actual. Abajo: imagen de finales del siglo XIX, ca. 1890 (Fernández, García & Castro, 2001). Se aprecia en las imágenes la transformación del emplazamiento original.

BIBLIOGRAFIA

ADARO RUIZ, L. (1976) – *El puerto de Gijón y otros puertos asturianos*, Tomo I. Gijón: Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación.

ADARO RUIZ, L. (1979) – *El puerto de Gijón y otros puertos asturianos*, Tomo II. Gijón: Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación.

ADARO RUIZ, L. (1984) – *El puerto de Gijón y otros puertos asturianos*, Tomo III. Gijón: Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación.

BELLMUNT y TRAVER, O. (1897) – Luarca en Bellmunt, O. & Canella, F. (Ed.) *Asturias* T. II. Gijón, p. 341-357.

CAMINO MAYOR, J. (1995) – *Los castros marítimos en Asturias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.

CARTAÑÀ MARQUÈS, E. (2003) – Descripción y reconocimiento de la costa de Asturias en 1806. Un informe del ingeniero militar Thomas Pasqual de Maupoey. *Biblio 3W*, vol. VIII, n.º 477. Barcelona. Disponible en http://www.ub.es/geocrit/b3w-477.htm.

CASARIEGO, J.E. (1966) – *Las famosas reliquias asturianas y Luarca: Discurso leído en el acto de su recepción académica en el Instituto de Estudios Asturianos*. Oviedo: Ed. Instituto de Estudios Asturianos.

CASARIEGO, J.E. (1976) – *Asturias y la Mar (Breve historia marítima de Asturias)*. Salinas: Ed. Ayalga.

CUARTAS RIVERO, M. (1983) – *Oviedo y el Principado de Asturias a fines de la Edad Media*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.

DÍAZ ÁLVAREZ, J. (2006) – Contribución asturiana a la defensa de la monarquía hispánica bajo el valimiento de Olivares, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, n.º 167. Oviedo, p. 119-134.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, J.M. (1999) – El Principado de Asturias y la Armada Invencible. *Magister. Revista de la Escuela Universitaria de Magisterio* nº 17. Oviedo, p. 169-203

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. (1968) – Valdés y el gobierno de Castilla a mediados del siglo XVI. En *Simposio "Valdés Salas"*. Oviedo, p. 83-110

FERNÁNDEZ OCHOA, C. e Á. MORILLO CERDÁN (1994) – *De Brigantium a Oiasso: una aproximación al estudio de los enclaves marítimos cantábricos en época romana*. Madrid.

FÉRNANDEZ RODRÍGUEZ, G.; GARCÍA GARCÍA, J.A. e CASTRO DOMÍNGUEZ, M. (2001) – *Luarca una mirada atrás. Fotografías comentadas 1860-1940*. Luarca: Ed. I:E:S. Carmen y Severo Ochoa.

FRADE del, H. e FIGAREDO, R. (2002) – *Marinos, Puertos y Barcos en la antigua Asturias*. Oviedo: Ed. Librería Cervantes.

GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A. e MUÑIZ LÓPEZ, I. (2005) – Procesos de fortificación de la ría de Avilés (Asturias) entre la Antigüedad y la Edad Moderna. *Castillos de España* nº 140. Madrid, p. 16-26.

GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A. e MUÑIZ LÓPEZ, I. (2010) – *Arqueología medieval en Asturias.* Oviedo: Ed. Librería Cervantes.

GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (1988) – *Luarca: arquitectura y paisaje en unas normas urbanísticas*. Oviedo: Colegio Oficial de Arquitectos de Asturias.

GÓMEZ de ARTECHE, J. (1859) – *Geografía Histórico-Militar de España y Portugal*. T I. Madrid: Tipografía Mellado.

GONZÁLEZ y FERNÁNDEZ-VALLES, J.M. (1966) – Catalogación de los castros asturianos. *Archivum* n.º 16. Oviedo, p. 255-291.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. e SUÁREZ MANJÓN, P. (2007) – Castillos y fortalezas feudales en Asturias: metodología para su estudio. *Territorio, Sociedad y Poder nº 2*. Oviedo, p. 5-36.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. e SUÁREZ MANJÓN, P. (2009) – Castillos y fortificaciones feudales en Asturias. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 2003-2006*. Oviedo, p. 493-517.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. e SUÁREZ MANJÓN, P. (e.p.) – Fortificación y defensa del litoral asturiano. Una perspectiva arqueológica. En *Actas del I Symposium Internacional "Gentes del Mar". Historia y Arqueología en el litoral del Arco Atlántico,* Luanco, 16-18 de diciembre de 2009.

JIMÉNEZ CHAPARRO, J.I. (2010) – *La muralla medieval de Santander. Documentación arqueológica e hipótesis de trazado*. Trabajo de Investigación de doctorado presentado en la Universidad de Cantabria (Inédito).

LASPRA RODRÍGUEZ, A. (1992) – *Intervencionismo y Revolución. Asturias y Gran Bretaña durante la Guerra de la Independencia (1808-1813)*. Oviedo: Ed. Real Instituto De Estudios Asturianos.

MADOZ, P. (1845-1850, ed. fac. 1985) – *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Valladolid: Editorial Ámbito.

MARTÍNEZ-RADÍO GARRIDO, E.C. (2007) – *La Guerra de Sucesión y Asturias*. Oviedo: Ed. Principado de Asturias.

MARTÍNEZ-RADÍO GARRIDO, E.C. e DÍAZ ÁLVAREZ, J. (2004) – La Junta de guerra de Luarca de 1810. En CASTAÑEDA DELGADO, P. (Coord.) – *Las Guerras en el primer tercio del siglo XIX en España y América*, T. I (XII Jornadas Nacionales de Historia Militar, Sevilla, 8-12 de 11 de 2004). Madrid: ed. Cátedra "General Castaños, p. 659-668.

MATEO HERNÁNDEZ, F. C. (2010) – *El puerto de Luarca a través de los tiempos.* Oviedo: Ed. Gráficas Rigel.

MELLADO, F. de P. (1845) - *España geográfica, histórica, estadística y pintoresca: descripción de los pueblos más notables del reino e islas*. Madrid: Mellado Editor.

MENÉNDEZ SOLAR, B. (1997) – *Faros del litoral asturiano*. Oviedo: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias.

MERINERO, M.ª J. e BARRIENTOS G. (1992) – Concejo de Valdés. En *Asturias según los asturianos del último setecientos (Respuestas al interrogatorio de Tomás López)*. Oviedo: Ed. Consejería de Educación Cultura Deportes y Juventud.

MIGUEL VIGIL, C. (1887, ed. 2003) – *Asturias monumental, epigráfica y diplomática: datos para la historia de la provincia*. Valladolid: Editorial Maxtor.

MIÑANO, S. (1826) – Voz Luarca. *En Diccionario Geográfico-Estadístico de España y Portugal*. Madrid: Imp. de Pierart-Peralta, T. V, p. 267-268.

MORTERA PÉREZ, A. (2010) – *Las defensas de la bahía de Gijón: siglos XVII-XX*. Gijón: KRK Editorial.

PEREDA, F. e F. MARÍAS (eds.) (2002) – *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de sus costas y puertos de sus reinos" de Pedro Texeira (1634).* Madrid: Editorial Nerea.

PORTUS, J. (2005) – La ingeniería en la pintura española de los siglos XVII y XVIII. En CÁMARA MUÑOZ, A. (coord.) – *Los Ingenieros Militares De la monarquía hispánica en los siglos XVII y XVIII*. Madrid, p. 55-71.

RODRÍGUEZ BRAÑANOVA, L. e MARTÍNEZ LOSADA, J.A. (2004) – *Capillas del concejo de Valdés y de la villa de Luarca*. Ed. Gráficas Summa.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, P. (1991) – *La Guerra de la Independencia en Asturias. Correspondencia del General Bonet (1809-1812)*, Monumenta Histórica Asturiensia. Gijón: Ed. Auseva.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, P. (1995) – *Cartas del General Bonet sobre la guerra de la Independencia en Asturias I (enero-abril de 1810)*, Monumenta Histórica Asturiensia. Gijón: Ed. Auseva.

RUIZ de la PEÑA, J.I. (1981) – *Las "polas" asturianas en la Edad Media: estudio y diplomatario.* Oviedo.

VV.AA (1880) – *La Enciclopedia Gallega y Asturiana* 28-5-1880, Tomo I, p. 190.

MUSEU DE MACAU E O TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE JESUS

RESULTADOS E INTEGRAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

CLEMENTINO AMARO **Arqueólogo, coordenador do projecto de arqueologia para a instalação do Museu de Macau**
ARMANDO SABROSA **Arqueólogo (1965-2006), técnico de campo do projecto do Museu de Macau e do Pátio da Ameaça**

RESUMO A partir de um percurso de aproximação à Península de Macau por parte dos comerciantes portugueses, em simultâneo faz-se uma abordagem à participação da Companhia de Jesus no processo de fixação e de missionação no Extremo Oriente.
Num segundo momento põe-se em destaque os insuspeitados vestígios patrimoniais da Companhia, resgatados e valorizados no decurso da construção do Museu de Macau.
Por fim faz-se uma aproximação e uma contextualização da porcelana exumada na Fortaleza do Monte.

PALAVRAS-CHAVE **Macau, Companhia de Jesus, musealização, comércio, porcelana**

1. INTRODUÇÃO

Distam precisamente quatro séculos entre a inauguração do Colégio de S. Paulo (1594) e a aprovação, pela Administração do Território de Macau, para a instalação do *Museu de Macau* na Fortaleza do Monte, – construção esta iniciada pelos Jesuítas em 1617 e concluída em 1626, já por iniciativa do primeiro governador de Macau, D. Francisco de Mascarenhas.
A fortaleza e as Ruínas de São Paulo são o testemunho do que foi o imponente território da Companhia de Jesus, sobranceiro à zona comercial do Porto Interior, constituído, para além da cerca que o delimitava mas também o defendia, pela casa religiosa, igreja, colégio e outras dependências, e a fortificação, constituindo-se numa assumida *acrópole* de Macau (Pereira, 1998).
Os padres jesuítas seguem de perto as várias iniciativas de aproximação ao mar do sul da China por parte dos mercadores portugueses, em particular a partir do momento da conquista de Malaca (1511), cidade frequentada por mercadores chineses, guzarates e muçulmanos devido ao seu excelente posicionamento entre a baía de Bengala e a China Meridional.
O ano de 1513 marca a primeira aproximação ao território chinês por Jorge Alvares a fim de aprofundar informações comerciais. A nível diplomático, o boticário Tomé Pires, responsável pela feitoria de Malaca, é escolhido como primeiro embaixador a enviar à China, para onde parte em 1516. A missão pauta-se por um desastre no ano seguinte e Tomé Pires acaba cativo em Cantão (Magalhães, 1998, p. 332).
Os anos 30 e 40 resultam num comércio clandestino e numa regular abordagem aos mares da China meridional a par de diligências e contactos no sentido de estabelecer um ponto fixo para trocas comerciais em vez de comerciar a partir dos navios, ao largo da costa, ou em estabelecimentos de trocas periódicas. Na sequência desta intensa navegação os portugueses acabam por atingir o Japão por volta de 1542 ou 1543.
Neste período as relações diplomáticas entre a China e o Japão estão cortadas e o comércio suspenso na sequência das sistemáticas rapinas causadas na costa chinesa por piratas nipónicos. Tendo as duas potências necessidade de troca de bens entre si, com destaque para a seda chinesa de qualidade superior e a prata nipónica, é o momento propício para os mercadores portugueses desempenharem o papel de intermediários, do qual virá a resultar grandes rendimentos económicos na realização anual da viagem entre Goa, Macau e Nagasaki (Chaudhuri, 1998, p. 182-183).
A primeira referência à China conhecida na correspondência dos jesuítas surge numa carta de S. Francisco Xavier datada de 10 de Maio de 1546, sendo a partir deste momento manifesto o desejo de missionação do Império do Meio. Na sequência do atrás referido comércio triangular, o padre Francisco Xavier aportou ao Japão em Agosto de 1549 (Garcia; Loureiro, 1994, p. 21).
Por fim os mercadores portugueses acabam por alcançar a tão desejada autorização por parte das autoridades de Cantão para a criação de um estabelecimento permanente, na sequência do recente acordo verbal obtido por Leonel de Sousa com as autoridades locais

1. Macau. Óleo sobre tela de William Andersen (escola escocesa, 1757-1872), (pormenor). Igreja de S. Paulo ao fundo, com torre sineira adossada à fachada, lado esquerdo.

com a concretização de trocas comerciais periódicas nas ilhas do litoral.

Os portugueses estabelecem-se na península de Macau em 1557, no delta do rio das Pérolas, porto abrigado e com aguada, local onde existe uma aldeia de pescadores e relativamente próximo da cidade de Cantão. Esta base fixa dá resposta ao grande aumento de comércio com o Japão, vindo a ter relevância o célebre navio de grande capacidade (cerca de 700 a 1000 tonéis e até 200 passageiros a bordo) que larga de Macau na monção de Junho-Julho e chega a Nagasaki por meados de Agosto, – *a Nau do Trato*.

Os Jesuítas fixam-se no território logo em 1565 com a construção, ainda precária, da primeira residência da Companhia e capela. Começam por prestar apoio moral à comunidade portuguesa, que já perfaz cerca de meia centena de almas, e cuja assistência inclui arbitrar conflitos que surgem no quotidiano, já que a autoridade no território é ainda inexistente, apesar de o capitão da viagem anual ao Japão desempenhar o papel de governador temporário durante a sua estadia em Macau.

Surge, assim, a necessidade, entre a comunidade mercantil aí residente, da criação do município de Macau, formalizando-se, desta forma, um regular enquadramento político-administrativo no território (Hespanha, 1995, p. 17). É criado o Leal Senado de Macau em 1583 e a povoação é confirmada cidade, com a denominação "*Cidade do Nome de Deus na China",* pelo Vice-Rei da Índia D. Duarte de Menezes logo em 10 de Abril de 1586 (Silva, 1992).

Em 1572 é construída uma escola para apoio aos missionários que vão para o Oriente. Entretanto é criada a diocese de Macau em 1576 com jurisdição na China, Japão, Coreia e ilhas adjacentes. D. Belchior Carneiro Leitão é o Bispo-Governador, da Companhia de Jesus, sendo ainda o fundador da Santa Casa da Misericórdia de Macau (Silva, 1992).

Macau passa a partir de agora a funcionar como base logística na formação de várias gerações de missionários, recebendo uma formação básica e onde aprendem a língua e os costumes locais, seguindo posteriormente para a China, Japão e outros destinos, num vasto plano evangelizador.

Por proposta de 1592 do Visitador, Padre Alexandre Valignano, inicia-se a construção, em 1594, do marcante complexo de igreja, residência e colégio. A escola é elevada a Colégio (de S. Paulo), instituição referida por alguns especialistas como o primeiro centro universitário de tipo europeu no Extremo-Oriente (Carmo, 1994; Santos, 1994).

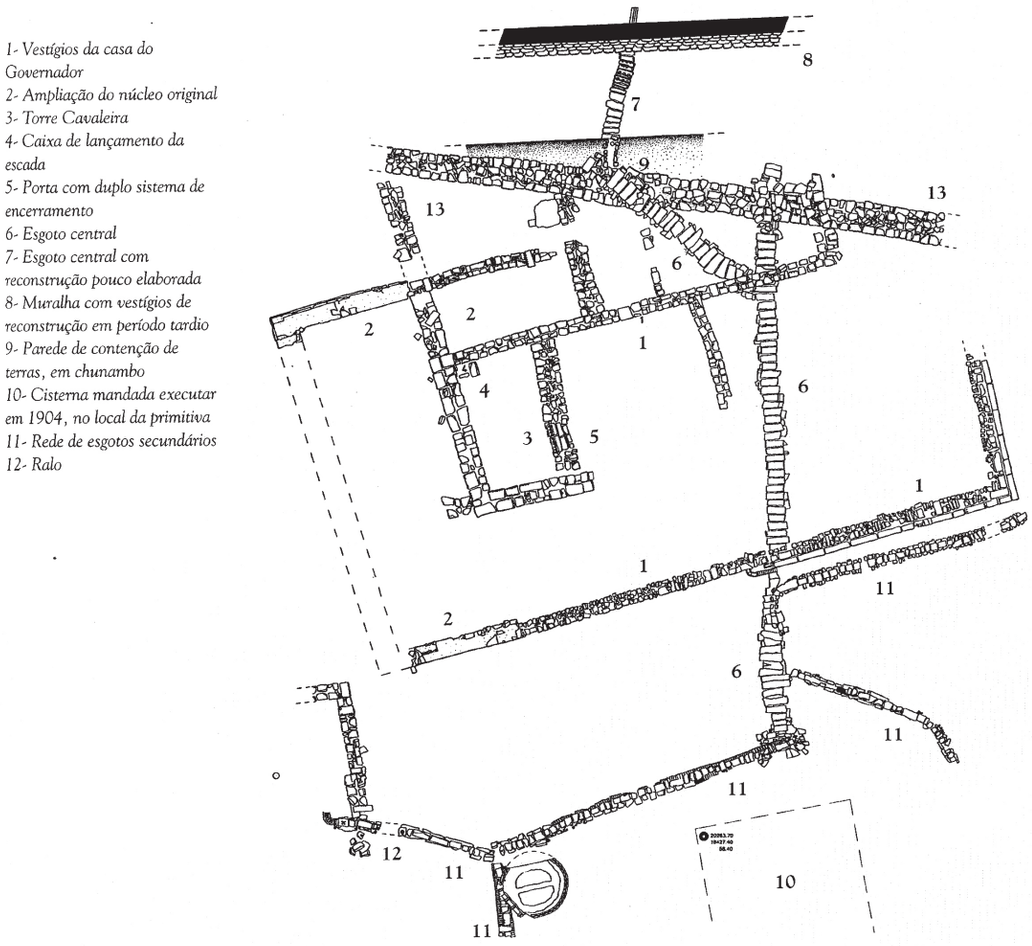
Um incêndio na primitiva igreja, irá proporcionar a construção entre 1602 e 1603 da majestosa igreja da Madre de Deus e da monumental escadaria de acesso, com o contributo de meio por cento do florescente lucro do comércio vindo do Japão (fig. 1).

Este vasto território, de cariz religioso e de ensino, compreende, no essencial, a igreja, o colégio (com destaque para os espaços de Filosofia, Teologia e Latim), casa professa, enfermaria, botica, pátios, e hortas, todos eles rodeados por uma cerca, entretanto articulada com a construção da fortaleza, dentro da concepção medieval que considera o edifício do colégio como "*hortus conclusus*", atitude reforçada pela recomendação expressa de as portas da portaria se manterem em permanência fechadas sob a vigilância do porteiro (Amaro, 1998, p. 119).

A partir das pesquisas históricas e arqueológicas, estas decorridas entre 1990 e 1993 (Paixão, 1994), a igreja apresenta uma planta em cruz latina, com capela-mor profunda, num esquema tipicamente basilical (Pereira, 1998, p. 29). Filia-se na última fase do maneirismo europeu, com integração de formas e símbolos orientais. Destaque para as capelas laterais das Onze Mil Virgens, de Jesus e de S. Francisco Xavier (fundada em 1692) (fig. 4, n.º 6 F).

O modelo de planta em cruz latina de três naves com transepto saliente foi utilizado pela Companhia em diferentes países, embora estranho à tradição jesuítica portuguesa (Pereira, 1994, p. 72).

A Fortaleza de S. Paulo do Monte destaca-se no alto da colina sobranceira ao Colégio a uma altitude de 52 metros (fig. 1). A sua construção foi iniciada pelos padres jesuítas em 1617, sendo a primeira fortificação permanente edificada em Macau, na sequência de vários ataques e tentativas de ocupação do território desencadeados pelos Holandeses a partir de 1601. A última tentativa de tomada da cidade ocorre a 24 de Junho de 1622, com a vitória memorável de escassos militares e religiosos, já que os cerca de 800 homens da armada holandesa ao desembarcarem em Cacilhas, o seu paiol é atingido por dois tiros certeiros de artilharia a partir da inacabada Fortaleza do Monte (Teixeira; Silva, 1998 p. 84-85).



2. Levantamento geral da Casa do Governador e sistema de drenagem.

Nesta sequência, o vice-rei da Índia nomeia D. Francisco Mascarenhas como Capitão-Geral e primeiro Governador de Macau. Toma posse em Julho de 1623 e usurpa a fortaleza aos jesuítas onde instala a sua residência (Pires, 1994).

Já sob a sua iniciativa, é construído o quarto bastião da fortaleza e a torre cavaleira com três andares de artilharia, casa para o governador (figs. 2 e 3) e alojamentos para a guarnição (obras concluídas em 1626), a cidade é dotada de uma muralha e é aperfeiçoado o sistema de fortificação do território (fig. 1).

2. A ESCAVAÇÃO E SUA INTERACÇÃO NO PROJECTO

As instalações do edifício do museu foram projectadas para o local onde funcionava a Direcção dos Serviços de Meteorologia e Geofísica de Macau desde 1965, data em que a fortaleza foi entregue ao Governo da província de Macau. Aqueles serviços herdaram o edifício que albergou o Quartel de Artilharia aqui instalado após obras de remodelação, por iniciativa do Governador Visconde de S. Januário, a partir 1 de Julho de 1873 (Cação, 1998, p. 102). A fachada do actual museu, ao nível da esplanada da fortaleza, reproduz a fachada ameada que subsistiu na fase da estação meteorológica (Moreno, 1998, p. 189).

Os **acessos** quer ao edifício administrativo como ao museu (ao longo da encosta do Monte) foram concebidos atravessando parte do antigo território onde funcionou o Colégio de S. Paulo, destruído por um violento incêndio em 1835, do qual subsistiu a imponente fachada da Igreja e a respectiva escadaria monumental.

A parte inicial do acesso nasce no seguimento da escadaria de S. Paulo e o percurso, de âmbito pedonal na zona plana, desenvolve-se em passadiço sobrelevado à área da antiga portaria do colégio e da ala sul do claustro, estruturas identificadas no decurso da escavação arqueológica (fig. 4, n.º 10 e 11) (Amaro, 1998, p. 144-145). O passadiço permite, com base na **musealização do sítio**, o usufruto desta memória ao público em geral, apoiada em sinalética trilingue, após

3. Vista aérea da Fortaleza do Monte com as estruturas da primitiva Casa do Governador e da torre Cavaleira.

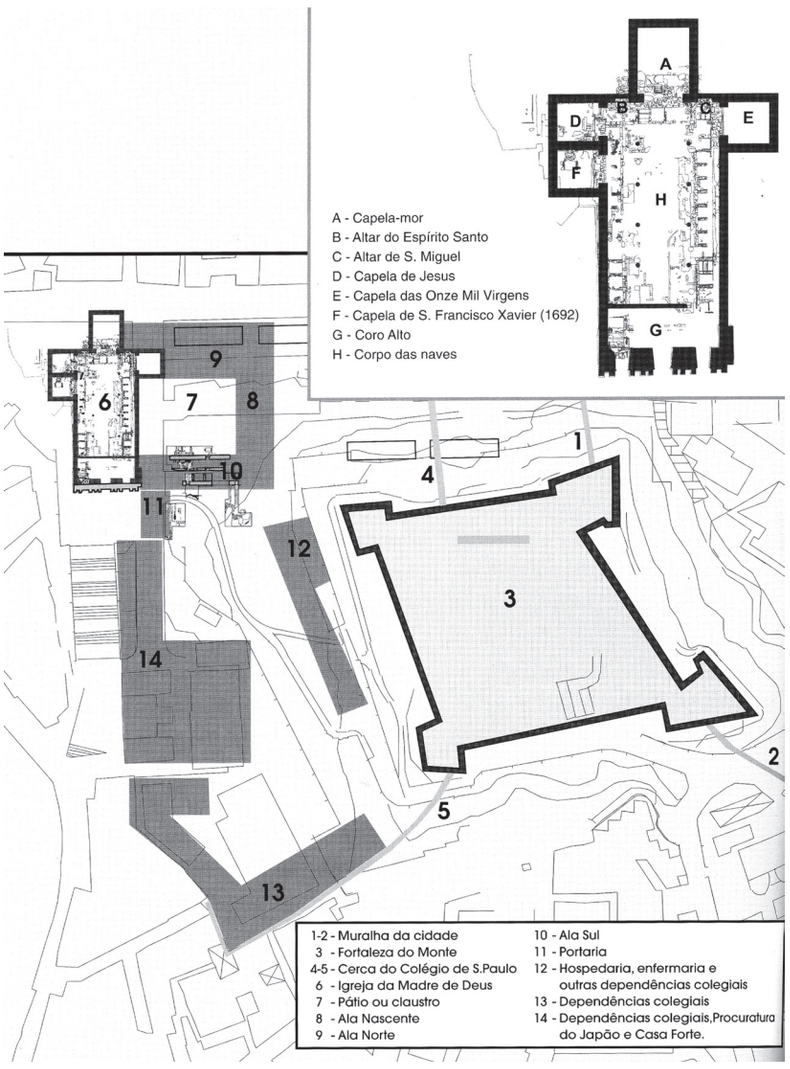
um especializado trabalho de conservação e restauro, incluindo alteamento de muros, realizado na tradicional técnica de chunambo (taipa) (figs. 5 e 6).

O acesso alcança o edifício administrativo, agora em escada rolante, devido ao acentuado desnível do terreno, até ao topo da colina. Construído na área imediatamente exterior à fortaleza, no local onde identificámos um troço da primitiva cerca do Colégio de S. Paulo, este edifício apresenta um contraforte "marcando" o local onde persistiu aquele vestígio (fig. 4, n.º 4).

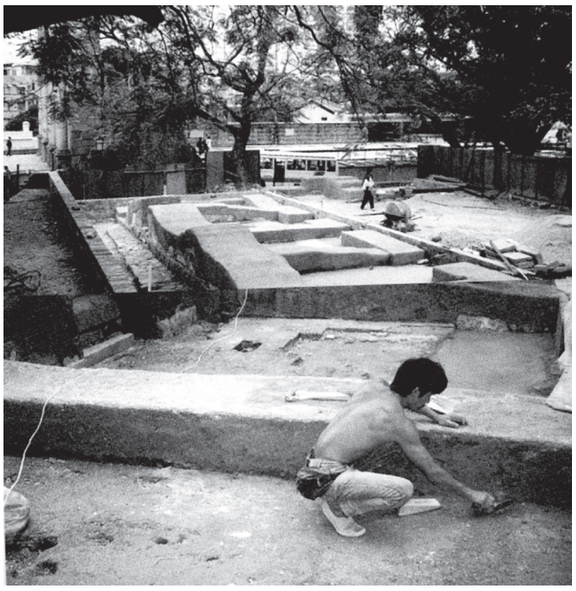
Construção com vocação administrativa e de apoio técnico, tem cinco pisos a partir da base da encosta norte. Ao nível do seu piso superior foi realizada uma arrojada obra de engenharia em que o acesso à esplanada da fortaleza e ao edifício do museu, concebido este em três pisos (dois enterrados), é efectuado através de um túnel subterrâneo percorrido por uma escada rolante ascendente e descendente (Moreno, 1998, p. 178-179).

O túnel foi aberto sob a base da fundação da fortificação e atinge o interior da mesma ao nível do átrio do Museu, a uma cota de seis metros abaixo da esplanada, mantendo-se, desta forma, a integridade do monumento, bem como a preservação das características paisagísticas da colina.

Chegados ao átrio, aqui foi integrado e valorizado um troço de uma insuspeitada muralha em alvenaria de pedra, com cerca de 5.50 m de altura (fig. 7, n.º 4) e



4. Planta geral do antigo território da Companhia de Jesus (Pereira, 1998, p. 26).



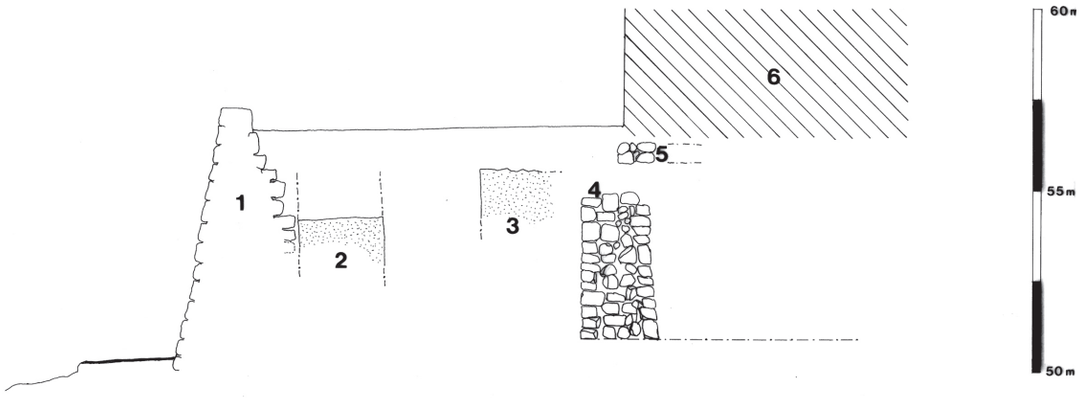
5 e 6. Sequência de cubículos do claustro (tramo sul); ao fundo, à esquerda, perfil da fachada de S. Paulo. Restauro do pavimento de um dos cubículos.

que remonta ao primeiro momento de fortificação do território da Companhia de Jesus, presumivelmente durante a campanha de construção da cerca do colégio concluída em 1606 na sequência dos ataques regulares dos Holandeses ao território. A muralha, que atravessava toda a área escavada, num total de 33 metros, possui uma largura na base de 2.00 m e no topo de 1.80 m. o que contribui para a sua estabilidade (Amaro, 1998, p. 130).

É de realçar que a concretização do projecto inicial de obra foi evoluindo no sentido de integrar vestígios arqueológicos e memórias que valorizassem a compreensão do que foi o antigo território do Colégio de S. Paulo, tendo mesmo levado a alterações significativas na construção do edifício do Museu, como o inesperado aparecimento da sólida muralha que remonta a uma fase anterior à construção da fortaleza (Moreno, 1998, p. 178 e 182-183). Saliente-se que um segundo percurso de visita à Fortaleza e, a partir da sua esplanada, ao Museu, foi igualmente valorizado, com acesso aos vestígios arqueológicos do Colégio e claustro, e que atravessa o antigo pátio, ladeado pela hospedaria e enfermaria (fig. 4, n.º 12) e por dependências colegiais (fig. 4, n.º 14), por um percurso pedonal que leva à porta de armas, esta localizada a meio do pano da muralha sul (fig. 1) e defendida pela Cerca do Colégio de S. Paulo, a poente (fig. 4, n.º 5) e pela muralha da cidade, a nascente (fig. 4, n.º 2). Da visita às muralhas exteriores da fortaleza, com panos de alvenaria de pedra e outros de chunambo, destaque, no seu lanço oeste, para a galeria de descarga original da cisterna, atribuída ao primeiro quartel do século XVII, e que sofreu intervenção arqueológica.

Os trabalhos arqueológicos privilegiaram, como tal, dois locais – Fortaleza e área do antigo Colégio – onde se procedeu a uma intervenção em área. Na envolvente exterior às muralhas realizaram-se duas intervenções pontuais. Já no seu interior, para além da intervenção no edifício dos serviços meteorológicos, realizaram-se sondagens em três dos quatro bastiões.

De acordo com a programação da obra, iniciou-se logo no Verão de 1995 um conjunto de sondagens nas áreas do Colégio e da Fortaleza. Perante os promissores e imediatos resultados obtidos, a equipa de arqueologia reestruturou-se no sentido de dar resposta a três áreas específicas: escavação arqueológica em área, tratamento do material exumado e conservação e restauro de estruturas. Em simultâneo foram previstos



1 - Pano Norte da Fortaleza em alvenaria
2 - Pano Norte primitivo em chunambo
3 - Parede em chunambo de contenção de terras
4 - "Muralha". Troço 1
5 - Alicerces do compartimento da Casa do Governador
6 - Edifício dos Serviços de Meteorologia e Geofísica de Macau

Fortaleza do Monte

N ← corte A–B

7. Corte do pano da muralha norte da Fortaleza do Monte (n.º 1); muralha primitiva atribuída a 1606 (n.º 4) e muros de contenção.

os meios logísticos, técnicos, financeiros e humanos[1] necessários para se atingirem os objectivos propostos, administrativamente enquadrados pelo Gabinete do Museu de Macau.

A ausência de uma prática arqueológica regular no Território de Macau promoveu a formação de noções básicas em técnicas de escavação, registo arqueológico, topografia, conservação e inventário de materiais. Estas acções contemplaram trabalhadores locais e jovens de etnia chinesa, alunos da Escola Secundária Luso-Chinesa Luíz Gonzaga Gomes, que durante três anos participaram, com muito êxito e adesão, no Programa "*Trabalho de Verão no Museu de Macau*".

3. DO ESPÓLIO EXUMADO À SUA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

O volume e significado do material arqueológico exumado nas diferentes frentes intervencionadas permitiram desenvolver um programa de musealização tendo como objectivos primordiais "o contar a história da Fortaleza do Monte e da sua área monumental envolvente", de se constituir um *núcleo expositivo na Sala Abobadada do bastião nordeste*, historiando os trabalhos arqueológicos ali desenvolvidos e a ocupação do morro, com acesso a partir da esplanada da fortaleza (Amaro, 1998, p. 150-152).

As peças expostas no núcleo foram previamente seleccionadas, a partir dos conjuntos a seguir descritos, e sujeitas a trabalhos de limpeza e a diferentes níveis de restauro atendendo às suas características, estado de conservação e diálogo a estabelecer com o visitante.

O bastião nordeste foi o único dos quatro que não sofreu qualquer acção de entulhamento. Apresenta as aberturas gradeadas, ao fim de dois lanços de escada, revelando a sua função de prisão.

Como consequência da utilização do espaço do desaparecido Colégio como uma das lixeiras da cidade, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, recolheu-se um significativo volume de espólio, nomeadamente cerâmico, sobre os pavimentos e em fossas escavadas para o efeito no solo de base (fig. 8).

Aliás o espaço do antigo Colégio e do claustro, após o incêndio de 1835, foi local de práticas de agricultura, bairro de lata, abertura de novas vias, demolição de muros ainda de pé do colégio, em 1934, para construção de aterros na Praia Grande, e, por fim, construção do Bairro do Montepio (recentemente demolido para alargamento do parque de estacionamento de apoio ao museu,

8. Escavação e registo na área do Colégio; contexto da lixeira de finais do século XIX.

com acompanhamento arqueológico) e de um jardim público nos anos 50 do século passado.

De acordo com a natureza das peças exumadas, o seu estudo incidiu ao nível da função das mesmas no quotidiano da população, já que muitas delas subsistem ainda hoje no dia a dia ou fazem parte da memória dos mais velhos[2].

A área arqueológica intervencionada proporcionou uma vasta colecção numismática que inclui exemplares que circularam durante vasto período e integram-se maioritariamente na dinastia Qing[3].

Nos entulhos do Colégio de S. Paulo foram recolhidos dois artefactos em sílex. Embora fora do seu contexto original, a sua presença indicia um primeiro testemunho registado da ocupação do período Neolítico na península de Macau. Corresponderá a um assentamento humano com cerca de cinco ou seis mil anos, à semelhança de vários locais já identificados no Delta do Rio das Pérolas (nos quais se integra o sítio de Hac-Sá na ilha de Coloane) e que apresentam notórias afinidades entre si resultantes do contacto marítimo (Tang; Cheng, 1996).

Uma das peças corresponde a um núcleo (?) com marca de ter sido retirada uma lasca, e que atingiu o máximo de rolamento pelo seu transporte a longa distancia. A segunda peça ilustra um entalhe sobre lasca para trabalho de fibras vegetais[4].

1. Para além dos técnicos de campo Armando Sabrosa, José Luís Monteiro e Victor Santos, foram integradas as técnicas Ana Margarida Monteiro e Natalina Guerreiro respectivamente para as áreas de conservação e restauro e tratamento e inventário de materiais.

2. Tivemos a imprescindível colaboração do técnico do Museu Marítimo de Macau, Sr. Leonel Barros, na atribuição de funções ao vasilhame como na recuperação de antigas receitas de Macau.

3. O estudo numismático e de inscrições foi realizado por Olga, Wu Sok Va, (do então Gabinete do Museu de Macau, actualmente técnica do Museu de Macau), com a colaboração de Hoi Weng São.

4. Descrição gentilmente efectuada pelo Dr. Luís Raposo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

As duas peças inserem-se na chamada "*Cultura Tai Wan",* conceito formulado pelo investigador Tang Chung da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Da Fortaleza do Monte há a destacar apenas o conjunto de porcelanas exumadas sob o alicerce de uma das paredes da Casa do Governador. Esta parede integra-se na fase de obras de ampliação do edifício decorridas em meados ou no 3.º quartel do século XVII. Na sua construção foram usados blocos de granito de menor dimensão, em relação à construção primitiva, e bem argamassados. O alicerce evidenciava duplo ressalto, na sua face externa.

O conjunto pertence ao período Ming Final/Qing Inicial, correspondendo a uma cronologia que se enquadra no segundo e terceiro quartel do século XVII. As porcelanas do Pátio da Ameaça encontram-se dentro do mesmo arco cronológico, ou seja, meados do século XVII.

Esta significativa presença em Macau de porcelana atribuível a este período, em contraste com uma modesta representatividade em Portugal, poderá estar relacionada com o controlo comercial do Extremo Oriente agora assegurado maioritariamente pelos Holandeses.

4. ABORDAGEM À PORCELANA DA FORTALEZA DO MONTE

O estudo aqui apresentado da porcelana exumada na Fortaleza do Monte resulta de uma abordagem mais vasta desenvolvida no decurso do Projecto de Investigação **"De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming",** sob a orientação de Maria Antónia Pinto de Matos e Fernando António Baptista Pereira.

Este projecto resultou da atribuição de uma bolsa para os estudos asiáticos por parte do Instituto Cultural de Macau a um dos autores do presente estudo (A.S.) na sequência dos trabalhos arqueológicos iniciados em 1995, no Colégio de S. Paulo e na Fortaleza do Monte, cuja candidatura foi formalizada em 2001, e ficou concluído em Novembro de 2003 (Sabrosa, 2003).

O projecto foi delineado a partir de seis colecções de diversificados sítios tendo como denominador comum a presença de porcelanas datáveis da fase final da Soberania Dinástica Ming (Dinastia Ming; com início em 1368, com a derrota Mongol, até 1644).

As três colecções oriundas de Macau estão associadas, cada uma delas, aos três estratos sociais; clero, burguesia e nobreza.

Assim, a primeira colecção de porcelanas é proveniente de obras realizadas nos jardins da Igreja de S. Agostinho, fundado em 1586. A recolha foi efectuada por membros da Associação Cultural de Macau em 1995.

Obras de construção civil realizadas em 1996 possibilitaram à equipa de arqueologia proceder a sondagens no Pátio da Ameaça, situado nas imediações da escadaria monumental da Igreja de S. Paulo, onde se localizaria um dos bairros de mercadores sobranceiro ao Porto Interior a partir de finais do século XVI/ inícios do século XVII, e de onde provem o segundo conjunto de porcelanas (Sabrosa, 1996).

Apesar de percentualmente pouco significativa, é de registar neste contexto a presença de alguma cerâmica portuguesa, como a faiança.

O terceiro conjunto foi exumado na Fortaleza do Monte, numa bolsa sob uma das paredes de ampliação do Palácio do Governador, obra de meados do século XVII (fig. 2, n.º 2, parede sul).

A presença de porcelana no mercado regular de Lisboa acontece logo na primeira década do século XVI no seguimento das peças trazidas de Calecut por Vasco da Gama e oferecidas à rainha na recepção realizada no palácio da Alcáçova. Os armazéns da Casa da Índia registam a entrada de cerca de sete centenas de peças de porcelana entre Fevereiro de 1511 e Abril de 1514 (Dias, 1998, p. 438).

A descrição de Tomé Pires sobre as mercadorias transaccionadas no comércio asiático, com passagem por Malaca (na sua obra *A Suma Oriental* de cerca de 1515, citada por Magalhães), para além da principal mercadoria que é levada para Bengala, como a cânfora de Burnei e pimenta, refere "*Cravo, maças, noz-moscada, sândalos, seda, aljôfar, grande soma,* ***porcelanas brancas muitas****, cobre, estanho, chumbo, azougue, porcelanas grandes verdes dos Léquios…"* (Pires, 1978).

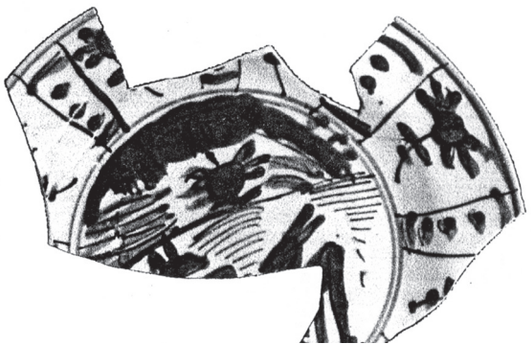
Nos trabalhos arqueológicos que decorreram no edifício do Aljube de Lisboa (2004/2005) foi exumado um pequeno prato de porcelana branca, testemunhando a presença daquele tipo de porcelana logo na primeira ou segunda década de quinhentos[5].

A precoce presença de porcelana no cárcere do foro episcopal, paredes-meias com a sé, poderá dever-se, como proposta de trabalho, às relações próximas que D. Manuel I mantinha com o episcopado de Lisboa. A porcelana em presença no Aljube corresponde a loiça doméstica, essencialmente de ir à mesa, e não "loiça de aparato" (Amaro; Santos, 2005).

As três colecções oriundas da área de Lisboa pertencem a sítios com características distintas. Assim, um dos conjuntos de porcelanas está associado ao primeiro palácio dos Corte Real, destruído pelo Terramoto de 1531 e identificado no decurso de trabalhos arqueológicos num poço aberto para a Rede do

5. O estudo deste contexto foi realizado por José Pedro Henriques e integra o presente livro.

Metropolitano de Lisboa, ao Corpo Santo (Vale, 2001).
Na sequência de obras de construção civil em Almada em finais de 1992 os serviços de Arqueologia do Museu Municipal de Almada exumaram um significativo conjunto de porcelanas na Rua da Judiaria (Antunes, 2000).
Em meados da década de 90 foi exumado um pequeno mais importante conjunto de porcelanas do naufrágio da nau de Nossa Senhora dos Mártires, em inícios do século XVII na barra de Lisboa (Alves *et alli*, 1998).
Estes conjuntos estão directamente associados, respectivamente, à nobreza, burguesia mercantil e à Carreira da Índia.
O estudo aqui esquematicamente abordado, e referente apenas ao conjunto da Fortaleza do Monte, tem como ponto de partida geral, uma metodologia que procede ao agrupamento formal e decorativo das porcelanas.
Daqui resulta numa tabela tipológica obtida através da análise morfológica, e são constituídos grupos e subgrupos.
A partir daí, é observada a técnica utilizada no fabrico e decoração das porcelanas de modo a permitir a identificação dos centros produtores.
No estudo global foram triadas cerca de 1600 peças de porcelana das quais 399 foram incorporadas em catálogo. No que concerne à Fortaleza do Monte, foram triadas 335 peças, das quais foram estudadas 72 correspondendo exclusivamente a pratos.
Assim, e de acordo com a tabela tipológica, o **grupo 1** (Pratos) está seriado em 21 tipos. O conjunto exumado na Fortaleza integra cinco tipos (os tipos 5 e 7 incluem ainda subtipos) (Sabrosa, 2003, p. 47-49).
A descrição a seguir desenvolvida procura caracterizar, de forma sintética, os tipos presentes na Fortaleza.[6]

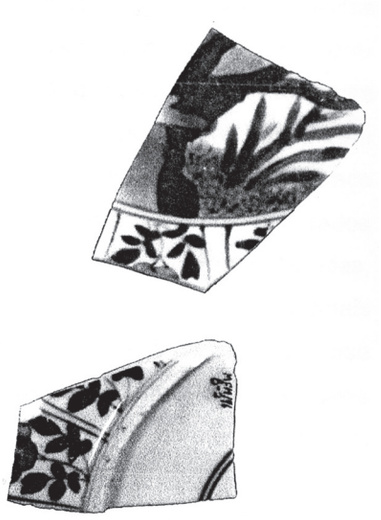


9. Prato representativo do tipo 2; fig.15, n.º 108.

Tipo 2

30 Exemplares: (fig. 9, n.º 108; N.º Inv. MFM 41) e (fig. 15, n.º 86 a 118)

Prato de bordo simples em aba acentuadamente oblíqua, partindo de uma caldeira sub-arredondada assente em base, por norma convexa, com pé anelar introvertido.
O esquema decorativo, de qualidade pictórica muito pobre, segue o padrão clássico *Kraakporcelain*, com aba e caldeira tratadas como uma unidade. O medalhão central é emoldurado por duplo traço, com a temática Ming, que passa pela presença de gamos inseridos numa paisagem campestre.
Este tipo de prato "caracteriza-se por uma porcelana de segunda qualidade, ligeiramente mais pesada, acinzentada e porosa... Apresenta, quase sempre, concreções arenosas." (Sabrosa, 2003)[7]
Esta forma é classificada por Rinaldi como pertencente ao tipo V, com uma cronologia atribuída a 1640-45 (Rinaldi, 1989, p. 91).



10. Prato representativo do tipo 5 b; fig.16, n.º 159.

Tipo 5b

3 Exemplares: (fig. 10, n.º 159, N.º Inv. MFM 1118) e (fig. 16, n.º 159, 160, 161)

Prato tipicamente *Kraakporcelain* proveniente dos fornos de Jingdezhen. Porcelana branca, de excelente qualidade, com recortado em aba oblíqua, partindo de caldeira sub – arredondada, assente em base convexa de pé anelar introvertido.
Difere do **tipo 4** pelo duplo traço de separação dos painéis que segmentam a aba e a caldeira. Os painéis são preenchidos com pequenos e delicados conjuntos de flores. O medalhão central ocupa toda a superfície de fundo, destacando-se temas campestres inseridos num duplo círculo.

6. O resumo tipológico, como as imagens que ilustram cada tipo presente na Fortaleza do Monte, foi sintetizado por um de nós (C.A.), já que o Projecto de Investigação de 2003 inclui a descrição individual das 72 peças estudadas.

7. As características salientadas levam a questionar-se, em 2003, a sua produção nos fornos de Jingdezhen. São, entretanto, relacionadas com a porcelana de exportação produzida nos fornos de Zangzhon, (Capela, 2006).

Não se conhecem paralelos para os três exemplares de reduzidas dimensões da Fortaleza do Monte.

11. Prato representativo do tipo 7 a; fig.16, n.º 243.

12. Prato representativo do tipo 7 c; fig.16, n.º 266.

Tipo 7 a, b, c

34 Exemplares: **a**=25 (fig. 11, n.º 243; N.º Inv. MFM 1213) e (fig. 16, n.º 223 a 248); **b**=1 (fig. 16, n.º 255); **c**=8 (fig. 12, n.º 266; N.º Inv. MFM 879) e (fig. 16, n.º 259 a 266).

O **tipo 7** é um dos conjuntos mais representativos com 23,1% do total dos pratos. Os três subtipos apresentam características morfológicas idênticas, mas atributos decorativos ligeiramente distintos.

Pratos produzidos em Jingdezhen decorados a azul-cobalto, por vezes com tons acinzentados. Desenho de fino recorte, com utilização de diferentes tonalidades de azul.

O bordo é levemente recortado e em aba oblíqua, com caldeira sub – arredondada.

O medalhão central geralmente com paisagem lagunar, com ave sobre rochedo e rodeada por flores.

O reverso do **subtipo a** apresenta painéis largos preenchidos com medalhões circulares ou ovais estilizados, separados por banda estreita decorada com *lingzhi* alongado. Profusamente presentes nas cargas do Witte Leeuw (1613) e no Hatcher Wreck I (1643) integram o Tipo XI da tabela de Shangraw com cronologia proposta para 1610-1655 (Shangraw, 1997, p. 14).

13. Prato representativo do tipo 11; fig.16, n.º 282.

Tipo 11

1 Exemplar: (fig. 13 e fig. 16, n º 282)

Prato de bordo recortado em aba oblíqua. Caldeira arredondada assente em base convexa com pé anelar introvertido.

Caracterizam-se pelo medalhão central largo que ocupa toda a superfície do fundo, delimitado por dois simples círculos ostentando paisagem lagunar com ave poisada num rochedo. Aba e caldeira são decoradas em unidade, compartimentadas em largos painéis abertos na base.

O reverso é compartimentado em largos painéis onde estão inseridos medalhões ogivais estilizados, separados por bandas estreitas preenchidas com *lingzhi.*

Exemplar único neste estudo, este tipo de prato está presente na carga do Hatcher Werck I (1643), classificado como pertencente ao tipo XI, com cronologia proposta para 1630-1655 (Shangraw, 1997, p. 15).

14. Prato representativo do tipo 17; fig.16, n.º 327.

Tipo 17

1 Exemplar: (fig. 14 e 16 n.º 327)

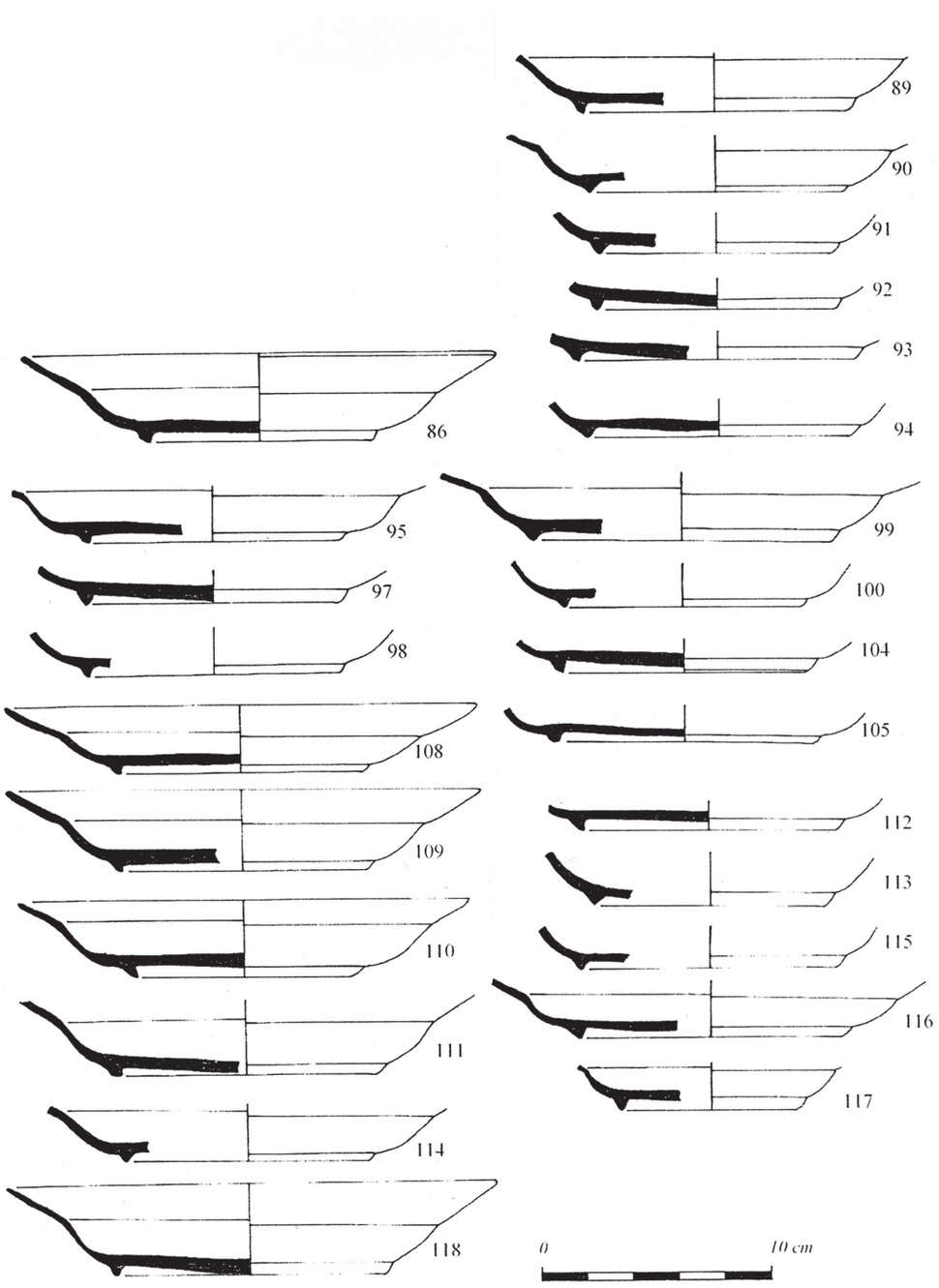
Porcelana fina, bordo direito e recortado, parede arredondada levemente em S, assente numa base convexa de pé anelar introvertido.

As superfícies são ricamente trabalhadas com motivos florais, organizando-se a decoração da caldeira em painéis interligados e preenchidos com delicados ramos de flores, tal como o medalhão central.

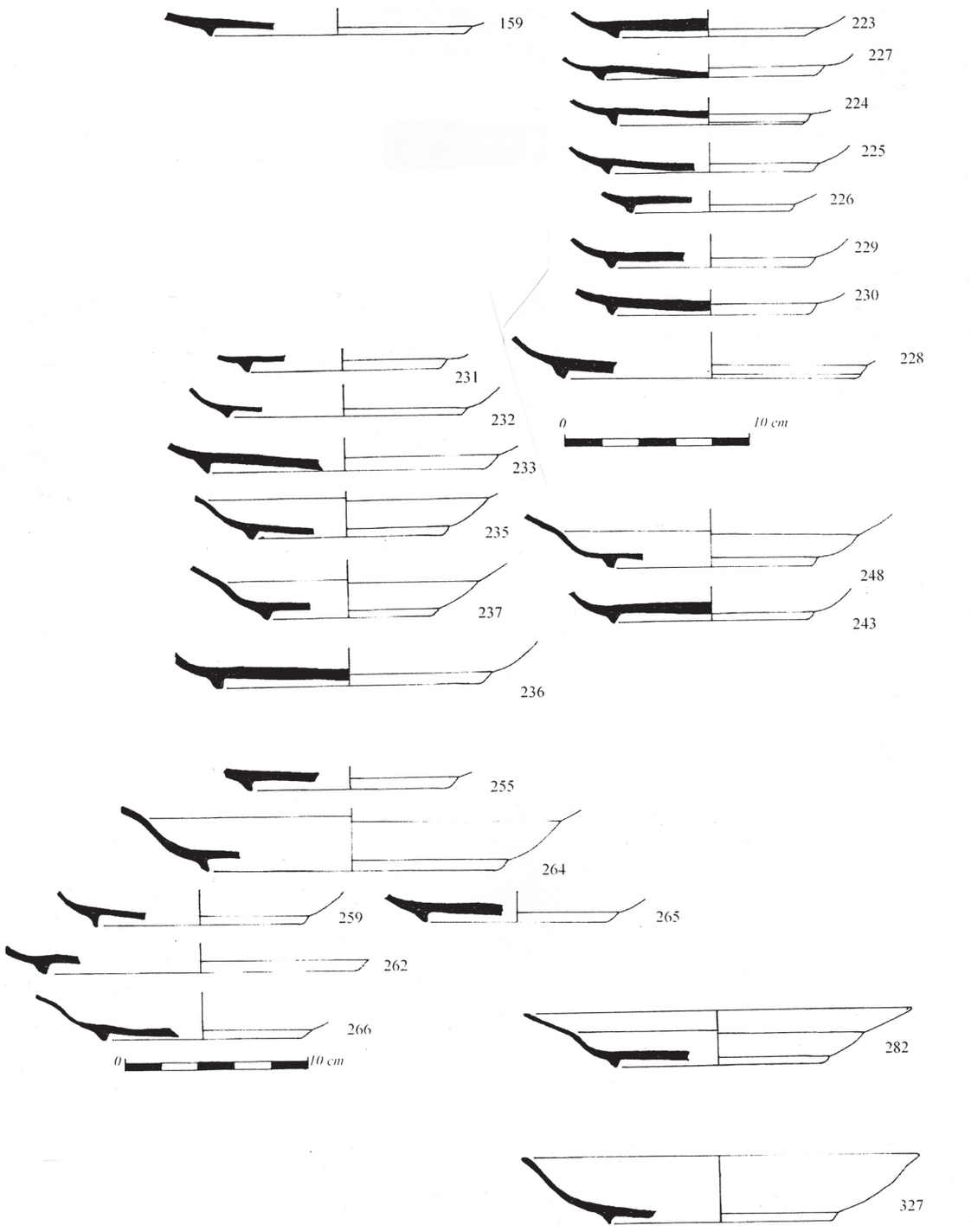
O reverso apresenta esquema semelhante, com os painéis encimados por objectos preciosos envoltos em fitas ondulantes.

A ausência de paralelos formais e decorativos leva a basear este exemplar único já da segunda metade do século XVII, na fase de transição para o reinado de Kangxi (1662-1723).[8]

8 Foi exumado, entretanto, um paralelo em Lisboa, no Palácio dos Condes de Penafiel, e publicado nestas actas por José Pedro Henriques.



15. Prancha do tipo 2 (n.º 86 a 118).



16. Prancha dos tipos 5 b (n.º 159, 160, 161); 7 a (n.º 223 a 248); 7 b (n.º 255); 7 c (n.º 259 a 266); 11 (n.º 282); 17 (n.º 327).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. *et alii* (1998) – Arqueologia de um naufrágio. *Nossa Senhor dos Mártires – A última viagem.* Pavilhão de Portugal/ Expo'98. Editorial Verbo, Lisboa, p. 183-215.

AMARO, C. (1998) – O Colégio de S. Paulo e a Fortaleza do Monte. Intervenção e leitura arqueológicas. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 114-156.

AMARO, C. e SANTOS, P. A. (2005) – *Acompanhamento Arqueológico do Edifício do Aljube: Remodelação do R/C e Cave*. Relatório de escavação.

ANTUNES, L. P. (2000) – *Musealização de um Sítio Arqueológico – Programas e Projectos,* 1. Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Museu Municipal de Almada, Almada.

CAÇÃO, A. (1998) – Unidades militares e militarizadas, sua história e ligação com a Fortaleza do Monte. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 96-113.

CANEPA, T. (2006) – *Porcelana de Exportação de Zangzhon. A porcelana conhecida por: Swatow.* Lisboa, Jorge Welsh (catálogo).

CARMO. A. (1994) – A Missão Portuguesa na China e em Macau. *Encontro de Culturas, oito séculos de Missionação Portuguesa*. Lisboa. Conferencia Episcopal Portuguesa, p. 299-303.

CHAUDHURI, K. (1998) – O Estabelecimento no Oriente. *História da Expansão Portuguesa.* Volume 1. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 163-191.

DIAS, P. (1998) – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*. Círculo de Leitores.

GARCIA, J. M. e LOUREIRO, R. (1994) – Os Jesuítas e a China. *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 21-35 (catálogo).

HESPANHA, A. M. (1995) – *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*. Fundação Macau.

MAGALHÃES, J. R. (1998) – Articulações Inter-Regionais e Economias-Mundo. *História da Expansão Portuguesa.* Volume 1. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 308-337.

MAGALHÃES, J. R. (1998) – *Na rota das especiarias*. Nossa Senhor dos Mártires – A última viagem. Pavilhão de Portugal/ Expo'98. Editorial Verbo, Lisboa, p. 115-121.

MORENO, C. (1998) – Reutilização da Fortaleza do Monte como Museu. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte.* Museu de Macau, p. 158-193.

PAIXÃO, A. C. (1994) – Escavações arqueológicas na Igreja de S. Paulo (Igreja de Santa Madre de Deus de Macau). *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 87-95 (catálogo).

PEREIRA, F. A. B. (1994) – As Ruínas de S. Paulo: História e Arte. *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 63-85 (catálogo).

PEREIRA, F. A. B. (1998) – A "Acrópole" de Macau. O Complexo Religioso, Cultural e Militar da Companhia de Jesus. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 14-58.

PINTO, T. (1978) – *A Suma Oriental de... e o Livro de Francisco Rodrigues*. Leitura e Notas de Armando Cortesão. Coimbra. Imprensa da Universidade.

PIRES, B. V. (1994) – Reivindicação de S. Paulo do Monte pelos Jesuítas. *Os Jesuítas, Macau e a China, O Encontro Oriente/Ocidente. Revista de Cultura* nº21 (II Série) Outubro/ Dezembro CM, p.22-27.

RINALDI, M. (1989) – *Kraak Porcelain – a moment in the history of trade*. Bamboo Publishing Ltd, London.

SABROSA, A. (1996) – *Pátio da Ameaça, Relatório Preliminar da Sondagem Arqueológica*. Gabinete do Museu de Macau. Macau, (texto policopiado).

SABROSA, A. (2003) – *De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming*. Instituto Cultural da REAM. Policopiado.

SANTOS, D.M.G. (1994) – Macau, Primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente. *Os Jesuítas, Macau e a China, O Encontro Oriente/Ocidente. Revista de Cultura* nº21 (II Série) Outubro/Dezembro, CM, p. 5-21.

SHANGRAW, C e PORTEN, E. (1997) – *Kraak Plate Design Sequence 1550-1655*. Drake Navigators Guild, San Francisco, California.

SILVA, B. B. (1992) – *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*. Volume 1. Direcção dos Serviços de Educação. Macau.

TANG, C e CHENG, W. (1996) – *Relatório das Escavações Arqueológicas de Hac-Sá, Coloane, Macau*.

TEIXEIRA, M. e SILVA, B. B. (1998) – Protagonismo Histórico Militar e Civil da Fortaleza do Monte. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 78-94.

VALE, A. (2001) – *Relatório das escavações arqueológicas no Largo do Corpo Santo*. Lisboa, 2001. Suporte em CD.

DO PAPEL DA ARQUEOLOGIA PARA O CONHECIMENTO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

NOTAS A PARTIR DE ALGUMAS ESTRUTURAS FORTIFICADAS NO ORIENTE

JOÃO LIZARDO

RESUMO Pretende-se chamar a atenção para o importante papel que deve ser assumido pela Arqueologia quanto ao estudo da Expansão Portuguesa, tendo-se utilizado para tal alguns exemplos concretos, a partir de estruturas fortificadas ainda observáveis, atendendo ao seu melhor estado de conservação.
Com este escopo, analisam-se, de forma sucinta, algumas representações gráficas da época, com o propósito de aferir da sua credibilidade face aos vestígios que ainda são detectáveis, tendo-se utilizado representações das fortificações de Diu em 1538 e 1546, de Ormuz em 1515 e do Barém em 1538.
Inclui-se também uma referência a estruturas locais anteriores à chegada dos portugueses e que foram por estes reutilizadas, como é o caso da "Couraça do Mar" de Diu.
Menciona-se igualmente o papel dos portugueses que se colocavam numa posição marginal relativamente ao poder do Reino, escolhendo-se como provável exemplo as chamadas "Casas Portuguesas" na Ilha de Zanzibar".
No entanto, são por demais evidentes as limitações e insuficiências do texto em causa, que escassamente ultrapassa o mero apelo em prol do interesse no desenvolvimento da investigação arqueológica nesta área.

PALAVRAS-CHAVE **Expansão, imagens da Expansão, vestígios locais, marginalidade, Diu, Barém, Ormuz, Quíloa, Zanzibar**

"Os arqueólogos da Época Moderna nunca se dão por satisfeitos com o "ouvir dizer" dos historiadores, nem relevam a forma como se achem exactamente escrutinados, entrecruzados e espaldados por documentos de reconhecida probidade. Os arqueólogos recusam-se a acreditar que tudo o que seja conhecimento valioso terá sido reduzido a escrito por sociedades alfabetizadas ou recitado através das tradições orais ou mesmo fotografado e videogravado por sociedades computorizadas. Nós suspeitamos que em todas as sociedades existem segmentos não escritos, ou mudos ou não gravados cujas histórias apenas podem ser contadas pelos arqueólogos..."[1].

Os objectivos desta intervenção podem ser excessivamente ambiciosos, mas, na minha visão, para a afirmação da Arqueolgia da Época Moderna é necessário encontrar terrenos de clara demarcação face à investigação histórica e, nesse aspecto, considero que o estudo da Expansão Portuguesa poderá constituir um espaço privilegiado, dado que se trata de uma área extremamente importante e, onde, por diversas razões, a documentação escrita se torna insuficiente.

Para atribuir conteúdo a esta proposição escolhi alguns exemplos concretos, encontrando-se todos eles traduzidos em estruturas fortificadas, porque se trata de vestígios que estão dotados de melhores condições de conservação.

ALGUMAS IMAGENS DA EXPANSÃO

A abordagem inicial poderá parecer contraditória com o proposto relevo da arqueologia, na medida em que se refere a elementos traçados em papel, tal como sucede com os documentos escritos, mas pretendi realçar a importância da análise de desenhos que se destinavam a representar sítios e edificações, sublinhando-se

1. Tradução muito livre, razão porque se transcreve o texto original: «Historical archaeologists are not even satisfied with the historian`s hearsay, no matter how exactlingly scrutinized, crossreferenced, and buttressed by documents of affirmed probity. Archeologists refuse to believe that all that is worth knowing is written by literate societies, or recited by oral societies, or even photographed and videotaped by computerized societies. We suspect that there are non literate, mute, or untaped segments of all societies whose stories can be told only by archaeologists...», Wesler, 1998.

que estas imagens têm sido escassamente utilizadas como fonte informativa[2], e, muitas vezes, servem apenas como ilustrações destinadas a amenizar os textos históricos sem que, nesses casos, exista qualquer preocupação quanto à sua correspondência com a realidade. Não pretendo equiparar a minha intervenção ao magnífico livro de Jorge Alarcão sobre a Coimbra medieval[3] que é, inquestionavelmente, o trabalho de um arqueólogo, embora esteja assente na análise de fontes escritas, mas, pura e simplesmente considero que a aferição da credibilidade e a subsequente interpretação das imagens que foram outrora realizadas só serão viáveis através da sua comparação com os vestígios que ainda seja possível detectar e, por isso, é inevitável que essa actividade deva estar associada à investigação arqueológica.

Diu – 1538/1546

Primeiramente, escolhi uma imagem da autoria do cronista Gaspar Correia para uma situação em que permanece quase intacta a estrutura que foi então representada, a qual se reporta à fortaleza de Diu, após as obras que se seguiram ao segundo cerco, ocorrido em 1546[4].

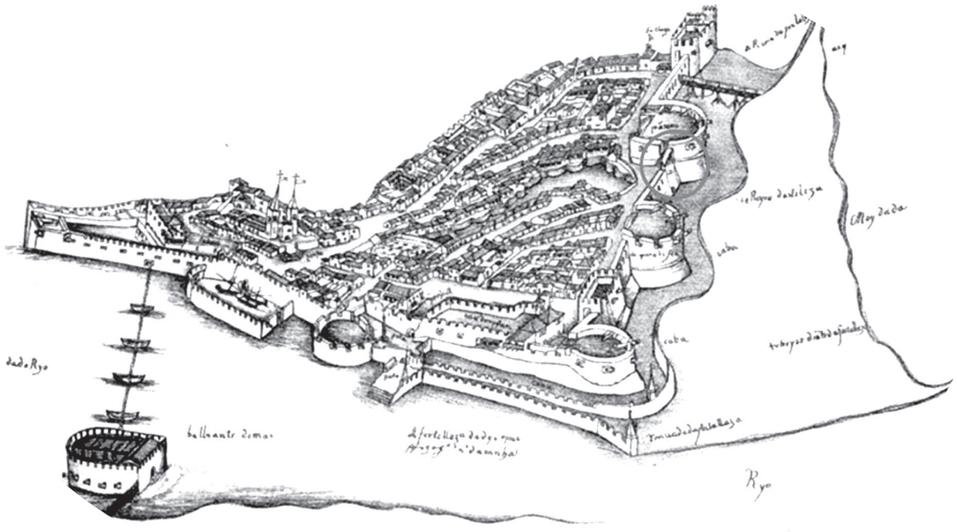
O realismo deste desenho, no que toca à fortaleza, é espantoso para a época em que foi executado, realçando-se, por exemplo, o pormenor onde figura o pequeno ângulo saliente que se situa entre os baluartes de S. Tomé e S. João (figs. 1 e 2).

Para além, desta saliência foi aí desenhado um baluarte que não existe, nem poderia ter existido, atendendo a que o fosso que rodeia a fortaleza se acha profunda e inteiramente escavado na rocha, de tal forma que inviabilizaria qualquer construção mais avançada que se pretendesse realizar à frente da muralha, conforme foi então reconhecido pelo Governador D. João de Mascarenhas (fig. 3).

No entanto, ele informa também que, pouco antes do segundo cerco, construiu um "cubelo"[5] no ponto da

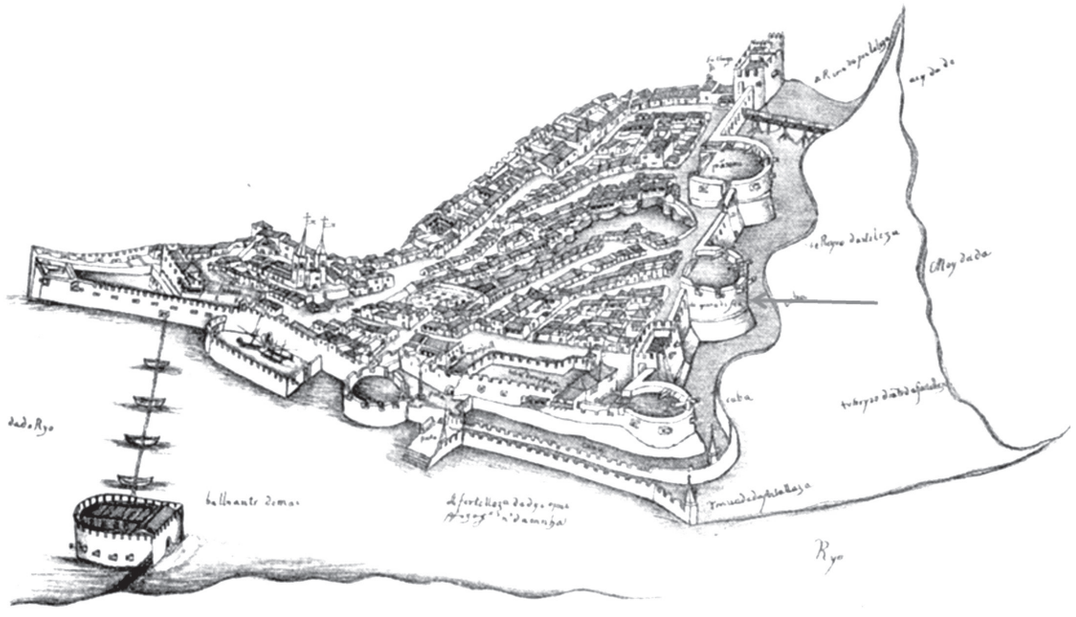
2. Neste sentido, vide, por exemplo: «Entre a abstracção dos dados documentais e a materialidade dos dados arqueológicos poderia vir a intercalar-se a representação iconográfica...», Boisselier, 2002, p. 497.
3. Alarcão, 2008.

4. Por vezes, na senda da opinião de Carlos de Azevedo (1970), é afirmado que o desenho representaria a fortaleza anterior ao cerco de 1546. Mas, como essa construção foi destruída e aquela que hoje se observa é igual à imagem de Gaspar Correia, não faria qualquer sentido que a reconstrução copiasse a obra anterior, o que torna forçoso concluir que estamos perante uma obra imediatamente seguinte a 1546. A convicção de Carlos de Azevedo assentava no facto de não terem sido desenhadas as obras mais avançadas, mas é natural que o cronista não as tivesse chegado a conhecer.
5. Segundo D. João de Mascarenhas, no lanço do muro que corre de S. João para S. Tomé "não tinha lugar para lhe fazer contramuro por causa da cova que é muito alta e não havia mais lugar na rocha que aquele onde o muro estava assentado.", Garcia, 1993.



1. A Fortaleza de Diu segundo o desenho de Gaspar Correia, assinalando-se a pequena saliência que ainda hoje em dia é visível.

2. Fortaleza de Diu – a saliência desenhada por Gaspar Correia.



3. Fortaleza de Diu – o baluarte fictício desenhado por Gaspar Correia.

cortina onde Gaspar Correia desenhou este fictício baluarte, embora o mesmo se situasse no lado de dentro da muralha, precisamente porque era impossível edificá-lo no exterior, onde já existia o fosso. Este "cubelo" desapareceu nas obras que se seguiram ao cerco, mas é plausível que a sua memória tivesse influenciado o cronista, assim se explicando a discrepância que inicialmente sublinhei.

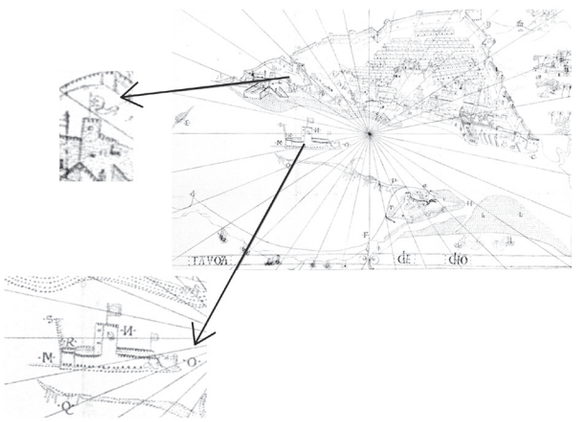
Passando a uma outra representação de Diu, a dos "Roteiros de D. João de Castro", realizada logo após o primeiro cerco, em 1538, de momento nada posso adiantar quanto àquela que seria a configuração da fortaleza, mas o traçado da muralha da cidade corresponde razoavelmente aos vestígios que ainda são observáveis, valendo a pena recordar que, nesse momento, esta construção era exclusivamente indígena (fig. 4).

No desenho referente à fortaleza sobressaem duas torres, sabendo-se que, no "baluarte do mar" tinha existido uma torre que foi destruída pela artilharia inimiga durante este primeiro cerco[6], tudo indicando que não chegou a ser reconstruída, e nos relatos desse cerco não se detectam referências a qualquer outra torre, sendo absurdo que existisse e passasse à margem dos combates e das respectivas descrições.

Mas, os documentos respeitantes ao cerco seguinte revelam que, em 1546, a fortaleza já estava dotada de duas torres[7], que só podem ter sido construídas após 1538 e desapareceram posteriormente, dada a sua inadequação face ao uso da artilharia.

Temos assim que, nos "Roteiros", figura uma torre que tinha sido destruída e uma outra que ainda não existia, mas que estava em vias de ser construída, e, por isso, pode-se dizer que, num só desenho, estão representados três momentos, o passado quanto à torre do "baluarte do mar" entretanto desaparecida, o futuro quanto à torre que iria ser construída e o presente relativamente às demais construções que exibem as destruições que tinham resultado dos ataques de 1538. Além disso, estas duas "torres" de D. João de Castro assumem características próprias de um discurso altamente ideologizado, pois servem de base para a visão imperial e triunfalista que é proposta, demonstrando exemplarmente que tal como o conteúdo dos documentos, também as imagens não são neutras.

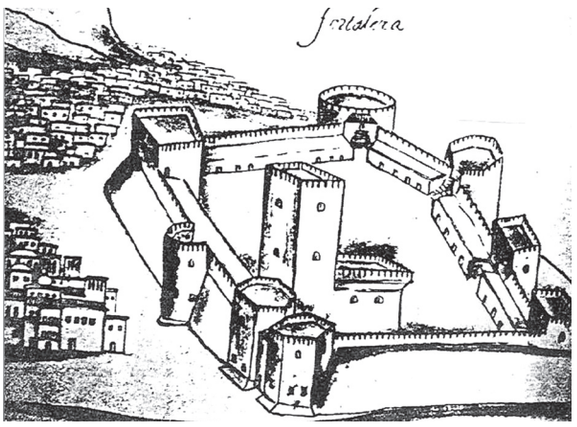
6. A este respeito, entre outros, a descrição do primeiro cerco reeditada por Luciano Ribeiro, p. 259.
7. Por exemplo, "Torre do alcaide mor", D. João de Mascarenhas, ob. cit., p. 146.



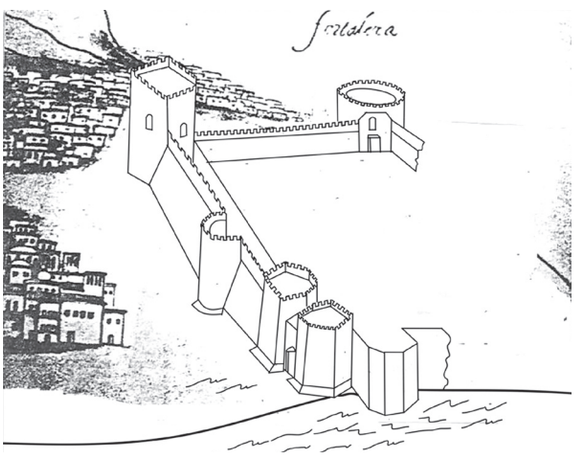
4. A Fortaleza de Diu nos "Roteiros" de D. João de Castro. De notar as duas torres referidas no texto.

Ormuz – 1515

Escolhia agora a representação da fortaleza de Ormuz, também da autoria de Gaspar Correia, que acompanhou durante vários anos Afonso de Albuquerque (Garcia, 2009) e esteve com ele em Ormuz em 1515 quando foi recuperada a estrutura que tinha sido iniciada em 1507 e foi construída uma verdadeira fortaleza, que se acha detalhadamente descrita nas "Lendas da Índia", redigidas pelo mesmo Gaspar Correia, sendo interessantes algumas divergências entre o texto escrito e o desenho, dado que ambos são do mesmo autor.



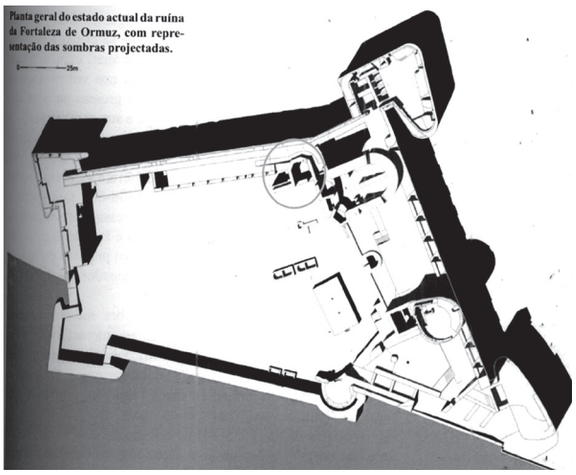
5. A fortaleza de Ormuz segundo o desenho de Gaspar Correia.



6. Os vestígios ainda visíveis que correspondem à construção desenhada por Gaspar Correia.

Os vestígios actualmente observáveis abrangem, no essencial, a face Sul da fortaleza e coincidem com o desenho, apesar de se colocarem reservas de alguma monta no que respeita à "torre de menagem", que só foi definitivamente construída depois da partida de Gaspar Correia.

Além disso, o cronista não representou o "baluarte semi-poligonal"[8] que deveria estar integrado na obra de 1515, o que torna necessárias algumas considerações a respeito de possíveis paralelismos com esta estrutura (fig. 7).



7. O "baluarte semi-poligonal" da fortaleza de Ormuz em levantamento do Arquitecto João Campos.

A pouco mais de 150 km de Elvas, no castelo de Trujillo, por volta de 1490[9], foi construída, uma "barbacã de porta", ou seja, um recinto secundário, situado em frente à primitiva entrada, que termina numa forma poligonal, estava especialmente vocacionado para o uso da artilharia e possuía uma pequena porta lateral (fig. 8).

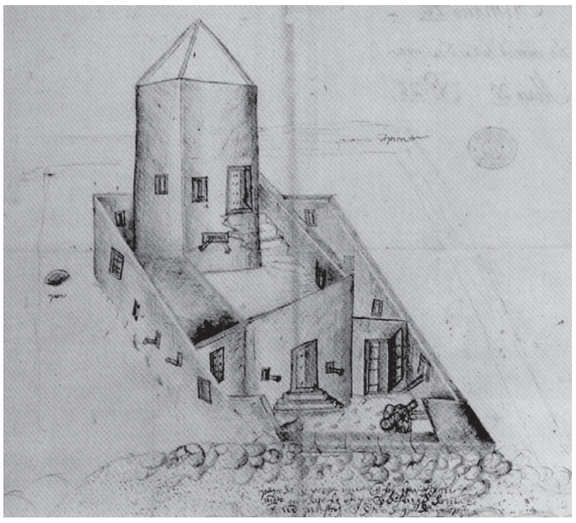
Com semelhantes características, Duarte d`Armas desenhou uma "barbacã de porta" que se encontrava então em construção no castelo de Miranda do Douro, cabendo ainda recordar um desenho frequentemente citado, dos inícios do século XVI, onde figura uma ignorada fortaleza ultramarina, que é constituída por uma torre e um pequeno recinto que lhe fica fronteiro, também de forma poligonal e igualmente vocacionado para o uso da artilharia (fig. 9).

A estrutura de Ormuz é muito semelhante àquelas que atrás foram focadas, e, pelas suas características, deve ser-lhe apontada uma data recuada, podendo a sua construção ter sido iniciada em 1507, datação que permitiria dar sentido a uma frase de Afonso Albuquerque que surgia como enigmática e onde era afirmado: «A nossa fortaleza por aquela parte e cerco que entra nas casas d`el-rei, fica-lhe o muro sobre o pouso do poente. E porque às vezes as marés das águas vivas são grandes e a porta principal da fortaleza está na praia fiz outra porta contra a cidade e abri as casas velhas d`el-rei e faço um caminho e serventia por ali para a cidade».

Atendendo a que não se colocam quaisquer dúvidas de que as "casas d`el-rei" e a cidade ficavam defronte da entrada da fortaleza que hoje em dia é visível, não se percebia qual seria esta outra porta, mas, se entendermos que o "baluarte semi-poligonal" seria semelhante ao modelo de Trujillo, encontramos no mesmo uma pequena entrada lateral, semi-soterrada, a qual "ficava na praia" e é equivalente à do exemplo espanhol, sendo esta, provavelmente, a primeira porta a que Albuquerque se referia (figs. 10 e 11).

Além disso, este "baluarte semi-poligonal", inicial-

8. Castelo de Trujillo – "barbacã de porta".



9. Uma inidentificada fortaleza ultramarina em desenho do início de século XVI.

8. Utilizou-se a nomenclatura adoptada em "The evolution of the fortress of Hormuz...", in, "Revisiting Hormuz".
9. Sobre Trujillo, Cobos Guerra, 2002, p. 678.

10. Vista do exterior do "baluarte semi-poligonal", com uma porta semi-soterrada (2007).

11. Pormenores da mesma porta, vendo-se também vestígios da primitiva muralha e respectivo "alambor" (2001).

mente, tinha a sua face interior aberta, tendo a mesma sido fechada com a construção da muralha em 1515, o que leva também a crer que já existiria antes dessa data, até porque, ao nível do piso térreo nem sequer se observa qualquer acesso, o que torna altamente provável que pertencesse à construção inicial, assim se explicando que Gaspar Correia, "entusiasmado" com a obra que era levada a cabo na sua presença, tivesse menosprezado os trabalhos anteriores, deixando de fora do seu desenho este "baluarte", que também não é referido no seu texto, o que será perfeitamente lógico, segundo esta hipótese, dado que as "Lendas da Índia" descrevem o que estava a ser construído em 1515 e não aquilo que já existia.

Assim, em todos os exemplos que se invocaram, as fugas à realidade decorrem de uma falta de coincidência temporal, sendo fácil de perceber que, nessa época, o "tempo" não assumia o valor que hoje em dia lhe atribuímos[10] e, por isso, o próprio Gaspar Correia, noutro trecho das "Lendas da Índia", informa que elaborou um desenho da fortaleza de Sofala, tal como esta se encontrava à data da construção inicial, em 1506, embora no texto descreva edificações posteriores, e, de igual forma, é notado que Duarte d`Armas também desenhou como sendo reais estruturas que ainda iriam ser construídas (Gomes, 2001, p. 70).

Barém – 1538

No último exemplo que escolhi, temos uma representação do Arquipélago do Barém, traçada à volta de 1538 por alguém que é associado às obras que constam dos "Roteiros" de D. João de Castro[11] e, à primeira vista, o castelo que aí figura seria meramente fantasioso, pois, por um lado, apresenta uma arquitectura demasiado "europeia" e, por outro lado, não coincide com a

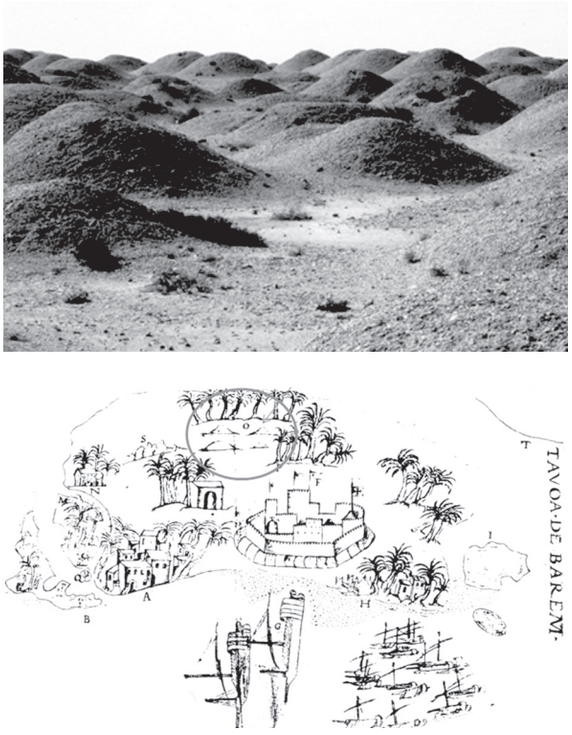
10. A este respeito, vide Alarcão, 1993/94, p. 9-56.

11. A imagem do Barém, "foi desenhada pela mesma mão que traçou as távoas", Garcia, ob. cit., p. 136.

12. Face interior do "baluarte semi-poligonal" (2001).

fortaleza revelada pelas escavações de Monik Kervran (1988). No entanto, a favor da credibilidade desta imagem temos a representação dos "tumulli" mais do que milenares que caracterizam a paisagem da ilha, revelando o seu autor, neste aspecto um especial rigor face a estruturas que seriam então totalmente inexplicáveis (fig. 13).

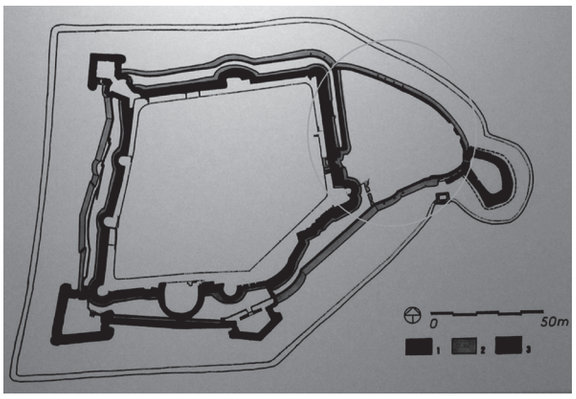
Quanto à representação da fortaleza, aí se inclui uma área apenas cercada de muralhas, sem dispor de quaisquer outras estruturas, e, neste caso, será lógico considerar que estamos perante uma construção tipicamente islâmica, o albacar, destinado a proteger os rebanhos, e que também era conhecida dos portugueses, sendo significativa a opinião de que: «...bacar é



13. Desenho da ilha do Barém, comummente associada à obra dos "Roteiros de D. João de Castro", destacando-se a representação dos "tumulli" pré-históricos.

casa forte sem bombardeiras e sem torres...»[12].

É possível que o desenho, neste aspecto, tenha algo a ver com a realidade e não será de desprezar a hipótese do provável "albacar" encontrar correspondência com a zona que se situa para lá do corpo central da fortaleza tal como é actualmente observável (fig. 14).



14. A fortaleza do Barém em levantamento de Monik Kervran.

Noutra área, se observarmos fotografias mais antigas e anteriores a qualquer intervenção, será fácil detectar volumes para além daqueles que foram revelados pelas escavações de Monik Kervran, entre os quais é bem visível a presença de uma torre mais alta do que todos os demais vestígios (figs. 15 e 16).

Torre essa de que ainda existem os traços e se eleva a um nível superior ao dos baluartes e à qual está encostado um "cubelo", num conjunto que, de alguma forma, pode ser visto como correspondendo ao corpo central que figura no desenho (figs. 17, 18 e 19).

Nas descrições do ataque levado a cabo pelos portugueses em 1528, mesmo admitindo alguma dose de triunfalismo da sua parte, é enfaticamente sublinhada

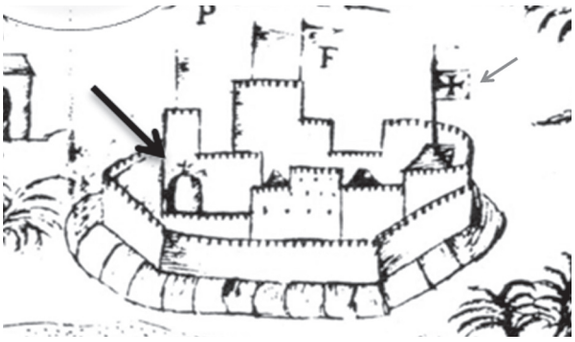
12. Carta de Diogo Fernandes de Beja a D. Manuel I, 1514, in Aubin, 2000, p. 189.

15. A mesma fortaleza antes dos trabalhos arqueológicos e de restauro em fotografia publicada por Monik Kervran.

16. Outra fotografia referente ao início dos trabalhos arqueológicos.

a debilidade da fortificação então existente[13] tornando-se imperioso admitir que entre 1528 e a data da execução do desenho teria existido alguma campanha construtiva, podendo também sublinhar-se que, aquando da primeira ofensiva portuguesa, em 1521, o senhor do Barém preferiu fortificar as entradas da cidade de Manama a utilizar a fortaleza, o que em nada abona a favor da sua eficácia. Por outro lado, Mestre Afonso, no seu "Itinerário"[14], afirmava que, em 1559, após o ataque turco, D. Antão de Noronha foi "restaurar" (sic) a fortaleza, o que pressupõe que já existiria uma estrutura fortificada, mais importante do que a de 1528 e que se encontraria associada à esfera de influência dos portugueses.

Os trabalhos de Monik Kervran não abrangeram zonas como aquela onde se situam os vestígios da torre que atrás referi, tendo assumido, relativamente a alguns aspectos, que, "... isto só pode ser verificado através de nova escavação" (Kervran, 1988, p. 51), que não chegou a ser realizada, o que torna plausível considerar que existe algum grau de correspondência com a realidade por parte deste desenho, não sendo irrelevante o grau de confiança que lhe seja atribuído porque, no mesmo, para além de três bandeiras triangulares com o crescente do Islão, figura também uma bandeira quadrada com a cruz de Cristo, o que leva à conclusão de que o seu autor pretendeu representar uma gestão partilhada para essa fortaleza[15] (fig. 20).



20. Representação da fortaleza do Barém, associando símbolos cristãos e islâmicos.

Ao fim e ao cabo, a presença portuguesa no Golfo Pérsico limitava-se à zona costeira, não existindo capacidade para influenciar as grandes unidades políticas da zona, e, ao contrário da bélica imagem que é tradicionalmente veiculada, os portugueses eram objecto de alguma condescendência que derivava da sua reduzida importância. Nomeadamente, o Império Otomano, apesar das suas pretensões para o controle da região, após o fracassado movimento contra Ormuz em 1552, desautorizou o ataque ao Barém de 1559[16] e nada mais

13. Afirmava-se então com respeito à fortaleza atacada pelos portugueses: «...porque a fortaleza era de barro e como lhe dava qualquer berço a derribava" (carta de Cristóvão de Mendonça de 30/09/1530, in, "Mare Liberum", n.º 3, p. 100); "com certos tiros que levavam derribaram tanto muro que poderiam entrar cem homens" (carta do vigário de Ormuz de 18/11/1529, ob. cit. p. 99).

14. "Itinerário de Mestre Afonso", in, "Viagens por Terra da Índia a Portugal", int. e notas de Neves Águas, 1991, p. 201.

15. Esta associação das bandeiras com os poderes islâmicos ou cristãos já tinha sido referida por Kervran, 1988, e por Campos, 2008, p. 283, surgindo também no guião do "Museu do Sítio de Kalat-al-Bahrein", elaborado por Monik Kervran.

16. Vide Soucek, 2008, p. 29-56. Também Mestre Afonso, no seu "Itinerário", refere que o ataque ao Barém foi efectuado, "sem mandado do turco, nem de ninguém", ob. cit. p. 201.

17. A fortaleza do Barém no seu estado actual (2010), observando-se vestígios de uma torre mais alta que os baluartes.

18. Outro aspecto da mesma torre e o seu "cubelo".

19. Interior da fortaleza, vendo-se a torre que não foi objecto de restauro.

chegou a promover contra as posições portuguesas[17], assim como uma atitude semelhante por parte do Império Persa apenas foi cortada pelo bizarro ataque português às posições inglesas em Jasques (Couto e Loureiro, 2007), donde se torna legítimo concluir que este tipo de relacionamento, algo diverso daquilo que se afirmava nos relatos escritos, está reflectido na imagem que escolhi.

ESTRUTURAS INDÍGENAS E REUTILIZAÇÕES PORTUGUESAS

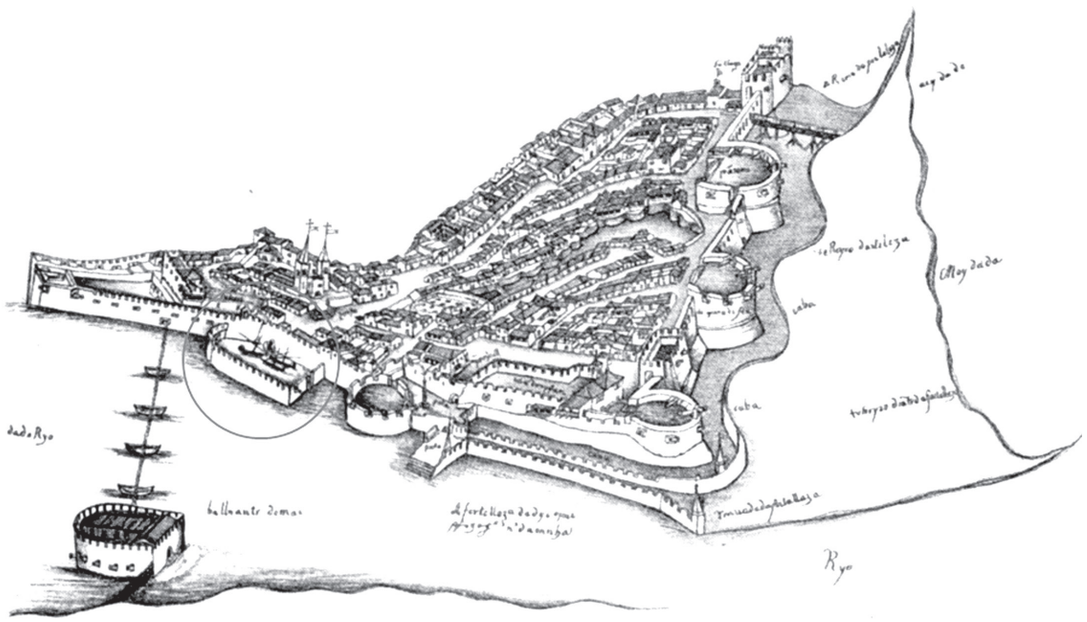
A respeito da Expansão Portuguesa, gostaria de transcrever as seguintes observações de um dos seus mais destacados historiadores, Luís Filipe Thomaz: «...os historiadores da época colonial, regra geral, observaram o outro lado como se ele não existisse ... Apesar de todas as transformações ideológicas e políticas dos últimos decénios, esta metodologia perpetuou-se em Portugal até aos nossos dias, contribuindo para a profunda ignorância que continua a reinar no que diz respeito às civilizações da Ásia... Sob as aparências de história indo-portuguesa, continua-se, deste modo, a fazer, frequentemente, "história luso-portuguesa", tendo o Oriente como complemento circunstancial de lugar» (Thomaz, 2005, p. 6).

17. "Nas instruções para Lahsã não constam planos para ataques ou ocupação de Ormuz, Oman ou a expulsão dos Portugueses do Golfo... Sob o ponto de vista da correspondência otomana, os portugueses não tinham uma participação muito activa, se é que não era totalmente inexistente, na governação do Barém". Mandaville, 1970, p. 489 e 490.

Ora, a não ser que esteja muito enganado, o conhecimento dos povos que eram então contactados pelos portugueses dependerá, em larguíssima escala, da investigação arqueológica e, como exemplo, gostava de chamar a atenção para uma estrutura militar indígena que foi reutilizada pelos portugueses e da qual ainda sobrevivem substanciais vestígios, integrados na fortaleza de Diu.

No início do século XVI, o senhor de Diu procedeu à fortificação dos acessos à cidade pela banda do mar, mas, em 1535, ao assinar um tratado com os portugueses, cedeu-lhes as construções que se encontravam na ponta da ilha, entre as quais receberam designações individualizadas o "baluarte do mar" e a "couraça do mar".

Apesar de todo o conjunto ter sofrido profundas transformações, a "couraça do mar" manteve uma boa parte da sua estrutura inicial, tal como foi desenhada por Gaspar Correia (fig. 21) e as suas características destacam-se claramente do resto da fortaleza, assentando na utilização de um tipo de pedra que não se detecta na restante obra, e que, sobretudo, apresenta um aparelho quase ciclópico, onde os blocos atingem comprimentos que variam entre os dois e os dois metros e vinte, nada existindo de equivalente nas outras partes da fortaleza, sucedendo ainda que estes blocos estavam ligados por grampos de metal e assentavam numa forte argamassa, dotada de um elevado grau de cerâmica moída, podendo afirmar-se com segurança que estas características estão ausentes das normais construções portuguesas (figs. 22 e 23).

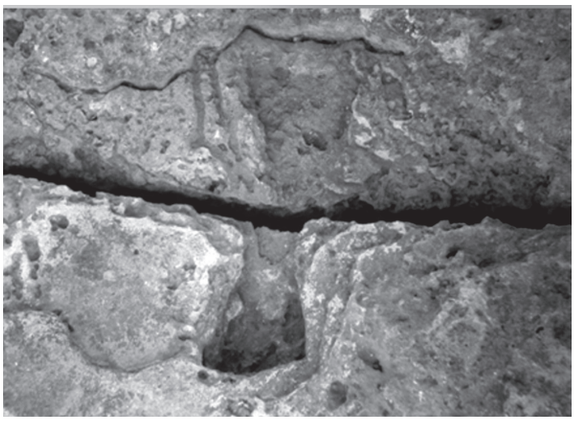


21. A "couraça do mar" na representação de Diu de Gaspar Correia.

Além disso, a muralha que ainda subsiste apresenta uma fila de canhoneiras, viradas ao mar e instaladas ao nível da linha de água, como se se tratasse da artilharia de um navio, numa disposição original que tem equivalência com a da Torre de Belém, podendo aplicar-se-lhe a caracterização que é feita para esta última, como constituindo "um grande baluarte frontal de inspiração naval" (Cobos Guerra, 2002, p. 686).

Porém, ao contrário do que sucede na Torre de Belém e na generalidade das fortificações portuguesas da época, a face exterior destas canhoneiras é lisa, em vez de apresentar uma forma reentrante e o seu vão é amplo, sendo ainda provável que o piso da "couraça" esteja formado por grandes lajes de pedra, cuidadosamente aparelhadas, num conjunto de soluções para as quais não se encontram paralelismos ao nível do nosso País (fig. 24).

22. Vista parcial da "couraça do mar" em 2010.



23. "Couraça do mar" – sinais dos grampos e da argamassa que uniam os blocos (2010).

24. "Couraça do mar" – uma canhoneira.

Do exposto resulta uma construção diferente das europeias e que possibilitava um "tiro de bordada" altamente eficaz face aos navios inimigos, e, perante a sofisticação desta estrutura militar, de construção local, soam de forma estranha umas recentes afirmações em que se pretendeu contrapor às obras indígenas a qualidade das construções portuguesas, porque, segundo é dito, estas últimas seriam "de pedra e cal" (Barata, 2010, p. 126), técnica que, segundo esse autor, seria ignorada fora do nosso âmbito, ga-nhando desta forma uma imprevista actualidade crítica as palavras de Luís Filipe Thomaz que atrás invoquei.

A "MARGINALIDADE" NA EXPANSÃO PORTUGUESA

As questões atrás focadas mereceriam certamente um maior desenvolvimento, mas, aqui e agora, a minha pretensão reduz-se a uma chamada de atenção para o papel da arqueologia neste período histórico e, por isso, igualmente irei aflorar (e apenas aflorar...) aspectos relacionados com as condições de vida, impactos e influências locais daqueles portugueses que, pelas mais diversas razões, cortavam os contactos com o reino. Nos casos em que entravam em directo confronto com o poder, eram frequentemente referidos nos documentos, sob designações tais como "levantados" ou "renegados" afirmando-se a este respeito que "os soldados desertavam em massa", ou, "conhecem-se casos de várias guarnições que, pura e simplesmente se amotinaram e, após se apossarem dos navios onde prestavam serviço, os transformaram em navios piratas" (Aubin, 2005, p. 424-425), mas era ainda mais importante o nú-

mero daqueles que simplesmente se colocavam à margem do controle oficial, sem qualquer tipo de confrontação, o que podia originar a construção de fortalezas de iniciativa puramente individual, como no caso do Sirião, ou a situação no Golfo de Bengala, que estava dotado de uma grande comunidade portuguesa que em nada obedecia nem ao Poder Central, nem ao Poder sediado em Goa, de tal forma que os respectivos Vice-Reis chegaram a planear o seu ataque, como se de inimigos se tratasse.

Para estes portugueses seria também altamente a atractiva a costa oriental de África, a Norte da Ilha de Moçambique[18], relativamente à qual não será irrelevante recordar as similitudes com "Alcochete" que foram invocadas pelos primeiros navegadores aí chegados e onde a ausência de tradições guerreiras por parte da sociedade suaíli constituía seguramente um forte atractivo para quem desejava escapar aos deveres militares impostos pela Coroa Portuguesa.

Estas condições aconselham a que se faça uma breve referência às ruínas de dois grandes espaços edificados em Fukuchani e Mvuleni, no Norte da Ilha de Zanzibar e que são tradicionalmente designados como sendo as "Casas Portuguesas" (fig. 25).

No que toca à presença portuguesa em Zanzibar desconhece-se, ou, pelo menos, eu desconheço, dados documentais significativos, mas existem referências indirectas e vestígios materiais[19] que indicam uma forte implantação, tanto mais que, aquando dos ataques à grande fortaleza de Mombaça, os portugueses de Zanzibar, em 1632, armaram à sua exclusiva custa dois barcos e voltaram a enviar uma pequena frota em 1696, para apoiar a sua defesa.

Além disso, há notícia de frades agostinhos nesta ilha, concluindo um autor que, "muitos portugueses vivem aí com as suas famílias e cultivam as suas fazendas em total segurança" afirmando-se também que o poder suaíli, "segundo tudo indica, manteve-se constantemente leal aos portugueses" (Strandes, 1989, p. 179, 191, 200, 217 e 235).

Face a estas condições, poderia parecer fácil a consagração da designação tradicional, para as ditas "casas", mas sucede que as mesmas, sob o ponto de vista arquitectural, obedecem às regras locais e, aparentemente, nada têm de "portuguesas", sendo a respectiva localização, por enquanto, verdadeiramente inexplicável devido ao seu afastamento de qualquer centro urbano e ao seu difícil acesso, no caso de Mvuleni.

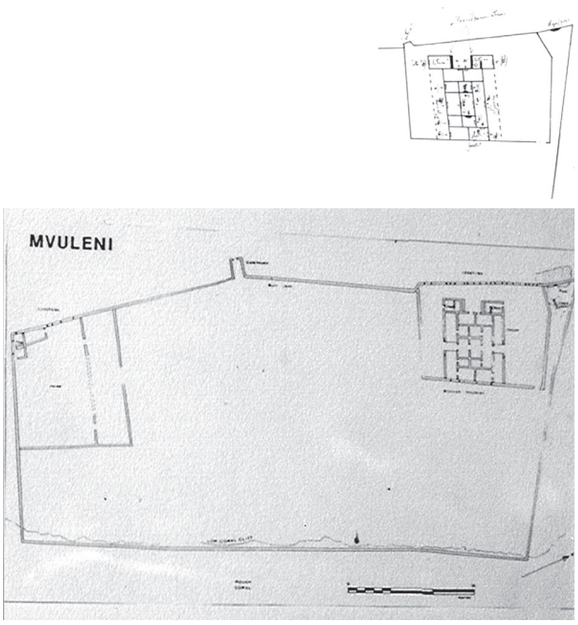
Porém, se as habitações seguem as tradições construtivas suaílis, sucede que estão envolvidas por muros que apresentam regulares e abundantes aberturas destinadas ao tiro com armas de fogo. Este tipo de "espingardeiras" não é muito vulgar nas grandes fortificações portuguesas, mas é observável em construções mais modestas, como no exemplo dos muros "das milícias", que preveniam os desembarques inimigos na Praia do Pópulo na ilha açoriana de S. Miguel[20].

Os suaílis também vieram a usar este tipo de estrutura, pelo menos, na cidade de Gedi, nos arredores de Melinde, em muros provavelmente erguidos nos finais do século XVI como defesa contra os ataques das tribos Gala provenientes da Somália e que acabariam por destruir algumas das suas cidades continentais (Kirkman, 1974, p. 98). No entanto, nos ambientes insulares, esse perigo não existia, e, por isso, o muro que rodeia a cidade de Takwa, na ilha de Manda, do Arquipélago de Lamu, construída por volta do século XVII[21], não apresenta "espingardeiras", nem, aliás, qualquer outro tipo de dispositivo militar, sendo de supor que igual situação se verificaria noutras povoações (fig. 26).

18. Pelúcia, 2002, refere como, «sítios que se afiguravam mais atraentes, a costa de Melinde...».
19. Veja-se, por exemplo, a qualidade epigráfica da pedra tumular, lavrada na década de 1590 e que se encontra no "Peace Memorial Museum", de Zanzibar.
20. Vide Riley, 2005, p. 245-268.
21. Uma excepção seria Pate, no Arquipélago de Lamu, que, devido aos persistentes conflitos com os portugueses, em 1678 já estava dotada de uma fortificação. Vide J. Ames, 2000, p. 199-200.

25. As "casas portuguesas" de Fukuchani (esq.) e Mvuleni (dir.) na ilha de Zanzibar (2002).

26. O muro delimitador da cidade de Takwa, na ilha de Manda, construído no século XVII (2002).



27. Planta do conjunto que integra a "casa portuguesa" de Mvuleni, da responsabilidade dos serviços arqueológicos tanzanianos e esboço da mesma.

Esta quase ausência de estruturas defensivas nas cidades dessa costa leva a concluir que os utilizadores de Fukuchani e Mvuleni sentiam necessidade de uma especial protecção e, portanto, seriam estranhos à região, existindo no caso de Mvuleni levantamentos dos serviços arqueológicos locais que demonstram a existência de dois muros de protecção, estando o muro exterior dotado de uma altura que excede os dois metros e observando-se no muro interior uma pequena saliência, dotada de uma fresta, que se assemelha a uma guarita, reforçando desta forma as características fortificadas destes conjuntos (figs. 27 e 28).

A sua localização foge às regras de povoamento da Ilha e é pouco compatível com a tendência para a vida em espaços urbanos que é própria das culturas islâmicas, cujas habitações obedecem a normas bastante rígidas que eram também aplicadas na arquitectura suaíli, mas que não foram respeitadas nos exemplos que refiro, quer pela inexistência de pátios interiores, que, nas habitações "islâmicas", "eram, na realidade, o coração da casa e a sua peça fundamental", quer, sobretudo, pela ausência de eficaz resgardo da intimidade, pois, enquanto que, segundo as regras islâmicas, as aberturas não permitem a observação do interior da casa, em Mvuleni e Fukuchani, às portas exteriores seguem-se, de enfiada, as portas dos compartimentos seguintes, sem qualquer barreira visual, sucedendo ainda que não são também respeitadas as normas islâmicas referentes á orientação das latrinas, pois estas, pelo menos numa primeira abordagem, afigura-se estarem viradas na direcção de Meca, o que constituiria uma tenebrosa afronta para esta Religião.

Perante estas características, será legítimo concluir que as "casas portuguesas" fossem construídas por naturais da costa, mas que se destinassem a ser utilizadas por estranhos á zona, o que dá consistência à tradição que assim as denominou, embora fique por perceber qual seria a sua finalidade, mas, de qualquer forma, o seu radical afastamento dos centros onde se situava a representação do Reino torna plausível

28. Pormenor dos muros de Mvuleni.

a hipótese de que os seus utentes estivessem numa situação marginal relativamente ao Poder português.

Entre outros exemplos que se poderiam invocar, vale a pena referir a povoação de Pujini, na Ilha de Pemba, dado que aí existe uma fortificação "acastelada" que não tem paralelo em toda a arquitectura suaíli e, por isso, já houve quem lhe pretendesse atribuir uma influência portuguesa, que poderia sair reforçada pelo facto de, segundo a tradição local, na cidade ter ocorrido uma revolta contra um prepotente sultão e uma fonte portuguesa da época[22] referir a existência de um sultão que tinha sido derrubado pela população e que exercia o seu arbitrário poder com a colaboração dos portugueses aí sediados (fig. 29).

No entanto, nalguns contactos que estabeleci, via Internet, com o arqueólogo responsável pelas escavações de Pujini, Adria la Violette (1996, p. 72), da Universidade de Virgínia, este pôs em causa a aludida influência, mas estes contactos foram superficiais, o que aconselha a deixar em aberto, como mera hipótese, a possibilidade desta povoação, que, ao fim e ao cabo, era algo seme-lhante a uma "cidade-estado", poder corresponder ao anónimo "sultanato" que foi referido pelo Pde. João dos Santos.

Ainda nesta zona, afigura-se-me como sendo extremamente interessante, atendendo às lacunas dos documentos escritos, a existência no século XVII de uma povoação portuguesa, bem no interior do Continente Africano, no actual Zimbabwe e cuja importância foi revelada pelas escavações de Peter Garlake e não posso deixar em passar em claro o caso de Quíloa pois continuo a julgar ser inaceitável que a fortificação portuguesa se encontre debaixo do forte construído pelos árabes do Oman na primeira década do século XIX sobre um provável depósito de escravos francês que lhe era pouco anterior, e, por isso, considero que será necessário procurar os vestígios da "nossa" fortaleza noutro ponto da povoação, tomando como ponto de partida as escavações de Nevill Chittick e as suas lacunas[23].

Depois destes exemplos, espero ter demonstrado que existem múltiplos aspectos da presença portuguesa fora do território europeu que são tanto ou mais interessantes do que aqueles que nos chegaram através dos documentos escritos e, por isso, suponho que terá ficado plenamente justificado o interesse de uma "Arqueologia da Expansão Portuguesa".

22. Frei João dos Santos, "Etiópia Oriental e vária história de coisas notáveis do Oriente", 1.ª ed., 1609, ed. CNCDP, Lisboa, 1999.

23. "A Identificação do Forte Português em Quíloa", revista Almadan, II série, n.º 13, adenda electrónica.

29. Ruínas da cidade de Pujini, Ilha de Pemba, Arquipélago de Zanzibar. Escadaria de acesso ao topo da muralha (2002).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1993/94) – A Arqueologia e o Tempo, *Conimbriga.* Coimbra, vols. XXXII-XXXIII, p. 9-56.

ALARCÃO, J. de (2008) – *Coimbra – A montagem do cenário urbano*, Coimbra; Imprensa da UC.

AMES, E. (2000) – *Renascent Empire – the House of Branganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia*, Amsterdam University Press.

AUBIN, J. (2000) – *Le Latin et l`Astrolabe*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

AUBIN, J. (2005) – *Le Latin et l`Astrolabe*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

AZEVEDO, C. (1970) – *A Arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, Comissão Ex. do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama.

BARATA, T. (2010) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BOISSELIER, S. (2002) – Les rélations entre l`habitat et les chateaux dans le Sud du Portugal..., in, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb,* Lisboa, Colibri.

CAMPOS, J. (2008) – *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico*, Coimbra, Tese de doutoramento, policopiada.

CHITTICK, N. (1974) – *Kilwa: a islamic trading city on East African Coast*, Nairobi, The British Institute in Eastern Africa.

COBOS GUERRA, F (2002) – Artilleria y fortificatión ibérica de transición en torno a 1500, in, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb, Lisboa, Colibri.*

COUTO, D. e LOUREIRO, R. (2007) – *Ormuz-conquista e perda*, Batalhas de Portugal, nº27, Lisboa, Tribuna da História.

GARCIA, J.M (1993) – O segundo cerco de Diu visto por D. João de Mascarenhas, *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5.

GARCIA, J.M (2009) – *Cidades e fortalezas do Estado da India*. Lisboa, Quidnovi.

GOMES, R.C. (2001) – *Castelos da Raia – Beiras*, Lisboa, IPPAR.

KERVRAN, M. (1988) – *Bahrein in the XVI Century, an Impregnable Island*, Manama, s.n...

LIZARDO, J (2008) – The evolution of the fortress of Hormuz..., in *Revisiting Hormuz,* Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.

KIRKMAN, J (1974) – *Fort Jesus – A Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Oxford University Press.

LA VIOLETTE, A. (1996) – *Report on excavations at the Swahili site of Pujini,* Pemba Island, Tanzania, Nyame Akuma, n.º 46.

MANDAVILLE, J. E. (1970) – The Ottoman Province of Al-Hasa in the Sixteen and Seventeenth Centuries, *Jornal of the American Oriental Society*, vol. 90, n.º 3.

NEVES ÁGUAS (1991) – *Viagens por terra da Índia a Portugal*, Lisboa, ed. Europa-América.

PELÚCIA, A. (2002) – Entre a Honra e o Proveito: nobres à margem do Estado Português da Índia na primeira metade do século XVI, *Anais de História de Além-Mar,* Lisboa, vol. III.

RILEY, C. (2005) – A praia das milícias e o sistema defensivo da baía de Rosto de Cão, in, *Arquitectura militar – do conhecimento histórico à sua função actual,* Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

SOUCEK, S. (2008) – The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf, in, *Revisiting Hormuz*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.

STRANDES, J. (1899) – *The Portuguese Period in East Africa*, reed. 1989, Nairobi, Kenya Literature Bureau.

THOMAZ, L. F. (2005) – Keynote Adress – 25 years of research on indo-portuguese History, in, *XI International seminar on indo-portuguese history,* Goa, Maureen and Camvet Publishers.

WESLER, K.W. (1998) – *Historical Archaelogy in Nigeria*, Trenton, Africa World Press.

O PAPEL DO FORTE DO GUINCHO NA ESTRATÉGIA DE DEFESA DA COSTA DE CASCAIS

SORAYA ROCHA, GUILHERME SARMENTO

RESUMO O Forte do Guincho ou Forte das Velas, datado do século XVII, ocupou um papel importante na defesa da costa de Cascais. Integrado num conjunto de fortificações que tinham como objectivo a defesa da costa, durante a guerra da Restauração, foi mandado construir por ordem de D. António Luís de Menezes, governador da Vila de Cascais. A abordagem ao monumento consistirá na tentativa de percepção da sua importância e funcionalidade, no contexto da defesa da costa em Época Moderna. Focaremos, ainda, o método construtivo, bem como a sua relação com os outros fortes edificados que datam da mesma época. A importância do Forte do Guincho relaciona-se não só com o seu papel estratégico na defesa durante as guerras do pós-restauração e das lutas liberais, mas também como monumento que perdurou no tempo até à desactivação da sua função defensiva.

PALAVRAS-CHAVE **Forte, defesa da costa, Época Moderna**

1. INTRODUÇÃO

O Forte do Guincho, datado do século XVII, ocupou um papel importante na defesa da costa de Cascais. Integrado num conjunto de fortificações que tinham como objectivo a defesa da costa, pós-guerra da Restauração, foi mandado construir por ordem de D. António Luís de Menezes, governador da *Villa* de Cascais. A abordagem ao monumento consiste na tentativa de percepção da sua importância e funcionalidade, no contexto da defesa da costa em Época Moderna e focaremos, ainda, o método construtivo.

2. FORTE DO GUINCHO

Constituiu um forte de defesa militar construído em 1640 por ordem de Dom António Luís de Menezes, governador da Vila Cascais no século XVII. Este forte, bem como outros construídos na mesma época integram um conjunto de fortificações que tinham como objectivo a defesa da costa de Cascais durante a guerra da Restauração (fig. 1).

Este forte foi mandado edificar nesta zona devido a ser um excelente local para o desembarque durante os meses de verão e por outro lado funciona como elemento dissuasor.

1. Plano geral da fortificação.

Até à década de 30 do século XIX, o forte sofre remodelações, visto ainda ter tido uma função importante de protecção da costa, nas lutas absolutistas e liberais, sendo construídas sete canhoneiras e quatro guaritas.
Após guerra civil, este entra em decadência e ruína em 1854.
Em 1934, o forte passa para a tutela do Ministério das Finanças, sendo arrendado a particulares funcionando com casa-abrigo para o Clube Nacional de Campismo nos anos de 1944 até 1970 funciona como posto de guarda-fiscal, retomando ao campismo novamente em 1975.
Devido à pouca protecção do monumento, o forte em 1977 é encerrado e classificado como "Imóvel de Interesse Público" através do decreto-lei n.º 129/77, de 29 de Setembro.
Actualmente está a cargo da Câmara Municipal de Cascais onde existe um plano de projecto de requalificação para o Centro de Interpretação do Parque Natural de Sintra-Cascais.

2.1 Método construtivo

Forte do Guincho tem uma planta quadrangular, a planta original apresentava nos lados três divisões abobadadas de traçado rectangular virados para terra. Tinha uma divisão intermédia que dava acesso ao recinto, aos aquartelamentos e às plataformas de baterias albergava sete peças de artilharia que protegiam tanto os ataques do mar e do areal a norte.
A fachada é bastante simples e a porta de entrada, o frontispício tem um arco de volta perfeita com um brasão. Mantém este traçado descrito até ao século XVIII (fig. 2).
A partir de 1793 foram iniciadas obras de remodelação nos alojamentos abobadados, na bateria e nas designadas obras exteriores. O compartimento intermédio foi duplicado e reorganizou-se o pátio de entrada e a obras na entrada do forte. Também foram feitas obras estruturais na plataforma das baterias visto encontrarem-se em mal estado de conservação, aumentando a espessura dos muros.

2.2 Conjunto de fortificações de defesa da costa, pós guerra da Restauração

No decorrer das lutas pós restauração foi necessário construir um conjunto de fortes, como por exemplo o Forte de São Bruno, Forte de São Pedro e Forte de Santa Marta, etc., que tinham como objectivo uma maior defesa da costa que vai desde Cabo da Roca até Torre

2. Pormenor do brasão na entrada.

3. Interior da fortificação.

de Belém e apoio de outros forte já existentes. Estes acima apresentados foram todos mandados construir por Dom Luís de Menezes, governador de Cascais aquando da Restauração no século XVII e são contemporâneos do Forte do Guincho, embora com diferenças do ponto de vista arquitectónico (fig. 3).

2.3 Importância e funcionalidade, no contexto da defesa da costa em Época Moderna

Devido a uma eficiente defesa da costa, com D. João II mandou construir a Torre de Cascais. Até então havia a torre velha de Almada e alguns navios artilhados como fortalezas flutuantes. Com o comércio de especiarias, as naus no século XVI eram perseguidas por piratas até à barra do Tejo, sendo necessário encontrar alternativas para as pilhagens. E com a perda da independência em 1580 a dinastia filipina tentou continuar a proteger a costa mandando edificar e reforçar a costa com fortes.
Após a Restauração em 1640 seguiu-se 28 anos de conflitos entre portugueses e espanhóis sendo necessário organizar a rede defensiva da nossa costa e prevenir os ataques. No final do período filipino as nossas forças armadas encontravam-se completamente desorganizadas, contudo as zonas junto à costa estavam mais preservadas devido ao medo que os espanhóis tinham dos ataques estrangeiros e dos assaltos dos corsários. Com a restauração, foi necessário construir e reforçar os respectivos fortes existentes, como os acima referidos.

CONCLUSÃO

A importância do Forte do Guincho relaciona-se não só com a sua inserção no contexto defensivo das fortificações da costa de Cascais, mas também como um elemento dissuasor de ataques de corsários. É também de salientar o seu papel nas lutas pós-restauração (1580-1640), nas invasões francesas (1807-1808) e finalmente na guerra civil de (1828-1834), tendo resistido como uma estrutura militar activa até 1854, data em que é abandonado.

BIBLIOGRAFIA

CALLIXTO, C. P. (1989) – *S. Julião da Barra – Os primeiros cem anos*, C. M. O.

RAMALHO, M. M. M.; BARROS, M. de F. R. e BOIÇA, J. M. F. – *As fortificações marítimas da costa de Cascais*.

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS

SÉ DA CIDADE VELHA, REPÚBLICA DE CABO VERDE

RESULTADOS DA 1.ª FASE DE CAMPANHAS ARQUEOLÓGICAS

CLEMENTINO AMARO **Arqueólogo, coordenador científico, pelo então IPPC, da 1.ª fase do projecto de arqueologia**

RESUMO Arquipélago com uma localização estratégica inegável no apoio às viagens para o Oriente e para a América do Sul, a cidade da Ribeira Grande (ilha de Santiago) irá funcionar, ao longo da segunda metade do século XV e século XVI, como local privilegiado de adaptação e estágio de população cativa na costa ocidental de África antes de seguir para outras paragens (ladinização). Será de igual forma espaço de adaptação de plantas e de animais domésticos.
Com o fim do monopólio do comércio de escravos a partir de meados do século XVII, a cidade entra numa acelerada decadência económica, social, bem como do seu património construído.
A intervenção arqueológica irá complementar, de certa forma, o conhecimento arquitectónico da emblemática ruína da sé, facultar algum espólio, reflexo da convergência de rotas comerciais, como revelar algumas manifestações económicas e tradicionais introduzidas pela população africana.

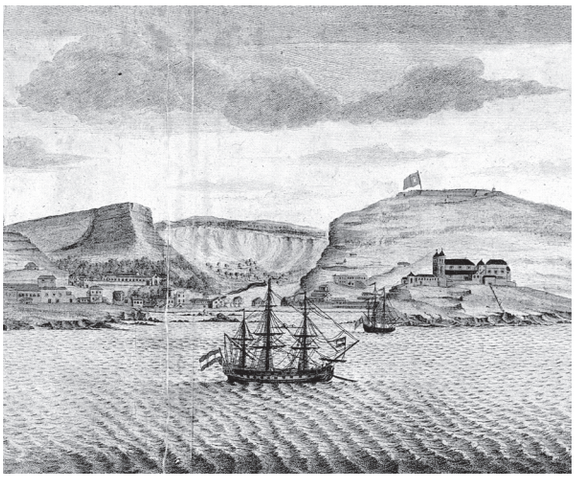
PALAVRAS-CHAVE **Cabo Verde, cooperação, Ribeira Grande, comércio de escravos, Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago**

1. INTRODUÇÃO

Foi com o objectivo consertado de salvaguarda, preservação e de reabilitação de importantes memórias patrimoniais, históricas e culturais, comuns aos dois países, que é firmado um protocolo entre as repúblicas de Portugal e Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha (antiga Ribeira Grande), assinado no Mindelo em 13 de Junho de 1988.
Trata-se da primeira cidade construída nos trópicos no decurso da Expansão e que se assume como a primeira capital do arquipélago de Cabo Verde. Localiza-se a cerca de 15 km a Oeste da Cidade da Praia.
Atendendo ao seu historial, vivencias e património arquitectónico, é declarada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 26 de Junho de 2009[1].
A descoberta oficial da ilha de Santiago é de 1460 e a capitania do Sul (Ribeira Grande) é doada a António de Noli logo em 1462.
O investimento real no desenvolvimento da Ribeira Grande deve-se, em grande medida, ao valor estratégico da localização do arquipélago como ponto de apoio nas rotas marítimas que se dirigiam para o sul de África e para a América tanto no reabastecimento de água e de alimentos frescos, como de reparação naval.
Depois da passagem de Vasco da Gama pelo arquipélago, em 1497, na ilha de S. Nicolau foi levantado um padrão assinalando precisamente a passagem por aquela ilha da armada de Pedro Álvares Cabral a caminho do Brasil – por altura da comemoração dos cinco séculos do nascimento do navegador. Este foi erguido no local onde se encontra o forte da Preguiça, construído em 1820 e entretanto sujeito a trabalhos de recuperação e de valorização (Amaro; Santos, 2002, p. 10-12).
O sítio da Ribeira Grande vai funcionar como laboratório onde se experimentam e aclimatizam espécies vegetais e animais oriundas da Europa e de África vindo a ser introduzidos em novos espaços, espaços que também eles contribuem para o retorno de outras espécies.
O porquê da escolha duma baía acolhedora, mas cheia de escolhos e pedrouços, para a fundação do povoado e num meio físico de difícil defesa deve-se, em grande medida, à presença, no local, de uma abundante nascente e consequente vale fértil[2], cortado por uma ribeira, abrindo-se num enorme anfiteatro aberto ao mar, de luxuosa vegetação, onde hoje em dia se destacam os elegantes coqueiros, conjunto de condições naturais pouco comuns em Cabo Verde (fig. 1).
Em meados do século XVI a cidade tem cerca de 500 fogos, erguidos num espaço urbano particularmente complexo e organizado em três bairros: Figueira de Portugal (ao longo do Vale de S. Pedro), S. Braz (margem direita da ribeira) e S. Sebastião/Sé (sobranceiro à margem esquerda), destacando-se na urbe a centralidade do Largo

1. O município, entretanto, é reconstituído em 2005 e a vila passa a designar-se Ribeira Grande de Santiago.

2. O abastecimento de água à cidade era feito através de duas levadas, uma delas ainda em bom estado de conservação.



1. Ribeira Grande. Gravura holandesa. Cerca de 1635. AHU.

do Pelourinho junto ao porto, constituindo-se a urbe no principal aglomerado da África Atlântica.

A carta de privilégios de D. Afonso V de 1466 concede aos moradores de Santiago liberdade de comércio e resgate de escravos na costa da Guiné, privilégio que irá perdurar até 1647 quando perde o monopólio oficial do tráfico negreiro, situação que vai acelerar a decadência e gradual abandono da cidade, após um período áureo que durará até finais do século XVI.

A progressiva instalação de holandeses no comércio negreiro na costa ocidental de África a partir de inícios do século XVII e a sua temporária ocupação de Luanda (1641-48) será um dos factores que também contribui para a marginalização do comércio via Ribeira Grande. No decurso das primeiras décadas do século XVII os escravos oriundos das costas de Angola passam a ter gradual peso nas Antilhas e Brasil por serem considerados grandes trabalhadores, revelarem boa aprendizagem nos ofícios mecânicos (Schwartz, 1998, p. 237) e ainda tidos como menos truculentos nas tarefas associadas aos engenhos do açúcar.

Em 1533 é criado o bispado de Cabo Verde e da Costa da Guiné, após solicitação ao papa no ano anterior, justificando-se o pedido com o índice de povoamento e a presença de igrejas nestas ilhas, constituindo-se na primeira diocese da costa ocidental de África (Neiva, 1994, p. 129). Em simultâneo Ribeira Grande é elevada a cidade. Enquanto se arrastam os trabalhos de construção da catedral, a igreja de Nossa Senhora do Rosário serviu de pró – catedral (função desempenhada pela igreja da Misericórdia na fase final). Aquele templo, iniciado a construir em 1495, é o mais antigo edifício da cidade e onde se destaca uma capela lateral em estilo manuelino. Decorre aí, ainda hoje, as cerimónias religiosas da "velha" cidade.

Iniciados os trabalhos de construção da sé em 1556, por iniciativa do terceiro bispo de Cabo Verde, D. Frei Francisco da Cruz, o local escolhido não é consensual por ser uma zona periférica e muito exposta, e um edifício, ao que parece, demasiado grande (cerca de 60 m de comprimento), sendo a sua construção suspensa em 1592. As obras serão concluídas, presume-se, em 1693/94, após mais de um século de interrupções, pelo bispo D. Frei Vitoriano Portuense.

A costa da Guiné passa a ser visitada por espanhóis, franceses e holandeses, em particular a partir do último quartel do século XVI, no que resulta em negócios concorrenciais e no assalto a embarcações e a povoações.

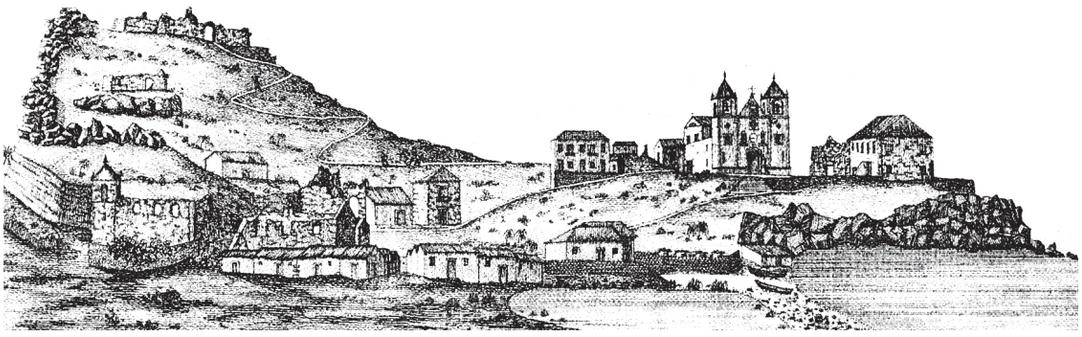
A cidade está, assim, exposta à guerra de corso e a saques (Francis Drake em 1578/79), o que implica a construção de uma rede de fortes, muralhas e da Fortaleza Real de S. Filipe (iniciada em 1587 e concluída em 1593).

O sistema defensivo continua a não ser eficaz, concretizando-se contínuas pilhagens, como a preconizada por piratas franceses comandados por Jacques Cassard já em 1712, provocando uma onda de abandono e destruição da qual a cidade já não recupera e a sede do governo é transferida para a vila de Santa Maria da Praia em 1769 (actual Cidade da Praia), povoação onde há muito se fazia a aguada (Correia e Silva,1998, p. 48-50).

A crónica fragilidade da estrutura defensiva do local, marcada pela falta de obras, de armamento e de homens – como resultado, em grande medida, da falta de receitas na alfândega da cidade –, situação agravada ainda por anos sucessivos de seca e pela insalubridade do local, contribuem igualmente para acelerar o seu abandono.

O processo de declínio da cidade (reforçado por uma opção de muitas famílias pelas casas rurais e abandono da sua residência na cidade) é acompanhado pelos primeiros traços de ruína do edifício e do paço episcopal a partir da segunda metade do século XIX, ao ponto de em finais do século o bispo e o próprio padre não têm condições de permanência e retiram-se definitivamente para a Praia (figs. 2 e 3). A situação é agravada pelo uso imediato e indiscriminado de pedra e cantarias em construções locais e em edifícios públicos na cidade da Praia.

Atendendo à carga simbólica de primeira capital de Cabo Verde e ao caos instalado na Cidade Velha, o Governador manda suspender a extracção de pedra do local em 1922, tendo, inclusive, regressado cantarias, vindas da Cidade da Praia, e depositadas no interior da sé. Apesar desta medida, o levantamento fotográfico de 1929 (fotógrafo Frank) confirma que a ruína do templo é já completa (fig. 4).



2. Ribeira Grande. Litografia. Lisboa, 1864.

3. Pormenor da sé. Litografia de 1864.

Frank

4. Estado de ruína da sé em 1929.

A sé insere-se, arquitectonicamente, no *estilo chão* (termo criado por George Kubler, 1988), estilo arquitectónico português marcado pela austeridade das formas, ou seja, num "*entendimento simplificado da codificação clássica italiana",* nas palavras do arquitecto José Manuel Fernandes (2004). Edifício de volumetrias rectangulares, fachadas de grande simplicidade decorativa, com fenestrações esguias, uso de decoração no estritamente necessário, de aspecto atarracado e fortificado (influencia de arquitectos militares), obedece a um programa muito difundido, nomeadamente pela Companhia de Jesus – embora Horta Correia defenda que não haja um "estilo jesuítico" (Correia, 1991) –, e apresenta paralelos com as sés de Portalegre e Angra do Heroísmo.

Na opinião de Pedro Dias (com base em vistas e fotos antigas), o templo – com uma fachada de bom traçado maneirista –, possui todos os seus elementos de sustentação seguindo a ordem toscana simplificada, mas " *as aberturas, portas, janelas e arcos eram debruados de cantarias com desenho de tradição serliana"* (Dias, 1999, p. 116).

Numa sumária descrição da organização espacial da sé, diremos que o seu interior é estruturado por três naves, definidas por pilares quadrangulares e com púlpito junto ao transepto, no pilar sul, onde subsiste o primeiro degrau de acesso (fig. 5; fig. 12, Q.G25). O transepto e a capela-mor estão sobrelevados em relação ao corpo da igreja, com a acessibilidade facultada pela presença de dois degraus (fig. 5; fig. 12, Q.F24).

A profunda capela – mor está ladeada por dois cadeirais, destinados ao cabido, e possui porta de acesso à sacristia e cubículo anexo (fig. 6). O altar-mor seria sobrelevado (fig. 12, Q.H/I/J33/34) e onde ainda prevalece vestígios de dois degraus de acesso ao embasamento do mesmo (fig. 7). Adossada à sacristia, a nascente, encontra-se outra sala de apoio.

5. Degraus de acesso ao transepto e capela-mor.

No adro fronteiro, já não se detectam vestígios marcantes da escadaria de acesso, mas subsiste a parte inferior do cruzeiro (fig. 3; fig. 12, Q.H8).

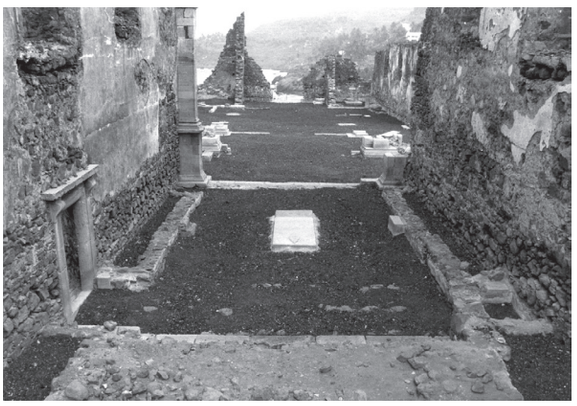
O baptistério situa-se na torre norte, com entrada pela nave lateral, lado do evangelho, revelando-se um dos dois presumíveis degraus da base de assentamento da pia baptismal (fig. 12, Q.M14). Na parede de fundo ainda se vislumbra vestígios do nicho onde se encaixaria o armário das alfaias associadas à cerimónia do baptismo (fig. 8). A torre sul apresenta o primeiro lanço da escada de acesso ao seu interior (fig. 12, Q.F14) e vestígios do pequeno átrio, em tijoleira, e onde se exumou uma pulseira (fig. 9). Junto à entrada de ambas as torres, estas de planta quadrangular, encontram-se as marcas do embasamento que correspondem ao local de altares (fig. 12).

O corpo da igreja, ao nível do quarto pilar das naves[3], apresenta vestígios da estrutura de fixação da balaustrada que delimitava o acesso ao átrio de acesso às duas capelas laterais (fig. 12, Q.G/L22). Estas encontram-se adossadas ao transepto, localizando-se a norte, a capela do Senhor dos Passos, lado do evangelho, e a sul, a capela de São José, lado da epístola (fig. 12).

A capela de São José apresenta ainda algumas evidências, como base de altar, pavimento em tijoleira e as paredes revestidas por painéis de azulejo, estes, em grande parte, saqueados (fig. 10). É o único espaço onde é visível o negativo da aplicação de painéis de azulejos e que corresponde a uma composição figurativa, com cercadura de motivos florais, a azul e branco. Tendo por base uma cantoneira e o conjunto de vários fragmentos azulejares exumados no decurso da escavação arqueológica, José Meco atribui a sua autoria a Gabriel del Barco, por se tratar de um painel onde ressalta uma pintura densa, característica daquele pintor, e pronunciando o despontar do barroco no azulejo, aqui datado da última década do século XVII, já com a mudança da policromia para o "azul e branco" (Meco, 1999).

Do mesmo contexto arqueológico são igualmente exumados alguns fragmentos de azulejos de "figura avulsa". Por fim, alguns fragmentos de azulejos de "aresta" hispano – mouriscos, da primeira metade do século XVI, e que poderão pertencer, como hipótese de trabalho, à capela (de invocação a S. Sebastião) que antecede, no local, a construção da sé.

O *estilo tardo-gótico* (Manuelino) e *chão* são muito utilizados na arquitectura civil, administrativa e religiosa da expansão, bem como diversas artes decorativas, nas quais se integra a azulejar, como o caso da Sé da Ribeira Grande.



6. Tampa do 1.º bispo de Cabo Verde ladeada pelo cadeiral do cabido e porta de acesso à sacristia (à esquerda).

7. Pormenor da preparação do assentamento dos degraus de acesso ao altar-mor.

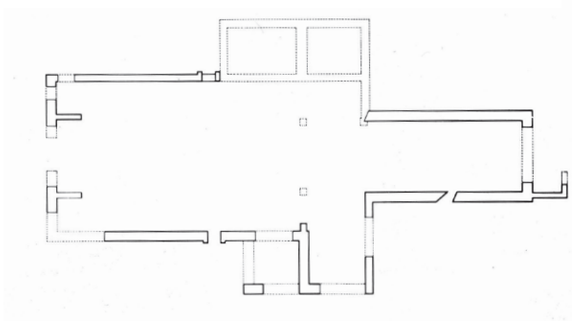
8. Torre norte; baptistério.

3. Fixou-se a ordenação dos pilares a partir da entrada do templo.

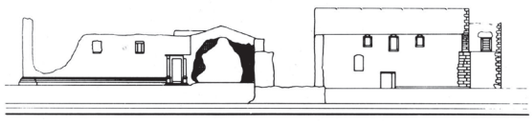
9. Vestígios do pavimento da torre sul e pulseira *in loco*.

10. Capela de S. José antes da intervenção, evidenciando o negativo da aplicação da azulejaria.

Sé. Alçado lateral Norte
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.



Planta da Sé da Ribeira
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.



Sé. Alçado lateral Sul
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.

11. Levantamento de planta e alçados, 1988, IPPC.

2. A ESCAVAÇÃO E O PROJECTO INICIAL DE CONSOLIDAÇÃO DA RUÍNA

A ruína da sé da antiga Ribeira Grande é o monumento eleito para dar-se início ao protocolo de cooperação, contando-se com o apoio do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde e do então Instituto Português do Património Cultural (fig. 11)[4].

De acordo com a proposta de recuperação da sé, desenvolvida pelo arquitecto João Bento de Almeida (no qual, entretanto, é integrado o levantamento arqueológico[5]), aquela passa pela consolidação da ruína e a "*definição de elementos estruturais e arquitectónicos que a compunham através da marcação da nave central e da fachada, com as suas torres sineiras por uma estrutura de betão que definirá a silhueta da igreja*". Pretender-se-ia, a partir daqui, criar um núcleo histórico da Cidade Velha e espaços para desenvolver actividades culturais (fig. 12).

As três primeiras campanhas arqueológicas sob a nossa coordenação decorrem em três momentos que se complementam: de Outubro de 1989 a Fevereiro de 1990; de Junho a Agosto de 1991; de Julho a Outubro de 1993.

A equipa de arqueologia integra técnicos de campo, de restauro e de desenho, adstritos ao então IPPC, e dois arqueólogos e um técnico de campo da República de Cabo Verde[6], para além de uma equipa variável de trabalhadores locais[7].

A escavação arqueológica pauta-se, assim, pela necessidade prévia, e árdua, de se desentulhar o espaço e remover cerca de duas centenas e meia de cantarias, que, numa primeira fase, são deslocadas para o antigo adro da sé, onde se procede ao seu inventário e registo fotográfico (figs. 13 e 14).

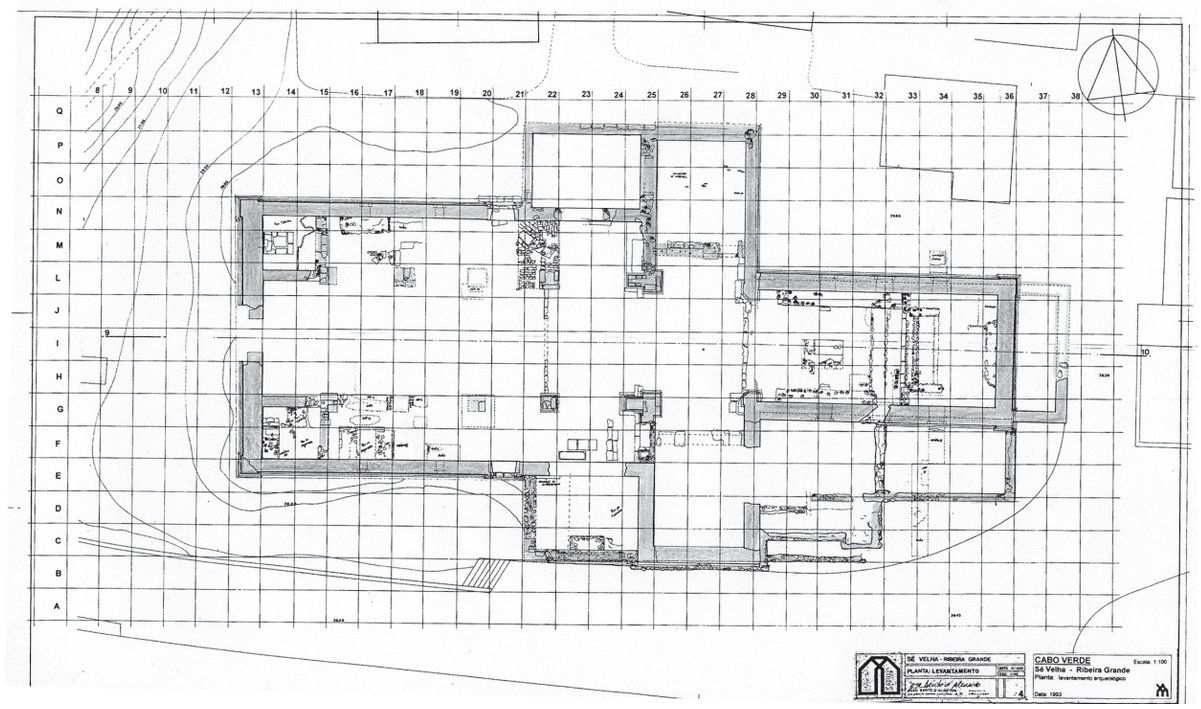
No decurso da remoção de pedras e cantarias, é recuperado um conjunto de imagens e de elementos arquitectónicos (como bases de coluna) com alguma expressão artística (fig. 14). Este acervo, bem como outros elementos recuperados ou doados pela população, é recolhido e exposto no então Gabinete Técnico, nas

4. Ao abrigo do mesmo protocolo foi inaugurada uma exposição em Outubro de 1989, na Praia, intitulada Ribeira Grande – A Cidade Velha (planeamento e coordenação de João Fagundes) e posteriormente montada na Cidade Velha. No mesmo âmbito, foi por nós desenvolvida uma acção de formação na Escola de Formação de Professores da Cidade da Praia e a divulgação pública dos resultados na Embaixada de Portugal.

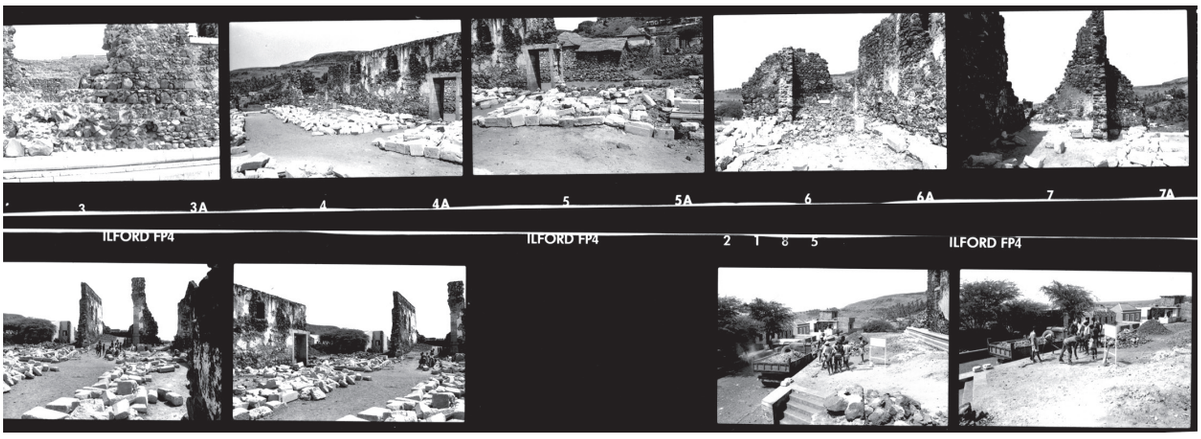
5. No decurso desta fase, e após levantamento rectificativo, à fita, do monumento, houve a necessidade de rectificar, *a posteriori*, a quadrícula usada, no sentido este/oeste. Onde, a título exemplo, se regista Q.G16 corresponde, no levantamento final, a G15 (pavimento da torre sul) (fig. 9).

6. Verónica Freire, Carlos Carvalho e Alberto Nogueira, técnicos do INAC, Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

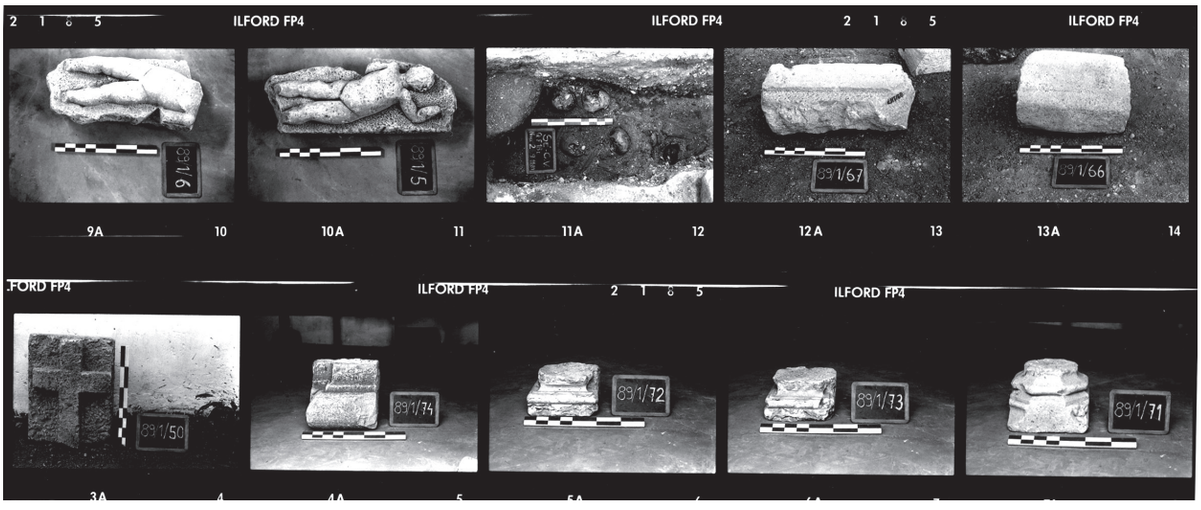
7. Os técnicos de campo Emanuel Carvalho, Natalina Guerreiro, Teresa Julião, Vítor Santos; técnico de conservação e restauro Moisés Campos; técnica de desenho Rita de Matos.



12. Levantamento da sé (Arquitecto João Bento de Almeida) após inclusão dos dados da arqueologia.



13. Estado da sé na fase inicial de limpeza e desentulhamento.



14. Fase do inventário de cantarias e imagens e registo de ossário da nave lateral sul.

imediações da sé, espaço onde se procede ao inventário e tratamento do espólio cerâmico, dos elementos pétreos, madeira, ferro, argamassas e espólio osteológico[8].

Remove-se, por fim, um grande volume de aterros e alguns entulhos e restos de obra, o que vai facultar a fase de realização de sondagens arqueológicas. Daí resulta a definição do alinhamento dos pilares de sustentação das três naves do templo e dos alicerces das capelas laterais, lado norte, bem como a definição integral do transepto (figs. 6 e 12).

Procede-se, complementarmente, ao desaterro externo da capela-mor e à recuperação do soco primitivo do edifício. Nesta acção são definidos os alicerces e soleiras de porta de duas salas laterais à capela-mor, lado sul, correspondendo à sacristia e sala anexa (figs. 1 e 12).

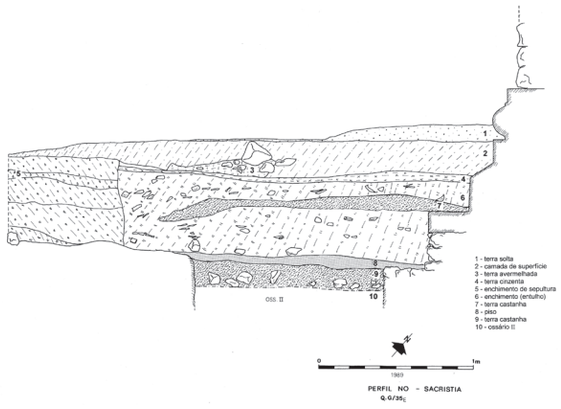
Na sequência do desaterro do soco observamos a abertura de duas fiadas de seis covas (casas), num dos blocos aplicados, que logo reconhecemos tratar-se de um tabuleiro para o *jogo de oril*, actividade lúdica muito em voga localmente e que não vamos além de meros aprendizes... (fig. 16). Jogo de estratégia e lógica de origem africana, chega a Cabo Verde trazido pelos povos da costa da Guiné. É disputado por dois jogadores utilizando 48 sementes. A sua presença poderá associar-se à participação de mão-de-obra escrava na construção da sé, ou, mais propriamente, no estaleiro de talhe das cantarias.

Esta realidade da presença de tabuleiros de jogo em pedra (casos raros, em barro) é muito comum no nosso país, tanto em castelos como templos, com registo a partir, pelo menos, do período islâmico. O *jogo do moinho* (e os similares *jogo de Alquerque de Nove e de Doze*, trazidos pelos muçulmanos) é também disputado por dois jogadores (Fernandes; Alberto, 2009).

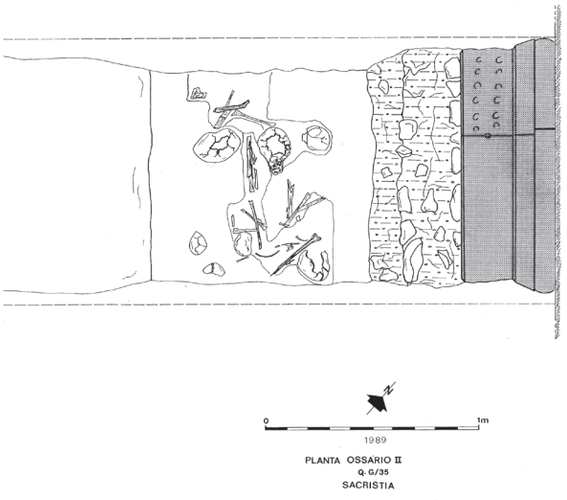
A associação de tabuleiros com obras de vulto poderá sugerir que os canteiros e até pedreiros os gravem para uso em momentos de pausa, enquanto decorrem as obras, vindo por fim a aplicar a cantaria gravada na construção.

Na sequência do integral desaterro da sé, fica o sítio exposto aos ventos alísios, que periodicamente se manifestam no arquipélago, levantando fortes nuvens de pó. Esta circunstância promove a iniciativa de se cobrir todo o espaço interior com uma camada constituída por areia do rio, tendo ainda o factor favorável de realçar a planta do edifício, como as paredes remanescentes, num forte contraste de cor, graças à origem vulcânica da areia (figs. 5 e 6).

8. Procedeu-se à catalogação e embalamento dos conjuntos osteológicos pontualmente exumados para posterior estudo no âmbito da antropologia física.



15. Perfil de sondagem no interior da sacristia (ossário II).



16. Plano do ossário II e cantaria do soco com *jogo de oril*.

Nesta fase, protege-se as poucas manchas de pavimento subsistentes, bem como são cobertos os locais de enterramento evidenciados pela intervenção arqueológica. O tramo sul do transepto foi o espaço onde se identifica maior número de enterramentos realizados, presume-se, na fase final como *campo santo,* já que a covas são abertas rasgando o pavimento em tijoleira que reveste o transepto. A nave lateral norte, é onde se regista uma razoável mancha de pavimento em tijoleira, embora apresentando zonas toscamente reparadas (fig. 12, Q.L/M22).

Procede-se, também neste momento, á consolidação de troços de muros da sé, onde se preveem (tendo mesmo acontecido) pequenas derrocadas, através do preenchimento de vazios, resultantes da erosão do tempo, como da anterior remoção de cantarias. Para esta acção recorre-se a um pedreiro local, conhecedor da técnica tradicional de construção em alvenaria de pedra (fig. 17).

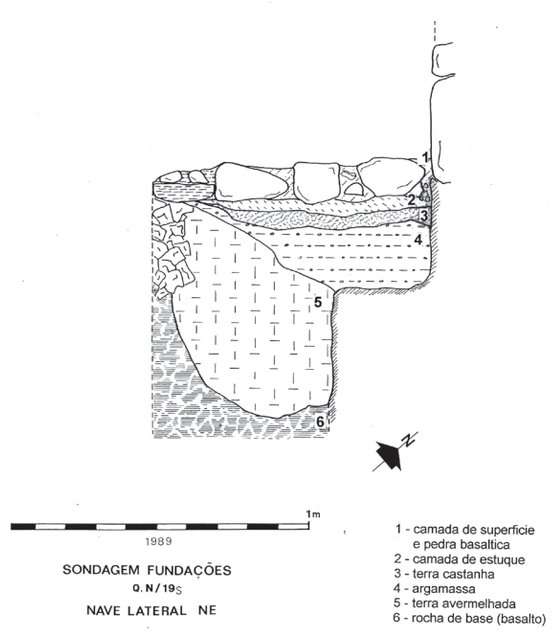
A argamassa utilizada tem por base a tradicional: cal viva, areia negra de ribeira e gravilha na proporção de

dois baldes de cal, quatro de areia, um de gravilha e um de cimento (este com o fim de reforçar o papel agregador da cal).

Em articulação com o Instituto Superior Técnico[9], procedemos a sondagens junto às paredes e pilares, em locais previamente definidos, a fim de permitir um estudo adequado da consolidação das fundações e ser avaliada a sua solidez, assentamento e grau de estabilidade para avaliação da resistência dos pilares a futuras cargas. As sondagens arqueológicas revelam que as fundações se encontram em bom estado de conservação e de estabilidade, com assentamento directo na rocha-mãe (fig. 18).

9. Projecto desenvolvido através do Centro de Materiais de Construção, sendo seu responsável o professor Gaspar Nero.

17. Preenchimento de vazios numa parede exterior do edifício.



18. Perfil de sondagem do muro norte (lado interno).

Esta intervenção implica, em casos concretos, a definição de alguns enterramentos e de dois ossários (figs. 14 e 16).

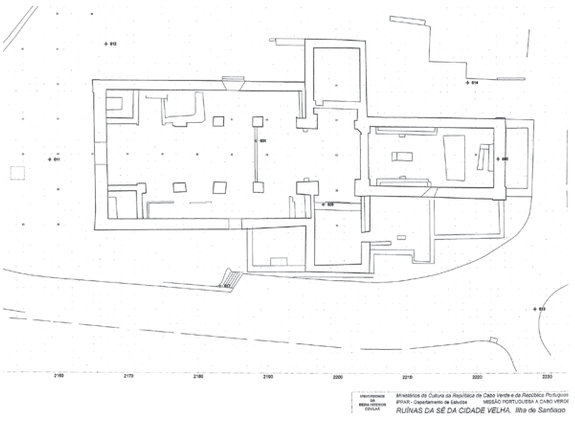
A opção em se proceder à escavação de sepulturas no mínimo necessário resulta igualmente do facto de no decurso dos trabalhos, termos conhecimento, pelos jovens que diariamente nos visitam, da utilização do interior da sé como *campo santo* e, como tal, estarem ali enterrados parentes seus.

Perdura como espaço sagrado (tal como os enterramentos feitos na Igreja de N. S. do Rosário) até finais dos anos quarenta do século XX, momento da inauguração do novo cemitério. Prática comum, mesmo em território nacional, apontamos o exemplo da Igreja da Ressurreição em Cascais, em estado de ruína e sem cobertura, e que funciona ainda como cemitério em 1867, altura em que a câmara entende que é contrário à saúde pública e delibera no ano seguinte mudar a localização dos cemitérios (Henriques, 2011, p. 60-61).

Outra função registada nos anos vinte e trinta é a utilização da capela-mor como vacaria (fig. 4). Um episódio burlesco mas que retrata, em certa medida, um quotidiano a raiar os limites da sobrevivência, é o caso de nos apercebermos do desaparecimento de uma etiqueta de identificação dos sacos de espólio. Observamos, entretanto, uma das nossas companheiras de jornada, uma cabra, pachorrentamente mastigando a dita etiqueta!

No decurso da terceira campanha, e junto ao segundo pilar da nave lateral norte, é detectado o alicerce de um muro ligeiramente desalinhado com os eixos da sé e sem qualquer articulação com a mesma. Na mesma sondagem identifica-se um enterramento sobre o qual é construído o embasamento do pilar.

A largura dos muros da estrutura em U, posteriormente registada (fig. 19), apresenta um valor semelhante aos muros exteriores da sé e a sua volumetria



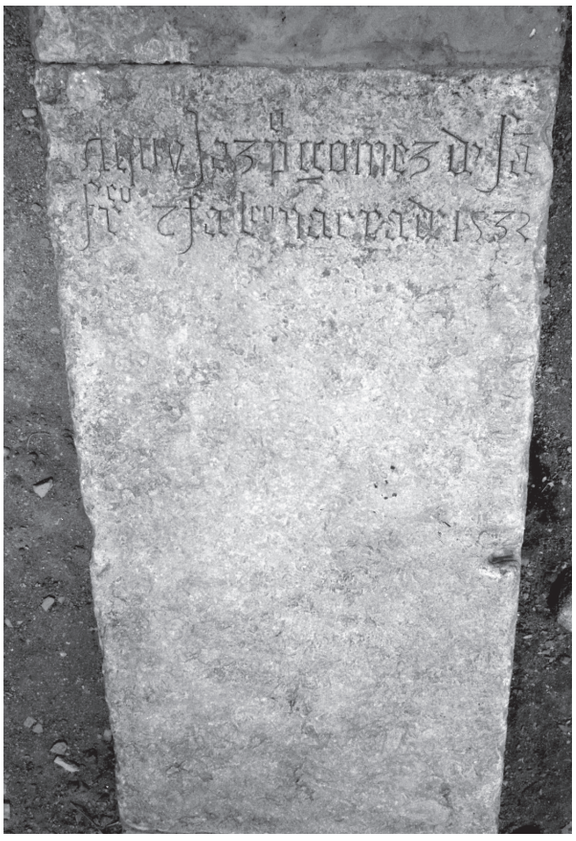
19. Trabalho de topografia da sé da Cidade Velha, 1999. Relatório de Martin Hock e Rui Fernandes, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

sugere alguma aproximação com a igreja de S. Roque, cuja presença é ainda hoje visível à esquerda do antigo caminho que leva de S. Sebastião à fortaleza de S. Filipe, a montante das ruínas da Misericórdia, e bem referenciada na litografia de 1864 (fig. 2).

Estas evidências levam-nos a avançar com a probabilidade da existência de um templo de invocação a S. Sebastião no local escolhido para a edificação da sé, tendo o bairro que se forma herdado (e preservado) o nome da primitiva construção (fig. 20).

O facto de a construção deste primeiro templo, presumivelmente nas primeiras décadas do século XVI, ocorrer numa plataforma a nascente da cidade, e relativamente afastada da mesma, poderá associar-se à circunstância de S. Sebastião ser o santo protector contra a peste e daí a escolha de um espaço razoavelmente afastado do centro urbano. De grande devoção popular, com realce no dia do santo – 19 de Janeiro – o seu culto tem grande expansão a partir de inícios do século XVI, tanto no continente como no espaço atlântico. Um dos exemplos ilustrativos desta realidade encontra-se no arquipélago dos Açores, como a igreja matriz de São Sebastião da Terceira, templo da 1.ª metade do século XVI e a igreja matriz de Ponta Delgada, dedicada igualmente a São Sebastião (Dias, 1999, p. 234-237). Esta vai ser construída onde existe um primeiro edifício, anterior a 1514, e as obras acontecem em cumprimento de uma promessa do povo de S. Miguel pelo fim de uma epidemia (1523-1531)[10].

20. Vista geral do bairro de S. Sebastião a partir da Fortaleza de S. Filipe.



21. Tampa de sepultura (datada de 1532) reutilizada como soleira na entrada principal da sé.

Concorrem mais dois dados passíveis de estarem associados à prévia existência de um templo dedicado a S. Sebastião. O primeiro refere-se à presença de um significativo conjunto de azulejo hispano-árabe, dos quais são exumados cerca de dezena e meia, num corte de uma lixeira junto à sé e esta associável ao antigo palácio do bispo[11], para além de outros exemplares exumados no espaço da sé.

O segundo facto a registar, é a aplicação de uma tampa de sepultura, como pedra de soleira, na porta principal da sé e cuja datação remonta a 1532 (fig. 21). Podemos estar perante o facto de no momento da demolição do primitivo templo ter sido recolhida a pedra tumular e posteriormente aplicada num espaço de destaque, como presumível memória do anterior edifício ou, em última instancia, do indivíduo em causa.

3. ENTERRAMENTOS E ESPÓLIO

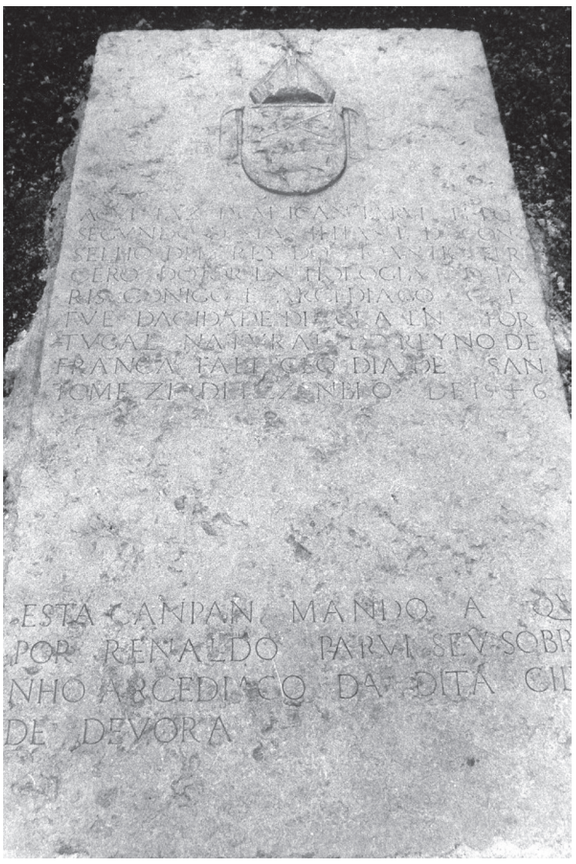
Do conjunto dos túmulos identificados, a maioria só já subsistia o covacho, muitas vezes com a presença ainda de nódulos de cal, onde o espólio associado se limita a alfinetes do sudário, escassos fragmentos de tecido e várias dezenas contas de rosário. Um número indeterminado de tampas sepulcrais (como cantarias e pedras em geral) é reutilizado na construção de casas, como pudemos constatar em duas habitações contíguas à sé.

Apesar desta situação que marcou o arruinado edifício até às primeiras décadas do século XX, subsistiram algumas tampas de sepultura, tendo uma delas se destacado pelo seu valor simbólico e histórico: a do primeiro bispo residente de Cabo Verde, João Parvi, que foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário

10. A campanha de obras decorreu entre 1533 e 1545.

11. No decurso da construção de uma pocilga, a oeste do embasamento ainda hoje perceptível do palácio, o proprietário permitiu que se fizesse uma curta sondagem para reconhecimento e caracterização do achado, sítio a justificar a sua integral escavação pela riqueza formal e variedade de espólio.

em 1546 e depois trasladado (com a respectiva tampa sepulcral) para a sepultura de Frei Vitoriano Portuense, bispo que concluiu a sé e falecido em 1705 (figs. 22A e B).



22a e 22b. Tampa de sepultura do primeiro bispo de Cabo Verde e pormenor do brasão.

A caixa tumular está posicionada na capela-mor ladeada pelo cadeiral (fig. 6; fig. 12, Q.I30/31). A tampa sepulcral foi dedicada pelo seu sobrinho Reinaldo Parvi, Arcediago de Évora. Numa sumária abordagem ao interior da caixa tumular, esta apresenta vestígios de duas presumíveis deposições – para além de restos de madeira e de tecido e algumas tachas e colchetes em cobre –, mas sem qualquer articulação anatómica (fig. 23).

A partir deste achado intensificou-se a onda de grande curiosidade por parte da população, dos meios de comunicação social e das entidades ligadas à cultura[12] pelos trabalhos em curso.

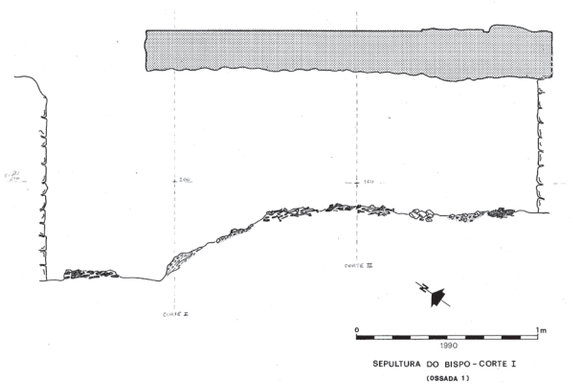
Há a destacar a presença de mais três sepulturas, com a respectiva tampa lavrada e com dedicatória, junto ao acesso à capela de S. José (fig. 5). Uma delas refere-se ao capitão-mor António José Xavier, falecido em 1755; a segunda corresponde ao coronel Manuel Dias de Moura, falecido em 1818 e de sua mulher, (pedra tumular NºXX); a terceira refere-se a Dona Anna da Luz Barradas, falecida a 22 de Maio de 1826 (pedra tumular Nº22). Esta última apresenta a data mais recente dos enterramentos passíveis de serem identificados (fig. 12,Q.F23).

As características petrográficas do mármore sugerem que as tampas de sepultura são oriundas da metrópole[13].

O modesto **espólio exumado**, salvo poucas excepções, encontra-se associado aos enterramentos, nomeadamente das sondagens junto aos pilares, como alfinetes, medalha, contas de rosário em osso e escassas em vidro e alguns numismas. Na torre sul recuperou-se uma pulseira em prata e coral e na torre norte uma tampa em bronze de vaso litúrgico (fig. 24).

12. A TVEC procedeu a filmagens regulares dos trabalhos arqueológicos. Foi igualmente registado o trabalho desenvolvido para o programa Gente Remota realizado por Carlos Brandão Lucas para a RTP e incluído no episódio sobre Cabo Verde.

13. A pedra utilizada nos cunhais, pilares, arcos e embasamento do edifício sugere ser originária da ilha do Maio – calcários detríticos –, pedra referenciada na construção da fortaleza de Cacheu (cerca de 1650) e ainda hoje utilizada localmente e enviada para Santiago (Serralheiro, 1970, p. 63).



23. Corte do túmulo e tampa para onde foi tresladado o primeiro bispo de Cabo Verde.

24. Peças metálicas exumadas no interior da sé: pulseira, tampa de vaso litúrgico e alfinete.

A excepção vem do aterro que nivela o espaço traseiro ao embasamento do altar da capela-mor e que inclui uma vasta profusão de materiais em deposição secundária, oriundos duma presumível lixeira (figs. 25, 26 e 27). Este conjunto inclui alguma porcelana da China (figs. 26C3 e C5), faiança portuguesa (fig. 26C4), espanhola (Somé Muñoz; Huarte Cambra, 1999, p. 164) (fig. 26A) e, presumivelmente italiana, loiça vidrada, cerâmica modelada e pedrada (Ferreira, 1995, p. 153), cachimbos de cerâmica, alguma cerâmica comum de ir à mesa e base de fogareiro (fig. 26C1), anforetas, estas de produção andaluza (fig. 26B), e ainda marcas de jogo.

Da modesta colecção de numismas exumados no decurso da intervenção (com uma cronologia compreendida entre meados do século XVI e a I.ª República), realce para *III reis* de D. Pedro II (1699) exumados na sondagem de acesso ao túmulo do bispo, e passível de associação com o momento de trasladação do primeiro bispo de Cabo Verde.

Proveniente ainda do aterro de nivelamento, destaca-se um significativo conjunto de **cerâmica tradicional africana**, fabricada ao torno lento ou de modelagem manual, a partir da técnica do rolo, e de cozedura redutora.

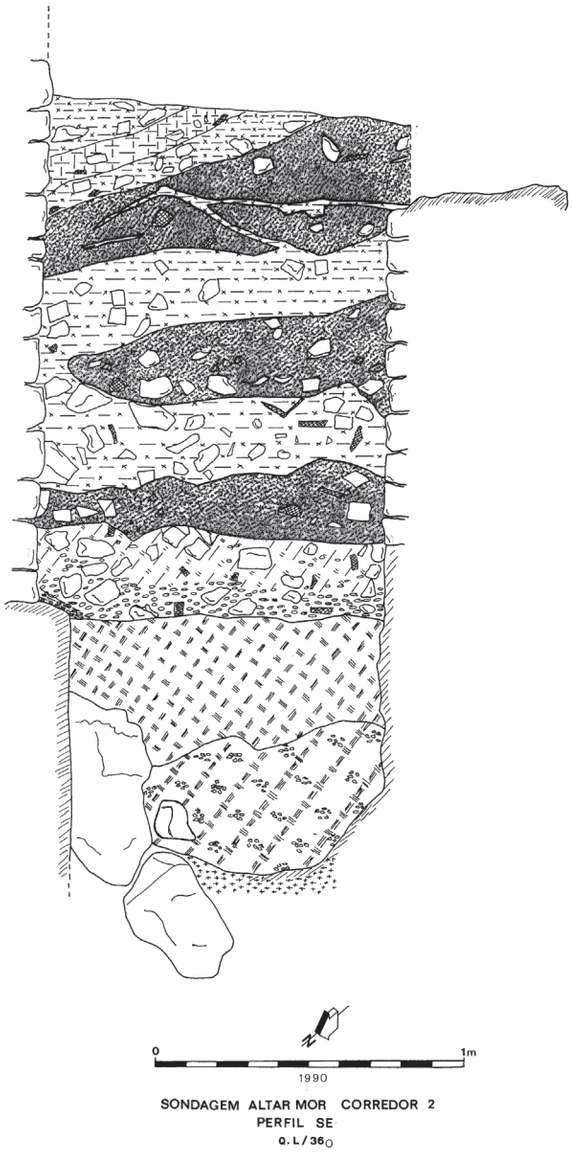
Maioritariamente enquadram-se na tipologia de panelas (algumas ainda com marcas de fogo) e taças onde predomina a decoração incisa e impressa e alguns exemplares com aplicações em bolacha, botão e cordão plástico, estando o número de exemplares decorados significativamente representado no conjunto exumado. Recolheu-se um único exemplar de asa, associável a uma panela, decorado com "unhadas" (fig. 27).

Da sondagem realizada na lixeira do palácio do bispo realce para o conjunto de dezena e meia de azulejos hispano-árabes, cerca de quatro dezenas de cerâmicas pedradas, como outro tanto de porcelana da China, enquadráveis, cronologicamente, nos século XVI e XVII.

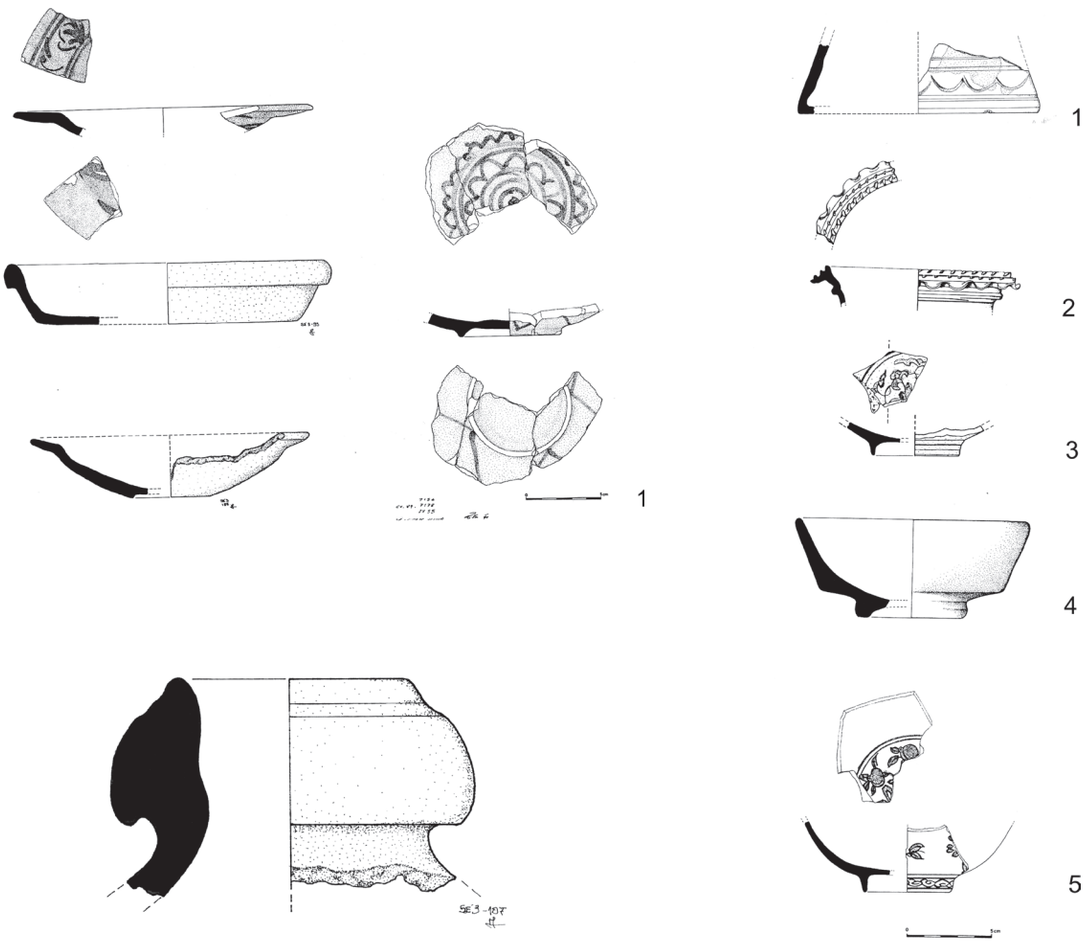
Do conjunto global de peças exumadas, destacamos uma amostra representativa de cinco locais: o primeiro exemplar é proveniente da torre norte; cinco do aterro da capela-mor; um da sacristia; um da lixeira junto ao palácio do bispo; o último, da capela norte do transepto e integra-se ainda na técnica oleira de origem africana.

- Tampa de vaso litúrgico em bronze, decorada por uma flor estilizada, de tipologia islâmica tardia; século XVII/XVIII (fig. 24);

- Fundo de prato com pé anelar, decorado com motivos lineares, ondulares e círculos concêntricos e no exterior sugerindo largos arcos. Cerâmica sevilhana azul sobre



25. Perfil do aterro do tardoz do altar da capela-mor.



26. Materiais representativos da convergência de rotas comerciais (séculos XVI e XVII).

azul, integrada no grupo italianizante. Segunda metade do século XVI/século XVII (fig. 26A1);

- Anforeta de bordo espessado, com secção semi-circular e com concavidade interior; anforeta da forma C de Goggin (1964) (ou tipo C de Marken); 1.ª metade do século XVII (fig. 26B);

- Dois fundos de tigela em porcelana da China, decorados com elementos vegetalistas e geométricos. Século XVI; provavelmente reinado do imperador Jiajing (1522--1566)[14] (figs. 26C3 e 5);

- Panela com bordo invertido com decoração incisa na parte superior do bojo; cerâmica de tradição africana; século XVII (fig. 27A);

-Taça modelada em cerâmica comum fina, com bordo recortado e decorado a carretilha; século XVII (fig. 26C2).

- Fragmento de bojo de panela com decoração incisa e com aplicações em botão e cordão plástico; cerâmica de tradição africana; século XVI/XVII[15] (fig. 27B);

- Cálice troncocónico, liso, e pé de bolacha; cerâmica de tradição africana; século XIX (?) (fig. 27C).

O espólio exumado no aterro da capela-mor e corredores anexos enquadra-se, cronologicamente, na segunda metade do século XVI até finais do século XVII[16].

Na região norte e nordeste de Angola os objectos de barro e madeira apresentam graciosos motivos geométricos inspirados nos padrões da cestaria entrecruzada, como o exemplo da panela proveniente da Lunda Sul e destinada à confecção de papas de farinha de mandioca (Silva, 2003). Tem afinidades formais e decorativas com exemplares da Cidade Velha (fig. 28.3).

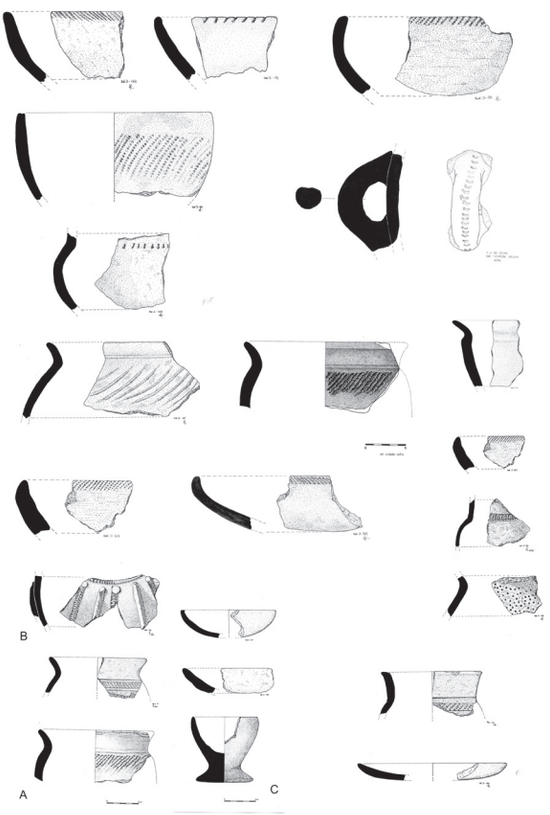
O concheiro de Salamansa (orla litoral norte da ilha de S. Vicente), identificado em 1993 e associado a estrutura habitacional, revelou um conjunto de fragmentos cerâmicos igualmente inseridos nos fabricos de tradição da costa ocidental africana. Correspondem a potes ou taças fundas, quase todos lisos e alguns fragmentos com decoração incisa, de motivos muito simples.

Os dois potes publicados de Salamansa integram-se na tipologia do que designamos por panelas de bordo

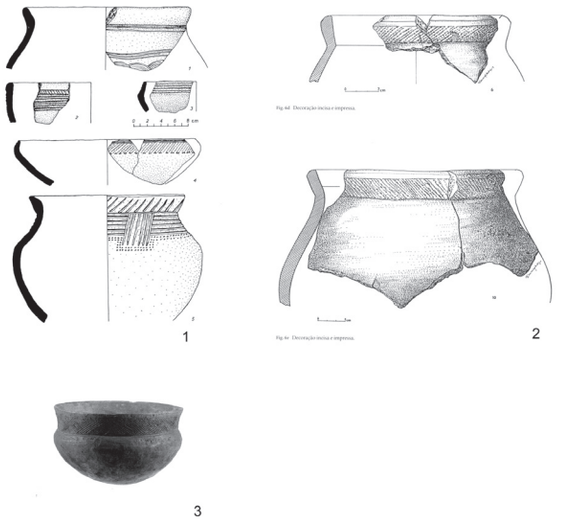
14. Cronologia gentilmente proposta por José Pedro Henriques.
15. Desenho de peças de Marta de Matos, Rita de Matos e António José Cruz.
16. A presente abordagem ao espólio tem por base os dados recolhidos no decurso da escavação, listagem do material inventariado e sequente desenho de parte do acervo, já que não foi viável aceder ao mesmo nesta fase.

invertido (Cardoso e Monge Soares, 2010), embora no caso dos exemplares da Ribeira Grande estes apresentem decoração incisa a partir do bojo.

A cronologia atribuída pelos autores à formação do concheiro (datas calibradas) ocorre nos séculos XVII e XVIII, com a probabilidade do seu início recuar ainda ao século XVI (Cardoso *et alli*, 2002).



27. Cerâmica tradicional africana proveniente da sé e da lixeira do palácio do bispo.



28. Cerâmica tradicional africana: 1- Primeira Idade do Ferro, Malawi; 2- Inícios da Idade do Ferro na Província da Zambézia, Moçambique; 3- Lunda Sul, nordeste de Angola, MNE.

Maria da Conceição Rodrigues referencia ainda o concheiro da baía de João d'Évora, perto do anterior, ambos descobertos em 1913, onde foram recolhidos 41 fragmentos cerâmicos, referentes maioritariamente a bojos e alguns bordos, não apresentando qualquer decoração. Correspondem a um número mínimo de 14 recipientes com destaque para recipientes globulares e elipsóides.

O arco cronológico atribuído ao acervo vai da segunda metade do século XV ao século XVII. O recuo na datação, proposto pela investigadora, justifica-o pela primeira referência à ilha de Santiago numa carta régia datada de 19 de Setembro de 1463, tendo-se formado, no seu entender, os dois concheiros a partir de então (Rodrigues, 2001).

Este vasto conjunto de cerâmica manual, decorada com aplicações, incisões e figuras geométricas, parece-nos de nítida influência da chamada "Idade do Ferro" da Costa Africana, presumível região da Costa da Guiné, donde seria originária a maioria da população deslocada para o arquipélago e em particular para este porto de tráfico negreiro (Quintino, s. d., p. 62-65).

No entanto, não se pode descartar a hipótese de uma pesquisa futura quanto à vinda de oleiros da costa oriental de África, herdeiros de uma cultura ancestral, já que se verifica uma semelhança formal e decorativa assinalável com a produção de inícios da Idade do Ferro

29. Oleiras de Fonte Lima vendendo no mercado da Assumada, ilha de Santiago.

Africana registada em regiões da África Oriental (Phillipson, 1993, p. 187-198), (fig. 28.1) e, para o caso em análise, na actual costa moçambicana (regiões da Zambézia e da Matola) (Rodrigues, 2006, p. 442) (fig. 28.2).
Memória viva da ancestral produção oleira na ilha de Santiago, pode ser admirada (e adquirida) no mercado da povoação da Assumada[17], com venda de loiça produzida em Fonte Lima, por oleiras locais, e onde actualmente existe um centro interpretativo (fig. 29).
A diversidade do espólio quanto à sua origem e natureza reforça o pressuposto de que o arquipélago de Cabo Verde, e particularmente o porto da antiga Ribeira Grande, funcionou como ponto onde convergiam várias rotas comerciais com passagem pela América, África e Extremo Oriente, e com o predomínio de materiais originários de Portugal e da Espanha (da fase da união das duas coroas) e do norte da Europa, com o testemunho de um conjunto de cachimbos, atribuíveis à presença de marinheiros na cidade.
O contributo da população deslocada para aqui a partir da costa da Guiné é igualmente notório, tanto na construção, criadagem, actividades agropecuárias, até à participação de alguns naturais de Santiago no comércio de escravos. Para além de manifestações culturais, como os jogos, está bem patente o seu contributo ao nível da loiça do quotidiano, associada a tradições alimentares que, numa simbiose perfeita ao longo de vários séculos, resulta numa riqueza gastronómica local, como a célebre *cachupa rica*[18].

17. Povoação do interior da ilha de Santiago, com sede de concelho em Santa Catarina.

18. Prato próximo ao nosso *cozido à portuguesa* mas com maior diversidade e origem dos ingredientes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. B. (1990) – A Sé da Ribeira Grande: Proposta de recuperação. *Revista Oceanos*, n.º 5, 1990, p. 88-89.

AMARO, C. (1990) – Escavações Arqueológicas na Cidade Velha. *Revista Oceanos*, n.º 5, p. 85-87.

AMARO, C. e SANTOS, V. (2002) – Recuperação do Forte da Preguiça, na ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde. *Revista Pedra & Cal*, n.º 15.

BARROS, L. e CARDOSO, G. (2008) – Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 11, número 2, p. 347-360.

CARDOSO, J. L e MONGE SOARES, A. M. (2010) – *A Estação Arqueológica de Salamansa* (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde). Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 13. IGESPAR, p.167-214.

CARDOSO, J. L.; MONGE SOARES, A. M.; REINER, F.; GUERREIRO, A.; BARRADAS, C.; COSTA, R. e CARVALHO, C. (2002) – O concheiro de Salamansa (Ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar. *Portugália, Nova Série*, Volume XXIII, p. 221-231.

CORREIA E SILVA, A. (1998) – *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

DIAS, P. (1999) – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico (séculos XV-XIX).* Círculo de Leitores p. 112-118 e p. 234-239.

FAGUNDES, J. (1989) – *Ribeira Grande – a Cidade Velha*. Catálogo da exposição promovida por SEC, IPPC, SENEC. Cidade da Praia, Cabo Verde, Outubro de 1989.

FAGUNDES, J. (1990) – Ribeira Grande, A Cidade Velha. *Revista Oceanos*, n.º 5, p. 78-84.

FERNANDES, J. M. (2004) – Arquitectura – Portugal: breve síntese. *III Congresso Internacional da APHA*, Lisboa, 18/11/2004.

FERNANDES, L. e ALBERTO, E. (2009) – Sobre os Jogos gravados em pedra do Distrito de Castelo Branco. *AÇAFA* online n.º 2. Associação de Estudos do Alto Tejo.

FERREIRA, M. A. (1995) - O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. *1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval.* Actas, Câmara Municipal de Tondela, p.151-161.

HENRIQUES, J. M. (2011) – *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol. Fundação, Desenvolvimento e Afirmação de uma Estancia Turística [Cascais, 1850 – 1930].* Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais.

HORTA CORREIA, J. E. (1991) – *Arquitectura Portuguesa, renascimento, maneirismo, estilo chão*. Editorial Presença, Lisboa.

KUBLER, G. (1988) – *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706*. Editorial Vega, Lisboa.

MECO, J. (1999) – A Expansão da Azulejaria Portuguesa. *Revista Oceanos*, nº 36/37, Outubro 98/Março 1999, p. 8-17.

NEIVA, Padre A. (1994) – A missionação em Cabo Verde. Catálogo da Exposição *Encontro de Culturas – Oito Séculos de Missionação Portuguesa*. Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, Julho a Dezembro de 1994, p. 129-133. Comissária Geral: Maria Natália Correia Guedes.

PHILLIPSON, D. W. (1993) – *African Archaeology*. Cambridge University Press, Second Edition.

QUINTINO, F. R. (s. d.) – *A Arte Popular em Portugal, ilhas adjacentes e ultramar. Guiné*. Direcção de Fernando de Castro Pires de Lima. Editorial Verbo.

RODRIGUES, M. C. (2001) – Contribuição para o estudo de estações arqueohistóricas em Cabo Verde. Os concheiros da baía da Salamanza e João d'Èvora, Ilha de S. Vicente. *Portugália, Nova Série*, Volume XI-XII, 2000-2001, p. 249-280.

RODRIGUES, M. C. (2006) – O primeiro sítio com vestígios de utilização do ferro e cerâmica "tradicional" da Early Iron Age localizado em Moçambique – província da Zambézia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 9, número 2, p. 415-449.

SCHWARTZ, S. (1998) – Os escravos: remédio de todas as outras cousas. *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 232-247.

SERRALHEIRO, A. (1970) – *Geologia da Ilha de Maio (Cabo Verde).* Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

SILVA, S. (2003) – *A vez dos cestos*. Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, Lisboa, p. 67-73.

SOMÉ MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerâmica moderna en el convento del Carmen (Sevilha). *Arqueologia Medieval*, n.º 6, p. 160-171.

DIVINDADE, GOVERNANTE OU GUERREIRO?

O PERSONAGEM KUKULCÁN NAS CRÔNICAS DO SÉCULO XVI E O REGISTRO ARQUEOLÓGICO DE CHICHÉN ITZÁ, MÉXICO

ALEXANDRE GUIDA NAVARRO **Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (DEHIS/UFMA)**

RESUMO As crônicas escritas pelos missionários espanhóis no século XVI são um conjunto documental etnográfico acerca das comunidades maias que viviam na Península do Iucatã quando do período do contato. Por outro lado, por associação etnológica, muitos costumes indígenas relatados na época da Conquista foram utilizados para explicar o cotidiano maia de períodos anteriores, como o Clássico (300-900 d.C.), sobretudo os aspectos religiosos, muitos dos quais, teriam sobrevivido à época da chegada dos conquistadores. Um exemplo é o personagem Kukulcán, que aparece em várias crônicas, como o relato do bispo Diego de Landa em sua célebre obra Relación de las cosas de *Yucatán* (1566). É objetivo desta comunicação, explanar como este personagem aparece nas crônicas do século XVI e contrastar as informações com o registro arqueológico de Chichén Itzá, cidade maia que teve seu auge no Clássico Terminal (800-1050 d.C.). Apesar de já estar completamente despovoada no século XVI, a cidade em questão serviu como fonte para as descrições de Landa em sua obra, baseando-se, sobretudo, nos relatos orais dos indígenas iucatecos. Busca-se, num plano mais amplo, discutir a utilização das fontes documentais escritas e as arqueológicas como metodologia para o estudo da civilização maia. Neste contexto, as informações referentes a Kukulcán, são coincidentes ou discrepantes quando comparamos os dois tipo de fonte?

PALAVRAS-CHAVE **Arqueologia maia, arqueologia histórica, iconografia, cultura material, crônicas coloniais**

1. O PERSONAGEN KUKULCÁN NAS FONTES ESCRITAS

Kukulcán é um personagem que aparece, com certa freqüência, em várias crônicas do período colonial mexicano. A etimologia da palavra revela que *kuk* é "pluma de ave geral" e *can*, "serpente, cobra" (Dicionário maia Cordemex, p. 420, 1980). Portanto, este personagem está associado à serpente emplumada, um importante símbolo religioso pré-hispânico, que, na versão religiosa do altiplano recebeu o nome de Quetzalcóatl.

Qual o seu significado segundo as crônicas? Nestes documentos, uma das associações de Kukulcán refere-se aos assuntos governamentais, e sua relação com a cultura material apareceu pela primeira vez na importante obra do primeiro bispo de Iucatán, frei Diego de Landa, intitulada "*Relaciones de las Cosas de Yucatán*", quem em 1566 escreveu que "*... é opinião que entre os itzaes que povoaram Chicheniza, reinou um grande senhor chamado Cuculcan, e que mostra ser isso verdade que o edifício principal se chama Cuculcan...*" (Landa, 2003, p. 94). Fica evidente, deste modo, que na obra de Landa, Kukulcán é um soberano maia.

Por outro lado, outros cronistas, como Diego López de Cogolludo (1688) e Bernardo de Lizana (1633) registraram a existência histórica de Kukulcán como um personagem associado à guerra na península do Iucatã. Cogolludo (1688) documenta que "... [os itzás de Chichén Itzá] *veneravam um ídolo que havia sido grande capitão* [guerreiro] *entre eles, chamando-o de Kukulcan ou serpente emplumada...*" (López de Cogolludo, 1971 I, p. 352).

Já nas *Relaciones Histórico-Geográficas de la Gobernación de Yucatán* (1984*a*) [1560], o nome de Kukulcán aparece citado seis vezes, todas elas apontando o personagem como o introdutor da idolatria no Iucatã. A *Relación de Motul* (1984, p. 269-270) narra que:

"No que toca às adorações tinham conhecimentos de um Deus que criou o céu e a terra e todas as coisas... ao qual tinham edificado templo com sacerdotes, que levavam presentes e esmolas para que eles os oferecessem a Deus, e esta maneira de adoração tiveram até que veio de fora desta terra um grande senhor com gente chamado Kukulcan, e daqui começaram os da terra idolatrar".

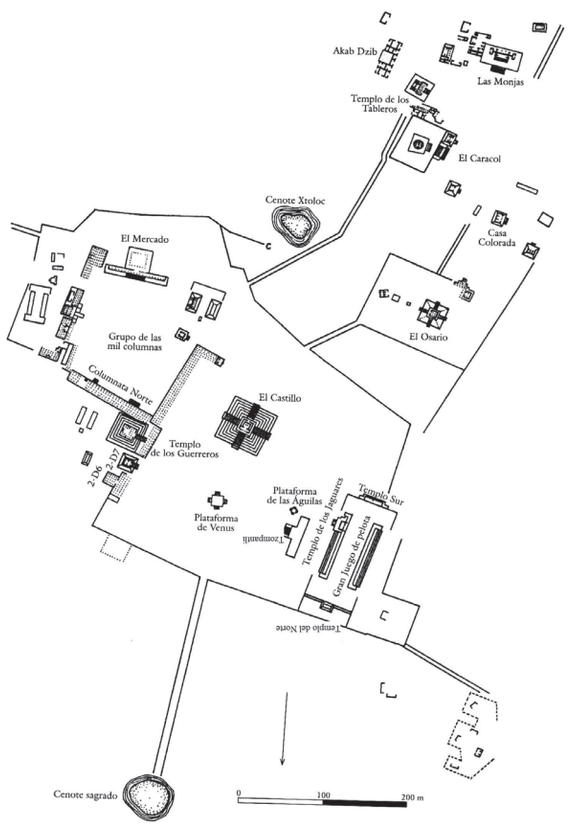
Deste modo, podemos considerar que Kukulcán aparece associado a três situações nas crônicas: governante, guerreiro e divindade. Levando em consideração que a maioria dos relatos orais coletados pelos cronistas dizia respeito à memória histórica da cidade

de Chichén Itzá, levantamos dois questionamentos:
1. O personagem Kukulcán também aparece no registro arqueológico de Chichén Itzá?
2. Se sim, em que contextos materiais e iconográficos?

2. CHICHÉN ITZÁ E KUKULCÁN

Chichén Itzá foi centro hegemônico que conquistou militarmente grande parte da Península do Iucatã, foi produtor e distribuidor exclusivo de sal em toda Mesoamérica, controlou grande parte das rotas marítimas maias através da construção de portos, além de ter sido uma cidade responsável por tributar várias cidades maias, além de outras no altiplano mexicano. O seu principal conjunto de edifícios chama-se Grande Nivelação, uma grande área de construção arquitetônica localizada ao norte da cidade (Cobos, 2003; Sharer, 2003; Navarro, 2007) (fig. 1).
Embora a escrita de Chichén Itzá não faça alusão direta ao personagem Kukulcán, por analogia etnológica e iconográfica, é possível perceber que este indivíduo foi representado em alguns edifícios da Grande Nivelação (Krochock, 1988, 1989). Levando em consideração a iconografia com temas associados ao poder real na área maia, além de sua associação com a serpente emplumada, o principal componente simbólico de Kukulcán, alguns pesquisadores têm postulado que este personagem foi plasmado na memória coletiva de Chichén Itzá (Cobos, 2003; Navarro, 2007; Navarro e Funari, 2009).
Em trabalho de campo realizado neste sítio arqueológico, considero que Kukulcán aparece, nitidamente, em três edifícios da Grande Nivelação. Um personagem com traços guerreiros está representado na Pirâmide El Castillo, sendo que atrás dele aparece uma serpente com plumas longas e barba (figs. 2 e 3). Esta representação possui algumas peculiaridades que nos fazem inferir a importância deste personagem: está registrada no

Baudez, 2004, p. 246



1. Plano da Grande Nivelação de Chichén Itzá com os principais edifícios.

Alexandre Guida Navarro

2. Pirâmide Kukulcán.

Taube, 1992, p. 72

3. Kukulcán representado no dintel do santuário do Castillo.

espaço mais exclusivo da pirâmide perto de duas colunas em forma de serpente emplumada que sustentam esta câmara. Além disso, as escadarias norte do edifício foram edificadas à maneira de grandes serpentes emplumadas, cujo efeito ótico que se dá nos equinócios de primavera e outono faz o espectador contemplar uma sombra em forma de corpo de serpente que se projeta em um dos costados do edifício.
Já no Templo Norte, há três representações de um personagem associado à serpente emplumada (figs. 4 e 5). As imagens dão conta de cenas que retratam um personagem que está sofrendo o processo de entronização. Este indivíduo leva uma serpente emplumada atrás de si. É provável que se trate, portanto, de Kukulcán sendo entronizado; o Templo Norte pôde ter isso o local deste processo ritualístico.
Por fim, no Templo Superior dos Jaguares, Kukulcán possivelmente é o destaque na iconografia. Os murais

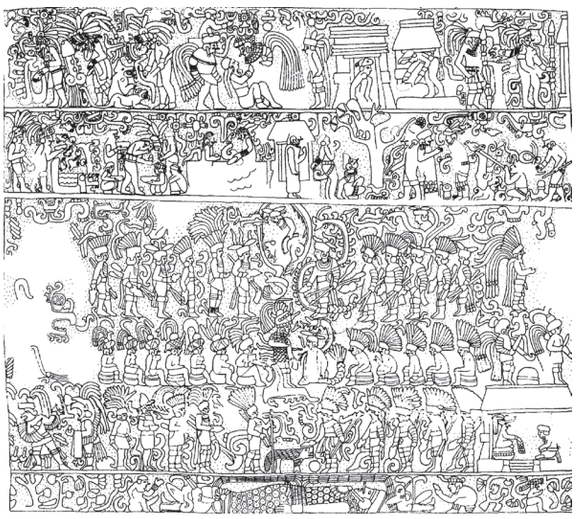
do edifício estão profusamente decorados e existem várias imagens de serpentes emplumadas. O destaque das cenas são as aparições de Kukulcán junto com um personagem associado a um Disco Solar, que, na literatura é conhecido como Kakupacal, outro governante da cidade de Chichén Itzá. Parece que estes dois indivíduos estão fazendo negociações de poder ou estão em rituais que passagem de poder de um soberano para o sucessor (Navarro e Funari, 2009). Além disso, há que ressaltar que colunas em forma de serpente emplumada também aparecem no vestíbulo do edifício (figs. 6 e 7).

Além da iconografia, existem algumas evidências arqueológicas que nos levam a inferir que estes personagens que aparecem associados com as serpentes emplumadas fazem alusão direta a Kukulcán. Há que considerar a distribuição espacial dos edifícios onde a imagem está representada: são espaços destinados à elite, são fechados, com acesso exclusivo, e têm alto status social já que são profusamente decorados. Além disso, estão associados a espaços sagrados, como é a quadra do jogo de bola que se localiza em suas proximidades. Ou seja, são espaços destinados à atividade administrativa e rituais em Chichén Itzá.

Alexandre Guida Navarro

4. Templo do Norte.

Ringle, 2004, p. 172



5. Kukucán sendo entronizado.

Coggins e Shane III, 1989, p. 160

6. Kukulcán representado no Templo Superior dos Jaguares.

Alexandre Guida Navarro

7. As colunas em forma de serpente emplumada do Templo Superior dos Jaguares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, podemos identificar os principais contextos em que Kukulcán está associado: no Castillo é representado como governante e guerreiro, no Templo Norte como governante e no Templo Superior dos Jaguares como guerreiro e governante. Retomando a discussão das crônicas coloniais, estas informações coincidem com as informações escritas, sobretudo àquelas associadas com o personagem e sua função de soberano. Curiosamente, uma das principais associações de Kukulcán nas crônicas, a de divindade, aparentemente, não está representado na iconografia de Chichén Itzá, já que elementos da imagética associados ao mundo celeste e inframundo pouco acompa-nham as imagens do personagem e seus contextos não são muito nítidos. Este é um dado intrigante, já que a serpente emplumada é um dos principais símbolos religiosos tanto na área maia como em toda a Mesoamérica (Piña Chán, 1977,

1980; De La Garza, 1984*b*; López Austin e López Luján, 1999).

Por outro lado, outros edifícios da Grande Nivelação apresentam iconografia de serpentes emplumadas, mas não estão associadas a um personagem humano. Além disso, alguns destes edifícios possuem colunas em forma de serpente emplumada, como é o caso do Templo dos Guerreiros (fig. 8). Neste caso específico, um exemplar da espécie *Crotalus cerastes* foi plasmado na arquitetura. Vale ressaltar que esta espécie não é endêmica do Iucatã, sendo seu habitat natural o sudoeste dos Estados Unidos, local este de onde provinha a turquesa utilizada pelos maias como símbolo de poder político. Neste sentido, uma questão que nos inquieta pode ser levantada: mesmo não havendo uma representação antropomorfa, estaria a serpente emplumada representando Kukulcán?

Para concluir, a relação existente entre as fontes escritas e as arqueológicas, com relação a Kukucán, é tanto coincidente como divergente. Coincide em seus aspectos políticos, diverge nos religiosos. De toda forma, apesar de estarem bastante esgotadas, e apresentarem traços anacrônicos, as fontes coloniais são uma importante ferramenta metodológica para o entendimento da cultura maia. Por outro lado, questões mais específicas acerca de Kukulcán poderão ser respondidas somente pelo estudo da cultura material.

8. As colunas em forma de serpentes emplumadas com chifres localizadas no Templo dos Guerreiros.

3. AGRADECIMENTOS

Agradeço aos organizadores do Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, especialmente aos colegas Prof. Dr. Andre Teixeira (CHAM) e Patrícia Carvalho (CHAM).

BIBLIOGRAFIA

BAUDEZ, C. (2004) – *Una historia de la religión de los antiguos mayas*, UNAM, México.

COBOS, R. (2003) – *The Settlement Patterns of Chichen Itza, Yucatan, Mexico*. Ph.D. disertación. Department of Anthropology, Tulane University.

DE LA GARZA, M. (1984*a*) – *Relaciones histórico-geográficas de la Gobernación de Yucatán*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

DE LA GARZA, M. (1984*b*) – *El universo sagrado de la serpiente entre los mayas*. México: UNAM.

DICCIONARIO MAYA CORDEMEX. (1980) – A. Barrera Vázquez (director). Mérida: Ediciones Cordemex.

KROCHOCK, R. (1988) – *The Hieroglyphic Inscriptions and Iconography of Temple of the Four Lintels and Related Monuments, Chichén Itzá, Yucatán, México*. Austin: Texas University.

KROCHOCK, R. (1989) – *Hieroglyphic Inscriptions at Chichen Itza, Yucatán, Mexico: The Temples of the Inicial Series, the One Lintel, the Three Lintels, and the Tour Lintels*. Research Reports on Ancient Maya Writing 23. Center for Maya Research, Washington D.C.

LANDA, D. de. (2003) – *Relación de las Cosas de Yucatán*. México: CONACULTA.

LÓPEZ AUSTIN, A. e LÓPEZ LUJÁN, L. (1999) – *Mito y realidad de Zuyuá. Serpiente emplumada y las transformaciones mesoamericanas del Clásico al Posclásico*. México: FCE.

LÓPEZ COGOLLUDO, D. (1971 [1688]) – *Los tres siglos de la dominación española en Yucatán, o sea Historia de esta provincia*, 2 vols. Austria: Akademishe Druck u. Verlagsanstalt, Graz.

NAVARRO, A. G. (2007) – *Las serpientes emplumadas de Chichén Itzá: distribución en los espacios arquitectónicos e imaginería*. Tesis de Doctorado. UNAM, México.

NAVARRO, A. G. e FUNARI, P. P. (2009) – Un estudio de caso de la Arqueología Histórica: organización espacial y memoria colectiva en Chichén Itzá, p. 163-186. Arqueología Colonial Latinoamericana. Modelos de estudio (Juan G. Targa e Patricia Fournier orgs.). Oxford: BAR.

Página de internet www.ontdekkingsreis.org.jpg

PIÑA CHÁN, R. (1977) – *Quetzalcóatl. Serpiente Emplumada*. México: FCE.

PIÑA CHÁN, R. (1980) – *Chichén Itzá. La ciudad de los brujos del agua*. México: FCE.

RINGLE, W. M. (2004) – On the Political Organization of Chichen Itza. *Ancient Mesoamerica* 15, p. 167-218. Cambridge: Cambridge University Press.

RINGLE, W.; GALLARETA NEGRÓN, T. e BEY III, G. (1998) – The Return of Quetzalcoatl. Evidence for the Spread of a World Religion during the Epiclassic Period. *Ancient Mesoamerica* 9, p. 183-232. Cambridge: Cambridge University Press.

SHARER, R. (2003) – *La civilización maya*. México: FCE.

TAUBE, K. (1992) – *The Major Gods of Ancient Yucatan*. Washington D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.

ANDRÉS DE MADARIAGA'S MAUSOLEUM CHURCH

FORMER JESUIT COLLEGE IN BERGARA (GIPUZKOA, BASQUE COUNTRY, SPAIN)

JESÚS-MANUEL PÉREZ CENTENO Arqueólogo, ZEHAZTEN Zerbitzu Kulturalak. jm.perez@zehazten.info
XABIER ALBERDI LONBIDE Arqueólogo, ZEHAZTEN Zerbitzu Kulturalak. x.alberdi@zehazten.info

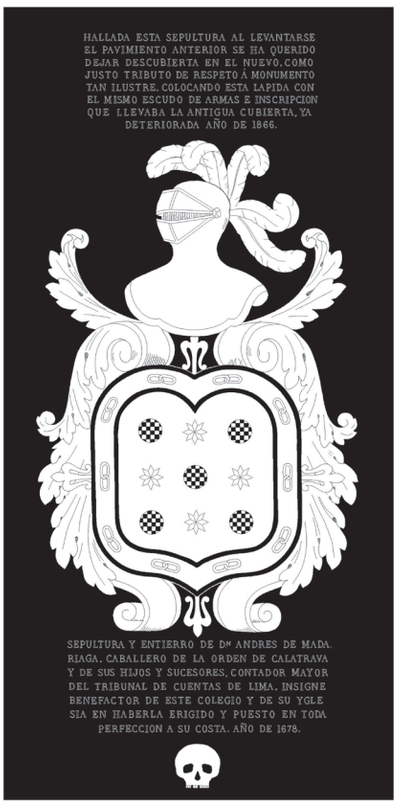
RESUMO Entre 2009 e 2010, a pesquisa histórico-arqueológico na igreja do antigo colégio dos jesuítas em Bergara mostrou que este é um monumento único na história moderna de Gipuzkoa. D. Andrés de Madariaga deu um impulso decisivo nas obras de construção desta igreja, erguida entre 1673 e 1678. Na verdade, a igreja foi concebida como um sumptuoso local de sepultamento de Madariaga e da sua família, seguindo um padrão típico de igrejas-mausoléu. Apesar desta figura permanecer pouco conhecida, desempenhou um papel essencial na administração económica do império espanhol na segunda metade do século XVII. Esta investigação revelou vários aspectos fundamentais da história moderna de Gipuzkoa, como práticas de enterramento, a cultura material e a mentalidade barroca.

PALAVRAS-CHAVE **Basque Country, mausoleum-church, burial usages, material culture, baroque mentality**

Andrés de Madariaga y Amatiano's mausoleum-church is placed in Bergara, a little town in inner Gipuzkoa (Basque Country). Being located on the easternmost side of the Cantabric coast, the geographical position of Gipuzkoa has deeply conditioned the history of this province. In spite of being the smallest Spanish province, it was the birthplace of many high figures for centuries. Among them, some saints such as Ignacius of Loyola, sailors, explorers, engineers and seamen as Juan Sebastián Elkano, who was the first man having sailed round the world, Urdaneta, Legazpi, the Okendos, Gaztañeta, Blas de Lezo, Bonechea, Churruca or Ferrer. Several reasons led to this situation: long medieval tradition, technical knowledge widely spread among its population, extensive connections with the main marketplaces in Europe and its border position, in addition to a favorable political and economic system: the so called Gipuzkoan "*fueros*" (traditional laws).

SIR ANDRÉS DE MADARIAGA Y AMATIANO (1628-1699)

Among so many historic figures, this research aims to highlight the importance of a nearly forgotten Gipuzkoan figure: Sir Andrés de Madariaga y Amatiano. Up to now, little information about him was known, as reported on a 19th century memorial: his name, the dignities he attended (he became a Knight of the order of Calatrava and the High Accountant of the "*Tribunal de Cuentas*" (Court of Accounts) of Lima in Peru, and the fact that he became Jesuit College and Church's main benefactor (fig. 1).



1. Conmemorative flagstone (1866).

Historical research allowed us to reconstruct central events in his life. In 1628, Sir Andrés de Madariaga was born in Bergara, in a middle class family, well-connected with Seville and America (Rilova, 2010). In 1645 he moved to Seville. He travelled to Lima, where he began raising in social ladder by getting several public offices (1648-1665). In 1673-1674 Sir Andrés travelled to Spain[1], where he made two substantial gifts: 20000 *escudos* for Jesuit College and Church's building works and 10000 *escudos* for the General Treasury. As a result of the gift to Royal Treasury, he reached the post of High Accountant of Lima[2] for life (1674-1699). Jesuit College and Church[3] were built under Andrés de Madariaga's supervision (1673-1678), and he was conferred the dignity of Knight of the order of Calatrava[4] (1676). He was *Corregidor* (chief magistrate) of Huacanvelica (1689-1691), a town having rich mercury mines, which were essential in silver production[5]. And finally, Sir Andrés de Madariaga died in Lima in 1699[6].

THE MAUSOLEUM-CHURCH

The church of the Jesuit College of Bergara was actually conceived as a great mausoleum dedicated to Sir Andrés de Madariaga and his family. Besides, only Order's Superior's assent could allow them to be buried there, as burial rights in this church was restricted to Jesuit community[7]. This magnificent baroque-Jesuitical church is hidden behind a 19th century façade, designed by Lascurain (fig. 2). This picture is the only surviving memory of the original façade, although Jesuits' blazonry, placed on the top of it, has been found in a near private garden (figs. 3 and 4).

Both written and archaeological documents permitted us to reconstruct Baroque church's plan (fig. 5). Its position didn't correspond to canonical orientation, since

1. Archivo Municipal de Bergara. Fondo Municipal. 01. L-029. Años 1673-1679. Actas Municipales.
2. Archivo General de Indias, Sevilla. Fondo Contadurías. Contadurías 1755 (años 1672-1675); 1756-B (años 1675-1678); 1757 (años 1678-1681); 1758 (años 1681-1685).
3. Archivo Municipal de Bergara. Fondo Municipal. 01.L-028. Años 1670-1673. Actas Municipales; Archivo Municipal de Bergara. Fondo Real Seminario de Bergara, RSB 03 C/083-01. Años 1657-1683.
4. Archivo Histórico Nacional, Madrid. Órdenes Militares. Calatrava. Pruebas de Caballeros. Legajo 1648. Año 1676.
5. Archivo Histórico Nacional de Perú. Fondo Real Audiencia de Lima, Sección Juzgado de la Caja General de Censos, Años 1650-1730. Legajo 59, expediente 22, año 1692.
6. Archivo Arzobispal de Lima, Fondo Testamentos, Legajo 135, años 1699-1700.
7. Archivo Municipal de Bergara. Fondo Real Seminario de Bergara, RSB 03 C/083-01. Años 1657-1683.

2. Lascurain's façade (1865-1866).

3. Front of the baroque mausoleum-church (1673-1678).

it was built as an enlargement of an older building which occupied several houses. Those were given by main families from Bergara so that the first Jesuit College in Gipuzkoa could be created in this town.

Several evidences reveal Jesuit College's church was conceived as a mausoleum-church for Sir Andrés de Madariaga:

· The central position of his burial place, which hindered cult and movement across the transept. Besides, the fact this gravestone was worked in high relief makes it unique among other works of Jesuitical baroque art.

· It is situated in the chief place of the temple: opposite the main altar, where consecration is celebrated, and beneath San Ignacio of Loyola's and the Christ-Child's images. In fact, both figures usually had a chief significance in Jesuitical churches.

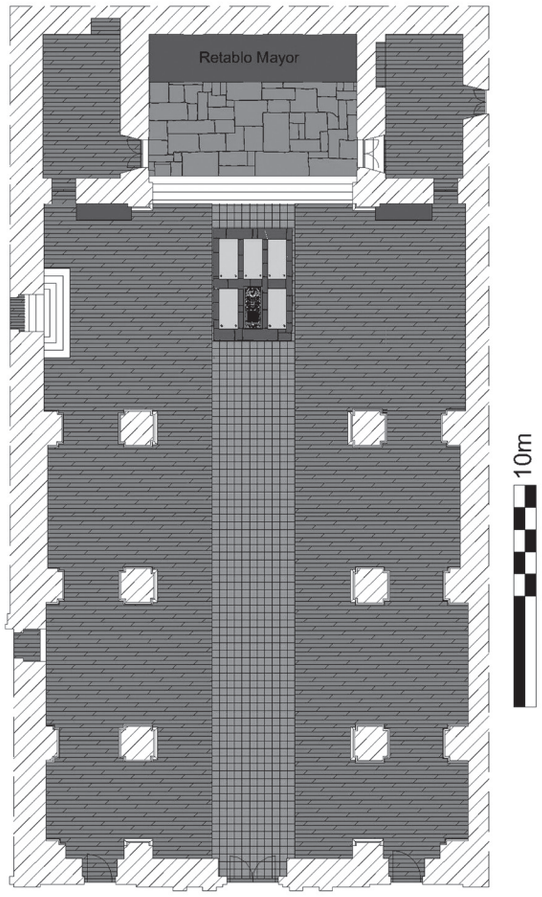
· Jesuit community's graves were set down all around the patron's tomb, like the entourage of a high authority.

4. Jesuit coat of arms (1673-1678).

· Madariaga's burial place was empty. This might reflect baroque mentality on both public and private sides. On the one hand, this tomb intended to make its titular's public memory last, whether it was actually occupied or not. On the other hand, concerning private aspects, it should be underlined that no authorized member of Madariagas' family used this burial place. This was certainly a sign of respect towards mausoleum's patron.

Summing up, archaeological works have had profitable results. In fact, some important finds and rich information have been collected.

As far art is concerned, an accurate restoration has been undertook so as to conserve two artworks which are



5. Baroque mausoleum-church plan reconstruction.

unique in Gipuzkoa: a magnificent 17th century tombstone (fig. 6), and a 19th century commemorative gravestone.

Regarding anthropological remains, a large whole of male senile individuals, dating from 1678-1767, have been studied. They show typical pathologies in this kind of population: dental losses and osteoarthritis.

Unlike other Gipuzkoan sites, few coins have been found in this context. In fact, religious community

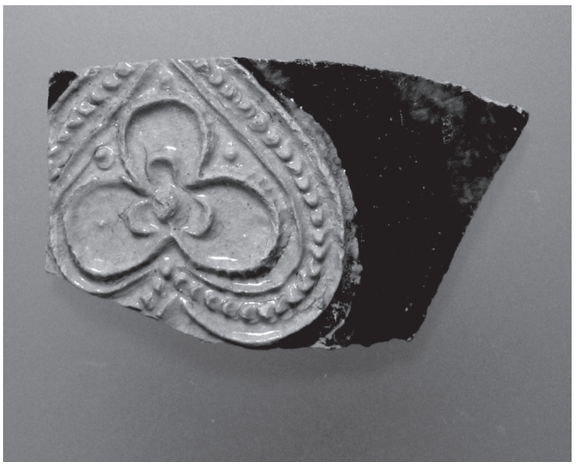
6. Madariaga's baroque gravestone (1678).

7. Cingulum or cincture.

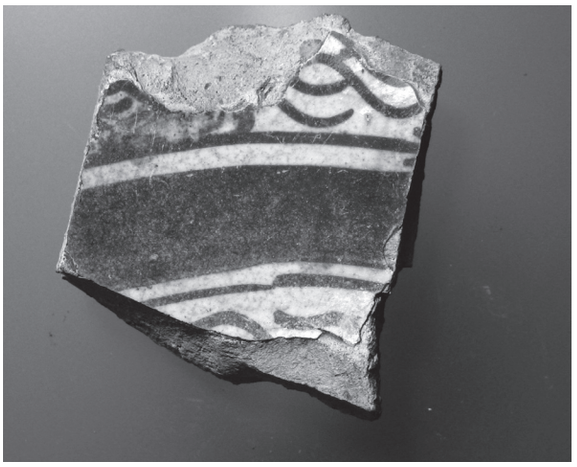
8. Profilactic use of lime in the Jesuit's burials (1678-1767).

9. Medallion. Eucharist exaltation.

10. Medallion. Jesuits's monogram.



11. German gres, type Westerwald.



12. Lusterware or loza dorada.

should rigorously follow canon laws which forbade burial furniture, whereas civil burials usually content coins, which are related to the so-called ancient rite of Charon's obolo.

Moreover, these graves offered much information about funerary practices. Among other materials, several textiles, mostly liturgical vestments, have been found: cinctures, clerical collar fixings, buttons…, as well as footwear. Concerning corpse preparation, no coffin or bier was used: corpse was wrapped in a shroud which was fastened with pins, as the cast left in lime by a shrouded corpse (in one of the older cases of profilactic generalizated use of lime in burials in Gipuzkoa) and the finding of a great amount of pins show (figs. 7 and 8).

Some other materials let us discern ideological aspects. For instance, two medals or rosary pendants have been found whose iconography fits to their chronological and spatial context: a counter-reformist Jesuitical church. Indeed, one of them shows a typical "IHS" Jesuitical monogram, whereas the other medal represents Rome's pre-eminence as well as the glorification of Eucharist (figs. 9 and 10).

Finally, we should mention ceramics, which are usually a great archaeological information source. Two productions, having different origins and channels of distribution, have been found in this archaeological site. On the one side, we have scarce but significant examples of ceramics from Atlantic Europe, coming from maritime trade: a shard of German stoneware (Westerwald type) and some French green glazed productions (Pérez Centeno, J.M., Alberdi Lonbide, X, in press; Prieto Soto, P, in press) (fig. 11).

On the other side, there are some Spanish productions, mostly from Ebro river valley (lusterware, fig. 12) or from Álava (tin glazed wares – jugs, dishes and bowls – with blue or green decorations), where there were many active works, such as the one of Hijona (Escribano Ruíz, 2008). These productions, definitely predominant in this site, were hauled to Bergara. All these kinds of ceramics are actually present in both coastal and inland sites, but in significantly different proportions, as continental productions (carried by boat) are more usual on the coast, whereas peninsular ceramics predominate in inland areas, such as Bergara.

In conclusion, historical-archeological research[8] has given his value back to a first-rate personage, who had a decisive role in imperial economical policy. His main work was the commission of this church, a great baroque monument both on material and ideological aspects, which has perfectly achieved its commemorative function.

8. Project supported by Bergara's Council.

BIBLIOGRAFIA

ESCRIBANO RUIZ, S. (2008) – Alfares alaveses (Alegria-Dulantzi, Elburgo, Labastida, Legutiano, Vitoria-Gasteiz). *Arkeoikuska*. Vitoria-Gasteiz. 2008, p. 216-223.

PÉREZ CENTENO, J. M. e ALBERDI LONBIDE, X. (in press) – Elementos materiales configuradores de paisajes históricos portuarios pre-industriales en el Cantábrico Oriental.

PRIETO SOTO, P. (in press) – Cerámicas medievales y modernas de Zarautz Jauregia (Getaria, Gipuzkoa): una aproximación cronotipológica.

RILOVA JERICÓ, C. (2010) – ¡Muerte a los vicuñas! El control cántabro sobre el flujo de la plata americana a través de dos generaciones de la familia Madariaga (1620-1680). In PANIAGUA PÉREZ, J. e SALAZAR SIMARRO, N., eds. – *Ophir en las Indias: estudios sobre la plata americana, siglos XVI-XIX*. León: Universidad de León, Área de Publicaciones, p. 163-173.

OS PASSOS DA PAIXÃO DE CRISTO (SETÚBAL)

JOÃO FERREIRA SANTOS
DANIELA DOS SANTOS SILVA
JOSÉ LUÍS NETO

RESUMO Setúbal apresenta um conjunto de cinco pequenas ermidas, correspondentes a cinco Passos de procissão, dispersos na malha urbana. Para que serviam e o que reflectiam será o propósito que se procurará reflectir. Estas infra-estruturas sagradas poderão servir de ponto de análise de arqueologia social.

PALAVRAS-CHAVE **Setúbal, Contra-Reforma, Irmandade de Santa Cruz, procissão, Passos (arquitectura)**

Quando analisamos uma antiga carta de Setúbal (Pereira, 1990, p. 145-154), algo que imediatamente ressalta é o facto da distribuição dos lotes aparentar alguma regularidade. Tal é igualmente constatável aquando de uma visita pelo actual Centro Histórico da cidade, onde a organização perpendicular predomina na área de vale e a organização radial predomina nos morros (Pereira, 1993 e Faria, 1990). Contudo, estas apreciações baseiam-se numa perspectiva marcadamente exterior, feita através de uma percepção construída a partir do espaço público, da rua, onde a malha urbana se apresenta neutra, genericamente coerente nas características gerais do edificado (Blot, 2001). Tal é natural, pois excluindo os edifícios religiosos, desde os conventos e igrejas paroquiais, até às ermidas instituídas pelas há muito extintas irmandades e confrarias, que povoam os largos e interrompem a monotonia do traçado ortogonal, com fachadas claramente distintas em proporção e monumentalidade, o espaço público exterior é maioritariamente profano. Os Passos da Paixão opõem-se a esta concepção (Neto, 2010), correspondem a pequenos monumentos, pontos fixos que ligam um antigo percurso processional. Trata-se de um itinerário de tipo labiríntico, que representa um rito penitencial através da simbologia da procissão, transmutando metaforicamente a totalidade do espaço urbanizado em espaço sagrado (Eliade, 1992).

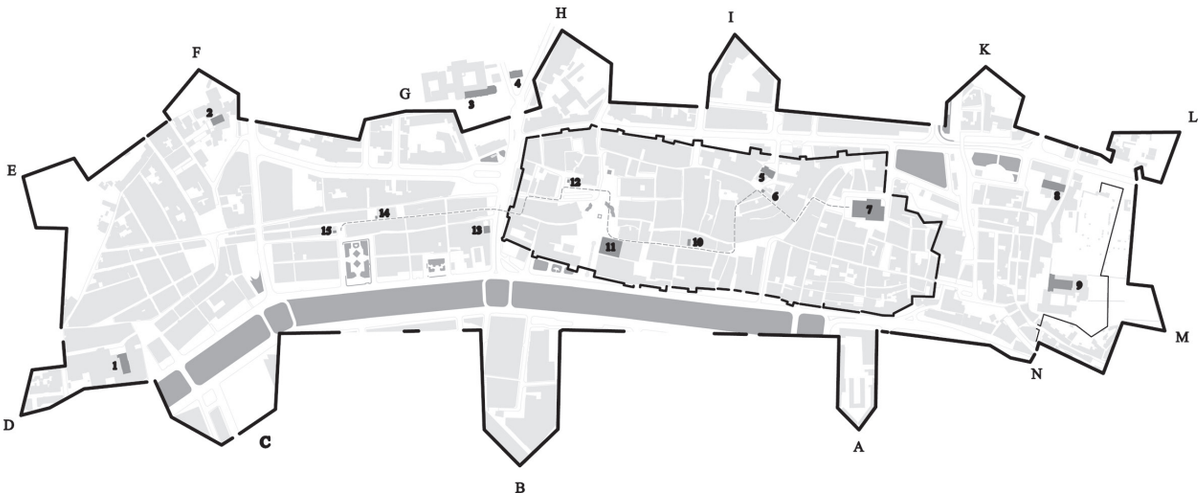
A procissão evoca o caminho, ela toma o sentido de peregrinação e procura mostrar a visão cristã da brevidade da vida e da fé no além. Os Passos da Paixão, nesse sentido, são um caso paradigmático. Procuram retratar as últimas horas da vida de Jesus. Através da sua dramatização procura tornar claro e acessível a todos os crentes o sentido do sacrifício da vida de Cristo e esclarecer o significado da Páscoa cristã. É este o propósito da *Via Crucis*. Originalmente existiam 14 passos, mas as suas versões simplificadas tinham sete apenas, tal como as da *Via Matris* (*dolorosae*) (Falcão, s.d., p. 131-135), da *Via Sanguinis* (que procura fazer a evocação das sete efusões de sangue de Cristo explícita ou implicitamente recordadas nos Evangelhos), e da *Via Lucis* (que recorda as várias aparições de Cristo ressuscitado). A sua origem data do século XIV e é incentivada pelos franciscanos para ser praticada na Sexta-feira Santa. Na sua génese era uma imitação da peregrinação a Jerusalém, numa fase pós-cruzadística. Representava-se a agonia de Jesus, do *Getsemani* até à crucificação, com momentos de meditação e oração nas várias estações. Esta representação dinâmica tem um forte cunho popular, como é constatável na estação da "Verónica", inexistente nos Evangelhos. A forte influência, no século seguinte, das obras da *Nova Devotio*, que recentram Jesus na religiosidade popular, o uso que se deu à *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia e às *Meditationes* do Pseudo-Boaventura, reforçam a atenção nas personagens e nas situações do drama sagrado (Sousa, 1999, p. 59-71).

Em Portugal, a Irmandade dos Passos de Lisboa é fundada por Luís Álvares de Andrade, que pretendia suscitar a devoção pela Santa Cruz. Esta foi apadrinhada pela Companhia de Jesus, mas instalada no Convento dos Agostinhos da Graça, em 1586. É esta irmandade que vai importar, de Sevilha, o modelo de procissão, que representava o caminho doloroso do Pretório ao Calvário. O arcebispo de Lisboa envolve-se pessoalmente no projecto, assistindo a confraria na marcação dos Passos ao longo da cidade de Lisboa, num percurso que levava de S. Roque à Nossa Senhora da Graça. É ao longo da centúria seguinte que a procissão dos Passos da Paixão de Cristo se vai assumindo face às demais realizadas em Lisboa, expandindo-se, principalmente no século XVIII, para as mais variadas localidades metropolitanas e

coloniais, através de um sistema de cedência de direitos às irmandades locais, nomeadamente as Misericórdias. Inicialmente os Passos eram construídos em estruturas precárias, sendo só edificados permanentemente no século XVIII (Sales e Azevedo, 1925).

A Santa Casa da Misericórdia integrar a nova procissão dos Passos da Paixão com relativa facilidade, uma vez que já em si centralizava as celebrações públicas da Semana Maior, ou Semana Santa (Santos, 2011), celebrando os momentos essenciais da fé cristã. Para além da Eucaristia na Quinta-feira Santa, fazia sair à rua duas procissões, uma na Quinta-feira e outra na Sexta-feira respectivamente. A procissão das Endoenças (ou do Senhor Ecce Homo), de carácter penitente e disciplinante, era destinada "à remissão das faltas dos penitentes públicos, e a Procissão do Enterro do Senhor, trazida de Jerusalém pelo P.e Paulo de Portalegre – nos finais de Quatrocentos – para o Convento de Vilar de Frades e rapidamente difundida e assimilada por todo o país" (Tojal e Pinto, 2002, p. 90-96). Almeida Carvalho, erudito investigador local de Oitocentos aponta-nos a recriação da terceira procissão, também na Sexta-feira de Paixão, quando nos diz que "A Procissão do Senhor dos Passos, em fins do século 17.º era feita pela Confraria da Misericórdia [, pelo menos desde 1610] (ADS – FAC, 37/9, f 4), visto que em Setúbal não havia sido instituída, como em Lisboa, a irmandade da cruz que ali nesta cidade fazia a dita procissão, mas como por aquele tempo não só a mesa de conselheiros da confraria da misericórdia, mas toda a nobreza da Setúbal desejavam e queriam instituir nesta vila a irmandade da cruz, à qual ficaria incumbida a mesma procissão dos Passos, a mesa e confraria da misericórdia, em 3 de Março de 1678, limita de si a posse que tinha a favor da procissão, contando que se usasse a irmandade da cruz na igreja de Santa Maria da Graça, e a ela ficassem pertencendo as obrigações, condições, compromisso e tudo mais que tocasse ao bem/bom e aumento da dita irmandade, sob condição que esta nunca poderia ter tumba para os enterros, não obstante qualquer breve ou ordem, que tivesse a irmandade da cruz de Lisboa, ou outra irmandade da cruz, e no caso contrário, poderia logo a Casa da Misericórdia tornar a fazer a procissão dos passos, e ficar em sua antiga posse, como então se achava. E com sob esta condição prometem conservar a irmandade da cruz o direito que lhe cedem, de fazer, a procissão. E sendo caso que não permitisse Deus, de não se fazer a procissão dos Passos, não se conservando sempre com aquela mesma solenidade, com que se fazia até então, pela Casa da Misericórdia, em tal caso esta poderia tornar a tomar posse dela o que não fazia enquanto se fizesse na forma do seu compromisso" (Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Almeida Carvalho 37/9, f. 5 e 6 – extraído de Livro n.º 223 – Termos e Acordãos da Mesa de 1671 – 1713, f. 97 – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia

1. Instituto de Arquivos Nacionais – Torre do Tombo e a *Planta da Vila de Setuval* da autoria de *Maximiano Joze da Serra*, Sargento-Mor do Real Corpo de Engenharia, elaborada em 1805 – Museu de Setúbal/Convento de Jesus.



2. Sobreposição do traçado da muralha medieval e da muralha setecentista com a malha urbana, actual, da cidade de Setúbal.

de Setúbal). Os membros da Irmandade dos Passos de Setúbal são os próprios mesários da Santa Casa local (Abreu, 1999, p. 269).

Assim, passaram a ser três as procissões Pascais: a dos Endoenças, na Quinta-feira, com percurso circular, começando e terminando na Capela da Misericórdia, plasmada no capítulo 34.º do Compromisso da Irmandade, realizada desde 1500, com passagem pelas outras igrejas dentro das muralhas da Vila. Segue-se a dos Passos, à Sexta-feira ao anoitecer, com percurso linear irregular, entre a Igreja de Santa Maria e a de Nossa Senhora da Anunciada, promovida pela Irmandade dos Passos de Lisboa (Confraria da Cruz) em parceria com a Santa Casa local, desde 1678. Seguia-se a Procissão do Enterro, nessa mesma Sexta-feira à noite, com percurso entre a Capela da Misericórdia e uma das igrejas paroquiais, instituída pelo Compromisso da Irmandade, realizada desde 1500, com passagem pelas outras igrejas dentro das muralhas da Vila, sendo apoiada pela Irmandade, mas igualmente de organização concessionada.

Somente a partir de 1738 foram edificados os Passos definitivos, um conjunto de cinco peças da autoria de João Baptista de Castro (Silva, 1990, p. 35), feitas "com a esmola dos fiéis" como claramente indica a inscrição em todas elas (Os ditos Passos foram doados pela Irmandade dos Passos à Santa Casa da Misericórdia em 1862, conforme ao Auto de Posse sito no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: "Auto de Posse – Todas as Alfaias, bens e direitos que pertenciam à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos dada em 2 de Julho de 1862 à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal; cinco capelas situadas em diversas localidades desta cidade, e que servem de estações dos cinco passos, avaliadas em duzentos e setenta e cinco mil reis."). Todos os edifícios envolvidos nesta procissão ainda existem no Centro Histórico de Setúbal (Santos, 2011), quer os Passos, quer as igrejas. Os cinco Passos têm um traçado idêntico, de características barrocas, de plantas quadrangulares, simples e regulares. A disposição de elementos foi feita de forma a enaltecer a verticalidade dos alçados, com uma cobertura homogénea em telhado baixo. As fachadas principais são constituídas por um embasamento de cantarias, enquadradas em cunhais formados por pilastras trabalhadas, com portais sobrepujados por arco de volta perfeita com pedra de fecho, emoldurado por uma arcada de arco direito; os portais com tímpano, de duas folhas, implantadas numa estrutura de ferro e vidro, não são as originais, que seriam de duas folhas de madeira e respectivas ferragens, provavelmente pintadas nas faces internas. Porém, apesar da sua razoável conservação formal, apenas um, situado no Largo da Verónica, com uma pintura da Verónica, permite entender o percurso que era efectuado.

Para se perceber o que implicava esta procissão é necessário conhecer os lugares por onde passava e os seus símbolos e significados. Pensamos pois que a primeira estação se passaria dentro da Igreja de Santa Maria, onde estaria Jesus no Pretório. O ano concreto da edificação dedicada a Santa Maria da Graça é desconhecido, mas sabemos que foi por meados do século XIII. A igreja foi reconstruída já na segunda metade do século XVI, pela mão do notável arquitecto António Rodrigues. Assenta sobre um pódio, tal qual templo romano, com uma fachada sóbria e geometricamente equilibrada, como que se inclina sobre o largo que o antecede, causando no observador uma sensação

de ligeira atemorização. A perfeita geometria mantém-se no seu interior, onde a luz, desafogada, inunda as três naves do templo. São de particular interesse as colunas pintadas em Setecentos, bem como o belíssimo tecto da mesma centúria, onde temos algumas das figuras axiais do cristianismo. Há esculturas de belíssimo recorte que datam desde o século XV e o altar, de talha dourada, vislumbra. As capelas laterais merecem um olhar atento, tendo alguns túmulos de fino recorte. À esquerda da igreja, temos o Largo do Corpo Santo,

3. 1.º Passo – Pretório – Sé Paroquial de Setúbal - Santa Maria da Graça.

4. 2.º Passo – Primeira das três quedas de Cristo, prostrado por terra sob o peso do madeiro da cruz.

5. 3.º Passo – O doloroso reencontro de Maria com seu Filho.

6. 4.º Passo – Simão Cireneu ajuda Cristo, prostrado, a suportar o peso da cruz.

7. 5.º Passo – Verónica enxuga o rosto de Cristo.

8. Retábulo do Passo da Verónica.

com a Casa do Corpo Santo. Data de 1714 a construção do Palácio dos Cabedos (família aristocrata, provavelmente de origem castelhana, que se afirma em Setúbal e Portugal na época dos descobrimentos), tal como o podemos adivinhar ainda hoje por entre as alterações oitocentistas ao edifício. Este Palácio ocupava uma área enorme, principalmente sabendo que se tratava de um palácio urbano, acrescendo ainda a particularidade de estar dentro das muralhas medievais, mandadas erigir por D. Afonso IV. No entanto, e provavelmente por um misto de acto piedoso e de interesse comercial, esta família que possuía fortuna, também através dos negócios ligados ao Sal, com marinhas, pelo menos, até Palma, oferece uma parte deste Palácio à Confraria do Corpo Santo. Esta Confraria, de origem medieval (o primeiro compromisso data de 1340), era a mais importante de Setúbal, pois congregava no seu seio os interesses dos pescadores, armadores e dos marítimos (de onde provinha a riqueza da então *Vila de Setuval*), e tal reflectia-se no poder económico e político que esta tinha, com benefícios dos monarcas e capela e jazigo próprios na capela da Epístola da Igreja de Santa Maria. A capela do Evangelho pertencia aos Salemas, outra importante família setubalense, cruzada com os Cabedos e os Sandes. Por detrás desta Igreja, como que apoiando a nobreza local, ficava a capela e colégio dos Jesuítas.

Era deste templo, complementado por este largo aristocrata que saia a procissão, passando para a medieval rua direita, cortando na Rua dos Almocreves, até chegar ao Largo de Santo António, com uma capela com o mesmo nome, que albergava algumas das mais importantes confrarias profissionais de artesãos (pedreiros e carpinteiros). Aí está o primeiro Passo (segunda estação), com a primeira das três quedas de Cristo, prostrado por terra sob o peso do madeiro da cruz. Virando a Sul, corta-se pela antiga judiaria e rapidamente se chega a um novo largo, onde se instalou a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, no espaço do medieval Hospital do Espírito Santo. Aí foi antigamente o ponto fulcral da artéria financeira de Setúbal. A ligação entre a actual Rua da Velha Alfândega, com a Alfândega portuária (actual Biblioteca Municipal), a capela da Misericórdia, a Rua dos Ourives (actual Rua Dr. Paula Borba) e a Rua dos Mercadores (actual Rua Serpa Pinto), centrava o mais lucrativo da actividade económica e da actividade financeira. A documentação das irmandades fala-nos de ourives de ouro, ourives de prata e ourives não específicos, mostrando um grau de especialização que levou à posse de marcas de contrastaria próprias de Setúbal. Tal concentração de oficinais tão especializados na arte dos metais é reveladora do volume de capital moeda que circulava em abundância nesta via. Aí circulavam os mercadores do Norte da Europa, o ouro e o tabaco que vinha do Brasil, o ouro e os escravos que vinha de África, as porcela-

9. 6.º Passo – O encontro de Cristo com as mulheres de Jerusalém que choram por Ele.

nas da China e muitos outros produtos exóticos dos vários continentes. Por esta razão Setúbal era então a terceira povoação do país. Este animado ambiente de hiper-abundância e cosmopolitismo, que se estendia ainda ao Largo da Ribeira Velha e à Praça de Bocage, em claro contraste com a modéstia do Troino e Palhais, fez com que em torno desta área se instalassem os palácios das famílias aristocráticas mais relevantes, das quais restam ainda alguns exemplos e muitas outras

10. 7.º Passo – Calvário – Local onde se encontrava a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada, actualmente é o Centro de S. Francisco Xavier, da Caritas Diocesana de Setúbal.

pedras de armas. Naturalmente é neste ponto que encontramos o segundo Passo, na Rua dos Ourives, com o doloroso reencontro de Maria com seu filho.

Avançando para poente, chegamos naturalmente à antiga Praça do Sapal, actual Praça de Bocage. O desafogo que demonstra contrasta claramente com o urbanismo liliputiano do restante centro histórico, em projecto urbanístico promovido por D. João III. Dois dos três edifícios dominadores do espaço ainda subsistem. O palácio dos Duques de Aveiro foi irremediavelmente perdido em 1755, sendo que o actual Governo Civil é palidíssima amostra da sua anterior opulência. A igreja de S. Julião, orago benévolo dos pescadores, foi o segundo templo a ser edificado em Setúbal, ainda no século XIII. Padeceu bastante com a sua localização, tornando-o particularmente exposto aos malefícios dos terramotos, sendo que sofreu terrivelmente em 1531, 1755, 1858 e 1909. A sua fachada é barroca, ostentando os fogaréus pombalinos derribados do seu poiso altaneiro em 1858. Mantém ainda as portas manuelinas, belíssimo trabalho em calcário do segundo templo, da autoria de João de Castilho, arquitecto dos Jerónimos, com um grande retábulo no altar-mor da autoria de Gregório Lopes, nome maior da pintura quinhentista portuguesa, do qual apenas resta hoje o "Nascimento de Adão" e "Santana e S. Joaquim", este último na Galeria de Pintura Quinhentista do Museu de Setúbal/Convento de Jesus. No seu interior, muito transformado pelos tempos, temos um altar policromo, D. Maria, mas, principalmente, temos um conjunto azulejar alusivo à vida de S. Julião, de extremo interesse, pois retrata muitos dos hábitos quotidianos de Setecentos, altura da sua criação, como, por exemplo, as palhotas dos pescadores ou os cortejos fúnebres. Por último, a Câmara Municipal, edifício da traça de Raul Lino, evocando o edifício anterior ao incêndio aludido de 1910, de construção manuelina também. A Câmara havia-se mudado do Largo da Ribeira Velha para a Praça do Sapal no século XVI, juntando-se aos restantes elementos do poder que caracterizam o Antigo Regime. A ligação entre poderosa da aristocracia e da igreja foi o esteio dessa elite enriquecida pelo sal de Setúbal, foi essa aliança que permitiu o contraste evidente entre a riqueza da sua Rua Direita e a miséria dos restantes bairros. Contudo, um outro edifício passa despercebido face a estes, mas que é particularmente relevante. É a Casa do Corpo da Guarda, espécie de aquartelamento militar urbano, destinado à delimitação da estratégia de defesa entre Tejo e Guadiana. É precisamente neste edifício, e não nos outros, que se vai construir o terceiro Passo, com Simão Cireneu que ajuda Cristo a suportar o peso da cruz (S. Mateus. S. Marcos e S. Lucas referem este momento). Note-se

que as portas do Passo estão voltadas para a frente do palácio dos Salemas.

Após esta etapa, seguia-se o percurso pela actual Rua Augusto Cardoso, galgava-se a ribeira do Livramento através da ponte principal e entrava-se no Troino, através da sua Rua Direita (actual Fran Pacheco). Poucos bairros são tão afamados em Setúbal, como o bairro do Troino. Teve a sua génese no final da Idade Média, com a instalação dos mais pobres na área extra-muralhas, ficando, eles e os seus bens, à mercê de um qualquer senhor da guerra. O bairro de palhotas e marinhas foi sendo alterado por um outro de edifícios de pedra e cal, expandiu-se, tornou-se mesmo na freguesia mais habitada da então vila salineira. Penetrando pelo Troino, entramos numa bem conservada malha ortogonal. Rapidamente chegamos a um primeiro Largo, o da Verónica, que deve o seu nome ao Passo aí construído. É o quarto Passo (quinta estação), onde a dita mulher alivia Jesus limpando-lhe o rosto.

Poucos metros seguindo para poente, encontramo-nos no quinto Passo, na Rua Frei Agostinho da Cruz, onde se representava Cristo prostrado sob a cruz, dirigindo-se às filhas de Jerusalém dizendo: "não chorais por mim, chorai antes por vós mesmas, e por vossos filhos" (Lucas 23, 28). Imediatamente a seguir temos o antigo Largo da Anunciada, actual Largo Teófilo Braga, onde muitos são os pontos de interesse. Para além dos palácios urbanos espalhados, de famílias em ascensão social, é a antiga igreja de Nossa Senhora da Anunciada que centra a atenção. Actualmente é o Centro de S. Francisco Xavier, da Caritas Diocesana. Antiga paroquial, tem associada inúmeras histórias de misérias e grandezas da condição humana. Anexo, a actual Cúria Diocesana, com o seu museu, antigo hospital da confraria da Anunciada. Os dois edifícios, ligados umbilicalmente, são a materialização poderosa da lenda que faz nascer este território: *Em hum dos bayrros da mesma Villa de Setuval, chamado o Troyno, há hum Templo, em que he venerada hua milagrosa Imagem da Mãy de Deos, pela qual este Senhor tem obrado em todos os tempos, depois de seu apparecimento, estupendos milagres, & grandes maravilhas. A origem desta Sagrada Imagem, & seus princípios se referem nesta forma. Andava hua pobre velha na praya recolhendo cavacos, & os pàos que o mar lançava à terra, para levar para sua casa, & para se ajudar delles contra os rigores do frio; posta em sua casa, & accendendo o fogo, os foy pondo nelle. Hum destes, que lhe pareceo cavaco como os mais, depois de o pòr no fogo saltou delle ao meyo da casa, & tornando a metello no fogo segunda vez lhe succedeo o mesmo, & também terceyra, mas já com hum grande resplandor. Admirada a boa mulher, levantou aquelle que lhe havia parecido cavaco, & advertindo com mais attenção o que seria; vio que era hua imagem de nossa Senhora; com cuja vista cheya toda de pasmo, & admiração exclamou dizendo: Virgem Annunciada. A cujas vozes acudindo a vizinhas, & atraz dellas o povo todo de Setuval, & entre elle alguns Ecclesiasticos, que deliberaraõ se puzesse a Santa Imagem em lugar decente, como se fez.*

Começou logo a obrar nosso Senhor outras maravilhas, com que se accendeo tanto naquelle devoto povo a devoçaõ para com a Santa Imagem, que tomaraõ por sua conta os homes bõs levantarlhe hu fermoso Templo, em que a Mãy de Deos fosse servida, & louvada; o que executaraõ com muita grandeza, & generosidade. Succedeo esta invençaõ da Senhora pelos annos de 1260 & tantos: porque foy o seu apparecimento no reynado de ElRey D. Affonso o III, chamado o Conde de Bolonha, que morreo no de 1279. Depois que os homes bõs (isto he, os homes nobres daquella Villa) edificáraõ a Casa da Senhora, tratáraõ de a collocar nella; o que fizeraõ com muyta solemnidade, & despeza; & a tudo os movia a multidaõ de maravilhas que a Senhora obrava. Recolherão-na em hua rica custodia de ouro, puzerão hua relíquia do Santo lenho da Cruz, metida em hum viril de cristal.

Entrando na Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada, via-se então Cristo crucificado entre os dois ladrões, o Calvário, terminando a procissão com a sua morte. Era neste complexo arquitectónico que estava o dito hospital de mulheres, promovido pela confraria de objectivos sociais principal dos não nobres. O espaço onde estavam confinadas, paredes-meias com a paroquial da Anunciada, relembrava a todos o como era a vida na parte mais pobre da povoação, a zona a poente da ribeira do Livramento. A associação da paroquial ao hospital mostrava, por outro lado, que a salvação daquela existência só podia ser alcançada através da Igreja, algo que estava bem enraizado nas mentes da população. Portanto, após uma vida dura, aquando da viuvez ou da orfandade, as mulheres tinham a sua réstia de dignidade através da contrição dos pecados e da salvação propalada pelo sacerdote. Nele também existia uma enfermaria para os capuchinhos da Arrábida e para os franciscanos de Brancanes, reformados por António das Chagas.

Enfim, neste caminho, menos de 1000 metros, concentram-se os marcos da paisagem que definem as escolhas das elites aristocráticas e económicas; onde se vê, de forma evidente, como se materializaram os lucros desse autêntico ouro branco que foi o sal estuarino, onde se definia como e quem mandava, num equilíbrio de poderes entre igreja, aristocracia mercantil e militar, esta última que se congregava em torno da Santa Casa, cultivando predisposição para a piedade, incorporando o bairro dos pobres (e os próprios pobres) no itinerário da procissão.

A comoção provocada pela rememoração colectiva dos sofrimentos que Cristo passou em nome de toda a humanidade, permitia transmutar, na obscuridade nocturna, a ordem natural das coisas. Quando se abriam os portões dos Passos é como se deles dimanasse uma força espiritual que convertesse o espaço profano da urbe em espaço sagrado. O percurso, apesar de labiríntico, era um labirinto pleno de sentidos e rico de significados, pois os espaços realçados contam uma determinada visão da comunidade, a interpretação de si para si mesma. Tratava-se de um percurso dos ricos e dos pobres, dos cristãos-velhos e dos cristãos-novos, dos homens e das mulheres, em suma, tentava ser um momento que permitia a coesão social da totalidade da comunidade, afastada em nome das aparências e dos preconceitos, alimentados secularmente, todos os outros dias do ano.

CARTOGRAFIA

Planta de 1580, executada por F. Terzi – Códice da Casa de Cadaval, n.º 29, planta 80 Instituto de Arquivos Nacionais-Torre do Tombo.

Planta do Porto de Setúbal na Descrição do Reino do Algarve, finais do século XVI IAN/TT.

Demonstração da barra de Setuval in *Atlas de João Teixeira*, século XVII – Sociedade de Geografia de Lisboa.

Planta da Praça de Setuval, encomendada pelo Marquês de Fronteira, executada em 1690 – Plantas das Fortalezas da costa portuguesa entre V. N. De Mil Fontes e as Berlengas, cc., n.º 28, rolos 640-41, Instituto de Arquivos Nacionais-Torre do Tombo.

Planta da Vila de Setuval da autoria de Maximiano Joze da Serra, Sargento Mor do Real Corpo de Engenharia, elaborada em 1805 – Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

ARQUIVO

Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Almeida Carvalho 37/9, f. 4.

Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Almeida Carvalho 37/9, f. 5 e 6 – extraído de Livro n.º 223 – Termos e Acordãos da Mesa de 1671 – 1713, f. 97 – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: "Auto de Posse – Todas as Alfaias, bens e direitos que pertenciam à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos dada em 2 de Julho de 1862 à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal; cinco capelas situadas em diversas localidades desta cidade, e que servem de estações dos cinco passos, avaliadas em duzentos e setenta e cinco mil reis."

BIBLIOGRAFIA

ABREU, L. (1999) – *Memórias da Alma e do Corpo*. Viseu: Palimage, p. 269.

BLOT, M. L. de B. H. P. (2001) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 2 volumes.

ELIADE, M. (1992) – *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes.

FALCÃO, M. F. F. (s.d.) – *Directório da Piedade Popular e Litúrgica*. S.l.: Ed. DPPL, p. 131-135.

FARIA, C. V. de (1990) – História urbana de Setúbal, olhar o passado – perspectivar o futuro in *Setúbal na História*. Setúbal: LASA, Setúbal, p. 41-49.

LUCAS (S.) – *Evangelho segundo S. Lucas*, cap. 23, vers. 28.

NETO, J. L. (2010) – *A Idade do Ouro Branco…*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010, Parte II, cap. 7.

PEREIRA, F. A. B. (1990) – A mais antiga planta de Setúbal in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, vol. 1, p. 145- 154.

PEREIRA, F. A. B. (1993) – O centro histórico de Setúbal e os seus principais valores Patrimoniais in *Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares "A Cidade"*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 503- 513.

SALES, E. e AZEVEDO, P. de (1925) – *Livro Santa Cruz e Passos*. Lisboa: Ed. autor.

SANTOS, J. F. S. (2011) – *Os Passos da Paixão de Setúbal*. Lisboa: Universidade Lusófona.

SILVA, D. S. (2011) – *Rituais e celebrações públicas da assistência em Setúbal, do final da monarquia constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*. Lisboa: ISCTE - IUL.

SILVA, J. C. V. da (1990) – *Setúbal*. Lisboa: Presença, p. 35.

SOUSA, I. V. (1999) – *Da fundação da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, p. 59-71.

TOJAL, A. A. e PINTO, P. C. (2002) – *Bandeiras das Misericórdias*. Coord. Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, p. 90- 96.

O LUGAR DA TORRE DOS SINOS (CONVENTO VELHO DE S. DOMINGOS), COIMBRA

NOTAS PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO DOS TERRENOS DE ALUVIÃO, EM ÉPOCA MODERNA

SARA ALMEIDA Arqueóloga do Gabinete para o Centro Histórico (GCH) – Câmara Municipal de Coimbra
RICARDO COSTEIRA DA SILVA Bolseiro de doutoramento da FCT. Investigador do CEAUCP
VÍTOR DIAS Bolseiro de doutoramento da FCT. Investigador do CIDEHUS-UE
JOÃO PERPÉTUO Arqueohoje – Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

RESUMO Em Coimbra diversos registos concorrem para revelar a instabilidade das margens do Mondego que, a partir de Época Medieval, transpõe recorrentemente as plataformas ribeirinhas, em virtude do assoreamento do seu leito.
Testemunham este fenómeno diversos documentos escritos, cartográficos, fotografias e ilustrações, sobressaindo a este respeito o título de *Basófias* atribuído, por iniciativa popular, ao rio devido à irregularidade do seu caudal.
A evolução da modelação topográfica da Zona da Baixa é um aspecto fundamental para a compreensão das estratégias de ocupação desta zona da cidade, marcadas pela firme determinação em contrariar as adversidades do meio e investidas das águas.
No decurso de uma acção de arqueologia preventiva, junto à Avenida Fernão de Magalhães, foi possível pôr a descoberto vestígios do Convento Velho de S. Domingos, a cerca de nove metros abaixo da actual cota de circulação.
O pacote estratigráfico circunscrito entre os níveis de formação da referida Avenida (no século XX) e de abandono definitivo do edifício conventual (no século XVI) oferece uma visão privilegiada do processo de sedimentação neste local e por extensão da área circundante.
Pretende-se, por conseguinte, analisar os fenómenos de deposição detectados (antrópicos e aluvionares) e fornecer uma imagem das principais fases de sedimentação que modelaram o terreno ao longo da Época Moderna.

PALAVRAS-CHAVE Rio Mondego, assoreamento, Época Moderna, Convento Velho de S. Domingos

INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta da aplicação das medidas de minimização de impacte patrimonial, nomeadamente de Acompanhamento Arqueológico de Obra, referentes ao projecto de construção de – *Edifício de Habitação, Comércio e Parqueamento no n.º 221 da Av. Fernão de Magalhães, Coimbra*, da responsabilidade técnica de dois dos autores (V. D. e R. C. S.).
O empreendimento situa-se em plena "Baixa de Coimbra", nas cercanias do Mondego (fig. 1) e implicou um "desaterro" de 15 m de profundidade, numa área estimada de 1900 m² (25,6 m x 73,6 m).
No decorrer do acompanhamento da remoção mecânica de terras detectou-se, a nove metros abaixo do nível de circulação actual, um complexo conjunto estrutural, pertencente ao Convento Velho de S. Domingos, na sequência do qual o acompanhamento foi suspenso, para ceder lugar à escavação arqueológica daqueles contextos. Nestas circunstâncias e em virtude da distribuição das estruturas arqueológicas, o processo de escavação, dirigido fundamentalmente por um dos autores (J.P.) circunscreveu-se à metade oriental do polígono, entre os 12,5 m e os 8,5 m de altitude. Os resultados decorrentes da escavação do complexo conventual, construído no século XIII e abandonado no século XVI, encontram-se em fase de análise, prevendo-se para breve a sua divulgação. Após esta fase de escavação arqueológica o Acompanhamento Arqueológico viu-se retomado.
No presente contexto, centrar-nos-emos nos dados emanados do acompanhamento arqueológico da obra, com especial destaque para os que oferecem uma imagem ilustrativa dos processos de deposição sedimentar, após o abandono do local pelos dominicanos.

CONTEXTO

Em Coimbra, até à regularização do leito do Mondego (na segunda metade do século XX), as margens do rio

eram, amiúde, assoladas por inundações. Testemunham este facto documentos escritos, cartográficos, fotografias e ilustrações, sobressaindo, neste particular, o nome *Basófias,* popularmente atribuído ao rio, devido à irregularidade do seu caudal.

É sobretudo a partir de Época Medieval que se documenta a transposição das plataformas ribeirinhas. Na origem deste fenómeno, de alteração dos processos erosivos e de sedimentação da bacia fluvial, estará a crescente desflorestação, ocorrida a montante de Coimbra, motivada pela necessidade de madeira e da expansão dos terrenos agrícolas, impulsionada pelo aumento populacional (Martins, 1940).

O regime semi-torrencial do rio resultou no abandono de diversos edifícios dos quais se destacam os conventos de Sant'Ana (em 1284), S. Francisco (em 1609), Santa Clara-a-Velha e S. Domingos. Relativamente a estes últimos, a arqueologia revela como as tentativas para contrariar e retardar a trasladação das instalações (materializada em transformações do espaço edificado e sucessiva elevação dos pisos) se revelaram ineficazes face aos episódios de inundação.

A este propósito, Frei Luiz de Sousa (*apud* Ruas, 1934-1936, p. 56) na sua *História de S. Domingos*, apresenta um quadro vibrante dos acontecimentos e da identificação das suas causas. Conta-nos como o rio, no século XIII, "corria fundo, e alcantilado" e "Sendo corridos trezentos anos da fundação, vierão a ser tam grandes as enchentes do Mondego, que acontecia de inverno estar o Convento muitos dias feito ilha, e posto em cerco. Seguirão annos invernosos, continuarão, e crecerão as agoas com novo mal, que foy trazerem consigo grande poder de areas, e cegarem com ellas a madre do rio (...) e a força da agoa começou a lançar as areas por cima das mais altas margens, senhoreandose do campo, e entupindo cerca e officinas. (...) ajuntavase ao mal dos dilúvios, que as agoas de muito tempo encharcadas deixavão o Convento apaulado: e quando com o verão vinha a enxugar, era somente na face da terra: e ficava do interior lançando vapores que causavão graves doenças."

Já a compreensão do fenómeno, pelo religioso, é notável e brilhantemente exposta: "A causa de tanto mal sabida he (...) Chega a cobiça, ou a multidão e necessidade dos homens a não deixar palmo de terra, que não rompa. Em tempos muito antigos erão invioláveis as costas, e ladeyras que cahião sobre os rios, com medo do que oje se padece, e como cousa sagrada estava a cargo de se guardarem à conta dos melhores do Reyno. Lembrasse ouvir aos velhos, que receberão dos mais antigos, (...) Faz perder os campos muyto largos, e muito proveitosos, o querer aproveitar montes pola mayor parte esteriles, ou pouco fructiferos: achão as invernadas a terra bolida, levãona ao baixo e ficão despidos os altos até descobrirem os ossos, que são as lageas, e penedias, do centro, e assi ficão os campos perdidos, e os montes não dão proveito" (*ibidem*).

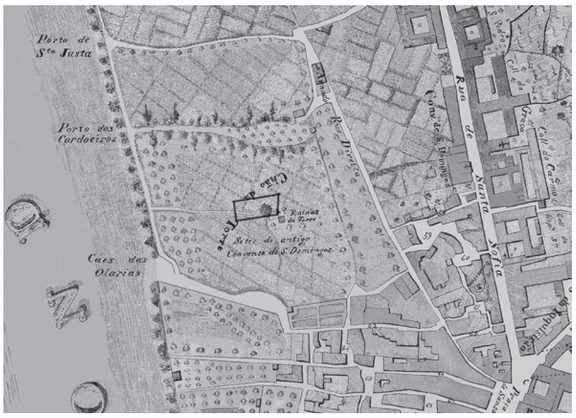
Na continuidade destes acontecimentos, o alagamento das margens e subsequente acumulação de depósitos impuseram a alteração da topografia da baixa da cidade, com o alteamento de terreiros e arruamentos, a edificação de muros de retenção e o declínio do aglomerado como entreposto fluvial (Tavares, 1999, p. 277). Assim e a "despeito de Regimentos, Provisões, Cartas-Régias" com vista à contenção do assoreamento, os efeitos das cheias persistem em fazer-se sentir ao longo da centúria de setecentos, sendo a paisagem então marcada por campos alagados de areias e um curso fluvial espraiado por múltiplos braços e pontuado por ínsuas (Ibid. p. 277-278).

Efectivamente, o estudo da evolução da modelação topográfica da Baixa revela-se fundamental para a compreensão das estratégias de ocupação desta zona histórica da cidade, marcada pelo desafio de resistir à repulsão das cheias mondeguinas. Em termos geomorfológicos, este corpo aluvionar ou coluvionar, integra-se nos depósitos quaternários congéneres das "Areias Vermelhas do estádio" tributário não só do Mondego, como aparentemente da linha de Ribela que ocupa a Falha a Norte da zona da "Alta" (Cunha [et. al.], 1999, p. 24).

Se atentarmos no traçado e perfil do Mondego, em frente à colina, o rio desenha um percurso pronunciado, que parece resultar de uma imposição tectónica, originando vertentes com arqueação côncava ou plana. Este é precisamente o ponto de transição entre o sector a montante, onde o curso é jovem, bem contido em meandros apertados e a jusante onde começa a alargar através do largo plaino fluvial, onde corre nos terrenos que depositou (Tavares, 1999). Ou seja, o fenómeno que pretendemos enquadrar situa-se precisamente no ponto de transição entre o *rio de montanha,* na sua fase de virilidade e *o rio de planície*, na sua fase de velhice, onde este perde a sua capacidade erosiva em detrimento do maior poder de transporte que adquire. Este novo curso, compreendido na orla mesozóica, é marcado pela diminuição da inclinação do leito, aumento do volume de águas e atulhamento do álveo pelas aluviões carreadas pelo rio (Martins, 1940, p. 86).

Neste sentido, é interessante observar o resultado do perfil de sondagens realizadas nos depósitos aluvionares entre a igreja de Santa Clara-a-Velha e o encosto direito da ponte na Portagem (Tavares, 1999). Este estudo efectuado num ponto relativamente próximo e que, portanto, tomamos como referência, dá-nos uma imagem da evolução da dinâmica fluvial à passagem pelo núcleo histórico de Coimbra. Aí, sobre o substrato

1. Localização da intervenção na planta topográfica de Coimbra.



2. Sobreposição do polígono de intervenção no Excerto da Planta Topográfica de Coimbra de Isidoro (1845).

rochoso, constituído por níveis margosos e carbonatados, assentam depósitos de terraço, assim como coluviais e corpos aluvionares (arenosos grosseiros a médios – C1) colmatando o canal principal do rio. À medida que nos afastamos da margem esquerda, em direcção ao eixo fluvial, regista-se um aumento da espessura aluvionar sob o actual canal activo do rio. Seguem-se corpos areno-lodosos com lentículas arenosas, onde se instala um ambiente apaúlado (C2). Sobre estes (C1 e C2) estabelecem-se areias grosseiras a médias com seixos, correspondentes à acreção do canal activo (C3). E finalmente, na plataforma da margem esquerda, verifica-se a acumulação de material de vertente e de origem antrópica (Ibid, p. 238).

A COLMATAÇÃO DO LUGAR DA TORRE DOS SINOS

Neste contexto de transformação da microtopografia da Baixa de Coimbra, o exercício de sobreposição da localização do empreendimento na cartografia antiga da cidade, nomeadamente na Planta Topográfica de Coimbra de Isidoro de 1845 (fig. 2), é bastante elucidativo deste processo de colmatação ribeirinha, fornecendo indícios significativos de realidades pré-existentes evocadas pela persistência da memória toponímica.

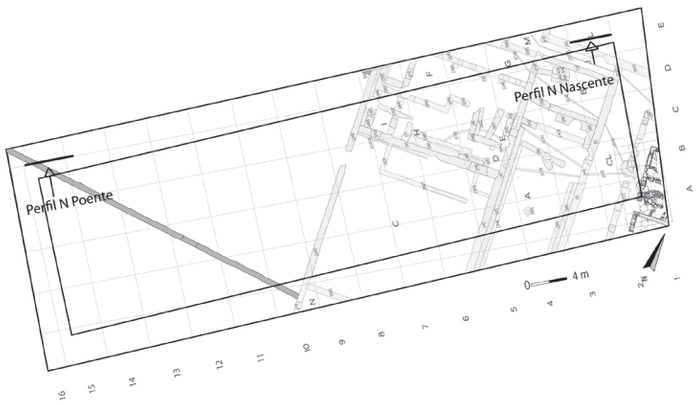
Assim, como podemos constatar, o referido polígono de intervenção incide num terreno estremado pelo Porto dos Oleiros, Cais das olarias e Rua Direita, ao centro do qual se vislumbra uma pequena construção quadrangular e onde se podem ler as seguintes designações: *Chão da Torre*, *Ruínas da Torre* e *Sítio do Antigo Convento de S. Domingos*. Ou seja, até meados do século XIX, a memória da primitiva casa dominicana e o reconhecimento da sua localização ainda se encontravam perfeitamente presentes. A este respeito, talvez só muito recentemente, com a abertura da Avenida Fernão de Magalhães, na primeira metade do século XX (Nunes, 2003, p. 67-70) e a urbanização descuidada desta zona, se tenham perdido todas as referências (toponímicas e paisagísticas) do antigo convento.

Tendo em conta o exposto, não obstante as indicações da elevada colmatação aluvionar desta zona e da suspeita da proximidade do Antigo Convento de S. Domingos, não foi sem surpresa que, durante o Acompanhamento Arqueológico, nos deparámos com os restos deste edifício medieval a 9m de profundidade relativamente ao nível de ocupação actual (fig. 3).

Posto isto, afigura-se-nos de grande interesse, para quem se debruça sobre as questões da evolução urbana e topográfica desta área, a publicação dos perfis estratigráficos gerais de referência registados no acompanhamento da obra em questão (fig. 4).

Os referidos perfis (fig. 5) foram progressivamente elaborados, à medida que se desenrolou o desaterro da área destinada a albergar o parque de estacionamento subterrâneo de 5 pisos, e ilustram as camadas mais representativas do registo sedimentar identificado. Nestas circunstâncias, reuniram-se as condições para detalhar a constituição dos depósitos sedimentares modernos e ancorar cronologicamente os prin-

3. Aspecto geral da escavação do Convento Velho de S. Domingos.

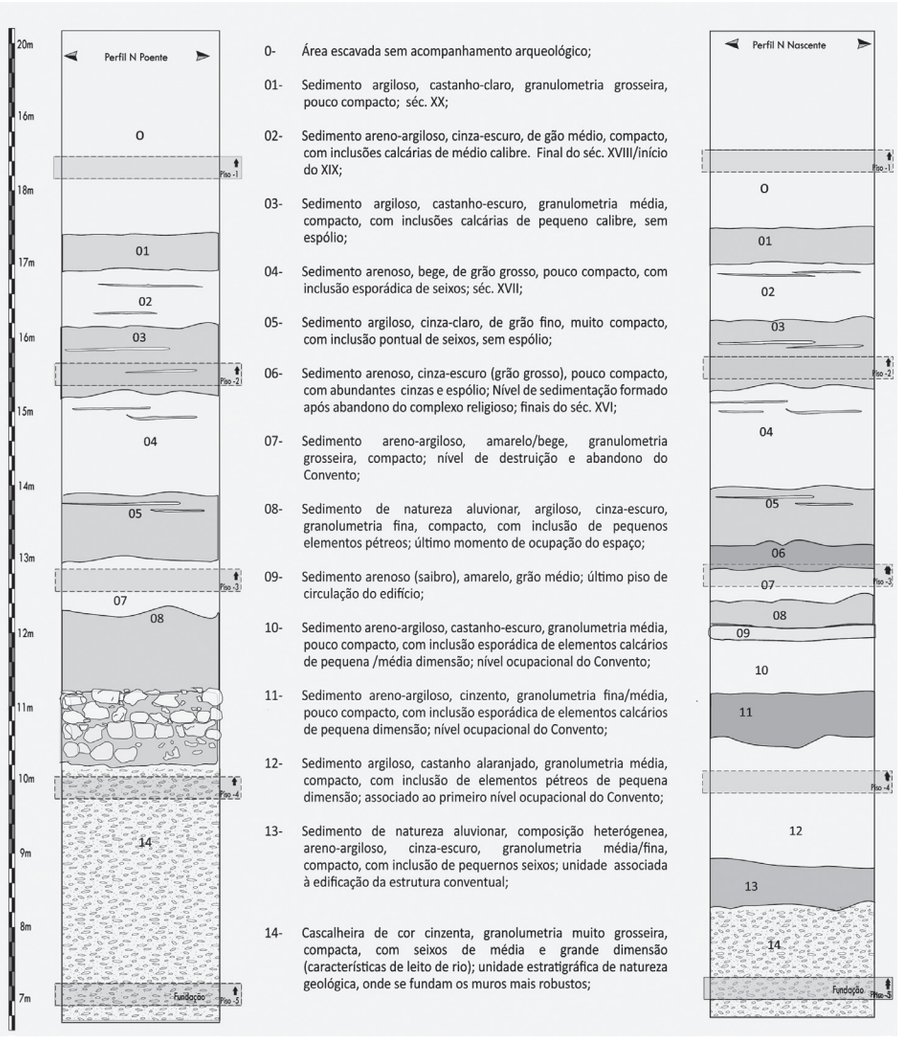


4. Planta da zona de intervenção com indicação da localização dos perfis apresentados.

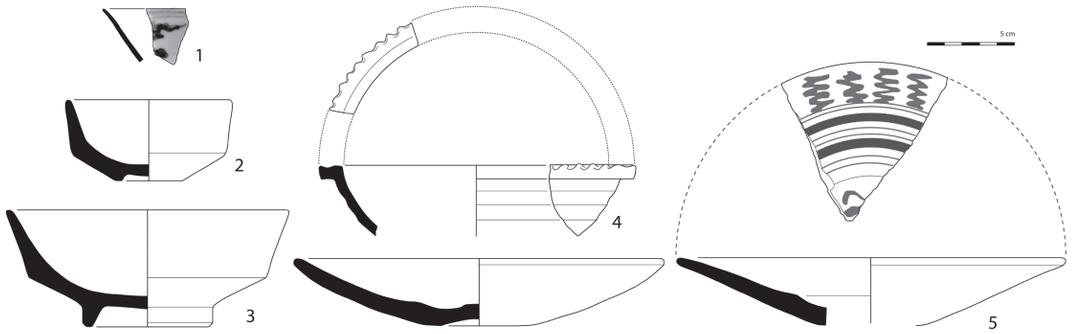
cipais momentos de colmatação neste local (tendo em consideração o espólio exumado), complementando assim os perfis de natureza geotécnica que dispúnhamos para este local.

A análise sumária dos perfis estratigráficos (fig. 5) aponta para a sobreposição de um corpo lodoso, onde se firmam os primeiros níveis de ocupação antrópica detectados, assente em depósitos de terraço ou coluviais, constituídos por um corpo conglomerático de seixos e calhaus (**14**).

Segue-se o horizonte estratigráfico relacionado com as diversas fases ocupacionais do Convento (**13** a **07**), rematado pelo respectivo nível de destruição e abandono. Sobre este, figura um corpo aluvionar (**06**) formado imediatamente após o abandono do local e que a análise do espólio associado permite fixar nos finais do sé-



5. Perfis estratigráficos da área de intervenção.



6. Cerâmicas exumadas na camada 06: 1 – Porcelana chinesa; 2 – Malga; 3 – Escudela; 4 – Tigela vidrada; 5 – Pratos.

culo XVI. Uma porção considerável do espólio recolhido nesta unidade estratigráfica correspondia a produções de barro vermelho, sob a forma de taças, panelas e tampas, registando-se igualmente a ocorrência de recipientes vidrados (potes e taças). O grupo numericamente mais expressivo do conjunto corresponde, contudo, à louça de mesa esmaltada de pastas bege-amareladas, maioritariamente sem pintura, com francos paralelos nas produções sevilhanas. Neste lote pontuam os pratos com fundo em ônfalo, as escudelas e as malgas carenadas (fig. 6). A presença de porcelana chinesa da dinastia Ming vem consolidar a proposta de datação de finais do século XVI atribuída a este estrato.

Sucede-se a alternância de camadas de aluvião, de matriz

7. Cerâmicas exumadas na camada 04: 1 – Testo; 2 – Pratos; 3 – Prato de majólica de azul sobre azul; 4 – Faiança; 5 – Sertã; 6 – Tacho/Caçoila; 7 – Almofariz; 8 – Taças; 9 – Bacia/Alguidar; 10 – Panelas; 11 – Potes; 12 – Cântaro e Bilha; 13 – Fogareiro; 14 – Caixa circular; 15 – Bases discoidais; 16 – Trempes.

lodosa e estéreis (compatíveis com períodos de inundação prolongada) com níveis de assoreamento, arenosos e com espólio associado. Com efeito, após a deposição de estrato lodoso (**05**) regista-se uma camada de areias finas e limpas (**04**) que se destaca por encerrar uma elevada quantidade de peças, relativamente bem conservadas e não raras vezes com perfis completos, que revelam uma assinalável diversidade morfo-tipológica (fig. 7).

Entre a panóplia formal detectada distinguem-se dez grupos funcionais: recipientes de cozinha (panelas, sertãs e caçoilas, almofariz), de mesa (tigelas, taças ou escudelas e pratos), de cozinha/mesa (púcaros), de armazenamento (potes), de armazenamento/mesa de líquidos (cântaros, bilhas e jarro), de higiene pessoal (alguidares, bispotes), contentores de fogo (candeias e fogareiros), de tampas/testos, peças de apoio à produção oleira e cerâmica de revestimento (azulejos). Sobressai do conjunto, em termos numéricos, a cerâmica doméstica comum em barro vermelho, apresentando por vezes vidrado (no caso de sertãs, panelas, alguidares e taças). Relativamente à cerâmica esmaltada, assinala-se a presença de pratos (incluindo majólica de azul sobre azul), escudelas e tacinhas (algumas das quais deformadas e com imperfeições ao nível do esmalte), bem como de peças em chacota, que se afiguram como produtos de descartes.

Associadas a estas ocorrências provenientes de descarte, regista-se a recolha de peças relacionadas com estruturas e contextos de produção de cerâmica. Enquadram-se neste contexto os fragmentos de grelha de um forno cerâmico, bases discóidais, trempes e um fragmento de caixa circular sem fundo, com perfurações laterais para encaixe de cravilhos. No caso das trempes, assinalam-se variantes ao nível do formato e pasta que acusam a variedade das peças manufacturadas. A ocorrência destes materiais é facilmente relacionável e por conseguinte reportável às olarias instaladas nas imediações e cristalizadas ainda na toponímia actual (rua dos Oleiros).

Em suma, o espólio proveniente deste nível (**04**) encontra paralelos em contextos renascentistas por todo o território nacional. Devido ao seu posicionamento e ao material exumado somos tentados a fixar a cronologia deste depósito no século XVII. Não obstante, reafirma-se que, na sua generalidade, este conjunto cerâmico se enquadra na cultura material quinhentista à excepção de um muito reduzido número de fragmentos de faiança (fig. 7, n.º 4) cuja produção poderá remeter para a primeira metade do século XVII.

De seguida, volta-se a registar a presença de um estrato de aluvião estéril, indicador de um significativo período de submersão (**03**), coberto por um depósito de areias associado a um momento de intenso assoreamento (**02**). Desta, por sua vez, destaca-se a recolha de uma taça hemisférica, em faiança, com marca a vinoso, no fundo e ao centro com um "S" e um "F" sobrepostos, associada a fabricos de Massarelos, posteriores a 1786, (Queirós, 1987, p. 286, n.º 284). Informação que abre a possibilidade deste estrato datar de inícios do século XIX.

NOTA FINAL

A estratigrafia apresentada permite, não só corroborar a cronologia de abandono definitivo do Convento Velho de S. Domingos, como projectar um cenário da evolução topográfica desta zona ribeirinha do Mondego ao longo de Época Moderna, devido à sua associação a lotes artefactuais bastante coerentes em termos cronológicos.

Assim, dos dados expostos, sublinha-se o acelerado processo de sedimentação verificado após o abandono definitivo do local em finais do século XVI (camada 06). Posteriormente, é possível enquadrar o mesmo fenómeno materializado em níveis de assoreamento do século XVII (camada 04) e ainda de finais do século XVIII / inícios do século XIX (camada 02). Estes episódios derivam da já referida degradação das vertentes do Mondego e da ausência de qualquer mecanismo de retenção das águas ribeirinhas neste local.

Por último, destaca-se a natureza do espólio recolhido na camada 04 reportável à actividade desenvolvida no bairro das olarias que se encontra adjacente. Esta realidade transparece na colecção cerâmica recolhida que ilustra modelos de louça, essencialmente de mesa e de cozinha, de produção local coimbrã recorrentes no século XVI e inícios do século XVII.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, L. [et. al.] (1999) – O "Julgamento" geomorfológico de Coimbra – O testemunhos dos depósitos quaternários. *Cadernos de Geografia.* Coimbra. p. 15-29. Actas do I Colóquio de Geografia de Coimbra.

GOMES, S. (2006) – A Igreja de S. Domingos de Coimbra em 1591. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra. XXXIX, p. 377-396.

MARTINS, A. F. (1940) – *O esforço do Homem na bacia do Mondego*. Coimbra.

NUNES, M. (2003) – *Ruas de Coimbra*. GAAC. Coimbra.

QUEIRÓS, J. (1987) – *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. Lisboa.

RUAS, H. F. (1934-1936) – Estudos sôbre o Mondego. *Anuário dos Serviços Hidráulicos*. p. 45-141.

TAVARES, A. (1999) – *Condicionantes físicas ao Planeamento - análise da susceptibilidade no espaço do concelho de Coimbra*. Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

CERCA DE SANTO AGOSTINHO, COIMBRA

ESTUDO PRELIMINAR DAS FASES EVOLUTIVAS E LINHAS PARA A SUA RECUPERAÇÃO

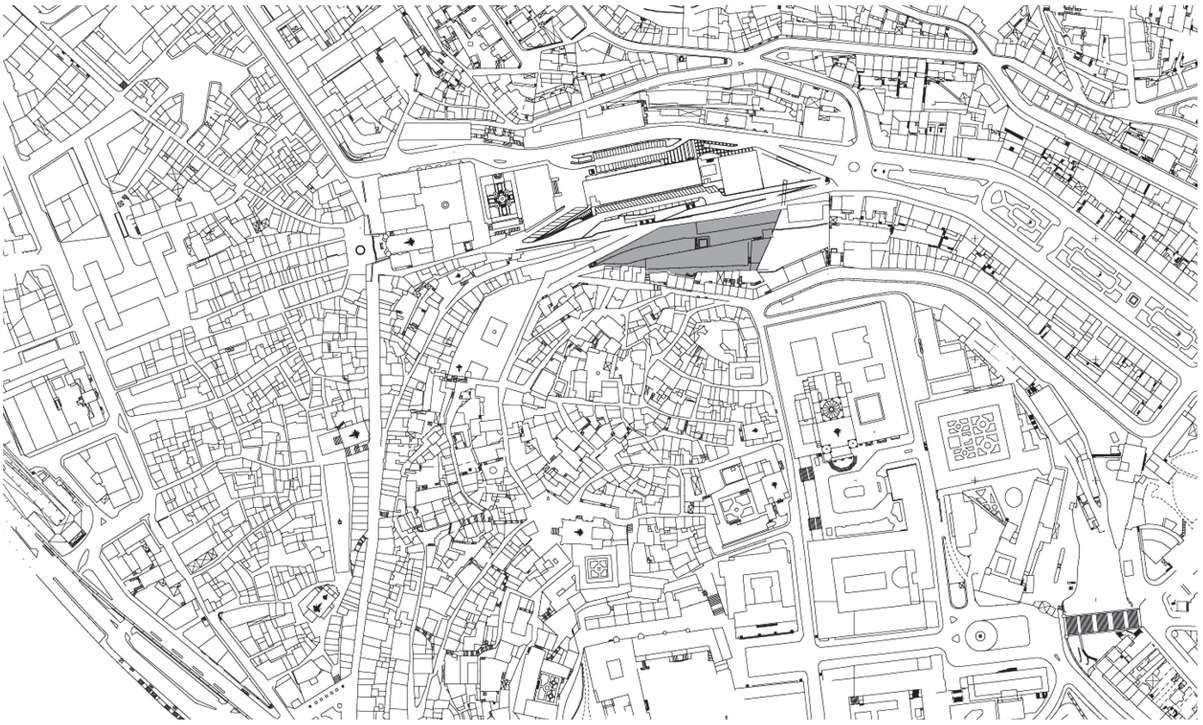
SARA ALMEIDA Arqueóloga, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra
SUSANA TEMUDO Arqueóloga, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra
JOANA MENDES Arquitecta Paisagista, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra
SOFIA RAMOS Arquitecta, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra
ANTÓNIO CUNHA Engenheiro, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra

RESUMO Inscrita em plena colina genética de Coimbra, a Cerca do Colégio de Santo Agostinho reflecte de forma brilhante a capacidade de conciliar os preceitos cultuais dos regrantes de Santo Agostinho e as condicionantes impostas pela morfologia do terreno e escassez de espaço disponível, com que aqueles se depararam. O resultado deste esforço resulta numa descontinuidade física entre o edifício colegial e a sua cerca, quebrada apenas pelo estabelecimento de uma ligação por passadiço sobre a via pública alcançada através da abertura de uma porta na muralha da cidade. Trata-se assim de um espaço perfeitamente delimitado e sujeito a grandes constrangimentos topográficos dos quais o principal resulta da sua localização sob a muralha, num terreno marcado por vertentes de declive abrupto.
A realização de uma intervenção arqueológica prévia face à concepção de um projecto de recuperação do espaço permitiu delinear *grosso modo* a evolução deste recinto desde a sua estruturação até à atualidade.
Com base nestes resultados pretende-se oferecer uma visão dinâmica dos principais momentos construtivos que ditaram a organização da Cerca (entre os séculos XVII a XX), tendo em linha de conta que a sua conformação original resulta igualmente da incorporação/absorção de elementos pré-existentes referentes à anterior Cerca do Mosteiro de Santa Cruz e Cerca da Judiaria que acrescentam complexidade à interpretação dos elementos construídos.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, cerca colegial, paisagem urbana

INTRODUÇÃO À CERCA DO COLÉGIO DE SANTO AGOSTINHO

A presença dos Cónegos Regrantes, em Coimbra, introduzida primeiramente na Sé Episcopal, pela mão de D. Palermo, precede a fundação da nacionalidade.
Nos começos do século XII, o estabelecimento do Mosteiro de Santa Cruz, consagra a ascendência da ordem, cujo relevo e influência na esfera da governação do reino se fará sentir de forma ascendente desde então (Nicolau de Santa Maria, 1668).
No que respeita à actividade educativa e formadora, o mosteiro dispusera até Época Moderna, de dois colégios integrados (S. João Baptista e S. Agostinho) que se desfizeram após a passagem da Universidade para os Paços. Nesta altura, o advento dos colégios universitários, bem como os inconvenientes causados pela manutenção do colégio independente, no interior do mosteiro, despoletaram a necessidade da Congregação possuir colégio próprio fora dos muros da clausura, à semelhança do que sucedia com as outras ordens (Borges, 2003).
Tal necessidade viu-se satisfeita com a criação do colégio de Santo Agostinho, em seiscentos, decorrente da profunda reforma cruzia, pautada pelo espírito renascentista e que aquilatava a longa vocação escolar do mosteiro. Esta missão foi confiada por D. João III a Frei Brás de Braga, membro da ordem de S. Jerónimo e executada, não sem resistência da parte dos cruzios. Consumada a reforma, o Mosteiro de Santa Cruz assume-se como a primeira das grandes escolas Portuguesas do Renascimento (Brandão, 1937, p. 14).
O Colégio de Santo Agostinho (também designado da Sapiência ou Colégio Novo) consagra assim, ao nível da Ordem, uma nova organização da vida escolástica autonomizada da vivência monástica e numa manifesta tendência de secularização do ensino.
Implantando-se nos domínios da casa-mãe e inscrita em plena colina genética de Coimbra, a nova "casa" reflecte, de forma brilhante, a capacidade de conciliação



1. Localização da Cerca na planta de Coimbra (Esc. 1. 10 000).

das sujeições de uma ordem regular, dos seus preceitos cultuais (Braga, 1558) e das condicionantes impostas pela caprichosa morfologia do terreno e escassez de espaço disponível. O resultado deste esforço resulta na descontinuidade física entre o edifício colegial e a sua cerca, contrariada pelo engenhoso estabelecimento de passadiço sobre a porta aberta na muralha da cidade. O recinto da Cerca corresponde assim a um espaço perfeitamente delimitado e sujeito a grandes constrangimentos topográficos, dos quais se destaca a sua localização sob a Couraça, num terreno marcado por vertentes escarpadas.

Actualmente o recinto preserva a sua configuração em patamares (sustentados por um sistema de muros de contenção) e, em grande medida, a sua delimitação original (figs. 1 e 2). A cerca correspondia assim a um espaço destinado ao recreio, passeio e meditação, sem quebra de clausura, em observação às determinações

2. Vista panorâmica actual da Cerca de Santo Agostinho (foto tirada de Sul).

de Frei Brás de Braga e à regra dos *dies rusticationes*. Estas actividades desenvolver-se-iam, preferencialmente, nos tabuleiros superiores, onde se instalaram diversas estruturas votadas para o efeito, como a colunata, Capela, Casa de Fresco e Casa da Cerca. Os patamares inferiores, providos com um sistema de aproveitamento de águas, compreendendo estruturas de captação (mina), transporte (rede de canaletes) e reserva de água (tanque) proporcionavam-se a actividades mais prosaicas, associadas à exploração de pomar e hortas.

2. A INTERVENÇÃO

A intenção da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, proprietária do espaço, de aí instalar um lar de terceira Idade, desencadeou, simultaneamente, a realização de uma intervenção arqueológica de avaliação e diagnóstico e a concepção de um projecto de recuperação do espaço[1].

Os dados recuperados no decurso da escavação arqueológica, e a análise dos elementos murários estruturantes do espaço, conjugados com a análise das fontes documentais, permitem traçar uma proposta da evolução deste recinto desde a sua concepção à actualidade e que constitui objecto da presente publicação.

3. A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO

3.1 Estruturação do espaço – século XVII

Do momento anterior à construção do Colégio pouco se pode recuperar acerca da ocupação e configuração do espaço, para além de algumas notas dispersas pelas fontes escritas e indícios pontuais integrados nas unidades construtivas constituintes da Cerca. Assim, é-nos dado a conhecer que aquando da aquisição de terrenos para implantação do complexo os cónegos procederam à compra de um *Chão à Porta Nova com seu muro e barbacã* (Silva, 1922). A contiguidade à linha de muralha e modelação natural do terreno, íngreme e escarpada, fazem desta uma zona despejo autorizado, onde a população lançava detritos (queimados no século XVI num forno dos monturos (Alarcão, 2008, p. 244). Para além destas referências importa assinalar, ao nível dos testemunhos arquitectónicos, a identificação de estruturas pré-existentes, assimiladas nas construções da Cerca. Destas há a destacar uma provável torre cujas ombreiras da porta e fresta são perceptíveis na zona de encosto entre a base da capela e o muro de sustentação de terras contíguo (fig. 3).

3. Aspecto da Base da Capela, em primeiro plano ombreira da porta e da fresta da possível torre.

Desta feita, pese embora admitindo a hipótese da assimilação, no projecto colegial, de elementos de épocas anteriores, os dados disponíveis não autorizam uma clara definição destes, nem o estabelecimento da sua atribuição temporal.

Efectivamente, conquanto a intervenção arqueológica permita caracterizar pontual e parcialmente os elementos constituintes do espaço, o seu carácter circunscrito deixa em aberto a clarificação de diversos aspectos de pormenor do processo de transformação do sítio.

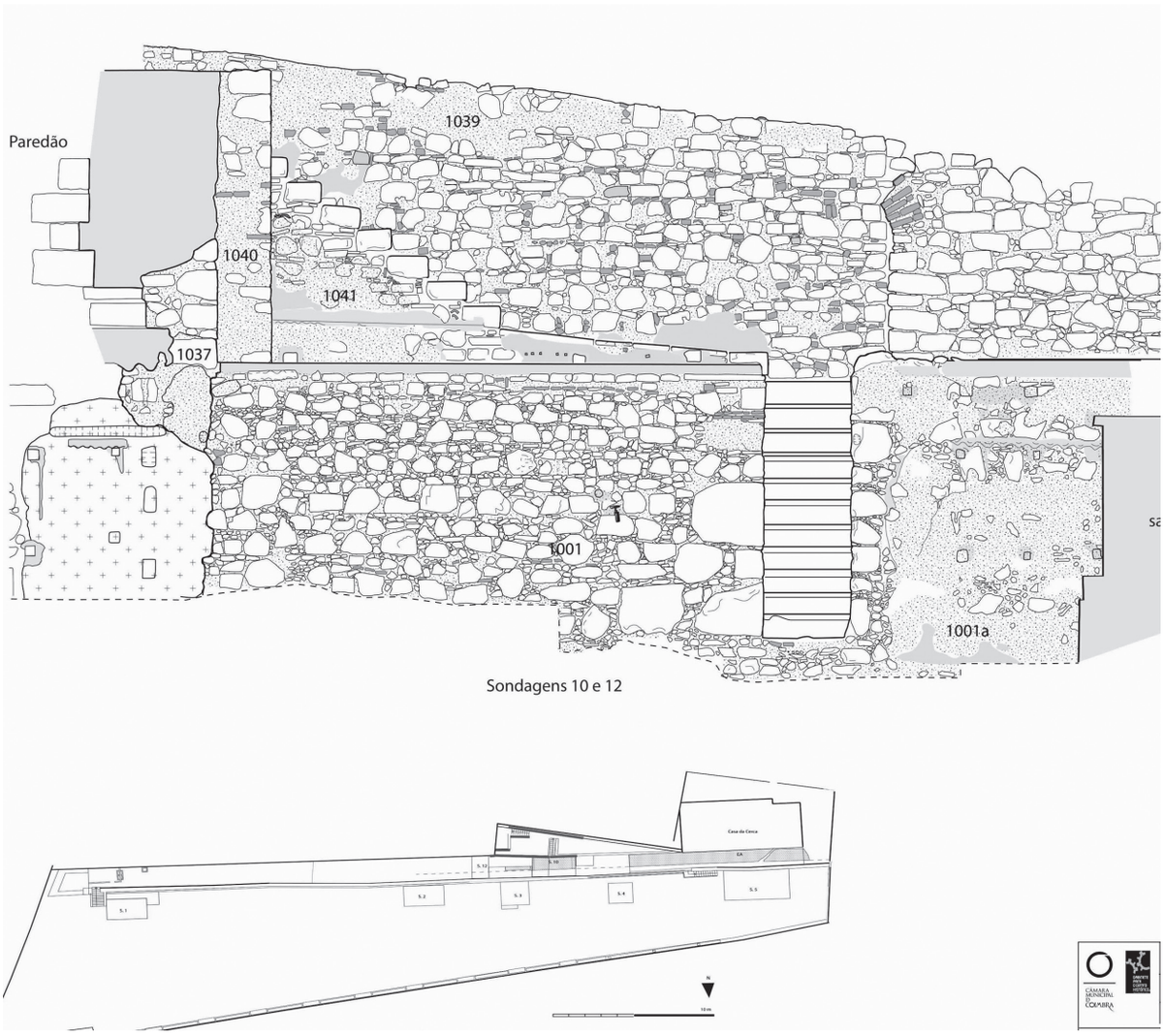
Neste contexto, a realização de sondagens arqueológicas, no segundo patamar, possibilitou enquadrar no século XVII a edificação do respectivo muro de contenção (e por extensão a conformação dos patamares inferiores).

Ou seja, fica assim associada a construção dos patamares ao momento de criação da Cerca colegial.

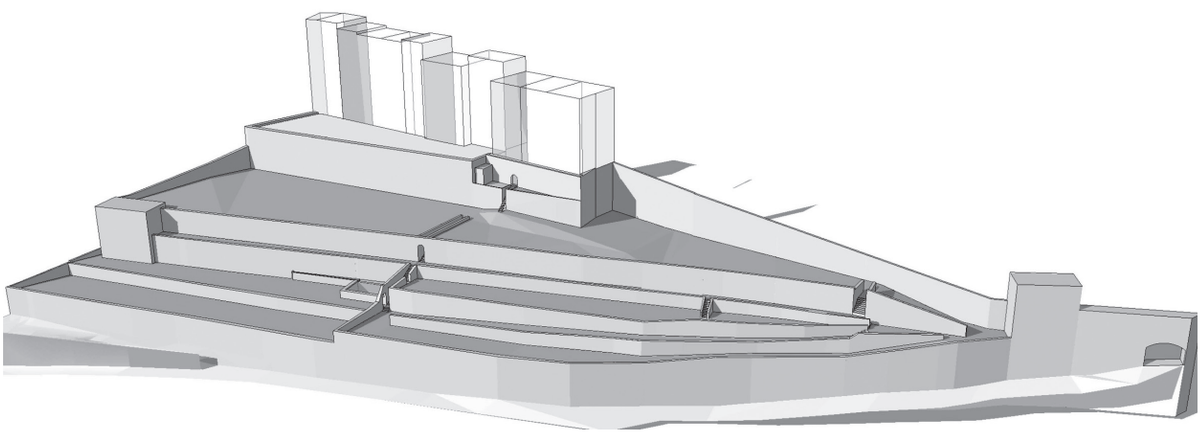
Neste período, opera-se, assim, o processo de concepção e estruturação do recinto, traduzido na modelação geral do terreno, com construção das plataformas artificiais e estabelecimento dos principais eixos de circulação.

Deverá datar desta fase o traçado de um corredor de

1. À data de entrega do artigo para publicação, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, havia declarado a sua desistência do *Projecto de Edificação do Lar de Terceira Idade e Recuperação da Cerca de Santo Agostinho.*



4. Unidades murais confinantes com a cisterna, com destaque para os vestígios do vão que concedia acesso ao lote da Couraça dos Apóstolos.



5. Proposta de reconstituição da Cerca de Santo Agostinho no século XVII.

circulação primitivo, que atravessava transversalmente todo o recinto. Este eixo consistia numa escadaria central que estabelecia a ligação entre os patamares inferiores e superiores e que teria continuidade em direcção à Couraça dos Apóstolos, comprovada no vão detectado no muro meridional de delimitação (fig. 4).
Atente-se que o primitivo despojamento da Cerca (fig. 5) deve ser entendido no contexto do processo de edificação global do complexo colegial, em que se terão canalizado, certamente, a maioria dos recursos e meios disponíveis, para a construção do edifício principal.

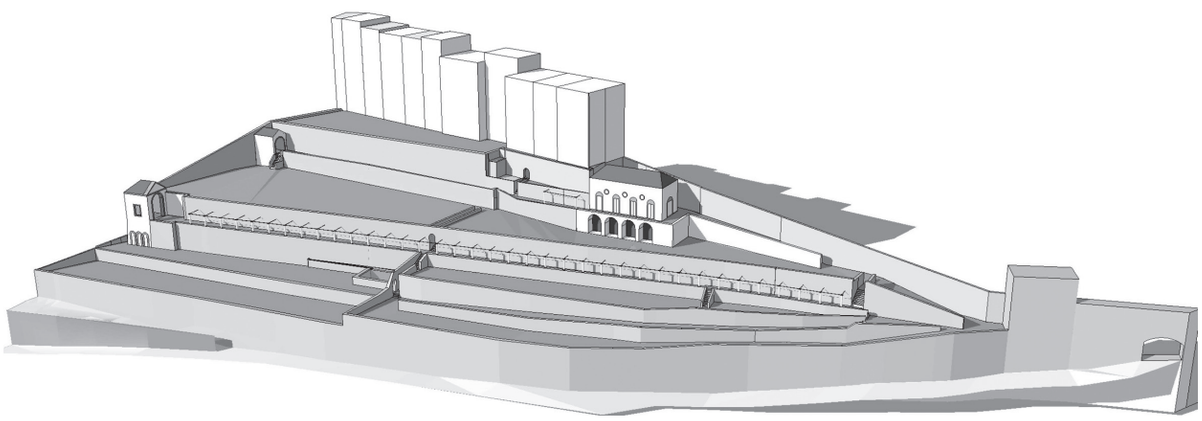
3.2 Reforma do espaço – século XVIII

No decurso do século XVIII, já após a conclusão das obras no colégio, assiste-se ao empreendimento de uma reforma da Cerca, que se vê beneficiada com a construção de diversas estruturas de apoio e embelezamento do espaço (fig. 6).
A Casa de Fresco, a Capela e a Casa da Cerca emergem, desta forma, como pólos aglutinadores e de convergência do espaço. A este propósito, embora não disponhamos de elementos incontestáveis, é de crer que a edificação da cisterna, no patamar superior, se reporta a esta Época. Com a construção destes edifícios define-se então um circuito superior (por oposição ao Norte/Sul) pontuado por instalações, onde os cónegos se podem entregar à meditação, oração e inclusive estudo. A este respeito refira-se que os detalhes decorativos e boas condições de iluminação da Casa da Cerca deixam antever que esta possa ter funcionado como pavilhão de estudo e/ou biblioteca.
É precisamente neste momento, que se estabelece o ordenamento funcional do espaço, em que os patamares superiores se vêem consagrados a actividades de recreio e contemplação, relegando-se a prática agrícola para os patamares inferiores.

Neste contexto, diversos elementos escultóricos e de adorno são introduzidos na Cerca, concentrando-se, especialmente, na conformação dos percursos de acesso dos edifícios mencionados. Tal sucede com a colunata do terceiro patamar, os caramanchões e pintura a fresco a Este da Casa da Cerca, o corredor em arcaria do primeiro patamar, a arcaria fingida da base da Capela e a Arcaria adjacente à base do escadório central visível na fotografia de Hayes de 1970 (Alarção, 2008).
No seu conjunto a conjugação destes componentes concorre para o reforço do efeito e qualidade cenográfica do espaço, particularmente evidenciado a partir do vale da Ribela ou da encosta fronteira de Montearroio.

3.3 A secularização do espaço – século XIX

Na sequência da extinção das ordens regulares masculinas e desamortização dos respectivos bens, a propriedade do colégio é transferida para a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, sendo esta época marcada por significativas transformações na Cerca (fig. 7).
Desta feita, assiste-se à anulação do lance superior da escadaria central e muito provavelmente à anulação do vão de ligação ao lote de acesso à Couraça dos Apóstolos; constrói-se a escadaria junto à Capela, rematada com balaustrada; alarga-se o corredor fronteiro à Casa da Cerca, anulando-se a arcaria pré-existente; coroa-se o muro de contenção do tabuleiro principal com bancos corridos e floreiras.
Ainda em oitocentos (1887), dá-se a derrocada do muro de suporte inferior da Cerca, no seguimento do qual se estabelece um acordo entre a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o município, em que este, em troca da reedificação do muro, garante o alargamento da rua a Norte e a demolição da Torre do Precónio e do Arco de Santo Agostinho (António Vasconcelos *apud* Rodrigues, 2000). Quebra-se assim a ligação física entre o edifício



6. Proposta de reconstituição da Cerca de Santo Agostinho no século XVIII.

principal, convertendo-se a Cerca num espaço perfeitamente independente. É precisamente no contexto das obras acima referidas, que se constrói a calçada em seixo, identificada nas sondagens efectuadas no tabuleiro inferior, criada, certamente, para atenuar o agravamento do declive e melhorar as condições de tracção no acesso aos patamares inferiores.
Em síntese este período é marcado por transformações substanciais patentes no redesenhar dos percursos de circulação internos e do perímetro ocidental da cerca (com a demolição da torre e porta da muralha) e pela introdução de alterações nas cotas de circulação e reconfiguração de alguns tabuleiros (de que resulta por exemplo a ocultação da arcaria fronteira da Casa da Cerca).
Em termos funcionais o terreno constitui-se em espaço de apoio ao Colégio dos Órfãos, instalado no edifício principal, registando-se então não só a exploração agrícola dos talhões inferiores, como o aproveitamento do jardim para recreio dos órfãos, usos esses que se manterão no século XX durante a existência do colégio.

3.4 A descaracterização do espaço – século XX

O século XX revela-se sobretudo na desvalorização do conjunto, com a introdução de construções de qualidade duvidosa e redução da área da Cerca.
Em termos particulares reporta-se a esta fase o acrescento de um piso à Casa da Cerca, a construção de abrigos de animais e casebres ao longo do patamar superior, a deterioração da Capela, Casa de Fresco e diversos muros de contenção e a cedência de terreno, no sector junto ao tramo final da Couraça dos Apóstolos, para a construção do actual bloco de edifícios. O resultado mais evidente desta obra foi o estrangulamento da entrada da Cerca que se vê desprovida então de toda a dignidade arquitectónica.
Em suma, nesta altura a configuração original do perímetro da cerca vê-se notoriamente amputada e o conjunto começa a mostrar sinais preocupantes de degradação, tal como se constata na actualidade.

4. A PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM

Tratando-se de um exemplo raro de cerca conventual integrada na malha urbana, com elevado valor patrimonial, a sua reabilitação e abertura à Cidade é fulcral para a requalificação e valorização do território da cidade histórica. Pretende-se requalificar um dos mais importantes e nobres espaços verdes do Centro Histórico, abrindo-o à cidade através da criação de um jardim público, dotado de áreas de recreio e lazer, contribuindo também para uma melhoria da qualidade da paisagem urbana.
Reconhece-se que a Reabilitação não é propriamente uma linha recta, estabelece cruzamentos diversos, uma vez que ao mesmo tempo que concede respostas, levanta sempre diversas questões. É um processo que, por mais bem conseguido que seja, suscita contradições dado que não se limita a um conjunto de acções fechadas, ou seja, mesmo quando as intervenções são de carácter mais pontual, as transformações que se apresentam implicam eventuais mudanças que se repercutem a diferentes níveis. Deve-se assim exigir uma consciência integrada que promova a intersecção entre as premissas das Cartas, Regulamentos e Legislação vigente do contexto da Reabilitação e Património e a nossa sensibilidade técnica.
O conceito base de intervenção prende-se em não alterar a essência base de todo aquele espaço, respeitando as directrizes estruturantes do mesmo. A proposta de intervenção tem assim uma personalidade equilibrada pois, se por um lado respeita e promove a salvaguarda das pré-existências, reserva lugar para uma modernidade ponderada. No compito geral, entre passado e presente, acaba por se destacar o desenho como um todo, e o espaço como uma composição consolidada num uso: um Jardim Histórico (fig. 8).
Respeitando os princípios de salvaguarda dos Jardins Históricos, definidos na Carta de Florença (ICOMOS, 1981) e as "Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico" do ISCARSAH – ICOMOS – Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico (Paulo Lourenço e Daniel Oliveira, 2004), a intervenção tem como principais directrizes do Projecto:
· Preservar a estrutura da Cerca, com os seus diferentes patamares e elementos arquitectónicos, reabilitando os muros de suporte;
· Recuperar o elemento água, através da reabilitação do sistema hidráulico existente (mina, canaletes e tanques);
· Assegurar as condições essenciais para permitir o uso público: através da criação de uma rede de percursos (com novos acessos a partir do exterior) e com a colocação de equipamento, mobiliário urbano, iluminação e sinalética;
· Criar uma zona de Pomar (Patamares 2 e 6) e de Horta (Patamar 5A), respeitando o carácter essencialmente agrícola do passado;
· Criar uma zona de recreio informal (Patamares 4 e 5B) associada a uma Casa de Chá;
· Criar zonas de estadia associadas a locais com bom ensombramento e com algum interesse visual.
Concretamente, a proposta de intervenção desenha no Patamar 2 (de uso mais imediato do Lar) um pomar

de árvores de fruto, um espaço de lazer e recreio e uma zona de estadia. Por ser o único patamar com acesso automóvel, proporciona também a carga/descarga e o estacionamento, marcado de forma subtil, entre o ritmo das caldeiras das árvores e o desenho de perfis metálicos que riscam o pavimento. Um elemento arquitectónico com interesse de conservação é o muro com as conversadeiras/canteiros.

No Patamar 3 prevê-se o restauro da Capela e da colunata, com a recuperação dos elementos existentes. Propõe-se a criação de um canteiro junto ao muro de modo a permitir a plantação de trepadeiras (caducifólias e adaptadas às condições edafoclimáticas do local) e a promover a drenagem superficial do pavimento e muros. Os elementos em falta devem assumir-se como gestos contemporâneos, com linguagem própria mas que se enquadrem na semântica do Jardim Histórico, de acordo com os princípios definidos na Carta de Veneza (1964): *"Art.º 12.º - Os elementos destinados a substituir as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre as partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história"*. O pavimento será em lajetas de calcário (junto à capela), desenhando como que um átrio de chegada, e em saibro ao longo de todo o percurso, suavizando a diferença de cotas através de uma rampa modelada no terreno, até encontrar o Patamar 4. Pretende-se que este seja vocacionado para o recreio informal, havendo a intenção de posteriormente ser construída uma Casa de Chá (Patamar 5B) e respectiva esplanada/terraço no topo do edifício (Patamar 4). Propõe-se a instalação de uma sementeira de relvado e a plantação de árvores de fruto idênticas às existentes na Cerca.

O Patamar 5A será particularmente rico do ponto de vista sensorial, caracterizando-se por uma zona de estadia associada ao elemento de água (mina) e um espaço amplo reservado para horta. Considerando que o acesso mais fácil à Cerca, e aquele que potencialmente será mais utilizado, é o acesso a partir do Elevador do Mercado e da Rua da Fonte Nova, o Patamar 6 será um dos pontos de recepção do jardim. A presença de árvores de fruto e a configuração do espaço fazem com que este seja um espaço ideal para a instalação de um pomar, prevendo-se a plantação de fruteiras, idênticas às existentes. Respeita-se uma cadência na plantação das árvores, reforçando uma linha visual que acompanha os muros e marca o alongar do terreno ao longo dos diversos patamares, sendo particularmente visível no alçado norte.

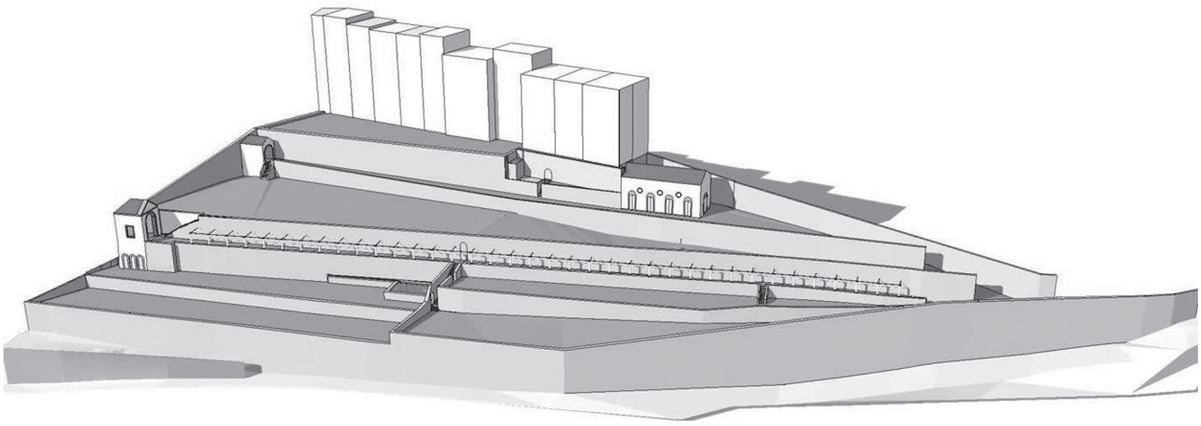
Posto isto, respeitando o existente, dignifica-se a utilização deste Jardim Histórico recriando sensações no delinear dos diversos patamares, destacando a sonoridade da água a correr, a cor das plantações, os cheiros da horta e as texturas dos pavimentos. Consolida-se o Jardim como espaço de referência, que se reintegra na cidade, contribuindo também para a (re)qualificação da paisagem urbana.

5. NOTA FINAL

Do que fica exposto importa destacar o contributo decisivo da Intervenção Arqueológica de Diagnóstico em conjugação com a concepção do Projecto de Reabilitação da Cerca de Santo Agostinho no reforço do (re) conhecimento do interesse patrimonial deste sítio.

O potencial cultural e urbanístico do local está patente e pode ser apreciado na convergência de valores de ordem histórica, arquitectónica e paisagística.

Neste âmbito não é de somenos importância a singu-



7. Proposta de reconstituição da Cerca de Santo Agostinho no século XIX.

laridade da preservação de uma cerca colegial, perfeitamente integrada e consolidada no seio de um importante centro histórico, num contexto nacional em que a pressão urbanística nas cidades favoreceu o desaparecimento e mutilação da maioria das cercas conventuais.

Para além disto há a acrescentar a qualidade do enquadramento e expressão paisagística do local, embutido na vertente da colina da cidade ostentando ao nosso olhar a superação das condições desfavoráveis do relevo natural pela antropização morfológica do terreno.

Com este estudo realça-se a importância de todo o espaço mas também se alerta para a urgência de uma intervenção de salvaguarda e protecção. Dado não ter sido possível concretizar o *Projecto de Edificação do Lar de Terceira Idade e Recuperação da Cerca de Santo Agostinho*, urge intervir, pelo menos, no que se refere aos pontos cujo estado de conservação é mais crítico, nomeadamente ao nível da Capela, Casa de Fresco, Colunata e muros de contenção.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (2008) – *Coimbra a montagem do cenário urbano*. Coimbra.

BORGES, N. C. (2003) – *Colégio de Santo Agostinho: espaços monásticos-escolares*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.

BRAGA, F. B. (1558) – *Liuro das constituiçõens, & custumes que se guardã em os Moesteyros da Congregaçam de Sancta Cruz de Coimbra, dos Canonicos Regulares da Orde do nosso Padre Sancto Augustinho.* Imprensa do Mosteiro de Santa Cruz.

BRANDÃO, M. (1937) – *Cartas de Frei Brás de Braga aos Priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Académica.

CORREIA, V. e GONÇALVES, A. N. (1947) – *Inventário Artístico de Portugal - Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

CRAVEIRO, M. L. (2006) – O Colégio da Sapiencia ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra. *Monumentos*. Lisboa. 25, p. 68-75.

ICOMOS-IFLA, International Committee for Historic Gardens (1982) – *Carta de Florença*.

LOURENÇO, P. B. e OLIVEIRA, D. V. (2004) – *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico*". Guimarães: Universidade do Minho.

MARIA, N. de S. (1668) – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca S. Agostinho, pello P. Dom Nicolau de S. Maria, natural de Lisboa, Conego Regrante, & Chronista da Congregação de S. Cruz de Coimbra.* Lisboa: officina de Joam da Costa.

RODRIGUES, M. A. (Coord.) (2000) – *António Vasconcelos perpetuado nas páginas do Correio de Coimbra 1922-1941.* Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

SILVA, A. C. (1992) – *A Criação e Levantamento do Colégio da Sapiência (vulgo Colégio Novo ou dos Órfãos).* Coimbra.

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA PONTE

NOVAS PERSPECTIVAS ARQUITECTÓNICAS

MÓNICA GINJA Licenciada em História, variante de Arqueologia pela FLUC
ANTÓNIO GINJA Licenciado em História e Arqueologia pela FLUC

RESUMO Em Novembro de 2008 iniciámos uma série de duas intervenções arqueológicas no Convento de São Francisco da Ponte (Coimbra), realizadas no âmbito de obras de requalificação do edifício. A arquitectura do edifício de São Francisco da Ponte permanecia até então por estudar, sendo totalmente desconhecido o seu processo construtivo. Iniciámos assim um exaustivo estudo arqueológico da arquitectura, trazendo à luz novas e inesperadas perspectivas arquitectónicas do edifício.

PALAVRAS-CHAVE Convento de São Francisco da Ponte, Coimbra, pátio e varanda interiores, capela, chaminés, torre sineira, claustro principal

SÍNTESE HISTÓRICA

O actual Convento de São Francisco da Ponte (Santa Clara, Coimbra), fundado no século XVII, deve o seu nome ao seu congénere medieval, que se encontrava junto à antiga ponte afonsina da cidade, à qual deve a sua denominação, e que desapareceu sob as areias do rio Mondego (Santos, 1997).
Seria D. Manuel I a, em 1506, autorizar a mudança dos franciscanos, embora uma série de convulsões políticas e religiosas tenham protelado o arranque das obras até 1602. Crê-se que a obra tenha ficado concluída ainda na primeira metade do século XVII (Santos, 1997).
A partir de finais do século XVIII o Convento de São Francisco da Ponte entrou em declínio e, com as invasões francesas, foi ocupado pelas tropas napoleónicas (Santos, 1997). Na sequência da extinção das ordens religiosas, o convento foi, em 1842, vendido em hasta pública, e, em 1854, a sua igreja passaria a albergar a sede da recém criada freguesia de Santa Clara (Gonçalves, 1994).
À semelhança do que sucedeu em várias casas monásticas nacionais, também em São Francisco da Ponte, a partir de 1884, laboraram algumas unidades fabris, como um armazém de vinhos, uma fábrica de massas e uma fábrica de lanifícios (Santos, 1997). Iniciava-se então um enorme processo de descaracterização do espaço monástico, função das novas necessidades pragmáticas destas indústrias.
Em 1986, a Câmara Municipal de Coimbra adquiriu o imóvel aos seus proprietários, entretanto falidos, promovendo a partir daí a recuperação estrutural e a requalificação funcional do mesmo (Lopes, 1998).

METODOLOGIA

Permanecendo, até à data do início dos trabalhos, por realizar um estudo da arquitectura do Convento de São Francisco da Ponte, tornava-se imperativo realizar uma análise do edifício, que compreendesse todo o edificado à cota positiva e negativa. Para tal realizámos a leitura das relações estratigráficas parietais de todo o edifício e a escavação de vinte e cinco sondagens de diagnóstico.
Uma vez que o edifício de São Francisco da Ponte apresenta uma enorme complexidade arquitectónica, resultante das diferentes fases de ocupação do espaço (pré-conventual, conventual e industrial), da grande quantidade de compartimentos e da diversidade tipológica dos métodos e dos elementos arquitectónicos empregues, optámos então por seccionar o edifício em quatro alas (Este, Sul, Norte e Oeste) e três pisos (0, 1 e 2).
Deste estudo ficou excluída, por motivos a que somos alheios, a igreja de São Francisco da Ponte.

O EDIFÍCIO

São Francisco da Ponte ergue-se por três pisos construídos em patamares, solução que permitiu vencer a inclinação do terreno em que se implanta, o Monte da Esperança. Por este motivo o piso o desenvolve-se ao longo da ala Este e de parte das alas Norte e Sul, ao passo que a ala Oeste consta dos pisos 1 e 2 mas não do piso 0.
A fachada principal, orientada para nascente, é constituída pelo alçado principal da igreja ao qual anexa um corpo composto por três pisos, a ala Este. Desta, por

sua vez, arrancam a ala Sul e a ala Norte, cerradas a poente pela ala Oeste.
As quatro alas definem entre si um claustro de planta quadrangular, constituído por quatro galerias distribuídas por dois pisos, o inferior ritmado por arcaria de sete arcos abatidos, o superior com *loggia* de sete colunas de tipo toscano, ladeada por dois pares de sacadas.
O edifício reflecte a tendência do estilo Chão, pela aplicação da pedra enquanto elemento construtivo, responsável tanto por definir os limites das paredes, caiadas de branco, como por salientar os vãos, ou ainda por estabelecer a hierarquização dos espaços, através da proporção entre a importância destes e a quantidade de cantarias neles empregue.

OS IMPACTES DA OCUPAÇÃO INDUSTRIAL

A ocupação industrial de São Francisco da Ponte acarretou vastas alterações estruturais ao edifício. Novos vãos foram abertos, ao passo que outros de origem conventual foram emparedados. Novas abóbadas foram erguidas, e abóbadas antigas foram integralmente desmontadas. Novas paredes foram construídas, dividindo espaços, e paredes completas foram demolidas, anulando por completo certos compartimentos.
Os três pisos da ala Este eram, em período conventual, ocupados pelas celas que compunham os dormitórios. Destas, apenas algumas subsistem no piso 0, tendo as restantes sido completamente desmontadas. Nos pisos 1 e 2, estas acções resultaram em amplas galerias, cuja iluminação foi maximizada pela abertura de chanfros rasgados em todas as ombreiras das janelas exteriores.
A ala Oeste é maioritariamente ocupada por três compartimentos de duplo pé-direito. Dois destes compartimentos albergavam, em período conventual, o refeitório e a cozinha, separados por um terceiro compartimento, de função discutível (eventualmente um *de profundis* ou uma pataria). Cozinha e *de profundis*/pataria foram profusamente alterados, sofrendo demolições de paredes e da chaminé, abertura de vários vãos em arco, transformação de um nicho em vão de passagem, e criação de um novo piso, aproveitando o duplo pé-direito do espaço.
Ao centro da ala Sul, as escadas de um trânsito foram remodeladas, passando a cobrir uma nova conduta industrial. A poente deste trânsito existiria em período conventual um pátio interno aberto a Sul, servido de varanda. Este espaço foi, durante o período industrial, enclausurado através da edificação de uma parede externa e da criação de um piso de circulação sustentado por novas abóbadas de arestas e de berço.

UMA CONSTRUÇÃO FASEADA

Para além da preexistência de dois edifícios, que antecedem cronologicamente a edificação do convento de São Francisco da Ponte, a construção do cenóbio propriamente dita ocorreu de forma faseada, conforme denunciaram os diversos cunhais e outras evidências parietais, constatados ao longo do presente estudo.

Fase I: Ala Este
Edificação dos três pisos da ala Este. Do encosto entre a parede poente desta ala e a nova parede adossada na fase II, resultou um alinhamento, visível a partir da ala Norte, ao nível dos pisos 0, 1 e 2.

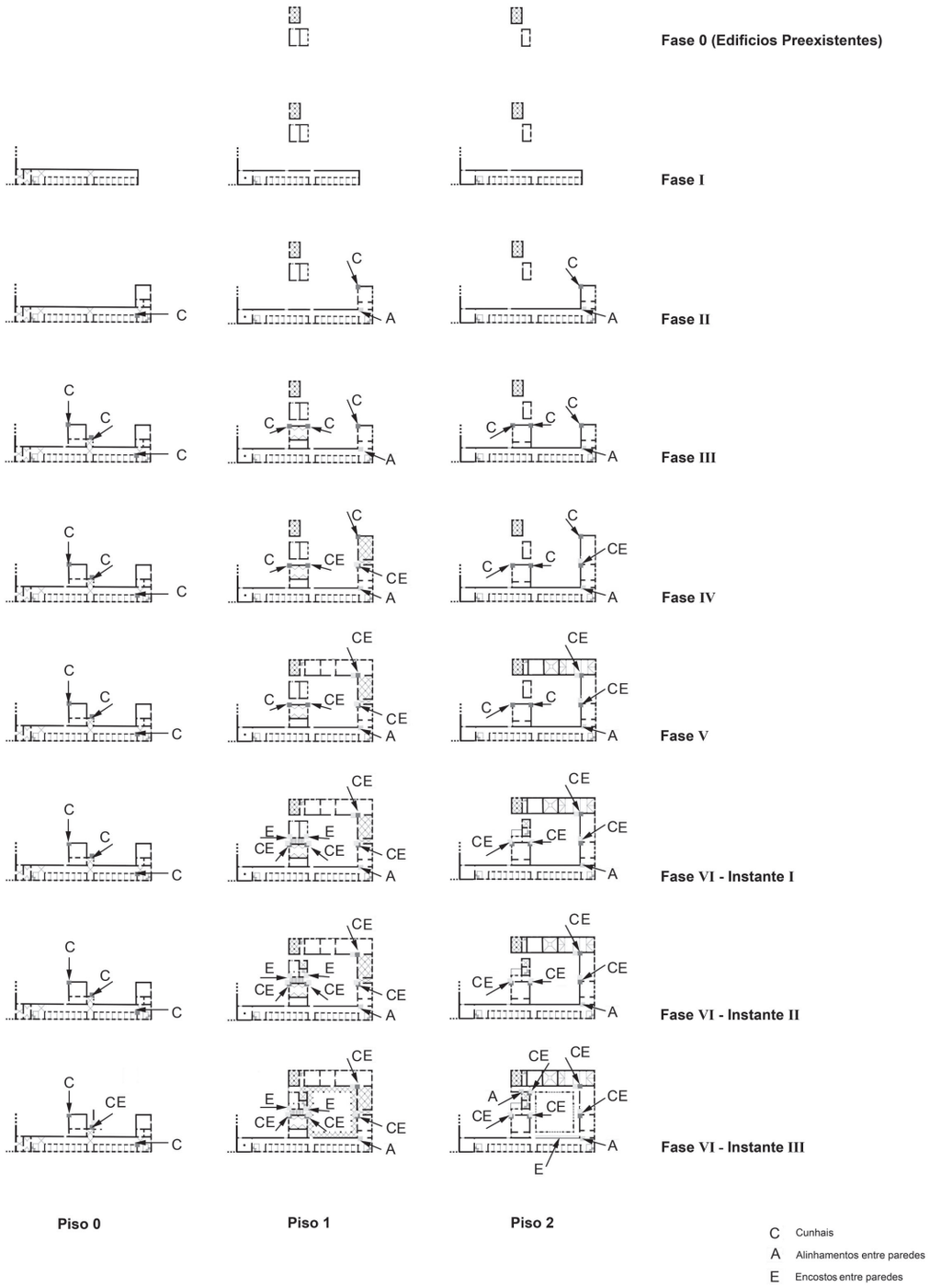
Fase II: Ala Norte até ao trânsito da porta do carro
Conclusão do extremo Norte da ala Este, resultando no alinhamento referido na fase I, e da ala Norte até ao trânsito da porta do carro. Desta fase resultou um cunhal visível no extremo Sudeste deste trânsito, ao nível dos pisos 1 e 2.

Fase III: Ala Sul até ao trânsito de acesso ao 'logradouro'
Construção da ala Sul até ao trânsito claustro - 'logradouro', resultou num cunhal no extremo Nordeste deste trânsito, visível ao nível de ambos os pisos 1 e 2.
Uma vez que não foram detectadas evidências capazes de apontar para uma distinção cronológica entre a fase I e fase III, não podemos afirmar contundentemente que as duas tenham sido executadas separada ou simultaneamente, o mesmo podendo dizer-se das fases II e III.

Fase IV: Ala Norte até ao refeitório
Conclusão da ala Norte, resultando um encosto entre as novas paredes e o cunhal resultante da fase II. De igual forma, resultou da fase IV novo cunhal, visível na parede nascente do refeitório.

Fase V: Ala Oeste
Construção da ala Oeste até ao edifício preexistente, que desta forma passou a integrar a mesma ala. Especulamos que toda a ala tenha sido erguida de uma vez só, dado que não foram detectadas evidências que testemunhem uma construção faseada.

Fase VI: União das alas Sul e Oeste e edificação do claustro
Anexação à ala Sul dos edifícios preexistentes, por seu turno unidos entre si, e edificação do claustro de serviço. Não ficou claro que estas acções tenham ocorrido em simultâneo ou isoladamente, motivo pelo qual apresentamos as diferentes acções construtivas em instantes distintos.



1. Fases construtivas do Convento de São Francisco, decorridas em período conventual, salvo corpo da igreja, não incluído no presente estudo.

· Instante I: anexação do edifício preexistente da ala Sul à restante ala Sul, denunciada pelo encosto entre os arcos do trânsito claustro - 'logradouro' ao cunhal resultante da fase III, assim como à parede nascente do edifício preexistente.

· Instante II: remodelação do edifício preexistente da ala Sul, da qual resultou nova compartimentação, denunciada pelos emparedamentos dos vãos abertos na parede Norte deste edifício.

· Instante III: união dos edifícios preexistentes e construção do claustro. A união entre os dois edifícios pre-existentes resultou num cunhal técnica e materialmente semelhante aos aplicados no claustro, denunciando uma cronologia aproximada entre a referida união e a construção do claustro. A edificação do claustro implicou a construção de uma parede adossada ao exterior da parede poente da ala Este. A parede adossada testemunha a individualização do instante construtivo do claustro.

2. Vista geral sobre a fachada nascente do Convento de São Francisco da Ponte.

OS EDIFÍCIOS PREEXISTENTES

Séculos antes da ocupação industrial ter desferido sobre o edifício conventual enormes impactes, já a edificação do Convento de São Francisco da Ponte teria provocado os seus próprios impactes sobre estruturas que o precediam no local, resultando na total assimilação de dois edifícios preexistentes.

Um dos edifícios preexistentes seria constituído pelos dois compartimentos sobrepostos que ocupam o extremo Sul da ala Oeste. Para além de obrigarem à criação de trânsitos de acesso pouco práticos, ambos os compartimentos apresentavam uma arquitectura singular, com coberturas em abóbadas de arestas apoiadas em colunas facetadas, de estilo consideravelmente obsoleto aquando da data de fundação deste cenóbio. Por outro lado, a parede Sul destes compartimentos encontrava-se avançada relativamente ao restante alçado Sul do edifício, ao passo que a parede Oeste se encontrava desalinhada relativamente ao restante alçado Oeste do edifício, estabelecendo com este um ângulo obtuso.

Outro edifício preexistente foi integrado sensivelmente ao centro ala Sul. Na parede que limitaria a Sul este edifício abria-se uma janela de avental, vãos habitualmente projectados para comunicar com o exterior. Por outro lado, os vãos abertos nas paredes que a poente e a nascente limitariam este edifício terão sido projectados para abrir para espaços exteriores, passando posteriormente a confrontar com espaços conventuais fechados. Também a parede Norte deste edifício exibia quatro vãos de janela, emparedados ainda em época conventual, desarticulados com os compartimentos internos, sugerindo que a compartimentação interior não é original. É espectável que o espaço interior do edifício preexistente tenha sido reorganizado de acordo com as novas necessidades conventuais, surgidas aquando da sua anexação ao restante edifício.

No edifício preexistente da ala Sul são várias as relações parietais que testemunham o momento da sua anexação ao restante cenóbio, como exposto mais adiante.

Um documento de 1600 refere uma 'carreira de casas' (Santos, 1997, p. 19) nesta propriedade, embora nada garanta que se referisse aos edifícios preexistentes agora detectados.

A CIRCULAÇÃO NO CLAUSTRO AO NÍVEL DO PISO 0

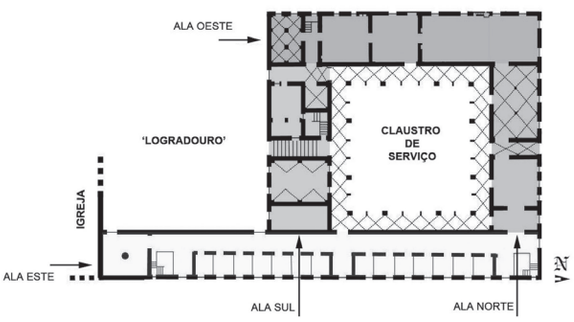
À época industrial o piso de circulação do pátio claustral foi profundamente alterado pela edificação de uma cisterna de armazenamento de combustível, uma fornalha de aquecimento, uma caldeira de nafta e várias condutas, estruturas que anularam uma área de circulação que, à época conventual, se desenvolveria ao nível do piso 0.

Desmontadas algumas destas estruturas na área Sudeste do claustro expusemos, entre dois pilares de sustentação à arcaria do piso 1, um lajeado servido por dois degraus resguardados por um murete. Estas estruturas, de origem conventual, comprovam a circulação ao nível do piso 0, nesta área do claustro, à época conventual, dando acesso ao trânsito dormitórios – sala do capítulo (piso 0), que de resto possui vãos de janela e de porta abertos para esta área.

Às galerias claustrais do piso 1, sobrepostas pelas varandas do piso 2, soma-se agora uma área de circulação ao nível do piso 0.

UM PÁTIO E UMA VARANDA CONVENTUAL DESAPARECIDOS

A existência de um pátio interno aberto ao centro da ala Sul foi denunciada por negativos de telhado, cuja pendente se fazia para o interior da sua anulada área.



3. As alas convencionadas para São Francisco da Ponte, admitindo-se pequenas variações de acordo com o piso.

4. Vista geral sobre o pátio, fechado em período industrial por nova parede, à esquerda. Perspectiva nascente, sobre a varanda detectada.

5. Vista geral sobre o canto Sudeste do claustro (piso 0). Perspectiva norte. À esquerda: vãos abertos para o trânsito dormitórios – sala do capítulo, ao centro: pilar 1, no topo à direita: piso 1 da galeria Sul do claustro.

Paralelamente, detectámos duas janelas de avental, ambas abrindo no sentido deste local. A análise do alçado exterior meridional desta ala revelaria entretanto a edificação ulterior da parede que fechou este pátio, até então aberto para Sul.

A determinada altura do período conventual, este pátio foi segmentado ao nível do piso térreo, através da edificação de um novo compartimento, coberto por abóbada de berço, ao qual se acedia, a partir da restante área do pátio, através de dois vãos em arco. Os arcos, confinados a um espaço preexistente, praticamente anulavam um vão de janela anterior.

Sobre a cobertura do novo compartimento desenvolvia-se um piso lajeado, com ligeiro desnível no sentido do pátio e servido por gárgula constituída por quatro 'meias-canas' de tubos em grés, abrindo igualmente no sentido do pátio interno.

Não restavam pois dúvidas de que à época conventual se erguia ao centro da ala Sul uma varanda, aberta para Sul/Oeste e escoando as suas águas para o interior de um pátio interno.

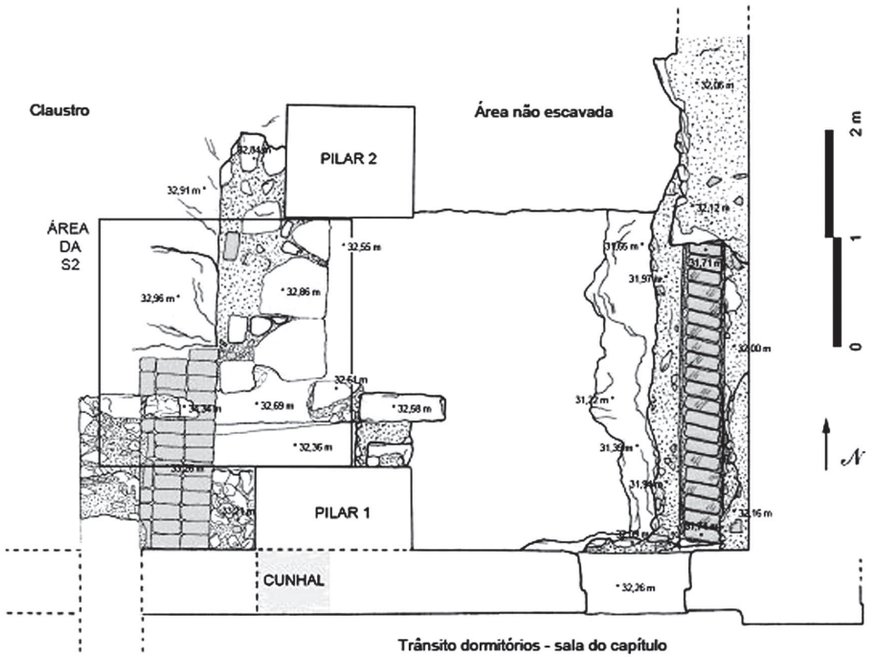
A documentação pesquisada, maioritariamente constituída pelos inventários realizados aquando da extinção das ordens religiosas, sugere a localização da enfermaria a nascente deste pátio, do qual se encontraria separada apenas por um trânsito. Uma varanda aberta para um espaço relativamente abrigado, orientada para Sul/Oeste, poderia precisamente ter sido projectada em articulação com a enfermaria, enquanto espaço fundamental para a convalescença de doentes e para o descanso dos mais idosos.

O CLAUSTRO PRINCIPAL

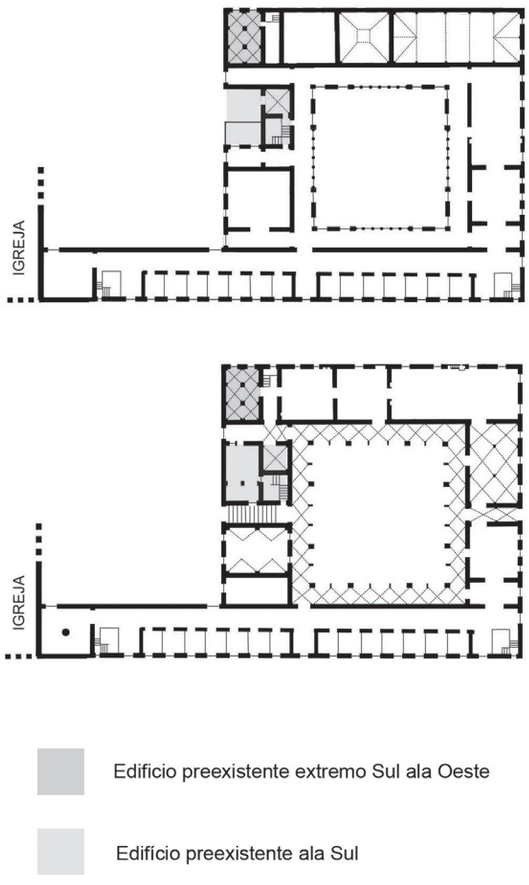
Por serem várias e distintas as funções a que um claustro se destinava, muitos edifícios religiosos edificaram dois ou mais claustros. Nos edifícios que incluem dois claustros, o primeiro, ou claustro principal, articula-se com compartimentos de maior nobreza, como a igreja, a sacristia e a sala do capítulo, ao passo que o segundo, ou claustro de serviço, congregar os espaços mais práticos, como as oficinas, a adega ou a despensa. No caso do Convento de São Francisco da Ponte, apenas um claustro se encontra erguido, articulando-se com espaços de natureza mais pragmática, como sejam a porta do carro, a adega, a cozinha, etc.

No entanto, julgamos que um segundo claustro, o claustro principal, terá sido projectado para a área definida entre a igreja e as alas Este e Sul deste edifício, um espaço equivalente em dimensão à área ocupada pelo claustro de serviço, e que se articula com diversos espaços nobres, como a igreja, a casa do capítulo, a biblioteca e a sacristia.

Nos três pisos dos dormitórios abrem-se vãos de janela em sacada orientados para esta área, podendo ter sido projectados para que fossem posteriormente convertidos em portas, articuladas, nesse caso, com um claustro de três galerias sobrepostas. Também no piso 2 da



6. Registo gráfico dos degraus, piso lajeado e murete conventuais, detectados no canto Sudeste do claustro (sondagem 2), assim como das paredes, pilares e conduta com que se relacionavam.



7. Localização dos edifícios preexistentes nas plantas do edifício conventual: piso 1, em baixo, e piso 2, em cima.

ala Sul existiriam dois trânsitos que terminavam em vãos de janela abertos para esta área, não tendo, à época conventual, qualquer outra direcção. É provável que tenham sido projectados para unir o claustro de serviço ao claustro principal, mediante a conversão daquelas janelas em pontos de passagem. Um destes trânsitos, completamente anulado durante o período industrial, é denunciado apenas pelos negativos da sua cobertura em abóbada de berço abatida.

Apesar das evidências, acreditamos que o claustro principal não terá sido erguido. A área em causa foi, no decurso das nossas intervenções, sujeita a rebaixamento da sua cota de circulação até ao afloramento rochoso. Não foram detectadas estruturas, elementos arquitectónicos ou outras evidências consistentes com qualquer construção conventual neste espaço. Apesar do vasto impacte industrial, julgamos improvável que a edificação de um claustro principal, a acontecer, não tenha deixado qualquer tipo de vestígio.

REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS CONSTRUTIVOS

Na construção do Convento de São Francisco da Ponte foi utilizada grande quantidade de materiais construtivos em contexto de reaproveitamento, maioritariamente cantarias, denunciadas pela sua cor branca, pelos vestígios de pintura a cal (do local de origem), presentes por vezes nas faces voltadas para o interior dos

aparelhos, e pela forma cuidada com que se apresentam talhadas, contrariando a forma aleatória com que foram aplicadas.

Entre os casos mais evidentes contam-se um lintel em cantaria, de estilo manuelino e em posição invertida, detectado na caixa de visita da latrina (ala Norte) e uma peça em cantaria esculpida com motivos vegetalistas, cuja face decorada se encontrava voltada para o interior da parede, servindo de ombreira a um vão de janela da ala Sul.

A reutilização de materiais é ainda evidenciada por cantarias e silhares que exibem marcas de canteiro, um tipo de marcação que estaria já em desuso aquando da época de construção deste edifício.

Desconhecemos a proveniência destes elementos mas, embora não existem provas materiais ou documentais, não excluímos a possibilidade de provirem do primitivo São Francisco da Ponte, dada a imensa quantidade de materiais construtivos que a ruína do antigo convento disponibilizaria.

A COBERTURA DA ADEGA

A adega conventual, localizada no piso 1 da ala Norte (Santos, 1997, p. 53 e anexos), junto ao refeitório, encontrava-se coberta pela laje em betão que sustentava o piso superior, uma estrutura criada em empreitada anterior à nossa intervenção. Detectámos, no entanto, negativos das seis abóbadas que cobriram outrora este espaço, bem como das dez impostas embutidas nas paredes laterais, em que se apoiariam.

O refeitório comunicava com a adega através de um vão de passagem em arco, aberto na sua parede poente. O arco foi emparedado no decurso da presente intervenção, preterido em favor de um vão de origem industrial, aberto do refeitório para o claustro.

AS DUAS CHAMINÉS DETECTADAS

Através de uma prospecção realizada à cobertura do edifício foram detectadas duas chaminés de origem conventual, até então desconhecidas. Ambas se encontravam entulhadas e desmontadas ao nível dos compartimentos que eventualmente serviam, não subsistindo mais do que os tramos que se localizariam sobre os antigos telhados conventuais, há muito substituídos.

A primeira chaminé foi detectada sobre a parede poente do compartimento que é apontado nos inventários de 1834 como a enfermaria conventual. Habitualmente, as enfermarias monásticas dispunham de cozinha própria, já que os alimentos servidos obedeciam a critérios distintos dos aplicados à restante comunidade. Como tal, é provável que a chaminé em causa tenha servido a cozinha da enfermaria conventual.

8. Vista geral sobre compartimento superior do edifício preexistente no extremo Sul da ala Oeste.

9. Alçado Sul da antiga torre sineira, em primeiro plano. Ao fundo, a igreja de São Francisco da Ponte.

10. Vista geral sobre o 'logradouro', local projectado para albergar o claustro principal. Perspectiva poente. Ala Este ao fundo, ala Sul à esquerda, igreja à direita.

A segunda chaminé encontrava-se alinhada com a parede poente do compartimento que os inventários de 1834 apontam como a amassaria conventual, um

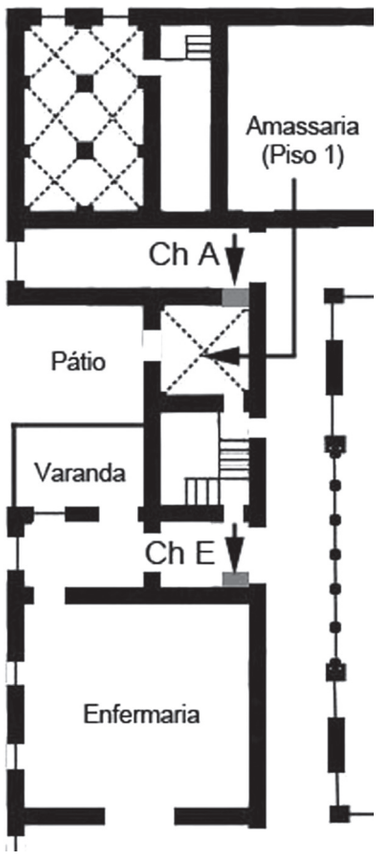
espaço destinado à confecção de pão, sendo provável que a chaminé agora detectada tenha servido o antigo forno de cozedura do pão conventual.

UMA ANTIGA TORRE SINEIRA

A Sul da igreja de São Francisco da Ponte detectámos uma torre de formato rectangular com cerca de seis metros de altura. No topo do seu alçado principal abriam-se dois vãos de arco de volta perfeita, assim como em ambos os alçados laterais, onde se abriam, respectivamente, um vão semelhante. No alçado Sul abria-se ainda um vão de passagem servido de escada, parcialmente esculpida na rocha. Toda a estrutura se encontrava construída em alvenaria de pedras, salvo a parede posterior, que aproveitava o paredão de rocha natural do Monte da Esperança.
Segundo fontes orais, esta estrutura corresponderia a uma antiga torre sineira, albergando um sino em cada arco.

A HIPOTÉTICA CAPELA DO TRÂNSITO DORMITÓRIOS – SALA DO CAPÍTULO

Ao centro da ala dos dormitórios abre-se, ao nível do piso 0, um trânsito que une os dormitórios à sala do capítulo. A poente, o compartimento era limitado por uma parede de cronologia industrial que ocultava uma anterior, de origem conventual. Desmontada a primeira, constatámos que na parede conventual se abria um vão de ombreiras rebocadas e caiadas apenas até metade da sua profundidade, sugerindo que à restante metade adossasse alguma estrutura, entretanto desaparecida. De igual forma, eram evidentes, ao nível do solo, os negativos deixados na argamassa pela ablação de algum género de peças.
Ponderámos a possibilidade de se tratar de um vão de passagem servido de escadas, que unisse os pisos 0 e 1, já que nesta direcção o desnível do terreno obrigaria à criação de uma escadaria. Não obstante, para que tal acontecesse, seria necessário admitirmos uma interrupção na circulação da galeria Sul do claustro.
Considerámos então a possibilidade de o vão detectado ter em tempos albergado um oratório, entretanto já desaparecido. A ser verdade, o trânsito em análise poderá ter albergado uma capela, um local de transição entre o espaço mundano dos dormitórios e o espaço nobre da sala do capítulo.



11. Excerto da área Sul/Sudoeste da planta do piso 2, com localização da chaminé da amassaria (Ch A) e da chaminé da enfermaria (Ch V).

BIBLIOGRAFIA

CANAS, J. F. (2003) – Santa Clara-a-Nova: reabilitação e diagnóstico. *Monumentos*. 18. Lisboa.

GONÇALVES, A. (1994) – *Santa Clara - Freguesia da margem esquerda do Mondego*. Coimbra.

LOPES, F. F. (1997) – *A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*. Colectânea de Estudos de História e Literatura. Vol. II. Academia Portuguesa da História. Lisboa.

LOPES, S. D. (1998) – *Convento de S. Francisco da Ponte. Valor da Arte Coimbrã*. GACC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. Coimbra.

SANTOS, P. (1997) – *O Convento de São Francisco da Ponte*. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra. Coimbra.

O ÚLTIMO CONVENTO DA ORDEM DE SANTIAGO EM PALMELA

DADOS ARQUEOLÓGICOS DA INTERVENÇÃO NO PÁTIO FRONTEIRO À IGREJA

ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES **Arqueóloga, Museu Municipal de Palmela. isacrisff@gmail.com**

RESUMO A intervenção arqueológica no pátio fronteiro à igreja do convento de Santiago, em Palmela, que decorreu em 2003, permitiu confirmar que o último convento da Ordem de Santiago foi construído entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII e sofreu várias obras de remodelação ao longo dos séculos XVIII e XIX. São destes períodos a maioria das estruturas e dos materiais arqueológicos exumados, com maior destaque para os seiscentistas e setecentistas. Estamos perante uma área do convento moderno que inclui dependências de trabalho, com oficinas e arrecadações.
Nesta comunicação apresenta-se a leitura dos compartimentos identificados e uma proposta de evolução deste espaço conventual, nomeadamente após as obras que terão ocorrido no último quartel de setecentos.

PALAVRAS-CHAVE **Palmela, Ordem de Santiago, convento, arqueologia**

1. OS CONVENTOS DE SANTIAGO EM PALMELA: O PERCURSO HISTÓRICO

Os nossos estudos histórico-arqueológicos em Palmela têm-se centrado não só na ocupação muçulmana do sítio mas também no percurso da permanência da Ordem de Santiago no castelo, desde o último quartel do século XII até 1834. As investigações arqueológicas até agora realizadas, primeiro na alcáçova do castelo e mais recentemente na área fronteira da igreja de Santiago, são mais eloquentes para a plena Idade Média do que para os finais do período medieval e o período moderno. Admitimos hoje, por evidências arqueológicas e históricas, que o castelo de Palmela foi sede da Ordem de Santiago nos finais do século XII/inícios do XIII (1194--1217)[1]. Após um interregno de duas centúrias e meia, em que os destinos da Ordem foram geridos a partir de Mértola e de Alcácer do Sal, instala-se de novo a sede em Palmela (1482), aí permanecendo até à extinção[2]. A construção do convento e da igreja decorrerá entre 1443 e 1482, terminada no tempo em que o mestrado se encontrava nas mãos de Infante D. João, filho de D. João I (fig. 1). Admite-se porém que as últimas obras, das oficinas do convento, só ficaram prontas sob o mestrado do príncipe D. João, filho de D. Afonso V (Santa Maria, 1724, p. 256 e 257).

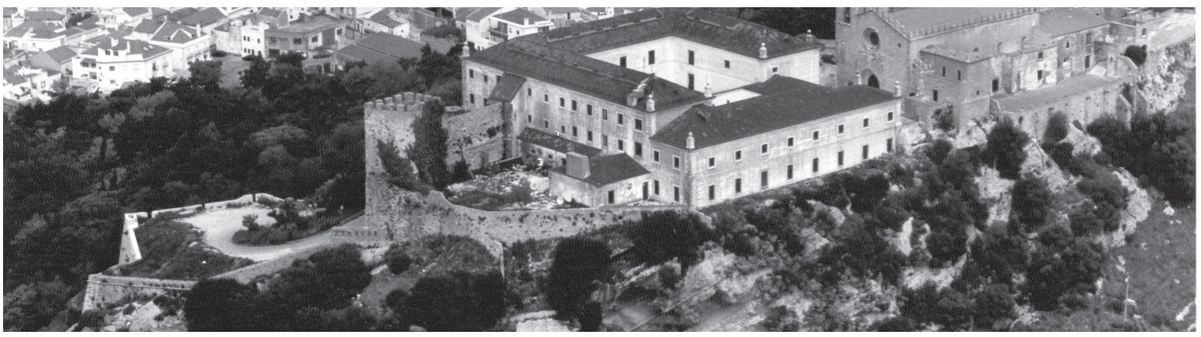
Arquivo IHRU (ex-DGEMN)

1. Igreja de Santiago após o restauro da DGEMN (ca. 1940).

No tempo de D. Jorge, último mestre da Ordem, o convento e a igreja foram objecto de obras de melhoramento, tanto ao nível das estruturas como da decoração arquitectónica e do recheio artístico[3]. Constroem-se dois terraços, designados de "miradouros", as dependências do paço do mestre e acrescentes na casa do prior. O *Regimento do Convento de Palmela*, de 1547, outorgado pelo mestre D. Jorge (Pimenta, 2002, p. 289-300), é um precioso documento para a análise da vida conventual mas também para o reconhecimento funcional dos compartimentos da "casa". A identificação de algumas

1. Sobre este assunto ver Fernandes; I.C.F., 2000, 2001, 2004, 2005 e 2009.
2. A partir de D. João I, o mestrado da Ordem de Santiago passa para a dinastia de Avis, através da bula *in Apostolica Dignitates Speculas*, concedida pelo papa Martinho V. É nessa ocasião que o rei decide transferir a sede da Ordem de Alcácer do Sal para Palmela, sendo mestre Mem Roiz de Vasconcelos. A *Crónica de D. João I* regista a entrega do mestrado da Ordem de Santiago a Mem Roiz (*Chronica de El-Rei D. João I*, 1897-1898).
3. Para detalhes sobre estes aspectos consultar Serrão e Meco, 2007.

Câmara Municipal de Palmela / Ricardo Pais



2. Igreja e último convento da Ordem de Santiago, Palmela.

funções dos freires (celeireiro, escrivão, boticário...) e dos leigos que trabalhavam no convento (amassadeira, lavandeira, cozinheiro, barbeiro, alfaiate, sapateiro, pedreiro, carpinteiro, azemel...) constitui um auxiliar importante do arqueólogo.

Nos anos 60 do século XVI, não se tendo ainda concluído as obras dos dormitórios e das oficinas que se haviam encetado na época de D. Jorge e nos finais da centúria, o estado dos edifícios era descrito como mau (Aranha, 1731). Um orçamento de 1567 (Mata, 2002) permite-nos também a recolha de dados sobre alguns espaços conventuais, sendo citados a castra, o terreiro da portaria (na igreja) e o dormitório, com celas servidas de janela, o refeitório, a cozinha, a adega, o palheiro, a caldeiraria, o celeiro, a crastra da carne, a cisterna (no convento). Repetem-se menções a artesãos e outros trabalhadores externos ao convento mas que trabalhavam nele e para ele: pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, lavadeiras, costureiras, alfaiates, carregadores.

Depois de várias iniciativas de reparação, a persistente degradação do edifício conventual irá conduzir Filipe II à decisão da encomenda de projecto para um novo convento, em 1610, feita a Filipe Térzio, arquitecto régio e mestre de obras das Ordens de Santiago e de Avis[4]. A partir de 1629 Mateus do Couto sucede a Baltazar Álvares na condução da obra e, em 1699, será a vez do sobrinho do primeiro assumir o cargo (Viterbo, 1988, III, p. 162 e 257). É possível que destas várias direcções, sobretudo as de Baltazar Álvares e de Mateus do Couto, o Velho[5], tenham resultado alterações à traça original de Térzio (fig. 2). No contexto político do domínio filipino, as obras vão desenvolver-se muito lentamente até ao final do século XVII. Em 1696, só se tinham executado uma parte do convento, dois dormitórios e o claustro[6]. Os freires nunca se transferiram para outro lugar por motivo das obras, que se presume terem ficado concluídas na primeira década de setecentos (Serrão e Meco, 2007, p. 130, 155 e 156)[7]. Na visita de D. João V a todo o convento, em 1711, durante o priorado de D. José Pereira de Lacerda, são referidas a casa da tribuna, a sala grande da livraria, as celas dos freires, o átrio anterior à porta da Igreja de Santiago, espaços que correspondem ao último convento, reconhecidos na planta de 1781[8]. Contudo, posteriormente, houve intervenções na época do prior João Pereira Gama, nos anos trinta e em meados de setecentos, no fim do reinado de D. João V, orientadas pelo arquitecto Rodrigo Franco, nomeadamente no refeitório (Serrão e Meco, 2007, p. 130, 155 e 156)[9]. Na sequência do sismo de 1755, que danificou o edifício, tiveram lugar obras de reparação a cargo dos mestres Pêro Lourenço e Luiz Santos (Viterbo, 1992, p. 220-222).

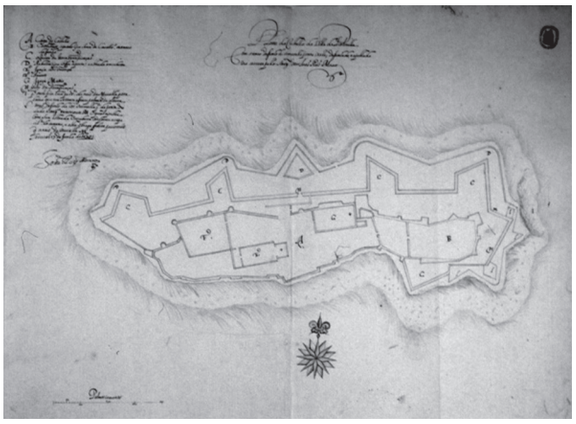
O processo de degradação do novo convento, já notório nas primeiras décadas de oitocentos, acentua-se após a extinção, ao longo da centúria, estando então tutelado pelo Ministério da Guerra. Este percurso de profunda degradação do edifício conventual e da igreja, que incluiu a delapidação de muito do seu recheio decorativo arquitectónico, continua durante a Primeira República, apesar da classificação da igreja e do castelo como Monumentos Nacionais (fig. 3). A partir de 1933, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) inicia uma intervenção de restauro que vai incidir essencialmente na igreja e em parte do castelo. O convento permanece em ruínas, sendo reabilitado apenas nos anos setenta do século passado, com a reconversão do que subsistia do edifício em pousada de turismo.

4. Térzio deveria encontrar-se já a trabalhar neste projecto desde 1596 (Viterbo, 1988, 99 -100).
5. Para avaliação das extraordinárias valências de Mateus do Couto, o Velho, como arquitecto, veja-se Soromenho, 2012.
6. Conforme referência na Chancelaria da Ordem de Santiago, Liv. 24, fls. 23v e 24.
7. É desta derradeira fase da obra, de finais do século XVII – inícios do XVIII, a substituição do antigo retábulo quinhentista da igreja de Santiago por um retábulo de talha barroca, ao Estilo Nacional, da autoria do mestre António Rodrigues, a pavimentação em pedraria policroma e os embutidos ao estilo de João Antunes, bem como o revestimento azulejar azul e branco. Esta campanha de obras, que se presume da responsabilidade de João Antunes, terá abrangido outras dependências do convento.
8. Para mais detalhes sobre as obras então ocorridas, consultar: TT, *Livro dos Copos*, doc. 333, 1716, fl. 469, in *Militarium Ordinum Analecta*, 7, 2006, p. 674 e Serrão e Meco, 2007, 130 e 144.
9. Para outras informações artísticas relativas ao convento setecentista e oitocentista consultar, da mesma obra, p. 152 a 160.

Arquivo IHRU (ex-DGEMN)

3. Convento em ruínas (anos 30 do século XX).

IANTT



4. Planta do Castelo de Palmela, de João Roiz Mouro (século XVII).

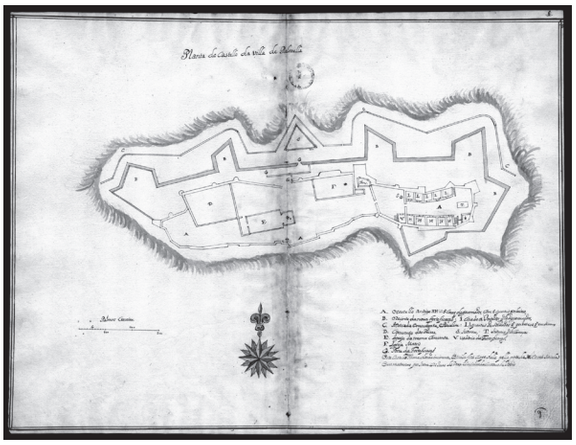
2. OS DADOS CARTOGRÁFICOS

A mais antiga traça conhecida do convento é datada do século XVII, representada em planta da autoria do engenheiro militar João Roiz Mouro*: Planta do Castello da villa de Palmela* (fig. 4)[10]. O «Convento dos Freires» é apresentado com uma traça trapezoidal, a vertente norte adossada à muralha. Devia corresponder sensivelmente ao espaço da primitiva estrutura, ou seja, do convento quatrocentista. Numa outra planta, de inícios do século XVIII, de João Tomás Correia (fig. 5), que terá substituído João Roiz Mouro e a terá desenhado sobre a anterior, igualmente designada «*Planta do Castello da villa de Palmella*», dos fundos da Biblioteca Nacional, a representação do convento é equivalente. As partes que lhe correspondem estão legendadas da seguinte forma: *D – Convento dos Freires; E – Igreja do mesmo Convento*[11].

Verifica-se que sul e a poente a extensão ocupada pelo edifício conventual era mais limitada do que em finais do século XVIII, observando-se um vazio que posteriormente daria lugar ao prolongamento do novo edifício. O pátio fronteiro da igreja era delimitado por um muro que separava o espaço sagrado dos terrenos anexos ao convento. Aqui não existiam edificações no século XVII nem em inícios do século XVIII, quando as obras do novo convento já deveriam estar em fase de finalização, e cremos que tão pouco existiriam nas duas centúrias anteriores. A intervenção arqueológica realizada neste espaço comprova isso mesmo.

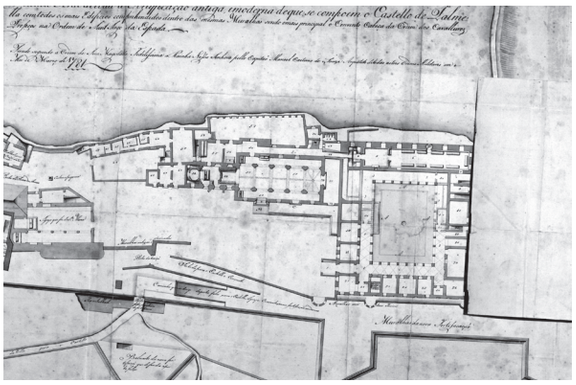
A «*Planta Geral da Fortifficação Antiga e Moderna de que se Compoem o Castello de Palmella com todos os mais Edifícios Comprehendidos dentro das mesmas Muralhas sendo o mais Principal o Convento Cabeza da Ordem dos Cavalleiros profeços na Ordem de Santiago da Espada* (...)», de 1781, da autoria de Manoel Caetano de Souza, encomenda de D. Maria I, revela-nos com grande detalhe os dois pisos do novo e último convento (fig. 6). A verdade é que a representação de inícios

BNP



5. Planta do Castelo de Palmela, de João Tomás Correia (inícios do século XVIII).

GEAEM/DSE / Adelino Chapa



6. Planta de Manuel Caetano de Sousa, 1781: igreja e convento de Santiago.

10. Planta do Castello da villa de Palmela, João Roiz Mouro, Plantas das Fortalezas da Costa portuguesa entre Vila Nova de Mil Fontes e as Berlengas, João Roiz Mouro e Mateus do Couto, século XVII, (IANTT), *in* Valla, 2012.

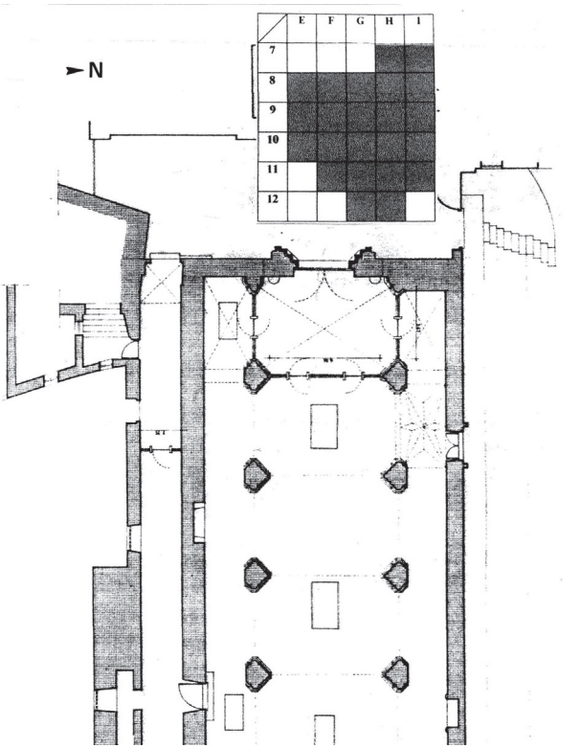
11. Transcrição da legenda: «*A – O Castello Antigo; B – O Recinto da nova forteficação; C – A estrada emcuberta e revelim; D – Convento dos Freires; E – Igreja do mesmo Convento; F – Igreja Matris; G – Porta da Fortificação; H – 5 Casas do Governador com 5 quarteis por baixo; I – Casa do Apontador e do Governador; L – Quarteis para soldados 5 por baixo e 5 por cima; S – Sisterna; T – Sisterna que começaram; V – Vedoria da fortificação.*

Este Castello está numa altura iminente e a vila fica ao pe delle pela parte do sul esta sitiada em ma(...) por serem as ruas de roxa e de calecha custozas de subir».

de setecentos, quando confrontada com esta, obriga a considerar a profundidade das intervenções setecentistas (anos 30, anos 50 e pós-terramoto). Através deste minucioso documento cartográfico sabemos que uma parte do piso térreo estava destinado a áreas de serviço e armazenamento, incluindo os celeiros para o trigo e cevada, os celeiros de partição, as arrecadações para o azeite, as galinhas, a lenha e ainda a casa do cozinheiro e quatro pequenas cavalariças particulares. No piso superior localizavam-se as dependências principais: as celas (de noviços, do mestre de noviços e de freires não capitulares), três salas de hospedaria, a livraria e a casa do cárcere, o cartório e a casa do capítulo. No exterior assinala-se um escadório, correndo até às paredes da capela do pátio defronte à entrada principal. O acesso do convento ao exterior fazia-se, como actualmente, pela *Portaria do Côro*. A alusão ao claustro é particularmente importante porquanto Manuel Caetano de Sousa distingue as *naves do claustro antigo e incompleto* da *nave do claustro principiado de novo*.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PÁTIO FRONTEIRO À IGREJA DE SANTIAGO

Em 2003, a ENATUR, com projecto da DGEMN, tencionava proceder a obras de remodelação da pousada e foi neste âmbito que realizámos uma intervenção arqueológica na área do pátio fronteiro à igreja de Santiago (fig. 7).



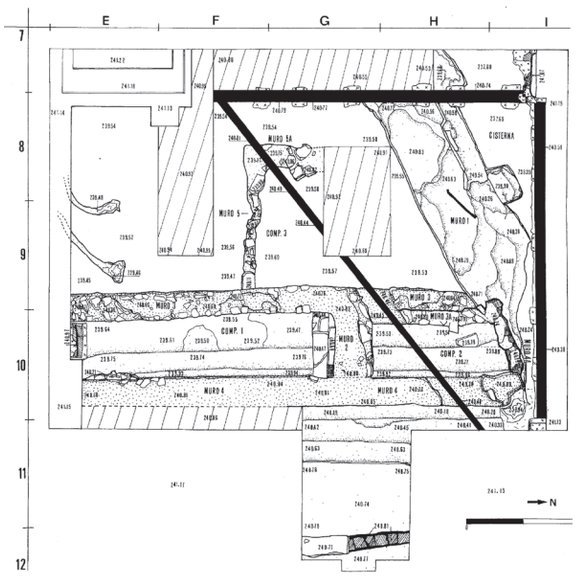
7. Implantação da área escavada no pátio fronteiro da Igreja de Santiago, 2003.

Nesta escavação do pátio registaram-se vários muros (números 1 a 5) que definiam compartimentos (números 1 a 3) e parte de uma cisterna (figs. 8 e 9).
As obras de remodelação do convento moderno são constatadas no espaço escavado. É o caso dos compartimentos 1 e 2, que inicialmente terão constituído um

ICFF

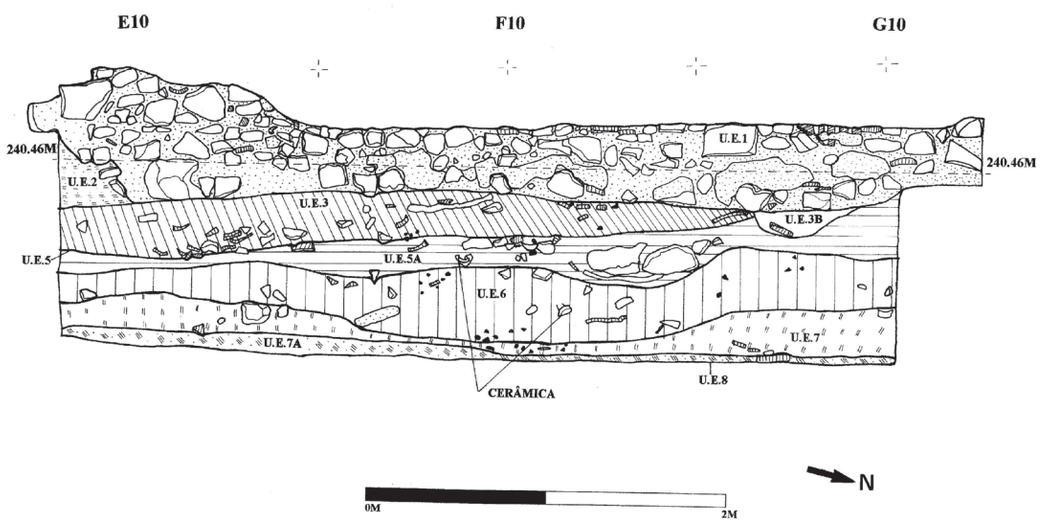
8. Estruturas registadas na escavação do pátio da igreja de Santiago.

J. Nunes



9. Plano final da área escavada no pátio da Igreja de Santiago.

J. Nunes



10. Pátio da igreja de Santiago: perfil do Compartimento 1 com alçado interno do muro 3.

espaço único, presumivelmente de circulação. A leitura estratigráfica do compartimento 1 é a seguinte (fig. 10):

U. E. 1: lajeado e respectiva camada de preparação.

U. E. 2: nível de deposição de entulho, onde ocorre espólio cerâmico diverso, por exemplo as faianças decoradas a azul, com a cruz-espada da Ordem de Santiago.

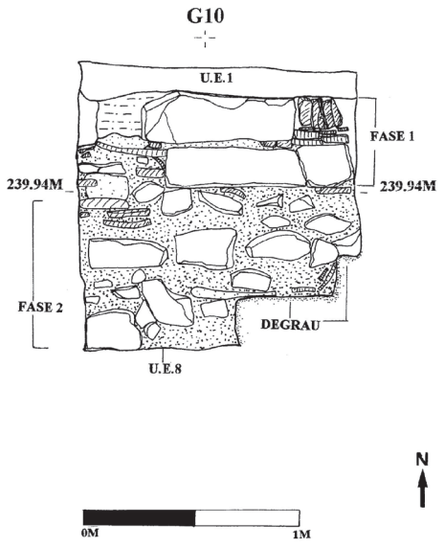
U. E. 3: sedimento castanho amarelado, com espólio cerâmico de tipologia comum, alguma fauna e possíveis peças de jogo (vértebras de peixe).

U. E. 5: piso em argamassa.

U. E. 5A: camada de preparação do piso, de cor castanha, com alguma cerâmica triturada e nódulos de argamassa. Ocorre associado algum espólio dos séculos XVII e XVIII.

U. E. 6: sedimento castanho escuro, onde se exumou algum espólio cerâmico de tipologia comum e fragmentos de cachimbos em cerâmica e osso.

J. Nunes



11. Pátio da igreja de Santiago: Compartimento 1 com alçado interno do muro 2.

U. E. 6A: sedimento castanho avermelhado, um pouco compacto, com cerâmica e nódulos de argila. O espólio inclui alguns pregos em ferro, alfinetes em bronze, um pente em osso, um núcleo e uma lasca em sílex.

U. E. 7: sedimento castanho, arenoso, contendo alfinetes, fragmentos de caçarolas, de panelas, de alguidares e alguma fauna.

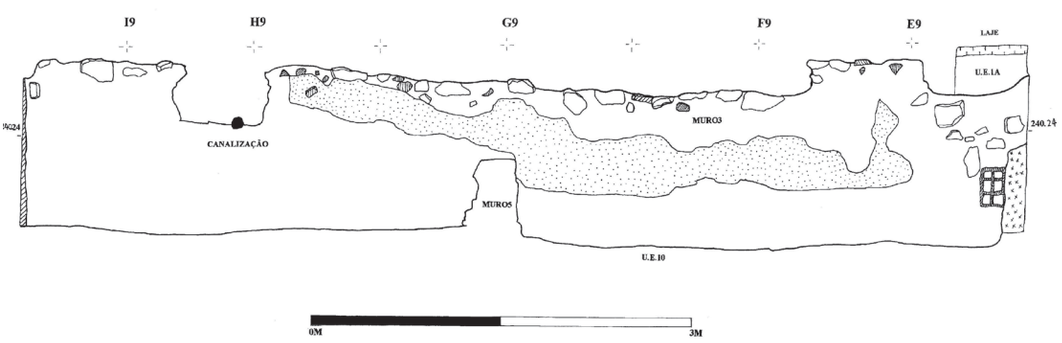
U. E. 7A: semelhante ao anterior, com carvões. Exumaram-se faianças e alfinetes.

U. E. 8: piso em argamassa que constitui a base do compartimento e se encontra sobre o nível de afloramento. Ocorre alguma cerâmica.

U. E. 10: afloramento rochoso e nível a que corresponde também o talhe da rocha em degraus (escadaria de acesso à Igreja de Santiago).

O Compartimento 1 é limitado pelos muros 2, 3 e 4 (figs. 10, 11, 12). O muro 3 está assente sobre o piso em argamassa do Compartimento 1 (UE 8) e mostra, na face interna, um aparelho misto que utiliza pedras de diferentes dimensões, tijoleira, telha, fragmentos de cerâmica diversa e um ligante de terra e argamassa. Não se apresenta uniforme, revelando, aproximadamente aos 60 cm, diferentes níveis de sedimento, desagregação de argamassa, nódulos de argila, algumas pedras dispersas de dimensões várias e cerâmicas associadas a carvões, metais e restos de fauna. Na face externa a pedra é revestida a argamassa em toda a extensão (E-F-G-H-I/10). Em E-F-G/11, o muro 4 revela um interior mais cuidado, com aparelho que utiliza blocos de pedra ligeiramente afeiçoados, de pequena a média dimensão e algumas tijoleiras ligadas por argamassa. A sul registam-se duas remodelações que tornaram o aparelho mais descuidado, exibindo pedras não afeiçoadas de diferentes dimensões, tijoleiras

J. Nunes



12. Pátio da igreja de Santiago: Compartimentos 1 e 2 com alçado externo do muro 3.

e telhas dispostas aleatoriamente. A face externa, por se encontrar no limite da escavação, não foi de fácil leitura. Contudo, em G-H/10-11 observaram-se restos de revestimento a estuque. Este muro 4 foi edificado sobre a escadaria de acesso à igreja de Santiago.

Na vertente sul do Compartimento 1 não foi possível detectar a estrutura que o encerra, uma vez que o espaço se encontra ocupado pelas paredes de fundação da pousada e respectivas canalizações.

No Compartimento 2, a leitura estratigráfica segue a do Compartimento 1, havendo apenas a acrescentar os subníveis da U. E. 3: 3A, 3B, 3C e 3D:

U. E. 3: sedimento castanho-escuro, solto, com abundante espólio.

U. E. 3A: corresponde a uma pequena lareira em I10 e respectivo espólio.

U. E. 3B: nível de derrube formado por sedimento de cor castanha escura com carvões e algum espólio.

U. E. 3C: sedimento castanho com alguns carvões e cinzas, onde surgem fragmentos de panelas, caçarolas, púcaros e pucarinhos, copos, taças, pregos e restos alimentares em abundância.

U. E. 3D: sedimento castanho amarelado, com espólio cerâmico de tipologia comum, de cariz doméstico, ligado à confecção de alimentos, alguma fauna e vértebras de peixe.

Após a remoção dos primeiros níveis foi possível delimitar o topo das estruturas que compõem este compartimento, ou seja, os muros 1, 2, 3 e 3A, 4 e 4A (fig. 9). O muro 1 resulta do talhe da pedra local *in situ*.

Em F-G/8-9 definiu-se o Compartimento 3 (fig. 9). A delimitação deste espaço é feita pelo muro 1 e pelos muros 5 e 5A, que denotam uma construção precária, com grande desgaste. Deve tratar-se de um compartimento anterior aos Compartimentos 1 e 2. O esvaziamento de parte da área agora escavada, nos anos 70, durante as obras da DGEMN, e posterior entulhamento, deixa poucas possibilidades de uma avaliação segura. As estruturas que formam este Compartimento 3 são: o muro 1; o muro 5A que lhe está adossado e que revela algum cuidado no aparelho, com pedras de média e pequena dimensão, alguma telha e um ligante de terra e argamassa; o muro 5, que adossa ao anterior em G8, construção rudimentar que se encontra em avançado grau de destruição, restando apenas a base; o muro 3, que anexa ao muro 5 em G10. De referir ainda que toda esta área é atravessada por um tubo de *pvc* que provocou a parcial destruição deste compartimento.

A estratigrafia individualizada dentro e fora deste compartimento é concordante com a dos restantes até à unidade 2A, após o que se seguem os seguintes estratos (fig. 13):

U. E. 4: sedimento castanho claro, com derrube de telhas e pedra.

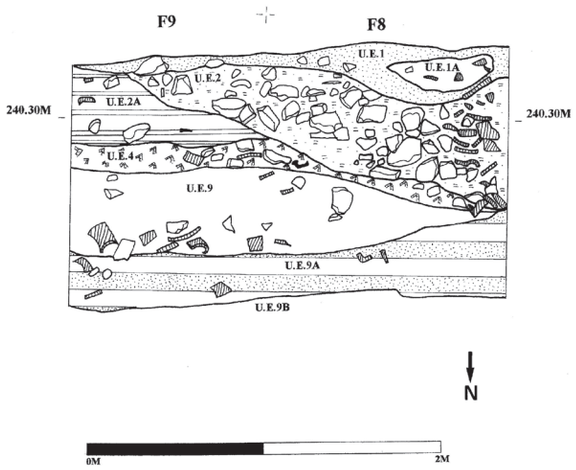
U. E. 9: nível arenoso de tonalidade amarela, que lhe é conferida pela desagregação de argamassas dos muros 5 e 5A.

U. E. 9A: sedimento castanho claro, arenoso, misturado com argamassa desagregada e com algum espólio (ex. 2 fragmentos de bojo de talha).

U. E. 9B: piso em argamassa sobre o qual surgiram fragmentos de cachimbos, um deles com inscrição, alguma cerâmica e elementos de fauna.

U. E.10: afloramento rochoso.

J. Nunes

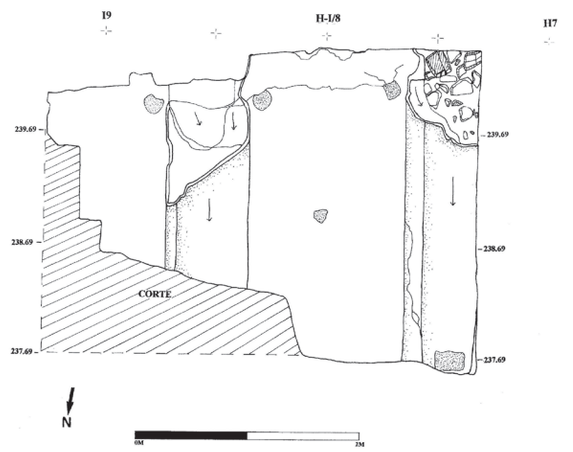


13. Pátio da igreja de Santiago: Perfil Sul (F8-9).

A cisterna é definida a sul pelo muro 1, que aproveitou parcialmente a rocha local e a superfície da face interna foi objecto de revestimento a argamassa e polimento com uma fina aguada de cal. Encontra-se em mau estado de conservação, tendo sido entulhada com diversos níveis de deposição contemporâneos (níveis 2, 2A e 4) onde se misturam materiais dos séculos XVII a XX (fig. 14). Foi possível identificá-la em antigas fotografias da DGEMN, obtidas durante as obras dos anos 70 (fig. 15). A planta de 1781 não localiza esta estrutura e a sua orientação não corresponde à da estrutura do convento setecentista. Trata-se de uma cisterna com abóbada de meio-canhão, de comprimento indeterminado, munida de contrafortes em cada uma das paredes, que suportariam os arcos da abóbada. Nas imagens da DGEMN conseguem registar-se quatro desses contrafortes e as nossas sondagens permitiram pôr a descoberto dois deles e a parede a que adossam. A sua secção é de tendência rectangular. No espaço que medeia entre os dois contrafortes alinham-se três orifícios com 14 cm de diâmetro. Num dos contrafortes registou-se um outro orifício rectangular, com 24 cm x 14 cm. A cisterna foi apenas parcialmente escavada. O conjunto prolonga-se para poente, no interior da pousada e deve encontrar-se em boa parte destruído, a ajuizar pelas fotografias de 1972.

O início de uma escadaria, talhada na rocha, identificou-se no interior do Compartimento 2, abrangendo toda a extensão entre este e o Compartimento 1. Em G-H/11-12 registou-se, além dos degraus que compõem a escadaria, um patamar igualmente escavado no calcoarenito, onde se individualizou um canal (figs. 16 e 17). Este canal, com funções de drenagem

J. Nunes



14. Pátio da igreja de Santiago: H-I / 7-8-9 – alçado interno da cisterna.

Arquivo IHRU (ex-DGEMN)

15. Aspecto da cisterna em imagem dos anos 70.

ICFF

16. Pátio da igreja de Santiago: escadaria de acesso à igreja, posta a descoberto durante as escavações arqueológicas.

ICFF

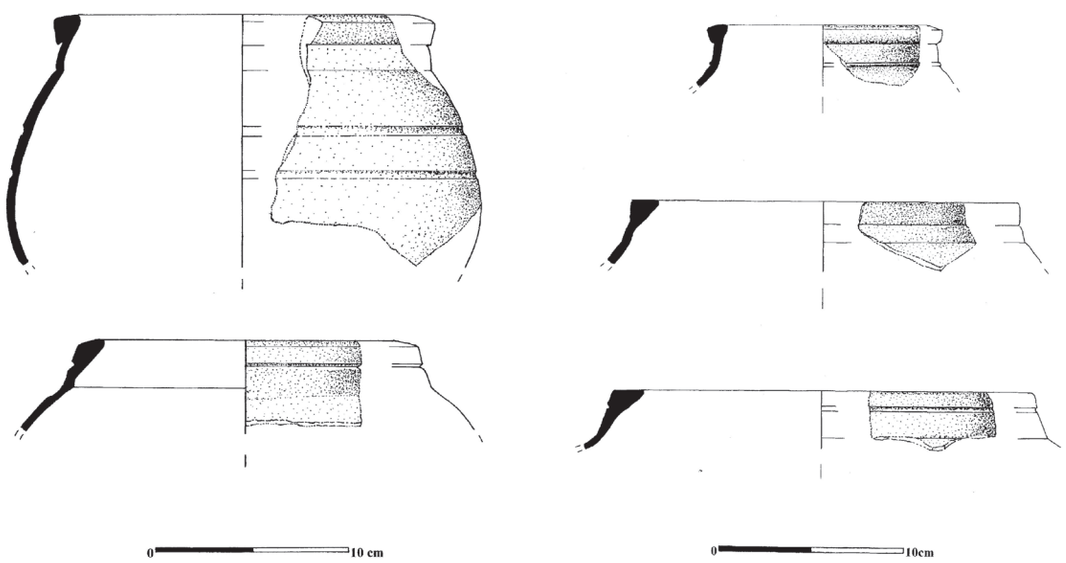
17. Pátio da igreja de Santiago: escadaria de acesso à igreja e canal.

das águas pluviais, foi realizado através do corte da rocha, formando uma cavidade de perfil em U, revestida na base por tijoleiras vermelhas dispostas sobre o afloramento e cobertura de lajes ligeiramente afeiçoadas. Concluímos que a primitiva entrada da igreja, no século XV, era servida por uma grande escadaria de 7 ou 8 degraus, seguida de patamar. O canal terá sido acrescentado em época moderna.

4. ESPÓLIO

A área escavada corresponderia, pois, às dependências de trabalho do convento setecentista, com oficinas e arrecadações, incluindo uma área de armazenamento de produtos alimentares e até de confecção, como a lareira identificada num dos compartimentos parece indiciar. É bem possível que a casa do cozinheiro se situasse aqui.
A fauna está representada por escamas e espinhas de peixe, conchas de mexilhão, de amêijoa, de berbigão e ossos, predominantemente de mamíferos.
A loiça usada no convento incluía peças em cerâmica comum, lisas, alisadas ou modeladas, com a variedade de formas que a cozinha e os usos quotidianos exigiam: panelas, caçarolas, tigelas, pratos, jarros, pucarinhos, potes e alguidares, enquadráveis entre os séculos XV-XVI e XVIII (figs. 18, 19, 20). Na loiça de cozinha destacam-se as panelas globulares (fig. 18 – 1 e 2), correspondendo a primeira aos séculos XV-XVI e a segunda aos XVII--XVIII, e outras variantes, atribuídas aos séculos XVI--XVII (fig. 18 – 3) e aos XVII-XVIII (fig. 18 – 4 e 5). Os alguidares (fig. 19 – 6 a 10) são provenientes de contextos dos séculos XVII-XVIII. As tigelas e pratos apresentam formas e dimensões variáveis (fig. 20 – 11 e 12), enquadráveis entre os séculos XVI e XVIII, geralmente alisadas no exterior e com o interior brunido. Alguns exemplares, de pequenas dimensões, deveriam servir como molheiras ou para conterem ervas aromáticas e especiarias.
O já citado orçamento do século XVI apresenta-nos uma listagem no seu rol de compras com perfeita correspondência à louça exumada: púcaros, jarros, potes para água, copos, tigelas, alguidares. As tigelas, as bacias e os *farceiros* são indicados como *vasos de água* (Mata, 2002, p. 96) e os alguidares são referidos como necessários para *ensaboar os corporais*. No documento há também referência ao transporte de louça de Lisboa, comprovando que a Ordem adquiria a oleiros da capital a louça mais delicada e que requeria maior mestria, nomeadamente as faianças e as tacinhas, copos e pucarinhos modelados, de barro vermelho (figs. 21 e 22). As encomendas dos freires, nos séculos XVII e XVIII, previam a personalização da loiça conventual, tanto mais tratando-se das instalações da cabeça da Ordem: tigelas e pratos esmaltados a branco mandavam-se pintar com a cruz-espada de Santiago e a inscrição COMVENTO, predominantemente a azul cobalto (figs. 23 e 24). Outras recolhas incluem faianças decoradas a azul, a azul e vinoso, registando-se também a associação do azul-verde. As composições decorativas usam elementos vegetalistas e geométricos, os esquemas das "três contas" e "aranhões" (figs. 25 e 26). Identificaram-se também dois pequenos fragmentos de porcelana chinesa.
Ainda no mesmo orçamento, listam-se vários materiais em ferro ou outros metais: chaves, fechaduras, ferragens, ferrolhos, arcos para pipas e tonéis, pregos, facas, alfinetes, agulhas e um *candeeiro das trevas*, em ferro. A escavação forneceu algumas ferragens,

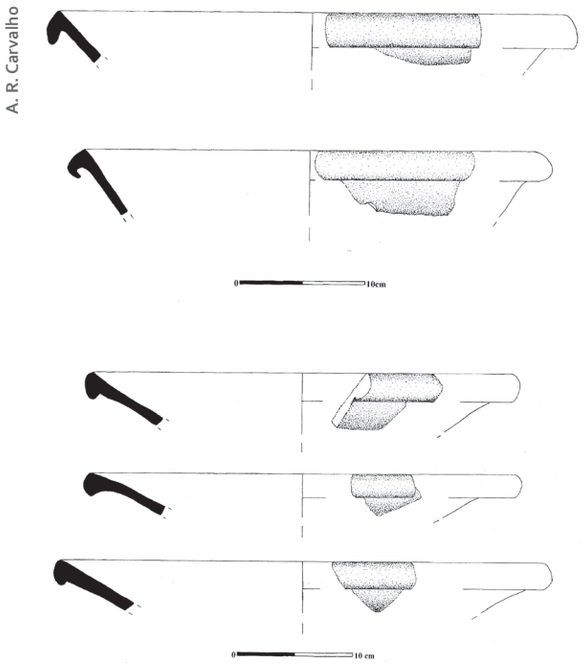
A. R. Carvalho



18. 1: panela (H9-I, limpeza do corte Sul); 2: panela (H-I / 9-10, UE 7A). 3, 4 e 5: panelas (H-I 10, UE 3).

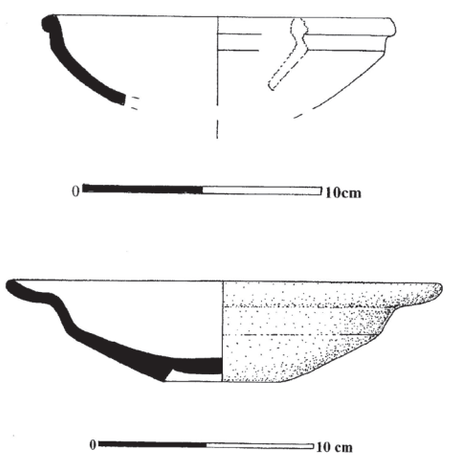
abundantes pregos, um dedal e alfinetes de cabeça esférica, em bronze. Foram também exumados vários fragmentos de cachimbos em caulino (fig. 27), um pente em osso (fig. 28) e peças de jogo em vértebras de peixe (fig. 29). Do conjunto fazia também parte um pequeno frade em terracota, com dois centímetros de comprimento, que mostra o hábito com capuz, as mãos unidas junto ao peito, cabelo sobre os ombros e barba (fig. 30). Na parte superior da cabeça apresenta um pequeno orifício onde está inserido um arame que serviria para o suspender ou prender.

A. R. Carvalho



19. 6 e 7: alguidares (H-I 10, UE 3). 8, 9 e 10: alguidares (H-I 10, UE 3).

A. R. Carvalho

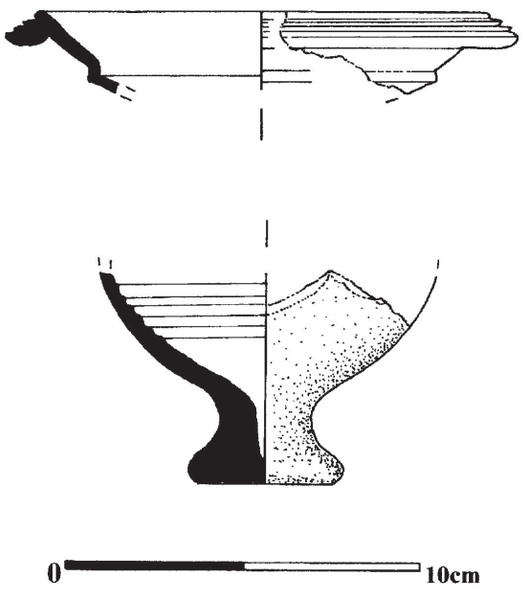


20. 11: tigela (H-I 10, UE 3). 12: prato (H-I / 9-10, UE 3B).

Câmara Municipal de Palmela / Rui Minderico

21. Conjunto de peças modeladas, de barro vermelho.

A. R. Carvalho



22. 13 e 14: tacinha e copo modelados (H-I / 9-10, UE 7A).

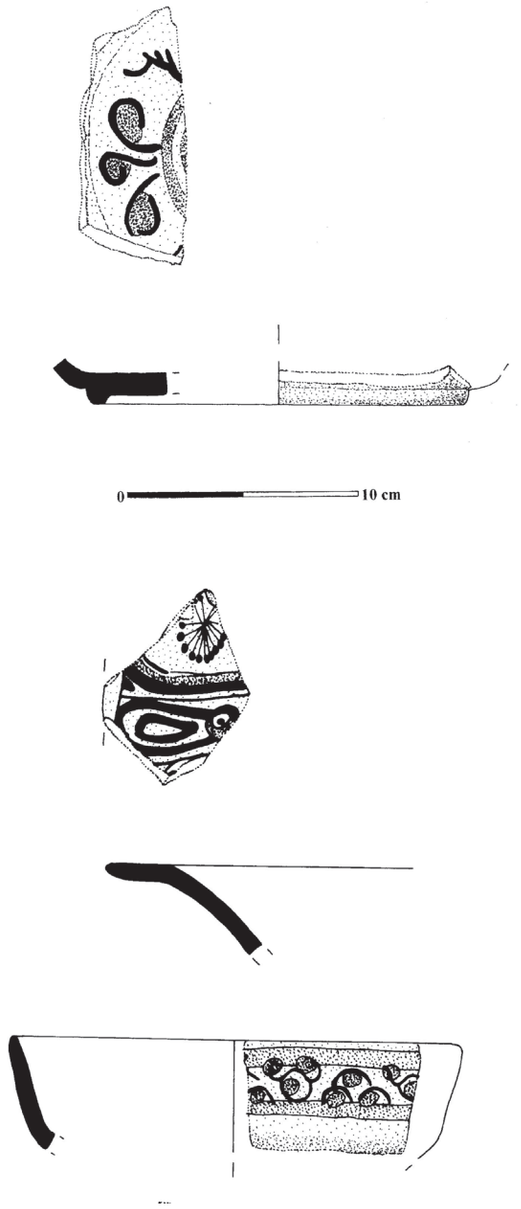
Câmara Municipal de Palmela / Rui Minderico

23. Fragmentos de peças esmaltadas a branco com a cruz-espada de Santiago pintada a azul.

A. R. Carvalho

24. 15: tigela com a cruz-espada de Santiago (F10, Comp. 1, UE 3). 16: fragmento de prato com a cruz-espada de Santiago (E10, Comp. 1, UE 1). 17: tigela com a inscrição CO(nvento) (E10, UE 7A).

A. R. Carvalho



25. 18: prato de faiança com decoração a azul e vinoso (G10, UE 7A). 19 e 20: fragmentos de prato e tigela em faiança (F10, UE 7A).

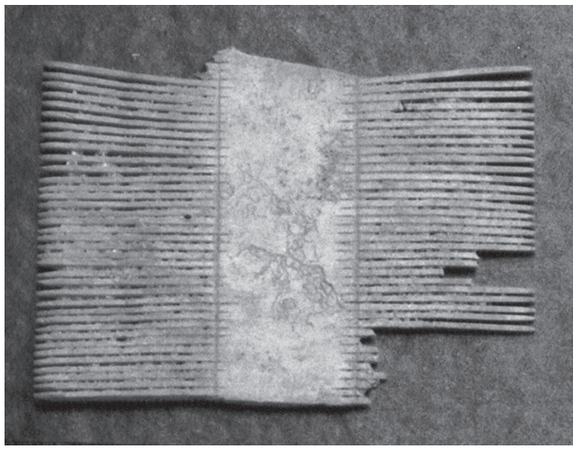
Câmara Municipal de Palmela / Rui Minderico

26. Prato de faiança com decoração a azul e vinoso.

ICFF

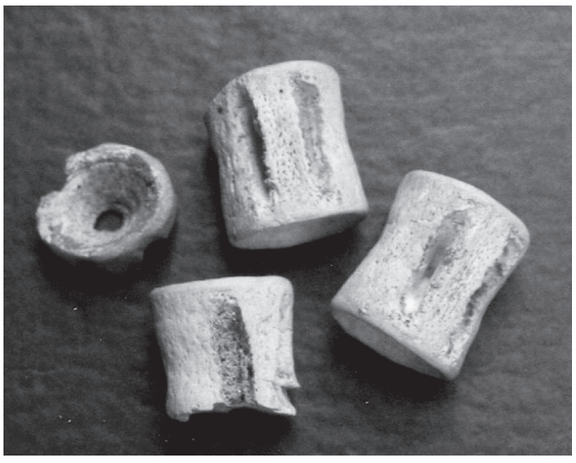
27. Fragmentos de cachimbos em caulino.

ICFF



28. Pente em osso.

ICFF



29. Peças de jogo (vértebras de peixe).

5. CONSIDERANDOS FINAIS

A escavação arqueológica do pátio da igreja do convento de Santiago veio confirmar que boa parte da área, particularmente junto às paredes do actual edifício conventual, foi esvaziada e depois entulhada de

Câmara Municipal de Palmela / Rui Minderico

30. Imagem de frade em terracota.

novo, o que justifica a grande mistura de materiais dos séculos XV-XVI a XX. Como referimos anteriormente, a maior parte das dependências do convento quatrocentista coincidiria espacialmente com a área do convento moderno. Outros indicadores arquitectónicos corroboram esta leitura, nomeadamente os paramentos da muralha norte e a face interna da muralha poente, no pátio da actual pousada, onde ainda subsistem restos de antigas arcarias. Quanto ao pátio foi, numa primeira fase, um espaço isento de construções, como a análise da cartografia e a intervenção arqueológica o demonstram. Em 1614, quando Filipe II visita o convento, é mencionado um átrio que servia a Igreja de Santiago[12]. Efectivamente entre o espólio recolhido predomina o dos séculos XVII a XX, ocorrendo embora algumas cerâmicas dos séculos XV e XVI. Subsiste, do lado norte, uma porta com arco ogival aberta no que resta de uma parede, que presumivelmente fecharia ao exterior todo este espaço (fig. 31). Como vimos, numa das campanhas de obras do século XVIII ter-se-á decidido alargar a edificação a partir do muro divisório visível na planta de João Tomás Correia. Se observarmos a planta de 1781, veremos que os muros 3 e 4 se identificam perfeitamente na traça do piso térreo do convento. O muro 4 faria parte da parede leste do edifício e o muro 3 era parte de um compartimento rectangular que fechava do lado da cisterna.

Talvez no mesmo período se procedeu à anulação da

12. Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo Almeida Carvalho -25/17 (237 fls), fol. 6 a 9 v. – *D. João V visita o convento (1711),* Noticia escripta por Baltazar José Gaspar, freire capitular e escrivão do cartório, vide *Livro de Copos do Convento da Ordem de Santiago de Palmela*, p. 483.

escadaria que emoldurava a entrada principal da igreja, passando o acesso a fazer-se por um patamar nivelado com o pequeno pátio.

As restantes estruturas detectadas na escavação correspondem também a obras de remodelação ocorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX. É o caso da construção da cisterna, bem definida nas fotografias das obras de adaptação do convento a pousada. A implantação do muro 1, a parede sul da cisterna, fez-se sobre o muro 4, levando-nos a crer que em finais do século XVIII ou inícios do XIX se terá decidido avançar com esta obra, alargando o pátio fronteiro à igreja. Antes do início das obras de 70 não havia realmente edificações nesta área, como se pode verificar em imagem da época (fig. 31).

Hoje em dia o pátio lajeado mantém sensivelmente o dimensionamento desse período, fazendo recuar a parede mestra, do lado nascente, do grande edifício conventual desenhado em 1781, o que proporcionou a abertura do enquadramento da fachada da igreja primitiva, com amplas vantagens cenográficas.

Arquivo IHRU (ex-DGEMN)

31. Pátio fronteiro da igreja de Santiago, sendo visível o arco da entrada (anos 70 do século XX).

FONTES

Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo Almeida Carvalho – 25/17 (237 fls), fol. 6 a 9 v. – *D. João V visita o convento (1711*).

TT, *Livro dos Copos*, doc. 333, 1716, fl. 469, in *Militarium Ordinum Analecta*, 7, Livro dos Copos, Vol. I, dir. L. Adão da Fonseca, Fundação Eng. António de Almeida, 2006, p. 674.

TT, Chancelaria da Ordem de Santiago: Liv. 24, fls. 23v e 24.

Lázaro Leitão ARANHA (1731) – *Mesa das Três Ordens Militares de Cristo, S. Thiago e Aviz, Livro III dos Privilégios de Filipe II*, B.N.L., Cod. 10888-90, fl.78,83, 85/86.

Fernão LOPES, *Chronica de El-Rei D. João I*, Lisboa: Escriptorio, 1897-1898.

Frei Agostinho de SANTA MARIA (1724) – *Historia Tripartita*. Lisboa: Off. Antonio Pedrozo Galram.

CARTOGRAFIA

Planta do Castello da villa de Palmela, João Roiz Mouro, Plantas das Fortalezas da Costa portuguesa entre Vila Nova de Mil Fontes e as Berlengas, João Roiz Mouro e Mateus do Couto, séc. XVII, IANTT.

Planta do Castello da villa de Palmella, in *Livro de várias plantas deste Reino e de Castela [entre 1699-1743],* de João Tomás Correia, B.N.P., fls. 8v-9.

Planta Geral da Fortifficação Antiga e Moderna de que se Compoem o Castello de Palmella com todos os mais Edifícios Comprehendidos dentro das mesmas Muralhas sendo o mais Principal o Convento Cabeza da Ordem dos Cavalleiros profeços na Ordem de Santiago da Espada (...)", de Manoel Caetano de Souza, 1781.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, I. C. F. (2000) – O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500*), Palmela-Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, p. 571-578.

FERNANDES, I. C. F. (2001) – Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular,* 22 a 26 de Setembro, Vila Real, 1999, Vol. VII*: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Sessão 23: "Fortificações dos Reinos Cristãos: origens e evolução (séc. IX-XIV)", Porto: ADECAP, p. 169-186.

FERNANDES, I. C. F. (2004) – *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2005) – Palmela no período da reconquista. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Coord. M. Barroca e I. C. F. Fernandes, Palmela: GEsOS-Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 311-325.

FERNANDES, I. C. F. (2009) – Conventos da Ordem de Santiago em Palmela, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares,* Coord. I. C. F. Fernandes, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 583-634.

FERNANDES, I. C. F. e OLIVEIRA, L. F., (2005) – As Ordens Mi-litares no Reino de Portugal. *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Coord. Carlos Ayala Martínez e Feliciano Novoa Portela, Lisboa: Edições Chaves Ferreira, p. 136-165.

MATA, J. S. F. (2002) – O orçamento do convento de Palmela para o ano de 1567. Sua afectação. *Revista Lusíada*, Universidade Lusíada, p. 175-202.

PIMENTA, M. C. (2002) – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

SERRÃO, V. e MECO, J. (2007) – *Palmela Histórico-Artística. Um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa-Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri.

SOROMENHO, M. (2012) – Mateus do Couto, o Velho (ca. 1581-1664), arquitecto das Ordens de Santiago e de Avis. *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares,* Coord. I. C. F. Fernandes, Vol. 2, Palmela: Município de Palmela, p. 933-944.

VALLA, M. (2012) – Arquitectos e engenheiros das Ordens Militares no período da restauração. A cidadela de Palmela. *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, Coord. I. C. F. Fernandes, Vol. 2, Palmela: Município de Palmela, p. 945-969.

VITERBO, S. (1992) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses,* Lisboa: I.N.C.M., p. 220-22.

CONVENTO QUINHENTISTA DO BOM JESUS DE PENICHE

PRIMEIRA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

CLAUDIA CUNHA Grupo de Populações e Culturas do Passado, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS), Universidade de Coimbra. Grupo de Quaternário e Pré-história, Centro de Geociências, Universidade de Coimbra
CARLOS VILELA
SÓNIA SIMÕES
TIAGO TOMÉ Grupo de Populações e Culturas do Passado, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS), Universidade de Coimbra. Grupo de Quaternário e Pré-história, Centro de Geociências, Universidade de Coimbra
JOÃO MOREIRA
MÓNICA GINJA Munis – Atelier de Arqueologia, Lda.
GERARDO GONÇALVES CIDEHUS Universidade de Évora

RESUMO A intervenção arqueológica no Convento do Bom Jesus de Peniche evidenciou níveis de ocupação e cultura material que atestam a evolução urbana desta área da cidade desde os finais do século XVI. O que mais se destaca neste contexto são as evidências das dinâmicas construtivas e a profusão da cultura material como testemunhos da importância do sítio em época Moderna como um dos principais edifícios da então crescente vila de Peniche. O presente artigo é uma primeira notícia da intervenção arqueológica em contexto de arqueologia de emergência no sítio do convento.

PALAVRAS-CHAVE Convento franciscano, Peniche, arqueologia de emergência, Idade Moderna

1. INTRODUÇÃO

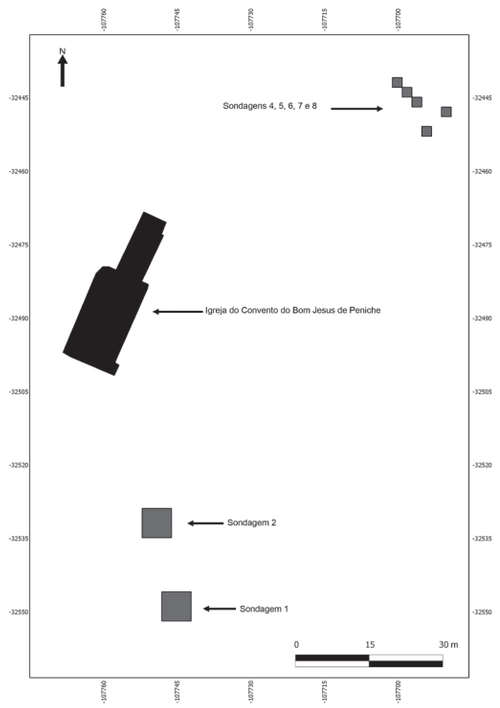
A intervenção arqueológica no Convento do Bom Jesus de Peniche, realizada entre Outubro e Dezembro de 2010, é resultado dos trabalhos de minimização de impacto arqueológico no contexto da construção de um estabelecimento comercial na área historicamente conhecida e documentada como pertencente ao referido convento. Infelizmente a obra foi licenciada e parcialmente edificada sem condicionamentos no que toca ao património arqueológico e histórico. Quando os trabalhos arqueológicos foram demandados pelos órgãos competentes, a loja em si já estava construída. As informações que puderam ser recolhidas referem-se ao que pode ser intervencionado durante as obras de infra-estrutura na periferia desta construção Contemporânea, não sendo possível estimar o alcance da destruição não documentada do contexto em questão.
Foram escavadas todas as áreas onde o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de construção evidenciaram níveis de ocupação Moderna dentro da área de afectação da obra. Neste contexto, foram escavados cerca de 269 m² do sítio que produziram um retrato parcial da ocupação desta área de Peniche entre os séculos XVI e XXI, além de evidências de ocupações pré-históricas e possivelmente romanas em níveis de revolvimento.

Por determinação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP (IGESPAR, IP) e como medida compensatória por danos causados pela construção acima mencionada, o dono da obra comprometeu-se a crivar um depósito de sedimentos arenosos de cerca de 1100 m³, resultante dos trabalhos de escavação e terraplanagem para a construção da loja, sua cave e demais infra-estruturas cuja execução antecederam a intervenção arqueológica. O trabalho de crivagem foi executado pela equipa de arqueólogos em campo.

2. METODOLOGIA

As áreas intervencionadas foram escavadas manualmente Foram identificadas, registadas e escavadas Unidades Estratigráficas (UE) individuais segundo a metodologia proposta por Harris (1997). O registo descritivo individual de cada UE foi feito por escrito em ficha de campo, com o uso de fotografia e em forma de desenho à escala 1:20. Em zonas cujo registro demandava mais detalhe, optou-se pela utilização de ortofotografias e desenho em SIG adotando-se uma metodologia semelhante à proposta por Machado e Almeida (2008), mas com o emprego de software Open Source Quantum GIS.

As intervenções no sítio do Bom Jesus de Peniche foram executadas em duas zonas: a primeira a Sul da capela do Convento e a segunda a Norte desta estrutura (fig. 1). As áreas escavadas na zona Sul consistiram em duas sondagens de 36 m² (sondagem 1 e 2) e alargamentos motivados pelo aparecimento de estruturas de interesse arqueológico dentro da cota de afectação da obra, perfazendo um total de 249 m². A Norte da capela foram escavadas cinco sondagens de 4 m², não havendo a necessidade de proceder-se a alargamentos nesta zona.



1. Localização das sete sondagens arqueológicas escavadas no sítio do Convento do Bom Jesus de Peniche durante a intervenção.

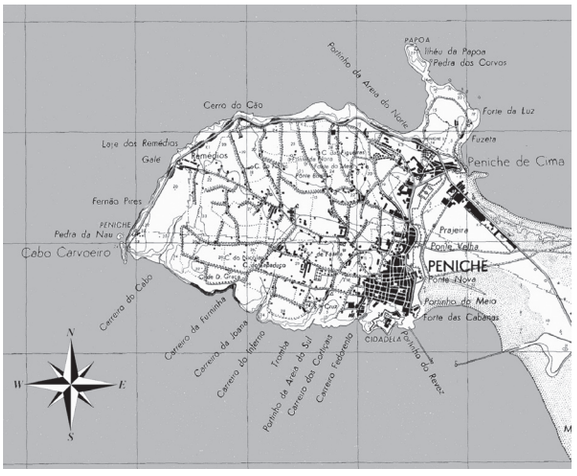
O pacote de areias resultantes dos trabalhos de construção anteriores ao início da intervenção arqueológica e que estava armazenado no canteiro de obras foi crivado em malha metálica de 1 cm² de abertura. Os artefactos, material osteológico e malacológico recolhidos neste procedimento foram submetidos a uma triagem, acondicionados e remetidos para tratamento laboratorial. Verificou-se ainda em campo que não havia restos humanos entre o material osteológico.

O material arqueológico proveniente das sondagens e alargamentos foi preliminarmente tratado em laboratório de campo. Procedeu-se ao estudo preliminar deste acervo, estando actualmente a decorrer a análise laboratorial mais detalhada do mesmo.

As cerâmicas, líticos e o material vítreo foram lavados, separados em grandes categorias tipológicas de acordo com sua funcionalidade e manufatura. O material osteológico, malacológico e metálico foi limpo a seco com ferramentas não abrasivas. O material plástico resultante de níveis de ocupação Contemporânea foi apenas recolhido pontualmente como fóssil director de unidades estratigráficas revolvidas que embora apresentassem materiais mais antigos, podiam seguramente ser consideradas sem interesse arqueológico. Todo o pacote artefactual foi inventariado ainda em laboratório de campo e procedeu-se a uma análise inicial e registo gráfico e fotográfico dos itens mais significativos. Como medida de protecção e minimização de danos, as estruturas expostas pelos trabalhos de intervenção arqueológica e que não foram afectadas pelas obras de construção foram cobertas com geotêxtil e colmatadas com areia antes da regularização do terreno.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO SÍTIO

A cidade de Peniche (fig. 2) é sede do município homónimo, localizado no distrito de Leiria. Com uma população de cerca de 28.600 habitantes, as principais actividades económicas são a pesca (e indústria relacionada ao processamento de produtos piscícolas) e o turismo. O município abarca seis freguesias: Serra d'el Rei, Atouguia da Baleia, Ferrel, Conceição, São Pedro e Ajuda, onde está localizado o Convento do Bom Jesus de Peniche.



2. Cidade de Peniche. Excerto da Carta Militar de Portugal 1/25 000, n.º 337 (1946).

A península de Peniche situa-se na Orla Meso-Cenozóica Ocidental, correspondendo a uma antiga ilha, entretanto unida ao território continental por um cordão dunar (Camarate França *et al.*, 1960), resultante do assoreamento da zona entre as então ilhas do Baleal e de Peniche, processo que se terá acentuado a partir do século XIV/XV (Calado, 1994). Esta península é formada por um afloramento calcário do Jurássico inferior (Duarte, 2003), designado de Lias de Peniche, sendo a superfície da zona central actualmente composta por

depósitos de antigas praias e terraços, de cronologia plistocénica e areias dunares holocénicas (Camarate França *et al.*, 1960).

A história de Peniche está intimamente relacionada com a de outra localidade vizinha, a vila de Atouguia da Baleia e às transformações geo-morfológicas que alteraram continuamente o traçado do litoral onde estão localizadas estas duas localidades. Atouguia era um porto importante da costa portuguesa com indícios de actividade portuária já em época romana. Para além desta mais-valia, a população local tinha acesso a recursos essenciais como água e campos férteis e o controlo sobre zonas de pesca importantes ao largo da então ilha de Peniche. A partir do século XII, a Vila de Atouguia entra em ascensão político-económica que culminaria com a concessão por parte de D. Afonso V do título de Conde de Vila de Atouguia a D. Álvaro Gonçalves de Ataíde em 1448 (Calado, 1984; Calado, 1994; Blot, 2003; Dias, 2009).

O afluxo de recursos financeiros e as regalias oficiais conferidas ao porto de Atouguia são evidência da sua importância regional e nacional. Durante o apogeu político-económico de Atouguia, a Ilha de Peniche é basicamente um local de abrigo sazonal de pescadores, pouco propenso a ocupações permanentes ou grandes populações pela falta crónica de nascentes e reservas de água potável. Contudo, o processo de deterioração das condições de navegabilidade do porto de Atouguia, que se inicia no decorrer do século XIII, inviabilizaria o uso comercial do porto no século XVI, concorrendo para o declínio político-económico da Vila de Atouguia. A partir de meados do século XV, Peniche passa a ser o porto mais viável para escoamento de mercadorias, para a indústria pesqueira e para fluxo de passageiros. Este aumento da actividade económica da localidade vai servir de impulso para o desenvolvimento da ocupação urbana até então incipiente de Peniche (Calado, 1984; Calado, 1994; Salvador, 1997; Blot, 2003; Dias, 2009). Esta mudança de centro do poder económico local, de Atouguia para Peniche, materializa-se no espectro político com o alvará de D. Filipe II, datado de 1609, que eleva esta última a vila e sede de concelho (Calado, 1994). Ao mesmo tempo, a população de Peniche cresce de cerca de 750 habitantes em 1527 para cerca de 7000 em 1609 (Salvador, 1997) (fig. 3).

Contudo, o desenvolvimento urbano inicial de Peniche sempre esteve seriamente condicionado à falta de fontes de água potável com caudal e qualidade para abastecer a crescente população. O investimento público, documentado na construção de poços e cisternas e na sua limpeza a partir do século XVI e intensificado no século XVII, reflecte a importância do suprimento de água a uma povoação que não dispõe de verdadeiras nascentes de água no sentido exacto do termo. Apesar da toponímia local designar de 'fonte'[1] alguns reservatórios de água essenciais para a população, estas não passam de cisternas ou poços que captam e armazenam águas pluviais (Salvador, 1997).

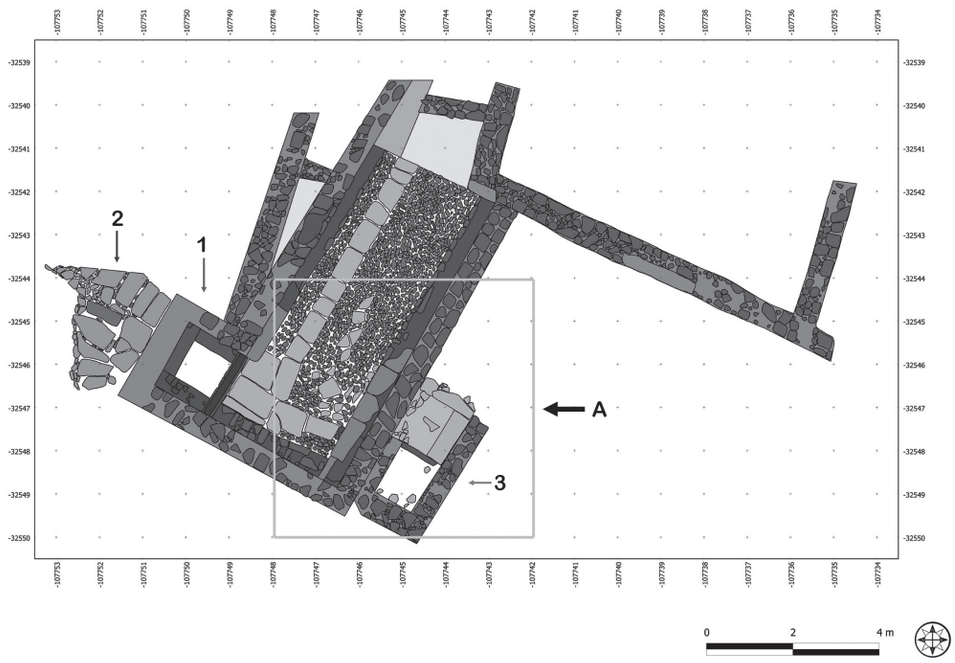
3. Mapa histórico de Peniche (*in* Pereda, 2002) datado de 1634, onde se pode ver claramente a florescente população de Peniche e o istmo ainda em formação com a lagoa da Atouguia.

4. O CONVENTO DO BOM JESUS DE PENICHE

Em 1570 é fundado o Convento Franciscano do Bom Jesus de Peniche, por ordem de D. Luís de Ataíde, Vice-Rei da Índia e Conde de Atouguia da Baleia (Calado, 1984), no local onde já existia uma enfermaria franciscana datada de 1452 (Mattoso, 2002). A cartografia histórica pertencente ao acervo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar e relatos históricos (Engenheiro, 2010) apontam para a construção do convento nas imediações de três ermidas pré-existentes, uma delas provavelmente associada à dita enfermaria. O convento integrava uma igreja de nave única ainda existente (fig. 1), que teria tido paredes forradas a azulejo até meia-altura, sendo o tecto igualmente revestido a azulejo (Calado, 1984). No seu interior localizava-se o túmulo de D. Luís de Ataíde, cujos restos mortais tinham sido trasladados da Igreja dos Reis Magos, em Goa.

1. O significado formal do termo "fonte" é o de uma nascente de água, chafariz onde corre água, lugar onde nasce água perenemente (Costa e Melo, 1993). Contudo, respeitando a toponímia local, usaremos este termo para discutir neste artigo os reservatórios tradicionalmente assim entendidos a nível local.

Na porta da igreja existia um pequeno alpendre e na entrada do adro um cruzeiro. O único claustro integrava um poço na sua zona central, contendo duas escadas que davam acesso aos dormitórios. O capítulo era de pequenas dimensões, albergando no seu interior as sepulturas dos religiosos e no exterior as de outros indivíduos, de alguma forma ligados ao convento (Calado, 1984). A extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, ditou o fim da utilização como retiro destes edifícios e a progressiva deterioração de suas estruturas.
Em 1844, por solicitação da Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Câmara Municipal de Peniche autorizou a retirada de azulejos da igreja do Convento para sua reutilização na Igreja de S. Pedro na freguesia homónima (Calado, 1984; Engenheiro, 2010). Provavelmente esta não terá sido a única vez que o Convento, já no início do processo de degradação das suas estruturas, foi utilizado como fonte de material construtivo para a população penichense.
Em 1856, devido a uma epidemia de cólera (*Cholera morbus*), uma parcela do terreno originalmente pertencente ao Convento foi utilizada para inumação de vítimas do flagelo, provavelmente por estar localizado numa área longe do centro da povoação. Estando as terras do Convento então sob posse do Ministério da Guerra, esta utilização está documentada em planta constante no acervo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Rodrigues, 1885).
Em 1864 é construída a Estrada dos Remédios, que passa por terras do antigo Convento. É na segunda metade do século XIX que esta área, mediante investimento do poder público na sua urbanização, recebe a configuração com a qual é apresentada na planta de autoria de Joaquim Teriaga (1892). Nesta é possível observar que a estrada apresenta um traçado Nordeste-Sudoeste ao lado do muro do adro da igreja. Este por sua vez abre para um largo a Sudoeste onde aparecem o cruzeiro do adro da igreja e a fonte do convento intervencionada durante a campanha de escavação. Ao mesmo tempo, parte das terras do convento está na posse de particulares e é usada para fins agrícolas.
Posteriormente, entre finais do século XIX e início do século XX, as terras agrícolas do Convento e os remanescentes das suas estruturas passaram por um processo de re-urbanização, com a formação de uma zona industrial, sendo a igreja do convento utilizada como fábrica de guano (Calado, 1984). Na década de 1930 é construída a Estrada Nacional 114 (EN114), que ligava o Cabo Carvoeiro a Évora, seguindo nas proximidades do convento um antigo caminho agrícola de terra batida que passava a Norte da antiga capela do Convento.
Em meados do século XX, a zona começa a ganhar outra configuração com a transformação da então fábrica de guano em armazém. Em algum momento na segunda metade do século XX, o espaço do adro recebe um telhado e é transformado em armazém. Outras construções comerciais e uma urbanização alteram a configuração da zona e cobrem parcialmente estruturas Modernas pertencentes ao convento nos finais do século XX.
A última grande alteração das estruturas originais do Convento do Bom Jesus dá-se já com as obras que



4. Plano final da sondagem 1 (A) e estruturas evidenciadas em seus alargamentos. São visíveis a estrutura da fonte do convento (1), seus canais de distribuição (2) e oratório (3) articulados com o pátio interno.

motivaram a intervenção arqueológica do sítio. São demolidas as estruturas ainda existentes do adro da igreja antes do início do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de construção.

5. RESULTADOS

As sondagens 4, 5, 6, 7 e 8 (fig. 1), por conta da cota de afectação que atingiram, não evidenciaram estruturas ou depósitos de interesse arqueológico ou patrimonial. Todos os estratos escavados remetiam a momentos construtivos do século XX, quando estruturas arruinadas do entorno e entulho Contemporâneo de procedência indeterminável foram usados para nivelar o terreno que nesta região apresenta um declive para norte, de forma a poder proceder-se à construção da caixa de estrada para a EN114, posteriormente alcatroada e que é hoje designada Estrada Marginal Norte. Os materiais arqueológicos datáveis tipologicamente como pertencentes a contextos Modernos neste aterro podem proceder do sítio do Convento do Bom Jesus de Peniche e/ou de outras ocupações Modernas da região, mas encontram-se descontextualizados e envoltos em estratos que também apresentam elementos em plástico e outros pertencentes ao final do século XX e início do XXI.

A sondagem 1, seus alargamentos (fig. 4) e a sondagem 2 contudo, fornecem um panorama mais complexo, com sucessivos estratos que atestam uma dinâmica urbana intensa desde o período Moderno até à época Contemporânea.

A evolução arquitectónica exposta pela sondagem 1 e seus alargamentos começa provavelmente com a construção de um furo para captação de água. Num primeiro momento de construção é feito um tanque forrado com lajes de calcário com rebordo horizontal no mesmo material. Orifícios na parede e abaixo do rebordo servem para drenar para dentro do reservatório a água que naturalmente se acumula no depósito arenoso onde o tanque foi escavado (Fonte 1) (figs. 4 e 5). Existem registos de uma fonte intra-muros quando no XVII o sítio passa a Convento de observância e assume sua configuração descrita na historiografia local, o que constituiria uma das mais-valias descritas para a propriedade. Resquícios de uma cobertura para a zona da fonte são evidentes num arco em pedra da porta de acesso ao depósito, posteriormente reutilizada numa parede de estreitamento do espaço, provavelmente no século XIX. De arquitectura simples, este poço articulava com um pátio interno ladeado por bancos construídos em alvenaria com tampo também em lajes calcárias a Este. Apesar de calcetado com seixos e lajes calcárias,não foi detectado no registo arqueológico nenhuma evidência de telhado ou cobertura desta área (fig. 5).

Um acréscimo posterior ao conjunto parece ter sido um pequeno cómodo com cerca de 1 m² de área interior, de finalidade desconhecida, adossado à parede Este do pátio (fig. 4). Apesar do pouco espaço interior, este recinto apresentava reboco e pintura nas suas paredes internas e, na entrada, um batente em pedra de cantaria. Foi ainda aparelhado com piso em pedra

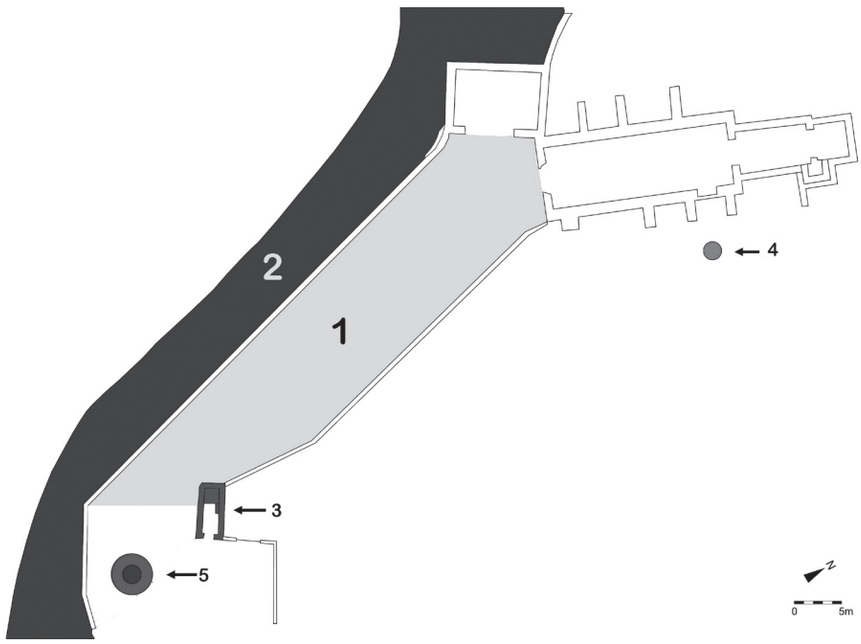
5. Vista parcial da área escavada da sondagem 1.

6. Detalhe de elementos usados na confecção do embrechado que decora a fonte do convento. São visíveis fragmentos de conchas, metal, calcite e faiança.

e batente em cantaria e ombreiras, provavelmente no mesmo material, das quais há apenas o negativo de implantação nas paredes Este e Oeste. O seu piso original equivale em altimetria ao piso do pátio. O investimento arquitectónico e o cuidado na construção deste espaço parece apontar para uma finalidade de alguma relevância no contexto do convento, o que nos leva a interpretá-lo como um pequeno oratório.

Um segundo momento construtivo observado corresponde a um grande investimento de recursos e trabalho na rede de captação e distribuição da água do convento, mas também da sua adaptação a uma demanda estética mais secular e mundana. O investimento passa pela construção de um sistema de canais cobertos, construídos com lajes de calcário e com reaproveitamentos de materiais construtivos Modernos, provavelmente pertencentes ao próprio convento (fig. 4). Estes canais conectam-se com a Fonte 1 através de suas aberturas na parede Este, abaixo do rebordo em pedra do tanque e bifurcam em duas direcções: para Norte (a jusante) em direcção a um segundo furo intra-muros (Fonte 2) ainda em funcionamento; e para Sul (a montante) prosseguem em direcção à Fonte do Rosário. Estando fora da área de afectação das obras então salvaguardadas pela intervenção arqueológica, os canais não foram totalmente escavados e provavelmente o seu troço Sul tenha sido destruído pelas obras não supervisionadas anteriores à intervenção. Contudo, há registos de protestos populares às autoridades de que a captação de água da fonte do convento estaria a secar outros furos de captação extra-muros (Salvador, 1997).

Coincidentemente a este investimento na captação de água documentado na historiografia local, surge um acréscimo decorativo à parte interna da fonte, à qual é acrescentada uma composição em embrechado (fig. 6) executada com conchas, apliques de metal, fragmentos de calcite amarela, de azulejos e de faiança formando grinaldas e padrões figurativos (ondas) e geométrigos (zig-zags). O material cerâmico empregue aponta para uma cronologia atribuível ao século XVIII (Simões, 1979 e 1997; Câmara, 2006; Moncada, 2008). Ao mesmo tempo, a decoração em embrechado, típica do Rococó (Kleiner *et al.*, 2001), encontra paralelos em jardins e espaços abertos dedicados ao lazer e à contemplação em espaços ajardinados e em contextos monásticos em várias partes do país, principalmente na primeira metade do século XVIII: Santa Maria da Costa (Guimarães), Santa Cruz de Coimbra, Convento de Moreira da Maia, o Mosteiro Beneditino de Ganfei (Valença), entre outros (Leite, 1995). Ainda nesta fase, são acrescentadas rampas em tijolo burro nas paredes laterais do poço, provavelmente para cobrir o rebordo em pedra já desgastado pelo uso. Estas rampas recebem um acabamento em embrechado a



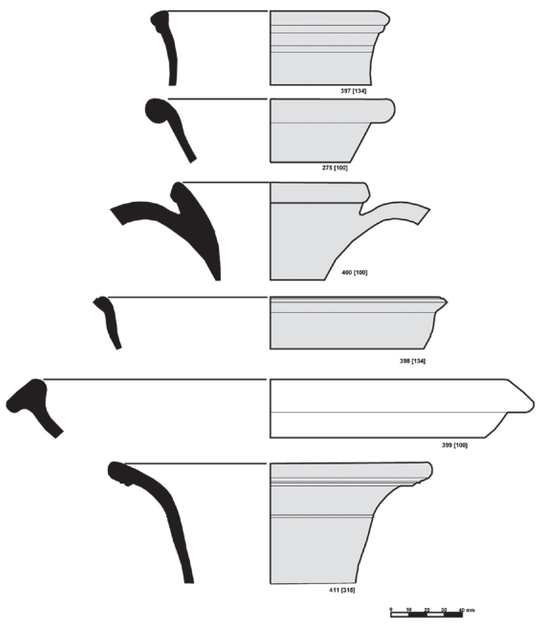
7. Configuração da zona da igreja em finais do século XIX: adro da igreja (1), Estrada dos Remédios (2), Fonte 1 (3), Fonte 2 (4) e o cruzeiro da igreja (5) – Adaptado da Planta do Convento e Adro de S. Francisco em Peniche (Teriaga, 1892).

condizer com o anteriormente descrito.

A fundação do muro Este do adro da igreja articula com estas estruturas, vindo a terminar o canto externo da Fonte a Noroeste (fig. 4). Esta mesma estrutura e os depósitos arqueológicos adjacentes foram também escavados no contexto da sondagem 2, sendo nesta área o único registo arquitectónico Moderno detectado.

O abandono das edificações com a extinção das ordens religiosas em 1834 marca toda uma evolução urbanística em que o pátio é reduzido, o seu espaço dividido e reaproveitado, até ser totalmente condenado e aterrado. Por fim, a última configuração da área observada em contexto de escavação e registada em plantas históricas da segunda metade do século XIX (fig. 7) atesta a existência apenas da fonte cercada por áreas calcetadas em seixos que correspondem ao piso do largo do cruzeiro e do adro a Este, Sul e Oeste, com o acréscimo de um trecho também escavado da antiga estrada dos Remédios. Em 1895 a água da fonte do convento é considerada imprópria para consumo (Salvador, 1997) e isto dita a condenação da estrutura, não havendo materiais posteriores a inícios do século XX nos depósitos que a colmatam.

O pacote artefactual escavado nas zonas adjacentes à fonte, bem como aqueles exumados dos depósitos de condenação da extremidade Sul do pátio apresentam uma composição pouco variada onde predomina a ocorrência de cerâmica comum (fig. 8) não decorada e a prevalência de formas associáveis a artefactos para recolha, transporte e consumo de água (cântaros, jarros, jarrinhas e púcaros). As pastas cerâmicas são bem trabalhadas apresentando elementos não plásticos finos e confecção cuidada. Os raros exemplos de louça decorada atestam para o uso ocasional de peças mais elaboradas e até mesmo de alguma importação de olarias não regionais. A faiança aparece raramente e em fragmentos muito pequenos, quase sempre muito rolados, o que pode ser um indicativo de que se encontrem em contexto de revolvimento, trazidos juntamente com materiais de aterro que condenam zonas em desuso.



8. Algumas formas de cerâmica comum encontradas em contexto de escavação.

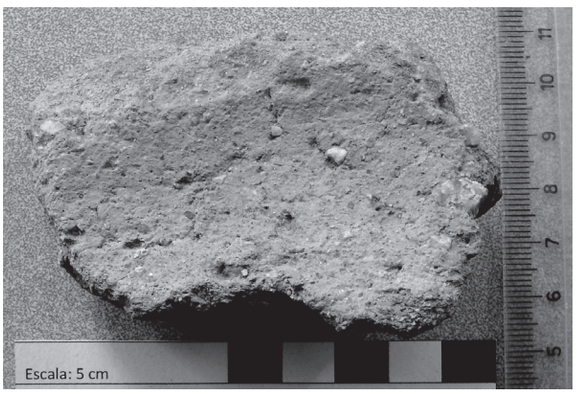
Para os níveis Modernos, a metade Sul da sondagem 1 é selada pelo empedrado do Largo do Cruzeiro, provavelmente atribuível a inícios do século XIX e que colmata uma sequência de estratos anteriores (ocasionalmente perturbados por interfaces Contemporâneos para a implantação de infra-estruturas urbanas), ricos em cerâmica variada pouco rolada e que parecem corresponder a depósitos *in situ* exteriores às dependências do Convento. A utensilhagem nesta área apresenta formas que remetem ao processamento de alimentos (panelas, frigideiras, tampas, etc.), predominando aqui também a loiça simples, sem decoração.
A sondagem 2, que atinge a área do adro da igreja, é marcada pela baixa frequência de cerâmica, o que seria de esperar, considerando-se o contexto. Contudo, aparecem bons exemplos de cerâmica Moderna decorada (fig. 9).

9. Fragmento de bojo decorado por impressão e incisão. Pasta vermelha apresentando elementos não-plásticos finos e cozedura uniforme.

Fragmentos de azulejaria aparecem dispersos por várias UE, marcadamente aquelas atribuíveis à fase de abandono das instalações do convento. Há uma predominância para peças tipicamente associáveis à indústria ceramista do século XVIII (fig. 10) (Simões, 1979 e 1997; Câmara, 2006) o que, juntamente com os momentos construtivos atestados pelas estruturas escavadas no contexto da intervenção, aponta para investimentos consideráveis nas edificações do convento nesse período.
A indústria em metal é reduzida e apresenta peças ligadas à faina na pesca (anzóis) e objectos de uso quotidiano (facas, pregos, chaves, etc). No que se refere ao vidro, a maior parte do material resgatado é tipologicamente inconclusivo, podendo ser atribuível tanto ao fabrico Moderno quanto Contemporâneo.
O material osteológico recuperado no contexto de escavação resume-se a fauna doméstica. Apesar da localização do sítio, a presença de fauna malacológica é pequena.

10. Fragmento de azulejo de figuração avulsa onde é observável motivo geométrico que tipicamente marca os cantos deste tipo de peça. Século XVIII (Simões, 1979; Câmara, 2006).

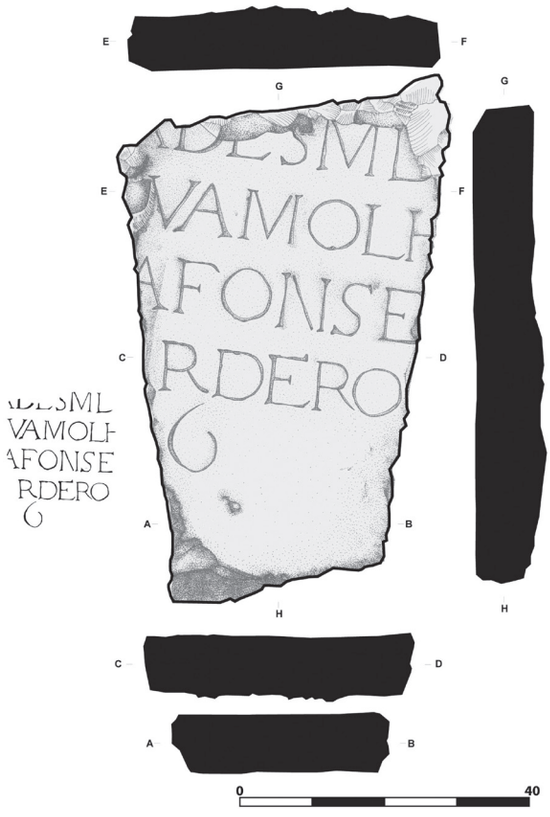
Foram observados raros líticos e possíveis materiais cerâmicos atribuíveis a cronologias mais recuadas, como alguns fragmentos de cerâmica manual de características tipológicas pré-históricas (fig. 11) e algum provável material romano, mas estas peças encontrava-se descontextualizadas, em UE remexidas.
Os depósitos que colmatam o poço, atribuíveis a finais do século XIX e início do século XX, estavam em



11. Fragmento de bojo em cerâmica manual com elementos não plásticos grosseiros e cozedura reductora. Escavada em contexto remexido. Pré-histórica?

ambiente anóxico favorecido pela própria humidade captada pela fonte, o que propiciou a conservação de materiais facilmente destruídos em condições adversas. Foi-nos possível recuperar fragmentos de corda em cânhamo (fig. 12), um fragmento de flauta em madeira e micro-fauna, entre outros. É digno de destaque um grande fragmento de lápide tumular com inscrição funerária em português, recuperado também no interior da fonte (fig. 13).

12. Fragmento de corda reforçada composta por quatro cordas entrançadas, envoltas em tecido vegetal (serapilheira) amarrado com pequenos cordões entrançados. Proveniência: depósito de colmatação da fonte do Convento.



13. Fragmento de lápide com inscrição funerária encontrado em depósito de colmatação da fonte do Convento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as dimensões do sítio em questão e a pequena área intervencionada, subsistem muitas lacunas na história de ocupação do Convento do Bom Jesus de Peniche que ficarão, pelo menos por enquanto, sem resposta. Os dados mais concretos em termos de evolução arquitectónica e de cultura material obtidos na actual campanha são provenientes da sondagem 1, infelizmente não esgotada por conta da destruição de alguns dos seus níveis mais antigos. Contudo, do que foi possível resgatar em contexto de escavação, tem-se o panorama de um sítio dinâmico que no seu apogeu dispunha de recursos sólidos, atestados pela sua cultura material e pelos investimentos em construção. Estes são em parte reflexo da ascensão político-económica de Peniche, que possibilitou a uma elite local investir na manutenção de uma estrutura religiosa dispendiosa.

Das áreas intervencionadas, a sondagem 1 dá-nos uma ideia da importância da água enquanto recurso essencial numa localidade onde não existem nascentes e onde este bem necessita de uma gestão cuidada. Ao esforço inicial de captação da água, possivelmente entre os finais do século XV e o início do século XVI, soma-se no registo arqueológico um grande investimento, provavelmente em inícios do século XVIII, na melhoria das estruturas existentes e na extensão de uma rede de captação e armazenamento de água.

A crivagem das areias resultantes da construção anterior ao acompanhamento arqueológico produziu um rico pacote artefactual que fornece indícios da dinâmica utilização do espaço ocupado pelo convento. Há evidência de que haveria originalmente uma área de talhe de sílex na zona afectada pela obra com a presença de várias lascas tipologia deversa e núcleos. A presença de numismas que vão do século XVI ao XVIII juntamente com a representatividade de faianças tipologicamente atribuíveis a este período ajudam a caracterizar um sítio que se beneficia da vitalidade económica de Peniche na Época Moderna. Estão presentes no acervo resgatado por crivagem fragmentos de cerâmica importada majólica cronológicamente atribuível ao século XVI; azulejos de arestas de produção hispano-árabe (século XVI-XVII), peças em faiança de produção nacional com temática altamente influenciada pela iconografia oriental e atribuíveis ao século XVII; faiança de decoração geométrica (século XVII-XVIII) e cerâmica de ratinhos de que indicam comércio significativo com as olarias coimbrãs no último século de ocupação do convento. Contudo este acervo é altamente limitado em termos de informação por conta da falta de contextuaização do material.

O estudo do espólio artefactual recuperado durante a intervenção encontra-se actualmente em fase de tratamento e estudo laboratorial. Apenas após a conclusão deste trabalho teremos um inventário detalhado da amostra exumada.

Graças à colaboração entre os arqueólogos em campo, as autoridades locais e o dono da obra, foram feitas alterações ao traçado da rede de esgotos planeada para

a área da sondagem 1, evitando-se a destruição das estruturas modernas acima descritas. Após a protecção das mesmas, estas foram colmatadas com areia e sedimento e encotram-se preservadas (apesar de não visíveis) sob o traçado da Rua Raul Solnado.

AGRADECIMENTOS

As informações sobre a evolução urbanística da área recolhidas durante o trabalho de escavação foram corroboradas por informação, documentação cartográfica e plantas fornecidas pelo Direcção de Infra-Estruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, pelo que deixamos aqui nosso agradecimento aos profissionais desta instituição por nos permitirem pronto acesso ao acervo. Ao Sr. Fernando Engenheiro, historiador local; ao Sr. José Carlos Romão, defensor do Convento do Bom Jesus, e ao arqueólogo Dr. Adriano Constantino, por fornecer imagens, bibliografia e acima de tudo o inestimável saber local. Sendo a história um processo dinâmico, são as pessoas que a constroem, preservam e re-elaboram na sua memória e nos seus fazeres, os verdadeiros guardiães do tempo.

BIBLIOGRAFIA

BLOT, M. L. (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos*. Trabalhos de Arqueologia, n.º 28, Instituto Português de Arqueologia.

CALADO, M. (1984) – *Peniche na História e na Lenda*. 3.ª edição. Edição do Autor. Silvas Coop. de Trabalhos Gráficos.

CALADO, M. (1994) – *Da Ilha de Peniche*. Edição do Autor. Regigráfica, Lda.

CÂMARA, M. A. (2006) – *Azulejaria do Século XVIII – Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*. Civilização Editora e Centro de Investigação em Ciências e Tecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

CAMARATE FRANÇA, J.; ZBYSZEWSKI, G. e MOITINHO DE ALMEIDA, F. (1960) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 26-C Peniche*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.

COSTA, J.; MELO, A. (1993) – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6.ª Edição. Porto Editora.

DIAS, J. A. (2009) – Alguns Exemplos da Rápida Evolução Costeira em Portugal. *VII Reunião do Quaternário Ibérico*. Faro, p. 17-21.

DUARTE, L. (2003) – O Jurássico do Cabo Carvoeiro. 20 Milhões de Anos de Histórias Geológicas com Valor Patrimonial. *III Seminário Recursos Geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território*. Vila Real, p. 263-272.

ENGENHEIRO, F. (2010) – *Peniche pelos Caminhos do Passado. Primeiro Volume: Vida Religiosa*. Edição do Autor.

HARRIS, E. (1997) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Academic Press – Harcourt Brace and Company. Second Edition. London.

KLEINER, F.; MAMIYA, C. e TANSEY, R. (2001) – *Gardner's Art through the Ages*. Eleventh Edition. Thomson-Wadsworth.

LEITE, A. C. (1995) – Alegorias do Mundo: a Arte dos Jardins. *In* PEREIRA, P. (Ed.). História da Arte Portuguesa. 3.º Volume, p. 207-231. Círculo de Leitores.

MACHADO, J. e ALMEIDA, M. (2008) – Desenho Arqueológico: Procedimentos Técnicos com Apoio Ortofotográfico. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1, p. 41-46.

MATTOSO, J. (2002) – *Inventário: Ordens Monástico-Conventuais*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

MONCADA, M. (2008) – *Faiança Portuguesa Séc. XVI a Séc. XVIII*. Scribe.

SALVADOR, F. M. (1997) – *Peniche – História da Água, História de um Povo*. SMAS. Peniche.

SIMÕES, J. M. (1979) – *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

SIMÕES, J. M. (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII. Tomo I – Tipologia*. 2.ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

CARTOGRAFIA

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 337 [Material cartográfico]/ Serviço Cartográfico do Exército – Escala 1:25000 – Lisboa: SCE, 1965.

PEREDA, F.; MARÍAS, F.; HERNANDO, A. e KAGAN, R.; MARÍAS, D. (2002) – *Mapa Histórico de Peniche (Fol. 46)*. Atlas del Rey Planeta.

RODRIGUES, J. (1885) – *Praça de Peniche: Planta da* Egreja *e do Antigo Convento de S. Francisco e do Terreno Cedido pelo Ministerio da Guerra à Camara Municipal de Peniche para Cemitério, por Occasião da Epidemia do* Cholera morbus. Documento Cartográfico. Direcção de Infra-estruturas do Exército. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

TERIAGA, J. (1892) – *Planta do Convento e Adro de S. Francisco em Peniche*. Documento Cartográfico. Direcção de Infra-estruturas do Exército. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

CERÂMICA DOS SÉCULOS XV A XVIII DO CONVENTO DE SANTANA DE LEIRIA

HISTÓRIA E VIVÊNCIAS EM TORNO DA CULTURA MATERIAL

ANA RITA TRINDADE **Mestranda de Arqueologia na FSCH-UNL**

RESUMO Fundado em 1494 por D. Catarina, Condessa de Loulé, viúva de D. João Coutinho morto na Batalha de Arzila em 1471, o Convento de Santana estabeleceu-se em Leiria como comunidade de Dominicanas, na zona do antigo Rossio, junto ao Rio Lis. A sua comunidade foi extinta em 1880, após a morte da última religiosa, Soror Joaquina do Rosário, e o seu edifício demolido em 1916, para a construção do actual Mercado de Santana no mesmo local.

A sua integração na dinâmica socioeconómica e devocional local e regional desenvolveu-se em vários âmbitos como: recepção das filhas de famílias burguesas e nobres como professas; recolhimento de mulheres seculares; exploração enfitêutica do seu património rural, por parte de pequenos e médio lavradores; capitalização de dotes de religiosas a juros, funcionando como instituição e crédito; assistência à população em período de epidemia; amparo espiritual, através de missas e instituição de capelas, para as quais os fiéis doaram quantidades mais ou menos generosas de bens. A casa terá vivido o seu auge entre o século XVII e início do século XVIII, entrando posteriormente em decadência.

O espólio arqueológico cerâmico recolhido aquando da intervenção arqueológica ocorrida entre 1999 e 2000 no Mercado de Santana, poderá ser um reflexo de toda esta dinâmica e sua evolução. Apresentamos a sua colecção de faiança portuguesa Lisboeta e Coimbrã, datada entre os séculos XV e XVIII, de cerâmica fina das oficinas de Lisboa e Estremoz, bem como de porcelana chinesa, das dinastias Ming e Qing, dos reinados de Jiajing a Quianlong. O conjunto, com funcionalidades que vão desde a botica à mesa, predominando esta, concentra toda a sua variedade tipológica, riqueza estilística e distribuição quantitativa no século XVII, no caso dos dois primeiros conjuntos, e no século XVI, no caso do último.

PALAVRAS-CHAVE **Leiria, convento, freiras, faiança portuguesa, porcelana chinesa, cerâmica fina**

"O seu pucaro ha de ser de barro, e a salva hum pratinho de loyça, e toda esta groceyra da que se faz na nossa terra, porque Genova, e a India estão, e devem estar muyto longe de huma Freyra."

Padre Manuel Velho

(*Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hũa Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse.* 1730, p. 313)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num resumo das principais linhas da nossa tese de mestrado[1]. Com o estudo histórico desta comunidade e da sua cultura material na componente da cerâmica arqueológica, pretende-se apresentar dados para duas grandes problemáticas: por um lado, uma específica vivência da cultura material de carácter secular em conventos femininos na relação com aspectos de ordem social, económica, cultural e ideológica, num quadro dinâmico de aproximação e afastamento em relação às normas e moral impostas à vida religiosa feminina; por outro lado o fabrico, distribuição e caracterização socioeconómica do consumo da cerâmica portuguesa e chinesa moderna.

1. A COMUNIDADE E AS SUAS VIVÊNCIAS: BREVE SINOPSE HISTÓRICA

O convento de Santana de Leiria foi fundado em 1494 por D. Catarina de Castro, Condessa de Loulé, viúva de D. João Coutinho, que, acompanhando D. Afonso V na tomada de Arzila em 1471, pereceu em combate. Viúva e sem filhos, D. Catarina decide fundar um convento sob a regra de S. Domingos, para o qual se pudesse retirar, empregando em tal empresa os seus bens, que viria a doar ao convento na totalidade. Em 1494, recebe licença para a sua construção pelo Breve

1. Em curso na FSCH-UNL, sob orientação de Doutora Rosa Varela Gomes. Agradecimentos: Dr. João Paulo Carvalho, Doutora Rosa Varela Gomes (FSCH-UNL), Dr. Pedro Ferreira, Dra. Susana Carvalho, Dra. Anabela Carvalho, Dra. Vânia Carvalho (todos da Câmara Municipal de Leiria).

do Papa Alexandre VI, e D. João II dá autorização para a compra de bens de raiz para o convento. Em 1495, integram a sua comunidade cinco monjas do Convento de Jesus de Aveiro, tendo sido ocupado em 1498, após a conclusão das obras (Sousa, 1866, p. 474-477). Seria o sexto convento dominicano feminino fundado em Portugal (Rosário, 1993, p. 656).

Depois da fundação, havia que continuar o trabalho de organizar a casa e de alcançar garantias da sua sobrevivência, provendo às necessidades mais básicas e quotidianas e às futuras, de engrandecimento e de dignificação da instituição. Para isso, apresentaram as religiosas algumas petições de mercês à Coroa, que foram atendidas. Contemplaram-se aspectos como a protecção do convento da entrada de estranhos, a dotação da casa de propriedades fundiárias, a prioridade no abastecimento de alimentos nos mercados locais, o provimento trabalhadores, doações em géneros como trigo, e em dinheiro como o 1% das sisas dos almoxarifados de Leiria e Óbidos. Os privilégios reais mais expressivos foram atribuídos entre os séculos XV e XVI, e correspondem, essencialmente, ao período inicial da vida da casa, época de organização interna e de conquista de um estatuto social elevado. Ao longo dos séculos seguintes, os monarcas pouco mais que limitar-se-ão a confirmar algumas destas mercês (Braga, Braga, 1995). No fim do século XVI, a existência de escrituras de contrato de aforamento, dá conta de como se encontrava organizada e estabilizada a vida económica conventual, detendo a comunidade bens fundiários que lhe traziam rendimentos. Num quadro de uma economia regional fortemente assente na agricultura e pecuária, a exploração enfitêutica das suas propriedades rurais situadas no termo de Leiria, Ourém, Porto de Mós, Pombal e Batalha, desempenhará, ao longo da existência desta casa, o mais importante papel na sua sobrevivência, sendo os foros pagos em géneros, como o trigo, o milho, a cevada, o azeite, e animais, como galinhas, carneiros, porcos, e, também, carradas de palha.[2]

Logo desde o século XVI, encontramos evidências de uma bolsa de patrocinadores. As doações de bens podem ser pequenas esmolas de dinheiro e azeite, como o encargo pio da Capela de Santa Margarida do Arrabal, instituída por testamento de Domingos Dantas em 7 de Outubro de 1593 (Arquivo Distrital de Leiria, 15/04/1856) mas também podem constar de avultadas propriedades de raiz e móveis, como as que deixou em testamento Isabel de Lemos, "*huma nobre Dona d'esta Cidade*", em data desconhecida (Sousa, 1866, p. 482).

As mais importantes patrocinadoras desta casa seriam duas damas da Casa de Bragança e Vila Real, como a Duquesa D. Brites de Lencastre, esposa de D. Teodósio, 5.º Duque de Bragança, e da sua filha D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, Marquesa de Vila Real, esposa do 6.º Marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses (1565-1637), falecidas em 1623 e 1626, respectivamente que legaram vários dos seus bens e foram sepultadas no coro baixo da Igreja (Zúquete, 1945, p. 314-315). Sepulturas, missas por alma e instituição de capelas, serão várias as modalidades de o apoio espiritual procuradas pelos fiéis a bem da salvação da sua alma ao longo da existência deste convento. Este viria a desempenhar outro tipo de amparo à população de Leiria, pondo a enfermaria ao serviço durante a grande epidemia de peste de 1598-1602, contando com o auxílio dos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, como André Rodrigues, barbeiro, que aí sangrou doentes (Pousão-Smith, 2008, p. 138, 222).

O patrocínio daquelas damas, muito em especial o da Marquesa de Vila Real evidencia a estreita ligação desta casa com o Convento de Santana que também albergará membros da família como D. Filipa de Meneses (†1644) e D. Maria de Lara, cunhadas de D. Isabel de Lencastre, filhas do 5.º Marquês, D. Manuel de Meneses (1537-1590). Assim, o Convento de Santana parece, de certa forma, integrar-se na dinâmica de "corte na aldeia" protagonizada pelos Vila Real na cidade de Leiria (Pousão-Smith, 2008, p. 420-429) na componente do clientelismo e da troca de benefícios pela via feminina da família. Obtinham-se benefícios espirituais em vida e depois da morte, garantindo-se a salvação da alma, o sustento das familiares que vivem no convento e o engrandecimento do nome da casa, pela sua prova de magnanimidade.

Castelo Branco, Silva da Costa, Ataíde, Evangelho, Mesquita, Alcoforado, Valadares, Silva, Sousa Currutelo são outras famílias da alta burguesia e nobreza local e regional de que são originárias muitas das religiosas identificadas entre o século XVII e primeira metade do século XVIIII. Por mercê das relações matrimoniais destas famílias, encontramos religiosas com relações de parentesco entre si, registando-se irmãs, primas, sobrinhas e tias de primeira e segunda geração. A estas juntam-se filhas de famílias da pequena burguesia, e, também, familiares de clérigos.[3]

Muitas terão professado em alternativa ao casamento, tratando-se de filhas segundas e outras por necessidade

2. Conforme diversas escrituras patentes em livros do Cartório Notarial de Leiria, e documentação do fundo do Convento de Santana de Leiria, ambos do Arquivo Distrital de Leiria que nos encontramos a estudar no âmbito de tese de mestrado.

3. Conforme análise em curso de diversa documentação do fundo do Cartório Notarial de Leiria e do Convento de Santana do Arquivo Distrital de Leiria.

de amparo, por orfandade de pai, mãe ou ambos. Na grande maioria, são oriundas da cidade e seu termo, mas também há casos de religiosas provindas do Brasil. À entrada, cada religiosa pagava propinas e dote. Os valores do dote ordinário evoluíram de 300 mil reis no início do século XVII para 600 mil reis na segunda metade do século XVIII, segundo os registos disponíveis, tratando-se de um valor médio para os padrões da Época Moderna em Portugal. Muitas religiosas dispunham de fortuna pessoal sob a forma de tenças e foros a retro aberto com que complementavam o sustento que o convento lhes garantia. O crédito de capital a juros foi outra forma de rentabilização da fortuna pessoal.[4]

Além das religiosas, o convento albergou muitas mulheres recolhidas. Regista-se, também, a presença de criadas de dentro, de fora e escravas, muitas do serviço particular de religiosas, entrando com estas para o convento. Sacristães, criados, moços e outros serviçais, constituem a população masculina. Sob a alçada do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o convento contava com a presença destes dominicanos que tutelavam aspectos relacionados com a direcção espiritual e administração do convento, na figura de vigários, pregadores, capelães e procuradores.[5]

O auge demográfico da casa ter-se-á dado durante o século XVII e primeira metade do século XVIII, aparentando, assim, estar perfeitamente integrado na tendência nacional para o período em questão, quando os conventos tiveram uma população mais numerosa (Paiva, 2000, p. 201-217). Em 1626, relata Frei Luís de Sousa que "*De ordinario se sustentão aqui setenta Religiosas, numero demasiado*" (Sousa, 1866, p. 482). Cálculos de população a partir da documentação disponível para o efeito, nomeadamente escrituras de dote e de outra natureza, em que as religiosas deixam a sua assinatura individual, registam a presença de 60 religiosas em 1747 e um total de 96 entradas no segundo quartel do século XVIII, números certamente aquém da realidade, uma vez que só as religiosas do topo da hierarquia seriam chamadas a assinar.

Ao auge demográfico corresponderá um auge socio-económico, não obstante as permanentes dificuldades económicas da casa. Com efeito, a partir da segunda metade do século XVIII até ás invasões francesas, em 1810, o convento entra em acelerada decadência. Maus anos agrícolas, falta de pagamentos dos foros e dos capitais emprestados e respectivos e juros poderão ter diminuído os rendimentos conventuais. A ajudar esta situação, a outra forma de rendimento em dinheiro, os dotes e propinas, sofreu um duro golpe, porque o número de ingressos entra em declínio progressivo: no terceiro quartel registam-se, em termos indicativos, 60 entradas e na primeira década do século XIX, apenas 24. E não só o número de religiosas começa a diminuir, como deixamos de identificar religiosas provenientes de grandes famílias nobres e burguesas.[6] Uma rude adversidade ocorre em 1746 com um grande incêndio que destruiria parte do edifício e anexos, que nunca viriam ser reconstruídos, não obstante mais de 30 anos de diligências junto da Coroa para obter apoio para as obras que não se concretizou. (Arquivo Distrital de Leiria, 29/12/1748 – 09/01/1782)

Em 1810, a segunda invasão das tropas francesas agrava esta situação, ao destruir ainda mais o edifício do convento, enquanto as freiras se encontravam refugiadas no Convento de Santa Joana, em Lisboa. A extinção das ordens religiosas em 1834 agudiza este processo (Zúquete, 1945, p. 316). Em 1880, ano da morte da última religiosa professa, Soror Joaquina do Rosário, o convento é definitivamente extinto e os seus bens passam a integrar a Fazenda Nacional. Desvirtuado da sua função original, o espaço do convento funciona de 1882 a 1916 como escola feminina, entregue a religiosas dominicanas terceiras. O crescimento urbano e as novas dinâmicas socioeconómicas começam, desde a extinção das suas funções religiosas, a fazer sentir a sua pressão sobre o edifício e área da sua cerca. Assim, esta foi dividida e invadida pela construção de novos arruamentos e edifícios habitacionais de vários andares. Adquirido pela Câmara Municipal em 1915, o seu espaço é cedido para a construção de um mercado municipal. Os trabalhos de demolição iniciam-se em 1916 e, em 1931, é inaugurado o Mercado de Santana, da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi (Cabral, 1993, p. 41-42).

2. O ESPAÇO CONVENTUAL

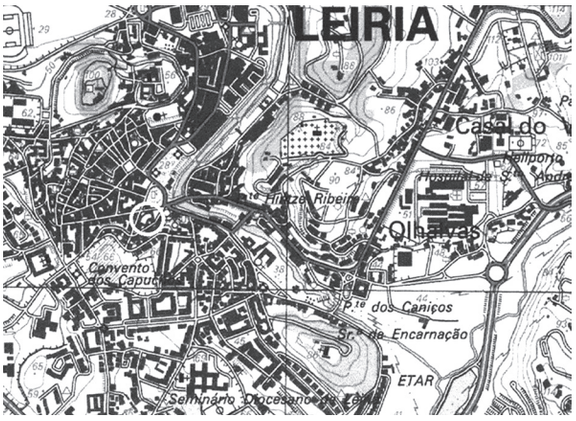
Os alicerces do antigo Convento de Santana de Leiria jazem sob o edifício do Mercado de Santana, no Centro Histórico de Leiria. O sítio é localizável na C.M.P. com Latitude N 4399450 e Longitude W 516630 (fig. 1). O complexo conventual edificou-se na curva do Rio Lis em zona de carácter agrícola, que se manteve com esse carácter até ao século XIX (fig. 2).

A localização segue o modelo típico das ordens mendicantes, procurando obedecer a efeitos práticos e simbólicos. Zonas junto de rios e em terra arável, proporcionam um bom abastecimento de água, e o cultivo de hortas, pomares e jardins na cerca e claustro de forma

4. Idem.
5. Idem.

6. O que poderá, igualmente, dever-se ao facto de estas passarem a assinar com os seus nomes de professas e não os seculares, desconhecendo-se os seus apelidos, conforme se verifica nas assinaturas nos contratos usados como fonte para reconstituição da comunidade.

Serviço Cartográfico do Exército



1. Localização da área do antigo Convento de Santana intervencionada, em excerto da Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha 297.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

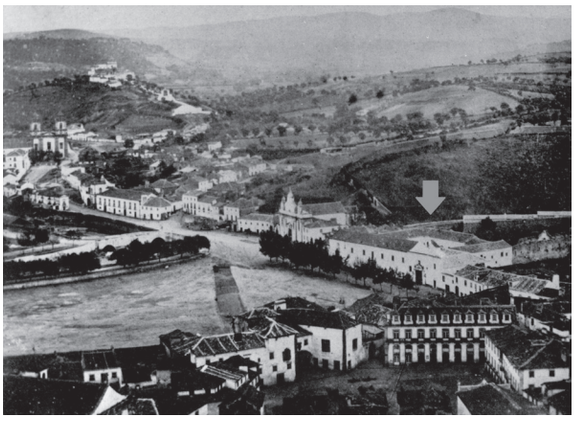
2. Localização do Convento de Santana em planta da cidade de Leiria de 1816.

a garantir uma parte da subsistência da comunidade e a edificá-la espiritualmente pelo trabalho. A instalação junto de centros urbanos, deve-se a um apostolado orientado para o mundo secular, marcado pelas obras de caridade, junto de pobres e doentes, e pregação, contribuindo ainda para salvação das almas, através do seu exemplo de virtude e oração (Borges, 1998, p. 32-33).

Com o subsequente crescimento da vila, desde século XVI, que a fez elevar a cidade em 1545, a malha urbana aproximou-se do convento, trazendo para sua vizinhança as elites económicas e sociais, que abonarão o convento de religiosas e patrocinadores, concentradas entre o Solar dos Ataídes, no Terreiro e o palácio dos Vila Real, na Praça de São Martinho, hoje Praça Rodrigues Lobo (Margarido, 1988, p. 52-57).

Tratava-se de um edifício de traço arquitectónico simples, depurado e austero, de uma monumentalidade tímida reservada ao portal da igreja, com os altos e

Arquivo Distrital de Leiria



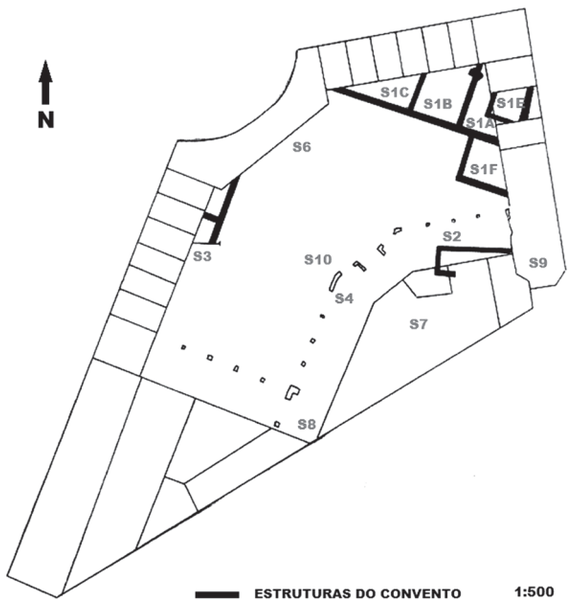
3. O Convento de Santana em fotografia de c. 1880.

espessos muros da cerca (fig. 3). No interior dispunham-se as áreas funcionais clássicas da arquitectura conventual feminina, espaços de função primordialmente religiosa, que pelo seu carácter de habitação permanente em comunidade e em clausura, acabam por ser também espaços com funções de sobrevivência corporal, de trabalho, de sociabilidade e de cultura, e mesmo até de contacto com o exterior (Borges, 1998). As fontes documentais referem dependências tão diversas como a Igreja, com sua capela mor, coro, sacristia, claustro, áreas habitacionais como *casa das Freiras*, salas, as celas, noviciaria, espaços para o cuidado de doentes como a botica e enfermaria, espaços de trabalho como a rouparia o refeitório, cozinha, dispensa, casa do forno, *massaria*, lagar, adega, celeiro, horta, pomar, bem como espaços de contacto com o exterior como a casa da grade, roda, portaria, hospedaria e miradouro.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

No âmbito de obras da Câmara Municipal de Leiria, para reabilitação do edifício do Mercado de Santana localizado no Largo de Santana, na mesma cidade, como espaço de actividades culturais, procedeu-se à construção de um parque de estacionamento e de um auditório subterrâneos. Foi no quadro de acompanhamento destas obras que se realizou a intervenção arqueológica de emergência neste espaço entre Setembro de 1999 e Março de 2000, dirigida por João Paulo Carvalho. Além do acompanhamento das movimentações de terra, realizaram-se 12 sondagens no interior do recinto do mercado (fig. 4).

Encontram-se espessas camadas de terra, bem como de entulho coevas da época de construção do edifício do mercado. Tais terras resultam do desaterro do meio da encosta da elevação natural, em cujo sopé foi edificado o convento, tendo sido aqui depositadas com vista à construção de uma plataforma de assentamento dos



4. Planta do Mercado de Santana e da área de intervenção arqueológica, com indicação das sondagens que forneceram o material em estudo.

alicerces do mercado. Sob estas terras, encontraram-se níveis de entulho resultante da demolição do edifício do convento utilizados com fim semelhante. Os alicerces do mercado revelaram-se nos arcos de sustentação, muitos deles directamente assentes nas estruturas do convento. Da ocupação do espaço em épocas anteriores à construção do mercado, registam-se os níveis de fins do século XIX associáveis á utilização do edifício do convento como escola feminina, bem como à alienação de terrenos da sua cerca, atestada pela presença dos alicerces de um prédio particular.

Da realidade do Convento de Santana, a intervenção arqueológica permitiu conhecer as estruturas do piso térreo atribuíveis à ala Sul, e Oeste (traseiras) do seu edifício, bem como a um anexo, localizado no interior da cerca na proximidade do mesmo edifício de funcionalidade pouco clara, possivelmente relacionada com o apoio às actividades de horticultura e jardinagem. Todas estas estruturas situam-se a uma profundidade de cerca de 2,5 m abaixo do piso térreo do mercado. A área exterior do convento enquadrada dentro dos limites da sua cerca, foi também revelada nas sondagens realizadas. Esta deveria ser ocupada por horta, pomar e jardim, servindo também em algumas áreas como depósito de detritos.

Os níveis interiores e exteriores do convento ofereceram grande quantidade de espólio integrável em toda a extensão da amplitude cronológica da ocupação do espaço com essa funcionalidade, constituído por materiais de construção, faunísticos e, sobretudo, de utilização quotidiana.

O material de construção sobrevivente ao desmantelamento e demolição do convento constitui um grupo minoritário. Entre materiais metálicos, cerâmicos e pétreos diversos, destacam-se alguns fragmentos de estuque, de telha, o piso em tijoleira no interior dos compartimentos do edifício do convento e seu anexo, alguns azulejos hispano-árabes produzidos em Sevilha entre finais do século XV e inícios do século XVI, pela técnica de "aresta", bem como elementos de colunas e uma bica de calcário datada de 1585. O espólio faunístico interpreta-se como estando relacionado com a alimentação da comunidade de religiosas e consiste em restos dessa actividade que são depositados na cerca do convento, pelo que se detectaram diversos níveis de lixeiras que integram materiais mamalógicos, ictiológicos e malacológicos.

Foram estes níveis de lixeira que ofereceram a maior quantidade do espólio de utilização quotidiana, que constitui, por sua vez, o tipo de espólio mais abundante. Estes materiais repartem-se também por outras zonas da área rural em níveis de terreno revolvido pelas actividades de exploração agrícola, bem como pelo interior do edifício do convento. Os níveis de entulho e de aterro também oferecem materiais deste tipo. Destacam-se alguns vidros e um extensíssimo conjunto de materiais cerâmicos comuns, vidrados, bem como a faiança, cerâmica fina e porcelana que apresentamos em seguida.

O espólio desta intervenção encontra-se depositado na Reserva Arqueológica do Município de Leiria.

4. A CERÂMICA

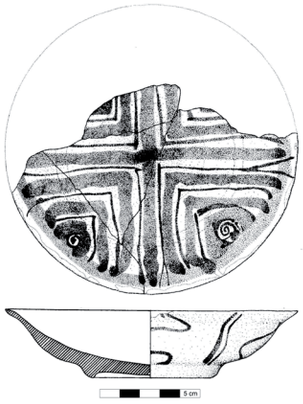
O nosso estudo incide sobre o espólio cerâmico de faiança, cerâmica comum fina decorada de fabrico português e porcelana chinesa, datado entre finais do século XV e finais do século XVIII, num total de 2992 fragmentos.

4.1 Faiança portuguesa

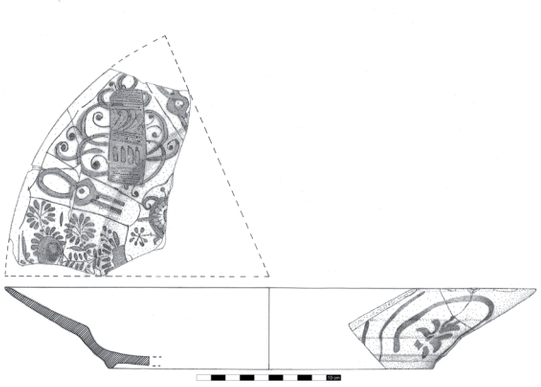
A faiança portuguesa contabiliza-se em 2792 fragmentos cronologicamente situados entre os finais do século XV / inícios do século XVI e o terceiro quartel do século XVIII, sendo atribuídos a dois grandes centros de produção: Lisboa, com as suas pastas amarelas, e esmaltes espessos e brilhantes e Coimbra, com as suas pastas brancas, beges, rosadas, com esmaltes finos baços.

As peças atribuíveis a fins do século XV inícios do século XVI contabilizam-se em 8. Destacam-se desse grupo as chamadas peças *malegueiras* esmaltadas a branco de produção Lisboeta e Coimbrã. O exemplar de prato com ônfalo apresentado (fig. 5), pelo seu esmalte espesso e brilhante, poderá tratar-se de uma produção lisboeta,

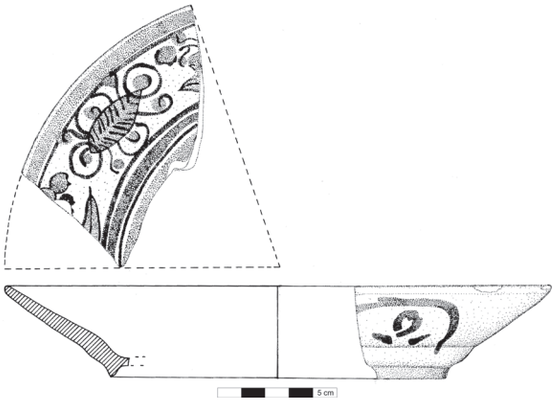
5. Prato. MS99/S7/[197]/ 2962



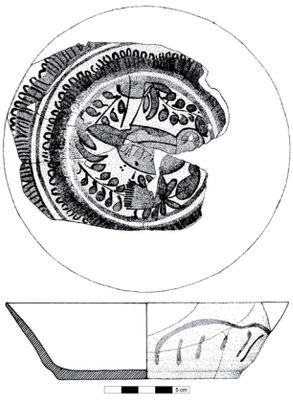
6. Prato. MS00/PP



7. Prato. MS99/S7/[170]



8. Prato. MS00/PP/[250]

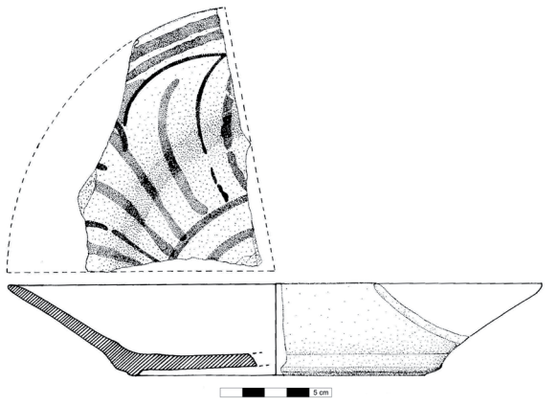


9. Prato. MS00/PP/[250]

10. Prato. MS99/S1

muito semelhante a outras encontradas em arqueossítios datados entre os séculos XV e XVI, como o poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 159).

A primeira metade do século XVII é o período cronológico melhor representado, com 1157 fragmentos, correspondendo, ao mesmo tempo, à época de auge da produção da faiança portuguesa. Domina o cromatismo do azul de cobalto sobre o branco em peças com uma temática decorativa de inspiração europeia, de origem italiana e espanhola com motivos geométricos (fig. 6) ou fitomórficos com diversos paralelos em peças do Museu Nacional de Arte Antiga e Museu



11. Prato. MS99/S1/[15]/1666

Nacional Machado de Castro, entre outros (Calado, 1992; A influência oriental na cerâmica Portuguesa do século XVII, 1994). No primeiro quartel do século XVII até inícios da primeira metade da centúria, surgem as primeiras peças com imitação dos motivos dos "oito objectos preciosos" da porcelana chinesa Wan Li, os chamados *pré aranhões* (fig. 7), grupo dominante no universo do Convento de Santana, representado por 376 fragmentos. A atribuição cronológica destas peças tem sido feita em termos absolutos pela presença de cronogramas em alguns exemplares, a que faz referência Reinaldo dos Santos: pratos datados de 1637, 1646, 1649, 1651, potes de 1646; garrafas e canudos de botica de 1641 (Santos 1960, p. 47).

À segunda metade do século XVII atribuem-se 511 fragmentos. A marca que é classicamente atribuída a este período é a introdução do óxido de manganês na decoração dando origem aos tons de vinhoso e castanho como contorno de motivos pintados em azul de cobalto. As temáticas decorativas características deste período que encontramos em Santana são as dos chamados *aranhões* (fig. 8) *rendas* (fig. 9) e o chamado *desenho miúdo* de inspiração chinesa. Os *aranhões* constituem estilizações de espírito mais popular dos mesmos "oito objectos preciosos" que aparecem na faiança azul e branca do período anterior. São conhecidos pratos com cronogramas de 1652, 1655, 1660, 1677 (Santos, 1960, p. 47) O tema das *rendas*, de carácter totalmente europeu, parece seguir a mesma tendência de simulação de tecido que os frontões de altar azulejares. Paralelo para a decoração do exemplar apresentado encontra-se na Fundação Carmona e Costa (Pais e Monteiro, 2003, p. 101)

Peças datadas entre fins do século XVII e inícios do século XVIII contabilizam-se em 13, distinguindo-se, no seu conjunto, grupos decorativos como os de temática barroca, com enrolamentos fitomórficos estilizados, contas, motivos heráldicos, as *malegueiras,* todos em tons de azul e vinhoso, e, ainda, as peças de tipo *Monte Sinai* (fig. 10), com a sua característica decoração fitomórfica sobre esmalte de cor azul mais clara ou cinzenta azulada, cuja produção se atribui às olarias da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da zona ocidental de Lisboa (Queiroz, 2002, p. 42)

Do século XVIII são reconhecidas 297 peças, de possível produção coimbrã, de menor qualidade artística e de fabrico. Identificam-se exemplares da chamada *louça do Brioso,* característicos pela sua decoração que recupera motivos barrocos (fig. 11), "caricaturando--os" com "rusticidade" (Calado, 1992), não deixado, no entanto, de se enquadrar nas novidades da pintura de cerâmica europeia da época, ao usar técnicas como o esponjado, presente em outras peças da colecção.

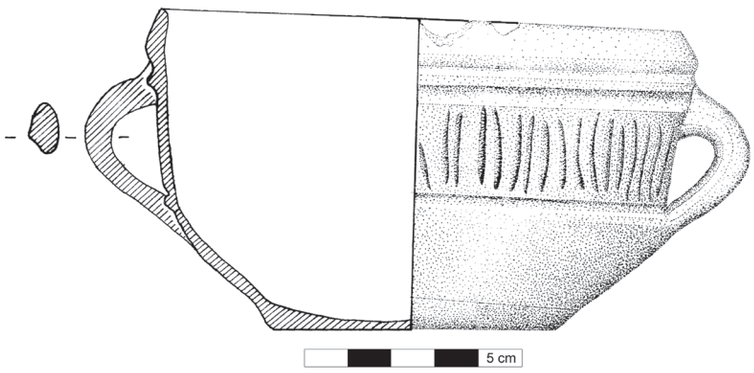
As formas encontradas são os pratos (1698 peças), as taças (329), tampas de potes, caixas ou mesmo açucareiros (11), especieiros (10), jarros (2), boião de farmácia (1) e caixa (1).

4.2 Cerâmica fina decorada

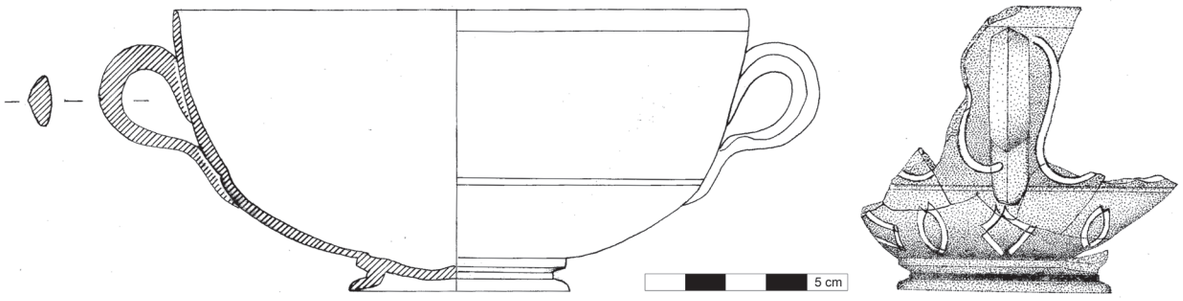
O conjunto da cerâmica comum fina contabiliza-se em 114 fragmentos. Trata-se de uma louça de mesa cuja produção atribuímos às oficinas alto-alentejanas de Estremoz e Montemor-o-Novo, bem como às de Lisboa, com uma cronologia que situamos entre o século XVII e inícios do século XVIII (Ferreira, 1995; Ramalho, e Folgado, 1997; Vasconcellos, 1957). Muitos autores de Época Moderna celebraram esta cerâmica pela sua qualidade técnica, estética e pelo seu barro fino e aromático que a vocacionava para o consumo de água, como, por exemplo Duarte Nunes de Leão na sua obra de 1599 (Leão, 2003, p. 185). A sua representação na pintura seiscentista de Josefa de Óbidos indicia uma possível associação ao consumo de doces (Josefa de Óbidos e o tempo barroco, 1991).

Em termos gerais, as suas principais características são a fineza e pureza das suas pastas tornando possível a elaboração de peças de paredes finas, os engobes que lhe dão uma intensa cor ou o brunido que lhe dá uma textura macia, o aspecto relevado da sua profusa decoração e o facto de se tratarem de formas pequenas. Dividimos o conjunto em quatro subgrupos de fabrico tendo em conta critérios como a cor da pasta, tratamento de superfície, forma e técnica decorativa.

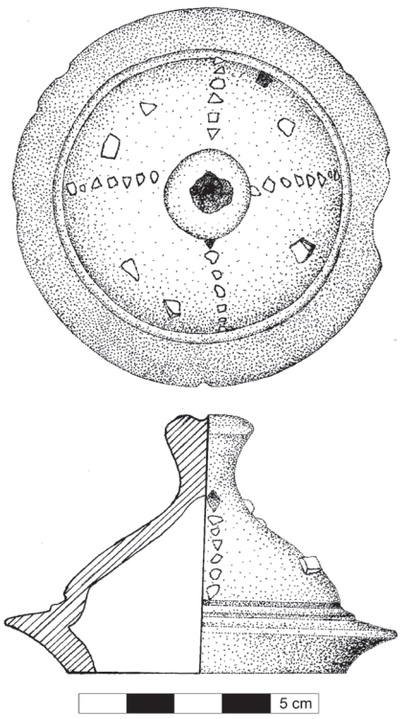
As cerâmicas engobadas com decoração incisa contabilizam-se em 82 fragmentos. De pastas entre o rosado claro e o vermelho alaranjado claro, com engobe de cor vermelha clara alaranjada, apresentam motivos decorativos incisos, que podem ser acompanhados de punções ou excisões. Os mais comuns do grupo são os traços verticais finos (fig. 12), registando-se também a



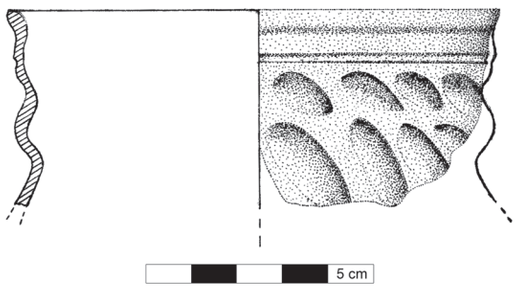
12. Taça. MS00/S7/[191]/3354



13. Taça. MS00/S4/[140]/3046



14. Tampa. MS99/PP/[250]/137



15. Taça. MS99/S7/[188]/119

presença de linhas onduladas, formas ovóides e subtriangulares.

As cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada totalizam-se em 14 exemplares, e caracterizam-se pelas pastas de cor vermelha alaranjada escura, engobe da mesma cor e motivos decorativos desenhados por incisão e preenchidos com uma aguada branca. São representadas linhas onduladas e motivos geométricos (fig. 13), bem como arcos, enrolamentos fitomórficos estilizados de estilo barroco.

As cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica são apenas 4, e distinguem-se pela pasta de cor vermelha muito escura, engobe do mesmo tom e decoração que combina o desenho do contorno de formas com incisão, a aplicação de pedras de quartzo e de coroplastos. A peça apresentada apenas exibe empedrados (fig. 14).

As cerâmicas brunidas com decoração incisa ou modelada somam-se em 14 e apresentam pastas de cor vermelha acastanhada, com frisos de motivos ovóides (fig. 15), círculos e linhas onduladas.

Na totalidade do conjunto, verifica-se que a taça é a forma mais frequente, com 63 fragmentos, seguindo-se a bilha (15), o púcaro (9), 2 fragmentos de pote e uma tampa. Registam-se, ainda 23 fragmentos de forma indefinida.

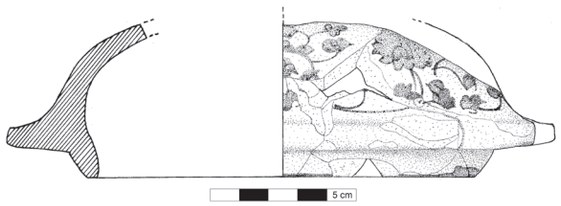
4.3 Porcelana Chinesa

O conjunto porcelânico chinês é representado por 86 peças. A amplitude cronológica do conjunto tem como limites os inícios do reinado de Zhengde da dinastia Ming (1506) e os fins do reinado de Qianlong da dinastia Qing (1795).

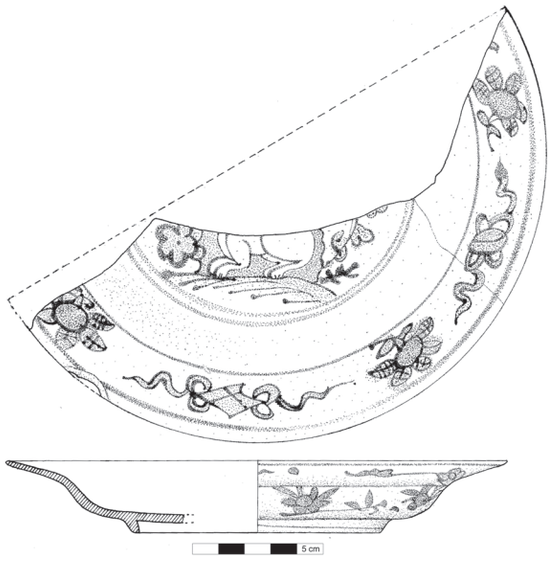
Peças com características atribuíveis aos reinados Zhengde (1506-1521) e Jiajing (1522-1566), registam-se 2. Distinguem-se pela sua pasta espessa de tom acinzentado, vidrado, por vezes, baço e pintura de contornos esbatidos, representando frequentemente enrolamentos de flores de lótus, como a peça que apresentamos (fig. 16), com alguns paralelos na colecção Amaral Cabral (Azul e branco da China, 1997, p. 58-61).

O reinado de Jiajing (1522-1566) é o período a que se atribuem a maioria das peças, somando-se em 29. Com uma vasta gama de temas decorativos clássicos, destacam-se os pratos com abas decoradas com emblemas religiosos budistas e taoistas, flores e pêssegos (fig. 17), com paralelos na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (Pinto de Matos, 1996, p. 60-61), e na colecção Amaral Cabral (Azul e branco da China, 1997, p. 80), entre outros.

Existe um total de 21 peças, cujas características são comuns aos reinados de Jiajing, Longqing e Wanli, tendo uma possível amplitude cronológica de 1522 a

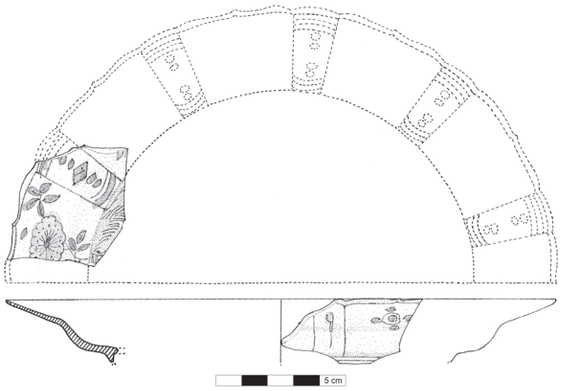


16. Tampa de pote. MS99/S7/[170]/84-89

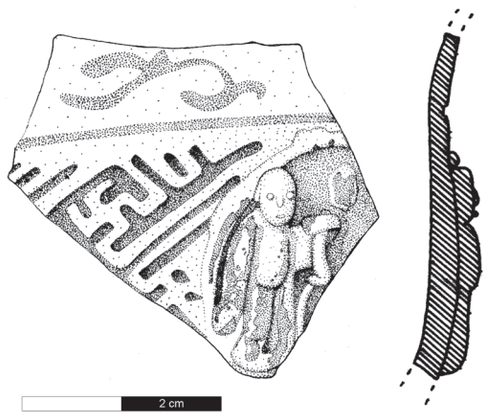


17. Prato. MS00/S7/[197]/45

18. Tampa de pote. MS 99/S8/[210]/24



19. Prato. MS99/S8/[210]/18



20. Taça. MS99/PP/[250]

1619. É o caso da tampa de pote apresentada (fig. 18). O reinado de Wanli (1572-1619), encontra-se representado por 20 peças da chamada *Kraakporselein*, sendo clássicos os pratos com decoração da aba e parede dividida em pequenos compartimentos, com representações de motivos fitomórficos (flores, como a "Glória da Manhã") e emblemas religiosos, como os " Oito objectos preciosos" (fig. 19). São peças de grande difusão com diversos paralelos em colecções portuguesas (Azul e branco da China, 1997, p. 152-154).

De atribuição cronológica algo imprecisa, situamos o invulgar fragmento de taça (fig. 20) em período correspondente aos últimos reinados da Dinastia Ming, Wanli (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621--1627) e Chongzhen (1628-1644), segundo paralelo em Hobson, 1976, p. 75-76. Destaca-se pela sua figura antropomórfica coroplástica não vidrada, pintada, representado um dos os "Oito Imortais Taoístas", no caso Lain Zaihe ou He Xiangu (Macintosh, 1986, p. 157--158), motivos desenhados por excisão e pintura sobre o vidrado. Este tipo de taças foi representado em *naturezas-mortas* como a do holandês Willem Kalf, de 1662, do Museu Thyssen-Bornemisza, Madrid.

A dinastia Qing, encontra-se representada por apenas 4 peças. O pequeno fragmento atribuível ao reinado de Kangxi (1672-1722) insere-se no grupo da chamada "família verde", apresentando tons de verde, vermelho e dourado numa característica pasta modelada com caneluras (fig. 21). De forma indefinida, tem paralelo com várias peças que figuram em Pinto de Matos, 1996, p. 204-209, 214, 222-225. As 3 peças atribuídas ao reinado Qianlong (1736-1795) distinguem-se por uma sobriedade decorativa, com áreas deixadas em branco, com pintura em tons de vermelho dourado com paralelos em Pinto de Matos, 1996, p. 252-253 (fig. 22).

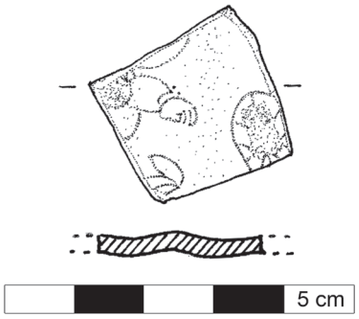
CONCLUSÕES

Um convento é uma unidade multifuncional, onde a dimensão espiritual necessariamente convive com uma dimensão material. O conjunto cerâmico apresentado constitui o testemunho material da dimensão mais mundana na vida quotidiana do Convento de Santana de Leiria.

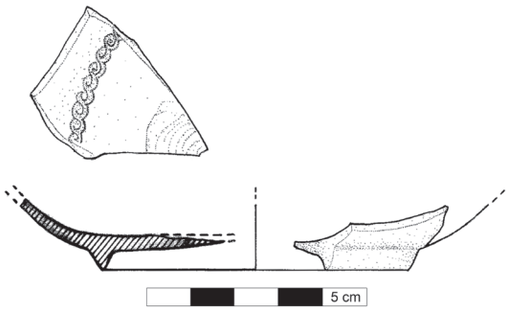
Trata-se de objectos de carácter eminentemente utilitário, sobretudo de louça de mesa, sendo também destinados à preparação e armazenamento de alimentos e farmácia, podendo, também, ter tido função decorativa. As peças terão servido em áreas funcionais identificadas como a cozinha, o refeitório, a botica, a enfermaria, a hospedaria, mas também as celas individuais das religiosas.

A colecção, na sua pequena escala, é representativa quanto aos principais tipos de peças adquiridas e consumidas em espaço nacional, tratando-se de exemplares de média e boa qualidade, em termos estilísticos e de fabrico. As peças de melhor qualidade são as porcelanas atribuídas ao século XVI e faianças do século XVII, grupo dominante em termos quantitativos, correspondendo à época máxima da produção cerâmica nacional.

Esta distribuição poderá ter a ver com factores socio--económicos, uma vez que a casa conheceu o auge entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, por mercê da maior presença de elementos da nobreza e burguesia que permitiam conquistar maiores apoios económicos e porque em termos demográficos a casa viveu, nesta época, o seu auge. Por outro lado, a maior concentração de espólio nesta cronologia, poderá dever-se apenas às condições de escavação e de jazida, dado tratar-se de uma área limitada na extensão total



21. Forma indefinida. MS00/ RT



22. Prato. MS00/S1C/4

do que poderia ter sido a zona de depósito ao logo dos três séculos de ocupação do espaço como convento, sujeita a sucessivos revolvimentos.

Poderão tratar-se de presentes enviados por membros da aristocracia local, que estabeleceria relações com as religiosas, motivadas por uma origem social e familiar em comum. É também no contexto destas sociabilidades que devemos perspectivar utilização destas peças mais luxuosas. Em Época Moderna, o convento não foi um espaço fechado ao convívio entre pessoas do exterior e as religiosas, que, no locutório, ou mesmo no interior do espaço da clausura, recebiam familiares e amigos. Além disso, organizavam-se pequenas recepções, no sentido de conquistar graças e apoio económico como é próprio das relações sociais de Antigo Regime, e nessas alturas, decerto que receberiam os convidados da melhor forma, pondo ao serviço as suas melhores baixelas.

Muitas destas peças tratar-se-ão de espólio pessoal do enxoval de religiosas provindas das famílias mais abastadas, nomeadamente as da nobreza, que depois seria partilhado entre a comunidade, ou de uso exclusivo. O ingresso, por vezes sem vocação nem vontade, foi o destino de muitas filhas secundogénitas e órfãs, sem grande oportunidade de manter ou melhorar a sua condição pela vida secular. A cultura material no contexto vivências laicas e aristocráticas, com carácter de luxo, serviu como resistência aos constrangimentos dos votos e toda a austeridade que preconizam as *regras* das ordens religiosas, tentando-se recriar um pouco do ambiente doméstico familiar secular. A cerâmica de luxo, como a porcelana, mobiliário requintado, peças de ourivesaria, sedas, rendas, tapeçarias, toucadores repletos de cosméticos e o serviço de criadas particulares, farão da cela a continuidade da *casa de estrado* comum nas residências seculares, como espaço de sociabilidade doméstica feminina por excelência.

O Convento de Santana de Leiria, na sua modestíssima escala, parece, assim, acompanhar esta realidade, tão presente nas grandes casas conventuais femininas de Época Moderna que motivaram a sua descrição acompanhada de duras críticas por parte de autores moralistas como Padre Manuel Velho, com cujas palavras abrimos este nosso pequeno trabalho.

BIBLIOGRAFIA

A INFLUÊNCIA oriental na cerâmica Portuguesa do século XVII (1994). Lisboa: Museu Nacional do Azulejo [catálogo]

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, (15/04/1856) – Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 10, Exposição em resposta ao parecer dado pelo Sr. Advogado Joze Lopes Vieira da Fonseca, á cerca do pagamento dos encargos pios da Capella da Corôa de que sou administrador em segunda vida, e para conhecimento das Exmas. Madres do Convento de Santa Anna de Leiria [manuscrito].

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, (29/12/1748 – 09/01/1782) – Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, Processo da doação de madeiras do Pinhal de Leiria [manuscrito].

AZUL e branco da China. Porcelana ao tempo dos Descobrimentos. Colecção Amaral Cabral (1997). Lisboa: Instituto Português de Museus [catálogo].

BORGES, N. C. (1998) – Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma investigação). *Museu : revista de Arte, Arqueologia.* Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, S. 4, n. 7, p. 31-59.

BRAGA, P. D. e BRAGA, I. M. R. M. D. (1995) – A protecção régia ao Convento de Santa Ana de Leiria (séculos XV-XVI) – *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese.* Leiria: Diocese de Leiria-Fátima. Ano III, N.º 8, Maio-Agosto, p. 379-387.

CABRAL, J. (1993) – *Anais do Município de Leiria,* vols. I e II. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

CALADO, R. S. (1992) – *Faiança Portuguesa.* [S.l.]. Direcção de serviços de Filatelia – Correios de Portugal.

FERREIRA, M. A. (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. *Actas das 1.as Jornadas de cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 151-162.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XV e XVI, do poço-cisterna de Silves . *Xelb 3.* Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 143-205.

HOBSON, R. L. (1976) – *Chinese Pottery and Porcelain.* New York: Dover Publications.

JOSEFA de Óbidos e o tempo barroco (1993). Lisboa: IPPAR [catálogo].

LEÃO, D. N. de (2003) – *Descrição do Reino de Portugal.* Lisboa: Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa.

MACINTOSH, D. (1986) – *Chinese Blue and White Porcelain.* [S.l.]: Banboo Publishing, Duncan Macintosh.

MARGARIDO, A. P. (1988) – *Leiria. História e morfologia urbana.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

PAIVA, J. P. (2000) – Os mentores. *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 201-217.

PAIS, A. N. e MONTEIRO, J. P. (2003) – *Faiança portuguesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio Alvim.

PINTO DE MATOS, M. A. (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.* Lisboa: Instituto Português de Museus / Philip Wilson Publishers.

POUSÃO-SMITH, S. (2008) – *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da Dissimulatio.* Vol. I. Lisboa: Edição da Autora.

QUEIROZ, J. (2002) – *Cerâmica Portuguesa e outros Estudos.* Lisboa: Editorial Presença.

RAMALHO, M. M. B. e FOLGADO, D. (2000) – A Cerâmica Comum fina de finais do século XVI-XVII. Inovação ou Tradição? *Casa do Brasil / Casa Pedro Alvares Cabral.* Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 39-60.

ROSÁRIO, F. A. do (1993) – Mapa de Portugal Dominicano feminino – *I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España, Portugal y America 1492-1992*. Leon, Universidade de Leon, Tomo II, p. 653-665.

SANTOS, R. dos (1960) – *Faiança Portuguesa, séculos XVI-XVII.* Porto: Livraria Galaica.

SOUSA, F. L. (1866) – *Segunda Parte da História de S. Domingos*. Vol. III. Lisboa: Tipografia do Panorama.

VASCONCELOS, C. M. de (1957) – *Algumas Palavras a respeito de Púcaros de Portugal.* Lisboa: Revista Ocidente.

VELHO, P. M. (1730) – *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse.* Lisboa Ocidental: Oficina de António Pedroso Galrão.

ZÚQUETE, A. (1943) – *Leiria: subsídios para a história da sua diocese.* Leiria: Gráfica-Leiria.

MOSTEIRO DE SÃO FRANCISCO DE LISBOA

FRAGMENTOS E DOCUMENTOS NA RECONSTRUÇÃO DE QUOTIDIANOS

JOANA TORRES CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO Este trabalho pretende pela conjugação de fontes documentais e artefactos arqueológicos chegar a um estudo mais aprofundado da história da construção do convento de S. Francisco de Lisboa, bem como reconstituir alguns dos consumos quotidianos desta Casa.
Para tal, o ponto de partida foi a análise do espólio cerâmico (c. 4.753 fragmentos constituindo cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa) recolhido em contexto de lixeira, numa das cisternas do antigo convento de S. Francisco de Lisboa, actual Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Museu do Chiado e Governo Civil de Lisboa. Em paralelo ao conhecimento do desenrolar de quotidianos no convento de S. Francisco de Lisboa, conseguiu-se a compilação de um catálogo completo dos objectos cerêmicos (286 imagens com desenhos e descrições) consumidos e guardados entre aqueles frades, dos quais apresentamos alguns neste texto.
Resta sublinhar que os exemplares cerâmicos seleccionados para esta publicação se enquadram no século XVII.

PALAVRAS-CHAVE **Convento de S. Francisco de Lisboa, cerâmica vidrada, faiança portuguesa, porcelana chinesa, período moderno**

UM CONVENTO NO TEMPO E NO ESPAÇO

O ano de 1217 é apontado, por Frei Manuel da Esperança, como data fundacional do convento de S. Francisco de Lisboa, por iniciativa de Frei Zacarias, e patrocínio da rainha D. Urraca, esposa de D. Sancho II. Esta implantação dá-se numa zona fora das muralhas da cidade, relativamente despovoada, mas com a possibilidade de contactar com maior facilidade o núcleo urbano lisboeta. Este espaço conventual fixou-se no Monte Fragoso (Calado, 2000), no lado ocidental da cidade, zona do actual Chiado. A opção por este local não se justifica apenas por razões políticas e socio-económicas. O facto deste se enquadrar no *planalto de Lisboa* (Ribeiro, 1994, p. 63), ou seja numa encosta suave, permite, por um lado, uma maior acessibilidade àquele espaço (Ribeiro, 1994, p. 55), e, por outro, o destacamento na paisagem suficiente para se ter um controlo visual sobre a cidade.
A escolha por um espaço como estes pretendia aliar ainda o recolhimento com o contacto com a comunidade; daí o convento criar em torno do seu perímetro uma cerca, que encerrava o convento naquela comunidade de irmãos (sem no entanto deixar de reservar alguns espaços a leigos).
Como à data da instalação do convento a pressão urbanística ainda não se fazia sentir na zona extra-muros da cidade, os frades conseguiram constituir uma cerca suficientemente ampla para possibilitar a edificação de um grande complexo conventual, com área de jardim/horta para usufruto desta *Casa*.
Efectivamente, este terreno caracterizava-se pelos seus solos basálticos, a par de uma "*terra vermelha-escura*" (Ribeiro, 1994, p. 55) que se destacava pela sua fertilidade, permitindo um cultivo intensivo. Não sabendo exactamente o que teriam cultivado, podemos extrapolar a partir de descritivos toponímicos quinhentistas, que marcam no tempo e no espaço elementos da paisagem. Segundo Júlio de Castilho, na localização da *horta do Duque*[1], ter-se-iam aberto entre outras a Travessa da "Parreirinha" [leia-se da Oliveira][2] (actual R. do Capelo) e a Rua da Figueira (R. da Anchieta). Ainda na envolvência do convento encontrava-se a Rua do Ferragial (R. Victor Cordon).
Destacam-se então os topónimos oliveira, figueira e ferragial que apontam para a existência de um espaço com árvores de fruto, mas também uma zona que estaria destinada ao cultivo de cevada (Bluteau, 1728, p. 87) . No caso da "oliveira", esta seria com certeza uma marca dos olivais que povoavam Lisboa (Carita, 1999, p. 93).

1. Este espaço fazia anteriormente parte do mosteiro.
2. Júlio Castilho menciona a R. da Parreirinha como correspondendo à actual R. do Capelo. Contudo, não encontrei este topónimo em nenhuma outra fonte, pelo que creio tratar-se de um erro daquele autor. Efectivamente, verificamos que no *Livro do lançamento e serviço... de 1565* (vol. II, p. 188) que não aparece naquela zona qualquer R. da Parreirinha, mas beco da Oliveira. Também o mapa de *Lisboa de Lés-a-Lés* faz menção à R. da Oliveirinha, que coincide exactamente com a actual R. do Capelo.

Em torno da cerca, do lado ocidental, haveria provavelmente zonas de mata e bosque, onde os frades também podiam aceder a outros bens de consumo como fosse a lenha, caça e vegetais e frutos silvestres. Para lá de todas estas razões, a ligação privilegiada a um porto simultaneamente de rio e de mar, bem como a fruição de um clima temperado (Oliveira Marques, 2003, p. 18) terão em muito beneficiado o estabelecimento e a continuidade temporal deste convento.

ESPAÇO CONVENTUAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONALIDADES

O sucessivo reaproveitamento, adaptação e remodelação das instalações deste convento tornam a sua leitura espacial histórica desafiante e complexa. Paralelamente, a documentação histórica não é de interpretação linear e condensa parcas e dispersas informações relativamente à organização desta grande Casa Conventual.

Sabemos que no século XVI existiam dois claustros: um congregava a casa do capítulo e um número considerável de capelas (ora para oração ora para sepultamento); o outro concentrava dois dormitórios (um por cima do outro), o refeitório, a cozinha e o campanário do relógio. Podemos ainda inferir o acrescentamento de um terceiro andar, em que sabemos localizar-se, no século XVIII, o dormitório dos músicos da Patriarcal[3]. Este claustro terá integrado mais tarde (XVIII) o noviciado, que estava ao lado do "*dormitório de baixo*".

A enfermaria localizava-se perto do segundo claustro, dada a indicação de estar próxima dos dormitórios.

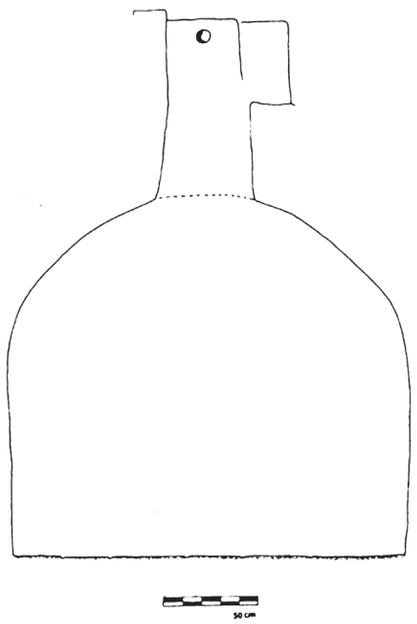
O terceiro claustro existia pelo menos nos primeiros anos do século XVIII, mas não sabemos a data de construção. Este congregava capelas, e tinha nas suas imediações a portaria e a livraria, pré-existentes ao mesmo.

A CISTERNA DO CONVENTO

Os materiais que se encontram agora em estudo fazem parte do conjunto muito mais vasto que foi exumado de uma cisterna deste antigo convento, que se encontrava numa zona de pátio. Estas informações são-nos dadas pelos arqueólogos intervenientes nesta escavação: C.Amaro, F.Lourenço e M.Ramalho (1995, p. 37-42).

Empreendidas no ano de 1993, estas campanhas tinham por objectivo acompanhar as obras que tinham como função remodelar o Museu Nacional de Arte Contemporânea, actual Museu do Chiado.

É-nos dito que esta cisterna tinha 2,40 m de largura por 3,40 m (fig. 1), e que se "*caracterizava por paredes de alvenaria, fundo lajeado e a abóbada de tijoleira*" (Amaro, Lourenço e Ramalho, 1995, p. 38). Ora, H.Carita (1999, p. 157 e 160) chama a atenção que durante o reinado de D. Manuel I, se apostou no "*aperfeiçoamento de técnicas construtivas com argamassas à base de cal*", assentando a construção em pedra e cal, geralmente combinada com "*coberturas em abóbada de tijolo*".



1.

Sabemos ainda que a cisterna terá passado a ser utilizada como lixeira nos finais do século XVI/inícios do XVII; tendo de admitir um período de funcionamento, mesmo que curto. Fazendo as contas, o mais provável é a cisterna ter sido construída algures entre os reinados de D. Manuel e D. João III. No meu entender, uma vez que as grandes obras do convento decorreram nos primeiros 20 anos de 1500, muito provavelmente esta cisterna é manuelina.

O ESPÓLIO. CERÂMICA VIDRADA

O conjunto de cerâmica vidrada compreende 4 peças inteiras e 693 fragmentos, dos quais seleccionei peças inteiras e fragmentos com perfil completo, apenas incluindo outros fragmentos mais pequenos caso alargassem a variedade formal, com vista a analisar a maior diversidade de recipientes cerâmicos possível. Assim, apesar de apenas se descreverem em pormenor e desenharem quarenta e cinco peças, optou-se por fazer um tratamento estatístico, tendo em vista a forma e o revestimento vidrado dos fragmentos, por modo a aferir algumas incidências formais e decorativas.

Tendo em conta por exemplo a análise dos bordos notamos que estamos perante uma louça de uso quotidiano, utilizada para consumo de alimentos à mesa (escudelas,

3. *Relação do Notável Incêndio de fogo que se ateou no Real Convento de S. Francisco da Cidade, a 30 de Novembro de 1741…*, fl. 2.

pratos, tigelas e jarros), para conservar ou armazenar (potes e jarros), para preparação dos alimentos (alguidares, panelas) e para usos sanitários (servidores). Assinalo que os bordos identificados como de potes/panelas e alguidares concentram cerca de 2/3 do conjunto total (gráfico 3).

Em termos de acabamento, o vidrado é o elemento mais característico oscilando entre os tons verdes, castanhos e amarelos, e sem conseguir uma homogeneidade na aplicação do mesmo na peça. Estes vidrados são geralmente simples, sem qualquer outro apontamento decorativo; contudo, em algumas peças encontramos o recurso a duas tonalidades de vidrado por modo a criar uma espécie de padrão (sem mais uma vez se notar uma homogeneidade). Denoto deste conjunto as peças CSF/LX.93/75 e CSF/LX.93/105 que têm dois elementos decorativos particulares: no primeiro caso, pequenas elevações no bordo, e no segundo caso, a presença de duas linhas paralelas de pequenas punções.

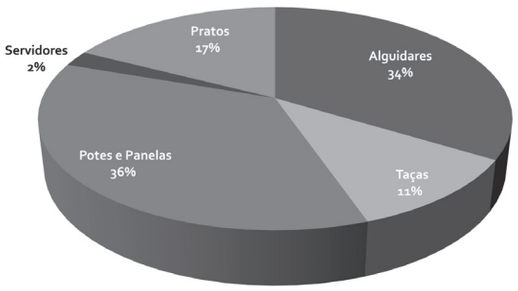


Gráfico 3. Tipos de bordos de cerâmica vidrada.

Relativamente ao enquadramente cronológico, estas cerâmicas são atribuíveis, por comparação, ao terceiro quartel do século XVI até ao século XVII pleno. Para o terceiro quartel do século XVI, datámos alguns fragmentos de alguidar, de servidor e de bilha, com base no espólio recolhidos no Beco dos Inválidos em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 199-200). Do século XVII conseguimos encontrar paralelos para alguns potes no convento de N. S. da Piedade, Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2002, p. 269-288), e no poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006, p. 99-112).

Chamo ainda a atenção para os fragmentos de cerâmica vidrada encontrados em contextos seiscentistas brasileiros, nomeadamente os da colecção no convento da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência[4], no Rio de Janeiro, e a da Igreja de N. S. da Assunção, em Anchieta.

4. Catálogo de Colecções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm.

FAIANÇA PORTUGUESA, PROBLEMÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS

Antes de avançar para o estudo dos materiais creio ser importante contextualizar as problemáticas historiográficas associadas à produção de faiança em Portugal. De facto, este tem sido um tópico bastante debatido, dado que existe pouca documentação clara na referência à produção de faiança em Portugal; e são poucas as escavações de unidades de produção de cerâmica medieval e moderna que permitem delinear de forma assertiva uma evolução cronológica dos diferentes tipos existentes.

Actualmente, é de algum modo consensual entre vários investigadores das áreas de Arqueologia e História de Arte (Sebastian, 2011, p. 569) que a primeira indicação documental sobre a produção de faiança portuguesa está no *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei nosso Senhor no ano de 1565*, com a referência ao oleiro João de Góis, "*mestre de malega branca*".

A transcrição do processo inquisitorial de João de Góis, em 1561 traz novos elementos a esta equação (Torres, 2011, Apêndice A), pois coloca o mesmo oleiro a laborar como "*malegeyro d'azulejos*", "*oleyro d'azulejos e malaga*", "*oleyro de malaga e azulejos*", desde pelo menos 1561, acrescentando-se que "*avja sete ou oyto Annos que esta[va] em este Regno*", o que permite supor uma produção em Lisboa logo na década de 1550.

Se este é o documento mais antigo a mencionar de forma inequívoca a produção de faiança em Lisboa; já os vestígios arqueológicos da escavação do forno da Mata da Machada permitem a T.Casimiro afirmar o início da produção de faiança (branca e azul sobre branco) a partir da década de 1540 (Casimiro, 2011, p. 532-533).

Relativamente ao tipo de faiança produzido nestas primeiras olarias de Lisboa, este continua a ser uma incógnita. No forno da Mata da Machada verificou-se a reprodução de modelos "semelhantes às formas importadas do sul de Espanha" (Casimiro, 2011, p. 532-533). J.P. Monteiro (2003, p. 55) defende que no início a faiança teria seguido "*um gosto italo-flamengo*", reproduzindo uma tipologia de faiança espanhola, como de Talavera, e reproduzindo elementos da faiança italiana, chamando mesmo à atenção para um apontamento de M.Severim de Faria (2003), em que este fala de um oleiro de Talavera, antes de 1625 como iniciador da faiança que imitaria a porcelana chinesa.

Estes elementos podem sugerir-nos a existência de duas fases na produção da faiança portuguesa. Uma primeira, eventualmente despoletada pela fixação de oleiros flamengos, e uma segunda, por oleiro(s) de Talavera, que teriam trazido novas influências da produção oleira espanhola. Claro que será quanto a mim

precipitado afirmar o início da produção de faiança ou sequer o início da faiança de imitação chinesa por um qualquer oleiro estrangeiro.

O início e evolução crono-estilística da faiança portuguesa decorada vislumbra-se como verificamos pouco consensual, pois mais uma vez a informação providenciada por fontes documentais ou artefactuais é parca. A meu ver, o início da produção de faiança terá sido despoletado para dar resposta a uma necessidade de consumo. Ora, se as cerâmicas consumidas pelos portugueses durante o século XVI são simultaneamente produções de Málaga, de Sevilha, de Talavera, de Itália ou da China, então creio ser sensato imaginar que todas estas devessem desde logo ter influenciado a produção de faiança portuguesa, principalmente se tomarmos em linha de conta o facto de que um dos primeiros oleiros a produzir faiança em Lisboa era flamengo e já havia estado em cidades espanholas, tendo possibilidade de conjugar todas estas influências.

Assim, só mais tarde em 1599[5], com a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte N. de Leão, surge a primeira referência de faiança produzida com o intuito de imitar a porcelana chinesa.

Por último, é importante não esquecer que outros factores podem ter desencadeado ou intensificado uma determinada produção, nomeadamente a diminuição de um determinado produto de importação, ou mesmo o aumento da procura interna por alterações no "gosto".

ESPÓLIO. FAIANÇA PORTUGUESA

"... um corpo cerâmico recoberto por uma camada vítrea branca, opacificada pela adição de óxido de estanho ao vidrado de chumbo que lhe serve de base – esmalte estanífero – pintada ou não" (Sebastian, 2011, p. 58).

Este conceito de faiança é fruto da reflexão de L. Sebastian (2011, p. 49-58) e revela-se extremamente útil e prático no estudo desta produção. Com base neste pressuposto, optámos por analisar o nosso conjunto de 3635 fragmentos com base na decoração do esmalte, separando-o em 4 grupos. Esta subdivisão atende ao facto destes serem esteticamente distintos e terem, ainda que funções semelhantes (servir à mesa), propósitos diferentes. São eles (gráfico 4):

1. Faiança "branca", que apenas ostenta o esmalte branco (2052 fragmentos);
2. Faiança "listada" (Sebastian e Castro, 2000, p. 330), que apresenta linhas concêntricas a azul, normalmente ao longo do bordo e a delimitar a superfície interior do fundo, sobre o esmalte branco (135);
3. Faiança "conventual" (Sebastian e Castro, 2000, p. 330), com insígnias religiosas a azul sobre branco (148);
4. Faiança "decorada", com decoração variada a azul, azul vinhoso e amarelo sobre branco (c. 1305).

Globalmente as pastas foram analisadas macroscopicamente, não se notando grandes diferenças entre si, com o aparecimento comum de micas, quartzos e cerâmica esmagada. Paralelamente, das 225 peças presentes em catálogo, verificámos a seguinte paleta de cores: amarelo-alaranjada; bege; bege-alaranjada; bege-amarelada; castanho-alaranjada; castanho-alaranjada pálido; castanho-avermelhada pálido; rosa pálido. Em geral encontramos os tons claros/pastel, apenas se distinguindo seis fragmentos de cor castanho-alaranjada (cor que não se encontra nos fragmentos de faiança decorada[6]).

Dentro do espólio agrupado na faiança "branca" conseguiram-se distinguir as seguintes formas: pratos, tigelas, covilhetes, testos, asas (de bilhas ou jarros) e castiçais. Se nos debruçarmos sobre o gráfico sete, notamos logo que pratos e tigelas constituem mais de 90% dos fragmentos de faiança branca.

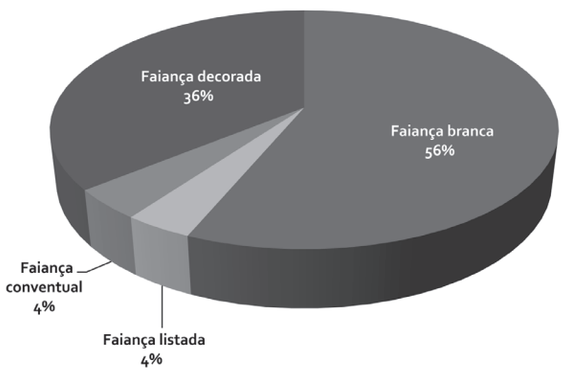


Gráfico 4. Fragmentos por grupo de faiança.

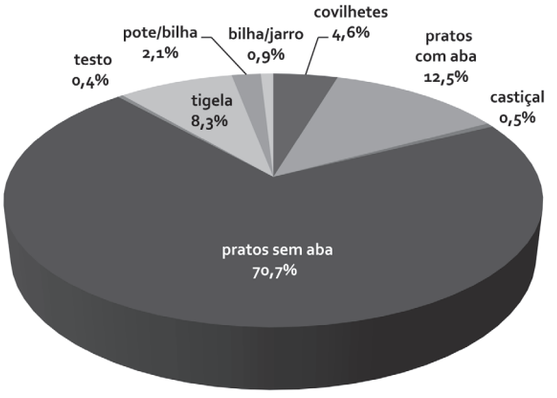


Gráfico 7. Formas de faiança branca.

5. Data em que esta obra é concluída.

6. Esta preocupação com a utilização de argilas claras tinha por objectivo assegurar o branco do vidrado estanífero, muito mais importante quando este servia de base para motivos decorativos de outra cor.

A "faiança listada" tem igualmente um número esmagador de pratos e tigelas que congregam entre si 98,5%, sendo que apenas 2 peças saem deste espectro formal: um castiçal e uma bacia.

No caso da faiança conventual, numerámos 148 fragmentos que são sinónimo para pratos, tigelas, testos e uma grande tigela. Desta análise (gráfico 9) compreendemos a reincidência de formas neste tipo de faiança, tal como nos casos anteriores. Das insígnias religiosas existentes detecta-se uma superioridade significativa da sigla S.F. [*São Francisco*] com 115 fragmentos a representá-la. A esta devemos associar directamente a sigla F. [*Francisco*], uma vez que ambas terão sido encomendas pelo próprio convento. Finalmente, deve salientar-se que nestas peças são aplicadas duas cores de vidrado sobre o branco: o azul e o azul vinhoso, sem que no entanto estas se conjuguem numa mesma peça.

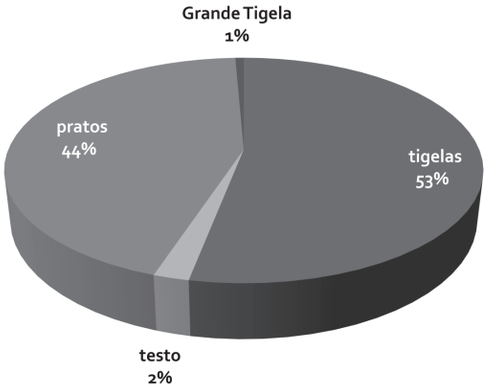


Gráfico 9. Formas de faiança convencional.

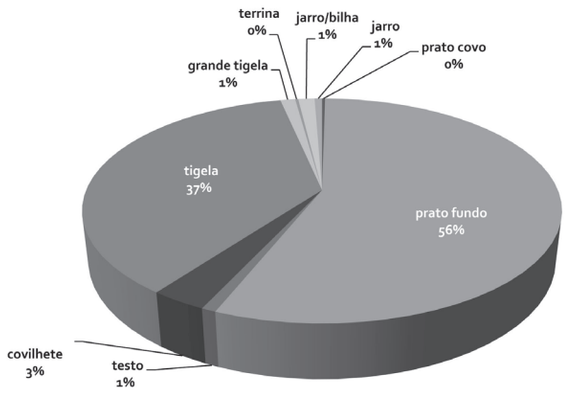


Gráfico 10. Fragmentos de faiança decorada.

Por último, a faiança decorada com 1305 fragmentos contabilizados entre pratos, tigelas, grandes tigelas, covilhetes, jarros, castiçais, mangas de farmácia, boiões e uma terrina (gráfico 10). Na faiança decorada o seu acabamento é fundamental, pois são os diferentes elementos decorativos que apresenta que a tornam distinta da restante faiança. Assim, das 163 peças seleccionadas para o catálogo detectámos os seguintes motivos: aranhões; mascarões; contas; rendas; escamas; "jóia"; heráldica; cadeia; letras (nomes ou frases); simbólica religiosa (cruz de Santiago, cálice, anjo, insígnias religiosas); representações vegetalistas (folhas, folha de acanto, feto, grande folha, pêssegos, pétalas, camélia, crisântemos, margarida, palmeira, flor, era, grande flor, paisagem vegetalista, vegetalista circular); representações antropomórficas; reprodução de figuras ou cenas de corte; representações zoomórficas (pássaro, pavão, ganso, coelho, lebre); representações geométricas (linhas paralelas, rectângulos/triângulos concêntricos irregulares, reticulados (mais ou menos ondulantes), zigue-zague, semi-círculos concêntricos, espirais); "roda".

No caso destes materiais, para os quais não há registo estratigráfico, tornou-se essencial a procura de tipologias e evoluções crono-estilísticas que permitiram compreender melhor a diacronia da deposição do espólio. Dessa procura concluiu-se que as peças do convento de S.Francisco se balizam no século XVII, podendo recuar aos finais do século XVI. Ao mesmo tempo, a presença de determinada faiança conventual estende-nos o espectro cronológico até à 1.ª metade do século XVIII (Torres, 2011).

ESPÓLIO. PORCELANA

Este conjunto está apenas representado por 19 fragmentos, facilmente detectáveis pela particularidade da sua pasta e vidrado. A pasta assenta na combinação de *petuntse* (quartzo e feldspato) e o *kaoling* (ou caulino), revestida depois de um vidrado branco neste caso, azulado (ora baço ora brilhante), sobre o qual se aplicou o azul (desde um azul mais intenso até outro quase cinzento).

De entre as formas identificadas temos pratos e tigelas: 14 fragmentos de pratos (correspondendo a 13 peças distintas) e 4 fragmentos de tigelas. Neste pequeno espectro de porcelanas encontrámos paralelos nas produções da dinastia *Ming*, nomeadamente para o período entre o reinado *Zhengde* (1506-1521), *Jiajing* (1521-1566), *Longqing* (1566-1573), e *Wanli* (1573-1619).

Relativamente às temáticas decorativas, devido à fragmentação das peças, foi-nos apenas possível detectar os seguintes elementos: **flor de lótus**, um dos oito emblemas budistas, e símbolo de pureza; **pêssego**, fruto sagrado taoista, e símbolo de casamento e imortalidade; **jóia**, um dos oito objectos preciosos, e símbolo de feliz augúrio; **dossel**, um dos oito emblemas budistas; símbolo relacionado com as recepções oficiais; **rochedo**; **cavalo**, símbolo de velocidade e perseverança; **leão**, símbolo de poder e sabedoria de Buda ou ***qilin***, um dos quatro animais sobrenaturais, e símbolo de "*doçura,*

longevidade, felicidade, ilustre progenitura, verdade e administração sábia" (Matos, 1996), **garça**, (par) símbolo de longevidade.

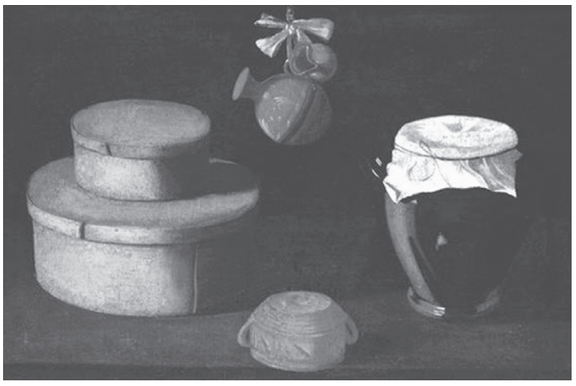
Se os períodos de produção estão relativamente bem definidos, o mesmo não acontece no enquadramento cronológico da sua importação, consumo e utilização. O seu reduzido número (17 peças de porcelana num universo artefactual de mais de 4.000 fragmentos) leva-nos a supor que eram de posse e uso individual, o que pressupõe que tivessem um maior tempo de utilização, não só pelo seu valor venal, como pelo seu valor estético e até emocional.

DO OBJECTO ARQUEOLÓGICO AO OBJECTO QUOTIDIANO. CONSUMOS

Porque se quer um constante diálogo entre artefacto e documento, terminamos centrando-nos na utilização dos objectos, estabelecendo uma interligação com o quotidiano material desta comunidade de frades. Pelos dados estatísticos que fomos apresentando, concluímos que os três tipos de cerâmica presentes se destinam de um modo geral a diferentes funções.

Na **cerâmica vidrada** as formas mais recorrentes são os alguidares, os potes e panelas que perfazem cerca de 2/3 do conjunto. Em muito menor número aparecem os servidores, pratos, tigelas e jarro. Assim, nesta comunidade, estas peças destinar-se-iam primeiramente à preparação dos alimentos, aos cuidados de higiene, e ao armazenamento específico de certos produtos.

No caso particular dos potes, creio ser pertinente a sua associação à conserva de caldas de fruta. Para suportar esta ideia, recorremos às pinturas de Josefa de Óbidos (1630-1684), em que encontramos representados inúmeros recipientes similares aos deste conjunto para conserva de alimentos, tapados por um pano[7] e encerrados por um pequeno cordel (fig. 5).



5. Quadro de Josefa de Óbidos, séc. XVII.

7. Este colocar-se-ia facilmente devido às características linhas em relevo na zona do bordo destes potes/panelas (fig. 6).

Também outras fontes nos remetem para esta relação tão estreita, nomeadamente o *Inventário dos bens de D. Teodósio I,* de 1564[8]. Neste inventário é feita referência às muitas conservas em caldas de açúcar e mel, dos mais variados frutos, que nos surgem armazenadas em potes e panelas vidradas.

"*Jtem* Trinta E sete panellas E azados Vidrados Vasios Vzados E tres panellas brancas E estas Vasilhas sam afora as que tem as comseruas..."

Esta citação evidencia claramente a existência de potes e panelas vidradas vazias na botica, que estariam armazenados para quando a conserveira da Casa precisasse deles.

Ora, estas descrições e representações fazem-nos supor que neste contexto conventual, este tipo de cerâmica se encontraria principalmente na zona da cozinha. Por um lado, os alguidares que se utilizavam muito na preparação dos alimentos para as refeições; e por outro, os potes e panelas na provável acomodação de caldas de fruta, mel e frutos secos.

No caso da **"faiança branca"**, esta era utilizada no serviço à mesa dos frades, como objectos individuais e não comuns, ou seja, à mesa cada frade teria o seu prato ou a sua tigela para o conduto (dependendo se tivesse mais ou menos caldo), a sua salseira para temperos, e eventualmente o seu covilhete (XVIII) para doces. Fogem a esta regra, formas como grandes tigelas, que teriam precisamente a função de levar alimentos à mesa, dos quais os frades depois se serviriam.

Tal como a "faiança branca", também a **"conventual"** e **"listada"** teria os mesmos propósitos da primeira. A grande diferença poderá estar na sua finalidade, podendo ser possivelmente produto de encomendas específicas que o convento faria às olarias. Nestes dois casos aparecem por vezes legendas/inscrições, que podiam muito bem ser encomendadas por altura de um acontecimento mais importante, como por exemplo os capítulos da Província[9], ou mesmo para dar uso em alguma área específica do convento[10].

No caso da **"faiança decorada"**, apesar das formas se manterem relativamente constantes na sua maior incidência (pratos e tigelas), há uma maior variedade. Como uma travessa que serviria à mesa; alguns jarros e pratos fundos que podiam auxiliar o serviço da mesa, mas também nos cuidados de higiene (bacias).

8. http://cham.fcsh.unl.pt/teodosio.html.

9. Temos fragmentos de duas peças que parecem indicar a data de 1738 relacionando-a com um Capítulo (Capto). Assim, e porque os dois pratos parecem ter o mesmo tipo de vidrado, um vinoso quase negro, parece-me que se podiam tratar de pratos "comemorativos" que deviam assinalar um Capítulo Provincial no ano de 1738.

10. Como fosse a enfermaria, capelas ou mesmo no Hospício da Terra Santa.

Os castiçais para alumiar celas particulares ou espaços comuns, como as capelas; e os boiões para guardar pequenos objectos, essências ou mezinhas.

Também a presença de diferentes motivos decorativos faz com que esta seja uma louça para ser vista, o que podia também multiplicar o leque de utilizações a si adstritas. Tendo em conta a quantidade de peças decoradas encontradas e comparando-a com a quantidade dos outros grupos de peças, não encontro razões para achar que estas não estariam acessíveis a todos os frades do convento. Isto quer dizer que neste conjunto é possível que a maior parte das peças tenha sido a Casa a adquirir; podendo existir peças, possivelmente de melhor qualidade ou com temáticas decorativas específicas que fossem de aquisição individual.

É ainda admissível que a utilização deste tipo de faiança se reservasse ou a espaços ou a ocasiões de algum modo especiais, como os Capítulos ou períodos de festa para a Igreja (Natividade, Páscoa…).

Não posso terminar, sem deixar de ressalvar que estas conclusões têm por base um espólio muito pequeno face àquilo que seria toda a cerâmica consumida por uma comunidade que tinha em média mais de 100 irmãos (número válido tanto para o século XVI como para o XVII e XVIII); e cuja capacidade económica podia patrocinar a compra de grandes quantidades de faiança mesmo para o uso em espaços comuns.

Daí não acreditar na ideia de que, só por que o número de peças aqui é reduzido, estas peças seriam necessariamente pertença das pessoas de maior estatuto socioeconómico do convento. Esta é uma ideia muito presente na historiografia actual, mas cada vez mais contrariada pelos novos dados arqueológicos, e deslindar de nova documentação histórica.

Na verdade, devemos encarar este espólio como um *microcosmos* da realidade de todo o convento, e fazer os devidos ajustes. Se tivermos em linha de conta, por exemplo, os livros de contas do convento, sabemos que entre 1760 e 1761, a Casa comprou "85 dúzias de pratos, pires e tigelas, pratos grandes, e 22 frigideiras no valor de 16$610"[11]; entre os anos de 1761 e 1763, sabe-se que o próprio responsável pelo refeitório, Frei da Conceição, comprou 92 copos de cristal, e "153 duzias de louça, e alguns alguidares" no valor de 29$190[12]; já entre os anos de 1765 a 1766, a compra de louça ascendeu aos 32$540. Ou seja, num intervalo de cerca de 5 anos a casa consumiu muita "louça" (pode assumir-se que parte desta fosse cerâmica comum, vidrada, e esmaltada a branco, com ou sem apontamentos decorativos), normalmente adquirida em grandes quantidades para suprir as necessidades de um convento com cerca de 100 frades.

Finalmente, há que mencionar as porcelanas que são nitidamente uma aquisição particular, seja por terem sido trazidas aquando da integração no convento de um determinado frade, seja por sua aquisição já estando no convento (nunca descartando a hipótese de se poder tratar também de uma oferta a título pessoal).

Em qualquer dos casos, estaremos perante frades com alguma capacidade económica (oriundos ora de grupos sociais elevados ora também de "gente do meio"). Esta conclusão assume-se pela ínfima quantidade de porcelana presente que seria assim, utilizada em momentos ocasionais de algum modo relevantes para o seu possuidor (até porque estas apresentam marcas de utilização, ou seja, não eram simplesmente para expor).

De destacar ainda que a transcrição e tratamento da documentação histórica, como os inventários orfanológicos têm moldado a ideia de que a porcelana chinesa é por princípio um artigo de luxo. Na realidade, a partir da segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII, a porcelana torna-se bastante mais comum e acessível a mais estratos sociais; até porque a qualidade da porcelana que é comercializada decai bastante (lembremo-nos da *Kraak porselein*), quando comparada com as primeiras porcelanas do início do século XVI.

Isto pode comprovar-se ainda pela existência de avaliações destes objectos em inventários, que podem ser facilmente comparadas com, por exemplo, os salários base de alguns trabalhadores na mesma época. Assim, por exemplo no inventário do alcaide-mor de Arroiolos, de 1572, uma porcelana chinesa azul e branca, custa 80 reais, ao passo que uma porcelana maior mas vermelha e verde, custa 120 reais (Fonseca, 2010, p. 101-121). Ora se considerarmos que em 1586, em Lisboa, um trabalhador especializado (pedreiro ou carpinteiro) ganhava 160 réis/dia e um trabalhador indiferenciado 80 réis/dia, então compreendemos que há pelo menos a capacidade prática de aceder a estes produtos[13].

Em suma, os objectos que temos aqui não são objectos de luxo, nem a cerâmica vidrada, nem a faiança nem a porcelana chinesa. Em todo o caso, provavelmente os que adquiriam porcelana e faiança decorada de alta

11. Apesar de o texto não indicar o material, este é dedutível, pois o item inventariado a seguir a este é a louça de estanho e cobre. Assim, apenas as frigideiras deveriam ser de cerâmica comum, enquanto que a restante seria faiança. Cf. "Título das Obras que fez a Comunidade", in *Jnventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lizboa desde o Capitulo celebrado em 4 de Junho de 1760 pera hir a Congregaçam que se ha de celebrar em 19 de Dezembro de 1761 no sobre dito Convento…*, fl. 26v.

12. *Jnventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade…*, fl. 26v.

13. A única nuance que devemos ter em conta é o facto destes trabalhadores gastarem a sua jorna primeiramente com bens de primeira necessidade que eram substancialmente dispendiosos. Daí estas peças estarem mais facilmente acessíveis a grupos intermédios que já conseguissem suprir bem esta necessidade.

qualidade (caso o fizessem a título particular), não eram com certeza elementos de um estrato socio-económico baixo.

Mas porque estas peças têm também um espaço ao qual estão associadas, podemos extrapolar de forma cautelosa os espaços do convento onde poderíamos encontrá-las, antes de terem sido inutilizadas e acumuladas na lixeira.

Assim, os potes e panelas de cerâmica vidrada estariam arrumados com as suas conservas na despensa associada à cozinha e refeitório do convento. Já os pratos, tigelas e jarros de cerâmica vidrada estendem-se entre o espaço da cozinha e do refeitório, concentrando-se na preparação dos alimentos.

Os alguidares estão em espaços ligados à cozinha, na preparação dos alimentos, mas também nas actividades relacionadas com cuidados de "higiene", como a lavagem de louça ou roupa. Muitos dos alguidares, sendo de pequenas e médias dimensões podiam ainda servir de bacias para higiene pessoal (lavagem de pés, mãos, cabeça ou barba), podendo estar nas celas de cada frade ou em zonas comuns, como perto do refeitório, para lavagem de mãos antes das refeições.

Os pratos e tigelas de "faiança branca" (fig. 11) e "faiança conventual" (fig. 12) estão quase exclusivamente ligados ao serviço de mesa do refeitório. Já a **faiança decorada**, (fig. 13) que conta com pratos (que estariam também na zona do refeitório), pratos fundos quase como pequenos alguidares, tigelas e tigelinhas, jarros e castiçais, deveriam estar por vários espaços do convento, pois sendo peças esteticamente belas eram preferencialmente escolhidas para estar visíveis, como nas capelas e em outros espaços comuns.

Por último, era importante perceber o que estava a ser consumido dentro destes objectos cerâmicos. O século XVIII providencia-nos uma fonte inestimável, para os anos de 1728 a 1731, onde são apontadas todas as despesas que o Hospício da Terra Santa (parte integrante deste convento) fazia.

Claro que, como para outros períodos, temos de perceber que no que respeita às despesas de alimentação, estas nem sempre são equivalentes ao que era consumido, pois o convento possuía uma zona de horta, já mencionada em fontes desde a Idade Média, e permanecendo (não sabemos se sendo sempre constante) até ao século XVIII, comprovando-se pela despesa que se fazia para contratar o hortelão, que recebia por 11 meses de trabalho 6$600[14]. A actividade de cultivo próprio, alargar-se-ia provavelmente à manutenção de capoeira e eventualmente um pequeno curral, pela menção que é feita na Relação do incêndio de 1741 de um "chão das galinhas", mas também pela pouca aquisição de carne de aves nas despesas do Hospício da Terra Santa. Considera-se assim que, a existência destas instalações se apoiava na ideia de auto-subsistência, não era ainda assim suficiente, daí a necessidade de comprar a maior parte dos alimentos.

Com efeito, quase sempre mencionado em primeiro lugar na lista de despesas, o pão destaca-se como um dos principais provimentos na alimentação da Casa. Este era a base da refeição, sendo ele que absorvia o caldo em que as carnes e legumes eram cozinhados. A este segue-se a carne, o peixe, os vegetais, a fruta, os temperos, e até mesmo confeitos.

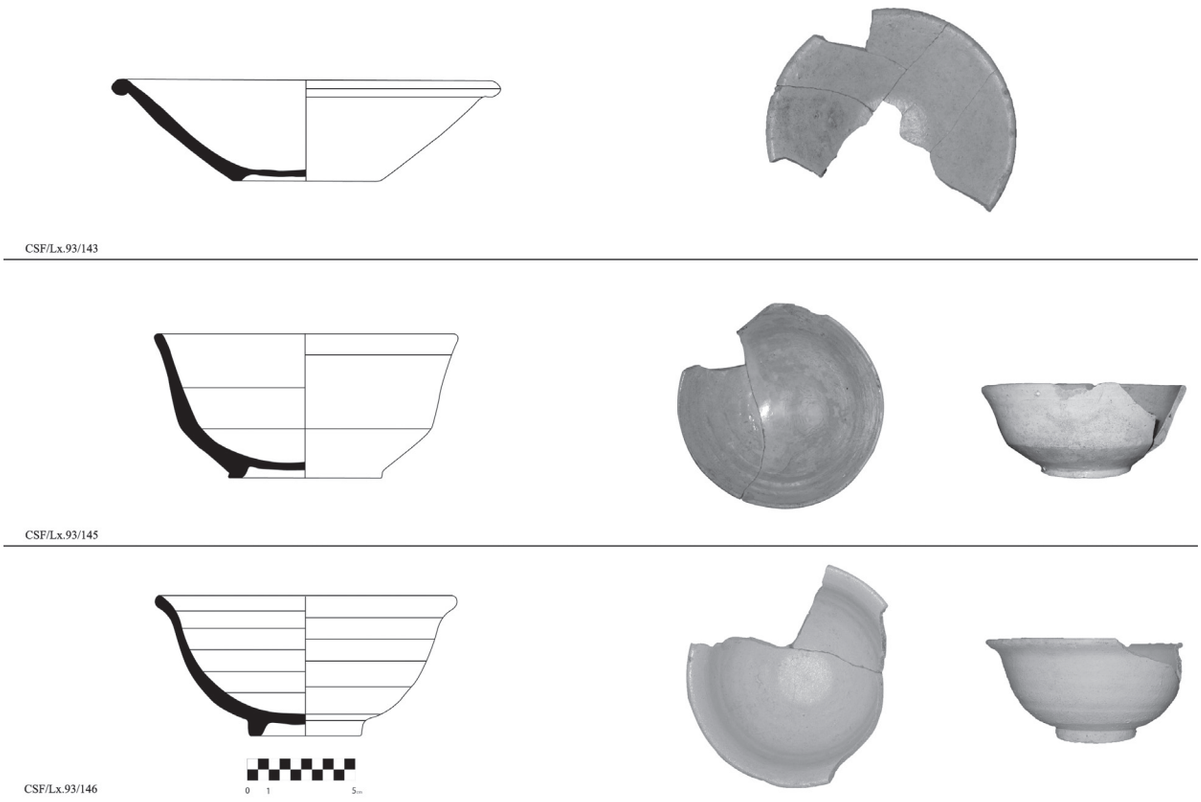
QUADRO 1. Alimentos registados nas despesas dos livros de contas do Hospício da Terra Santa.

Carne	Peixe e moluscos	Vegetais	Temperos	Outros
Vaca	Sardinhas	Arroz	Azeite	Pão
Toucinho	Bacalhau	Feijão frade	Vinagre	Ovos
Carneiro	Pescada	Cebola	Adubos	Queijos
Mãos de carneiro	Amêijoas	Alho	Sal	Pastéis
Porco (marrão)	Berbigões	Nabos	Pimenta	Confeitos
Frango	Lingue	Castanhas		Amêndoas
Galinha	Peixe seco	Favas		
Peru		Pepino		
Focinhos (de porco)		Chicória		
		Grão		
		Ervilhas		
		Alfaces		
		Beldroegas		

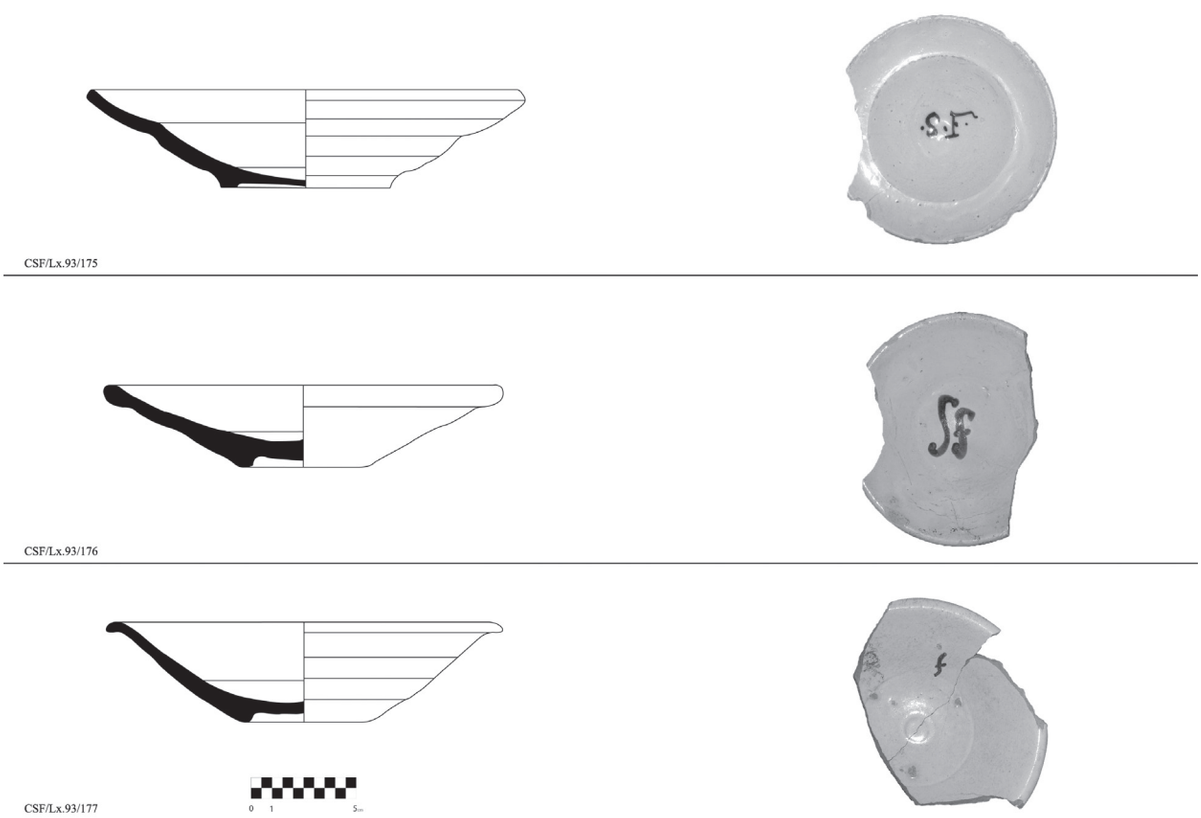
Neste quadro, destaca-se o grande consumo de carne de vaca e de carneiro, a par do peixe fresco (as sardinhas são muitas vezes mencionadas, ainda que na maior parte das vezes seja utilizada a designação geral de "peixe"); nos vegetais surgem o arroz, o feijão frade, a cebola e os alhos de forma mais recorrente. O azeite, o vinagre, o sal e os ovos são também repetidamente comprados.

Devemos ainda acrescentar a estes, o consumo de fruta fresca e em calda, que mais que uma sobremesa, era um alimento salutar. A ausência deste produto nas despesas do Hospício da Terra Santa pode explicar-se ou pelo fabrico próprio das conservas, ou pelo facto da sua aquisição poder ser feita por outra parte do convento.

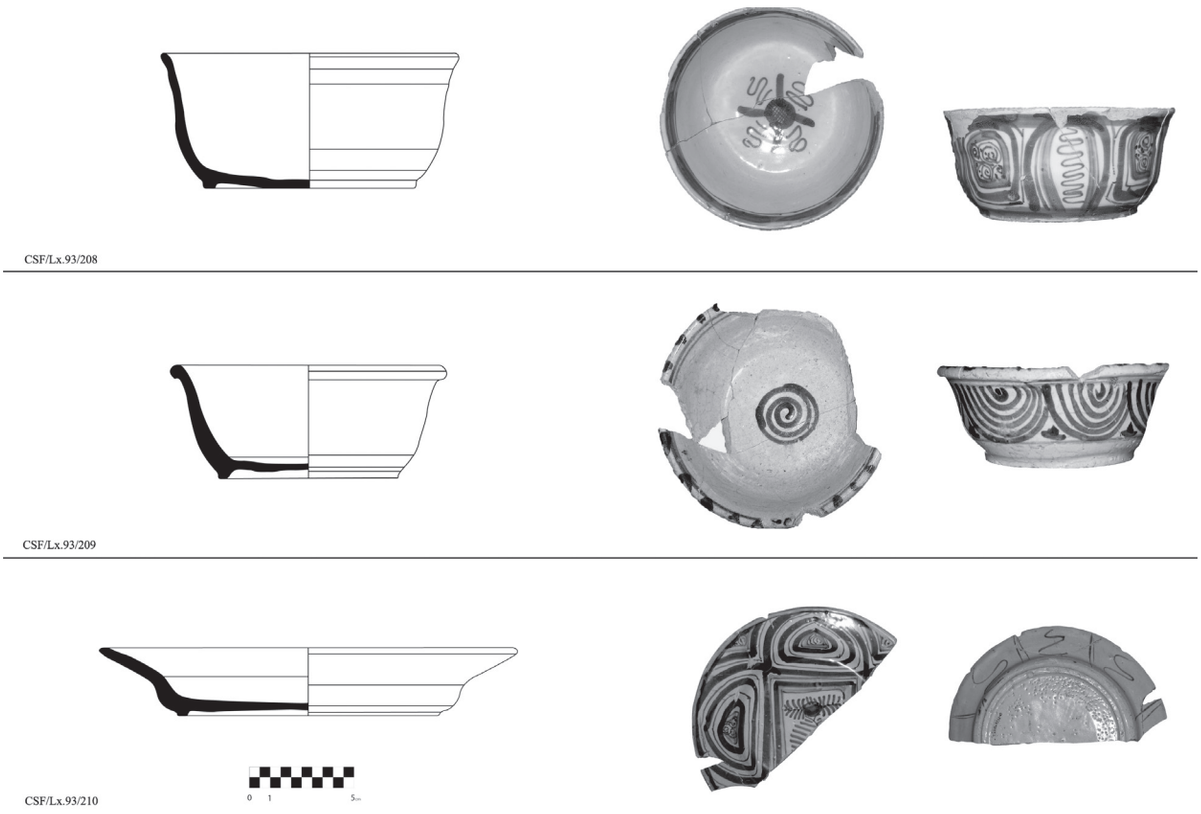
14. "Título das Obras que fez a Comunidade", OFM, Prov. de Portugal, Província, Lv.2, fl. 13v.



11. Faiança branca.



12. Faiança conventual.



13. Faiança decorada.

Os produtos acima mencionados oscilam entre produtos consumidos regularmente, e outros que eram adquiridos para alturas de jejum e abstinência, como na Quaresma e Semana Santa, alturas em que detectamos a compra de alimentos para as colações[15].

Também outras refeições parecem destacar-se nomeadamente a do dia de Todos os Santos, a da Páscoa[16], e a do Natal, que contava extraordinariamente com a compra de peru e confeitos[17].

Para acompanhar as refeições os frades contavam com a água e o vinho, que eram raramente dispensáveis, e ainda com leituras da "*regra, & o testamento de nosso Padre S. Francisco*"[18], que eram feitas regularmente ora em latim, ora em linguagem vernacular.

Assim, termino com uma breve aproximação aos consumos alimentares deste convento pelo cruzamento dos alimentos adquiridos e alguns livros de cozinha do século XVII-XVIII[19]. Deixamo-vos com uma breve lista de cozinhados que poderíamos encontrar à mesa dos frades como: "ervas esparregadas"[20], "peru com arroz"[21], "sopa de caldo da panella"[22], "caldo de galinha para doentes"[23], "berbigões de tigelada"[24], "queijadas de amêndoa" [25], o afamado "manjar branco" [26], e, finalmente, os confeitos que consumiram no Natal de 1730.

15. Para as colações foi comprado peixe fresco, amêijoas, berbigões, mãos de carneiro, frango, galinhas, favas, ovos e queijos. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, tabela 5f, 5h, 5j.
16. Para o dia de Todos os Santos foram comprados perus; e focinhos para o dia de Páscoa. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, tabela 5v.
17. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, 5x.
18. Cf. Apêndice A: *Estatutos Provinciais da Provincia de Portugal…*, Capítulo V, alínea 5.
19. Resolvi contabilizar o livro *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, terminado em 1680; e o *Receitas de milhores doces e de alguns guizados particullares e remédios de conhecida experiencia…*, de Francisco Borges Henriques, na 1.ª metade do século XVII.
20. Utilizava diferentes legumes, com a adição de vinagre e alho. Receita n.º 3 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 88.
21. Utiliza o arroz e peru, bem como cebolas e "adubos". Receita n.º 5 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 89.
22. Caldo que integra entre outras carnes, vaca, carneiro e galinha. Receita n.º 5 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 92.
23. Este caldo de galinha teria com certeza sido uma refeição semelhante à que se elaborou para um frei doente em 1731, no Hospício da Terra Santa (ver tabela 6p). Receita n.º 20 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 99.
24. Uma das maneiras como se podiam fazer os berbigões da colação. Rodrigues, 2001, p. 114.
25. Receita n.º 10 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 90.
26. Doce que incorpora arroz e carnes de aves. Rodrigues, 2001, p. 126.

FONTES MANUSCRITAS

ANTT, OFM, Província de Portugal, Província, Lv. 3, *Hospício da Terra Santa.*

ANTT, OFM, Província de Portugal, S. Francisco de Lisboa, Lv. 11, *Jnventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lizboa.*

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 6820, *Processo de João de Góis* [28.07.1561 a 08.02.1562].

BNP, Códice 289, *Inventário do noviciado e dos moveis que nelle [Convento de São Francisco de Lisboa] se achão*, 1781-1807.

FONTES IMPRESSAS

FARIA, M. S. de (2003) – *Notícias de Portugal*, notas de Francisco Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri.

LEÃO, D. N. de (2002) – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei nosso Senhor no ano de 1565. Lisboa: CML, 1948.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C.; LOURENÇO, F. e RAMALHO, M. (1995) – As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade, in *OBRAÇOM. Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 37-42.

BARREIRA, P.; DÓRDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII, in *Actas das 2.as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 145-184.

BARTELS, M., (2003) – A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise socioeconómica baseada nos achados arqueológicos, in *Património. Estudos*, n.º 5. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 70-82.

BENTO, A. M. dos R. (2009) – *A Porcelana kraak na Colecção Telo de Morais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [Texto Policopiado].

BRAGA, I. M. R. M. D. (2004) – *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*. Sintra: Colares Editora.

CALADO, M. (2000) – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes/Universidade de Lisboa.

CALADO, R. S. (1992) – *Faiança portuguesa: sua evolução até ao início do séc. XX*, Lisboa, Correios de Portugal, Direcção de Serviços de Filatelia.

CALADO, R. S. (1993) – A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa do século XVII, in *Oceanos. Porcelanas e Mares da China*, n.º 14. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 76-83.

CALADO, R. S. (2003) – *Faiança portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro: século XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais, in *Arqueologia Medieval*, n.º 6. Porto: Edições Afrontamento, p. 111-123.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais, in *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 269-288.

CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. d' (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais), in *Arquivo de Cascais*, n.º 9. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 45-79.

CARITA, H. (1999) – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte.

CARMONA, R. (2005) – *Olaria da mata da Machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal.

CARREIRA, C. (2005) – *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Colecção Estudos e documentos. Edição Câmara Municipal de Torres Novas.

CARVALHO, A. R. e FERNANDES, I. C. (1995) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela, in *Actas das 2.as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.

CASIMIRO, T. M. (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

CASTILHO, J. (1974) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. VIII. Lisboa: s.n.

CASTRO, A. I. de S. S. *e* SEBASTIAN, L. (2008) – Faiança dos século XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca, in *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 325-334.

CASTRO, A. I. de S. S. *e* SEBASTIAN, L. (2008) – A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca, in *al-madan*, II.ª série, n.º 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

CORREIA, V. (1919) – Oleiros quinhentistas de Lisboa, in *Águia*, s. 2, vol. 15, n.º 88-90. Porto: Tipografia da Renasença, p. 166-178.

FERNANDES, I. M. (1998) – Do uso das peças: diversa utilização da louça de barro, in *Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: C.M.

FERREIRA, M. A. e LEAL, C. C. (2006-2007) – Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, in *Portugalia*, nova série, vol. XXVII-XXVIII. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 89-117.

GOMES, M. e GOMES, R. (1995) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, in *Actas das 2.as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 315-348.

Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 anos. Catálogo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

Josefa de Óbidos e o tempo barroco, coord. de Vítor Serrão. Lisboa: IPPC, 1991.

LUNA, I. e CARDOSO, G. (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras, in *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, Associação Património Histórico, p. 99-112.

MAIA, F. P. S. (1993) – À mesa com os monges de Bustelo: algumas regras de conduta, in *Humanística e Teologia*, n.º 14. Porto: Universidade Católica. Faculdade de Teologia.

MANGUCCI, A. C. (1996) – Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho, dos meados do século XVI aos meados do século XVIII, in *Revista Al-madan*, II.ª série, n.º 5. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 155-168.

MARTINS, A. e RAMOS, C. (1992) – Elementos para análise e descrição de produções cerâmicas, in *Vipasca – Arqueologia e História*, n.º 1. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, p. 91-101.

MATOS, M. A. P. de (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

MATOS, M. A. P. de (1998) – Porcelana Chinesa. De presente régio a produto comercial, in *Caminhos da porcelana da Dinastia Ming e Qing*. Lisboa: Fundação Oriente, p. 93-108.

MATOS, M. A. P. de e MONTEIRO, J. P. (1994) – *A influência oriental na cerâmica portuguesa do século XVII*. Lisboa: Sociedade de Lisboa.

MATTOSO, J. (2002) – O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas, in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 243-254.

MONTEIRO, J. P. (2003) – Um prato da Restauração e a opção pelo Oriente na faiança portuguesa do século XVII, in *Oriente*, n.º 7. Lisboa: Fundação Oriente, p. 55.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (2003) – Enquadramento Histórico, in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, coord. de José António Tenedório. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.

QUEIROZ, J. (2002) – *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, Lisboa, Editorial Presença.

RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*., vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RODRIGUES, D. (2001) – *Arte de Cozinha…de 1693*, prefácio de Alfredo Saramago. Sintra: Colares Editora.

SANTOS, M. J. A. (1997) – *A alimentação em Portugal na Idade Média: fontes, cultura, sociedade*. Lousã: Tip. Lousanense.

SANTOS, P. C. (2002) – As porcelanas da China no velho mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, in *Oriente*, n.º 3. Lisboa: Fundação Oriente, p. 56-57.

SANTOS, R. dos (1960) – *Faiança portuguesa, séc. XVI e XVII*. Porto: Galaica.

SEBASTIAN, L. (2011) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI- XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

SILVA, L. C. da (1973) – *A sede da Academia Nacional de Belas-Artes no vetusto edifício do antigo convento de S. Francisco da Cidade: estudos e subsídios diversos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa [01.06.1993-31.08.1993]. Relatório aprovado e disponível à consulta na Biblioteca do IGESPAR.

TORRES, J. B. (2011) – Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

TRINDADE, R. A. A. (2009) – *A Produção de Louça no Reino de Portugal. Século XII aos meados do século XVI. Leitura para uma visão de conjunto* [Texto Policopiado]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SITES

BLUTEAU, R. – Vocabulario Portuguez& Latino… [Em linha]. [Consult. 25 Mai. 2011]. Disponível em http://www.ieb.usp.br/online/index.asp.

Catálogo de Colecções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm

OS PAINÉIS DE AZULEJO DO ADRO DA IGREJA DE SÃO SIMÃO (AZEITÃO)

MARIANA ALMEIDA Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve
EDGAR FERNANDES Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

RESUMO A Igreja de São Simão, cabeça da freguesia homónima da região de Azeitão (Setúbal), foi fundada pelo fidalgo português Brás de Albuquerque (filho de Afonso de Albuquerque, o Terríbil), em 1570. Possui actualmente, no seu interior, uma colecção significativa de painéis de azulejos policromos datados, grosso modo, de meados do século XVII – um dos quais ostenta a data de 1648.
Também o adro desta igreja, estrutura quadrilátera com cancelas, possui o mesmo tipo de revestimento, composto por 22 painéis de diferentes dimensões e morfologias. Todavia, não se conhecem bem as condições que presidiram à colocação dos azulejos, subsistindo ainda na mente dos locais algumas dúvidas relativas à cronologia que poderá ser atribuída àquele momento. Percebe-se, ainda assim, que muitos dos padrões identificáveis no adro ocorrem também dentro do templo.
Sabe-se que a Igreja de São Simão sofreu algumas reformas decorativas no seu interior, ao longo dos tempos. Apesar de a sua estrutura interna aparentar não ter sido grandemente danificada com o Terramoto de 1755, ocorreu importante remodelação do espaço em 1959, a qual terá transfigurado zonas do templo. Interrogamo-nos, assim, sobre se os azulejos presentes no adro não poderiam ter saído do interior da igreja, após uma qualquer modificação realizada, tendo sido posteriormente aproveitados. Ainda assim, não podemos desprezar a possibilidade de as quintas em redor da Igreja de São Simão (Quinta da Bacalhôa e Quinta das Torres, referências de decoração azulejar da segunda metade do século XVI) terem fornecido ao adro alguns ou todos os elementos decorativos. O presente estudo pretende analisar a decoração do adro da Igreja de São Simão de Azeitão a partir de uma dupla perspectiva, ordenada do seguinte modo: aferição dos vários motivos presentes e respectivas cronologias; compreensão do local original de implantação dos azulejos.

PALAVRAS-CHAVE Igreja de São Simão, adro, azulejos modernos, azulejos industriais, recolocação

1. INTRODUÇÃO[1]

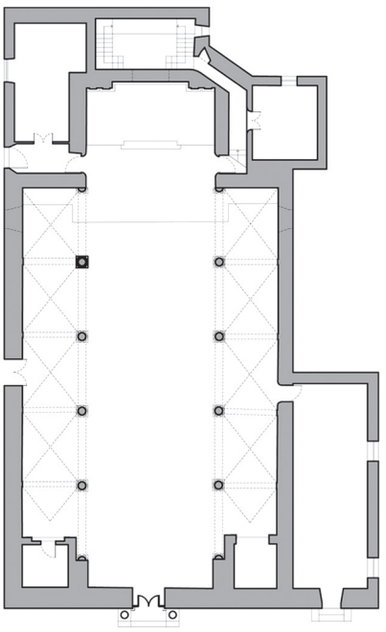
O trabalho que publicamos nas actas do Congresso Internacional de Arqueologia Moderna e que apresentámos como comunicação no referido evento prende-se com o estudo dos painéis de azulejo presentes no adro da Igreja de São Simão de Azeitão. Este templo cristão localiza-se na freguesia homónima da região de Azeitão, concelho e distrito de Setúbal, e apresenta fundação com data de 1570, da responsabilidade do fidalgo português Brás de Albuquerque – filho de Afonso de Albuquerque, *o Terríbil*, governador do Estado da Índia entre 1509 e 1515.

O adro desta igreja, estrutura quadrilátera com cancelas e encabeçada por um cruzeiro com data de 1742, possui o mesmo tipo de revestimento, composto por 22 painéis de diferentes dimensões e morfologias. Percebe-se, à primeira vista, que muitos dos padrões identificáveis no adro ocorrem também dentro do templo.

No seu interior, a Igreja de São Simão possui uma colecção de azulejos policromos de cronologia que consideramos mista: uns, originais, datam *grosso modo* da primeira metade do século XVII; outros, cópias imitando os originais, terão sido produzidos já no século XX. Sabe-se que ocorreu importante remodelação do espaço em 1959, a qual terá transfigurado zonas do templo e substituído exemplares daquela decoração cerâmica parietal. Interrogamo-nos, assim, sobre se os

1. Queremos exprimir os nossos agradecimentos a Sua Excelência Reverendíssima, D. Gilberto dos Reis, bispo da Diocese de Setúbal, e ao Rev. Padre Luís Matos Ferreira, pároco de São Simão de Azeitão, pela autorização para o estudo dos azulejos do adro e da igreja; ao Sr. Joaquim Oliveira, pela gentil cedência da monografia que elaborou, após aturado estudo, sobre a Freguesia de São Simão; à Dr.ª Carina Gomes (Bacalhôa – Vinhos de Portugal), pela visita guiada que nos fez à Quinta da Bacalhôa; ao Arqt.º Nuno Marôco e associados do atelier M3 – Arquitectura e Consultadoria, pela planta da Igreja de São Simão que nos forneceram e por outras indicações relevantes para a boa execução deste artigo; ao Prof. Doutor Jorge Custódio (FCSH-UNL), que amavelmente se dispôs a responder às questões que lhe colocámos sobre características distintivas das produções industriais de azulejo; ao Mestre Miguel Valério (Universitat de Barcelona), pela leitura e recomendações pertinentes que fez em relação ao nosso texto; e à Dr.ª Joana Gonçalves (IAP-UNL/UAlg), pelo auxílio que nos proporcionou na execução das estampas.

1. Vista da fachada da Igreja de São Simão, em Vila Fresca de Azeitão.



2. Planta da Igreja de São Simão, elaborada pelo gabinete de arquitectura M3. O Norte localiza-se exactamente na direcção do canto inferior direito da planta, estando a capela-mor voltada a Sudoeste.

azulejos presentes no adro – quer modernos, quer contemporâneos – não poderiam ter então saído do interior da igreja, tendo sido posteriormente aproveitados. Ainda assim, não podemos desprezar a possibilidade de as quintas da Bacalhôa e das Torres, referências de decoração azulejar da segunda metade do século XVI, bem como o Palácio dos Duques de Aveiro terem também fornecido ao adro alguns dos elementos decorativos.

O presente estudo pretende analisar a decoração do adro da Igreja de São Simão de Azeitão a partir de uma dupla perspectiva, ordenada do seguinte modo: aferição dos vários motivos presentes e respectivas cronologias; identificação do local original de implantação dos azulejos.

2. METODOLOGIAS

Para realizar o trabalho a que nos propusemos, recorremos a um conjunto de métodos muito distintos, que passaremos a enunciar, de acordo com as fases do estudo que delineámos anteriormente.

Primeiramente, é imperativo distinguir azulejos modernos de azulejos industriais. O objectivo não será, contudo, isolá-los e apartá-los da nossa amostra. O adro da Igreja de São Simão, como actualmente se observa, é uma edificação contemporânea, apenas possível devido ao uso de materialidades derivadas da Revolução Industrial, tais como o cimento. Também a sua decoração é devedora de produções cerâmicas industriais, muito embora sejam azulejos que copiem,

3. Pormenor do interior da igreja, em que se pode observar a diferença entre os azulejos industriais na metade inferior e os modernos na metade superior.

4. Imagem do cruzeiro com a data de 1742.

5. Vista geral do adro da Igreja de São Simão, em que se pode ver a Casa da Índia da Quinta da Bacalhôa em pano de fundo.

com mais ou menos precisão, motivos modernos. Daí que nos pareça imperativo proceder também ao seu estudo, de modo a que não se perca de vista o processo que possibilitou a ornamentação do adro, em 1959. Os critérios que presidem à identificação dos azulejos industriais são os seguintes: cores mais vivas, porque distribuídas mais homogeneamente sobre a placa cerâmica; brilho do esmalte a fazer lembrar produções de porcelana; maior homogeneidade do esmalte e menor ocorrência de alvéolos, devido a novos processos de cozedura; toque mais acetinado, semelhante ao da porcelana; e, em alguns casos, aspecto mais pixelizado da decoração . Convém referir que a análise incidirá separadamente sobre os azulejos modernos e os azulejos industriais, procedendo-se depois ao cruzamento dos dados, com vista a conclusões sólidas.

Em segundo lugar, para identificar os motivos presentes em cada azulejo do adro, tornou-se indispensável a consulta do trabalho mais exaustivo até agora realizado sobre azulejaria portuguesa seiscentista, que é da autoria de João Miguel dos Santos Simões e se intitula *Azulejaria em Portugal no século XVII*. Apesar de contar com mais de quatro décadas de existência, esta obra, executada ao nível da História da Arte, constitui incontornável referência para o estudo do azulejo português, independentemente da abordagem científica que se utilize e que, no nosso caso, é a da Arqueologia. No entanto, existem abundantes problemas no que respeita às datações que apresenta para diferentes motivos decorativos. Se para a faiança portuguesa têm aparecido relevantes trabalhos contendo organizações crono-estilísticas baseadas em registos arqueológicos com elevado grau de fiabilidade, o mesmo não se pode dizer do azulejo. Todavia, não cabendo executar semelhante labor neste contexto, adoptaremos as datações histórico-artísticas aferidas por Santos Simões, ainda que de modo crítico, assim como atribuiremos aos nossos padrões as denominações criadas por este autor.

Por último, será necessário perceber quais as áreas da Igreja de São Simão que foram intervencionadas em 1959, relativamente à substituição de azulejos modernos por exemplares de fabrico industrial. Será também importante compreender quais as causas subjacentes à queda ou remoção daquelas peças decorativas e ao consequente assentamento das suas congéneres contemporâneas.

3. A IGREJA DE SÃO SIMÃO: BREVE HISTÓRIA DO EDIFICADO

A Igreja de São Simão de Azeitão foi fundada pelo fidalgo português Brás de Albuquerque (1500-1581), também conhecido pelo nome do seu pai, o célebre Afonso de Albuquerque, *o Terribil* (1462?-1515), que adoptou após a morte deste último. O processo de fundação deste templo ocorreu durante o ano de 1570, entre a intenção de Brás e o seu compromisso de padroado, a 9 de Julho, e a autorização do rei D. Sebastião (r. 1557--1578), como governador da Ordem de Santiago, a 26 de Setembro (Oliveira, 1995, p. 51, 58).

O novo edifício religioso implantou-se sobre uma antiga ermida, dedicada também a São Simão, que aparece

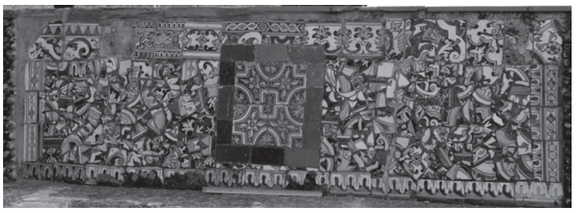
2. No que se refere a este ponto, seguimos as indicações sugeridas pelo Prof. Doutor Jorge Custódio (FCSH-UNL), no que se refere à identificação de azulejos industriais. Ainda assim, a responsabilidade da transposição das suas palavras para este artigo é apenas nossa.

referida em visitações efectuadas por membros da Ordem de Santiago, em 1516 e 1553. Menciona-se, acerca desse pequeno templo primitivo, que seria de grande antiguidade e que o seu altar seria de alvenaria forrada a azulejos (*ibidem*, p. 115-116) – que só poderiam ser hispano-árabes ou de enxaquetado.

A igreja actual é composta por uma cabeceira rectangular e um corpo dividido em três naves de cinco tramos. Teria quatro torres, derrubadas pelo Terramoto de 1755 e descritas pelo pároco da freguesia, Pe. Manuel de Távora, em 1758. Uma seria uma torre sineira, outra seria torre de relógio e as duas restantes são denominadas «fantásticas». Destas quatro, duas houve que caíram e as outras ficaram severamente danificadas (*ibidem*, p. 121-122). Toma-se consciência da existência destas construções através de dois elementos: um processo judicial decorrido entre 1765 e 1768 para reedificação da igreja tal como era antes do Terramoto, após o qual se decidiu reconstruir apenas uma das torres (*ibidem*, p. 124); e também a observação dos volumes exteriores da igreja, bem como das suas plantas, onde se identifica nitidamente a presença desses quatro elementos, mais ou menos disfarçados.

6. Painel 2.

7. Painel 7.

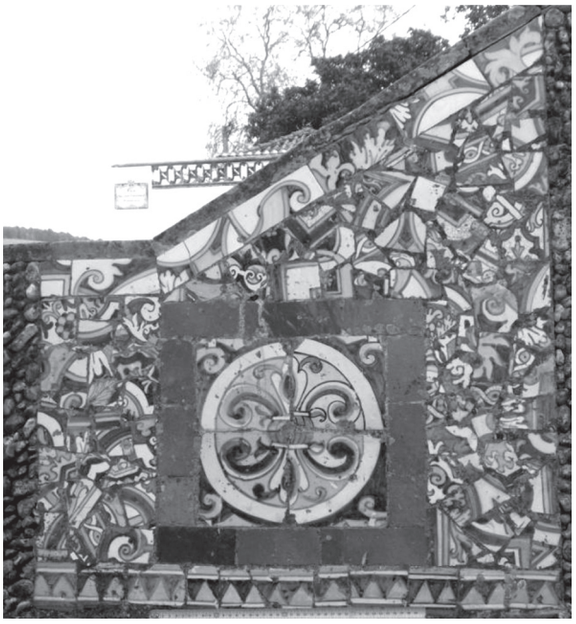


8. Painel 17.

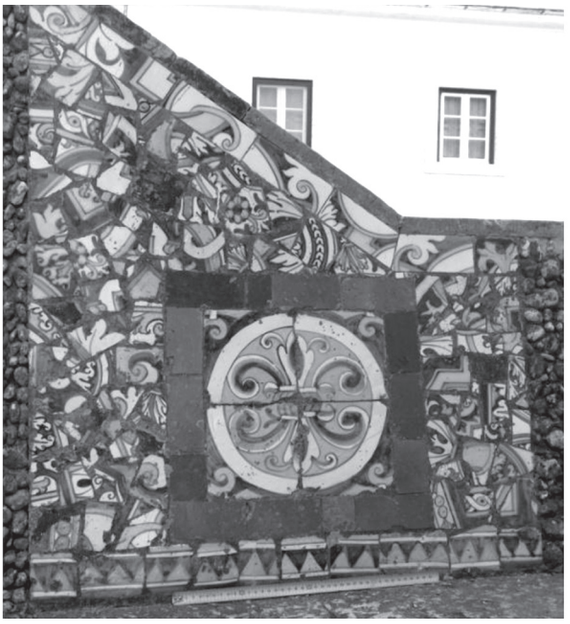
4. O ADRO DA IGREJA DE SÃO SIMÃO

A Igreja de São Simão possui, a Nordeste, um amplo adro sobreelevado relativamente ao terreno envolvente e à mesma cota do templo. A configuração deste espaço é sub-rectangular e o seu perímetro interno é de 61,35 m. Possui dois portões de ferro forjado, que se localizam a Noroeste e a Sudeste.

A data de construção desta estutura, como hoje se conserva, é incerta, sendo possível pensar-se que não seja contemporânea da fundação da igreja. O que é certo é que, em algum momento da História, o adro que hoje se observa foi edificado e que cumpriu o seu propósito



9. Painel 19.



10. Painel 20.

de enterramento de fiéis, tendo sido encontrados restos osteológicos e pedaços de ataúdes, durante obras de transformação do espaço. Sabe-se, no entanto, que este possuiria uma configuração próxima da actual e que estaria já sobreelevado perto de meados do século XVIII, devido à existência, diante da porta principal da igreja, de um cruzeiro com a data de 1742.

Em redor do adro, delimitando-o juntamente com o cruzeiro, corre um banco de calcário com costas de cimento encimadas por tijoleira. Na parte interior da estrutura, o cimento foi coberto por azulejos, inteiros e fragmentados, e seixos rolados. Em termos de Arqueologia da Arquitectura, se, por um lado, nunca se realizaram escavações arqueológicas no adro que permitissem avaliar as suas várias fases de construção, por outro, tanto o interior como o exterior estão revestidos, respectivamente, quer por azulejos e seixos rolados, quer por cimento e cal. Após observações, achamos que a pedra constitui o limite original do adro, enquanto o cimento e a tijoleira são adições ulteriores.

5. OS AZULEJOS DO ADRO DA IGREJA DE SÃO SIMÃO

O conjunto azulejar do adro da Igreja de São Simão é formado por vinte e dois painéis intercalados por conjuntos de seixos rolados, que se encontram em toda a zona descrita no ponto anterior. A área total ocupada pelos 176 azulejos inteiros e 3170 fragmentos é de cerca de 15,85 m^2. Apenas 175 azulejos e 2195 fragmentos mantêm decoração e técnica de produção identificáveis. Deve referir-se que o painel 12 mantém apenas quatro fragmentos de canto, por ter sido destruído com a queda de um ramo de árvore, no Inverno de 2004.

Dezoito painéis são quadrangulares e os restantes quatro, que ladeiam os portões, são pentágonos altamente irregulares, constituídos por um rectângulo encimado por um triângulo rectângulo. Transversal a todos é a organização interna, que tende para a centralidade e simetria, valorizando-os esteticamente. Assim, percebe-se que houve aproveitamento das potencialidades originais de alguns azulejos e adaptação de outros, com vista à execução de um plano predefinido. A organização externa dos painéis diz-nos que a implantação parece ter começado a partir do cruzeiro, em duas frentes, uma das quais relativamente mais curta do que a outra. Deu-se preponderância à alternância entre enxaquetados azuis e brancos rodeando os motivos centrais, salvo no caso do nosso painel 7 – que não possui esse tipo de peças, mas que também não afecta o panorama geral que descrevemos. Em certos casos, como nos painéis que ladeiam os portões, não se utilizaram sempre frisos e cercaduras para as suas funções primitivas. Cortaram-se azulejos de padrão para esse efeito, tal como se usaram os elementos atrás mencionados no interior dos painéis, fragmentados ou como motivos centrais compósitos.

Como se disse na introdução e seguindo os dados a respeito da constituição do adro, pensamos que esta decoração foi introduzida na estrutura aquando de remodelações efectuadas no interior da igreja, em 1959, das quais existem testemunhos orais na paróquia e registos escritos produzidos pela antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Executaram-se várias transformações, entre as quais remodelações azulejares que respeitaram, à partida, as decorações existentes no templo, copiando-as. Consegue perceber-se facilmente que fiadas de azulejos da igreja correspondem a cópias industriais, devido à vitrificação do esmalte. Observa-se, de igual modo, que apenas as partes inferiores das paredes foram intensamente remodeladas, devido à absorção de humidade do solo e consequente degradação dos revestimentos[3].

Não sendo possível, neste trabalho, pormenorizar a descrição dos vários painéis, remetemos essa informação para uma tabela que fará corresponder a cada painel os padrões e o número de peças nele existentes. Mais relevante será o estudo da proveniência dos azulejos. Seguiremos, como dissemos antes, o princípio de distinção entre azulejos modernos e azulejos industriais. Contam-se, entre os 2370 exemplares identificáveis, 1461 modernos contra 863 industriais e 46 cujo tamanho exíguo não permitiu distinguir a técnica produtiva. Em relação aos azulejos modernos, percebemos que 1003 peças (68,65%) têm paralelos *in situ* na igreja, enquanto 406 (27,79%) encontram equivalentes *ex situ* no mesmo templo – sendo que a sua colocação no interior deste edifício e os relatos orais revelam a sua origem exógena relativamente ao local onde actualmente se encontram. Por fim, 52 peças (3,56%) não possuem paralelos na Igreja de São Simão.

O motivo mais frequente nos azulejos modernos do adro é P-604 (19,23%), que apresenta mais do dobro da percentagem daquele que se lhe segue, F-13 (9,45%). Acima de 5% encontramos ainda os motivos C-1 (8,97%), P-401 (8,56%), P-405 (7,12%) e P-31 (6,23%), todos *in situ*, mas também B-62 (5,34%) e P-388 (5,27%), que estão *ex situ*. O primeiro de ambos é referido como existindo na Igreja de São Simão, embora raro e de produção efémera (cf. Simões, 1997, p. 186).

3. Esta informação foi-nos fornecida oralmente pelos arquitectos do atelier M3 – Arquitectura e Consultadoria, que têm desenvolvido trabalhos na Igreja de São Simão e a quem muito agradecemos. Resta acrescentar que este fenómeno é observável no sítio, é conhecido da população e continua a fazer estragos entre as cópias colocadas nas paredes da igreja.

Em relação a exemplares que mereçam distinção, no conjunto dos azulejos modernos do adro, devemos referir um fragmento de P-432 (0,75%, *ex situ*) com o desenho contornado por óxido de manganês, o que não se regista nos restantes artefactos com o mesmo motivo, nem nas obras de referência (cf. Simões, 1997, p. 77). Todavia, sabe-se que o uso de manganês no contorno de elementos decorativos ocorre frequentemente, a partir da década de 40 do século XVII, na faiança portuguesa (Casimiro, 2011, p. 662) e que existem azulejos figurativos dessa cronologia apresentando sombreados feitos com o mesmo óxido (Meco, 1985, p. 38), entre os quais os painéis 5 e 10 da varanda nobre do actual Palácio Nacional de Belém (Correia, 2005, p. 22).

Por outro lado, encontramos três padrões ditos de maçarocas: P-107 (0,82%, *in situ*), P-101 (2,46, *ex situ*) e P-117 (0,27, sem paralelo). Apenas o primeiro tem correspondentes industriais, sendo que os outros deverão certamente corresponder a recolhas exteriores ao templo que foram entretanto utilizadas dentro e fora dele.

Talvez os exemplares mais inesperados deste conjunto sejam os pertencentes ao padrão C-34, denominados «dente de lobo» (1,1%, sem paralelo). Trata-se de peças com cronologias mais recuadas, que não são frequentes em Portugal, por aqui co-protagonizarem o primeiro grupo de azulejos de tapete em majólica. O sítio onde ocorre maior número de exemplares no nosso país será, porventura, a Igreja de São Roque, em Lisboa, de onde estão datados de finais do século XVI. Em Azeitão, os nossos dezasseis exemplares modernos parecem provir de três produções distintas, com traços bem definidos. Todas as peças estão inteiras, apenas com algumas falhas no esmalte, fruto do desgaste dos séculos. Tal circunstância indica que se tratarão de produções de excelente qualidade, não provenientes de um suporte em ruína, que foram recolhidas e muito possivelmente guardadas nesta paróquia.

Finalmente, refira-se quatro fragmentos (BAC-1, 0,27%, sem paralelo) que não se encontram registados nos *corpora* da área, mas a que pudemos atribuir cronologia do século XVII, devido, em primeiro lugar, ao facto de serem produções claramente não industriais e, em segundo lugar, ao cromatismo típico dessa época. No entanto, o único sítio em que encontrámos paralelos para estas peças é a Quinta da Bacalhôa, onde azulejos de majólica do século XVI exibem o mesmo padrão, embora com assinaláveis diferenças de cor e técnica (cf. Simões, 1990, est. XXIV, fig. C). Deste local, provirão certamente sete azulejos quinhentistas de majólica que se encontram actualmente no nicho que alberga a estátua de São João Baptista, na zona em que se situa a pia baptismal da Igreja de São Simão. Estas peças foram colocadas nas paredes do templo já durante o século XXI.

Relativamente aos azulejos de fabrico industrial, concluímos que 726 peças (84,12%) correspondem a padrões que estão *in situ* na igreja, 117 (13,56%) estão *ex situ* e 20 (2,32%) não têm paralelo. Acima de 10% de frequência relativa, temos os motivos P-604 (16,57%), C-1 (14,83%), P-405 (11,12%), P-401 (11,01%) e P-31 (10,31%), todos *in situ*. Acima de 4%, aparecem-nos F-13 (7,3%) e F-10 (4,83%), igualmente *in situ*.

11. Pormenor do motivo seiscentista BAC-1 e sua relação com os azulejos do século XVI da Quinta da Bacalhôa.

12. Pormenor do motivo P-31, que existe *ex situ* na igreja e na Quinta da Bacalhôa.

De todos estes, apenas P-604 tem maior número de exemplares modernos do que de industriais. De resto, é sintomático que se observe que os motivos acima mencionados sejam os mais abundantes em número nas paredes da Igreja de São Simão, ao passo que outros *in situ*, como C-76 (3,71%), P-93 (3,48%), P-107 (0,81%) e B-1 (0,12%), ocupam áreas menores na decoração parietal do templo.

No que respeita às datações dos motivos, temos, à falta dos métodos arqueológicos de datação, de seguir criticamente as cronologias definidas por Santos Simões, na obra que citámos no ponto relativo às metodologias (cf. Simões, 1997). Assim, os azulejos *in*

situ têm um intervalo óptimo de c. 1620 a c. 1630 e de c. 1640 a c. 1660, que tentaremos explicar adiante. Os *ex situ* têm-no entre c. 1650 e c. 1660 e os azulejos sem paralelo na igreja, entre c. 1620 e c. 1630. O intervalo mais lato, para todos eles, situa-se entre c. 1600 e c. 1670.

Os azulejos *in situ* têm, como se observa, dois intervalos óptimos com uma década de distância entre ambos. Analisando isto à luz da óptica do progressivo azulejamento de um espaço religioso, poder-se-ia pensar que os motivos se encontrassem em lugares bastante afastados dentro da Igreja de São Simão, o que não ocorre. Porém, é importante considerar a data presente num pequeno painel deste templo, representando São João Baptista e mandado fazer pelos mordomos e escrivães que serviram em 1648 (cf. Simões, 1997a, p. 201). Não se sabe se a obra a que se refere este testemunho é o azulejamento total da igreja, ou apenas ele mesmo. O que se percebe é que esta representação se enquadra no intervalo óptimo de c. 1640 a c. 1660, ao qual só foge o motivo P-93 (c. 1620 a c. 1630). É de crer, pois, com base na informação apresentada, que a datação conferida por Santos Simões a este padrão esteja errada, devendo o mesmo ser incluído num azulejamento global da igreja a ter tido lugar por volta de 1650.

6. PARALELOS REGIONAIS

No nosso apontamento introdutório, aludimos à necessidade de estabelecer comparações entre a parte do espólio azulejar do adro da Igreja de São Simão que não encontra paralelos *in situ* no templo e os vários edifícios em seu redor que possuem colecções desse tipo de materiais. Mencionámos as quintas próximas, da Bacalhôa e das Torres, e o Palácio dos Duques de Aveiro, mas não deixaremos de observar outros locais cuja pertinência o justifique.

Começando pela Quinta da Bacalhôa, temos de referir que, à altura da construção da igreja, o palácio e o terreno pertenciam a Brás de Albuquerque e que ainda hoje existe uma porta da quinta que se localiza quase em frente ao adro do templo. Sabe-se, aliás, que a Bacalhôa não tem capela, talvez porque esse papel fora atribuído à antiga ermida e à actual igreja. A decoração desta propriedade tem sido objecto de vários estudos ao nível da História da Arte, nomeadamente devido à presença daquele que é considerado o primeiro revestimento azulejar fabricado segundo a técnica da majólica em Portugal. Este oferece padrões únicos, inspirados em modelos italianos e flamengos, cuja utilização não ultrapassará os finais do século XVI (Simões, 1990, p. 102-103). Entre estes, está o motivo que influenciou os quatro fragmentos seiscentistas que denominámos BAC-1.

No caso do adro da Igreja de São Simão, os azulejos apresentam, como se viu, um intervalo óptimo de datação entre c. 1620 e c. 1660, a fazer fé no trabalho de Santos Simões, enquanto o intervalo mais lato se situa desde c. 1600 até c. 1670. Esta cronologia não é consentânea com a atribuível às peças da Bacalhôa, salvo em um caso. Numa das varandas do palácio que dão para o interior da quinta, virada a Norte, encontrámos o padrão P-31, que ocorre *ex situ* na igreja. Estando também incompleto na quinta, é de descartar por inteiro a sua colocação naquele lugar como sendo a original das peças.

Esta ideia de relações entre os dois sítios que referimos, no tocante aos azulejos, encontra eco em testemunhos de alguns habitantes de Vila Fresca de Azeitão, que referem que o já falecido Pe. Manuel Frango de Sousa, pároco da freguesia de São Simão entre a década de 1960 e a de 2000, identificou vários fragmentos existentes na Bacalhôa como pertencendo a um ou a outro painel. Essas peças avulsas integram agora a Colecção Berardo.

No que respeita à Quinta das Torres, quer o trabalho realizado por Santos Simões, quer a visita de um de nós[4] comprovam a existência de painéis datados dos séculos XVI e XVIII (cf. Simões, 1990, p. 107-108), mas não do século XVII. É altamente provável que tenha existido decoração azulejar dessa centúria, mas deverá ter sido obliterada pelos exemplares setecentistas, como se sabe que aconteceu em tantos locais pelo nosso país fora.

Quanto ao Palácio dos Duques de Aveiro, em Vila Nogueira de Azeitão, é certo que foi azulejado, porque Santos Simões refere a existência de uma sala térrea decorada com essas peças, bem como de um painel figurativo (Simões, 1997a, p. 201-202). Todavia, como se trata de propriedade particular encerrada ao público, não nos foi possível comprovar ou rejeitar a existência de produções de tapete datadas do século XVII, mas sabemos que o autor do *corpus* não as registou.

Após percepção deste panorama, foi numa área geográfica ligeiramente mais afastada da igreja que encontrámos um paralelo para alguns dos azulejos que estudámos. Trata-se do Convento de Nossa Senhora da Arrábida, que, ainda assim, não dista muito da paróquia de São Simão. Sabe-se, através de uma fotografia publicada, que, em 1951, a Capela da Memória do referido convento se encontrava forrada a azulejos de padrão de vários tipos, que foram removidos sem deixar rasto (Pimentel, 1992, p. 53). Segundo a observação dessa mesma imagem, percebemos que os motivos C-71 e P-255 existiam nessa capela e se encontram

4. Mariana Almeida.

	P-604	*P-388*	F-13	F-10	C-1	*P-43*	C-34	P-107	*B-62*	P-31	P-401	P-500	P-405	P-93	*P-2*	*P-101*	*P-432*	*C-64*
Painel 1	10+[7]	4	6+[5]	2+[7]	8+[2]	5+[1]				2	1+[1]			1				
Painel 2	[1]		1	1	3+[6]	4	16+[9]	[2]	6	7	3+[4]		[4]	2				
Painel 3	3+[8]	3+[1]	9+[4]		3+[4]	5+[1]				5+[3]	1+[1]	[4]	5+[6]	[1]				
Painel 4	3+[7]	8+[1]	8+[3]		[5]	6			2	5		4	6+[3]	[3]	1			
Painel 5	[2]	3	[5]	3	3+[2]	2+[1]			33+[9]	4	4+[4]		1+[3]	[1]	1	6		
Painel 6	33+[21]	18+[3]	3+[1]	7+[2]	5+[7]	2+[2]			1	7+[3]	22+[18]		2+[5]	2+[2]			1+[3]	
Painel 7	5+[3]	3	3+[2]	5+[4]	3+[4]	4+[2]		4		4	4+[3]		2+[4]	[2]		1	1	3
Painel 8	47+[20]	2	2	5+[2]	12+[7]	1+[2]		2+[1]		7+[3]	6+[4]		1+[5]	2+[2]				
Painel 9			4	3+[2]	10+[11]				6+[1]	[12]	1+[4]			2+[1]		6		[11]
Painel 10	36+[29]		3+[1]	3+[4]	4+[3]			7		1+[10]	3+[2]		3+[10]	[1]				
Painel 11	2	3+[2]	6+[3]	1+[5]	2+[3]	3+[7]		1+[1]	4	2+[6]	24+[14]		3+[2]	2+[6]	13+[12]	16		
Painel 12															2+[2]			
Painel 13	4+[3]	6	2	7+[4]	5+[5]			1	6+[1]	4+[10]	12+[4]		21+[8]	[2]	25+[5]			
Painel 14	14+[1]	7		3+[1]	8+[6]	3+[2]		[1]	11	9+[5]	2+[6]		8+[13]	[1]	15+[10]	6		
Painel 15	44+[27]		[1]	[1]	6+[7]	3				8+[7]	3+[8]		15+[4]					
Painel 16	9		1		7+[21]	2			1	[4]	5		7+[6]	[1]	[1]			
Painel 17	17	11	4	[1]	24+[12]	5+[3]				3+[6]	11+[3]		8+[4]		1	1		[2]
Painel 18	11+[1]	4+[2]	53+[7]	2+[1]	12+[9]	6			5	5+[7]	10		14+[2]	[1]				
Painel 19	13+[6]	1	10+[2]	3	3+[1]	4				2+[5]	5+[4]		2+[2]	[4]			4	
Painel 20	18+[8]	2	7+[4]	[2]	4+[3]					1	4+[7]		1+[6]	[3]			4	
Painel 21	8+[1]	3	15+[21]	1+[3]	12+[6]	2		[2]	5	11+[7]	5+[8]		10+[8]	1+[1]				
Painel 22	10+[1]		10+[4]	1+[3]	1+[5]	3				3+[1]	1+[1]		4					
TOTAL	430	*87*	210	89	264	*82*	25	19	*91*	179	223	8	208	44	*88*	*36*	*13*	*16*

	Fragmentos de azulejos modernos
	Fragmentos de azulejos industriais
P-604	Motivos *in situ* na Igreja de São Simão
P-388	Motivos *ex situ* na Igreja de São Simão
C-34	Motivos sem paralelo na Igreja de São Simão

P-406	P-117	F-22	P-421	*C-134*	C-76	P-85	*B-13*	B-1	P-422	B-19	*C-60*	C-92	C-71	P-26	*P-255*	B-23	*BAC-1*	TOTAL
			1	1+[1]		1		1										67
							5											74
				[1]	1	2	1				[1]							70
		2		[1]	3+[2]	1	3	1			1						1	80
				[3]							1						1	92
								1										171
				1	1		14+[1]	15+[1]							1+[1]			102
				1+[2]	4+[1]													138
7	1				1+[1]		2											86
	2	2	2+[2]	[2]	[3]													133
3+[1]				[1]	[6]		3											43
																		4
1	1	1		1+[2]	6		2	2				2						153
				[4]			5	4	1									150
		1	[1]		1	1		3	3									144
			1		[1]		1											68
		1			1			3		1	2	2	1	3+[1]		[1]	1	133
1				[1]	1+[4]		3	6							1+[2]			171
					[4]		4	7										86
					1+[2]			1							2+[1]				81
1				[1]	[3]	1	4						1	[2]			1	144
		6+[5]			1+[1]	2+2		1										66
14	4	18	7	*23*	53	10	*48*	46	4	1	*5*	4	2	6	*8*	1	*4*	2370

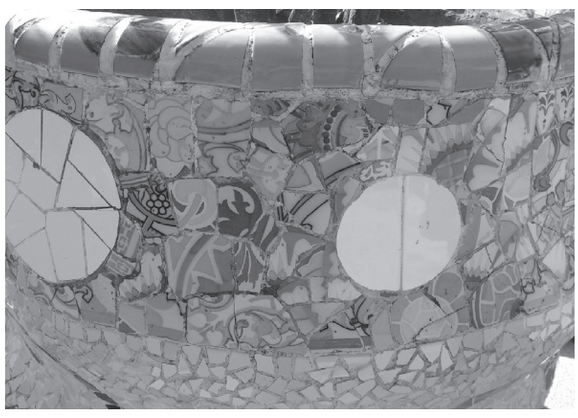
13. Tabela (em duas estampas) contendo a relação dos azulejos modernos e industriais com motivos identificados do adro da Igreja de São Simão.

ex situ na Igreja de São Simão (pia baptismal e sacristia, respectivamente) e também no adro. Esta circunstância torna extremamente provável que alguns destes azulejos que estudamos sejam provenientes do Convento da Arrábida.

7. CONCLUSÕES

Após termos procedido à análise do nosso objecto de estudo e à aferição dos respectivos paralelos, quer na Igreja de São Simão, quer fora dela, foi-nos dado a entender, em primeiro lugar, que o espólio é, à partida, cronologicamente divisível em duas épocas: século XVII e século XX. Não excluímos que possam existir exemplares industriais datáveis do século XIX, devido à absorção de água pelas paredes da igreja, de que atrás falámos, e consequente necessidade de substituição de peças.

Apenas se conseguiu identificar os motivos decorativos presentes em 70,83% do total de fragmentos de azulejo que estudámos. Percebeu-se que a quantidade de azulejos modernos supera grandemente o número



14. Pormenor do banco corrido do *Parc Güell*, Barcelona.

daqueles que foram produzidos na Época Contemporânea, com percentagens de 61,65% e 36,41% respectivamente. Sabe-se também que 1,94% dos fragmentos com padrão identificado, de exíguas dimensões, não possibilitaram a percepção da sua técnica produtiva.

Dos exemplares modernos, 68,65% têm paralelos *in situ* na igreja, 27,79% possuem equivalentes *ex situ* no templo e 3,56% não encontram paralelos nesse edifício. Os motivos mais frequentes[5] são P-604, F-13, C-1, P-401, P-405, P-31 (todos *in situ*), P-388 e B-62 (todos *ex situ*). No que diz respeito aos azulejos industriais, 84,12% têm paralelos *in situ*, 13,56% têm-nos *ex situ* e 2,32% não os têm na igreja. Os motivos mais frequentes[6] são P-604, C-1, P-405, P-401, P-31 e F-13 (todos *in situ*). Daqui se percebe que os motivos modernos e industriais mais frequentes são os *in situ* e que coincidem totalmente entre si.

Se observarmos a decoração azulejar da Igreja de São Simão, percebemos que o motivo predominante é, inequivocamente, P-604, que se encontra no altar-mor e à entrada do templo e que é acompanhado por F-13 e C-1 nos espaços sobre as arcadas, na nave central. De resto, P-405 com C-1 ocupam os primeiros tramos das naves laterais; P-31 com C-1 encontram-se nos segundos; o terceiro tramo da nave sul ostenta a conjugação entre P-401, F-10 e C-76, enquanto o terceiro da nave norte apresenta P-107 delimitado por B-1; os quartos tramos das naves laterais são novamente ocupados por P-401, F-10 e C-76, de ambos os lados; finalmente, o quinto tramo sul ostenta P-93 cercado por C-76, enquanto o seu correspondente setentrional acolhe P-31 e C-1. Assim se compreende que os motivos *in situ* P-604, C-1, P-405, P-401, P-31 e F-13, sejam predominantes no adro, visto que também são preponderantes na decoração do templo.

Ainda em relação à Igreja de São Simão, objecto colateral do nosso artigo, importa referir que Santos Simões a visitou e estudou os seus azulejos. No entanto, embora o inventário que fez tenha ignorado o revestimento da metade este do templo, que se sabe que já existia na época em que o autor visitou o edifício, é inegável que apresenta algumas informações relevantes, nomeadamente quando refere esta igreja como «notável» em termos de azulejos seiscentistas (Simões, 1997a, p. 200-201), mas também por mencionar o seguinte:

Em obras relativamente recentes, com a retirada de um coro de madeira, houve que mandar fazer azulejos para revestir a parede fundeira[7] *e, bem assim, outros trechos parietais do lado da epístola. Recorreu-se à fábrica de Lisboa especializada nestes trabalhos, tendo-se fornecido os modelos dos padrões existentes.* (*Ibidem*, p. 200)

É pena, efectivamente, que se tenha perdido a memória de que fábrica teria produzido as réplicas que também aqui estudámos. O mais provável é que se trate da conhecida Fábrica Sant'Anna, que tem laborado continuamente na criação de azulejos de todo o tipo, incluindo cópias de padrões seiscentistas, desde 1741, utilizando métodos artesanais. Quanto às cópias dos motivos *ex situ* e sem paralelo na igreja, não será de excluir que também tenham sido feitas réplicas de alguns dos primeiros, mas percebe-se que os segundos são escassos, quer no que respeita a exemplares modernos, quer no que respeita a contemporâneos.

Também sobre azulejos com motivos externos à igreja, diz-nos ainda Santos Simões que se encontram na sacristia alguns azulejos encontrados em arrecadações do templo, correspondentes aos seus motivos P-406, P-255 e P-32 (*ibidem*, p. 201). Refira-se que os dois primeiros se encontram no adro, e que estão ambos classificados como *ex situ*.

Quanto aos paralelos exteriores, percebemos que, para além de algumas ocorrências relacionadas com a Quinta da Bacalhôa – nomeadamente no que respeita a P-31 e ao motivo a que demos o nome de BAC-1 –, não existem paralelos nos grandes edifícios azulejados em redor da Igreja de São Simão. Para além do próprio templo, o único local que muito provavelmente terá oferecido ao adro alguns dos seus exemplares terá sido a Capela da Memória, no Convento da Arrábida.

Embora tenhamos conseguido apenas ter a percepção de um sítio fora da igreja a fornecer azulejos ao adro que estudámos, não deixa de ser interessante que se trate também de um local religioso. Com efeito, sabe-se que a Igreja Católica era de longe o maior cliente das manufacturas de azulejos em Portugal, durante o século XVII (cf. Simões, 1997, p. 12-13), o que não deixa de estar patente nesta procura de equivalências para o nosso espólio.

Finalmente, importa perceber o contexto de construção do adro da Igreja de São Simão tal como se conhece hoje. Trata-se, como dissemos, de uma obra que terá sido executada por volta de 1959, no âmbito de uma importante remodelação do templo. No entanto, é nítido que parece ter havido dois conceitos que presidiram à edificação desta estrutura, nessa época: o aproveitamento de azulejos modernos e de sobras de azulejos industriais, relacionados com a igreja e

5. Nesta secção do texto, enunciar-se-ão apenas os motivos com representatividade igual superior a 5% de frequência absoluta.
6. Vd. nota de rodapé anterior.
7. Leia-se, a fachada principal da igreja, que se encontra virada a Nordeste.

com outros edifícios religiosos, e também o gosto por composições decorativas resultantes de objectos cerâmicos fragmentados.

Não obstante um certo grau de improviso – até porque se trata de uma obra de reaproveitamento decorativo –, o adro parece ter sido programado. Já atrás referimos a alternância quase perfeita entre centros com enxaquetados brancos e azuis e a organização interna e tendência para a simetria de cada um dos painéis. Acrescentamos que é inegável que, à sua maneira, esta obra se transforma num projecto de recuperação de peças artísticas descartadas, conferindo-lhes nova dinâmica em termos de estética e prolongando o seu valor como objecto de fruição.

Por outro lado, é certo que esta decoração se encaixa em pressupostos conotados com uma certa desordem ordenada, que reflecte, em nossa opinião, as tendências contraditórias entre uma arte de origem clássica – representada pelo próprio azulejo inteiro, pelo tricromatismo regular que apresenta e pelo seu encadeamento lógico nas cercaduras – e as novas correntes modernistas do século XX – seguramente mais espelhadas nos fragmentos de dimensões, formas e colocações anárquicas que recheiam os espaços internos dos painéis.

Assim e embora existam vários paralelos em Portugal para construções deste tipo, eles passam-nos muitas vezes ao lado, por se tratarem quase sempre de estruturas funcionais, como simples bancos. No entanto, conhece-se um banco corrido cujo valor artístico se encontra internacionalmente atestado e que pode servir de paralelo aos conceitos que presidiram à decoração do nosso adro: o que foi edificado pelo arquitecto modernista catalão Antoni Gaudí (1852-1926) no *Parc Güell*, em Barcelona, no início do século XX.

No caso do adro da Igreja de São Simão, porém, os seus azulejos não são simplesmente um produto de arte elaborado para integrar essa obra, mas espelham os ritmos da História – ou seja, as mudanças mais ou menos profundas ocorridas no próprio templo, em alguns sítios que conhecemos e em outros locais que talvez nunca cheguemos a identificar. Esta estrutura também contém testemunhos únicos, relacionados directamente com o seu contexto e cuja memória importa preservar – como as cópias seiscentistas de azulejos quinhentistas da Quinta da Bacalhôa. Reside nela, por fim, a memória de uma tentativa de conservação do passado e da sua transposição para o presente, servindo sempre para contemplação da população. É por todas estas razões – e pela conhecida inclemência de ramos de árvores e mãos humanas – que nos sentimos impelidos a estudar este adro e que aqui o apresentámos, em breves páginas.

BIBLIOGRAFIA

CASIMIRO, T. M. (2010) – *Faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

CORREIA, A. P. (2005) – Azulejos. Do Palácio de Belém. In GASPAR, D. (ed. lit.) – *Azulejos, estuques e tectos do Palácio de Belém*. Lisboa. Museu da Presidência da República, p. 12-45.

MECO, J. (1985) – *Azulejaria Portuguesa.* Col. Património Português. [S.l.]. Bertrand Editora.

PIMENTEL, J. C. (1992) – *Arrábida – História de uma região privilegiada*. [S.l.]. Edições INAPA.

OLIVEIRA, J. (1995) – *Monografia da Freguesia de São Simão de Azeitão*. Texto policopiado, gentilmente cedido pelo autor.

SIMÕES, J. M. S. (1990) – *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, J. M. S. (1997) – *Azulejaria em Portugal no séc. XVII. Tomo I – Tipologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, J. M. S. (1997a) – *Azulejaria em Portugal no séc. XVII. Tomo II – Elenco*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

PARA AS MULHERES POBRES, MAS HONRADAS

OS RECOLHIMENTOS EM SETÚBAL

JOSÉ LUÍS NETO
NATHALIE ANTUNES-FERREIRA

RESUMO Foi D. António Domingos de Sousa, filho do 3.º marquês de Minas, que se decidiu pela construção do recolhimento da Soledade. Para tal gastou 10 000$000. Esta ermida e recolhimento, era a única protecção que as mulheres tinham quando enviuvavam. Trata-se de um edifício que evoca as mulheres mais desfavorecidas, quer económica, quer socialmente, no Antigo Regime, na então vila salineira de Setúbal.

PALAVRAS-CHAVE **Setúbal, recolhimento, dote, Carmelitas Calçados, modelo claustral (arquitectura)**

Como é sabido, a posição social da mulher na sociedade portuguesa do Antigo Regime, não lhe era favorável. Com o domínio do paradigma católico contra-reformista, unitário e monolítico, as sociedades ibéricas manifestaram-se avessas às mudanças e transformações culturais e mentais que caracterizaram as dialécticas e conflituosas sociedades do Norte da Europa. Essa cosmovidência e modelo de organização social foi exportado acriticamente para os distintos locais onde os reinos ibéricos fizeram sentir a sua hegemonia de domínio territorial, se bem que tal implicou uma adaptação mais rigorosa de um ponto de vista formal do que efectivamente convicta no que respeita ao essencial. É através deste processo de exportação de modelos metropolitanos que assistimos à paulatina criação de conventos femininos nos vastos territórios dos impérios ibéricos.

No que concerne ao caso português este processo está relativamente bem documentado. No que diz respeito, por exemplo, ao Brasil, temos uma interessante e relativamente recente síntese sobre a posição feminina, que em muito nos elucida sobre as virtudes e defeitos de um modelo que era de difícil encaixe numa sociedade de clima mais tropical. Apesar disto, as motivações que levaram a que muitas pretendentes a donas do Brasil recolhessem aos conventos prendia-se com aspirações de elevação do estatuto social das suas famílias. O enriquecimento rápido de alguns indivíduos, principalmente com as descobertas de minas em regiões interiores no século XVIII, providenciou a alguns os meios de riqueza necessários para pagarem a onerosa escalada da respeitabilidade social. Dentro dessa escalada social, no processo de formação de elites coloniais autóctones, os elementos femininos dessas famílias desempenhavam importante papel, não no processo de obtenção de riqueza, mas na solidificação de uma respeitabilidade pública que a abundância só por si não oferecia.

As estratégias de utilização dos elementos femininos das famílias são variadas, mas podem ser resumidas a duas perspectivas principais. Uma das estratégias visava utilizar as mulheres para casamentos arranjados em prol de objectivos comerciais, visando a acumulação ou solidificação de capital.

Eventualmente também poderia dar-se o casamento com vista à ascensão do estatuto social da família, com eventual nobilitação, por exemplo, através de famílias aristocráticas com pergaminho e sem fluidez de capital. Todavia, parece-nos que tal não seria comum, ao contrário do que vem a suceder no século XIX. O Antigo Regime era menos dado a esse tipo de fluidez de classe, pois a qualidade do sangue era determinante para a sorte do indivíduo. A crítica condenatória perante essa situação deveria ser feroz. Assim, restava uma outra possibilidade, que também implicava o pagamento de

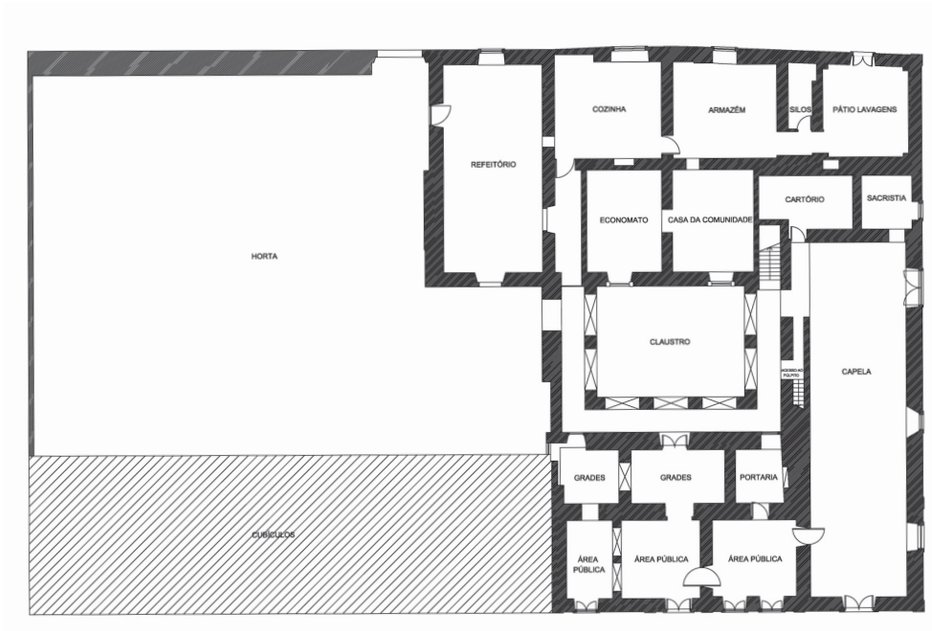
1. Fachada da capela e recolhimento da Soldade.

2. Primeiros cubículos.

avultado dote, que era a entrada dos elementos femininos para instituições conventuais. Tal passou-se efectivamente, de tal forma continuada e relevante que D. João V mostrou por diversas vezes o seu desagrado face à situação (Silva, 2002, p. 97). A posição do monarca não era, obviamente, anti-clerical, tal não era bem enquadrável com este monarca, mas é fácil de o entender face à permanente falta de mulheres brancas e honradas na colónia para contraírem casamento e procriarem, evitando o abastardamento e mestiçamento das elites. Independentemente de todos os esforços efectuados para contrariar o fluxo deste tipo de migração feminina tendo como destino os conventos metropolitanos, gorados evidentemente ao insucesso (Silva, 2002, p. 98--99), havia ainda os conventos criados nas colónias que visavam exactamente o mesmo objectivo, se bem que menos lustroso.

Vários eram os problemas com que se debatiam estes conventos no Ultramar. Um deles, sem dúvida, era o da falta de verbas. A autorização de instituição de um convento feminino passava também pela demonstração da sua viabilidade económica, de modo a que fosse pelo menos auto-sustentável, o que implicava uma transferência de meios, consubstanciados em terra e escravos, bastante significativa. Acresce ainda que se teria de ver o impacto do mesmo na economia da povoação, geralmente não tão povoada que manifestasse entusiasmo face a essa despesa. Tal não seria empreendimento fácil também pelo facto já referido da política de povoamento do império que visava, em primeiro lugar, os casamentos com brancas e honradas, sendo que os conventos femininos se contrapunham a essa necessidade. Tal não significou que não houvesse conventos femininos, mas sim que a sua criação não era facilitada.

Visando contrariar esta relativa inflexibilidade da posição oficial desenvolveram-se, desde muito cedo, as criações de recolhimentos (Silva, 2002, p. 103-104). A sua criação poderia resultar das mais variadas formas, se bem que se podem sistematizar em duas linhas, uma in-formal e outra de criação institucional. Dentro das instituições de criação informal temos, por exemplo, aqueles que tiveram início em beatérios criados informalmente, seja numa habitação comum, seja em estruturas ocupadas em área natural, estilo ermitério, a partir dos quais se juntariam mulheres atraídas pelas práticas espirituais e ascéticas da fundadora. Também poderiam resultar de comunidades femininas, tão simples quanto viúvas que se juntaram e optaram por viverem comunitariamente como melhor forma de se defenderem da pobreza, até que decidiram juntar um sentido religioso a essa vivência comunitária e passaram a casa onde se



RECONSTITUIÇÃO DO RECOLHIMENTO DA SOLEDADE 1758

PISO TÉRREO

3. Planta piso 0.

4. Enterramento.

5. Ossário.

6. Ossário.

encontravam a recolhimento. De criação institucional temos os recolhimentos inspirados e/ou instituídos por elementos da Igreja e/ou de instituições religiosas, para além daqueles que resultam da vontade expressa de toda uma comunidade ou parte dela, no caso de confrarias ou irmandades instituidoras.

Como se depreende das possibilidades acima enunciadas, de quase todas as formas poderia ser instituído um recolhimento, sendo que a fluidez conceptual deste tipo de instituição não se cinge às possibilidades genésicas. Existiam recolhimentos em meios rurais e em urbanos, recolhimentos com exigência de dote e aqueles que nada cobravam, aqueles que tinham quartos individualizados e aqueles que tinham dormitórios colectivos, para além daqueles que tinham regimes mistos. Alguns dispunham de sustento provenientes de rendas de propriedades e doações fixas, outros tão somente dependiam do trabalho das recolhidas e da caridade ocasional. Alguns admitiam escravas pessoais de recolhidas, outros apenas tinham propriedade colectiva. Em suma, ao contrário dos conventos e mosteiros femininos, os recolhimentos demonstram ter sido um conceito muito fluído, que albergou realidades muito distintas da vivência feminina colectiva (Silva, 2002, p. 113 e 260), durante o período do Antigo Regime. Em princípio, para além da licença que teria de existir por parte das autoridades, a sua aceitação fundamental caberia à Igreja, que viria da atribuição de uns estatutos próprios, que regrariam a vivência comunitária, mas também poderiam provir da pura aceitação tácita da comunidade, por vezes em conflito com a hierarquia eclesial (Silva, 2002, p. 117-118).

No que a Setúbal diz respeito, dois recolhimentos existiram, ambos fundados em datas muito próximas, em meados do século XVIII. Todavia, a reflexão que leva à criação destas instituições na Vila Salineira precede em cerca de um século a sua materialização. Frei António das Chagas, numa das suas numerosas missivas, deixa-nos clara indicação dessa sua intenção:

Este papel de V. R. me busca na Serra da Arrábida e me acha pouco menos que nos campos de Tróia; não naquela a quem o incêndio desfez em cinzas, mas outra,

a quem o mar tem submergido em areias. Tanta ruína padecemos à vezes por acendidos como por areados, tantas pelo fogo que nos abrasa, como por um mar que nos cerca; porque, se naquele o ardor é o maior perigo, neste a frieza não vem a ser menor dano.

Chegado a Tróia, ou mal escapado de Tróia, onde me vi areado com minhas culpas, porque lá me devia mais advertir-me este dia que a Arrábida, apenas, me deram o papel de V. R., que estimo quanto devo, e ao mesmo passo em que sinto que V. R. não esteja, como eu cuidava, pobre de espírito, pois tem próprio para mandar, não querendo nada para ter.

Deixemos isto, e vamos aos medos que V. R. me escreve. E bem faz, que as cousas más não se podem tentar sem medo; mas já este pudera estar perdido, pois sabe que neste mundo não sirvo mais que espantalho. Aqui cheguei a Setúval, para ver se podia dar princípio a um recolhimento que desejo para certas mulheres. Brevemente entendo que deixarei este povo; porque em tão pouco tempo não se pode fazer muito, e é necessário recolher-me algum tempo. Se antes disso passar a Lisboa, como suspeito que será em breves dias, lá nos veremos e satisfaremos a tudo, com o favor de Deus. (...)

Frei António das Chagas, antes de ser o reformador e homem de valores cristãos, pio e inflamador de audiências, reformador dos costumes, não havia sido um santo, bem pelo contrário. Militar fanfarrão, amante ardente, poeta e dado a todos os prazeres da vida, era um indivíduo com um profundo conhecimento da sociedade onde se inseria. Tratava-se de uma pessoa perspicaz e desvelava conscienciosamente as causas e as consequências do que julgava ser a relaxação dos costumes. Portanto, conjuntamente com a fundação do Seminário de Brancanes, procurou instigar a criação de um recolhimento para mulheres pobres e honradas, que seria de erigir junto ao templo de Nossa Senhora da Saúde (A capela de Nossa Senhora da Saúde havia sido erigida em 1620, bem no centro do maior bairro dos pescadores, o Troino), da confraria de pescadores que aí se encontrava. Frei António das Chagas veio a falecer sem conseguir os seus intentos, porém, os sacerdotes de Brancanes fizeram uma petição ao monarca, monarca que obrigou a Câmara a deliberar e construir esse recolhimento, pelo que esta reuniu várias entidades locais para esse intento, a 4 de Dezembro de 1700. Todavia, só em 1746, desta vez instando junto da confraria dos pescadores, conseguem os padres de Brancanes o apoio para a sua construção. O objectivo não podia ser mais claro: *Num termo de 13 de Fevereiro deste ano, lavrado pelos vogais da Mesa e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, consta que o juiz da mesma Irmandade declara que os padres missionários de Brancanes, tendo reconhecido pelas suas missões, que muitas donzelas honestas, virtuosas e recolhidas se achavam em perigo iminente de se perderem pela força da necessidade, não lhes sendo possível acolherem-se a algum dos dois mosteiros que existiam em Setúbal, por carecerem dos meios indispensáveis para conseguirem admissão em qualquer deles; e considerando que sendo Setúbal a terra mais populosa do reino depois de Lisboa, não tinha contudo um recolhimento para essas pessoas pobres e virtuosas, falta que era sentida por muita gente, que tanto desejava que esse estabelecimento* [...](Carvalho, 1970, p. 164).

É, pois, evidente para que servia este recolhimento, que só vem a abrir em 1748, sendo acautelados os direitos paroquiais, impedindo, a partir de 1761 a entrada a quem não tivesse dinheiro para se sustentar ou que não se pudesse sustentar com o seu trabalho de mãos, tendo as recolhidas votos de obediência e clausura. Passou constantemente por dificuldades financeiras até à extinção da instituição, em 1867. Foi Gabriel Malagrida, o famoso jesuíta, que mais apoio deu ao recolhimento, tendo-lhe ofertado jóias, entre outros bens. O seu retrato, que havia oferecido num painel de azulejos que estava na portaria, foi passado a pó, por ordem d'el rei D. José I. Aliás, Malagrida está igualmente ligado à criação do recolhimento do Sagrado

7. Crucifixo e contas.

8. Possível incensador.

Coração de Jesus da Soledade, criado na Baía em 1739 (Silva, 2002, p. 113-114).

Apesar de distinta, a história do recolhimento da Soledade é similar. Foi D. António Domingues de Sousa, filho do 3.º Marquês de Minas D. João de Sousa, que se decidiu pela construção deste Recolhimento (os autores das monografias locais são todos concordantes), feito às suas expensas e com a reacção, primeiro dos frades trinitários, que não o queriam no Largo da Fonte Nova, pelo que teve de se mudar e o projectar para a praia do Seixal e depois, pelo Conde Palma (Carvalho, 1970, p. 175-176). A Ermida de Nossa Senhora da Soledade foi iniciada em 1745, sendo concluída quatro anos depois e o Recolhimento, anexo à Ermida, em 1753.

O objectivo era o de recolher mulheres honradas e pobres. Para tal empreendimento, este particular gastou a módica quantia de 10 000$00 réis (para se ter uma noção do seu custo relativamente reduzido, basta recordar que o convento da Santíssima Trindade, que se encontrava a ser edificado na mesma época, tinha um custo estimado de 32 000$000 réis, ou seja, um orçamento três vezes superior). Sofreu danos com os terramotos de 1755 e 1858 (Carvalho, 1970, p. 178). Esta Ermida e Recolhimento, única protecção, à época, que as mulheres tinham quando enviuvavam ou ficavam órfãs. Trata-se de um edifício que evoca as mulheres mais desfavorecidas, quer económica, quer socialmente, no Antigo Regime, na então vila salineira de Setúbal (Carvalho, 1970, p. 178).

Este espaço funcionou, após 1910 (Carvalho, 1970), como quartel para militares, sendo que, em 1919, foi reconvertido em orfanato municipal (Santos, 2004, p. 133). Como tal funcionou até ao ano de 1964 Santos, 2004, p. 165). Mais recentemente, o espaço do Recolhimento funcionou como Creche, denominado *Os Pirilampos* e a Ermida funcionou como Galeria de Arte privada, conhecida como *Arte e Oficina*.

Este edifício foi alvo de uma intervenção arqueológica nos anos de 2009 e 2010, o que permitiu, com exactidão, perceber a arquitectura e a concepção dos espaços. Apesar da intervenção arqueológica não ter afectado a área total do lote, os resultados que oferece são relativamente consistentes para podermos reflectir sobre a arquitectura pós-terramoto de 1755, em conjugação com o edificado e com a documentação histórica compulsada.

A cerca do complexo é ainda, em grande parte, visível. Esta faz fachada fronteira deste quarteirão da Avenida Luísa Todi, a Sul, a Travessa da Anunciada a Este e a Rua de João Soveral a Norte, ocupando uma área de 1575 m^2. Embora a edificação seja inspirada no sistema beneditino-cisterciense, houve uma liberdade dada ao arquitecto para o subverter em prol de um maior funcionalismo. No que respeita à Ermida, esta apresenta uma fachada com dois vãos, um térreo, em alvenaria e calcário, correspondente à entrada no templo e um segundo sobre a porta, correspondente à janela de iluminação do coro-alto. Na fachada Nascente apresenta quatro vãos, duas portas nos extremos e duas janelas no intermédio, respectivamente. Com as alterações no templo, deixou de ser possível ver, com clareza, a divisão entre o corpo e o altar-mor. A cobertura, apesar de moderna mantém a estrutura de telhado de duas águas. A orientação da Ermida é heterodoxa, pois está articulada num eixo Norte-Sul. A sala à esquerda terá correspondido à sacristia, pois possuía porta independente para a Travessa da Soledade. A sala à direita, com a sua abóbada perfeita indica um local de passagem para o interior do recolhimento, pelo que, muito provavelmente, terá correspondido ao Cartório do espaço religioso, ligado à sala 2 D. Daí chega-se a um pátio, espécie de claustro, apenas com três alas, o que chegava para os enterramentos das recolhidas, naquilo que é uma adaptação da estrutura tradicional do claustro.

No que respeita às funcionalidades das salas, algumas parecem corresponder a *luoghi regulari* e outras a oficinas. A sala 2D, ligada que estava à sacristia, deverá ter correspondido à sala da comunidade, um equivalente à sala do capítulo das edificações conventuais. Em contrapartida é provável que a sala 1C tenha tido funções administrativas na gestão comunitária. Tratam-se de duas divisões canónicas expectáveis de encontrar num convento, para além da capela, do côro-alto, da portaria e grades, todas elas localizadas a Nascente e Sul do claustro. A sala 3B parece ter-se tratado de um pátio interior, pois não apresenta vestígios de alguma vez ter possuído uma cobertura. Aliás, toda a correnteza de salas no extremo Norte parecem corresponder a oficinas do recolhimento. É o caso da sala 1A, que corresponde à cozinha comunitária. O misto de pisos de seixo e tijoleira numa divisão desta natureza já havia sido detectado na intervenção arqueológica da Rua de Santa Catarina n.º 18, no contexto de um palácio urbano. O forno encontrado e a grande chaminé que se lhe sobrepõe, aliado às dimensões da sala não nos deixam dúvidas no que respeita a esta interpretação. As salas 2A, 2B e 2C não estavam, inicialmente, separadas, pelo que devem corresponder à zona de armazenamento, tal como, de forma indiscutível, o foi a sala 3A. As três sub-divisões que esta última apresenta deveria permitir armazenamentos de produtos, eventualmente cereais e leguminosas secas, naquilo que corresponde a uma espécie de "mini-silos". A sala 3B poderá ter correspondido a zonas de tanques e tinas de lavagem de roupas, pois era ao ar livre. Já a sala 7B, pela área que ocupa, o seu formato e a sua localização

adjacente à cozinha, terá funcionado como refeitório. É evidente que as distintas funções que o edifício teve ao longo do tempo não comportaram, pela sua natureza, grandes modificações estruturais, pois todas elas tinham em comum estarem vocacionadas para a vida comunitária, pelo que cozinha grande, espaços de armazenamento e refeitório comum fazem parte dessa vocação. São outras as divisões que foram alteradas, casos das salas 2D, convertida em sala de aula, da 1C, convertida em chuveiros e depois, com o fim do orfanato, em sala de aula, a sala 3A, convertida em w.c. e a sala 3B, que semi-coberta foi convertida em mais chuveiros e depois sala do tanque. Aliás, os claustros passaram por essa transformação igualmente, pois de claustro passou a parada do orfanato e depois a recreio do infantário. Tal implicava adaptações dos espaços, não transformações estruturais profundas. Mesmo a nível do primeiro piso, local não intervencionado, percebemos facilmente que os dormitórios do recolhimento foram adaptados para o uso do orfanato e, posteriormente adaptados a salas de estudo, que a escada do sino se manteve e que não houve, de facto, aí abem, alterações profundas.

Na ala Sul temos um corredor que dá acesso à antiga praia do Seixal, entrecortado por três portas monumentais, em alvenaria calcária, sendo que a segunda porta apresenta ainda os vestígios de entalhe das espessas grades, divisórias dos mundos profano e sagrado. É aí também que encontramos o vestígio de grades, uma vez que as paredes foram picadas, pelo que sabemos que as salas funcionaram como passagem, grades e roda, para além da sala da portaria (Sala a Nascente). Na fachada Sul, no sentido poente, colado ao Recolhimento, observamos uma frontaria de pequenas casas (piso térreo e primeiro andar), simples e com ligação interna, formando conjunto coerente, que foi edificado de forma a alojar individualmente as recolhidas, em substituição dos cubículos destruídos pelo terramoto (tratam-se, de facto, de casas muito modestas que vão do n.º 470 ao n.º 490 da Avenida Luísa Todi).

Note-se que os princípios de organização arquitectónica do edifício obedecem a modelos religiosos que advêm de Cister, adaptados posteriormente pelas ordens mendicantes. Ou seja, por outras palavras, a traça do Recolhimento demonstra claramente que não possui uma linha que lhe seja específica, mas antes resulta da aplicação de modelos que provêm da arquitectura conventual. Aliás, os termos por nós utilizados para descrever as divisões advêm do léxico muito próprio da arquitectura conventual, uma vez que só a concreta gramática espacial e estilística pareceu ser adequada a esta realidade construída.

Se dúvida ainda houvera, elas desfizeram-se na escavação do claustro. Foram exumados no claustro do Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade 20 esqueletos e numerosos ossos desarticulados que correspondem sobretudo a reduções ósseas. Os ossos estão muito degradados, mostrando a sua superfície bastante alterada. Para além disso estão em média muito fragmentados, o que constitui um sério entrave ao estudo antropobiológico.

A análise antropobiológica dos esqueletos articulados/parcialmente articulados permite constatar que se tratam de indivíduos do sexo feminino de diferentes classes etárias: adultas maduras, adultas maduras/idosas e idosas. Na análise morfológica destaca-se que a estatura não passa dos 160 cm.

Na patologia oral verifica-se a presença de cáries, paradontopatias, tártaro, perda de dentes e desgaste oclusal normalmente não severo. Na patologia degenerativa temos diversas situações de artrose, assim como de entesopatias. Detectou-se uma possível situação de gota (patologia metabólica) e de DISH. Nas condições infecciosas regista-se alguns casos de periostite, afecções do foro respiratório crónicas, e eventualmente um caso de tuberculose. Não se observam patologias traumáticas, circulatórias e neoplásicas.

Nos indicadores de stress fisiológico identificaram diversos indivíduos com hipoplasias lineares do esmalte dentário, indiciando que os mesmos passaram por períodos desfavoráveis – doença aguda ou deficiências nutritivas – que provocaram uma paragem no seu crescimento durante a sua infância.

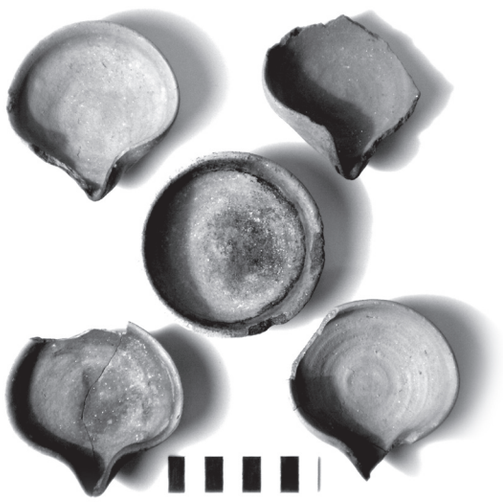
No que respeita aos dados de antropologia funerária, pudemos observar vários indicadores que nos permitem uma aproximação aos rituais específicos praticados no recolhimento. Em primeiro lugar pudemos constatar que as zonas de enterramento são iguais às conventuais. Assim, inumavam-se cadáveres tanto na capela, como no pátio central, tornando-o num claustro em sentido pleno, apesar de apenas dispor de três alas. Na capela, para além do fundador e família, não sabemos se mais alguém lá foi enterrado. Tal é muitíssimo provável, mais ainda se atendermos que tal empreendimento era rentável, com a venda de campas. No que concerne ao claustro, as inumações com identificação sexual, apontam todas no mesmo sentido – o feminino, mostrando que se tratava de uma área mais privada, destinada exclusivamente às exéquias fúnebres das recolhidas. Tal corresponde, em absoluto, ao modelo de gestão das inumações dos conventos femininos.

As inumações eram feitas, no geral, com o cadáver amortalhado (apesar de existirem vestígios pouco numerosos de caixões em madeira) orientado, tanto quanto possível, com a cabeça para nascente, em decúbito dorsal. Os corpos eram vestidos com um hábito

(pois não há fechos, como colchetes e botões, ou fibras complexas). Esse hábito poderá ser um específico (que estará indicado nos Regulamentos, que não descobrimos), ou será o dos terceiros carmelitas. Vários crânios apresentam manchas circulares irregulares de contacto com bronze na superfície óssea. Tal dever-se-á a tachas de bronze utilizadas para fixar na cabeça coroas de flores. Pensamos que se trata de uma característica definidora de virgindade.

O mobiliário fúnebre é diversificado e demonstra uma atenção muito cuidada com o cadáver, apesar da simplicidade e pobreza das peças em si mesmas. Como vimos, parte significativa dos enterramentos faz-se acompanhar pelo terço entre mãos, bem como, num caso, de um escapulário carmelita. Anéis e outras peças, baratas mas certamente vistosas, oferecem-nos interessante contraste com as suas congéneres conventuais. No Recolhimento, apesar da adopção formal das regras dos conventos há, pelo menos nos enterramentos, espaço para a afirmação da individualidade, o que os reveste de grande interesse.

Essa individualidade era, todavia, temporária. O uso profuso de cal, que permitiu a preservação de algumas peças, é demonstrativo de uma forte pressão inumatória sobre aquele espaço, revelador de mortes relativamente frequentes, obrigando a assinalável rotação dos espaços de enterramento. Enterramentos sobrepostos, ossários e reduções ósseas são provas irrefutáveis dessa realidade. No entanto, a organização exemplar do espaço funerário, visível nos ossários, principalmente aqueles que ostentam os crânios, são reveladoras. Mesmo no que respeita aos corpos esqueletizados, as recolhidas vivas manifestavam demonstrações de atenção com as suas antecessoras. Tal não se fica a dever a normas e ritos fúnebres, mas sim a uma afectuosidade específica deste espaço,



9. Lamparinas.

revelada nos ossários bem mais "arrumados" e organizados que já pudemos observar.

Sabemos, pelos vários autores que mencionam o recolhimento, que este pertenceu à ordem carmelita. Na realidade, o estudo relativamente recente de Balbino Velasco Bayón também o confirma, mas é parco nas informações oferecidas. A realidade conventual feminina carmelita em Portugal é pobre (Bayón, 2001, p. 108-110 e p. 389-410). Quatro conventos de freiras foram constituídos, casos do de Guimarães, nascido a partir de um recolhimento, o convento de Beja, com as famosas místicas Mariana da Conceição e Maria Perpétua da Luz, o convento de Lagos e o célebre convento de Tentúgal. No que respeita a recolhimentos, temos um primeiro, do Espírito Santo, na Vidigueira, fundado em 1668 e um segundo, em Cuba, fundado em 1692.

O recolhimento de Guimarães foi fundado por Francisco Antunes Torres em 1685 e passou a recolhimento carmelita dois anos depois. De 1704 a 1726 foi travada a batalha para o transformar em convento. Para tal tiveram de se submeter à autoridade do geral do Carmo em Portugal e apelar ao Papa, pois estavam a subtrair-se da obediência do pároco, que parece não ter achado graça alguma.

Algumas linhas de tendência ressaltam destas observações. Em primeiro lugar, os recolhimentos estão associados à expansão da Ordem Terceira Carmelita e não à missionação dos seus frades e freiras, de modo directo. As fundações são de irmãs terceiras, caso dos recolhimentos alentejanos, ou promovidas por privados. Estas implantações, do último quartel de Seiscentos até meados de Setecentos, dão-se em núcleos populacionais relativamente povoados e visam, obviamente, auxiliar pessoas pobres, mas igualmente honradas, uma vez que tinham de passar pelo escrutínio da própria Ordem Terceira. Pelo caso de Guimarães, podemos inferir que deviam obediência ao pároco da freguesia e deviam ter uma orientação espiritual fornecida pelo padre responsável pela Ordem Terceira ou por outro destacado da Ordem Primeira (ramo masculino). É muito provável que houvesse director espiritual próprio na Vidigueira e em Setúbal, pois as povoações dispunham de conventos masculinos.

No que ao de Setúbal diz respeito, a pertença ao Carmo foi feita, certamente, a partir da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo. Aliás, aquando do estudo dos enterramentos, com base no *Livro dos Defuntos da Ordem Terceira*, houve algumas referências a enterramentos de religiosas, desprovidas de qualquer outra referência, que talvez correspondessem a algumas destas recolhidas (Neto, 2006, p. 107-183).

Por fim, creio que podemos concluir que sabemos ainda muito pouco sobre este edifício, estando ainda

numa fase relativamente prematura da sua investigação, no entanto, pelos elementos recolhidos, temos a percepção consciente que estamos perante algo de uma importância impar na história de Setúbal, bem como no que se conhece sobre arquitectura religiosa em Portugal e seu império durante o Antigo Regime.

Em síntese, os recolhimentos demonstram ser instituições extremamente fluidas. Apesar de terem o seu lugar garantido na sociedade do Antigo Regime, ao invés do mesmo, demonstram ter uma extraordinária capacidade de adaptação e modelação às contingências específicas dos locais onde se implantam. Em certa medida, podemos mesmo observá-los como respostas semi-públicas às complexidades e contradições do estatuto da mulher, em geral e das vivências femininas num determinado espaço, em particular. A sua tipificação, dentro desta perspectiva, torna-se dispensável, sendo antes de salientar o interesse que cada estudo de caso representa.

O caso de Setúbal é particularmente interessante. Porto marítimo internacional relevante, com aquartelamentos militares permanentes, possuía uma população masculina muito significativa que, naturalmente atraía e necessitava de um numeroso contingente de prostitutas. A acção da Câmara Municipal em relação a este problema foi sempre dúbia, procurando, de tempos a tempos, retrair a actividade, mas nunca se preocupando em resolver, de facto, o problema (Neto, 2011, p. 371-404). É fácil compreender a necessidade da prostituição, bem como também o é das formas de captação de mulheres para esta actividade. Setúbal congregava contingentes de pescadores e marítimos, moradores típicos das freguesias de S. Sebastião e na Anunciada. A vida destes homens era precária, para além de perigosa. Aquando de captura ou naufrágio, as suas famílias ficavam sem meios de sustento. As mulheres, viúvas ou donzelas, eram condicionadas a aderirem à prostituição, até porque sendo Setúbal pólo forte de imigração, muitas destas famílias não tinham as redes de solidariedade adequadas para as valer nestas situações.

Os recolhimentos da Saúde e da Soledade são claramente criados para poderem oferecer uma alternativa de vida comunitária honesta, para mulheres pobres, mas honradas. Porém, nascem já muito tarde, somente em meados do século XVIII. No que respeita à Soledade, apesar de, em princípio, se destinar a viúvas, que procuravam nesta espécie de convento sem dote, um fim descansado até aos últimos dias, também terá albergado donzelas, como vimos anteriormente. Os cubículos, voltados para o interior do recolhimento até 1755, abrem-se para a Praia do Seixal na edificação pós-terramoto. Tal não é inocente. Trata-se de uma lógica construtiva que facilita o contacto com o mundo exterior e que demonstra que o Recolhimento não é uma instituição definitiva, destinada a encerrar toda a vida da mulher pobre e honrada. Trata-se antes de um meio, um lugar temporário, até um bom casamento com um homem responsável, que possa prover o seu sustento. Assim, se os recolhimentos sadinos salvaguardam as mulheres da prostituição, nem por isso deixam de lhes atribuir o estigmatizante papel tradicional, de esposas e mães. O recolhimento da Soledade é, em última análise, um armazém de mulheres casadouras, ao qual os homens que pretendessem assentar, poderiam recorrer.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer a colaboração d'*Os Pirilampos* que, através do Senhor António Sousa e Senhor Maltinha, nos permitiram deambular sempre pelo espaço do Recolhimento e nos forneceram interessantes sugestões de investigação. A eles o nosso obrigado.

BIBLIOGRAFIA

BAYÓN, B. V. (2001) – *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas.

CARVALHO, J. C. de A. (1970) – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*. Volume IV, parte I, Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

CHAGAS, A. (O.F. M.) – *Cartas Espirituais*. I, 60, p. 1673-74.

LEAL, A. S. de A. B. de P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno*, volume IX, Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

NETO, J. L. *et alii* (2006) – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*. vol. 2, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal e Rede Portuguesa de Museus, p. 107-183.

NETO, J. L. (2010) – *A Idade do Ouro Branco: O contributo da Arqueologia Pós-medieval para o conhecimento de Setúbal, uma cidade portuária portuguesa*, dissertação de doutoramento, Salamanca: Universidad de Salamanca.

PIMENTEL, A. (1992) – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*. 2.ª ed., Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

SANTOS, A. dos (2004) – *O achamento de meu pai e outras histórias vividas no orfanato de Setúbal*. Setúbal: Centro de Convívio dos ex-alunos do orfanato municipal de Setúbal.

SANTOS, A. dos (2006) – *A cidade dos rapazes pobres, Setúbal anos 1950*. Setúbal: Centro de Convívio dos ex-alunos do orfanato municipal de Setúbal.

SILVA, M. B. N. da (2002) – *Donas e plebeias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa.

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO NA ÉPOCA MODERNA NA MADEIRA

ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA AOS CASOS DE SANTA CRUZ

RAFAEL FABRÍCIO NUNES

RESUMO No decurso dos trabalhos de recuperação das instalações da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz e da Igreja de Santa Cruz, surgiram diversos vestígios de origem arqueológica, que desencadearam uma análise científica pormenorizada. Desta escavação resultou a exumação de material de origem osteológica, assim como de uma rica e diversa cultura material associada. Este depósito, sobretudo o cerâmico e os adereços em metal e em osso, permitirá a atribuição de cronologias mais precisas para os vestígios em causa e a sua vinculação com o fenómeno da morte, assim como as respectivas implicações socioculturais, económicas e religiosas.

Esta comunicação pretende, genericamente, apresentar uma perspectiva preliminar dos achados osteológicos e material associado, exumados na Região Autónoma da Madeira, utilizando o caso-estudo das escavações na Cidade de Santa Cruz, confirmando-se o enquadramento cronológico entre estas, contribuindo assim para um melhor conhecimento das populações ancestrais deste arquipélago.

PALAVRAS-CHAVE **Arqueologia, antropologia, Santa Cruz, populações antigas, Madeira**

1. INTRODUÇÃO

Os projectos de recuperação das instalações da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz[1] e da Igreja Matriz de Santa Cruz[2] acarretavam uma particular sensibilidade arqueológica característica dos espaços pertencentes à antiga povoação da primeira capitania madeirense. Estas acções surgem numa tentativa de colmatar uma necessidade de informação arqueológica que se tornava imprescindível recolher, de forma a assegurar a compreensão de alguns padrões quotidianos desta população ancestral.

Para o efeito, e pela primeira vez em contexto regional, confirma-se um acompanhamento arqueológico de obra, no caso da Misericórdia, inteiramente suportado pelo promotor, permitindo estabelecer um processo de avaliação e salvaguarda do património arqueológico. Incrementa-se, assim, uma crescente atitude assertória e esclarecida na vertente das intervenções urbanas e nos trabalhos de avaliação arqueológica e minimização de impactes negativos dos empreendimentos, já verificada anos antes, aquando do início dos trabalhos na Igreja Matriz de Santa Cruz, a convite do pároco local, conduzido pelos alertas para a preservação da identidade arquitectónica.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Na primeira metade do século XV, assistiu-se a um importante passo na expansão marítima portuguesa, com o povoamento e posterior antropização portuguesa dos espaços insulares atlânticos. Com a ocupação do arquipélago da Madeira, e com a utilização deste como porto de abastecimento, assumiu-se desde cedo um papel crucial no traçado das diversas rotas comerciais que atravessavam o Atlântico, beneficiando nitidamente da sua posição estratégica. Esta afirmação insular, acaba por resultar numa prosperidade sem precedentes nos contextos quatrocentistas, ocasionando um rápido alastramento da população madeirense por toda a faixa costeira da ilha.

A povoação de Santa Cruz destaca-se então neste panorama, e a prosperidade é incontestável, firmando a cultura da cana sacarina como o seu principal motor económico, chegando a ter uma maior produção que a primeira sede de capitania do arquipélago da Madeira (Azevedo, 1873, p. 78-79). Neste momento, a expansão demográfica atinge um novo máximo, e com esta surgem as fundações dos primeiros núcleos populacionais e consequentes imóveis de apoio à população.

1. Imóvel classificado de Valor Regional, pela Resolução do Presidente do Governo Regional n.º 1560/98, JORAM n.º 102 de 02 de Dezembro 1998.
2. Classificado Monumento de Interesse Público pelo Decreto n.º 30/762, DG 1.ª série n.º 225 de 26 de Setembro de 1940.

2.1 Santa Casa da Misericórdia

O edifício da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz surge da crescente necessidade de um espaço de beneficência, há muito reclamado pelos Santacruzenses. Com a construção datada da terceira década do século XVI, este imóvel de arquitectura opulenta com feições maneiristas rapidamente evolui para um dos mais importantes hospitais da ilha (Sousa, 2011, p. 106). Dotada de arquitectura manuelina com indícios de tradição mudéjar, esta edificação, bem como as suas capelas e enfermarias, conta com diversos episódios de destruição de origem natural ou humana, surgindo, por diversas vezes, projectos de reconstrução e ampliação ao longo dos séculos, sendo a última caracterizada pela intervenção arqueológica a que foi sujeita e da qual resultaram diversos indícios que se destacam pelo manancial de conhecimento histórico, dificilmente expresso em fontes documentais.

2.2 Igreja Matriz de Santa Cruz

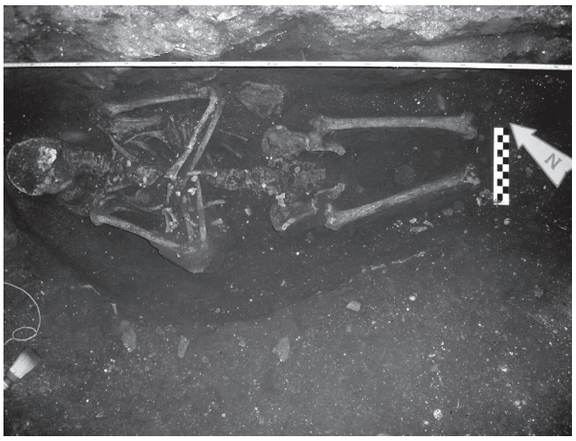
A Igreja Matriz de Santa Cruz ou Igreja de São Salvador, cuja edificação remonta ao ano de 1507 (Pita, 1951, p. 18), localiza-se no espaço contíguo à Santa Casa da Misericórdia e caracteriza-se pela sua arquitectura religiosa, gótica e manuelina, característica dos templos religiosos da época.
Tal como na Santa Casa da Misericórdia, também este espaço religioso foi alvo de importantes trabalhos visando a sua conservação e restauro, tanto nas três naves principais como nas capelas anexas, entre os quais importa evidenciar os indícios de restauro levado a cabo após os danos provocados pelo terramoto de 13 de Março de 1748. Salientam-se os restauros de 1966, que colocaram em evidência um portão gótico geminado na capela-mor, encoberto por uma espessa camada argamassada, revelando as dificuldades de restauro da época (Pereira, 1989, p. 690).
Na sequência deste achado, levantou-se o debate sobre a carência da preservação do valor histórico, artístico e arquitectónico, o qual culminou, algumas décadas depois, com uma intervenção arqueológica, no sentido de compreender os testemunhos históricos do conjunto edificado.

3. AS INTERVENÇÕES

A metodologia aplicada nos trabalhos arqueológicos seguiu a experiência técnica e profissional da equipa de trabalho, numa aproximação aos princípios definidos por Barker (1982) e Harris (1991). Nos trabalhos de campo, efectuou-se o preenchimento das fichas de Unidade Estratigráfica, com os respectivos elementos de natureza descritiva e interpretativa, procedendo-se ao desenho técnico das plantas e cortes à escala de 1:20. O registo fotográfico foi realizado em fotografia digital e analógica, documentando-se as diferentes unidades estratigráficas identificadas e distintas etapas do trabalho arqueológico. No caso da Santa Casa da Misericórdia, procedeu-se ainda ao registo audiovisual das etapas mais significativas da intervenção arqueológica.

3.1 Santa Casa da Misericórdia

Tendo em conta os registos documentais e o conjunto osteológico observado nas áreas envolvidas, é possível aferir a importância da Igreja Matriz de Santa Cruz como local de sepulcro desde a sua construção até, pelo menos, aos inícios do século XVIII.
Já o facto de se identificar uma deposição mortuária associada a um contexto ritualístico no espaço da Santa Casa da Misericórdia é menos claro, podendo ser justificado pela sua proximidade ao espaço sacralizado. Este distanciamento em relação ao local de culto poderá também estar relacionado com o estatuto sócio-económico do indivíduo, uma vez que as Misericórdias, por terem a seu cargo os doentes mais pobres, teriam igualmente que suportar os encargos dos rituais fúnebres dos falecidos, uma vez que estes, geralmente, não tinham qualquer tipo de bens ou família que os acolhesse. Uma forma de evitar os elevados encargos de um ritual usualmente dispendioso, seria proceder à inumação em terrenos próximos, pertencentes à própria instituição.
O culto da morte subentende um marco intimamente embutido de sentimento religioso e, paralelamente às orientações das deposições fúnebres, fornecem importantes pistas na reconstituição da religiosidade de uma população. Nesta inumação, em particular, a evidência de rituais de enterramento está bem patente, distinguindo-se um conjunto de apreciações culturais que fornecem elementos importantes relacionados com os desígnios da fé cristã.
Esta perspectiva religiosa é claramente verificada na deposição do indivíduo inumado, em decúbito dorsal, assim como na tipologia de posicionamento dos membros superiores e inferiores, pressupondo uma pose de oração (fig. 1).Também a persistência de algumas partes esqueléticas em estreita conexão anatómica após a decomposição dos tecidos contíguos, não sendo registada qualquer perturbação pós-deposicional de relevo, surge como indicador inequívoco da utilização de um sudário. De salientar a ausência de qualquer item do ideário cristão que possa corroborar com esta óptica, como algum rosário e/ou algum elemento de adorno



1. Sepultura na Santa Casa da Misericórdia, com inumação em decúbito dorsal.

2. Fragmento de azulejo Hispano-árabe recuperado da área de prospecção 10, na Misericórdia de Santa Cruz. A espessura da parede mede25 mm. (SCM/05-AP10-5905).

3. Fragmento de azulejo Hispano-árabe recuperado na Misericórdia de Santa Cruz.

4. Fragmento de azulejo com decoração policroma com motivos geométricos, importação nacional do século XVII.

ou de vestuário, tão frequentes neste tipo de enterramento.

A simplicidade desta deposição aliada à abundância de ossos desarticulados, pertencentes a antigas inumações entretanto destruídas por outras mais recentes, e à ausência de qualquer lápide ou mausoléu que identificasse o inumado, leva a conjecturar sobre o uso intensivo do espaço sepulcral ao longo da sua existência e sobre a convivência e uma certa familiaridade, por parte da comunidade, com a morte, verificada nas inumações, transcrita num cortejo fúnebre rápido e sem grandes solenidades.

De referir que a maior parte do material osteológico não foi recuperado durante a intervenção, o que veio a condicionar, em grande medida, quaisquer estudos antropológicos subsequentes.

3.1.1 Espólio Exumado

Em relação ao espólio recuperado junto à área intervencionada, foram identificados dois fragmentos de azulejos hispano-árabes (figs. 2 e 3), com decoração geométrica e pastas de textura compacta de cor creme (K71), com escassos elementos não plásticos, cujas morfologias bem demarcadas e tonalidade das pastas remetem para os centros de produção em Sevilha. Já o outro exemplar de azulejaria, com decoração policroma representando motivos geométricos, sugere uma aproximação aos elementos de importação nacional do século XVII (fig. 4). Estes elementos levam a reflectir sobre a riqueza e opulência da cidade e evidenciam as influências comerciais com o sul peninsular e com o continente português.

3.2 Igreja Matriz de Santa Cruz

A intervenção pautou-se pela abertura de um quadrado 2x2 m (sondagem A, do sector I), sob o soalho da igreja, no quadrante orientado a Sul. Definiram-se quatro unidades estratigráficas distintas, sendo que a ausência de luz natural impediu um registo cromático

coerente das unidades estratigráficas.
Nesta sondagem foram detectados enterramentos tanto primários como secundários, com uma grande abundância de ossos desarticulados e bastante revolvidos por toda a área intervencionada.
Os ossos analisados apresentam-se, em geral, num mau estado de conservação (figs. 5 e 6), uma provável consequência da humidade localizada e de diversos factores tafonómicos, predominantemente antrópicos, que provocaram, na maioria dos casos, uma maior fragilização do material osteológico.
Esta fragmentação do material ósseo invalida em grande parte, uma análise segura da diagnose sexual. Este diagnóstico, que ainda decorre em fase de estudo laboratorial, recorre aos ossos mais credíveis para o efeito, nomeadamente os fragmentos de crânios e, sempre que possível, às características morfológicas dos ossos ilíacos (Buikstra & Ubelaker, 1994), de algumas porções femorais, talus e calcâneo (Wasterlain, 2000). Para já, destaca-se a identificação de indivíduos de ambos os sexos, através da morfologia da glabela e arcadas supraciliares e tamanho e robustez das apófises mastóides.
A estimativa da idade à morte desenvolve-se com base nos indicadores referentes à obliteração de suturas cranianas (Masset, 1982), metamorfose da sínfise púbica (Brooks & Suchey, 1990) e da superfície auricular (Lovejoy *et al.*, 1985), desgaste dentário e alterações degenerativas. De destacar que, como primeiro elemento distintivo entre adulto e não-adulto, tomou-se em atenção a união das epífises às diáfises e consequente crescimento longitudinal dos ossos, não sendo, até ao momento, encontradas quaisquer alterações morfológicas correspondentes a indivíduos não adultos.
Na estimativa de estatura dos indivíduos adultos, coloca-se o problema da fragmentação dos ossos, que veio a comprometer a análise, dada a impossibilidade, na maioria dos casos, de medir o comprimento dos ossos longos. Contudo, sempre que possível, determina-se a estatura através da metodologia proposta por Mendonça (1998).
Relativamente à análise estomatológica, verificaram-se, até ao momento, diversos casos de indivíduos que apresentam desgaste dentário em diversos dentes definitivos, não atingindo graus muito avançados. Esta não é em si uma circunstância patológica, mas sim o resultado dos processos de mastigação e de outros processos mecânicos sobre os dentes (Powell, 1985), podendo contudo afectar em grande escala a prevalência de outras doenças (Freeth, 2000). No que concerne à perda de dentes foram identificados fragmentos de mandíbulas, destacando-se a mais completa, pertencente a um indivíduo adulto, com reabsorção alveolar de dois molares. Esta reabsorção progressiva dos alvéolos deve-se à perda *ante mortem* das duas peças dentárias e reconhece-se pela reorganização dos tecidos, de maior ou menor intensidade, podendo originar a formação de uma superfície lisa (Chimenos *et al.*, 1999, p. 44-45). Neste caso, é particularmente difícil inferir sobre as causas da perda dentária, não sendo colocada de parte a hipótese de extracção deliberada, como forma de tratamento de uma patologia prévia que afectasse a cavidade oral, podendo também ser esta só por si, a causa desta perda. Destaca-se também a presença de cáries coronais e de tártaro em diversos dentes desarticulados, podendo este ser um indicador de alguma precariedade na higiene oral (o que terá conduzido a um excessivo crescimento bacteriano) ou de uma dieta rica em hidratos de carbono fermentáveis e/ou alimentos rugosos com texturas abrasivas. Outros factores patológicos são de difícil avaliação pelo facto da maioria dos dentes se encontrarem soltos e da sua própria representatividade ser baixa.
Encontram-se também vestígios de óxido de cálcio por toda a área intervencionada, o que acaba por ser perfeitamente lógico, uma vez que estes sedimentos, colocados deliberadamente, acabariam por inibir quaisquer odores dos gases resultantes da decomposição cadavérica, o que faria sentido, principalmente quando os sepultamentos eram efectuados em espaços sagrados, que diariamente acolhiam as cerimónias eclesiásticas. Curiosamente, esta deposição já havia sido documentada por autores estrangeiros em visita à ilha, embora com uma veracidade científica muito questionável – "As igrejas são normalmente usadas para sepultura dos seus mortos. Na inumação, misturam uma certa quantidade de cal com a terra para apressar a consumação do cadáver que, por este motivo, se reduz a pó muito rapidamente dando espaço para novo enterramento, dentro do período de uma quinzena" (Ovington, 1696).
Em relação a todos os parâmetros antropológicos descritos anteriormente, sublinha-se o facto de esta ser uma primeira abordagem aos casos-estudo, no qual os dados preliminares necessitam de estudos de pormenor e de âmbito especializado e científico, após os quais deverão ser divulgados os dados finais e conclusivos.

3.2.1 Espólio Exumado

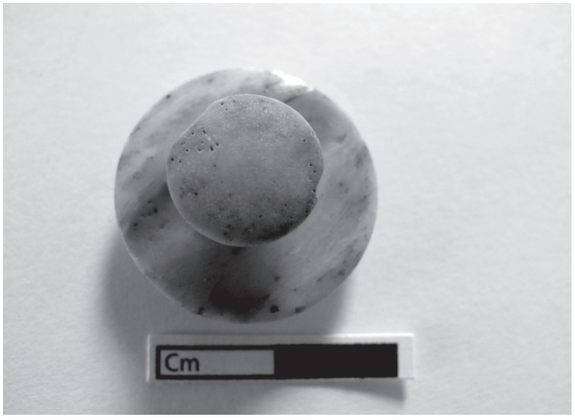
Comparativamente às inumações da Santa Casa da Misericórdia, a Igreja Matriz de Santa Cruz expõe uma visão mais opulenta das cerimónias fúnebres, com a presença de diversos adornos pessoais, reflectindo um maior cuidado na preparação do corpo do falecido. Isto verifica-se em praticamente em todas os templos da época sendo documentado por John Ovington (1696) como uma postura "para marcar o respeito pelo

5. Indivíduo inumado no interior da Igreja Matriz de Santa Cruz.

6. Aspecto das deposições no interior da Igreja Matriz de Santa Cruz.

7. Brinco de formato oval com remate em enrolamento do fio de cobre. Diâmetro de 19 mm. (IMSC/99-S1-2).

8. Conjunto de oito botões. Quatro dos artigos apresentam-se completos, com pé de arame em forma de U, estando os restantes quatro sem pé. O diâmetro varia entre 14 mm e 23 mm.



9. Exemplar de botão em osso das escavações da Igreja Matriz de Santa Cruz, com dois discos côncavos e paralelos conectados por um corpo cilíndrico (IMSC/99-S1-38).

falecido trata-se e adorna-se o cadáver, como longínquo símbolo da sua gloriosa e triunfante ressurreição (...) " (Ovington, 1696).

Neste contexto, destaca-se o único exemplar de brinco na joalharia tradicional madeirense encontrado em contexto arqueológico, um interessante brinco em cobre, em formato oval cujo remate consiste num delicado enrolamento de um fio de cobre (fig. 7). Também os botões, ainda que pouco comuns em contextos arqueológicos insulares nas épocas anteriores ao século XVII, figuram em números consideráveis, apresentando-se como um elemento decorativo importante nas indumentárias fúnebres dos indivíduos aqui inumados. Na análise morfológica destas peças reforça-se a presença de diversos exemplares em metal, alguns deles ostentando uma adição de um pé de arame em forma de semi-circunferência e um distinto padrão quadriculado na coroa (fig. 8). O avançado estado de oxidação dos restantes exemplares dificulta a interpretação dos seus respectivos padrões decorativos. Um outro exemplar em osso, com ausência de furos, foi encontrado nesta área, apresentando um cuidadoso polimento exterior e um distinto sistema de preensão (fig. 9). O artigo apresenta dois discos côncavos e paralelos, conectados por um corpo cilíndrico, unindo o centro de cada disco.

Do ponto de vista ceramológico, a Igreja Matriz de Santa Cruz constitui um local interessante, respeitante ao registo de importações dos finais do século XVII e inícios do século XVIII. De uma forma generalizada, as formas exumadas correspondem, fundamentalmente, a peças de uso utilitário, sendo que as produções madeirenses apresentam-se, efectivamente, como uma minoria representativa. Dos exemplares estudados de fabrico madeirense, enumeram-se as cerâmicas comuns, com destaque para um fragmento de bordo e bojo de um testo (fig. 10), que exibe as superfícies carbonizadas, um indicador precioso na classificação funcional deste apetrecho, colocando-o num grupo cerâmico com funções distintas na preparação dos alimentos sobre o fogo (particularmente representados pelos tachos, panelas e púcaros). Este exemplar, em particular, apresenta uma pasta de textura semi-compacta de cor acastanhada (T29), com um bordo em aba, com uma espessura de 5 mm, e um lábio boleado. Esta peça, em forma de disco e componente essencial na cobertura de panelas

10. Fragmento de bordo e bojo de um testo de cerâmica comum de fabrico local (IMSC/99-S1-6).

11. Conjunto de sete fragmentos pertencentes a pratos de faiança portuguesa decorada a azul-cobalto do século XVIII, figurando motivos geométricos e vegetalistas (IMSC/99-S1-11; IMSC/99-S1-24; IMSC/99-S1-27; IMSC/99-S1-31; IMSC/99-S1-32; IMSC/99-S1-26; IMSC/99-S1-30).

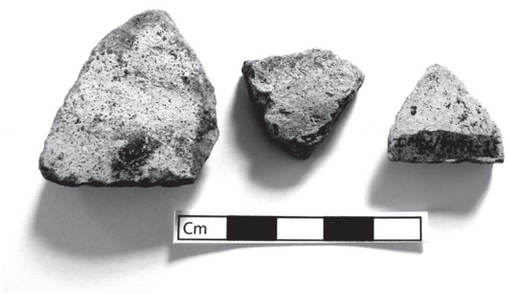
12. Conjunto de cinco fragmentos de pratos de faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII, com decoração monocroma de azul-cobalto sobre esmalte branco (IMSC/99-S1-20; IMSC/99-S1-22; IMSC/99-S1-14; IMSC/99-S1-28; IMSC/99-S1-29).

13. Fragmento de panela de cerâmica comum de importação nacional, exibindo uma canelura na superfície externa (IMSC/99-S1-9).

ou púcaros, insere-se na fase de difusão da cerâmica de fabrico local madeirense, bastante frequente nos estratos do século XVII de Santa Cruz e Machico.

Já os fragmentos de faiança portuguesa pintada a azul (em tons de azul-cobalto) sobre esmalte branco constituem os conjuntos mais representativos dos depósitos dos séculos XVII e XVIII da Igreja Matriz de Santa Cruz. O primeiro conjunto (fig. 11) corresponde a sete fragmentos pertencentes a pratos de faiança portuguesa, figurando motivos geométricos e figurativos vegetalistas. As pastas de textura semi-compacta de cor creme (K91) ou amarelada (K77), com escassos desengordurantes atestam a boa qualidade da peça. Os bordos apresentam-se extrovertidos com espessuras variáveis entre os 3 mm e os 7 mm, e lábios boleados ou afilados. As paredes apresentam espessuras que variam entre os 3 mm e os 5 mm. Outros artigos representativos desta categoria tecnológica são os fragmentos de pratos e tigelas dos séculos XVII e XVIII (fig. 12), com decoração monocroma e pasta de textura semi-compacta de cor creme (K91) e escassos desengordurantes. As decorações, congéneres às anteriores, apresentam uma temática decorativa com vestígios de círculos concêntricos pintados a azul-cobalto. Também neste caso, encontramos bordos extrovertidos de 3 mm e 4 mm, e lábios boleados. A espessura da parede varia entre os 3 mm e os 6 mm. Estes exemplares podem integrar as importações das fábricas de Lisboa, Coimbra ou Porto para a Vila de Santa Cruz, uma das mais importantes localidades da capitania de Machico.

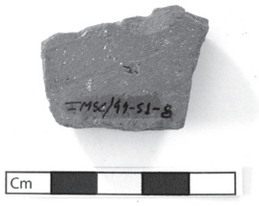
Com o estabelecimento de transacções comerciais entre o século XV e o século XVII, verifica-se uma entrada significativa de loiças originárias de Portugal Continental estendendo-se, posteriormente, ao vizinho Reino de Castela (Sousa, 2011, p. 213-214). De entre os conjuntos importados, dá-se especial atenção à loiça de cozinha e cerâmica de armazenamento. Dos exemplares referenciados neste contexto, foi possível identificar um fragmento de panela em cerâmica comum (fig. 13), de importação nacional, de pasta semi-compacta de tonalidade acastanhada, com abundantes micas e elementos quartzosos. A superfície ostentava uma canelura saliente envolta em vestígios de carbonização que, mais uma vez, são representativos da sua classificação funcional. Já um dos exemplares (fig.



14. Conjunto de três fragmentos de parede de anforetas ou de barris de cerâmica comum de importação (IMSC/99-S1-13; IMSC/99-S1-19; IMSC/99-S1-15).

15. Fragmento de asa e de parede de um pucarinho do grupo de pasta de cerâmica fina não vidrada de importação nacional do século XVII (IMSC/99-S1-5; IMSC/99-S1-17).

16. Conjunto de dois fragmentos de parede com as superfícies acetinadas e brunidas, de peças indeterminadas de imitação das séries de importação fina não vidrada (IMSC/99-S1-12; IMSC/99-S1-21).



17. Fragmento de parede de uma forma de pão de açúcar do grupo de pasta de Aveiro (IMSC/99-S1-8).

14) com as superfícies internas vitrificadas em coloração amarela e esverdeada e externas com um engobe acentuado dificulta a sua distinção, no que toca à origem geográfica. Com uma possível importação do continente português ou de Espanha, estes três fragmentos de cerâmica comum, de paredes de anforetas ou de barris (com uma espessura de 9 mm e 7 mm), apresentam pastas de textura semi-compacta de cor acastanhada e acinzentada. Em termos funcionais, estes fragmentos representam uma das formas mais frequentes de artigos de transporte de víveres ou de líquidos, maioritariamente utilizados nas embarcações, mas também encontrados em contextos terrestres.

Ainda no contexto das importações, destaca-se um conjunto singular de loiça de importação do continente português, que ostenta uma aparência fina, não vidrada, de pastas alaranjadas (L39), com variadíssimos elementos micáceos e quartzosos de pequena dimensão. Verifica-se nos exemplares de pucarinho e asa (fig. 15), um tratamento acetinado das superfícies, características que singularizam a crono-tipologia da peça (século XVII), e uma asa de secção oval. Estas peças, de grande requinte e qualidade de acabamento, estabelecem um claro indício do prestígio social, sendo compreensível que a ausência da técnica do vidrado nas olarias insulares terá sido responsável por uma inflação do valor da loiça, tornando-a menos acessível do ponto de vista económico, ficando limitada apenas às famílias aristocráticas e aos grupos religiosos locais (Sousa, 2011, p. 228). A elevada aceitação deste tipo de loiça nos contextos insulares despoletou uma imensa procura pelas imitações morfológicas desenvolvidas pelos oleiros locais, que procuravam imitar as formas e as composições decorativas. Isto resultou numa loiça identicamente fina, mas de qualidade e concepção técnica inferior (Sousa, 2011, p. 229). Os dois fragmentos de parede com as superfícies acetinadas e brunidas, formando decorações em banda, exibem pastas de textura semi-compacta de tonalidade acastanhada (T29), com elementos não plásticos líticos e arenosos, apresentando-se como um dos exemplares mais representativos e um dos mais fortes indícios de imitação das loiças finas não vidrada na produção local (fig. 16). Naturalmente, a posterior massificação das produções de imitação local, permite que as peças sejam dissipadas para os restantes estratos sociais, anteriormente vedados deste tipo de produção.

À semelhança do que acontecia para o grupo da ce-

râmica comum, os contextos insulares destacam-se como importantes importadores de cerâmica de uso industrial, neste caso concreto, para o fabrico de açúcar. A especificidade da tecnologia açucareira e a necessidade de um fornecimento cada vez mais elevado de recipientes do açúcar, aliado ao número crescente de exportações do "ouro branco" e da dinamização comercial gerada pelo fabrico de açúcar verificada no contexto madeirense, conduziam a uma expressiva importação de formas cerâmicas, particularmente dos centros produtores portugueses (Sousa, 2011, p. 454).
Estas importações estão bem assentes no indício de cerâmica de açúcar exumado na Igreja Matriz de Santa Cruz (fig. 17). Este fragmento de parede de uma forma de pão de açúcar, de tonalidade alaranjada (P39), apresenta abundantes elementos micáceos e quartzosos e superfícies aguadas de cor alaranjada, semelhante à pasta. Este tipo de produção insere-se no grupo de pasta de importação aveirense do século XVII, com acrescidos paralelos aos estratos da Misericórdia de Santa Cruz, onde se recuperaram diversos bordos emolduradados e não emoldurados. A presença destas cerâmicas neste tipo de contextos levanta questões interessantes, particularmente na possível presença de uma produção de açúcar ou dos seus derivados em métodos artesanais, ou em produção industrial, nas proximidades do sítio arqueológico. De facto, tendo em conta os dados documentais, foi possível notar a presença do que poderia ser um antigo engenho de cana-de-açúcar num antigo plano da Vila de Santa Cruz, assinado por Inácio Joaquim de Castro, em 1799, o qual pertenceria a um dos quatro engenhos de açúcar, descritos por Pita (1953, p. 14-19), situados nas proximidades da Igreja Matriz de Santa Cruz. Para além deste, Pita refere também a presença de um outro engenho perto do pequeno sítio do Porto do Seixo, onde "se fabricava o açúcar, que os navios de Urbano Lomelino[3], o maior mercador da Ilha e o homem mais rico da Capitania de Machico, cerragavam no porto Seixo, juntamente com os meles, conservas e vinhos, par levar á Flandres, a Génova, a Veneza e à Índia" (Pita, 1953, p. 15-17).
O facto de serem exumadas diversas formas de pão de açúcar destes contextos poderia advir do facto de estas terem sido transportadas desses sítios juntamente com os sedimentos utilizados nas inumações ou nas mais diversas obras ao longo do tempo. O mesmo poderá

3. A chegada de Urbano Lomelino, comerciante italiano, natural de Génova, e de outros negociantes estrangeiros, trouxeram grande prosperidade e uma clara influência cultural e material à Vila de Santa Cruz. Exemplo disto foi a fundação do antigo Convento da Piedade, mandado erigir em testamento por Urbano Lomelino e escavado por António Aragão no início da década de 60 de onde resultou um rico espólio que incluía diversas produções importadas de loiça de excepcional qualidade.

18. Elemento em couro com coloração acastanhada e vestígios de elementos metálicos (IMSC/99-S1-CM1).

ter ocorrido com as faianças e as restantes cerâmicas, uma vez que a presença destes materiais terá, efectivamente, que ser enquadrada num contexto social particular, justificável pela presença de diversas casas senhoriais nas imediações dos sítios analisados.
Um outro elemento material que poderá contribuir na clarificação do quotidiano desta população prende-se num achado de um elemento em couro, com quatro camadas de coloração acastanhada sobrepostas, com vestígios de elementos em metal e consequente coloração verde, resultante da oxidação do metal nos elementos ósseos que os rodeavam (fig. 18). Este indicador material pode tratar-se de um último testemunho de uma ligadura ou de um curativo médico similar, que poderia ter por função a limitação do movimento ou sustentação do membro, como medida de tratamento de entorses, luxações ou fracturas. De salientar que o estado de conservação do tecido ósseo envolvido não permitiu qualquer conclusão sobre a presença de traumas.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

As intervenções arqueológicas levadas a cabo no centro da cidade de Santa Cruz, assim como os vestígios que dela advieram, expõem um valor patrimonial e um manancial de informação histórica, raramente veiculado pelos documentos escritos.
A identidade histórica da cidade, marcada profundamente pelas culturas, das quais se destaca, inequivocamente, a da cana sacarina, permite o registo de uma movimentação comercial intensa que conflui na diversidade e riqueza do material exumado. A sociedade santacruzense ter-se-á, certamente, a par da vizinha sede de capitania, destacado nos circuitos comerciais, materializando o seu poderio social e cultural na aquisição de diversos bens sumptuosos, talvez induzida pelas influências culturais dos vários mercadores estrangeiros que afluíam à ilha atraídos pelo florescente comércio açucareiro.

A necrópole escavada na Igreja Matriz de Santa Cruz salienta um vasto número de informações que permitem a reconstituição e compreensão de alguns elementos quotidianos da população através de algumas práticas e gestos funerários, assim como dos próprios indícios materiais.

De realçar o facto de esta ser, do ponto de vista antropológico, uma primeira e sumária abordagem à série osteológica recolhida, tornando-se imprescindível a conclusão dos trabalhos laboratoriais, ainda em curso.

A validação destas análises, assim como uma revisão comparativa com outros dados recolhidos de outras intervenções contemporâneas, certamente contribuirão para uma abordagem multidisciplinar deste género de contextos e o fortalecimento do estudo do espólio osteológico em articulação com os dados da arqueologia, o que naturalmente constitui uma mais-valia, que permitirá descortinar um pouco mais do panorama relativo ao modo de vida e à quotidianeidade desta população.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, A. (1873) – *"Notas", As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso – Historia das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*. Typ. Funchalense. Funchal.

BARKER, P. (1982) – *Techniques of Archaeological Excavation*. New edition, B.T. Batsford Ltd. London.

BROOKS, S. e SUCHEY, J. (1990) – Skeletal age determination based on the os pubis: A comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods. *Human Evolution*. London. 5, p. 227-238.

BUIKSTRA, J. e UBELAKER, D. (1994) – *Standards for Data Collection from Human Skeletal.*Arkansas Archaeological SurveyResearch Series, 44. Fayetteville.

CHIMENOS E., SAFONT S., ALESAN A., ALFONSO J. e MALGOSA A. (1999) – Propuesta de protocolo de valoración de parámetros en Paleodontología. *Gaceta Dental*. 102, p. 44-52.

FREETH, C. (2000) – Dental health in British antiquity. InCOX, M.;MAYS, S., eds. lits. – *Human osteology in archaeology and forensic science*. Greenwich Medical Media Ltd. London.

HARRIS, E. (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Editorial Crítica. Barcelona.

LOVEJOY, C.; MEINDL, R.; PRYZBECK, T. e MENSFORTH, R. (1985) – Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium – a new method for the determination of adult skeletal age at death. *American Journal ofPhysical Anthropology*. 68:1, p. 15-28.

MASSET, C. (1982) – *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse de Doctorat d'Etat. Université de Paris VII, Paris.

MENDONÇA, M.C. (1998) – *Contribución para la identificación humana a partir del estudio de las estructuras óseas: determinación de la talla a través de la longitud de los huesos largos*. Tesis Doctoral. Facultad de Medicina – Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

OVINGTON, J. (1696) – Uma viagem a Suratt no ano de 1689. In ARAGÃO A., ed.lit. – *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455 – 1700*. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Funchal.

PEREIRA, E. (1989) – *Ilhas de Zargo*. 4.ª edição, Câmara Municipal de Funchal. Funchal.

PITA, M. (1951) – Notas para a história da freguesia de Santa Cruz. *Das Artes e da História da Madeira*. Funchal. 8, p. 16-21.

PITA, M. (1955) – Notas para a história da freguesia de Santa Cruz. *Das Artes e da História da Madeira*. Funchal.15, p. 14-19.

POWELL, M. (1985) – The analysis of dental wear and caries for dietary reconstruction. In BROWN, R.; MIELKE, J. ed.lits. – *The Analysis of Prehistoric Diets*. AcademicPress, Inc. San Diego.

SOUSA, E. (2011) – *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Tese de Doutoramento em História, especialização em História Regional e Local. Faculdade de Letras, Departamento de História – Universidade de Lisboa, Lisboa.

WASTERLAIN, S. (2000) – *Morphé. Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da Colecção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Tese de Mestrado em Evolução Humana. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra, Coimbra.

O REGISTO ARQUEOLÓGICO DE UMA SUPERSTIÇÃO

O SIGNO-SALOMÃO NO ALENTEJO – SÉCULOS XV-XVIII

ANDREA MARTINS andrea.arte@gmail.com
GONÇALO LOPES g.simoeslopes@gmail.com
HELENA SANTOS lenamps@hotmail.com
MANUELA PEREIRA Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. manuelaspereira@gmail.com
MARCO LIBERATO Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. marcoliberato@hotmail.com
PEDRO CARPETUDO Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. cephas28@gmail.com

RESUMO Apresentam-se três exemplos de representações de signo-salomão em materiais relacionados com o armazenamento de víveres, recuperados em contextos do Sul do país depositados entre os séculos XV e XVII, o que parece demonstrar que esta figura assumia um papel axial nas superstições relacionadas com a degradação dos produtos alimentares.

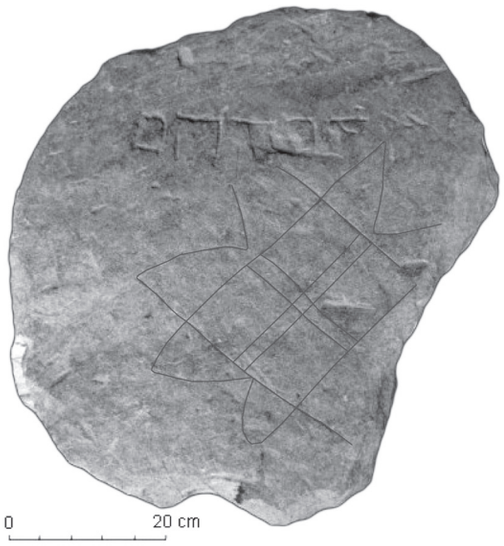
PALAVRAS-CHAVE Signo-salomão, elementos apotropaicos, conservação dos alimentos, Alentejo, Idade Moderna

O signo-salomão assumiu no território português duas formas distintas: uma mais simples que corresponde à figura geométrica pentagrama e outra, mais complexa, que José Leite de Vasconcelos classificou de signo-salomão dobrado. Nas primeiras décadas do século XX aquele investigador recolheu vários testemunhos do aparato supersticioso que enquadrava a utilização deste símbolo em diversas regiões portuguesas.

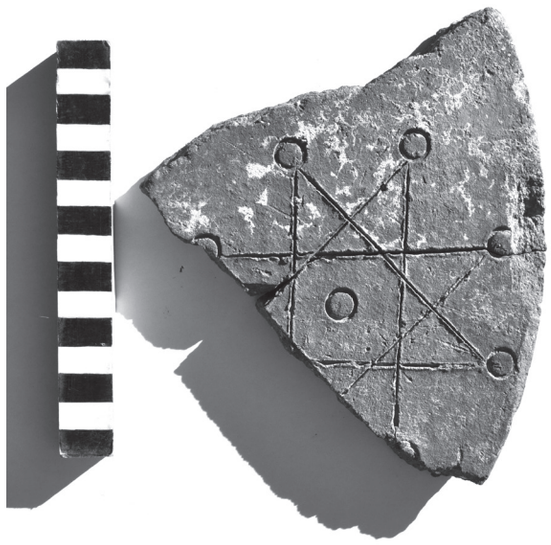
Genericamente era encarado como um ente protector contra o Mal – que se podia manifestar a partir de formas diversas como quebrantos ou maus-olhados – sendo que a sua representação impedia a penetração de elementos nocivos no interior da entidade protegida. Assim, em Melgaço acreditava-se que «nada entra, (isto é coisa má)» com pessoas cujas linhas da mão assumissem formas próximas do pentagrama e o mesmo símbolo, gravado em cangas, impedia «que o Diabo entre com os bois», de acordo com as tradições populares de Óbidos (Vasconcelos, 1918, p. 239).

A primeira representação aqui apresentada provém de Beja e foi gravada numa placa de xisto que funcionou como tampa de um silo, recuperada na Avenida Miguel Fernandes. Os materiais associados permitem enquadrá-la cronologicamente no século XV. De facto, terá sido gravada em data anterior a 1496, uma vez que na mesma placa foi inscrito o nome Abraão em caracteres hebraicos, certamente para sinalizar a propriedade da cova de pão que protegia. Assim, para além de demonstrar a precocidade da utilização do símbolo com intenções indubitavelmente apotropaicas – uma vez que se torna inverosímil que um elemento como a tampa do silo recebesse um motivo meramente decorativo – permite conjecturar que as superstições em torno do signo-salomão seriam transversais às várias confissões religiosas que coexistiam nos espaços urbanos portugueses até ao édito de expulsão.

Na vila intra-muros de Montemor-o-Novo, durante a campanha de escavação arqueológica de 2010, na zona de Santa Maria da Vila, foi encontrado um fragmento de tampa de talha de forma circular. O seu diâmetro original seria de aproximadamente 56 centímetros e possuí um signo-salomão dobrado gravado, junto de uma aresta, que basicamente consiste numa estrela de oito pontas ou octograma. Nas oito pontas da estrela foram feitos círculos, assim como no centro da figura. Este objecto foi encontrado num edifício que se pensa ter sido utilizado como taberna/lagar/adega, possivelmente utilizado no século XVII. No piso térreo do edifício foi identificada uma área de produção constituída por um pátio e três lagaretas e uma área de armazenamento constituída por diversos compartimentos onde se encontrava grande quantidade de talhas, duas delas intactas e *in situ.* Foi junto desta possível área de armazenamento que o fragmento de talha com o signo-salomão



1. Representação proveniente de Beja.

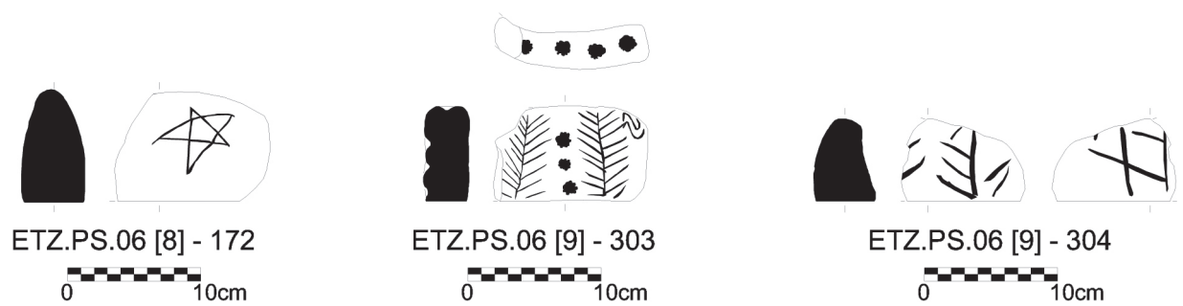


2. Representação proveniente de Montemor-o-Novo.

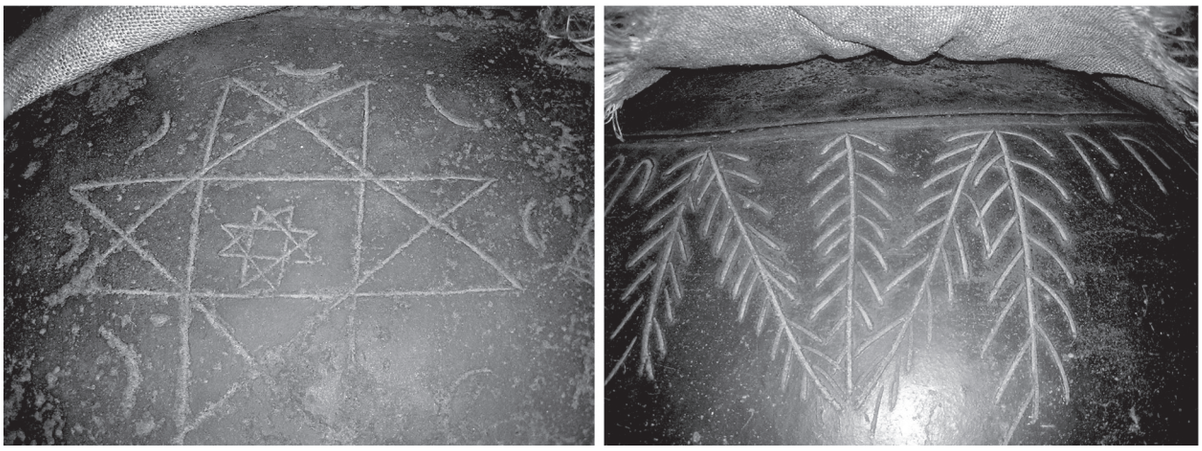
dobrado foi encontrado. Este facto leva a supor que, neste caso, a intenção deste símbolo fosse a protecção de qualquer malefício do vinho guardado no interior de uma dessas talhas.

Também em Estremoz se identificou uma representação do signo-salomão, desta feita na sua forma simplificada, recuperada numa sondagem realizada em 2006, junto das Portas de Santarém, no âmbito do PNTA *Estremoz e o seu termo durante a Idade Média: produção, consumo e circulação de produtos cerâmicos*. Foi aplicado sobre um peça cerâmica cuja função permanece desconhecida mas cuja forma, tendendo ao semi-círculo, bem como a sua robustez, nos induzem a colocar a hipótese de se tratar de um elemento que, aplicado na base de vasos cerâmicos de grandes dimensões, facilitaria a sua estabilização. Os motivos incisos nos fragmentos recolhidos também indiciam que constituiriam um todo funcional com as talhas, uma vez que, para além do pentagrama, surgem representadas espigas de cereal, um dos motivos que mais frequentemente decoram esses contentores cerâmicos. A associação destes hipotéticos apoios de talha com faianças decoradas com o motivo de "contas" a azul e vinoso, apontam a segunda metade do século XVII ou os inícios da centúria seguinte como o momento de deposição do despejo detrítico onde foram recuperados.

Todos os exemplos aqui documentados parecem remeter para uma utilização relativamente frequente do signo-salomão como elemento profilático para a conservação de produtos alimentares armazenados para posterior consumo. Esta prática é de facto compaginável com as superstições populares ainda vigentes no início do século passado: o signo-salomão garantiria a imunidade do interior de silos ou talhas face a



3. Apoios de talha (?) provenientes de Estremoz.



4. Decoração de talhas, actualmente reutilizadas como elemento decorativo num restaurante de Estremoz.

maus-olhados e quebrantos, protegendo os víveres e impedindo o seu emputrescimento ou azedamento. Certamente esta prática não seria exclusiva do Alentejo mas as características climáticas e pedológicas do Sul da Península, que tornavam esta região mais apta para o cultivo da vinha e do cereal, facilitando também a sua conservação por prazos mais dilatados, poderão ter implicado uma maior divulgação desta solução. Sintomaticamente, todas as representações deste símbolo em elementos cerâmicos recolhidos por José Leite de Vasconcelos correspondem a talhas ou potes, demons-trando a sua íntima relação com o armazenamento de grandes volumes de consumíveis alimentares, que perdurou até ao século XX.

BIBLIOGRAFIA

VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Signum Salomonis (Estudo de Etnografia comparativa). *O Arqueólogo Português*. SI: 23, p. 203-316 e 382-384.

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores